

Ascensão e Queda Do Terceiro Reich Vol 1

Shirer, William L.

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.site](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#)

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



Ascensão e Queda do Terceiro Reich
Triunfo e Consolidação
(1933-1939)
William L. Shirer
Tradução: Pedro Pomar

Volume I
1ª reimpressão

Agir

Título original

The Rise and Fall of the Third Reich

Copyright © 1961, renewed 1989 by William L. Shirer Copyright da tradução ©

Agir Editora Ltda., 2008

Capa: Angelo Venosa

Imagem de capa: © Hulton Archive/Getty Images

Copidesque: Léo Schlafman

Revisão: Rebeca Martins, Vinicius Trindade

Produção editorial: Maira Alves

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Shirer, William L. (William Lawrence), 1904-1993

Volume I

Ascensão e Queda do Terceiro Reich

Triunfo e Consolidação (1933-1939)

William L. Shirer

Tradução de Pedro Pomar - Rio de Janeiro.

Agir, 2008.

Traduzido de: The Rise and Fall of the Third Reich

ISBN 978-85-220-0913-8

1. Hitler, Adolf, 1889-1945.

2. Alemanha - História - 1933-1945.

3. Alemanha - História - 1918-1933.1. Título.

08-0001.

CDD: 943.086

CDU: 94(43)''1933/1945''

Todos os direitos reservados à Agir Editora Ltda.

Rua Nova Jerusalém, 345 - Bonsucesso

Rio de Janeiro - RJ - CEP 21042-235

Tel.: (21) 3882-8200 Fax: (21) 3882-8212/8313

PREFÁCIO

I - A ASCENSÃO DE ADOLF HITLER

Capítulo 1. O Nascimento do Terceiro Reich

Capítulo 2. O nascimento do Partido Nazista

Capítulo 3. Versalhes, Weimar e o Putsch da cervejaria

Capítulo 4. As teorias de Hitler e as raízes do Terceiro Reich

II - TRIUNFO E CONSOLIDAÇÃO

Capítulo 1. O caminho para o poder: 1925-1931

Capítulo 2. Os últimos dias da república: 1931 -1933

Capítulo 3. A nazificação da Alemanha: 1933-1934

Capítulo 4. A vida no Terceiro Reich: 1933-1937

III - O CAMINHO PARA A GUERRA

Capítulo 1. Os primeiros passos: 1934-1937

Capítulo 2. O estranho e fatídico interlúdio: a queda de Blomberg, Fritsch, Neurath e Schacht

Capítulo 3. Anschluss: a violação da Áustria

Capítulo 4. A estrada para Munique

Capítulo 5. A Tchecoslováquia deixa de existir

Capítulo 6. A vez da Polônia

Capítulo 7. O pacto nazi-soviético

Capítulo 8. Os últimos dias de paz

Capítulo 9. O início da Segunda Guerra Mundial

Para um sujeito cego de um olho, William L. Shirer não se saiu nada mal como testemunha ocular da História. Ele nasceu em Chicago, em 1904. Aos 21 anos, já estava trabalhando como repórter na Europa. De quebra, acompanhou as andanças de Gandhi pela Índia entre 1930 e 1931. Aos 28 anos, perdeu a vista num acidente de esqui nos Alpes. Quando Hitler assumiu o poder, em 1933, Shirer estava de olho nele. E quando o ditador anexou a Áustria, em 1938, já estava a postos em Viena. Depois, como correspondente em Berlim, acompanhou as tropas alemãs que avançaram fulminantemente pela França. Esteve presente à rendição em Compiègne. Só deixou a Alemanha em 1940.

Shirer era um jornalista durão, um apurador nato. Portanto, *Ascensão e Queda do Terceiro Reich* não poderia se resumir a suas memórias. Assim que a Segunda Guerra acabou, em 1945, ele voltou "àquele outrora orgulhoso país". Foi um dos primeiros a se embrenhar e a sair com um relato coerente das montanhas de documentos produzidos pela zelosa burocracia nazista, inclusive diários de alguns de seus líderes. Muitos historiadores profissionais nunca o perdoaram pelo "furo". Seu livro, porém, nem carece de rigor nem padece de sensacionalismo. É a narração objetiva, embora às vezes chocada, do seu título.

Foi escrito nos anos 1950, durante o período que Shirer amargou longe das redações pela suspeita macarthista de ser comunista, e publicado em 1960. Logo tornou-se uma espécie de obra canônica sobre o Terceiro Reich, um relato minucioso sobre os delírios de grandeza que o engendraram e sobre a devastação que ele ocasionou e sofreu. A dureza do autor com a Alemanha manteve-se até o final de sua vida. Shirer morreu em 1993.

Sobre o autor

Nascido em Chicago em 1904, o jornalista William L. Shirer foi um importante correspondente internacional e historiador do mundo contemporâneo. De Berlim, enviou muitas reportagens sobre os nazistas à CBS e à Universal News Service, e cobriu a queda do Terceiro Reich como correspondente de guerra. É autor de três romances e de diversos livros de não-ficção, dos quais se destacam *Berlin Diary*, publicado em 1941, e *The Collapse of the Third Republic*, de 1969. As pesquisas para a elaboração de *Ascensão e queda do Terceiro Reich* — sua principal obra — começaram em 1925, quando Shirer foi pela primeira vez à Alemanha. O livro foi escrito em cinco anos e meio e publicado em 1960. Shirer morreu em 1993, aos 89 anos, em Boston.

Sinto, não raro, profunda tristeza ao pensar no povo alemão, tão estimável como indivíduo e tão infortunado na generalidade... *Goethe*

Hitler foi o destino da Alemanha, e esse destino não podia ser evitado... *Walter von Brauchitsch* Marechal-de-campo, Comandante-em-chefe do exército alemão

Mil anos passarão, e a culpa da Alemanha não será apagada... *Hans Frank* Governador-geral da Polônia, pouco antes de ser enforcado em Nuremberg

Os que não se lembram do passado estão condenados a revivê-lo... *Santayana*

Nota do editor

Publicado pela primeira vez nos Estados Unidos em 1960, *Ascensão e queda do Terceiro Reich* contava mais de mil páginas em volume único. Dois anos depois, ganhou edição brasileira, reorganizada em quatro tomos. Para esta nova versão, a Agir optou por dividir a obra em dois volumes, delimitados por um corte cronológico.

Nesta lógica, *Triunfo e consolidação (1933-1939)* registra as origens históricas e sociais do nazismo, a tomada de poder na Alemanha por Adolf Hitler e as antevésperas da Segunda Guerra Mundial. *O começo do fim (1939-1945)* narra, por sua vez, o conflito bélico mundial desde o avanço inicial do nazismo sobre a Europa até o fracasso e o consequente colapso do Terceiro Reich. As seis seções que Shirer designou originalmente como “livros” tiveram estrutura e título mantidos e foram renumeradas dentro da lógica de cada volume.

Preserva-se assim o conteúdo integral do clássico de Shirer, dividido em dois volumes que, apesar de evidentemente complementares, podem ser lidos de forma autônoma.

Prefácio

Embora eu tenha vivido e trabalhado no Terceiro Reich durante a primeira metade de sua breve existência, observando diretamente Adolf Hitler consolidar seu poder ditatorial sobre a grande mas desconcertante nação, e depois conduzi-la à guerra e à conquista, esta experiência pessoal não me levaria a escrever o presente livro, se não ocorresse, no fim da Segunda Guerra Mundial, um acontecimento único na História.

Esse acontecimento foi a captura de quase todos os arquivos confidenciais do governo alemão e de todos os seus departamentos, incluindo os do Ministério do Exterior, do exército e da marinha, do Partido Nacional-Socialista e da polícia secreta de Himmler. Antes, creio eu, jamais tão vasto tesouro caiu nas mãos de historiadores contemporâneos. Até então, os arquivos de um grande Estado, mesmo quando era derrotado na guerra e seu governo deposto por uma revolução, como ocorreu na Alemanha e na Rússia, em 1918, eram preservados, e somente os documentos que serviam aos interesses do regime dominante subsequente eram posteriormente publicados.

O rápido colapso do Terceiro Reich, na primavera de 1945, resultou na captura não apenas de enorme quantidade de documentos secretos mas também de outros materiais de inestimável valor, tais como diários íntimos, discursos altamente secretos, relatórios de conferências, correspondência, e até mesmo reproduções de conversas telefônicas entre os chefes nazistas, registradas por um corpo especial de funcionários criados por Hermann Göring no Ministério da Aeronáutica.

O general Franz Halder, por exemplo, conservava um volumoso diário, em que anotava, em taquigrafia Gabelsberger, não somente o que ocorria dia a dia mas o que se verificava de hora em hora. Constitui esse diário uma fonte concisa de informações referentes ao período que vai de 14 de agosto de 1939 a 24 de setembro de 1942, quando ele era chefe do Estado-maior do exército e mantinha contatos diários com Hitler e outros líderes da Alemanha nazista. É o mais revelador dos diários alemães; mas há ainda outros de grande valor, entre os quais o do dr. Joseph Goebbels, ministro da Propaganda e íntimo colaborador de Hitler, e o do general Alfred Jodl, chefe de operações do Alto-Comando das

Forças Armadas (OKW). Há diários do próprio OKW e do Alto-Comando Naval. Com efeito, as sessenta mil pastas de documentos dos arquivos da marinha alemã, capturadas em Schloss Tambach, perto de Coburg, contêm, praticamente, todos os sinais convencionados, anotações, diários de bordo, memorandos, etc., desde abril de 1945, quando foram encontradas, até, reversivamente, 1868, quando foi fundada a moderna marinha germânica.

As 485 toneladas de documentos do Ministério do Exterior alemão, capturadas pelo 1º Exército americano em vários castelos e minas das montanhas Harz, justamente quando estavam prestes a ser queimadas por ordem de Berlim, abrangem não apenas o período do Terceiro Reich, mas recuam, passando pela República de Weimar, até o início do Segundo Reich de Bismarck. Durante muitos anos, após a Segunda Guerra Mundial, toneladas de documentos nazistas permaneceram selados num depósito do exército norte-americano situado em Alexandria, Virgínia, sem que nosso governo demonstrasse sequer interesse em abrir tais pacotes, a fim de ver que espécie de documentos de valor histórico poderiam conter. Finalmente, em 1955, dez anos depois de sua captura, graças à iniciativa da American Historical Association e à generosidade de duas instituições particulares, os documentos de Alexandria foram abertos, e um grupo lamentavelmente pequeno de eruditos, auxiliado por pessoal e equipamento inadequados, entregou-se à tarefa de selecioná-los e fotografá-los, antes que o governo, muito apressado em relação ao assunto, os restituísse à Alemanha. Tais documentos constituíram rico achado.

O mesmo se pode dizer de documentos como o registro taquigráfico parcial de 51 “Conferências do Führer” sobre a situação militar diária, tal como era vista e discutida no quartel-general de Hitler, e o texto completo das discussões dos grandes comandantes nazistas com seus antigos camaradas de partido e secretários, durante a guerra. Os primeiros desses documentos foram salvos em meio aos restos carbonizados de outros papéis de Hitler, em Berchtesgaden, por um oficial do serviço secreto pertencente à 101ª Divisão Aérea dos Estados Unidos, e os segundos, encontrados entre os papéis de Martin Bormann.

Centenas de milhares de documentos nazistas apreendidos foram apressadamente reunidos em Nuremberg, como provas, durante o julgamento dos principais criminosos de guerra nazistas. Enquanto fazia a cobertura jornalística da primeira parte do julgamento, reuni montes de folhas mimeografadas e, mais tarde, os 42 volumes de depoimentos e documentos publicados, acrescidos de dez volumes de documentos importantes vertidos para o inglês. O texto de outros documentos, publicados numa série de 15 volumes, acerca dos 12 julgamentos efetuados em Nuremberg, foi-me valioso, embora

muitos papéis e depoimentos tenham sido omitidos.

Finalmente, além desse acúmulo sem precedente de documentos, há os registros dos exaustivos interrogatórios a que foram submetidos os oficiais alemães, os membros do Partido Nazista e os altos funcionários do governo, e depoimentos subsequentes, feitos sob juramento, em vários julgamentos do pós-guerra, proporcionando uma quantidade de material como ninguém, creio eu, teve antes à sua disposição, proveniente de tais fontes, depois das guerras anteriores.

Não li, por certo, toda essa atordoante quantidade de documentos, pois isso estaria muito além da capacidade de um só indivíduo. Mas examinei parte considerável desse material, retardando-me nessa pesquisa, como ocorre a todos os que esquadrinham tão rico manancial, pela absoluta falta de índices adequados.

É realmente extraordinário que nenhum de nós, jornalistas e diplomatas que nos encontrávamos na Alemanha durante o nazismo, soubesse o que estava efetivamente ocorrendo atrás da fachada do Terceiro Reich. Uma ditadura totalitária, pela sua própria natureza, age com grande sigilo, e sabe como manter esse sigilo longe dos olhares perscrutadores dos estranhos. Era bastante fácil registrar e escrever os simples, excitantes e, não raro, revoltantes acontecimentos que se verificavam no Terceiro Reich: a ascensão de Hitler ao poder; o incêndio do Reichstag; o expurgo sangrento de Rohm; o Anschluss (anexação) da Áustria; a capitulação de Chamberlain e Daladier em Munique; a ocupação da Tchecoslováquia; os ataques contra a Polônia, a Escandinávia, o Ocidente, os Bálcãs e a Rússia; os horrores da ocupação nazista e dos campos de concentração; e a liquidação dos judeus. Mas as decisões fatais tomadas secretamente, as intrigas, as traições, os motivos e as aberrações que conduziam a tais decisões, os papéis desempenhados pelos atores principais nos bastidores, a extensão do terror que exerciam e a técnica de que se valiam para implantá-lo — tudo isso e muito mais permaneceu, em grande parte, oculto, até surgirem os documentos secretos alemães.

Talvez se possa pensar que ainda é muito cedo para alguém tentar escrever uma história do Terceiro Reich; que tal tarefa deveria ser deixada para uma geração posterior de escritores, a quem o tempo proporcionasse melhor perspectiva dos acontecimentos. Constatei que essa opinião prevalecia particularmente na França, quando para lá me dirigi, a fim de fazer algumas pesquisas. Os historiadores não deviam abordar nada que fosse mais recente do que a era napoleônica, disseram-me.

Essa opinião é bastante ponderável. A maioria dos historiadores aguardou cinquenta, cem anos, ou mais, antes de tentar escrever uma narração da vida de um país, de um império, de uma época. Mas não seria isso devido, principalmente, ao fato de levarem mais tempo a vir à luz os documentos pertinentes que lhes fornecessem o material autêntico de que necessitavam? E, embora ganhassem perspectiva, acaso não se perdia alguma coisa, devido ao fato de faltar aos autores, necessariamente, um conhecimento pessoal da vida e dos ambientes em que viveram as figuras históricas sobre as quais escreviam?

No caso do Terceiro Reich, que é caso único, quase todo o material documental se tornou disponível quando de sua queda, sendo enriquecido pelo testemunho de todos os líderes, militares e civis, sobreviventes, alguns dos quais foram posteriormente executados. Dispondo de fontes incomparáveis de pesquisa e tendo ainda vivos na memória não só a lembrança da vida na Alemanha nazista, mas também o aspecto físico, a conduta e a natureza dos homens que a governavam, sobretudo Adolf Hitler, decidi tentar escrever a história da ascensão e queda do Terceiro Reich.

“Vivi durante toda a guerra”, observa Tucídides em sua História da guerra do Pelopotesoy um dos maiores livros de história já escritos, “numa idade em que me era dado compreender os acontecimentos, e dedicava-lhes atenção, a fim de conhecer a verdade exata a respeito deles”.

Pareceu-me extremamente difícil e nem sempre possível conhecer a verdade exata acerca da Alemanha de Hitler. A avalanche de material documental nos impelia pelo caminho da verdade até um ponto que, vinte anos atrás, seria impossível atingir; por outro lado, a própria vastidão desse material nos deixava, não raro, confusos, sobretudo quando se sabe que em todos os registros e depoimentos humanos costuma haver contradições embaraçosas.

Sem dúvida, meus próprios preconceitos, que surgem inevitavelmente de minha experiência e formação pessoal, insinuam-se, de quando em quando, nas páginas do livro. Detesto, em princípio, as ditaduras totalitárias e passei a odiá-las mais ainda ao viver em uma delas e ao presenciar seus ataques revoltantes contra o espírito humano. No entanto, procurei ser, neste livro, rigorosamente objetivo, deixando que os fatos falassem por si próprios e anotando a fonte de cada um deles. Nenhum incidente, nenhum episódio ou citação provém de minha imaginação: baseiam-se todos em documentos, em depoimentos de testemunhas oculares e em minha própria observação pessoal. Em algumas passagens, há certa especulação, devido à ausência de fatos positivos, mas ela está claramente rotulada.

Minhas interpretações, não tenho dúvida, serão contestadas por muitos. Coisa inevitável, já que nenhum homem é infalível em suas opiniões. Aquelas que, aqui e ali, me aventurei a dar, a fim de esclarecer o leitor e aprofundar a narrativa, foi o que de melhor pude deduzir dos fatos evidentes e de meu conhecimento e experiência. Adolf Hitler talvez seja o último dos grandes conquistadores aventureiros, dentro da tradição de Alexandre, César e Napoleão, e o Terceiro Reich o último dos impérios a seguir o caminho percorrido anteriormente pela Macedônia, Roma e França. A cortina desceu, afinal, sobre essa fase da História, devido à invenção da bomba de hidrogênio, dos mísseis balísticos e de foguetes que podem ser dirigidos à Lua.

Em nossa época de inventos letais, aterrorizadores, que tão rapidamente suplantaram os antigos meios de destruição, a primeira grande guerra agressiva, se agora vier, será deflagrada por homúnculos suicidas que apertam um botão eletrônico. Não haverá vencedores nem vencidos, mas apenas os ossos carbonizados dos mortos sobre a crosta de um planeta desabitado.

I - A ascensão de Adolf Hitler

O Nascimento do Terceiro Reich

Precisamente na véspera do nascimento do Terceiro Reich uma tensão febril se apoderou de Berlim. A República de Weimar, parecia óbvio a quase todo mundo, estava prestes a desaparecer. Há mais de um ano desmoronava rapidamente. O general Kurt von Schleicher, que, como seu predecessor imediato, Franz von Papen, pouco se importava com a república e menos ainda com a democracia, e que, à semelhança dele, governava como chanceler, mediante decreto presidencial, sem recurso ao Parlamento, chegava ao seu fim após 57 dias no cargo.

No sábado, dia 28 de janeiro de 1933, fora abruptamente demitido pelo já idoso presidente da república, o marechal-de-campo von Hindenburg. Adolf Hitler, líder dos nacional-socialistas, o maior partido político da Alemanha, estava reivindicando o posto de chanceler da república democrática que jurara destruir.

Fervilhavam pela capital, naquele fatídico fim de semana de inverno, os mais estranhos boatos, sendo que o mais alarmante deles não deixava de ter certo fundamento. Havia rumores de que Schleicher, em conluio com o general Kurt von Hammerstein, comandante-em-chefe do Exército, estava preparando um Putsch com o apoio da guarnição de Potsdam, tendo por objetivo prender o presidente e estabelecer uma ditadura militar. Falava-se também num golpe nazista. As tropas de assalto de Berlim, ajudadas por simpatizantes nazistas pertencentes à polícia, deveriam apoderar-se da Wilhelmstrasse, onde se achavam localizados o Palácio do Governo e a maior parte dos ministérios. Falava-se, ainda, de uma greve geral. No domingo, dia 29 de janeiro, centenas de milhares de operários se reuniram em Lustgarten, no centro de Berlim, a fim de realizar um comício contra a indicação de Hitler para chanceler. Um de seus líderes procurou entrar em contato com o general von Hammerstein, a fim de propor uma ação conjunta do exército e dos sindicatos, caso Hitler fosse nomeado chefe de um novo governo.¹ Certa vez, por ocasião do Putsch Kapp, em 1920, uma greve geral salvara a república, depois que o governo fugira da capital.

Durante quase toda a noite de domingo para segunda-feira, Hitler andara de um lado para o outro em seu quarto no hotel Kaiserhof, em Reichskanzlerplatz, pouco abaixo da rua em que ficava a chancelaria.² Apesar de seu nervosismo, não tinha a menor dúvida de que a sua hora soava. Durante quase um mês, vinha realizando negociações secretas com Papen e outros chefes da direita conservadora. Tivera de fazer concessões. Não poderia ter um governo puramente nazista. Mas poderia ser chanceler de um governo de coalizão, cujos membros — oito entre doze não eram nazistas — concordavam com a abolição

do regime democrático de Weimar. Apenas o idoso e inflexível presidente parecia constituir um obstáculo em seu caminho. Ainda recentemente, a 26 de janeiro, dois dias antes daquele crucial fim de semana, o velho e grisalho marechal-de-campo havia dito ao general von Hammerstein que ele “não tinha a menor intenção de fazer daquele cabo austríaco ministro da Defesa ou chanceler do Reich”.³

Contudo, sob a influência de seu filho, o major Oskar von Hindenburg, de Otto von Meißner, secretário de Estado do presidente, de Papen e de outros membros da camarilha do palácio, o presidente foi aos poucos, afinal, cedendo. Contava 86 anos de idade e já revelava sinais de senilidade. Na tarde de domingo, 29 de janeiro, enquanto Hitler tomava café com bolos em companhia de Goebbels e de outros auxiliares seus, Hermann Göring, presidente do Reichstag e, depois de Hitler, o homem mais importante do Partido Nazista, irrompeu na sala e informou-os categoricamente de que, na manhã seguinte, Hitler seria nomeado chanceler.⁴

Pouco antes do meio-dia, a 30 de janeiro de 1933, Hitler dirigiu-se à chancelaria para uma entrevista com Hindenburg — entrevista que viria a ser fatal para ele, para a Alemanha e para o resto do mundo. De uma janela do hotel Kaiserhof, Goebbels, Rohm e outros chefes nazistas tinham a atenção ansiosamente voltada para a porta da chancelaria, por onde o Führer deveria sair pouco depois. “Veríamos, pelo seu rosto, se tinha sido ou não bem-sucedido”, anotou Goebbels. Nem mesmo eles tinham absoluta certeza de um resultado favorável. “Nossos corações se dilaceram entre a dúvida, a esperança, a alegria e o desalento”, escreveu Goebbels em seu diário. “Temos sofrido demasiadas decepções, para que possamos acreditar de todo coração no grande milagre.”⁵

Decorridos poucos minutos, presenciaram o milagre. O homem de bigodinho à Charlie Chaplin, que fora, em sua juventude, um vagabundo completamente derrotado em Viena, soldado desconhecido durante a Primeira Guerra Mundial, líder um tanto cômico do Putsch da cervejaria, aquele orador fascinante, que não era sequer alemão mas austríaco, com apenas 44 anos de idade, acabava de prestar juramento como chanceler do Reich alemão.

Atravessou os cem metros que separavam o hotel Kaiserhof da chancelaria e de novo se achou entre os seus velhos camaradas, Goebbels, Göring, Rohm e os outros camisas pardas que o ajudaram a percorrer o áspero e tumultuoso caminho até chegar ao poder. “Ele nada disse, nem nós tampouco”, escreveu Goebbels, “mas tinha os olhos cheios de lágrimas.”⁶

Aquele dia, desde o anoitecer até depois da meia-noite, as delirantes tropas de assalto nazistas desfilaram, empunhando tochas, em gigantesca parada comemorativa da vitória. Emergiam do fundo da Tiergarten, passando por baixo do arco triunfal da Porta de Brandemburgo e descendo pela Wilhelmstrasse, centenas de bandas, em colunas disciplinadas, tocando velhas marchas marciais ao som atoador dos tambores, vozes entoando a nova canção Horst Wessel e outras composições tão velhas quanto a Alemanha, e botas marcando um ritmo vigoroso sobre o calçamento. Tochas erguidas bem alto formavam uma faixa flamejante que iluminava a noite e os milhares de espectadores aglomerados nas calçadas. De uma janela do palácio, Hindenburg, acompanhando com a bengala o ritmo das marchas militares, observava o desfile da multidão, aparentemente satisfeito por ter, afinal, escolhido um chanceler capaz de despertar o entusiasmo do povo de um modo tradicionalmente alemão. Se o velho, em sua caduqueira, tinha alguma ideia do que desencadeara naquele dia, é coisa duvidosa. Uma história, provavelmente apócrifa, logo divulgada em Berlim, dizia que, em meio do desfile, o marechal-de-campo voltara-se para um velho general e comentara: “Não sabia que tínhamos feito tantos prisioneiros russos.”

À distância de uma pedrada da Wilhelmstrasse, Adolf Hitler achava-se a uma janela da chancelaria, mal cabendo em si de excitação e alegria, a dançar de um lado para outro, a erguer continuamente o braço na saudação nazista, a sorrir e a rir, até que seus olhos de novo se encheram de lágrimas.

Um observador, estrangeiro, experimentando sentimentos diferentes, observava o que ocorria naquela noite: “O rio de fogo passava junto da Embaixada da França”, escreveu o embaixador André François-Poncet, “de onde, com o coração pesado e cheio de pressentimentos, eu observava a sua esteira luminosa.”⁷

Cansado, mas feliz, Goebbels, naquela noite, chegou em casa às 3h da madrugada. Antes de recolher-se, tomou de seu diário e escreveu: “É quase como um sonho (...) um conto de fadas (...) nasceu o novo Reich! Quatorze anos de trabalho foram coroados com a vitória. Começou a revolução alemã!”⁸

O Terceiro Reich, nascido em 30 de janeiro de 1933, duraria mil anos, jactava-se Hitler, e, na linguagem nazista, referiam-se com frequência a ele como sendo o “Reich de Mil Anos”.⁹ Durou 12 anos e quatro meses, mas nesse breve período, do ponto de vista histórico, causou em nosso planeta uma irrupção mais violenta e devastadora do que qualquer outra de que se tem notícia, erguendo o poderio do povo alemão a alturas que jamais conhecera durante mais de um milênio, fazendo desse povo, ao mesmo tempo, os senhores da Europa,

desde o Atlântico até o Volga, desde o Cabo Norte até o Mediterrâneo; depois, lançou-o nas profundezas da destruição e da ruína, ao cabo de uma guerra mundial que havia friamente provocado e durante a qual instituiu sobre os povos conquistados um reinado de terror que, em sua premeditada carnificina, dirigida contra a vida e o espírito humanos, sobrepujou todas as opressões selvagens dos séculos anteriores.

O homem que fundou o Terceiro Reich, que o governou implacavelmente e, não raro, com astúcia incomum, o conduziu a tão estonteantes alturas e a um fim tão triste, era, indubitavelmente, uma criatura de gênio, embora voltado para o mal. É certo que encontrou no povo alemão, tal como misteriosa Providência e séculos de experiência o haviam moldado até então, um instrumento natural, que ele pôde plasmar de acordo com seus sinistros objetivos. Mas, sem Adolf Hitler, dotado de personalidade demoníaca, vontade férrea, instintos misteriosos, fria implacabilidade, notável inteligência, imaginação de altos voos e — até o fim, quando, embriagado de poder e de êxito, sobrepujou a si próprio — de capacidade surpreendente para formar opinião sobre pessoas e situações, certamente jamais teria existido um Terceiro Reich.

“É um dos grandes exemplos”, como disse Friedrich Meinecke, o eminente historiador alemão, “do singular e incalculável poder da personalidade sobre a vida histórica”.¹⁰

Muitos alemães e, sem dúvida, a maioria dos estrangeiros, achavam que um charlatão assumira o poder em Berlim. Para a maioria dos alemães, Hitler possuía — ou adquiriria dentro de pouco tempo — a aura de um verdadeiro líder carismático. Seguiram-no cegamente, como se tivesse um julgamento divino, nos próximos 12 tempestuosos anos.

O advento de Adolf Hitler

Consideradas suas origens e os primeiros anos de vida, seria difícil imaginar uma figura que tivesse menos probabilidade de usar o manto de Bismarck, dos imperadores Hohenzollern e do presidente Hindenburg, do que esse singular austríaco de procedência camponesa, nascido às 6:30h do dia 20 de abril de 1889, na Gasthof zum Pommer, modesta estalagem da localidade de Braunau am Inn, do outro lado da fronteira da Baviera.

O lugar de seu nascimento, junto à fronteira austro-alemã, iria ter grande significação, pois, desde a tenra juventude, Hitler era obcecado pela idéia de que não deveria haver fronteira alguma entre esses dois povos de língua alemã e que

ambos pertenciam ao mesmo Reich. Tão fortes e duradouros foram esses seus pensamentos que, aos 35 anos, quando se dispôs a ditar, numa prisão alemã, o livro que constituiria um esquema para o Terceiro Reich, suas primeiras frases diziam respeito ao significado simbólico do lugar de seu nascimento. Minha Luta começa com estas palavras:

Hoje, parece-me providencial que o destino haja escolhido Braunau am Inn como lugar de meu nascimento. Pois essa pequena localidade se acha situada na fronteira entre os dois Estados alemães que nós, os da geração mais nova, estávamos empenhados, num esforço de toda a vida, a unir; lançando mão de todos os meios à nossa disposição (...) Essa cidadezinha da fronteira me parece o símbolo de uma grande missão.¹¹

Adolf Hitler era o terceiro filho do terceiro casamento de um pequeno funcionário alfandegário austríaco, de nascimento ilegítimo, que, durante os primeiros 39 anos de sua existência, usara o nome da mãe, Schicklgruber. O nome Hitler aparece tanto de seu lado materno como paterno. Tanto a avó de Hitler por parte de mãe, como o seu avô por parte de pai, se chamavam Hitler, ou então variantes desse nome, pois o assinavam de várias maneiras, tais como Hiedler, Hütler, Hüttler e Hitler. A mãe de Adolf era prima em segundo grau de seu pai e, para que o casamento se efetuasse, foi necessário licença episcopal.

Os antepassados do futuro Führer alemão, de ambos os lados, moraram, durante várias gerações, em Waldviertel, distrito da Áustria Inferior, situado entre o Danúbio e as fronteiras da Boêmia e da Morávia. Durante o tempo em que morei em Viena, passei, algumas vezes, por essa localidade, a caminho de Praga ou da Alemanha. É uma região de montes e de bosques, aldeias de camponeses e pequenas propriedades agrícolas e, embora se encontre a apenas 80 quilômetros de Viena, tem um certo ar de lugar distante e empobrecido, como se as principais correntes da vida austríaca tivessem passado ao largo. Seus habitantes costumam ser criaturas soturnas, obstinadas, como os camponeses tchecos que vivem logo ao norte. Os casamentos consanguíneos são comuns, como no caso dos pais de Hitler, e frequentes os filhos ilegítimos.

Do lado de sua mãe, havia uma certa estabilidade. Durante quatro gerações, a família de Klara Pölzl viveu na casa de camponeses, arrendada, número 37, na aldeia de Spital.¹² A história dos antepassados paternos de Hitler é inteiramente diferente. A maneira de escrever o nome de família, como vimos, muda; o lugar de residência também. Há um certo espírito de inquietude entre os Hitler, uma necessidade de mudar de uma aldeia para outra, de um trabalho para outro, de evitar laços humanos firmes e de seguir uma certa vida boêmia em relação a

mulheres.

Johann Georg Hiedler, avô de Hitler, era um moleiro errante, que exercia o ofício de aldeia em aldeia, na Áustria Inferior. Cinco meses após seu primeiro casamento, em 1824, nasceu-lhe um filho, mas nem a criança nem a mãe sobreviveram. Dezoito anos mais tarde, quando trabalhava em Dörenthal, casouse com uma camponesa de 47 anos de idade, da aldeia de Strones, chamada Maria Anna Schicklgruber. Cinco anos antes de seu casamento, Maria dera à luz, a 7 de junho de 1837, um filho ilegítimo, ao qual deu o nome de Alois e que seria, mais tarde, o pai de Adolf Hitler. É bem provável que o pai de Alois fosse Johann Hiedler, embora não haja prova conclusiva alguma a respeito. De qualquer modo, Johann veio a casar, eventualmente, com essa mulher, mas, ao contrário do que se faz, em geral, em tais casos, não se deu ao trabalho de legitimar o filho, depois do casamento. O menino cresceu usando o nome de Alois Schicklgruber.

Anna morreu em 1847, e desde então Johann Hiedler passou trinta anos desaparecido, para só ressurgir, aos 84 anos de idade, na localidade de Weitra, em Waldviertel, com seu nome já modificado para Hitler, a fim de depor perante um notário, em presença de três testemunhas, que era o pai de Alois Schicklgruber. Por que razão o velho esperou tanto tempo para tomar tal decisão, e por que, finalmente, a tomou, são pontos a respeito dos quais não existem registros disponíveis. Segundo Heiden, Alois confessou, mais tarde, a um amigo, que isso foi feito para ajudá-lo a obter parte da herança de um tio, irmão do moleiro, que criara o jovem em sua própria casa.¹³ Seja lá como for, esse tardio reconhecimento foi feito em 6 de junho de 1876 e, a 23 de novembro, o pároco de Döllersheim, a quem o notário enviou os documentos referentes ao assunto, riscou, no registro batismal, o nome de Alois Schicklgruber e escreveu, em seu lugar, o de Alois Hitler.

A partir de então, o pai de Adolf ficou sendo conhecido como Alois Hitler, e o nome passou, naturalmente, para o filho. Foi somente na década de 1930 que alguns jornalistas vienenses, dotados de espírito de iniciativa, descobriram, vasculhando os arquivos da paróquia, os fatos relativos aos antepassados de Hitler e, deixando de lado o tardio esforço do velho Johann Georg Hiedler, no sentido de reconhecer um filho bastardo, procuraram colar no líder nazista o nome de Adolf Schicklgruber.

Há muitos caprichos estranhos do destino na estranha vida de Adolf Hitler, mas nenhum como esse ocorrido 13 anos antes de seu nascimento. Se aquele moleiro errante, de 84 anos, não reaparecesse, inesperadamente, para reconhecer a paternidade daquele seu filho de 39 anos, quase trinta anos depois da morte da

mãe, Adolf Hitler teria nascido Adolf Schicklgruber. É possível que um simples nome pouco possa significar, mas ouvi muitos alemães indagarem a si mesmos se Hitler poderia ter se tornado líder da Alemanha se o mundo o conhecesse como Schicklgruber. Esse nome soa de maneira um tanto cômica, quando pronunciado por um alemão do sul. Por acaso alguém consegue imaginar as frenéticas massas de alemães a aclamar um Schicklgruber com os seus tonitruantes “Heils”? “Heil Schicklgruber!”? “Heil Hitler!” tornou-se não apenas uma espécie de canto pagão, wagneriano, entoado pela multidão nos místicos cerimoniais das compactas concentrações nazistas, mas uma forma obrigatória de saudação entre os alemães durante o Terceiro Reich, mesmo ao telefone, onde substituíam o convencional “Alô”. “Heil Schicklgruber!”? É um tanto difícil de imaginar.*

** O próprio Hitler parece tê-lo reconhecido. Em sua juventude, confessou ao seu único amigo de infância que nada lhe agradou mais do que a mudança de nome por parte de seu pai. Disse ele a August Kubizek que o nome Schicklgruber "parecia sumamente rústico e grosseiro, além de ser desajeitado e nada prático". 'Hiedler' parecia-lhe demasiado (...) frouxo; mas 'Hitler' soava bem e era um nome fácil de guardar". (August Kubizek, O jovem Hitler que conheci, p. 40)*

Já que os pais de Alois, ao que parece, jamais viveram juntos, mesmo depois de seu casamento, o futuro pai de Adolf Hider cresceu na casa do tio, que, embora irmão de Johann Georg Hiedler, escrevia o seu nome de maneira diversa, sendo conhecido como Johann von Nepomuk Hütler. Considerando o ódio imperecível que o Führer alimentaria, desde a juventude, pelos tchecos, cuja nação mais tarde destruiria, convém mencionar, de passagem, esse nome de batismo. Johann von Nepomuk era o santo patrono do povo tcheco, e certos historiadores veem, no fato de ter-se dado esse nome a Hitler, uma indicação da existência de sangue tcheco em sua família.

Alois Schicklgruber primeiro aprendeu o ofício de sapateiro na aldeia de Sopot, mas, irrequieto como o pai, pôs-se logo a caminho, a fim de tentar fortuna em Viena. Aos 18 anos, sentou praça na polícia de fronteira, no posto alfandegário austríaco situado próximo a Salzburg e, sendo depois promovido a funcionário da própria alfândega, casou-se, nove anos mais tarde, com Anna Glasl-Hörer, filha adotiva de um de seus chefes. A esposa trouxe-lhe um pequeno dote e melhorou sua situação social, pois que tais coisas ocorriam na velha e fútil burocracia austro-húngara. Mas o casamento não foi feliz. Anna era 14 anos mais velha do que ele, tinha má saúde e permaneceu estéril. Depois de 16 anos de matrimônio, separaram-se e, três anos mais tarde, em 1883, ela morreu.

Antes da separação, Alois, agora legalmente conhecido como Hitler, juntou-se a uma jovem cozinheira de hotel, Franziska Matzelsberger, que lhe deu um filho, chamado Alois, em 1882. Um mês após a morte de sua esposa, casou-se com a cozinheira e, três meses depois, ela deu à luz uma filha, Angela. O segundo casamento não durou muito. Dentro de um ano, Franziska morreu, tuberculosa. Seis meses depois, Alois Hitler casou-se pela terceira e última vez.

Sua nova esposa, Klara Pözl, que logo depois se tornaria mãe de Adolf Hitler, tinha 25 anos, e o marido 48. Conheciam-se havia muito. Klara provinha de Sopita, a aldeia ancestral dos Hitler. Era neta de Johann von Nepomuk Hütler, em cuja casa o seu sobrinho, Alois Schicklgruber, crescera. Assim, Alois e Klara eram primos em segundo grau e julgaram necessário, como já vimos, solicitar, para o casamento, permissão episcopal.

Era essa uma união em que o funcionário alfandegário já havia pensado anos antes, quando levara Klara para o seu lar sem filhos como filha adotiva, durante o primeiro casamento. A criança vivera muitos anos com os Schicklgruber em Braunau e, à medida que a saúde da primeira esposa piorava, parece que Alois pensou em casar-se com Klara, logo que sua mulher falecesse. A legitimação de Alois e o recebimento de uma herança por parte do tio, que era avô de Klara, ocorreram quando a jovem contava 16 anos, idade suficiente para contrair matrimônio legal. Mas, como vimos, a esposa ainda durou algum tempo depois da separação e, talvez porque Alois, entretantes, se juntou à cozinheira Franziska Matzelsberger, Klara, aos 20 anos, deixou a casa e seguiu para Viena, onde conseguiu emprego como criada de servir.

Voltou, quatro anos mais tarde, para cuidar da casa do primo; Franziska, ainda nos últimos anos de sua vida, abandonou a casa do marido. Alois Hitler e Klara Pözl contraíram matrimônio a 7 de janeiro de 1885, sendo que, quatro meses e dez dias mais tarde, nasceu-lhes o primeiro filho, Gustav, morto na infância, como ocorreu com a filha do casal, Ida, nascida em 1886. Adolf Hitler foi o terceiro filho desse terceiro casamento. Um irmão mais moço seu, Edmund, nascido em 1894, faleceu com apenas 6 anos. A quinta e última filha de Alois Hitler e Klara Pözl, Paula, nascida em 1896, sobreviveu ao famoso irmão.

O meio-irmão de Adolf, Alois, e a meia-irmã, Angela, filhos de Franziska Matzelsberger, também viveram até idade adulta. Angela, uma bela jovem, casou-se com um alto funcionário da Fazenda Pública, chamado Raubal, e, após a morte do marido, trabalhou em Viena como governanta. Depois — se for correta a informação de Heiden — trabalhou também como cozinheira numa casa de caridade judaica.¹⁴ Em 1928, Hitler levou-a para Berchtesgaden como

governanta e, a partir de então, era comum ouvir-se falar, nos altos círculos nazistas, nos maravilhosos bolos e sobremesas que ela lhe preparava, e pelos quais ele revelava voraz apetite. Angela deixou-o, em 1936, para casar-se com um professor de arquitetura de Dresden, e Hitler, já então chanceler e ditador, ficou ressentido com a partida, negando-se a enviar-lhe presente de casamento. Era a única pessoa da família com quem, nos últimos anos, Hitler parecia ter mantido relações mais estreitas — com uma única exceção. Angela tinha uma filha, Geli Raubal, loura e atraente jovem, que foi, como veremos, o único e profundo amor na vida do Führer.

Adolf Hitler jamais gostou de ouvir qualquer referência ao seu irmão consanguíneo. Alois Matzelsberger, mais tarde legitimado como Alois Hitler, tornou-se garçom e, durante muitos anos, sua vida foi cheia de dificuldades com a lei. Heiden registra que, aos 18 anos, o jovem foi condenado a cinco meses de prisão por furto e, aos 20, cumpriu outra sentença, de oito meses, pelo mesmo motivo. Transferiu-se, finalmente, para a Alemanha, onde se envolveu em novas complicações. Em 1924, enquanto Adolf Hitler definhava na prisão, por haver encabeçado uma revolta política em Munique, Alois Hitler foi condenado a seis meses de prisão por um tribunal de Hamburgo, por bigamia. Depois disso, conta Heiden, mudou-se para a Inglaterra, onde constituiu rapidamente família e a abandonou.¹⁵

A subida dos nacional-socialistas ao poder trouxe consigo melhores tempos para Alois Hitler. Abriu uma Bierstube — pequena cervejaria — num subúrbio de Berlim, transferindo-se pouco antes da guerra para Wittenbergplatz, um “West End” elegante da capital. Seu estabelecimento era muito frequentado por oficiais nazistas e, no começo da guerra, quando havia escassez de alimentos, lá nunca faltou, evidentemente, coisa alguma. Nessa época, eu costumava frequentá-lo de vez em quando. Alois tinha, então, perto de 60 anos. Era um homem corpulento, simples, bem-humorado, nada parecido com o seu famoso irmão consanguíneo e, na verdade, indistinguível de dezenas de outros donos de cervejaria que a gente encontrava na Alemanha e na Áustria. Os negócios iam bem e, qualquer que pudesse ter sido o seu passado, ele agora desfrutava de vida próspera. Temia apenas uma coisa: que o seu meio-irmão, num momento de raiva ou desagrado, pudesse cassar-lhe a licença. Às vezes, falava-se na pequena cervejaria que o chanceler e Führer do Reich lamentava a existência de tal lugar, que recordava a natureza humilde da família Hitler. O próprio Alois, lembro-me bem, recusava-se a que o arrastassem a qualquer conversa acerca de seu irmão consanguíneo — uma precaução sensata, com efeito, mas que frustrava as intenções daqueles que, entre nós, procuravam saber tudo o que fosse possível a respeito do passado do homem que, àquela altura, dispunha-se a conquistar a Europa.

Exceto em Minha Luta, onde o esparso material biográfico conduz, não raro, a erros, e onde as omissões são monumentais, Hitler raramente discutia — ou permitia que se discutisse em sua presença — o seu background e os seus primeiros anos de vida. Mas como foram os seus primeiros anos de vida?

Os primeiros anos de vida de Adolf Hitler

No ano em que o pai se aposentou, aos 58 anos, no cargo de funcionário alfandegário, Adolf, que contava então 6 anos, entrou na escola pública da aldeia de Fischlham, lugarejo próximo, a sudoeste de Linz. Isto ocorreu em 1895. Durante os quatro ou cinco anos subsequentes, o velho funcionário aposentado transferiu-se de uma aldeia para outra, nas imediações de Linz. Ao chegar aos 15 anos de idade, seu filho podia lembrar-se de sete mudanças de endereço e cinco escolas diferentes. Durante dois anos, Adolf frequentou uma escola anexa a um mosteiro beneditino, em Lambach, perto do qual seu pai comprara uma granja. Lá, cantava no coro, recebia lições de canto e, segundo ele próprio afirmou, 16 sonhava ordenar-se algum dia. Finalmente, o funcionário aduaneiro aposentado fixou-se para sempre na aldeia de Leonding, situada nas imediações e ao sul de Linz, onde a família ocupou uma modesta casa com jardim.

Aos 11 anos de idade, Adolf matriculou-se no curso secundário, em Linz. Isso representava um sacrifício financeiro para o pai e indicava o desejo de ver o filho seguir suas pegadas e tornar-se funcionário público. Tal desejo, porém, era a última coisa em que o garoto pensava.

“Foi então que, quando mal contava 11 anos de idade”, escreveu, mais tarde, Hitler,¹⁷ “fui obrigado a colocar-me na oposição (contra meu pai) pela primeira vez (...) Eu não queria ser funcionário público”.

A história da violenta e incessante luta do menino, que não tinha ainda 11 anos, contra um pai duro e, como ele próprio afirmou, dominador, constitui um dos poucos tópicos biográficos que Hitler anotou, com grandes detalhes e, ao que parece, com sinceridade e verdade, em Minha Luta. Esse conflito despertou a primeira manifestação daquela vontade férrea, inflexível, que mais tarde o levaria tão longe, a despeito de obstáculos e dificuldades aparentemente insuperáveis, e que, desconcertando todos os que se punham em seu caminho, deveria marcar com selo indelével a Alemanha e a Europa.

Eu não queria tornar-me funcionário público — não, de modo algum! Todas as tentativas por parte de meu pai, no sentido de inspirar em mim amor ou prazer por essa profissão, mediante histórias referentes à sua própria vida,

produziam exatamente o efeito contrário. Eu sentia náuseas ao pensar em ficar sentado num escritório, privado de minha liberdade; deixar de ser senhor de meu próprio tempo e ser forçado a meter o conteúdo de toda a minha vida em formulários que tinham de ser preenchidos...

Certo dia, tornou-se-me claro que eu seria pintor, artista (...) Meu pai ficou atônito, sem fala.

— *Pintor? Artista?*

Duvidou de minha sanidade mental, julgando, talvez, que tinha ouvido mal ou não entendido bem. Mas, quando fui claro quanto ao assunto e, principalmente, quando percebeu a seriedade de minha intenção, opôs-se a ela com toda a determinação de sua natureza...

— *Artista! Não! Nunca, enquanto eu viver!*

Meu pai não se afastaria do seu “Nunca!” E eu intensifiquei o meu “Apesar de tudo!”¹⁸

Uma das consequências dessa luta, explicou Hitler mais tarde, foi a de fazer com que ele deixasse de estudar na escola. “Pensei que se meu pai visse quão poucos eram os progressos que eu fazia no curso secundário, permitiria que eu me dedicasse ao meu sonho, quer isso lhe agradasse ou não.”¹⁹

Isto, escrito 34 anos mais tarde, pode ser, em parte, uma desculpa pelo seu fracasso na escola. Suas notas, na escola primária, eram uniformemente boas. Mas, no ginásio de Linz, eram tão ruins que, no fim, sem que obtivesse o diploma habitual, o jovem Adolf foi obrigado a transferir-se para o ginásio estadual de Steyr, um tanto distante de Linz. Ficou lá pouco tempo, saindo antes de terminar o curso.

Os fracassos escolares de Hitler envenenaram-lhe mais tarde o espírito, quando procurou encher de ridículo a “classe educada” acadêmica, seus títulos e diplomas e seus ares pedagógicos. Até mesmo nos últimos três ou quatro anos de sua vida, no Supremo Quartel-general do Exército, quando permitia que o acabrunhassem com detalhes de estratégia, tática e comando militar, costumava tirar uma noite de folga para recordar, em companhia de seus velhos camaradas de partido, a estupidez dos professores que tivera na juventude. Certos desvios mensais desse gênio desequilibrado, agora Senhor Supremo da Guerra, que dirigia pessoalmente seus vastos exércitos desde o Volga até o Canal da Mancha, permaneceram até o fim.

Quando penso nos homens que foram meus professores, percebo que quase todos eles eram ligeiramente malucos. Os que podiam ser considerados bons mestres eram raros. É trágico pensar que tal gente tinha o poder de barrar o caminho a um jovem. — 3 de março de 1942.20.

Guardo as mais desagradáveis lembranças de meus mestres. Seu aspecto exterior exsudava falta de limpeza; tinham os colarinhos desleixados (...) Eram o produto de um proletariado destituído de toda independência pessoal de pensamento, que se distinguia por uma ignorância sem paralelo e que se prestava admiravelmente a tornar-se os pilares de um falso sistema de governo, que, graças a Deus, é agora coisa do passado. — 12 de abril de 1942.21

Quando me lembro de meus professores de escola, compreendo que a metade deles era constituída de anormais (...) Nós, alunos da velha Áustria, éramos criados no respeito aos velhos e às mulheres. Mas, quanto aos nossos mestres, não tínhamos misericórdia — pois que eram nossos inimigos naturais. Eram, em sua maioria, um tanto ou quanto desequilibrados mentalmente, e alguns deles terminaram seus dias como lunáticos declarados! (...) Quanto a mim, não gozava de bom conceito entre eles. Não revelei jamais a menor aptidão para línguas estrangeiras (...) embora o pudesse ter feito, não fosse o professor um idiota congênito. Eu não podia suportar-lhe a presença. — 29 de agosto de 1942.22

Nossos mestres eram tiranos absolutos. Não tinham simpatia alguma pela juventude; seu único objetivo era entulhar nossos cérebros e converter-nos em macacos eruditos, como eles próprios. Se algum aluno revelava o menor traço de originalidade, perseguiam-no sem cessar, e os alunos-modelos que vim a conhecer fracassaram todos, mais tarde, na vida. — 7 de setembro de 1942.23

Até o dia de sua morte, é evidente, Hitler jamais perdoou seus professores pelas notas ruins que lhe haviam dado — como, tampouco, conseguiu esquecê-los. Mas ele podia deturpar o que acontecera, até chegar ao grotesco.

As impressões que causou aos seus professores, recolhidas quando ele já era uma figura mundial, foram sucintamente registradas. Um dos poucos mestres de quem Hitler parece haver gostado foi o professor Theodor Gissinger, que se esforçou por ensinar-lhe ciência. Gissinger, mais tarde, declarou: “Quanto ao que a mim se refere, Hitler não me deixou impressão favorável nem desfavorável em Linz. Ele não era, de modo algum, um líder de sua classe. Era esguio e ereto, o rosto pálido e muito magro, quase como o de um tuberculoso, os olhos habitualmente arregalados, as pupilas brilhantes.”²⁴

O professor Eduard Huemer, ao que parece o “idiota congênito” a que Hitler se referiu anteriormente — pois ensinava francês —, foi a Munique em 1923 a fim de depor a favor de seu antigo aluno, que estava sendo julgado por traição, em consequência do Putsch da cervejaria. Embora louvasse os objetivos de Hitler, dizendo que desejava, de todo coração, que ele realizasse seus ideais, apresentou o seguinte retrato, muito ligeiro, do jovem estudante secundário:

Hitler, sem dúvida, era bem-dotado, embora apenas para certas matérias, mas faltava-lhe autodomínio e, para dizer o menos, era considerado discutidor, autocrático, opinático, mal-humorado e incapaz de submeter-se à disciplina da escola. Tampouco era diligente, pois se fosse, bem-dotado como era, teria conseguido resultados muito melhores.²⁵

Havia, no ginásio de Linz, um professor que exerceu poderosa e, conforme se verificaria mais tarde, fatal influência sobre o jovem Adolf Hitler; era ele professor de História, dr. Leopold Pötsch, que provinha da região fronteiriça da língua alemã situada ao sul, junto dos eslavos meridionais, e cuja experiência, quanto ao que se referia a lutas raciais havia feito dele um nacionalista alemão fanático. Antes de se transferir para Linz, lecionara em Marburg, que, mais tarde, quando aquela região passou a fazer parte da Iugoslávia, depois da Primeira Guerra Mundial, se converteu em Maribor.

Embora o dr. Pötsch tivesse dado ao seu aluno apenas um “regular” em História, foi o único dos professores de Hitler a receber um caloroso tributo em Minha Luta. Hitler admitiu prontamente o seu débito para com esse homem.

Foi talvez decisivo para toda a minha vida posterior o fato de a sorte me haver dado um professor de História que compreendia, como poucos outros, este princípio: o de reter o essencial e esquecer o não-essencial (...) Em meu professor, o dr. Leopold Pötsch, do ginásio de Linz, tal requisito se cumpria de maneira verdadeiramente ideal. Velho cavalheiro, amável, mas, ao mesmo tempo, firme, conseguia não apenas manter presa a nossa atenção com sua deslumbrante eloquência, mas, ainda, empolgar-nos com suas dissertações. Ainda recordo, com verdadeira emoção, esse homem grisalho que, com o fogo de suas palavras, nos fazia, às vezes, esquecer o presente; esse homem, como por um toque de mágica, nos transportava para épocas passadas e, em meio à bruma milenar do tempo, convertia os áridos fatos históricos em vívida realidade. E lá ficávamos sentados, ora a arder de entusiasmo, ora comovidos até as lágrimas (...) Valia-se de nosso florescente fanatismo nacional como um meio de educar-nos, apelando frequentemente para o nosso senso de honra nacional.

Esse professor fez da História a minha matéria predileta.

*E, com efeito, embora ele não tivesse tal intenção, foi então que me transformei num jovem revolucionário.*²⁶

Cerca de 35 anos mais tarde, em 1938, ao percorrer a Áustria em triunfo, após haver forçado sua anexação ao Terceiro Reich, o chanceler Hitler deteve-se nas imediações de Klagenfurt, a fim de visitar o velho mestre, então aposentado. Ficou encantado ao saber que o seu antigo professor tinha sido membro do movimento nazista subterrâneo S.S., colocado fora da lei durante a independência da Áustria. Conversou com ele a sós por espaço de uma hora e, mais tarde, confiou a membros de seu partido: “Os senhores não são capazes de imaginar o que devo a esse velho.”²⁷

Alois Hitler morreu, de uma hemorragia pulmonar, em 3 de janeiro de 1903, aos 66 anos. Sentiu-se mal quando, certa manhã, dava um passeio a pé, e morreu, poucos momentos depois, numa estalagem próxima, nos braços de um vizinho. Quando o seu filho, que contava então 13 anos, viu o corpo do pai, caiu de joelhos e pôs-se a chorar.²⁸

Sua mãe, que tinha, nessa altura, 42 anos, mudou-se para um modesto apartamento em Urfahr, subúrbio de Linz, onde procurou manter-se e aos dois filhos que lhe restavam, Adolf e Paula, com suas magras economias e com a pensão que o marido lhe deixara. Viu-se obrigado, como Hitler observa em *Minha Luta*, a continuar a sua educação de acordo com os desejos do marido, ou “em outras palavras”, como ele diz, “a fazer-me estudar para seguir a carreira de funcionário público”. Mas, embora a jovem viúva fosse indulgente com o filho e ele, ao que parece, a amasse muito, estava, “mais do que nunca, firmemente decidido a não seguir essa carreira”. E, assim, apesar do terno amor existente entre mãe e filho, houve atrito entre ambos e Adolf continuou a negligenciar seus estudos.

“De repente, porém, uma enfermidade veio em meu auxílio e, em poucas semanas, decidi o meu futuro e as eternas desavenças domésticas.”²⁹

A doença pulmonar que Hitler sofreu ao aproximar-se dos 16 anos obrigou-o a abandonar a escola durante um ano. Foi enviado para a aldeia natal da família, Sopit, onde, em casa de uma irmã de sua mãe, Theresa Schmidt, camponesa, recobrou a saúde. Após sua cura, voltou, por breve espaço de tempo, para a escola secundária, em Steyr. Seu último boletim, datado de 16 de setembro de 1905, mostra as seguintes notas: “adequado” em alemão, química, física, geometria e desenho geométrico. Em geografia e história, era “satisfatório”; em desenho à mão livre, “excelente”. Sentiu-se tão entusiasmado ante a perspectiva

de deixar de vez a escola que, pela primeira e última vez em sua vida, se embriagou. Conforme ele próprio recordava muitos anos mais tarde, foi encontrado, ao amanhecer, por um leiteiro, deitado à beira de uma estrada rural, perto de Steyr, e conduzido para casa. Jurou, então, que jamais tornaria a beber.* Neste assunto, pelo menos, cumpriu a palavra. Tornou-se abstinente, não tocava em fumo e era perfeito vegetariano, a princípio por necessidade, quando era um vagabundo sem dinheiro em Viena e Munique, e, depois, por convicção.

** Contou ele essa história, a seu próprio respeito, na noite de 8-9 de janeiro de 1942, no quartel-general de seu Estado-maior, num dos momentos em que costumava recordar a sua vida. (Conversas secretas de Hitler, p. 160).*

Os dois ou três anos que se seguiram Hitler muitas vezes os descrevia como tendo sido os mais felizes de sua vida.** Enquanto sua mãe sugeria — e os outros parentes insistiam — que ele deveria trabalhar e aprender um ofício, o jovem Hitler se contentava em sonhar com o seu futuro de artista e em passar os dias a perambular, ocioso, pelas margens do Danúbio. Jamais esqueceu a “macia suavidade” daqueles anos que se estenderam dos 16 aos 19, quando ele, como “querido da mamãe”, desfrutou da “vacuidade de uma vida confortável”.³⁰ Embora sua mãe, viúva e doente, achasse cada vez mais difícil viver com a sua escassa renda, o jovem Adolf recusou-se a ajudá-la arranjando um emprego. A idéia de ganhar a própria vida, mediante alguma espécie de emprego regular, era-lhe repulsiva, e assim continuou durante toda a sua existência.

*** "Esses foram os anos mais felizes de minha vida, e parecem-me quase um sonho..." (Minha Luta, p. 18). Numa carta datada de 4 de agosto de 1933, seis meses depois de ter-se tornado chanceler, Hitler escreveu ao seu amigo de infância August Kubizek: "Eu deveria sentir-me muito feliz ao reviver com você, mais uma vez, essas lembranças dos melhores anos de minha vida". (Kubizek, O jovem Hitler que conheci, p. 273).*

O que, segundo parece, tornou esses últimos anos de adolescência tão felizes para Hitler, foi o fato de não precisar trabalhar, o que lhe dava liberdade de meditar, de sonhar, de passar os dias perambulando pelas ruas da cidade ou pelo campo, a proclamar a seus companheiros o que estava errado no mundo e a maneira de corrigir o erro, e a liberdade de poder, à noite, mergulhar na leitura de um livro ou ficar de pé atrás da Ópera, em Linz ou Viena, a ouvir, enlevado, as obras místicas, pagãs, de Richard Wagner.

Um seu amigo de infância lembrava-se dele como sendo um jovem pálido, esgrouviado, enfermizo, que, embora habitualmente tímido e reticente, era capaz de entregar-se a súbitas explosões de raiva histérica contra os que discordavam

dele. Durante quatro anos, julgou-se profundamente apaixonado por uma bela e loura jovem chamada Stefanie e, embora ele, com frequência, a fitasse de longe, enquanto a amada subia ou descia a Landstrasse, em Linz, em companhia da mãe, jamais fez o menor esforço no sentido de falar-lhe, preferindo conservá-la, como tantas outras coisas, no mundo irreal de suas alcandoradas fantasias. Com efeito, nos incontáveis poemas de amor que lhe escrevia, mas que jamais enviara (um dos quais se intitulava “Hino à bem-amada”), embora insistisse em lê-los ao seu jovem e paciente amigo August Kubizek* ela se convertia numa das donzelas de Die Walkirie envolta em gracioso manto azul escuro, a cavalgar um branco corcel em meio de bosques floridos.³¹

** Kubizek, que foi, ao que parece, o único amigo que Hitler teve em sua juventude, traçou em seu livro, O jovem Hitler que conheci, interessante retrato de seu companheiro durante os últimos quatro anos, antes que ele, aos 19 anos, mergulhasse em sua vida de vagabundo em Viena — um retrato, diga-se de passagem, que não apenas preenche uma lacuna biográfica na vida do Führer alemão, mas, ainda, corrige as impressões incorretas até então prevalecentes acerca do caráter de Hitler em seus tempos de rapaz. Kubizek era tão diferente de Hitler quanto se possa imaginar. Tinha um lar feliz em Linz, aprendeu o ofício de tapeceiro do pai, trabalhava diligentemente enquanto estudava música, terminou com distinção o curso no Conservatório Musical de Viena e iniciou promissora carreira como maestro e compositor, carreira essa que foi destruída pela Primeira Guerra Mundial.*

Embora Hitler estivesse decidido a tornar-se artista, de preferência pintor ou, pelo menos, arquiteto, já se sentia, aos 16 anos, obcecado pela política. Alimentava, nessa altura, violento ódio pela monarquia dos Habsburgo e por todas as nações não-germânicas do multinacional Império Austro-Húngaro que ela dominava, e um amor igualmente violento por tudo o que fosse alemão. Aos 16 anos, converteu-se naquilo que iria ser até o seu último sopro de vida: um nacionalista alemão fanático.

Apesar de toda a sua vagabundagem, parece que pouco desfrutou dessa despreocupação de espírito comum nos jovens. Os problemas mundiais pesavam sobre ele. Kubizek mais tarde, recordaria: “Via por toda parte apenas obstáculos e hostilidade (...) Estava sempre contra alguma coisa e em atrito com o mundo (...) Jamais o vi aceitar coisa alguma descuidadamente”...³²

Foi nesse período que o jovem, que não podia suportar a escola, tornou-se leitor voraz, inscrevendo-se na Biblioteca de Educação de Adultos, em Linz, e passando a fazer parte da Sociedade Museu, cujos livros tomava emprestados em grande número. Seu jovem amigo lembrava-se dele sempre cercado de livros,

dos quais os seus prediletos eram obras sobre história alemã e mitologia germânica.³³

Como Linz era uma cidade provinciana, não tardou muito para que Viena, a brilhante, a barroca capital do Império, começasse a atrair um jovem de tanta ambição e imaginação. Em 1906, logo após completar 17 anos, Hitler, com recursos fornecidos pela mãe e outros parentes, seguiu para lá, a fim de passar dois meses na grande metrópole. Embora essa cidade viesse a ser, mais tarde, palco dos seus anos mais amargos, quando, algumas vezes, teve de viver, literalmente, nas sarjetas, Viena o encantou em sua primeira visita. Vagou, durante dias, por suas ruas, cheio de excitação ante o espetáculo dos edifícios imponentes situados ao longo do Anel, e em contínuo êxtase diante do que via nos museus, na Ópera, nos teatros.

Indagou acerca do que era necessário à matrícula na Academia de Belas-Artes de Viena e, um ano mais tarde, em outubro de 1907, voltou à capital, para prestar exame de admissão, como primeiro passo prático no sentido de realizar o seu sonho: tornar-se pintor. Tinha 18 anos e alimentava muitos sonhos — que malograram. Uma anotação na lista de classificação da Academia conta a história:

*Os seguintes candidatos fizeram exame com resultados insuficientes, ou não foram admitidos (...) Adolf Hitler, alemão, católico, nascido, a 20 de abril de 1889, em Braunau am Inn. Pai: funcionário público. Quarta série do curso secundário. Poucas matérias. Teste de desenho insatisfatório.*³⁴

Hitler tentou novamente no ano seguinte e, dessa vez, os seus desenhos foram tão maus que não lhe permitiram prestar exame de admissão. Isso, para o ambicioso jovem, foi, como escreveu mais tarde, um golpe terrível. Estava absolutamente convencido de que teria êxito. Segundo ele próprio contou em *Minha Luta*, pediu uma explicação ao diretor da Academia.

*Esse cavalheiro me assegurou que os desenhos por mim apresentados revelavam, indiscutivelmente, a minha incapacidade para a pintura, e que a minha habilidade residia, sem dúvida, no campo da arquitetura. Para mim, disse ele, a Escola de Pintura da Academia estava fora de questão; o lugar que me servia era a Escola de Arquitetura.*³⁵

O jovem Adolf estava inclinado a concordar, mas logo percebeu, com pesar, que o fato de não haver terminado o curso secundário talvez lhe vedasse a entrada na Escola de Arquitetura.

Entretanto, sua mãe agonizava devido a um câncer no seio, e ele voltou para Linz. Desde que Adolf deixara a escola, Klara Hitler e seus parentes vinham, já há três anos, mantendo-o, mas nada viam que justificasse tal encargo. No dia 21 de dezembro de 1908, quando a cidade começava a adquirir o seu festivo ar de Natal, a mãe de Adolf Hitler morreu, sendo, dois dias depois, sepultada ao lado do marido, em Leonding. Para o jovem de 19 anos isso foi um terrível golpe.

(...) Eu sempre respeitara meu pai; mas, minha mãe, eu amava (...) Sua morte pôs fim, subitamente, a todos os meus ambiciosos planos (...) A pobreza e a dura realidade obrigaram-me a tomar uma decisão rápida (...) Defrontava-me com o problema de ganhar, de algum modo, a minha própria vida.³⁶

De algum modo! Sempre encarara com desdém o trabalho manual. Jamais procurara ganhar um centavo. Mas mostrou-se impávido. Ao despedir-se dos parentes, declarou que jamais voltaria enquanto não fosse bem-sucedido.

Tendo na mão uma maleta com roupas e, na alma, uma vontade indomável, parti para Viena. Também esperava lutar com o destino até conseguir o que meu pai havia conseguido cinquenta anos antes; também eu esperava tornar-me “alguma coisa” — mas jamais, em caso algum, funcionário público.³⁷

“O período mais triste de minha vida”

Os quatro anos que se seguiram, de 1909 a 1913, constituíram um período de extrema infelicidade e miséria para o jovem conquistador que viera de Linz. Nesses últimos e rápidos anos, que precederam a queda dos Habsburgo e o fim da cidade como capital de um império de 52 milhões de habitantes, situada no coração da Europa, Viena possuía uma alegria e um encanto únicos entre as capitais do mundo. Não apenas sua arquitetura, a escultura, a música, mas o espírito despreocupado, culto, amante dos prazeres, de seu povo, respiravam uma atmosfera do barroco e do rococó como nenhuma outra cidade do Ocidente.

Erguida ao longo do Danúbio azul, sob as colinas arborizadas do Wienerwald, salpicada de vinhas verde-amarelas, era um lugar de beleza natural que cativava o visitante e fazia com que os vienenses achassem que a Providência lhes havia sido particularmente generosa. A música enchia o ar, a grande música de seus talentosos filhos — a maior que a Europa já conhecera: Haydn, Mozart, Beethoven e Schubert e, nos últimos anos, as alegres, obsedantes valsas do bem-amado de Viena, Johann Strauss. Para um povo assim abençoado, tão marcado pelo estilo de viver barroco, a própria vida era algo assim como um sonho, e os seus simpáticos cidadãos passavam os agradáveis dias e noites de sua vida a

valsar e a beber, entregues a conversas frívolas em cafés acolhedores, a ouvir música e a expor suas opiniões acerca do mundo fictício do teatro, da ópera e da opereta, a flertar e a amar, abandonando grande parte de sua vida aos prazeres e aos sonhos.

Um império, sem dúvida, tinha de ser governado; eram necessários homens para o exército e para a marinha; as comunicações tinham de ser mantidas, os negócios efetuados, e o trabalho precisava ser feito. Mas poucos, em Viena, trabalhavam além do horário — ou mesmo o tempo todo — em tais coisas.

Havia o outro lado da medalha, certamente. Essa cidade, como todas as outras, tinha os seus pobres: criaturas mal alimentadas, mal vestidas, que viviam em habitações miseráveis. Mas, como o maior centro industrial da Europa Central e capital de um império, Viena era próspera, e essa prosperidade se estendia a seus cidadãos e era entre eles joeirada. A grande massa da classe média modesta controlava politicamente a cidade; a classe trabalhadora organizava não apenas sindicatos, mas um poderoso partido político — os social-democratas. Havia um fermento na vida da cidade, que contava agora com uma população de dois milhões de habitantes. A democracia ia expulsando a antiga autocracia dos Habsburgo; a educação e a cultura abriam-se para as massas, de modo que, na época em que Hitler chegou a Viena, um jovem sem dinheiro tinha oportunidade de conseguir uma educação superior ou ganhar decentemente a vida, e, como um milhão de outros indivíduos, de viver sob o fascínio de civilização que a capital exercia sobre os seus habitantes. O seu único amigo, Kubizek, tão pobre e obscuro como ele, já não estava acaso fazendo nome na Academia de Música?

Mas o jovem Adolf não levou avante a sua ambição de entrar para a Escola de Arquitetura. A escola ainda estava aberta para ele, apesar de não possuir um diploma do curso secundário: os jovens que revelavam “talento especial” eram admitidos sem tal certificado. Tanto quanto se sabe, porém, ele não se candidatou. Tampouco estava interessado em aprender um ofício ou dedicar-se a qualquer emprego habitual. Preferia, em vez disso, entregar-se a trabalhos esporádicos: remover neve, bater tapetes, carregar malas fora da Estação Ferroviária Oeste, ou trabalhar ocasionalmente, durante alguns dias, como ajudante de pedreiro. Em novembro de 1909, menos de um ano após sua chegada a Viena, foi obrigado, “a fim de se antecipar ao destino”, a deixar um quarto mobiliado em Simon Denk Gasse e a viver, durante os quatro anos subsequentes, em casas de cômodos ou nas habitações quase igualmente miseráveis da hospedaria para homens situada no nº 27 de Meldemannstrasse, no Vigésimo Distrito de Viena, junto do Danúbio, frequentando, para afastar a fome, as cozinhas de caridade da cidade, onde se servia um prato de sopa aos pobres.

Não é de estranhar, pois, que, quase dois decênios após, pudesse escrever:

Para mim, Viena, a cidade que para tantos outros é um epítome de prazeres inocentes, um festivo e alegre parque de diversões, representa, lamento dizer, simplesmente uma lembrança viva do período mais triste de minha vida.

Mesmo hoje, essa cidade não me consegue despertar outra coisa senão pensamentos tristes. Para mim, o nome dessa decantada cidade representa cinco anos de miséria e privações. Cinco anos em que fui forçado a ganhar a vida, primeiro como trabalhador de empreitada e, depois, como modesto pintor — uma vida verdadeiramente miserável, que jamais bastou sequer para apaziguar a minha fome diária.³⁸

Sempre, diz ele, ao referir-se a essa época, havia fome.

A fome era, então, minha companheira fiel; não me abandonava um momento sequer, e compartilhava de tudo que eu tinha (...) Minha vida era uma luta contínua com essa lamentável amiga.³⁹

Contudo, a fome jamais o levou ao extremo de procurar encontrar um emprego regular. Como ele diz claramente em *Minha Luta*, tinha o torturante medo, como pequeno burguês que era, de escorregar para as fileiras do proletariado, dos trabalhadores manuais — medo que ele iria mais tarde explorar ao edificar o Partido Nacional-Socialista, alicerçado amplamente sobre a classe até então mal remunerada, negligenciada, sem um líder, dos empregados de escritório, cujos milhões de membros alimentavam a ilusão de que pelo menos socialmente estavam em melhor situação do que os “operários”.

Embora Hitler diga que conseguiu viver, pelo menos em parte, com os proventos de seu trabalho como “modesto pintor”, não dá, em sua autobiografia, detalhe algum sobre essa sua ocupação, observando apenas que, nos anos de 1909 e 1910, progrediu tanto que já não precisava mais trabalhar como operário comum.

“Nessa altura”, diz ele, “eu trabalhava como pequeno desenhista e pintor de aquarelas.”⁴⁰

Isso é um tanto enganoso, como acontece com muitas outras coisas de caráter biográfico em *Minha Luta*. Embora o testemunho daqueles que o conheceram nessa época não seja igualmente muito digno de crédito, muita coisa já se coligiu a respeito, de modo a ter-se um quadro provavelmente mais exato e, certamente, mais completo.*

** Vide Das Ende des Hitler-Mythos, de Josef Greiner, que conheceu pessoalmente Hitler durante o tempo em que viveu em Viena. Vide também Hitler the Pawn, de Rudolf Olden. O livro de Olden inclui depoimentos de Reinhold Hanisch, vagabundo sudeto que, durante algum tempo, foi companheiro de quarto de Hitler na hospedaria para homens, e que apregoeou nas ruas alguns de seus quadros. Konrad Heiden, em Der Führer, também cita trechos do depoimento de Hanisch, incluindo passagens de um processo que Hitler moveu contra o vagabundo, por haver se apoderado de uma parcela do dinheiro correspondente à venda de uma pintura que se encarregou de negociar.*

Que Adolf Hitler não foi jamais um pintor de casas, como seus adversários políticos diziam que havia sido, é bastante certo. Pelo menos não existe prova alguma de que tenha seguido esse ofício. O que ele desenhava ou pintava eram pequenos e toscos quadros de Viena, em geral coisas conhecidas e características como a catedral de Santo Estêvão, a Ópera, o Teatro Municipal de Viena, o Palácio de Schönbrunn ou as ruínas romanas do Parque Schönbrunn. Segundo seus conhecidos, ele os copiava de telas mais antigas; ao que parece, não sabia copiar do natural. São composições um tanto pomposas e sem vida, com esboços grosseiros e descuidados de um arquiteto principiante, e as figuras humanas que ele, às vezes, acrescentava, eram tão mal feitas que lembravam figuras de histórias em quadrinhos. Certa vez, ao folhear uma pasta de desenhos originais de Hitler, fiz a seguinte anotação: “Poucos rostos. Toscos. Um rosto quase vampiresco.” Para Heiden, essas figuras “se assemelham a minúsculos sacos colocados diante de palácios imponentes e solenes”.⁴¹

É provável que centenas desses lastimáveis trabalhos tenham sido vendidos por Hitler a modestos negociantes, para adornar uma parede, ou a donos de galerias de arte, que os usavam em molduras vazias que se achavam em exposição, ou a fabricantes de móveis, que deviam aplicá-los, às vezes, na parte de trás do espaldar de cadeiras e sofás baratos, como era então moda em Viena. Mas Hitler também sabia ser mais prático. Não raro, desenhava cartazes para casas comerciais, anunciando produtos tais como o Desodorante Teddy, e há um deles — feito talvez para ganhar algum dinheiro na época do Natal — em que se vê um Papai Noel vendendo velas coloridas, e um outro em que aparece a agulha da torre da catedral gótica de Santo Estêvão, que Hitler jamais se cansava de copiar, erguendo-se acima de uma montanha de sabonetes.

Eis aí a que montava a realização artística de Hitler; mas ele, contudo, até o fim de seus dias, sempre se considerou artista.

Boêmio ele certamente parecia, nesses seus anos de vagabundo em Viena. Os

que então o conheceram, lembravam-se de seu negro, longo e miserável sobretudo, semelhante a um cafetã, comprido até os tornozelos, e que lhe fora doado por um vendedor judeu-húngaro, de roupas velhas, frequentador da desolada hospedaria de homens, e que se tornara seu camarada. Lembravam-se de seu chapéu-coco ensebado, que ele usava o ano todo; de seu cabelo em desalinho, alisado sobre a testa como nos últimos tempos, e que atrás lhe caía, desgrenhado, sobre o colarinho sujo, pois parecia que ele raramente cortava o cabelo ou fazia a barba: os pelos escuros de uma barba incipiente cobriam-lhe as faces e o queixo. Se é que se pode acreditar em Hanisch, que, mais tarde, se tornou algo assim como um artista, Hitler parecia “uma assombração como raramente ocorre entre os cristãos”.⁴²

Ao contrário de alguns dos jovens fracassados com quem ele vivia, Hitler não possuía nenhum dos vícios da juventude. Não fumava nem bebia. Não queria saber de mulheres — não, tanto quanto se pode saber, porque tivesse alguma anormalidade, mas simplesmente devido a uma arraigada timidez.

“Creio”, escreveu Hitler, mais tarde, em *Minha Luta*, num de seus raros lampejos de humor, “que os que me conheciam nessa época me consideravam excêntrico”.⁴³

Lembravam-se, como ocorria com seus professores, de seus olhos penetrantes, que lhe dominavam o rosto e que exprimiam algo entranhado naquela personalidade que não se harmonizava com a existência miserável de um sujo vagabundo. E lembravam-se de que o jovem, apesar de sua preguiça quanto ao que dizia respeito a qualquer espécie de trabalho físico, era um leitor voraz, que passava grande parte de seus dias e de suas noites a devorar livros.

*Nessa época, eu lia muito, meticolosamente. Todo o tempo livre que o trabalho me deixava era empregado em meus estudos. Desse modo, forjei, em poucos anos, os alicerces de um conhecimento de que ainda hoje me alimento.*⁴⁴

Em *Minha Luta*, Hitler discorre longamente sobre a arte da leitura.

Por “ler”, entendo, sem dúvida, algo talvez diverso do que pensa a média de nossa chamada “intelligentsia”.

Conheço pessoas que leem demais (...) e que eu não descreveria como pessoas “bem lidas”. Possuem, é certo, uma massa de “conhecimentos”, mas seu cérebro é incapaz de organizar e registrar o material que receberam (...) Por outro lado, aquele que conhece a arte da leitura correta perceberá,

instintiva e imediatamente, tudo aquilo que, em sua opinião, merece ser permanentemente lembrado, quer porque se adapte aos seus propósitos, quer porque se trate de coisas que, de modo geral, valha a pena saber (...) A arte da leitura, como cultura, consiste em reter o essencial e esquecer o não-essencial. Somente essa espécie de leitura tem sentido e propósito (...) Encarado sob esse aspecto, esse meu período em Viena foi particularmente fértil e valioso.⁴⁵

Valioso por quê? A resposta de Hitler é a de que, com a leitura e a convivência com os pobres e deserdados de Viena, aprendera tudo aquilo de que precisaria mais tarde na vida.

Viena era e continuou a ser para mim a escola mais dura, embora mais completa, de minha vida. Eu pusera os pés nessa cidade quando era ainda quase um adolescente, e a deixei já homem, tranquilo e grave.

Nesse período, formou-se dentro de mim um quadro do mundo e uma filosofia que se converteram no alicerce granítico de todos os meus atos. Além do que eu então criei, pouco tinha a aprender — e nada a modificar.⁴⁶

Que aprendera ele, pois, na escola dos rudes golpes que Viena tão generosamente lhe proporcionara? Quais foram as ideias que adquiriu em suas leituras e sua experiência, as quais, diz ele, permaneceriam essencialmente inalteradas até o fim? Que eram elas sumamente superficiais e miseráveis, às vezes grotescas e absurdas, e envenenadas por prejuízos estranhos, é coisa que se tornará evidente até mesmo para o examinador mais apressado. Que eram importantes para esta história, como o foram para o mundo, é igualmente óbvio, pois que deveriam fazer parte dos alicerces do Terceiro Reich que ele, esse vagabundo livreco, iria logo construir.

As ideias nascentes de Adolf Hitler

Suas ideias não eram, com uma única exceção, originais, mas colhidas toscamente no agitado turbilhão da política austríaca e da vida, nos primeiros anos do século XX. A monarquia do Danúbio morria de indigestão. Durante séculos, uma minoria de germano-austríacos governava o império poliglota formado de uma dúzia de nacionalidades, estampando sobre ele a sua língua e a sua cultura. Mas, desde 1848, as garras desse império enfraqueciam. As minorias não podiam ser assimiladas. A Áustria não era um cadinho de raças. Na década de 1860, os italianos haviam se libertado e, em 1867, os húngaros conquistaram uma situação de igualdade com os alemães, sob a chamada monarquia dupla. Depois, no começo do século XX, os vários povos eslavos — tchecos, eslovacos,

sérvios, croatas e outros — estavam a exigir igualdade, pelo menos autonomia nacional. A política austríaca passou a ser dominada pelas violentas disputas das nacionalidades.

Mas isso não era tudo. Havia, também, uma revolta social que às vezes transcendia a luta racial. As classes inferiores, privadas de direitos políticos, exigiam o voto, e os operários insistiam no direito de organizar sindicatos e fazer greves — não apenas para conseguir melhores salários e condições de trabalho, mas para atingir seus fins democráticos. Com efeito, uma greve geral trouxe finalmente o sufrágio universal masculino e, com isso, o fim do domínio político exercido pelos austro-alemães, em número que não chegava a um terço da população da metade austríaca do império.

Hitler, o fanático nacionalista germano-austríaco proveniente de Linz, opunha-se violentamente a isso. Para ele, o império estava se afundando em “fétido pântano”. Só poderia ser salvo pela raça superior, a alemã, reafirmando sua antiga e absoluta autoridade. As raças não-germânicas, principalmente os eslavos e, sobretudo, os tchecos, eram inferiores. Competia aos alemães governá-los com mão de ferro. Devia abolir-se o Parlamento e pôr-se fim a toda essa tolice “democrática”.

Embora não participasse da política, Hitler acompanhava com avidez as atividades dos três principais partidos políticos da velha Áustria: os social-democratas, os socialistas cristãos e os nacionalistas-pangermânicos. E então começou a brotar na mente desse desganhado frequentador de cozinhas de caridade uma astúcia política que lhe permitia ver, com surpreendente clareza, os pontos fortes e fracos de movimentos políticos contemporâneos que, ao amadurecer, fariam dele o amo político da Alemanha.

Ao primeiro contato, adquiriu violento ódio pelo partido dos social-democratas. “O que mais me repugnava”, disse ele, “era a sua atitude hostil para com a luta a favor da preservação do germanismo e sua lamentável maneira de cortejar o camarada’ eslavo (...) Em poucos meses, consegui obter o que, de outro modo, talvez requeresse decênios: ter uma compreensão da prostituta* pestilenta, encoberta pelas vestes da virtude social e do amor fraternal”.⁴⁷

** Essa palavra foi omitida na segunda e em todas as edições subsequentes de Minha Luta, sendo substituída pelo substantivo "pestilência".*

Não obstante, Hitler foi suficientemente inteligente e reprimiu o seu ódio contra esse partido da classe operária, a fim de examinar cuidadosamente as

razões de seu êxito popular. Concluiu que havia várias razões para isso — razões essas que ele deveria, mais tarde, utilizar, ao edificar o Partido Nacional-Socialista da Alemanha.

Certo dia, conta ele em *Minha Luta*, presenciei uma manifestação em massa dos operários vienenses. “Durante quase duas horas, fiquei observando, sustendo a respiração, o gigantesco dragão humano desfilar lentamente. Finalmente, tomado de angústia, deixei o lugar e segui depressa para casa.”⁴⁸

Uma vez em casa, pôs-se a ler os jornais dos social-democratas, a examinar os discursos de seus líderes, a estudar sua organização, a refletir sobre sua psicologia e técnicas políticas — e a ponderar sobre os resultados. Chegou a três conclusões que explicavam o êxito dos social-democratas: sabiam como criar um movimento de massa, sem o qual qualquer partido de nada valia; tinham aprendido a arte da propaganda entre as massas; e, finalmente, sabiam o valor do emprego daquilo a que ele chama “terror físico e espiritual”.

Esta terceira lição, embora se baseasse certamente em observação defeituosa e em um de seus próprios e imensos preconceitos, intrigou o jovem Hitler. Dentro de dez anos, faria bom uso dela, para consecução de seus próprios fins.

Compreendi o infame terror espiritual que esse movimento exerce, principalmente sobre a burguesia, que não está moral nem mentalmente em condições de rivalizar com tais ataques; a um dado sinal, desencadeia-se uma verdadeira barragem de mentiras e calúnias contra qualquer adversário que pareça ser mais perigoso, até que a coragem da pessoa atacada sucumba (...) É essa uma tática que se baseia num cálculo preciso de todas as debilidades humanas, e seus resultados conduzirão ao êxito com uma certeza quase matemática...

*Cheguei a uma compreensão semelhante quanto à importância do terror físico dirigido contra o indivíduo e as massas (...) Pois, enquanto nas fileiras de seus adeptos o triunfo conseguido parece uma vitória de sua própria causa, o adversário derrotado, na maioria dos casos, perde a esperança de ser bem-sucedido em qualquer nova resistência.*⁴⁹

Nenhuma outra análise mais precisa da tática nazista, tal como Hitler iria, eventualmente, desenvolver, jamais foi escrita.

Havia dois partidos políticos que atraíam fortemente o ainda novato Hitler em Viena, e a ambos aplicou ele o seu poder, cada vez maior, de análise fria e astuta. Sua primeira adesão, diz ele, foi dada ao Partido Nacionalista Pangermânico,

fundado por Georg Ritter von Schonerer, que vinha da mesma região de Sopita, na Áustria Baixa, de onde era a família de Hitler. Os pangermânicos achavam-se empenhados, nessa época, numa luta derradeira a favor da supremacia alemã no império multinacional. E embora Hitler achasse que Schonerer era um “pensador profundo” e abraçasse entusiasticamente o seu programa básico de violento nacionalismo, anti-semitismo, anti-socialismo, união com a Alemanha e oposição aos Habsburgo e à Santa Sé, aprendeu rapidamente as causas do malogro do partido:

“A apreciação inadequada, por parte desse movimento, da importância do problema social, custa-lhe a adesão da massa verdadeiramente militante do povo; sua entrada no Parlamento tirou-lhe o poderoso ímpeto e sobrecarregou-o de todas as debilidades peculiares a essa instituição; a luta contra a Igreja Católica o privou de um número incontável dos melhores elementos de que dispõe a nação.”⁵⁰

Embora Hitler devesse esquecê-la ao assumir o poder na Alemanha, uma das lições dos anos que passou em Viena, e a que se refere longamente em Minha Luta, é a inutilidade de um partido político opor-se às igrejas. “Apesar de existirem muitos motivos para crítica de quaisquer das denominações religiosas”, escreve ele, ao explicar por que o movimento de Los-von-Rom (Longe de Roma), de Schonerer, constituiu um erro tático, “um partido político não deve, um momento sequer, perder de vista o fato de que, em todas as experiências históricas anteriores, partido puramente político nenhum jamais conseguiu produzir uma reforma religiosa”⁵¹

Mas era o fracasso dos pangermânicos, no sentido de despertar as massas, ou mesmo compreender a psicologia das pessoas comuns, que constituía para Hitler o grande erro. Era óbvio, desde a sua recapitulação das ideias que começaram a formar-se em seu espírito, quando ele não contava mais do que 21 anos de idade, que esse seria sempre um erro cardinal. Ele não o repetiria ao fundar o seu próprio movimento político.

Havia um outro erro dos pangermânicos que Hitler não iria cometer. Esse erro consistia no fracasso quanto à consecução do apoio de pelo menos algumas das poderosas instituições estabelecidas da nação: se não a Igreja, então o Exército, ou o Gabinete, ou o chefe de Estado. A menos que um movimento político conquistasse tal apoio, percebia o jovem, seria difícil, se não impossível, assumir o poder. Foi precisamente tal apoio que Hitler teve a astúcia de conseguir em Berlim, nos dias cruciais de janeiro de 1933, e que tornou possível a ele e ao seu Partido Nacional-Socialista assumir o governo de uma grande nação.

Havia em Viena um líder político, no tempo de Hitler, que compreendia isso, bem como a necessidade de criar um partido alicerçado nas massas. Esse líder era o dr. Karl Lueger, burgomestre de Viena e chefe do Partido Social Cristão, o qual, mais do que ninguém, se tornou mentor político de Hitler, embora os dois jamais se encontrassem. Hitler sempre o considerou “o maior alemão de todos os tempos (...) um estadista maior do que todos os chamados ‘diplomatas’ da época (...) Se o dr. Karl Lueger tivesse vivido na Alemanha, teria sido enfileirado entre os maiores espíritos existentes entre nós”.52

Pouca semelhança havia, na verdade, entre Hitler, tal como se tornou mais tarde, e esse grande, franco, genial ídolo das classes médias inferiores vienenses. É certo que Lueger se tornou o político mais poderoso da Áustria, como chefe de um partido formado de indivíduos descontentes da pequena burguesia, que fazia do anti-semitismo estridente, como Hitler o fez mais tarde, um de seus pontos principais. Mas Lueger, que se erguera de uma situação modesta e abriu caminho na universidade, era um homem de consideráveis realizações intelectuais, e seus adversários, incluindo os judeus, concordavam prontamente que se tratava, no fundo, de um indivíduo decente, cavalheiresco, generoso e tolerante. Stefan Zweig, o eminente escritor judeu-austriaco, que, nessa altura estudava em Viena, afirmou que Lueger jamais permitira que seu anti-semitismo oficial o impedisse de ser útil e generoso para com os judeus. “Sua maneira de administrar a cidade”, escreveu Zweig, “era perfeitamente justa e até mesmo tipicamente democrática (...) Os judeus que tremeram ante a vitória do partido anti-semita, continuaram a viver com os mesmos direitos e a mesma estima de sempre.”53

Disso o jovem Hitler não gostava. Achava que Lueger era demasiado tolerante e não compreendia o problema racial dos judeus. Sentia o fato de o prefeito não abraçar o pangermanismo, e duvidava de seu clericalismo católico-romano e sua lealdade aos Habsburgo. Acaso não havia o velho imperador Francisco José se recusado, por duas vezes, a sancionar a eleição de Lueger como burgomestre?

Mas, no fim, Hitler foi obrigado a reconhecer o talento desse homem que sabia conquistar o apoio das massas, que compreendia os problemas sociais modernos e a importância da propaganda e da oratória como meios de influenciar a multidão. Hitler não podia deixar de admirar a maneira pela qual Lueger lidava com a poderosa Igreja: “Sua política era talhada com infinita astúcia.” E, finalmente, Lueger “não tardou em empregar todos os meios de que dispunha para conquistar o apoio de instituições há muito estabelecidas, de modo a poder tirar a maior vantagem possível, para o seu desenvolvimento, dessas antigas fontes de poder”.54

Eis aí, em poucas palavras, as ideias e as táticas que Hitler mais tarde iria empregar na construção de seu próprio partido político e em seu esforço para conduzi-lo ao poder na Alemanha. Sua originalidade consiste em ter sido ele o único político da direita a aplicá-las no cenário alemão, depois da Primeira Guerra Mundial. Foi então que o movimento nazista, sozinho entre os partidos nacionalista e conservador, conseguiu grande massa de adeptos e conquistou o apoio do exército, do presidente da república e das associações dos grandes homens de negócios — as três “instituições há muito estabelecidas” de grande poder, que o conduziram ao posto de chanceler da Alemanha. As lições aprendidas em Viena demonstraram, com efeito, sua utilidade.

O dr. Karl Lueger fora orador brilhante, mas faltavam ao Partido Pangermânico eficientes oradores públicos. Isso não passou despercebido a Hitler, que, em *Minha Luta*, atribuiu grande importância à oratória na política.

O poder, que sempre iniciou as maiores avalanches religiosas e políticas no desenrolar da História, tem sido, desde tempos imemoriais, o poder mágico da palavra falada — e somente isso.

*As grandes massas de povo só podem ser influenciadas pelo poder da palavra. Todos os grandes movimentos são movimentos populares, erupções de paixões humanas e sentimentos emocionais, despertados quer pela deusa do sofrimento, cruel, quer pelo facho de fogo da palavra lançada entre as massas — coisas que nada têm de semelhante aos extravasamentos de limonada dos estetas literários e dos heróis de salão.*⁵⁵

Embora abstendo-se de qualquer participação efetiva na política partidária austríaca, o jovem Hitler já começava a exercitar sua oratória diante de auditórios que encontrava em casas de cômodos, cozinhas que distribuíam sopas aos pobres em esquinas. Esse talento iria converter-se (como o autor deste livro, que ouviu dezenas e dezenas de seus discursos mais importantes, pode testemunhar) em algo muito mais impressionante do que qualquer outro surgido na Alemanha entre as duas guerras, contribuindo em grande parte para o seu espantoso êxito.

E, finalmente, na experiência vienense de Hitler, havia os judeus. Em Linz, diz ele, existiam poucos judeus. “Em casa, não me lembro de ter ouvido essa palavra durante a existência de meu pai.” Na escola secundária, havia um rapazinho judeu — “mas não pensávamos nisso (...) Eu até mesmo pensava que fossem (os judeus) alemães”.⁵⁶

Segundo o amigo de infância de Hitler, isso não é verdade. “Quando conheci

Adolf Hitler”, diz August Kubizek, recordando os tempos que passaram juntos em Linz, “seu anti-semitismo já era pronunciado (...) Hitler já era um anti-semita confesso quando foi para Viena. E, embora suas experiências em Viena possam ter aprofundado tal sentimento, não o fizeram, certamente, nascer”.⁵⁷

“Então”, escreve Hitler, “fui para Viena”.

*Preocupado pela abundância de minhas impressões (...) oprimido pelas agruras de minha própria sorte, não me fixei, a princípio, na estratificação do povo nessa gigantesca cidade. Apesar de Viena contar, naquela época, com quase duzentos mil judeus entre sua população de dois milhões de habitantes, eu não os via (...) Para mim, o judeu ainda não estava caracterizado senão pela sua religião e, por conseguinte, por motivos de tolerância humana, eu me mantinha contrário, tanto nesse caso como em outros, aos ataques à religião. O tom da imprensa anti-semita pareceu-me, pois, indigno da tradição cultural de uma grande nação.*⁵⁸

Conta Hitler que, certo dia, vagava pelo centro da cidade. “Deparei, súbito, com uma aparição em cafetã negro e cabelos pretos. Será isto um judeu? — foi o meu primeiro pensamento. Na verdade, os judeus não tinham aquele aspecto em Linz. Observei o homem furtivamente, mas, quanto mais fitava aquele rosto estrangeiro, examinando-lhe cada um dos traços, mais a minha primeira pergunta adquiria uma nova forma: seria aquilo um alemão?”⁵⁹

Pode-se imaginar prontamente qual tenha sido a resposta de Hitler. Diz ele, porém, que, antes de responder, “procurei desfazer minhas dúvidas recorrendo a livros”. Mergulhou na literatura anti-semita, que, na época, tinha grande saída em Viena. Depois, saiu para a rua, a fim de melhor observar o “fenômeno”. “Aonde quer que eu fosse”, escreve ele, “comecei a ver os judeus e, quanto mais os via, tanto mais se tornavam, a meus olhos, diferentes do resto da humanidade (...) Mais tarde, virava-me o estômago o cheiro desses portadores de cafetãs”.⁶⁰

Depois, diz ele, descobriu a mancha moral desse “povo eleito” (...) “Haveria acaso qualquer forma de imundície ou devassidão, particularmente na vida cultural, em que não estivesse envolvido pelo menos um judeu? Se se lancetar, mesmo cautelosamente, tal abscesso, encontra-se, como um verme num corpo em decomposição, às vezes entontecido pela súbita luz — um judeu!” Os judeus eram grandemente responsáveis, constatou ele, pela prostituição e pelo tráfico de brancas. “Quando, pela primeira vez, descobri que o judeu, frio, desavergonhado, calculista, era o diretor desse revoltante tráfico entre a escória da grande cidade, um calafrio me percorreu a coluna.”⁶¹

Há muita sexualidade mórbida nos desvarios de Hitler acerca dos judeus. Isso era característico da imprensa anti-semita de Viena na época, como seria, mais tarde, do obscuro semanário de Nuremberg Der Stürmer, publicado por um dos camaradas prediletos de Hitler, Julius Streicher, chefe nazista de Francônia, pervertido sexual notório e um dos personagens mais repugnantes do Terceiro Reich. Minha Luta está pontilhada de sinistras alusões a grosseiros judeus que seduziram inocentes jovens cristãs, corrompendo-lhes, assim, o sangue. Hitler escreve sobre “a visão de pesadelo da sedução de centenas de milhares de moças por judeus bastardos e repugnantes, de pernas tortas”. Como acentuou Rudolf Olden, uma das raízes do anti-semitismo de Hitler talvez tenha sido a sua torturante inveja sexual. Embora tivesse ele apenas 20 e poucos anos, não mantinha, tanto quanto sabemos, relação alguma com mulheres, durante sua estada em Viena.

“Aos poucos”, conta Hitler, “comecei a odiá-los (...) Essa foi, para mim, a época da maior convulsão espiritual que já passei. Deixara de ser um cosmopolita irresoluto, convertendo-me em anti-semita”.⁶²

Devia permanecer cego e fanático até o último momento. Seu testamento, escrito poucas horas antes da morte, conteria uma maldição final contra os judeus, a quem responsabilizava pela guerra que ele começara e que agora dava cabo dele e do Terceiro Reich. Esse ódio feroz, que contaminaria tantos alemães naquele império, acabaria, afinal, por conduzir a um massacre tão horrível e em tão grande escala que constituirá, enquanto o homem habitar a Terra, uma nódoa medonha da civilização.

Na primavera de 1913, Hitler deixou de vez Viena, indo viver na Alemanha, onde, diz ele, seu coração sempre esteve. Contava 24 anos e, aos olhos de todos, com exceção dos seus, devia ter parecido um fracasso total. Não se tornara pintor nem arquiteto. Não se tornara coisa alguma, como qualquer um pode ser, senão um vagabundo — um excêntrico, conquanto, sem dúvida, livresco. Não tinha amigos, nem família, nem trabalho, nem lar. Tinha, no entanto, uma coisa: inextinguível confiança em si mesmo e um profundo, ardente senso de missão a cumprir.

Provavelmente, deixou a Áustria para fugir ao serviço militar.* Isso ocorreu não porque fosse covarde, mas porque odiava a idéia de prestar serviço militar em companhia de judeus, eslavos e outras minorias raciais do império. Em Minha Luta, Hitler diz que foi para Munique na primavera de 1912, mas isso é um erro. Um registro policial o dá como vivendo em Viena até maio de 1913.

** Desde 1910, quando contava 21 anos, estava sujeito ao serviço militar. Segundo Heiden, as autoridades austríacas não haviam podido deitar-lhe a mão enquanto se achava em Viena. Localizaram-no, finalmente, em Munique, ordenando-lhe que se apresentasse para exame em Linz. Josef Greiner, em seu livro Das Ende des Hitler-Mythos publica uma parte da correspondência entre Hitler e as autoridades militares austríacas, na qual Hitler nega que tenha ido para a Alemanha a fim de evitar o serviço militar austríaco. Alegando que não dispunha de fundos, solicitou que lhe permitissem fazer o exame em Salzburg, por se achar esta cidade próxima a Munique. Foi lá examinado em 5 de fevereiro de 1914, sendo considerado incapaz para o serviço militar ou mesmo para os serviços auxiliares, devido à sua má saúde (pois, ao que parece, tinha ainda uma lesão pulmonar). O fato de haver deixado de atender à convocação militar, até que as autoridades finalmente o localizaram, aos 24 anos de idade, deve ter preocupado Hitler, quando sua estrela começou a brilhar na Alemanha. Greiner confirma uma história, corrente entre os círculos antinazistas quando eu me achava em Berlim, segundo a qual, na ocasião em que as tropas alemãs ocuparam a Áustria, em 1938, Hitler ordenou à Gestapo que encontrasse os documentos oficiais relativos ao seu serviço militar. Os registros, em Linz, foram vasculhados em vão — para crescente irritação de Hitler. Tinham sido removidos por um membro do governo local, que, finda a guerra, os mostrou a Greiner.*

São grandiosas as razões que ele próprio apresenta por ter deixado a Áustria:

Minha aversão íntima pelo Estado de Habsburgo aumentava sem cessar (...) Repelia-me o conglomerado de raças que a capital me mostrava; repelia-me aquela mistura de tchecos, poloneses, húngaros, rutenos, sérvios e croatas e, por toda parte, esse cogumelo da humanidade (...) judeus e mais judeus. Para mim, a cidade gigantesca parecia a encarnação da profanação racial (...) Quanto mais eu vivia nessa cidade tanto mais odiava aquela mistura de povos estrangeiros que haviam começado a corroer aquele velho lugar de cultura alemã (...) Por todas essas razões, um desejo cada vez mais forte me levou por fim ao lugar a que me arrastavam, desde a infância, um desejo e um amor secreto.⁶³

Seu destino, naquela terra que tão ternamente amava, devia ser tal que nem mesmo ele, em seus sonhos mais desvairados, poderia ter imaginado. Era, e continuaria a ser até pouco antes de tornar-se chanceler, um estrangeiro, um austríaco, no Reich alemão. E é só como austríaco que atingiu a maioria na última década que precedeu ao colapso do império Habsburgo que não conseguiu deitar raízes em sua civilizada capital, que abraçou todos os absurdos preconceitos e ódios que campeavam então entre os extremistas de língua alemã, que não conseguiam apreender o que havia de decente, honesto e honrado entre a imensa maioria de seus concidadãos — fossem eles tchecos, judeus, pobres ou

prósperos, artistas ou artesãos — que Hitler pode ser compreendido. É duvidoso que qualquer alemão proveniente do norte, da região do Reno, a oeste, da Prússia, a leste, ou mesmo da Baviera, ao sul, pudesse ter tido em seu sangue e em sua mente, devido a qualquer experiência possível, exatamente essa mesma mistura de ingredientes que impeliu Adolf Hitler às alturas a que eventualmente chegou. Na verdade, deve-se acrescentar a tudo isso um toque liberal de imprevisível talento.

Mas, na primavera de 1913, esse talento ainda não se havia revelado. Em Munique, como ocorrera em Viena, continuou sem dinheiro, sem amigos e sem trabalho regular. Foi então que, no verão de 1914, estourou a guerra, agarrando-o, como a milhões de outros, em suas garras. No dia 3 de agosto dirigiu uma petição ao rei Ludwig III, da Baviera, pedindo permissão para entrar, como voluntário, num regimento bávaro — permissão essa que lhe foi concedida.

Foi uma oportunidade enviada pelo céu. Agora, o jovem vagabundo podia satisfazer não apenas o seu desejo ardente de servir o seu bem-amado país adotivo naquilo que julgava ser, diz ele, uma luta pela sua sobrevivência — to be or not to be —, mas, ao mesmo tempo, fugir de todos os fracassos e frustrações de sua vida pessoal.

“Para mim”, escreveu em Minha Luta, “aquelas horas chegaram como uma libertação da angústia que pesara sobre mim durante a minha juventude. Não me envergonho de dizer que, levado pelo meu entusiasmo do momento, caí de joelhos e agradei aos céus, do fundo do coração, ter-me concedido a fortuna de viver em tal época (...) Para mim, como para todos os alemães, começava agora o período mais memorável de minha vida. Em confronto com os acontecimentos daquela luta gigantesca, todo o passado caía no esquecimento”.⁶⁴

Para Hitler, o passado, com todas as suas misérias, solidão e decepções, devia permanecer envolto em sombras, embora houvesse modelado para sempre o seu espírito e o seu caráter. A guerra, que trouxe a morte a tantos milhões de homens, proporcionou-lhe, aos 25 anos, um novo ponto de partida na vida.

█ O nascimento do Partido Nazista

Num sombrio domingo de outono, a 10 de novembro de 1918, Adolf Hitler experimentou algo que, nas profundezas de seu ódio e de sua frustração, chamou de a maior vilania do século.* Um pastor chegara trazendo aos soldados feridos notícias incríveis do hospital militar de Pasewalk, pequena localidade de Pomerânia situada ao norte de Berlim, onde Hitler se restabelecia de uma cegueira temporária, causada por um ataque a gás lançado pelos ingleses, um mês antes, perto de Ypres.

** Esta expressão apareceu na primeira edição alemã de Minha Luta, mas foi mudada para "revolução" em todas as edições subsequentes.*

Naquela manhã de domingo, o pastor informou-os de que o Kaiser abdicara e fugira para a Holanda. Na véspera, fora proclamada a república em Berlim. Na manhã seguinte, 11 de novembro, seria assinado um armistício em Compiègne, na França. A guerra estava perdida. A Alemanha achava-se à mercê dos Aliados vitoriosos. O pastor pôs-se a chorar.

Não pude aguentar mais [escreve Hitler, narrando a cena], tudo escureceu diante de meus olhos; cambaleante, voltei, às apalpadelas, para a enfermaria, lancei-me sobre o leito e afundei a cabeça febril nas cobertas e no travesseiro (...) Então tudo tinha sido inútil. Inúteis todos os sacrifícios e privações (...) Inúteis as horas em que, com um medo mortal a comprimir-nos o coração, cumpríamos, não obstante, o nosso dever (...) Inútil a morte dos dois milhões de homens que sucumbiram (...) Então tinham morrido para aquilo? (...) Então tudo aquilo acontecia apenas para que um bando de miseráveis criminosos deitasse a mão à Mãe-Pátria?!

Pela primeira vez, desde que se debruçara sobre o túmulo de sua mãe, diz ele, fraquejou e chorou. “Não pude evitar.” Como ocorreu, então e depois, com milhões de seus concidadãos, não lhe era possível aceitar o fato súbito e dilacerante de que a Alemanha fora derrotada no campo de batalha e perdera a guerra.

Como milhões de outros alemães, também Hitler fora bravo e corajoso soldado. Mais tarde, seria acusado, por certos adversários políticos, de ter sido covarde em combate, mas é preciso que se diga, a bem da verdade, que nada há em sua folha de serviços que prove tal acusação. Como encarregado dos despachos da 1ª Companhia do 16º Regimento de Infantaria da Reserva bávaro, chegou à frente de batalha no fim de outubro de 1914, após menos de três meses de adiestramento, sendo a sua unidade dizimada, em quatro dias de violenta luta, na primeira Batalha de Ypres, onde os ingleses detiveram o avanço alemão rumo

ao Canal da Mancha. Segundo uma carta enviada por Hitler ao seu senhorio em Munique, um marinheiro chamado Popp, seu regimento, constituído de 3.500 homens, ficou reduzido, em quatro dias de combate, a seiscentos homens. Sobreviveram apenas trinta oficiais; quatro companhias tiveram de ser dissolvidas.

Durante a guerra, Hitler foi ferido duas vezes, a primeira em 7 de outubro de 1916, durante a Batalha do Somme, em que foi atingido na perna. Após hospitalização na Alemanha, voltou para o Regimento List — assim chamado em homenagem a seu primeiro comandante —, sendo reincorporado em março de 1917, quando, já promovido a cabo, participou da Batalha de Arras e da terceira Batalha de Ypres, durante aquele verão. Seu regimento participou do mais renhido da luta, durante a última e desesperada ofensiva alemã, na primavera e verão de 1918. Na noite de 13 de outubro, foi atingido por violento ataque a gás britânico, numa colina situada ao sul de Werwick, durante a última Batalha de Ypres. “Recuei cambaleante, os olhos a arder”, conta ele, “levando comigo o meu último relatório de guerra. Poucas horas mais tarde, meus olhos se haviam convertido em brasas vivas. Tudo escurecera em meu redor”.²

Foi condecorado duas vezes por atos de bravura. Em dezembro de 1914, recebeu a Cruz de Ferro, Segunda Classe e, em agosto de 1918, foi-lhe conferida a Cruz de Ferro, Primeira Classe, distinção raramente outorgada a um soldado comum do Exército Imperial. Um camarada de armas seu declarou que ele conquistara a ambicionada condecoração por haver aprisionado, sozinho, 15 soldados ingleses; outro, disse que eram franceses. A história oficial do Regimento List nada diz sobre tal feito; silencia a respeito dos atos de muitos de seus membros que receberam condecorações. Seja lá como for, não há dúvida de que o cabo Hitler conquistou a Cruz de Ferro, Primeira Classe. Usou-a, orgulhosamente, até o fim da vida.

Contudo, quanto ao que se refere a soldados, era ele um sujeito singular, como testemunhou mais de um de seus camaradas. Não recebia cartas nem presentes de casa, como os outros. Jamais pediu licença. Não demonstrava sequer o interesse dos outros combatentes por mulheres. Jamais resmungava, como faziam os mais bravos, contra a imundície, os piolhos, a lama, o fedor das linhas de frente. Era um combatente apaixonado, tremendamente sério em todas as ocasiões quanto aos objetivos da guerra e ao destino manifesto da Alemanha.

“Nós todos o amaldiçoávamos, achando-o intolerável”, disse, mais tarde, um dos homens de sua companhia. “Lá estava entre nós aquele corvo branco que não nos acompanhava quando mandávamos a guerra ao diabo.”³ Outro o

descreveu “sentado a um canto, à hora do rancho, a cabeça entre as mãos, mergulhado em profunda meditação. De repente, dava um pulo, corria excitadamente de um lado para outro e dizia que, apesar de nossos grandes triunfos pelas armas, a vitória nos seria negada, pois os inimigos invisíveis da Alemanha constituíam um perigo maior do que os mais poderosos canhões do inimigo”.⁴ Depois, lançava tremendos ataques contra esses “adversários invisíveis” — os judeus e os marxistas. Não tinha ele aprendido, em Viena, que eram a fonte de todos os males?

E, com efeito, acaso ele próprio não vira, na pátria alemã, isso acontecer quando, no meio da guerra, convalescia do ferimento que recebera na perna? Após deixar o hospital em Beelitz, perto de Berlim, visitara a capital, indo, depois, até Munique. Por toda parte encontrou “patifes” que amaldiçoavam a guerra e desejavam que ela terminasse logo. Abundavam os que fugiam ao serviço militar — e quem eram eles senão judeus? “Os escritórios estavam cheios de judeus. Quase todos os funcionários eram judeus e quase todos os judeus eram funcionários (...) Em 1916-17, quase toda a produção estava sob o controle financeiro dos judeus (...) Os judeus roubavam toda a nação e tinham-na sob o seu domínio (...) Vi com horror a catástrofe que se aproximava (...)”⁵ Hitler não pôde suportar o que viu e, diz ele, foi com alegria que voltou ao front.

Menos ainda pôde suportar o desastre que aconteceu à sua bem-amada Mãe-Pátria, em novembro de 1918. Para ele, como para a maioria dos alemães, foi uma coisa “monstruosa” e imerecida. O exército alemão não fora vencido no campo de batalha. Fora apunhalado pelas costas, na própria Alemanha, pelos traidores.

Assim, surgiu para Hitler, como para tantos outros alemães, a crença fanática na lenda da “punhalada pelas costas”, que, mais do que qualquer outra coisa, deveria solapar a República de Weimar e preparar o caminho para o triunfo final de Hitler. A lenda era fraudulenta. O general Ludendorff, então chefe do Alto-Comando, insistira, em 28 de setembro de 1918, em que se devia fazer “imediatamente” um armistício, e o seu superior nominal, o marechal-de-campo von Hindenburg, o apoiara. Numa reunião do Conselho da Coroa, realizada, em Berlim, a 2 de outubro, e presidida pelo Kaiser Guilherme II, Hindenburg reiterou o pedido do Alto-Comando, que desejava uma trégua imediata. “O exército”, disse ele, “não pode esperar 48 horas”. Numa carta escrita no mesmo dia, Hindenburg declara claramente que a situação militar tornava imperativo “cessar a luta”. Nenhuma referência se fez a “punhalada pelas costas”. Somente mais tarde o grande herói da guerra da Alemanha subscreveu tal mito. Ouvido pelo Comitê de Inquérito da Assembléia Nacional, em 18 de novembro de 1919,

um ano após o término da guerra, Hindenburg declarou: “Como disse, com razão, um general inglês, o exército alemão foi apunhalado pelas costas.*

Na verdade, o governo civil, chefiado pelo príncipe Max de Baden, ao qual o Alto-Comando nada disse do agravamento da situação militar — só o fazendo em fins de setembro —, colocou-se, durante várias semanas, contra o pedido de armistício de Ludendorff.

** A atribuição de tal mito a um general inglês dificilmente corresponde à verdade. Wheeler-Bennett, em Wooden Titan: Hindenburg, explicou que, ironicamente, dois generais ingleses tiveram algo a ver — inadvertidamente — com a perpetração dessa falsa lenda. "O primeiro foi o general-de-divisão sir Frederick Maurice, cujo livro The Last Four Months, publicado em 1919, foi grosseiramente mal interpretado pelos críticos na imprensa alemã, como provando que o exército alemão fora traído pelos socialistas na própria Alemanha, e não derrotado no campo de batalha." O general negou tal interpretação da imprensa alemã, mas isso de nada valeu. Ludendorff aproveitou-se das críticas para convencer Hindenburg. "O outro oficial", diz Wheeler-Bennett, "foi o general-de-divisão Malcolm, chefe da Missão Militar Britânica em Berlim." Ludendorff jantava, certa noite, com o general e, com sua empolada e habitual eloquência, explicava-lhe de que modo o Alto-Comando sofrera sempre a falta de apoio do governo civil e de que modo a revolução fora traída pelo exército. Esforçando-se por cristalizar o sentido da verbosidade de Ludendorff numa única frase, o general Malcolm perguntou-lhe: "O senhor quer dizer, general, que foram apunhalados pelas costas?" Os olhos de Ludendorff iluminaram-se, e ele lançou-se sobre a frase como um cão sobre um osso: "Apunhalados pelas costas", repetiu. "Sim, foi exatamente isso. Fomos apunhalados pelas costas."*

Era preciso viver na Alemanha entre as duas guerras para perceber quão difundida era a aceitação, pelo povo alemão, dessa lenda incrível. Os fatos que revelavam essa falsidade eram encontrados em toda parte. Mas os alemães da direita negavam-se a aceitá-los. Os culpados, não cessavam de clamar, eram os “criminosos de novembro” — expressão que Hitler martelou na consciência do povo. Não importava, absolutamente, que o exército alemão, astuta e covardemente, houvesse manobrado o governo republicano, obrigando-o a assinar o armistício, como insistiam os chefes militares, e que, depois, tivesse aconselhado o governo a aceitar o Tratado de Paz de Versalhes. Tampouco parecia importar que o Partido Social-democrata só relutantemente houvesse aceitado o poder em 1918, e isso apenas para evitar que a nação mergulhasse no caos que ameaçava conduzir ao bolchevismo. Não era ele responsável pelo colapso alemão. A culpa disso residia na velha ordem, que mantivera o poder.* Mas milhões de alemães se recusavam a aceitar tal fato. Precisavam encontrar

bodes expiatórios para a derrota e para a humilhação e sofrimento. Convenceram-se facilmente de que os haviam encontrado nos “criminosos de novembro”, que assinaram a rendição e estabeleceram um governo democrático em lugar da antiga autocracia. A credulidade dos alemães é assunto repisado por Hitler em *Minha Luta*. Ele não tardaria a tirar a máxima vantagem disso.

** Poucos generais tiveram a coragem de dizer isso. No dia 23 de agosto de 1924, o Frankfurter Zeitung publicou um artigo, de autoria do general Freiherr von Schönaich, analisando as razões da derrota alemã. Chegou ele à irresistível conclusão de que devemos nossa própria ruína à supremacia de nossas autoridades militares sobre as autoridades civis (...) Na verdade, o militarismo alemão simplesmente se suicidou". (Citado por Telford Taylor em Sword and Swastika, p. 16).*

Depois que o pastor deixou o hospital de Pasewalk, na noite de 10 de novembro de 1918, “seguiram-se dias terríveis e noites ainda piores” para Adolf Hitler. “Eu sabia que tudo estava perdido. Somente os idiotas, mentirosos e criminosos podiam esperar misericórdia do inimigo. Naquelas noites, o ódio cresceu em mim — ódio pelos responsáveis por aquilo (...) Miseráveis e degenerados criminosos! Quanto mais eu procurava pensar com clareza naquele monstruoso acontecimento, tanto mais a vergonha, a indignação e a desgraça me queimavam a frente. Que era toda a dor que sentia em meus olhos comparada àquela infelicidade?”

E ainda: “Meu próprio destino tornou-se-me claro. Resolvi entrar para a política.”⁶

E, como aconteceu, essa foi uma decisão fatal, tanto para Hitler como para o mundo.

O começo do Partido Nazista

As perspectivas de uma carreira política, na Alemanha, para esse austríaco de 30 anos, sem amigos nem fundos, sem trabalho, sem ofício, profissão ou qualquer registro anterior de um emprego regular, sem qualquer experiência de política, eram menos do que promissoras e, a princípio, durante breve momento, Hitler o percebeu. “Durante dias, perguntei a mim mesmo o que se poderia fazer, mas, no fim de cada meditação, percebia claramente que eu, desconhecido como era, não possuía a menor base para qualquer ação útil.”⁷

Voltou para Munique no fim de novembro de 1918, encontrando sua cidade

adotiva quase irreconhecível. Também lá a revolução irrompera. O rei de Wittelsbach abdicara. A Baviera estava nas mãos dos social-democratas, que haviam estabelecido um “Estado Livre da Baviera”, sob a chefia de Kurt Eisner, um escritor popular, judeu nascido em Berlim. No dia 7 de novembro, Eisner, figura familiar em Munique, com sua grande barba grisalha, seu pincenê, o enorme chapéu negro e a estatura diminuta, percorrera as ruas da cidade à frente de algumas centenas de homens e, sem que se disparasse um tiro, ocupara a sede do Parlamento e do governo e proclamara uma república. Três meses mais tarde, foi assassinado por um jovem oficial da ala direita, o conde Anton Arco-Valley. Depois disso, os operários estabeleceram uma república soviética que teve vida breve. A 1º de maio de 1919, tropas do exército regular, enviadas de Berlim e “unidades livres” bávaras (Freikorps) de voluntários, entraram em Munique e depuseram o regime comunista, massacrando várias centenas de pessoas, incluindo muitos não-comunistas, em represália ao fuzilamento de uma dúzia de reféns pelo soviete. Embora se restaurasse nominalmente um governo social-democrático moderado, sob a chefia de Johannes Hoffmann, o verdadeiro poder, na política bávara, passou para a direita.

O que era a direita, na Baviera, nesse momento caótico? Era o exército regular, o Reichswehr; eram os monarquistas, que desprezavam a república democrática estabelecida em Berlim — e, à medida que passava o tempo, era, sobretudo, a grande multidão de soldados desmobilizados, para quem o mundo desmoronara em 1918, homens desarraigados que não conseguiam encontrar trabalho ou o caminho de volta à sociedade pacífica que haviam deixado em 1914; homens que a guerra tornara rudes e violentos e que não podiam libertar-se de hábitos entranhados e dos quais Hitler, que durante algum tempo foi um deles, diria mais tarde, que se “tornaram revolucionários por amor à própria revolução, que desejavam ver estabelecida como condição permanente”.

Grupos livres armados surgiram em toda a Alemanha, sendo equipados secretamente pelo Reichswehr. A princípio, eram empregados principalmente na luta contra os poloneses e os bálticos nas disputadas fronteiras orientais, mas logo começaram a apoiar complôs tendentes a derrubar o regime republicano. Em março de 1920, uma dessas unidades, a conhecida Brigada Ehrhardt, chefiada por um flibusteiro, o capitão Ehrhardt, ocupou Berlim e permitiu que o dr. Wolfgang Kapp,* político medíocre da extrema direita, se proclamasse chanceler. O exército regular, sob o comando do general von Seeckt, permaneceu a seu lado, enquanto o presidente da república e o governo fugiam, em confusão, para a Alemanha Oriental. Somente uma greve geral, decretada pelos sindicatos, restaurou o governo republicano.

** Kapp nasceu em Nova York a 24 de julho de 1868.*

Em Munique, nessa mesma ocasião, uma espécie diferente de *coup d'état* militar foi mais bem-sucedida. Em 14 de março de 1920, o Reichswehr depôs o governo socialista de Hoffmann e instalou um regime direitista, sob a chefia de Gustav von Kahr. A capital bávara tornou-se, então, uma espécie de imã para todas as forças que, na Alemanha, estavam resolvidas a derrubar a república, estabelecer um regime autoritário e repudiar o Diktat de Versalhes. Lá, os condottieri dos grupos livres, incluindo os membros da Brigada Ehrhardt, encontraram não só refúgio, como acolhida calorosa. Lá se instalou o general Ludendorff, juntamente com uma multidão de oficiais do exército, descontentes, afastados de seus postos.**

*** No fim da guerra, Ludendorff fugiu para a Suécia disfarçado com suíças falsas e óculos escuros. Voltou à Alemanha em fevereiro de 1919, escrevendo à esposa: "Seria a maior estupidez, por parte dos revolucionários, permitir que todos nós permanecêssemos vivos. Se eu, algum dia, tornar ao poder, não haverá perdão! Com a consciência tranquila, faria com que Ebert, Scheidemann e companhia fossem enforcados, e os observaria dependurados da corda." (Margaritte Ludendorff, Ais ich Ludendorffs Frauwar, p. 229). Ebert foi o primeiro presidente e Scheidemann o primeiro chanceler da República de Weimar. Ludendorff, embora estivesse logo abaixo de Hindenburg, fora o ditador virtual da Alemanha durante os últimos dois anos da guerra.*

E lá se planejaram os assassinios políticos, entre os quais o de Matthias Erzberger, o político católico moderado que tivera a coragem de assinar o armistício, quando os generais recuaram — e também o de Walther Rathenau, o culto e brilhante ministro do Exterior, odiado pelos extremistas por ser judeu e por executar a política do governo nacional, de procurar cumprir pelo menos algumas das cláusulas do Tratado de Versalhes.

Foi nesse campo fértil, em Munique, que Adolf Hitler começou sua carreira.

Ao voltar para Berlim, no fim de novembro de 1918, Hitler constatou que o seu batalhão se encontrava nas mãos dos Conselhos dos Soldados. Isso lhe foi tão repugnante, disse ele, que decidiu “imediatamente dar baixa logo que possível”. Passou o inverno dando guarda num campo de prisioneiros situado em Traunstein, perto da fronteira da Áustria. Voltou a Munique na primavera. Em Minha Luta, conta que caiu no “desagrado” da ala esquerda do governo, só não sendo preso por ter apontado seu fuzil na direção de três “patifes” que tinham ido buscá-lo. Imediatamente após a queda do regime comunista, Hitler começou o

que chama de suas “primeiras atividades mais ou menos políticas”. Isso consistia em dar informações à comissão de inquérito, criada pelo 2º Regimento de Infantaria, encarregada de investigar a responsabilidade dos que haviam participado do breve regime soviético em Munique.

Ao que parece, os serviços prestados por Hitler, nessa ocasião, foram considerados valiosos, pois o exército o encarregou de nova tarefa. Deram-lhe um lugar no Birô de Imprensa e Publicidade do Departamento Político do comando distrital do exército. O exército alemão, contrariando suas tradições, estava então mergulhado na política, principalmente na Baviera, onde, afinal, estabelecera um governo de seu agrado. A fim de fomentar suas opiniões conservadoras, ministrava aos soldados cursos de “instrução política”, de um dos quais Hitler era aluno atento. Certo dia, segundo ele próprio, pediu a palavra durante uma conferência em que alguém dissera algo a favor dos judeus. Sua arenga anti-semita, ao que parece, agradou tanto os superiores militares que ele logo foi aproveitado num regimento de Munique como oficial educador, *Budungsoffizier*, cuja tarefa principal consistia em combater ideias perigosas — pacifismo, socialismo, democracia. Eis aí a idéia que o exército fazia de seu papel na república democrática que jurara servir.

Essa era para Hitler uma oportunidade importante, o primeiro reconhecimento de seu valor no terreno político no qual procurava entrar. Dava-lhe, sobretudo, oportunidade de exercitar suas qualidades oratórias — o primeiro requisito, como sempre afirmara, que se exigia de um político, para que fosse bem-sucedido. “De repente, ofereciam-me uma oportunidade para falar diante de um grande auditório — e aquilo que eu sempre supusera por pura impressão, sem que o soubesse de fato, foi então confirmado: eu sabia falar? Essa descoberta, embora não constituísse para ele uma surpresa, agradou-lhe grandemente. Receara que sua voz pudesse ter ficado permanentemente debilitada pela intoxicação por gás tóxico que sofrera no front. Via, agora, que se restabelecera o suficiente para fazer-se ouvir “pelo menos em todos os cantos das pequenas salas de instrução de recrutas”.⁸ Isso foi o começo de um talento que deveria fazer dele o orador mais eficiente da Alemanha, dotado de um poder mágico que lhe permitiu, quando começou a falar pelo rádio, influenciar milhões de pessoas por meio de sua voz.

Certo dia, em setembro de 1919, Hitler recebeu ordem do Departamento Político do exército para olhar um minúsculo grupo político de Munique, que se chamava a si próprio Partido dos Trabalhadores Alemães. Os militares desconfiavam de partidos operários, pois eram predominantemente socialistas ou comunistas, mas aquele, segundo se acreditava, devia ser diferente. Hitler diz que tal partido lhe era “inteiramente desconhecido”. Não obstante, conhecia um dos

homens que deviam falar durante a reunião que lhe recomendaram investigar.

Poucas semanas antes, num dos cursos de educação do exército, Hitler ouvira uma palestra de Gottfried Feder, engenheiro-construtor e maniaco por questões econômicas, que se deixara obcecar pela idéia de que o “capital especulativo”, em oposição ao capital “criador” e “produtivo”, constituía a raiz de grande parte das dificuldades econômicas da Alemanha. Era a favor da abolição desse primeiro tipo de capital e, em 1917, formara e organizara, para conseguir tal objetivo, a Liga de Combate Alemã para a Abolição da Escravidão dos Interesses Pessoais. Hitler, que nada sabia de economia, ficou muito impressionado com a palestra de Feder. Viu no apelo de Feder, a favor da “abolição da escravidão dos interesses pessoais”, uma das “premissas essenciais para a fundação de um novo partido”. Na conferência de Feder, diz ele, “senti um poderoso slogan para a luta que se aproximava”.⁹

Mas, a princípio, não percebeu importância alguma no Partido dos Trabalhadores Alemães. Foi à reunião porque assim lhe ordenaram e, após aguentar uma sessão monótona, da qual participavam umas 25 pessoas, num aposento lóbrego situado junto à adega da cervejaria Sterneckerbräu, não se mostrou nada impressionado. Era “uma nova organização como muitas outras. Aquela era uma época em que quem não estivesse satisfeito com os acontecimentos (...) se achava na obrigação de fundar um novo partido. Por toda parte tais organizações surgiam do chão, para desaparecer silenciosamente após algum tempo. Não julguei em nada diferente o Partido dos Trabalhadores Alemães”.¹⁰ Depois que Feder terminou de falar, Hitler ia retirar-se, quando um “professor” se pôs de pé, apontando como inconsistentes os argumentos de Feder e propondo, a seguir, que a Baviera rompesse com a Prússia e fundasse, com a Áustria, uma nação meridional alemã. Naquela época, essa era uma idéia popular em Munique, mas ao ouvi-la assim expressa, Hitler tomou-se de grande fúria e se levantou para dar “ao culto cavalheiro”, conforme mais tarde narrou, uma lição. Ao que parece, foi tão violenta que, segundo Hitler, o “professor” deixou a sala “como um cão sem dono”, enquanto o resto da assistência olhava, “com ar atônito”, o jovem e desconhecido orador. Um homem (diz Hitler que não lhe guardou o nome) correu em seu encaço e enfiou-lhe nas mãos um folheto.

Era Anton Drexler, ferreiro por ofício, que bem pode dizer-se ter sido o verdadeiro fundador do nacional-socialismo. Homem doentio, de óculos, sem estudos regulares, dotado de espírito independente, mas estreito e confuso, escritor medíocre e orador ainda pior, Drexler trabalhava então nas oficinas ferroviárias de Munique. Em 7 de março de 1918, criou um Comitê de

Empregados Independentes, a fim de combater o marxismo dos sindicatos livres e agitar a questão de uma paz “justa” para a Alemanha. Na realidade, tratava-se de ramificação de movimento mais amplo estabelecido no norte da Alemanha, denominado Associação para a Promoção da Paz entre as Classes Trabalhadoras. (O país vivia então, e continuaria assim até 1933, cheio de incontáveis grupos de pressão com nomes bombásticos).

Drexler nunca recrutou mais do que quarenta membros, e em janeiro de 1919 fundiu o seu comitê com um grupo similar, o Círculo dos Trabalhadores Políticos, chefiado por um repórter chamado Karl Harrer. A nova organização, que contava menos de cem associados, passou a chamar-se Partido dos Trabalhadores Alemães, e Harrer foi o seu primeiro presidente. Hitler, que pouco tem a dizer, em Minha Luta, de alguns de seus primeiros camaradas, presta a Harrer o tributo de chamá-lo de honesto e “certamente bastante culto”, mas lamenta que lhe faltassem “dons oratórios”. É possível que a fama passageira de Harrer se deva ao fato de ele afirmar obstinadamente que Hitler era mau orador, juízo esse que sempre irritou o líder nazista, como ele torna claro em sua autobiografia. De qualquer modo, Drexler parece ter sido a força propulsora principal desse pequeno e desconhecido Partido dos Trabalhadores Alemães.

Na manhã seguinte, Hitler pôs-se a ler atentamente o folheto que Drexler lhe metera nas mãos. Ele descreve a cena por extenso em Minha Luta. Eram 5h da manhã. Hitler despertara e, diz ele, como era seu costume, estava reclinado em sua cama de lona, na caserna do 2º Regimento de Infantaria, a observar o assalto dos ratos às migalhas de pão que invariavelmente espalhava pelo chão, antes de dormir. “Eu conhecera tanta pobreza em minha vida que bem podia imaginar a fome e, daí, também, o prazer daqueles animaizinhos.” Lembrou-se do folheto e começou a lê-lo. Intitulava-se: “O meu despertar político”. Para surpresa de Hitler, continha muitas ideias por ele adquiridas através dos anos. O principal objetivo de Drexler era criar um partido político que se baseasse nas massas da classe trabalhadora, mas que, ao contrário dos social-democratas, seria fortemente nacionalista. Drexler fora membro da patriótica Frente da Mãe-Pátria, mas logo se desiludira com seu espírito de classe média, que parecia não ter absolutamente contato com as massas. Em Viena, como vimos, Hitler aprendera a desprezar a burguesia pela mesma razão — a profunda falta de interesse pelas famílias da classe operária e seus problemas sociais. As ideias de Drexler, por conseguinte, agradaram profundamente a Hitler.

Mais tarde, nesse mesmo dia, Hitler sentiu-se surpreso ao receber um cartão postal em que lhe comunicavam que fora aceito como membro do Partido dos

Trabalhadores Alemães. “Eu não sabia se devia ficar zangado ou rir”, escreveu, anos depois. “Não era minha intenção participar de um partido já organizado, mas criar o meu próprio partido. O que me pediam era presunçoso e fora de cogitação.”¹¹ Estava prestes a dizer isso numa carta, quando a curiosidade o venceu, e decidiu ir à reunião do comitê, a que fora convidado, e explicar pessoalmente as razões que o levavam a não se associar àquela “pequena e absurda organização”.

A taverna em que devia efetuar-se a reunião era a Alte Rosenbad, em Herrenstrasse, um lugar bastante desmantelado (...) Atravessei a sala de jantar mal iluminada, onde não havia viva-luz, e abri a porta da sala dos fundos, deparando, frente a frente, com os membros do Comitê. À luz ténue e sombria de uma lâmpada de gás, quatro jovens achavam-se sentados a uma mesa, entre eles o autor do pequeno folheto, que imediatamente me saudou de maneira sumamente cordial, dando-me as boas-vindas como novo membro do Partido dos Trabalhadores Alemães.

Sentia-me, na verdade, um tanto embaraçado. Foram lidas as minutas da última reunião, e o secretário apresentou um voto de confiança. Em seguida, veio o relatório do tesoureiro (a associação possuía a soma total de sete marcos e cinquenta pfennigs), pelo que o tesoureiro recebeu um voto de confiança. Isso também entrou nas minutas. Depois, o primeiro presidente leu as respostas a uma carta vinda de Kiel, outra de Düsseldorf e uma terceira de Berlim, e todos manifestaram sua aprovação. O relatório seguinte referia-se à correspondência recebida (...)

Terrível, terrível! Aquilo era uma vida de clube da pior espécie possível. Deveria eu ligar-me àquela associação? ¹²

Entretanto, havia naqueles homens malvestidos e naquela sala mal iluminada algo que o atraía: “o desejo ardente de um novo movimento que deveria ser mais do que um partido, na acepção até então aceita da palavra”. Naquela noite, voltou à caserna e se defrontou “com a questão mais difícil de minha vida: deveria eu entrar para aquela associação?” a razão, confessa, dizia-lhe que devia declinar do convite. No entanto (...) a própria insignificância da organização daria a um jovem enérgico e de ideias uma oportunidade “para uma verdadeira atividade pessoal”. Hitler refletiu sobre o que poderia “dar àquela tarefa”.

O fato de ser pobre e não dispor de meios parecia-me a parte mais suportável do assunto, mas o mais duro era ser eu uma criatura anônima, um dentre os milhões de indivíduos que a sorte permite viver ou desaparecer da existência sem que o vizinho mais próximo se digne tomar o menor conhecimento. Havia, ademais, a dificuldade que inevitavelmente surgiria do fato de não

haver feito nenhum curso regular.

Após dois dias de angustiada ponderação e reflexão, convenci-me, finalmente, de que deveria dar tal passo.

Foi a resolução mais decisiva de minha vida. A partir daí, não havia nem poderia haver retorno.¹³

Adolf Hitler foi imediatamente registrado como o sétimo membro do comitê do Partido dos Trabalhadores Alemães.

Nesse insignificante partido, havia dois membros que, a esta altura, merecem referência — pois ambos iriam ser elementos importantes na ascensão de Hitler. O capitão Ernst Rohm, pertencente ao VII Comando Distrital do Exército, com sede em Munique, entrara para o partido antes de Hitler. Era um soldado profissional corpulento, de pescoço taurino, olhos penetrantes, rosto marcado de cicatrizes (um tiro arrancara-lhe a parte superior do nariz em 1914), com queda para a política e dotado de habilidade natural como organizador. Como Hitler, odiava ardentemente a república democrática e os “criminosos de novembro”, os quais considerava responsáveis por ela. Seu objetivo era recriar na Alemanha um poderoso partido nacionalista e, à semelhança de Hitler, acreditava que isso só poderia ser feito por um partido que se baseasse nas classes inferiores, das quais ele próprio, como a maioria dos oficiais do exército regular, provinha. Homem rude, implacável, impetuoso — embora, como tantos outros dos primeiros nazistas, homossexual — ajudou a organizar os primeiros grupos de choque nazistas que se converteram depois nas S.A., o exército de tropas de assalto que ele comandou até sua execução, ordenada por Hitler, em 1934. Rohm não apenas levou para o florescente partido grande número de ex-soldados e voluntários das unidades livres (Freikorps), que constituíam a coluna dorsal da organização em seus primeiros anos, mas, ainda, como oficial do exército, que dominava a Baviera, obteve para Hitler e seu movimento a proteção e, às vezes, o apoio das autoridades. Sem sua ajuda, talvez Hitler jamais iniciasse sua verdadeira campanha e incitasse o povo a derrubar a república. Certamente não levaria avante os seus métodos de terror e intimidação sem contar com a tolerância do governo e da polícia bávara.

Dietrich Eckart, 21 anos mais velho do que Hitler, era chamado, com frequência, fundador espiritual do nacional-socialismo. Jornalista espirituoso, poeta e dramaturgo medíocre, vertera para o alemão o Peer Gynt, de Ibsen, escrevendo ainda várias peças teatrais que jamais encontraram produtor. Em Berlim, durante algum tempo, como ocorrera com Hitler em Viena, levava vida

boêmia e vagabunda, tornara-se alcoólatra, dedicara-se à morfina e, segundo Heiden, acabou internado num hospital de doenças mentais, onde pôde, finalmente, levar à cena as suas peças, usando os companheiros como atores. No fim da guerra, voltou à sua Baviera natal, exibindo-se, diante de um círculo de admiradores, na adega Brennessel, em Schwabling, o bairro dos artistas de Munique, onde pregava a superioridade ariana, a eliminação dos judeus e a deposição dos “porcos” em Berlim.

“Precisamos de um chefe”, dizia Eckart em suas arengas aos frequentadores habituais da adega Brennessel em 1919, segundo cita Heiden, que, na época, trabalhava para um jornal em Munique, “que possa aguentar o som de uma metralhadora. A ralé precisa tremer de medo dentro das calças. Não podemos usar um oficial, pois o povo já não o respeita. O melhor seria um trabalhador que soubesse falar (...) Não é necessário que seja muito inteligente (...) Deve ser solteiro; arranjarémos as mulheres depois.” 14

Que poderia haver de mais natural do que o fato de um poeta beerrão* ter encontrado em Adolf Hitler o próprio homem que buscava? Converteu-se em conselheiro íntimo do jovem que ascendia no Partido dos Trabalhadores Alemães, emprestando-lhe livros, ajudando-o a melhorar o seu alemão — tanto escrito como falado — e apresentando-o a seu amplo círculo de amigos, que incluía não só certos indivíduos ricos, induzidos a contribuir para os fundos do partido e para a manutenção de Hitler, mas também certos auxiliares futuros, como Rudolf Hess e Alfred Rosenberg. A admiração de Hitler por Eckart jamais diminuiu e, na última sentença de Minha Luta, há uma expressão de gratidão dirigida ao seu errático mentor. Eckart era, diz Hitler, ao terminar o seu livro, “um dos melhores, que dedicou a vida ao despertar do nosso povo, em seus escritos, em seus pensamentos e, finalmente, em suas ações”.15

** Eckart morreu, por consumo excessivo de bebida, em dezembro de 1923.*

Eis aí a estrambótica mistura de desadaptados que fundaram o nacional-socialismo e que, sem saber, começaram a moldar um movimento que, no espaço de 13 anos, varreria o país, o mais forte da Europa, levando a Alemanha ao seu Terceiro Reich. O confuso ferreiro Drexler forneceu a semente, o poeta Eckart um dos alicerces “espirituais”, o maníaco Feder o que passava como ideologia, o homossexual Rohm o apoio do exército e dos veteranos de guerra, mas foi o ex-vagabundo Adolf Hitler, que não contava ainda 31 anos e era inteiramente desconhecido, quem assumiu a chefia do movimento, convertendo o que não passava de uma pobre sociedade de debates em algo que se tornaria logo um formidável partido político.

Todas as ideias que fervilhavam em seu espírito desde os seus dias solitários de fome em Viena encontraram então uma válvula de escape, e uma energia não observável em sua constituição irrompeu de súbito. Estimulou o tímido comitê a que organizasse reuniões maiores. Datilografava e distribuía pessoalmente os convites. Mais tarde, recordou certa ocasião em que, após haver distribuído oitenta convites, “permaneceram sentados à espera das massas que deveriam aparecer”. Decorrida uma hora, o “presidente” abriu a “sessão”. “Éramos ainda sete, os sete de sempre.”¹⁶ Mas ele não era homem que se sentisse desencorajar. Aumentou o número de convites, fazendo com que fossem mimeografados. Reuniu alguns marcos, a fim de inserir a notícia da reunião num jornal local. “O êxito”, diz ele, “foi positivamente surpreendente. Cento e onze pessoas achavam-se presentes.” Hitler deveria fazer o seu primeiro discurso “público”, após a alocação principal, a cargo de um “professor de Munique”. Harrer, chefe nominal do partido, objetou. “Acontecia que esse cavalheiro”, conta Hitler, “que era, por outro lado honesto, estava convencido de que eu poderia ser capaz de fazer outras coisas, mas não falar. Discursei durante trinta minutos, e aquilo que eu antes apenas sentira dentro de mim, sem que tivesse qualquer maneira de verificar, foi então provado pela realidade: eu sabia falar!”¹⁷ Hitler afirma que a assistência ficou “eletrizada” pela sua oratória, e o entusiasmo dos presentes foi comprovado pelo donativo de trezentos marcos, que aliviou temporariamente as preocupações financeiras do partido.

No início de 1920, Hitler encarregou-se da propaganda do partido, atividade sobre a qual muito refletia, desde que observara sua importância nos partidos Socialista e Social Cristão, em Viena. Começou imediatamente a organizar uma reunião tão grande como jamais sonhara o partido lamentavelmente pequeno. Esse comício deveria realizar-se a 24 de fevereiro de 1920, no salão de festas do famoso Hofbräuhaus, auditório com capacidade para quase duas mil pessoas. Os membros do comitê de Hitler julgaram-no maluco. Harrer, em sinal de protesto, renunciou, sendo substituído por Drexler, que permaneceu cético.* Hitler ressalta que conduziu pessoalmente os preparativos. Na verdade, o acontecimento parecia-lhe tão gigantesco, que ele terminara o primeiro volume de Minha Luta com sua descrição, pois, explica, “o partido rompeu os estreitos limites de um pequeno clube e, pela primeira vez, exerceu influência decisiva sobre o fator mais poderoso de nossa época: a opinião pública”.

** Harrer também era contrário ao violento anti-semitismo de Hitler e acreditava que Hitler estava afastando do partido as massas trabalhadoras. Eis aí as razões reais pelas quais renunciou.*

Hitler não era sequer o orador principal. Este papel estava reservado a um

certo dr. Johannes Dingfelder, médico homeopata, um maluco que publicava num jornal artigos sobre economia sob o pseudônimo de “Germanus Agricola”, e que logo seria esquecido. Seu discurso foi saudado com o silêncio; então, Hitler pôs-se a falar. Eis como ele descreve a cena:

Ouviram-se brados, ocorreram choques violentos no salão; um punhado de meus leais companheiros de guerra e outros adeptos empenharam-se em luta com os agitadores (...) comunistas e socialistas (...) e somente pouco a pouco pudemos restaurar a ordem. Pude, então, continuar a falar. Depois de meia hora, os aplausos começaram lentamente a abafar os brados e gritos (...) Quando, decorridas quase quatro horas, o auditório começou a esvaziar-se, fiquei então sabendo que os princípios do movimento que já não poderia mais ser esquecido estavam saindo para a rua em meio do povo alemão. 18

Em seu discurso, Hitler enunciara pela primeira vez os 25 pontos do programa do Partido dos Trabalhadores Alemães. Tinham sido apressadamente redigidos por Drexler, Feder e Hitler. Quase todas as interpelações importunas feitas a Hitler tinham sido, na verdade, dirigidas contra algumas partes do programa por ele lido em voz alta, mas, não obstante, considerou ele todos os pontos como tendo sido adotados, e se tornaram programa oficial do Partido Nazista, quando seu nome foi modificado, em 1º de abril de 1920, para Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. Com efeito, por motivos táticos, Hitler, em 1926, declarou-os “inalteráveis”.

Esses pontos constituem, certamente, uma miscelânea, um engodo para os trabalhadores, a pequena classe média e os camponeses, e a maior parte deles já estava esquecida ao tempo em que o partido chegou ao poder. Muitos autores que escreveram sobre a Alemanha os ridicularizaram, e o próprio líder nazista iria sentir-se, mais tarde, embaraçado, ao lembrar-se de tais pontos. Não obstante, como é o caso dos fundamentais princípios enunciados em Minha Luta, os mais importantes deles foram executados pelo Terceiro Reich, com consequências desastrosas para milhões de pessoas, tanto dentro como fora da Alemanha.

O primeiro ponto do programa exigia a união de todos os alemães numa Grande Alemanha. Não era isso exatamente o que o chanceler Hitler desejava e conseguiria ao anexar a Áustria e seus seis milhões de alemães, a região dos Sudetos e seus três milhões de alemães? E não foi porventura a sua exigência, quanto à volta da Dantzig alemã e de outras zonas da Polônia habitadas predominantemente por alemães, que o levou ao ataque à Polônia, desencadeando a Segunda Guerra Mundial? E acaso não se pode acrescentar que um dos grandes infortúnios do mundo se deve ao fato de tanta gente, nos anos que foram da Primeira à Segunda Guerra, não ter levado a sério os objetivos nazistas,

que Hitler teve o trabalho de deixar anotados? Os pontos anti-semitas do programa promulgado na cervejaria de Munique, na noite de 24 de fevereiro de 1920, constituíam, certamente, uma advertência terrível. Seriam negados aos judeus os empregos públicos e até mesmo a cidadania alemã, devendo ser excluídos da imprensa. Todos os que tinham entrado no Reich depois de 2 de agosto de 1914 deviam ser expulsos.

Muitos dos parágrafos contidos no programa do partido eram, evidentemente, apenas um apelo demagógico ao estado de espírito das classes inferiores, numa época em que se encontravam em situação difícil e eram simpáticas aos slogans radicais e até mesmo socialistas. O ponto 11, por exemplo, exigia a abolição das rendas que não fossem ganhas por meio do trabalho; o ponto 12, a nacionalização dos trustes; o ponto 13, a participação do Estado nos lucros das grandes indústrias; o ponto 14, a abolição de arrendamentos de terras e especulação territorial. O ponto 18 pedia a pena de morte para traidores, usuários e aproveitadores, e o ponto 16, exigindo a manutenção de uma “sólida classe média”, insistia na socialização dos grandes estabelecimentos comerciais e em seu arrendamento, por preços baixos, a pequenos negociantes. Tais exigências foram introduzidas por insistência de Drexler e Feder, que, ao que parece, acreditavam realmente no “socialismo” do nacional-socialismo. Eram ideias que Hitler iria achar embaraçosas, quando os grandes industriais e proprietários rurais começaram a despejar dinheiro nos cofres do partido — e, certamente, nada se fez a respeito.

Havia, finalmente, no programa, dois pontos que Hitler iria executar logo que se tornasse chanceler. O ponto 2 exigia a revogação dos tratados de Versalhes e Saint-Germain. O último ponto, número 25, insistia na “criação de um forte poder central do Estado”. Isso, como os pontos 1 e 2, que exigiam a união de todos os alemães no Reich e a abolição dos tratados de paz, foi colocado no programa por insistência de Hitler, e mostrava que ele, desde então, quando seu partido mal era conhecido fora de Munique, já voltava as vistas para horizontes mais distantes, mesmo sob risco de perder o apoio popular de seu próprio distrito.

O separatismo, nessa época, era muito forte na Baviera, e os bávaros, constantemente em situação de desigualdade com o governo central de Berlim, estavam a exigir menos e não mais centralização, a fim de que a Baviera pudesse governar-se a si própria. Na verdade, era isso o que estava fazendo no momento; o mandato de Berlim tinha pouca autoridade nos Estados. Hitler tinha em vista o poder não apenas na Baviera, mas, eventualmente, no Reich, e, para manter e exercer tal poder, um regime ditatorial como aquele em que ele já havia pensado precisava ser constituído como poderosa autoridade central, acabando com os Estados semi-autônomos que, tanto sob a República de Weimar

como sob o império Hohenzollern, gozavam de seus próprios parlamentos e governos. Um de seus primeiros atos, depois de 30 de janeiro de 1933, foi executar rapidamente esse ponto decisivo do programa do partido, que tão poucas pessoas haviam percebido ou levado a sério. Ninguém poderia dizer que ele não advertira amplamente o povo, por escrito, desde o começo.

Oratória inflamada e programa amplo e radical, por mais importantes que fossem para que um partido novo atraísse a atenção e conquistasse o apoio das massas, não bastavam — e Hitler voltou sua atenção para mais, muito mais do que isso. Os primeiros sinais de seu gênio peculiar começaram a surgir e a fazer-se notados. Aquilo de que as massas necessitavam, pensou ele, não eram apenas ideias — algumas ideias simples com que ele pudesse martelar-lhes a cabeça — mas símbolos que conquistassem a sua fé, pompa e colorido que as despertassem, e atos de violência e terror que, se bem-sucedidos, atrairiam adeptos (acaso a maioria dos alemães não se sentia atraída para os fortes?) e lhes dariam uma sensação de poder sobre os fracos.

Em Viena, como vimos, intrigara-o o que ele chamava “o abominável terror físico e espiritual”, que julgava empregado pelos social-democratas contra seus adversários políticos. Agora, lançava mão disso, tendo em vista os bons propósitos de seu próprio partido anti-socialista. A princípio, ex-combatentes participavam das reuniões do partido, encarregados de impor silêncio aos agitadores e, se necessário, pô-los para fora. No verão de 1920, logo depois que o partido acrescentou as palavras Nacional-Socialista ao nome de Partido dos Trabalhadores Alemães, ou N.S.D.A.P., como deveria ser familiarmente conhecido, Hitler organizou um bando de veteranos de guerra, valentões, transformando-os em “esquadras de choque”, *Ordnertuppey* sob o comando de Emil Maurice, um ex-sentenciado e relojoeiro. Em 5 de outubro de 1921, após disfarçar-se, durante algum tempo, como “Divisão de Ginástica e Esportes” do partido, a fim de fugir à supressão pelo governo de Berlim, foram chamados oficialmente *Sturmabteilung*, de onde veio o nome de S.A. Os membros das tropas de choque, metidos em uniformes marrons, eram recrutados, em grande parte, entre os flibusteiros das unidades livres e colocados sob o comando de Johann Ulrich Klitzsch, ajudante-de-ordem do conhecido capitão Ehrhardt, que saíra recentemente da prisão, por estar ligado ao assassinato de Erzberger.

Esses arruaceiros uniformizados, não contentes em manter a ordem nas reuniões nazistas, passaram logo a dissolver as reuniões dos outros partidos. Certa vez, em 1921, o próprio Hitler dirigiu pessoalmente suas tropas de assalto contra um comício em que discursava o federalista bávaro Ballerstedt, que foi espancado. Por causa disso, Hitler foi condenado a três meses de prisão, um dos

quais cumpriu. Foi essa a sua primeira experiência de cadeia, da qual saiu com uma certa aura de mártir e mais popular do que nunca. “Não tem importância”, jactou-se Hitler à polícia, “conseguimos o que queríamos: Ballerstedt não falou.” Alguns meses antes, havia dito a um auditório: “O movimento nacional-socialista impedirá no futuro — se necessário pela força — todas as reuniões ou palestras que possam distrair o espírito de nossos concidadãos.”¹⁹

No verão de 1920, Hitler, artista frustrado, mas que já se tornava mestre na arte da propaganda, teve uma inspiração que só pode ser descrita como um rasgo de gênio. O que fazia falta ao partido, percebeu ele, era um emblema, uma bandeira, um símbolo que exprimisse o que a nova organização significava e que apelasse para a imaginação das massas, que, segundo raciocinava, deviam possuir uma insígnia impressionante, que seguissem e sob a qual lutassem. Após muita reflexão e inúmeras tentativas com vários desenhos, deparou com uma bandeira de fundo vermelho, tendo ao centro um disco branco — a Hakenkreuz — a suástica, embora tomada por empréstimo de tempos mais remotos, deveria converter-se em símbolo poderoso e assustador do Partido Nazista e, finalmente, da Alemanha Nazista. De onde lhe veio a idéia de usá-la, tanto na bandeira como na insígnia do partido, é coisa que Hitler não diz na extensa dissertação que faz sobre o assunto em *Minha Luta*.

A Hakenkreuz é quase tão velha como a existência do homem em nosso planeta. Foi encontrada nas ruínas de Tróia, do Egito e da China. Em épocas mais recentes, aparece como emblema oficial de países bálticos, tais como a Estônia e a Finlândia, onde os homens das unidades livres alemãs a viram durante a luta de 1918-19. A Brigada Ehrhardt tinha-a pintada em seus capacetes de aço quando, em 1920, por ocasião do Putsch Kapp, entrou em Berlim. Hitler vira-a, sem dúvida, na Áustria, nos emblemas deste ou daquele grupo anti-semita, e talvez ela o tenha impressionado quando a Brigada Ehrhardt chegou a Munique. Diz ele que vários desenhos sugeridos por membros do partido incluíam invariavelmente uma suástica, e que “um dentista de Sternberg” apresentou o desenho de uma bandeira que “não era nada mau e se assemelhava bastante ao meu”.

Quanto às cores, Hitler naturalmente recusara o preto, o vermelho e o dourado, que eram as da odiada República de Weimar. Negou-se a adotar a velha bandeira imperial vermelha, branca e preta, mas gostava de suas cores, não apenas; dizia, porque formam “a harmonia mais brilhante que existe”, mas porque eram as cores de uma Alemanha pela qual lutara. Fazia-se mister, porém, dar-lhes uma nova forma — e, assim, foi acrescentada a suástica.

Hitler exultava diante dessa sua criação única. “Um símbolo, eis o que ela realmente é!”, exclamava em Minha Luta. “No vermelho, vemos a idéia social do movimento; no branco, a idéia nacionalista; e na suástica, a missão da luta pela vitória do homem ariano.”²⁰

A faixa com a suástica, para ser usada no braço, foi logo inventada para os uniformes das tropas de choque e para os membros do partido e, dois anos mais tarde, Hitler desenhou os estandartes nazistas que seriam carregados nos desfiles gigantescos e serviriam para adornar os locais em que se efetuavam as reuniões em massa. Copiados de antigos desenhos romanos, consistiam de uma suástica de metal negro encimando uma coroa prateada sobre a qual havia uma águia, tendo em baixo as iniciais NSDAP sobre um retângulo de metal, do qual pendia, preso a cordões com franjas e borlas, uma bandeira suástica quadrada, com o dístico “Deutschland Erwache!” [Desperta, Alemanha!].

Isso talvez não fosse “arte”, mas era uma propaganda de primeira ordem. Os nazistas tinham agora um símbolo que nenhum outro partido poderia igualar. A cruz em gancho parecia possuir um poder místico próprio: conchamar à ação, numa nova direção, as inseguras classes médias inferiores, que se debatiam na incerteza dos primeiros anos do pós-guerra e começavam a unir-se sob sua bandeira.

O advento do Führer

No verão de 1921, o jovem agitador que surgia, e que demonstrara talento tão surpreendente não só como orador, mas como organizador e publicitário, assumiu a chefia indiscutível do partido. Ao fazê-lo, deu aos seus camaradas operários uma amostra da sua implacabilidade e astúcia tática que, mais tarde, em crises mais importantes, iria proporcionar-lhe tanto êxito.

No começo do verão, Hitler fora a Berlim, a fim de entrar em contato com os elementos nacionalistas do norte da Alemanha e dirigir-lhes a palavra no Clube Nacional, sua sede espiritual. Desejava verificar as possibilidades de levar avante o próprio movimento para além das fronteiras bávaras, abrangendo o resto da Alemanha. Talvez pudesse, tendo em vista esse objetivo, fazer algumas alianças úteis. Enquanto ele estava ausente, os demais membros do Partido Nazista consideravam o momento oportuno para desafiar a sua liderança. Achavam que ele se tornara demasiado ditatorial. Propunham-se, também eles, aliar-se a grupos que pensassem de maneira semelhante no sul da Alemanha, principalmente quanto ao que se referia ao “Partido Socialista Alemão”, que um anti-semita notório, Julius Streicher, inimigo acirrado e rival de Hitler, estava

organizando em Nuremberg. Os membros do comitê estavam convencidos de que se esses grupos, com seus líderes ambiciosos, pudessem unir-se aos nazistas, Hitler perderia sua influência.

Sentindo sua posição ameaçada, Hitler voltou apressadamente a Munique, a fim de acabar com as intrigas desses “lunáticos idiotas”, como ele os chamou em Minha Luta. Propôs-se a renunciar. Isso era mais do que o partido poderia suportar, como perceberam prontamente os demais membros. Hitler não era apenas o melhor orador, mas ainda o seu melhor organizador e homem de propaganda. Ademais, era ele quem estava agora obtendo a maior parte dos fundos da organização, não só mediante coleta de donativos nas reuniões de massa mas ainda de outras fontes, incluindo o exército. Se os deixasse, o florescente Partido Nazista certamente se desmoronaria. O comitê recusou-se a aceitar a renúncia. Hitler, tranquilizado quanto à força de sua posição, obrigou então os outros dirigentes a uma completa capitulação. Exigiu para si próprio poderes ditatoriais como o único líder do partido, a abolição do próprio comitê, e que se pusesse fim às intrigas com os outros grupos, tais como o de Streicher.

Isso foi demais para os outros membros do comitê. Conduzidos pelo fundador do partido, Anton Drexler, redigiram uma acusação contra o pretendo ditador e fizeram-na circular como folheto. Foi a acusação mais drástica com que Hitler jamais deparou nas fileiras de seu próprio partido — e que vinha daqueles que conheciam da primeira hora o seu caráter e sabiam como ele agia.

O amor do poder e a ambição pessoal fizeram com que Herr Adolf Hitler tornasse ao seu posto após seis semanas de permanência em Berlim, cujo objetivo ainda não foi revelado. Considera ele o momento oportuno para produzir desunião e cisão em nosso partido, mediante a interferência de pessoas imprecisas que se acham por trás dele, defendendo assim os interesses dos judeus e de seus amigos. Torna-se cada vez mais claro que o seu objetivo é simplesmente apoderar-se da chefia como de um trampolim para os seus propósitos imorais, conquistando a direção do partido para obrigá-lo a seguir, no momento psicológico, rumo diferente. É o que claramente revela o ultimato por ele enviado, há poucos dias, aos dirigentes do partido, no qual exige, entre outras coisas, que lhe seja concedida ditadura única e absoluta, sendo que o comitê, incluindo o ferreiro Anton Drexler, fundador e chefe do partido, deve ser afastado (...)

E como realiza ele essa sua campanha? Como um judeu. Deforma os fatos (...) nacional-socialistas! Pensem em tais pessoas! Não se enganem. Hitler é um demagogo (...) Julga-se capaz de enchê-los de toda espécie de história, que são tudo menos verdade.21

Embora debilitadas por um tolo anti-semitismo (Hitler a agir como um judeu), as acusações eram substancialmente verdadeiras, mas a publicidade não levou os rebeldes tão longe quanto supunham. Hitler moveu prontamente um processo contra os autores do folheto, e o próprio Drexler, num comício público, foi obrigado a repudiá-lo. Em duas reuniões especiais do partido, Hitler ditou os seus termos de paz. Os estatutos foram modificados, para abolir o comitê e dar-lhe poderes ditatoriais como presidente. O humilhado Drexler foi feito presidente honorário, e logo saiu de cena.* Como diz Heiden, foi uma vitória dos cavaleiros sobre os puritanos do partido. Mas foi mais do que isso. Pouco depois, em julho de 1921, foi estabelecido o “princípio de liderança”, que deveria constituir a primeira lei do Partido Nazista e, mais tarde, do Terceiro Reich. O Führer chegara ao cenário alemão.

** Deixou o partido em 1923, mas, de 1924 a 1928, ocupou o posto de vice-presidente da Dieta bávara. Em 1930, reconciliou-se com Hitler, mas jamais tornou à política ativa. Coube a Drexler, como observou Heiden, a sorte de todos os descobridores.*

O líder pôs-se, então, a reorganizar o partido. A sombria sala de fundos da Sterneckerbräu, que, para Hitler, se assemelhava mais “a uma cripta funerária que a um escritório”, foi abandonada, mudando-se a sede do partido para uma outra taverna, em Corneliusstrasse. Era mais bem iluminada e espaçosa. Foram comprados, a prestação, não só uma antiga máquina de escrever Adler, como um cofre, arquivos, móveis e um telefone, contratando-se ainda os serviços de uma secretária por tempo integral.

O dinheiro começava a entrar. Quase um ano antes, em dezembro de 1920, o partido adquirira um jornal cheio de dívidas, o Völkischer Beobachter, folha anti-semita de mexericos, publicada duas vezes por semana. Hitler guardou bem o segredo relativo à fonte de onde provieram os sessenta mil marcos com que o jornal foi comprado, mais sabe-se que Eckart e Rohm convenceram o general-de-divisão Ritter von Epp, comandante do Reichswehr, e também membro do partido, sob cujas ordens Rohm servia, a conseguir o dinheiro. É bem provável que grande parte proviesse de verbas secretas do exército. Em princípios de 1923, o Völkischer Beobachter converteu-se em diário, concedendo assim a Hitler um dos requisitos essenciais de todas as organizações políticas, um jornal diário em que pudesse divulgar a doutrina do partido. A publicação de um jornal diário requeria dinheiro adicional, que agora vinha de uma fonte que alguns dos membros mais puritanos talvez pudessem considerar estranha. Frau Helene Bechstein, esposa de um rico fabricante de pianos, era uma das contribuintes. Desde o primeiro encontro simpatizou com o jovem agitador, convidando-o a

que ficasse em sua casa quando ela se achava em Berlim, organizando reuniões em que Hitler pudesse entrar em contato com pessoas influentes. Além disso, contribuía com somas consideráveis para o movimento. Parte do dinheiro destinado ao financiamento do novo jornal vinha de uma certa Frau Gertrud von Seidlitz, uma mulher báltica que possuía ações de uma próspera fábrica de papel finlandesa.

Em março de 1923, um diplomado de Harvard, Ernst (Putzi) Hanfstaengl, filho de mãe americana, cuja rica e culta família possuía uma editora de livros de arte em Munique, emprestou ao partido cem mil dólares, sob hipoteca do *Völkischer Beobachter*.^{*} Era uma soma fabulosa em marcos, naquela época de inflação, e constituiu uma ajuda imensa ao partido e ao seu jornal. Mas a amizade dos Hanfstaengls foi além do auxílio monetário, abrindo, como uma das primeiras famílias ricas e respeitáveis de Munique, suas portas ao jovem e rixento político. Putzi se tornou um bom amigo de Hitler, que o nomeou, mais tarde, chefe do Departamento de Imprensa Estrangeira do partido. Criatura excêntrica, esgrouviada, cujo espírito sardônico compensava de certo modo a sua mente superficial, Hanfstaengl era pianista exímio e, muitas noites, mesmo depois que seu amigo assumiu o poder em Berlim, ele se desculpava junto àqueles entre nós que pudéssemos estar em sua companhia e atendia apressadamente os chamados do Führer. Dizia-se que sua execução ao piano (martelava furiosamente o instrumento) e suas palhaçadas acalmavam Hitler, chegando mesmo a alegrá-lo, após um dia exaustivo. Mais tarde, esse homem estranho, mas genial, de Harvard, como muitos outros entre os primeiros camaradas de Hitler, teria de fugir de seu país para salvar a própria vida.^{**}

** Em suas memórias, Unheard Witness, Hanfstaengl diz que ele primeiro se voltou para Hitler devido a um americano, o capitão Truman Smith, então assistente militar adido à embaixada americana em Berlim. Em novembro de 1922, Smith foi enviado pela embaixada a Munique, a fim de averiguar quem era um obscuro agitador político chamado Adolf Hitler e colher informações acerca de seu Partido Nacional-Socialista, recentemente fundado. Para um jovem oficial do exército norte-americano, o capitão Smith possuía, sem dúvida, uma extraordinária queda para a análise política. Durante uma semana de estada em Munique, de 15 a 22 de novembro, conseguiu avistar-se com Ludendorff, o príncipe real Rupprecht e uma dezena de líderes políticos da Baviera, sendo que quase todos lhe disseram que Hitler era uma estrela que surgia e seu movimento uma força política que se estendia rapidamente. Smith não perdeu tempo e procurou participar de uma reunião política ao ar livre, em que Hitler falou. "Jamais vi tal espetáculo em minha vida!" anotou ele, logo depois, em seu diário. "Falei com Hitler, e ele prometeu conversar comigo segunda-feira e explicar-me seus objetivos." Na segunda-feira, Smith dirigiu-se à residência de Hitler— "um quartinho*

modesto, situado no segundo andar de uma casa quase em ruínas", como ele o descreveu — e teve uma longa conversa com o futuro ditador, então ainda pouco conhecido fora de Munique. "Um demagogo maravilhoso!", começou por escrever aquela noite, em seu diário, o adido militar americano. "Raramente tenho ouvido um homem tão lógico e fanático."

A data era 22 de novembro de 1922.

Naquela mesma noite, pouco antes de partir para Berlim, Smith avistou-se com Hanfstångl, falou-lhe de seu encontro com Hitler e aconselhou-o a que não o perdesse de vista. O líder nazista devia falar aquela noite num comício, e o capitão Smith deu a Hanfstångl o seu convite de imprensa. Como tantos outros, ele foi dominado pela oratória de Hitler, procurou-o depois e converteu-se rapidamente ao nazismo.

De volta a Berlim, que, nessa altura, pouca atenção prestava a Hitler, o capitão Smith redigiu extenso relatório, que a embaixada enviou para Washington em 25 de novembro de 1922. Considerando-se o que foi escrito, trata-se de um documento notável.

A força política mais ativa na Baviera, no presente momento (escreveu Smith), é o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. Menos um partido político que um movimento popular, deve ser encarado como um contraponto bávaro ao fascismo italiano (...) Adquiriu recentemente uma influência política inteiramente desproporcional ao seu poderio numérico atual (...)

Adolf Hitler tem sido, desde o começo, a força dominante do movimento, sendo que a personalidade desse homem tem constituído, sem dúvida, um dos fatores mais importantes para o êxito do movimento (...) Sua capacidade, no sentido de influenciar uma assembléia popular, é verdadeiramente extraordinária. Em conversa particular, revela-se um orador vigoroso e lógico, o que, aliado a um entusiasmo fanático, causa profundíssima impressão num ouvinte neutro.

O coronel Smith, que mais tarde serviu como adido militar americano em Berlim durante os primeiros anos do regime nazista, colocou amavelmente tanto o seu diário como as notas de sua viagem a Munique à disposição do autor deste livro. Esses elementos foram valiosos na elaboração deste capítulo.

*** Hanfstångl passou parte da Segunda Guerra Mundial em Washington, ostensivamente como inimigo estrangeiro exilado, mas, na realidade, como "conselheiro" do governo americano acerca da Alemanha nazista. Esse papel*

final de sua vida, que parecia tão absurdo aos americanos que o conheceram na Alemanha nazista, deve tê-lo divertido.

Quase todos os homens que deveriam tornar-se íntimos colaboradores de Hitler já pertenciam ao partido, ou entrariam logo depois. Rudolf Hess entrou em 1920. Filho de um negociante atacadista alemão domiciliado no Egito, Hess passara os primeiros 14 anos de sua vida nesse país, indo depois estudar na Alemanha. Durante a guerra, serviu por algum tempo no Regimento List, como Hitler, embora não o conhecesse na ocasião. Após ter sido duas vezes ferido, tornou-se aviador. Finda a guerra, matriculou-se na Universidade de Munique, como estudante de economia, mas parece que passou a maior parte do tempo a distribuir folhetos anti-semitas e a lutar contra os vários bandos armados que agiam na Baviera. Achava-se metido no mais aceso da luta quando o regime soviético em Munique foi derrotado, a 1º de maio de 1919, sendo ferido na perna. Certa noite, um ano mais tarde, foi ouvir Hitler falar, deixou-se levar por sua eloquência e alistou-se no partido, tornando-se logo amigo íntimo, adepto devotado e secretário do líder. Foi ele quem expôs a Hitler as ideias geopolíticas do general Karl Haushofer, então professor de geopolítica na universidade.

Hess entusiasmou Hitler com um ensaio premiado que escrevera para uma tese intitulada: “Como deve ser constituído o homem que conduzirá a Alemanha à sua eminência de antes?”

Quando toda a autoridade desapareceu, somente um homem do povo poderá restabelecê-la (...) Quanto mais profundamente o ditador tenha estado antes enraizado nas grandes massas, tanto mais saberá de que modo tratá-las psicologicamente, tanto menos os trabalhadores desconfiarão dele, tanto mais adeptos conseguirá entre as fileiras mais enérgicas do povo. Quanto a ele próprio, nada tem em comum com a massa; como os grandes homens, é todo personalidade (...) Quando a necessidade exigir, não recuará diante do derramamento de sangue. As grandes questões são sempre resolvidas por mão de ferro e sangue (...) A fim de atingir seu objetivo, está pronto a calcar aos pés os amigos mais íntimos (...) O legislador age com terrível inflexibilidade (...) Se houver necessidade, poderá pisar no povo com botas de granadeiro (...)22

Não é de estranhar que Hitler se apegasse ao jovem. Esse talvez não fosse o retrato do líder que ele era no momento, mas do líder que desejava ser — e que foi. Apesar de toda a sua solenidade e de seu amor ao estudo, Hess continuou a ser um homem de inteligência limitada, sempre receptivo a ideias malucas, que podia adotar com grande fanatismo. Quase até o fim, seria um dos adeptos mais leais e dignos da confiança de Hitler — e um dos poucos que não se sentiram

amargurados por ver desvanecerem-se as ambições pessoais.

Alfred Rosenberg, embora aclamado, não raro, como sendo o “líder intelectual” do Partido Nazista e, mesmo, o seu “filósofo”, era também um homem de inteligência medíocre. Rosenberg pode ser considerado, com certa verdade, russo. Como muitíssimos outros “intelectuais” russos, era de origem báltico-germânica. Filho de um sapateiro, nasceu a 12 de janeiro de 1893, em Reval (hoje Tallinn), na Estônia, que fazia parte, desde 1721, do império czarista. Preferiu estudar não na Alemanha, mas na Rússia, diplomando-se em arquitetura, em 1917, pela Universidade de Moscou. Viveu na Rússia durante os dias da revolução bolchevista, e talvez tenha sido por isso que alguns inimigos do Partido Nazista tenham dito, mais tarde, que ele acariciava a idéia de tornar-se um jovem revolucionário bolchevista. Em fevereiro de 1918, porém, voltou a Reval, apresentou-se como voluntário às tropas alemãs, quando elas chegaram àquela cidade, foi recusado como “russo” e, finalmente, em fins de 1918, rumou para Munique, onde exerceu atividade entre os círculos de russos brancos emigrados.

Rosenberg conheceu depois Dietrich Eckart e, por intermédio dele, Hitler, entrando para o partido em fins de 1919. Era inevitável que um homem que recebera um diploma de arquitetura impressionasse um outro que não conseguira sequer entrar para uma escola de arquitetura. Hitler também ficou impressionado com os “conhecimentos” de Rosenberg, apreciando, além disso, o ódio que o jovem báltico alimentava contra os judeus e os bolchevistas. Pouco antes da morte de Eckart, no fim de 1923, Hitler fez de Rosenberg diretor do *Völkischer Beobachter* e, por espaço de muitos anos, continuou a apoiar esse homem inteiramente atabalhoado, esse “filósofo” confuso e superficial, como se fosse o mentor intelectual do movimento nazista e uma de suas principais autoridades em política exterior.

Como Rudolf Hess, também Hermann Göring fora para Munique depois da guerra, ao que parece para estudar economia na universidade — e também ele se deixou levar pela sedução pessoal de Adolf Hitler. Um dos maiores heróis de guerra do país, o último comandante do famoso Esquadrão de Ataque Richthofen, detentor do *Pour le Mérite*, a mais alta condecoração de guerra da Alemanha, pareceu-lhe ainda mais difícil do que para a maioria dos veteranos de guerra voltar à existência prosaica da vida civil dos tempos de paz. Tornou-se, durante algum tempo, piloto civil na Dinamarca e, depois, na Suécia. Certo dia, conduziu o conde Eric von Rosen até sua propriedade rural, situada a pouca distância de Estocolmo e, enquanto lá permanecia como hóspede, apaixonou-se pela irmã da condessa Rosen, Carin von Kantzow, nascida baronesa Foch, uma

das mulheres belas da Suécia. Surgiram certas dificuldades. Carin von Kantzow, além de epilética, era casada e mãe de um filho de 8 anos. Mas conseguiu dissolver seu casamento e casar com o jovem e galante aviador. Possuidora de consideráveis bens de fortuna, seguiu com seu novo marido para Munique, onde viveram em meio de certo esplendor, e onde ele não levou muito a sério os seus estudos na universidade.

Isso, porém, não durou muito. Göring conheceu Hitler em 1921, entrou para o partido, contribuiu generosamente para os seus cofres (e para Hitler, pessoalmente), ajudou Rohm, com sua infatigável energia, a organizar as tropas de choque e, um ano mais tarde, em 1922, foi feito comandante das S.A.

Um enxame de indivíduos menos conhecidos e, em sua maior parte, menos agradáveis, uniu-se ao círculo que se estabeleceu em torno do ditador do partido, Max Amann, primeiro-sargento de Hitler no Regimento List, sujeito rude, duro, mas organizador hábil, foi nomeado gerente comercial do partido e do *Völkischer Beobachter*, pondo rapidamente em ordem as finanças de ambos. Para seu guarda-costas pessoal, Hitler escolheu Ulrich Graf, lutador amador, aprendiz de açougueiro e conhecido fanfarrão. Como seu fotógrafo oficial, Hitler escolheu o coxo Henrich Hoffmann, o único homem que, durante anos, teve permissão de fotografá-lo, indivíduo de uma lealdade canina e vantajosa, que acabou por transformá-lo em milionário. Outro arruaceiro de sua predileção era Cristian Weber, vendedor de cavalos, ex-empregado de uma espelunca de Munique, onde era encarregado de expulsar os desordeiros, e grande bebedor de cerveja. Muito íntimo de Hitler, nessa época, era Hermann Esser, cuja oratória rivalizava com a do líder e cujos artigos de ataques aos judeus, no *Völkischer Beobachter*, constituíam um dos traços principais do jornal do partido. Não fazia segredo de que, durante algum tempo, vivera muito bem devido à generosidade de algumas de suas amantes. Chantagista notório, lançando mão de ameaças de “desmascarar” mesmo os camaradas de seu próprio partido que o traíssem, Esser tornou-se tão repulso a alguns dos homens mais velhos e decentes do movimento que eles exigiram sua expulsão. “Sei que Esser é um patife”, redarguiu Hitler em público, “mas continuarei ligado a ele enquanto ele me puder ser útil”.²³ Essa iria ser sua atitude para com quase todos os seus colaboradores íntimos, não importava quão tenebroso pudesse ter sido o seu passado — ou, com efeito, o seu presente. Assassinos, malandros, homossexuais, toxicômanos ou apenas simples desordeiros, eram todos iguais para ele, contanto que servissem a seus propósitos.

Apoiou Julius Streicher, por exemplo, até quase o fim. Este sádico depravado, que começara a vida como professor primário, foi um dos homens mais

indecorosos que cercaram Hitler de 1922 até 1939, quando sua estrela, finalmente, deixou de brilhar. Mulherengo famoso, como ele próprio se vangloriava, que chantageava até mesmo com os maridos de suas amantes, fez fama e fortuna como anti-semita cegamente fanático. Seu conhecido semanário, *Der Stürmer*, prosperou, baseado em histórias sensacionais de crimes sexuais e “assassinios rituais” praticados por judeus; sua obscenidade era nauseabunda, mesmo para muitos nazistas. Streicher era também notório por sua pornografia. Tornou-se conhecido como “o rei sem coroa da Francônia”, tendo o centro de seu poder em Nuremberg, onde sua palavra era lei, e onde quem quer que o traísse ou desgostasse não estava livre da prisão e da tortura. Até o momento em que me deparei com ele no banco dos réus, em Nuremberg, jamais o vira sem um chicote na mão ou na cinta, sendo que se jactava, a rir, das vergastadas que distribuía a torto e a direito.

Eis aí os homens que Hitler reunia em torno de si, nos primeiros anos de seu empenho para tornar-se ditador de uma nação que dera ao mundo Lutero, Kant, Goethe, Schiller, Bach, Beethoven e Brahms.

Em 1º de abril de 1920, dia em que o Partido dos Trabalhadores Alemães se transformou em Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães — nome de que surgiu a forma abreviada “Nazi” —, Hitler deixou de uma vez por todas o exército. A partir de então, dedicaria todo o seu tempo ao Partido Nazista, do qual nem então nem jamais aceitou qualquer espécie de salário.

Poder-se-ia, pois, perguntar: de que modo vivia Hitler? Era pergunta que mesmo os seus camaradas de partido faziam, às vezes, a si próprios. Na acusação que os membros rebeldes do comitê do partido redigiram em 21 de julho de 1921, tal indagação foi feita sem meias palavras: “Se qualquer membro lhe pergunta de que modo vive e qual era sua profissão anterior, ele se mostra sempre zangado e irritado. Até agora, resposta alguma foi dada a tais perguntas. Sua consciência, pois, não deve ser limpa, levando particularmente em conta que suas excessivas relações com senhoras, a quem se apresenta como o rei de Munique, custam muito dinheiro.”

Hitler respondeu a essa pergunta durante o processo que moveu, depois, contra os autores do folheto. À pergunta do tribunal, para que dissesse exatamente de que modo vivia, respondeu: “Se falo em nome do Partido Nacional-Socialista, não recebo dinheiro algum. Mas também falo para outras organizações (...) e então, certamente, recebo um estipêndio. Tomo também minhas refeições do meio do dia, em turnos, com vários camaradas do partido. Sou ainda assistido, de modo modesto, por alguns companheiros de partido.”²⁴

É provável que isto se aproximasse bastante da verdade. Alguns amigos prósperos, como Dietrich Eckart, Göring e Hanfstängl, indubitavelmente lhe “emprestavam” dinheiro para pagar o aluguel de seu apartamento, comprar roupas e comer. Suas necessidades eram, sem dúvida, modestas. Até 1929, ocupava um apartamento de dois cômodos num distrito da classe média inferior, em Thierschstrasse, junto ao rio Isar. No inverno, usava seu velho capote militar — que depois se tornou familiar a todos na Alemanha, em numerosas fotografias. No verão, aparecia, não raro, de short o Lederhosen, que a maioria dos bávaros usa em tal estação. Em 1923, Eckart e Esser descobriram a Platterhof, estalagem próxima a Berchtesgaden, que deveria tornar-se retiro de verão para Hitler e seus amigos. Hitler apaixonou-se por uma encantadora região montanhosa, onde, mais tarde, construiu sua espaçosa vila, Berghof, que seria seu lar e onde passaria grande parte do tempo, nos anos que precederam à guerra.

Havia, no entanto, pouco tempo para repouso e recreação nos tempestuosos anos de 1921 a 1923. Era preciso edificar e manter o controle de um partido, em face de rivais ciumentos e tão inescrupulosos como ele próprio. O N.S.D.A.P. não era senão um dos vários movimentos direitistas, existentes na Baviera, a lutar pela atenção e pelo apoio público e, além disso, havia muitos outros no resto do país.

Sucediam-se os acontecimentos de maneira estonteante, e as situações que um político tinha de observar, avaliar e aproveitar, mudavam sem cessar. Em abril de 1921, os Aliados apresentaram à Alemanha a nota de reparações, que atingia a gigantesca soma de 132 bilhões de marcos-ouro — 33 bilhões de dólares —, o que fez com que os alemães berrassem que não poderiam jamais pagar tal quantia. O marco, cotado normalmente ao câmbio de quatro por dólar, começara a baixar e, no verão de 1921, já havia caído a 75, sendo que, um ano mais tarde, já eram necessários quatrocentos marcos para se comprar um dólar. Erzberger fora assassinado em agosto de 1921. Em junho de 1922, houve uma tentativa de assassinato de Philipp Scheidemann, o socialista que proclamara a república. No mesmo mês, a 24 de junho, o ministro do Exterior, Rathenau, foi morto em plena rua. Nos três casos, os assassinos haviam sido indivíduos da extrema direita. O abalado governo nacional, em Berlim, respondeu finalmente à ameaça com uma Lei Especial para a Proteção da república, que impunha penas severas ao terrorismo político. Berlim exigiu a dissolução de inumeráveis ligas armadas, e o fim do gangsterismo político. O governo bávaro, mesmo sob a direção do moderado conde Lerchenfeld, que, em 1921, substituíra o extremista Kahr, encontrava dificuldades para prosseguir com o regime nacional em Berlim. Quando tentou pôr em vigor a lei contra o terrorismo, os direitistas bávaros, dos quais Hitler era um dos jovens líderes, organizaram uma

conspiração tendo em vista a deposição de Lerchenfeld e uma marcha sobre Berlim, a fim de derrubar a república.

A mal emplumada república Democrática de Weimar achava-se em grande dificuldade, vendo sua própria existência ameaçada, não só pela extrema direita como pela extrema esquerda.

■ Versalhes, Weimar e o Putsch da cervejaria

Para a maioria das pessoas, nas terras aliadas vitoriosas do Ocidente, a proclamação da república em Berlim, a 9 de novembro de 1918, parecera assinalar a alvorada de um novo dia para o povo alemão e sua nação. Woodrow Wilson, na troca de notas que conduziram ao armistício, insistira na abolição da autocracia militarista dos Hohenzollern, e os alemães, embora com relutância, pareciam dispostos a obedecer. O Kaiser fora obrigado a abdicar e fugir; a monarquia fora dissolvida, todas as dinastias existentes na Alemanha foram rapidamente extintas, sendo proclamado um governo republicano.

Mas proclamado por acidente! Na tarde do dia 9 de novembro, a chamada Maioria Social-democrata, sob a chefia de Friedrich Ebert e Philipp Scheidemann, reuniu-se ao Reichstag, em Berlim, logo após a renúncia do chanceler, príncipe Max de Baden. Estavam todos completamente desorientados, sem saber o que fazer. O príncipe Max acabara de anunciar a abdicação do Kaiser. Ebert, seleiro por ofício, era de opinião que um dos filhos de Guilherme — qualquer um deles, exceto o dissoluto príncipe herdeiro — poderia sucedê-lo, pois era a favor de uma monarquia constitucional à maneira inglesa. Ebert, embora líder dos socialistas, detestava a revolução social. “Odeio-a como ao diabo”, declarara certa vez.

A revolução, porém, estava no ar, em Berlim. A capital foi paralisada por uma greve geral. Pouco abaixo da ampla Unter den Linden, a poucos quarteirões do Reichstag, os espartaquistas, chefiados pela socialista esquerdista Rosa Luxemburgo e por Karl Liebknecht, preparavam-se em sua cidadela, no palácio do Kaiser, para proclamar uma república soviética. Quando tal notícia chegou aos ouvidos dos socialistas que se encontravam no Reichstag, mostraram-se consternados. Alguma coisa precisava ser feita imediatamente para frustrar o golpe dos espartaquistas. Scheidemann teve uma idéia. Sem consultar os camaradas, correu à janela que dava para a Königsplatz, onde se reunira grande multidão, esticou a cabeça para fora, e por sua própria conta, como se tal idéia acabasse de lhe passar pela mente, proclamou a república! O fabricante de selas Ebert ficou furioso. Tinha esperado, de algum modo, salvar a monarquia Hohenzollern.

E assim nasceu a república alemã, como por um golpe de mágica. Se os próprios socialistas não eram republicanos resolutos, dificilmente se poderia esperar que os conservadores o fossem. Mas os conservadores renunciaram às suas responsabilidades. Tanto eles como os líderes do exército, Ludendorff e Hindenburg, tinham empurrado o poder político para as mãos dos relutantes social-democratas. Ao fazê-lo, conseguiram ainda fazer recair sobre os ombros

dos líderes da classe trabalhadora democrática a responsabilidade aparente pela assinatura da rendição e, finalmente, do tratado de paz, lançando sobre eles a culpa da derrota da Alemanha e de quaisquer sofrimentos que uma guerra perdida e uma paz ditada pudessem impor ao povo alemão. Era esse um truque grosseiro, que até uma criança poderia ver, mas, na Alemanha, deu resultado. E isso condenou a república desde o princípio.

Talvez não precisasse ter sido assim. Em novembro de 1918, os social-democratas, detentores do poder absoluto, bem poderiam ter lançado, rapidamente, os alicerces de uma república democrática duradoura. Mas, para que assim fosse, teriam necessidade de suprimir definitivamente, ou pelo menos dominar permanentemente, as forças que haviam apoiado o império Hohenzollern, e que não poderiam, com lealdade, aceitar uma Alemanha democrática: os proprietários feudais junker e as demais castas superiores, os magnatas que dirigiam os grandes cartéis industriais, os condottieri errantes das unidades livres, os altos funcionários do serviço civil e, sobretudo, a casta militar e os membros do Estado-maior. Teriam necessidade de acabar com muitas das grandes propriedades rurais, ruinosas e antieconômicas, e os monopólios e cartéis industriais, limpar a burocracia, o judiciário, a polícia, as universidades e o exército de todos aqueles que não estivessem dispostos a servir, leal e honestamente, ao novo regime democrático.

Isso era coisa que os social-democratas, quase todos sindicalistas bem intencionados, habituados a curvar-se à antiga autoridade estabelecida, arraigada também em alemães de outras classes, não ousavam fazer. Em vez disso, começaram a abdicar de sua autoridade em favor de uma força que sempre predominara na Alemanha moderna: o exército. Pois, embora derrotado no campo de batalha, ainda alimentava esperança de manter-se firme no país e derrotar a revolução. Para conseguir tais fins, pôs-se rápida e ousadamente em ação.

Na noite de 9 de novembro de 1918, poucas horas depois de ter sido proclamada a república, o telefone tocou no gabinete de Ebert, na chancelaria do Reich, em Berlim. Tratava-se de um telefone muito especial, que se comunicava, por uma linha privada e secreta, com o quartel-general Supremo, em Spa. Ebert apanhou o telefone. “Aqui fala Gröner”, disse uma voz. O ex-seleiro, ainda perplexo pelos acontecimentos daquele dia, que lhe lançaram subitamente nas mãos relutantes o que restava do poder político de uma Alemanha que se desmoronava, ficou impressionado. O general Wilhelm Gröner era o sucessor de Ludendorff como chefe do Serviço de Intendência do Exército. Ainda naquele mesmo dia, logo cedo, em Spa, fora ele que, quando o marechal-

de-campo von Hindenburg vacilou, informara ao Kaiser que ele já não contava com a lealdade de suas tropas e, assim, devia afastar-se — um ato de coragem que a casta militar jamais lhe perdoou. Ebert e Gröner respeitavam-se mutuamente desde 1916, quando o general, então encarregado da produção de guerra, trabalhara em estreita ligação com o líder socialista. No começo de novembro — poucos dias antes — tinham tido uma conferência em Berlim, durante a qual estudaram uma maneira de salvar a monarquia e a pátria.

Agora, no momento mais difícil para essa Pátria, uma linha telefônica secreta os punha de novo em contato. Imediatamente, o líder socialista e o segundo homem em importância do exército alemão fizeram um pacto que, embora só muitos anos mais tarde se tornasse conhecido, iria determinar o destino do país. Ebert concordou em reprimir a anarquia e o bolchevismo, e a manter todas as tradições do exército. Gröner, por sua vez, prometeu que o exército ajudaria o novo governo a estabelecer-se e a realizar os seus objetivos.

— O marechal-de-campo [Hindenburg] conservará o comando? — indagou Ebert.

O general Gröner respondeu afirmativamente.

— Queira transmitir ao marechal-de-campo os agradecimentos do governo - replicou Ebert.1

O exército alemão fora salvo, mas a república, no próprio dia de seu nascimento, estava perdida. Os generais, com a honrosa exceção do próprio Gröner e uns poucos outros, jamais a serviriam lealmente. No fim, conduzidos por Hindenburg, traíram-na, entregando-a aos nazistas.

No momento, sem dúvida, o espectro do que acabara de ocorrer na Rússia obcecava o espírito de Ebert e de seus camaradas socialistas. Não queriam converter-se em Kerenskys alemães. Em toda parte da Alemanha, os conselhos de soldados e trabalhadores surgiram e assumiram o poder, como na Rússia. Foram tais grupos que, a 10 de novembro, elegeram um Conselho de Representantes do Povo, com Ebert à frente, a fim de governar, na ocasião, a Alemanha. Em dezembro, efetuou-se, em Berlim, o primeiro Congresso Soviético da Alemanha. Constituído de delegados dos Conselhos de Soldados e Trabalhadores de todo o país, exigia ele a demissão de Hindenburg, a abolição do exército regular e sua substituição por uma guarda civil, cujos oficiais seriam eleitos pelos soldados, ficando debaixo da autoridade suprema do conselho.

Isso era demais para Hindenburg e Gröner. Recusaram-se a reconhecer a autoridade do Congresso soviético. O próprio Ebert nada fez para cumprir as exigências do Congresso. Mas o exército, lutando pela sua própria subsistência, exigia ação mais positiva por parte do governo que concordara apoiar. Dois dias antes do Natal, a Divisão da Marinha do Povo, agora sob o controle dos comunistas espartaquistas, ocupou a Wilhelmstrasse, invadiu a chancelaria e cortou os fios telefônicos. A linha secreta ligada ao quartel-general do exército, porém, continuou a funcionar, e Ebert pediu socorro. O exército prometeu libertar o governo por meio da guarnição de Potsdam, mas, antes que ela pudesse chegar, os marinheiros revoltosos recolheram-se a seus alojamentos, nos estúbulos do palácio imperial, ainda em poder dos espartaquistas.

Os espartaquistas, tendo à frente Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, os dois agitadores mais eficientes da Alemanha, continuaram a lutar por uma república soviética. Seu poder armado em Berlim aumentava. Na véspera do Natal, a Divisão da Marinha rechaçara facilmente uma tentativa, por parte das tropas regulares de Potsdam, no sentido de expulsá-la dos estúbulos imperiais. Hindenburg e Gröner fizeram pressão junto a Ebert para que honrasse o pacto estabelecido entre eles e suprimisse os bolchevistas. Isto o líder socialista estava mais do que disposto a fazer. Dois dias depois do Natal, nomeou Gustav Noske ministro da Defesa Nacional e, a partir dessa nomeação, os acontecimentos se processaram com uma lógica que todos aqueles que conheciam o novo ministro podiam ter esperado.

Noske era por ofício um açougueiro que abrira caminho no movimento sindicalista e no Partido Social Democrático, tornando-se, em 1906, membro do Reichstag, onde era considerado um técnico do partido em assuntos militares. Era também conhecido como nacionalista vigoroso e homem de espírito dominador. O príncipe Max de Baden escolhera-o para acabar com a rebelião naval ocorrida em Kiel nos primeiros dias de novembro — e ele, de fato, a sufocara. Homem corpulento, de queixo quadrado e de grande energia e vigor físico, embora de curta inteligência (típica, diziam seus inimigos, de sua profissão), Noske anunciou, ao ser nomeado ministro da Defesa, que “alguém devia ser o cão de caça”.

No começo de janeiro de 1919, ele desferiu o golpe. De 10 a 17 daquele mês — a “Semana Sangrenta”, como foi chamada, na ocasião, em Berlim — tropas regulares e unidades livres, sob a direção de Noske e o comando do general von Lüttwitz,* esmagaram os espartaquistas. Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht foram presos e assassinados por oficiais da Divisão de Cavalaria da Guarda.

* *Um ano mais tarde, o general Freiherr von Lüttwitz, oficial reacionário da*

*velha escola, mostraria quão leal era ele para com a república em geral e para com Noske em particular, ao dirigir, durante a captura de Berlim, tropas das unidades livres, em apoio do Putsch Kapp. Ebert, Noske e os outros membros do governo foram obrigados a fugir, às 5h da manhã do dia 13 de março de 1920. O general von Seeckt, chefe do Estado-maior do exército e nominalmente subordinado a Noske, ministro da Defesa, recusou-se a permitir que o exército defendesse a república contra Lüttwitz e Kapp. "Esta noite revelou a bancarrota de toda a minha política", exclamou Noske. "Minha fê no corpo de oficiais fez-se em pedaços. Todos os senhores me abandonaram" (Citado por Wheeler-Bennett, em *The Nemesis of Power*, p. 77).*

Logo que terminou a luta em Berlim, realizaram-se eleições em toda a Alemanha para escolha dos membros da Assembléia Nacional, que deveria elaborar a nova Constituição. A votação, realizada a 9 de janeiro de 1919, revelou que tanto a classe média como as classes superiores haviam readquirido um pouco de sua coragem, no espaço de tempo de pouco mais de dois meses transcorridos desde a revolução. Os social-democratas (a maioria e os socialistas independentes), que haviam governado sozinhos, porque nenhum outro grupo queria compartilhar de tal fardo, receberam 13,8 milhões de votos, de um total de (...) 30 milhões, conquistando 185 das 421 cadeiras da Assembléia, mas isso foi considerado menos do que uma maioria. A nova Alemanha, obviamente, não iria ser construída apenas pela classe trabalhadora. Dois partidos da classe média, um do centro, representando o movimento político da Igreja Católica Romana, e o Partido Democrático, nascido da fusão, em dezembro, do antigo Partido Progressista e a extrema esquerda dos liberais nacionais, conseguiram, entre eles, 11,5 milhões de votos, obtendo 166 cadeiras na Assembléia. Ambos os partidos pretendiam apoiar uma república democrática, moderada, embora houvesse um movimento considerável no sentido da restauração eventual da monarquia.

Os conservadores, dos quais alguns líderes se haviam ocultado em novembro, e outros que, como o conde von Westarp, haviam pedido a proteção de Ebert, mostraram que, embora reduzidos em número, estavam longe da extinção. Rebatizando o partido como Partido Nacional Popular Alemão, conseguiram mais de três milhões de votos, elegendo 44 deputados; os seus aliados da ala direita, os liberais nacionais, que mudaram o nome para Partido Popular Alemão, receberam quase 1,5 milhão de votos, conquistando 19 cadeiras. Embora decididamente em minoria, os dois partidos conservadores conquistaram na Assembléia um número de cadeiras suficiente para que se fizessem ouvir. Com efeito, nem bem a Assembléia se reunira em Weimar, a 6 de fevereiro de 1919, e já os líderes desses dois grupos se levantavam para defender o nome do

Kaiser Guilherme II e a maneira pela qual ele e seus generais haviam conduzido a guerra. Gustav Stresemann, líder do Partido Popular, ainda não experimentara aquilo que, mais tarde, pareceu a muitos uma mudança em sua maneira de sentir e pensar. Em 1919, era ele ainda conhecido como o homem que havia sido o porta-voz do Comando Supremo no Reichstag — o “jovem de Ludendorff”, como o chamavam —, defensor violento da política de anexação e da guerra submarina irrestrita.

A Constituição que surgiu da Assembléia, após seis meses de debates (foi aprovada em 31 de julho de 1919 e ratificada pelo presidente a 31 de agosto), era, no papel, o documento mais democrático e liberal que, em seu gênero, o século XX já vira — mecanicamente quase perfeita, cheia de dispositivos admiráveis e engenhosos, que pareciam garantir o funcionamento de uma democracia quase impecável. A idéia de um governo de gabinete fora tomada emprestada da Inglaterra e da França; a de um presidente forte e popular, dos Estados Unidos; a do referendo, da Suíça. Um complicado e complexo sistema de representação proporcional e de votação por meio de listas foi estabelecido, a fim de evitar o desperdício de votos e dar às pequenas minorias o direito de ser representadas no Parlamento.*

** Havia falhas, sem dúvida, e, no fim, algumas delas se revelaram desastrosas. O sistema de representação proporcional e de votação por legenda talvez tenha interrompido o desperdício de votos, mas também resultou numa multiplicação de pequenas minorias dissidentes, o que eventualmente tornou, no fim, impossível uma maioria estável no Reichstag, levando a frequentes mudanças no governo. Nas eleições nacionais de 1930, achavam-se inscritos 28 partidos.*

A república poderia ter tido muito maior estabilidade, se algumas ideias do professor Hugo Preuss, redator principal da Constituição, não tivessem sido rejeitadas. Propôs ele, em Weimar, que a Alemanha se convertesse num Estado centralizado e que a Prússia e os outros Estados isolados fossem dissolvidos e transformados em províncias. A Assembléia, porém, rejeitou suas propostas.

Finalmente, o artigo 48 da Constituição conferia ao presidente, em casos de emergência, poderes ditatoriais. O uso dessa cláusula pelos chanceleres Brüning, von Papen e von Schleicher, no governo Hindenburg, permitiu-lhes governar sem a aprovação do Reichstag e, assim, mesmo antes do advento de Hitler, pôs fim ao governo parlamentar democrático na Alemanha.

A redação da Constituição de Weimar era doce e eloquente aos ouvidos de qualquer homem dotado de espírito democrático. O povo era declarado

soberano: “O poder político emana do povo.” Ao atingir 20 anos de idade, homens e mulheres podiam votar. “Todos os alemães são iguais perante a lei (...) A liberdade pessoal é inviolável (...) Todos os alemães têm o direito de exprimir livremente suas opiniões (...) Todos os alemães têm o direito de formar associações ou sociedades (...) Todos os habitantes do Reich desfrutam de completa liberdade de crença e consciência (...)” Homem algum no mundo seria mais livre do que um alemão, governo algum mais democrático e liberal que o seu. No papel, pelo menos.

A sombra de Versalhes

Antes de terminada a redação da Constituição de Weimar, ocorreu um acontecimento inevitável, que pairou como uma condenação não só sobre ela como sobre a república que ela deveria estabelecer. Esse acontecimento foi a elaboração do Tratado de Versalhes. Durante os primeiros e caóticos dias de paz, e mesmo depois que as deliberações da Assembléia Nacional foram tomadas em Weimar, o povo alemão parecia pensar pouco nas consequências de sua derrota. Ou, se o fazia, parecia estar fatuamente confiante de que tendo se libertado, como insistiam os Aliados, dos Hohenzollern, subjugado os bolchevistas e começado a formar um governo republicano, democrático, fazia jus a uma paz baseada não no fato de ter perdido a guerra, mas nos famosos Quatorze Pontos do presidente Wilson.

A memória dos alemães, ao que parecia, não recuava até um ano antes — até o dia 3 de março de 1918 — em que o então vitorioso Comando Supremo alemão impôs a uma Rússia derrotada, em Brest Litovskí, um tratado de paz que, na opinião de um historiador britânico, escrevendo vinte anos após o arrefecimento das paixões da guerra, era uma “humilhação sem precedentes, ou que a ela se igualasse, na história moderna”.² O tratado privava a Rússia de um território quase tão grande como o da Áustria-Hungria e o da Turquia somados, com 56 milhões de habitantes, ou 32% de toda a sua população; de um terço da extensão total de suas ferrovias, 73% do total de seus minérios, 89% do total de sua produção carbonífera, e mais de cinco mil fábricas e estabelecimentos industriais. Ademais, a Rússia foi obrigada a pagar à Alemanha uma indenização que montava a seis bilhões de marcos.

O dia da prestação de contas chegou para os alemães no fim da primavera de 1919. Os termos do Tratado de Versalhes, estabelecidos pelos Aliados sem qualquer negociação com a Alemanha, foram publicados, em Berlim, a 7 de maio. Chegaram como um golpe arrasador para um povo que insistira em iludir a si próprio até o último momento. Comícios irados foram organizados em todo o

país em sinal de protesto contra o tratado e a fim de exigir que a Alemanha se recusasse a assiná-lo. Scheidemann, que durante a Assembléia de Weimar se tornara chanceler, exclamou: “Que seque a mão que assine tal tratado!” A 8 de maio, Ebert, que se tornara presidente provisório, e o governo, classificaram publicamente tais termos como “irrealizáveis e insuportáveis”. No dia seguinte, a delegação alemã em Versalhes enviou uma nota ao inflexível Clemenceau afirmando que tal tratado era “intolerável para qualquer nação”.

Mas, que havia de tão intolerável nele? Restituía à França a Alsácia-Lorena, uma parcela de território à Bélgica, uma parcela semelhante (após um plebiscito) à Dinamarca, em Schleswig, que Bismarck arrancara aos dinamarqueses um século antes, após derrotá-los na guerra. Restituía aos poloneses as terras (algumas delas após plebiscito) com que os alemães haviam ficado depois da divisão da Polónia. Era essa uma das imposições que mais enfureciam os alemães, não somente porque se indignavam contra a separação da Prússia Oriental da Mãe-Pátria por meio de um corredor que dava à Polónia acesso ao mar, mas porque desprezavam os poloneses, os quais consideravam como raça inferior. Não os enfurecia menos o fato de o tratado obrigá-los a aceitar a responsabilidade de ter começado a guerra, exigindo que entregassem aos Aliados o Kaiser Guilherme II e cerca de oitocentos outros “criminosos de guerra”.

As reparações deveriam ser fixadas mais tarde, mas o primeiro pagamento, de 5 bilhões de dólares em marcos-ouro, precisaria ser feito de 1919 a 1921, sendo que certas entregas em espécie — carvão, navios, madeira, gado, etc. — deveriam ser feitas em lugar de reparações em dinheiro.

Mas o que mais os feria era que o Tratado de Versalhes praticamente desarmava a Alemanha* e, assim, pelo menos durante algum tempo, constituía um obstáculo à hegemonia alemã na Europa. Não obstante, o odiado Tratado de Versalhes, ao contrário do que fora imposto à Rússia pela Alemanha, deixava o Reich, em grande parte, geográfica e economicamente intacto, preservando sua unidade política e seu poderio latente como grande nação.

** O tratado restringia o exército a cem mil voluntários a longo prazo, proibindo-lhe que possuísse aviões e tanques. O Estado-maior era também proscrito. A marinha foi reduzida a pouco mais do que uma força simbólica, sendo-lhe vedado construir submarinos ou barcos de mais de 10 mil toneladas.*

O governo provisório de Weimar, com exceção de Erzberger, que insistia em

que se aceitasse o tratado, sob alegação de que seus termos poderiam ser facilmente burlados, era violentamente contrário à aceitação do Diktat de Versalhes, como passou então a ser chamado. Atrás do governo, permanecia a esmagadora maioria dos cidadãos, da esquerda à direita.

E o exército? Se o tratado fosse rejeitado, poderia o exército resistir a um inevitável ataque aliado lançado pelo Ocidente? Ebert apresentou a questão ao Comando Supremo, que então transferira a sua sede para Kolberg, na Pomerânia. A 17 de junho, o marechal-de-campo von Hindenburg, estimulado pelo general Gröner, que via quão inútil seria a resistência alemã, respondeu:

No caso de um reinício das hostilidades, podemos reconquistar a província de Posen [na Polônia] e defender nossa fronteira a leste. No Oeste, porém, dificilmente poderíamos resistir a uma ofensiva séria por parte do inimigo, em vista da superioridade numérica da Entente e de sua possibilidade de atacarnos por ambos os flancos.

O êxito da operação como um todo é, por conseguinte, duvidoso, mas como soldado, não posso deixar de achar que seria melhor perecer honrosamente do que aceitar uma paz indigna.

As palavras finais do reverenciado comandante-em-chefe estavam de acordo com a melhor tradição militar alemã, mas sua sinceridade pode ser julgada pelo fato de que o povo alemão não sabia que Hindenburg concordara com Gröner, que tentar resistir agora aos Aliados não só seria inútil como poderia também acarretar a destruição dos queridos corpos de oficiais do exército e, com efeito, da própria Alemanha.

Os Aliados exigiam agora uma resposta definitiva da Alemanha. A 16 de junho, no dia anterior ao da resposta escrita de Hindenburg a Ebert, apresentaram um ultimato aos alemães: ou o tratado seria aceito até o dia 24 de junho, ou o acordo de armistício estaria terminado, e as potências aliadas “tomariam as medidas que julgassem necessárias para fazer cumprir os seus termos”.

Novamente Ebert apelou para Gröner. Se o Comando Supremo achasse que haveria a mais ligeira possibilidade de uma resistência militar bem-sucedida diante dos Aliados, Ebert prometia tentar fazer com que a Assembléia rejeitasse o tratado. Mas precisava ter imediatamente uma resposta. O último dia estipulado pelo ultimato, 24 de junho, chegou. O Gabinete deveria reunir-se às 16:30h para tomar uma decisão final. Hindenburg e Gröner tornaram a conferenciar. “O senhor sabe tão bem quanto eu que uma resistência é impossível”, disse o velho e

cansado marechal-de-campo. Mas, ainda uma vez, como ocorrera em Spa a 9 de novembro de 1918, quando não teve a coragem de dizer ao Kaiser a verdade final e deixou esse desagradável dever a cargo de Gröner, recusou-se a dizer a verdade ao presidente provisório da república. “O senhor pode dar a resposta ao presidente tão bem quanto eu”, disse ele a Gröner.³ E, novamente, o corajoso general assumiu a responsabilidade final que pertencia ao marechal-de-campo, embora devesse saber que aquilo poderia tornar duplamente impossível que ele deixasse de ser, eventualmente, um bode expiatório para os corpos de oficiais. Telefonou ao Comando Supremo, transmitindo tal opinião ao presidente.

Sentindo-se aliviada por ter essa responsabilidade recaído sobre os líderes do exército — fato esse que foi logo esquecido na Alemanha —, a Assembléia Nacional aprovou, por grande maioria, a assinatura do tratado, sendo sua decisão comunicada a Clemenceau 19 minutos antes de expirar o prazo do ultimato. Quatro dias mais tarde, a 28 de junho de 1919, o tratado de paz foi assinado no Salão dos Espelhos do Palácio de Versalhes.

Uma casa dividida

A partir daquele dia a Alemanha se converteu numa casa dividida.

Os conservadores não queriam aceitar nem o tratado de paz, nem a república que o havia ratificado. O mesmo aconteceu, no fim de contas, com o exército — com exceção do general Gröner — embora jurasse defender o novo regime democrático e tomasse a decisão final de assiná-lo em Versalhes. Apesar da “revolução” de novembro, os conservadores ainda detinham o poder econômico. Tinham as indústrias, as grandes propriedades rurais e quase todo o capital do país. Sua riqueza poderia ser empregada e, com efeito, foi, para subsidiar partidos políticos e uma imprensa política que, a partir de então, se empenharia em solapar a república.

O exército começou a contornar as restrições militares do tratado de paz mal a tinta secara no papel. E, graças à timidez e à falta de visão dos líderes socialistas, os corpos de oficiais conseguiram não apenas manter o exército dentro de suas antigas tradições prussianas, como vimos, mas ainda convertê-lo no verdadeiro centro político da nova Alemanha. O exército, até os últimos dias da breve república, não arriscou sua sorte em nenhum movimento político. Mas, sob a chefia do general Hans von Seeckt, o brilhante criador da Reichswehr de cem mil homens, o exército, pequeno como era em número, transformou-se num Estado dentro do Estado, exercendo influência cada vez maior sobre a política financeira e exterior do país, até chegar a um ponto em que o prosseguimento da existência

da república dependia da vontade dos corpos de oficiais.

Como Estado dentro do Estado, mantinha-se independente do governo nacional. Segundo a Constituição de Weimar, o exército poderia ter ficado subordinado ao Gabinete e ao Parlamento, como ocorria com as instituições militares das outras democracias ocidentais. Mas não ficou. Tampouco os corpos de oficiais foram expurgados de seu espírito monárquico, anti-republicano. Alguns poucos líderes socialistas, como Scheidemann e Grzesinski, insistiam em reclamar a “democratização” das forças armadas. Viam o perigo de entregar o exército de volta às mãos de oficiais pertencentes à antiga tradição autoritária, imperialista. Mas eram vitoriosamente combatidos não só pelos generais, como por seus camaradas socialistas, conduzidos pelo ministro da Defesa, Noske. Este ministro proletário da república se jactava abertamente de desejar reviver “as lembranças do altivo soldado da Guerra Mundial”. O fracasso do governo devidamente eleito, no sentido de construir um novo exército leal ao seu próprio espírito democrático e subordinado ao Gabinete e ao Reichstag, constituiu um erro fatal para a república, como o tempo demonstrou.

Outro fracasso foi deixar de fazer um expurgo no poder judiciário. Os administradores da lei converteram-se num dos centros da contra-revolução, corrompendo a justiça a favor de fins políticos reacionários. “É impossível fugir à conclusão”, declarou o historiador Franz L. Neumann, “de que a justiça política constitui a página mais negra da vida da república alemã.”⁴ Após o Putsch Kapp, em 1920, o governo acusou 705 pessoas de alta traição; somente uma delas, o chefe de polícia de Berlim, foi sentenciado: cinco anos de “prisão honrosa”. Quando a Prússia cancelou sua pensão, a Suprema Corte ordenou que fosse restaurada. Um tribunal alemão, em dezembro de 1926, concedeu ao general von Lüttwitz, o líder militar do Putsch Kapp, o pagamento de suas pensões atrasadas, abrangendo não só o período em que ele fora um rebelde contra o governo, como, ainda, os cinco anos em que estivera, como fugitivo da Justiça, na Hungria.

No entanto, centenas de liberais alemães foram sentenciados a anos de prisão, sob acusação de terem revelado ou denunciado pela imprensa ou por meio de discursos as constantes violações, por parte do exército, do Tratado de Versalhes. As leis referentes à traição eram implacavelmente aplicadas contra os que apoiavam a república; mas aqueles da direita que procuraram derrubá-la, como Adolf Hitler iria logo aprender, ou permaneciam em liberdade, ou incorriam em sentenças levíssimas. Mesmo os assassinos, se pertenciam à direita, sendo suas vítimas democratas, eram tratados com indulgência pelos tribunais, ou então, como não raro ocorria, eram ajudados a escapar à custódia das cortes de justiça

por oficiais do exército e extremistas da ala direita.

E, assim, os socialistas moderados, ajudados pelos democratas e pelos centristas católicos, eram os únicos a levar avante a república, que, desde o seu nascimento, mostrava-se vacilante. Eram alvo do ódio, do abuso e, às vezes, das balas de seus oponentes, que aumentavam em número e em resolução. “No coração do povo”, exclamava Oswald Spengler, que conquistara de chofre a fama com o seu livro *A decadência do Ocidente*, “a Constituição de Weimar já está condenada”. Na Baviera, o jovem agitador Adolf Hitler compreendeu logo o poderio da nova maré nacionalista, antidemocrática e anti-republicana. E começou a navegar a favor dela.

Foi grandemente ajudado pelo curso dos acontecimentos, em particular por dois deles: a queda do marco e a ocupação francesa do Ruhr. O marco, como vimos, começara a desvalorizar-se em 1921, quando caiu a 75 por dólar; no ano seguinte, caiu a quatrocentos e, em princípios de 1923, a sete mil. Já no outono de 1922, o governo alemão pedira aos Aliados a concessão de uma moratória no pagamento das reparações de guerra. O governo francês de Poincaré negou-se terminantemente a concedê-la. Quando a Alemanha deixou de fazer suas entregas de madeira, o inflexível premier francês, que fora presidente da França durante a guerra, ordenou às tropas francesas que ocupassem o Ruhr. O coração industrial da Alemanha, que, após a perda da Alta Silésia para a Polônia, fornecia à Alemanha quatro quintos de seu carvão e da produção de aço, foi isolado do resto do país.

Esse paralisante golpe contra a economia alemã uniu momentaneamente o povo como nunca desde 1914. Os operários do Ruhr declararam greve geral e receberam apoio financeiro do governo de Berlim, que iniciou uma campanha de resistência passiva. Com ajuda do exército, foram organizadas guerrilhas e sabotagem. Os franceses replicaram com prisões, deportações e até mesmo sentenças de morte. Mas nenhum mecanismo funcionou no Ruhr.

O estrangulamento da economia alemã apressou a queda final e vertiginosa do marco. Por ocasião da ocupação do Ruhr, em janeiro de 1923, o marco caiu a 18 mil por dólar; a 12 de julho, descera a 160 mil; a 12 de agosto, a um milhão. Em novembro, quando Hitler achou que sua hora soara, eram necessários quatro bilhões de marcos para comprar um dólar e, a partir de então, as cifras se converteram em trilhões. A moeda alemã perdeu totalmente seu valor. O poder aquisitivo dos salários e ordenados foi reduzido a zero. As economias das classes médias e operárias desapareceram. Porém algo ainda mais importante foi destruído: a fé do povo na estrutura econômica da sociedade alemã. De que

valiam os padrões e as práticas de tal sociedade, que encorajava as economias e investimentos, prometendo solenemente um lucro seguro e, depois, faltava ao cumprimento de sua palavra? Não era aquilo fraude contra o povo?

E acaso não era a república democrática, que se rendera ao inimigo e aceitara o encargo das reparações, a responsável por tal desastre? Infelizmente para sua sobrevivência, a república assumira a responsabilidade. A inflação poderia ter sido detida, bastando para isso apenas que se equilibrasse o orçamento — uma tarefa difícil, mas não impossível. Uma taxaço adequada poderia ter conseguido isso, mas o novo governo não se atrevia a cobrar adequadamente os impostos. Afinal de contas, o custo da guerra — 164 bilhões de marcos — não foi atendido sequer em parte por impostos diretos, mas 93 bilhões por meio de empréstimos de guerra, 29 bilhões mediante obrigações do Tesouro e o resto mediante emissão de papel-moeda. Em vez de elevar drasticamente os impostos sobre aqueles que podiam pagar, o governo republicano na verdade os reduziu, em 1921.

A partir de então, incitado pelos grandes industriais e senhores rurais, que pretendiam lucrar com a guerra, embora a massa do povo estivesse arruinada, o governo deixou deliberadamente que o marco fosse por água abaixo, a fim de livrar o Estado de suas dívidas públicas, fugir ao pagamento das reparações de guerra e sabotar os franceses no Ruhr. Ademais, a destruição da moeda permitia à indústria pesada alemã extinguir seus débitos, pagando suas obrigações por meio de marcos sem valor algum. O Estado-maior, disfarçado em Truppenamt (departamento de tropas), a fim de burlar o tratado de paz que o proscivera, compreendeu que a queda do marco anulava as dívidas de guerra, deixando a Alemanha financeiramente desembaraçada para iniciar uma nova guerra.

As massas do povo, porém, não percebiam quanto os magnatas da indústria, o exército e o Estado se estavam beneficiando com a ruína da moeda. Tudo o que sabiam era que uma grande conta bancária não era suficiente para comprar um feixe de cenouras, um punhado de batatas, alguns gramas de açúcar ou meio quilo de farinha. Sabiam que, como indivíduos, estavam em bancarrota. E conheciam a fome, quando ela lhes roía as entranhas, o que ocorria diariamente. Em meio de sua miséria e desalento, faziam da república o bode expiatório de tudo o que lhes acontecera.

Para Adolf Hitler, uma época como aquela era coisa enviada pelo céu.

Revolta na Baviera

“O governo continua calmamente a imprimir esses pedaços de papel, pois, se

deixasse de fazê-lo, isso seria o seu fim”, exclamava ele. “E isso porque, se as máquinas de impressão parassem (o que constitui um pré-requisito para a estabilização do marco), a ladroeira viria logo à luz (...) Creiam-me: nossa miséria aumentará. Os patifes ficarão impunes. E a razão disso é que o Estado se tornou o maior patife e trapaceiro de todos. Um Estado de ladrões! (...) Se as pessoas, horrorizadas, perceberem que, mesmo possuindo bilhões, poderão morrer de fome, chegarão a esta conclusão: não nos submeteremos mais a um Estado que se baseia na idéia enganadora de que representa a maioria. Queremos uma ditadura (...)”⁵

Não há dúvida de que os sofrimentos e incertezas da brutal inflação estavam levando milhões de alemães àquela mesma conclusão — e Hitler estava pronto a conduzi-los. Começara a acreditar, com efeito, que as condições caóticas de 1923 criaram a oportunidade, que talvez não se repetisse, para se derrubar a república.

Mas ainda havia algumas dificuldades a aplainar no caminho, se desejasse liderar a contra-revolução.

Em primeiro lugar, o Partido Nazista, muito embora dia a dia estivesse crescendo numericamente, ainda estava longe de ser o movimento político mais importante na Baviera, sendo desconhecido fora do Estado. Como poderia um partido tão pequeno derrubar a república? Hitler, que não desanimava facilmente ante os obstáculos, julgava ter uma solução: poderia unir sob sua direção todas as forças anti-republicanas e nacionalistas da Baviera. Então, com o apoio do governo bávaro, das ligas armadas e do exército acantonado na região, encabeçaria a marcha sobre Berlim — como Mussolini marchara sobre Roma um ano antes — e poria abaixo a República de Weimar. O êxito fácil de Mussolini evidentemente dera pasto à sua imaginação.

A ocupação do Ruhr pela França, embora reacendesse o ódio germânico pelo inimigo tradicional e, desse modo, reavivasse o espírito nacionalista, complicava o projeto de Hitler. Começava por unificar o povo alemão, em torno do governo republicano de Berlim, que fora escolhido para enfrentar a França, a última coisa que Hitler poderia desejar. Seu objetivo era o de aniquilar a república. Da França ele poderia cuidar depois que a Alemanha tivesse sua revolução nacionalista e estabelecido uma ditadura. Hitler, opondo-se a uma poderosa corrente da opinião pública, atreveu-se a adotar uma orientação impopular: “Não, não abaixo a França, mas abaixo os traidores da Pátria, abaixo os criminosos de novembro! Esse deve ser o nosso lema.”⁶

Durante os primeiros meses de 1923 Hitler dedicou-se a materializar seu lema. Em fevereiro, devido em grande parte ao talento organizador de Rohm, quatro das “ligas patrióticas” armadas da Baviera uniram-se aos nazistas para formar a chamada Arbeitsgemeinschaft der Vaterländischen Kampfverbände (União Trabalhista das Ligas Patrióticas Combatentes), sob a chefia política de Hitler. Em setembro, um grupo ainda mais forte foi constituído sob o nome de Deutscher Kampfbund (União Combatente da Alemanha), tendo Hitler como apoiador de um triunvirato. Esta organização teve origem numa grande assembléia popular em Nuremberg, a 2 de setembro, em comemoração do aniversário da derrota francesa, no ano de 1870, em Sedan. Esteve representada a maioria dos grupos de índole fascista do sul da Alemanha e Hitler recebeu algo como uma ovação, após violento discurso contra o governo nacional. As finalidades da Nova Kampfbund foram abertamente definidas: derrubar a república e rasgar o Tratado de Versalhes.

No meeting de Nuremberg, durante a parada dos manifestantes, Hitler estava na tribuna próximo ao general Ludendorff. Não por casualidade, pois por algum tempo o jovem nazista estivera cultivando a amizade do herói da guerra, que havia ligado seu nome famoso aos artífices do golpe de Kapp em Berlim e que, desde que continuara a estimular a contra-revolução da direita, poderia ser tentado a apoiar uma ação que começava a germinar na mente de Hitler. O velho general não tinha perspicácia política; vivendo agora fora de Munique, ele não ocultava seu desprezo pelos bávaros, pelo príncipe herdeiro Rupprecht, pretendente bávaro, e pela Igreja Católica no mais católico de todos os Estados alemães. Hitler sabia de tudo isto, mas prosseguia em seus objetivos. Ele não desejava Ludendorff como líder político da contra-revolução nacionalista, papel que reconhecia estar o herói da guerra sequioso por assumir. Hitler reivindicava o papel para si mesmo. Mas o nome de Ludendorff, seu prestígio nos círculos militares e nos meios conservadores de toda a Alemanha, seriam uma vantagem para um político provinciano ainda grandemente desconhecido fora da Baviera. Ludendorff passou a ser incluído em seus planos.

No outono de 1923, a república alemã e o Estado da Baviera chegaram a uma situação de crise. No dia 26 de setembro o chanceler Gustav Stresemann anunciou o fim da resistência passiva no Ruhr e o reinício do pagamento das indenizações alemãs. O antigo porta-voz de Hindenburg e Ludendorff, conservador pertinaz e, de coração, monarquista, chegara à conclusão de que se a Alemanha devia ser salva, unida e tornada novamente poderosa, impunha-se, pelo menos momentaneamente, aceitar a república, concordar com os Aliados e obter um período de tranquilidade para recobrar seu poderio econômico. Deixá-la ir adiante à deriva significaria a guerra civil e talvez a destruição final do país.

A cessação da resistência à França no Ruhr e a retomada do peso das reparações provocaram uma explosão de ódio e histeria entre os nacionalistas alemães, e os comunistas, que vinham aumentando sua força, juntaram-se a eles na virulenta campanha contra a república. Stresemann achava-se diante de uma séria revolta, tanto da extrema direita como da extrema esquerda. Ele a havia antecipado ao fazer com que o presidente Ebert decretasse um estado de emergência no mesmo dia que proclamou a mudança da política relativa ao Ruhr e às reparações. O poder executivo na Alemanha, com a Lei de Emergência, foi colocado, de 26 de setembro de 1923 até fevereiro de 1924, nas mãos do ministro da Defesa, Otto Gessler, e do comandante do exército, general von Seeckt. Na verdade, isto transformou o general e seu exército nos virtuais ditadores do Reich.

A Baviera não estava disposta a aceitar tal solução. O gabinete bávaro de Eugen von Knilling anunciou seu próprio estado de emergência a 26 de setembro e nomeou o monarquista da direita e ex-primeiro ministro Gustav von Kahr comissário estadual com poderes ditatoriais. Temia-se, em Berlim, que a Baviera pudesse separar-se do Reich, restaurar a monarquia de Wittelsbach e talvez formar uma união do sul da Alemanha com a Áustria. Uma reunião do gabinete foi imediatamente convocada pelo presidente Ebert, e o general von Seeckt convidado a comparecer. Ebert desejava saber com quem estaria o exército. Seeckt disse-lhe bruscamente: “O exército, sr. presidente, está comigo.”⁷

As frias palavras pronunciadas pelo impassível comandante supremo prussiano, de monóculo, não intimidaram, como se poderia esperar, o presidente alemão ou o chanceler. Eles já haviam reconhecido a posição do exército como um Estado dentro do Estado e subordinado apenas a si mesmo. Três anos antes, como vimos, quando as forças de Kapp ocuparam Berlim e apelo semelhante fora feito a Seeckt, o exército permanecera não com a república, mas com o general. A única questão, agora, em 1923, era saber onde Seeckt se colocaria.

Afortunadamente para a república, nesse momento ele permaneceu a seu lado, não porque acreditasse nos princípios republicanos ou democráticos, mas porque verificara que o apoio ao regime vigente era indispensável à preservação do exército, ele próprio ameaçado pela revolta na Baviera e no norte, e para salvar a Alemanha de uma guerra civil desastrosa. Seeckt sabia que alguns dos oficiais de comando da divisão do Exército de Munique tomaram o partido dos separatistas bávaros, e tinha conhecimento de uma conspiração do “Reichswehr Negro”, dirigido pelo major Buchrucker, ex-oficial do Estado-maior, para ocupar Berlim e depor o governo republicano. Agora ele agia com fria precisão e absoluta determinação para estabelecer a ordem no exército e pôr fim à ameaça

de guerra civil.

Na noite de 30 de setembro de 1923, as tropas do “Reichswehr Negro”, comandadas pelo major Buchrucker, apoderaram-se de três fortes a leste de Berlim. Seeckt ordenou que forças regulares as cercassem e dois dias depois Buchrucker rendeu-se, sendo julgado por alta traição e sentenciado a dez anos de prisão em fortaleza. O “Reichswehr Negro”, que fora criado pelo próprio Seeckt, sob a disfarçada denominação de Arbeitskommandos (Comandos do Trabalho), para permitir um reforço secreto de cem mil homens ao Reichswehr, foi dissolvido.*

** As tropas do "Schwarz Reichswehr" (Exército Negro), aproximadamente de vinte mil homens, achavam-se estacionadas na fronteira oriental como guarda auxiliar contra os poloneses, nos dias turbulentos de 1920-23. A organização ilegal tornou-se conhecida em virtude do ressurgimento dos horrores dos Femegerichte medievais — tribunais secretos — , que distribuíam arbitrariamente sentenças de morte contra os alemães que revelassem as atividades do "Reichswehr Negro" à Comissão Aliada de Controle. Muitos desses brutais assassinos foram entregues à justiça e num dos julgamentos o ministro de Defesa alemã, Otto Gessler, que sucedera a Noske, negou qualquer conhecimento da organização, insistindo em que não existia. Mas quando um dos inquiridores protestou contra semelhante inocência, Gessler gritou: "Quem fala do 'Reichswehr Negro' comete um ato de alta traição!"*

Em seguida, Seeckt voltou sua atenção para as ameaças de insurreições comunistas na Saxônia, na Turíngia, em Hamburgo e no Ruhr. Para o esmagamento da esquerda, a lealdade do exército podia ser considerada segura. Na Saxônia, o governo socialista-comunista foi desarticulado pelo comandante local do Reichswehr, tendo sido designado um Comissário do Reich para substituí-lo. Em Hamburgo e em outras regiões, foram rápida e severamente reprimidos. Parecia agora a Berlim que a supressão relativamente fácil dos bolchevistas roubara aos conspiradores da Baviera o pretexto de que estavam agindo efetivamente para salvar a república do comunismo, e que eles reconheceriam imediatamente a autoridade do governo nacional. Mas isto não ocorreu.

A Baviera continuou desafiando Berlim, agora sob o controle ditatorial de um triunvirato: Kahr, o comissário do Estado, o general Otto von Lossow, comandante do Reichswehr na Baviera e o coronel Hans von Seisser, chefe de polícia do Estado. Kahr recusou-se a reconhecer que a proclamação do presidente Ebert, do estado de emergência para a Alemanha, tivesse qualquer aplicação na Baviera, e negou-se a cumprir as ordens de Berlim. Quando o

governo nacional exigiu a proibição do jornal de Hitler, o *Völkischer Beobachter*, em face de seus virulentos ataques à república em geral e particularmente a Seeckt, Stresemann e Gessler, Kahr sobranceiramente a rejeitou.

Uma segunda ordem de Berlim para que prendesse três conhecidos líderes de alguns dos bandos armados da Baviera, o capitão Heiss, o capitão Ehrhardt (o “herói” do Putsch Kapp) e o tenente Rossbach (homossexual, amigo de Rohm), foi igualmente ignorada por Kahr. Seeckt, com sua paciência quase esgotada, determinou ao general von Lossow fechar o jornal nazista e prender os três chefes. O general bávaro, ele próprio um oficial confuso e frouxo, que fora conquistado pela eloquência de Hitler e pela persuasão de Kahr, vacilou em obedecer. A 24 de outubro, Seeckt destituiu-o e designou o general Kress von Kressenstein para o seu lugar. Kahr, porém, não aceitou a imposição de Berlim. Declarou que Lossow permaneceria no comando do Reichswehr na Baviera e, desafiando não apenas Seeckt mas também a Constituição, obrigou oficiais e soldados do exército a prestar juramento especial de obediência ao governo bávaro.

Para Berlim isso constituía não apenas rebeldia política, mas também militar. E o general von Seeckt, agora, estava determinado a liquidar as duas.⁸

Lançou ao triunvirato bávaro, a Hitler e às ligas armadas uma clara advertência de que qualquer insubordinação da parte deles seria combatida pela força. Mas para o líder nazista era demasiado tarde para recuar. Seus fanáticos adeptos reclamavam ação. O tenente Wilhelm Brückener, um dos comandantes das S.A.* , instava-o a atacar imediatamente. “Chegará o dia”, prevenia, “em que serei incapaz de reter os homens. Se nada acontecer agora, eles nos deixarão”.

** Sigla designativa da Sturmabteilung, tropas de assalto ou camisas pardas. (N. do T.)*

Hitler também percebia que se Stresemann ganhasse mais tempo e começasse a obter resultados positivos em seu empenho de restaurar a tranquilidade no país, sua própria oportunidade estaria perdida. Pleiteou de Kahr e Lossow que marchassem sobre Berlim antes que Berlim marchasse sobre Munique. E cresceu sua desconfiança de que o triunvirato ou estava perdendo o ânimo ou planejando um golpe separatista sem ele, com o propósito de desligar a Baviera do Reich. Hitler opunha-se a isto, firmemente, com suas fanáticas ideias de um Reich forte, nacionalista, unido.

Kahr, Lossow e Seisser começavam a perder a coragem depois da advertência de Seeckt, e não estavam interessados num gesto fútil que pudesse destruí-los. A 6 de novembro eles informaram ao Kampfbund, do qual Hitler era a principal figura política, que não deviam ser levados a precipitar a ação e que somente eles decidiriam quando e como agir. Isto foi um sinal para Hitler de que ele mesmo devia tomar a iniciativa. Sozinho, Hitler não possuía força para desferir um golpe, que deveria ter o apoio do Estado bávaro, do exército e da polícia, e isto era uma lição que aprendera em seus dias de indigência em Viena. Teria de colocar, de qualquer modo, Kahr, Lossow e Seisser numa posição tal que fossem obrigados a agir com ele e da qual não pudessem recuar. Audácia, e mesmo temeridade, era o que se impunha. Nesse momento, Hitler provou que as tinha. Decidiu sequestrar o triunvirato e forçá-lo a utilizar o poder de acordo com seu próprio jogo.

A idéia fora primitivamente proposta a Hitler por dois refugiados da Rússia: Scheubner-Richter e Rosenberg. Scheubner-Richter, que adquirira nobreza com o nome de sua mulher e chamava-se Max Erwin von Scheubner-Richter, era um tipo duvidoso que, como Rosenberg, gastara a maior parte da vida nas províncias bálticas da Rússia e, após a guerra, dirigira-se para Munique, com outros refugiados da União Soviética, aí juntando-se ao Partido Nazista e convertendo-se num dos íntimos confidentes de Hitler.

A 4 de novembro, dia comemorativo, na Alemanha, dos soldados mortos na guerra (Totengedenktag), seria realizada uma parada militar no centro de Munique, e fora anunciado pela imprensa que, tanto o estimado príncipe herdeiro Rupprecht, como Kahr, Lossow e Seisser receberiam a saudação das tropas de um palanque instalado numa estreita rua de Feldherrnhalle. Scheubner-Richter e Rosenberg propuseram a Hitler que algumas centenas de soldados, das tropas de assalto, transportados em caminhões, convergissem sobre a ruazinha antes da parada, bloqueando-a com metralhadoras. Hitler então subiria à tribuna, proclamaria a revolução e, de pistola em punho, persuadiria as autoridades a unirem-se a ele e a apoiá-lo na liderança do movimento. O plano agradou a Hitler, que o adotou entusiasticamente. Mas no dia convencionado, bem cedo, ao chegar ao local para fins de reconhecimento, Rosenberg descobriu, desalentado, que a ruela se achava totalmente protegida por uma enorme e bem armada unidade policial. A trama, ou melhor, a “revolução”, teve de ser abandonada.

Na realidade, foi simplesmente adiada. Maquinou-se um segundo plano, que não pudesse ser frustrado pela presença de um grupo policial estrategicamente situado. Na noite de 10 para 11 de novembro, as S.A. e as outras unidades armadas da Kampfbund, concentrar-se-iam nos arrabaldes de Fröttmaninger,

exatamente ao norte de Munique, e na manhã de 11 de novembro, aniversário do odiado, vergonhoso armistício, marchariam para a cidade, ocupariam os pontos estratégicos, proclamariam a revolução nacional e apresentariam aos vacilantes Kahr, Lossow e Seisser um *fait accompli*.

Nesse ínterim, uma notícia breve e não muito importante veiculada pela imprensa induziu Hitler a abandonar esse plano e improvisar um novo: a notícia de que, na noite do dia 8 de novembro, a pedido de algumas organizações comerciais de Munique, Kahr faria um discurso numa reunião na Bürgerbräukeller, grande cervejaria nos subúrbios a sudeste da cidade. O tema da alocução, dizia a notícia, seria o programa do governo bávaro, e estariam presentes o general von Lossow, o coronel von Seisser e outras autoridades.

Duas considerações levaram Hitler a uma decisão temerária. A primeira, a suspeita de que Kahr pudesse utilizar o meeting para proclamar a independência da Baviera e a restauração do trono bávaro para os Wittelsbach. Durante todo o dia 8 de novembro, Hitler tentou inutilmente avistar-se com Kahr, que dele se esquivou, até o dia 9. Isto fez apenas aumentar as desconfianças do líder nazista: ele precisava antecipar-se a Kahr. Também — e esta foi a segunda consideração — o meeting da cervejaria proporcionaria a oportunidade, perdida no dia 4 de novembro, de apanhar todos os três membros do triunvirato e, sob a mira de uma pistola, obrigá-los a juntar-se aos nazistas na consecução da revolução. Hitler decidiu agir sem demora. Os planos para a mobilização do dia 10 de novembro foram cancelados e as tropas de assalto precipitadamente postas de prontidão para a missão na grande cervejaria.

O Putsch da cervejaria

Às 20:45h de 8 de novembro de 1923, no momento em que Kahr falava havia já meia hora a uns três mil sedentos cidadãos, sentados a toscas mesas e bebendo cerveja em canecas de pedra, à moda bávara, as tropas S.A. cercaram a grande cervejaria e Hitler irrompeu no salão. Enquanto alguns de seus homens assentavam uma metralhadora na entrada, Hitler saltou sobre uma mesa e, para chamar a atenção, disparou o revólver para o teto. Kahr interrompeu seu discurso e o auditório voltou-se para ver qual era a causa do distúrbio. Com a ajuda de Hess e de Ulrich Graf, o antigo açougueiro, lutador amador, desordeiro, e agora o guarda pessoal do líder, Hitler dirigiu-se ao palanque. Um major da polícia tentou detê-lo, mas Hitler, com a pistola apontada, empurrou-o. De acordo com uma testemunha ocular, Kahr ficara naquele momento “pálido e confuso”, recuando no palanque e deixando que Hitler ocupasse seu lugar.

“A revolução nacional começou!”, gritou Hitler. “Esta casa se acha ocupada por seiscentos homens fortemente armados. Ninguém pode abandonar o salão. A não ser que se faça imediato silêncio, mandarei colocar uma metralhadora na galeria. Os governos da Baviera e do Reich foram destituídos e um governo nacional provisório foi organizado. O exército e a polícia marcham para a cidade com a bandeira suástica.”

Esta última informação era falsa, não passava de puro blefe. Mas, na confusão, ninguém podia saber com certeza. O revólver de Hitler era real. Havia disparado. As tropas de assalto, com seus fuzis e metralhadoras, eram reais. Hitler então ordenou a Kahr, Lossow e Seisser que o acompanhassem a um aposento reservado ao lado do local da cena. Coagidos pelas tropas de assalto, as três mais altas personalidades da Baviera cumpriram a ordem de Hitler, enquanto a multidão, assombrada, a tudo assistia.

Mas também com crescente indignação. Muitos negociantes ainda consideravam Hitler um impostor ou coisa semelhante. Um deles gritou para a polícia: “Não se acovardem como em 1918! Atirem!” Mas a polícia, com seus próprios chefes tão dóceis, e com as S.A. dominando o salão, não se moveu. Hitler combinou com um espião nazista na chefatura de polícia, Wilhelm Frick, para que telefonasse aos agentes em serviço na cervejaria ordenando-lhes não interferir, devendo apenas informar. O povo ali aglomerado começou a impacientar-se, a tal ponto que Göring sentiu ser necessário dirigir-se à tribuna para acalmá-lo. “Não há o que temer”, gritou. “Nossas intenções são as melhores possíveis e não há razão alguma para queixas. Bebam sua cerveja!” E informou que no aposento contíguo um novo governo estava sendo formado.

E estava mesmo, sob a mira do revólver de Adolf Hitler. Uma vez reunidos os prisioneiros no quarto vizinho, dissera-lhes: “Sem minha permissão, ninguém deixará vivo esta sala.” E anunciou que todos teriam posições-chave tanto no governo bávaro como no do Reich, que estava constituindo com Ludendorff. Com Ludendorff? Ao anoitecer, Hitler despachara Scheubner-Richter a Ludwigshöhe para conduzir imediatamente à cervejaria o famoso general, que da conspiração nazista nada sabia.

A princípio, os três prisioneiros se recusaram até mesmo a falar com Hitler, que continuava a alteração: deviam juntar-se a ele na proclamação da revolução e dos novos governos, e assumir os postos para os quais ele, Hitler, os designava; ‘caso contrário, não teriam o direito de continuar a viver’. Kahr seria interventor na Baviera; Lossow, ministro do Exército Nacional; Seisser, ministro da Polícia do Reich. Nenhum dos três se impressionou com a perspectiva de tão

altos cargos; não responderam.

O persistente silêncio enervava Hitler que, finalmente, brandiu sua arma para eles: “Tenho quatro balas em minha pistola. Três para meus colaboradores, se me abandonarem. A última, para mim!” E apontando o revólver para sua própria frente, gritou: “Se até amanhã à tarde não estiver vitorioso, serei um homem morto!”

Kahr não era um tipo muito brilhante, mas possuía coragem física. “Herr Hitler” respondeu, “pode mandar atirar, ou atirar o senhor mesmo. Não importa que eu morra ou deixe de morrer!”

Seisser também falou abertamente. Repreendeu Hitler por ter faltado à sua palavra de honra de que não tentaria um golpe contra a polícia.

“Sim, não mantive a palavra”, replicou Hitler. “Perdoem-me, mas não a mantive pelo amor da Pátria!”

O general von Lossow mantinha-se em silêncio, ativamente. Quando, porém, Kahr começou a cochichar ao seu ouvido, Hitler interrompeu-o rudemente: “Pare! Não há conversa sem minha autorização!”

Com sua própria conversa Hitler não estava conseguindo coisa alguma. Mesmo de pistola em punho, nenhum dos três homens que mantinham em suas mãos o poder do Estado da Baviera havia concordado em unir-se a ele. O golpe não marchava de acordo com o plano. Então Hitler, levado por repentino impulso, agiu. Sem mais uma palavra, precipitou-se novamente no salão, galgou a tribuna, enfrentou a irascível multidão e declarou que os membros do triunvirato, no quarto contíguo, haviam se reunido a ele para a formação de um novo governo nacional.

“O ministério bávaro”, bradou, “está afastado (...) Declaro destituídos o governo dos criminosos de novembro e o presidente do Reich. Um novo governo nacional será designado hoje mesmo, aqui, em Munique. Um exército nacional alemão será imediatamente organizado (...) Proponho que a mim seja entregue a direção política do governo nacional até que as contas com os criminosos de novembro tenham sido liquidadas. Ludendorff assumirá a chefia do exército nacional alemão (...) A tarefa do Governo Nacional Alemão provisório é a de organizar a marcha contra essa Babel corrupta que é Berlim e salvar o povo alemão (...). O dia de amanhã ou verá um governo nacional na Alemanha ou nos verá mortos!”

Não pela primeira vez e nem, certamente, pela última, Hitler havia dito uma mentira magistral; e dera resultado. Quando a multidão ouviu que Kahr, o general von Lossow e o chefe de polícia von Seisser haviam aderido a Hitler, seu estado de ânimo mudou abruptamente. Houve gritos de aplauso, cujos rumores impressionaram os três homens ainda encerrados no pequeno quarto ao lado.

Nesse instante Scheubner-Richter exibiu o general Ludendorff, como que tirado de um chapéu. O herói da guerra estava furioso com Hitler, que o colhera com a maior surpresa, e quando, encerrado na sala vizinha, soube que o ex-cabo, e não ele, seria o ditador da Alemanha, sua indignação transigiu. Mal falou ao atrevido jovem. Mas isso não significaria grande coisa a Hitler, desde que Ludendorff emprestasse seu famoso nome à desesperada empresa e conseguisse a adesão dos três recalcitrantes líderes bávaros, os quais até então não haviam cedido às suas próprias exortações e ameaças. E isto Ludendorff passou a fazer. Tratava-se agora de uma grande causa nacional, disse ele, e aconselhou os cavalheiros a que cooperassem. Amedrontados com as observações do generalíssimo, o trio pareceu ceder, embora mais tarde Lossow negasse ter concordado em colocar-se sob o comando de Ludendorff. Durante alguns minutos Kahr agitou a questão da restauração da monarquia de Wittelsbach, que lhe era tão cara, mas finalmente disse que cooperaria como “delegado do rei”.

A chegada oportuna de Ludendorff salvara Hitler. Radiante com esse lance de sorte, conduziu o grupo de volta ao palanque onde todos fizeram um breve discurso e juraram lealdade recíproca e ao novo regime. A multidão subiu em mesas e cadeiras num entusiasmo delirante. Hitler não cabia em si de alegria. Um eminente historiador presente mais tarde declarou: “Ele tinha uma expressão de felicidade franca, infantil, de que jamais me esquecerei.”⁹

Subindo novamente à tribuna, Hitler dirigiu suas derradeiras palavras ao povo:

Quero, agora, cumprir o juramento que fiz a mim mesmo há cinco anos, quando me encontrava cego e inválido no hospital militar: não ter descanso nem paz até que os criminosos de novembro sejam derrubados, até que sobre as ruínas da infeliz Alemanha de hoje ressurgja, mais uma vez, uma poderosa e magnífica, livre e gloriosa Alemanha.

O meeting começou a dissolver-se. À saída, Hess, ajudado por soldados das tropas de assalto, detinha alguns membros do gabinete bávaro e outras autoridades que tentavam escapular no meio da massa. Hitler conservou seus olhos sobre Kahr, Lossow e Seisser. Chegaram, então, notícias de um choque entre tropas de assalto de uma das ligas combatentes, o Bund Oberland, e tropas

regulares do quartel de engenharia do exército. Hitler decidiu dirigir-se ao local para cuidar pessoalmente do assunto, deixando o salão da cervejaria a cargo de Ludendorff.

Esse veio a ser um erro fatal. Lossow foi o primeiro a fugir, dizendo a Ludendorff que devia ir urgentemente a seu gabinete no quartel-general do exército, a fim de providenciar as ordens necessárias. No instante em que Scheubner-Richter objetou, Ludendorff retrucou duramente: “Eu o proíbo de duvidar da palavra de um oficial alemão.” Kahr e Seisser também desapareceram.

Hitler, possuído por grande animação, retornou a Bürgerbräu e soube que os pássaros tinham voado da gaiola. O primeiro revés da noite o aturdiu. Confiantemente, havia esperado encontrar seus “ministros” atarefados nas novas funções, enquanto Ludendorff e Lossow elaboravam planos para a marcha sobre Berlim. Quase nada, porém, fora realizado. Nem mesmo Munique estava sendo ocupada pelas forças revolucionárias. Rohm, à frente de um destacamento de tropas de assalto de outra liga combatente, a Reichskriegsflagge, se apoderara do quartel-general do exército, no Ministério da Guerra, situado na Schönfeldstrasse, mas nenhum outro centro estratégico fora ocupado, nem sequer a estação telegráfica, de onde as notícias do golpe saíram para Berlim, e de onde veio a ordem, do general von Seeckt, no sentido de que o exército da Baviera sufocasse o Putsch.

Embora algumas defecções ocorressem entre os oficiais inferiores e algumas unidades, cujas simpatias estavam com Hitler e Rohm, os oficiais superiores, sob a direção do general von Danner, comandante da guarnição de Munique, não apenas estavam preparados para cumprir a ordem de Seeckt, como se sentiam terrivelmente ofendidos com o tratamento dispensado ao general von Lossow. Segundo o código do exército, o civil que apontar um revólver para um general merece ser morto com a arma de um oficial. Do quartel-general do 19º Regimento de Infantaria, onde Lossow se reunira a Danner, foram enviadas mensagens a guarnições sediadas longe dali a fim de que corresse em reforço da cidade. Ao amanhecer, tropas regulares do exército haviam estendido um cordão em torno das forças de Rohm, no Ministério da Guerra.

Antes disto, Hitler e Ludendorff estiveram com Rohm, no Ministério, por certo tempo, a fim de efetuar um levantamento da situação. Rohm estava chocado com a notícia de que ninguém mais, além dele, agira militarmente para a ocupação dos postos-chave. Hitler procurou desesperadamente restabelecer contato com Lossow, Kahr e Seisser. Foram enviados mensageiros ao quartel do

19º de Infantaria, em nome de Ludendorff, mas eles não regressavam. Pöhner, ex-chefe de polícia de Munique e agora um dos sustentáculos de Hitler, foi despachado com o major Hühnlein e um grupo das tropas S.A. para ocupar a chefatura de polícia. Ali, foram imediatamente presos.

E qual o paradeiro de Gustav von Kahr, o chefe do governo bávaro? Após abandonar o Bürgerbräukeller, recuperou rapidamente seus sentidos e a coragem. Deslocou o governo para Regensburg, pois não desejava correr novamente o risco de ser feito prisioneiro de Hitler e seus arruaceiros; logo depois ordenou que se afixassem, em toda Munique, cartazes contendo a seguinte proclamação:

A decepção e a perfidia de camaradas ambiciosos converteram uma manifestação em prol dos interesses do renascimento nacional numa cena de revoltante violência. As declarações extorquidas do general von Lossow, do coronel Seisser e de mim mesmo, sob ameaça de revólver, são nulas e desprovidas de valor. O Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães e as ligas combatentes Oberland e Reichskriegsflagge estão dissolvidos.

Von Kahr, Comissário-geral do Estado

O triunfo que, no início da noite, parecera a Hitler tão próximo e tão facilmente conquistado, com a noite ia desaparecendo rapidamente. A base fundamental para o êxito de uma revolução política em que sempre insistira — o apoio das instituições existentes, tais como exército, polícia e o grupo político no poder — agora desmoronava. Nem mesmo o nome mágico de Ludendorff, já se tornara evidente, conseguira impor-se às forças armadas do Estado. Hitler sugeriu que a situação talvez pudesse ser salva se ele e o general se retirassem para a zona rural vizinha a Rosenheim e arregimentassem os camponeses em apoio dos grupos armados para um assalto a Munique; Ludendorff, contudo, rejeitou prontamente a ideia.

Talvez houvesse outro caminho que, ao menos, pudesse evitar o desastre. O príncipe herdeiro Rupprecht, inimigo de Ludendorff, tão logo teve notícia do Putsch lançou uma breve declaração exigindo o seu rápido sufocamento. Hitler decidiu recorrer ao príncipe para que intercedesse junto a Lossow e Kahr, a fim de obter uma solução pacífica e honrosa. Um tenente de nome Neunzert, amigo de Hitler e de Rupprecht, partiu apressadamente de madrugada para o castelo de Wittelsbach, nas cercanias de Berchtesgaden, com o encargo da delicada missão. Impossibilitado de encontrar um automóvel, teve de esperar um trem e não chegou ao destino antes de meio-dia, hora em que os acontecimentos tomavam

um rumo imprevisito para Hitler e nem sonhado por Ludendorff.

Hitler planejara um Putsch, não uma guerra civil. Apesar de sua excitação febril, mantinha suficientemente o autocontrole para perceber que carecia de força para dominar a polícia e o exército. Pretendia realizar uma revolução com as forças armadas, e não contra elas. Embora tivesse sido sanguinário em seus últimos discursos e nas horas em que manteve os três líderes bávaros sob a mira de seu revólver, Hitler repeliu a ideia de ver aqueles homens, reunidos em seu ódio à república, derramando mutuamente seu sangue.

A mesma coisa se passava com Ludendorff. Estava disposto, como dissera à esposa, a enforcar o presidente Ebert “& Cia.” e prazerosamente os veria balançar no patíbulo, mas não desejava matar policiais e soldados que, pelo menos em Munique, acreditavam, como ele, na contra-revolução nacional.

Ludendorff propôs então ao jovem hesitante líder nazista um plano, por ele mesmo elaborado, que ainda poderia trazer-lhe a vitória e evitar derramamento de sangue. Os soldados alemães, e mesmo os policiais alemães — que em sua maioria eram ex-soldados — jamais ousariam, ele estava seguro disso, atirar contra o lendário comandante que os havia conduzido a grandes vitórias, tanto na frente ocidental como na oriental. Ele, Hitler e os seus partidários marchariam para o centro da cidade, ocupando-o. A polícia e o exército não somente não se atreveriam a enfrentá-los, como seguramente se juntariam a eles para lutar sob suas ordens. Com algum ceticismo, Hitler concordou. Não havia outra saída no momento. O príncipe herdeiro, observou ele, não respondera ao seu pedido de mediação.

Por volta das 11 horas de 9 de novembro, aniversário da proclamação da república alemã, Hitler e Ludendorff, comandando uma coluna de aproximadamente três mil homens das tropas de assalto, saíram dos jardins de Bürgerbräukeller para o centro de Munique. Junto deles, na primeira fila, marchavam Göring, comandante das S.A., Scheubner-Richter, Rosenberg, Ulrich Graf, a guarda pessoal de Hitler e meia dúzia de outros oficiais nazistas e líderes do Kampfbund. Um pavilhão com a suástica e um estandarte da Bund Oberland foram desfraldados à frente da coluna. Logo atrás das primeiras fileiras seguia um caminhão barulhento carregado de metralhadoras e artilheiros. Os soldados das tropas de assalto conduziam mosquetões à bandoleira, alguns com baioneta calada. Hitler brandia seu revólver. Não era uma força armada formidável, mas Ludendorff, que comandara milhões de soldados das melhores tropas da Alemanha, certamente a julgava suficiente para seus objetivos.

A poucas centenas de metros da cervejaria, os rebeldes encontraram seu primeiro obstáculo. Na ponte Ludwig, sobre o rio Isar, passagem para o centro da cidade, achava-se um destacamento armado da polícia, barrando o avanço. Göring adiantou-se e, dirigindo-se ao policial comandante, ameaçou fuzilar certo número de reféns, que disse trazer na retaguarda da coluna, caso a polícia atirasse em seus homens. Durante a noite, Hess e outros haviam recolhido alguns reféns, incluindo dois membros do gabinete, precisamente para semelhante contingência. Estivesse ou não blefando, o policial comandante acreditou em Göring e deixou a coluna atravessar a ponte, sem molestá-la.

Em Marienplatz, a coluna nazista deparou com uma grande multidão que ouvia uma exortação de Julius Streicher, o perseguidor de judeus de Nuremberg, que desabalara para Munique às primeiras notícias do Putsch. Não desejando que o deixassem fora da revolução, interrompeu abruptamente seu discurso e juntou-se aos rebeldes, saltando para o escalão logo atrás de Hitler.

Pouco depois do meio-dia as forças em marcha aproximaram-se do seu objetivo, o Ministério da Guerra, onde Rohm e suas tropas de assalto estavam cercados pelos soldados do Reichswehr. Nem sitiados nem sitiadores tinham disparado um tiro. Rohm e seus homens eram todos ex-soldados e possuíam muitos camaradas do tempo da guerra do outro lado do arame farpado. Nenhum dos grupos tinha qualquer desejo de matar.

Para atingir o Ministério da Guerra e libertar Rohm, Hitler e Ludendorff levaram sua coluna pela estreita Residenzstrasse que, passando justamente pela Feldherrnhalle, desembocava na espaçosa Odeonsplatz. No fim da ruela um destacamento da polícia de aproximadamente cem homens, armados de mosquetões, bloqueava o caminho. Ocupava um lugar estratégico e desta vez não deram passagem.

Novamente os nazistas tentaram abrir caminho por meio de conversações. Um deles, Ulrich Graf, fiel membro da guarda pessoal de Hitler, avançou e gritou para o oficial de polícia em comando: “Não atire! Sua Excelência, o general Ludendorff, está chegando!” Mesmo nesse momento perigoso, crucial, um revolucionário alemão, ainda que velho combatente amador e fanfarrão profissional, lembrava-se de dar a Ludendorff o tratamento a que têm direito todos os oficiais-generais alemães. Hitler prosseguiu com outro grito: “Rendam-se! Rendam-se!” Mas o desconhecido oficial de polícia não se rendeu. Aparentemente o nome de Ludendorff não soava magicamente aos seus ouvidos; era da polícia, e não do exército.

Jamais ficou demonstrado qual dos lados atirou primeiro: um culpa o outro. Uma testemunha afirmou posteriormente que Hitler deu o primeiro tiro. Outra crê que foi Streicher, e mais de um nazista posteriormente disse ao autor deste livro ter sido esse o fato que, mais que qualquer outro, o tornara benquisto de Hitler por tanto tempo.*

** Alguns anos mais tarde, ao aprovar a indicação de Streicher como líder nazista para a Francônia, enfrentando a resistência de muitos dos camaradas do partido, Hitler afirmou: "Talvez haja um ou dois que não gostem do formato do nariz do camarada Streicher. Mas quando ele se colocou a meu lado, naquele dia, na calçada de Feldherrnhalle, jurei a mim mesmo jamais abandoná-lo enquanto ele não me abandonasse." (Heiden, Hitler: A Biography, p. 157.)*

Seja como for, um tiro foi disparado e imediatamente uma saraivada de balas zuniu de ambos os lados, lavrando naquele momento a sentença do destino e das esperanças de Hitler. Scheubner-Richter tombou mortalmente ferido. Göring caiu com um ferimento na coxa. Dentro de sessenta segundos a fuzilaria cessou, mas a rua já estava juncada de corpos. Dezesseis nazistas e três policiais morreram, ou estavam prestes a isto, muitos outros estavam feridos e os demais, incluindo Hitler, agarrados ao calçamento para salvar suas vidas.

Houve uma única exceção, e, tivesse o exemplo sido seguido, o dia poderia ter tido um final diferente. Ludendorff não se lançou ao solo. Conservando-se ereto e orgulhoso, de acordo com a melhor tradição militar, e tendo a seu lado o major Streck, seu ajudante, marchou calmamente por entre as bocas dos fuzis da policia até a Odeonsplatz. Devia ter parecido uma figura solitária e bizarra. Nenhum nazista o acompanhou, nem mesmo o chefe supremo, Adolf Hitler.

O futuro chanceler do Terceiro Reich foi o primeiro a correr desabaladamente para salvar-se. Ele havia entrelaçado seu braço esquerdo ao braço direito de Scheubner-Richter (gesto curioso, mas talvez revelador), enquanto a coluna se aproximava do cordão policial, e quando Scheubner-Richter tombou, levou também Hitler para o chão. Hitler talvez pensou que estivesse ferido, pois sentiu dores agudas que, como se soube depois, provinham de um ombro deslocado. Mas a verdade é que, segundo o depoimento de um dos próprios membros da coluna nazista, o médico Walther Schultz — sustentado por diversas outras testemunhas —, Hitler “foi o primeiro a levantar-se e recuar”, deixando os camaradas mortos e feridos jogados na rua. Foi empurrado para dentro de um automóvel que se achava de prontidão e desapareceu em direção da casa de campo dos Hanfstängl, em Uffing, onde foi tratado pela mulher e pela irmã de Putzi, e onde dois dias mais tarde foi preso.

Ludendorff foi detido no local. Sentiu desprezo pelos rebeldes que não tiveram coragem de acompanhá-lo na marcha e ficou amargurado com o exército, por não ter aderido a ele, a ponto de declarar que daquele dia em diante não mais reconheceria um oficial alemão e tampouco voltaria a vestir um uniforme de oficial. O ferido Göring recebeu os primeiros socorros do proprietário judeu de um banco das proximidades, a cujo estabelecimento foi levado, transpondo depois, com a ajuda da esposa, a fronteira da Áustria, onde se recolheu a um hospital, em Innsbruck Hess também fugiu para a Áustria. Rohm entregou-se ao Ministério da Guerra, duas horas depois do colapso diante da Feldherrnhalle. Em poucos dias, todos os líderes nazistas, com exceção de Göring e Hess, foram apanhados e encarcerados. O golpe nazista terminara num fiasco. O partido foi dissolvido. O nacional-socialismo, tudo levava a crer, estava morto. Seu prepotente líder, que fugira ao primeiro silvo das balas, parecia inteiramente desacreditado, com a meteórica carreira política no fim.

Julgamento por traição

Os fatos vieram mostrar que essa carreira havia sido apenas interrompida, e não por muito tempo. Hitler era suficientemente sagaz para compreender que seu julgamento, longe de liquidá-lo, iria proporcionar-lhe uma nova tribuna, da qual poderia não somente desacreditar as autoridades que o prenderam, mas — e isto era mais importante — pela primeira vez tornar o seu nome conhecido muito além dos limites da Baviera e da própria Alemanha. Tinha perfeita consciência de que os correspondentes da imprensa mundial, e dos principais jornais da Alemanha, afluiriam para Munique, a fim de fazer a cobertura do julgamento, que começou em 26 de fevereiro de 1924, perante uma corte especial, instalada na antiga Escola de Infantaria, em Blumenburgstrasse. Ao terminar, 24 dias mais tarde, Hitler transformara a derrota em triunfo. Para desgraça de Karr, Lossow e Seisser, fez com que compartilhassem de sua culpa perante a opinião pública, impressionou o povo alemão com a eloquência e o fervor do seu nacionalismo e enalteceu o próprio nome nas primeiras páginas dos jornais de todo o mundo.

Embora Ludendorff fosse obviamente o mais famoso dos dez prisioneiros levados ao banco dos réus, Hitler imediatamente atraiu para si as luzes da publicidade e, do início ao fim, dominou a sala do tribunal. O ministro da Justiça da Baviera, Franz Gürtner, velho amigo e protetor do líder nazista, diligenciara para que a justiça fosse complacente e tolerante. Permitiram a Hitler que interrompesse os trabalhos quando bem lhe aprouvesse, reinquirisse as testemunhas à vontade e falasse em defesa de si mesmo a qualquer momento e pelo tempo que desejasse. Sua exposição inicial durou quatro horas, mas foi apenas a primeira de muitas e intermináveis arengas.

Não pretendia repetir o erro daqueles que, quando julgados por cumplicidade no golpe Kapp, acabaram mais tarde alegando que nada sabiam, nada pretendiam, nada desejavam. E isto foi o que destruiu o mundo burguês — eles não tiveram a coragem de assumir a responsabilidade de seus atos (...), de colocar-se diante do juiz e dizer: “Sim, foi isso que quisemos fazer; queríamos destruir o Estado”.

Agora, diante dos juízes e dos representantes da imprensa mundial, em Munique, Hitler declarava orgulhosamente: “Assumo a responsabilidade sozinho. Mas não sou, por isso, um criminoso. Se hoje me acho aqui como revolucionário, é como um revolucionário contra a revolução. Não pode haver alta traição contra os traidores de 1918.”

Se traição houve, os três homens que na Baviera estavam à testa do governo, do exército e da polícia — e que com ele haviam conspirado contra o governo nacional — eram, então, igualmente culpados e deviam estar no banco dos réus, a seu lado, e não entre as testemunhas, como seus principais acusadores. Astutamente ele fizera com que o feitiço virasse contra o feiticeiro.

Uma coisa era evidente: Lossow, Kahr e Seisser tinham o mesmo objetivo que nós — livrar-se do governo do Reich (...). Se nosso empreendimento tivesse sido realmente uma alta traição, então, durante todo esse tempo, Lossow, Kahr e Seisser também estiveram cometendo alta traição, exatamente como nós, pois durante todas essas semanas não falamos senão dos fins pelos quais agora estamos sendo acusados.

Os três mal podiam negar, porque era verdade. Kahr e Seisser não eram antagonistas à altura de Hitler. Apenas o general von Lossow defendeu-se arrogantemente. “Eu não era nenhum komitadji desempregado”, lembrou ao tribunal. “Ocupava uma alta posição no Estado.” E o general extravasou todo o desprezo de um ex-oficial do exército pelo seu antigo cabo, arrivista sem emprego, cuja desmedida ambição levava-o à tentativa de dar ordens ao exército e ao Estado. “Como foi longe esse demagogo inescrupuloso”, exclamou, “desde os dias não muito distantes em que manifestava a vontade de ser meramente o ‘tambor’ de um movimento patriótico!”

Meramente um tambor? Hitler soube como responder a isso:

Como são insignificantes os pensamentos dos homens mesquinhos! Creiam-me, não considero a conquista de uma pasta ministerial coisa digna de lutarmos. Não considero digno de um grande homem procurar ser lembrado na História apenas por se ter tornado ministro. Corre-se o risco de cair no

esquecimento juntamente com outros ministros.

Meu propósito, desde o princípio, era mil vezes mais elevado que tornar-me ministro — desejava tornar-me o destruidor do marxismo. Pretendo consumir essa tarefa e, se conseguir, o título de ministro será um absurdo no que a mim se refere.

Ele citou o exemplo de Wagner.

Quando estive, pela primeira vez, diante do túmulo de Richard Wagner, meu coração transbordou de orgulho por um homem que proibira qualquer inscrição, tal como, “Aqui jaz o conselheiro de Estado, regente e compositor, Sua Excelência o barão Richard von Wagner”. Fiquei orgulhoso de que esse homem, como tantos outros na história da Alemanha, se contentasse em dar seu nome à História, sem títulos. Não foi por modéstia que pretendi ser um tambor naqueles dias. Era a mais alta aspiração — o resto nada representa.

Hitler fora acusado de querer saltar da posição de tambor para a de ditador. Ele não negaria. O destino o decretara.

O homem nascido para ditador não é forçado a isso. Ele deseja. Não se deixa conduzir, mas conduz a si mesmo. Não há imodéstia alguma nisso. Haverá imodéstia no fato de um operário procurar dedicar-se a um trabalho pesado? Diríamos presunçoso um homem que, com a tenacidade de um pensador, atravessasse noites e noites a estudar até que desse ao mundo uma invenção? O homem que se sente solicitado a governar um povo não tem o direito de dizer: “Se me querem, ou me intimam, cooperarei.” Não! É seu dever antecipar-se.

Embora estivesse no banco dos réus, correndo o risco de ser condenado a longa prisão por alta traição contra a pátria, sua autoconfiança e a fê na convocação de que se sentia objeto para “governar um povo” não diminuíram. Já analisara, enquanto aguardava na prisão o julgamento, as razões do fracasso do golpe e prometera solenemente não cometer os mesmos erros no futuro. Recordando seus pensamentos 13 anos mais tarde, depois de haver alcançado seu objetivo, disse aos velhos sequazes, reunidos na Bürgerbräukeller para comemorar o aniversário do Putsch: “Posso serenamente afirmar que aquela foi a mais temerária decisão de minha vida. Hoje, quando penso novamente nela, fico aturdido. (...) Se visseis agora um daqueles nossos grupos de 1923 a desfilar, perguntaríeis: De que hospício teriam fugido? (...) Mas o destino foi bem generoso conosco. Não permitiu que um combate se seguisse ao nosso movimento, o qual, se tivesse tido lugar, terminaria inevitavelmente por esmagar-nos em consequência da imaturidade interna do movimento naqueles

dias e de suas deficientes bases estruturais e intelectuais. (...) Reconhecemos não ser bastante derrubar o velho Estado, sendo necessário que o Estado Novo esteja previamente estruturado e pronto para assumir a direção. (...) Em 1933 já não subsistia a questão de depor um governo por meio de um ato de violência; entretantes, o Estado Novo tivera seus fundamentos alicerçados, e tudo que restava fazer era destruir os últimos remanescentes do velho Estado — e isto não exigiu mais que poucas horas”.

Hitler já tinha em mente como implantar o Estado Novo nazista quando, durante o julgamento, fazia sua defesa em debates com os juízes e promotores. Em primeiro lugar, da próxima vez não poderia deixar de ter o Estado alemão com ele, não contra ele. Em seu último discurso na corte de justiça, tirou proveito da ideia de reconciliação com as forças armadas. Nenhuma palavra de reprovação ou censura ao Exército constou dele.

Acredito que chegará o momento em que as massas, hoje nas ruas com nossa bandeira suástica, se unirão àqueles que nelas atiraram. (...)

Quando soube que o fogo havia sido feito pela “Polícia Verde” senti-me feliz por não ter sido o Reichswehr o responsável por essa nódoa em nossa história; o Reichswehr continua tão imaculado como antes. Chegará, um dia, a hora de o Reichswehr formar ao nosso lado, com seus oficiais e soldados.

Era um vaticínio preciso, mas a essa altura o presidente da Corte interveio: “Herr Hitler, não posso permitir que o senhor diga que a ‘Polícia Verde’ se tenha maculado.”

O acusado não prestou a menor atenção à advertência. Numa peroração que manteve a audiência fascinada, concluiu Hitler:

O exército que organizamos cresce dia a dia. (...) Guardo em meu íntimo a orgulhosa esperança de que dia virá em que essas incipientes companhias crescerão e se transformarão em batalhões os batalhões, em regimentos, os regimentos em divisões, em que o velho cocar será tirado da lama, em que as velhas bandeiras voltarão a tremular ao vento, em que haverá reconciliação no derradeiro, grande e divino julgamento que estamos preparados para enfrentar.

Voltou diretamente para os juízes seus faiscantes olhos.

Porque não são os senhores, cavalheiros, que nos sentenciam. O verdadeiro julgamento cabe à corte eterna da História. Sei qual o julgamento que os

*senhores legarão a essa História. Mas aquela corte não nos perguntará: “Cometeram ou não alta traição?” Aquela corte nos julgará, ao general do velho exército [Ludendorff], aos seus oficiais e soldados, como alemães que apenas quiseram o bem de seu povo e de sua Pátria, que quiseram lutar e morrer. Os senhores podem declarar-nos culpados mil vezes, mas a deusa do tribunal eterno da História sorrirá e reduzirá a frangalhos o libelo do promotor público e a sentença desta corte. Porque ela nos declara inocentes.*¹⁰

As sentenças, e talvez até mesmo os veredictos dos juizes, não estavam, conforme escreveu Konrad Heiden, muito afastados do julgamento da História. Ludendorff foi inocentado. Hitler e os demais acusados foram declarados culpados. Muito embora a lei (artigo 81 do Código Penal alemão) determinasse que “todo aquele que tentar alterar pela força a Constituição do Reich alemão, ou de qualquer Estado da Alemanha, será punido com a prisão perpétua”, Hitler foi condenado a cinco anos de prisão na antiga fortaleza do Landsberg.

Ainda assim houve protestos contra a severidade da sentença, mas o juiz-presidente assegurou que o prisioneiro poderia ser posto em liberdade condicional depois de cumprir seis meses da pena. Foram inúteis os esforços da polícia para que ele fosse deportado como estrangeiro (Hitler ainda conservava a cidadania austríaca). As sentenças foram lavradas no dia 1º de abril de 1924 e, após pouco mais de nove meses, a 20 de dezembro, Hitler viu-se solto da prisão, livre para reiniciar sua luta pela destruição do Estado democrático. As consequências do delito de alta traição, praticado por elementos da extrema direita, não foram excessivamente pesadas, a despeito da lei, e muitos anti-republicanos ficaram cientes disso.

O golpe, embora tivesse sido um fiasco, transformou Hitler numa figura de projeção nacional e, aos olhos de muita gente, um patriota e um herói. A propaganda nazista logo o transformou num dos grandes motivos do movimento. Todos os anos, mesmo depois de conquistar o poder, e mesmo depois da eclosão da Segunda Guerra Mundial, Hitler retornava, na noite de 8 de novembro, à cervejaria de Munique para dirigir-se aos camaradas da Velha Guarda — os Alte Kämpfer, como eram chamados — que o haviam acompanhado naquilo que então parecera um grotesco desastre. Em 1935, já chanceler, Hitler ordenou a exumação dos restos mortais dos 16 nazistas mortos no breve combate, os quais foram trasladados para um mausoléu, o Feldherrnhalle, mais tarde transformado num santuário nacional. Ao inaugurar o monumento, disse Hitler: “Eles agora passam para a imortalidade alemã. Aqui jazem pela Alemanha e montam guarda ao nosso povo. Aqui ficam como verdadeiras testemunhas de nosso movimento.” Não acrescentou, e nenhum alemão pareceu recordar, que

eles também foram os homens que Hitler abandonara à própria sorte, quando se levantou, correndo, e fugiu.

Naquele verão de 1924, na velha fortaleza de Landsberg, situada numa elevação junto ao rio Lech, Adolf Hitler, tratado como hóspede de honra, com quarto privativo diante de esplêndida paisagem, esquivou-se dos visitantes que para ali afluíram para homenageá-lo e presenteá-lo, convocou o leal Rudolf Hess, que finalmente retornara a Munique, e começou a ditar-lhe, um após outro, os capítulos de um livro.*

** Antes da chegada de Hess, Emil Maurice, um ex-sentenciado, relojoeiro e o primeiro comandante dos violentos esquadrões de assalto nazista, tomara alguns ditados preliminares.*

Hitler pretendeu dar a seu livro o título de Quatro anos e meio de luta contra mentiras, estupidez e covardia; Max Amann, contudo, o astuto encarregado das publicações nazistas, que devia cuidar de seu lançamento, rebelou-se contra um título tão pesado — e invendável — e abreviou-o para Minha Luta (Mein Kampf). Amann ficou amargamente desapontado com o conteúdo da obra, pois esperava uma história pessoal vigorosa, em que Hitler descrevesse o que havia sido sua ascensão de simples e desconhecido operário em Viena ao renome mundial. Como vimos, havia no livro pouco de autobiográfico. Amann também contava com a história confidencial do Putsch da cervejaria, cujo drama, estava convencido, se converteria em excelente leitura, mas Hitler foi suficientemente arguto para não remexer cinzas adormecidas, num momento em que a sorte do partido estava em sua mais baixa maré.* Não há, em Minha Luta, quase nenhuma palavra sobre o fracassado golpe.

** "É inútil" escreveu ele no fim do segundo volume, "reabrir feridas que parecem ainda mal cicatrizadas; (...) inútil falar de culpa e visar homens que, no fundo de seus corações, talvez estivessem inteiramente devotados à Pátria com idêntico amor; e que apenas erraram ou não puderam compreender a estrada comum". Para um homem tão vingativo como Hitler, isto revelava uma imprevista tolerância para com aqueles que haviam esmagado sua rebelião e que o haviam encarcerado, ou, em face do que aconteceu mais tarde a Kahr e a outros que com ele cruzaram, talvez fosse antes uma demonstração de autocontrole — de habilidade em saber conter-se momentaneamente por motivos táticos. De qualquer modo, absteve-se de recriminações.*

O primeiro volume foi publicado no outono de 1925. Trabalho de umas quatrocentas páginas, seu preço era de 12 marcos, aproximadamente o dobro do preço da maioria dos livros publicados na Alemanha naquela época. Não se transformou de imediato em êxito de livraria. Orgulhava-se Amann de haver vendido 23 mil exemplares no primeiro ano e de que as vendas continuavam aumentando — pretensão essa recebida com ceticismo nos círculos antinazistas.

Graças à apreensão dos extratos de conta de direitos autorais da Eher Verlag — a editora nazista — feita pelos Aliados em 1945, a verdade sobre as vendas reais de Minha Luta pode agora ser revelada. Em 1925 o livro vendeu 9.473 exemplares e, daí em diante, durante três anos as vendas decresceram gradativamente, caindo para 6.913 em 1926, para 5.607 em 1927, e, em 1928, para apenas 3.015, contando ambos os volumes. Subiram um pouco — para 7.664 em 1929 — e cresceram em 1930 com os êxitos do Partido Nazista, quando surgiu uma edição popular de oito marcos nas livrarias, chegando a

54.086; declinaram ligeiramente no ano seguinte para 50.808 e, em 1932, saltaram para 90.351.

Os direitos autorais de Hitler — sua principal fonte de renda a partir de 1925 — foram consideráveis, se computarmos a média daqueles sete primeiros anos, mas se revelam insignificantes quando os comparamos com os recebidos em 1933, ano em que se tornou chanceler. No primeiro ano em que exerceu esse cargo foram vendidos um milhão de exemplares de *Minha Luta*, e o rendimento dos direitos autorais de Hitler, elevado de 10% para 15% depois de 1º de janeiro de 1933, superou um milhão de marcos, transformando-o no mais próspero escritor da Alemanha e, pela primeira vez, num milionário.* Com exceção da Bíblia, nenhum outro livro foi tão vendido durante o regime nazista, quando bem poucas famílias se sentiam seguras sem um exemplar sobre a mesa. Era coisa quase obrigatória — e, naturalmente, boa política — dar um volume a um casal de noivos como presente de casamento, enquanto quase todos os estudantes também o recebiam na formatura, em todos os colégios. Em 1940, um ano após o desencadeamento da Segunda Guerra Mundial, seis milhões de exemplares da bíblia nazista haviam sido vendidos na Alemanha.¹

** Como a maioria dos escritores, Hitler tinha seus problemas com os fiscais do imposto de renda, pelo menos, como iremos ver, até se tornar ditador da Alemanha.*

Nem todos os alemães que compraram um exemplar de *Minha Luta* o leram. Ouvi de muitas figuras importantes do Partido Nazista queixas de que o livro era muito duro, e não poucos admitiram — reservadamente — que jamais foram capazes de chegar ao fim de suas 782 empoladas páginas. Lembraríamos, contudo, que, se mais alemães não-nazistas o tivessem lido, antes de 1933, e se os estadistas de todo o mundo o tivessem estudado cuidadosamente, enquanto ainda havia tempo, tanto a Alemanha quanto os Aliados poderiam ter sido salvos da catástrofe. Hitler pode ser acusado de tudo, mas jamais de não haver escrito claramente qual a espécie de Alemanha que ele desejava construir, se um dia chegasse ao poder, e que espécie de mundo tencionava criar com as conquistas armadas. Os planos do Terceiro Reich e, mais ainda, da bárbara Nova Ordem imposta por Hitler às nações européias conquistadas, nos triunfantes anos de 1939 a 1945, estão expostos em toda a sua pavorosa crueza, e com pormenores, nas páginas desse livro revelador.

As ideias fundamentais de Hitler, como vimos, tomaram corpo aos vinte e poucos anos, em Viena, e, de acordo com suas próprias palavras, pouco teve de aprender depois disso, nada modificando em seu modo de pensar. Ao deixar a

Áustria em 1913, com destino à Alemanha, com a idade de 24 anos, estava possuído de uma ardente paixão pelo nacionalismo alemão, tomado de ódio pela democracia, pelo marxismo e pelos judeus, e absolutamente convencido de que o destino escolhera os arianos, especialmente aos alemães, para serem a raça dominante.

Em *Minha Luta* ele alargou seus planos e aplicou-os especificamente ao problema de não só restaurar a caótica e derrotada Alemanha, dando-lhe um lugar ao sol tão brilhante como jamais tivera, como também de transformá-la num novo tipo de Estado, num Estado que se alicerçasse na raça e que incluísse todos os alemães que então vivessem além das fronteiras do Reich, e no qual se estabelecesse uma ditadura absoluta do líder — ele próprio — com um grupo de líderes menores transmitindo, ao resto, as ordens recebidas de cima. O livro apresenta, assim, em primeiro lugar, os delineamentos do futuro Estado alemão e dos meios pelos quais ele se tornará, um dia, “o soberano da Terra”, como diz o autor exatamente na última página; e, em segundo lugar, um ponto de vista, uma concepção de vida, ou para usar a própria expressão alemã de Hitler, uma *Weltanschauung* (ideologia universal). Desnecessário dizer que essa filosofia pareceria, a um espírito normal do século XX, uma grotesca e mal cozida miscelânea preparada por um neurótico inculto e tolo. O que a torna importante é o fato de ter sido abraçada de modo tão fanático por tantos milhões de alemães e tê-los levado à ruína total, como também de ter conduzido ao desastre tantos milhões de inocentes, decentes seres humanos na Alemanha e especialmente fora dela.

Como foi, então, que o novo Reich reconquistou sua posição como potência mundial, partindo para o domínio do mundo? Hitler meditou sobre esta questão no primeiro volume, escrito quase todo quando se achava na prisão, em 1924, e dela voltou a tratar de modo mais extenso no segundo volume, terminado em 1926.

Primeiramente, haveriam de ajustar contas com a França, “o inexorável e mortal inimigo do povo alemão”. O objetivo da França, disse ele, sempre foi o de manter a Alemanha “desmembrada e retalhada (...), uma miscelânea de pequenos Estados”. E acrescentava ser isso tão evidente que “(...) se fosse francês (...) não poderia nem deveria agir de modo diverso daquele preferido por Clemenceau”. Por conseguinte, impunha-se “um rápido ajuste final com a França (...), uma última e decisiva luta (...), quando então, e só então, seremos capazes de liquidar a eterna e inútil disputa entre a Alemanha e a França; pressupondo, naturalmente, que a Alemanha veja de fato a destruição da França apenas como um meio que mais tarde lhe permitirá dar ao nosso povo a expansão que venha a ser possível em qualquer outro lugar”.²

Expansão em outro lugar? Onde? Eis como Hitler nos leva ao âmago de suas ideias sobre a política exterior da Alemanha, ideias que tentará concretizar fielmente depois de guindado à altura de soberano do Reich. A Alemanha, dizia claramente, deve expandir-se para o leste, em grande medida à custa da Rússia.

No primeiro volume de *Minha Luta*, Hitler discorreu longamente sobre o problema do espaço vital (*Lebensraum*), questão que o atormentou até a morte. O império dos Hohenzollern, asseverou, errara ao procurar colônias na África. “A política territorial não pode ser realizada com sucesso em Camarões,* mas, nos dias que correm, quase exclusivamente na Europa”. Porém, as terras da Europa já se encontravam ocupadas. É certo, reconhecia Hitler, “mas a natureza não reservou esse solo para a posse futura de qualquer nação ou raça particulares; ao contrário, essa terra existe para o povo que dispuser do poderio necessário para tomá-la”. E se os atuais possuidores objetarem? “Então a lei da autopreservação entrará em ação: e o que é recusado por métodos amigáveis, deve ser tomado à força.”³

** Antigo protetorado alemão na África Ocidental. (N. do T.)*

A conquista de novos territórios, prosseguia Hitler, explicando a cegueira da política exterior da Alemanha anterior à guerra, “era possível somente no leste (...) Se se desejava uma extensão territorial na Europa, isto poderia ser conseguido exclusivamente à custa da Rússia, o que quer dizer que o novo Reich deve outra vez pôr-se em marcha como os velhos Cavaleiros Teutônicos e, com a espada alemã, conquistar terras para o arado alemão e o pão de todos os dias para a nação”.⁴

Como se não tivesse sido suficientemente claro no primeiro volume, Hitler voltou a tratar do assunto no segundo.

*Apenas um grande e adequado espaço neste mundo garante a uma nação liberdade de existência. (...) Sem levar em conta “tradições” e preconceitos, deve [o movimento nacional-socialista] encontrar disposição para unir nosso povo e sua força numa arrancada pela estrada, que levará este povo, hoje vivendo num restrito espaço vital, a novas terras e a novos solos. (...) O movimento nacional-socialista deve lutar para eliminar a desproporção entre nossa população e nossa superfície — compreendida como fonte de alimentos e, também, base de poder político. (...) Precisamos manter inabalável nosso propósito (...), a fim de assegurar ao povo alemão a terra e o solo a que tem direito (...).*⁵

A quanta terra tinha direito o povo alemão? A burguesia, disse Hitler com

escárnio, “que não possui uma única ideia política criativa para o futuro”, clama pela restauração das fronteiras alemãs de 1914.

A exigência da restauração das fronteiras de 1914 é um absurdo político de tais proporções e consequências que sua concretização seria um crime, à parte o fato de as fronteiras de 1914 do Reich serem tudo, menos lógicas. Porque, na realidade, não eram nem completas no que diz respeito a abranger a comunidade alemã, nem razoáveis quanto às conveniências geomilitares. Não eram o resultado de refletida ação política, mas fronteiras provisórias numa luta política que de modo algum estava acabada. (...) Qualquer outro ano da história alemã poderia ser tomado como exemplo e aí teríamos a restauração das condições da época definida com o objetivo da política exterior.⁶

O “ano de exemplo” de Hitler remontaria há seis séculos, quando os alemães expulsaram os eslavos para o leste. O avanço para o leste precisava ser retomado. “Somos, hoje, oitenta milhões de alemães na Europa! Esta política externa será reconhecida como justa apenas se, passados uns cem anos, houver duzentos e cinquenta milhões de alemães neste continente.”⁷ E todos dentro das fronteiras do novo e dilatado Reich.

Alguns povos obviamente teriam de ceder lugar para tantos alemães. Quais povos?

E desse modo, nós, nacional-socialistas (...) partimos do ponto em que paramos há seiscentos anos. Cessemos o interminável movimento para o sul e para oeste e voltemos os olhos para as terras do leste.

Se na Europa de hoje falarmos em terras, haveremos de ter em mente apenas a Rússia e as nações vizinhas a ela subordinadas ⁸

A esse respeito, observa Hitler, o destino foi generoso com a Alemanha. Entregou a Rússia ao bolchevismo, o que na prática era o mesmo que entregá-la aos judeus. “O gigantesco império do leste”, exultava, “está prestes a ruir. E o fim do domínio judeu na Rússia será também o fim da Rússia como Estado”. Com isto Hitler queria dizer que as imensas estepes do leste poderiam ser tomadas facilmente, em virtude do desmoronamento da Rússia, sem exagerado sacrifício de sangue alemão.

Pode alguém contestar que o plano apresentado não está claro, preciso? A França será destruída, mas isto é algo secundário para a marcha da Alemanha rumo ao leste. Em primeiro lugar serão tomadas as terras orientais habitadas

predominantemente por alemães. E quais são elas? Obviamente a Áustria, a região dos Sudetos, na Tchecoslováquia, e a parte ocidental da Polônia, inclusive Dantzig. Depois, a própria Rússia. Por que, então, ficou o mundo tão surpreso quando o chanceler Hitler, poucos anos depois, decidiu-se a alcançar exatamente esses objetivos?

As ideias de Hitler a respeito da natureza do futuro Estado nazista são, em Minha Luta, menos concisas. Deixou claro que não haveria o “absurdo democrático” e que o Terceiro Reich seria dirigido pelo Führerprinzip, isto é, o princípio da liderança: seria uma ditadura. Quase nada há no livro sobre economia, tema enfadonho para Hitler, sobre o qual jamais procurou aprender coisa alguma, além do distraído manuseio das loucas ideias de Gottfried Feder, o maníaco que era contra a “escravidão dos juros”.

O que interessava a Hitler era o poder político. A economia, de um modo ou de outro, poderia cuidar de si mesma.

O Estado não tem, absolutamente, nada a ver com qualquer concepção ou desenvolvimento econômico definidos. (...) O Estado é um organismo racial, não uma organização econômica. (...) O verdadeiro poderio de um Estado muito raramente coincide com a chamada prosperidade econômica; esta, em inumeráveis casos, parece antes indicar a aproximação do declínio do Estado. (...) A Prússia demonstra, com maravilhosa nitidez, que não são as qualidades materiais, mas as virtudes idealistas, as únicas capazes de construir um Estado. Apenas sob sua proteção pode florescer a vida econômica. Na Alemanha, todas à vezes em que o poder político se sobrepujou aos demais, melhoraram as condições econômicas; mas sempre que a economia passou a constituir a essência da vida do nosso povo, sufocando as virtudes do ideal, o Estado entrou em colapso em pouco tempo, arrastando consigo a vida econômica. (...) Jamais um Estado foi construído por pacíficos meios econômicos (...).⁹

Assim, como afirmou Hitler num discurso pronunciado em Munique, em 1923, “nenhuma política econômica é viável sem uma espada, não há industrialização sem poder”. Além dessa vaga e crua filosofia, e de rápida referência, em Minha Luta, às “câmaras para questões econômicas”, às “câmaras dos Estados” e a um “Parlamento central de economia” que “assegurariam o funcionamento da economia nacional”, absteve-se Hitler de expressar qualquer opinião sobre as bases econômicas do Terceiro Reich.

E embora o próprio nome do Partido Nazista proclamasse a si mesmo “socialista”, Hitler foi ainda mais vago quanto ao gênero de “socialismo” que

imaginava para a nova Alemanha. O que não é surpreendente, em face de uma definição de “socialista” por ele dada num discurso de 28 de julho de 1922:

Quem quer que esteja preparado para fazer da causa nacional a sua própria, em tal extensão que saiba não haver maior ideal que a prosperidade de sua pátria; quem quer que haja compreendido nosso estupendo hino nacional, Deutschland über Alles, para significar que nada neste vasto mundo ultrapassa, a seus olhos, a Alemanha, povo e terra — esse homem é um socialista.¹⁰

Nada conseguiu evitar que Hitler enrolasse desordenadamente os assuntos em Minha Luta. Nem mesmo inúmeros conselhos de seu editor e o trabalho de pelo menos três ajudantes. Rudolf Hess, que tomou a maior parte dos ditados, primeiramente na prisão de Landsberg e depois em Haus Wachenfeld, perto de Berchtesgaden, fez o possível e o impossível para pôr ordem no manuscrito, mas ele não era homem bastante para opor-se ao líder. Nessa questão foi mais bem-sucedido o padre Bernhard Stempfle, antigo membro da Ordem dos Jerônimos e jornalista anti-semita de certa notoriedade na Baviera. Este estranho padre, de quem ainda ouviremos algo mais nesta história, corrigiu, em parte, a péssima gramática de Hitler, retocou como pôde a redação e suprimiu certos trechos de cuja inconveniência política conseguiu convencer o autor. O terceiro colaborador foi Josef Czerny, de origem tcheca, que trabalhou no jornal nazista Völkischer Beobachter, e cuja poesia anti-judaica o tornou benquista de Hitler. Czerny cooperou na revisão do primeiro volume de Minha Luta, para a segunda edição, na qual certas palavras e períodos embaraçadores foram eliminados ou alterados, e encarregou-se cuidadosamente das provas do segundo volume.

Apesar disso, a desordem permaneceu praticamente inalterada. Hitler insistia em expor seus pensamentos, a esmo, sobre quase tudo, incluindo cultura, educação, teatro, cinema, quadrinhos, arte, literatura, história, sexo, casamento, prostituição e sífilis. Na verdade, dedicou Hitler dez alentadas páginas ao problema da sífilis, declarando ser um dever da nação — e não apenas um dever a mais — erradicá-lo. Para combater a terrível doença exige Hitler a mobilização de todos os recursos publicitários da nação. “Tudo”, diz ele, “depende da solução desse problema”. Os problemas da sífilis e da prostituição também devem ser atacados, afirma, com medidas que facilitem os casamentos prematuros, e nos dá uma antecipação da eugenia do Terceiro Reich ao insistir em que o “casamento não pode ser um fim em si, mas deve servir a um objetivo mais alto: o aumento e a preservação da espécie e da raça. Tal é seu único significado e sua única missão”.¹¹

E assim, com esta referência à preservação da espécie e da raça, em Minha Luta, chegamos à segunda consideração principal: o Weltanschauung, a filosofia de vida de Hitler, que alguns historiadores, sobretudo na Inglaterra, interpretaram como grosseira forma de darwinismo, mas que na realidade tinha sua origem enraizada profundamente na história e no pensamento da Alemanha, como iremos ver. Como Darwin e, também, como uma legião de filósofos, historiadores, reis, generais e estadistas alemães, Hitler compreendia a vida como uma eterna luta e o mundo como uma selva, onde os mais aptos sobreviviam e os mais fortes reinavam: um “mundo em que as criaturas se devoram e onde a morte dos mais fracos significa a vida dos mais fortes”.

Minha Luta está repleto de ideias como esta: “Afinal, apenas o impulso da autopreservação pode conquistar. (...) A humanidade cresce numa eterna luta, e apenas numa eterna paz perecerá. (...) A natureza (...) povoa a terra de criaturas vivas e fica a observar a livre ação das forças, conferindo, então, o direito de domínio ao filho favorito, o mais forte, mais corajoso e mais astuto. (...) O mais forte deve dominar, não pode mesclar-se com os fracos, pois isto significaria o sacrifício de sua própria grandeza. Apenas aqueles que nasceram fracos, podem ver crueldade nisto (...)” Para Hitler, a preservação da cultura “está estreitamente ligada à rígida lei da necessidade e do direito da vitória ao melhor e ao mais forte. Deixemos lutar aqueles que querem viver, pois os que não querem lutar, neste mundo de eterna luta, não merecem viver. Ainda que isto pareça cruel, não pode deixar de ser assim!”¹²

E quem é o “filho favorito, o mais forte mais corajoso e mais astuto”, a quem a Providência conferia o “direito de domínio”? O ariano. Em Minha Luta atingimos o âmago das ideias nazistas de superioridade racial, de concepção de raça superior, nas quais se baseavam o Terceiro Reich e a Nova Ordem de Hitler na Europa.

*Toda a cultura humana, todos os resultados da arte, da ciência e da tecnologia que hoje aí vemos, são quase exclusivamente fruto da criatividade do ariano. Justamente este fato nos leva a concluir, não infundadamente, ter sido o ariano, e apenas ele, o artífice do que há de melhor na humanidade, e representar o protótipo de tudo o que entendemos pela palavra “homem”. É ele o Prometeu da humanidade, de cuja brilhante frente eternamente nasce a centelha divina da genialidade, mantendo sempre acesa a chama do conhecimento que iluminou a noite de silenciosos mistérios e permitindo ao homem galgar a senda do domínio sobre todos os outros seres desta terra. (...) Foi ele quem deitou os alicerces e ergueu as paredes de todas as grandes estruturas da cultura humana.*¹³

E como fez tanto, o ariano, e como se tornou tão excelso? Espezinhando seus semelhantes, é a resposta de Hitler. Como tantos pensadores alemães do século XIX, revela o Führer em seu íntimo um sadismo (e também seu oposto, o masoquismo) que estudiosos estrangeiros do espírito alemão sempre acharam de tão difícil compreensão.

Assim, para o desenvolvimento das grandes civilizações, sempre constituiu condição das mais essenciais a existência de raças humanas inferiores. (...) Não resta dúvida de que a primeira civilização construída pela humanidade tinha como base menos o animal domesticado que o emprego de seres humanos inferiores. Só depois da escravização das raças subjugadas o mesmo destino golpeou os animais, pois a princípio eram os guerreiros vencidos que puxavam os arados: depois deles é que vieram os cavalos. Não foi, portanto, uma casualidade o fato de as primeiras civilizações terem florescido exatamente em lugares onde o ariano, em suas batalhas com povos inferiores, subjugou-os e vergou-os à sua vontade. (...) Enquanto implacavelmente se manteve na posição de senhor, não apenas exerceu a soberania como foi o preservador e intensificador da cultura.14

Aconteceu, então, algo que Hitler tomou como uma advertência aos alemães.

Tão logo o povo subjugado começou a erguer-se, aproximando-se do nível de seus conquistadores — e uma fase dessa aproximação provavelmente foi o uso da língua deles —, romperam-se as barreiras entre senhor e servo.

Havia outro fator, porém, ainda pior do que compartilhar o conquistado a mesma língua do conquistador.

O ariano renunciou à pureza de seu sangue e, por isso, perdeu o lugar no paraíso que criara para si. Acabou submerso numa mistura racial e gradualmente perdeu a criatividade cultural.

Para o jovem líder nazista, foi esse o erro fundamental.

A mistura de sangue e a conseqüente queda do nível racial são as únicas causas da derrocada de velhas civilizações; pois o homem não perece como resultado de guerras perdidas, mas pela extinção daquele poder de resistência que há apenas no sangue puro. Todos que não sejam de boa raça são escória.15

Escória eram os judeus e os eslavos, e mais tarde, ao se tornar ditador e conquistador, Hitler proibiu o casamento de alemães com qualquer membro dessas raças, embora qualquer professora primária estivesse em condições de

dizer-lhe que os alemães tinham nas veias muito sangue eslavo, especialmente aqueles que habitavam as províncias orientais. Ao pôr em prática suas ideias raciais, é preciso admitir mais uma vez, Hitler cumpriu à risca suas palavras. Na Nova Ordem que começou a impor aos eslavos durante a guerra, no leste, os tchecos, os poloneses e os russos eram — e seriam sempre, se essa grotesca Nova Ordem tivesse perdurado — os cortadores de lenha e os carregadores de água de seus senhores, os alemães.

Para um homem, como Hitler, tão ignorante de história e antropologia, foi fácil transformar os alemães em modernos arianos e, pois, na raça superior. Para Hitler, os alemães eram “os melhores espécimes da humanidade” e assim permaneceriam “se não se ocupassem simplesmente da criação de cães, cavalos e gatos, mas também dos cuidados com a pureza de seu próprio sangue”.¹⁶

A obsessão racial de Hitler levou-o a preconizar o Estado “tribal”.* O que era exatamente esse Estado — ou o que pretendia ser — jamais cheguei a compreender com clareza, apesar das inúmeras leituras e releituras de Minha Luta e de assistir a dezenas de conferências do próprio Führer sobre o assunto, embora mais de uma vez tivesse ouvido o ditador declarar que isto representava o ponto central de todo o seu pensamento. A palavra alemã Volk não pode ser traduzida acuradamente para o inglês. Usualmente é interpretada como “nação” ou “povo”, mas em alemão há um significado mais profundo e de certo modo diverso, com a conotação de uma comunidade tribal primitiva, baseada no sangue e na terra. Em Minha Luta, Hitler sente dificuldade em tentar definir o Estado tribal, anunciando, por exemplo, à página 379, que esclarecerá o “conceito tribal”, mas apenas para fugir a qualquer elucidação e sair a divagar sobre outros assuntos por muitas páginas. Finalmente chega a isso:

* “Folkish” state no original. (N. do T.)

Em oposição à burguesia e aos mundos marxista e judaico, a filosofia “tribal” vê a importância da espécie humana nos seus elementos raciais básicos. Vê, no Estado, apenas um meio para a consecução de um fim, e considera este fim a preservação da raça, não acreditando, portanto, de modo algum, numa igualdade racial; e reconhece, concomitantemente, suas diferenças e seu maior ou menor valor, sentindo-se obrigado a promover a vitória do melhor e do mais forte e exigir a submissão do inferior e do mais fraco, de acordo com o eterno propósito do universo.

É útil, assim, em princípio, a concepção aristocrática básica da natureza e acredita na validade dessa lei até o último dos mortais. Vê não apenas os diferentes valores das raças, mas também os diferentes valores das pessoas.

Extraí das massas a importância da personalidade individual e assim (...) tem um sentido organizador. Acredita na necessidade de uma sublimação da humanidade, nisto residindo, e apenas nisto, a premissa de sua própria existência, mas não pode admitir uma ideia, mesmo ética, que represente perigo para o racismo daqueles que são o esteio de uma ética ainda mais elevada, pois num mundo abastardado e negróide todos os conceitos do humanamente sublime e maravilhoso — assim como todos os propósitos de um futuro ideal para a humanidade — estarão perdidos para sempre. (...)

Assim, a filosofia de vida “tribal” corresponde aos mais profundos anseios da natureza, já que restaura aquela ação livre das forças que necessariamente levará a gerações cada vez melhores, até que afinal o melhor da humanidade, tendo alcançado a posse deste mundo, disporá de caminho livre para agir em superiores domínios.

Todos nós sentimos que, em futuro distante, a humanidade sem dúvida alguma se verá às voltas com problemas que apenas uma raça superior, dominadora e fortalecida pelos recursos e disponibilidades de todo um planeta, estará em condições de ultrapassar.¹⁷

“Portanto”, declara Hitler um pouco mais adiante, “o mais alto objetivo do Estado tribal é a preservação daqueles elementos raciais originais que geram cultura e criam beleza e dignidade de uma humanidade superior”.¹⁸ E isto leva-novamente a uma questão de eugenia:

O Estado tribal (...) deve fazer com que tudo gire em torno da raça. Deve cuidar de sua pureza (...), deve providenciar para que apenas às pessoas sadias seja conferido o direito de procriar; pois seria uma desgraça alguém, apesar da própria doença e deficiência, trazer crianças ao mundo, do mesmo modo que renunciar a isto constituiria elevada honra. Inversamente, deve considerar condenável a recusa de crianças sadias à nação. Aqui o Estado (tribal) age como o guardião de um futuro milenário, em face do qual os desejos e o egoísmo do indivíduo nada devem significar. (...) Um Estado tribal deve, portanto, começar por arrancar o casamento da situação de contínuo poluidor da raça, guindando-o a outra de mais alto nível, cujo objetivo será produzir criaturas à imagem de Deus e não monstruosidades a meio caminho entre o homem e o macaco.¹⁹

A fantástica concepção de Hitler do Estado tribal levou-o ainda a muito palavrorio sobre a questão. Suas considerações, dizia, se fossem levadas à prática, conduziriam os alemães ao domínio da terra: domínio que nele se tornara obsessão. A certa altura argumenta que o fato de não terem mantido pura a raça “privou-nos do domínio do mundo. Se o povo alemão houvesse possuído aquela unidade de que outros povos desfrutaram, não há dúvida de que, hoje, o Reich

alemão seria senhor do globo”.²⁰ Desde que um Estado tribal deve alicerçar-se na raça, “o Reich alemão deve abranger todos os alemães”, o que constituía um ponto-chave de seu argumento, e de que jamais se esqueceu ou deixou de pôr em prática quando chegou ao poder.

Já que o Estado tribal deve ser alicerçado “na concepção aristocrática da natureza”, depreende-se que a democracia está fora de cogitação, sendo necessário substituí-la pelo Führerprinzip. O autoritarismo do exército prussiano deve ser adotado pelo Terceiro Reich: “autoridade de todos os chefes, responsabilidade dos líderes”.

Não haverá decisões da maioria, mas de pessoas responsáveis. (...) Todos terão, certamente, conselheiros a seu lado, mas a decisão será tomada por um homem. (...) Apenas ele, sozinho, poderá exercer a autoridade e o direito de comando (...) Não será possível abrir mão do Parlamento, mas seus membros serão apenas conselheiros. (...) Não haverá votos nas câmaras, que são organizações de trabalho e não máquinas de votar. Este princípio — absoluta responsabilidade incondicionalmente combinada com absoluta autoridade — gradualmente criará uma elite de líderes que hoje, nesta era de parlamentarismo irresponsável, é de todo inconcebível.²¹

Tais eram as ideias de Adolf Hitler, expostas com toda a aterradora crueza durante a permanência na prisão de Landsberg, tendo à frente dos olhos aquele pomar em flor junto ao rio Lech,* ou mais tarde, em 1925-26, enquanto se reclinava sobre o balcão de confortável estalagem de Berchtesgaden e imaginava além das escarpas dos Alpes sua Áustria natal, ditando uma torrente de palavras para seu fiel Rudolf Hess e sonhando com o Terceiro Reich que construiria sobre os vulgares e pretensiosos fundamentos que já vimos, e que governaria com mão de ferro. Não tinha a menor dúvida de que um dia o construiria e o governaria, pois estava possuído daquele abrasador sentimento de destino peculiar a tantos gênios, que ao longo da história da humanidade surgem aparentemente do nada. Unificaria um povo predestinado que, politicamente, jamais havia sido um. Purificaria sua raça. Faria seu povo forte e senhor da terra.

** "Se não fosse a minha prisão" observaria Hitler bem mais tarde, "Minha Luta jamais teria sido escrito. Aquele período ensinou-me a oportunidade de aprofundar-me em várias noções de que, então, tinha apenas uma percepção instintiva. (...) Data igualmente desse tempo minha convicção — que muitos de meus adeptos jamais compreenderam — de que já não poderíamos chegar ao poder pela força. O Estado havia tido tempo de consolidar-se, possuía armas (...)” (Hitler’s Secret Conversations, p. 235). A observação foi feita a alguns de seus camaradas num quartel-general do front russo, na noite de 3*

para 4 de fevereiro de 1942.

Darwinismo grosseiro? Sádica fantasia? Irresponsável egoísmo? Megalomania? Era um pouco de tudo. Mas era também algo mais. Pois o espírito e a paixão de Hitler — todas as aberrações que seu febricitante cérebro possuiu — tinham raízes profundamente encravadas na experiência e no pensamento germânico. Na realidade, o nazismo e o Terceiro Reich não foram mais que uma sequência lógica da história da Alemanha.

As raízes históricas do Terceiro Reich

Nos dias de delírio das assembléias anuais do Partido Nazista, em Nuremberg, nos começos de setembro, eu costumava ser abordado por um bando de vendedores de cartões-postais com os retratos de Frederico, o Grande, Bismarck, Hindenburg e Hitler. “O que o rei conquistou, o príncipe constituiu, o marechal-de-campo defendeu e o soldado salvou e unificou”, dizia a legenda. Desse modo, Hitler, o soldado, era retratado não simplesmente como o salvador e unificador da Alemanha, mas como o sucessor daquelas célebres figuras responsáveis pelo engrandecimento do país. A ideia de continuidade da história da Alemanha, culminando com o governo de Hitler, não se perdia na multidão. A própria expressão “Terceiro Reich” também servia para fortalecer este conceito. O Primeiro Reich fora o Santo Império Romano medieval; o Segundo Reich, o formado por Bismarck, em 1871, depois da derrota da França pela Prússia. Ambos haviam trazido glória ao nome germânico. A República de Weimar, no dizer da propaganda nazista, arrastara aquele grande nome no lodo. O Terceiro Reich o restauraria, exatamente como Hitler prometera. A Alemanha de Hitler foi descrita, então, como decorrência lógica de tudo que ocorrera antes — ou pelo menos de tudo que fora glorioso.

Mas o antigo vagabundo de Viena, apesar da confusão de seu pensamento, conhecia suficientemente a História para perceber quais tinham sido os fracassos da Alemanha no passado, fracassos que deveriam ser confrontados com os êxitos da França e da Inglaterra. Jamais esqueceu que no fim da Idade Média, quando a Inglaterra e a França emergiram como nações unificadas, a Alemanha continuava uma louca miscelânea de uns trezentos Estados isolados. Foi esta falta de desenvolvimento nacional que em grande parte determinou o curso da história alemã desde o fim da Idade Média até a metade do século XIX e a fez tão diversa daquela das demais grandes nações da Europa Ocidental.

À carência de unidade política e dinástica somou-se, nos séculos XVI e XVII, a calamidade das divergências religiosas que sobreviveram após a Reforma.

Neste livro não existe espaço para relatar adequadamente a imensa influência que Martinho Lutero — o camponês saxão que se tornou monge agostiniano e promoveu a Reforma — exerceu sobre os alemães e sobre sua posterior história. De passagem, contudo, pode-se dizer que esse eminente mas caprichoso gênio, extremado anti-semita e inimigo sem tréguas de Roma, que reunia no tempestuoso caráter as melhores e piores qualidades do alemão — grosseria, turbulência, fanatismo, intolerância, violência, mas também honestidade, simplicidade, exame de consciência, paixão pelo saber, pela música, pela poesia e pela probidade aos olhos de Deus —, deixou marcada a vida dos alemães, para o bem e para o mal, tão indelével e funestamente como nenhum outro homem. Com seus sermões e a magnífica tradução da Bíblia, criou Lutero a língua alemã moderna, desdobrou diante do povo não apenas uma nova visão protestante do cristianismo, como também despertou-lhe o fervoroso nacionalismo. Ensinou-lhe, pelo menos na religião, a supremacia da consciência individual. Tragicamente para eles, contudo, a adesão de Lutero aos príncipes, contra as revoltas camponesas, revoltas que ele próprio inspirara em grande parte, e a paixão pela autocracia política, ensejaram um absolutismo político estúpido e provinciano, que reduziu a maioria esmagadora do povo alemão à pobreza, ao horrível torpor e à degradante subserviência. Pior ainda, talvez: ajudou a perpetuar e mesmo agravar as cisões não apenas de classes, como também as dissensões entre os vários grupos políticos e dinásticos do povo alemão. Decretou, por séculos, a impossibilidade da unificação da Alemanha.

A Guerra dos Trinta Anos e a Paz de Vestfália, de 1648, que pôs termo ao conflito, levaram a Alemanha à catástrofe final: foi um golpe tão devastador que o país jamais se recuperou inteiramente de tamanha violência. Esta conflagração assinalou a última das grandes guerras religiosas da Europa, mas antes de seu fim havia degenerado, de luta entre protestantes e católicos que era, em confuso conflito dinástico entre os Habsburgo da Áustria católica, de um lado, e os Bourbon da França católica e a monarquia protestante sueca, de outro. Nessa bárbara guerra a própria Alemanha reduziu-se a cinzas: campos e cidades devastados e roubados, o povo dizimado. Estima-se que um terço da população alemã tenha perecido em tão cruel luta.

A Paz de Vestfália foi quase tão desastrosa quanto a própria guerra para o futuro da Alemanha. Os príncipes alemães que ficaram do lado da França e da Suécia permaneceram donos absolutos de seus pequenos domínios, que somavam cerca de 350, tendo um imperador meramente nominal. A onda de reforma e esclarecimento que empolgara a Alemanha no fim do século XV e princípio do XVI foi dissipada. Naquele tempo as grandes cidades livres gozavam de virtual independência, o feudalismo as favorecia, as artes e o comércio

floresciam. Até mesmo na zona rural os camponeses alemães garantiram liberdades muito maiores que as desfrutadas na Inglaterra e na França. Na verdade, pode-se dizer que no começo do século XVI a Alemanha era um dos mananciais da civilização européia.

Após a Paz de Vestfália, entretanto, a Alemanha ficou reduzida ao barbarismo da Moscúvia. A servidão foi reimplantada, e até mesmo introduzida em regiões onde antes fora desconhecida. As cidades perderam a autonomia. Os camponeses, os trabalhadores, incluindo os burgueses da classe média, eram explorados até o extremo limite pelos príncipes, que os mantinham num degradante estado servil. O anseio pela cultura e pelas artes cessara totalmente. Os vorazes governantes não nutriam simpatia alguma pelo nacionalismo e pelo patriotismo alemães e reprimiam qualquer manifestação dessa natureza de seus súditos. A civilização imobilizou-se na Alemanha. No dizer de um historiador, o Reich “foi artificialmente imobilizado num nível medieval de confusão e debilidade”.²²

A Alemanha jamais se recobrou desse revés. A aceitação da autocracia, da cega obediência aos pequenos tiranos que governavam como príncipes, arraigou-se na mentalidade alemã. A ideia de democracia, de governo pelo Parlamento, que tão rapidamente tomou corpo na Inglaterra nos séculos XVII e XVIII e que explodiu na França em 1789, não germinou na Alemanha. Este atraso político dos alemães, divididos como estavam em tantos pequenos Estados e neles isolados das nascentes correntes de pensamento e desenvolvimento europeus, colocou a Alemanha à margem e aquém dos demais países do Ocidente. O crescimento natural de uma nação não se operava. É necessário ter isto em mente se se deseja compreender o porquê do desastroso caminho mais tarde tomado por este povo e o perverso estado de espírito que dele se apossou. No fim, a nação alemã foi forjada à força bruta e mantida à custa da agressão aberta.

Além do Elba, para leste, fica a Prússia. Ao extinguir-se o século XIX — século que assistira ao triste fracasso dos confusos e tímidos liberais de Frankfurt, em 1848-49, na tentativa de criar uma Alemanha algo democrática e unida —, a Prússia assumiu o destino da Alemanha. Durante séculos este Estado germânico permanecera à margem da principal corrente do desenvolvimento histórico e cultural da Alemanha. Assemelhava-se quase a um aborto da História: começara como remota fronteira do Estado de Brandemburgo nas áridas regiões a leste do Elba, regiões que a partir do século XI lentamente foram sendo conquistadas aos eslavos. No governo dos príncipes de Brandemburgo, os Hohenzollern, que eram pouco mais que aventureiros militares, os eslavos, em sua maioria poloneses, foram gradualmente impelidos de volta ao longo do Báltico. Os que resistiram

foram exterminados ou destituídos de seus bens e transformados em servos. A lei imperial do império Germânico proibia aos príncipes a assunção de títulos reais, mas em 1701 o imperador aquiesceu com a coroação de Frederico III, rei da Prússia, em Königsberg.

Nessa época, e por seus próprios esforços, a Prússia galgou a posição de uma das grandes potências militares da Europa. Não possuía nenhum dos recursos das outras. Sua terra era estéril e desprovida de minerais. A população, pequena. Não possuía grandes cidades, nenhuma indústria e inexpressiva era sua cultura. Até mesmo a nobreza era pobre, e os camponeses, sem bens, viviam como animais. Entretanto, com tenacidade e talento de organização incríveis, conseguiram os Hohenzollern criar um Estado militar espartano, cujo bem treinado exército obteve vitórias e mais vitórias e cuja maquiavélica diplomacia de alianças temporárias com qualquer potência que se lhe afigurasse mais forte, trazia-lhe constantemente acréscimos ao território.

Nasceu, assim, de modo totalmente artificial, um Estado sem base popular e sem um princípio sequer, salvo o da conquista, que se manteve unido, graças ao poder absoluto do governo, a uma burocracia de mentalidade estreita que obedecia às suas ordens, a um exército de disciplina implacável. Dois terços e, às vezes, até cinco sextos da arrecadação anual eram gastos com o exército que, sob o comando do rei, transformou-se no próprio Estado. “A Prússia”, observou Mirabeau, “não é um Estado com um exército, mas um exército com um Estado.” E o Estado, que funcionava com eficiência e materialismo de uma fábrica, tornou-se tudo; o povo era pouco mais que engrenagens da máquina. Os cidadãos aprendiam, não apenas dos líderes e os instrutores militares, mas também dos filósofos, que seu papel na vida era um papel de obediência, trabalho, sacrifício e dever. Até mesmo Kant afirmava que o dever exigia a supressão do sentimento humano, enquanto o poeta prussiano Willibald Alexis glorificava a escravidão do povo sob o império dos Hohenzollern. Para Lessing, contudo, que não concordava com esse estado de coisas, “a Prússia era o mais desprezível país da Europa”.

Os junkers, que representariam papel tão decisivo na moderna Alemanha, foram também um produto único da Prússia. Eram, como eles próprios diziam, uma raça superior. Foram eles que ocuparam a terra conquistada aos escravos e a cultivaram em grandes propriedades com o trabalho desse povo então reduzido a completa servidão, povo constituído de miseráveis trabalhadores completamente diferentes dos ocidentais. Havia uma diferença fundamental entre o sistema agrário da Prússia e aquele da Alemanha e da Europa Ocidental. Nelas, os nobres, proprietários da maioria das terras, recebiam rendas ou tributos feudais

dos camponeses, os quais, embora com frequência também vivessem em estado de servidão, tinham certos direitos e privilégios e podiam — como puderam e fizeram — gradualmente adquirir terras próprias e independência. No oeste, os camponeses constituíam uma robusta parcela da comunidade; os latifundiários, apesar de seus aspectos negativos, desenvolveram nos seus lares uma certa cultura que, entre outras coisas, levou a um padrão de vida civilizado, que podia ser observado no refinamento das maneiras, do pensamento e das artes.

O junker prussiano não era homem dado ao ócio. Trabalhava duramente na direção da grande propriedade, de modo muito semelhante ao gerente de fábrica de hoje. Seus empregados eram escravos virtuais, e como tais eram tratados. O junker era senhor absoluto de seus extensos domínios. Não havia grandes cidades e tampouco qualquer classe média significava, como no oeste, cuja influência civilizadora pudesse incomodá-lo. Em contraste com o grand seigneur culto do oeste, transformou-se o junker num tipo de homem rude, dominador, arrogante e desumano, e dado, além disso, à mesquinha procura de vantagens, fato observado por alguns historiadores alemães na vida privada de Otto von Bismarck, o mais afortunado dos junkers.

Foi este político genial, este apóstolo do “sangue e ferro” quem, de 1866 a 1871, pôs termo a uma Alemanha dividida, que existira durante quase mil anos, e quem, pela força, a transformou na Grande Prússia, ou naquilo que poderíamos chamar de Alemanha Prussiana. É criação exclusiva de Bismarck a Alemanha que conhecemos em nossos dias, criança-problema da Europa e do mundo por cerca de um século; nação de povo vigoroso, talentoso, no qual primeiramente este invulgar homem, depois o Kaiser Guilherme II e, finalmente, Hitler, ajudados por uma casta militar e uma estranha inteligência, conseguiram incutir intenso desejo de poder de dominação, paixão pelo militarismo desenfreado, desprezo pela democracia e pela liberdade individual e desesperada ânsia de autoridade, de autoritarismo. Dominada por tal fascínio, elevou-se a Alemanha a grandes alturas, caiu e tornou a erguer-se, até ser aparentemente destruída com o fim de Hitler na primavera de 1945 (talvez seja demasiado cedo para falar disto com alguma certeza).

“Os grandes problemas atuais”, afirmou Bismarck ao tornar-se primeiro-ministro da Prússia em 1862, “não serão solucionados por deliberações e por maioria de votos — foi este o erro dos homens de 1848 e 1849 —, mas a ferro e sangue”. E foi exatamente este o caminho por ele tomado, embora, é preciso ser dito, com um quê de refinamento diplomático, a maioria das vezes de sentido capcioso. O propósito de Bismarck era destruir o liberalismo, consolidar o poder do conservadorismo — isto é, dos junkers, do exército e da coroa — e fazer da

Prússia, em face da Áustria, não apenas o poder dominante entre os alemães, mas, se possível, também na Europa. “A Alemanha”, disse aos deputados no Parlamento prussiano, “não olha para o liberalismo da Prússia, mas para sua força.”

Bismarck começou por organizar o exército prussiano; e quando o Parlamento recusou votar créditos adicionais, ele os levantou por conta própria e, finalmente, dissolveu a Câmara. Com um exército fortalecido, participou de três guerras consecutivas. A primeira, contra a Dinamarca, em 1864, trouxe os ducados de Schleswig e Holstein para o domínio da Alemanha. A segunda, contra a Áustria, em 1866, teve amplas consequências. A Áustria, que por séculos fora o primeiro dos Estados alemães, acabou sendo posta à margem dos interesses da nação e impedida de ligar-se à Confederação da Alemanha do Norte, que Bismarck já começara a estabelecer.

“Em 1866 a Alemanha cessou de existir”, escreveu certa vez o eminente expert político alemão Wilhelm Röpke. A Prússia anexara definitivamente todos os Estados alemães do norte do Main, que haviam lutado contra ela, salvo a Saxônia. Eram eles Hannover, Hesse, Nassau, Frankfurt e os ducados do Elba. Todos os demais Estados do norte do Main foram obrigados a entrar na Confederação da Alemanha do Norte. A Prússia, que se estendia agora do Reno a Königsberg, dominava-a inteiramente, e depois de cinco anos, com a derrota de Napoleão III, da França, os Estados alemães do sul, tendo à frente o importante reino da Baviera, eram arrastados para a Alemanha prussiana.²³

A criação do Segundo Reich, culminância dos êxitos de Bismarck, ocorreu a 18 de janeiro de 1871, quando o rei Guilherme I da Prússia, foi proclamado imperador da Alemanha, em cerimônia realizada na Sala dos Espelhos, em Versalhes. A Alemanha fora unificada pela força armada prussiana. Era agora a maior potência continental; a Inglaterra era sua única rival na Europa.

Havia, porém, uma falha funesta. O Império Alemão, como disse Treitschke, na realidade não constituía mais do que uma extensão da Prússia. Sublinhava: “A Prússia é o fator dominante (...) A vontade do império não será senão a vontade do Estado prussiano.” Era uma verdade que teria desastrosas consequências para os próprios alemães. De 1871 a 1933 e, efetivamente, até o fim de Hitler, em 1945, o curso da história da Alemanha percorreu coerentemente uma linha reta da mais absoluta lógica, com exceção do interregno da República de Weimar.

Apesar da fachada democrática, adotada com o estabelecimento do Reichstag, cujos membros eram eleitos pelo voto universal masculino, o império alemão

constituía, na verdade, uma autocracia militarista dirigida pelo rei da Prússia, que era também imperador. O Reichstag possuía poucos poderes. Era pouco mais que uma câmara de debates de que os representantes do povo se serviam para desabafos e para barganhas supostamente em benefício das classes que representavam. O trono tinha o poder — por direito divino. Pelo ano de 1910, Guilherme II proclamou que a coroa real fora “assegurada apenas pela Graça de Deus e não pelos parlamentos, assembléias populares ou decisões do povo (...). Considerando-me instrumento do Senhor”, aduziu, “sigo o meu destino”.

Não era embaraçado pelo Parlamento. O chanceler que designava era responsável perante ele, e não ante o Reichstag. A assembléia não podia nem afastá-lo nem conservá-lo no ministério, já que isto era prerrogativa do monarca. Desse modo, a ideia de democracia, de soberania do povo, de supremacia, em contraste com a evolução em outros países do Ocidente, de Parlamento, jamais teve guarida na Alemanha, nem mesmo depois do início do século XX. É certo que os social-democratas, depois de anos de perseguição de Bismarck e do imperador, por volta de 1912 se haviam tornado, isoladamente, o maior partido político do Reichstag. Exigiam ruidosamente o estabelecimento de uma democracia parlamentar, mas nada conseguiram. E, se bem que constituindo o maior partido, ainda assim eram minoria. As classes médias, que cresciam prosperamente com o surpreendente mas incerto desenvolvimento da revolução industrial, deslumbradas pelos êxitos da política de força e de guerra de Bismarck, trocaram por bens materiais quaisquer aspirações de liberdade política que pudessem ter tido.* Aceitaram a autocracia dos Hohenzollern. Submeteram-se prazerosamente à burocracia dos junkers e adotaram, com fervor, o militarismo prussiano. A estrela da Alemanha refulgia nas alturas e quase todo o povo alemão ansiava por executar o que os seus senhores pedissem para conservá-la assim.

** A classe operária alemã fez, num certo sentido, troca similar. Para combater o socialismo, Bismarck decretou, de 1883 a 1889, um programa de segurança social que os demais países estavam longe de conhecer. Instituiu seguro obrigatório para os operários, por velhice, enfermidade, acidente e incapacidade, e, embora organizado pelo Estado, era financiado pelos empregadores e empregados. Não se pode assegurar que tenha paralisado o crescimento dos social-democratas ou dos sindicatos, mas teve profunda influência sobre a classe operária, fazendo-a dar mais valor à segurança que à liberdade política, determinando que visse no Estado, apesar de conservador, um benfeitor e protetor. Hitler, como veremos, tirou partido desse estado de espírito. Nessa questão, como em outras, aprendeu bastante de Bismarck. "Estudei a legislação socialista de Bismarck em seu objetivo, em sua luta e em seu resultado", observou em Minha Luta (p. 155).*

Hitler, o austríaco, foi um deles, até o fim. Para ele, o Segundo Reich, de Bismarck, apesar dos erros e das “terríveis forças de desintegração”, foi uma realização esplêndida em que os alemães finalmente se tornaram donos de si mesmos.

Não foi, a Alemanha, melhor que qualquer outra nação, um exemplo maravilhoso de um império que se ergueu sobre os alicerces de uma política puramente de força? A Prússia, célula, mater do império, nasceu de fulgurante heroísmo e não de operações financeiras ou acordos comerciais; e o próprio Reich, por sua vez, foi apenas a recompensa gloriosa de uma orientação política agressiva e da coragem com que seus soldados enfrentavam a morte (...).

A própria criação do [Segundo] Reich pareceu embelezada pela magia de um acontecimento que empolgou e levantou toda a nação. Depois de uma série de incomparáveis vitórias, nasceu um Reich para seus filhos e netos — recompensa de imortal heroísmo (...) Esse Reich, que não deveu sua existência aos embustes das facções parlamentares, ergueu-se muito acima dos demais Estados pela própria exaltação de sua fundação; pois não foi na tagarelice das batalhas parlamentares de palavras, mas no fragor ribombante do cerco de Paris que o ato solene teve lugar: a proclamação de nossa vontade, com a declaração de que os alemães, príncipes e povos reunidos, estavam decididos a construir no futuro um Reich e ainda uma vez erguer a coroa imperial às culminâncias (...). Não foram os desertores e covardes os fundadores do Estado de Bismarck, mas os regimentos nas frentes de batalha.

Essa origem única e o batismo de fogo que enfrentaram, cercaram o Reich de um halo de glória histórica de que apenas Estados muito mais antigos — e poucos — podiam vangloriar-se.

E que ascensão agora se inicia!

A liberdade exterior traz consigo o pão de cada dia. A nação tornou-se rica em bens materiais; há abundância. A honra do Estado e, com ela, a de todo o povo, foi protegida e defendida por um exército que aponta nitidamente a diferença entre a nação de hoje e a antiga união alemã.²⁴

Era esta a Alemanha que Hitler resolveu restaurar. Discorreu extensamente, em Minha Luta, sobre as razões que acreditava responsáveis pelo seu declínio: a tolerância com judeus e marxistas, o estúpido materialismo e o egoísmo da classe média, a nefasta influência dos “bajuladores e parasitas” que rodeavam o trono dos Hohenzollern, a “catastrófica aliança política alemã” que uniu a Alemanha aos degenerados Habsburgo e aos italianos, estes indignos de

confiança, em lugar de fazê-lo com a Inglaterra, e a ausência de uma fundamental política “social” e racial. Falhas que, prometeu, o nacional-socialismo corrigiria.

As raízes intelectuais do Terceiro Reich

Mas, além da História, onde Hitler foi buscar suas ideias?

Embora seus adversários, de dentro e de fora da Alemanha, estivessem atarefados ou fossem estúpidos para tomar conhecimento delas senão quando já era demasiado tarde, de certo modo ele assimilara, como tantos outros alemães, uma incrível mistura de irresponsáveis e megalomaniacas ideias de pensadores alemães do século XIX. Hitler, que muitas vezes as recebeu de segunda mão do pretenso e confuso filósofo Alfred Rosenberg, e de seu amigo Dietrich Eckart, um bêbedo poeta, abraçou-as com todo o fervoroso entusiasmo de um neófito. E, o que é pior, decidiu pô-las em prática se se apresentasse oportunidade.

Vimos o que eram essas ideias e como germinaram no espírito de Hitler: a glorificação da guerra e da conquista, e o poder absoluto do Estado autoritário; a crença nos arianos, ou alemães, como a raça superior, e o ódio aos judeus e aos eslavos; o desprezo pela democracia e pelo humanismo. Não pertenciam originalmente a Hitler, embora os meios de sua aplicação mais tarde provassem sê-lo. Emanavam daquele curioso grupo de eruditos mas desequilibrados filósofos, historiadores e professores, que apressou o espírito alemão durante o século que precedeu Hitler, com conseqüências, mais tarde claras, tão desastrosas, não apenas para os alemães como para grande parte da humanidade.

Houve, é certo, entre os alemães, espíritos dos mais eminentes do mundo ocidental — Leibnitz, Kant, Herder, Humboldt, Lessing, Goethe, Schiller, Bach e Beethoven — com admiráveis contribuições à civilização ocidental. Mas a cultura alemã que se tornou dominante no século XIX e coincidiu com a ascensão da Alemanha prussiana, de Bismarck a Hitler, repousa primordialmente em Fichte e Hegel, em primeiro lugar, e depois em Treitschke, Nietzsche, Richard Wagner e uma legião de outros menos brilhantes, dos quais, singularmente, não foram os menos expressivos um bizarro francês e um excêntrico inglês. Conseguiram esses homens estabelecer um rompimento espiritual com o Ocidente, que até hoje ainda não se refez.

Em 1807, após a humilhante derrota da Prússia por Napoleão, em Iena, Johan Gottlieb Fichte começou seus famosos “Discursos à nação alemã”, da cátedra de

filosofia de que era titular na Universidade de Berlim: agitavam e arregimentavam um povo derrotado e dividido, e seus ecos ainda podiam ser ouvidos no Terceiro Reich. Os ensinamentos de Fichte foram vinho inebriante para um povo frustrado. Para ele, os latinos, especialmente os franceses, e os judeus, são as raças decadentes. Somente os alemães possuem a capacidade de regeneração. Sua língua é a mais pura, a mais original. Sob sua liderança uma nova era da História florescia. Refletiria a ordem do cosmos. Seria conduzida por uma pequena elite, livre de constrangimentos morais de natureza “privada”. Essas são algumas das ideias que vimos Hitler expor em Minha Luta.

Ao morrer Fichte, em 1814, foi substituído por Georg Wilhelm Friedrich Hegel na Universidade de Berlim, espírito sutil e penetrante, cuja dialética foi a inspiração de Marx e Lenin e, desse modo, contribuindo para a criação do comunismo. Sua vibrante glorificação do Estado, como o fim supremo da vida humana, preparou o caminho para o Segundo e Terceiro Reichs, de Bismarck e Hitler. Para Hegel, o Estado é tudo, ou quase tudo. Entre outras coisas, diz ele, é a mais alta manifestação do “espírito da natureza”; é o “universo moral”; a “realidade do conceito de ética (...), do espírito da ética (...), sabendo e pensando por si mesmo”; o Estado “tem o direito supremo sobre o indivíduo, cujo supremo dever é ser membro do Estado (...), pois o direito do espírito da natureza está acima de quaisquer privilégios especiais (...)”.

E a felicidade do homem na terra? Hegel responde que a “história universal não é nenhum império de felicidade. Os períodos de felicidade”, declara ele, “são páginas vazias da História, porque são os períodos de acordos, sem conflitos”. A guerra é a grande purificadora. Na opinião de Hegel, a guerra promove “a saúde moral dos povos corrompidos por uma paz prolongada, da mesma forma que o sopro dos ventos preserva o mar da sujeira que resultaria de uma longa calma”.

Nenhuma concepção tradicional de moral e ética deve perturbar o Estado supremo ou os “heróis” que o dirigem. “A história universal ocupa um terreno mais elevado (...). As exigências morais descabidas não devem colidir com as realidades histórico-universais e sua consumação. A ladainha das virtudes pessoais — modéstia, humildade, filantropia, paciência — não deve ser erguida contra essas realidades. (...) Uma figura tão poderosa [o Estado] deve pisar muitas flores inocentes, esmagar muitas coisas em seu caminho.”

Hegel previa um Estado semelhante para a Alemanha quando ela recuperasse o gênio que lhe concedera Deus. Predisse que a “hora da Alemanha” soaria e que a sua missão seria a de regenerar o mundo. A leitura de Hegel nos leva a

compreender como foi grande a inspiração que Hitler e Marx extraíram dele, mesmo que possa ter sido indiretamente. Sobretudo em sua teoria dos “heróis” — esses grandes agentes destinados por misteriosa providência a realizar “a vontade do espírito universal” —, Hegel parece haver inspirado Hitler, como veremos no final deste capítulo, para a sua própria e irresistível consciência da missão de que se acreditava incumbido.

Heinrich von Treitschke chegou mais tarde à Universidade de Berlim. A partir de 1874 e até sua morte, em 1896, foi ali estimado professor de História, cujas aulas eram assistidas por grandes e entusiásticas multidões que reuniam não apenas estudantes, mas oficiais do Estado-maior e funcionários da burocracia dos junkers. Sua influência sobre o pensamento germânico foi enorme no último quarto do século e prosseguiu durante os dias de Guilherme II e mesmo de Hitler. Apesar de saxão, transformou-se no grande prussianizador: era mais prussiano que os prussianos. Como Hegel, glorificava o Estado e o concebia como o fim supremo, mas sua atitude era mais brutal: o povo, os súditos, deveriam ser nada mais que escravos da nação. “Não importa o que você pense, contanto que obedeça”, exclamava.

Treitschke excedia Hegel ao considerar a guerra a mais alta expressão do homem. Para ele, “a glória marcial é a base de todas as virtudes políticas; no rico tesouro das glórias da Alemanha, a glória militar prussiana é uma joia tão preciosa quanto as obras-primas de nossos poetas e pensadores”. Sustentava que “brincar cegamente com a paz (...) se convertera na vergonha do pensamento e da moral” daquela época.

A guerra não é apenas uma necessidade prática, mas também uma necessidade teórica, uma exigência da lógica. O conceito de Estado implica o conceito de guerra, pois a essência do Estado é a força. (...) Que a guerra possa ser banida para sempre do mundo é uma esperança não apenas absurda, mas profundamente imoral. Isso acarretaria a atrofia de muitas das mais sublimes e fundamentais forças da alma humana (...). Um povo que se prendesse à quimérica esperança da paz perpétua terminaria por sucumbir em seu presunçoso isolamento (...).

Nietzsche, como Goethe, não possuía uma opinião muito elevada sobre o povo alemão,* e também em outros pontos os extravasamentos deste megalomaniaco gênio diferiam dos pensadores chauvinistas alemães do século XIX. Na realidade, ele considerava a maioria dos filósofos germânicos, Fichte e Hegel inclusive, “trapaceiros inconscientes”. Zombava da “tartufice do velho Kant”. Os alemães, escreveu em *Ecce Homo*, “não concebem quão vis são”, e chegou à conclusão de que “em qualquer lugar que penetre, a Alemanha arruina a

cultura”. Ele julgava que os cristãos, da mesma forma que os judeus, eram responsáveis pela “moral escravocrata” predominante no mundo. Jamais foi um anti-semita. Algumas vezes ficava temeroso do futuro da Prússia e, no fim da vida, antes da loucura que liquidou sua mente, chegou até mesmo a afagar a ideia da união européia e de um governo mundial.

** "Sinto, não raro", disse certa ocasião Goethe, "profunda tristeza ao pensar no povo alemão, tão estimável como indivíduo e tão infortunado na generalidade. Uma comparação do povo alemão com outros povos produz um sentimento penoso que procuro vencer por todos os meios possíveis." (Conversação com H. Luden, em 13 de dezembro de 1813, em Goethes Gespräche, Auswahl Biedermann, citado por Wilhelm Röpke em The Solution of the German Problems, p. 131).*

Ainda assim, penso que ninguém que tenha vivido no Terceiro Reich pudesse deixar de se impressionar pela influência de Nietzsche. Seus livros poderiam estar cheios, como disse Santayana, de “genial imbecilidade” e “blasfêmias pueris”, mas os escribas nazistas jamais se cansaram de louvá-lo. Hitler visitava frequentemente o Museu de Nietzsche, em Weimar, e fazia pública sua admiração pelo filósofo, posando para os fotógrafos em atitude de êxtase diante do busto do grande homem.

Há, de certo modo, motivos para que Nietzsche seja visto como um dos criadores da Weltanschauung nazista. Não havia o filósofo, nos seus mais notáveis aforismos, deblaterado contra a democracia e contra o Parlamento, pregado o arbítrio do poder, exaltado a guerra e proclamado o advento da raça superior e do super-homem? Qualquer nazista poderia, orgulhosamente, citá-lo na exposição de quase todos os temas imagináveis, e o fazia. Do cristianismo, por exemplo, dizia ser uma “terrível maldição, desmedida e profunda perversão (...) O cristianismo não é mais do que a doutrina dos socialistas”. Sobre o Estado, a força e o mundo selvagem do homem dizia que “a sociedade jamais considera a virtude como sendo mais que um meio para o fortalecimento, para a força e para a ordem. O Estado é a imoralidade organizada (...), o desejo de guerra, de conquista e de revanche (...) A sociedade não se destina a existir para seu próprio benefício, mas apenas como infraestrutura e degrau por intermédio do que uma raça seleta possa elevar-se a seus mais altos deveres. (...) Aquilo que se costuma chamar direito à vida, direito ao trabalho ou direito à felicidade, não existe: neste sentido, o homem não difere do mais insignificante dos vermes”.* E exaltava o super-homem, animal de rapina, “o magnífico bruto alourado, agressivamente sequioso de saque e vitória”.

** As mulheres, que Nietzsche nunca teve, eram por ele situadas num status*

nitidamente inferior; do mesmo modo que os nazistas; seu lugar era na cozinha e seu principal papel na vida era o de criar e educar crianças para os guerreiros alemães. Nietzsche colocou a coisa nestes termos: "O homem será treinado para a guerra e a mulher para a procriação do guerreiro. O mais é tolice." Foi mais longe. Exclama em Assim falava Zaratustra: "Ides ao encontro de mulher? Não vos esqueçais do vosso chicote!"— o que inspirou a Bertrand Russell o seguinte chiste: "Em dez mulheres, nove teriam tomado o chicote de suas mãos, e ele sabia disso, razão pela qual se manteve afastado delas."

E a guerra? Era vista por Nietzsche do mesmo modo que pela maioria dos pensadores alemães do século XIX. Na trovoante linguagem do Velho Testamento com que foi escrito Assim falava Zaratustra, bradava o filósofo: “Amareis a paz como uma necessidade de novas guerras, amareis a curta paz mais que a prolongada. Aconselho-vos não a trabalhar, mas a lutar. Não vos aconselho a paz, mas a vitória. (...) Dizeis que a boa causa justifica até mesmo a guerra? Eu vos digo: a boa guerra é que justifica qualquer causa. A guerra e a coragem têm feitos mais grandiosos que o amor ao próximo.”

Finalmente, havia a profecia de Nietzsche de que surgiria uma elite que governaria o mundo e da qual se elevaria o super-homem. Em *Die Wille zur Macht* [Vontade de potência], assevera: “Uma raça destemida e dirigente está se criando (...). O objetivo será preparar uma transposição de valores por uma espécie de homem particularmente forte, a mais altamente dotada de inteligência e de vontade. Este homem, e a elite em torno dele, se converterão nos senhores da terra ”.

Tais disparates oriundos de um dos mais originais espíritos da Alemanha devem ter encontrado resposta na sensível e confusa mente de Hitler. Seja como for, apropriou-se deles; não apenas dos pensamentos, mas das tendências do filósofo ao exagero ridículo, e não raro de suas próprias expressões. “Senhores da terra” é frase militar em *Minha Luta*. Não resta dúvida de que, no fundo, Hitler se considerava o super-homem da profecia de Nietzsche.

“Quem quer que deseje compreender o nacional-socialismo alemão deve conhecer Wagner”, Hitler costumava dizer.* Isto poderia ter-se baseado numa errônea interpretação do grande compositor, pois embora Richard Wagner nutrisse, como Hitler, um ódio fanático pelos judeus, convencido como estava de que pretendiam dominar o mundo com o dinheiro, e embora desdenhasse os parlamentos, a democracia, o materialismo e a mediocridade da burguesia, esperava também ardentemente que os alemães, “com seu talento especial”, pudessem “converter-se, não em dominadores, mas em dignificadores do

mundo”.

** Minha própria lembrança é confirmada por Otto Tolischus em seu They Wanted War, p. 11.*

Não foram, entretanto, seus escritos políticos, mas suas maiores óperas — que reviviam tão intensamente o mundo da antiguidade germânica, com seus mitos heroicos, com seus belicosos e pagãos deuses e heróis, com seus demônios e dragões, com suas hostilidades sangrentas e seus primitivos códigos tribais, com seu sentido do destino, do esplendor da vida e do amor e da nobreza da morte — que inspiraram os mitos da Alemanha moderna e lhe deram uma Weltanschauung alemã, que Hitler e os nazistas, de maneira até certo ponto justificável, adotaram como se fosse deles próprios.

Desde a juventude Hitler cultuou Wagner, e mesmo quando sua vida já estava bem próxima do fim, no abrigo úmido e triste do quartel-general do exército na frente russa, com seu mundo e seus sonhos beirando o desmoroamento, gostava muito de recordar todas as vezes que ouvira as grandes obras wagnerianas, do que elas tinham representado para ele e da inspiração que lhe deram o Festival de Bayreuth e as incontáveis visitas a Haus Wahnfried, casa do compositor, onde Siegfried Wagner, seu filho, ainda vivia com a esposa inglesa, Winifred, de quem durante algum tempo fora um amigo reverente.

“Que prazer me tem dado cada uma das obras de Wagner!”, exclama Hitler na noite de 24 para 25 de janeiro de 1942, logo depois da primeira desastrosa derrota alemã na Rússia, quando falou a seus generais e camaradas de partido (Himmler entre eles) nas profundezas do abrigo subterrâneo de Wolfsschanze, em Rastenburg, na Prússia Oriental. Fora, havia neve e frio glacial, elementos que tanto odiava e temia, e que haviam contribuído para o primeiro revés militar alemão na guerra. Mas na tepidez do abrigo, seus pensamentos, naquela noite pelo menos, foram dos mais inspirados de sua vida. “Recordo” diz, “minha emoção ao entrar pela primeira vez em Wahnfried. Dizer que eu estava enternecido não revela tudo! Em meus piores momentos, eles jamais cessaram de amparar-me, incluindo Siegfried Wagner. Mantinha íntimas relações com eles. Amei a todos, e também amei a Wahnfried (...) Os dez dias da temporada de Bayreuth sempre foram os mais venturosos de minha existência. E rejubilo-me com a ideia de que um dia serei capaz de recomençar a peregrinação (...) No dia seguinte terminou o Festival de Bayreuth (...) Uma grande tristeza sufocava-me, exatamente como ocorre quando alguém despoja a árvore de Natal de seus enfeites”.²⁵

Embora Hitler reiterasse em seu monólogo daquela noite de inverno que, para ele, Tristão e Isolda era a “obra-prima de Wagner”, é o maravilhoso Anel dos nibelungos, uma série de quatro óperas inspiradas pelo grande mito épico germânico, Nibelungenlied, em que o compositor trabalhou nos melhores instantes de um período de 25 anos, que deu à Alemanha e principalmente ao Terceiro Reich tanto de seus mitos primitivos. Muitas vezes os mitos de um povo são a mais elevada e verdadeira expressão do seu espírito e cultura. E em nenhuma parte isso é mais certo que na Alemanha. Schelling chegou a afirmar que “uma nação começa a existir com sua mitologia (...) A unidade de seu pensamento, que significa uma filosofia coletiva, é apresentada em sua mitologia; mitologia que contém, por conseguinte, o destino da nação”. E um poeta contemporâneo, Max Mell, que escreveu uma moderna versão da Canção dos nibelungos, declarou: “Hoje pouco ficou dos deuses gregos que o humanismo pretendeu implantar tão profundamente em nossa cultura (...) Mas Siegfried e Kriemhild estiveram sempre na alma do povo.”

Siegfried e Kriemhild, Brunhild e Hagen são os antigos heróis e heroínas com os quais tantos alemães de hoje gostariam de identificar-se. Com eles e com o mundo dos bárbaros e pagãos nibelungos. Um mundo mítico, heroico e irracional, cercado de traição, esmagado pela violência, inundado de sangue, e culminando no *Götterdämmerung*, o crepúsculo dos deuses, enquanto *Walhalla*, lançado ao fogo por Wotan ao termo de todas as suas vicissitudes, levanta-se em chamas numa orgia de obstinado aniquilamento que sempre fascinou o espírito alemão e que sempre correspondeu a certa terrível aspiração da alma germânica. Esses heróis, esse mundo primitivo e demoníaco, nas palavras de Mell, sempre estiveram “na alma do povo”. Nessa alma alemã podia-se perceber a luta entre o espírito da civilização e o espírito dos nibelungos, e este último, no período abrangido pela presente história, pareceu triunfar. De modo nenhum é surpreendente que Hitler procurasse imitar Wotan, quando, em 1945, desejou a destruição da Alemanha, de modo que desaparecesse com ele, em chamas.

Wagner, homem de gênio desconcertante, artista de grandeza incrível, representou muito mais do que aqui se disse. O conflito nas óperas do Anel frequentemente gira em torno do tema da cobiça do ouro, que o compositor comparou à “tragédia do capitalismo moderno”, e que ele via, com horror, exterminando as antigas virtudes que decaíam desde os primeiros tempos. Apesar de todos os seus heróis pagãos, não perdeu inteiramente a esperança no cristianismo, como sucedeu com Nietzsche. E tinha grande compaixão pela pecadora e contraditória raça humana. Mas Hitler não estava totalmente errado ao afirmar que, para compreender o nazismo, devia-se primeiro entender

Wagner.

Wagner conhecera e fora influenciado primeiro por Schopenhauer, e depois por Nietzsche, com quem teve alterações por ver excessivo desprendimento cristão em suas óperas, especialmente Parsifal. No decurso de sua longa e tempestuosa vida, Wagner teve contato com dois outros personagens, um francês e um inglês, importantes para esta história, não tanto pela impressão que lhe causaram, embora considerável de certa feita, mas por seus efeitos sobre a mentalidade alemã e por sua colaboração no sentido de que a mesma se voltasse para o futuro Terceiro Reich.

Esses indivíduos foram o conde Joseph Arthur de Gobineau, diplomata e literato francês, e Houston Stewart Chamberlain, um dos mais estranhos ingleses de que se tem notícia.

Nenhum dos dois, diga-se logo, era charlatão. Ambos possuíam vasta erudição, profunda cultura e ampla experiência de viagens. Não obstante, engendraram doutrinas raciais tão espúrias que povo algum, nem mesmo os seus, as tomaram a sério, com exceção do alemão. Suas discutidas teorias se tornaram, para os nazistas, um evangelho. Não é exagero afirmar, como ouvi de mais de um adepto de Hitler, que Chamberlain foi o criador espiritual do Terceiro Reich. Este inglês singular, que veio a ver nos alemães a raça superior, a esperança do futuro, adorava Richard Wagner, e casou-se posteriormente com uma de suas filhas. Venerou primeiramente Guilherme II e, por fim, Hitler, tendo sido mentor de ambos. No final de sua vida fantástica, ele aclamaria o cabo austríaco — muito antes de Hitler chegar ao poder ou ter qualquer perspectiva disto — como enviado de Deus para tirar o povo alemão da solidão. Era natural que Hitler considerasse Chamberlain um profeta, como efetivamente se tornou.

O que, na doutrina desses homens, inoculou a loucura nos alemães relativamente às questões da raça e do destino germânicos?

A principal contribuição de Gobineau foi um trabalho em quatro volumes, publicado em Paris de 1853 a 1855, com o título de Ensino sobre a desigualdade das raças humanas. Ironicamente, esse aristocrata francês, depois de servir como oficial na Guarda Real, começou a carreira pública como chefe de gabinete de Alexis de Tocqueville, quando o destacado autor de Democracia na América foi ministro por um breve período, em 1848. Esteve então em Hannover e Frankfurt como diplomata, e deste contato com os alemães, muito mais do que com Tocqueville, resultaram suas teorias sobre as desigualdades raciais, se bem que confessasse, em certa ocasião, que escrevera os volumes em

parte para provar a superioridade de seus próprios ancestrais aristocratas.

Para Gobineau, como afirmou na dedicatória da obra ao rei de Hannover, a chave da História e da civilização era a raça. “A questão racial domina todas as demais questões da História (...), a desigualdade racial basta para explicar todo o desdobramento do destino dos povos.” Das três principais raças existentes, a branca, a amarela e a negra, a branca era a superior. “A História”, sustentava ele, “revela que toda a civilização se originou da raça branca, que nenhuma civilização pode existir sem a cooperação desta raça”. A jóia da raça branca era o ariano, “ilustre família humana, a mais nobre da raça branca”, cujas origens ele situa na Ásia Central. Desgraçadamente, disse Gobineau, o ariano contemporâneo se ressentia da mistura com raças inferiores, como se podia verificar no sul da Europa daquela época. Entretanto, a noroeste, acima de uma linha que corria aproximadamente ao longo do Sena e a leste da Suíça, os arianos, embora longe da autenticidade primitiva, ainda sobreviviam como raça superior. Obtiveram algo do francês, tudo do inglês e do irlandês, dos povos do Reno e Hannover, dos flamengos e dos escandinavos. Pelo visto, excluía Gobineau a maior parte dos alemães que viviam a leste e a sudeste de sua linha, fato que os nazistas encobriram quando abraçaram suas doutrinas.

Ainda assim, para Gobineau, os alemães, ou pelo menos os alemães do oeste, eram provavelmente os melhores de todos os arianos. Tal descoberta os nazistas não ocultaram. Aonde quer que fossem, acreditava o conde francês, os alemães promoviam o progresso. Isto foi verdadeiro inclusive no Império Romano. As chamadas tribos bárbaras germânicas que conquistaram os romanos e destruíram seu império, prestaram ótimo serviço à civilização, pois os romanos do quarto século não eram mais que mestiços degenerados, ao passo que os germanos eram arianos relativamente puros. “O alemão ariano”, declarou, “é criatura poderosa (...) Tudo o que pensa, diz e faz é, assim, da maior importância”.

As ideias de Gobineau foram rapidamente adotadas na Alemanha. Wagner, a quem o francês conheceu no fim da vida, em 1876 (morreu em 1882), esposou-as com entusiasmo, e logo as sociedades de Gobineau as difundiram por toda a Alemanha.*

** Embora isto não houvesse ocorrido na França.*

A estranha vida de H. S. Chamberlain e suas obras

Entre os dedicados membros da Sociedade Gobineau, na Alemanha, achava-se Houston Stewart Chamberlain, cuja vida e obras constituem uma das mais fascinantes ironias no inexorável curso da história que conduziu à ascensão e à queda do Terceiro Reich.

Este filho de um almirante inglês, sobrinho de um marechal-de-campo britânico, sir Neville Chamberlain e de dois generais ingleses, e posteriormente genro de Richard Wagner, nasceu em Portsmouth, em 1855. Estava destinado a ingressar na marinha ou no exército britânico, mas sua delicada saúde pôs tal carreira à margem; educou-se na França e em Genebra, onde o francês veio a ser sua primeira língua. Entre os 15 e os 19 anos, o destino o levou ao encontro de dois alemães, e daí em diante foi irresistivelmente arrastado para a Alemanha, da qual mais tarde tornou-se cidadão e um dos seus principais pensadores, escrevendo em alemão todos seus numerosos livros, diversos dos quais tiveram uma influência quase cega sobre Guilherme II, Adolf Hitler e incontáveis alemães de menor projeção.

Em 1870, tendo 15 anos, Chamberlain caiu nas mãos de um preceptor notável, Otto Kunze, prussiano dos prussianos, que durante quatro anos lhe imprimiu na mente maleável e na alma sensível as glórias da Prússia conquistadora e combatente e, também — aparentemente despreocupado dos contrastes — artistas e poetas como Beethoven, Goethe, Schiller e Wagner. Aos 19 anos, apaixonou-se Chamberlain doidamente por Anna Horst, também prussiana, dez anos mais velha e, como ele, bastante neurótica. Em 1882, com a idade de 27, partiu de Genebra, onde por três anos estivera imerso em estudos de filosofia, história natural, física, química e medicina, para Bayreuth. Ali encontrou Wagner que, conforme disse, se transformou no Sol de sua vida, e Cosima, a esposa do compositor, a quem se devotaria apaixonada e servilmente durante o resto de sua vida. Desde 1885, quando foi viver por quatro anos em Dresden, com Anna Horst, que se tornara sua esposa, convertera-se num alemão pelas ideias e pela língua. Em 1889, dirigiu-se para Viena, aí vivendo dez anos; por fim, a Bayreuth, onde residiu até sua morte, em 1927. Em 1905 divorciou-se de sua idolatrada esposa, que estava com 60 anos e, mental e fisicamente, ainda mais enferma que ele (a separação foi tão penosa que, disse ele, quase o levou à loucura). Três anos depois casou-se com Eva Wagner, radicando-se perto de Wahnfried, onde podia ficar próximo da mãe de sua mulher, Cosima, a venerada e obstinada.

Hipersensível e neurótico, sujeito a frequentes crises nervosas, Chamberlain era dado à visão de demônios que, segundo contava, o arrastavam inexoravelmente à procura de novos campos de estudo e à elaboração de suas obras prodigiosas. Uma visão após outra forçaram-no a mudar da biologia para a

botânica, para as belas-artes, para a música, para a filosofia, para a biografia, para a história. Certa vez, em 1896, quando retornava da Itália, a presença de um demônio se tornou tão poderosa que desceu do trem em Gardone, fechou-se num quarto de hotel por oito dias e, abandonando certo trabalho sobre música que tinha projetado, escreveu febrilmente uma tese de biologia até chegar ao germe do tema que iria dominar todos os seus últimos trabalhos: a raça e a história.

Quaisquer que sejam seus defeitos, sua mente abarcava vastamente os campos da literatura, da música, da biologia, da botânica, da religião, da história e da política. Havia, como assinalou Jean Réal,²⁶ profunda unidade de inspiração em todos os seus livros publicados, que tinham notável coerência. Desde que começou a ser atormentado pelos demônios, seus livros (sobre Wagner, Goethe, Kant, o cristianismo e a raça) foram escritos em terrível estado febril, em verdadeiro transe de arrebatamento, de modo que, como diz em sua autobiografia — *Lebenswege* —, muitas vezes foi incapaz de reconhecê-los como seu próprio trabalho, porque ultrapassavam a própria expectativa. Espíritos mais equilibrados demoliram mais tarde suas teorias de raça e muito de sua história; para um estudioso francês do germanismo, como Edmond Vermeil, as ideias de Chamberlain eram essencialmente vulgares. Mesmo assim, para o biógrafo de Hitler, Konrad Heiden, alemão antinazista, que deplorou a influência de suas doutrinas raciais, Chamberlain “foi um dos mais notáveis talentos na história do pensamento alemão, uma fonte de conhecimentos e de ideias profundas”.

O livro que mais entranhamente influenciou esse pensamento, que levou Guilherme II ao êxtase e forneceu aos nazistas suas aberrações raciais, foi *Grundlagen des Neunzehnten Jahrhunderts* (As bases do século XIX), trabalho de umas 1.200 páginas que Chamberlain, novamente possuído por um de seus demônios, escreveu em 19 meses, de 1º de abril de 1897 a 31 de outubro de 1898, em Viena, publicando-o em 1899.

Como Gobineau, que admirava, Chamberlain encontrou a chave da História, na realidade, a base da civilização, na raça. Para explicar o século XIX, isto é, o mundo contemporâneo, devia-se considerar, primeiramente, aquilo que nos fora legado de remotas eras, e que se resumia, dizia Chamberlain, no seguinte: a filosofia e a arte gregas, o direito romano e a personalidade de Cristo; havia também três legatários: os judeus e os alemães, as “duas raças puras” e a meia-raça de latinos do Mediterrâneo — “um caos de povos”, chamava-as. Apenas os alemães mereciam, assim, essa esplêndida herança. Haviam, é certo, chegado tarde à História, não antes do século XIII. Mas mesmo antes, ao destruir o Império Romano, demonstraram seu valor. “Não é verdade”, diz ele, “que o

bárbaro teutônico tivesse feito surgir a chamada ‘Noite da Idade Média’; esta foi, antes, consequência da derrocada moral e intelectual da caótica humanidade sem linhagem que o moribundo Império Romano nutria; para o teutônico, ao contrário, a noite eterna teria liquidado o mundo.” No período em que escreveu via no alemão a única esperança da Terra.

Chamberlain incluía entre os teutos os celtas e os eslavos, embora os teutos fossem os elementos mais importantes. Entretanto, é completamente confuso em suas definições, pois chega ao ponto de afirmar que “quem quer que se comporte como um teuto é um teuto, seja qual for sua origem racial”. Possivelmente aqui tenha pensado em sua própria origem não-alemã. Ainda que assim fosse, o teuto, segundo Chamberlain, era “a alma de nossa cultura. A importância de cada nação, como potência real, depende hoje da proporção do autêntico sangue teutônico em sua população (...) A verdadeira história começa quando o teuto, com sua mão hábil, estabelece seu poder sobre o legado da Antiguidade”.

E os judeus? O capítulo mais extenso de Grundlagen é dedicado a eles. Como vimos, Chamberlain afirmava que os judeus e os teutos eram as únicas raças puras remanescentes no Ocidente. E, nesse capítulo, condena “o estúpido e revoltante anti-semitismo”. Assevera que os judeus não são inferiores aos teutos, mas simplesmente diferentes. Possuem sua própria grandeza, compreendendo o “dever sagrado” do homem de conservar a pureza da raça. E ainda quando analisa os judeus, cai, imperceptivelmente, no anti-semitismo que profliga nos outros e que conduz, afinal, às obscenidades das caricaturas de Julius Streicher, em Der Stürmer, da época de Hider. Grande parte, realmente, da base “filosófica” do anti-semitismo nazista tem origem nesse capítulo.

O despropósito das ideias de Chamberlain é bastante evidente. Afirmou que a personalidade de Cristo é uma das três grandes heranças da Antiguidade para a civilização atual. Procurou então “provar” que Jesus não era judeu. O fato de ser galileu de origem, e sua incapacidade de pronunciar corretamente as guturais aramaicas, são, para Chamberlain, “claros sinais” de que Jesus possuía “uma grande quantidade de sangue não-semite”. Faz, em seguida, uma declaração categórica, típica: “Quem quer que pretenda que Jesus tenha sido judeu é estúpido ou diz uma mentira (...) Jesus não era judeu.”

Que foi ele, então? Chamberlain responde: “Provavelmente um ariano! Se não completamente pelo sangue, pelo menos, sem dúvida, em virtude de suas doutrinas morais e religiosas, tão opostas ao ‘materialismo e abstrato formalismo’ da religião judaica. Era natural, por conseguinte”, ao menos para Chamberlain, “que Cristo se transformasse no ‘Deus dos jovens povos indo-europeus

transbordantes de vida e principalmente no ‘Deus dos teutos, porque nenhum outro povo se achava tão bem aparelhado, como o teutônico, para ouvir sua divina voz’.

Daí se depreende qual seria o teor de uma detalhada história da raça judaica, a partir do momento da mistura dos semitas, os beduínos do deserto, com os hititas de cabeça arredondada, que possuíam um “nariz judeu”, e finalmente com os amonitas, que eram arianos. Infelizmente, a mistura ariana — os amonitas, diz ele, eram altos, louros, magníficos — veio demasiado tarde para melhorar efetivamente a “corrupta” linhagem hebraica. A partir de então o inglês, contradizendo toda a sua teoria da pureza da raça judaica, entende que os judeus se transformaram numa raça “negativa”, “abastardada”, de modo que se justificava a “negação” de Israel por parte dos arianos. Na verdade, ele condena os arianos por terem dado aos judeus “um halo de falsa glória”. E vê, então, nos judeus “uma deplorável falta de verdadeira religião”.

Finalmente, para Chamberlain o caminho da salvação estava nos teutos e na sua cultura, e os alemães eram os mais dotados por terem herdado as melhores qualidades dos gregos e dos indo-arianos, o que lhes dava o direito de serem senhores do mundo. “Hoje, Deus conta apenas com os alemães”, escreveu em outro lugar. “Este é o conhecimento, a verdade certa que se apossou de minha alma por anos.”

A publicação de *Grundlagen des Neunzehnten Jahrhunderts* (As bases do século XIX) foi algo de sensacional e deu ao estranho inglês uma repentina fama na Alemanha. Apesar de sua frequente eloquência e de seu notável estilo — Chamberlain era consagrado artista —, o livro não era de fácil leitura. Mas foi logo adotado pelas classes altas, que supuseram haver nele encontrado exatamente aquilo em que queriam acreditar. Em dez anos publicaram-se oito edições e sessenta mil exemplares foram vendidos, e por ocasião da deflagração da Primeira Guerra Mundial, em 1914, a venda alcançara cem mil exemplares. Floresceu de novo no período nazista e recorde um anúncio de sua 24ª edição, em 1938, época em que mais de um quarto de milhão de exemplares já haviam sido vendidos.

Entre seus primeiros e mais entusiásticos leitores encontrava-se o Kaiser Guilherme II, que convidou Chamberlain a seu palácio em Potsdam. No primeiro encontro selou-se uma amizade que durou até o fim da vida do autor, em 1927. Vasta correspondência prosseguiu entre os dois. Algumas das 43 cartas que Chamberlain endereçou ao imperador (Guilherme respondeu a 23 delas) foram extensos ensaios que o governante utilizou em seus bombásticos discursos

e declarações. “Foi Deus que enviou vosso livro ao povo alemão e vós, pessoalmente, a mim”, escreveu o Kaiser em uma de suas primeiras cartas. A subserviência de Chamberlain e a exagerada bajulação são nauseantes nessas cartas. “Vossa Majestade e seus súditos”, escreveu, “nasceram num relicário sagrado”, e comunicava a Guilherme que colocara seu retrato em seu gabinete, defronte a um Cristo, de Leonardo, pois, enquanto trabalhava, muitas vezes passeava os olhos pelo semblante do Salvador e do soberano.

Tal servilismo não impediu que Chamberlain continuamente aconselhasse seu teimoso e flamejante monarca. Em 1908 a oposição popular a Guilherme atingira tal clímax que o Reichstag o censurou por sua desastrada intervenção nos negócios estrangeiros. Mas Chamberlain lembrou ao imperador que a opinião pública era constituída por idiotas e traidores e que não a ouvisse. A isto, Guilherme respondeu que os dois deviam estar juntos: “Vós empunhais vossa pena; eu, minha língua e minha larga espada.”

E Chamberlain sempre insistia em lembrar ao imperador a missão e o destino da Alemanha. “Uma vez que a Alemanha tenha obtido o poder”, escreveu depois do desencadeamento da Primeira Guerra Mundial, “e podemos confiantemente aguardar que o alcançará, deverá, imediatamente, começar a realizar uma política científica de gênio. Augusto empreendeu uma sistemática transformação do mundo, e a Alemanha deve fazer o mesmo (...) Equipada com armas ofensivas e defensivas, com um exército poderoso, organizada firme e impecavelmente, superior a todos na arte, ciência, técnica, indústria, comércio, finanças, em todos os campos, em suma; mestra, timoneira e pioneira do mundo, todos os homens em seus postos e dando o máximo para a causa sagrada, assim a Alemanha (...) conquistará o mundo por superioridade intrínseca.”

Preconizando tão gloriosa missão para seu país adotivo (naturalizou-se alemão em 1916, quando a guerra ia a meio caminho), Chamberlain recebeu do Kaiser a Cruz de Ferro.

Foi, porém, sobre o Terceiro Reich, que não chegou senão seis anos depois de sua morte, mas cuja vinda previu, que a influência de Chamberlain foi maior. Suas teorias raciais e sua ardente consciência do destino dos alemães e da Alemanha foram adotadas pelos nazistas, que o aclamaram como um dos seus profetas. Durante o regime de Hitler, livros, panfletos e artigos jorravam das impressoras, exaltando o “fundador espiritual” do nacional-socialismo alemão. Rosenberg, como um dos mentores de Hitler, frequentemente procurava revelar ao Führer seu entusiasmo pelo filósofo inglês. É provável que Hitler tenha assimilado os primeiros ensinamentos de Chamberlain antes de deixar Viena, pois

eram muito populares os seus escritos entre os grupos pangermânicos e anti-semitas, cuja literatura devorava tão avidamente naqueles primeiros tempos. É possível também que tenha lido alguns dos artigos chauvinistas de Chamberlain durante a guerra. Em *Minha Luta* exprime seu pesar pelo fato de as observações de Chamberlain não terem sido mais bem consideradas no período do Segundo Reich.

Chamberlain foi um dos primeiros intelectuais, na Alemanha, a vislumbrar um grande futuro para Hitler — e novas oportunidades para os alemães se eles o seguissem. Hitler encontrara-o em Bayreuth, em 1923, e embora enfermo, semiparalítico e desiludido pela derrota da Alemanha e pela queda do império dos Hohenzollern — o colapso de todas as suas esperanças e profecias! — empolgou-se Chamberlain pelo jovem e eloquente austríaco. “Tendes majestosas coisas a fazer”, escreveu a Hitler no dia seguinte. (...) “Minha fé no germanismo não vacilou um só instante, embora minha esperança — confesso — estivesse em período de depressão. Com um toque transformastes o estado de minha alma. O fato de dar a Alemanha, na hora de sua mais profunda necessidade, nascimento a um Hitler, prova sua vitalidade; como também provam essa vitalidade as influências que dele emanam; por essas duas coisas — personalidade e influência — que se identificam (...), possa Deus vos proteger!”

Essa era uma época em que Adolf Hitler, com seu bigode à Carlitos, seu modo turbulento e seu violento e exótico extremismo, ainda era considerado um gracejo pela maioria dos alemães. Tinha poucos adeptos, então. Mas o magnetismo hipnótico de sua personalidade agia como que por encanto sobre o idoso e enfermo filósofo e renovava sua fé no povo que ele escolhera para unir e exaltar. Chamberlain tornou-se membro do nascente Partido Nazista, e tão logo lhe permitiu a saúde, começou a escrever para suas obscuras publicações. Num dos seus artigos, de 1924, saudava Hitler, que então se achava preso, como destinado por Deus para dirigir o povo alemão. O destino convocara Guilherme II, mas ele falhara; agora era a vez de Adolf Hitler. O septuagésimo aniversário desse inglês extraordinário, a 5 de setembro de 1925, foi celebrado com cinco colunas encomiásticas no *Völkischer Beobachter* nazista, que aclamou suas Bases do século XIX como o “evangelho do movimento nazista”. Dezesesseis meses mais tarde foi para o túmulo — a 11 de janeiro de 1927 — com grande esperança de que tudo que tinha pregado e profetizado ainda se viria a confirmar, sob a orientação divina do novo messias alemão.

Além de um príncipe representante de Guilherme II, que não pôde retornar ao solo alemão, Hitler foi a única personalidade pública nos funerais de Chamberlain. O *Völkischer Beobachter*, referindo-se à morte do inglês, disse que

o povo alemão perdera “um dos grandes armeiros, cujas armas ainda não haviam encontrado em nossos dias uso completo” Nem o velho moribundo e semiparalítico, nem mesmo Hitler, nem ninguém na Alemanha, poderia ter previsto, naquele gélido mês de janeiro de 1927, quando a fortuna do Partido Nazista se achava em sua mais baixa maré, com que rapidez — extraordinária rapidez — as armas forjadas pelo inglês seriam postas em seu mais completo uso, e com que horrorosas consequências.²⁷

Entretanto, naqueles dias, e mesmo antes, Adolf Hitler já possuía o sentido místico de sua missão pessoal sobre a Terra. “De milhões de homens, (...) um homem deverá adiantar-se”, escreveu em Minha Luta “e, com evidente força, moldará graníticos princípios na vacilante concepção de mundo das massas e começará a luta pela sua implantação até que das incertas ondas de um mundo de livre pensamento se erguerá uma muralha de bronze de sólida unidade na fé e na vontade”²⁸

Não deixa dúvidas no espírito dos leitores de que já se considerava esse homem. Minha Luta está semeada de pequenos ensaios sobre o papel do gênio escolhido pela natureza para liderar um grande povo, para livrá-lo de suas dificuldades e para conduzi-lo a uma futura grandeza, mesmo que a princípio esse povo não possa compreendê-lo ou reconhecer seu valor. O leitor está ciente de que ele se refere a si mesmo e à sua presente situação. O mundo ainda não vê em Hitler o que ele se julga ser, mas esse é o destino de todos os gênios, no começo. “Quase sempre é necessário certo estímulo para trazer o gênio à cena”, observa. “O mundo então resiste e não quer acreditar que ele, aparentemente idêntico a todos, subitamente se revela um ser muito diferente; processo que se repete com todos os homens eminentes (...) A centelha do gênio”, declara, “já existe no cérebro do homem verdadeiramente criador desde o momento de seu nascimento. A verdadeira genialidade é sempre inata, jamais cultivada, não leva em conta a erudição.”²⁹

Especificamente, acreditava ele, os grandes homens que fizeram a história formavam uma combinação de políticos práticos e pensadores. “Na história humana pode ocorrer, a grandes intervalos, que o político se una ao teórico. Quanto mais profunda a fusão, maiores os obstáculos opostos ao trabalho do político. Já não trabalha mais pelas necessidades que serão compreendidas pelo primeiro bom vendeiro, mas por objetivos que somente uma pequena minoria entende. Sua vida então é dilacerada entre o amor e o ódio. O protesto do presente, que não o compreende, luta contra o reconhecimento da posteridade, pelo que ele também trabalha. Porque mais as obras de um homem se destinam ao futuro, menos o presente pode entendê-las; mais difícil a sua luta (...)”³⁰

As linhas acima foram escritas em 1924, quando poucos compreendiam o que esse homem, então preso e desacreditado pelo fracasso de seu golpe de ópera-bufa, pretendia fazer. Mas Hitler não duvidava de si mesmo. Se realmente lia Hegel ou não, é questão discutível. Fica claro, porém, de seus escritos e discursos, que tinha algum conhecimento das ideias do filósofo, mesmo que fosse apenas pelas discussões com seus mentores mais chegados — Rosenberg, Eckart e Hess. De uma forma ou outra, as famosas conferências de Hegel na Universidade de Berlim devem ter chamado sua atenção, como ocorreu com numerosas sentenças de Nietzsche. Vimos, sumariamente, que Hegel desenvolveu uma teoria de heróis que atraía enormemente o espírito germânico. Em uma das conferências de Berlim, ele comentava como a “vontade do espírito mundial” é realizada pelas “personalidades histórico-mundiais”.

Eles podem ser chamados “heróis”, já que seus objetivos e sua vocação têm origem não no calmo curso normal das coisas, aprovado pela ordem vigente, mas numa fonte oculta, naquele espírito interior ainda escondido sob a superfície que se choca com o mundo exterior como uma bomba, rebentando-o em pedaços. Assim foram Alexandre, César, Napoleão. Eram homens práticos, políticos. Mas ao mesmo tempo eram pensadores, eram homens que tinham plena percepção das exigências da época, do que estava pronto para o desenvolvimento. Isto era a própria verdade de seu tempo, de seu mundo (...) A eles cabia conhecer este princípio nascente, o passo necessário e imediatamente seguinte no sentido do progresso que seu mundo deveria dar; fazer disto seus objetivos, e aplicar as energias na sua execução. Os homens da História — os heróis de uma época — devem, por conseguinte, ser reconhecidos como os mais perspicazes: suas ações, suas palavras são as melhores de seu tempo.³¹

Observe-se a similitude entre esta passagem e a citação acima de Minha Luta. A união do político e do pensador — eis o que produz um “herói”, uma “figura histórica mundial”, um Alexandre, um César, um Napoleão. Se havia nele, como Hitler agora acreditava, a mesma fusão, não podia aspirar a idêntica posição?

Nas manifestações de Hitler há sempre presente o tema de que o supremo líder está acima das virtudes do homem comum. Hegel e Nietzsche também pensavam assim. Vimos o argumento de Hegel de que “as virtudes privadas” e “as exigências morais irrelevantes” não devem tolher o caminho dos grandes governantes, nem se deve ser escrupuloso se os “heróis”, no cumprimento de sua missão, calcarem sob seus pés ou fizerem em pedaços muitos inocentes. Nietzsche, com seu exagero grotesco, vai mais longe.

Os homens fortes, os dominadores, recuperam a pura consciência do animal

de presa; monstros cheios de alegria, podem retornar de uma terrível sequência de assassinatos, incêndios premeditados, raptos e torturas com a mesma felicidade em seus corações, o mesmo contentamento que teriam em suas almas se tivessem, apenas, feito uma estudentada (...) Quando um homem é capaz de comandar, quando, por natureza, é um “senhor”, quando é violento nas ações e nos gestos, que importância têm os acordos para ele? (...) Para julgar adequadamente a moralidade deve-se substituí-la por dois conceitos tomados de empréstimo à zoologia: a mansidão de um animal e a educação de uma determinada espécie.³²

Esses ensinamentos, levados ao extremo por Nietzsche e aplaudidos por uma legião de alemães de menor projeção, parecem ter exercido forte influência sobre Hitler.* O gênio fadado a uma missão estava acima da lei, não podia ser limitado pela moral “burguesa”. Dessa forma, quando chegasse a época de agir, Hitler justificaria ações a sangue-frio das mais implacáveis, a supressão da liberdade individual, a prática brutal do trabalho escravo, as depravações dos campos de concentração, o massacre de seus próprios seguidores em junho de 1934; a morte dos prisioneiros de guerra e o assassinato em massa dos judeus.

** Ver citações de Minha Luta, nas p. 140-4.*

Ao sair da prisão de Landsberg, cinco dias antes do Natal de 1924, Hitler viu-se numa situação que teria levado qualquer outro homem a retirar-se da vida pública. O Partido Nazista e sua imprensa estavam banidos; os antigos líderes romperam com ele ou o abandonaram. Ele mesmo estava proibido de falar em público e, o que era pior, ameaçado de deportação para a Áustria, sua terra natal. A polícia da Baviera solicitara empenhadamente a medida, em relatório ao ministro do Interior. Até seus velhos camaradas concordavam com a opinião generalizada de que Hitler estava acabado, de que agora seria esquecido como tantos outros políticos provinciais que viveram breves momentos de notoriedade, nos anos difíceis em que a república parecia cambaleiar.*

** Em 1929, o professor M. A. Gerothwohl, responsável pela publicação do diário de lorde D'Abernon, escreveu numa nota de rodapé o relato do Putsch da cervejaria, segundo o embaixador, na qual, depois de mencionar a condenação de Hitler à prisão, aduziu: "Finalmente foi solto depois de seis meses, mas com liberdade condicional até o fim de sua sentença, daí por diante caindo no esquecimento." Lorde D'Abernon foi o embaixador britânico em Berlim, de 1920 a 1926, tendo trabalhado com grande habilidade para o fortalecimento de República de Weimar.*

Mas a república resistira às tempestades e começava a florescer. Enquanto Hitler estava na prisão, fora chamado a estabilizar a situação financeira, com

êxito, o dr. Hjalmar Horace Greeley Schacht, conhecido como o “mago das finanças”. A inflação ruinosa terminara. A carga das reparações fora suavizada pelo Plano Dawes. Da América começara o afluxo de capitais. A economia rapidamente se recuperava. Stresemann obtinha resultados em sua política de reconciliação com os Aliados. Os franceses foram retirados do Ruhr. Um pacto de segurança estava sendo discutido, o qual abriria caminho para uma solução européia geral (Locarno) e traria a Alemanha para a Liga das Nações. O povo alemão, depois de seis anos de tensão, agitações e depressão, pela primeira vez começava a ter uma vida normal. Duas semanas antes de Hitler sair da prisão de Landsberg, os social-democratas — os ‘criminosos de novembro’, como os classificou — haviam aumentado sua votação em 30% (aproximadamente oito milhões) na eleição geral em que defenderam a causa da república. Os nazistas, unidos aos grupos racistas do Norte, sob a bandeira do movimento Liberdade Alemã Nacional-Socialista, viram sua votação cair de cerca de dois milhões de votos, em maio de 1924, para menos de um milhão, em dezembro. O nazismo parecia uma causa moribunda. Florescera nos infortúnios da nação; mas agora que as perspectivas do país repentinamente se tornaram brilhantes, entrara a definhar rapidamente. Assim, pelo menos, acreditava a maioria dos observadores alemães e estrangeiros.

Adolf Hitler, contudo, não pensava do mesmo modo. Não desanimava facilmente e sabia como esperar. Enquanto recolhia os fios de sua vida num pequeno apartamento de dois quartos, no último andar da Thierschstrasse, nº 41, em Munique, durante os meses de inverno de 1925, e depois, quando chegou o verão, em diversas estalagens de Obersalzberg, ao norte de Berchtesgaden, a contemplação das desventuras do passado recente e o eclipse do presente serviram apenas para fortalecer sua decisão. Atrás dos muros da prisão tivera tempo de ordenar em seu pensamento não apenas o passado, triunfos e erros, mas o passado tumultuoso do povo e triunfos e erros deste.

Tudo isso, agora, ele via mais claramente. Renascera-lhe uma ardente consciência de missão — para si mesmo e para a Alemanha —, da qual todas as dúvidas haviam sido extirpadas. Nesse exaltado estado de espírito acabou de ditar a torrente de palavras que completariam o primeiro volume de Minha Luta e imediatamente pôs-se a trabalhar no segundo. Os planos de que fora incumbido de realizar neste cataclísmico mundo pelo Todo-Poderoso, e a filosofia (a Weltanschauung) que seria seu sustentáculo, foram postos em letra de forma, para que todos os estudassem. Essa filosofia, apesar de insana, tinha, como vimos, profundas raízes na vida alemã. Esses planos poderiam ter parecido insensatos à maioria dos espíritos do século XX, mesmo na Alemanha. Mas possuíam também certa lógica. Pregavam uma visão. Ofereciam, embora

poucos percebessem isto na época, uma continuação da história alemã.
Apontavam os caminhos para um glorioso destino alemão.

II - Triunfo e consolidação

O caminho para o poder: 1925-1931

O período de 1925 até o começo da depressão de 1929 não foi proveitoso para Adolf Hitler e o movimento nazista, mas serve para medir o homem que perseverou e jamais perdeu a confiança e a esperança. Não obstante a excitabilidade de seu temperamento, que muitas vezes o levava a crises histéricas, teve paciência para esperar e sagacidade para perceber que o clima de prosperidade material e a sensação de relaxamento que dominava a Alemanha naqueles anos não eram favoráveis aos seus desígnios.

Confiava em que os bons tempos não durariam. No que se referia à Alemanha, disse ele, dependiam não de seu próprio poderio, mas do poderio de outros, sobretudo dos Estados Unidos, de cujos cofres abarrotados jorravam empréstimos para fazer e conservar a prosperidade alemã. De 1924 a 1930, o montante tomado emprestado pela Alemanha foi de uns sete bilhões de dólares, sendo que a maior parte provinha de investimentos norte-americanos, cujos meios financeiros pouco se preocupavam com a forma pela qual os alemães poderiam eventualmente saldar seus compromissos. Menos importância davam os alemães a isso.

A república fazia empréstimos para pagar suas indenizações, para aumentar seus imensos serviços sociais, que eram o modelo do mundo. Os Estados, as cidades e os municípios pediam empréstimos para financiar não apenas indispensáveis melhoramentos, mas para construir aeroportos, teatros, estádios esportivos e majestosas piscinas de natação. A indústria, que pusera fim às suas dívidas na inflação, emprestava bilhões para reaparelhar e racionalizar seus processos de produção, a qual, inferior em 1923 em 55% em relação a 1913, elevava-se a 122%, em 1927. O desemprego caíra pela primeira vez, depois da guerra, a menos de um milhão — a 650 mil desempregados em 1928. Naquele ano as vendas no varejo alcançaram 20% a mais que em 1925. No ano seguinte, os salários reais chegaram a um valor superior em 10% àqueles de quatro anos antes. As classes médias inferiores, todos os milhões de lojistas e pequenos assalariados, que Hitler contava arrastar como sua base de massa, compartilhavam da prosperidade geral.

Meu conhecimento pessoal da Alemanha começou nesses dias. Trabalhava na ocasião em Paris e, eventualmente, em Londres, e conquanto essas capitais fossem fascinantes para um jovem americano, feliz por haver escapado ao incrível enfatuamento e vacuidade da era de Calvin Coolidge, elas perdiam um pouco de seu colorido quando se ia a Berlim ou a Munique. Uma excitação maravilhosa se operava na Alemanha; a vida parecia mais livre, mais moderna e mais emocionante que em qualquer outro lugar que jamais conheci. A arte e a

vida intelectual em nenhuma parte pareciam tão vivas. Na literatura, na pintura, na arquitetura, na música e no drama contemporâneos havia novas correntes e superiores talentos. E em tudo havia a marca da juventude. Sentava-se com os moços nos cafês, ao ar livre, à noite, ou nos bares de luxo, nos acampamentos de verão, num vapor da Renânia ou num estúdio esfumado de artista, e conversava-se interminavelmente sobre a vida. Eram saudáveis, despreocupados, amantes do Sol, tomados de imensa satisfação pela vida intensa e completamente livre. O velho e opressivo espírito prussiano parecia estar morto e sepultado. Quase todos os alemães com quem se falava — políticos, escritores, editores, artistas, professores, estudantes, negociantes e líderes trabalhistas — pareciam ser democratas, liberais e mesmo pacifistas.

Raramente Hitler ou os nazistas eram mencionados, a não ser com ar de mofa e gracejo — e sempre relacionados com o Putsch da cervejaria, como ficou sendo chamado o golpe. Na eleição de 20 de maio de 1928, o Partido Nazista recebeu somente 810 mil votos dos 31 milhões computados e elegeu apenas uma dúzia dos 491 membros do Reichstag. Os nacionalistas e conservadores também sofreram sério revés, caindo sua votação de seis milhões, em 1924, para quatro milhões; seus lugares, no Parlamento, diminuíram de 103 para 73. Em contraposição, os social-democratas ganharam, na eleição de 1928, 1,25 milhão de votos, e o total de mais de nove milhões de sufrágios, com 153 assentos no Reichstag, transformaram-no no maior partido político da Alemanha. Dez anos após o término da guerra a república alemã parecia finalmente consolidada.

Os membros do Partido Nacional-Socialista, no aniversário de 1928, somavam 108 mil. Número pouco expressivo, mas que foi crescendo lentamente. Uma quinzena após ter deixado a prisão, em fins de 1924, Hitler correra a avistar-se com o dr. Heinrich Held, primeiro-ministro da Baviera e chefe do Partido Católico Bávaro do Povo. Baseado em sua promessa de boa conduta (Hitler ainda se achava em liberdade condicional), Held suspendera a interdição do Partido Nazista e de sua imprensa. “O animal feroz está dominado”, disse Held ao seu ministro da Justiça, Gürtner. “Podemos arriscar soltar-lhe as algemas.” O primeiro-ministro bávaro foi o primeiro, mas de modo nenhum o último, dos políticos alemães a cair nesse erro fatal de julgamento.

O Völkischer Beobachter reapareceu a 26 de fevereiro de 1925, com um extenso editorial escrito por Hitler, sob o título “Um novo começo”. No dia seguinte falou no primeiro comício do ressuscitado Partido Nazista, na Bürgerbräukeller, que ele e seus fiéis partidários haviam visto pela última vez na manhã de 9 de novembro, um ano e meio antes, quando empreenderam sua malfadada marcha. Muitos daqueles fiéis adeptos estavam ausentes. Eckart e

Scheubner-Richter tinham morrido. Göring encontrava-se no exílio. Ludendorff e Rohm haviam rompido com o líder. Rosenberg, em rixa com Streicher e Esser, estava zangado e não compareceu. O mesmo fez Gregor Strasser, que liderara com Ludendorff o movimento Nacional-Socialista da Liberdade Alemã, enquanto Hitler se achava preso e o Partido Nazista banido. Quando Hitler pediu a Anton Drexler que o deixasse presidir o ato, o velho serralheiro e fundador do partido mandou-o para o diabo. De qualquer modo, cerca de quatro mil nazistas reuniram-se na cervejaria para novamente ouvir Hitler, e ele não os decepcionou. Sua eloquência continuava comovente. Ao cabo de duas horas de arenga, a multidão prorrompeu em aplausos. A despeito das diversas deserções e das perspectivas desanimadoras, Hitler deixou claro que ainda se considerava o líder absoluto do partido. “Apenas eu dirijo o movimento, e ninguém pode impor-me condições enquanto, pessoalmente, a responsabilidade me couber”, afirmou, aduzindo: “Uma vez mais assumo inteira responsabilidade por tudo que possa ocorrer no movimento.”

Hitler fora ao meeting com seu espírito preparado para dois objetivos que pretendia perseguir daí em diante. Um era o de concentrar todo o poder nas próprias mãos. O outro, restabelecer o Partido Nazista como uma organização política, que procuraria alcançar o poder unicamente por meios constitucionais. Havia explicado a nova tática a um de seus adeptos, Karl Ludecke, ainda na prisão: “Quando eu retornar à atividade será indispensável a adoção de nova política. Ao contrário de procurar alcançar o poder pelo golpe armado, teremos de enfrentar altivamente no Reichstag os deputados católicos e marxistas. Se derrotá-los pelo voto leva mais tempo que fazê-lo pela força, em compensação o resultado será garantido pela sua própria Constituição. Qualquer processo legal é lento. (...) Mais cedo ou mais tarde teremos maioria. E depois, a Alemanha!”¹ Ao livrar-se de Landsberg, assegurara ao primeiro-ministro bávaro que o Partido Nazista agiria, daí por diante, na conformidade dos dispositivos constitucionais.

Mas deixou-se levar pelo entusiasmo da multidão em seu reaparecimento na Bürgerbräukeller, no dia 27 de fevereiro. Suas ameaças contra o Estado foram pouco veladas. O regime republicano, tanto quanto os marxistas e os judeus, era “o inimigo”. E gritara em sua peroração: “Para nossa luta há somente duas saídas possíveis: ou os inimigos passam sobre os nossos corpos ou nós passamos sobre os deles!”

“O animal feroz”, em sua primeira manifestação pública depois da prisão, não parecia de todo “dominado”. Ameaçava novamente o Estado com a violência, apesar de sua promessa de boa conduta. O governo bávaro imediatamente proibiu-o de falar de novo em público, interdição que duraria dois anos. Os

demais Estados tomaram medida idêntica. Era um rude golpe para aquele cuja oratória o levava tão longe. Um Hitler silencioso era um Hitler derrotado, tão ineficiente quanto um pugilista algemado no ringue. Pelo menos, assim julgava a maioria do povo.

Contudo, erravam outra vez, esquecidos de que Hitler era tão bom organizador quanto feiticeiro da palavra. Reprimindo sua cólera pela proibição, que lhe haviam imposto, de falar em público, passou a trabalhar furiosamente no sentido de reconstruir o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães e transformá-lo numa organização como a Alemanha jamais vira. Pretendia fazê-lo como o exército — um Estado dentro do Estado. A primeira tarefa foi a de atrair membros contribuintes. Em fins de 1925 somavam 27 mil. A coisa caminhava vagarosamente, mas todo ano um certo progresso era alcançado. Em 1926, 49 mil membros; 72 mil em 1927; 108 mil em 1928; 178 mil em 1929.

Mais importante era a construção de uma intrincada estrutura partidária que correspondesse à organização do governo germânico e, na realidade, da sociedade alemã. O país foi dividido em distritos ou Gaue, que correspondiam aproximadamente aos 34 distritos eleitorais do Reichstag e à frente dos quais se achava um Gauleiter designado por Hitler. Havia sete Gaue adicionais para a Áustria, para Dantzig, para o Sarre e para os Sudetos, na Tchecoslováquia. Um Gau era dividido em Kreise — círculos — dirigidos por Kreisleiter. A menor unidade do partido era a Ortsgruppe — grupo local — que nas cidades estava subdividida em célula de rua e quarteirões.

A organização política do Partido Nazista foi dividida em dois grupos: o PO I, como era conhecido, destinado a atacar e minar o governo, e o PO II, para constituir um Estado dentro do Estado. Assim, este segundo grupo possuía departamentos de agricultura, justiça, economia nacional, interior e trabalho e — com os olhos postos no futuro — de raça e cultura e de engenharia. O PO I possuía departamentos de negócios estrangeiros, sindicatos e um Ministério de Imprensa do Reich. A Divisão de Propaganda era um órgão à parte, primorosamente organizado.

Apesar de alguns arruaceiros do partido, veteranos da luta de rua e das brigas de cervejarias, se oporem à entrada de mulheres e crianças no Partido Nazista, Hitler logo providenciou organizações também para elas. A Juventude Hitlerista congregava jovens de 15 a 18 anos e tinha seus próprios departamentos de cultura e escolas, de imprensa, serviços de propaganda, de ‘esportes de defesa’, etc., e os jovens de 10 a 15 anos eram inscritos na Deutsches Jungvolk. Para as moças havia a Bund Deutscher Mädel e, para as mulheres, a N. S.

Frauenschafte. Estudantes, professores, funcionários públicos, doutores, advogados, juristas — todos possuíam suas organizações, e existia um Kulturbund nazista para atrair os intelectuais e artistas.

Após imensas dificuldades foram reorganizadas as S.A., como grupo armado de algumas centenas de milhares de homens, para proteger os meetings nazistas, dissolver os dos outros e generalizar o terror entre os que se opusessem a Hitler. Alguns dos líderes das S.A. esperavam vê-las suplantar o exército regular quando Hitler subisse ao poder. A fim de prepará-las para isto, organizou-se um departamento especial sob a direção do general Franz Ritter von Epp, denominado Wehrpolitische Amt. Às suas cinco divisões estavam afetos assuntos como a política de defesa interna e externa, as forças de defesa, defesa popular potencial, e assim por diante. Mas os camisas pardas S.A. nunca passaram de uma turba heterogênea de assaltantes. Muitos de seus principais líderes, a começar pelo chefe, Rohm, eram conhecidos perversos homossexuais. O tenente Edmund Heines, que liderava as S.A. de Munique, não somente era homossexual, como assassino confesso. Estes dois e dúzias de outros disputavam e brigavam como apenas são capazes homens de inclinações sexuais anormais com seu ciúme característico.

Para ter à mão um bando mais seguro, Hitler criou as S.S. — Schutzstaffel — vestindo seus membros com uniforme negro semelhante ao usado pelos fascistas italianos e levou-os a prestar um juramento especial de lealdade à sua pessoa. A princípio, as S.S. foram pouco mais que uma guarda pessoal para o Führer. Seu primeiro líder foi um jornalista chamado Berchtold. Como preferisse a relativa tranquilidade da redação do Völkischer Beobachter a ser policial e soldado, foi substituído por Erhard Heiden, um antigo espião policial de péssima reputação. Só em 1929 Hitler encontrou o homem que procurava para liderar as S.S. na pessoa de um criador de galinhas na aldeia de Waldtrudering, perto de Munique. Era um sujeito amaneirado que o povo confundia (da mesma forma que este autor ao encontrá-lo pela primeira vez) com um mestre-escola de pequenas cidades e que se chamava Heinrich Himmler. Quando Himmler tomou a direção das S.S., elas somavam uns duzentos homens. Ao terminar sua obra, as S.S. dominavam a Alemanha e seu nome espalhava o terror através de toda a Europa ocupada.

No topo da intrincada organização partidária achava-se Adolf Hitler, com o título bombástico de Partei-und-Oberster-S.A. Führer, Vorsitzender der N.S.D.A.V., que pode ser traduzido como “líder supremo do partido e das S.A., presidente do Partido Nacional-Socialista Alemão dos Trabalhadores”. Diretamente ligado a seu gabinete estava o Diretório do Reich (Reichsleitung), formado pelos mais altos chefes do partido e por eficientes funcionários como o

Tesoureiro do Reich e o Administrador dos Negócios do Reich. Ao visitar a suntuosa Casa Parda, em Munique, quartel-general nacional do partido, durante os últimos anos da república, tinha-se impressão, na verdade, de que ali estavam as seções de um Estado dentro do Estado. Era essa, sem dúvida, a impressão que Hitler pretendia passar, pois ajudava a minar a confiança, tanto interna como externa, no Estado alemão existente, que ele procurava derrubar.

Mas Hitler pretendia algo mais importante do que conseguir passar uma impressão. Três anos após chegar ao poder, num discurso aos “velhos combatentes”, em Bürgerbräu, na noite de aniversário de 9 de novembro de 1936, explicou um dos objetivos que tivera ao fazer do partido uma organização tão formidável e que tudo abarcava. “Reconhecíamos”, dizia, relembando os dias em que o partido estava sendo reformado depois do Putsch, “que não bastava derrubar o velho Estado, mas que o novo Estado deveria estar construído e praticamente pronto e preparado (...) Em 1933 a questão já não era derrubar o Estado por um ato de violência; o novo Estado estava construído e tudo que restava a fazer era destruir os velhos remanescentes do velho Estado — e isto levou apenas poucas horas.”²

Uma organização, conquanto bem delineada e eficiente, é formada por seres humanos que erram, e naqueles anos, quando Hitler estava preparando seu partido para dominar os destinos da Alemanha, pressentiu problemas com seus principais lugares-tenentes, que altercavam constantemente, não apenas entre si, mas também com ele. Hitler, que era tremendamente intolerante por sua própria natureza, foi estranhamente tolerante com uma particularidade da condição humana — a moral. Nenhum outro partido, na Alemanha, chegou a atrair tantos tipos duvidosos. Como vimos, aglomerados de alcaguetes, assassinos, homossexuais, alcoólatras e chantagistas ingressaram no partido, buscando o seu habitat. Hitler não se preocupava, enquanto eles lhe fossem úteis. Quando saiu da prisão, verificou não somente que faziam concorrência uns aos outros, mas que havia uma exigência dos mais rígidos e respeitáveis líderes, tais como Rosenberg e Ludendorff, no sentido de que os criminosos e, principalmente, os perversos, fossem expulsos do movimento. Hitler recusou abertamente fazê-lo. Escreveu em seu editorial “Um novo começo”, no *Völkischer Beobachter*, de 26 de fevereiro de 1925: “Não considero que seja missão de um dirigente político esforçar-se por melhorar ou mesmo unificar o material humano deixado ao seu alcance.”

Contudo, em 1926, as violentas acusações e contra-acusações, atridas reciprocamente pelos maiores nazistas, tornaram-se tão embaraçosas que Hitler estabeleceu um tribunal do partido para resolvê-las e impedir seus camaradas de

lavar roupa suja em público. Ficou conhecida como USCHLA — sigla de Untersuchung-und-Schlichtungs-Ausschuss — Comissão de Investigação e Decisão. Seu primeiro presidente foi um antigo general, Heinemann, incapaz de entender o verdadeiro objetivo do tribunal, que se destinava não a pronunciar julgamentos dos acusados de crimes comuns, mas a silenciá-los e a providenciar para que não perturbassem a disciplina partidária ou a autoridade do líder. Desse modo, o general foi substituído por um ex-oficial mais compreensivo, o major Walther Buch, a quem foram dados dois auxiliares. Um, o antigo açougueiro Ulrich Graf, que tinha sido guarda pessoal de Hitler; o outro, Hans Frank, jovem advogado, de quem adiante falaremos mais detalhadamente, quando contarmos suas crueldades como governador-geral da Polónia ocupada, posto que terminou por conduzi-lo à força em Nuremberg. Esse belo triunvirato judicial teve desempenho inteiramente a contento do Führer. Um líder do partido podia ser acusado dos mais nefandos crimes. “Bem, e que tem isso?”, era a resposta invariável de Buch. Desejava saber apenas se a disciplina partidária fora ferida ou se tinha ofendido o Führer.

Foi necessário mais que esse tribunal partidário, embora eficiente em milhares de casos, para manter a linha da ambiciosa, traiçoeira e enorme ninhada nazista. Muitas vezes Hitler teve de intervir pessoalmente, não somente para conservar as aparências de harmonia, mas para proteger a própria pele.

Enquanto se consumia em Landsberg, um jovem chamado Gregor Strasser repentinamente surgira e se projetara no movimento nazista. Farmacêutico de profissão e bávaro de nascimento, era três anos mais jovem que Hitler. Também ganhara a Cruz de Ferro, de primeira classe, e durante a guerra se elevara das fileiras até o oficialato. Convertido ao nazismo, em 1920, logo se tornou o líder do distrito na Baixa Baviera. Homem enorme e entroncado, espécie de bon vivant, estuante de energia, progrediu como orador popular vigoroso, mais pela força de sua personalidade que pelos dons oratórios, característicos de Hitler. Além disso, era um organizador nato. Furiosamente independente, em espírito e ideia, recusou prosternar-se diante de Hitler ou aceitar seriamente a exigência do austríaco de ser o ditador absoluto do movimento nazista. Isto significaria, a longo prazo, uma desvantagem fatal, acrescida pelo seu sincero entusiasmo pelo “socialismo” no Nacional-Socialismo.

Em oposição ao aprisionado Hitler, Strasser se uniu a Ludendorff e a Rosenberg na organização de um movimento nazista Völkisch para disputar a eleição nacional e estadual na primavera de 1924. Na Baviera o bloco obteve número suficiente de votos para se tornar o segundo maior partido. Na Alemanha, como vimos, sob a denominação de movimento Nacional-Socialista

Alemão Livre, ganhou dois milhões de votos e conquistou 32 cadeiras no Reichstag, das quais uma foi para Strasser. Hitler não gostava nada das atividades do jovem, e menos ainda de seus êxitos. De sua parte, Strasser não se dispunha a aceitar Hitler como chefe, e deliberadamente não compareceu à grande reunião de Munique, a 27 de fevereiro de 1925, onde reapareceu o Partido Nazista.

Hitler compreendia que se o movimento tinha de se converter em movimento verdadeiramente nacional devia firmar-se no norte, na Prússia, e sobretudo na cidadela do inimigo, Berlim. Na eleição de 1924, Strasser promovera campanhas no norte e fizera alianças com grupos ultranacionalistas encabeçados por Albrecht von Graefe e pelo conde Ernst zu Reventlow. Tinha, assim, contatos pessoais e alguns adeptos na região e era o único líder nazista nessas condições. Duas semanas depois do meeting de 27 de fevereiro, Hitler engoliu os ressentimentos pessoais, convocou Strasser, convenceu-o a voltar ao rebanho e lhe propôs a organização do Partido Nazista no norte. Strasser aceitou. Aí estava uma oportunidade para aplicar seus talentos sem que o ciumento e invejoso líder pudesse fazê-lo baixar a cabeça.

Em poucos meses fundou um jornal na capital, o Berliner Arbeiterzeitung, dirigido por seu irmão, Otto Strasser, e um quinzenário, o N. S. Briefe, que mantinha os funcionários do partido informados sobre a linha partidária. E assentara os fundamentos de uma organização política que se estendia pela Prússia, Saxônia, Hannover e Renânia industrial. Verdadeiro dinamo, Strasser viajava por todo o norte, discursando em meetings, designando líderes de distrito e formando o aparelho partidário. A qualidade de deputado do Reichstag dava-lhe duas vantagens imediatas sobre Hitler: tinha passe livre nas ferrovias, não viajando, dessa forma, nem à sua custa nem por conta do partido; e gozava de imunidades parlamentares. Nenhuma autoridade podia impedi-lo de falar em público e nenhum tribunal poderia julgá-lo por difamar alguém ou qualquer coisa que quisesse. Como Heiden escreveu sardonicamente: “Viajar livremente e caluniar à vontade — Strasser possuía grande vantagem sobre seu Führer.

Para seu secretário e diretor do N. S. Briefe, Gregor Strasser indicou um romano de 28 anos de idade, chamado Paul Joseph Goebbels.

O aparecimento de Paul Joseph Goebbels

Esse jovem nanico, moreno e aleijado de um pé, de espírito ágil e de personalidade complexa e neurótica, não era um estranho para o movimento nazista. Descobri-o em 1922, ao ouvir Hitler falar pela primeira vez em Munique, convertendo-se em prosélito e membro do partido. Mas o movimento

só o descobriu realmente três anos mais tarde, quando Gregor Strasser, ouvindo-o falar, decidiu que um jovem de talento tão evidente lhe seria útil. Goebbels, aos 28 anos, já era um orador apaixonado, um nacionalista fanático e, como sabia Strasser, uma pena viperina. Mais ainda, o que era raro nos líderes nazistas: possuía sólida cultura universitária. Heinrich Himmler acabara de deixar o cargo de secretário de Strasser, para dedicar a maior parte de seu tempo à criação de galinhas. Strasser indicou Goebbels para seu lugar, o que veio a ser uma escolha profética.

Paul Joseph Goebbels nasceu em 29 de outubro de 1897, em Rheydt, um centro têxtil de trinta mil habitantes, na Renânia. Seu pai, Fritz Goebbels, era capataz numa fábrica local, e a mãe, Maria Katharina Odenhausen, era irmã de um ferreiro. Os dois eram católicos devotos.

Dos católicos, Joseph Goebbels recebeu a maior parcela de sua educação. Fez o curso primário numa escola católica e prosseguiu seus estudos no Ginásio de Rheydt. Uma bolsa de estudos da Sociedade Católica Albert Magnus permitiu-lhe ir para a universidade — na verdade, para oito universidades. Antes de douturar-se em filosofia em 1921, em Heidelberg, com a idade de 24 anos, estudara nas universidades de Bonn, Freiburg, Werzburg, Colônia, Frankfurt, Munique e Berlim. Nestas célebres instituições — a nata do ensino superior da Alemanha — Goebbels se dedicara ao estudo da filosofia, da história, da literatura e da arte e continuara a estudar o latim e o grego.

Quis ser escritor. No ano de seu doutorado, escreveu uma novela autobiográfica, Michael, que na época nenhum editor aceitou, e nos dois anos que se seguiram terminou duas peças: O peregrino (sobre Jesus Cristo) e O hóspede solitário, ambas em verso, cuja encenação nenhum produtor promoveria.* No jornalismo não teve melhor sorte. O grande diário liberal Berliner Tageblatt “arquivou” as dúzias de artigos que ele submetia à sua apreciação e seu pedido de emprego como repórter.

** Michael foi finalmente publicada em 1929, depois de Goebbels ter se tornado nacionalmente conhecido como líder nazista. O peregrino conseguiu chegar ao palco depois de Goebbels transformar-se em ministro da Propaganda e diretor do Teatro alemão. Teve curta temporada.*

Também sua vida pessoal foi cheia de frustrações nos primeiros anos. Em razão do seu defeito físico, não pôde servir na guerra e assim viu-se frustrado na experiência que parecia, pelo menos no início, tão gloriosa para os jovens de sua geração e que era um requisito para liderança no Partido Nazista. Goebbels não

nasceu, como a maioria julga, com o pé torto. Aos 7 anos sofreu um ataque de osteomielite, uma inflamação na medula óssea. Uma operação na coxa esquerda não foi bem-sucedida e deixou sua perna esquerda mais curta que a direita e algo definhada. Esta inferioridade, que o obrigava a andar com visível claudicação, irritou-o para o resto de sua existência e foi uma das causas de suas amarguras iniciais. No desespero, nos dias de universidade e breve período em que se tornou um agitador contra os franceses no Ruhr, muitas vezes se fazia passar por veterano de guerra ferido.

Tampouco no amor foi feliz, embora toda a sua vida estivesse pontilhada de casos que se tornaram famosos nos seus anos de poder, com grandes amores. Seu diário de 1925 a 1926, quando contava 28 e 29 anos e acabava de ser lançado na política nazista por Strasser, está repleto de devaneios sobre mulheres amadas — várias ao mesmo tempo.* Ei-los:

14 de agosto de 1925: Alma escreveu-me um postal de Bad Harzburg. Seu primeiro sinal desde aquela noite. Provocante, encantadora Alma! Recebida a primeira carta de Elsa, na Suíça. Só a querida Elsa pode escrever desta maneira (...) Logo irei ao Reno por uma semana para ficar completamente só. Depois Elsa virá (...) Como já me sinto feliz!

15 de agosto: Nestes dias tive de pensar frequentemente em Anke (...) Que maravilha foi viajar com ela. Mulher maravilhosa!

Anseio por Elsa. Quando novamente a terei em meus braços?

Elsa querida, quando a verei outra vez?

Alma, querida pluma!

Anke, jamais poderei esquecê-la!

27 de agosto: Três dias no Reno (...) Nenhuma palavra de Elsa (...) Estará zangada comigo? Como estou preso a ela! Vivo no mesmo quarto em que estivemos juntos no último domingo de Pentecostes. Que pensamentos! Que sentimentos! Por que ela não vem?

3 de setembro: Elsa está aqui! Retornou da Suíça sexta-feira, gorda, viçosa, saudável, alegre, apenas ligeiramente tostada. Está feliz e de bom humor. É boa para mim, dá-me bastante alegria.

14 de outubro: Por que Anke teve de abandonar-me? (...) Decididamente,

não posso pensar nessas coisas.

21 de dezembro: Há uma maldição sobre mim e as mulheres. Desgraçadas das que me amam!

29 de dezembro: Estive ontem à noite com Hess em Krefeld. Festa de Natal. Uma deliciosa e bela garota da Francônia. É o meu tipo. Viveria com ela sob a chuva e a tempestade. Au revoir!

Elsa chegou.

6 de fevereiro de 1926: Anseio por uma doce mulher! Oh! Dor torturante!

** Os primeiros diários, exumados pelos agentes do Serviço de Inteligência dos Aliados, são uma rica fonte de informação para esse período da vida de Goebbels.*

Goebbels jamais se esqueceu de “Anke”, Anke Helborn, o primeiro amor, que ele conhecera durante o segundo semestre em Freiburg. Seu diário está repleto de delírios sobre a beldade loura-escura e da desilusão subsequente, quando ela o deixou. Depois, ao ser ministro da Propaganda, revelou a amigos, com vaidade e cinismo típicos, a razão de ter sido abandonado: “Ela traiu-me porque o outro sujeito tinha mais dinheiro e dava-se ao luxo de levá-la a jantares e a shows. Loucura dela! (...) Hoje poderia ser a esposa do ministro da Propaganda! Como deve sentir-se frustrada!” Anke casou-se e divorciou-se do “outro sujeito” e, em 1934, foi a Berlim, onde Goebbels lhe conseguiu um emprego numa loja comercial.³

O radicalismo de Strasser e sua crença no “socialismo” do nacional-socialismo é que atraíram o jovem Goebbels. Ambos queriam construir o partido do proletariado. O diário de Goebbels está cheio de simpatias pelo comunismo naquele período. “Em último caso”, escreveu a 23 de outubro de 1925, “seria melhor terminarmos nossos dias sob o bolchevismo do que suportar a escravidão debaixo do capitalismo”. A 31 de janeiro de 1926, diz a si mesmo no diário: “Acho terrível que nós [os nazistas] e os comunistas estejamos sempre nos enfrentando (...) Quando poderemos atuar juntos com os dirigentes comunistas?” Foi nessa época que publicou uma carta aberta a um líder comunista assegurando-lhe que o nazismo e o comunismo na realidade eram a mesma coisa. “Você e eu lutamos um contra o outro, mas não somos inimigos verdadeiros.”

Para Adolf Hitler isso constituía uma grosseira heresia, e observava, com

crecente inquietação, o êxito dos irmãos Strasser e de Goebbels na formação de uma poderosa e radical ala proletária do partido no norte. Se os deixasse, esses homens se apossariam do partido, com objetivos aos quais se opunha violentamente. A inevitável explicação veio no fim de 1925 e em fevereiro do ano seguinte.

Ela foi forçada por Gregor Strasser e Goebbels a propósito de uma questão que provocou enorme sensação na Alemanha daquele tempo. Foi a proposta dos social-democratas e dos comunistas no sentido de que as grandes propriedades e fortunas das famílias da realeza e da nobreza depostas fossem desapropriadas e integradas ao patrimônio da república. A questão devia ser decidida por um plebiscito popular, de acordo com a Constituição de Weimar. Strasser e Goebbels propuseram que o Partido Nazista se juntasse à luta com os comunistas e socialistas e apoiasse a campanha pela desapropriação dos nobres.

Hitler ficou furioso. Diversos dos antigos governantes tinham dado contribuições para o partido. Além disso, inúmeros grandes industriais começavam a se interessar financeiramente pelo renascente movimento de Hitler, exatamente porque ele prometia combater os comunistas, socialistas e os sindicatos. Se Strasser e Goebbels prosseguissem nos seus planos, as fontes de renda de Hitler imediatamente secariam.

Antes que o Führer pudesse agir, Strasser convocou uma reunião dos líderes do setor norte do partido em Hannover, a 22 de novembro de 1925. Seu objetivo não era apenas o de colocar a ala norte do Partido Nazista a favor da expropriação, mas também lançar um novo programa econômico que liquidaria com os 25 pontos “reacionários” adotados desde 1920. Os Strasser e Goebbels queriam nacionalizar as grandes indústrias e as grandes propriedades e substituir a câmara corporativa, de linha fascista, pela continuação do Reichstag. Hitler se recusou a comparecer à reunião, mas enviou seu fiel Gottfried Feder para representá-lo e reprimir os rebeldes. Goebbels exigiu que Feder fosse expulso. “Não queremos aqui nenhum espião!”, gritou. Diversos líderes, que se notabilizariam no Terceiro Reich, estavam presentes: Bernhard Rust, Erich Koch, Hans Kerrl e Robert Ley, mas apenas Ley, o químico alcoólatra, líder do distrito de Colônia, apoiou Hitler. Quando Ley e Feder argumentaram que a reunião não tinha cabimento, que nada podia ser feito sem Hitler, o líder supremo, Goebbels gritou (de acordo com Otto Strasser, que se achava presente): “Exijo que o pequeno burguês Adolf Hitler seja expulso do Partido Nazista!”

O jovem viperino Goebbels fora longe desde que, pela primeira vez, caíra sob a influência da palavra de Hitler, três anos antes, ou assim deve ter parecido a

Gregor Strasser.

“Renasci naquele instante!”, exclamou Goebbels ao recordar suas impressões da primeira vez que ouvira Hitler falar, no Circo Krone, em junho de 1922, em Munique. “Agora sabia qual o caminho a seguir (...) Isso foi uma ordem!” Ainda mais extasiado pela conduta de Hitler ficou por ocasião do julgamento dos golpistas de Munique. Após os veredictos, Goebbels escreveu ao Führer:

Apareceste ante nossos olhos maravilhados como uma estrela ascendente, operando milagres para esclarecer nossas mentes e, num mundo de ceticismo e desespero, destes-nos fê. Elevastes-vos sobre as massas, pleno de fê e certeza no futuro, e possuído da vontade de libertar essas massas com vosso ilimitado amor por todos os que acreditam no novo Reich. Vimos pela primeira vez, com olhos brilhantes, um homem arrancar a máscara das faces deformadas pela cobiça, das faces dos mediocres e intronizados parlamentares (...)

No tribunal de Munique cresceste diante de nós até a grandeza do Führer. Dissestes as maiores palavras jamais proferidas na Alemanha, desde Bismarck. Expressastes mais que seu próprio sofrimento (...) Apontastes as necessidades de toda uma geração, buscando, na confusão, as aspirações e as tarefas dos homens. O que dissestes é o catecismo do novo credo político, surgido de um mundo em agonia, sem Deus (...) Nós vos agradecemos. Um dia a Alemanha vos agradecerá (...)

Agora, contudo, um ano e meio depois, o ídolo de Goebbels viera abaixo. Tornara-se um pequeno-burguês que merecia ser enxotado do partido. Apenas com a discordância de Ley e de Feder, a reunião de Hannover adotou o novo programa partidário de Strasser e aprovou a decisão de união aos comunistas e socialistas, na campanha expropriadora dos bens dos antigos reis e príncipes.

Hitler aguardou sua oportunidade e a 14 de fevereiro de 1926 voltou à carga. Convocou uma reunião em Bamberg, no sul da Alemanha, escolhendo astutamente um dia de semana, quando era difícil para os líderes do norte se afastarem de seus empregos. Com efeito, somente Gregor Strasser e Goebbels puderam comparecer, razão por que foram esmagadoramente derrotados pelos líderes do sul, mobilizados a dedo por Hitler. E em virtude da insistência de Hitler, foram obrigados a abandonar seu programa. Historiadores alemães do nazismo, como Heiden e Olden, e os autores não-alemães por eles orientados, contaram que, na reunião de Bamberg, Goebbels se afastou abertamente de Strasser e ficou com Hitler. Mas os diários de Goebbels, descobertos só depois que Heiden e Olden já haviam escrito seus livros, revelam que ele não traiu Strasser tão

abruptamente. Mostram que Goebbels, embora se ligasse a Strasser na capitulação diante a Hitler, julgava que o Führer estivesse totalmente errado e que, pelo menos por ora, não tencionava enfrentá-lo. A 15 de fevereiro, dia que se seguiu à reunião de Bamberg, confiou ao seu diário:

Hitler falou por duas horas. Foi como se alguém me estivesse batendo. Que Hitler é este? Um reacionário? Extremamente inepto e instável. Inteiramente errado sobre a questão russa. A Itália e a Inglaterra são nossas naturais aliadas! Horrível! (...) Devemos aniquilar a Rússia! (...)

A questão da propriedade privada da nobreza nem sequer deve ser tocada. Terrível! (...) Não posso pronunciar uma palavra! Sinto como se estivesse golpeando minha cabeça (...)

Seguramente é um dos grandes desapontamentos de minha vida. Já não tenho fé ilimitada em Hitler. Isto é uma coisa funesta: os esteios foram tirados de baixo de mim.

Para demonstrar sua lealdade, Goebbels foi à estação com Strasser e procurou consolá-lo. Uma semana depois, a 23 de fevereiro, recorda: “Longa conferência com Strasser. Resultado: não devemos invejar à assembléia de Munique sua vitória de Pirro. Devemos reiniciar nossa luta pelo socialismo.”

Mas Hitler formara melhor opinião que Strasser do brilhante jovem renano. A 29 de março, Goebbels anotou: “Carta de Hitler esta manhã. Farei um discurso a 8 de abril em Munique.” Chegou lá a 7 de abril. “O carro de Hitler estava esperando”, recordou. “Recepção verdadeiramente real! Falarei na histórica Bürgerbräu.” No dia seguinte, falou da mesma tribuna que o líder. Escreveu o que segue em sua anotação diária, de 8 de abril:

Chamada telefônica de Hitler (...) Sua bondade, apesar de Bamberg, me faz sentir vergonha (...) Dirijo-me às 2h, a Bürgerbräu. Hitler já está lá. Meu coração pulsa tão violentamente que está prestes a estalar. Entro na sala. Ensurdecadora recepção (...) E depois falo durante duas horas e meia (...) O povo berra e grita. No fim, Hitler me abraça. Sinto-me feliz (...) Hitler está sempre ao meu lado.

Dias depois, Goebbels capitulou completamente. “13 de abril: Hitler falou durante três horas. Brilhantemente. Pode fazer-vos duvidar de vossas próprias opiniões. A Inglaterra e a Itália nossas aliadas. A Rússia pretende devorar-nos (...) Gosto dele. Pensou em tudo. Seu ideal: coletivismo e individualismo justos. Quanto à terra, tudo pertence ao povo. A produção será individual e criadora.

Trustes, transportes, etc., socializados (...) Sinto-me agora à vontade perto dele (...) Submeto-me ao grande homem, ao gênio político.”

Ao deixar Munique, a 17 de abril, Goebbels era um homem de Hitler e permaneceria seu mais fiel adepto até a morte. A 20 de abril escreveu ao Führer uma saudação de aniversário: “Meu caro e venerado Adolf Hitler! Aprendi tanto convosco (...) Fizestes-me finalmente ver a luz...” E no seu diário, nessa noite: “Ele tem 37 anos. Adolf Hitler, gosto de vós por serdes ao mesmo tempo grande e simples. Estas são as características do gênio.”

Goebbels passou uma boa parte do verão com Hitler, em Berchtesgaden, e seu diário está repleto de elogios ao líder. Em agosto rompeu publicamente com Strasser num artigo no *Völkischer Beobachter*.

Só agora reconheço o que vocês [Strasser e seus partidários] são: revolucionários em palavras, mas não em ações (...) Deixem de falar tanto acerca das ideias e não se enganem a si mesmos acreditando que são vocês os inventores e protetores dessas ideias (...) Não nos penitenciamos ao apoiar solidamente o Führer. Nós (...) nos submetemos a ele (...) com varonil e inteiro orgulho dos antigos noruegueses que permaneciam firmes ao lado do seu senhor feudal alemão. Reconhecemos que é maior que todos nós, que vocês e eu. Ele é o instrumento da Vontade Divina para modelar a História, com nova e criadora paixão.

Em outubro de 1926, Hitler fez de Goebbels Gauleiter de Berlim. Deu-lhe instruções para limpá-la dos camisas pardas desordeiros que prejudicavam o avanço do movimento ali e a conquista da capital da Alemanha para o Nacional-Socialismo. Berlim era “vermelha”. A maioria dos seus votos pertencia aos socialistas e comunistas. Destemido, Goebbels, que acabava de completar 29 anos e há pouco mais de um tinha saído do nada para ser um dos líderes mais ilustres do Partido Nazista, dispôs-se a cumprir sua tarefa na grande cidade babilônica.

Um interlúdio de trégua e romance para Adolf Hitler

Os anos de declínio político de Adolf Hitler foram, como ele disse mais tarde, os melhores anos de sua vida pessoal. Proibido de falar em público até 1927, tentando terminar *Minha Luta* e planejando em sua mente o futuro do Partido Nazista e o seu próprio, passava a maior parte do tempo em Obersalzberg, ao norte do mercado da aldeia de Berchtesgaden, nos Alpes bávaros. Era um paraíso para repouso e sossego.

Os monólogos de Hitler, em seu quartel-general no front durante a guerra, quando tarde da noite ficava à vontade com seus velhos camaradas de partido e suas fiéis secretárias, lembravam os tempos passados, cheios de lembranças nostálgicas dessa montanha retirada, onde estabelecera o único lar que jamais possuía. “Sim”, exclamou, durante uma daquelas sessões, na noite de 16-17 de janeiro de 1942, “há muitos laços entre Obersalzberg e eu. Tantas coisas nasceram lá (...) Passei lá as melhores horas de minha vida (...) Lá foram concebidos e amadurecidos todos os meus grandes projetos. Tive horas de lazer naqueles dias e quantos amigos encantadores!”

Durante os três anos que se seguiram à saída da prisão, Hitler viveu em várias estalagens de Obersalzberg, e nas reminiscências daquele inverno de 1942 falou delas por uma hora. Finalmente fixou-se na Deutsche Haus, onde passou quase dois anos e onde acabou de ditar Minha Luta. Ele e seus companheiros de partido, disse, “gostavam imensamente de visitas a Dreimäderlhaus, onde sempre havia lindas garotas”. “Isto”, aduz, “era um grande deleite para mim. Uma delas, especialmente, era uma verdadeira beleza”.

Naquela noite, no abrigo do quartel-general da frente russa, Hitler fez uma observação aos ouvintes que recordava duas preocupações que tivera durante seus agradáveis anos de Berchtesgaden.

Nesse período [em Obersalzberg] conheci muitas mulheres.

*Algumas delas ligaram-se a mim. Por que, então, não me casei? Para deixar uma esposa abandonada? À menor imprudência, eu corria o risco de voltar para a prisão por seis anos. Assim, não havia possibilidade de casar-me. Tive de renunciar a certas oportunidades que se me ofereceram.*⁴

O temor de Hitler, em meados dos anos 1920, de ser enviado de volta à prisão ou deportado, não deixava de ter certo fundamento. Achava-se ainda em liberdade condicional. Infringira abertamente a proibição de falar em público, e o governo bávaro podia muito bem mandá-lo para atrás das grades novamente ou mandá-lo de volta à sua Áustria natal. Uma razão pela qual havia escolhido Obersalzberg, como refúgio, foi sua proximidade com a fronteira austríaca. Num instante ele podia deslizar para além da linha e evitar a prisão pela polícia alemã. Mas retornar à Áustria, voluntariamente ou pela força, teria arruinado seus projetos. Para diminuir o risco da deportação, renunciara formalmente à cidadania austríaca em 7 de abril de 1925 — gesto que foi prontamente aceito pelo governo austríaco. Isto tornou-o *staatenlos*, homem apátrida. Perdeu a cidadania austríaca, mas não se converteu em cidadão alemão, o que significava

uma enorme desvantagem para um político no Reich. Dessa forma, não podia ser escolhido para cargos públicos. Declarara publicamente que jamais pediria ao governo republicano a cidadania que sentia como sua, em virtude dos seus serviços à Alemanha imperial durante a guerra. Mas, na última metade dos anos 1920, solicitou secretamente ao governo bávaro que fizesse dele um cidadão alemão. Seus esforços fracassaram.

Em relação às mulheres e ao casamento, havia também alguma verdade no que Hitler contara naquela noite de 1942. Ao contrário da opinião geral, ele gostava da companhia das mulheres, especialmente se fossem belas. Retornou ao assunto, mais de uma vez, nas conversas no quartel-general, durante a guerra. “Quantas mulheres adoráveis existem no mundo!” — exclama para seus companheiros na noite de 25 para 26 de janeiro de 1942, e dá alguns exemplos de sua experiência pessoal, acrescentando com jactância: “Na minha juventude, em Viena, conheci muitas mulheres lindas!” Heiden narrou algumas das suas paixões românticas dos primeiros tempos: por Jenny Haug, que era tida como sua namorada em 1923 e cujo irmão foi motorista de Hitler; pela alta e majestosa Erna Hanfstätgl, irmã de Putzi; e por Winifried Wagner, nora de Richard Wagner. Mas foi por sua sobrinha que Adolf Hitler teve, ao que se sabe, o único amor verdadeiro de sua vida.

No verão de 1928 arrendou, da viúva de um industrial de Hamburgo, a casa de campo Wachenfeld, em Obersalzberg, ao norte de Berchtesgaden, por cem marcos mensais, e convenceu sua meia-irmã viúva, Angela Raubal, a vir de Viena para tomar conta da casa para ele, pois era o primeiro lar que podia chamar de realmente seu.* Frau Raubal veio acompanhada de suas duas filhas, Geli e Friedl. Geli tinha 20 anos, abundantes cabelos louros, belas feições, voz agradável e ar alegre, que a fazia atraente aos homens.⁵

** Mais tarde comprou-a e, tornando-se chanceler, reconstruiu-a em vastas e pródigas proporções, mudando o nome de Haus Wachenfeld para Berghof.*

Hitler imediatamente apaixonou-se por ela. Levava-a a toda parte, aos meetings e conferências, em longos passeios nas montanhas e aos cafês e teatros de Munique. Em 1929, ao alugar um luxuoso apartamento de nove peças em Prinzregentenstrasse, uma das mais elegantes vias públicas de Munique, a Geli foi dado um quarto próprio. Os mexericos em torno do líder do partido e de sua linda sobrinha loura se tornaram inevitáveis em Munique e nos círculos nazistas do sul da Alemanha. Alguns dos líderes mais formalistas ou invejosos sugeriram que Hitler deixasse de se exibir publicamente com a jovem namorada ou que se casasse com ela. Hitler ficou furioso ante o falatório e numa disputa sobre o

assunto deu um tiro no Gauleiter do Württemberg.

É provável que pretendesse casar-se com a sobrinha. Seus mais antigos e chegados camaradas de partido daquele tempo posteriormente disseram a este autor que o casamento parecia inevitável. Estavam certos de que Hitler se achava profundamente enamorado dela. Não há dúvida de que ela estava encantada com as atenções de um homem que se tornava famoso e que a apreciava. Se correspondia ao amor do tio, não se sabe, provavelmente não, e, mais tarde, no fim, com certeza não correspondia. Algumas diferenças profundas, cujas origens e natureza nunca foram inteiramente apuradas, surgiram entre eles. Houve demasiada especulação, mas pouca evidência. Eram ciumentos, aparentemente. Ela se ofendia com suas atenções para com outras mulheres, Winifried Wagner entre outras; ele suspeitava de que Geli tivesse tido um caso clandestino com Emil Maurice, o ex-sentenciado que fora seu guarda pessoal. A moça protestava, também, contra a tirania que o tio exercia sobre ela. Hitler não desejava vê-la na companhia de outro homem que não ele próprio. Proibiu-a de ir a Viena para continuar as lições de canto, reprimindo sua ambição de fazer carreira no teatro de ópera. Queria-a para si, unicamente.

Há também obscuras insinuações de que ela repelira as tendências masoquistas de seu amante, tirano brutal em política, que ansiava por ser escravizado pela mulher que amava — anseio comum em tais homens, de acordo com os sexólogos. Heiden fala de uma carta escrita por Hitler à sua sobrinha, em 1929, confessando seus mais profundos sentimentos a esse respeito. A carta caiu nas mãos do filho de sua locadora, com consequências trágicas para mais de uma vida.⁶

Fossem quais fossem as razões que toldaram o amor entre o tio e a sobrinha, suas brigas se tornaram mais violentas e, no fim do verão de 1931, Geli anunciou que retornaria a Viena para prosseguir nos estudos de canto. Hitler proibiu-a de ir. Houve uma cena entre os dois, testemunhada pelos vizinhos, quando Hitler deixou seu apartamento de Munique para ir a Hamburgo, em 17 de setembro de 1931. Ouviram a jovem gritar da janela, assim que o tio se dirigia para o carro: “Então não me deixará ir a Viena?” Ao que ele respondeu: “Não!”

Na manhã seguinte, Geli Raubal foi encontrada morta em seu quarto. O promotor do Estado, depois de uma investigação completa, concluiu que fora suicídio. O magistrado encarregado da investigação informou que uma bala atravessara seu peito abaixo do ombro esquerdo e atingira o coração; parecia não haver dúvida de que o tiro fora disparado por ela mesma.

Ainda assim, anos depois corria em Munique o triste boato de que Geli Raubal fora assassinada por Hitler, num momento de furor, ou por Himmler, para eliminar uma situação que se tornava embaraçosa para o partido. Mas nenhuma evidência surgiu que pudesse fundamentar tais rumores.

O próprio Hitler ficou abalado pelo acontecimento. Gregor Strasser contou mais tarde que foi obrigado a permanecer dois dias e duas noites ao lado de Hitler para impedir que pusesse termo à vida. Uma semana após o enterro de Geli, em Viena, Hitler obteve autorização especial do governo austríaco para lá ir. Passou as primeiras horas da noite chorando junto ao túmulo. Ficou inconsolável durante meses.

Três semanas depois da morte de Geli, Hitler teve sua primeira entrevista com Hindenburg. Seria o primeiro lance da grande jogada pela chancelaria do Reich. Sua perturbação naquele importante momento — alguns de seus amigos disseram que ele parecia não estar na completa posse de suas faculdades durante a conversação, que transcorreu de modo desastroso para o líder nazista — foi considerada pelos que o conheciam uma decorrência do choque pela perda de sua amada sobrinha.

Dessa desgraça pessoal originou-se, creio, um ato de renúncia: sua decisão de abster-se de carne. Pelo menos alguns de seus partidários mais íntimos assim pareciam pensar. Declarava-lhes sempre, a partir de então, que Geli Raubal fora a única mulher a quem amara, e invariavelmente falava nela com a mais profunda reverência, muitas vezes em lágrimas. Os criados disseram que o quarto de Geli, na casa de Obersalzberg, mesmo depois de reconstruída e aumentada no governo de Hitler, ficou como ela o deixara. No próprio quarto de Hitler em Obersalzberg, e na chancelaria, em Berlim, havia retratos da jovem.* E por ocasião dos aniversários de seu nascimento e morte, todos os anos apareciam flores colocadas em volta deles.

** Pintados depois de sua morte por Adolf Ziegler, pintor favorito de Hitler.*

Para um homem cínico e brutal, que sempre pareceu incapaz de amar qualquer outro ser humano, a paixão de Hitler pela jovem Geli Raubal permanece como um dos mistérios de sua estranha vida. Como todos os mistérios, não pode ser racionalmente explicado, mas simplesmente narrado. Depois disso, é quase certo, Adolf Hitler jamais pretendeu seriamente casar-se, até a véspera do dia em que se suicidou, 14 anos mais tarde.

A carta comprometedora de Hitler à sua sobrinha foi recuperada do filho da

locadora pelo padre Bernhard Stempfle, sacerdote católico, hieronimita e jornalista anti-semita que ajudara o líder nazista na revisão de Minha Luta. O dinheiro para sua compra, de acordo com Heiden, foi fornecido por Franz Xavier Schwarz, tesoureiro do partido. Desse modo, o padre Stempfle foi uma das poucas pessoas que conheceram alguma coisa dos segredos do amor de Hitler por Geli Raubal. Aparentemente, não conservou totalmente para si o conhecimento do assunto. Pagaria com sua vida essa falta, quando o autor de Minha Luta se tornou ditador da Alemanha e um dia ajustou contas com alguns de seus velhos camaradas.

As fontes de renda de Hitler naqueles anos de conforto pessoal, quando adquiriu uma casa de campo em Obersalzberg e um luxuoso apartamento em Munique, e rodava num automóvel cintilante com chofer, pelo qual pagara 20 mil marcos, nunca foram verificadas. Mas os arquivos do imposto de renda, aparecidos depois da guerra, projetaram alguma luz sobre o assunto.⁷ Até tornar-se chanceler e ser declarado isento de taxaço, achava-se em contínuo conflito com as autoridades fiscais, e um imenso arquivo foi acumulado no Ministério das Finanças, de Munique, de 1925 a 1933.

Esse ministério notificou-o, a 1º de maio de 1925, de que deixara de declarar os rendimentos relativos a 1924 ou do primeiro trimestre de 1925. Hitler replicou: “Não tive renda em 1924 [quando se achava na prisão] nem no primeiro trimestre de 1925. Tenho coberto minhas despesas de subsistência com um empréstimo bancário.” E os 20 mil marcos do automóvel? — quis saber o fiscal do imposto de renda. Hitler respondeu que também para o carro levantara dinheiro no banco. Em todas as declarações de imposto de renda Hitler se dizia “escritor” de profissão e, como tal, procurava justificar a dedução de grande parte de seus rendimentos, ciente, certamente, do que faziam escritores de toda parte. Sua primeira declaração para o terceiro trimestre de 1925 incluía uma renda bruta de 11.231 R.M., gastos dedutíveis de despesas profissionais 6.540 R.M. e pagamento de 2.245 R.M. relativo a juros sobre empréstimos, o que deixava, para taxaço, uma renda líquida de 2.446 R.M.

Numa explicação de três páginas datilografadas, Hitler defendia suas enormes deduções de gastos profissionais argumentando que, embora uma grande parte delas era devida às suas atividades políticas que lhe forneciam o material de que necessitava como escritor político e também o ajudava a aumentar as vendas de seu livro.

Sem minha atividade política meu nome seria desconhecido e eu não poderia dispor de elementos para a publicação de obra política (...) Desse modo,

como escritor político, as despesas provenientes de tal atividade política, que é condição necessária ao meu trabalho profissional e à segurança de seu sucesso financeiro, não podem ser objeto de taxação (...)

O Ministério das Finanças pode verificar que, nesse período, apenas uma pequena fração dos lucros proporcionados por meu livro foi gasta comigo mesmo; em parte alguma possuo propriedades ou outros bens que eu possa dizer serem meus. Restrinjo de tal modo minhas necessidades pessoais que me abstenho completamente do álcool e do fumo, faço minhas refeições nos mais modestos restaurantes e, além do reduzido aluguel do apartamento, não gasto nada que não possa ser levado à conta de minhas despesas de escritor político (...). Também o automóvel é para mim mais um meio que um fim. Sem ele não me seria possível realizar meu trabalho diário.⁸

O Ministério das Finanças não aprovou mais que a metade das deduções, e quando Hitler apelou para a Junta de Revisão, ela defendeu a tributação original. Depois disso, apenas a metade das deduções de seus gastos foi admitida pelas autoridades fiscais. Hitler protestou, mas pagou.

A renda bruta declarada pelo líder nazista sempre correspondeu com bastante justiça aos seus direitos autorais sobre Minha Luta: 19.843 R.M. em 1925, 15.903 em 1926, 11.494 em 1927, 11.818 em 1928 e 15.448 em 1929. Desde que a escrita dos editores estava sujeita à fiscalização do serviço de tributação, Hitler não podia, com segurança, declarar renda menor do que percebia por direitos autorais. Mas, e as outras fontes de renda? Nunca foram declaradas. Sabia-se que ele exigia, e recebia, altos honorários pelos numerosos artigos que naquele tempo escrevia para a empobrecida imprensa nazista. Havia boatos nos círculos partidários acerca do alto preço de Hitler. Esses itens acham-se ausentes de suas declarações. Ao aproximar-se o fim dos anos 1920, o dinheiro começou a afluir para o Partido Nazista de alguns dos grandes industriais bávaros e renanos, atraídos pela oposição de Hitler aos marxistas e aos sindicatos. Fritz Thyssen, chefe do truste alemão do aço, a Vereinigte Stahlwerk (empresa siderúrgica), e Emil Kirdorf, o rei do carvão no Ruhr, contribuíram com consideráveis somas. Muitas vezes o dinheiro ia diretamente para as mãos de Hitler. Quanto ele guardou para si mesmo, provavelmente jamais se saberá, mas seu padrão de vida, nos últimos anos antes de se tornar em chanceler, indica que nem todo o dinheiro por ele recebido de seus financiadores foi entregue à tesouraria do partido.

É certo que de 1925 a 1928 ele se queixava de dificuldades para o pagamento de seu imposto de renda; estava constantemente em atraso, pedindo invariavelmente o adiamento. Em setembro de 1926, escreveu ao Ministério das

Finanças: “No momento não me encontro em condições de pagar os impostos; para cobrir minhas despesas de subsistência tive de recorrer a um empréstimo.” Mais tarde afirmava, a propósito daquele período, que “durante anos vivi de mações do Tirol. É inacreditável a economia que tínhamos de fazer. Cada marco poupado se destinava ao partido”. E de 1925 a 1928 argumentava com o fiscal que se endividava cada vez mais. Em 1926, declarou despesas de 31.209 R.M., quando sua renda havia sido de 15.903 R.M., e que o déficit era produto de novos “empréstimos bancários”.

Então, milagrosamente, em 1929, embora sua renda declarada fosse consideravelmente menor que em 1925, o item de juros ou de liquidação dos empréstimos desaparece de sua declaração de imposto, para nunca mais aparecer. Como observou o professor Hale, em cujos estudos se baseia o que dissemos acima, “um milagre financeiro se operara e ele liquidara suas dívidas”.⁹

Hitler, justiça seja feita, aparentemente nunca se preocupou com dinheiro — desde que tivesse o bastante para viver confortavelmente e não precisasse trabalhar por salários. De qualquer forma, no início de 1930, quando os direitos autorais de seu livro repentinamente triplicaram em relação ao ano anterior, chegando a cerca de US\$ 12 mil, e o dinheiro passou a jorrar dos grandes industriais, as eventuais preocupações financeiras pessoais foram para sempre superadas. Podia, agora, devotar sua febril energia e todo o talento à missão de cumprir seu destino. A época para a tomada final do poder, para o exercício da ditadura de uma grande nação, havia chegado.

As condições favoráveis da depressão

A depressão que se estendeu pelo mundo como uma grande conflagração, no fim de 1929, deu a Adolf Hitler sua oportunidade, e ele soube aproveitar-se dela ao máximo. Como a maioria dos grandes revolucionários, só podia ser bem-sucedido nos períodos difíceis, a princípio quando as massas estivessem desempregadas, famintas e desesperadas e, posteriormente, quando fossem intoxicadas pela guerra. Num sentido, foi ímpar entre os revolucionários da História: pretendeu realizar sua revolução depois de ter alcançado o poder político. Não haveria revolução para ganhar o controle do Estado. Este objetivo deveria ser atingido por delegação dos eleitores ou por consentimento dos governantes do país; em suma, por meios constitucionais. Para conseguir os votos não precisava mais que tirar vantagens da situação que, de novo, ao começar a década de 1930, mergulhou o povo alemão no desespero. Para obter o apoio dos que se encontravam no poder tinha de convencê-los de que unicamente ele podia

resgatar a Alemanha de sua situação desastrosa. Nos turbulentos anos de 1930 a 1933 o astuto e ousado líder nazista trabalhou com redobrada energia para atingir ambos os objetivos. Podemos verificar, retrospectivamente, que os acontecimentos por si mesmo e a fraqueza e confusão de um punhado de homens, obrigados, por seu juramento de lealdade, a defender a república democrática que governavam, jogaram a Alemanha nas mãos de Hitler. Mas isto não era absolutamente previsível no começo de 1930.

Gustav Stresemann morreu em 3 de outubro de 1929. Exauriu-se no intenso trabalho, como ministro do Exterior durante seis anos, de reenquadrar a Alemanha derrotada nas fileiras das grandes potências e levar a estabilidade econômica e política ao povo alemão. Foram prodigiosas suas realizações. Conduzira a Alemanha à Liga das Nações, negociara o Plano Dawes e o Plano Young, que reduziram as reparações de guerra a um nível que a Alemanha podia pagar facilmente e, em 1925, fora um dos principais arquitetos do Pacto do Locarno, que trouxe à Europa Ocidental uma tranquilidade que o seu povo, cansado da guerra e cheio de conflitos, não havia conhecido numa geração.

Três semanas após a morte de Stresemann, a 24 de outubro, o mercado de valores em Wall Street desmoronou estrondosamente. Os resultados foram imediatamente sentidos na Alemanha, e de modo desastroso. As bases da prosperidade alemã haviam sido os empréstimos do exterior, principalmente dos Estados Unidos, e o comércio mundial. Cessado o fluxo dos empréstimos, e fazendo-se necessário o pagamento das dívidas antigas, a estrutura financeira da Alemanha foi incapaz de aguentar a situação. E quando o comércio mundial, como consequência do colapso, entrou em declínio, a Alemanha se viu impossibilitada de exportar o suficiente para pagar as importações essenciais de matérias-primas e alimentos de que necessitava. Sem as exportações, a indústria alemã não podia manter suas fábricas em funcionamento, tendo caído sua produção quase pela metade de 1929 a 1932. Milhões foram atirados ao desemprego. Milhares de pequenas empresas vieram abaixo. Em maio de 1931, o maior banco da Áustria, o Kreditanstalt, faliu, sendo seguido, a 13 de julho, por um dos principais bancos alemães, o Darmstädter und Nationalbank, o que obrigou o governo em Berlim a fechar temporariamente todos os bancos. Nem mesmo a iniciativa do presidente Hoover de estabelecer uma moratória para todas as dívidas de guerra, incluindo as reparações alemãs, iniciativa efetuada a 6 de julho, pôde deter a corrente. Todo o mundo ocidental foi golpeado por forças que seus líderes não compreendiam e que sentiam estar além do controle humano. Como era possível que repentinamente houvesse tanta pobreza, tanto sofrimento humano, no meio de tanta abundância?

Hitler predissera a catástrofe, mas não era capaz de compreender, melhor que qualquer outro político, como sobrevivera. Talvez entendesse ainda menos que a maioria, pois era tão ignorante quanto desinteressado de economia. Mas não estava desinteressado nem ignorante das oportunidades que a depressão subitamente lhe trouxera. A miséria do povo alemão, ainda assustado com a calamitosa experiência do colapso do marco, menos de dez anos antes, não lhe despertou compaixão. Ao contrário, nos mais negros dias daquele período, quando as fábricas estavam em silêncio, o número registrado de desempregados passava de seis milhões e as filas de pão se estendiam por quarteirões em todas as cidades do país, pôde escrever na imprensa nazista: “Nunca em minha vida estive tão bem disposto e intimamente contente como agora. Pois a dura realidade abriu os olhos de milhões de alemães para as fraudes, as mentiras e as traições sem precedentes que os impostores marxistas impingiriam ao povo.”¹⁰. O sofrimento de seus companheiros alemães não era algo que justificasse a perda de tempo, com manifestações de simpatia, mas um elemento que se transformaria imediatamente, e a sangue-frio, num suporte político para as suas próprias ambições. E foi o que ele começou a fazer no último verão de 1930.

Hermann Müller, o último chanceler social-democrata da Alemanha e chefe do último governo de coligação dos partidos democráticos que sustentou a República de Weimar, resignou em março de 1930 em virtude de um desentendimento entre os partidos a respeito do fundo de seguro-desemprego. Fora substituído por Heinrich Brüning, líder parlamentar do Partido Católico do Centro, que conquistara a Cruz de Ferro como capitão de uma companhia de metralhadoras no tempo da guerra e cujas opiniões sóbrias e conservadoras, no Reichstag, atraíram a atenção favorável do exército, particularmente de um general chamado Kurt von Schleicher, então quase inteiramente desconhecido do povo alemão. Schleicher, “oficial de gabinete”, frívolo, hábil, ambicioso, já conhecido nos círculos militares como intrigante de talento e sem escrúpulos, sugeriu o nome de Brüning ao presidente von Hindenburg. O novo chanceler, embora não percebesse inteiramente, foi o candidato do exército. Homem de excelente caráter pessoal, modesto, honesto, dedicado, de natureza um tanto austera, Brüning esperava restaurar a estabilidade do governo parlamentar na Alemanha e livrar o país do crescente declínio e do caos político. Foi a tragédia desse patriota bem intencionado e democraticamente bem formado que, ao tentar a salvação do regime, cavou, involuntariamente, o túmulo da democracia alemã e preparou o caminho para a ascensão de Hitler.

Brüning não conseguiu induzir a maioria do Reichstag a aprovar certas medidas de seu programa financeiro. Em consequência disso, solicitou a Hindenburg que invocasse o artigo 48 da Constituição e, usando seus poderes de

emergência, aprovasse o projeto financeiro por decreto presidencial. A Câmara, em resposta, votou uma exigência para a retirada do decreto. O governo parlamentar foi rompido no momento em que a crise econômica tornou imperativo um governo forte. Num esforço para encontrar uma saída do embaraço, Brüning requereu ao presidente, em julho de 1930, a dissolução do Reichstag. Nova eleição foi convocada para 14 de setembro. Por que Brüning estava certo de que obteria maioria parlamentar estável num novo pleito eleitoral é questão que nunca foi respondida. Mas Hitler percebeu que sua própria oportunidade chegara mais cedo do que esperava.

O povo, fortemente oprimido, exigia soluções para sua aflitiva situação. Milhões de desempregados queriam emprego. Os pequenos negociantes desejavam ajuda. Uns quatro milhões de jovens, que vinham de alcançar a idade de voto desde a última eleição, ansiavam por alguma perspectiva de futuro que lhes permitisse pelo menos viver. A todos os milhões de descontentes, Hitler, numa campanha turbilhonante, oferecia aquilo que se lhes afigurava, em sua miséria, alguma esperança. Tornaria a Alemanha novamente poderosa; não pagaria as reparações; repudiaria o Tratado de Versalhes; eliminaria a corrupção; arrancaria o dinheiro dos magnatas (especialmente se fossem judeus); e faria com que todo alemão tivesse trabalho e pão. Para homens desesperançados e famintos, à procura não apenas de amparo, mas de nova fé e de novos deuses, essas promessas não deixaram de fazer efeito.

Embora fossem grandes suas esperanças, Hitler foi surpreendido, na noite de 14 de setembro de 1930, com os resultados das eleições. Dois anos antes seu partido obtivera 810 mil votos e elegera 12 membros ao Reichstag. Desta feita esperava quadruplicar os votos nazistas e assegurar talvez uns 50 lugares no Parlamento. Entretanto, nesse dia, a votação do Partido Nazista subiu a 6.409.600, cabendo-lhe 107 cadeiras no Parlamento e fazendo-o saltar da condição de nono e menor partido para segundo maior partido do Reichstag.

No outro extremo, os comunistas também venceram. Passaram de 3.265.000 votos, em 1928, para 4.592.000, com sua representação aumentada de 54 para 77 no Parlamento. Os partidos moderados da classe média, com exceção do Católico do Centro, perderam mais de um milhão de votos, assim como os social-democratas, apesar de terem sido incluídos mais quatro milhões de novos votantes nas listas eleitorais. A votação da ala direita dos nacionalistas de Hugenberg caiu de quatro milhões para dois milhões. Era evidente que os nazistas haviam captado milhões de aderentes dos outros partidos da classe média. Era também evidente que daí por diante seria mais difícil do que nunca para Brüning — ou para qualquer outro — comandar uma maioria firme no Reichstag. Sem

esta maioria, como sobreviveria a república?

Esta era uma situação que após a eleição de 1930 despertou enorme interesse de duas das vigas mestras da nação, cujos líderes jamais haviam realmente aceitado a república, salvo como desventura passageira na história da Alemanha: o exército e o mundo dos grandes homens da indústria e das finanças. Entusiasmado pelos seus êxitos eleitorais, Hitler agora voltava a atenção para a possibilidade de conseguir a adesão desses dois poderosos grupos. Há tempos, em Viena, como vimos, aprendera com as táticas do prefeito Karl Lueger a importância de trazer as “poderosas instituições existentes” para suas próprias fileiras.

Um ano antes, a 15 de março de 1929, pronunciara Hitler um discurso em Munique em que apelara para o exército reconsiderar duas coisas; sua inimidade para com o nacional-socialismo e seu apoio à república.

O futuro não está com os partidos da destruição, mas exatamente com os que conduzem em si mesmos a força do povo, que se acham preparados e desejam unir-se ao exército, a fim de ajudá-lo algum dia na defesa dos interesses do povo. Ainda vemos, ao contrário, oficiais de nosso exército perderem tempo atormentando-se com a questão de até onde se pode ir em companhia dos social-democratas. Mas, meus caros senhores, acreditais realmente que tendes qualquer coisa em comum com uma ideologia que preconiza a dissolução de tudo que constitui a base da existência de um exército?

Foi uma manobra habilidosa no sentido de conseguir o apoio dos oficiais do exército, os quais, como a maioria deles sabia e como Hitler agora repetia pela centésima vez, haviam sido apunhalados pelas costas e traídos exatamente pela república que apoiavam e que, além disso, não tinha nenhum amor pela casta militar e por tudo quanto ela representava. E depois, em palavras que profetizavam aquilo que ele próprio um dia viria a fazer, advertiu os oficiais do que lhes sucederia se os marxistas triunfassem sobre os nazistas. Aconteceria o seguinte, disse:

Podeis escrever sobre o exército alemão: “O fim do exército alemão”. Por conseguinte, senhores, deveis transformar-vos definitivamente em políticos. (...) Podeis, então, converter-vos em algozes do regime e comissários políticos. E se não vos comportardes, vossas mulheres e filhos serão postos debaixo de chaves. E se ainda não vos comportardes, sereis expulsos e talvez colocados numa parede (...)

Relativamente poucas pessoas ouviram o discurso, mas, a fim de difundi-lo nos círculos do exército, o *Völkischer Beobachter* publicou-o integralmente, numa edição especial para o exército e foi muito discutido nas colunas de uma revista mensal nazista, *Deutscher Wehrgeist*, aparecida recentemente e dedicada a assuntos militares.

Em 1927, o exército proibiu o recrutamento de nazistas para os cem mil homens de que se compunha e impediu até mesmo que lhes dessem emprego, como civis, nos arsenais e depósitos de suprimentos. Mas no início de 1930 tornou-se claro que a propaganda nazista fazia progresso no exército, sobretudo entre os oficiais jovens, muitos deles atraídos pelo fanático nacionalismo de Hitler e pelas perspectivas que ele oferecia de um exército restaurado em sua antiga grandeza, no qual teriam oportunidades, agora impossíveis em tão pequena força militar, de atingir os mais elevados postos.

A infiltração nazista nas forças armadas tornou-se tão séria a ponto de compelir o general Gröner, novo ministro da Defesa, a publicar uma ordem do dia, a 22 de janeiro de 1930, que lembrava uma advertência semelhante feita pelo general von Seeckt ao exército na véspera do Putsch da cervejaria, sete anos antes. Os nazistas, declarou, estão ávidos pelo poder. “Por isso cortejam a Wehrmacht. A fim de usá-la para os objetivos políticos de seu partido tentam fascinar-nos com a ideia de que apenas os nacional-socialistas representam o verdadeiro poder nacional.” Pediu aos soldados que se abstivessem de política e “servissem ao Estado”, alheios a qualquer disputa partidária.

Que alguns dos jovens oficiais do Reichswehr não se abstiveram da política, ou pelo menos da política nazista, evidenciou-se logo depois, levantando-se um furor na Alemanha, com dissensões nos mais altos escalões do corpo de oficiais, para gáudio dos nazistas. Na primavera de 1930, três jovens tenentes, Ludin Scheringer e Wendt, da guarnição de Ulm, foram presos por difundir doutrinas nazistas entre a tropa e por tentar induzir os companheiros oficiais a concordar, no caso de uma revolta armada nazista, em não disparar sobre os rebeldes. Isto constituía alta traição, mas o general Gröner, não desejando revelar que havia casos de traição no exército, procurou abafar o assunto, conseguindo que os acusados fossem julgados por uma corte marcial por simples quebra de disciplina, mas o desafio do tenente Scheringer, que fez publicar um inflamado artigo no *Völkischer Beobachter*, tornou isto impossível. Uma semana depois dos êxitos nazistas na eleição de setembro de 1930, os três oficiais foram citados perante a Corte Suprema de Leipzig, acusados de alta traição. Entre seus defensores se achavam dois promissores advogados nazistas, Hans Frank e o dr. Carl Sack.*

** Ambos foram enforcados. Sack, por participar da conspiração contra Hitler, a 20 de julho de 1944, e Frank, pelo que praticou, em nome de Hitler, na Polônia.*

Mas nem os advogados nem os acusados ficaram em evidência no julgamento; evidenciou-se Adolf Hitler, chamado, por Frank, como testemunha. Seu aparecimento representou um risco calculado. Seria embaraçoso repudiar os três tenentes, cujas atividades constituíam uma prova do crescimento das simpatias nazistas no seio do exército, que ele não queria desencorajar. Considerava prejudicial que os esforços nazistas, para subverter o exército, tivessem sido descobertos. Não seria útil para uma organização revolucionária, destinada a derrubar o governo pela força. Para negar esta última acusação, Hitler arranjou com Frank para que fosse convocado como testemunha de defesa. Na realidade, porém, o Führer tinha objetivo muito mais importante. Visava, como líder de um movimento que vinha de alcançar um estrondoso triunfo popular no pleito eleitoral, assegurar ao exército, e principalmente a seus oficiais superiores, que o nacional-socialismo, longe de ameaçar o Reichswehr, como o caso dos oficiais sugeria, constituía, na verdade, sua salvação e a redenção da Alemanha.

Desse fórum nacional, que o banco de testemunha lhe proporcionava, Hitler fez bom uso de todo o seu talento retórico e de seu sutil senso de estratégia política, e se sua magistral exposição estava cheia de astúcia, como era evidente, poucas pessoas na Alemanha, mesmo entre os generais, pareciam ter consciência disso. Delicadamente, Hitler garantiu ao tribunal (e aos oficiais do exército) que nem as S.A. nem o partido se encontravam em luta com o exército. “Sempre sustentei a opinião”, declarou, “de que qualquer tentativa de controlar o exército seria loucura. Nenhum de nós tem interesse em controlar o exército (...) Veremos, quando tivermos chegado ao poder, que do atual Reichswehr surgirá um grande exército do povo alemão”.

E reiterou ao tribunal (e aos generais) que o Partido Nazista buscava conquistar o poder apenas por meios constitucionais, e que os jovens oficiais estavam errados se anteviam uma revolta armada.

Nosso movimento não tem necessidade da força. Dia virá em que a nação alemã compreenderá nossas ideias; então, 35 milhões de alemães estarão ao nosso lado (...) Quando estivermos de posse dos poderes constitucionais, edificaremos o Estado do modo que consideramos mais justo.

O presidente do Tribunal: Neste último caso, também por meios constitucionais?

Hitler: Sim.

Mas Hitler, embora estivesse falando principalmente para o exército e a outros elementos conservadores da Alemanha, precisava considerar o fervor revolucionário de seus próprios partidários. Não podia abandoná-los, como fizera aos três acusados. Portanto, agarrou-se à oportunidade apresentada, quando o presidente do tribunal lhe recordou uma afirmação que fizera em 1923, um mês antes de seu fracassado golpe, de que “cabeças rolarão por terra”. Repudiava hoje o líder nazista aquela declaração?

Posso garantir-vos [respondeu Hitler] que quando o movimento for vitorioso nesta luta, haverá também um Tribunal de Justiça Nacional-Socialista. Então a revolução de novembro de 1918 será vingada e cabeças rolarão!12

Ninguém pode dizer que Hitler não tenha avisado sobre o que faria, caso chegasse ao poder, mas a audiência, na sala do tribunal, aparentemente recebeu muito bem a assertiva, pois aplaudiu-a longa e estrondosamente. E embora o juiz-presidente censurasse a interrupção, nem ele nem o promotor público fizeram reparos à observação. Isto provocou manchetes sensacionais nos jornais da Alemanha e em muitos do exterior. O verdadeiro caso em questão ficou esquecido com a agitação provocada pelas palavras de Hitler. Os três jovens oficiais, cujo zelo e ardor pelo nacional-socialismo não foram reconhecidos pelo próprio líder supremo, acabaram sendo inculcados de conspiração e alta traição, recebendo a suave sentença de oito meses de detenção em fortaleza (na Alemanha republicana as penas severas para essa acusação eram reservadas àqueles que apoiavam a república).*

** O tenente Scheringer, amargurado pelo que considerava uma traição de Hitler, saiu do Partido Nazista, quando ainda se achava na prisão, e se converteu em comunista fanático. Estava destinado, como muitos que se opuseram a Hitler, a ser liquidado no expurgo de 30 de junho de 1934. Mas, por uma razão qualquer, escapou e viveu para ver o fim de Hitler. O tenente Ludin continuou entusiasta do nazismo, foi eleito para o Reichstag em 1932, transformou-se num oficial superior das S.A. e das S.S. e serviu, como ministro alemão no Estado títtere da Eslováquia, onde foi preso no período da libertação e executado pelos tchecoslovacos.*

O mês de setembro de 1930 foi decisivo para a Alemanha que, inexoravelmente, caminhava para a fundação do Terceiro Reich. O surpreendente sucesso do Partido Nazista na eleição nacional convenceu não apenas milhões de homens do povo, como também muitos capitães de indústria e elementos do exército, de que ali estava um movimento que não poderia ser

contido. Podiam não gostar da demagogia e da vulgaridade do partido, mas reconheciam que exaltava velhos sentimentos do nacionalismo e do patriotismo alemão tão duramente abafados nos primeiros dez anos da república. Hitler prometia dirigir o povo alemão sem o comunismo, o socialismo, o sindicalismo e as futilidades da democracia; tinha, pois, de contagiar e de inspirar toda a Alemanha. Foi um êxito.

Por causa disso, e das públicas promessas de Hitler ao exército no julgamento de Leipzig, alguns generais começaram a ponderar que o nacional-socialismo talvez pudesse ser exatamente aquilo de que necessitavam para a unificação do povo, para a restauração da velha Alemanha, para tornar novamente grande o exército e para possibilitar à nação a libertação dos grilhões do humilhante Tratado de Versalhes. Ficaram satisfeitos com a réplica de Hitler ao juiz-presidente da Suprema Corte, que lhe perguntara o que queria dizer quando falava acerca da “revolução nacional alemã”.

“Significa”, disse Hitler, “exclusivamente a salvação da escravizada nação alemã que temos hoje”. A Alemanha está atada de pés e mãos pelos tratados de paz (...) Os nacional-socialistas não olham esses tratados como leis, mas como algo imposto à força à Alemanha. Não admitimos que as futuras gerações, completamente inocentes, sejam oprimidas por eles. Se protestarmos contra esses tratados por todos os meios ao nosso alcance então nos encontraremos no caminho da revolução.”

Também essa era a opinião do corpo de oficiais. Alguns de seus membros dirigentes haviam criticado asperamente o general Gröner, ministro da Defesa, por ter admitido que os três oficiais fossem julgados pela Suprema Corte. O general Hans von Seeckt, comandante-em-chefe recém-destituído e geralmente conhecido como o gênio do pós-guerra do exército alemão, digno sucessor de Scharnhorst e Gneisenau, queixou-se a Gröner de que ele havia enfraquecido o espírito de solidariedade no seio dos oficiais. O coronel Ludwig Beck, que estava prestes a transformar-se em chefe do Estado-maior e mesmo, mais tarde, um dos mais importantes personagens desta história, mas que em 1930 era o comandante do 5º Regimento de Artilharia de Ulm, de onde haviam saído os três tenentes, não apenas protestou veementemente diante de seus superiores contra a prisão dos oficiais, mas ainda se apresentou como testemunha da defesa em Leipzig.

Agora que o julgamento terminara e Hitler havia falado, os generais sentiram-se mais dispostos com relação a um movimento que, antes, viam como ameaça ao Exército. O general Alfred Jodl, chefe de operações do Alto-Comando das forças armadas durante a Segunda Guerra Mundial, disse no tribunal militar de

Nuremberg exatamente o que havia significado para o corpo de oficiais a declaração do líder nazista em Leipzig. “Até então”, afirmou, “os oficiais mais antigos julgavam que Hitler procurava minar o exército; depois disso ficaram tranquilizados”. O próprio general von Seeckt, após sua eleição para o Reichstag em 1930, aliou-se abertamente a Hitler por uns tempos e em 1932 exortou sua irmã a votar em Hitler na eleição presidencial, e não em seu antigo chefe, Hindenburg.

A cegueira política dos oficiais do exército alemão, que no final das contas provou ser tão fatal para eles, começara a crescer e a manifestar-se.

A inépcia política dos magnatas da indústria e das finanças não era menor que a dos generais e os levou à falsa crença de que, se entregassem somas elevadas a Hitler, ele ficaria subordinado a eles e, se chegasse ao poder, preso ao desejo deles. Que o arrivista austríaco, como muitos o consideravam nos anos 1920, bem poderia assumir o controle da Alemanha, foi possibilidade que começou a revelar-se aos homens de negócios depois das sensacionais vantagens nazistas na eleição de setembro de 1930.

“Em 1931, meus amigos industriais e eu estávamos convencidos de que o Partido Nazista chegaria ao poder num futuro não muito distante”, afirmou, como testemunha em Nuremberg, Walther Funk

No verão daquele ano, Funk, um homenzinho gordo, barrigudo, de olhos velhacos, cuja aparência sempre lembrou a este autor uma rã, abandonou um rendoso lugar de redator de um importante jornal de finanças alemão, o Berliner Börsenzeitung, ligou-se ao Partido Nazista e tornou-se um homem de contato entre o partido e certos figurões dos negócios. Explicou em Nuremberg que vários de seus amigos industriais, especialmente os mais importantes das grandes empresas de mineração da Renânia, recomendaram-lhe ingressar no movimento nazista “a fim de persuadir o partido a seguir a linha da iniciativa privada”.

Nesse período, a direção do partido mantinha opiniões completamente contraditórias e confusas sobre a política econômica. Procurei cumprir minha missão, inculcando pessoalmente no Führer e no partido a ideia de que a iniciativa privada, a autoconfiança do homem de negócios, a força criadora da livre empresa, etc., fossem adotadas como a política econômica básica do partido. O Führer, em pessoa, salientou mais de uma vez em suas conversações comigo e com os líderes industriais perante os quais eu o levava que ele era um inimigo da economia estatal e da chamada “planificação econômica” e considerava a livre empresa e a concorrência como absolutamente necessárias, a fim de obter a mais alta produção

Hitler, logo depois, como relatou seu futuro presidente do Reichsbank e ministro da Economia, começou a conhecer os homens que na Alemanha possuíam o dinheiro, dizendo-lhes mais ou menos o que eles queriam ouvir. O partido necessitava de grandes somas para financiar as campanhas eleitorais, pagar as contas de sua propaganda intensa e ampla, cobrir as folhas de pagamento de centenas de funcionários em tempo integral, sustentar os exércitos privados das S.A. e S.S., que no final de 1930 atingiam a mais de cem mil homens, força maior que o Reichswehr. Os homens de negócios e os banqueiros não foram as únicas fontes financeiras — o partido arrecadava somas consideráveis em contribuições, tributos, coletas e nas vendas de seus jornais, revistas e livros —, mas eram as dos homens de negócios as maiores. E quanto mais dinheiro davam aos nazistas, menos tinham para os outros partidos conservadores que até então apoiavam.

“No verão de 1931, o Führer repentinamente decidiu concentrar-se sistematicamente no cultivo das relações com os magnatas industriais influentes”,¹⁴ relata Otto Dietrich, principal responsável pela imprensa de Hitler e, posteriormente, do Reich.

Que magnatas?

Sua identidade foi um segredo mantido para todos, a não ser para os círculos mais íntimos de Hitler. O partido tinha de manobrar entre os dois lados. Devia permitir a Strasser, a Goebbels e ao maniaco Feder seduzirem as massas com o grito de que os nacional-socialistas eram verdadeiramente socialistas e contra os magnatas do dinheiro. Por outro lado, o dinheiro para manter o partido devia ser obtido jeitosamente daqueles que o possuíam com abundância. Na última metade de 1931, disse Dietrich, Hitler “cruzou a Alemanha de um extremo a outro, fazendo contatos secretos com notáveis personalidades (de negócios)”. Tão secretos foram alguns desses encontros que tiveram de ser realizados “em alguma vereda isolada de floresta”. “A discrição”, explica Dietrich, “era absolutamente imperativa; a imprensa não podia fazer mexericos. O êxito foi a consequência disso”.

A política nazista era, assim, quase um *cômico zigzague*. Certa vez, no fim de 1930, Strasser, Feder e Frick apresentaram um projeto de lei ao Reichstag, em nome do Partido Nazista, determinando um teto de 4% sobre todas as taxas de juros, a expropriação das holdings dos “magnatas dos bancos e da bolsa” e de todos os “judeus orientais”, sem compensação, e a nacionalização dos grandes

bancos. Hitler ficou horrorizado. Isto não era apenas bolchevismo, era o suicídio financeiro do partido. Ordenou peremptoriamente ao partido a retirada do projeto. Logo após os comunistas o reapresentaram, palavra por palavra. Hitler mandou votar contra ele.

Sabemos, pelos interrogatórios de Funk na prisão de Nuremberg, depois da guerra, quais foram alguns, pelo menos, dos “magnatas industriais influentes” procurados por Hitler. Emil Kirdorf, o magnata da união carbonífera que superintendia um fundo financeiro escuso conhecido como a “Tesouraria do Ruhr”, levantado pelos interesses dos donos das minas da Alemanha do Oeste, foi seduzido por Hitler no congresso do partido em 1929. Fritz Thyssen, chefe do truste do aço, que viveu para arrepende-se de sua loucura e para escrever sobre ela um livro denominado Eu financiei Hitler, foi um contribuinte desde o primeiro tempo. Conheceu o líder nazista em 1923, em Munique, tendo sido arrebatado por sua eloquência: deu, imediatamente e, por intermédio de Ludendorff, uma doação inicial de 100 mil marcos-ouro ao ainda obscuro Partido Nazista. Ligado a Thyssen se achava Albert Vögler, também poderosa figura nas Usinas de Aço Unidas. Efetivamente, os interesses do aço e do carvão foram as principais fontes dos recursos financeiros provenientes dos industriais para ajudar Hitler a transpor as últimas barreiras no caminho do poder, no período de 1930 a 1933.

Mas Funk indicou outras indústrias e empresas cujos diretores iriam ficar em má situação no caso de Hitler finalmente conseguir seu intento, o poder. A lista é longa, embora longe de ser completa, pois Funk possuía péssima memória quando chegou ao tribunal de Nuremberg. Nela estavam incluídos Georg von Schnitzler, destacado diretor da I. G. Farben, gigantesco cartel químico; August Rosterg e August Diehn, da indústria de potassa (Funk falou da “atitude positiva, para com o Führer”, dessa indústria); Cuno, da linha Hamburgo-América; a indústria de linhita da Alemanha central; os grupos Conti, no setor da borracha; Otto Wolf, o poderoso industrial de Colônia; o barão Kurt von Schröder, o banqueiro de Colônia que teve um papel decisivo na manobra final que guindou Hitler ao poder; muitos dos maiores bancos, entre os quais o Deutsche Kredit Gesellschaft; e a maior empresa de seguros da Alemanha, a Allianz.

Willelm Keppler, um dos conselheiros econômicos de Hitler, reuniu vários industriais do sul da Alemanha e também formou uma singular sociedade de homens de negócios devotados ao chefe das S.S., Himmler, com o nome de Círculo de Amigos da Economia (Freundeskreis der Wirtschaft), que mais tarde se tornou conhecida como Círculo de Amigos do Reichsführer S.S., que era Himmler, a qual levantou milhões de marcos para esse gângster extraordinário

prosseguir em suas “pesquisas” a respeito das origens dos arianos. Desde o princípio da carreira política Hitler foi ajudado financeiramente — e socialmente — por Hugo Bruckman, o rico editor de Munique, e por Carl Bechstein, fabricante de pianos, cujas esposas manifestaram tocante afeição pelo jovem líder nazista. Foi na mansão de Bechstein, em Berlim, que Hitler conheceu muitos dos líderes dos negócios e do exército e foi lá que ocorreram alguns dos encontros secretos decisivos que o conduziram, finalmente, à chancelaria.

Nem todos os homens de negócios aderiram ao movimento de Hitler depois da espetacular vitória eleitoral nazista em 1930. Funk mencionou que as grandes empresas de eletricidade Siemens e A.E.G. ficaram alheias, como alheio ficou o rei dos fabricantes de munições, Krupp von Bohlen und Halbach. Fritz Thyssen declara, em suas confissões, que Krupp era um “opponente violento” de Hitler e que até a véspera de Hindenburg indicá-lo para chanceler advertiu insistentemente o velho marechal-de-campo da loucura que iria cometer. Entretanto, Krupp logo viu as coisas claras e rapidamente se converteu, segundo as palavras do arrependido Thyssen, “num supernazista”.¹⁵

É evidente, pois, que em sua marcha final para o poder Hitler teve considerável apoio financeiro de grande parte do mundo de negócios alemão. Com quanto os banqueiros e homens de negócios realmente contribuíram para o Partido Nazista nos três últimos anos antes de janeiro de 1933, jamais ficou esclarecido. Funk calculou que provavelmente não chegasse a mais de “uns dois milhões de marcos”. Thyssen estimou em dois milhões por ano, dizendo que pessoalmente dera um milhão de marcos. Mas a julgar pelas enormes quantias de que o partido dispunha naquele período, embora Goebbels se queixasse de que nunca fora bastante, o total das doações dos homens de negócios foi, com certeza, maior do que estas estimativas. O bem que eventualmente fizeram esses homens politicamente infantis do mundo de negócios veremos mais adiante, nesta narrativa. Deles, um dos mais entusiastas na época — que depois se tornou um dos mais amargamente desiludidos — foi o dr. Schacht, que se demitiu da presidência do Reichsbank em 1930, por sua oposição ao Plano Young. Encontrou Göring em 1930 e Hitler em 1931, e nos dois anos que se seguiram dedicou toda a sua considerável habilidade para aproximar o Führer cada vez mais do seu grande objetivo, que era o cargo de chanceler. Em 1932, este mago das finanças, cuja responsabilidade pela vinda do Terceiro Reich e por seus primeiros êxitos provou ser imensamente grande, escrevia a Hitler: “Não tenho dúvida de que a atual evolução dos acontecimentos só poderá levá-lo à chancelaria: (...) Seu movimento é desenvolvido inteiramente por uma necessidade e uma verdade tão fortes que a vitória não lhe pode fugir por muito tempo (...). Não importa onde meu trabalho possa levar-me em futuro próximo, mesmo se algum dia eu possa

ser aprisionado numa fortaleza, pode sempre contar comigo como seu leal partidário.” Uma das duas cartas das quais estas palavras foram tiradas, estava assinada: “Com um enérgico Heil”.

Uma “verdade tão forte” do movimento nazista, de que Hitler não fazia segredo nenhum, era que, se o partido dominasse a Alemanha, esmagaria as liberdades individuais dos alemães, incluindo a do dr. Schacht e de seus amigos industriais. Aquele que certa vez foi o genial presidente do Reichsbank, e que o seria novamente no regime de Hitler, e seus associados na indústria e na finança, é que provocariam isto. E desde que esta história, como toda história, está plena de ironia sublime, não estava muito longe o dia em que o dr. Schacht se revelaria um bom profeta, não apenas acerca da chancelaria de Hitler, mas também vendo-se prisioneiro, senão numa fortaleza, então num campo de concentração, que era pior, e não como um “leal partidário” de Hitler — aqui ele estava errado —, mas na qualidade de adversário.

Hitler tinha agora, no começo de 1931, reunido em torno de si, no partido, um pequeno grupo de fanáticos, homens impiedosos que o ajudariam em seu caminho final para o poder e que, salvo uma exceção, ficariam a seu lado para auxiliá-lo a se manter no poder durante os anos do Terceiro Reich, embora um deles, o mais chegado ao líder e talvez o mais capaz e o mais brutal do bando, não sobreviveria ao segundo ano do governo nazista. Havia cinco que se encontravam acima dos demais partidários naquela época: Gregor Strasser, Rohm, Göring, Goebbels e Frick.

Göring retornara à Alemanha no fim de 1927, em seguida à anistia política geral que os comunistas tinham ajudado os partidos da direita a aprovar no Reichstag. Na Suécia, onde passou a maior parte de seu exílio desde o Putsch de 1923, foi curado do vício de narcóticos no Asilo de Langbro e, ao ficar bom, ganhou a vida numa companhia de aviação sueca. O arrojado e belo ás da Guerra Mundial estava então corpulento, mas nada tinha perdido de sua energia e de seu entusiasmo pela vida. Instalou-se num pequeno mas luxuoso apartamento de solteiro, na Badischestrasse de Berlim (sua esposa epilética, a quem amava profundamente, contraíra tuberculose e ficara, como inválida, na Suécia), ganhava a vida como conselheiro das companhias de aviação e da linha aérea germânica, a Lufthansa, e cultivava seus contatos sociais. Estes contatos eram consideráveis e iam desde o antigo príncipe herdeiro e o príncipe Philip de Hesse, que se casara com a princesa Mafalda, irmã do rei da Itália, até Fritz Thyssen e outros magnatas do mundo dos negócios, bem como certo número de importantes oficiais do exército.

Eram exatamente estas as ligações de que Hitler necessitava, e Göring logo se pôs ativamente a apresentar o líder nazista aos seus amigos e a neutralizar, nos círculos das classes superiores, o mau cheiro que alguns dos rufões camisas pardas exalavam. Em 1928, Hitler escolheu Göring como um dos 12 deputados nazistas que representariam o partido no Reichstag, do qual se tornou presidente quando os nazistas passaram a ser o maior partido, em 1932. Na residência oficial do presidente do Reichstag foram realizados muitos dos encontros e urdidias muitas das intrigas que levaram o partido ao triunfo final. E foi aí — saltando um pouco no tempo — que se processou o conluio do plano que ajudou Hitler a manter-se no poder depois que se tornou chanceler: incendiar o Reichstag.

Ernst Rohm rompera com Hitler em 1925 e não muito tempo depois deixou a Alemanha para incorporar-se ao exército boliviano como tenente-coronel. Quase no fim de 1930, Hitler apelou para que retornasse e assumisse novamente a liderança das S.A., que principiava a escapar de seu controle. Seus membros, inclusive os chefes, aparentemente, acreditavam que a revolução nazista viria pela violência, e com frequência cada vez maior se punham a maltratar e a matar nas ruas seus adversários políticos. Nenhuma eleição, nacional, provincial ou municipal, ocorria sem selvagens escaramuças nas sarjetas.

Devemos registrar aqui, embora de passagem, um desses encontros, pois deu ao nacional-socialismo o seu maior mártir. Um dos líderes distritais das S.S. em Berlim foi Horts Wessel, filho de um capelão protestante, e que abandonara a família e os estudos para viver num cortiço com uma ex-prostituta, devotando a vida à luta pelo nazismo. Muitos antinazistas sempre sustentaram que o jovem ganhava a vida como rufião, embora esta acusação talvez fosse exagerada. Possuía, efetivamente, relações com rufões e prostitutas. Foi morto por alguns comunistas em fevereiro de 1930, e teria ficado no esquecimento, juntamente com centenas de outras vítimas de ambos os lados nas lutas de rua, não fora o fato de haver deixado, ao morrer, uma canção, cuja letra e melodia eram de sua autoria. Era a canção Horst Wessel, que imediatamente se tornou a canção oficial do Partido Nazista e mais tarde o segundo hino oficial — depois do Deutschland über Alles — do Terceiro Reich. O próprio Horst Wessel, graças à hábil propaganda do dr. Goebbels, tornou-se uma das lendas heroicas do movimento, aclamado como idealista puro que sacrificara a vida pela causa.

Quando Rohm tomou a direção das S.A., Gregor Strasser era indiscutivelmente o segundo homem do Partido Nazista. Orador convincente e brilhante organizador, foi o chefe da seção mais importante do partido, a organização política, posto que lhe deu grande influência entre os líderes locais e provinciais,

cujas atividades ele supervisionava. Com sua natureza bávara genial, era o líder mais popular no partido, depois de Hitler, e, diferentemente do Führer, gozava da confiança pessoal e mesmo da estima da maioria de seus adversários políticos. Havia naquele tempo, dentro e fora do partido, muitos que acreditavam na possibilidade de Strasser sobrepujar o soturno e imprevisível líder austríaco. Este ponto de vista foi especialmente forte no Reichswehr e no palácio presidencial.

Otto, irmão de Gregor Strasser, ficou à margem das coisas. Desafortunadamente para ele, tomara a sério não apenas a palavra "socialista", mas também "trabalhadores", no nome oficial do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. Apoiara algumas greves dos sindicatos socialistas e exigia que o partido lutasse pela nacionalização da indústria. Naturalmente, isto era uma heresia para Hitler, que acusou Otto Strasser de estar cometendo os maiores pecados da "democracia e do liberalismo". Nos dias 21 e 22 de maio de 1930, o Führer teve um entendimento definitivo com seus subordinados rebeldes e exigiu submissão completa. Tendo-se negado a isso, Otto foi excluído do partido. Tentou formar um movimento "socialista" verdadeiramente nacional, a União dos Nacional-Socialistas Revolucionários, que veio a ser conhecida simplesmente como a Frente Negra; mas na eleição de setembro ele fracassou rotundamente na pretensão de tirar de Hitler qualquer número considerável de votos nazistas.

Goebbels, o quarto dos Cinco Grandes em torno de Hitler, permanecera inimigo e rival de Gregor Strasser desde o rompimento em 1926. Dois anos após o rompimento sucedeu a Strasser no cargo de chefe de propaganda do partido, quando foi promovido a chefe da Organização Política. Permaneceu como Gauleiter de Berlim, e seus êxitos na reorganização do partido na grande cidade e seu talento para a propaganda impressionaram favoravelmente o Führer. Sua língua fluente, mas mordaz, e seu espírito ágil não o tornavam estimado pelos outros lugares-tenentes de Hitler, que desconfiavam dele. Mas o líder nazista estava muito contente com a rixa entre seus principais subordinados, ainda que apenas representasse uma garantia da impossibilidade de uma conspiração contra sua liderança. Jamais confiou totalmente em Strasser, mas na lealdade de Goebbels tinha completa confiança. Além disso, o pequeno e fanático coxo vivia cheio de ideias que lhe eram úteis. Finalmente, o talento de Goebbels como jornalista provocador — que agora possuía um jornal de sua propriedade, *Der Angriff*, para dar vazão aos seus sentimentos — e orador excitador de massas era valiosíssimo para o partido.

Wilhelm Frick, o quinto e último membro, foi a única personalidade apagada no grupo. Era um típico funcionário público alemão. Como jovem oficial de

policia em 1923, em Munique, servira como um dos espões de Hitler na chefatura de policia, e o Führer sempre foi grato a ele. Muitas vezes recebia tarefas ingratas. Com o estímulo de Hitler, foi o primeiro a ocupar um ministério provincial — na Turíngia — e mais tarde veio a ser o líder do Partido Nazista no Reichstag. Fiel como um cão, eficiente e, em virtude de seu modo de ser reservado e de suas suaves maneiras, era útil nos contatos com os oficiais vacilantes do governo republicano.

Alguns dos homens secundários do partido, nos primórdios da década de 1930, ganhariam posteriormente notoriedade e tremendo poder pessoal no Terceiro Reich. Heinrich Himmler, o criador de aves domésticas que, com seu pincenê, podia ser tomado por um brando e mediocre mestre-escola — formara-se em agronomia na Munich Technische Hochschule —, foi gradualmente edificando a guarda pretoriana de Hitler, as S.S. de farda negra. Mas ele trabalhava à sombra de Rohm, que foi comandante tanto das S.A. como das S.S., sendo pouco conhecido, inclusive nos círculos partidários, fora de sua terra natal, a Baviera. Havia o dr. Robert Ley, químico de profissão e bêbado contumaz, que foi o Gauleiter de Colônia, e Hans Frank, o jovem e brilhante advogado e chefe do departamento jurídico do partido. Havia Walter Darré, nascido na Argentina em 1895, competente agrônomo recrutado para o nacional-socialismo por Hess e cujo livro, *O campesinato como fonte vital da raça nórdica*, chamou a atenção de Hitler, grangeou um cargo de chefia no Departamento de Agricultura do partido. O próprio Rudolf Hess, pessoalmente desambicioso e caninamente fiel ao líder, tinha apenas o título de secretário particular do Führer. O segundo secretário particular era Martin Bormann, espécie de toupeira que preferia esconder-se nos recessos sombrios da vida do partido para promover suas intrigas, e que já uma vez estivera por um ano na prisão por cumplicidade num assassinato político. O líder da Juventude do Reich era Baldur von Schirach, homem de mentalidade romântica e enérgico organizador, cuja mãe era americana e o avô, oficial dos Estados Unidos, perdera a perna em Buli Run. Disse aos seus carcereiros norte-americanos, em Nuremberg, que se tornara anti-semita aos 17 anos, depois de ler um livro chamado *Eternal Jew*, de Henry Ford.

Também havia Alfred Rosenberg, o empolado, confuso e pseudo-filósofo do Báltico que, como vimos, foi um dos primeiros mentores de Hitler, e que desde o Putsch de 1923 derramara uma torrente de livros e folhetos de estilo e conteúdo dos mais turvos, culminando com uma obra de setecentas páginas intitulada *O Mito do Século XX*, que constituía uma cômica mistura de suas confusas ideias sobre a supremacia nórdica, impingidas como fruto daquilo que passava por erudição nos círculos nazistas. Hitler dizia frequentemente, por pilhéria, que o

tentara ler sem conseguir; e o calhamaço levou Scharch, que se acreditava escritor, a observar certa vez que Rosenberg era “um homem que vendera mais exemplares de um livro que ninguém lera que qualquer outro autor”. Na verdade, ele vendeu mais de meio milhão de exemplares nos primeiros dez anos que se seguiram à publicação, em 1930. Do começo ao fim, Hitler sempre teve um coração sensível para esse homem atoleimado, estúpido e atrapalhado, recompensando-o com várias missões partidárias, tais como diretor do *Völkischer Beobachter* e outras publicações nazistas e indicando-o como um dos deputados do partido no Reichstag em 1930, onde representou o movimento na Comissão de Assuntos Estrangeiros.

Esse era o aglomerado de homens reunidos à volta do líder dos nacional-socialistas. Numa sociedade normal com certeza não passariam de grotesco punhado de desajustados. Mas nos últimos e caóticos dias da república começaram a parecer a milhões de desnorreados alemães como salvadores. Possuíam, além disso, duas vantagens sobre seus adversários: eram conduzidos por um homem que sabia exatamente o que queria. E eram suficientemente impiedosos e bastante oportunistas para irem a qualquer ponto, a fim de ajudá-lo a conseguir seu objetivo.

Enquanto o ano de 1931 transcorria cheio de dificuldades, com cinco milhões de assalariados sem trabalho, com a classe média enfrentando a ruína, os agricultores impossibilitados de pagar suas hipotecas, o Parlamento paralisado, o governo estrebuchando, o presidente de 84 anos rapidamente mergulhando na confusão da senilidade, uma confiança, de que eles não teriam muito que esperar, enchia os peitos dos cabeças nazistas. Como alardeou publicamente Gregor Strasser: “Tudo que sirva para precipitar a catástrofe (...) é bom, muito bom para nós e para a nossa revolução alemã.”

Os últimos dias da república: 1931 -1933

No torvelinho e no caos da vida alemã emergia agora um personagem curioso e sinuoso que, mais que qualquer outro indivíduo isolado, estava predestinado a preparar o túmulo da república. Ele seria, num período brevíssimo, seu último chanceler e, por ironia, numa das particularidades excêntricas de sua assombrosa carreira, tentaria salvar desesperadamente a república, quando já era tarde demais. Foi ele Kurt von Schleicher, nome que significa, na Alemanha, intrigante ou mexeriqueiro.

Em 1931 era tenente-general do exército. Nascido em 1882, entrou para o serviço militar aos 18 anos, como soldado, no velho regimento de Hindenburg, o 3º Batalhão de Infantaria, onde se tornou amigo íntimo de Oskar von Hindenburg, filho do velho marechal e presidente. A segunda amizade demonstrou ser quase tão preciosa quanto a primeira, pois se tratava do general Gröner, que ficou impressionado com seu talento como estudante da Academia de Guerra, e que, ao substituir Ludendorff no Estado-maior, em 1918, tomou o jovem oficial como ajudante. “Oficial de gabinete” por excelência — não serviu mais do que um breve período na frente russa —, Schleicher permaneceu daí em diante ligado às fontes do poder do exército e da República de Weimar, em que seu espírito ágil, as maneiras afáveis e o discernimento político causavam impressão tanto nos generais como nos políticos. Sob a direção do general von Seeckt representou papel cada vez mais importante na ajuda para organizar os corpos independentes do exército ilegal e do igualmente ilegal e altamente secreto Reichswehr Negro. Foi figura central nas negociações confidenciais em Moscou, que levaram ao treinamento camuflado de oficiais aviadores e de forças mecanizadas alemães na Rússia soviética e à instalação de fábricas germânicas de armas ali. Hável manobrador, apaixonado pela intriga, Schleicher trabalhava melhor à sombra. Até o início dos anos 1930, seu nome era desconhecido da opinião pública. Mas de algum tempo para cá passou a ser notado, cada vez mais, na Bandlerstrasse, onde se encontrava o Ministério da Guerra, e na Wilhelmstrasse, onde se situavam os ministérios governamentais.

Em janeiro de 1928 utilizou a crescente influência junto ao presidente Hindenburg, de quem se tornara íntimo por intermédio da amizade com Oskar, para conseguir que seu velho chefe, o general Gröner, fosse designado ministro da Defesa, o primeiro militar a ocupar esse posto na república. Gröner fez de Schleicher sua mão direita no ministério, colocando-o numa nova função, a Secretaria Ministerial (Ministeramt), onde ele dirigia os assuntos políticos e de imprensa do exército e da marinha. Gröner chamava seu assistente de “meu orientador na política”. Confiava-lhe as relações do exército com os outros ministros e líderes políticos. Em sua posição, Schleicher não apenas era uma

força do corpo de oficiais, como também começou a sê-lo na política. No exército, podia fazer e desfazer o que bem entendesse com os oficiais superiores, e assim procedeu, livrando-se, em 1930, do general von Blomberg, subcomandante do exército, por meio de uma impostura, substituindo-o por seu velho amigo do 3º Batalhão de Infantaria, o general von Hammerstein. Na primavera do mesmo ano, como vimos, realizou seus primeiros esforços para escolher, ele mesmo, o chanceler e, com o apoio do exército, falou a Hindenburg a fim de indicar Heinrich Brüning para o posto.

Tendo alcançado esse triunfo político, Schleicher julgou que tinha dado o primeiro passo na consecução de um grandioso projeto de reformar a república, ideia que há algum tempo tomara corpo em sua mente ágil. Via com bastante clareza (e quem não via?) as causas da fraqueza do regime de Weimar. Havia numerosos partidos políticos (em 1930, dez deles alcançaram mais de um milhão de votos cada um), e divergiam demasiadamente entre si, estavam demasiadamente absorvidos pelos interesses econômicos e sociais que representavam, para esquecer suas divergências e constituir uma maioria duradoura no Reichstag, que sustentasse um governo estável, capaz de superar a maior crise jamais enfrentada pelo país, no princípio dos anos 1930. O governo parlamentar se convertera no que os alemães chamavam de *Kuhhandel* — comércio de gado —, com os partidos barganhando vantagens especiais para os grupos que os elegeram e prejudicando os interesses nacionais. Não é de admirar que, ao chegar a chanceler em 28 de março de 1930, tenha sido impossível a Brüning obter maioria no Reichstag para qualquer política — de esquerda, do centro ou da direita — e que para simplesmente levar adiante os assuntos governamentais e fazer algo acerca da paralisação econômica, tivesse de recorrer ao artigo 48 da Constituição, que lhe facultava, em estado de emergência, e se o presidente aprovasse, governar por decreto.

Exatamente este era o caminho que Schleicher desejava para o chanceler. Tornaria o governo forte sob a mão poderosa do presidente, que, afinal de contas (Schleicher afirmava), pela eleição popular representava a vontade nacional e era apoiado pelo exército. Se o Parlamento democraticamente eleito não permitia a formação de um governo estável, então o presidente democraticamente eleito deveria fazê-lo. A maioria dos alemães queria, Schleicher estava certo, um governo que tivesse posição sólida e os arrancasse da situação desesperada na qual se encontravam. Na verdade, como revelou a eleição de setembro convocada por Brüning, não era isso que a maioria dos alemães desejava. Ou, pelo menos, não pretendiam ser afastados do perigo pelo tipo de governo que Schleicher e seus amigos do exército e do palácio presidencial escolheram.

Na verdade, Schleicher cometeu dois erros desastrosos. Elevando Brüning a chanceler e animando-o a governar por decreto presidencial, pôs abaixo os fundamentos da força do exército no país, isto é, sua posição acima da política, o que levaria a Alemanha e o próprio exército à ruína. E cometeu um grande erro de previsão a respeito dos votantes. Quando 6,5 milhões votaram no Partido Nazista em 14 de setembro de 1930, em vez de 810 mil como ocorrera dois anos antes, o general político compreendeu que deveria realizar nova manobra. No fim do ano pôs-se em comunicação com Rohm, que regressara da Bolívia, e com Gregor Strasser. Foi o primeiro contato sério entre os nazistas e os que mantinham o poder político da república. Em apenas dois anos sua evolução conduziu Adolf Hitler à sua meta e o general von Schleicher ao desastre e, conseqüentemente, à morte.

A 10 de outubro de 1931, três semanas depois do suicídio da sobrinha e namorada Geli Raubal, Hitler foi pela primeira vez recebido pelo presidente Hindenburg. Schleicher, empenhado em tecer uma nova rede de intriga, propusera a entrevista. Um pouco antes do outono daquele ano, conferenciara com Hitler e providenciou para que fosse visto com o chanceler e o presidente. No fundo de sua mente, como na de Brüning, encontrava-se a questão sobre o que fazer ao chegar ao término do mandato presidencial de sete anos, de Hindenburg, na primavera de 1932. O marechal estaria com 85 anos e os seus períodos de lucidez mental diminuía. Não era, como todos percebiam, um candidato à reeleição. Assim, Hitler, conquanto legalmente não fosse um cidadão alemão, podia vir a pensar nisso, candidatando-se ao cargo, ganhando a eleição e tornando-se presidente.

Durante o verão, o ilustrado chanceler refletira longas horas a respeito da desesperada situação da Alemanha. Percebeu perfeitamente que seu governo se convertera no mais impopular que a república tinha possuído. A fim de combater a depressão, decretara o rebaixamento dos soldos e salários e dos preços em geral, e determinou várias restrições aos negócios, às finanças e aos serviços sociais. Passou a ser cognominado, quer pelos nazistas, quer pelos comunistas, de “Chanceler da Fome”. Ainda assim julgou divisar um caminho que terminaria por restabelecer uma Alemanha estável, livre e próspera. Procuraria negociar com os Aliados o cancelamento das reparações de guerra, cujo pagamento fora suspenso temporariamente pela moratória de Honnover. Na conferência do desarmamento, programada para iniciar-se no ano seguinte, tentaria obter dos Aliados que honrassem seu compromisso no Tratado de Versalhes que se desarmassem ao nível da Alemanha ou permitissem a ela adotar abertamente modesto programa de rearmamento, o qual, na realidade, com sua conivência e em segredo, tinha começado a realizar-se. Dessa maneira, a última algema do

tratado de paz seria rompida, e a Alemanha ressurgiria em igualdade entre as grandes potências. Isto seria um benefício para a república e ainda levaria, pensava Brüning, a uma nova era de confiança no mundo ocidental, que poria fim à depressão econômica, responsável pela miséria a que fora arrastado o povo alemão. E cortaria as asas da ambição nazista.

Brüning planejou uma audaciosa jogada também na frente interna: conseguiu, por meio de acordo com todos os maiores partidos, à exceção dos comunistas, uma mudança radical na Constituição germânica. Pretendia restaurar a monarquia dos Hohenzollern. Mesmo se Hindenburg pudesse ser persuadido a concorrer novamente, não se podia esperar, nessa idade, que vivesse o suficiente para outro mandato completo de sete anos. Se viesse a falecer dentro de um ou dois anos, o caminho ficaria aberto para Hitler ser eleito presidente. Para evitar tal coisa, e assegurar a permanência e a estabilidade no cargo de chefe de Estado, Brüning imaginou o seguinte plano: a eleição presidencial de 1932 seria adiada e o mandato de Hindenburg simplesmente prorrogado, manobra possível com o voto de dois terços de ambas as casas do Parlamento, o Reichstag e o Reichsrat. Logo que isso fosse feito, proporia que o Parlamento proclamasse a monarquia, tendo como regente o presidente. Ao sobrevir sua morte, um dos filhos do príncipe herdeiro seria colocado no trono dos Hohenzollern. Esta ação dificultaria os movimentos nazistas e Brüning realmente confiava em que ela significaria seu fim como força política.

O idoso presidente, entretanto, não estava interessado nisso. Ele, como comandante do exército imperial, cumprira o dever de dizer ao Kaiser, naquele negro dia de novembro de 1918, em Spa, que devia afastar-se, pois a monarquia tinha chegado ao fim, não cogitaria nenhum Hohenzollern para reassumir o trono, a não ser o próprio imperador, que ainda vivia no exílio em Doorn, na Holanda. Ao explicar-lhe Brüning que os social-democratas e os sindicatos — que com a maior relutância haviam dado certo encorajamento a seu plano, já que somente ele poderia constituir a última desesperada oportunidade de conter Hitler — não concordariam com o retomo de Guilherme II ou de seu filho mais velho, e que, além disso, se a monarquia fosse restaurada, tinha que ser constitucional e democrática, nas linhas do modelo inglês; o encanecido marechal ficou tão ofendido que mandou o chanceler retirar-se de sua presença. Uma semana depois ele chamou-o para dizer-lhe que não se candidataria à reeleição.

Nesse ínterim, primeiro Brüning e, depois, Hindenburg, tiveram seu primeiro encontro com Hitler. Ambas as entrevistas foram más para o líder nazista, que ainda não se recobrou do golpe do suicídio de Geli Raubal; seu pensamento

estava desgarrado e ele se achava inseguro. Ao pedido de Brüning, de apoio nazista para a manutenção de Hindenburg na presidência, Hitler respondeu com uma longa arenga contra a república, que deixou pouca esperança de que pudesse vir a sustentar o plano de Brüning. Com Hindenburg, Hitler deu-se muito mal. Tentou impressionar o velho com farto palavrório, mas falhou redondamente. O presidente, no primeiro encontro, não se impressionou com o “cabo da Boêmia”, como o chamava, e disse a Schleicher que tal tipo poderia ser ministro dos Correios, mas nunca chanceler, palavras que mais tarde o marechal-de-campo teve de engolir.

Hitler, agastado, dirigiu-se apressadamente a Bad Harzburg e, no dia seguinte, 11 de outubro, realizou uma grande manifestação da “Oposição Nacional” contra o governo da Alemanha e da Prússia. Era uma assembleia, não tanto da direita radical, representada pelos nacional-socialistas, mas das mais antigas e conservadoras forças da reação: o Partido Nacional Alemão de Hugenberg, a ala direita do exército de reserva dos veteranos, os Capacetes de Aço, a chamada Juventude de Bismarck, a Liga Agrária dos junkers e uma singular coleção de velhos generais. Hitler, porém, não teve piedade no meeting, menosprezando as encasacadas, encartoladas e condecoradas relíquias do velho regime com quem, ele percebia, podia ser perigoso associar muito intimamente um movimento “revolucionário” como o seu. Seu discurso foi precipitado e superficial e deixou a praça antes da parada dos Capacetes de Aço que, para seu desgosto, desfilaram em número muito maior do que as S.A. A Frente de Harzburg, formada naquele dia, e que representava um esforço da velha linha conservadora no sentido de atrair os nazistas para uma frente única e dar começo ao assalto decisivo à república (exigia a imediata resignação de Brüning), fracassara. Hitler não tinha a menor intenção de ocupar posição secundária junto àqueles cavalheiros cujas ideias, pensava, estavam sepultadas num passado sem retorno. Podia utilizá-los naquele momento se eles o ajudassem a minar o regime de Weimar e se lhe tornassem acessíveis, como fizeram, novas fontes de financiamentos. Mas não seria utilizado por eles. Em poucos dias a Frente de Harzburg ruiu; os diversos elementos que a compunham mais uma vez passaram a se destruir uns aos outros.

Restava uma única saída. Tanto Hugenberg como Hitler negaram-se a concordar com a proposta de Brüning de prorrogação do mandato de Hindenburg. No princípio de 1932, o chanceler renovou seu esforço para que eles mudassem de opinião. Com grande dificuldade levava o presidente a concordar em servir por mais tempo, se o Parlamento prorrogasse seu mandato e, assim, tornasse desnecessário suportar o peso de uma árdua campanha eleitoral. Então Brüning chamou Hitler a Berlim para novas discussões. O telegrama chegou no

momento em que Hitler conferenciava com Hess e Rosenberg na redação do *Völkischer Beobachter*, em Munique. Estendendo o papel diante de si, Hitler gritava: “Agora os tenho no bolso! Eles me reconheceram como sócio em suas negociações.”¹

A 7 de janeiro, Hitler conferenciou com Brüning e Schleicher, tendo havido um encontro posterior a 10 de janeiro. Brüning repetiu sua proposta para que o Partido Nazista concordasse com o prolongamento do mandato de Hindenburg. Se isto fosse feito, e tão logo resolvesse o problema do cancelamento das reparações e da igualdade de armamentos, ele próprio se retiraria. Segundo algumas fontes — é ponto controvertido — Brüning ofereceu posteriormente outra tentativa: sugeriu o nome de Hitler ao presidente, para seu sucessor.²

Hitler não deu logo resposta definitiva. Passou o dia no hotel Kaiserhof e pediu a opinião de seus conselheiros. Gregor Strasser era a favor da aceitação do plano de Brüning, argumentando que, se os nazistas forçassem uma eleição, Hindenburg a venceria. Goebbels e Rohm foram por sua completa rejeição. Em seu diário de 7 de janeiro Goebbels escreveu: “A presidência não tem saída. Brüning quer apenas fortalecer sua posição indefinidamente (...) Começa o jogo de xadrez pelo poder (...) O mais importante é permanecermos fortes e não assumirmos quaisquer compromissos.” Na noite anterior, havia escrito: “Há um homem na organização em quem ninguém confia (...) É Gregor Strasser.”³

O próprio Hitler não via razão para fortalecer a posição de Brüning e, dessa forma, dar à república novo alento. Mas diferentemente do estúpido Hugenberg, que rejeitara abertamente o plano de 12 de janeiro, Hitler foi mais sutil. Passando por cima do chanceler, falou diretamente ao presidente, declarando que encarava a proposta de Brüning como inconstitucional, mas que apoiaria a reeleição de Hindenburg se o marechal recusasse o plano de Brüning. A Otto von Meißner, o hábil secretário de Estado da chancelaria presidencial, que havia dedicadamente servido primeiro ao socialista Ebert e, depois, ao conservador Hindenburg, e começara a pensar num terceiro mandato para si mesmo, com qualquer que fosse o presidente — talvez mesmo Hitler — o líder nazista, numa conversa secreta no Kaiserhof, prometeu apoiar Hindenburg na eleição, se antes ele se descartasse de Brüning, nomeasse um governo “nacional” e decretasse nova eleição ao Reichstag e à Dieta Prussiana.

Hindenburg não concordaria com isto. Irritado com a recusa dos nazistas e dos nacionalistas, estes seus amigos e supostos sustentáculos, de poupá-lo do esforço de uma batalha eleitoral, o marechal concordou em concorrer novamente. Mas ao seu ressentimento contra os partidos nacionalistas juntou-se um curioso rancor

por Brüning que, ele desconfiava, agira desastradamente em todo o assunto, forçando-o agora a um amargo conflito com as mesmas forças nacionalistas que o elegeram, em 1925, contra os candidatos liberal-marxistas. Agora só poderia ganhar com o apoio dos socialistas e dos sindicatos, pelos quais sempre tivera desprezo indistigável.

Uma frieza marcante surgiu em suas relações com o chanceler — “o melhor”, havia dito há pouco tempo, “desde Bismarck”. Idêntico e frio tratamento Brüning passou a receber do general que o havia levado à chancelaria. O austero líder católico fora, para Schleicher, um completo fracasso. Tornara-se o mais impopular chanceler que a república já tivera. Incapaz de obter a maioria no país, fracassara ao reprimir ou conquistar os nazistas. Deitara por terra a questão da permanência de Hindenburg. Portanto, ele devia sair — e talvez com ele o general Gröner, chefe acatado de Schleicher, que parecia não entender as ideias que Schleicher tinha em mente para o futuro. Não se podia dizer que o intrigante general estivesse com pressa. Brüning e Gröner, os dois homens fortes do governo, deviam conservar-se no poder até a reeleição de Hindenburg. Sem o apoio deles o velho marechal-de-campo não se reelegeria. Depois das eleições sua utilidade terminaria.

Hitler contra Hindenburg

Houve certas ocasiões na carreira de Hitler em que, diante de uma decisão difícil, parecia incapaz de pôr em ordem suas ideias; esta foi uma delas. O problema que enfrentou em janeiro de 1932 foi o seguinte: candidatar-se-ia ou não para presidente? Hindenburg parecia invencível. O herói lendário seria apoiado não apenas por muitos elementos da direita, como também pelos partidos democráticos que haviam estado contra ele na eleição de 1925, mas que agora o viam como salvador da república. Concorrer com o marechal e ser derrotado — como quase com certeza seria — não representaria arriscar a reputação de invencibilidade que os nazistas vinham construindo em sucessivas eleições provinciais desde seu espetacular triunfo no pleito nacional de 1930? Por outro lado, não concorrer não constituiria confissão de fraqueza, demonstração de falta de confiança no fato de estar o nacional-socialismo às portas do poder? Havia outra coisa a considerar. Hitler, na ocasião, não era ao menos elegível para poder candidatar-se. Não era cidadão germânico.

Joseph Goebbels insistia com ele para anunciar sua candidatura. A 19 de janeiro, viajaram juntos para Munique e naquela noite Goebbels recordou em seu diário: “Discuti a questão da presidência com o Führer. Nenhuma decisão ainda foi tomada. Argumentei fortemente a favor de sua própria candidatura.”

No mês seguinte, o diário de Goebbels refletia os altos e baixos do pensamento de Hitler. A 31 de janeiro: “A decisão do Führer será tomada na quarta-feira. Isso não pode mais ser adiado.” A 2 de fevereiro, parecia que ele a havia tomado. Goebbels anota: “Ele decide ser candidato.” Mas Goebbels aduz que a decisão não se tornará pública até que se saiba o que farão os social-democratas. No dia seguinte, os líderes do partido se reúnem em Munique para ouvir a decisão de Hitler. “Eles esperam em vão”, resmunga Goebbels. “Todo mundo”, acrescenta, “está nervoso e fatigado.” Naquela noite, o pequeno chefe de propaganda busca alívio; escapa para ver Greta Garbo num cinema, ficando “comovido e agitado” com a “maior atriz viva”. Tarde da noite “alguns velhos camaradas do partido vieram ver-me. Estavam deprimidos pela falta de decisão. Temiam que o Führer estivesse aguardando demasiado”.

Era possível que estivesse aguardando demasiado tempo, mas a confiança de Hitler no triunfo final não esmorecia. Uma noite, em Munique, recorda o diário, o Führer tem uma prolongada discussão com Goebbels sobre o posto que ele terá no Terceiro Reich. O líder tinha em mente para ele, diz Goebbels, um “Ministério de Educação Popular, que cuidaria de filmes, rádio, arte, cultura e propaganda”. Em outra noite, o Führer mantém uma longa discussão com seu arquiteto, o professor Troost, a respeito dos planos para “uma grandiosa modificação da capital do país”. E Goebbels acrescenta: “O Führer tem seus planos inteiramente terminados. Fala, age e sente como se nós já estivéssemos no poder.”

Mas ele ainda não fala como se estivesse ansioso por concorrer com Hindenburg. A 9 de fevereiro, lembra Goebbels, “o Führer está de volta a Berlim. Mais debates no Kaiserhof sobre a eleição presidencial. Tudo é deixado em suspenso”. Três dias depois Goebbels faz seus cálculos de votação com o Führer. “É arriscado”, diz, “mas se deve tentar”. Hitler partiu para Munique a fim de pensar mais ainda sobre o assunto.

Finalmente, Hindenburg toma a decisão por ele. A 15 de fevereiro, o idoso presidente anuncia formalmente sua candidatura. Goebbels está feliz. “Agora é a nossa vez. Agora já não precisamos ocultar nossa decisão.” Mas Hitler a esconde até 22 de fevereiro. Na reunião daquele dia no Kaiserhof, “o Führer me dá permissão”, Goebbels rejubila-se, “para anunciar sua candidatura no Palácio dos Esportes (Sportpalast), esta noite”.

Foi uma triste e confusa campanha. No Reichstag, Goebbels estigmatizou Hindenburg como “o candidato do partido dos desertores” e foi expulso da câmara por insultos ao presidente. Em Berlim, o nacionalista Deutsche Zeitung, que sustentara a eleição de Hindenburg em 1925, agora o combatia com

veemência. “A questão atual”, afirmava, “reside em saber se os traidores internacionalistas e porcos pacifistas, com a aprovação de Hindenburg, causarão a ruína final da Alemanha.”

Toda a lealdade tradicional das classes e partidos foi abalada na confusão e no calor da batalha eleitoral. A Hindenburg, protestante, prussiano, conservador e monarquista, deram seu apoio os socialistas, os sindicatos, os católicos do Partido do Centro de Brüning, e os remanescentes dos partidos liberais e democráticos da classe média. A Hitler, católico, austríaco, antigo vagabundo, “nacional-socialista”, líder das massas das classes médias inferiores, apoiaram, além de seus próprios seguidores, as classes dirigentes protestantes do norte, os conservadores agrários junkers e vários monarquistas, inclusive, no último momento, o próprio ex-príncipe herdeiro. A confusão aumentou ainda mais com a entrada de dois outros candidatos, nenhum dos quais podia esperar vencer, mas podiam alcançar bastantes votos para impedir que qualquer um dos principais competidores obtivesse a maioria absoluta necessária para a eleição. Os nacionalistas apresentaram Theodor Dusterberg, subcomandante dos Capacetes de Aço (dos quais Hindenburg era o comandante honorário), um pálido ex-tenente-coronel que os nazistas, para sua alegria, logo descobriram ser bisneto de judeu. Os comunistas, proclamando que os social-democratas “traíam os trabalhadores” ao apoiar Hindenburg, lançaram seu próprio candidato, Ernst Thälmann, o líder do partido. Não era a primeira vez, nem seria a última, que os comunistas, obedecendo ordem de Moscou, arriscavam favorecer os nazistas.

Apenas pouco antes da campanha, Hitler resolveu o problema de sua cidadania. A 25 de fevereiro, anunciou-se que o ministro nazista do Interior do Estado de Brunswick nomeara Herr Hitler adido da legação de Brunswick em Berlim. Por meio dessa manobra de ópera-bufa o líder nazista transformou-se automaticamente em cidadão de Brunswick e, em consequência, da Alemanha, ficando, portanto, em condições de eleger-se presidente do Reich alemão. Tendo transposto a pequena barreira com facilidade, Hitler atirou-se à campanha com energia furiosa, cruzando o país, falando a grandes multidões em incontáveis comícios populares, levando-as a um estado de frenesi. Goebbels e Strasser, os outros dois oradores fascinantes do partido, procediam de igual maneira. Mas isto não era tudo. Puseram em prática uma campanha de propaganda que a Alemanha jamais vira. Revestiram as paredes das cidades e vilas com um milhão de cartazes coloridos, distribuíram oito milhões de folhetos e 12 milhões de exemplares extras de seus jornais partidários, realizaram três mil comícios por dia e, pela primeira vez na eleição da Alemanha, utilizaram numerosos filmes e gravações ouvidas à distância por intermédio de alto-falantes instalados em caminhões.

Brüning também trabalhou incansavelmente a fim de vencer a eleição para o velho Hindenburg. Pelo menos uma vez este homem imparcial foi suficientemente implacável para reservar todo o tempo da cadeia de radioemissoras controladas pelo governo para sua própria campanha, tática que enfureceu Hitler. Hindenburg falou apenas uma vez, num programa gravado, a 10 de março, às vésperas do pleito. Foi um pronunciamento digno, um dos poucos da campanha, e obteve repercussão.

A eleição de um homem de partido, representando pontos de vista extremistas e unilaterais e que, conseqüentemente, teria contra si a maioria do povo, exporia o país a sérios distúrbios, cujas conseqüências seriam incalculáveis. O dever exige que eu procure evitar isto (...) Se for derrotado, pelo menos não merecerei a censura de haver desertado de meu posto numa hora de crise (...) Não peço votos daqueles que não desejam votar em mim.

Os que votaram por ele ficaram 0,4% aquém da necessária maioria absoluta. Ao encerrar-se o escrutínio, a 13 de março de 1932, os resultados foram os seguintes:

Hindenburg	18.651.497	4
------------	------------	---

Hitler	11.339.446	3
--------	------------	---

Thälmann	4.983.341	1
----------	-----------	---

Düsterberg	2.557.729	
------------	-----------	--

As cifras desapontaram ambos os lados. O velho presidente superara a demagogia nazista por sete milhões de votos, mas não conseguira atingir a maioria absoluta, o que fazia necessária uma segunda eleição, na qual o

candidato que obtivesse mais votos seria eleito. Hitler aumentara a votação nazista, em relação a 1930, de quase cinco milhões — cerca de 86% — mas ficara atrás de Hindenburg. Tarde da noite, no dia do pleito, havia um enorme desespero na casa de Goebbels, em Berlim, onde muitos dos líderes do partido se reuniram para ouvir os resultados pelo rádio. “Fomos derrotados; perspectiva terrível”, Goebbels escreveu em seu diário naquela noite. “Os círculos partidários estão profundamente deprimidos e desalentados (...) Podemos nos salvar apenas com uma manobra hábil.”

Mas, no *Völkischer Beobachter*, anunciou Hitler na manhã seguinte: “A primeira campanha eleitoral terminou. A segunda começou hoje. Eu a dirigirei.” Na realidade, ele realizou a campanha de modo tão vigoroso quanto a anterior. Fretando um avião *junker* de passageiros, voou de um extremo a outro da Alemanha — inovação eleitoral na época — falando em três ou quatro grandes comícios, por dia, em diferentes cidades. Astutamente, modificou sua tática para atrair mais votos. Na primeira campanha martelara a tecla da miséria do povo, impotência da república. Agora pintava um futuro feliz para todos os alemães, caso fosse eleito: empregos para os operários, preços mais altos para os agricultores, mais negócios para os homens de empresa, um grande exército para os militaristas, e certa vez, num discurso em *Lustgarten*, em Berlim, prometeu: “No Terceiro Reich cada moça alemã terá um marido!”

Os nacionalistas retiraram *Düsterberg* da competição e apelaram para seus seguidores votarem em Hitler. De novo o dissoluto ex-príncipe herdeiro, *Friedrich Wilhelm*, entrou na linha. “Votarei por Hitler”, declarou.

O dia da segunda eleição, 10 de abril de 1932, estava escuro e chuvoso, e um milhão de cidadãos deixou de votar. Os resultados anunciados tarde da noite foram:

Hindenburg	19.359.983
------------	------------

Hitler	13.418.547	3
--------	------------	---

Não obstante Hitler houvesse aumentado sua votação em dois milhões, e Hindenburg tivesse tido apenas mais um milhão, o presidente obtivera uma maioria clara e absoluta. Mais da metade do povo alemão expressara sua confiança na república democrática, rejeitando decisivamente os extremistas, quer da direita, quer da esquerda. Pelo menos assim julgava.

O próprio Hitler tinha muito que refletir. Fizera uma demonstração impressionante, duplicando a votação nazista em dois anos. Mas a maioria ainda o evitava e, com ela, o poder político que pretendia. Teria atingido o fim de sua carreira? Nas discussões partidárias que se seguiram à eleição de 10 de abril, Strasser afirmou francamente que tal era, na verdade, a posição de Hitler. Strasser insistia em negociar com os que estavam no poder: com o presidente, com o governo de Brüning e do general Gröner, com o exército. Hitler desconfiava de seu principal lugar-tenente, mas não rejeitava a ideia. Não havia esquecido uma das lições dos dias de Viena, de que para alcançar o poder deve-se ganhar o apoio de algumas das “poderosas instituições” existentes.

Antes que ele pudesse pensar no próximo passo uma destas “poderosas instituições”, o governo da república, desferiu-lhe forte pancada.

Durante mais de um ano o governo do Reich, e vários governos estaduais, foram se apoderando de documentos reveladores de que certo número de altos líderes nazistas, especialmente das S.A., preparavam-se para tomar conta da Alemanha pela força e instituir um reinado de terror. Na véspera da primeira eleição presidencial, as S.A., agora com quatrocentos mil homens, foram inteiramente mobilizadas e lançaram um cordão em volta de Berlim. Embora o capitão Rohm, chefe das S.A., tivesse assegurado ao general von Schleicher que a medida era simplesmente de “precaução”, a polícia prussiana apanhara documentos, no quartel-general nazista em Berlim, que deixavam bastante claro que as S.A. pretendiam dar um *coup d'état* na noite seguinte à eleição de Hitler como presidente — tal a pressa de Rohm. Goebbels, em sua nota diária da noite de 11 de março, confirmou que algo se preparava. “Foram transmitidas instruções aos comandos das S.A. e S.S. Inquietação profunda reina em toda parte. A palavra Putsch ronda os ares.”

Tanto o governo nacional como os governos estaduais estavam alarmados. No

dia 5 de abril os representantes de vários Estados, liderados pela Prússia e pela Baviera, os dois maiores, exigiram do governo central que suprimisse as S.A., ou de outro modo eles o fariam em seus territórios. O chanceler Brüning se encontrava fora de Berlim, em campanha eleitoral, mas Gröner, que recebeu os delegados na qualidade de ministro do Interior e da Defesa, prometeu agir assim que Brüning regressasse, o que se deu a 10 de abril, dia da segunda eleição. Brüning e Gröner julgavam ter bons motivos para liquidar as S.A. Isto poria termo às ameaças de guerra civil e podia significar o prelúdio do fim de Hitler como o elemento mais importante na política alemã. Certos da reeleição de Hindenburg por maioria absoluta, sentiam que os votantes lhe confiavam um mandato para proteger a república contra as ameaças dos nazistas de derrubá-la pela força. Era tempo de usar a força contra a força. A menos que atuassem energicamente, também perderiam o apoio dos social-democratas e dos sindicatos, que forneceram a maioria dos votos para Hindenburg e foram o principal sustentáculo para a continuidade do governo de Brüning.

O gabinete reuniu-se em 10 de abril, quando a votação se processava, e decidiu suprimir imediatamente os exércitos privados de Hitler. Havia alguma dificuldade de conseguir a assinatura de Hindenburg para o decreto — Schleicher, o primeiro a aprová-lo, começou a cochichar objeções nos ouvidos do presidente — mas o decreto foi finalmente assinado no dia 13 e promulgado em 14 de abril.

Foi um golpe atordoante para os nazistas. Rohm e alguns dos mais impetuosos do partido pregaram a resistência à ordem. Porém Hitler, mais esperto que seus lugares-tenentes, mandou que ela fosse obedecida. O momento não admitia rebelião armada. Além disso, havia notícias interessantes a respeito de Schleicher. Goebbels anotou naquele mesmo dia, 14 de abril, em seu diário: “Estamos informados de que Schleicher não aprova a ação de Gröner” (...) E mais tarde, nesse dia: “(...) uma chamada telefônica de uma senhora muito conhecida, amiga íntima do general Schleicher. Diz ela que o general quer renunciar.”⁴

Goebbels interessou-se, mas estava cético. “Talvez”, aduziu, “seja apenas uma manobra”. Nem ele, nem Hitler, nem mesmo ninguém; com certeza nem Brüning e, mais certamente ainda, nem Gröner, a quem Schleicher devia sua rápida ascensão no exército e nos conselhos do governo, sequer suspeitaram da infinita capacidade de trapacear do intrigante general político. Mas logo iriam conhecê-la.

Mesmo antes que a proibição das S.A. fosse conhecida, Schleicher, que

exercia influência sobre o fraco espírito do comandante do Reichswehr, general von Hammerstein, informara confidencialmente aos comandantes dos sete distritos militares que o exército se opunha à medida. Em seguida persuadiu Hindenburg de que devia escrever uma carta agastada a Gröner, no dia 16 de abril, indagando-lhe por que a Reichsbanner, organização paramilitar dos social-democratas, não fora suprimida juntamente com as S.A. Schleicher adotou outro passo para minar a posição de seu chefe. Inspirou uma campanha maliciosa contra o general Gröner, espalhando histórias de que ele se achava muito doente para permanecer no Ministério, de que se tornara adepto do marxismo e mesmo do pacifismo, e proclamando que o ministro da Defesa desonrara o exército ao ter um filho nascido cinco meses depois de seu recente casamento. O garoto, disse a Hindenburg, fora apelidado de “Nurmi” nos círculos do exército, em homenagem ao veloz corredor finlandês de fama olímpica.

Nesse meio-tempo, Schleicher renovou seus contatos com as S.A. Manteve conversações com Rohm, o chefe das S.A., e com o conde von Heidorff, seu comandante em Berlim. A 26 de abril, escreveu Goebbels, Schleicher informara Heidorff de que ele “queria mudar de rumo”. Dois dias depois Schleicher esteve com Hitler, e Goebbels registrou que a “conversa foi boa”.

Mesmo nessa fase do jogo, é evidente que, com relação às S.A., Rohm e Schleicher estavam conspirando nas costas de Hitler. Ambos desejavam que as S.A. se incorporassem ao exército como uma milícia, ao que o Führer se opunha firmemente. Este foi um assunto sobre o qual Hitler discutiu muitas vezes com o chefe do Estado-maior das S.A., que via as tropas de assalto como força militar em potencial para fortalecer o país, enquanto Hitler as considerava apenas uma força política, uma organização para espalhar o terror nas ruas contra os adversários políticos e para manter o entusiasmo político nas fileiras nazistas. Mas, em suas conversações com os líderes nazistas, Schleicher tinha outro objetivo em mente: queria que as S.A. fossem anexadas ao exército, onde seriam controladas por ele. Mas queria também a Hitler, o único nacionalista conservador que possuía partidários no povo, para o governo, onde ele, Schleicher, o controlaria. O Verbot das S.A. impedia o avanço para ambos os objetivos.

No fim da primeira semana de maio de 1932, as intrigas de Schleicher atingiram um dos seus clímaxes. Goebbels anota no dia 4 de maio que “as minas de Hitler começaram a desaparecer. Primeiro Gröner e depois Brüning devem sair”. A 8 de maio, registrou Goebbels em seu diário: “Hitler teve uma conferência decisiva com o general Schleicher e com alguns cavalheiros chegados ao presidente. Tudo vai bem. Brüning cairá em poucos dias. O

presidente retirará a confiança nele.” Esboça então o plano que Schleicher e a camarilha do presidente haviam maquinado com Hitler: o Reichstag seria dissolvido, um gabinete presidencial instalado, e todas as proibições contra as S.A. e o Partido Nazista revogadas. Para evitar que se levantasse a suspeita de Brüning sobre o que se passava, acrescenta Goebbels, Hitler se manterá afastado de Berlim. Tarde da noite despacha seu chefe para Mecklenburg, virtual esconderijo.

Para os nazistas, Goebbels anota no dia seguinte, o gabinete presidencial é considerado meramente uma questão “provisória”. Um governo de transição tão insípido, diz ele, “limpará o caminho para nós. Quanto mais fraco, melhor, mais facilmente nos livraremos dele”. Este não é, naturalmente, o ponto de vista de Schleicher, que já sonha com um novo governo que dissolverá o Parlamento até que a Constituição possa ser modificada, e o qual ele dominará. Logo ficou evidente que ele e Hitler acreditam poder tirar o máximo um do outro. Mas no momento ele possui um ás para jogar. Pode assegurar ao velho e esgotado presidente que é capaz de oferecer o que Brüning não podia: um governo apoiado por Hitler, mas sem o inconveniente de ter nele o demagogo fanático.

Tudo estava preparado, e a 10 de maio, dois dias depois de seu encontro com Hitler e os homens que cercavam Hindenburg, Schleicher atacou. O golpe foi desferido no Reichstag. O general Gröner levantou-se para defender a proibição das S.A. e foi violentamente atacado por Göring. Diabético, doente do coração pela perfídia já articulada por Schleicher, o ministro da Defesa tentou defender-se da melhor forma possível, mas foi esmagado pela torrente de insultos da bancada nazista. Exaurido e humilhado, abandonou a câmara e correu para o general von Schleicher, que lhe comunicou friamente que “não mais gozava da confiança do exército e devia renunciar”. Gröner apelou para Hindenburg, a quem tinha lealmente enfrentado — e suportado a vergonha — ao chegar o momento culminante, primeiro em 1918, para dizer ao Kaiser que devia sair, e depois em 1919, para aconselhar o governo republicano a assinar o Tratado de Versalhes.

Mas o velho marechal, que nunca abandonara seu ressentimento para com o jovem oficial, respondeu que “infelizmente” ele nada podia fazer sobre o assunto. A 13 de maio, amargurado e desiludido,* Gröner renunciou. Goebbels, naquela noite, registrou em seu diário: “Temos notícias do general von Schleicher. Tudo marcha de acordo com o plano.”

* *“Raiva e desprezo fervem dentro de mim”, poucos meses depois Gröner escreveu a Schleicher (29 de novembro), “porque me decepcionei com*

você, meu velho amigo, discípulo, filho adotivo". (Ver Gordon A. Craig. "Reichwehr in National Socialism: The Policy of Wilhelm Gröner", Political Science Quarterly, junho, 1948).

O plano reclamava agora a cabeça de Brüning e duraria até que o conivente general fosse capaz de introduzir-se no obstáculo. A queda de Gröner constituiria uma grave perda para a república cambaleante. Quase sozinho entre os militares, ele a servira hábil e devotadamente, e no exército não havia ninguém de igual estatura e lealdade para substituí-lo. Mas o obstinado e duro Brüning continuava uma força. Assegurara o apoio da maioria dos alemães para a reeleição de Hindenburg e, como ele acreditava, para a continuidade da república. Parecia estar em vésperas de êxitos sensacionais na política externa, tanto em relação ao cancelamento das reparações como da igualdade de armamento para o Reich. Mas o envelhecido presidente, como vimos, recompensava com uma frieza chocante os esforços sobre-humanos do chanceler para dar-lhe a vitória num novo mandato. Sua atitude tornou-se ainda mais fria ao propor Brüning que o Estado se apoderasse de certo número de fazendas de junkers, falidos, da Prússia Oriental, depois de uma recompensa generosa, a fim de distribuí-las entre os camponeses sem terra. Quando Hindenburg foi passar as férias da Páscoa, nos meados de maio, em Neudeck, na fazenda da Prússia Oriental que os junkers, com a ajuda financeira dos industriais, lhe haviam dado de presente por seu octogésimo aniversário, acabou concordando com seus aristocráticos vizinhos, que clamavam pela demissão do chanceler, ao qual chamavam agora de "bolchevista agrário".

Os nazistas, com toda a certeza por meio de Schleicher, verificaram, antes de Brüning, que o chanceler estava com os dias contados. No dia 18 de maio, Goebbels retornou de Munique a Berlim e, notando que o "espírito da Páscoa" ainda se demorava, escreveu em seu diário: "Só para Brüning o inverno parece ter começado. Admira que ele não se aperceba. Não pode encontrar elementos para seu gabinete. Os ratos estão abandonando o navio que afunda." Teria sido mais justo afirmar que o rato principal, longe de abandonar o barco do Estado em naufrágio, estava apenas se preparando para se transformar em seu novo capitão. No dia seguinte, Goebbels anotou: "O general Schleicher recusou-se a tomar posse no Ministério da Defesa." Era uma verdade, mas também não de todo exata. Na verdade, Brüning fizera a solicitação a Schleicher depois de censurá-lo por ter destruído Gröner. Schleicher respondera: "Serei ministro da Defesa, mas não em seu governo."5

A 19 de maio, o diário de Goebbels registra: "Mensagem de Schleicher. A lista de ministros está pronta. Para o período de transição isso não tem tanta

importância.” Desse modo, pelo menos uma semana antes de Brüning, os nazistas sabiam que seu plano gorara. No dia 29 de maio, domingo, Hindenburg convocou Brüning e abruptamente pediu-lhe a renúncia, e no dia seguinte ela lhe foi dada.

Schleicher triunfara. Mas não somente Brüning caiu. A república democrática veio abaixo com ele, não obstante sua agonia mortal continuasse por mais oito meses antes do *coup de grâce* final. A responsabilidade de Brüning por sua demissão não foi pequena. Embora democrata de coração, permitira-se chegar a uma situação na qual teria forçosamente de governar por decretos presidenciais sem a anuência do Parlamento. Admite-se que a provocação para tomar tal medida foi grande. Os políticos, em sua cegueira, a tornaram de todo inevitável. A 12 de maio, entretanto, fora capaz de obter um voto de confiança no Reichstag para o seu programa financeiro. Mas quando o Parlamento não concordasse, ele contava com a autoridade do presidente para governar. Agora, essa autoridade lhe fora retirada. Desse momento em diante, de junho de 1932 a janeiro de 1933, ela seria garantida por dois homens insignificantes que, embora não sendo nazistas, não anelavam sustentar a república democrática, pelo menos do modo em que se achava presentemente constituída.

O poder político na Alemanha já não residia, como fora desde o surgimento da república, no povo e no conjunto que representava a vontade do povo, o Reichstag. Agora ele estava concentrado nas mãos de um presidente senil, de 85 anos, e nas de uns poucos homens frívolos e ambiciosos que o rodeavam e modelavam sua cansada e vacilante vontade. Hitler viu isso claramente, o que se ajustava a seus propósitos. Afigurava-se improvável que ele pudesse conquistar a maioria no Parlamento. A nova orientação de Hindenburg oferecia-lhe a única oportunidade que lhe restava de chegar ao poder. Não imediatamente, por certo, mas logo.

Apressou-se a voltar a Berlim, de Oldenburg, onde a 29 de maio os nazistas ganharam maioria absoluta na eleição para a dieta local. No dia seguinte ele foi recebido por Hindenburg, que confirmou os itens do acordo que o líder nazista empreendera secretamente com Schleicher, a 8 de maio: a suspensão da proibição das S.A., um gabinete presidencial à escolha do próprio Hindenburg, a dissolução do Reichstag. Apoiaria Hitler o novo governo? — perguntou Hindenburg. Hitler respondeu afirmativamente. Naquela noite de 30 de maio, o diário de Goebbels foi posto em dia: “A conversação de Hitler com o presidente correu bem (...) Fala-se de Papen para chanceler, mas isto nos interessa pouco. O importante é que o Reichstag seja dissolvido. Eleições! Eleições! Em direção ao povo! Estamos todos muito felizes.”⁶

O fiasco de Franz von Papen

No centro dos acontecimentos aparecia agora um inesperado e ridículo personagem. O homem que o general von Schleicher impingiu ao octogenário presidente, e que em 1º de junho de 1932 foi nomeado chanceler da Alemanha, era Franz von Papen, de 53 anos, descendente de uma família empobrecida da nobreza vestfaliana, antigo oficial do Estado-maior-geral, excelente cavaleiro, fracassado político amador, centrista católico, rico industrial pelo casamento e pouco conhecido do público, salvo como antigo adido militar em Washington, de onde fora expulso durante a guerra por cumplicidade no planejamento de uma sabotagem que visava a explosão de pontes e vias férreas, quando os Estados Unidos estavam neutros.

“Ninguém acreditava na escolha do presidente”, escreveu o embaixador francês em Berlim. “Não havia quem não sorrisse, furtiva ou francamente, porque Papen tinha a peculiaridade de não ser tomado a sério, quer por amigos, quer por inimigos (...). Reputavam-no um homem superficial, disparatado, mentiroso, ambicioso, inútil, matreiro e intrigante.”⁷ Eis o homem — e François-Poncet não exagerava — a quem Hindenburg, por indicação de Schleicher, confiara o destino da república periclitante.

Papen não contava com apoio político de quem quer que fosse. Nem sequer era membro do Reichstag. Não conseguira na política mais que um assento no Landtag da Prússia. Ao ser nomeado chanceler, seu próprio Partido do Centro, indignado pela perfídia de Papen para com seu líder, Brüning, expulsou-o unanimemente de suas fileiras. Mas o presidente lhe recomendara formar um governo acima dos partidos, o que pôde fazer imediatamente, porque Schleicher já possuía uma lista de ministros preparada. Sua composição tornou-se conhecida como a do “ministério dos barões”. Cinco pertenciam à nobreza, dois eram diretores de empresas e um Franz Gürtner, nomeado ministro da Justiça, fora protetor de Hitler no governo da Baviera, no conturbado período do Putsch da cervejaria. O general von Schleicher foi por Hindenburg tirado dos bastidores, posição por ele preferida, e transformado em ministro da Defesa. O “ministério dos barões” foi recebido por grande parte do país como um gracejo, mas a persistência de muitos de seus membros — como o barão von Neurath, o barão von Eltz-Rubenach, o conde Schwerin von Krosigk e o dr. Gürtner — foi tal que o gabinete subsistiu até o advento do Terceiro Reich.

O primeiro ato de Papen foi honrar o acordo de Schleicher com Hitler. A 4 de junho dissolveu o Reichstag, convocou nova eleição para 31 de julho e, depois de alguma insistência dos desconfiados nazistas, suspendeu a proibição das S.A. no

dia 15 de junho. A isso sobreveio imediatamente uma onda de violência política e de assassinatos como nem mesmo a Alemanha jamais vira. As tropas de assalto formigavam pelas ruas à procura de brigas e sangue, e seu desafio muitas vezes obtinha resposta, especialmente por parte dos comunistas. Somente na Prússia, de 1º a 20 de junho, houve 461 lutas abertas nas ruas, que custaram 28 vidas e deixaram feridos gravemente mais de cem homens. Em julho, contaram-se 38 nazistas e 30 comunistas entre os 86 mortos nos conflitos. No domingo, 10 de julho, 18 pessoas morreram nas ruas. E no domingo seguinte, quando os nazistas, sob escolta policial, desfilaram em Altona, subúrbio da classe operária de Hamburgo, 19 pessoas pereceram e 285 foram feridas. A guerra civil que o ministério dos barões tinha a missão de conter se agravava cada vez mais. Todos os partidos, com exceção do nazista e do comunista, exigiam que o governo agisse para restabelecer a ordem.

Duas providências constituíram a resposta de Papen. Proibiu todas as manifestações políticas durante a quinzena que precedeu a eleição de 31 de julho e tomou uma decisão que objetivava não apenas o apaziguamento dos nazistas, mas a destruição de um dos poucos pilares remanescentes da república democrática. A 20 de julho, depôs o governo prussiano e designou a si mesmo comissário do Reich para a Prússia. Isto constituía ousada manobra no sentido de chegar ao tipo de governo totalitário que pretendia para toda a Alemanha. A desculpa de Papen foi a de que os conflitos de Altona demonstraram que o governo prussiano não tinha condições para a manutenção da lei e da ordem. Acusou também, com “provas” criadas precipitadamente por Schleicher, as autoridades prussianas de estarem conluídas com os comunistas. Quando os ministros socialistas recusaram demitir-se, a não ser pela força, Papen amavelmente a forneceu.

A lei marcial foi proclamada em Berlim e o general von Rundstedt, o comandante local do Reichswehr, enviou um tenente e uma dúzia de soldados para realizarem as prisões necessárias. Essa evolução não ficou restrita ao conhecimento dos homens da direita que se haviam apoderado do governo federal, nem escapara à atenção de Hitler. Já não havia necessidade de preocupação: as forças da esquerda, ou mesmo as democráticas, do centro, não tardariam a oferecer séria resistência à derrubada do sistema democrático. Em 1920, uma greve geral salvara a república da liquidação. Esta medida fora agora objeto de debate entre os líderes sindicais e os socialistas e rejeitada como muito perigosa. Com a deposição do governo constitucional da Prússia, Papen apressara a morte da República de Weimar. E para isso fora preciso, como se gabava, apenas um esquadrão de soldados.

De seu lado, Hitler e seus lugares-tenentes estavam decididos a pôr abaixo não somente a república, mas Papen e seus barões. Goebbels expressou esse objetivo em seu diário, a 5 de junho: “Devemos desligar-nos o mais brevemente possível desse gabinete provisório e burguês.” Quando Papen viu Hitler pela primeira vez, a 9 de junho, disse-lhe o líder nazista: “Considero seu ministério apenas como solução temporária e prosseguirei em meus esforços para converter meu partido no mais poderoso do país, quando então a chancelaria será minha, de direito.”⁸

O pleito de 31 de julho para o Reichstag foi a terceira eleição nacional realizada na Alemanha em cinco meses, mas longe de estarem esgotados por tanta disputa eleitoral, os nazistas lançaram-se à campanha com mais fanatismo e vigor do que nunca. Apesar da promessa de Hitler, a Hindenburg, de que os nazistas apoiariam o governo de Papen, Goebbels desencadeou tremendos ataques contra o ministro do Interior e logo a seguir, a 9 de julho, dirigiu-se a Schleicher para queixar-se amargamente da política do governo. Pelo tamanho das multidões que se movimentavam para ver Hitler, era evidente que os nazistas ganhavam terreno. Num dia, a 27 de julho, ele falou a sessenta mil pessoas em Brandemburgo, e quase outras tantas em Postdam e, à noite, nesse mesmo dia, a 120 mil ouvintes no gigantesco Grunewald Stadium de Berlim, enquanto, do lado de fora, mais uns cem mil escutavam sua voz pelos alto-falantes.

O pleito de 31 de julho deu uma vitória retumbante ao Partido Nacional-Socialista. Com 13.745.000 votos, os nazistas conquistaram 230 cadeiras no Reichstag, tornando-se o maior partido no Parlamento, embora estivessem um pouco aquém da maioria numa casa de 608 membros. Os social-democratas, em virtude, sem dúvida, da timidez revelada por seus líderes na Prússia, perderam dez lugares e ficaram reduzidos a 133. A classe operária pendia para os comunistas, que ganharam 12 assentos e se tornaram o terceiro maior partido, com 89 membros no Reichstag. O Centro Católico aumentou sua força, passando de 68 para 73 lugares, mas os demais partidos da classe média, incluindo o Partido Nacional Alemão de Hugenberg, o único que apoiara Papen na eleição, foram esmagados. Com exceção dos católicos, as classes média e superior, era evidente, haviam passado para o lado dos nazistas.

A 2 de agosto, Hitler fez um balanço de seu triunfo em Tegernsee, perto de Munique, onde conferenciou com os líderes do partido. Desde a última eleição para o Reichstag, dois anos antes, os nacional-socialistas haviam obtido mais de sete milhões de votos e elevaram sua representação no Parlamento de 107 para 230. Em quatro anos, desde a eleição de 1928, os nazistas haviam conquistado mais de 13 milhões de novos votos. Contudo, a maioria que conduzia o partido ao poder ainda escapava a Hitler. Ganhara apenas 37% do total da votação. A

maioria dos alemães ainda estava contra ele.

Deliberou com seus lugares-tenentes pela noite adentro. Goebbels registrou em seu diário, no apontamento de 2 de agosto: “O Führer enfrenta decisões difíceis. Legal? Com o Centro? Com o Centro os nazistas formariam a maioria no Reichstag. Mas para Goebbels isso era ‘inimaginável.’” Até agora, anota, “o Führer não chegou a uma decisão definitiva. A situação ainda levará algum tempo para amadurecer”.

Mas não muito. Hitler, entusiasmado com sua vitória, embora não tivesse sido decisiva, estava impaciente. A 4 de agosto correu a Berlim, não para avistar-se com o chanceler von Papen, mas com o general von Schleicher e, como Goebbels anotou, “para apresentar suas exigências. Elas não serão muito moderadas”, acrescentou. No quartel de Fürstenberg, próximo a Berlim, no dia 5 de agosto, Hitler expôs suas reivindicações ao general von Schleicher: a chancelaria para ele próprio; e, para seu partido, o lugar de primeiro-ministro da Prússia, os Ministérios do Interior do Reich e da Prússia, o Ministério da Justiça do Reich, e os da Economia e da Aeronáutica, e um novo Ministério para Goebbels, o da Educação Popular e da Propaganda. Como lambujem, Hitler prometeu a Schleicher o Ministério da Defesa. Além disso, Hitler disse que exigiria do Reichstag uma lei que lhe permitisse governar por decreto por um determinado período. Se isto fosse recusado, o Reichstag seria “mandado para casa”.

Hitler deixou a reunião convencido de que conquistara Schleicher para seu programa e partiu logo, alegre, para o sul, para seu retiro nas montanhas, em Obersalzberg. Goebbels, sempre cético em relação à posição e sempre desconfiado do general político, não estava tão seguro. “É bom encararmos os futuros acontecimentos com ceticismo”, confiou a seu diário, a 6 de agosto, após ter ouvido a comunicação otimista do líder sobre seu encontro com Schleicher. Goebbels, entretanto, tinha certeza de uma coisa: “Uma vez no poder, jamais o abandonaremos. Terão que carregar para fora dos ministérios nossos cadáveres.”

Nem tudo ia tão bem como Hitler parecia pensar. A 8 de agosto Goebbels escreveu: “Chamada telefônica de Berlim. Muitos boatos. Todo o partido está pronto para tomar o poder. Os homens das S.A. estão deixando seus locais de trabalho para ficar de prontidão. Os líderes do partido se preparam para a hora decisiva. Se tudo for bem, melhor. Se as coisas forem mal, haverá um terrível retrocesso.” No dia seguinte, Strasser, Frick e Funk chegaram a Obersalzberg com notícias não propriamente animadoras. Schleicher virara novamente, feito um verme. Agora insistia que se Hitler fosse para a chancelaria deveria governar com a aprovação do Reichstag. Funk comunicou que seus amigos industriais

estavam preocupados com a perspectiva de um governo nazista. Recebera mensagem de Schacht confirmando isto. Por último, disse o trio a Hitler, a Wilhelmstrasse estava preocupada com um golpe nazista.

Esta preocupação não deixava de ter fundamento. No dia seguinte, 10 de agosto, Goebbels foi informado de que em Berlim as S.A. se encontravam “em estado de prontidão armada (...) As S.A. estão cercado cada vez mais fortemente Berlim (...) A Wilhelmstrasse está muito inquieta. Mas esta é a hora de nossa mobilização”. No dia seguinte, o Führer não podia suportar a espera por mais tempo. Foi de automóvel para Berlim. Devia desaparecer ali, disse Goebbels, mas, por outro lado, havia de preparar-se para quando fosse chamado. Como o chamado não veio, ele próprio resolveu ver o presidente. Mas, primeiro, tinha de avistar-se com Schleicher e Papen.

A entrevista, que se deu ao meio-dia de 13 de agosto, foi tempestuosa. Schleicher se afastara de sua posição da semana anterior. Apoiava Papen na insistência de que o máximo que Hitler podia esperar era a vice-chancelaria. Hitler ficou furioso. Seria chanceler ou nada. Papen encerrou a entrevista dizendo que deixaria a “decisão final” para Hindenburg.*

** Papen, em suas memórias,⁸ não menciona a presença de Schleicher no encontro, mas ele estava lá, segundo se depreende claramente de outras fontes. É um pormenor importante, em vista dos subseqüentes eventos.*

Hitler retirou-se, ofendido, para o vizinho Kaiserhof, onde, às 15h, uma chamada telefônica chegou do gabinete do presidente. Alguém — provavelmente Goebbels, a julgar pelo seu diário — perguntou: “Já foi tomada uma decisão? Em caso afirmativo, não há razão para a ida de Hitler.” O presidente, disseram aos nazistas, “deseja primeiro falar com Hitler”.

O idoso marechal recebeu o líder nazista de pé e apoiado em sua bengala, no gabinete de trabalho, dando assim um tom glacial à entrevista. Para um homem de 85 anos, que apenas havia dez meses sofrerá uma completa recidiva mental que durou mais de uma semana, Hindenburg era de uma surpreendente lucidez de espírito. Ouviu, pacientemente, enquanto Hitler repetia sua exigência da chancelaria e poder total. Otto von Meissner, chefe da chancelaria presidencial, e Göring, que acompanhara Hitler, foram as únicas testemunhas da conversação. E apesar de Meissner não ser fonte inteiramente digna de confiança, seu depoimento de Nuremberg é o único testemunho existente, de primeira mão, do que se passou. Ele soa verdadeiro.

Hindenburg replicou que, em virtude da situação tensa, não podia em sã consciência arriscar-se a transferir o poder governamental para um novo partido, como o dos nacional-socialistas, que não contava com maioria e era intolerante, barulhento e indisciplinado.

Nessa ocasião, Hindenburg, revelando certa excitação, referiu-se a algumas das recentes ocorrências — choques entre os nazistas e a polícia, atos de violência cometidos pelos partidários de Hitler contra os que eram de opinião diversa, arbitrariedades contra os judeus e outras ações ilegais. Todos esses incidentes haviam fortalecido sua convicção de que havia numerosos maus elementos que escapavam do controle do partido (...) Após prolongada discussão, Hindenburg propôs a Hitler que se declarasse pronto a cooperar com os demais partidos, principalmente com a direita e o centro, e que abandonasse a ideia de possuir poder total. Cooperando com outros partidos, declarou Hindenburg, ele estaria em condições de mostrar tudo o que poderia realizar e melhorar. Se pudesse revelar resultados positivos ele adquiriria crescente e mesmo dominante influência num governo de coalizão. Hindenburg afirmou que esse também seria o melhor caminho para eliminar o medo difundido de que o governo nacional-socialista faria mau uso de seu poder e suprimiria todas as outras opiniões, liquidando-as gradualmente. Hindenburg declarou que estava pronto a aceitar Hitler e os representantes de seu movimento numa coalizão governamental, combinação clara a ser objeto de negociação, mas que ele não assumiria a responsabilidade de dar o poder exclusivamente a Hitler (...) Entretanto, Hitler se obstinava e se recusava a adotar uma posição de barganha com os líderes dos outros partidos e, dessa maneira, formar um governo de coalizão.⁹

A discussão terminou, pois, sem acordo, mas não sem antes o velho presidente, ainda de pé, ter dirigido severas palavras ao líder nazista. No comunicado oficial, publicado logo a seguir, Hindenburg “lamenta que Herr Hitler não tivesse podido apoiar um governo nacional que merecia a confiança do presidente do Reich, como concordara fazer antes da eleição ao Reichstag”. Na opinião do venerável presidente, Hitler quebrara sua palavra, mas ele que se acautelasse no futuro. O comunicado declara mais adiante: “O presidente exortou seriamente Herr Hitler a conduzir a oposição do Partido Nacional-Socialista de maneira cavalheiresca, tendo em mente sua responsabilidade para com a pátria e o povo alemão.”

O comunicado dando a versão de Hindenburg do encontro e insistindo em que Hitler exigira o “controle completo do Estado” foi publicado tão rapidamente que apanhou a máquina de propaganda de Goebbels desprevenida e prejudicou bastante a causa de Hitler, não só entre o grande público como entre os próprios nazistas. Hitler respondeu, inutilmente, que não pedira “todo o poder”, mas simplesmente a chancelaria e alguns ministérios. De modo geral, a palavra de

Hindenburg foi acatada.

Enquanto isso, as tropas de assalto mobilizadas estavam bastante impacientes. Hitler convocara seus líderes e lhes falara naquela mesma noite. “É uma tarefa difícil”, frisou Goebbels. “Quem poderá garantir que as formações se manterão unidas? Não há nada mais difícil do que dizer a tropas entusiasmadas pela vitória que ela fugiu de suas mãos.” Naquela noite, muito tarde, o doutor foi buscar consolo na leitura das cartas de Frederico, o Grande. No dia seguinte, correu a descansar nas praias do Báltico. “Reina grande desesperança entre os camaradas do partido”, escreveu. Recusou deixar seu quarto até mesmo para falar-lhes. “Não quero saber de política pelo menos durante uma semana. Desejo apenas sol, luz, ar e paz.”

Hitler se retirou para Obersalzberg a fim de desfrutar desses mesmos elementos e refletir sobre o futuro imediato. “Perdera-se a primeira grande oportunidade”, como disse Goebbels. Hermann Rauschning, então líder nazista em Dantzig, encontrou o Führer meditando taciturnamente em sua montanha: “Devemos ser impiedosos”, disse-lhe Hitler, lançando uma invectiva contra Papen. Mas ele não tinha perdido a esperança. De vez em quando falava como se já fosse chanceler. “Minha tarefa é mais difícil que a de Bismarck”, declarou. “Devo primeiramente organizar a nação, antes mesmo de começar a atacar as tarefas que se encontram à nossa frente.” E na hipótese de os nazistas serem eliminados por uma ditadura militar de Papen e Schleicher? Hitler repentinamente indagou a Rauschning se Dantzig, cidade livre então sob a proteção da Liga das Nações, possuía acordo de extradição com a Alemanha. Rauschning não compreendeu imediatamente a pergunta, mas logo ficou evidente que Hitler tinha em vista um lugar que pudesse servir de asilo.¹⁰ Em seu diário, Goebbels anotou “boatos de que o Führer está para ser preso”. Ainda agora, entretanto, depois da má acolhida do presidente do Reich e do governo de Papen e Schleicher, e apesar de seus temores de que o partido podia ser colocado fora da lei, ele estava decidido a prosseguir no caminho da “legalidade”. Reprimia toda conversa sobre um Putsch pelas S.A. Salvo em ocasionais momentos de depressão, ele se conservava confiante em que alcançaria seu objetivo, não pela força e dificilmente pela conquista de maioria parlamentar, mas pelos processos que conduziram Schleicher e Papen ao ápice: por intrigas secretas, jogo que os dois podiam fazer.

Há não muito tempo dera um exemplo. A 25 de agosto, Goebbels conferenciou com Hitler em Berchtesgaden e frisou: “Temos mantido contato com o Partido do Centro, mesmo que apenas para fazer pressão sobre nossos adversários.” No dia seguinte, Goebbels, de volta a Berlim, verificou que Schleicher já tinha

descoberto “nossas simpatias para com o Centro”. A seguir, foi ver o general exatamente para certificar-se disso. Schleicher pareceu-lhe preocupado com a perspectiva de que Hitler e o Centro Católico se unissem, pois formariam maioria absoluta no Reichstag. Em relação a Schleicher, Goebbels escreveu: “Não sei o que é verdadeiro ou falso nele.”

Os entendimentos com o Partido do Centro, embora nunca, como disse Goebbels, visassem mais que uma forma de pressão sobre o governo de Papen e que naquele instante constituíam um acontecimento ridículo no Reichstag, deram, entretanto, início ao fim do chanceler cavaleiro. Ao reunir-se a Câmara, no dia 30 de agosto, os centristas aliaram-se aos nazistas para a eleição de Göring à presidência do Reichstag. Pela primeira vez, então, um nacional-socialista assumia esse cargo, quando o Reichstag foi convocado a 12 de setembro para iniciar suas sessões. Göring tirou o máximo proveito de sua oportunidade. O chanceler von Papen obtivera antecipadamente do presidente um decreto para a dissolução da Câmara — a primeira vez que a sentença de morte do Reichstag era assinada antes de quaisquer possíveis acordos. Mas para essa sessão de abertura dos trabalhos deixou de levá-lo: trazia, em seu lugar, um discurso delineando o programa de seu governo, na certeza de que um dos deputados nacionalistas, de acordo com a maioria dos outros partidos, impugnaria um voto da esperada moção comunista de censura ao governo. Neste caso, uma simples objeção de qualquer dos seiscentos e tantos membros seria suficiente para adiar a votação.

Contudo, quando Ernst Torgler, o líder comunista, apresentou sua moção como emenda à ordem do dia, nenhum deputado nacionalista nem outro qualquer levantou-se para impugná-la. Finalmente, Frick pediu a suspensão da sessão por meia hora, em nome dos nazistas.

“A situação agora se apresentava grave”, disse Papen em suas memórias, “e eu tinha sido apanhado desprevenido.” Ele enviou, a toda pressa, um mensageiro para buscar na chancelaria a ordem de dissolução.

Nesse ínterim, Hitler conferenciava com o grupo parlamentar de seu partido, no palácio do presidente do Reichstag, no lado oposto da rua. Os nazistas encontravam-se num dilema, embaraçados. Verificaram que os nacionalistas os tinham traído, por não proporem o adiamento da votação. Agora, o partido de Hitler, a fim de derrubar o governo de Papen, deveria votar com os comunistas a favor de uma moção comunista. Hitler resolveu engolir a pílula de tão desagradável associação. Ordenou que seus deputados votassem pela emenda comunista, derrubando Papen antes que o chanceler pudesse dissolver o

Reichstag. Para conseguirem isto, naturalmente, Göring, como presidente, teria de pôr em prática algumas rápidas e hábeis manobras parlamentares. O antigo ás de aviação, homem audacioso e bastante engenhoso, como provaria mais tarde num palco bastante maior, esteve à altura do momento.

Quando a sessão recomeçou, Papen apareceu com o envoltório vermelho familiar da mensagem que, tradicionalmente, continha a ordem de dissolução por ele mandada buscar tão sofregamente. Mas quando pediu a palavra para lê-lo, o presidente do Reichstag fingiu não vê-lo, embora Papen, já com as faces vermelhas, estivesse de pé agitando o papel para que todos na assembleia o enxergassem. Todos, menos Göring. Sua face sorridente estava voltada para o outro lado, enquanto convocava uma votação imediata. Nesse instante, o semblante de Papen, segundo testemunhas oculares, passara de vermelho a branco, de cólera. Galgou de um passo a tribuna presidencial e atirou a ordem de dissolução em sua mesa. Göring não tomou conhecimento dela e determinou que fosse procedida a votação. Papen, seguido de seus ministros, nenhum dos quais fazia parte da Câmara, retirou-se altivamente. Os deputados votaram: 513 a 32, contra o governo. Só então Göring tomou conhecimento do pedaço de papel lançado sobre sua mesa tão raivosamente. Leu-o para a Assembleia e decidiu que a ordem de dissolução não tinha valor, porque havia sido baixada por um chanceler que já fora destituído do ministério por maioria constitucional.

Quais os elementos que ganharam e quais os que perderam na Alemanha com o ridículo incidente, e em que proporção, não ficou imediatamente claro. Que o janota Papen fora transformado numa piada, não havia dúvida. Mas ele sempre fora um tanto ridículo, mesmo para seus amigos, como disse o embaixador François-Poncet. Que o Reichstag havia revelado que a esmagadora maioria dos alemães se opunha ao governo títere de Hindenburg, era evidente. Mas o sistema parlamentar, com o ocorrido, iria perder seu prestígio junto à opinião pública? Quanto aos nazistas, não haviam novamente demonstrado que, além de irresponsáveis, também estavam prontos a conluíus, inclusive com os comunistas, para atingir seus fins? Além disto, não estariam os cidadãos cansados de eleições e os nazistas perderiam votos na eventualidade de nova eleição, a quarta dentro de um ano? Gregor Strasser e mesmo Frick pensavam que sim, e que tal perda poderia ser desastrosa para o partido.

Hitler, contudo, informa Goebbels, naquela mesma noite “estava fora de si de alegria. Novamente havia tomado uma clara e inequívoca decisão”.

O Reichstag rapidamente reconheceu sua dissolução e nova eleição foi marcada para 6 de novembro. Para os nazistas elas apresentavam certas

dificuldades. Em primeiro lugar, como Goebbels observou, o povo estava cansado de discursos políticos e de propaganda. Até os partidos operários, como admitiu em seu diário de 15 de outubro, “havia se tornado muito nervosos em consequência dessas incessantes eleições. Achavam-se extenuados” (...) Havia também dificuldades financeiras. As grandes empresas e as altas finanças giravam à volta de Papen, que lhes fizera certas concessões. Tornavam-se cada dia mais desconfiados, como Funk advertira, com a recusa de Hitler em cooperar com Hindenburg e com o que se lhes afigurava um crescente radicalismo e uma tendência para agir, incluindo os comunistas, como o episódio do Reichstag mostrara. Goebbels tomou nota disto em seu diário de 15 de outubro: “O dinheiro está extraordinariamente difícil de ser obtido. Todos os senhores de ‘Riqueza e Educação’ estão favoráveis ao governo.”

Poucos dias antes da eleição, os nazistas se aliaram aos comunistas para desencadear uma greve dos operários de transporte em Berlim, desaprovada pelos sindicatos e pelos socialistas. Isto trouxe novo retraimento das fontes financeiras entre os industriais, justamente quando o Partido Nazista tinha a maior necessidade de fundos para fazer uma reviravolta final na campanha. Goebbels anotou, pesadamente, no dia 1º de novembro: “A escassez de dinheiro, para nós, se converteu em enfermidade crônica. Não dispomos do suficiente para uma grande campanha. Muitos círculos burgueses ficaram amedrontados com a nossa participação na greve. Muitos de nossos camaradas de partido começam a ter suas dúvidas.” Na véspera da eleição, a 5 de novembro: “Último ataque. Campanha desesperada do partido contra a derrota. Tivemos êxito ao conseguir 10 mil marcos no derradeiro momento. Serão jogados na campanha sábado à noite. Fizemos o máximo que pudemos. Agora deixemos o destino decidir.”

O destino e o eleitorado germânico resolveram, a 6 de novembro, certo número de problemas, nenhum dos quais, contudo, decisivo para o futuro da periclitante república. Os nazistas perderam dois milhões de votos e 34 lugares no Reichstag, ficando reduzidos a 196 deputados. Os comunistas ganharam 750 mil votos e os social-democratas perderam a mesma quantidade. Com esse resultado, os comunistas passaram de 89 para 100 e os socialistas caíram de 133 para 121 deputados. O Partido Nacional Alemão, o único que apoiara o governo, obteve perto de um milhão de votos adicionais — evidentemente dos nazistas — e agora possuía 52 assentos em vez de 37. Embora os nacional-socialistas ainda fossem o maior partido do país, a perda de dois milhões significava um duro revés. Pela primeira vez a grande maré nazista refluía, depois de chegar a uma distância apreciável da maioria necessária. A lenda da invencibilidade fora destruída. Hitler encontrava-se em posição mais fraca para negociar o poder do

que estivera desde julho.

Percebendo o fato, Papen colocou de lado o que ele chamava sua “aversão pessoal” por Hitler e escreveu-lhe uma carta, a 13 de novembro, convidando-o a “discutir a situação”. Mas Hitler impôs tantas condições em sua resposta que Papen abandonou qualquer esperança de entendimento. A intransigência do líder nazista não surpreendeu o sacudido e incompetente chanceler, mas a nova orientação que seu amigo e mentor Schleicher agora propunha, o surpreendia. O articulador astuto chegara à conclusão de que a utilidade de Papen, como a de Brüning, antes dele, tinha terminado. Novos planos brotavam de sua fértil mente. Seu bom amigo Papen devia sair. O presidente deveria ficar completamente livre para tratar com os partidos políticos, sobretudo com o maior. Ele reclamava a renúncia de Papen. A 17 de novembro, Papen e seu ministério resignaram. Hindenburg mandou imediatamente convocar Hitler.

O encontro de 19 de novembro foi menos frio que o de 13 de agosto. Desta vez, o presidente ofereceu cadeiras e permitiu que seu interlocutor permanecesse por mais de uma hora. Hindenburg apresentou a Hitler duas escolhas: a chancelaria, se ele pudesse assegurar uma maioria que funcionasse no Reichstag por um programa definido, ou a vice-chancelaria, com Papen ou outro ministério que governasse por decretos de emergência. Hitler avistou-se novamente com Hindenburg a 21 e também trocou várias cartas com Meissner. Mas não houve acordo. Hitler não podia conseguir maioria viável no Parlamento. Apesar de o Partido do Centro concordar em apoiá-lo, com a condição de ele não aspirar à ditadura, Hugenberg recusou a cooperação dos nacionalistas. Hitler, em vista disso, prosseguiu em sua exigência da chancelaria de um governo presidencial, mas isto o presidente não lhe daria. Se devia haver um ministério governando por decreto, Hindenburg preferia seu amigo Papen para dirigi-lo. A Hitler, disse numa carta em seu nome, expedida por Meissner, não seria concedido tal posto “porque dessa forma o ministério estaria fadado a evoluir para uma ditadura partidária (...) Não posso assumir a responsabilidade por isto diante de meu juramento e de minha consciência”.¹¹

O velho marechal foi mais profético com relação ao primeiro ponto que quanto ao segundo. No que diz respeito a Hitler, uma vez mais tinha fechada diante de si a porta da chancelaria. Apenas a vira entreaberta, para em seguida ser fechada, violentamente, no rosto.

Era isto, exatamente, o que Papen esperava, e quando ele e Schleicher foram ter com Hindenburg na noite de 1º de dezembro, estava certo de que seria novamente indicado chanceler. Pouco suspeitava do que o intrigante general era

capaz. Schleicher tivera um contato com Strasser e havia sugerido que, se os nazistas não pudessem entrar num governo de Papen, talvez se unissem a um ministério em que ele próprio seria chanceler. Pediu a Hitler que fosse a Berlim para consultas com o general, e de acordo com uma versão amplamente difundida na imprensa alemã e aceita mais tarde pela maioria dos historiadores o Führer tomou realmente o trem de Munique para Berlim, mas dele foi arrancado, alta noite, por Göring, em Jena, e desapareceu em Weimar para uma reunião dos mais altos líderes nazistas. Na verdade, a versão nazista desse incidente talvez seja, surpreendentemente, a mais exata. O diário de Goebbels, de 30 de novembro, conta que um telegrama dirigido a Hitler lhe pedia ir urgentemente a Berlim, mas que ele decidira deixar Schleicher esperando, enquanto conferenciava com seus camaradas em Weimar, onde planejou a campanha para a eleição na Turíngia. Nessa conferência, a que compareceram os Cinco Grandes líderes, Göring, Goebbels, Strasser, Frick e Hitler, em 1º de dezembro, houve grande discordância. Strasser, apoiado por Frick, defendia pelo menos a tolerância nazista para com um governo de Schleicher, embora ele próprio preferisse ser seu aliado. Göring e Goebbels argumentavam com tenacidade contra tal orientação, e Hitler partilhava dessa opinião. No dia seguinte, disse a um certo major Ott, mandado por Schleicher, que aconselhasse o general a não tomar conta da chancelaria. Mas era demasiado tarde.

Papen continuava ignorante da intriga que Schleicher tecia em suas costas. Ao iniciar-se o encontro com o presidente, naquele 12 de dezembro, havia confiantemente delineado seus planos para o futuro. Continuaría como chanceler, governaria por decreto e deixaria o Reichstag suspenso por algum tempo até que pudesse “emendar a Constituição”. Na realidade, pretendia “emendas” que fizessem o país retornar aos dias do império e restabelecessem o governo das classes conservadoras. No julgamento de Nuremberg e em suas memórias ele admitiu, como efetivamente disse ao marechal, que seus propósitos encerravam “uma ruptura da Constituição vigente pelo presidente”, mas assegurou a Hindenburg que “ele podia ser justificado ao colocar o bem-estar nacional acima de seu juramento à Constituição”, como, aduziu, uma vez Bismarck fizera “para o bem do país”.¹²

Para grande surpresa de Papen, Schleicher fez fracassar seus desígnios, jogando com a evidente relutância do velho presidente em violar seu juramento de defender a Constituição e com a possibilidade de evitar violação — e o general pensava que podia. Acreditava possível formar um governo que contasse com a maioria no Reichstag, se ele mesmo estivesse à sua frente. Tinha certeza de que poderia separar Strasser e pelo menos sessenta deputados nazistas de Hitler. Juntaria a esta fração nazista os partidos das classes médias e os social-

democratas. Pensava até que os sindicatos o apoiariam.

Hindenburg ficou escandalizado com a ideia e, voltando-se para Papan, perguntou-lhe, então, se prosseguiria na formação de um novo governo. “Schleicher”, diz Papan, “parecia ter emudecido.” Tiveram uma longa discussão assim que deixaram o presidente, mas não chegaram a um acordo. Logo que partiram, Schleicher lembrou a Papan as famosas palavras dirigidas a Lutero na fatídica Dieta de Worms: “Fradinho, escolheste um caminho difícil.”

Quanto era difícil, Papan soube na manhã seguinte, às 9h, na reunião ministerial para a qual tinha sido convocado.

*Schleicher levantou-se [diz Papan] e declarou que não havia possibilidade de executar a orientação dada pelo presidente. Qualquer tentativa de realizá-la reduziria o país ao caos. A polícia e as forças armadas não podiam garantir a manutenção do transporte e dos serviços essenciais no caso de uma greve geral, nem seriam capazes de assegurar a lei e a ordem no caso de guerra civil. O Estado-maior fizera um estudo a respeito e ordenara ao major Ott [seu autor] colocar-se à disposição do ministério e apresentar um relatório.*¹³

Em seguida, o general introduziu o major. Se as observações de Schleicher abalaram Papan, o convenientemente calculado relatório do major Eugen Ott (que mais tarde seria embaixador de Hitler em Tóquio) o demoliu. Ott simplesmente afirmou que “a defesa das fronteiras e a manutenção da ordem contra os nazistas e os comunistas ultrapassavam o poder das forças à disposição dos governos federal e estaduais. Recomendava-se, portanto, que o governo do Reich devia abster-se de declarar o estado de emergência”.¹⁴

Para surpresa dolorosa de Papan, o exército alemão, que já uma vez fizera as malas do Kaiser e mais recentemente, por instigação de Schleicher, eliminara o general Gröner e o chanceler Brüning, estava agora despedindo-o. Imediatamente foi ter com Hindenburg, levando as novas, esperando que o presidente afastasse Schleicher do Ministério da Defesa e sustentasse Papan como chanceler — e na verdade sugerindo que assim fosse feito.

“Meu caro Papan”, respondeu o velho e resoluto presidente, “você não fará bom juízo de mim, caso eu mude de ideia. Mas estou bastante velho e já vivi demais para aceitar a responsabilidade de uma guerra civil. Nossa única esperança é deixar Schleicher tentar sua sorte.”

“Duas grandes lágrimas”, jurou Papan, rolaram pelas faces de Hindenburg.

Poucas horas mais tarde, ao pôr em ordem sua mesa, o chanceler deposto recebeu uma fotografia do presidente com a inscrição “Ich hatt einen Kameraden!” No dia seguinte, o presidente escreveu-lhe, de próprio punho, para dizer-lhe do “profundo pesar” que sentia por sua exoneração, reiterando a confiança que nele depositava, “ainda inalterada”. Isto era uma verdade e seria logo provada.

No dia 2 de dezembro Kurt von Schleicher tornou-se chanceler, o primeiro general a ocupar o posto desde o general conde Georg Leo von Caprivi de Caprara de Montecuccoli, que sucedera a Bismarck, em 1890. As intrigas tortuosas de Schleicher o conduziram ao mais alto cargo num momento em que a República de Weimar, que ele tanto fizera por destruir, já estava desmoronando; quando ninguém mais confiava nele, nem mesmo o presidente, que ele havia manejado por tanto tempo. Seus dias de governo — parecia claro para quase todos, menos para ele — estavam estritamente contados. Os nazistas tinham certeza disso. O diário de Goebbels, de 2 de dezembro, continha este trecho: “Schleicher foi nomeado chanceler. Não durará muito.”

Papen também pensava assim. Sentia a vaidade ferida e sede de vingar-se de seu “amigo e sucessor”, como o chamava em suas memórias. Para afastar Papen do caminho, Schleicher ofereceu-lhe a Embaixada de Paris, mas ele recusou. O presidente, diz Papen, queria que ele permanecesse em Berlim, “ao seu alcance”, que era o mais estratégico lugar para tecer sua própria teia de intrigas contra o super-intrigante. Ágil, movimentando-se como uma aranha, Papen pôs-se a trabalhar. À medida que chegava ao fim o ano cheio de conflitos de 1932, Berlim formigava de conspirações e de conspirações dentro de conspirações. Ao lado das de Papen e Schleicher, havia uma no palácio presidencial, onde o filho de Hindenburg, Oskar, e seu secretário de Estado, Meissner, mantinham o domínio por trás do trono. Havia outra no hotel Kaiserhof, onde Hitler e os homens que o cercavam tramavam, não somente pelo poder, mas uns contra os outros. As teias de intrigas logo se tornaram tão emaranhadas que, pelo Ano-Novo de 1933, nenhum dos conspiradores estava seguro de saber quem estava traído quem. Mas não tardaria que o soubessem.

Schleicher: o último chanceler da república

“Permaneci no poder apenas 57 dias”, observou certa vez Schleicher aos ouvidos atentos do embaixador francês, “e em cada um deles fui traído 57 vezes. Nunca me fale da ‘lealdade alemã!’.”¹⁵ Sua própria carreira e suas atividades por certo o transformaram numa autoridade nesse assunto.

Principiou seu governo procurando Gregor Strasser e oferecendo-lhe a vice-chancelaria da Alemanha e o cargo de primeiro-ministro da Prússia. Fracassando ao procurar atrair Hitler para o seu governo, Schleicher tentava agora dividir os nazistas por meio dessa isca para Strasser. Havia motivos para supor que isto pudesse dar resultado. Strasser era o segundo homem do partido, e entre os elementos da ala esquerda, que realmente acreditavam no nacional-socialismo, tornara-se mais popular que Hitler. Como chefe da organização do partido, mantinha contato direto com todos os líderes provinciais e locais e aparentemente conquistara sua lealdade. Estava, agora, convencido de que Hitler conduzira o movimento a um fim irremediável. Os adeptos mais radicais passavam-se para os comunistas. O próprio partido estava financeiramente falido. Em novembro, Fritz Thyssen os prevenira de que não mais poderia contribuir para o movimento. Simplesmente não havia mais recursos para atender à folha de pagamento de milhares de funcionários do partido ou para manter as S.A., que sozinhas custavam 2,5 milhões de marcos por semana. Os impressores da enorme imprensa nazista ameaçavam paralisar os trabalhos, caso não recebessem as faturas vencidas, que se acumulavam. Goebbels fizera referência a isso em seu diário de 11 de novembro: “A situação financeira da organização de Berlim é desesperadora. Nada além de dívidas e obrigações.” E em dezembro ele lastima que os salários do partido tenham de ser cortados. Por fim, a eleição provincial na Turíngia, de 3 de dezembro, dia em que Schleicher convocou Strasser, revelou que os nazistas haviam perdido 40% dos votos. Tornara-se claro, pelo menos para Strasser, que os nazistas jamais chegariam ao poder por sufrágio eleitoral.

Por isso mesmo insistiu para que Hitler abandonasse sua política de “tudo ou nada”, e aceitasse os cargos que pudesse, fazendo uma coalizão com Schleicher. Do contrário, ele temia, o partido se despedaçaria. Insistiu nessa linha por alguns meses, e o diário de Goebbels, do meio do verão a dezembro, está repleto de amargas referências à “deslealdade” de Strasser para com Hitler.

A explicação definitiva deu-se na reunião dos líderes do partido, no Kaiserhof de Berlim, no dia 5 de dezembro. Strasser exigiu que os nazistas pelo menos tolerassem o governo de Schleicher, e nisto foi apoiado por Frick, que liderava o bloco nazista no Reichstag, onde muitos dos seus membros temiam perder as cadeiras e vencimentos de deputados se Hitler provocasse outra eleição. Goebbels e Göring se opuseram decididamente a Strasser e ganharam Hider para seu lado. Hitler não “toleraria” o regime de Schleicher, mas, revelou, ainda estava disposto a “negociar” com ele. Para esta tarefa, entretanto, ele indicou Göring (ele já ouvira falar, afirma Goebbels, das conversações privadas de Strasser com o chanceler, dois dias antes). No dia 7, Hitler e Strasser tiveram

uma conversa no Kaiserhof, que degenerou numa tremenda disputa. Hitler acusou seu principal lugar-tenente de tentar apunhalá-lo pelas costas, afastá-lo de sua liderança e dividir o movimento nazista. Strasser negou acaloradamente a acusação, jurou que tinha sido leal, mas acusou Hitler de levar o partido à destruição. Aparentemente deixara de dizer certas coisas que cresciam em seu íntimo desde 1925. De volta a seu quarto, no hotel Excelsior, disse-as todas numa carta a Hitler, terminando com sua renúncia a todos os cargos no partido.

A carta, que chegou a Hitler no dia 8, segundo o diário de Goebbels, caiu “como uma bomba”. A atmosfera no Kaiserhof era de cemitério. “Estávamos todos desolados e deprimidos”, Goebbels anotou. Foi o maior golpe que Hitler sofrerá desde que reconstruira o partido, em 1925. Agora, no limiar do poder, seu principal partidário desertava e ameaçava esfacelar tudo que ele construía em sete anos.

À noite [escreveu Goebbels], o Führer veio à nossa casa. É difícil ser cordial. Estamos todos deprimidos, sobretudo por causa do perigo de que todo o partido se divida e de que todo o nosso trabalho tenha sido inútil (...)
Chamado telefônico do dr. Ley. A situação no partido piora de momento a momento. O Führer deve retornar imediatamente ao Kaiserhof.

Goebbels foi chamado para juntar-se a ele às 2h da manhã. Strasser havia dado sua história aos jornais matutinos, que então acabavam de aparecer nas ruas. A reação de Hitler foi descrita por Goebbels:

Traição! Traição! Traição!

Durante horas o Führer andou de um lado para outro no quarto do hotel. Estava amargurado e profundamente abatido pela traição. Finalmente ele parou e disse: “Se o partido despedaçar-se, eu porei um fim a tudo isso em três minutos com uma bala de pistola.”

O partido não se esborouu nem Hitler se suicidou. Strasser poderia ter alcançado ambos os objetivos, que teriam radicalmente alterado o curso da História, mas no momento crucial ele próprio desistiu. Frick, com o consentimento de Hitler, esteve à sua procura por toda Berlim, pois concordaram em que a briga deveria de qualquer modo ser concertada a fim de salvar o partido da catástrofe. Mas Strasser, farto de tudo isso, tomara um trem em direção ao sul, para a ensolarada Itália. Hitler sempre no auge quando percebia fraqueza no adversário, golpeou rápida e fortemente. Ele mesmo tomou conta da Organização Política que Strasser edificara, tendo o dr. Ley, o Gauleiter de Colônia, como seu principal auxiliar. Os amigos de Strasser foram expurgados e

todos os líderes do partido convocados a Berlim para assinar nova declaração de lealdade a Adolf Hitler, o que fizeram.

O ladino austríaco havia mais uma vez se desvencilhado de um dilema duro, que facilmente poderia ter sido desastroso. Gregor Strasser, que tantos julgaram homem maior que Hitler, foi completamente destruído. “Um homem morto”, tal a classificação a ele dada por Goebbels, em sua nota de 9 de dezembro. Isto veio a confirmar-se inteiramente dentro de dois anos, quando Hitler decidiu ajustar contas.

No dia 10 de dezembro, uma semana depois de ter sido colocado à margem pelo general von Schleicher, Franz von Papen começou a tecer sua própria teia de intrigas. Após um discurso naquela noite no Herrenklub, sociedade fechada, em cujos membros aristocráticos e ricos ele havia recrutado seu ministério de curta vida, teve uma conversação particular com o barão Kurt von Schröder, o banqueiro de Colônia que contribuía com recursos financeiros para o Partido Nacional-Socialista. Sugeriu que o homem das finanças lhe arranjasse um encontro às escondidas com Hitler. Em suas memórias afirma que foi Schröder o autor da sugestão, mas admite ter concordado. Por estranha coincidência, Wilhelm Keppler, conselheiro econômico de Hitler e um dos homens de ligação com os círculos de negócios, fez idêntica sugestão em nome do líder nazista.

Os dois homens, que tiveram tantas diferenças, havia apenas uma semana, encontraram-se, no que esperavam ter sido o maior dos segredos, na casa de Schröder em Colônia, na manhã de 4 de janeiro. Papen ficou surpreso quando um fotógrafo lhe bateu um instantâneo à sua entrada, não lhe dando quase importância até a manhã seguinte. Hitler foi acompanhado por Hess, Himmler e Keppler, mas deixou seus ajudantes na sala de visitas e retirou-se para o gabinete de Schröder, onde se trancou durante duas horas com Papen e o dono da casa. Embora a conversa tivesse começado mal, com Hitler queixando-se amargamente da forma que Papen tratara os nazistas enquanto chanceler, logo tomou uma direção que mais tarde seria funesta para eles e para seu país. Foi um momento decisivo para o chefe nazista. Com esforço sobre-humano conservara o partido intacto após a deserção de Strasser. Viajara de um extremo a outro do país, falando em três e quatro meetings por dia, exortando os líderes do partido a se manterem unidos sob sua direção. Mas os sentimentos nazistas estavam em período de depressão, e o partido encontrava-se financeiramente falido. Muitos diziam que tudo terminara. Goebbels refletira o sentimento geral em seu diário, na última semana do ano: “1932 só nos trouxe má sorte (...) O passado foi difícil, e o futuro surge obscuro e sombrio. Todas as perspectivas e esperanças desapareceram completamente.”

Hitler, portanto, já não estava em posição tão favorável para negociar o poder, como durante o outono e o verão precedentes. Tampouco Papen, que se achava fora do posto. Na adversidade, seus espíritos se entenderam.

Os termos sobre os quais concordaram são controversos. Em seu julgamento em Nuremberg e nas memórias, delicadamente Papen sustentou que, sempre leal a Schleicher, apenas sugerira a Hitler que se unisse ao governo do general. Em virtude, porém, da longa série de falsidades de Papen, de seu desejo perfeitamente natural de apresentar-se sob luzes favoráveis em Nuremberg e em seu livro, e dos acontecimentos subsequentes, parece certo que o relato completamente diverso de Schröder, prestado em Nuremberg, é o mais verídico. O banqueiro sustentou que Papen sugerira a substituição do governo de Schleicher por um governo Hitler-Papen, no qual os dois homens fossem co-iguais. Mas:

Hitler (...) disse que se fosse feito chanceler seria necessário que se tornasse o chefe do governo, mas que os apoiadores de Papen poderiam participar dele, como ministros, enquanto tivessem vontade de acompanhá-lo em sua política de mudança de muitas coisas. Essas mudanças consistiam na eliminação dos social-democratas, dos comunistas e dos judeus das posições dominantes na Alemanha e na restauração da ordem na vida pública. Von Papen e Hitler chegaram a acordo em princípio (...) Concordaram em que mais pormenores deveriam ser elaborados, e que isto poderia ser feito em Berlim ou em algum outro lugar adequado.¹⁶

E, naturalmente, no maior segredo. Mas, para consternação de Papen e Hitler, os jornais de Berlim saíram com flamantes manchetes na manhã de 5 de janeiro sobre os acontecimentos no encontro de Colônia, acompanhadas de violentos editoriais contra Papen, por sua deslealdade a Schleicher. O esperto general colocara seus espíões com a costumeira argúcia. Um deles, Papen verificou mais tarde, fora o fotógrafo que tinha batido sua chapa quando entrava na casa de Schröder.

Além do seu acordo com Papen, Hitler conseguiu outras duas coisas do encontro de Colônia, que foram de grande valia para ele. Soube do ex-chanceler que Hindenburg não dera poderes a Schleicher para dissolver o Reichstag. Isto significava que os nazistas, com a ajuda dos comunistas, podiam derrubar o general no momento que desejassem. Em segundo lugar, do encontro ficou claro que as organizações industriais da Alemanha Ocidental se encarregariam das dívidas do Partido Nazista. Dois dias depois das conversações de Colônia, Goebbels registrou “felizes progressos no desenvolvimento político”, mas ainda se queixava da “má situação financeira”. Dez dias mais tarde, a 16 de janeiro,

ele comunicava que a posição financeira do partido havia “melhorado substancialmente na noite anterior”.

Entretanto, o chanceler Schleicher esforçava-se — com um otimismo exagerado e infundado — por estabelecer um governo estável. A 15 de dezembro dirigiu-se pelo rádio ao país, pedindo aos ouvintes esquecer que ele era um general e garantindo-lhes que não apoiava “nem o capitalismo nem o socialismo” e que, para ele, “conceitos tais como economia privada e economia planificada tinham perdido seu sentido terrorista”. Sua principal preocupação, disse, era providenciar trabalho para os desempregados e conseguir uma economia sólida para o país. Não haveria aumento de impostos ou cortes nos salários. Com efeito, cancelou o último corte nos ordenados e nos auxílios, que havia sido realizado por Papen. Além disso, acabou com as taxas agrícolas que Papen estabelecera em favor dos grandes proprietários de terras e, em lugar disso, lançou um plano para tomar 800 mil acres das fazendas dos junkers falidos no leste, repartindo-os entre 25 mil famílias camponesas. Além disso, os preços de artigos essenciais, como o carvão e a carne, seriam postos sob rígido controle.

Isto constituía manobra para obter o apoio do mesmo povo a que até então se opusera e a quem desconsiderara. E Schleicher prosseguiu nas conversações com os sindicatos, a cujos líderes dava a impressão de que visava um futuro em que o trabalho organizado e o exército seriam dois idênticos sustentáculos. Mas a classe operária não podia deixar-se levar por um homem de quem suspeitava profundamente, e recusou sua cooperação.

Os industriais e os grandes proprietários de terras, por outro lado, levantaram-se em armas contra o novo programa do chanceler, que acusavam de nada menos que bolchevismo. Os homens de negócios estavam aterrados com a repentina amizade de Schleicher pelos sindicatos. Os donos de grandes fazendas ficaram furiosos pelo fato de a proteção à agricultura ter sido reduzida, e viviam na perspectiva de bancarrota de suas granjas no leste. A 12 de janeiro, a Landbund, associação dos grandes agricultores, atacou abertamente o governo. E seus líderes, dos quais dois eram nazistas, foram ter ao presidente com seus protestos. Hindenburg, agora também um proprietário junker, pediu uma explicação a seu chanceler. A resposta de Schleicher foi a ameaça de tornar público um relatório secreto do Reichstag sobre os empréstimos Osthilfe (Auxílio Oriental) — escândalo que, como todos sabiam, envolvia centenas das mais antigas famílias junkers que engordaram com “empréstimos” governamentais não amortizados e que indiretamente envolveram até o próprio presidente, já que a fazenda da Prússia Oriental, que lhe havia sido presenteada, fora ilegalmente passada a seu filho para escapar aos impostos de transmissão.

Apesar da agitação dos industriais e dos proprietários de terras e da frieza dos sindicatos, Schleicher prosseguia, inexplicavelmente confiante em que tudo ia bem. No dia de Ano-Novo de 1933, ele e seu ministério foram visitar o velho presidente, a quem passaram a expressar seu reconhecimento pelo fato de “as mais graves privações estarem ultrapassadas e de o caminho ascendente achar-se aberto para nós”. A 4 de janeiro, o dia em que Papen e Hitler conferenciaram em Colônia, o chanceler arranhou para que Strasser, de volta de suas férias italianas de verão, fosse avistar-se com Hindenburg. O antigo nazista Número 2, ao ver o presidente dois dias mais tarde, manifestou disposição de juntar-se ao Ministério de Schleicher. A manobra provocou consternação no campo nazista, que naquele momento estava instalado no minúsculo Estado de Lippe, onde Hitler e todos os seus principais ajudantes lutavam furiosamente para vencer a eleição local, a fim de melhorar a posição de negociação do Führer com Papen. Goebbels fala da chegada de Göring à meia-noite de 13 de janeiro, com a má notícia de Strasser, e de como os chefes do partido a estiveram discutindo toda a noite, concordando em que se ele fosse para o ministério isso constituiria um grave revés para o partido.

Schleicher pensava da mesma forma, e a 15 de janeiro, quando Kurt von Schuschnigg, então ministro da Justiça da Áustria, o visitou, ele assegurou-lhe que “Herr Hitler já não representava um problema, seu movimento havia deixado de ser um perigo político, e o problema em seu conjunto tinha sido resolvido, era coisa do passado”.¹⁷

Mas Strasser não entrou para o ministério, nem tampouco o líder do Partido Nacionalista, Hugenberg, que no dia anterior, 14 de janeiro, garantira a Hindenburg que entraria. Ambos logo retornaram a Hitler, Strasser com frio tratamento e Hugenberg com mais êxito. A 15 de janeiro, no preciso momento em que Schleicher exultava, em companhia de Schuschnigg, com o fim de Hitler, os nazistas marcavam um êxito local na eleição do pequenino Lippe. Não era um grande feito. O total de votos chegava apenas a noventa mil, dos quais os nazistas obtiveram 38 mil, ou 39%, um aumento de aproximadamente 17% sobre a eleição precedente. Mas, conduzidos por Goebbels, os líderes nazistas alardearam aos quatro ventos sua “vitória” e, de modo bastante estranho, parece que chegaram a impressionar certos conservadores, incluindo os homens de Hindenburg, entre os quais os mais importantes foram o secretário de Estado, Meissner, e o filho do presidente, Oskar.

Na noite de 22 de janeiro, estes dois senhores saíram furtivamente da residência presidencial, apossaram-se de um táxi, como disse Meissner, para que não fossem vistos, e dirigiram-se para a casa suburbana de um nazista até então

desconhecido, de nome Joachim von Ribbentrop, que era um amigo de Papen (serviram juntos na frente turca, durante a guerra). Aí encontraram Papen, Hitler, Göring e Frick De acordo com Meissner, Oskar von Hindenburg se opusera a qualquer negociação com os nazistas até aquela noite. Hitler podia ter sabido disto; de qualquer modo, insistiu em ter uma conversa com ele, a sós, e, para assombro de Meissner, o jovem Hindenburg assentiu e retirou-se com Hitler para outro quarto, onde estiveram encerrados por uma hora. O que Hitler disse ao filho do presidente, que não se destacava pela inteligência brilhante nem pelo caráter firme, jamais foi revelado. De um modo geral, nos círculos nazistas se acreditou que Hitler fez tanto ofertas como ameaças, consistindo de insinuações de tornar públicas a participação de Oskar no escândalo Osthilfe e a sonegação de impostos da propriedade de Hindenburg. As ofertas podem ser avaliadas pelo fato de poucos meses mais tarde cinco mil acres, livres de impostos, serem adicionados à propriedade da família de Hindenburg em Neudeck, e de, em agosto de 1934, Oskar pular de coronel a major-general do exército.

Seja como for, não há dúvida de que Hitler causou forte impressão no filho do presidente. Meissner relatou posteriormente, em seu depoimento de Nuremberg, que “no táxi, no caminho de volta, Oskar von Hindenburg estava extremamente calado, e a única observação que fez foi a de que não havia remédio — os nazistas tinham de participar do governo. Minha impressão era a de que Hitler se saíra bem na tentativa de dominá-lo”.

Faltava a Hitler apenas lançar o encantamento sobre o pai. Segundo a opinião geral, isto era mais difícil, pois, quaisquer que fossem as deficiências mentais do velho marechal, a idade não lhe debilitara o caráter granítico. Difícil, mas não impossível. Papen, ativo como um castor, trabalhava diariamente o velho. E podia-se ver facilmente que, apesar de toda a sua astúcia, Schleicher marchava rapidamente para o fim. Fracassara ao tentar conquistar os nazistas ou dividi-los. Não conseguira nenhum apoio dos nacionalistas, do centro ou dos social-democratas.

Por essa razão, a 23 de janeiro, Schleicher foi ter com Hindenburg, admitiu que lhe era impossível obter maioria no Reichstag e exigiu sua dissolução, com poderes de emergência para governar por decreto, de conformidade com o Artigo 48 da Constituição. Segundo Meissner, o general também solicitou a ‘eliminação temporária’ do Reichstag e reconheceu francamente que teria de transformar seu governo “numa ditadura militar”.¹⁸ Apesar de seu complô não muito honesto, Schleicher retrocedera ao ponto em que se encontrava Papen em dezembro, mas seus papéis, agora, estavam invertidos. Naquela ocasião, Papen

pedira poderes de emergência e Schleicher se opusera propondo que ele próprio, Schleicher, formasse um governo majoritário com o apoio dos nazistas. Agora, o general insistia num governo ditatorial, ao passo que Papen, a raposa matreira, assegurava ao marechal que ele mesmo poderia convencer Hitler a participar de um governo que teria a maioria no Reichstag. Eis aí os altos e baixos dos velhacos e intrigantes!

Hindenburg, lembrando Schleicher das razões que ele alegara em 2 de dezembro para demitir Papen, comunicou-lhe que elas ainda permaneciam válidas. Convidou-o a retornar à sua tarefa de conseguir maioria no Reichstag. Schleicher estava liquidado, e sabia disso. Como o sabiam todos os que estavam cientes do segredo. Goebbels, um dos poucos a par da questão, comentou no dia seguinte: “Schleicher cairá a qualquer momento, ele que derrubou tantos outros.”

Seu fim chegou finalmente, e oficialmente, a 28 de janeiro, quando ele foi ter com o presidente e apresentou a renúncia. “Já tenho um pé no túmulo, e não estou certo de que lamentarei este gesto no céu, logo mais”, disse Hindenburg ao desiludido general. “Depois desta falta de confiança, senhor, não estou seguro de que ireis para o céu”, respondeu Schleicher, e rapidamente desapareceu da história alemã.¹⁹

Naquele mesmo dia, à tarde, Papen foi encarregado pelo presidente de sondar as possibilidades de formar um governo sob a direção de Hitler, “dentro dos termos da Constituição”. Durante uma semana esse homem astuto, ambicioso, esteve namorando a ideia de traír Hitler, apesar de tudo, e tornar-se novamente chanceler de um governo presidencial e apoiado por Hugenberg. A 27 de janeiro, Goebbels anotou: “Existe ainda a possibilidade de que Papen seja novamente nomeado chanceler.” No dia anterior, Schleicher mandara o comandante-em-chefe do exército, general von Hammerstein, ao presidente, para adverti-lo da inconveniência da escolha de Papen. No labirinto de intrigas que envolvia Berlim, Schleicher até o último instante empenhou todos os esforços para que Hitler fosse seu substituto. Hindenburg assegurou ao comandante do exército que não tinha intenção de indicar “aquele cabo austríaco”.

O dia seguinte, domingo, 29 de janeiro, foi crucial, com os conspiradores recorrendo aos últimos e desesperados lances e enchendo a capital de boatos alarmantes e contraditórios, nem todos, absolutamente, sem fundamento. Mais uma vez Schleicher mandou o fiel Hammerstein agitar ainda mais a conturbada situação, tendo o chefe do exército procurado Hitler para avisá-lo novamente de que Papen podia abandoná-lo e de que seria prudente para o chefe nazista aliar-se ao exonerado chanceler e ao exército. Hitler não estava muito interessado.

Retornou ao Kaiserhof para tomar café com bolo em companhia de seus ajudantes, e foi durante esse repasto que Göring apareceu com a notícia de que o Führer seria nomeado chanceler no dia seguinte.

À noite, quando os maiores nazistas comemoravam a importante nova na casa de Goebbels, na Reichskanzlerplatz, apareceu outro emissário de Schleicher com notícias alarmantes. Era ele Werner von Alvensleben, homem tão apaixonado pelas conspirações que, quando não havia nenhuma, inventava-as. Comunicou aos participantes da animada festa que Schleicher e Hammerstein puseram de prontidão a guarnição de Potsdam, e se preparavam para expulsar, sem nenhuma cerimônia, o velho presidente de Neudeck, estabelecendo uma ditadura militar. Isto constituía evidente exagero. Era possível que os dois generais estivessem pensando nisso, mas com certeza não haviam concretizado nada. Contudo, os nazistas ficaram histéricos com o alarme. Göring, tão depressa quanto lhe permitiu o corpanzil, atravessou correndo a praça para alertar o presidente e Papan. O que Hitler fez, mais tarde ele próprio contou.

Minha primeira e imediata providência no sentido de neutralizar o planejado golpe [militar] foi despachar para o comando das S.A., em Berlim, o conde von Helldorf e, por meio dele, alertar todas as S.A. de Berlim. Simultaneamente, dei instruções ao major Wecke, da polícia, em quem sabia poder confiar; para que se preparasse para cercar com seis batalhões policiais, e sem perda de tempo, a Wilhelmstrasse (...) Finalmente, instruí o general von Blomberg (ministro eleito do Reichswehr) no sentido de que, ao chegar a Berlim, às 8h do dia 30 de janeiro, fosse à presença do Velho Cavalheiro, prestasse juramento e, assim, ficasse em condições, como comandante-em-chefe do Reichswehr, de esmagar qualquer possível tentativa de coup d'état.²⁰

Pelas costas de Schleicher e do comandante-em-chefe do exército — tudo, nesse agitado período, era feito por trás de alguém — o general Werner von Blomberg, então em Genebra, onde representava a Alemanha na Conferência do Desarmamento, fora convocado, não por Hitler, que ainda não estava no poder, mas por Hindenburg e Papan, a fim de tornar-se novo ministro da Defesa do Ministério Hitler-Papan. Blomberg era um homem que, como disse Hitler mais tarde, já gozava de sua confiança e que se encontrava sob a influência do chefe do seu Estado-maior na Prússia Oriental, o coronel Walter von Reichenau, conhecido simpatizante nazista. Ao chegar a Berlim, pela manhã do dia 30 de janeiro, Blomberg encontrou na estação dois oficiais do Exército com ordens contraditórias para ele. Um, o major von Kuntzen, ajudante de Hammerstein, dizendo que devia apresentar-se ao comandante-em-chefe do exército. Outro, o coronel Oskar von Hindenburg, ajudante de seu pai, insistindo com o confuso

Blomberg para que fosse ter com o presidente da república. Blomberg apresentou-se ao presidente, imediatamente prestou juramento como ministro da Defesa e, assim, empossou-se não somente da necessária autoridade para esmagar qualquer tentativa golpista do exército, mas também para providenciar o apoio militar ao novo governo, que poucas horas depois seria nomeado. Hitler foi sempre grato ao exército por tê-lo aceito naquele momento decisivo. Algum tempo depois ele disse numa assembleia do partido: “Se, nos dias de nossa revolução, o exército não tivesse ficado do nosso lado, é certo que hoje não poderíamos estar aqui.” Era uma responsabilidade que iria ficar, e pesadamente, nos ombros do corpo de oficiais em relação aos dias que sobrevieram e que, no fim, eles lamentariam profundamente.

Naquela gelada manhã de 30 de janeiro de 1933, chegara ao fim a tragédia da República de Weimar, a tragédia de 14 frustrados anos em que os alemães procuraram infrutiferamente pôr em funcionamento uma democracia. E no último momento, enquanto descia a cortina, uma farsa melancólica foi representada pelo heterogêneo grupo de conspiradores, reunido para enterrar o regime republicano. Mais tarde ela foi descrita por Papen.

Mais ou menos às 10:30h, os membros do ministério proposto encontraram-se em minha casa, atravessamos o jardim do palácio presidencial e passamos a aguardar, no gabinete de Meissner, o encontro com o presidente. Hitler renovou suas queixas por não ter sido indicado comissário para a Prússia. Sentia que isto restringia fortemente seu poder. Disse-lhe (...) que a decisão prussiana podia ser deixada para mais tarde. Diante disto, Hitler respondeu que, se seus poderes deviam ser limitados desse modo, teria que insistir em nova eleição ao Reichstag.

Isto provocou uma situação inteiramente nova, e a discussão ficou acalorada. Hugenberg, principalmente, impugnou a ideia, e Hitler tentou apaziguá-lo, afirmando que não haveria modificações no ministério, qualquer que fosse o resultado (...) Mas já passava muito das 11h, hora que fora marcada para nossa entrevista com o presidente, e Meissner pediu-me que acabasse com a discussão, pois Hindenburg não se dispunha a esperar mais.

Tivemos tão inesperado choque de opiniões que fiquei temeroso de que nossa coalizão se rompesse antes de nascer (...) Finalmente nos apresentamos ao presidente e fiz as introduções formais necessárias. Hindenburg pronunciou um rápido discurso sobre a necessidade da cooperação em benefício dos interesses da nação e então prestamos o juramento. O Ministério de Hitler tinha sido constituído.²¹

Desta forma, pela porta dos fundos, por intermédio de acordos políticos

escusos com os reacionários da velha escola que ele particularmente detestava, o antigo vagabundo de Viena, o negligente da Primeira Guerra Mundial, o revolucionário violento, tornou-se chanceler de uma grande nação.

É certo que os nacional-socialistas estavam em evidente minoria no governo, possuindo apenas três dos 12 postos no ministério. À exceção da chancelaria, não contavam com as posições-chave. Frick era ministro do Interior, mas não controlava a polícia, tarefa pertinente a esse ministério na maioria dos países da Europa. A polícia, na Alemanha, achava-se nas mãos dos poderes estaduais. O terceiro nazista membro do ministério era Göring, mas nenhuma função específica foi encontrada para ele; foi nomeado ministro sem pasta, ficando acertado que se tornaria ministro da aeronáutica tão logo a Alemanha tivesse uma força aérea. Pouca importância foi dada à nomeação de Göring também para o cargo de ministro do Interior da Prússia, órgão que controlava a polícia prussiana. Naquele instante a atenção do povo se concentrava no Ministério do Reich. Para surpresa de muitos, o nome de Goebbels não figurava nele. Momentaneamente ficara à margem.

As pastas mais importantes foram reservadas aos conservadores, confiantes de que tinham laçado os nazistas para seus próprios fins. Neurath continuou ministro dos Negócios Estrangeiros; Blomberg, ministro da Defesa; Hugenberg ficou com os Ministérios da Economia e da Agricultura, reunidos num só; Seldte, o líder dos Capacetes de Aço, ministro do Trabalho; os outros ministérios foram entregues a “técnicos” sem partido, que Papen indicara oito meses antes. O próprio Papen foi vice-chanceler do Reich e primeiro-ministro da Prússia, sendo que Hindenburg lhe advertira de que não receberia o chanceler a não ser em companhia do vice-chanceler. Esta era a única maneira, estava certo, que o capacitaria a frear o radical líder nazista. Mais ainda: esse governo era uma concepção de Papen, sua criação, e ele confiava em que, com a ajuda do robusto e idoso presidente, que era seu amigo, admirador e protetor, e com o sabido apoio dos colegas conservadores, que superavam os barulhentos nazistas na proporção de oito por três, ele os dominaria.

Mas este frívolo e conivente político não conhecia Hitler — ninguém efetivamente o conhecia — nem calculava o poder das forças que tinham desabado sobre ele. Nem Papen, nem ninguém, com exceção de Hitler, percebia totalmente a inexplicável fraqueza, que agora raiava pela paralisia das instituições vigentes — o exército, as igrejas, os sindicatos, os partidos políticos — ou da imensa classe média não-nazista e do proletariado altamente organizado, que em sua totalidade, como melancolicamente observou mais tarde Papen, ‘se entregariam sem luta’.

Nenhuma classe, grupo ou partido, na Alemanha, poderia eximir-se de sua parcela de responsabilidade pelo abandono da república democrática e o advento de Adolf Hitler. O erro fundamental dos alemães que se opuseram ao nazismo foi o de não terem conseguido unir-se contra ele. No auge de seu prestígio popular, em julho de 1932, os nacional-socialistas tinham atingido apenas 37% da votação. Contudo, os 63% do povo alemão, que expressavam sua oposição a Hitler, estavam demasiadamente divididos e míopes para aliar-se contra um perigo comum que, deviam saber, os esmagaria, a menos que estivessem unidos, mesmo temporariamente, para eliminá-lo. Os comunistas, a serviço de Moscou, puseram em prática até o fim a ideia estúpida de primeiro destruir os social-democratas, os sindicatos socialistas e as forças democráticas da classe média existentes, seguindo a dúbia teoria de que, embora isto pudesse conduzir ao regime nazista, seria apenas por pouco tempo, já que sobreviria inevitavelmente o colapso do capitalismo, depois do que os comunistas dominariam e estabeleceriam a ditadura do proletariado. O fascismo, do ponto de vista marxista-bolchevista, representava o último estágio do capitalismo moribundo. Depois, o dilúvio comunista!

Quatorze anos de participação no poder político da república, de aceitação de todos os compromissos necessários para manter a coalizão governamental, minaram a força e o ardor dos social-democratas, até transformá-los em pouco mais do que uma organização oportunista de pressão, disposta a fazer concessões em favor dos sindicatos sobre os quais a maior parte de seu poder repousava. Pode ser verdade, como disseram alguns socialistas, que a sorte não lhes tenha sorrido: os comunistas, sem escrúpulos e antidemocráticos, haviam dividido a classe operária; a depressão prejudicara os social-democratas, enfraquecendo os sindicatos e permitindo que o partido perdesse o apoio de milhões de desempregados que, desesperados, se voltaram para os comunistas ou para os nazistas. Mas a tragédia dos social-democratas não podia ser explicada inteiramente pela má sorte. Tiveram sua oportunidade de assumir o controle da Alemanha em novembro de 1918 e fundar um Estado baseado naquilo que sempre tinham pregado: a democracia social. Mas lhes faltava decisão para aplicá-la. Agora, no limiar da terceira década, já eram um partido derrotado, cansado, dominado por homens velhos, bem-intencionados, mas em sua maioria medíocres. Foram leais à república até o fim, mas muito confusos e tímidos para aceitar grandes riscos, os únicos que podiam tê-la preservado, como revelaram ao fracassarem na ação, quando Papen enviou um esquadrão de soldados para destituir o governo constitucional da Prússia.

Entre a esquerda e a direita, faltava à Alemanha uma classe média politicamente poderosa, que em outros países — na França, na Inglaterra, nos

Estados Unidos — demonstrara ser a coluna dorsal da democracia. Os partidos da classe média, nos primeiros anos da república (o Democrata, o Partido do Povo, o Centro) obtiveram um total de 12 milhões de votos, somente dois milhões a menos que os dois grupos socialistas. Posteriormente, contudo, sua força declinou, à medida que os aderentes se orientavam para Hitler e para os nacionalistas. Em 1919, os democratas elegeram 74 membros para o Reichstag; em 1932, eles conservaram precisamente duas cadeiras. A força do Partido do Povo caiu de 62 assentos, em 1920, para 11, em 1932. Apenas o Centro Católico manteve seu prestígio eleitoral até o fim. Na primeira eleição republicana em 1919, o Centro possuía 71 deputados no Reichstag; em 1932, contava com 70. Mas ainda mais que os social-democratas, o Partido do Centro, desde a época de Bismarck, fora grandemente oportunista, apoiando qualquer governo que fizesse concessões a seus interesses específicos. E embora parecesse leal à república e endossasse a democracia, seus líderes, como vimos, negociaram com os nazistas para dar a Hitler a chancelaria antes que tivessem seus lances superados por Papen e pelos nacionalistas.

Se a república alemã foi privada de uma classe política intermediária, também careceu de estabilidade produzida em muitos outros países por um verdadeiro partido conservador. Os nacionalistas alemães, no seu apogeu, em 1924, tinham alcançado seis milhões de votos e enviado 103 deputados ao Reichstag, onde constituíram o segundo maior partido. Mas então, como em quase toda a duração do regime de Weimar, eles se recusaram a assumir uma atitude responsável, quer no governo quer na oposição, com a única exceção de sua participação em dois ministérios de curta existência nos anos 1920. A direita alemã queria (seus votos iam na maior parte para os nacionalistas) liquidar a república e retornar à Alemanha imperialista, na qual todos os seus antigos privilégios seriam restaurados. Na verdade, a república tratara a direita, tanto individualmente quanto em classe, com a máxima generosidade e, tendo em vista seu objetivo, com tolerância excepcional. Permitira, como vimos, que o exército mantivesse um Estado dentro do Estado, que os homens de negócios e banqueiros auferissem grandes lucros, que os junkers conservassem suas fazendas antieconômicas, com empréstimos governamentais que nunca foram ressarcidos e raramente utilizados para melhorar suas terras. Apesar dessa generosidade, a república não ganhou nem seu reconhecimento nem sua lealdade. Com uma estreiteza, um preconceito e uma cegueira que agora parecem inconcebíveis a este cronista, eles martelaram incessantemente os fundamentos da república até que, em aliança com Hitler, puseram-nos abaixo.

As classes conservadoras julgaram ter encontrado no antigo vagabundo austríaco o homem que, enquanto permanecesse seu prisioneiro, as ajudaria a

alcançar suas metas. A destruição da república era apenas o primeiro passo. Desejavam então uma Alemanha autoritária que, em casa, pusesse termo à “insensatez” democrática e ao poder dos sindicatos e, na política exterior, liquidasse o veredicto de 1918, arrancasse as algemas de Versalhes, reconstruísse um grande exército e com sua competência militar reconquistasse para o país seu lugar ao sol. Idênticos eram os objetivos de Hitler. E embora trouxesse consigo o que faltava aos conservadores, a massa de adeptos, a direita estava certa de que ele ficaria em seu bolso — não estava ele inferiorizado, na proporção de três por oito, no Ministério do Reich? Dessa forma, uma posição dominante permitiria aos conservadores, pelo menos assim pensavam, atingir seus fins sem o barbarismo do nazismo autêntico. Reconhecidamente eles eram decentes, temerosos de Deus, de acordo com seus ensinamentos.

O império dos Hohenzollern fora edificado sobre as vitórias militares da Prússia; a república alemã sobre a derrota diante dos Aliados, depois de uma grande guerra. Mas o Terceiro Reich nada devia aos azares da guerra ou à influência externa. Foi instaurado em termos de paz e pacificamente, pelos próprios alemães, tanto em virtude de suas fraquezas como de suas forças. Os alemães impuseram a si mesmos a tirania nazista. Muitos deles, talvez a maioria, não se deram perfeita conta disso àquele meio-dia de 30 de janeiro de 1933, em que o presidente Hindenburg, agindo de maneira absolutamente constitucional, confiou a chancelaria a Adolf Hitler.

Mas logo teriam ciência disso.

██████████ A nazificação da Alemanha: 1933-1934

A teoria que Hitler desenvolvera em seus errantes dias de Viena e jamais esquecera (de que o caminho para o poder de um movimento revolucionário era o de aliar-se com algumas das instituições poderosas do Estado) estava agora sendo posta em prática quase exatamente como tinha calculado. O presidente, apoiado pelo exército e pelos conservadores, fizera-o chanceler. Seu poder político, embora grande, não era, contudo, completo. Estava dividido entre as três fontes de autoridade que o colocaram no ministério, as quais eram alheias ao movimento nacional-socialista e, até certo ponto, não mereciam a sua confiança.

A primeira tarefa de Hitler, portanto, era eliminá-las rapidamente dos postos de direção, transformar seu partido no senhor absoluto do Estado e, assim, com o poder de um governo autoritário e sua polícia, empreender a revolução nazista. Achava-se no cargo havia apenas 24 horas quando fez seu primeiro gesto decisivo, lançando uma armadilha a seus ingênuos “capttores” conservadores e desencadeando uma série de acontecimentos que ele criara ou controlara e que no fim de seis meses conduziram à completa nazificação da Alemanha e à sua própria ascensão a ditador do Reich, unificado e desfederalizado pela primeira vez na história da Alemanha.

Cinco horas depois de ter prestado juramento, às 17h do dia 30 de janeiro de 1933, Hitler realizou sua primeira sessão ministerial. A ata da sessão, que reapareceu em Nuremberg entre as centenas de toneladas de documentos secretos capturados, revelou quão rápida e sagazmente Hitler, ajudado pelo matreiro Göring, começou a manejar seus colegas conservadores.*1 Hindenburg nomeara Hitler para chefiar não um ministério presidencial, mas um gabinete baseado em maioria do Reichstag. No entanto, os nazistas e os nacionalistas, os dois únicos partidos representados no governo, contavam apenas 247 das 583 cadeiras do Parlamento e, dessa maneira, faltava-lhes a maioria. Para obtê-la, necessitavam do apoio do Partido do Centro, com suas setenta cadeiras. Já nas primeiras horas do novo governo, Hitler despachara Göring para conversar com os líderes centristas, e agora comunicava ao ministério que o Centro estava exigindo “certas concessões”. Göring, em vista disso, propôs que o Reichstag fosse dissolvido e nova eleição realizada, tendo Hitler concordado. Hugenberg, pessoa desajeitada para todos os assuntos de sua vida, não aceitou a vinda do Centro para o governo, mas por outro lado opôs-se a nova eleição, sabendo perfeitamente que os nazistas, com os recursos do Estado a favor, podiam conquistar maioria absoluta no pleito e, assim, ganhar condições para dispensar seus próprios serviços e os de seus amigos conservadores. Propôs simplesmente a supressão do Partido Comunista; eliminadas suas cem cadeiras, os nazistas e os nacionalistas teriam maioria. Mas Hitler não pretendia ir tão longe naquele

momento, ficando afinal acertado que o próprio chanceler conferenciaria com os líderes do Partido do Centro na manhã seguinte, e que, se as conversações fossem infrutíferas, o ministério então convocaria nova eleição.

** Essa reunião ministerial, é evidente, foi reservada; e como a maioria das outras — muitas das quais se realizaram no mais absoluto segredo, mantido por Hitler e seus auxiliares políticos e militares durante o Terceiro Reich —, seus trabalhos e decisões não eram acessíveis ao público. Apenas foram divulgados quando os documentos capturados aos alemães foram examinados no julgamento de Nuremberg.*

Inúmeras dessas discussões altamente confidenciais e as decisões delas decorrentes — todas tidas como segredo de Estado — doravante serão relatadas neste livro, que, daqui até o fim, está em grande parte baseado nos documentos que as registraram na época. Dado o risco de ocorrer certo embaralhamento com as páginas portadoras de números indicativos de notas, essas fontes serão indicadas. Acredito que nenhuma outra história de uma nação, cobrindo uma época específica, tenha sido tão fartamente documentada como a história do Terceiro Reich; e pareceu-me que deixar de lado referências aos documentos reduziria, e muito, o valor que este livro possa ter como um autêntico registro histórico.

Hitler facilmente a tornou infrutífera. A seu pedido, o líder do Centro, monsenhor Kaas, apresentou como base para discussão uma lista de questões em que se incluía a exigência de que Hitler se comprometesse a governar constitucionalmente. Mas Hitler, burlando tanto Kaas como os membros do seu ministério, comunicou que o Centro fizera exigências descabidas e que não havia possibilidade de acordo. Sugeriu, por conseguinte, que se solicitasse ao presidente a dissolução do Reichstag e a convocação de nova eleição. Hugenberg e Papen caíram na armadilha, e concordaram em acompanhá-lo depois de uma solene garantia do líder nazista de que o gabinete se conservaria o mesmo qualquer que fosse o resultado da eleição. Nova eleição foi marcada para 5 de março.

Pela primeira vez — na última eleição relativamente livre que a Alemanha teria — o Partido Nazista agora podia empregar todos os recursos do governo para ganhar votos. Goebbels estava radiante. “Agora será fácil”, escreveu em seu diário a 3 de fevereiro, “conduzir a luta, pois podemos utilizar todos os recursos do Estado. O rádio e a imprensa estão à nossa disposição. A propaganda será uma obra-prima. E desta vez, naturalmente, não faltará dinheiro”.²

Os grandes homens de negócios, satisfeitos com o novo governo que estava colocando os trabalhadores organizados em seus lugares e deixava os

empreendimentos correrem como eles desejavam, foram convidados a pagar. Concordaram em fazê-lo numa reunião a 20 de fevereiro no palácio do presidente do Reichstag, Göring, na qual o dr. Schacht agiu como anfitrião, e em que Göring e Hitler explicavam sua orientação a mais de vinte dos principais magnatas alemães, incluindo Krupp von Bohlen, que se havia tornado um nazista entusiasta da noite para o dia, Bosch e Schnitzler da I.G. Farben, e Vögler, chefe da União do Aço. O registro dessa reunião secreta foi preservado.

Hitler começou um longo discurso com uma oferta aos industriais. “A empresa privada”, disse, “não pode ser mantida na era da democracia. Isto seria concebível apenas se o povo tivesse uma ideia profunda de autoridade e de personalidade (...) Todos os bens terrenos que possuímos os devemos à luta dos escolhidos, dos predestinados (...) Não devemos esquecer que todos os benefícios da cultura são introduzidos mais ou menos com mão-de-ferro.” Prometeu aos homens de negócios que “eliminará” os marxistas e restabelecerá a Wehrmacht (esta última promessa era de interesse especial a indústrias como a Krupp, a União do Aço, a I.G. Farben, que contavam obter o máximo com o rearmamento). “Agora estamos em face da última eleição”, Hitler concluiu, prometendo a seus ouvintes que “não importa qual seja o resultado, não haverá recuo”. Se não vencesse, permaneceria no poder “por outros meios (...) com outras armas”. Göring, tratando mais diretamente da questão, salientou a necessidade de “sacrifícios financeiros” que “sem dúvida seriam suportados mais facilmente pela indústria se ela compreendesse que a eleição de 5 de março será certamente a última nos próximos dez anos, possivelmente nos próximos cem anos”.

Tudo isso ficou bem claro para os industriais ali reunidos, que reagiram com entusiasmo à promessa de um paradeiro às infernais eleições, à democracia e ao desarmamento. Krupp, o rei das munições, que, segundo Thyssen, insistira com Hindenburg a 29 de janeiro para não indicar Hitler, levantou-se e expressou ao chanceler o “reconhecimento” dos homens de negócios “por lhes haver proporcionado um quadro tão claro”. O dr. Schacht correu, então, o chapéu. “Coletei três milhões de marcos”, lembrou em Nuremberg.³

A 31 de janeiro de 1933, um dia após Hitler ter sido nomeado chanceler, Goebbels escreveu em seu diário: “Numa conferência com o Führer estabelecemos a linha para a luta contra o terror vermelho. Por ora nos absteremos de contramedidas diretas. A tentativa bolchevista da revolução devia, primeiro, explodir em chamas. No momento adequado atacaremos.”

Apesar da crescente provocação das autoridades nazistas, não havia sinais de

revolução, comunista ou socialista, irrompendo em chamas, quando a campanha eleitoral se iniciou. No princípio de fevereiro, o governo de Hitler proibiu todas as reuniões comunistas e fechou os seus jornais. As assembleias social-democratas eram ou interditas ou interrompidas pelas arruaceiras S.A., e os principais jornais socialistas eram continuamente suspensos. Até o Partido Católico do Centro não escapou do terror nazista. Stegerwald, o líder dos sindicatos católicos, foi surrado pelos camisas pardas quando procurava falar num comício, e Brüning foi obrigado a pedir a proteção da polícia em outro comício depois que as tropas S.A. feriram certo número de seus partidários. Ao todo, 51 antinazistas foram dados como assassinados na campanha eleitoral, enquanto os nazistas afirmavam que 18 de seus partidários haviam morrido.

A posição-chave de Göring, como ministro do Interior da Prússia, agora começava a ser percebida. Ignorando a atitude limitadora de Papen que, como primeiro-ministro, estava supostamente acima dele, Göring removeu centenas de funcionários republicanos e substituiu-os por nazistas, em sua maioria das S.A. e das S.S. Ordenou que a polícia evitasse “a todo custo” hostilidades às S.A., às S.S. e aos Capacetes de Aço, mas, por outro lado, recomendou que não tivessem misericórdia contra os que fossem “hostis ao Estado”. Obrigou a polícia a “utilizar armas de fogo” e advertiu que os desobedientes seriam punidos. Isto constituiu uma ordem direta para que atirassem para matar os que se opusessem a Hitler, ordem dada à polícia de um Estado (a Prússia) que controlava dois terços da Alemanha. Apenas para ter certeza de que o trabalho seria implacavelmente realizado, a 22 de fevereiro Göring criou uma força policial auxiliar de cinquenta mil homens, dos quais quarenta mil foram tirados das fileiras das S.A. e das S.S. e o restante dos Capacetes de Aço. O poder policial da Prússia era, desse modo, exercido em larga escala pelos bandidos nazistas. Imprudente seria o alemão que apelasse para semelhante “polícia” a fim de protegê-lo contra os terroristas nazistas.

E apesar de todo o terror, a “revolução bolchevista” que Goebbels, Hitler e Göring estavam procurando, não “irrompia em chamas”. Se não podia ser provocada, não poderia ser inventada?

A 24 de fevereiro, a polícia de Göring invadiu a Karl Liebknecht Haus, o quartel-general comunista de Berlim. Ela havia sido abandonada algumas semanas antes pelos líderes comunistas, uma parte dos quais já havia passado à clandestinidade ou fugido disfarçadamente para a Rússia. Pilhas de material de propaganda, contudo, tinham sido deixadas no porão, o suficiente para fazer com que Göring anunciasse num comunicado oficial que os “documentos” apreendidos provavam que os comunistas estavam prestes a desencadear uma

revolução. A reação do público, e mesmo de alguns conservadores do governo, foi de ceticismo. Estava claro que algo de mais sensacional devia ser encontrado para impressionar a opinião pública antes que se realizasse a eleição de 5 de março.

O incêndio do Reichstag

Na noite de 27 de fevereiro, quatro dos mais poderosos homens da Alemanha achavam-se reunidos em dois jantares separados. No seletto Herrenklub da Vosstrasse, o vice-chanceler von Papen entretinha-se com o presidente von Hindenburg. Na casa de Goebbels, o chanceler Hitler chegara para jantar *en famille*. Segundo Goebbels, estavam à vontade, tocando música no gramofone e contando histórias. “De repente”, contou mais tarde em seu diário, “uma chamada telefônica do dr. Hanfstaengl: ‘O Reichstag está em chamas!’” Tinha certeza de que dizia uma grande mentira e recusei-me até mesmo a mencionar o fato ao Führer”⁴

Mas o jantar do Herrenklub ficava exatamente perto da esquina do Reichstag.

*Subitamente [Papen escreveu mais tarde] notamos um fulgor vermelho nas janelas e ouvimos gritos na rua. Um dos criados correu para mim e murmurou: “O Reichstag está em chamas!”, o que repeti ao presidente. Ele ergueu-se e da janela pudemos ver o edifício do Reichstag, que aparecia como se estivesse iluminado por holofotes. A todo momento uma explosão de chamas e um redemoinho de fumaça apagavam seus contornos.*⁵

O vice-chanceler carregou o idoso presidente para casa em seu próprio carro e dirigiu-se apressadamente ao edifício em chamas. Nesse interim, Goebbels, de acordo com seu relato, que voltara a pensar na “grande mentira” de Putzi Hansfstaengl, tinha efetuado alguns chamados telefônicos e verificado que o Reichstag se incendiava. Dentro de poucos segundos ele e seu Führer saíram correndo “a oitenta quilômetros horários, pela Chaussee Charlottenburger, em direção ao local do crime”.

Isto era um crime, um crime comunista, proclamaram tão logo chegaram ao incêndio. Göring, transpirando e bufando, completamente fora de si pela excitação, ali mesmo diante deles, clamava aos céus, como depois recordou Papen, que “este é um crime comunista contra o novo governo”. Para o novo chefe da Gestapo, Rudolf Diels, Göring gritava: “Isto é o princípio da revolução comunista! Não devemos esperar um minuto. Não teremos piedade. Todo funcionário comunista deve ser morto, onde for encontrado, todo deputado

comunista deve nesta mesma noite ser enforcado.”⁶

A verdade completa sobre o incêndio do Reichstag provavelmente nunca virá a ser conhecida. Quase todos que a conheciam estão agora mortos, a maioria chacinada por Hitler nos meses que se seguiram. Mesmo em Nuremberg o mistério não pôde ser inteiramente desenredado, embora haja bastante evidência para que se estabeleça, além de qualquer dúvida razoável, que os nazistas é que planejaram o premeditado incêndio e o utilizaram para seus próprios fins políticos.

Do palácio do presidente do Reichstag, uma passagem subterrânea, construída para canalização do sistema de aquecimento central, levava ao edifício do Reichstag. Através deste túnel, Karl Ernst, antigo empregado do hotel que se havia tornado líder das S.A. em Berlim, dirigiu, na noite de 27 de fevereiro, um pequeno destacamento das tropas de assalto ao Reichstag, espalharam gasolina e substâncias químicas de autocombustão e regressaram rapidamente ao palácio pelo mesmo caminho. Ao mesmo tempo, um comunista holandês idiota, com a mania incendiária, Marinus van der Lubbe, penetrara no imenso, escuro e, para ele, desconhecido edifício, e riscou ali alguns de seus fósforos. O piromaníaco imbecil foi um verdadeiro achado para os nazistas. Fora preso pelas S.A. poucos dias antes, por ter se gabado num bar de que tentara incendiar alguns edifícios públicos e de que o próximo seria o Reichstag.

A coincidência de que os nazistas encontraram um comunista demente e incendiário, que saía para realizar exatamente o que eles mesmos decidiram fazer, parece incrível, mas, apesar disso, é verossímil, havendo indícios de que isso realmente ocorreu. A ideia do incêndio quase com certeza surgiu de Goebbels e Göring. Hans Gisevius, funcionário do Ministério do Interior da Prússia na época, afirmou em Nuremberg que “foi Goebbels o primeiro a pensar em atear fogo no Reichstag”. E Rudolf Diels, chefe da Gestapo, acrescentou num depoimento que “Göring sabia exatamente como o fogo iria começar” e lhe ordenara preparar, antes do incêndio, “uma lista de pessoas que deviam ser presas em seguida”. O general Franz Halder, chefe do Estado-maior alemão durante a primeira parte da Segunda Guerra Mundial, recordou, em Nuremberg, como Göring certa ocasião tinha alardeado seu feito.

*No almoço comemorativo do aniversário do Führer, em 1942, a conversa girou sobre o tema do edifício do Reichstag e de seu valor artístico. Ouvi com meus próprios ouvidos quando Göring interrompeu a conversa e gritou: “O único que realmente conhece o Reichstag sou eu, pois o incendiei!” Dizendo isto, bateu com a palma da mão em sua coxa.**

** Tanto nos interrogatórios como no julgamento de Nuremberg, Göring negou até o fim que tivesse participado, de qualquer forma, do incêndio do Reichstag.*

Van der Lubbe, parece evidente, foi um joguete dos nazistas. Foi encorajado a pôr fogo no Reichstag. Mas a principal tarefa foi executada — sem seu conhecimento, naturalmente — pelas tropas de assalto. Realmente, ficou provado no subsequente julgamento de Leipzig que o idiota holandês não possuía os meios necessários para atear fogo no enorme edifício tão rapidamente. Dois minutos e meio após ele ter entrado, o grande salão central ardia furiosamente. Tinha apenas sua camisa para atear o fogo. Os focos mais importantes, de acordo com o testemunho dos técnicos no julgamento, foram ateados com considerável quantidade de substâncias químicas e de gasolina. Era evidente que um só homem não podia tê-los levado para o edifício, nem lhe teria sido possível começar tantos incêndios, em tantos lugares espalhados, e em tão curto tempo.

Van der Lubbe foi preso no local e Göring, como posteriormente contou ao tribunal, queria enforcá-lo imediatamente. No dia seguinte Ernst Torgler, líder parlamentar dos comunistas, apresentou-se à polícia quando soube que Göring o acusara. E poucos dias depois, Georgi Dimitroff, comunista búlgaro que mais tarde se tornou primeiro-ministro da Bulgária, e dois outros comunistas búlgaros, Popov e Tanev, foram presos pela polícia. O julgamento subsequente pela Suprema Corte de Leipzig se converteu em algo como um revés para os nazistas, sobretudo para Göring, a quem Dimitroff, atuando como seu próprio advogado, irritou facilmente, transformando-o num bobo com uma série de perguntas. Num determinado ponto, segundo a ata do tribunal, Göring gritou para o búlgaro: “Fora daqui, seu miserável!”

Juiz (para o oficial da polícia): Conduza-o para fora.

Dimitroff (sendo conduzido para fora pela polícia): Tem medo das minhas perguntas, Herr Ministerpräsident?

Göring: Espere que ainda o pegaremos fora deste tribunal, seu miserável!

Torgler e os três búlgaros foram absolvidos; entretanto, o líder comunista alemão foi imediatamente “posto sob custódia” até sua morte, durante a Segunda Guerra. Van der Lubbe foi julgado culpado e decapitado.⁷

O julgamento, apesar da subserviência do tribunal às autoridades nazistas, lançou uma grande dose de suspeita sobre Göring e os nazistas, mas isto veio

demasiado tarde para ter algum efeito prático. Pois Hitler não tinha perdido tempo em explorar ao máximo o incêndio do Reichstag.

No dia posterior ao incêndio, 28 de fevereiro, ele persuadiu o presidente Hindenburg a assinar um decreto “pela proteção do povo e do Estado”, suspendendo as sete seções da Constituição que garantiam as liberdades individuais e civis. Apresentado como “medida defensiva contra os atos de violência dos comunistas que punham em perigo o Estado”, o decreto estabelecia que:

Restrições à liberdade pessoal, ao direito de livre manifestação de opinião, inclusive à liberdade de imprensa; aos direitos de reunião e associação; as violações das comunicações privadas telefônicas, telegráficas e postais; e autorizações para buscas domiciliares, ordens para confiscos, bem como restrições à propriedade, são também permissíveis além dos limites legais prescritos em outras circunstâncias.

Adicionalmente, o decreto autorizava o governo do Reich a assumir o controle total dos Estados da federação, quando necessário, e impunha a sentença de morte para certo número de crimes, incluindo “graves perturbações da paz” por pessoas armadas.⁸

Dessa forma, de um golpe, Hitler foi capaz não apenas de arrolhar legalmente os adversários, mas prendê-los à vontade, ao tornar “oficial” a ameaça comunista, levando milhões de elementos da classe média e do campo a um frenesi de medo; medo de que, se não votassem nos nacional-socialistas na eleição da semana seguinte, os bolchevistas assumissem o poder. Uns quatro mil funcionários comunistas e um grande número de social-democratas e líderes liberais foram presos, incluindo membros do Reichstag, os quais, de acordo com a lei, gozavam de imunidades. Foi a primeira experiência que os alemães tiveram do terror nazista apoiado no governo. Caminhões carregados de tropas de assalto rugiam pelas ruas de toda a Alemanha, invadindo lares, arrebanhando vítimas e carregando-as para os quartéis das S.A., onde eram torturadas e espancadas. A imprensa e os comícios políticos dos comunistas foram suprimidos. Os jornais social-democratas e muitos periódicos liberais foram suspensos, e os comícios dos partidos democráticos foram ou proibidos ou interrompidos. Somente os nazistas e seus aliados nacionalistas tinham permissão para fazer a campanha sem serem molestados.

Com todos os recursos dos governos nacional e da Prússia à sua disposição, e com abundância de dinheiro dos grandes magnatas em seus cofres, realizaram

uma propaganda eleitoral como jamais a Alemanha tinha visto antes. Pela primeira vez a cadeia de radioemissoras do Estado transmitiu as vozes de Hitler, Göring e Goebbels para todos os cantos da terra. As ruas, ornadas com bandeiras suásticas, ecoavam os passos das tropas de assalto. Havia comícios populares, paradas de archotes, o ruído dos alto-falantes nas praças. Os espaços a isso destinados ficavam cobertos de brilhantes cartazes nazistas, e à noite fogueiras iluminavam as montanhas. Por sua vez, o eleitorado era iludido com promessas de um paraíso germânico, intimidado pelo terror pardo nas ruas e atemorizado pelas “revelações” a respeito da “revolução” comunista. Um dia antes do incêndio do Reichstag o governo prussiano publicou uma longa exposição, declarando que encontrara documentos comunistas que provavam:

Os edifícios governamentais, os museus, as mansões e as fábricas deviam ser incendiados (...) As mulheres e as crianças deveriam ser entregues aos grupos terroristas (...) O incêndio do Reichstag deveria ser o sinal para uma insurreição sangrenta e a guerra civil (...) Ficou apurado que hoje deveriam ser vistos na Alemanha atos terroristas contra pessoas isoladas, contra a propriedade privada, e contra a vida e os membros da população pacífica, e também o início da guerra civil geral.

A publicação dos “documentos provando a conspiração comunista” foi prometida, mas jamais cumprida. O fato, entretanto, de que o próprio governo prussiano certificasse sua autenticidade impressionou muitos alemães. Os vacilantes também ficaram impressionados, talvez com as ameaças de Göring. Em Frankfurt, a 3 de março, na véspera da eleição, ele bradou:

Companheiros alemães, minhas medidas não serão invalidadas por nenhuma decisão judicial (...) Não tenho de preocupar-me com a justiça; minha missão consiste apenas em destruir e exterminar; nada mais! (...) Certamente, utilizarei o poder do Estado e da polícia até onde for possível, meus caros comunistas; portanto, não tirem falsas conclusões. Mas a luta de morte, na qual meu punho agarra vossos pescoços, a levarei avante com aqueles que ali estão — os camisas pardas.⁹

Quase não foi ouvida a voz do antigo chanceler Brüning, que também falou naquele dia, proclamando que o Partido do Centro resistiria a qualquer subversão da Constituição, exigindo uma investigação sobre o suposto incêndio do Reichstag e convocando o presidente Hindenburg “a proteger os oprimidos contra seus opressores”. Apelo inútil! O idoso presidente manteve o silêncio. Agora era a hora de o povo convulsionado falar.

A 5 de março de 1933, dia da última eleição democrática de que teria notícia

durante a vida de Hitler, ele falou com suas cédulas eleitorais. Apesar de toda a intimidação e de todo o terror, a maioria repudiou Hitler. Os nazistas alcançaram 17.277.180 votos — aumento de 5,5 milhões — mas representavam somente 44% da votação total. Uma clara maioria ainda evitava Hitler. Toda a perseguição e a repressão das semanas antecedentes não impediram que o Partido do Centro elevasse efetivamente sua votação de 4.230.600 para 4.424.900 votos. Com seu aliado, o Partido Bávaro Católico do Povo, obteve um total de 5,5 milhões de votos. Até os social-democratas mantiveram sua posição de segundo maior partido, atingindo 7.181.629 votos, com uma queda de apenas setenta mil. Os comunistas perderam um milhão de aderentes, mas ainda contaram com 4.848.058 votos. Os nacionalistas, dirigidos por Papen e Hugenberg, ficaram amargamente desapontados com sua própria contagem de 3.136.760 votos, simplesmente 8% dos votos computados e um ganho de menos de duzentos mil.

Com as 52 cadeiras dos nacionalistas somadas às 288 dos nazistas, obtinha o governo maioria de 16 lugares no Reichstag. Suficiente, talvez, para enfrentar os assuntos governamentais do dia-a-dia, mas bastante longe da maioria de dois terços de que Hitler necessitava para empreender um novo e audacioso plano de implantação de uma ditadura com o consentimento do Reichstag.

Gleichschaltung: A “coordenação” do Reich

O plano era aparentemente simples e possuía a vantagem de disfarçar a tomada do poder absoluto dentro da legalidade. Solicitar-se-ia ao Reichstag que promulgasse um “ato de autorização”, conferindo ao Ministério de Hitler poderes legislativos exclusivos por quatro anos. Ou, mais simplesmente: o Parlamento alemão seria solicitado a transferir suas funções constitucionais a Hitler e a tirar longas férias. Desde, porém, que isto exigia uma alteração na Constituição, seriam necessários dois terços para aprová-lo.

Como obter essa maioria foi o mais importante item da ordem do dia da reunião de 15 de março de 1933, cuja ata foi apresentada em Nuremberg.10 Parte do problema seria resolvido pela “ausência” dos 81 membros comunistas do Reichstag. Göring tinha certeza de que o problema restante seria facilmente removido “pela recusa da admissão de alguns social-democratas”. Hitler estava alegre, de bom humor, confiante. Afinal de contas, com o decreto de 28 de fevereiro, que ele induzira Hindenburg a assinar um dia após o incêndio do Reichstag, podia prender tantos deputados opositores quantos fossem necessários para assegurar a sua maioria de dois terços. Havia alguma dificuldade com o Centro Católico, que exigia garantias, mas o chanceler estava seguro de que este partido o acompanharia. Hugenberg, o líder nacionalista, que

não tinha nenhuma vontade de colocar todo o poder nas mãos de Hitler, exigiu que o presidente fosse autorizado a participar da elaboração das leis decretadas pelo ministério, durante a vigência do decreto. O dr. Meissner, secretário de Estado na chancelaria presidencial, que já tinha confiado seu futuro aos nazistas, respondeu que “a colaboração do presidente do Reich não seria necessária”. Percebeu logo que Hitler não tinha nenhuma vontade de ser manietado pelo teimoso e velho presidente, como os chanceleres republicanos haviam sido.

Mas Hitler desejava, nessa fase, homenagear o idoso marechal-de-campo e o exército, e os conservadores nacionalistas, ligando seu turbulento e revolucionário regime ao venerando nome de Hindenburg e a todas as glórias militares da Prússia. Para realizar o plano, ele e Goebbels, que a 13 de março se convertera em ministro da Propaganda, conceberam um golpe de mestre. Hitler abriria o novo Reichstag, que ele mesmo estava prestes a destruir, na igreja da guarnição de Potsdam, o grande santuário do prussianismo que despertava em tantos alemães as lembranças da grandeza e das glórias imperiais, pois nela repousavam os restos de Frederico, o Grande, nela os reis Hohenzollern foram venerados, nela Hindenburg fora pela primeira vez, em 1866, numa peregrinação, quando regressava como jovem oficial de guarda da guerra austro-prussiana, guerra que dera à Alemanha sua primeira unificação.

A data escolhida para a cerimônia de instalação do primeiro Reichstag do Terceiro Reich, 21 de março, também era significativa, pois correspondia ao aniversário do dia em que Bismarck inaugurara o primeiro Reichstag do Segundo Reich, em 1871. Quando os velhos marechais, generais e almirantes dos tempos do império se reuniram em seus resplandecentes uniformes, na igreja da guarnição, tendo à frente o ex-príncipe herdeiro e o marechal von Mackensen em imponente vestimenta e com o capacete dos hussardos, as sombras de Frederico, o Grande, e do Chanceler de Ferro pairaram sobre a assembleia.

Hindenburg estava visivelmente comovido e, a certa altura, Goebbels, que dirigia a cerimônia e a sua difusão para a nação, observou — e anotou em seu diário — que o velho marechal tinha lágrimas nos olhos. Ladeado por Hitler, que parecia pouco à vontade em seu fraque de cerimônia matutina, o presidente, envergando seu uniforme cinza-escuro com o grande alamar da Águia Negra e portando um capacete belíssimo numa das mãos e o cetro de marechal na outra, marchou vagarosamente para a nave, deteve-se para saudar a cadeira vazia do Kaiser Guilherme II, na galeria imperial e, depois, defronte do altar, leu um curto discurso de consagração do novo governo de Hitler.

Possa o velho espírito deste ilustre santuário impregnar a geração atual,

possa ele nos libertar de egoísmos e disputas partidárias e manter-nos unidos numa consciência nacional para abençoar uma Alemanha orgulhosa e livre.

A resposta de Hitler destinou-se habilmente a ganhar as simpatias e a confiança da velha ordem tão brilhantemente representada.

Nem o Kaiser, nem o governo, nem a nação queriam a guerra. Foi unicamente o colapso da nação que compeliu uma raça enfraquecida a assumir, contra suas mais sagradas convicções, a culpa dessa guerra.

E depois, voltando-se para Hindenburg, que estava rigidamente sentado em sua cadeira, a poucos passos diante dele:

Graças a um inaudito esforço nestas últimas semanas, a honra nacional foi restaurada. E graças à vossa compreensão, Herr Generalfeldmarschall a união dos símbolos da antiga grandeza com a nova força foi exaltada. Nós vos rendemos homenagem. Uma providência protetora vos colocou à frente das novas forças da nação.¹¹

Hitler, demonstrando profunda humildade para com o presidente, e com a intenção de roubar-lhe o poder político antes que a semana terminasse, caminhou em sua direção, inclinou-se ante o presidente e apertou sua mão. Ali, entre os flashes das máquinas fotográficas, em meio ao ruído das câmeras cinematográficas que Goebbels estrategicamente dispusera no local com microfones, o solene aperto de mão do marechal alemão e do cabo austríaco, unindo a nova Alemanha à velha, foi registrado para que a nação e o mundo o vissem e ouvissem sua descrição.

“Após o deslumbrante compromisso feito por Hitler em Potsdam”, escreveu mais tarde o embaixador francês, presente à cena, “como podiam tais homens — Hindenburg e seus amigos, os junkers e magnatas monarquistas, Hugenberg e seus nacionalistas, os oficiais do Reichswehr —, como podiam deixar de relaxar a apreensão com que tinham começado a ver os excessos e abusos de seu partido? Podiam agora hesitar em garantir-lhe sua inteira confiança, atender a todos os seus pedidos, conceder os plenos poderes que reclamava?”¹²

A resposta foi dada dois dias mais tarde, a 23 de março, no Teatro da Ópera Kroll, em Berlim, onde o Reichstag se reuniu. Achava-se em discussão o chamado Ato de Autorização — a “lei para a eliminação do perigo contra o povo e o Reich — (Gesetz zur Behebung der Not von Volk und Reich)”, como ficou oficialmente conhecida. Seus cinco breves parágrafos abrangiam o poder de legislar, incluindo o controle do orçamento do Reich, a sanção de tratados com

Estados estrangeiros, a iniciativa de emendas constitucionais, sem a audiência do Parlamento, e entregavam o poder ao Ministério do Reich por quatro anos. Mais ainda, o ato estipulava que as leis decretadas pelo ministério deviam ser redigidas pelo chanceler e “podiam afastar-se da Constituição”. Nenhuma lei poderia “afetar a posição do Reichstag” — o que constituía, sem dúvida, o mais doloroso dos gracejos — e os poderes do presidente permaneceriam “inalterados”.¹³

Hitler reiterou esses dois últimos pontos num discurso de inesperado comedimento aos deputados reunidos no engalanado Teatro da Ópera, casa há muito especializada na apresentação de operetas e cujos corredores laterais agora estavam repletos de camisas pardas das tropas de assalto, todos de semblante arrogante, como a indicar que nenhuma insensatez da parte dos representantes do povo seria tolerada.

O governo [prometeu Hitler] somente fará uso desses poderes quando forem indispensáveis à execução de providências vitalmente necessárias. Não se encontra ameaçada a existência do Reichstag, e tampouco a do Reichsrat. Permanecem inalterados a posição e os direitos do presidente (...) Não será modificada a situação de autonomia dos Estados federais. Não serão restringidos os direitos das igrejas e suas relações com o governo não serão alteradas. Na verdade, o número de casos em que se justificaria o emprego de tal lei é muito limitado.

O veemente líder nazista falava de modo bastante moderado, quase modesto. Mal começava a vida do Terceiro Reich, de modo que mesmo os membros da oposição ainda não podiam avaliar com segurança o valor das promessas de Hitler. Otto Wells, líder dos social-democratas, de cuja bancada uma dúzia de deputados fora “detida” pela polícia, levantou-se — em meio ao rugido das tropas de assalto que lá fora gritavam “Poder total ou nada!” — para desafiar o futuro ditador. Falando calmamente, e com grande dignidade, Wells afirmou que o governo talvez pudesse privar os socialistas de sua força, mas jamais de sua honra.

Nós, social-democratas alemães, nesta hora histórica, nos colocamos solenemente ao lado dos princípios de humanidade e justiça, de liberdade e socialismo. Nenhuma lei vos poderá dar poder suficiente para destruir ideias que são eternas e indestrutíveis.

Hitler levantou-se, furioso, e nesse momento a assembleia teve diante de si o verdadeiro homem.

Chegastes tarde, mas sempre chegastes! [gritou] (...) Já não sois necessário

(...) A estrela da Alemanha está em ascensão, e a vossa em declínio. Soou a hora de vossa morte. (...) Não desejo vossos votos. A Alemanha se libertará, sim, mas não por vosso intermédio! [aplausos ensurdecedores].

Os social-democratas, que carregavam uma pesada responsabilidade pelo enfraquecimento da república, manter-se-iam pelo menos fiéis a seus princípios e cairiam — desta vez — em atitude de desafio. Mas não o Partido do Centro, que certa vez enfrentara com êxito o Chanceler de Ferro na Kulturkampf. Monsenhor Kaas, o líder do partido, exigira um compromisso escrito de Hitler de que respeitaria o poder de veto do presidente. Embora o tivesse prometido antes da votação, o compromisso jamais foi assinado. Apesar disso, o líder do Centro levantou-se para anunciar que seu partido votaria pelo projeto. Brüning permaneceu em silêncio. A votação foi imediatamente verificada: 441 a favor e 84 (todos os social-democratas) contra. Os deputados nazistas ergueram-se, gritando, sapateando delirantemente. Depois juntaram-se às tropas de assalto e entoaram a canção de Horst Wessel, que não tardou a ocupar o lugar, ao lado do Deutschland über Alles, de um dos dois hinos nacionais:

Desfraldemos bem alto as bandeiras! Ombro com ombro permanecemos unidos.

As tropas de assalto marcham firmes, com passos tranquilos (...)

A democracia parlamentar foi, assim, enterrada na Alemanha. A não ser pela prisão dos comunistas e de alguns dos deputados social-democratas, tudo foi feito de forma completamente legal, se bem que acompanhado pelo terror. O Parlamento entregara sua autoridade constitucional a Hitler e, assim, suicidara-se, embora sobrevivesse, como uma recordação, até o fim do Terceiro Reich, servindo esporadicamente como caixa de ressonância para alguns dos estrondosos pronunciamentos de Hitler; seus membros, daí em diante, foram escolhidos pelo Partido Nazista, pois não houve mais eleições de verdade. Foi esse Ato de Autorização, e nada mais, que constituiu a base legal da ditadura de Hitler. A partir de 23 de março de 1933, Hitler tornou-se o ditador do Reich, liberto de qualquer restrição do Parlamento ou, para todos os fins práticos, do idoso e exausto presidente. Na verdade, muito ainda devia ser feito para submeter a nação inteira e todas as suas instituições ao tacão nazista. Mas isto também foi levado a cabo com rapidez espantosa, grosseria, impostura e brutalidade.

“Os bandos de rua”, nas palavras de Alan Bullock, “havia se apoderado dos recursos de um grande Estado moderno, a ralé tinha galgado ao poder”. Mas —

como Hitler nunca deixou de alardear — “legalmente”, por uma votação esmagadora do Parlamento. Os alemães não podiam acusar a ninguém, salvo a si mesmos.

Uma a uma, as mais poderosas instituições da Alemanha submetiam-se a Hitler e passavam tranquilamente, sem protesto, a inexistir. Os Estados, que obstinadamente haviam mantido seus poderes autônomos durante toda a história da Alemanha, foram os primeiros a capitular. Na noite de 9 de março, duas semanas antes da aprovação do Ato de Autorização, o general von Epp, cumprindo ordem de Hitler e Frick, e com a ajuda de algumas tropas de assalto, expulsou o governo da Baviera e instalou um regime nazista. Dentro de uma semana, interventores do Reich foram designados para assumir o controle de outros Estados, com exceção da Prússia, onde Göring já se encontrava firmemente instalado. A 31 de março, Hitler e Frick, utilizando pela primeira vez o Ato de Autorização, promulgaram uma lei dissolvendo as dietas estaduais, salvo a da Prússia, e determinando que elas se reconstituíssem tomando como base os votos computados na última eleição ao Reichstag. As cadeiras dos comunistas não deviam ser preenchidas. Mas esta solução durou apenas uma semana. O chanceler, trabalhando febrilmente, promulgou nova lei, a 7 de abril, indicando governadores do Reich (Reichsstaathalter) para todos os Estados e encarregando-os de designar e remover os governos locais, dissolver as dietas, nomear e demitir funcionários do Estado e juizes. Todos os governadores eram nazistas e tinham “a missão” de aplicar “a política geral estabelecida pelo chanceler do Reich”.

Assim, 15 dias após ter recebido plenos poderes do Reichstag, Hitler conseguira o que Bismarck, Guilherme II e a República de Weimar jamais ousaram tentar: abolir os direitos autônomos dos Estados históricos, submetendo-os à autoridade central do Reich, que estava em suas mãos. Pela primeira vez na história da Alemanha, havia realmente unificado o Reich, destruindo seu antiquíssimo caráter federativo. A 30 de janeiro de 1934, primeiro aniversário de sua subida ao poder, Hitler completou formalmente a tarefa por meio de uma Lei para a Reconstrução do Reich. “As assembleias populares” dos Estados foram abolidas, os poderes soberanos transferidos para o Reich, todos os seus governos ficaram sob a jurisdição do governo do Reich e os governadores subordinados à administração do ministro do Interior do Reich.¹⁴ Como explicou Frick, o ministro, “os governos estaduais doravante passarão a ser apenas órgãos administrativos do Reich”.

O preâmbulo da lei de 30 de janeiro de 1934 declarava que ela fora “promulgada com o voto unânime do Reichstag”. O que era verdade, pois nessa

época todos os partidos políticos da Alemanha, com exceção do nazista, tinham sido completamente suprimidos.

Não se pode afirmar que eles caíram lutando. A 19 de maio de 1933, os social-democratas — os que não estavam presos ou no exílio — votaram no Reichstag, sem uma voz discrepante, pela aprovação da política exterior de Hitler. Nove dias antes, a polícia de Göring tinha se apoderado dos edifícios e dos jornais do partido e confiscado sua propriedade. Não obstante, os socialistas ainda procuravam apaziguar Hitler. Denunciavam seus camaradas do estrangeiro, que atacavam o Führer. A 19 de junho elegeram uma nova direção do partido, mas três dias depois Frick pôs termo a suas tentativas de compromisso, dissolvendo o Partido Social Democrático como “subversivo e inimigo do Estado”. Paul Lobe, o líder sobrevivente, e vários dos membros do partido do Reichstag foram presos. Os comunistas, naturalmente, já haviam sido esmagados.

Restavam os partidos da classe média, mas não por muito tempo. O Partido Bávaro Católico do Povo, cujo governo fora afastado pelo golpe nazista de 9 de março, anunciou sua própria dissolução a 4 de julho. Seu aliado, o Partido do Centro, que desafiara tão corajosamente Bismarck e fora uma das vigas mestras da república, seguiu o exemplo no dia posterior, deixando a Alemanha, pela primeira vez na era moderna, sem um partido político católico — fato que não desencorajaria o Vaticano a assinar uma concordata com o governo de Hitler, uma quinzena mais tarde. O velho partido de Stresemann, o Partido do Povo, executou o haraquiri a 4 de julho. Os democratas (Straatsparteï) já tinham feito o mesmo uma semana antes.

E que fora feito do companheiro de Hitler no governo, o Partido Nacional Alemão, sem cujo apoio o antigo cabo austríaco jamais teria legalmente chegado ao poder? Apesar de suas ligações com Hindenburg, com o exército, com os junkers e com grandes industriais, e da obrigação a ele devida por Hitler, tomou o caminho de todos os outros partidos e com a mesma mansidão. A 21 de junho a polícia e as tropas de assalto tomaram conta de suas sedes em todo o país, e a 29 de junho, Hugenberg, o valente líder do partido, que ajudara a empurrar Hitler para a chancelaria uns seis meses antes, renunciara ao governo e seus auxiliares, “voluntariamente”, dissolveram o partido.

O Partido Nazista ficou só. E a 14 de julho uma lei decretava:

O Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães constitui o único partido político da Alemanha.

*Aquele que tentar manter ou formar um novo partido político será punido com trabalhos forçados por três anos ou com prisão de seis meses a três anos, se a ação não estiver sujeita a penalidade maior; em conformidade com outros regulamentos.*¹⁵

O Estado totalitário de um só partido fora atingido apenas com um arremedo de oposição ou desafio e, daí a quatro meses, o Reichstag abdicava de suas responsabilidades democráticas.

Os sindicatos livres que, como vimos, certa vez haviam esmagado o golpe fascista de Kapp por meio de uma simples declaração de greve geral, foram desaparecendo tão facilmente como os partidos políticos e os Estados — embora ainda não lhes tivesse sido aplicada nenhuma imposição. Durante cinquenta anos o Primeiro de Maio tinha sido o dia tradicional dos trabalhadores alemães — e europeus. Para acalmar os operários e seus líderes em face do golpe, o governo nazista proclamou o Primeiro de Maio de 1933 como festa nacional, cognominado oficialmente Dia Nacional do Trabalho e preparou-se para celebrá-lo como nunca. Os líderes sindicais ficaram surpreendidos com a demonstração de cordialidade dos nazistas para com a classe operária e cooperaram entusiasticamente com o governo e o partido para fazer do dia um espetáculo. Os líderes operários afluíram a Berlim de todas as partes da Alemanha, milhares de bandeiras desfraldadas, aclamando a solidariedade do regime nazista para com o proletariado. Fora do Campo de Tempelhof, Goebbels aprestou-se a apresentar a maior demonstração de massa que a Alemanha tinha visto. Antes da manifestação, o próprio Hitler recebeu os delegados operários, declarando: “Vocês verão como é mentirosa e injusta a afirmação de que a revolução é dirigida contra os operários alemães. Ao contrário.” Depois, em seu discurso para mais de cem mil trabalhadores no campo de aviação, Hitler levantou o lema “Honra ao trabalho e respeito ao trabalhador!” e prometeu que o dia Primeiro de Maio seria celebrado em honra do operário alemão, “através dos séculos”.

Tarde da noite, Goebbels, após descrever em sua mais rebuscada linguagem o tremendo entusiasmo dos operários por essa celebração de Primeiro de Maio, que ele havia tão brilhantemente levado a efeito, acrescentou uma passagem curiosa em seu diário: “Amanhã ocuparemos os edifícios dos sindicatos. Haverá pequena resistência.”* 16

** Um documento trazido à luz em Nuremberg revela que os nazistas estiveram planejando por algum tempo destruir os sindicatos. Uma ordem secreta, datada de 21 de abril, e assinada pelo dr. Ley, contém instruções pormenorizadas para a "coordenação" dos sindicatos a 2 de maio. As tropas*

S.A. e S.S. deviam efetuar a "ocupação das propriedades dos sindicatos" e "colocar em custódia" todos os seus líderes. Os fundos dos sindicatos deviam ser tomados.17 Os sindicatos cristãos (católicos) não foram molestados a 2 de maio. Seu fim viria a 24 de junho.

Eis o acontecido. No dia 2 de maio as sedes dos sindicatos em todo o país foram ocupadas, os fundos sindicais confiscados, os sindicatos dissolvidos e seus líderes presos. Muitos foram espancados e colocados em campos de concentração. Theodor Leipart e Peter Grassmann, os dirigentes da Confederação Sindical, prontificaram-se abertamente a cooperar com o regime nazista. Ainda assim, foram presos. “Os Leiparts e Grassmanns”, disse o dr. Robert Ley, o alcoólatra chefe do partido de Colônia, que fora designado por Hitler para assumir o controle dos sindicatos e estabelecer a Frente Alemã do Trabalho, “podem como bem lhes aprouver declarar hipocritamente sua devoção ao Führer — mas é melhor que estejam na prisão”. E lá eles foram postos.

Primeiramente, contudo, tanto Hitler como Ley procuraram assegurar aos operários que seus direitos seriam protegidos. Ley disse em sua proclamação inicial: “Operários! Para nós, nacional-socialistas, vossas organizações são sagradas. Eu mesmo sou filho de camponeses pobres e compreendo a miséria (...) Conheço a exploração do capitalismo anônimo. Operários! Juro-vos, nós não apenas conservaremos tudo o que existe, mas edificaremos a proteção e os direitos dos operários que ainda virão.”

Dentro de três semanas a falsidade de outra promessa nazista veio à tona quando Hitler decretou uma lei pondo fim aos contratos coletivos e estipulando que daí em diante “as curadorias trabalhistas”, indicadas por ele, “regulariam os contratos de trabalho” e manteriam a “paz trabalhista”.18 Desde que as decisões das curadorias passariam a ser legalmente obrigatórias, a lei, de fato, proscreeu as greves. Ley prometeu “restaurar a direção absoluta do líder natural de uma fábrica — isto é, o empregador (...) Somente ele pode decidir. Muitos empregadores foram chamados durante anos chefes da casa. Agora serão mais uma vez os chefes da casa?”

Pelo menos até então a alta direção das empresas estava satisfeita. As contribuições generosas que muitos empregadores tinham feito ao Partido Nazista foram compensadas. No entanto, para os negócios prosperarem, uma certa estabilidade da sociedade é necessária, e por toda a primavera e princípio do verão a lei e a ordem foram se esboroando na Alemanha, à medida que os frenéticos bandos de camisas pardas percorriam as ruas, prendendo, espancando

e algumas vezes até matando quem quer que lhes aprouvesse, enquanto a polícia olhava sem levantar um dedo. O terror nas ruas não era consequência do esfacelamento da autoridade do Estado, como acontecera na Revolução Francesa, mas, ao contrário, era executado com o estímulo e frequentemente sob as ordens do Estado, cuja autoridade nunca tinha sido maior ou mais concentrada na Alemanha. Os juízes, intimidados, temiam por suas vidas se declarassem culpado e condenassem um elemento das tropas de assalto por assassinato a sangue-frio. Hitler agora era a lei, como disse Göring e como o Führer declarou em maio e junho de 1933: “A Revolução Nacional-Socialista ainda está em curso e será vitoriosamente completada quando um novo povo alemão estiver educado.” Na terminologia nazista, “educado” significava “intimidado” — a um ponto em que todos aceitassem docilmente a ditadura nazista e seu barbarismo. Para Hitler, como tinha publicamente afirmado mil vezes, os judeus não eram alemães, e embora ele não os exterminasse de uma vez (apenas relativamente poucos — isto é, alguns milhares — foram roubados, maltratados e assassinados nos primeiros meses), ele promulgou leis excluindo-os do serviço público, das universidades e das profissões liberais. E a 1º de abril de 1933 anunciou um boicote nacional às lojas judias.

Os homens de negócios, que com tanto entusiasmo apreciaram o esmagamento dos sindicatos perturbadores, achavam agora que a ala esquerda dos nazistas, que realmente acreditava no socialismo do partido, procurava controlar as entidades de classes patronais, destruir os grandes estabelecimentos comerciais e nacionalizar a indústria. Milhares de membros do Partido Nazista caíam sobre as casas de negócios daqueles que não tinham apoiado Hitler, ameaçavam apoderar-se delas, em alguns casos, e, em outros, exigiam bem remunerados cargos de direção. O dr. Gottfried Feder, o economista excêntrico, insistia agora que o programa do partido fosse aplicado; nacionalização das grandes empresas, divisão dos lucros, abolição das rendas injustas e da “escravidão do juro”. Como se isso não fosse suficiente para atemorizar os donos de empresas, Walther Darré, recém-nomeado ministro da Agricultura, causou pânico aos banqueiros ao prometer uma grande redução das dívidas dos agricultores e um corte nas taxas de juros que as reduzisse a 2%.

Por que não? Hitler, em meados de 1933, era o senhor da Alemanha, podendo, portanto, aplicar seu programa. Papen, com toda a sua esperteza, fora deixado de lado. E tinham vindo abaixo todos os seus cálculos, de que ele e Hugenberg, e os demais defensores da Velha Ordem, com sua maioria de oito a três contra os nazistas no ministério, poderiam controlar Hitler e na realidade utilizá-lo a favor de seus propósitos conservadores. O próprio Papen havia sido expulso de seu posto de primeiro-ministro da Prússia e substituído por Göring. Ele permaneceu

como vice-chanceler mas, como pesarosamente reconheceu depois, “essa posição veio a ser anômala”. Hugenberg, o apóstolo da indústria e da finança, desapareceu, seu partido dissolveu-se. Goebbels, o terceiro homem mais importante do Partido Nazista, foi conduzido ao ministério a 13 de março, como ministro da Educação Popular e Propaganda. Darré, considerado, como Goebbels, um radical, tornou-se ministro da Agricultura.

O dr. Hans Luther, conservador, presidente do Reichsbank, posto-chave do sistema econômico alemão, foi demitido por Hitler e enviado a Washington como embaixador. Para seu lugar, a 17 de março de 1933, subiu o elegante dr. Schacht, antigo dirigente do Reichsbank e devotado partidário de Hitler, que tinha verificado a “verdade e a necessidade” do nazismo. Homem algum, em toda a Alemanha, seria mais útil do que Schacht para Hitler na edificação de uma economia poderosa do Terceiro Reich e no seu ulterior rearmamento para a Segunda Guerra Mundial. Ele veio a ser mais tarde também ministro da Economia e encarregado geral da Economia de Guerra. É certo que, pouco antes da Segunda Guerra, Schacht se voltou contra seu ídolo, abandonando completamente e demitindo-se de todos os seus cargos, unindo-se até àqueles que conspiravam para assassinar Hitler. Mas então era demasiado tarde para deter o curso do líder nazista, a quem ele por tanto tempo se entregara lealmente e emprestara seu prestígio e sua capacidade inegável.

“Abaixo a segunda revolução!”

Hitler conquistara a Alemanha com a maior facilidade, mas alguns problemas ainda reclamavam solução ao sobrevir o verão de 1933. Havia pelo menos cinco importantes: prevenir uma segunda revolução; regularizar as difíceis relações entre as S.A. e o exército; retirar o país do atoleiro econômico e encontrar trabalho para os seis milhões de desempregados; alcançar a igualdade de armamentos para a Alemanha na Conferência de Desarmamento em Genebra e acelerar o rearmamento secreto do Reich, que começara nos últimos anos da república; e decidir quem sucederia o enfermo Hindenburg quando ele morresse.

Foi Rohm, chefe das S.A., que cunhou a frase “a segunda revolução”, insistindo em que ela devia ser realizada. Goebbels endossou esse ponto de vista ao escrever em seu diário, a 18 de abril de 1933: “Todos falam da necessidade de uma segunda revolução. Isto significa que a primeira revolução não está no fim. Agora precisamos iniciar a Reaktion. Em hipótese alguma a revolução poderá parar.”¹⁹

Os nazistas destruíram a esquerda, mas a direita permaneceu: a grande

indústria e o mundo das finanças, a aristocracia, os latifundiários junkers e os generais prussianos, que dominavam firmemente o exército. Rohm, Goebbels e os demais radicais do movimento queriam liquidá-los também. Rohm, cujas tropas de assalto agora andavam por uns dois milhões de homens — cerca de vinte vezes os efetivos do Exército — proclamou em junho:

Foi ganha uma vitória na marcha da revolução alemã (...) As S.A. e as S.S., que tiveram a grande responsabilidade de empreendê-la, não admitirão que ela seja traída na metade de sua trajetória (...) Se os filisteus acham que a revolução já durou demais (...), na verdade é mais do que tempo de acabarmos com a revolução nacional e começarmos a socialista (...) Continuaremos nossa luta — com ou sem eles. E contra eles, se for necessário (...) Somos os incorruptíveis defensores da revolução alemã e de sua total realização.²⁰

E acrescentou, num discurso, em agosto: “Ainda há, hoje, homens em posições oficiais que não têm a menor ideia do espírito da revolução. Nós nos descartaremos implacavelmente deles, se ousarem pôr em prática suas ideias reacionárias.”

Mas Hitler pensava de modo diferente. Para ele, os lemas do socialismo nazista não passavam de mera propaganda, recursos para conquistar multidões em seu caminho para o poder. Agora, que o havia obtido, não se achava interessado neles. Necessitava de tempo para consolidar sua posição e a do país. Por enquanto, pelo menos, a direita — os negócios, o exército, o presidente — devia ser apaziguada. Não pretendia fazer naufragar a Alemanha e dessa forma arriscar a própria existência do seu regime. Não devia haver segunda revolução.

Deixou isso bem claro aos próprios líderes das S.A. e S.S. num discurso a 1º de julho. A Alemanha, disse, agora necessitava de ordem. “Suprimirei toda tentativa de perturbação da ordem vigente, assim como lutarei impiedosamente contra a chamada segunda revolução, que só levaria ao caos.” Repetiu a advertência aos governantes estaduais nazistas, reunidos na chancelaria, no dia 6 de julho:

A revolução não é um estado permanente de coisas, e devemos impedir que evolua nesse sentido. A torrente libertada pela revolução tem de ser dirigida com segurança pelo canal da evolução (...) Portanto, não devemos dispensar a colaboração de um homem de negócio se ele for competente, mesmo que ainda não seja um nacional-socialista e principalmente se o nacional-socialista que ocupar o seu lugar nada saiba de negócios. Neste terreno, o único critério seletivo deve ser o da habilidade (...)

A História não nos julgará pelo fato de haveremos ou não demitido ou prendido um grande número de economistas, mas pelo de termos ou não êxito em nossos empreendimentos (...) Os ideais do programa não nos obrigam a agir como loucos, a transornar tudo, mas a realizar nossos planos sabiamente, cuidadosamente. Na longa caminhada, nosso poder político se fortalecerá na medida direta do que fizermos, no sentido de sustentá-lo economicamente. Os interventores estaduais, portanto, devem impedir que organizações partidárias assumam funções exclusivas do governo, demitam ou nomeiem funcionários, o que compete ao governo do Reich e ao ministro da Economia, no que diz respeito à indústria e ao comércio.²¹

Nenhuma manifestação mais peremptória foi feita de que a revolução nazista era política e não-econômica. Em reforço de suas palavras, Hitler demitiu certo número de “radicais” nazistas que tentaram tomar o controle das entidades de classe patronais. Restituiu Fritz Thyssen e Krupp von Bohlen às suas posições de liderança nessas entidades, dissolveu a Liga de Combate dos Comerciantes da Classe Média, que molestava os grandes estabelecimentos comerciais, e, no lugar de Hugenberg, nomeou o dr. Carl Schmitt para a pasta da Economia. Schmitt era o mais ortodoxo dos homens de empresa, diretor-geral da Allianz, a maior companhia de seguros da Alemanha, e não perdeu tempo em acabar com os projetos dos nacional-socialistas bastante ingênuos para acreditar seriamente no programa de seu partido.

Foi grande a desilusão entre os nazistas das fileiras inferiores, especialmente entre as tropas de assalto S.A., que constituíam a alma do movimento popular de Hitler. A maioria deles pertencia ao agitado exército dos esbulhados e insatisfeitos. Anticapitalistas por experiência, julgavam que a revolução pela qual lutaram ruidosamente nas ruas lhes traria vantagens e bons empregos, nas empresas ou no governo. Agora, suas esperanças, depois dos violentos excessos da primavera, ficaram fraudadas. A velha quadrilha, pertencessem ou não ao partido seus membros, iria manter os lugares e controlar os empregos. Mas isto não era o único motivo de descontentamento no seio das S.A.

A antiga rixa entre Hitler e Rohm a respeito da posição e dos objetivos das S.A. veio à tona novamente. Desde os primórdios do movimento, Hitler insistira em que as tropas de assalto não eram força militar, mas política. Elas empregariam a violência física, o terror, com que o partido abriria caminho para o poder político. Para Rohm, as S.A. foram não apenas a coluna dorsal da revolução nazista, mas o núcleo do futuro exército revolucionário, que seria para Hitler o que tinham sido os recrutas armados para Napoleão, depois da Revolução Francesa. Estava na hora de varrer os generais prussianos reacionários, “velhos palermas” — como os chamava desdenhosamente —, e organizar uma força

revolucionária de combate, um exército popular, dirigido por ele mesmo e seus robustos auxiliares, que haviam dominado as ruas da Alemanha.

Nada mais distante das ideias de Hitler. Compreendia mais claramente que Rohm ou qualquer outro nazista que não teria podido chegar ao poder sem o apoio ou pelo menos a tolerância dos generais do exército. E, pelo menos por enquanto, sua própria sobrevivência como timoneiro dependia em parte do apoio deles, já que ainda detinham a força material para destituí-lo, se assim o desejassem. Hitler também previa que a lealdade do exército para com ele, pessoalmente, seria necessária naquele momento crucial, não distante, que sobreviria quando Hindenburg, o comandante-em-chefe, com 86 anos, desaparecesse. Além disso, o líder nazista estava convencido de que apenas com o concurso do corpo de oficiais, com todas as suas tradições marciais e habilidades bélicas, conseguiria seu objetivo de construir, num curto período, uma força armada disciplinada e poderosa. As S.A. não passavam de uma turba, bastante boa para a luta de rua, mas de pouco valor como exército moderno; servira à sua finalidade, mas agora devia ser tirada da cena, com muito tato. Os pontos de vista de Hitler e Rohm eram irreconciliáveis, e do verão de 1933 até 30 de junho do ano seguinte, uma disputa verdadeiramente de morte seria travada entre os dois veteranos do movimento nazista, que também eram amigos íntimos (Ernst Rohm foi o único homem a quem Hitler se dirigia com o familiar pronome pessoal *du*).

Rohm manifestou o profundo ressentimento reinante no seio das tropas de assalto, num discurso para 15 mil oficiais das S.A. no Palácio dos Esportes de Berlim, a 5 de novembro de 1933. “Ouve-se frequentemente (...) que as S.A. perderam a razão de ser”, disse, advertindo que isso não era verdadeiro. Hitler, porém, foi inflexível. “As relações das S.A. com o exército”, preveniu em Bad Godesberg, no dia 19 de agosto, “devem ser as mesmas que as da liderança política.” E a 23 de setembro, em Nuremberg, ele falou ainda mais claramente:

Neste dia recordaremos especialmente o papel representado pelo nosso exército, pois bem sabemos que, se nos momentos de nossa revolução o exército não tivesse ficado ao nosso lado, nós hoje não estaríamos aqui. Podemos assegurar ao exército que jamais esqueceremos esse fato. Vemos nele o portador da gloriosa tradição do antigo exército, e de todo o coração e com todas as nossas forças apoiaremos o espírito do exército.

Pouco antes disso, Hitler dera secretamente às forças armadas garantias que atraíram muitos oficiais superiores para seu lado. A 2 de fevereiro de 1933, três dias depois de assumir o cargo, pronunciara um discurso de duas horas para os

generais e almirantes mais importantes, na residência do general von Hammerstein, o comandante-em-chefe do exército. O almirante Erich Räder revelou em Nuremberg o conteúdo do primeiro encontro do chanceler nazista com o corpo de oficiais.²² Hitler, disse ele, afastou a elite militar dos seus receios de que as forças armadas pudessem se empenhar numa guerra civil e prometeu que o exército e a marinha podiam devotar-se, sem empecilhos, à tarefa principal de rearmar rapidamente a nova Alemanha. O almirante admitiu que ficou muito satisfeito com a perspectiva de uma nova marinha. E o general von Blomberg, que imediatamente assumira o cargo de ministro da Defesa, a 30 de janeiro, e eliminara qualquer tentativa por parte do exército de revolta contra a designação de Hitler para o cargo de chanceler, declarou mais tarde, em suas memórias não publicadas, que o Führer lhes abria “um campo de atividades que assegurava grandes possibilidades para o futuro”.

Com a finalidade de elevar o entusiasmo dos líderes militares, Hitler criou, logo no dia 4 de abril, o Conselho de Defesa do Reich, para estimular um novo e secreto programa de rearmamento. Três meses mais tarde, a 20 de julho, o chanceler promulgou uma nova lei do exército, abolindo a jurisdição dos tribunais civis sobre os militares, e pondo termo à representação eleita dos soldados, restituindo dessa forma ao corpo de oficiais suas antigas prerrogativas. Inúmeros generais e almirantes passaram a olhar a revolução nazista por um prisma mais favorável e diferente.

Para agradecer Rohm, Hitler nomeou-o, a 1º de dezembro, membro do ministério juntamente com Rudolf Hess, o líder dos deputados do partido. E no dia do Ano-Novo de 1934 endereçou ao chefe das S.A. uma carta calorosa e cordial. Enquanto reiterava que o “exército tem de garantir a defesa do país contra o mundo de além-fronteiras”, ele reconhecia que “a missão das S.A. é a de assegurar a vitória da revolução nacional-socialista e a existência do Estado nacional-socialista” e que os êxitos das S.A. eram “devidos primordialmente” a Rohm. A carta concluía:

Ao terminar o ano da revolução nacional-socialista, portanto, sinto-me compelido a agradecer-te, meu querido Ernst Rohm, pelos impecáveis serviços que tens prestado ao movimento nacional-socialista e ao povo alemão, e a assegurar-te como sou imensamente agradecido ao destino por ter-me dado tais homens como amigos e companheiros de luta.

Com verdadeira amizade e estima agradecida, o teu Adolf Hitler 23

A carta, com o emprego do familiar *du*, foi publicada no diário principal do

nazismo, o *Völkischer Beobachter*, a 2 de janeiro de 1934, e contribuiu para aliviar a sensação de ressentimento nas S.A. Na atmosfera de emoção que prevalecia nas festas do Natal e do Ano-Novo, a rivalidade entre o exército e as S.A., e o clamor dos nazistas radicais pela “segunda revolução”, foram temporariamente amainados.

As origens da política exterior nazista

“Não houve vitória, pois não havia inimigos”, observou Oswald Spengler, comentando a maneira fácil pela qual Hitler tinha conquistado e nazificado a Alemanha, em 1933. O autor de *A decadência do Ocidente* escreveu logo no princípio do ano: “É com receio que vejo essa tomada do poder celebrada todos os dias com tanto barulho. Seria melhor deixar isto para um dia de êxito real e definitivo, isto é, no campo externo. Não há outros.”²⁴

O historiador-filósofo, que por um instante foi um ídolo dos nazistas até que o desencanto mútuo se criou, estava impaciente sem motivo. Hitler, antes de partir para a conquista do mundo, tinha de dominar a Alemanha. Uma vez, porém, que seus adversários alemães fossem liquidados, ou liquidassem a si mesmos, não perderia tempo em voltar-se para aquilo que sempre lhe interessara mais do que tudo: a política externa.

A posição da Alemanha no mundo, na primavera de 1933, dificilmente poderia ser pior. O Terceiro Reich estava diplomaticamente isolado e militarmente impotente. O mundo todo ficara revoltado diante das violências nazistas, especialmente das perseguições aos judeus. Os vizinhos da Alemanha, sobretudo a França e a Polônia, se tornaram hostis e desconfiados e, logo em março de 1933, depois de uma demonstração militar polonesa, em Dantzig, o marechal Pilsudski sugeriu à França a conveniência de uma aliança de guerra preventiva contra a Alemanha. Até Mussolini, apesar de todas as aparências de bem acolher o advento de uma segunda potência fascista, na realidade não ficara entusiasmado com a chegada de Hitler ao poder. O Führer de um país potencialmente tão mais poderoso que a Itália cedo poderia colocar o Duce na sombra. Um Reich pangermânico fanático devia ter em mira a Áustria e os Bálcãs, onde o ditador italiano já demarcara suas pretensões. A hostilidade da União Soviética para com a Alemanha nazista era evidente, embora tivesse sido amiga da Alemanha republicana desde 1921. O Terceiro Reich encontrava-se, na verdade, sem amigos num mundo hostil. E estava desarmado, pelo menos relativamente, em comparação com seus vizinhos.

Por conseguinte, a estratégia e a tática imediatas de Hitler em política exterior

foram ditadas pela dura realidade da fraca e isolada posição da Alemanha. Ironicamente, contudo, essa situação também favorecia objetivos naturais, que correspondiam a seus mais profundos desejos e aos da imensa maioria do povo alemão: livrar-se das algemas de Versalhes sem provocar sanções, rearmar-se sem o risco da guerra. Apenas quando alcançasse, num prazo curto, esse duplo propósito, teria a liberdade e o poder militar necessários para pôr em prática uma diplomacia a longo prazo, cujos fins e métodos delineara tão abertamente e com tantos pormenores em Minha Luta.

Evidentemente, a primeira coisa a fazer era confundir os adversários da Alemanha, na Europa, com a pregação do desarmamento e da paz e manter sob vigilância rigorosa uma eventual debilidade de seu armamento coletivo. No dia 17 de maio de 1933, ante o Reichstag, Hitler proferiu seu “Discurso de Paz”, um dos maiores de sua carreira, obra-prima de propaganda enganosa, que comoveu o povo germânico e uniu-o em torno dele, e causou enorme e favorável impressão no mundo exterior. No dia anterior, o presidente Roosevelt enviara uma vibrante mensagem aos chefes de Estado de 44 nações, apresentando os planos e as esperanças dos Estados Unidos em favor do desarmamento e da paz e propondo a abolição de todas as armas agressivas — bombardeiros, tanques e artilharia pesada móvel. Hitler prontamente aceitou a proposta do presidente e dela tirou o máximo proveito.

A proposta do presidente Roosevelt, da qual tomei conhecimento a noite passada, contou com os mais calorosos agradecimentos do governo alemão. Ele está preparado para adotar tal método de superação das crises internacionais (...) A proposta do presidente é um conforto para todos os que desejam cooperar na manutenção da paz (...) A Alemanha acha-se inteiramente disposta a renunciar a todas as armas ofensivas, se as nações armadas, por seu turno, destruírem suas armas ofensivas (...) Acha-se também, a Alemanha, perfeitamente pronta a liquidar todos os seus estabelecimentos militares e a destruir a pequena quantidade de armas que lhe sobraram, se os países vizinhos fizerem o mesmo (...) A Alemanha está preparada para celebrar qualquer pacto solene de não-agressão, porque ela não pensa em atacar, mas somente em obter segurança.

Havia muito mais no discurso, cuja moderação e declarado amor à paz surpreenderam agradavelmente o mundo inquieto. A Alemanha não queria a guerra. A guerra constituía “uma loucura sem limites”, “causaria a ruína da ordem social e política existente”. A Alemanha nazista não tinha nenhum desejo de “germanizar” os demais povos. “A mentalidade do último século, que levou o povo a supor viável a transformação de poloneses e franceses em alemães, é incompatível com o nosso modo de pensar (...) Os franceses, poloneses e os

outros são nossos vizinhos, e sabemos que nenhum acontecimento historicamente concebível pode modificar essa realidade.”

Havia uma advertência. A Alemanha exigia igualdade de tratamento com as demais nações, especialmente em armamentos. Se isto não fosse conseguido, a Alemanha preferiria retirar-se tanto da Conferência do Desarmamento como da Liga das Nações.

A advertência ficou esquecida entre o regozijo geral do mundo ocidental diante da sensatez inesperada de Hitler. O Times, de Londres, concordou em que a pretensão de Hitler quanto à igualdade era “irrefutável”. O Daily Herald, de Londres, órgão oficial do Partido Trabalhista, exigiu que se aceitasse a palavra de Hitler. O semanário conservador Spectator, de Londres, concluiu que Hitler apertara a mão de Roosevelt e que o gesto significava nova esperança para o mundo atormentado. Em Washington, o secretário do presidente foi citado pelo funcionário da agência de notícias alemã como tendo dito: “O presidente ficou entusiasmado com a aceitação de sua proposta por parte de Hitler.”

Do agitado ditador nazista tinham vindo não ameaças brutais, como muitos esperavam, mas compreensão e concordância. O mundo estava encantado. E mesmo no Reichstag, os deputados socialistas, que não se encontravam presos ou no exílio, votaram sem discrepância para que a assembleia aprovasse em declaração unânime, a política exterior de Hitler.

Mas a advertência do Führer fora concreta, e ao tornar-se claro, no início de outubro, que os Aliados insistiram num prazo de oito anos para que seus armamentos descessem ao nível dos da Alemanha, ele repentinamente anunciou a 14 de outubro que, recusada a igualdade de direitos pelas outras potências em Genebra, a Alemanha se retirava imediatamente da Conferência do Desarmamento e da Liga das Nações. Ao mesmo tempo, deu três outros passos: dissolveu o Reichstag, proclamou que submeteria sua decisão de abandonar Genebra a um plebiscito nacional e ordenou ao general von Blomberg, ministro da Defesa, que transmitisse instruções secretas às forças armadas para resistir a um ataque, caso a Liga recorresse a sanções.²⁵

Esta precipitada ação revelou a insinceridade do discurso conciliador de Hitler, na primavera. Foi sua primeira jogada aberta em questões internacionais, e significaria que doravante a Alemanha nazista tentaria rearmar-se, desafiando qualquer acordo de desarmamento e o Tratado de Versalhes. Foi um risco calculado — o primeiro de muitos — e as instruções secretas de Blomberg para o exército e a marinha, que vieram à luz em Nuremberg, revelaram não apenas

que Hitler jogara com a sorte quanto à possibilidade de sanções, mas, até, que a Alemanha estaria irremediavelmente perdida, caso elas fossem aplicadas.* No Ocidente, na fronteira com a França, e no Oriente, junto à Polônia e à Tchecoslováquia, as ordens estabeleciam linhas defensivas permanentes, que as forças alemãs deviam “manter a todo custo”. Evidencia-se nas instruções de Blomberg que pelo menos os generais alemães não alimentavam nenhuma ilusão de que as defesas do Reich pudessem ser sustentadas.

** Com alguns meses de antecedência, a 11 de maio, lorde Hailsham, ministro da Guerra da Inglaterra, advertira publicamente que qualquer tentativa alemã no sentido do rearmamento constituiria uma ruptura do tratado de paz e seria respondida com sanções, de acordo com o mesmo tratado. Acreditou-se, na Alemanha, que as sanções significariam invasão armada.*

Esta foi, portanto, a primeira de inúmeras crises num período que se prolongou por três anos — até a pré-ocupação, pelos alemães, da desmilitarizada margem esquerda do Reno em 1936 —, quando os Aliados poderiam ter aplicado sanções não pelo fato de Hitler abandonar a Conferência do Desarmamento e a Liga das Nações, mas por violação dos dispositivos de Versalhes sobre o desarmamento, que ocorriam na Alemanha já há dois anos, mesmo antes de Hitler. Não há dúvida de que na época os Aliados teriam facilmente dominado a Alemanha, como não há dúvida de que semelhante ação teria posto fim ao Terceiro Reich no próprio ano de seu aparecimento. Mas parte do gênio do outrora anônimo austríaco residia no fato de conhecer, há muito, a índole de seus adversários de além-fronteiras, tão sagaz e fantasticamente quanto avaliara a capacidade de seus oponentes internos. Nessa crise, como em outras seriíssimas que se seguiram em rápida sucessão até 1939, as vitoriosas nações Aliadas não tomaram qualquer iniciativa, muito divididas que estavam, entorpecidas e cegas para compreender a natureza ou o objetivo daquilo que se construía além do Reno. A esse respeito, os cálculos de Hitler foram notavelmente precisos, como foram e seriam em relação ao seu próprio povo. Sabia muito bem o que o povo alemão diria no plebiscito que ele fixara — juntamente com nova eleição ao Reichstag, a que compareceriam candidatos de um único partido — para 12 de novembro de 1933, um dia após o aniversário do armistício de 1918, data negra que ainda exacerbava a lembrança dos alemães.

“Façamos com que este dia”, disse num discurso eleitoral em Breslau, a 4 de novembro, “no futuro, seja recordado na história do nosso povo como dia da salvação — façamos com que a história diga: num dia 11 de novembro o povo alemão formalizou a perda de sua honra; 15 anos depois veio um 12 de novembro e, então, esse povo resgatou a honra perdida”. Na véspera da eleição,

11 de novembro, o venerando Hindenburg deu seu apoio numa alocução dirigida pelo rádio à nação: “Demonstrai amanhã a firmeza de vossa unidade nacional e a vossa solidariedade para com o governo. Defendei, comigo e com o chanceler do Reich, o princípio da igualdade de direitos e da paz com honra, e mostrai ao mundo que recuperamos, e manteremos, com a ajuda de Deus, a unidade alemã!”

A reação do povo alemão, depois de 15 anos de frustração e ressentimento em virtude de uma guerra perdida, foi quase unânime. O índice de comparecimento foi de 96% e, destes, 95% aprovaram a saída da Alemanha de Genebra. A votação a favor da chapa nazista candidata ao Reichstag, única registrada (que incluía Hugenberg e mais meia dúzia de outros não nazistas), alcançou 92%. Até mesmo no campo de concentração de Dachau, dos 2.242 internados 2.154 votaram a favor do governo que os encarcerara! É verdade que em muitos lugares foram feitas ameaças àqueles que deixassem de votar ou que votassem em desacordo com as recomendações; e em alguns casos havia temor de que poderiam ser detidos e punidos todos os que votassem contra o regime. Mesmo com estas reservas, contudo, a eleição, em que pelo menos a apuração foi honesta, constituiu uma surpreendente vitória de Adolf Hitler. Não há dúvida de que, desafiando o mundo da forma pela qual o fez, contou com o esmagador apoio do povo alemão.

Três dias após o plebiscito e a eleição, Hitler chamou à sua presença o novo embaixador da Polónia, Josef Lipski; ao cabo de suas conversações foi divulgado um comunicado conjunto que deixou atônitos não apenas os alemães, mas o mundo inteiro. Os governos polonês e alemão concordaram em “tratar as questões pertinentes a ambos os países em negociações diretas, e renunciavam a todo emprego de força em suas relações mútuas, para a consolidação da paz na Europa”.

Na mente dos alemães, ainda mais que na da França, a Polónia era o inimigo odiado e desprezado. Para eles, o mais abominável crime dos autores da paz de Versalhes fora a separação da Prússia Oriental do Reich pelo Corredor Polonês, fora separar Dantzig e entregar aos poloneses a província de Poznan e parte da Silésia que, embora predominantemente polonesa na população, fora território alemão desde os dias da partilha da Polónia. Nenhum estadista alemão durante a república desejara ver as aquisições da Polónia como permanentes. Stresemann se recusara até mesmo a tratar do Pacto de Locarno Oriental com a Polónia, para suplementar o Acordo de Locarno com o Ocidente. E o general von Seeckt, pai do Reichswehr e árbitro da política exterior durante os primeiros anos da república, advertira o governo, já em 1922, que a “existência da Polónia é

intolerável, incompatível com as condições essenciais de vida da Alemanha. A Polônia”, insistiu, “deve desaparecer, e desaparecerá”. Sua eliminação, aduziu, “deve ser uma das diretrizes fundamentais da política alemã (...) Com o desaparecimento da Polônia ruirá um dos mais fortes sustentáculos da Paz de Versalhes, a hegemonia da França”.²⁶

Hitler compreendeu que antes de a Polônia poder ser eliminada seria necessário provocar a ruptura de sua aliança com a França. E a direção por ele tomada oferecia inúmeras vantagens imediatas, além de uma fundamental. Renunciando ao uso da força contra a Polônia ele fortaleceria sua propaganda de paz e acalmaria as desconfianças surgidas, tanto da Europa Ocidental como na Oriental, com sua apressada saída de Genebra. Induzindo os poloneses à realização de negociações diretas, passaria por cima da Liga das Nações e enfraqueceria sua autoridade. E poderia não somente desferir um golpe de morte na concepção da Liga de “segurança coletiva”, mas também minar as alianças da França na Europa Oriental, das quais a Polônia era o baluarte. O povo alemão, com seu tradicional ódio aos poloneses, podia não compreender o sentido dessa política, mas para Hitler uma das vantagens da ditadura sobre a democracia era a de que decisões impopulares, que prometiam resultados significativos no futuro, podiam ser adotadas, temporariamente, sem desordens internas.

A 26 de janeiro de 1934, quatro dias antes de Hitler comparecer ao Reichstag pela passagem do primeiro aniversário de sua ascensão ao poder, anunciou-se a assinatura de um pacto de não-agressão de dez anos entre a Alemanha e a Polônia. Desse dia em diante, a Polônia, que sob a ditadura do marechal Pilsudski vinha eliminando os últimos vestígios da democracia parlamentar, começou gradualmente a isolar-se cada vez mais da Alemanha nazista. Tal caminho a levaria à destruição muito antes de o tratado de “amizade e não-agressão” expirar.

Quando Hitler dirigiu a palavra ao Reichstag, em 30 de janeiro de 1934, pôde fazer o retrospecto de um ano de êxitos sem paralelo na história da Alemanha. Nos 12 meses derrubara a República de Weimar, substituindo a sua democracia pela ditadura pessoal, destruiu todos os partidos políticos, salvo o seu, esmagou os governos estaduais e seus parlamentos e desfederalizou o Reich, fechou os sindicatos, reprimiu as organizações democráticas de qualquer tipo, afastou os judeus da vida pública e profissional, aboliu a liberdade de palavra e de imprensa, sufocou a independência dos tribunais, e “organizou” sob a direção nazista a vida política, econômica, cultural e social de um povo antigo e culto. Por todas essas realizações, e por sua resoluta ação na política externa, que afastou a Alemanha do concerto das nações em Genebra e proclamou a reivindicação

alemã de ser tratada como igual entre as grandes potências, ele foi apoiado, como o plebiscito do outono e a eleição demonstraram, pela esmagadora maioria do povo alemão.

Contudo, ao começar o segundo ano de sua ditadura, nuvens começavam a formar-se no horizonte nazista.

O expurgo sangrento de 30 de junho de 1934

Obscurecera-se o céu em consequência de três problemas não resolvidos e que se achavam interligados: o contínuo clamor dos líderes radicais do partido e das S.A. pela “segunda revolução”; a rivalidade das S.A. e do exército; e a questão da sucessão do presidente Hindenburg, cuja vida finalmente começou a esvaecer-se com a chegada da primavera.

Rohm, chefe do Estado-maior das S.A., cujos efetivos agora chegavam a 2,5 milhões de homens, não havia sido neutralizado pelo gesto de Hitler que o indicara para ministro, nem pela carta de amizade pessoal do Führer no Ano-Novo. Em fevereiro, ele apresentou ao gabinete ministerial um extenso memorando propondo que as S.A. se tornassem a base de um novo exército popular, e que as forças armadas, as S.A., as S.S. e todos os grupos de veteranos fossem colocados sob a jurisdição de um único Ministério da Defesa, que ele — a insinuação era clara — devia presidir. Ideia mais chocante não podia ser imaginada pelo corpo de oficiais, e os mais graduados não somente rejeitaram unanimemente a proposta, como apelaram para que Hindenburg os apoiasse. Toda a tradição militar seria destruída se o arruaceiro Rohm e seus desordeiros camisas pardas conseguissem controlar o exército. Além disso, os generais estavam indignados com as histórias, que começavam a circular amplamente, de corrupção e deboche da súcia homossexual que rodeava o chefe das S.A. Como mais tarde testemunharia o general von Brauchitsch. “o rearmamento era uma questão muito séria e difícil para permitir a participação de peculatórios, bêbados e homossexuais”.

Naquele momento, Hitler ainda não tinha condições de enfrentar o exército e não aprovou a proposta de Rohm. Na verdade, a 21 de fevereiro disse confidencialmente a Anthony Eden, que fora a Berlim discutir o impasse do desarmamento, que se achava preparado para reduzir em dois terços os efetivos das S.A. e concordar com um sistema de inspeção capaz de assegurar que o restante não receberia nem treinamento militar nem armas. Tal oferta, ao transpirar posteriormente, aumentou ainda mais o rancor de Rohm e das S.A. Ao se aproximar o verão de 1934, as relações entre o chefe do Estado-maior das

S.A. e o Alto-Comando do exército continuavam a piorar. Violentas cenas verificaram-se no ministério entre Rohm e o general von Blomberg e, em março, o ministro da Defesa asseverou a Hitler que as S.A. estavam clandestinamente armando um grande contingente especial com metralhadoras pesadas — o que constituía não só uma ameaça ao exército, mas, acrescentou o general von Blomberg, um ato praticado tão abertamente que punha em perigo o rearmamento sigiloso da Alemanha por parte do Reichswehr.

É claro que nessa conjuntura, Hitler, ao contrário do obstinado Rohm e dos seus camaradas, estava com seu pensamento muito adiante, no tempo: o dia em que Hindenburg, doente e acabado, daria o último suspiro. Sabia que o idoso presidente, o exército e outras forças conservadoras da Alemanha estavam a favor da restauração da monarquia dos Hohenzollern. Ele próprio tinha outros planos, e quando, no princípio de abril, a notícia de que os dias do presidente estavam contados chegou até ele e Blomberg, notícia vinda secretamente de Neudeck, mas autorizada, compreendeu que um golpe audacioso devia ser desferido sem perda de tempo. Para assegurar seu êxito precisaria do apoio do corpo de oficiais, e para obtê-lo estava disposto a quase tudo.

A oportunidade para negociações confidenciais com o exército logo se apresentou: a 11 de abril, o chanceler, acompanhado do general von Blomberg e dos comandantes-em-chefe do exército e da marinha, general Freiherr von Fritsch e almirante Räder, saíram de Kiel no cruzador Deutschland para Königsberg, a fim de acompanhar as manobras de primavera na Prússia Oriental. Os comandantes do exército e da marinha souberam do agravamento das condições de Hindenburg, e Hitler, apoiado pelo submisso Blomberg, abruptamente propôs que ele próprio, com a anuência do exército, fosse o sucessor do presidente. Em troca do apoio militar, Hitler ofereceu a supressão das ambições de Rohm, a redução drástica das S.A. e a garantia de que o exército e a marinha continuariam a ser as únicas forças armadas do Terceiro Reich. Acredita-se que Hitler também tenha assegurado a Fritsch e a Räder a perspectiva de uma enorme expansão do exército e da marinha, se eles o acompanhassem. Com o bajulador Räder não havia problema, concordaria; mas Fritsch, homem mais inflexível, julgou necessário consultar antes os oficiais superiores.

A consulta ocorreu em Bad Nauheim, a 16 de maio, e depois que o pacto do Deutschland lhes foi explicado, as mais altas patentes do exército alemão aprovaram Hitler como sucessor do presidente Hindenburg.²⁷ Para o exército, esta decisão política teve significação histórica. Oferecendo-se voluntariamente para colocar-se nas mãos de um ditador megalomaniaco, estava selando seu

próprio destino. Quanto a Hitler, o acordo o faria ditador supremo. Com o desaparecimento do teimoso marechal, com a restauração dos Hohenzollern posta fora de cogitação, com ele próprio à frente do Estado e do governo, percorreria seu caminho sozinho e sem obstáculos. Fora insignificante o preço pago por sua elevação ao poder supremo: o sacrifício das S.A. Não tinha necessidade delas, agora que possuía toda a autoridade. Turba nojenta, somente o atrapalhava. O desprezo de Hitler pelo espírito tacanho dos generais deve ter crescido vivamente naquela primavera. Podiam ser comprados, deve ter pensado, com pouco, surpreendentemente pouco. E este foi um julgamento que manteve inalterado, salvo por um mau instante em junho, até o fim — seu fim e dos seus adeptos.

As aflições de Hitler, ao chegar o verão, ainda estavam longe de terminar. Uma tensão ameaçadora começava a tomar conta de Berlim. Rumores a favor de uma “segunda revolução” se multiplicavam, e não apenas Rohm e os líderes das tropas de assalto, mas o próprio Goebbels, em discursos e pela imprensa que ele controlava, ventilava-os. De todos os lados vinham reclamações para que fosse posto um paradeiro à revolução: os conservadores da direita, os junkers e os grandes industriais que cercavam Papen e Hindenburg, todos exigiam que as prisões arbitrárias, a perseguição aos judeus, os ataques às igrejas, a conduta arrogante das tropas de assalto fossem reprimidos e que o terror generalizado dos nazistas terminasse.

Dentro do próprio Partido Nazista havia nova e implacável luta pelo poder. Os dois mais poderosos inimigos de Rohm, Göring e Himmler, uniram-se contra ele. A 1º de abril, Himmler, chefe das S.A. de uniforme negro, que ainda se achava sob o comando de Rohm e constituía um dos ramos das S.A., foi nomeado por Göring chefe da Gestapo da Prússia, passando imediatamente a organizar sua própria polícia secreta. Göring, a quem fora dada a patente de general der Infanterie por Hindenburg, no último agosto (embora ministro da Aviação), prazerosamente trocou seu surrado uniforme pardo das S.A. pelo mais vistoso de seu novo cargo; mas a troca foi simbólica: como general e membro de uma família da casta militar, logo tomou o partido do exército na sua luta contra Rohm e as S.A. Para proteger-se na selvagem luta que se iniciava, Göring também organizou sua própria polícia pessoal, a Landespolizeigruppe general Göring, constituída de vários milhares de homens, força que ele concentrou na antiga Escola de Cadetes de Lichterfelde, onde iniciara sua carreira no exército e que se encontrava localizada estrategicamente nas cercanias de Berlim.

Rumores de complôs e contra-complôs aumentavam a tensão na capital. O general von Schleicher, incapaz de se conservar no digno ostracismo, ou de ter

em mente que não mais gozava da confiança de Hindenburg, dos generais ou dos conservadores, e que se achava portanto sem poderes, começara novamente a meter-se na política. Ligara-se a Rohm e a Gregor Strasser e havia informações, algumas das quais chegaram ao conhecimento de Hitler, de que buscava um acordo por meio do qual se tornaria vice-chanceler, em lugar de seu velho inimigo Papan. Rohm, ministro da Defesa, e as S.A. se fundiriam com o exército. “Listas” de ministérios circulavam às dúzias em Berlim. Em algumas delas Brüning seria ministro dos Negócios Estrangeiros e Strasser ministro da Economia. As informações tinham pouco fundamento, mas foram úteis a Göring e Himmler, que, desejosos, cada um por suas próprias razões, de destruir Rohm e as S.A. e, ao mesmo tempo, ajustar contas com Schleicher e os conservadores descontentes, levaram-nas a Hitler, que quase não precisava de estímulo para despertar as suspeitas. O que Göring e o chefe da sua Gestapo tinham em mira era não somente liquidar as S.A., mas também outros adversários da esquerda e da direita, incluindo alguns dos que se haviam oposto a Hitler no passado e que já não exerciam atividades políticas. No fim de maio, Brüning e Schleicher foram avisados de que estavam marcados para morrer. Brüning saiu silenciosamente do país, disfarçado; Schleicher afastou-se em férias na Baviera, mas regressou a Berlim no fim de junho.

No início de junho, Hitler manteve uma longa conversa com Rohm que, conforme sua própria declaração feita mais tarde ao Reichstag, durou cerca de cinco horas e “arrastou-se até meia-noite”. Disse Hitler ter sido sua “última tentativa” para chegar a um entendimento com seu mais íntimo amigo no movimento.

Informei-o de que suspeitava, em decorrência de incontáveis rumores e inúmeras declarações — em que não podia deixar de crer — de antigos membros do partido e líderes das S.A., da existência de planos para um movimento bolchevista de âmbito nacional, o que traria incontáveis desgraças para a Alemanha (...) Implorei pela última vez para que abandonasse voluntariamente essa loucura e, ao invés disso, usasse sua autoridade para impedir um acontecimento que, em qualquer caso, só terminaria num desastre.

Segundo Hitler, Rohm deixou-o com a “certeza de que faria o possível para colocar as coisas nos seus lugares”. Na verdade, Hitler afirmou mais tarde, Rohm começou “os preparativos para eliminar-me pessoalmente”.

É quase certo que isto é mentira. Embora toda a história do expurgo, como a do incêndio do Reichstag, provavelmente jamais seja inteiramente conhecida, todas as provas vindas à luz indicam que o chefe das S.A. nunca conspirou para

eliminar Hitler. Infelizmente os arquivos capturados não puderam elucidar o expurgo, assim como não puderam esclarecer o incêndio do Reichstag. Em ambos os casos é provável que todos os documentos incriminatórios tenham sido destruídos por ordem de Göring.

Qualquer que fosse a verdadeira natureza da conversa dos dois veteranos nazistas, um ou dois dias depois Hitler mandou que as S.A. se licenciassem por todo o mês de junho, durante o qual as tropas de assalto foram proibidas de envergar uniformes ou tomar parte em paradas ou exercícios. No dia 7 de junho o próprio Rohm anunciou que se licenciava em virtude de doença, mas ao mesmo tempo divulgou um aviso desafiador: “Se os inimigos das S.A. esperam que elas não retornarão, ou que só voltarão parcialmente, após a licença, podemos permitir-lhes que gozem sua breve esperança. Receberão a resposta no momento e na forma que se julgar necessário. As S.A. são e mantêm o destino da Alemanha.”

Antes de deixar Berlin, Rohm convidou Hitler para conferenciar com os dirigentes das S.A. num recanto da cidade de Wiesse, perto de Munique, no dia 30 de junho. Hitler prontamente aquiesceu e efetivamente manteve o compromisso, embora não da forma que Rohm teria possivelmente imaginado. Talvez nem tampouco da forma que o próprio Hitler poderia prever. Pois ele hesitou “repetidas vezes antes de tomar uma decisão final (...) Ainda acariciava a secreta esperança de que seria capaz de poupar ao movimento e às minhas S.A. a vergonha de tal desagregação e de que talvez fosse possível acalmar a discórdia sem maiores conflitos”.

“É preciso confessar”, aduziu, “que fatos inquietantes começaram a surgir, mais e mais desde os primeiros dias de maio”. Que fatos eram esses? Mais tarde Hitler declarou que Rohm e seus comparsas haviam-se preparado para tomar Berlin e colocá-lo sob custódia. Mas se assim fosse, por que os líderes das S.A. partiram de Berlin no princípio de junho e, o que é mais importante, por que Hitler deixou a Alemanha naquele momento, dando, assim, oportunidade para que os chefes das S.A. tomassem o controle do Estado em sua ausência?

Com efeito, Hitler voou dia 14 de junho para Veneza, para manter a primeira das muitas conversações com seu colega ditador fascista Mussolini. O encontro não teve o resultado esperado pelo ditador alemão que, com sua capa manchada e o chapéu todo amarrotado, parecia pouco à vontade na presença do Duce mais experiente, resplendente em seu uniforme fascista negro, cheio de reluzentes medalhas, inclinado a ser condescendente com o visitante. Hitler voltou para a Alemanha num estado de grande irritação e convocou uma reunião dos líderes

de seu partido no vilarejo de Gera, na Turingia, para domingo, 17 de junho, a fim de relatar suas conversações com Mussolini e avaliar o agravamento da situação interna. Por força do destino, outra reunião ocorreu domingo na velha cidade universitária de Marburg, a qual atraiu muito mais a atenção da Alemanha e, na realidade, do mundo, contribuindo para elevar a situação crítica ao clímax.

O dileitante Papen, que tinha sido rudemente colocado à margem por Hitler e Göring, mas que ainda era nominalmente vice-chanceler e gozava da confiança de Hindenburg, encheu-se de coragem para atacar publicamente as violências do regime que tanto fizera para impingir à Alemanha. Em maio, avistara-se com o enfermo presidente fora de Neudeck (a última vez que viu vivo seu protetor) e o grisalho e debilitado marechal lhe dissera: “As coisas estão indo mal, Papen, veja se pode endireitá-las.”

Encorajado, Papen aceitara o convite para fazer um discurso na Universidade de Marburg, a 17 de junho. A oração foi em grande parte escrita por um dos seus conselheiros pessoais, Edgar Jung, brilhante advogado de Munique, escritor e protestante, ainda que certas ideias fossem fornecidas por um dos secretários do vice-chanceler, Herbert von Bose, e por Erich Klausener, líder da Ação Católica, colaboração que imediatamente custou a vida dos três. Elocução corajosa e, graças a Jung, eloquente e digna. Clamou por um paradeiro à revolução, para que se pusesse termo ao terror nazista, pela restauração das normas de decência e pelo retorno a algumas medidas de liberdade, especialmente da liberdade de imprensa. Dirigindo-se a Goebbels, ministro da Propaganda, Papen disse:

Abrir corajosamente discussões seria mais útil ao povo alemão do que, por exemplo, o atual estado da imprensa alemã. O governo [deve estar] atento ao velho brocardo: “Só os fracos não suportam a crítica” (...) Os grandes homens não foram criados pela propaganda. Se se deseja íntimo contato e união com o povo, não se deve subestimar sua compreensão. Não se deve conservá-lo eternamente manejado por cordões (...)

*Nenhuma organização, nenhuma propaganda, por excelentes que sejam, podem sozinhas manter confiança a longo prazo. Não é com incitamento (...) nem com ameaças contra a parte desprotegida da nação, mas unicamente debatendo os problemas com o povo, que a confiança e a devoção podem ser asseguradas. Um povo tratado como idiota, em consequência, não tem confiança a dar (...) É hora para unir-nos em fraternal amizade e respeito a todos os nossos compatriotas, evitar a perturbação do trabalho dos homens sérios e silenciar os fanáticos.*28

O discurso, ao tornar-se conhecido, foi amplamente comentado na Alemanha e caiu como uma bomba no pequeno grupo de líderes nazistas reunidos em Gera. Goebbels movimentou-se rapidamente para que ele fosse conhecido o menos possível. Proibiu na mesma noite que a radiodifusão reproduzisse o discurso e que a imprensa lhe fizesse qualquer referência, e ordenou à polícia a apreensão dos exemplares do *Frankfurter Zeitung* já nas ruas com uma reprodução parcial do discurso. Mas nem mesmo os poderes absolutos do ministro da Propaganda foram suficientes para impedir que o povo alemão e o mundo exterior tomassem conhecimento do seu conteúdo desafiador. O astuto Papen fornecera antecipadamente o texto aos correspondentes estrangeiros e aos diplomatas em Berlim, e vários milhares de exemplares foram impressos no jornal de Papen, o *Germania* e distribuídos secretamente.

Ao conhecer o teor do discurso de Marburg, Hitler ficou furioso. Falando na mesma tarde, em Gera, denunciou “o pigmeu que imaginava poder deter, com poucas frases, a gigantesca renovação da vida de um povo”. Papen também se enfurecera com a repressão ao seu discurso. Foi ter com Hitler no dia 20 de junho e lhe disse que não podia tolerar semelhante condenação pública “por um ministro inferior”, insistiu em que tinha falado “como pessoa de confiança do presidente” e logo a seguir apresentou sua demissão, aduzindo que “daria imediato conhecimento do fato a Hindenburg”.²⁹

A ameaça preocupou claramente Hitler, que possuía informação de que o presidente se achava tão desgostoso com a situação que admitia a possibilidade de decretar a lei marcial e entregar o poder ao exército. A fim de medir a seriedade do perigo para a própria continuidade do regime nazista, voou a Neudeck no dia seguinte, 21 de junho, para avistar-se com Hindenburg. A recepção apenas aumentou seus temores. Recebido pelo general von Blomberg, rapidamente verificou que seu ministro da Defesa já não adotava a costumeira atitude de laçao diante dele. Blomberg voltara a ser o rígido e implacável general prussiano, tendo informado rispidamente a Hitler estar autorizado pelo marechal a dizer-lhe que, se o atual ambiente de tensão na Alemanha não terminasse rapidamente, Hindenburg declararia imediatamente a lei marcial e entregaria o controle do Estado ao exército. Ao se permitir a Hitler avistar Hindenburg por alguns minutos, na presença de Blomberg, o velho presidente confirmou o ultimato.

Os problemas se tornavam desastrosos para o chanceler nazista. Não somente seu plano de suceder ao presidente estava em perigo. Se o exército tomasse o poder, isto significaria o fim do governo nazista e o seu próprio. Ao voar de volta para Berlim, no mesmo dia, deve ter refletido que havia uma única escolha a

fazer, se quisesse sobreviver: honrar seu pacto com o exército, suprimir as S.A. e deter o prosseguimento da revolução, em que os líderes das tropas de assalto insistiam. O exército, sustentado pelo velho presidente, era óbvio, não aceitaria menos.

Ainda assim, naquela última semana decisiva de junho, Hitler hesitava quanto à necessidade de ser tão drástico com os chefes das S.A., a quem devia tanto. Mas, nesse dilema, Göring e Himmler ajudaram-no a decidir-se. Já haviam marcado os alvos que pretendiam atingir, as longas listas de inimigos presentes e passados que desejavam liquidar. Tudo que tinham a fazer era convencer Hitler da enormidade da conspiração contra ele e da necessidade de uma ação rápida e implacável. Segundo o testemunho, em Nuremberg, de Wilhelm Frick, ministro do Interior e um dos mais fiéis partidários de Hitler, foi Himmler quem finalmente conseguiu convencer Hitler de que “Rohm queria começar um Putsch”. “O Führer”, acrescentou Frick, “determinou a Himmler que sufocasse o golpe”. Himmler, explicou, recebeu instrução para agir na Baviera, e Göring, em Berlim.³⁰

O exército também incitou Hitler e, por isso, incorreu em responsabilidade pela barbaridade que em seguida ocorreu. A 25 de junho, o general von Fritsch, comandante supremo, pôs o exército em estado de alerta, cancelando todas as licenças e confinando as tropas nos quartéis. No dia 28 de junho, Rohm foi expulso da Liga de Oficiais Alemães — claro indício de que o chefe do Estado-maior das S.A. caíra em desgraça. E para não deixar dúvidas nem ilusões a ninguém, a Rohm sobretudo, da posição do exército, Blomberg tomou a decisão sem precedente de publicar um artigo assinado, a 29 de junho, no *Völkischer Beobachter*, afirmando: “O exército (...) está com Adolf Hitler (...) que permanece um dos nossos.”

O exército, portanto, era favorável ao expurgo, mas não queria sujar as mãos. Hitler, Göring e Himmler deviam executá-lo, com as S.S. de uniforme negro e a polícia especial de Göring.

Na quinta-feira, 28 de junho, Hitler deixou Berlim com destino a Essen, a fim de assistir ao casamento do Gauleiter nazista local, Josef Terboven. A viagem e sua finalidade dificilmente deixavam prever que uma crise grave estivesse iminente. No mesmo dia Göring e Himmler ordenaram a destacamentos especiais das S.S. e da “polícia de Göring” que se mantivessem de prontidão. Com Hitler ausente, evidentemente sentiam liberdade para agir como lhes aprouvesse. No dia seguinte, 29 de junho, o Führer visitou os campos de Cooperação de Trabalho, na Vestfália, regressando à tarde para Godesberg sobre

o Reno, onde se instalou num hotel situado às margens do rio, dirigido por um velho companheiro de guerra, Dreesen. Naquela noite, Goebbels, que parece ter hesitado quanto ao lado em que ficaria (comunicara-se secretamente com Rohm), chegou a Godesberg, com decisão já tomada, e apresentou um relatório daquilo que Hitler mais tarde descreveria como “entendimento perigoso” de Berlim. Karl Ernst, antigo empregado de hotel e ex-olheiro de um café frequentado por homossexuais, a quem Rohm fizera líder das S.A. de Berlim, alertou as tropas de assalto. Ernst, jovem simpático mas sem talento, acreditou, naquele momento e nas subsequentes 24 horas, que se achava diante de um golpe da direita, e morreria orgulhosamente, gritando “Herr Hitler!”

Posteriormente, Hitler declarou que até então, 29 de junho, estava decidido apenas a “destituir o chefe do Estado-maior (Rohm) de suas funções, mantê-lo em custódia, prender alguns líderes das S.A., cujos crimes eram indiscutíveis (...) e apelar resolutamente aos demais para que cumprissem seus deveres”.

Entretanto, [relatou ao Reichstag a 13 de julho] (...) a uma hora da madrugada recebi de Berlim e de Munique duas mensagens urgentes relativas a estados de alarme: a primeira, dizendo que em Berlim uma rigorosa prontidão havia sido ordenada para as 16h (...) e que às 17h começaria o movimento com um ataque de surpresa; os edifícios do governo seriam ocupados (...) A segunda, informando que em Munique o alarme já havia sido dado para as S.A.: tinham ordens para reunir-se às 21h (...) Um motim! (...) Nessas circunstâncias, minha decisão não podia ser outra (...) Unicamente uma intervenção implacável e sangrenta talvez ainda pudesse sufocar a propagação da revolta (...) Às 2h da madrugada voei para Munique.

Hitler jamais revelou quem enviou as “mensagens urgentes”, mas tudo leva a crer que vieram de Göring e Himmler. O certo é que elas foram enormemente exageradas. Em Berlim, o líder das S.A., Ernst, não pensava em nada mais drástico do que viajar com sua esposa para Bremen, no sábado, embarcar para a Ilha da Madeira e ali passar sua lua-de-mel. E no sul, onde os “conspiradores” das S.A. se haviam concentrado?

Às 2h da madrugada de 30 de junho, quando Hitler, com Goebbels a seu lado, partia do aeroporto de Hangelar, perto de Bonn, o capitão Rohm e os oficiais das suas S.A. dormiam pacificamente em suas camas no hotel Hanslbauer, em Wiessee, às margens do Tegernsee. Edmund Heines, o Obergruppenführer das S.A. da Silésia, assassino condenado, conhecido homossexual que ostentava um rosto de moça num corpo vigoroso de carregador de piano, dormia com um jovem. Tão longe pareciam os dirigentes das S.A. de uma revolta, que Röhm

tinha deixado o corpo de guardas em Munique. Podia haver ali, entre os líderes das S.A., muita bebedeira, mas não complô.

Hitler com seu pequeno grupo (Otto Dietrich, seu chefe de imprensa, e Viktor Lutze, o inexpressivo mas leal líder das S.A. de Hannover, reuniram-se a ele), aterrisou em Munique às 4h de sábado, 30 de junho, e verificou que algumas medidas já tinham sido tomadas. O major Walther Buch, chefe da USCHLA, o tribunal do partido e Adolf Wagner, ministro do Interior da Baviera, ajudados pelos primeiros companheiros de Hitler, como Emil Maurice, ex-sentenciado e rival no amor de Geli Raubal, e Cristian Weber, negociante de cavalos e antigo capanga de cabaré, tinham prendido em Munique os líderes das S.A., incluindo Schneidhuber, o Obergruppenführer, que também era chefe de polícia de Munique. Agindo num puro estado de histeria, Hitler foi ao encontro dos prisioneiros no Ministério do Interior. Avançou para Schneidhuber, ex-coronel do exército, arrancou as insígnias nazistas e amaldiçoou sua “traição”.

Logo depois correram de Munique para Wiessee, numa longa fila de carros. Encontraram Rohm e os amigos ainda ferrados no sono, no hotel Hanslbauer. O despertar foi brutal. Heines e o jovem que lhe fazia companhia foram arrastados da cama, levados para fora do hotel e sumariamente fuzilados, por ordem de Hitler. O Führer, segundo o relato de Otto Dietrich, entrou sozinho no quarto de Rohm, castigou-o fisicamente e ordenou que regressasse a Munique. Ali ficaria detido na prisão de Stadelheim, onde cumprira uma pena depois da sua participação, ao lado de Hitler, no Putsch da cervejaria, em 1923. Passados 14 anos tempestuosos, os dois amigos, que mais do que ninguém foram os responsáveis pela fundação do Terceiro Reich, graças ao terror e à degradação, e que, embora discordassem muitas vezes, sempre permaneceram unidos nos momentos de crises, derrotas e desilusões, chegaram a uma encruzilhada: o desordeiro batalhador, de cicatriz na face, que lutara por Hitler e pelo nazismo, chegara ao fim de sua violenta vida.

Hitler, numa atitude final que aparentemente julgou ser de piedade, ordenou que uma pistola fosse deixada sobre a mesa de seu velho camarada. Rohm recusou-se a utilizá-la. “Se devo ser morto, que Hitler se encarregue”, teria dito. Depois disso, dois oficiais das S.S. — segundo o depoimento de uma testemunha ocular, um tenente da polícia —, posteriormente condenados a 23 anos em Munique, num julgamento após a guerra, em 1957, entraram na cela e dispararam os revólveres contra Rohm. “Rohm queria dizer alguma coisa”, contou a testemunha, “mas os oficiais das S.S. fizeram-no calar. Então Rohm ficou em posição de sentido — estava despido até a cintura —, demonstrando completo desprezo”.* E assim morreu, violentamente como tinha vivido, com

um sentimento de desprezo pelo amigo que ajudara a elevar-se a alturas que nenhum outro alemão jamais alcançara, e como centenas de outros que certamente foram trucidados naquele dia — como Schneidhuber, que, segundo contaram, gritou: “Senhores, não sei de que se trata, mas atirem direito” — sem nenhuma ideia clara do que acontecia, ou a razão daquilo, a não ser que se tratava de um ato de traição que ele, vivendo por tanto tempo ao lado da traição e cometendo-a tantas vezes, não esperava de Hitler.

** Em maio de 1957, no tribunal de Munique, pela primeira vez os verdadeiros participantes e testemunhas do expurgo de 30 de junho de 1934 falaram em público. Durante o domínio do Terceiro Reich isso não teria sido possível. Sepp Dietrich de quem este autor se recorda como um dos homens mais brutais do Terceiro Reich, comandava o corpo da guarda pessoal de Hitler, em 1934, e dirigiu as execuções na prisão de Stadelheim. Mais tarde, coronel-general das S.S., Waffen, durante a guerra, foi sentenciado a 25 anos de prisão por cumplicidade no assassinato de prisioneiros de guerra americanos por ocasião da Batalha do Bolsão, em 1944. Libertado dez anos depois foi trazido a Munique em 1957 e condenado, no dia 14 de maio, a 18 meses de prisão por sua participação nas execuções de 30 de junho de 1934. Sua sentença, e a de Michael Lippert, que foi condenado como um dos dois oficiais das S.S. que efetivamente mataram Rohm, constituíram a primeira punição aplicada aos executantes do expurgo.*

Em Berlim, entretanto, Göring e Himmler estiveram ocupados. Uns 150 dirigentes das S.A. foram cercados, encostados à parede da Escola de Cadetes de Lichterfelde e mortos por pelotões de fuzilamento das S.S. de Himmler e da polícia especial de Göring.

Entre eles achava-se Karl Ernst, cuja viagem de lua-de-mel fora interrompida por elementos armados das S.S. quando seu carro se aproximava de Bremen. A jovem recém-casada e seu chofer foram feridos. Ele próprio foi espancado até perder os sentidos e enviado de volta de avião, para Berlim, para ser executado.

Os elementos das S.A. não foram os únicos a tombar naquele sangrento fim de semana. Pela manhã do dia 30, um grupo das S.S., à paisana, tocou a campanha da porta da casa do general von Schleicher, nos arredores de Berlim. Ao abrir a porta, o general foi morto imediatamente. E quando sua esposa, com quem se havia casado há 18 meses — fora solteirão até então — se adiantou, também foi morta no ato. O general Kurt von Bredow, amigo íntimo de Schleicher, teve idêntico destino na mesma noite. Gregor Strasser foi agarrado em sua casa, em Berlim, ao meio-dia de sábado, e enviado poucas horas depois para uma cela da prisão da Gestapo, na Prinz Albrechtstrasse, por ordem pessoal de Göring.

Papen teve mais sorte, escapando vivo. Mas seu gabinete foi varejado por um grupo das S.S., e o principal secretário foi morto em sua escrivaninha; seu colaborador de confiança, Edgar Jung, que havia sido preso poucos dias antes pela Gestapo, morreu assassinado na prisão. Outro colaborador, Erich Klausener, líder da Ação Católica, foi morto em seu gabinete no Ministério das Comunicações. E o resto de seu pessoal, incluindo a secretária privada, a baronesa Stotzingen, remetidos ao campo de concentração. Quando Papen protestou perante Göring, ele, que então não dispunha de tempo para conversas “sem sentido” — recordou mais tarde — expulsou-o, declarando-o preso em sua residência, a qual rodeou de homens das S.S. fortemente armados. Seu telefone foi cortado e ficou proibido de qualquer contato com o mundo exterior — humilhação adicional que o vice-chanceler da Alemanha suportou bem. E dentro de pouco menos de um mês conspirou-se, aceitando dos assassinos de seus amigos uma nova função, como ministro alemão em Viena, onde os nazistas tinham acabado de matar o chanceler Dollfuss.

Quantos foram assassinados no expurgo jamais foi definitivamente estabelecido. No seu discurso de 13 de julho, Hitler declarou que 61 elementos foram mortos, incluindo 19 “altos dirigentes das S.A”, outros 13 morreram por “resistirem à prisão” e 3 “se suicidaram” — num total de 77. O Livro branco do expurgo, publicado por emigrados em Paris, afirmou que foram mortos 401, mas apenas identificava 116. No julgamento de Munique, em 1957, a cifra “de mais de mil” foi apresentada.

Muitos foram assassinados unicamente por vingança, em consequência de oposição a Hitler no passado, outros aparentemente porque sabiam demais, e pelo menos um por engano. O corpo de Gustav von Kahr, de quem já tratamos ao falarmos da repressão ao Putsch da cervejaria, de 1923, e que há muito se retirara da política, foi encontrado perto de Dachau, num charco, ferido de morte, possivelmente por golpes de picareta. Hitler não esqueceu nem perdoou ninguém. O corpo do padre Bernhard Stempfle, que, como vimos em passagem anterior deste livro, trabalhou na revisão dos originais de Minha Luta e talvez tenha falado demais sobre as razões que haviam levado ao suicídio o grande amor de Hitler, Geli Raubal, acabou numa floresta de Harlaching, perto de Munique, com o pescoço quebrado e três tiros no coração. Heiden afirma que a quadrilha assassina que o matou era dirigida por Emil Maurice, o ex-sentenciado que também amara Geli Raubal. Entre outros que “sabiam demais” estavam três elementos das S.A. que se acreditava terem sido cúmplices de Ernst no incêndio do Reichstag. Foram eliminados com Ernst.

Outro assassinato deve ser mencionado. Às 19:20h de 30 de junho, o dr. Willi

Schmid, eminente crítico musical do Münchener Neueste Nachrichten, importante diário de Munique, tocava violoncelo em seu estúdio, enquanto a mulher preparava o jantar e seus três filhos, de 9, 8 e 2 anos, brincavam na sala do apartamento na Schackstrasse, de Munique. A campainha tocou, quatro homens das S.S. surgiram e sem qualquer explicação conduziram o dr. Schmid para fora. Quatro dias mais tarde o corpo voltou num caixão, com ordem da Gestapo para que não o abrissem em qualquer hipótese. O dr. Willi Schmid, que nunca estivera metido em política, fora, por engano dos assassinos das S.A., tomado por Willi Schmid, um dirigente local das S.A., que nesse ínterim tinha sido preso e assassinado por outro destacamento das S.S.*

** Kate Eva Hörlin, antiga mulher de Willi Schmid, contou a história do assassinato de seu marido, num depoimento, confirmado sob juramento, a 7 de julho de 1945, em Binghamtom, N. Y. Tornou-se cidadã americana em 1944. Para abafar a atrocidade, o próprio Rudolf Hess visitou a viúva, desculpendo-se pelo "erro" e assegurando-lhe uma pensão do governo alemão. O depoimento encontra-se no Documento de Nuremberg — L. 135, N.C.A., VII, p. 883-90.*

Houve de fato uma conspiração contra Hitler? Em relação a isto só existe sua palavra, contida em comunicados oficiais e no discurso ao Reichstag de 13 de julho. Jamais apresentou qualquer prova. Rohm nunca fizera segredo de sua ambição de que as S.A. se transformassem no núcleo do novo exército, a ser dirigido por ele próprio. Certamente falara com Schleicher a respeito do projeto sobre o qual haviam discutido pela primeira vez quando o general era chanceler.

Possivelmente, como Hitler afirmou, Gregor Strasser “estivesse metido naquilo”. Mas tais conversações não constituíam, naturalmente, traição. O próprio Hitler esteve em contato com Strasser e, no princípio de junho, segundo Otto Strasser, ofereceu-lhe o posto de ministro da Economia.

De início, Hitler acusou Rohm e Schleicher de terem procurado o apoio de uma “potência estrangeira” — evidentemente a França — e afirmou que o general von Bredow fora o intermediário em “política externa”. Esta foi parte da denúncia deles como “traidores”. E não obstante Hitler tivesse repetido a acusação em seu discurso no Reichstag e falasse sarcasticamente de “um diplomata estrangeiro” (que não podia ter sido outro senão François-Poncet, o embaixador francês), explicando que “o encontro com Schleicher e Rohm tivera caráter inteiramente inofensivo”, ele foi incapaz de provar suas afirmações. Constituía crime, disse de modo claudicante, para qualquer alemão responsável no Terceiro Reich, até mesmo avistar-se com diplomatas estrangeiros sem seu conhecimento.

No momento em que três traidores na Alemanha organizam (...) um encontro com um estadista estrangeiro (...) e determinam que nenhuma palavra desse encontro chegue ao meu conhecimento, devo ordenar a morte de tais homens, ainda que pudessem provar que semelhante troca de ideias, guardada em sigilo, não passou de uma simples conversa sobre o tempo, velhas moedas ou temas semelhantes.

Quando François-Poncet protestou veementemente contra a insinuação de que havia participado do complô de Rohm, o Ministério do Exterior da Alemanha comunicou ao governo francês que as acusações eram absolutamente sem fundamento e que o governo do Reich esperava que o embaixador continuasse em seu posto. Efetivamente, como este autor pôde testemunhar, François-Poncet permaneceu, e com relações pessoais com Hitler melhores que qualquer outro enviado de um Estado democrático.

Nos primeiros comunicados, especialmente num relato vivo da sanguieira, tornado público por Otto Dietrich, o porta-voz de imprensa do Führer, e mesmo no discurso de Hitler no Reichstag, fez-se muito alarde da depravação moral de Rohm e de outros dirigentes das S.A. eliminados. Dietrich asseverou que a cena da prisão de Heines, apanhado em Wiessee com um jovem em sua cama, “não podia ser descrita”. E Hitler, dirigindo-se aos líderes remanescentes das tropas de assalto, em Munique, na tarde de 30 de junho, logo depois das primeiras execuções, declarou que só por sua moral corrupta aqueles homens mereciam a morte.

Apesar disso, Hitler sabia de longa data, desde os primórdios do partido, que grande número de seus mais íntimos e importantes adeptos eram pervertidos sexuais e assassinos condenados. Falava-se abertamente, por exemplo, que Heines costumava enviar elementos das S.A. para esquadriharem toda a Alemanha em busca de machos convenientes a seus amores. Hitler não somente tolerara essas coisas, mas as defendera. Por mais de uma vez aconselhara os camaradas de partido a não serem demasiado escrupulosos a respeito da moral pessoal de um homem, se fosse um lutador fanático do movimento. Agora, a 30 de junho de 1934, confessava-se chocado com a degenerescência moral de alguns de seus mais antigos lugares-tenentes.

A maior parte dos assassinatos terminou no domingo à tarde, 1º de julho, quando Hitler, que voltara de avião de Munique na noite anterior, ofereceu um chá nos jardins da chancelaria, em Berlim. Na segunda-feira, o presidente Hindenburg agradeceu a Hitler por “sua ação decisiva e brilhante intervenção pessoal, que liquidara a traição no nascedouro e salvara o povo alemão de um

grande perigo”. Também saudou Göring por sua “enérgica e bem-sucedida ação”, na repressão da “alta traição”. Na terça-feira, o general von Blomberg exprimiu a Hitler as congratulações do ministério, que passou a legalizar a chacina como medida necessária “para a defesa do Estado”. Blomberg também emitiu uma ordem do dia ao exército, expressando a satisfação do Alto-Comando com a virada dos acontecimentos e prometendo estabelecer “cordiais relações com as novas S.A.”

Era natural, sem dúvida, que o exército estivesse contente com a eliminação das S.A., suas rivais. Mas, e a honra, sem falar da decência, de um corpo de oficiais que não somente justificou mas abertamente alegrou-se com um governo que realizou um massacre sem precedentes na história da Alemanha, durante o qual dois de seus oficiais mais importantes, os generais von Schleicher e von Bredow, além de execrados como traidores, foram assassinados a sangue-frio? Apenas as vozes do velho marechal von Mackensen, de 85 anos, e do general von Hammerstein, antigo comandante supremo do exército, ergueram-se para protestar contra o assassinato de seus dois companheiros e contra a acusação de traição que servira de pretexto para o crime.* Essa conduta do corpo de oficiais foi uma mancha negra na honra do exército e também uma prova de sua inacreditável insensatez.

** Os dois oficiais continuaram seus esforços para limpar os nomes de Schleicher e Bredow e tiveram êxito em conseguir de Hitler, numa reunião secreta de líderes militares e do partido, a 3 de janeiro de 1935, em Berlim, a admissão de que o assassinato dos dois generais fora "um erro" e a declaração de que seus nomes seriam restituídos ao lugar de honra de seus regimentos. A reabilitação jamais foi publicada na Alemanha, mas o corpo de oficiais aceitou-a como tal. (The Nemesis of Power, de Wheeler-Bennett, p. 337).*

Pactuando com a ilegalidade, com o gangsterismo de Hitler, a 30 de junho de 1934, os generais colocavam-se numa posição que lhes impossibilitava qualquer oposição a futuros atos do terrorismo nazista, não somente no país, mas mesmo quando fossem realizados além-fronteiras ou quando fossem cometidos contra seus próprios membros. Pois o exército apoiava a afirmação de Hitler de que ele se convertera na lei ou, como disse no discurso do Reichstag, a 13 de julho: “Se alguém me reprova e pergunta por que não recorri aos tribunais de justiça regulares, o que posso responder é que neste instante tornei-me responsável pelo destino do povo alemão e, conseqüentemente, converti-me no juiz supremo (oberster Gerichtsherr) do povo alemão.” E Hitler aduziu, de modo definitivo: “Saibam todos que daqui por diante aquele que se levantar contra o Estado encontrará a morte.” Esta advertência iria atar as mãos dos generais durante

quase dez anos, até que, finalmente, os mais desesperados ousaram levantar-se para deitar por terra seu “supremo juiz”.

Além do mais, o exército iludia-se ao pensar que a 30 de junho afastara para sempre a ameaça do movimento nazista contra suas tradicionais prerrogativas e poder. Pois, em lugar das S.A., vieram as S.S. No dia 26 de julho, como recompensa pelas execuções levadas a cabo, as S.S. ficaram independentes das S.A., com Himmler, com seu Reichsführer, responsável apenas perante Hitler. Não tardou para que esta força, mais disciplinada e leal, se tornasse muito mais poderosa que as S.A., e, como rival do exército, tivesse sucesso naquilo que os truculentos camisas pardas de Rohm falharam.

Até então, contudo, os generais estavam presunçosamente confiantes. Como Hitler reiterara em seu discurso no Reichstag, a 13 de julho, o exército era o “único que podia conduzir armas”. Por solicitação do Alto-Comando, o chanceler tinha dominado as S.A., que ousaram discordar daquela decisão. Agora chegava a hora de o exército cumprir sua parte do “Pacto do Deutschland”.

A morte de Hindenburg

Por todo o verão, o aparentemente indestrutível Hindenburg foi naufragando e, a 2 de agosto, às 9h, morreu, com 87 anos. Três horas depois, ao meio-dia, anunciou-se que, de acordo com uma lei emanada do ministério no dia anterior os cargos de chanceler e presidente tinham sido unificados e que Adolf Hitler assumira poderes de chefe de Estado e de comandante supremo das forças armadas. O título de presidente foi abolido: Hitler ficaria conhecido como Führer e chanceler do Reich. Sua ditadura era completa. Para evitar brechas, Hitler exigiu de todos os oficiais e membros das forças armadas um juramento de fidelidade, não para com a Alemanha, nem para com a Constituição, que havia violado ao não convocar eleição para a sucessão de Hindenburg, mas para com ele próprio. O juramento rezava:

Faço perante Deus este sagrado juramento de que renderei incondicional obediência a Adolf Hitler, o Führer do povo e do Reich alemão, supremo comandante das forças armadas, e de que estarei pronto como um corajoso soldado a arriscar minha vida a qualquer momento por este juramento.

De agosto de 1934 em diante, os generais, que até então poderiam, se desejassem, derrubar o regime nazista com a maior facilidade, ligaram-se assim à pessoa de Adolf Hitler, reconhecendo-o como a mais legítima autoridade do país e unindo-se a ele por um juramento de fidelidade que se sentiam

extremamente honrados em obedecer em todas as circunstâncias, sem se importarem se era degradante para eles e para a pátria. Era um juramento que iria perturbar a consciência de poucos oficiais superiores quando seu líder enveredou por um caminho que, compreendiam, forçosamente levaria à destruição nacional, e ao qual se opunham. Era igualmente um compromisso que possibilitou a um grande número de oficiais se isentar de qualquer responsabilidade pessoal pelos crimes indescritíveis que cometeram sob as ordens de um supremo comandante, cuja natureza eles tinham visto por si mesmos na carnificina de 30 de junho. Uma das espantosas aberrações dos oficiais alemães a partir de então surgiu desse conflito de “honra” — palavra que, como este autor pode testemunhar por experiência pessoal, estava frequentemente em seus lábios e da qual possuíam curioso conceito. Mais tarde, e muitas vezes, para honrar seu juramento, desonraram a si mesmos como seres humanos e jogaram na lama o código de moral militar.

Quando Hindenburg morreu, o dr. Goebbels, ministro da Propaganda, anunciou oficialmente que nenhum testamento ou último desejo do marechal-de-campo fora encontrado, e que deviam presumir a sua inexistência. Mas a 15 de agosto, quatro dias antes do plebiscito em que o povo alemão seria solicitado a aprovar a posse de Hitler no cargo de presidente, o testamento político de Hindenburg apareceu, entregue a Hitler exatamente por Papen. Suas palavras de elogio a Hitler forneceram forte argumento a Goebbels nos dias finais da campanha do plebiscito e foram reforçadas na véspera da votação por um discurso do coronel Oskar von Hindenburg, transmitido pelo rádio:

*Meu próprio pai tinha visto em Adolf Hitler seu sucessor direto como chefe do Estado alemão, e estou agindo em consonância com a intenção de meu pai, quando concito todos os alemães, homens e mulheres, a votar pela entrega do cargo de meu pai ao Führer e chanceler do Reich.**

** É interessante e talvez revelador que Hitler tivesse, agora, promovido Oskar de coronel a major-general. Ver capítulo "Os últimos dias da república: 1931 -1933" (Schleicher: o último chanceler da república), neste livro.*

É quase certo que isso não era verdade. Pois Hindenburg, a julgar pelas melhores provas disponíveis, recomendara como último desejo a restauração da monarquia depois de sua morte. Esta parte do testamento Adolf Hitler suprimiu.

Parte do mistério que encobria a verdade a respeito do testamento do idoso presidente, senão todo, ficou esclarecida depois da guerra com o interrogatório de Papen em Nuremberg e, posteriormente, em suas memórias. E conquanto

Papen não seja uma testemunha irreprochável e possa não ter dito tudo o que sabia, seu depoimento não pode ser ignorado. Ele próprio escreveu o esboço inicial da última vontade de Hindenburg e, segundo sua opinião, a pedido do marechal.

Meu rascunho [diz em suas memórias] recomendava que depois de sua morte uma monarquia constitucional fosse adotada, e nele frisei que não era aconselhável a conjugação dos cargos de presidente e chanceler. A fim de evitar qualquer ofensa a Hitler, havia igualmente no rascunho certas referências elogiosas e algumas das realizações positivas do regime nazista.

Papen afirma ter entregado seu esboço a Hindenburg em abril de 1934.

Poucos dias depois chamou-me novamente e me disse que decidira não aprovar o documento na forma que eu sugerira. Ele sentia (...) que a nação em seu conjunto era quem devia tomar uma decisão sobre a forma de governo que desejasse. Entretanto, tencionava prestar contas de seu serviço com um testamento, e suas recomendações concernentes ao retorno da monarquia podiam ser expressas, como seu último desejo, numa carta particular a Hitler. Isto queria dizer, naturalmente, que toda a questão da minha sugestão original fora perdida, já que a recomendação relativa à monarquia não seria mais dirigida à nação; fato de que mais tarde Hitler tirou toda a vantagem.

Nenhum alemão estava tão bem colocado como Papen para observar como Hitler tirou essa vantagem.

Ao retomar a Berlim, depois dos funerais de Hindenburg em Tannenberg, Hitler convocou-me. Perguntou-me se havia um testamento político de Hindenburg e se eu sabia onde estava. Respondi que poderia perguntar a Oskar von Hindenburg. “Ficarei agradecido”, disse Hitler; “se puder assegurar-me que esse documento chegue às minhas mãos tão cedo quanto possível”. Pedi por conseguinte a Kageneck, meu secretário particular, que fosse a Neudeck e perguntasse ao filho de Hindenburg se o testamento ainda existia e se podia obtê-lo para Hitler. Como não tinha visto Hindenburg depois que ele deixou Berlim, no fim de maio, não podia imaginar se destruíra ou não o testamento.

Oskar, que não fora capaz de achar o importante documento logo depois da morte do pai, repentinamente o encontrou. Que isto não constituiu uma façanha muito difícil, comprovou-o o conde von der Schulenburg, ajudante de Hindenburg, em seu depoimento no julgamento de Papen. Ele revelou que o presidente, a 11 de maio, assinou dois documentos: seu testamento e seus últimos

desejos. O primeiro foi dirigido ao “povo alemão” e o segundo ao “chanceler do Reich”. Quando Hindenburg deixou Berlim em sua última viagem para Neudeck, Schulenburg carregou os documentos consigo. Papen afirma que não sabia disso na ocasião. Mas no devido tempo, seu secretário regressou de Neudeck trazendo dois envelopes lacrados entregues a ele por Oskar von Hindenburg.

A 15 de agosto Papen passou-os a Hitler, em Berchtesgaden.

Hitler leu ambos os documentos com grande atenção e discutiu seu conteúdo conosco. Estava evidente que as recomendações de Hindenburg, constantes do documento que expressava seus últimos desejos, eram contrárias às intenções de Hitler. Portanto, ele tirou partido do fato de o envelope estar endereçado ao “chanceler do Reich Adolf Hitler”. “Estas recomendações do falecido presidente”, disse, “são transmitidas a mim, pessoalmente. Depois decidirei se permitirei, e quando, sua publicação”. Em vão pedi a publicação de ambos os documentos. O único que entregou ao seu chefe dos serviços de imprensa, para publicação, foi a prestação de contas de Hindenburg, na qual incluía louvores a Hitler.³¹

Sobre o destino do segundo documento, recomendando que um Hohenzollern, e não Hitler, fosse o chefe de Estado, Papen não disse nada, e talvez nada soubesse. Já que nunca apareceu entre as centenas de toneladas de documentos secretos nazistas capturados, é provável que Hitler não tivesse perdido tempo em destruí-lo.

As coisas pouco se alterariam se Hitler tivesse tido coragem e honestidade suficientes para publicá-lo. Mesmo antes da morte de Hindenburg, tinha feito o ministério promulgar uma lei conferindo-lhe os poderes de presidente, fato ocorrido a 1º de agosto, um dia antes da morte do marechal. Também não fazia muita diferença a ilegalidade da “lei”, numa Alemanha em que o antigo cabo austríaco se transformara na própria lei. Claro que era ilegal. A 17 de dezembro de 1932, durante o governo de Schleicher, o Reichstag aprovava, com a necessária maioria de dois terços, uma emenda à Constituição dispondo que o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, em vez do chanceler, exercesse a função de presidente até que uma nova eleição se realizasse. E o Ato de Autorização, que dava a base “legal” para a ditadura de Hitler, enquanto permitia ao chanceler o direito de elaborar leis à margem da Constituição, proibia-o especificamente de intrometer-se com a instituição da presidência.

Que importava, então, a lei? Não importava a Papen, que prazerosamente se dispusera a servir Hitler como ministro em Viena, e que abafara o problema causado pelo assassinato do chanceler Dollfuss pelos nazistas. Não importava aos

gerais, que porfiadamente trabalhavam para edificar o exército de Hitler. Não importava aos industriais, que se entregavam, entusiasmados, ao lucrativo negócio do rearmamento. Os conservadores da velha escola, alemães decentes como o barão von Neurath, no Ministério do Exterior, e o dr. Schacht, no Reichsbank, não se demitiram. Ninguém resignou. Na realidade, o dr. Schacht assumiu ainda, cumulativamente, a função de ministro da Economia, a 2 de agosto, no dia em que Hitler tomou os poderes do extinto presidente.

E o povo alemão? A 19 de agosto, cerca de 95% dos eleitores inscritos compareceram às urnas, e 90%, mais de 38 milhões, votaram a favor da completa tomada do poder por Hitler. Apenas 4,25 milhões tiveram a coragem — ou o desejo de votar — “Não”.

Não admira que Hitler estivesse confiante quando o congresso do Partido Nazista se reuniu em Nuremberg, a 4 de setembro. Observei-o na manhã seguinte, a caminhar como um imperador triunfante em direção ao centro do grande Luitpold Hall, adornado de bandeiras, enquanto a banda tocava a Badenweiler March e trinta mil braços se ergueram na saudação nazista. Pouco depois sentava-se orgulhosamente no centro do enorme palco com armas cingidas e olhos cintilantes, enquanto o Gauleiter da Baviera, Adolf Wagner, lia a proclamação do Führer.

O estilo de vida alemão está definitivamente assegurado para os próximos mil anos. A idade da histeria do século XIX encontrou seu fim conosco. Não haverá outra revolução na Alemanha durante os próximos mil anos!

Sendo mortal, não poderia viver mil anos, mas enquanto vivesse, dirigiria esse grande povo como o mais poderoso e impiedoso autocrata que jamais os alemães tiveram. O venerável Hindenburg já não vivia para disputar sua autoridade, o exército estava em suas mãos, preso à obediência de um juramento que nenhum soldado alemão quebraria. Na verdade, toda a Alemanha e todos os alemães estavam em suas mãos manchadas de sangue, agora que os últimos recalcitrantes foram aniquilados ou desapareceram para sempre.

“É maravilhoso!”, exultou Hitler em Nuremberg, diante dos correspondentes estrangeiros, ao cabo de uma exaustiva semana de paradas, discursos, pompas pagas e da mais desenfreada adulação a um personagem público que este autor jamais viu. Adolf Hitler percorrera um longo caminho desde as sarjetas de Viena. Tinha apenas 45 anos e se tratava apenas do início. Mesmo quem voltasse à Alemanha pela primeira vez depois do fim da república, veria que, não obstante seus crimes contra a humanidade, Hitler desencadeara uma força

dinâmica de incalculáveis proporções, que de há muito estivera abafada no povo alemão. Força cuja finalidade ele já havia tornado clara nas páginas de Minha Luta e numa centena de discursos que não foram noticiados, ou que não mereceram a devida atenção, ou simplesmente ridicularizados por tantos — por quase todos — dentro e, especialmente, fora do Terceiro Reich.

Foi no fim do verão de 1934 que cheguei para viver e trabalhar no Terceiro Reich. Havia ali muitas coisas que impressionavam, confundiam e atrapalhavam um observador estrangeiro da nova Alemanha. A maioria esmagadora dos alemães parecia não dar importância ao fato de sua liberdade pessoal ter sido abolida, de sua cultura ter sido em grande parte destruída e substituída por uma barbárie estúpida, ou de sua vida e seu trabalho terem sido regulamentados a um ponto jamais experimentado, mesmo por um povo acostumado durante gerações a uma grande dose de disciplina.

No fundo, é verdade, ocultava-se o terror da Gestapo e o medo do campo de concentração para todos aqueles que sassem da linha ou tivessem sido comunistas, socialistas, excessivamente liberais ou pacifistas, ou fossem judeus. O expurgo sangrento de 30 de junho de 1934 representara uma advertência da crueldade dos novos dirigentes. Ainda que o terror nazista em seus primeiros anos afetasse a vida de relativamente poucos alemães, para um observador recém-chegado era algo surpreendente verificar que o povo alemão não parecia sentir que estava sendo intimidado e mantido sob uma inescrupulosa e brutal ditadura. Ao contrário, ele a apoiava com verdadeiro entusiasmo, impregnado de uma nova esperança, de uma nova confiança e de uma fé assombrosa no futuro do país.

Hitler liquidava o passado com todas suas frustrações e decepções. Passo a passo e rapidamente (como veremos pormenorizadamente mais adiante) libertava a Alemanha das algemas de Versalhes, confundindo os Aliados vitoriosos e tornando novamente a Alemanha militarmente poderosa. Esta era a maior aspiração dos alemães, dispostos a fazer os sacrifícios que seu líder exigisse: a perda da liberdade pessoal, uma dieta espartana (“canhões em vez de manteiga”) e trabalho duro. No outono de 1936 o problema do desemprego fora grandemente reduzido, quase todos tinham novamente um emprego* e os operários não viam problema algum no fato de terem sido privados de seus direitos sindicais; diziam, diante da boa alimentação diária de que desfrutavam, que com Hitler pelo menos já não havia a liberdade de morrer de fome. “Gemeinnutz von Eigennutz!” (O bem comum acima de tudo!) era um lema popular naquele tempo. E embora muitos líderes nazistas, Göring principalmente, estivessem enriquecendo em surdina e os lucros dos patrões estivessem em ascensão, não havia dúvida de que as massas estavam a favor do novo “nacional-socialismo” que colocava abertamente o bem-estar da comunidade acima do pessoal.

* De fevereiro de 1933 à primavera de 1937, o número de desempregados

registrados passou de seis milhões a menos de um milhão.

As leis raciais que excluíaam os judeus da comunidade germânica afiguravam-se ao observador estrangeiro um chocante retrocesso aos tempos primitivos. Em virtude, porém, de as teorias raciais nazistas exaltarem os alemães como o que de melhor havia na terra, a raça de senhores, as tais leis estavam longe de ser impopulares. Poucos eram os alemães — antigos socialistas, liberais, ou cristãos devotos das velhas classes conservadoras — descontentes ou mesmo revoltados diante da perseguição aos judeus. E embora ajudassem a aliviar as aflições de certo número de casos isolados, nada faziam para resistir à corrente. Que poderiam fazer? Frequentemente retrucavam com esta pergunta, nada fácil de responder.

Os alemães ouviam falar vagamente, em sua imprensa e rádio censurados, da reviravolta ocorrida, mas observavam que isto não impedia os estrangeiros de afluírem ao Terceiro Reich e aparentemente gozarem de sua hospitalidade, pois a Alemanha nazista, muito mais que a União Soviética, franqueava suas portas a todo o mundo.* As empresas de turismo floresciam e arrecadavam somas enormes de divisas estrangeiras, de que havia grande necessidade. Aparentemente, os líderes nazistas nada tinham para esconder. Um estrangeiro, mesmo tido como antinazista, poderia ir à Alemanha e estudar o que bem lhe aprouvesse — com a única exceção dos campos de concentração e, como em todos os países, das instalações militares. E muitos a visitavam. E muitos retornavam, senão convertidos, ao menos mais tolerantes para com a “nova Alemanha” e supondo que haviam visto, como diziam, “realizações positivas”. Até mesmo um homem tão perspicaz como Lloyd George, que conduzira a Inglaterra à vitória sobre a Alemanha, em 1918, e que fizera naquele ano uma campanha eleitoral usando o slogan “Força para o Kaiser”, visitou Hitler em Obersalzberg em 1936 e saiu encantado com o Führer, elogiando-o como “um grande homem”, que tinha a visão e a vontade de resolver os problemas sociais de uma nação moderna, sobretudo o desemprego, chaga que ainda sangrava na Inglaterra e em relação à qual o grande líder liberal do tempo da guerra, com seu programa Nós podemos vencer o desemprego, encontrara tão pequena ressonância em seu país.

** Também em contraste com a União Soviética a Alemanha nazista quase permitia que alguns milhares de seus cidadãos incluídos na lista negra da polícia secreta viajassem ao estrangeiro, embora tal coisa fosse severamente cerceada pela falta de divisas de câmbio exterior. A economia de divisas, entretanto, não era mais severa do que a existente para os cidadãos britânicos depois de 1945. A questão é que os governantes nazistas não pareciam preocupar-se com a possibilidade de que o alemão médio fosse*

contaminado pelo anti-nazismo, se visitasse os países democráticos.

Os Jogos Olímpicos realizados em Berlim, em agosto de 1936, forneceram aos nazistas uma oportunidade de ouro para impressionar o mundo com as realizações do Terceiro Reich, e dela aproveitaram o máximo. Os letreiros Juden unerwünscht (Os judeus são indesejáveis) foram rapidamente retirados das lojas, hotéis, bares e lugares de divertimentos públicos, suspendeu-se temporariamente a perseguição aos judeus e às duas igrejas cristãs, e o país comportou-se da melhor maneira possível. Nenhum dos jogos anteriores tivera tão espetacular organização nem prodigalizara tanta hospitalidade e diversões. Göring, Ribbentrop e Goebbels davam festas maravilhosas aos visitantes estrangeiros — a “Noite Italiana” do ministro da Propaganda, no Pfaueninsel, perto de Wannsee, reuniu mais de mil convidados num jantar que se constituiu um espetáculo digno das mil e uma noites. Os visitantes, especialmente os chegados da Inglaterra e dos Estados Unidos, ficaram bastante impressionados pelo que viram: um povo de aspecto feliz, saudável, amigo, unido em torno de Hitler — quadro muito diferente, diziam, daquilo que liam nas matérias noticiosas de Berlim.

E não obstante, subterraneamente, ocultada dos turistas durante aqueles esplêndidos dias de Olimpíadas no fim do verão, em Berlim, e na verdade tolerada pela maioria dos alemães ou por eles aceita com assombrosa passividade, ali parecia haver — ao estrangeiro pelo menos — uma degradante transformação da vida alemã.

Naturalmente nada de oculto havia sobre as leis que Hitler decretara contra os judeus ou sobre a responsabilidade governamental pela perseguição daquela gente infeliz. A chamada Lei de Nuremberg, de 15 de setembro de 1935, privava os judeus da cidadania alemã, reduzindo-os à categoria de objetos. Proibia também o casamento entre judeus e arianos, e as relações extramatrimoniais entre eles. Vedava que as mulheres arianas até 35 anos de idade fossem empregadas domésticas de judeus. Nos poucos anos que se seguiram, 13 decretos suplementares à Lei de Nuremberg transformaram inteiramente o judeu num marginal. Mas já no verão de 1936, no momento em que a Alemanha, sede dos Jogos Olímpicos, encantava os visitantes do Ocidente, os judeus haviam sido excluídos, pela lei ou pelo terror nazista — este quase sempre precedia a primeira —, dos empregos públicos e privados, a tal ponto que pelo menos a metade deles ficou sem meios de subsistência. No primeiro ano do Terceiro Reich, 1933, eles tinham sido despojados dos cargos públicos, da administração pública, do jornalismo, do rádio, da agricultura, do ensino, do teatro e do cinema. Em 1934, foram expulsos da Bolsa, e embora a proibição do exercício da advocacia e da medicina ou a atividade comercial e industrial não

se tornasse legal até 1938, na prática eles foram afastados disso tudo durante o primeiro período de quatro anos do governo nazista.

Além disto, foram-lhes negadas não apenas a maioria das comodidades da vida, mas, até, muitas vezes, as mínimas necessidades. Em mais de uma cidade os judeus encontravam dificuldade, senão a impossibilidade, de comprar alimentos. Nas portas dos armazéns e açougues, das padarias e leiterias, havia letreiros que diziam: “Não é permitida a entrada de judeus.” Em muitas comunidades os judeus não podiam procurar leite nem mesmo para seus filhos. As farmácias não lhes podiam vender drogas ou remédios. Os hotéis não lhes davam alojamentos para dormir. E sempre, onde quer que fossem, havia os insultuosos letreiros “É estritamente proibida a entrada de judeus nesta cidade” ou “A entrada de judeus neste local corre por sua própria conta”. Numa curva fechada, na estrada próxima de Ludwigshafen, havia um letreiro “Siga com cuidado! Curva fechada! Judeus a 120 quilômetros por hora!!!”*

** O autor foi violentamente atacado na imprensa e no rádio alemães, e ameaçado de expulsão, por ter dito numa matéria para o seu jornal que alguns desses letreiros foram retirados durante a realização dos Jogos Olímpicos.*

Tal era a situação dos judeus quando da realização das Olimpíadas na Alemanha. Era apenas o começo da caminhada que logo os conduziria à extinção pelo massacre.

A perseguição às igrejas cristãs

A guerra dos nazistas contra as igrejas cristãs principiou mais moderadamente. Não obstante Hitler, nominalmente católico, tivesse investido o catolicismo em Minha Luta e atacado ambas as igrejas cristãs por não terem conseguido compreender o problema racial, ele havia, como vimos, advertido em seu livro que “um partido político nunca deve (...) perder de vista o fato de que em toda a experiência política anterior um partido puramente político jamais obteve resultado na consecução de uma reforma religiosa”. O artigo 24 do programa do partido exigia “liberdade para todas as religiões, contanto que não constituíssem perigo (...) para os sentimentos morais da raça alemã. O partido está a favor do cristianismo positivo”. Em seu discurso de 23 de março de 1933 ao Reichstag, quando o poder legislativo transferiu suas funções para o ditador, Hitler prestou tributo à fé cristã como “elemento essencial à proteção da alma do povo alemão”, prometeu respeitar seus direitos, declarou que a “ambição de seu governo é a conclusão de um acordo pacífico entre a Igreja e o Estado” e aduziu

— visando os votos do Partido do Centro Católico, que recebeu — que “esperamos melhorar nossas relações de amizade com a Santa Sé”.

Não se passaram quatro meses e, a 20 de julho, o governo nazista concluiu um acordo com o Vaticano, pelo qual se garantia a liberdade da religião católica e o direito da Igreja de “gerir seus próprios assuntos”. O acordo, assinado em nome da Alemanha por Papen e em nome da Santa Sé pelo então secretário de Estado Papal, monsenhor Pacelli, mais tarde papa Pio XII, não chegou a ser cumprido pelo governo nazista. Mas tendo sido concluído num momento em que as primeiras violências do novo regime na Alemanha provocavam ampla repulsa mundial, o acordo indiscutivelmente forneceu a Hitler muito do prestígio de que tinha necessidade.*

** Numa oração dirigida ao Sacro Colégio, a 2 de junho de 1945, o papa Pio XII defendeu o acordo que assinara, mas apontou o nacional-socialismo, como mais tarde veio a conhecê-lo, como "abjuração arrogante de Jesus Cristo, a negação de Sua doutrina e de Sua obra redentora, o culto da violência, a idolatria da raça e do sangue, o pisoteamento da liberdade e da dignidade humanas".*

A 25 de julho, cinco dias após a ratificação do acordo, o governo alemão promulgou uma lei de esterilização, que feriu principalmente a Igreja Católica. Cinco dias mais tarde foram empreendidos os primeiros passos para dissolver a Liga da Juventude Católica. Nos anos que se seguiram, milhares de padres católicos, freiras e dirigentes leigos foram presos sob acusações forjadas de “imoralidade” ou de “contrabando de divisas estrangeiras”. Erich Klausener, líder da Ação Católica, foi, como vimos, assassinado no expurgo de 30 de junho de 1934. Inúmeras publicações católicas foram suprimidas, e até a santidade da confissão violada pelos agentes da Gestapo. Na primavera de 1937, a hierarquia católica na Alemanha que, como a maioria do clero protestante, tinha a princípio procurado cooperar com o novo regime, estava completamente desiludida. A 14 de março de 1937, o papa Pio XI divulgou uma encíclica, *Mit Brennender Sorge* (Com profunda tristeza), acusando o governo nazista de “subterfúgio” e “violação” do acordo e culpando-o de semear o “jogo da suspeita, da discórdia, da aversão e da calúnia, de fundamental hostilidade aberta e secreta a Cristo e à Sua Igreja”. No horizonte da Alemanha, o papa viu “as nuvens prenunciadoras da tempestade das guerras religiosas de destruição (...) que não têm outro objetivo senão (...) o extermínio”.

O reverendo Martin Niemöller tinha pessoalmente acolhido favoravelmente a subida dos nazistas ao poder, em 1933. Sua autobiografia, *From U-Boat to Pulpit*,

fora publicada naquele ano. A história de como um comandante de submarino da Primeira Guerra Mundial se convertera num eminente pastor protestante foi acolhida com elogios especiais na imprensa nazista e se tornou êxito de livraria. Para o pastor Niemöller, e para muitos clérigos protestantes, tinha havido, como ele afirmou, “anos de trevas”.¹ E no final de seu livro colocou um adendo de satisfação pelo fato de a revolução nazista haver, enfim, triunfado e trazido “renascimento nacional” pelo qual ele próprio lutara tanto tempo — em certo período nas fileiras do exército, como muitos líderes nazistas.

Bem cedo experimentou terrível desilusão.

Os protestantes na Alemanha, como nos Estados Unidos, estavam divididos em sua crença. Somente poucos deles — uns 150 mil, em 45 milhões — pertenciam a diversas Igrejas Livres, tais como os batistas e metodistas. O restante pertencia a 28 igrejas luteranas e reformistas, das quais a maior era a Igreja da União da Velha Prússia, com 18 milhões de membros. Com o crescimento do nacional-socialismo surgiram novas divisões entre os protestantes. Os nazistas mais fanáticos entre eles organizaram, em 1932, o Movimento da Fé dos Cristãos Alemães, do qual o líder mais veemente era um certo Ludwig Müller, capelão do exército do distrito militar da Prússia Oriental, dedicado partidário de Hitler, o primeiro a ligar o Führer ao general von Blomberg, quando ele comandava o distrito. Os Cristãos Alemães apoiavam ardentemente as doutrinas nazistas da raça e do princípio da liderança e queriam aplicá-las à Igreja do Reich, que abrangeria todos os protestantes num único corpo. Em 1933, os Cristãos Alemães possuíam uns três mil do total de 17 mil pastores, se bem que seus adeptos leigos representassem uma porcentagem maior de devotos.

Em oposição aos Cristãos Alemães havia outro grupo minoritário, que se denominava Igreja Confessional. Tinha mais ou menos o mesmo número de pastores e foi posteriormente dirigida por Niemöller. Resistia à nazificação das igrejas protestantes, rejeitava as teorias raciais nazistas e denunciava as doutrinas anticristãs de Rosenberg e de outros dirigentes nazistas. No meio ficava a maioria dos protestantes, que parecia demasiado tímida para unir-se a qualquer dos dois grupos em luta, que tomaram partido e posteriormente, em sua maior parte, foram parar nos braços de Hitler, aceitando sua autoridade para intervir nos assuntos eclesiásticos e obedecendo à sua direção sem protesto aberto.

É difícil compreender a conduta da maioria dos protestantes nos primeiros anos do nazismo, salvo se estivermos prevenidos de dois fatos: sua história e a influência de Martinho Lutero.* O grande fundador do protestantismo não só foi anti-semita apaixonado como feroz defensor da obediência absoluta à autoridade

política. Desejava a Alemanha livre dos judeus, os quais, depois de expulsos, deveriam ser despojados de “todo dinheiro e joias, prata e ouro”; além disso, “que fossem incendiadas suas sinagogas e escolas, suas casas derrubadas e destruídas (...), postos sob um telheiro ou estábulo, como os ciganos (...), na miséria e no cativeiro assim que eles se lamentassem e de nós se queixassem incessantemente a Deus” — conselho que foi literalmente seguido quatro séculos mais tarde por Hitler, Göring e Himmler.²

** Para evitar qualquer confusão, devo explicar aqui que o autor é protestante.*

Naquela que talvez tenha sido a única revolução popular na história alemã, a insurreição camponesa de 1525, Lutero aconselhou os príncipes a adotar as medidas mais cruéis contra os “cães danados”, como chamava aos camponeses desesperados e espeznhados. Neste caso, como em suas referências aos judeus, Lutero empregava uma linguagem obscena e brutal, sem paralelo na história alemã até o período do nazismo. A influência de sua poderosa personalidade se estendeu por gerações na Alemanha, sobretudo entre os protestantes. Daí a facilidade com que o protestantismo alemão se transformou em instrumento do absolutismo da realeza e dos príncipes desde o século XVI até que os reis e príncipes foram derrubados, em 1918. Os monarcas hereditários e os governantes secundários se converteram nos bispos supremos da Igreja Protestante em suas terras. Na Prússia, o rei Hohenzollern foi o chefe da Igreja. Em nenhum outro país, salvo a Rússia czarista, o clero, por tradição, tornou-se tão completamente servil ao poder político do Estado. Seus membros, com raras exceções, sustentaram firmemente o rei, os junkers e o exército, e durante o século XIX resistiram aos ascendentes movimentos liberais e democráticos. Até a República de Weimar foi uma maldição para a maioria dos pastores protestantes, não somente porque depôs os reis e príncipes, mas também porque obteve seu principal apoio dos católicos e socialistas.

Por ocasião da eleição ao Reichstag não se podia senão observar, sem qualquer ação, que o clero protestante — Niemöller foi típico — completa e abertamente apoiava os nacionalistas e mesmo os inimigos nazistas da república. Como Niemöller, a maioria dos pastores recebeu muito bem a ascensão de Adolf Hitler à chancelaria, em 1933.

Logo vieram a conhecer a mesma tática de força que levava Hitler ao poder público. Em julho de 1933, os representantes das igrejas protestantes escreveram uma constituição para uma nova “Igreja do Reich”, que foi formalmente reconhecida pelo Reichstag no dia 14 de julho. Imediatamente surgiu uma luta

surda em torno da eleição do bispo do Reich. Hitler insistia em que o mais alto posto devia ser dado a seu amigo, o capelão Müller, a quem nomeara seu conselheiro em assuntos da Igreja Protestante. Os dirigentes da Federação das Igrejas propuseram um sacerdote eminente, o pastor Friedrich von Bodelschwing. Mas foram ingênuos. O governo nazista interveio, dissolveu uma quantidade de organizações eclesiais provinciais, suspendeu das funções diversos importantes dignitários das igrejas protestantes, lançou sobre os sacerdotes recalcitrantes as S.A. e a Gestapo — numa palavra, aterrorizou todos os que apoiavam Bodelschwing. Na véspera da eleição dos delegados ao sínodo que escolheria o bispo do Reich, Hitler pessoalmente ocupou o rádio para “exortar” à eleição os “cristãos alemães”, dos quais Müller era candidato. A intimidação obteve grande êxito. Nesse interim, Bodelschwing se vira forçado a retirar a candidatura, e a “eleição” apresentou uma maioria de “cristãos alemães” que em setembro, no sínodo de Wittenberg, onde Lutero pela primeira vez desafiara Roma, elegeu Müller bispo do Reich.

Mas o novo chefe da Igreja, homem inábil, não foi capaz de estabelecer a unidade ou nazificar completamente as congregações protestantes. A 13 de novembro de 1933, um dia após o povo alemão ter esmagadoramente apoiado Hitler num plebiscito nacional, os “cristãos alemães” promoveram uma reunião popular no Sportplatz de Berlim. Um certo dr. Reinhard Krause, líder da seita de um distrito de Berlim, propôs o abandono do Velho Testamento, “com suas histórias de negociantes de gado e seus alcoviteiros”, e a revisão do Novo Testamento com a doutrina de Jesus “correspondendo inteiramente às exigências do nacional-socialismo”. Foram apresentadas resoluções reclamando “Um só povo, um só Reich, uma só crença”, solicitando de todos os pastores a prestação de um juramento de fidelidade a Hitler e insistindo em que todas as igrejas instituissem o parágrafo ariano e excluíssem os judeus convertidos. Isto era demais mesmo para os tímidos protestantes, que se abstiveram de participar, de qualquer forma, na luta das igrejas, e o bispo Müller foi obrigado a suspender o dr. Krause e desautorizá-lo.

Na realidade, a luta entre o governo nazista e as igrejas sobre o que se devia dar a César e o que se devia dar a Deus era antiquíssima. No que se referia aos protestantes, Hitler insistia em que se os “cristãos alemães” nazistas não conseguissem manter as igrejas evangélicas sob a orientação do bispo do Reich, Müller, então o próprio governo teria de tomar a direção das igrejas. Sempre tivera certo desprezo pelos protestantes que, apesar de ínfima minoria em sua Áustria católica, abrangiam dois terços dos cidadãos da Alemanha. “Pode-se fazer qualquer coisa que se queira com eles”, certa vez confiou a seus auxiliares. “Eles se submeterão (...), são gente insignificante, submissos como cães, e ficam

embaraçados quando se lhes fala”³. Dava-se bem conta de que a resistência à nazificação das igrejas protestantes provinha de uma minoria de pastores e de uma parcela ainda menor de devotos.

Em princípios de 1934, o desiludido pastor Niemöller se convertera no guia espiritual da resistência da minoria, tanto na Igreja Confessional como na Liga de Emergência dos Pastores. Em maio de 1934, no Sínodo Geral, em Barmen, e em novembro, numa reunião especial da Igreja de Jesus Cristo, de Niemöller, em Dahlem, um subúrbio de Berlim, a Igreja Confessional declarou-se a legítima igreja protestante da Alemanha e estabeleceu uma direção provisória. Havia assim, agora, dois grupos — o do bispo do Reich de Müller e o de Niemöller — afirmando constituírem legalmente a igreja.

Evidente que o antigo capelão do exército, não obstante sua intimidade com Hitler, fracassara em congregar as igrejas protestantes. E no fim de 1935, depois que a Gestapo prendera setecentos pastores da Igreja Confessional, ele renunciou ao cargo e desapareceu da cena. Já em julho de 1935, Hitler indicara um advogado nazista amigo, o dr. Hans Kerrl, para o cargo de ministro dos Negócios da Igreja, com instrução para efetuar uma segunda tentativa de coordenar os protestantes. Um dos nazistas mais moderados e homem um tanto cauteloso, Kerrl a princípio obteve grande sucesso. Não somente conquistou o clero conservador, que representava a maioria, como organizou um Comitê Eclesiástico dirigido pelo venerável dr. Zöllner, respeitado por todas as facções, a fim de elaborar uma solução geral. Embora o grupo de Niemöller cooperasse com o Comitê, ainda sustentava que era a única igreja legítima. Em maio de 1936, ao dirigir-se a Hitler num cortês mas firme memorando, protestando contra as tendências anticristãs do regime, denunciando o anti-semitismo do governo e reclamando que se pusesse termo à interferência do Estado nas igrejas, Frick, o ministro do Interior, respondeu com atitude impiedosa. Centenas de pastores da Igreja Confessional foram presos, um dos signatários do memorando, o dr. Weissler, foi morto no campo de concentração de Sachsenhausen, confiscados os fundos da igreja e ela ficou proibida de promover coletas.

A 12 de fevereiro de 1937, o dr. Zöllner demitiu-se do Comitê da Igreja — fora impedido pela Gestapo de visitar Lübeck, onde nove pastores protestantes estavam presos —, queixando-se de que sua obra tinha sido sabotada pelo ministro das Igrejas. O dr. Kerrl respondeu no dia seguinte, num discurso dirigido a um grupo de eclesiásticos submissos: acusou o venerável dr. Zöllner de não ter conseguido avaliar a doutrina nazista da raça, do sangue e do solo, e revelou claramente a hostilidade do governo tanto à igreja protestante como à Igreja

O partido [disse Kerrl] se fundamenta no cristianismo positivo, o nacional-socialismo (...) O nacional-socialismo é a execução da vontade de Deus (...) A vontade de Deus revela-se no sangue alemão (...) O dr. Zöllner e o conde Galen [bispo católico de Münster] quiseram convencer-me de que o cristianismo consiste na fé em Cristo, como Filho de Deus. Isto fez-me rir (...) Não, o cristianismo não depende do credo dos apóstolos (...) O verdadeiro cristianismo é representado pelo partido, e o povo germânico é agora convocado pelo partido, e especialmente pelo Führer, para realizar o verdadeiro cristianismo (...) O Führer é o precursor de uma nova revelação.⁴

No dia 1º de julho de 1937, o dr. Niemöller foi preso e confinado na prisão de Moabit, em Berlim. A 27 de junho, falou à congregação, que sempre superlotava sua igreja em Dahlem, o que constituiria seu último sermão no Terceiro Reich. Como se pressagiasse o que estava por vir, afirmou: “Não temos mais a intenção de usar nossas próprias forças para fugir ao império da autoridade, como faziam antigamente os apóstolos. Não estamos mais dispostos a silenciar diante da ação do homem quando Deus nos ordena falar. Eis a razão pela qual devemos obedecer a Deus mais que ao homem.”

Após oito meses de prisão, foi julgado no dia 2 de março de 1938, ante um Sondergericht, um dos tribunais especiais instalado pelos nazistas para decidir a respeito das ofensas contra o Estado, e não obstante absolvido da principal acusação de “ataques clandestinos contra o Estado”, foi condenado a pagar a multa de dois mil marcos e a sete meses de encarceramento por “abuso do púlpito”, e por fazer coletas em sua igreja. Desde que já cumprira a pena além do tempo, o tribunal determinou sua libertação. Mas foi agarrado pela Gestapo assim que abandonou a sala do tribunal, colocado em “custódia protetora” e confinado num campo de concentração, a princípio em Sachsenhausen e, depois, em Dachau, onde permaneceu durante sete anos, até ser libertado pelas tropas aliadas.

Em 1937, 807 outros pastores e líderes leigos da Igreja Confessional foram presos, e centenas de outros nos dois anos seguintes. Embora a resistência da ala de Niemöller não tenha sido totalmente quebrada, certamente decaiu. Quanto à maioria dos pastores protestantes, submeteu-se, ante o terror nazista, como, aliás, quase todos na Alemanha. No fim de 1937, o acatado e respeitado bispo Marahens, de Hannover, foi induzido pelo dr. Kerrl a fazer uma declaração pública que deve ter parecido particularmente humilhante aos mais fiéis homens de Deus, tais como Niemöller: “A concepção de vida nacional-socialista é uma

doutrina nacional e política que determina e caracteriza a natureza do homem alemão. Como tal, é igualmente obrigatória para os cristãos alemães.” Na primavera de 1938 o bispo Marahrens decidiu, finalmente, ordenar a todos os pastores de sua diocese a prestar juramento pessoal de fidelidade ao Führer. Num curto período, a imensa maioria do clero protestante fez o juramento, obrigando-se dessa forma a, legal e moralmente, obedecer aos ditames do Führer.

Daríamos uma impressão enganadora se afirmássemos que a perseguição aos protestantes e católicos pelo nazismo dividiu o povo alemão ou mesmo abalou grandemente a imensa maioria dele. Isto não ocorreu. Um povo que havia entregado tão facilmente suas liberdades política, cultural e econômica, não iria, com exceção de poucos, morrer ou arriscar-se à prisão para preservar a liberdade religiosa. O que efetivamente entusiasmava os alemães na década de 1930 eram os êxitos retumbantes de Hitler em providenciar empregos, criar prosperidade, restaurar o poder militar da Alemanha e marchar de triunfo em triunfo em sua política externa. Não foram muitos os alemães que perderam o sono pelas prisões de alguns milhares de pastores e padres, ou pela querela entre as diversas seitas protestantes. E foi menor ainda o número dos que pararam para refletir que, sob a liderança de Rosenberg, Bormann e Himmler, apoiados por Hitler, o regime nazista tencionava, se possível, destruir completamente o cristianismo na Alemanha e substituí-lo pelo antigo paganismo dos deuses tribais alemães primitivos e pelo novo paganismo dos extremistas nazistas. Como disse publicamente em 1941, Bormann, um dos homens mais chegados a Hitler: “O cristianismo e o nacional-socialismo são irreconciliáveis.”

O que o governo de Hitler visava para a Alemanha era aplicar claramente um programa de trinta pontos para a Igreja Nacional do Reich, apresentado durante a guerra por Rosenberg, pagão declarado, que entre outras funções mantinha a de “delegado do Führer da Instrução e Educação Filosófica e Intelectual Total para o Partido Nacional-Socialista”. Alguns de seus trinta artigos nos fornecem o essencial:

1. A Igreja Nacional do Reich da Alemanha afirma categoricamente o direito e o poder exclusivos de controlar todas as igrejas na jurisdição do Reich: declara serem elas as igrejas nacionais do Reich alemão.

5. A Igreja Nacional se dispõe a exterminar irrevogavelmente (...) as crenças cristãs estranhas e estrangeiras trazidas para a Alemanha no malfadado ano de 800.

7. A Igreja Nacional não tem escribas, pastores, capelães ou padres, mas oradores do Reich para falar em seu nome.

13. A Igreja Nacional exige a imediata cessação da publicação e difusão da Bíblia na Alemanha.

14. A Igreja Nacional declara que para ela e, conseqüentemente, para toda a nação alemã, ficou decidido que Minha Luta, do Führer, é o maior de todos os documentos. Ele (...) não somente contém a maior, mas incorpora a mais pura e verdadeira moral para a vida atual e futura de nossa nação.

18. A Igreja Nacional retirará de seus altares todos os crucifixos, bíblias e santos. Sobre os altares não deve haver nada além de Minha Luta (para a nação germânica e, portanto, para Deus o livro mais sagrado) e à esquerda do altar uma espada.

30. No dia de sua fundação a cruz cristã deve ser removida de todas as igrejas, catedrais e capelas e deve ser substituída pelo único símbolo incontestável — a suástica.⁵

A nazificação da cultura

Na noite de 10 de maio de 1933, quatro meses e meio após Hitler ter se tornado chanceler, ocorreu em Berlim uma cena que não tinha sido testemunhada no mundo ocidental desde a Idade Média. Por volta da meia-noite, uma parada de luzes e archotes de milhares de estudantes terminava na praça da Unter den Linden, fronteira à Universidade de Berlim. Os archotes se destinavam a atear fogo numa imensa pilha de livros lá amontoados. E logo que as chamas se ergueram, mais livros foram atirados sobre elas, tendo sido consumidos uns vinte mil. Cenas semelhantes tiveram lugar em várias outras cidades. A queima do livro começara.

Muitos dos livros naquela noite lançados às labaredas, em Berlim, pelos alegres estudantes, sob o olhar de aprovação do dr. Goebbels, tinham sido escritos por autores de reputação universal. Entre os escritores alemães, incluíam os nomes de Thomas e Heinrich Mann, Lion Feuchtwanger, Jacob Wassermann, Arnold e Stefan Zweig, Erich Maria Remarque, Walther Rathenau, Albert Einstein, Alfred Kerr e Hugo Preuss — o erudito que redigira a Constituição de Weimar. Entre os autores estrangeiros, também foram incluídos: Jack London, Upton Sinclair, Helen Keller, Margaret Sanger, H.G. Wells, Havelock Ellis, Arthur Schnitzler, Freud, Gide, Zola, Proust. Nas palavras da proclamação de um estudante, todo livro estava condenado à fogueira, “desde que atue subversivamente contra nosso futuro ou fira as raízes do pensamento alemão, da pátria alemã e das forças dirigentes de nosso povo”.

O dr. Goebbels, o novo ministro da Propaganda, que doravante iria colocar a cultura alemã numa camisa-de-força nazista, falou aos estudantes no momento em que os livros queimados se transformavam em cinzas. “O espírito do povo alemão pode exprimir-se novamente. Estas chamas não apenas iluminam o final de uma velha era, mas lançam suas luzes sobre a nova.”

A nova era nazista não somente foi iluminada pelas fogueiras de livros e pelas mais eficientes, embora menos simbólicas, medidas que proibiam a venda ou a circulação de centenas de volumes e a publicação de muitos novos títulos, mas também pela arregimentação da cultura numa escala que nenhuma nação moderna do Ocidente experimentara. Logo em 22 de setembro de 1933 foi criada por lei a Câmara de Cultura do Reich, sob a direção do dr. Goebbels. De acordo com a lei, sua finalidade era a seguinte: “A fim de levar a cabo uma política de cultura alemã, é preciso unir os artistas criadores de todas as esferas numa organização coesa sob a direção do Reich. O Reich deve não somente determinar as linhas do progresso mental e espiritual, mas também orientar e organizar as profissões.”

Sete subcâmaras foram criadas para orientar e controlar toda a vida cultural: as câmaras do Reich de belas-artes, música, teatro, literatura, imprensa, rádio e cinema. Todas as pessoas que trabalhassem nesses campos eram obrigadas a associar-se às respectivas câmaras, cujas decisões e diretivas tinham força de lei. Entre outros poderes, as câmaras podiam expulsar, ou recusar, membros por “falta de confiança política”, o que significava que mesmo aqueles que fossem apenas indiferentes ao nacional-socialismo seriam, e comumente eram, excluídos de praticar sua profissão ou arte e privados, assim, de um meio de vida.

Ninguém que tenha vivido na Alemanha na década de 1930 e que se preocupasse com essas questões, jamais poderá esquecer a terrível decadência do nível cultural de um povo, nível que fora tão elevado durante tanto tempo. Coisa inevitável, naturalmente, a partir do momento em que os dirigentes nazistas decidiram que a arte, a literatura, a imprensa, o rádio e o cinema deviam servir exclusivamente aos fins de propaganda do novo regime e à sua exótica filosofia. Nenhum escritor alemão vivo de alguma importância, com exceção de Ernst Jünger e Ernst Wiechert, nos primeiros anos, foi editado na Alemanha durante o período nazista. Quase todos, a começar por Thomas Mann, emigraram. Os poucos que restaram ficaram em silêncio ou foram silenciados. Todo original de livro ou de peça tinha de ser submetido ao ministro da Propaganda para aprovação, antes que fosse publicado ou produzido.

Melhor sorte teve a música, talvez porque era a menos política das artes ou

porque os alemães tivessem tão rica tradição desde Bach e Beethoven até Mozart e Brahms. Mas as obras de Mendelssohn foram proibidas, porque era um judeu (as obras de todos os compositores judeus foram *verboten*), como o foi a música do mais importante compositor alemão moderno, Paul Hindemith. Os judeus foram eliminados rapidamente das grandes orquestras sinfônicas e da ópera. Ao contrário dos escritores, a maioria das grandes figuras do mundo musical alemão preferiu permanecer na Alemanha nazista, e na verdade emprestou seus nomes e talento à Nova Ordem. Wilhelm Furtwängler, um dos maiores regentes do século, ficou. Caiu em desgraça por um ano, em 1934, em virtude da defesa que fez de Hindemith, mas retornou à atividade nos anos subsequentes do governo de Hitler. Richard Strauss, talvez o mais importante compositor vivo do mundo, continuou, e durante algum tempo foi até presidente da Câmara Musical do Reich, cedendo seu grande nome ao trabalho de substituição da cultura de Goebbels. Walter Gieseking, o pianista eminente, gastou a maior parte de seu tempo em excursões a países estrangeiros, organizadas ou aprovadas por Goebbels, para propagar a cultura alemã no exterior. Mas, em virtude de os músicos não terem emigrado, e por força do grande tesouro da música clássica alemã, podiam-se ouvir magníficos concertos de música sinfônica e de ópera na época do Terceiro Reich. Destacam-se nisto a Orquestra Filarmônica de Berlim e a Ópera Estadual de Berlim. A música excelente fez muito para que o povo esquecesse a degradação das outras artes e da própria vida sob o domínio dos nazistas.

O teatro, é preciso dizer, conservou muito de sua superior qualidade enquanto apresentava peças clássicas. Max Reinhardt, naturalmente, deixou a Alemanha em companhia de outros empresários, diretores e atores judeus. Os teatrólogos nazistas eram ridículos e ruins, a ponto de o público deixar de comparecer às suas apresentações, que invariavelmente tinham curta vida. O presidente da Câmara de Teatro do Reich era um certo Hans Johst, autor fracassado que afirmara, anteriormente, que tinha vontade de sacar seu revólver todas as vezes que alguém falava em “cultura”. Mas, mesmo Johst e Goebbels, que determinavam quais as peças que seriam encenadas e quem as representariam e dirigiriam, foram incapazes de evitar que o teatro alemão apresentasse, frequentemente, comoventes e elogiáveis desempenhos de Goethe, Schiller e Shakespeare.

Bastante estranho, algumas das peças de Shaw tiveram permissão para encenação na Alemanha nazista — talvez porque ele se divertisse com os ingleses e satirizasse a democracia, ou porque seu espírito e seus pontos de vista políticos de esquerda não fossem percebidos pelos nazistas.

O mais estranho de todos foi o caso do grande teatrólogo da Alemanha,

Gerhart Hauptmann. Por ter sido apaixonado socialista, suas peças foram banidas dos teatros imperiais durante o tempo do Kaiser Guilherme II. No período da república, fora o mais popular autor teatral na Alemanha, e manteve esta posição no Terceiro Reich. Suas peças continuaram nos teatros. Jamais esquecerei a cena final da primeira noite de sua última peça, A filha da catedral, quando Hauptmann, uma veneranda figura, com seus cabelos brancos esvoaçantes sobre sua capa negra, saía do teatro de braços dados com o dr. Goebbels e Johst. Ele, como tantos outros alemães eminentes, se conciliara com Hitler. E Goebbels, homem astuto, fizera grande propaganda desse fato, lembrando incansavelmente ao povo alemão e ao mundo que o maior teatrólogo vivo da Alemanha, antigo socialista e campeão em prol do homem comum, não apenas havia permanecido no Terceiro Reich como continuava a escrever e ter suas obras representadas.

Para demonstrar a sinceridade, o oportunismo ou simplesmente a inconstância do idoso dramaturgo, basta verificar o que sucedeu depois da guerra. As autoridades americanas, certas de que Hauptmann servira muito bem aos nazistas, proibiram suas obras nos teatros em seu setor de Berlim Ocidental. Paralelamente, os russos convidaram-no para ir a Berlim, acolheram-no como herói e apresentaram uma temporada de gala de suas peças em Berlim Oriental. E a 6 de outubro de 1945, Hauptmann enviou uma mensagem aos alemães que se achavam sob o jugo comunista, à União Cultural para o Renascimento Democrático da Alemanha, desejando-lhes êxito e expressando a esperança de que conseguissem realizar o “renascimento espiritual” do povo alemão.

A Alemanha, que havia dado ao mundo um Dürer e um Cranach, nos tempos modernos não se distinguiu nas belas-artes, embora o expressionismo alemão na pintura e a arquitetura de Munique fossem interessantes e originais movimentos e os artistas alemães tivessem participado, no século XX, de todas as transformações e manifestações representadas pelo impressionismo, cubismo e dadaísmo.

Para Hitler, que se considerava um artista genuíno, apesar de seus fracassos de Viena, toda arte moderna era degenerada e sem sentido. Externara, em Minha Luta, uma longa opinião sobre o assunto, e um dos seus primeiros atos ao chegar ao poder foi “limpar” a Alemanha de sua arte “decadente” e tentar substituí-la por uma nova arte “alemã”. Cerca de 6.500 pinturas modernas — não só obras de alemães, tais como Kokoschka e Grosz, mas inclusive de Cézanne, Van Gogh, Gauguin, Matisse, Picasso e muitos outros — foram retiradas dos museus alemães.

Aquilo que iria substituí-las foi mostrado no verão de 1937, quando Hitler

formalmente inaugurou a Casa de Arte Alemã, em Munique, num insípido e pseudo-clássico edifício que ele ajudara a desenhar e que descreveu como “sem paralelo e inimitável” em sua arquitetura. Nessa primeira exposição de arte nazista foram reunidas umas novecentas obras selecionadas, entre as 15 mil apreciadas, da pior qualidade que este autor jamais viu em qualquer país. O próprio Hitler fez a seleção final e, segundo alguns camaradas do partido que o acompanhavam na ocasião, ficou tão exasperado com algumas das pinturas aceitas pelo júri nazista, presidido por Adolf Ziegler, pintor medíocre que foi presidente da Câmara de Arte do Reich*, que tinha não só ordenado que as jogassem fora, mas aberto buracos com sua bota de montar em várias delas. “Sempre estive persuadido de que, se o destino alguma vez nos desse o poder, não seria para discutir estas questões [de julgamento artístico], mas para tomar decisões,” disse num longo discurso, inaugurando a exposição. E as tomara.

** A posição de Ziegler deveu-se à feliz circunstância de ter pintado o retrato de Geli Raubal.*

Em seu discurso — proferido a 18 de julho de 1937 — ele estabeleceu a orientação para a “arte alemã”.

As obras de arte que não podem ser compreendidas, necessitando de uma série infundável de instruções para defender seus direitos à existência e encontram a estúpida e descabida receptividade dos neuróticos, não mais chegarão facilmente à nação alemã. Deixemos de ilusões!

O nacional-socialismo tem de livrar o Reich alemão e nosso povo de todas as influências nefastas à sua vida e ao caráter (...) Com a abertura desta exposição chegou ao fim a insensatez artística e, conseqüentemente, a corrupção artística de nosso povo (...)

Apesar disso, pelo menos alguns alemães, especialmente no centro de arte da Alemanha que era Munique, preferiram ser artisticamente corrompidos. Noutro lado da cidade, numa galeria em ruínas que tinha de ser atingida por uma estreita escada, encontrava-se uma exposição de “arte degenerada”, que o dr. Goebbels organizara para mostrar ao povo do que Hitler o salvava. Continha uma esplêndida seleção de pinturas modernas — Kokoschka, Chagall e obras expressionistas e impressionistas. No dia em que a visitei, depois de arquejar pela derramada Casa de Arte Alemã, ela estava apinhada, com uma longa fila formada pela escada chiante e alcançando a rua. Na verdade, as multidões que a assediavam se tornaram tão grandes que o dr. Goebbels, irritado e embaraçado, logo a fechou.

O controle da imprensa, do rádio e do cinema

Todas as manhãs, os editores dos jornais diários de Berlim e os correspondentes da imprensa de todo o Reich, reuniam-se no Ministério da Propaganda, onde lhes eram transmitidas, pelo dr. Goebbels ou por um dos seus auxiliares, quais as notícias que deviam ser publicadas ou suprimidas, como escrever as notícias e as manchetes, que campanhas encetar ou instituir e que editoriais eram os desejados para o dia. No caso de alguma dúvida, uma orientação escrita diariamente era fornecida juntamente com instruções verbais. Para os jornais das cidades menores e para os periódicos, as instruções eram enviadas por telegrama ou pelo correio.

Para ser jornalista, no Terceiro Reich, exigia-se em primeiro lugar que se fosse política e racialmente “limpo”. A Lei de Imprensa do Reich, de 4 de outubro de 1933, que fez do jornalismo uma “vocação pública”, regulamentada pela lei, estipulava que todos os jornalistas deviam possuir cidadania alemã, ser de ascendência ariana e não ser casado com judeu. O art. 14 da Lei de Imprensa determinava aos redatores “não permitirem nos jornais tudo aquilo que de qualquer forma fosse desorientador para o público, misturasse objetivos pessoais com os da comunidade, tendesse a enfraquecer o poderio do Reich alemão, externa ou internamente, a vontade comum do povo alemão, a defesa da Alemanha, sua cultura e economia (...) ou ofendesse a honra e a dignidade da Alemanha”. Tal lei, se tivesse sido aplicada antes de 1933, teria levado à supressão todos os jornalistas e publicações nazistas do país. Agora ela decretava o fim dos jornais e dos jornalistas que não eram nazistas ou que se recusavam a ser.

Um dos primeiros forçados a cessar sua publicação foi o Vossische Zeitung. Fundado em 1704 e contando entre seus colaboradores, no passado, nomes como os de Frederico, o Grande, Lessing e Rathenau, convertera-se no jornal mais importante da Alemanha, comparável ao Times de Londres e ao New York Times. Mas era liberal, e era propriedade da Casa de Ullstein, firma judaica. Cessou de sair a 1º de abril de 1934, depois de 230 anos de publicação ininterrupta. O Berliner Tageblatt outro jornal liberal de renome mundial, durou um pouco mais, até 1937, embora seu proprietário, Hans Lackmann-Mosse, um judeu, fosse forçado a abrir mão de seus interesses no jornal, na primavera de 1933. O terceiro grande jornal liberal da Alemanha, o Frankfurter Zeitung também continuou a ser publicado depois de separar-se de seus proprietários e redatores judeus. Rudolf Kircher, seu correspondente londrino, anglófilo e liberal, tornou-se o seu diretor responsável e, como Karl Silex, diretor do conservador Deutsche Allgemeine Zeitung de Berlim, que também fora correspondente em

Londres, intelectual de Rhodes, apaixonado admirador da Inglaterra e liberal, serviu da melhor forma os nazistas, tornando-se muitas vezes, como o chefe do Serviço de Imprensa do Reich, Otto Dietrich, disse dos antigos artigos da oposição, “mais realista que o rei”. A sobrevivência desses três jornais deve-se parcialmente à influência do Ministério do Exterior da Alemanha, que desejava que os internacionalmente conhecidos periódicos servissem com uma espécie de pano de amostra para impressionar o mundo. Deram respeitabilidade à Alemanha nazista e ao mesmo tempo fizeram sua propaganda.

Com todos os jornais da Alemanha publicando o que lhes impunham as autoridades, e por elas sendo orientados sobre como escrever as notícias e os editoriais, foi inevitável que uma uniformidade mortal recaísse sobre a imprensa do país. O próprio povo, tão disciplinado e tão dado a aceitar a autoridade, aborrecia-se com os jornais diários. A circulação entrava em declínio, mesmo entre os mais importantes jornais diários nazistas, tais como o matutino *Völkischer Beobachter* e o vespertino *Der Angriff*. E a circulação de todos os jornais caiu verticalmente, à medida que os jornais, uns após outros, passavam a depender ou eram entregues aos elementos nazistas. Nos primeiros quatro anos do Terceiro Reich o número de jornais diminuiu de 3.607 para 2.671.

Mas a perda da imprensa livre e diversificada era o lucro do partido, pelo menos financeiramente. Max Amann, o primeiro-sargento de Hitler durante a Primeira Guerra Mundial e chefe da Eher Verlag, a editora do partido, tornou-se o ditador financeiro da imprensa alemã. Como líder do Reich para a Imprensa e presidente da Câmara da Imprensa, ele possuía o direito legal de suprimir qualquer publicação e o conseqüente poder de comprá-la por um ninharia. Em curto prazo a Eher Verlag se transformou num gigantesco império editorial, talvez o maior e o mais lucrativo do mundo.* Apesar da queda das vendas de muitas publicações nazistas, os jornais diários pertencentes ou controlados pelo partido ou por nazistas individuais tinham dois terços da circulação diária total de 25 milhões, por ocasião da irrupção da Segunda Guerra. Num depoimento prestado em Nuremberg, Amann contou como agia:

** A própria renda de Amann subiu vertiginosamente de 108 mil marcos para 3,8 milhões, em 1942. (Carta ao autor do professor Cron J. Hale, que fez um exame dos registros remanescentes da editora nazista).*

Depois que o partido chegou ao poder em 1933 (...) muitos desses consórcios, a exemplo do da Casa Ullstein, que pertenceram ou eram controlados por interesses judaicos, ou por interesses religiosos ou políticos hostis ao partido nazista, tiveram o expediente de vender seus jornais ou propriedades ao consórcio Eher. Não havia mercado livre para a venda das propriedades, e a

*Eher Verlag foi quase sempre a única licitante. Neste sentido, a Eher Verlag, junto com os consórcios de sua propriedade ou controlados por ela, expandiu-se como monopólio do negócio de publicações de jornais na Alemanha (...) As inversões partidárias nessas empresas editoriais tornaram-se financeiramente um grande êxito. É lícito afirmar que o objetivo básico do programa de imprensa nazista era eliminar toda a imprensa de oposição ao partido.*⁶

Em certo período de 1934, tanto Amann como Goebbels apelaram para os submissos redatores a fim de que tornassem seus jornais menos monótonos.

Amann disse que deplorava “a atual e impressionante uniformidade da imprensa, que não era fruto das medidas governamentais e nem obedecia à vontade do governo”. Um editor temerário, Ehm Welke, do semanário *Grüne Post*, cometeu o erro de tomar a sério Amann e Goebbels. Censurou o ministro da Propaganda por seu lápis vermelho e pela mão forte com que dominava a imprensa e a tornava tão melancólica. Sua publicação foi imediatamente suspensa por três meses e ele mesmo demitido por Goebbels e conduzido a um campo de concentração.

O rádio e o cinema foram também, e rapidamente, aproveitados para servir à propaganda do Estado nazista. Goebbels sempre vira no rádio (a televisão ainda não existia) o principal instrumento de propaganda na sociedade moderna, e por intermédio do departamento de rádio de seu ministério e da Câmara do Rádio ele manteve completo controle da radiodifusão, adaptando-a a seus próprios fins. Sua tarefa foi facilitada porque na Alemanha, como em outros países da Europa, a radiodifusão era um monopólio do Estado e por ele operado. Em 1933, o governo nazista se achou automaticamente na posse da Cadeia de Radiodifusão do Reich.

O cinema permaneceu nas mãos de empresas privadas, mas o Ministério da Propaganda e a Câmara do Cinema controlavam todos os ramos da indústria, sendo sua missão — nas palavras de um comentário oficial — “afastar a indústria cinematográfica da esfera do pensamento econômico liberal (...) e, assim, capacitá-la a receber as tarefas que tem de cumprir no Estado nacional-socialista”.

A consequência em ambos os casos foi aborrecer o povo alemão com programas de rádio e filmes tão idiotas e maçantes como os seus jornais diários e periódicos. Mesmo um público que usualmente se submetia sem protesto à orientação daquilo que lhe era bom ou não, revoltou-se. Os frequentadores fugiam em massa dos filmes nazistas e lotavam as casas que exibiam os raros

filmes estrangeiros (a maioria de classe B, de Hollywood) que Goebbels permitia serem exibidos nos cinemas alemães. Em certo período da metade dos anos 1930 as vaia aos filmes alemães se tornaram tão comuns que Wilhelm Frick, o ministro do Interior, fez uma advertência severa contra “a conduta traiçoeira da parte dos frequentadores de cinema”. Da mesma maneira, os programas de rádio foram tão criticados que o presidente da Câmara do Rádio, um certo Horst Dressler-Andress, afirmou que semelhante censura era “um insulto à cultura alemã” e não seria tolerada. Naqueles dias, por volta dos anos 1930, um ouvinte alemão ainda podia girar o dial para uma das estações de rádio estrangeiras sem arriscar perder sua cabeça, como aconteceria mais tarde, quando a guerra começou. E talvez poucos o tenham feito, não obstante este observador tenha tido a impressão de que, à medida que os anos passavam, o dr. Goebbels provava ter razão, de que o rádio se tornava de modo crescente o mais eficiente meio de propaganda do regime, fazendo mais do que qualquer outro instrumento isolado de comunicação para moldar o povo germânico de acordo com os desígnios de Hitler.

Eu mesmo verifiquei como é fácil ser orientado por uma imprensa e um rádio falsos e censurados, num Estado totalitário. Diferentemente, embora, da maioria dos alemães, tinha conhecimento diário dos jornais estrangeiros, especialmente dos de Londres, Paris e Zurique, que chegavam um dia após sua publicação. E apesar de ouvir diariamente a BBC e outras emissoras estrangeiras, meu trabalho exigia muitas horas por dia para selecionar a imprensa alemã, confrontar o rádio alemão, conferenciar com funcionários nazistas e assistir às reuniões partidárias. Era surpreendente e algumas vezes consternador verificar que, apesar das oportunidades que tinha para comprovar os fatos e a despeito de minha inerente desconfiança do que se obtinha das fontes nazistas, uma constante dieta de anos de falsificações e distorções deixou certa marca em meu espírito e frequentemente me confundia. Aquele que não viveu durante anos numa terra totalitária não tem possibilidade de imaginar como é difícil fugir às terríveis consequências de uma calculada e incessante propaganda do regime. Muitas vezes num lar ou escritório alemães, ou algumas vezes em conversações casuais com um estranho num restaurante, numa cervejaria, num café, eu deparei com as mais exóticas afirmativas de pessoas aparentemente educadas e inteligentes. Evidente que repetiam algum trecho absurdo ouvido pelo rádio ou lido nos jornais. Algumas vezes era tentado a dizer certas verdades, mas nessas oportunidades deparava-me com tal olhar de incredulidade, tão chocante silêncio, como se tivesse blasfemado contra o Todo-Poderoso, a tal ponto que compreendia a inutilidade de tentar tomar contato com um espírito que se pervertera e para quem os fatos da vida se haviam transformado naquilo que Hitler e Goebbels, com seu cínico desdém pela verdade, diziam ser.

A educação no Terceiro Reich

A 30 de abril de 1934, Bernhardt Rust, um Obergruppenführer das S.A., antigo Gauleiter de Hannover, membro do Partido Nazista e amigo de Hitler desde o início da década de 1920, foi nomeado ministro da Ciência, Educação e Cultura Popular do Reich. No mundo bizarro e em desordem do nacional-socialismo, Rust era precisamente talhado para a missão. Desde 1930 fora um mestre-escola provincial desempregado, demitido naquele ano pelas autoridades republicanas de Hannover por algumas manifestações de debilidade mental, embora seu fanatismo pelo nazismo tenha sido em parte responsável por sua destituição. Pois o dr. Rust preconizava o evangelho nazista com o ardor de um Goebbels e a confusão de um Rosenberg. Nomeado ministro de Ciência, Arte e Educação da Prússia, em fevereiro de 1933, alardeava que conseguira da noite para o dia “a liquidação da escola como instituição de acrobacia intelectual”.

A um homem dessa indigência intelectual confiava-se agora o controle ditatorial da ciência, das escolas públicas, das instituições de altos estudos e das organizações juvenis. A educação no Terceiro Reich, como Hitler pretendia que fosse, não devia ser restringida às salas de aulas abafadas e sim realizada à maneira espartana, em grupos juvenis consecutivos treinados política e militarmente; e atingiria seu ponto culminante, não tanto em universidades e escolas técnicas, que absorviam apenas uma reduzida minoria, mas principalmente aos 18 anos de idade, no trabalho compulsório e, depois, servindo, como conscritos, nas forças armadas.

O desprezo de Hitler pelos professores e pela vida acadêmica intelectual pontilhava as páginas de Minha Luta, nas quais ele lançara suas ideias sobre educação. “A educação total por um Estado nacional” escreveu, “não deve primordialmente transmitir o simples conhecimento, mas a construir corpos que sejam fisicamente saudáveis até a medula”. Mas, de maior importância ainda, acentuou no seu livro a significação de atrair e depois treinar a juventude para o serviço “de um novo Estado nacional”. Voltou a esse tema frequentemente depois que se tornou ditador. “Quando um adversário afirma ‘Não desejo ir para o vosso lado’”, disse num discurso, a 6 de novembro de 1933, “digo, calmamente, vossos filhos já nos pertencem (...) Que representais? Havedes de seguir vosso caminho. Vossos descendentes, entretanto, encontram-se agora no novo campo. Brevemente eles nada conhecerão além da nova comunidade”. E a 1º de maio de 1937 declarou: “O novo Reich não entregará sua juventude a ninguém, mas tomá-la-á e lhe dará sua própria educação e criação.” Não era vã presunção, e sim precisamente o que vinha acontecendo.

As escolas alemãs, do primeiro grau até as universidades, foram rapidamente nazificadas. Os manuais foram reelaborados precipitadamente, os currículos modificados, Minha Luta convertida — nas palavras do *Der Deutsche Erzieher*, órgão oficial dos educadores — em “nossa infalível estrela polar pedagógica”. E os professores que não conseguissem ver a nova luz eram postos na rua. A maioria dos docentes era constituída de nazistas nos sentimentos, quando não diretamente membros do partido. Para fortalecer sua ideologia, foram enviados a escolas especiais de treinamento intensivo nos princípios nacional-socialistas, nos quais eram destacadas as doutrinas raciais de Hitler.

Todos os professores de profissão, desde os jardins-de-infância até as universidades, eram obrigados a associar-se à Liga dos Professores Nacional-Socialistas. Pela lei, ela era “responsável pela execução da coordenação ideológica e política de todos os professores, de acordo com a doutrina nacional-socialista”. A Lei do Funcionalismo Civil, de 1937, exigia que os professores fossem “os executores da vontade do partido apoiado no Estado” e prontos, “a qualquer momento, a defender sem reservas o Estado nacional-socialista”. Um decreto anterior os classificara como servidores civis e dessa forma sujeitos às leis raciais. Os judeus, evidentemente, eram proibidos de ensinar. Todos os professores prestavam o juramento “de serem leais e obedientes a Adolf Hitler”. Depois, ninguém poderia ensinar sem que tivesse primeiro servido nas S.A., na Cooperação de Trabalho ou na Juventude Hitlerista. Os candidatos a professores nas universidades tinham de aguardar durante seis semanas num campo de observação, onde suas opiniões e seu caráter eram estudados por técnicos nazistas e depois apresentados ao Ministério da Educação, que emitia as licenças para ensinar, com base na confiança política dos candidatos.

Antes de 1933, as escolas públicas alemãs estavam sob a jurisdição das autoridades municipais e as universidades dos Estados, separadamente. Agora todas ficavam sob a direção de ferro do ministro da Educação do Reich, que também indicava os reitores e decanos das universidades, os quais eram formalmente eleitos por todos os professores das faculdades. Ele também designava os dirigentes das uniões estudantis universitárias, às quais todos os estudantes deviam pertencer, das uniões de lentes, que abrangiam todos os professores. A Associação Nacional-Socialista dos Lentes Universitários, sob a firme liderança dos elementos nazistas antigos, tinha um papel decisivo na seleção de quem devia ensinar e na verificação de se o ensino ministrado estava de conformidade com as teorias nazistas.

O resultado de semelhante nazificação foi catastrófico para a educação e o ensino alemães. A história foi tão falsificada nos manuais e pelos professores, em

suas aulas, que chegou a ficar ridícula. O ensino das “ciências raciais”, exaltando os alemães como raça dominadora e apresentando os judeus como causadores de quase todos os males existentes no mundo, era mais ridículo ainda. Só na Universidade de Berlim, onde tão grandes sábios haviam ensinado no passado, o novo reitor, elemento das tropas de assalto e veterinário de profissão, instituiu 25 novos cursos de Rassenkunde — ciência da raça — e, na época em que tomou realmente a direção da universidade, criou 86 cursos relacionados a sua própria profissão.

O ensino das ciências naturais, no qual a Alemanha durante gerações ocupara lugar proeminente, deteriorou-se rapidamente. Grandes mestres, tais como Einstein e Frank, na física, Haber, Willstätter e Warburg, na química, foram despedidos ou se afastaram. Dos que permaneceram, muitos deles se entusiasmaram pelas aberrações nazistas e tentaram aplicá-las à ciência pura. Começaram a ensinar o que denominavam de física alemã, química alemã, matemática alemã. Realmente em 1937, surgiu uma revista chamada Deutsche Mathematik e seu primeiro editorial proclamava solenemente que qualquer ideia que julgasse a matemática não racialmente conduzia “dentro de si os germes da destruição da ciência alemã”.

As alucinações desses cientistas nazistas eram inacreditáveis, mesmo para um leigo. “Física alemã?”, perguntava o professor Philipp Lenard, da Universidade de Heidelberg, que era um dos mais ilustres e internacionalmente respeitados cientistas do Terceiro Reich. “Mas”, se responderia, “a ciência é e continua universal”. “Isto é falso. Na verdade, a ciência, como toda e qualquer criação humana, é racial e condicionada pelo sangue.” O professor Rudolphe Tomaschek, diretor do Instituto de Física de Dresden, foi mais longe. “A física moderna”, escreveu, “é um instrumento [do mundo] judaico para a destruição da ciência nórdica (...) A verdadeira física é produto do espírito alemão (...) Na realidade, toda a ciência européia é criação do ariano, ou melhor, do pensamento alemão”. O professor Johannes Stark, chefe do Instituto Nacional Alemão de Ciências Físicas, também assim julgava. Pode-se verificar, dizia, que os “fundadores das pesquisas na física, e os grandes descobridores, de Galileu e Newton até os pioneiros da física moderna, foram quase exclusivamente arianos, predominantemente da raça nórdica”.

Havia também o professor Wilhelm Müller, do Colégio Técnico de Aachen, que viu, num livro intitulado O judaísmo e a ciência, uma conspiração mundial dos judeus para conspirar a ciência e, com isso, destruir a civilização. Einstein, com sua teoria da relatividade, era para ele o maior dos patifes. A teoria de Einstein, sobre a qual se baseia grande parte da física moderna, era, para esse

singular professor nazista, “do começo ao fim, algo que tinha por objetivo transformar o mundo vivo — isto é, não judeu —, o mundo constituído de coisas vivas, nascido da mãe natureza e feito de sangue, e enfeitá-lo com uma abstração espectral em que todas as diferenças entre povos e nações e todos os limites raciais estão perdidos na irrealidade, e na qual apenas uma insubstancial diversidade de dimensões geométricas sobrevive, produzindo tudo e todos da compulsão de sua ímpia sujeição e leis”. O professor Müller proclamou que a aclamação mundial tributada a Einstein, pela publicação de sua teoria da relatividade, não era mais que um regozijo pelo “próximo domínio do mundo pelo judaísmo, que visava submeter a gente alemã irremediável e eternamente à condição de impotente escravidão”. Para o professor Ludwig Bieberback, da Universidade de Berlim, Einstein era “um charlatão estrangeiro”. Ainda para o professor Lenard “o judeu evidentemente não tem capacidade de compreender a verdade (...) sendo neste sentido o oposto à pesquisa científica ariana com sua atenta e séria procura da verdade (...) A física judaica é, pois, um fantasma e um fenômeno de degenerescência da física fundamental alemã”.⁷

Entretanto, de 1905 até 1931, dez judeus alemães haviam sido agraciados com o Prêmio Nobel por suas contribuições à ciência.

Durante o Segundo Reich, os professores universitários e o clero protestante apoiaram cegamente o governo conservador e seus propósitos expansionistas, e as salas de aulas se transformaram em fonte de virulento nacionalismo e anti-semitismo. A República de Weimar insistiu na completa liberdade acadêmica, e uma das consequências disso foi que a vasta maioria dos professores universitários, antiliberais, antidemocráticos, anti-semitas, como eram, ajudaram a minar o regime democrático. A maioria dos professores constituía-se de nacionalistas fanáticos, que desejavam a volta da Alemanha monárquica e conservadora. E embora para muitos deles os nazistas fossem muito arruaceiros e violentos para ganhar sua confiança, suas prédicas facilitaram a preparação do terreno para a subida do nazismo. Em 1932, a maioria dos estudantes parecia entusiasmada por Hitler.

Para alguns é surpreendente o fato de tantos membros das faculdades universitárias se terem submetido à nazificação do ensino superior depois de 1933. Apesar de as cifras oficiais apontarem como sendo de 2.800 o número de professores e instrutores demitidos durante os primeiros cinco anos do regime — perto de um quarto do total —, a proporção dos que perderam seus postos, por terem desafiado o nacional-socialismo, foi “excessivamente pequena”, como disse o professor Wilhelm Röpke, ele próprio demitido da Universidade de Marburg, em 1933. Embora poucos, havia nomes famosos no mundo acadêmico

alemão: Karl Jaspers, E. I. Gumbel, Theodor Litt, Karl Barth, Julius Ebbinghaus e uma dúzia de outros. A maioria deles emigrou, a princípio para a Suíça, Holanda e Inglaterra, e posteriormente para os Estados Unidos. Um deles, o professor Theodor Lessing, que fugiu para a Tchecoslováquia, foi descoberto pelos assassinos nazistas e morto em Marienbad, a 31 de agosto de 1933.

Uma grande maioria de professores, entretanto, permaneceu em seus postos, e, ao começar o outono de 1933, uns 960 deles, liderados por sumidades como o professor Sauerbruch, o cirurgião, Heidegger, o filósofo existencialista, e Pinder, o historiador de arte, manifestaram publicamente apoio a Hitler e ao regime nacional-socialista.

“Foi um espetáculo de prostituição que manchou a honrosa história da cultura alemã”,⁸ escreveu mais tarde o professor Röpke. E como disse o professor Ebbinghaus, em 1945, rememorando os anos anteriores: “As universidades alemãs não conseguiram, enquanto ainda era tempo, opor-se publicamente, com todas as suas forças, à destruição do conhecimento e do Estado democrático. Fracassaram em conservar o facho ardente da liberdade e do direito durante a noite da tirania.”⁹

O preço desse fracasso foi enorme. Depois de seis anos de nazificação, o número de estudantes universitários caiu mais da metade — de 127.920 a 58.325. O declínio nas inscrições para os institutos de tecnologia, de onde a Alemanha tirava seus cientistas e engenheiros, foi ainda maior — de 20.474 a 9.554. O nível acadêmico caiu assombrosamente. Por volta de 1937 ocorria não somente escassez de jovens nas ciências e na engenharia, mas também queda na qualidade. Muito antes da irrupção da guerra, a indústria química, ocupada em manter para o futuro rearmamento nazista, queixava-se, por intermédio de seu órgão, Die Chemische Industrie, que a Alemanha estava perdendo sua liderança na química. Não só a economia mas a própria defesa nacional estava em perigo, lamentava-se e responsabilizava a qualidade inferior dos colégios técnicos pela escassez de jovens cientistas e sua medíocre preparação.

A perda da Alemanha nazista, mais tarde ficou demonstrado, representou o ganho do mundo livre, especialmente na corrida pela primazia da posse da primeira bomba atômica. A história dos contínuos esforços dos dirigentes nazistas, dirigidos por Himmler, para estropiar o programa da energia atômica, é bastante longa e complexa para ser relatada aqui. É uma ironia do destino o fato de que o desenvolvimento da bomba nos Estados Unidos se desse tanto a dois homens que foram exilados, por motivos raciais, das ditaduras nazista e fascista: Einstein, da Alemanha, e Fermi, da Itália.

Hitler não contava tanto com as escolas públicas, das quais ele próprio saíra tão precocemente, mas com organizações da Juventude Hitlerista para educar a juventude da Alemanha para as finalidades que tinha em mente. Nos anos da luta do Partido Nazista pelo poder, o movimento da Juventude Hitlerista não crescera muito. No último ano da república, em 1932, o alistamento total atingia apenas a 107.956, número insignificante quando comparado aos dez milhões de jovens pertencentes às diversas organizações unificadas no Comitê do Reich das Associações da Juventude Alemã. Em nenhum país do mundo houvera um movimento juvenil de tal vitalidade e tão numeroso como na Alemanha republicana. Hitler, compreendendo isso, estava decidido a se apoderar da juventude e nazificá-la.

Seu principal auxiliar nessa tarefa foi um simpático jovem de espírito fútil, mas de grande capacidade de direção, Baldur von Schirach, que, encantado com Hitler, aderira ao partido em 1925, com 18 anos, e que em 1931 fora nomeado líder da Juventude do Partido Nazista. Entre os arruaceiros e desfigurados camisas pardas, tinha a curiosa aparência de colegial americano, novo e imaturo. Isto talvez se devesse ao fato de ter tido, como vimos, antepassados americanos (incluindo dois signatários da Declaração da Independência).¹⁰

Schirach foi nomeado “líder da Juventude do Reich Alemão” em junho de 1933. Imitando a tática dos dirigentes mais velhos do partido, sua primeira providência foi mandar um bando armado de cinquenta homens taludos da Juventude Hitlerista para ocupar a sede nacional do Comitê do Reich das Associações da Juventude Alemã, de onde um velho oficial do exército prussiano, o general Vogt, chefe do comitê, foi desbancado. Schirach em seguida enfrentou um dos mais célebres heróis navais da Alemanha, o almirante von Trotha, que fora chefe do Estado-maior da principal esquadra na Primeira Guerra Mundial e agora era presidente das Associações da Juventude. O respeitável almirante também foi posto à margem e sua posição e organização foram extintas. Propriedades no valor de milhões de dólares, representadas principalmente por centenas de pensões para jovens espalhadas por toda a Alemanha, foram confiscadas.

O acordo de 20 de julho de 1933 tinha especificamente previsto que a Associação da Juventude Católica continuaria sem obstáculos. No dia 1º de dezembro de 1936, Hitler promulgou uma lei que a bania, assim como todas as organizações de juventude não-nazistas.

(...) Toda a juventude alemã do Reich está organizada nos quadros da Juventude Hitlerista.

A juventude alemã, além de ser educada na família e nas escolas, será forjada física, intelectual e moralmente no espírito do nacional-socialismo (...) por intermédio da Juventude Hitlerista. 11

Schirach, cujo cargo até então estava subordinado ao Ministério da Educação, tornou-se responsável diretamente perante Hitler. Tolo jovem de 29 anos, que escreveu versos sentimentais em louvor de Hitler (“este gênio que toca as estrelas”) e seguiu Rosenberg no seu estrambólico paganismo, e Streicher em seu anti-semitismo virulento, convertera-se no ditador da juventude do Terceiro Reich.

Da idade de 6 a 18 anos, quando o recrutamento para a Cooperação pelo trabalho e para o exército começava, os rapazes, tanto quanto as moças, eram organizados em várias formações da Juventude Hitlerista. Os pais julgados culpados de tentarem afastar seus filhos da organização eram submetidos a pesadas sentenças de prisão, ainda que, como em alguns casos, eles apenas objetassem terem suas filhas ido trabalhar em lugares onde casos de gravidez haviam alcançado proporções escandalosas.

De 6 a 10 anos, um rapaz fazia uma espécie de aprendizado para a Juventude Hitlerista, como um Pimpf. A cada jovem era fornecido um livro de registro, no qual seria anotado seu progresso durante todo o movimento da juventude nazista, inclusive seu desenvolvimento ideológico. Aos 10, depois de passar por testes consecutivos de atletismo, de acampamento e de história nazificada, recebia o grau de Jungvolk (Jovem Camarada), quando fazia o seguinte juramento:

Diante desta bandeira de sangue, que representa nosso Führer, juro devotar todas as minhas energias e forças ao salvador de nossa pátria, Adolf Hitler. Estou disposto e pronto a dar minha vida por ele, com a ajuda de Deus.

Aos 14, o rapaz entrava na Juventude Hitlerista propriamente dita e nela ficava até completar 18 anos, quando era transferido para a Cooperação pelo Trabalho e o exército. Era uma imensa organização, instituída em linhas paramilitares semelhantes às S.A. e na qual os jovens de caráter recebiam treinamento sistemático, não apenas em acampamento, esportes e ideologia nazista, mas de arte militar. Em muitos fins de semana, nos arredores de Berlim, este fator seria interrompido em seu piquenique pelos Jovens Hitleristas arrastando-se por entre as árvores e por cima das urzes, com os rifles engatilhados e mochilas de armas pesadas nas costas.

Algumas vezes as moças também deviam fazer experiências com a arte

militar, pois o movimento da Juventude Hitlerista não as menosprezava. De 10 a 14 anos, as jovens alemãs eram alistadas como Jung Mädel — literalmente “jovens donzelas” —, tinham uniforme, composto de uma blusa branca, saia toda azul, meias e sapatos pesados de marcha (o mais antifeminino). Seu treinamento era como o dos rapazes da mesma idade, constando de longas marchas, nos fins de semana, com pesadas mochilas e costumeiras doutrinação da filosofia nazista. Dava-se ênfase, porém, ao papel da mulher no Terceiro Reich: serem mães sadias de filhos sadios. Isto era ainda mais acentuado quando as moças se tornavam, aos 14, membros da B.D.M. — Bund Deutscher Mädel (Liga das Moças Alemãs).

Aos 18, milhares de moças da B.D.M. (elas ficavam lá até os 21) prestavam um ano de serviço nas fazendas — as denominadas Land Jahr, equivalente à Cooperação pelo Trabalho, dos rapazes. Sua tarefa consistia em ajudar tanto em casa como nos campos. Certas vezes, as moças viviam em chácaras e frequentemente em pequenos acampamentos nos distritos rurais, onde eram apanhadas por caminhões nas primeiras horas da manhã e conduzidas às fazendas. Logo surgiram problemas morais. A presença de uma bela moça da cidade algumas vezes dissolvia o lar camponês, e queixas coléricas dos pais, por causa de suas filhas terem ficado grávidas nas fazendas, começaram a ser ouvidas. Mas não foi o único problema. Comumente os acampamentos de moças eram localizados próximos aos da Cooperação pelo Trabalho, dos rapazes. Esta proximidade parece ter contribuído também para muitos casos de gravidez. Um verso — paródia do movimento “A Força pela Alegria”, da Frente do Trabalho, mas aplicada especialmente à Land Jahr, das moças, corria pela Alemanha:

Nos campos e nas charneças

Perdi a força pela alegria

Problemas morais semelhantes surgiram também durante o Ano do Lar para Moças, no qual umas quinhentas mil moças da Juventude Hitlerista passavam um ano fazendo trabalhos domésticos num lar da cidade. Na realidade, os nazistas mais sinceros não os consideravam problemas morais. Em mais de uma ocasião ouvimos preleções das dirigentes femininas das B.D.M. — invariavelmente eram tipos muito simples e geralmente solteiras — às jovens, responsáveis pelo dever moral e patriótico de terem filhos para o Reich de Hitler: casadas, se possível, mas sem casamento, se necessário.

No fim de 1938, a Juventude Hitlerista somaria 7.728.259 membros. Apesar disso, é evidente que uns quatro milhões de jovens permaneciam fora da

organização. Em março de 1939, o governo promulgou uma lei recrutando todos os jovens para a Juventude Hitlerista, nas mesmas condições em que o eram para o exército. Os pais recalcitrantes foram advertidos de que seus filhos lhes seriam tomados e colocados em orfanatos ou outros locais, caso não se alistassem.

A última escala da educação no Terceiro Reich surgiu com a criação de três tipos de escolas para aperfeiçoamento da elite: as Escolas Adolf Hitler, sob a direção da Juventude Hitlerista, o Instituto Nacional de Educação Política e os Castelos da Ordem, os dois últimos sob a égide do partido. As Escolas Adolf Hitler recebiam os jovens mais promissores da Jungvolk, na idade de 12 anos, e os submetiam a seis de preparação intensiva para a direção do partido e dos serviços públicos. Os alunos viviam na escola sob uma disciplina espartana e depois de formados eram escolhidos para a universidade. Havia dez escolas desse tipo, fundadas depois de 1937, sendo a principal a Akademie, de Brunswick.

A finalidade dos institutos de educação política era a de restabelecer o tipo de educação antigamente ministrado nas academias militares da velha Prússia. Segundo a opinião oficial, elas cultivavam “o espírito de solidariedade, com seus atributos de coragem, sentido do dever e simplicidade”; a isso somava-se um treino especial nos princípios nazistas. As escolas encontravam-se sob a supervisão das S.S., que forneciam os seus diretores e a maioria dos professores. Três dessas escolas foram estabelecidas em 1933 e chegaram a 31 antes da irrupção da guerra. Delas, três eram para mulheres.

No topo da pirâmide achavam-se os chamados Castelos da Ordem, as Ordensburgen. Neles, com seu ambiente dos castelos dos Cavaleiros da Ordem Teutônica, dos séculos XIV e XV, era preparada a elite nazista. A ordem fora baseada no princípio da obediência absoluta ao Mestre, a Ordensmeister, e dedicada à conquista alemã das terras eslavas do Oriente e à escravização dos nativos. Os Castelos da Ordem nazistas possuíam disciplina e propósitos similares. Exclusivamente os jovens nacional-socialistas mais fanáticos eram escolhidos, em geral das mais altas fileiras de graduados das Escolas Adolf Hitler e dos institutos políticos. Havia quatro Castelos, e o estudante passava sucessivamente por todos eles. O primeiro dos seis anos era empregado numa especialização das “ciências raciais” e de outros aspectos da ideologia nazista. Acentuava-se o treinamento da mente e da disciplina, sendo a preparação física subordinada a ele. O segundo ano do Castelo era radicalmente o inverso, vindo primeiramente o atletismo e os esportes, incluindo subida de montanhas e saltos de paraquedas. O terceiro Castelo, onde os estudantes passavam aproximadamente um ano e meio, proporcionava instrução política e militar. Finalmente, no quarto e último estágio

de sua educação, ficavam perto de ano e meio na Ordensburg de Marienburg, na Prússia Oriental, junto da fronteira polonesa. Aí, dentro das paredes do próprio Castelo da Ordem, que fora uma fortaleza dos Cavaleiros Teutônicos há cinco séculos, sua preparação política e militar se concentrava na questão oriental e na necessidade (e direito!) da Alemanha de expandir-se para as terras eslavas, na sua eterna luta pelo Lebensraum. O que mais tarde revelou ser um excelente preparo para os acontecimentos de 1939 e dos anos seguintes.

Assim eram preparados, no Terceiro Reich, os jovens para a vida, para o trabalho e para a morte. Apesar de suas mentes terem sido envenenadas, seu curso escolar interrompido, seus lares abandonados enquanto eram educados, os rapazes e as moças, homens e mulheres, jovens, pareciam imensamente felizes, cheios de amor pela vida, na Juventude Hitlerista. Não há dúvida de que a prática de reunir as crianças de todas as classes e fazê-las passar a vida em comum, onde as que tivessem vindo da pobreza ou da aristocracia partilhavam das mesmas tarefas, era boa e sadia em si mesma. Em muitos casos não havia mal em que um rapaz ou moça da cidade passassem seis meses obrigatoriamente na Cooperação pelo Trabalho, onde viviam fora de casa e aprendiam o valor do trabalho manual e da companhia dos que ocupavam diferentes posições. Ninguém que viajasse por toda a Alemanha, naqueles dias, e conversasse com os jovens em seus acampamentos e observasse seu trabalho, seus jogos e canções, podia deixar de verificar que, apesar do ensino pernicioso, havia ali um movimento da juventude tremendamente dinâmico.

O jovem no Terceiro Reich crescia para ter corpo forte e sadio, fé no futuro de sua pátria e em si mesmo e um sentido de solidariedade e camaradagem que destroçasse todas as barreiras sociais e econômicas. Pensei a este respeito, nos dias de maio de 1940, quando ao longo da estrada de Aachen a Bruxelas se verificava o contraste entre os soldados alemães, de pele bronzeada e limpa, de uma juventude que vivia ao sol e com uma alimentação adequada, e os primeiros prisioneiros de guerra britânicos, de peitos encovados, ombros encurvados, a cor pálida e dentes estragados — exemplos trágicos de juventude que a Inglaterra negligenciara tão irresponsavelmente no período entre as duas guerras.

O agricultor no Terceiro Reich

Quando Hitler chegou ao poder, em 1933, os agricultores, como em quase todo o mundo, encontravam-se numa situação desesperadora. Segundo um articulista do Frankfurter Zeitung, suas condições não podiam ser piores desde quando a desastrosa Guerra Camponesa, de 1924-25, devastou o país. A renda agrícola

caíra ainda mais, para um bilhão de marcos a menos que no pior ano de pós-guerra (1924-25). As dívidas dos agricultores subiam a 12 bilhões, quase todas contraídas nos últimos oito anos. Os juros dessas dívidas tiravam uns 14% de toda a renda agrícola, tendo a isto se adicionado uma carga semelhante de impostos e contribuições a serviços sociais.

“Meus camaradas de partido, fiquem certos de uma coisa: existe apenas uma última, uma derradeira e definitiva oportunidade para o agricultor alemão”, advertiu Hitler tão logo tomou conta da chancelaria. E, em outubro de 1933, declarou que “a ruína do camponês alemão será a ruína do povo alemão”.

Durante anos o Partido Nazista tratou de conquistar o apoio dos agricultores. O ponto 17 do “imutável” programa do partido prometia-lhes a “reforma agrária (...) uma lei para o confisco da terra, sem indenização, para fins comuns; a abolição dos juros sobre os empréstimos agrícolas, e medidas para evitar a especulação de toda espécie sobre a terra”. Do mesmo modo que a maioria dos demais pontos do programa, também as promessas aos agricultores não foram cumpridas, à exceção da última, a respeito da especulação com a terra. Em 1938, após cinco anos de governo nazista, a distribuição da terra continuava mais desigual do que em qualquer outro país do Ocidente. As cifras publicadas em relação àquele ano, no Anuário Estatístico Oficial, revelavam que os 2,5 milhões de pequenas fazendas tinham menos terra do que o 0,1% das grandes. A ditadura nazista, como os governos burgueses-socialistas da república, não ousara repartir as imensas fazendas feudais dos junkers que ficavam a leste do Elba.

Entretanto, o regime nazista inaugurou um imponente e novo programa agrícola, acompanhado de muita propaganda sensacionalista a respeito do Blut und Boden (Sangue e solo) e do fato de os camponeses serem a alma da terra e a principal esperança do Terceiro Reich. Para aplicar o programa, Hitler indicou Walther Darré, um dos raros líderes nazistas que, apesar de aprovar a maioria dos mitos nazistas, conhecia profissionalmente, e bem, sua atividade. Notável especialista agrícola, com adequada formação acadêmica, havia servido nos ministérios da Prússia e do Reich. Obrigado a deixá-los em virtude de disputas com seus superiores, retirou-se para seu lar na Renânia, em 1929, e escreveu um livro intitulado O lavrador como fonte vital da raça nórdica, título este destinado a atrair a atenção dos nazistas. Rudolf Hess levou Darré a Hitler. Este ficou tão impressionado com ele que o autorizou a apresentar um programa agrário apropriado para o partido.

Em virtude da demissão de Hugenberg em junho de 1933, Darré tornou-se ministro da Alimentação e da Agricultura. Em setembro, já estava com seus

planos prontos para transformar a agricultura alemã. Duas leis básicas publicadas naquele mês reorganizaram completamente a estrutura da produção e da venda no mercado, visando assegurar altos preços para os agricultores, e ao mesmo tempo colocando o camponês alemão em uma nova situação. Consumou isto, paradoxalmente, fazendo que o trabalhador rural alemão voltasse a uma situação muito antiga, em que as fazendas, como nos tempos feudais, ficavam vinculadas à família, com o lavrador e seus herdeiros compulsoriamente presos à sua terra (desde que provassem ser arianos) para sempre.

A Lei da Fazenda Hereditária, de 29 de setembro de 1933, representou notável mistura do retrocesso dos camponeses à época do feudalismo e da sua proteção contra os abusos econômicos da Idade Moderna. Todas as fazendas até 308 acres (125 hectares), capazes de prover uma existência digna a uma família, foram consideradas fazendas hereditárias sujeitas às antigas leis do legado inalienável. Não poderiam ser vendidas, divididas, hipotecadas ou executadas por dívidas. Com a morte do proprietário, elas tinham de ser transmitidas ao filho mais velho ou mais moço, de acordo com os costumes locais, ou ao parente masculino mais próximo, que era obrigado a sustentar e educar seus irmãos e irmãs até que tivessem a idade de se emancipar. Somente um cidadão alemão ariano que estivesse em condição de provar a pureza de seu sangue desde 1800 poderia possuir uma tal fazenda. E somente um homem nessas condições, estipulava a lei, seria portador do “título honroso” de Bauer, ou camponês, que ele perderia se quebrasse o “código de honra do camponês”, ou deixasse de trabalhar ativamente na fazenda, em virtude de incapacidade ou por outro motivo qualquer. Dessa maneira, o grandemente endividado agricultor germânico, no princípio do Terceiro Reich, foi protegido de perder sua propriedade pela execução de hipotecas ou de vê-la diminuir de tamanho (já que não havia necessidade de vender uma parte dela para pagar a dívida), mas teve, concomitantemente, de permanecer preso de modo tão definitivo ao solo, como os servos dos tempos feudais.

E todos os aspectos de sua vida e de seu trabalho eram regulamentados pelo Departamento de Fomento Agrícola do Reich, que Darré criara com uma lei de 13 de setembro de 1933, imensa organização com autoridade sobre todos os ramos concebíveis da produção agrícola, de venda e transformação industrial, e que ele próprio dirigia na qualidade de líder camponês do Reich. Seus dois principais objetivos eram: obter preços estáveis e lucrativos para o agricultor e tornar a Alemanha auto-suficiente em alimentos.

De que forma o conseguiu? A princípio, certamente, o agricultor (que por tanto tempo se sentiu desprezado num Estado que parecia viver preocupado

unicamente com os interesses da indústria e do operário), iludiu-se ao ser distinguido com tanta atenção e proclamado herói nacional e cidadão honorário. Ficou mais satisfeito ainda com a elevação dos preços que Darré obtivera para ele pela simples fixação arbitrária a um nível lucrativo. Nos primeiros dois anos do governo nazista os preços dos produtos agrícolas no atacado aumentaram 20% (os vegetais, os laticínios e o gado tiveram um aumento um pouco maior), mas essa vantagem foi contrabalançada parcialmente por uma similar majoração dos artigos que o agricultor tinha de comprar, sobretudo de maquinaria e fertilizantes.

Quanto à auto-suficiência em alimentos, considerada indispensável pelos dirigentes nazistas, que se preparavam, como veremos, para a guerra, o objetivo jamais foi atingido, o que era impossível, dada a extensão e a qualidade da terra alemã, em relação à população. O melhor que o país faria, apesar de todos os esforços nazistas em sua tão anunciada Batalha da Produção, foi alcançar 83% de auto-suficiência. E apenas com a conquista de terras estrangeiras é que os alemães conseguiram bastante alimento para resistir por tanto tempo, como fizeram, durante a Segunda Guerra.

A economia do Terceiro Reich

O fundamento dos êxitos de Hitler nos primeiros anos residiu não só em seus triunfos na política externa, que lhe permitiram tantas conquistas sem derramamento de sangue, mas na recuperação econômica da Alemanha, que nos círculos do partido e mesmo entre alguns economistas estrangeiros foi recebida como um milagre. Na verdade, a recuperação pode ter parecido um milagre a muita gente. O desemprego, a praga da década de 1920 e do início da de 1930, foi reduzido, como vimos, de seis milhões em 1932, para menos de um milhão, quatro anos depois. A produção nacional cresceu 102%, de 1932 a 1937, e a renda nacional dobrou. Para um observador, a Alemanha, em meados da década de 1930, parecia uma vasta colmeia. As engrenagens da indústria zumbiam e todos estavam tão ocupados como abelhas.

No primeiro ano, a política econômica nazista, em grande parte determinada pelo dr. Schacht — pois Hitler estava enfadado com a economia, de que era quase totalmente ignorante —, se destinava principalmente a fazer o desempregado voltar ao trabalho por meio de uma enorme expansão das obras públicas e do estímulo à iniciativa privada. O crédito governamental foi fornecido pela criação de fundos especiais de desemprego, concedeu-se generosamente isenção de impostos às firmas que elevassem seus gastos de capital e aumentassem o emprego.

Mas a base real da recuperação da Alemanha foi o rearmamento, para o qual o regime nazista dirigiu as energias da indústria e do trabalho, assim como a dos generais — de 1934 em diante. O conjunto da economia alemã veio a ser conhecido na terminologia nazista como *Wehrwirtschaft*, ou economia de guerra. Ela devia deliberadamente funcionar não apenas no tempo de guerra, mas também no período de paz que antecede a guerra. O general Ludendorff, no seu livro *A guerra total* (*Der Totale Krieg*), cujo título foi mal traduzido para o inglês como *The Nation at War* [A nação na guerra], publicado na Alemanha em 1935, acentuava a necessidade de mobilização da economia nacional na mesma base totalitária de tudo o mais, a fim de preparar adequadamente a guerra total. Não era precisamente uma ideia nova entre os alemães, pois na Prússia, nos séculos XVIII e XIX, cinco sétimos dos gastos governamentais, como vimos, eram despendidos com o exército, e onde o conjunto da economia nacional foi sempre considerado um instrumento primordial, não do bem-estar do povo, mas da política militar.

Coube ao regime nazista adaptar o *Wehrwirtschaft* à terceira década do século XX. Os resultados foram resumidos com exatidão pelo major-general Georg Thomas, chefe do Estado-maior da Economia Militar: “A História conhecerá poucos casos em que um país tenha dirigido, mesmo em tempos de paz, todas as suas forças econômicas, deliberada e sistematicamente, para as exigências da guerra, como a Alemanha foi obrigada a fazer no período entre as duas guerras mundiais.”¹²

A Alemanha, evidentemente, não foi obrigada a preparar-se em tal escala para a guerra. Foi decisão deliberada de Hitler. Na secreta Lei de Defesa de 21 de maio de 1935, ele nomeou Schacht general-plenipotenciário para a Economia de Guerra, ordenando-lhe “começar seu trabalho ainda no período de paz” e dando-lhe autoridade para “dirigir os preparativos econômicos para a guerra”. O inimitável dr. Schacht não aguardou até a primavera de 1935 para iniciar a edificação da economia alemã para a guerra. A 30 de setembro de 1934, a menos de dois meses de se ter transformado em ministro da Economia, submeteu um relatório ao Führer, sob o título “Relatório sobre o estado do trabalho para a mobilização da economia de guerra, a partir de 30 de setembro de 1934”, no qual orgulhosamente acentuava que seu ministério “fora encarregado da preparação econômica para a guerra”. No dia 3 de maio de 1935, quatro semanas antes de ser designado general-plenipotenciário para a Economia de Guerra, Schacht entregou um memorando especial a Hitler, que começa com a afirmação de que “o cumprimento do programa de armamento com rapidez e em quantidade é o fundamental da política alemã; tudo o mais, portanto, deverá ficar subordinado a esse objetivo...” (...) Schacht explicou a

Hitler que, já que “o armamento tinha de ser completamente camuflado até 16 de março de 1935 (quando Hitler anunciaria o recrutamento para um exército de 36 divisões), era preciso lançar mão das emissões” para financiar as suas primeiras etapas. Indicava também, com certa alegria, que os fundos confiscados dos inimigos do Estado (em sua maioria judeus) e outros tomados das contas estrangeiras bloqueadas ajudaram a pagar as armas de Hitler. “Dessa forma”, disse, “nossos armamentos são parcialmente financiados com os créditos de nossos inimigos políticos”.¹³

Embora houvesse protestado a maior inocência, no seu julgamento de Nuremberg, contra as acusações de que participara da conspiração nazista para realizar a guerra de agressão, dizendo que fizera precisamente o contrário, o fato é que nenhuma pessoa foi tão responsável como Schacht, pela preparação econômica da Alemanha para a guerra que Hitler desencadeou em 1939. O exército reconheceu abertamente. Por ocasião do sexagésimo aniversário de Schacht, a publicação do exército *Militär-Wochenblatt*, de 22 de janeiro de 1937, saudou-o como “o homem que tornara a reconstrução da Wehrmacht economicamente possível”. E acrescentava: “A força de defesa é devida à perícia de Schacht e à grande habilidade com que, superando todas as dificuldades surgidas, ele a desenvolveu, chegando ao poderio atual e tendo começado com um exército de cem mil homens.”

Toda a sabida magia de Schacht nas finanças foi posta a trabalhar para custear a preparação do Terceiro Reich para a guerra. As emissões de títulos bancários constituíram apenas um de seus expedientes. Manipulava a moeda de modo tão mágico que certa vez economistas estrangeiros estimaram que ela tinha 237 valores diferentes. Promoveu trocas lucrativas (para a Alemanha) surpreendentes com dezenas de países e, para estupefação dos economistas ortodoxos, provou com êxito que quanto mais se devia a um país mais negócios se realizavam com ele. Sua instituição de crédito num país que tinha pequeno capital líquido e quase nenhuma reserva financeira foi obra de gênio ou, como alguns diziam, de manobras de mestre. A criação das letras “Mefo” representa um bom exemplo. Eram letras criadas simplesmente pelo Reichsbank e garantidas pelo Estado, sendo utilizadas para pagar os fabricantes de armamentos. As letras eram aceitas por todos os bancos alemães e finalmente descontadas pelo Reichsbank. Desde que não apareceram, nem nos relatórios publicados pelo banco nacional nem no orçamento governamental, elas ajudaram a manter segredo quanto às dimensões do rearmamento da Alemanha. De 1935 a 1938 foram utilizadas exclusivamente para financiar o rearmamento e atingiram 12 bilhões de marcos. Explicando-as certa vez a Hitler, o conde Schwerin von Krosigk, o atormentado ministro das Finanças, observou que elas

eram apenas uma forma de “moeda impressa”.¹⁴

Ao ser inaugurado o Plano de Quatro Anos, em setembro de 1936, sob a direção férrea de Göring, que substituiu Schacht como ditador econômico, embora fosse quase tão ignorante quanto Hitler em economia, a Alemanha marchou para uma economia de guerra total. A finalidade do plano era tornar a Alemanha auto-suficiente em quatro anos, de forma que o bloqueio do período da guerra não a sufocasse. As importações reduziram-se ao mínimo indispensável, controles severos de preços e salários foram introduzidos, os dividendos se restringiram a 6%, instalaram-se grandes fábricas para a produção de sintéticos de borracha, de tecidos, de combustível e outros artigos dos próprios recursos de matérias-primas da Alemanha; e uma gigantesca fábrica denominada Oficina Herman Göring foi fundada, para produzir aço que não dependesse do minério local, de baixo teor. Numa palavra, a economia alemã foi mobilizada para a guerra. E os homens de negócios, apesar de seus lucros serem estonteantes, transformaram-se em meras peças de engrenagem da máquina de guerra, sendo seu trabalho sujeito a tantas restrições, pelo preenchimento de tantas fórmulas, que o dr. Funk, sucessor de Schacht como ministro da Economia em 1937, e como presidente do Reichsbank em 1939, viu-se forçado a admitir amargamente que “as comunicações oficiais perfaziam agora mais da metade de toda a correspondência dos industriais alemães” e que “o comércio de exportação da Alemanha constava de quarenta mil transações separadas, diárias; apesar disso, uma única transação exigia o preenchimento de quarenta formulários”.

Sepultados sob montanhas de papéis burocráticos, orientados pelo Estado quanto ao que deviam produzir, que quantidade e a que preço, sobrecarregados de crescentes impostos e exauridos com exorbitantes e intermináveis “contribuições especiais” para o partido, os homens de negócios, que acolheram o regime de Hitler tão entusiasmadamente, porque esperavam que ele destruísse o operário organizado e permitisse ao patrão a prática da livre empresa, ficaram bastante desiludidos. Um deles foi Thyssen, um dos primeiros e maiores contribuintes do partido. Fugindo da Alemanha ao irromper a guerra, reconheceu que o “regime nazista arruinou a indústria alemã”. E assim que se viu completamente livre declarou: “Como fui idiota (Dummkopf)!”¹⁵

Entretanto, a princípio, os homens de negócios iludiram a si mesmos acreditando que o governo nazista atenderia a todas as suas solicitações. De fato, o imutável programa do partido soara-lhes sinistramente com sua promessa de nacionalização dos trusts, de divisão dos lucros do comércio atacadista, “de socialização dos grandes magazines, com seu arrendamento aos pequenos

comerciantes” (como rezava o ponto 16), de reforma agrária e a abolição de juros sobre as hipotecas. Mas os homens da indústria e das finanças logo perceberam que Hitler não tinha a menor intenção de honrar um simples item econômico do programa do partido. As promessas radicais foram lançadas meramente para atrair votos. Nos primeiros meses de 1933, uns raros radicais do partido tentaram controlar as associações patronais, tomar conta das lojas de departamentos e instituir um Estado corporativo nas mesmas linhas que Mussolini procurava estabelecer. Mas foram imediatamente afastados por Hitler e substituídos por homens de negócios conservadores. Gottfried Feder, o primeiro mentor de Hitler em economia, o maníaco que queria abolir “a escravidão do juro”, recebeu um posto como subsecretário do Ministério da Economia, mas o seu superior, o dr. Carl Schmitt, o magnata do seguro, que gastara sua vida emprestando dinheiro e acumulando juros, nada lhe deu para fazer. E quando Schacht se apoderou do ministério, dispensou os serviços de Feder.

Os pequenos comerciantes, que foram um dos principais sustentáculos do partido e esperavam grandes coisas do chanceler Hitler, logo se viram, muitos deles, exterminados e forçados a voltar para as fileiras dos assalariados. As leis decretadas em outubro de 1937 dissolviam simplesmente todas as empresas de capital inferior a 40 mil dólares e proibiam o estabelecimento de novas com o capital inferior a 200 mil. Isto liquidou imediatamente um quinto de todas as pequenas firmas. Por outro lado, os grandes cartéis, já favorecidos durante a república, foram continuamente reforçados pelos nazistas. Na realidade, os cartéis se tornaram obrigatórios pela lei de 15 de julho de 1933. O Ministério da Economia foi autorizado a organizar compulsoriamente novos cartéis ou ordenar que as firmas existentes se unissem.

O sistema de numerosíssimas associações comerciais e de negócios organizadas durante a república foi mantido pelos nazistas, embora sob a lei básica de 27 de fevereiro de 1934 elas tivessem sido reorganizadas e colocadas sob controle do Estado. Todos os negócios eram obrigados a participar delas. No alto de uma incrivelmente complicada estrutura achava-se a Câmara de Economia do Reich, cujo líder era indicado pelo Estado. Controlava sete grupos econômicos nacionais, 23 câmaras econômicas, uma centena de câmaras da indústria e do comércio e setenta câmaras de artesanato. No meio dessa intrincada organização e de toda a multidão de escritórios e agências do Ministério da Economia, do Plano de Quatro Anos, e da catarata de milhares de decretos e leis, mesmo o mais astuto homem de negócios ficava muitas vezes perdido, e advogados especializados tinham de ser utilizados a fim de que fosse possível fazer funcionar uma empresa. O suborno era indispensável quando se desejava encontrar os funcionários de categoria a que cabiam as decisões e dos

quais dependiam as ordens. Do contrário, enredar-se-iam nas intermináveis leis e regulamentos governamentais; as associações comerciais converteram-se em astronômicas entidades no final da década de 1930. Um homem de negócios qualificou-a, para este escritor, de “miséria econômica”.

Apesar de sua vida atormentada, o homem de empresa conseguiu bons lucros. As indústrias pesadas, principais beneficiárias do rearmamento, aumentaram seus lucros, que, de 2% no ano de rápido desenvolvimento de 1926, se elevaram a 6,5% em 1938, o último ano de plena paz. Mesmo a lei limitando os dividendos a 6% não causava dificuldades às próprias companhias. Exatamente o contrário. Na teoria, de acordo com a lei, qualquer lucro acima desse limite tinha de ser investido nas obrigações do governo — não se pensava em confisco. Na verdade, a maioria das empresas reinvestia em seus próprios negócios os lucros não distribuídos, os quais se elevaram de 175 milhões de marcos em 1932 para cinco bilhões em 1938, ano em que os depósitos nos bancos atingiram apenas dois bilhões, menos da metade do lucro não distribuído, e no qual os lucros distribuídos em forma de dividendos totalizaram apenas 1,2 bilhão de marcos. Além de seus bons lucros, o homem de negócios animou-se também com a maneira pela qual os operários haviam sido colocados em seu devido lugar, no regime de Hitler. Não havia mais pedidos de salários absurdos. Na realidade, os salários foram um pouco reduzidos, apesar da elevação do custo de vida em 25%. E, sobretudo, não havia greves custosas. Na verdade, não havia greves. Tais manifestações de rebeldia foram *verboten* no Terceiro Reich.

A escravidão do trabalho

Privado de seus sindicatos, dos contratos coletivos e do direito de greve, o operário alemão no Terceiro Reich tornou-se um servo industrial, jungido a seu dono, o patrão, da mesma forma que o camponês medieval fora ao senhor feudal. A chamada Frente do Trabalho, que teoricamente substituiu os antigos sindicatos, não representava o operário. De conformidade com a lei de 24 de outubro de 1934, que a criou, era “a organização dos alemães produtores de cérebro e mão”. Admitia não apenas assalariados e empregados, mas também os patrões e membros de profissões liberais. Na verdade, não passava de organização de propaganda e, como diziam muitos operários, de fraude gigantesca. Seu objetivo, estabelecido pela lei, não era o de proteger o trabalhador, mas “criar uma verdadeira e produtiva comunidade social de todos os alemães. Sua missão consistia em verificar se todo indivíduo seria capaz de (...) realizar o máximo no trabalho”. A Frente do Trabalho não representava uma organização administrativa independente, mas, como quase todos os demais grupos da Alemanha nazista, com exceção do exército, parte integrante do

P.N.S.T.A., ou, como disse seu líder, o dr. Ley — o “bêbado gago”, na expressão de Thyssen — “um instrumento do partido”. Com efeito, a lei de 24 de outubro estipulava que seus funcionários deviam vir das fileiras do partido, das antigas entidades sindicais nazistas, das S.A. e S.S. E assim ocorreu.

Primeiramente, a Lei Reguladora do Trabalho Nacional, de 20 de janeiro de 1934, conhecida como a Carta do Trabalho, colocara o operário em seu lugar e elevava o patrão à sua antiga posição de senhor absoluto, naturalmente sujeito à intervenção do Estado todo-poderoso. O patrão se converteu no “líder da empresa”, os empregados nos subordinados ou *Gefolgschaft*. O parágrafo 22 da lei estabelecia que “o líder da empresa tomava as decisões pelos empregados e trabalhadores, em todas as questões relacionadas com a empresa”. E exatamente como nos velhos tempos o senhor era responsável pelo bem-estar de seus súditos, pela lei nazista o empregador era “responsável pela situação dos funcionários e operários”. Em compensação, dizia a lei, “os funcionários e trabalhadores devem-lhe fidelidade”, isto é, tinham de trabalhar dura e longamente e não falar pelas costas ou murmurar, inclusive a respeito de salários.

Os salários eram fixados pelas juntas de trabalho, nomeadas pela Frente do Trabalho. Na prática, elas adotavam os valores de acordo com os desejos do patrão — os trabalhadores não eram sequer consultados em tais questões —, embora depois de 1936, quando o auxílio se tornou difícil nas indústrias de armamentos e alguns patrões tentaram elevar os salários a fim de atrair pessoal, os níveis de salários foram mantidos baixos, por ordem do Estado. Hitler era completamente sincero em relação à conservação dos baixos salários. “Esse tem sido o princípio fundamental da direção do nacional-socialismo”, declarou no princípio do regime, “não permitir nenhum aumento do valor do salário-hora, mas elevar o rendimento somente por um aumento da atividade”.¹⁶ Num país onde a maioria dos salários estava baseada, pelo menos parcialmente, no trabalho por peças, isto significava que o operário só podia esperar ganhar mais pela intensificação do trabalho e pelo aumento das horas.

Os salários na Alemanha, comparados aos dos Estados Unidos e tendo em conta as diferenças no custo de vida e nos serviços sociais, sempre foram baixos. No regime nazista eram ligeiramente mais baixos que anteriormente. De acordo com o Departamento de Estatística do Reich os salários de trabalhadores especializados diminuíram, de 20,4 centavos por hora em 1932, no período mais alto da depressão, para 19,5 centavos, em meados de 1936. A escala dos salários para o trabalho não especializado caiu de 16,1 centavos para 13 por hora. No congresso do partido em Nuremberg, em 1936, o dr. Ley afirmou que a média de ordenados dos operários de tempo integral na Frente do Trabalho montava a

US\$ 6,95 por semana. O Departamento de Estatística do Reich estabeleceu o quantum para todos os operários alemães em US\$ 6,29.

Conquanto milhões estivessem empregados, a participação dos operários alemães na renda nacional caiu de 56,9%, no ano da depressão de 1932, a 53,6% no ano do auge da economia, em 1938. Ao mesmo tempo, a renda do capital e das empresas elevou-se de 17,4% da renda nacional a 26,6%. É certo que, em virtude da muito maior quantidade de empregos, a renda total dos ordenados e salários passou de 25 bilhões de marcos a 42 bilhões, um crescimento de 66%. Mas, a renda do capital e das empresas cresceu mais verticalmente ainda, 146%. Todos os propagandistas do Terceiro Reich, de Hitler para baixo, estavam acostumados a gritar, em seus discursos públicos, contra a burguesia e os capitalistas, e proclamavam sua solidariedade ao operário. Mas um estudo detido das estatísticas oficiais, que poucos alemães se davam ao trabalho de empreender, revelou que os malsinados capitalistas, e não os operários, mais se beneficiavam das medidas nazistas.

Em suma, diminuiu o salário do operário alemão. Além dos elevados impostos de renda, contribuições obrigatórias para enfermidade, desemprego e seguro contra incapacidade, e das quotas para a Frente do Trabalho, o operário braçal, como todos, aliás, na Alemanha nazista, vivia constantemente pressionado para fazer grandes e sempre crescentes doações para diversas obras de beneficência, a principal das quais era o Asilo de Inverno. Mais de um trabalhador perdeu seu emprego por deixar de contribuir para o Asilo de Inverno ou porque sua contribuição era julgada insignificante. A falta era qualificada por um tribunal do trabalho, que confirmava a demissão de um empregado sem aviso prévio, “por conduta hostil à comunidade do povo (...), atitude que merecia a maior condenação”. No meados da década de 1930 calculou-se que os impostos e as contribuições tiravam de 15% a 35% do total do salário de um operário. Assim, dos US\$ 6,95, pouco sobrava para o aluguel, alimentação, vestuário e diversão.

Da mesma forma que os servos medievais, os operários na Alemanha de Hitler encontravam-se cada vez mais jungidos ao seu local de trabalho, embora não fosse o patrão que os acorrentasse, mas o Estado. Vimos como o camponês no Terceiro Reich estava preso à terra pela Lei da Fazenda Hereditária. Do mesmo modo estava o trabalhador agrícola, pela lei, ligado à terra e proibido de abandoná-la para trabalhar na cidade. Deve-se dizer que, na prática, semelhante lei nazista não foi obedecida; de 1933 a 1939, 1,3 milhão trabalhadores agrícolas foi procurar emprego na indústria e no comércio. Mas para os trabalhadores industriais a lei era cumprida. Vários decretos governamentais, a começar pela lei de 15 de maio de 1934, restringiam severamente a liberdade do operário de se

transferir de um emprego para outro. Depois de junho de 1935 os serviços de colocação do Estado adotaram controle selecionado de emprego; determinavam quem seria contratado, para quê e onde.

A carteira de trabalho foi introduzida em fevereiro de 1935, e eventualmente nenhum operário seria empregado sem possuí-la. Devia registrar suas aptidões e empregos. A carteira de trabalho não somente permitia ao Estado e ao patrão ficarem a par dos dados de todo simples empregado no país, como servia para amarrar o operário ao seu emprego. Se o operário desejasse abandoná-lo por outro, o patrão poderia reter sua caderneta, o que significava que ele não poderia empregar-se legalmente em outro lugar. Enfim, a 22 de junho de 1938, um decreto especial promulgado pelo Ministério do Plano de Quatro Anos instituiu o recrutamento do trabalho, que obrigava todo alemão a trabalhar onde o Estado designasse. Os operários que se ausentavam de seus empregos sem boa justificativa, estavam sujeitos a multa e a prisão. Havia, evidentemente, o outro lado da moeda. Um operário assim alistado não seria tirado do emprego sem consentimento do departamento de colocação do governo. Seu emprego estava garantido, coisa que raramente conheceu durante a república.

Atados por tantos controles a salários um pouco acima do nível de subsistência, os operários alemães, como o proletariado romano, viram-se providos de divertimentos, por seus governantes, a fim de que distraíssem a atenção de seu miserável estado. “Temos de desviar a atenção das massas, de sua situação material para os valores morais”, explicou certa feita o dr. Ley. “É mais importante nutrir a alma dos homens que seus estômagos.”

Dessa forma, ele surgiu com uma organização chamada Kraft durch Freude (A Força pela Alegria), que apenas pode ser classificada como descanso regulamentado. Numa ditadura totalitária do século XX, como talvez em outras mais antigas, considerou-se necessário não só controlar as horas de trabalho, mas as horas de folga dos indivíduos. Foi o que fez “A Força pela Alegria”. Nos dias que precederam o nazismo, existiam na Alemanha dezenas de milhares de clubes dedicados a tudo, desde o xadrez até a associação de ornitólogos. Nenhuma organização social, esportiva ou recreativa, no período do nazismo, tinha permissão de funcionar sem o controle e a direção da Kraft durch Freude.

Para o cidadão comum do Terceiro Reich, esse tipo de organização recreativa toda controlada era melhor que nada, sem dúvida, se não pudesse se deixar guiar pelos próprios conselhos. Forneciam-se, por exemplo, aos membros da Frente do Trabalho, viagens de férias extremamente baratas, por terra e por mar. O dr. Ley construiu dois navios de 25 mil toneladas, a um dos quais deu seu próprio nome, e

fretou dez outros para realizar viagens oceânicas para a Kraft durch Freude. Este autor participou certa vez de uma dessas viagens. Apesar de a vida de bordo ser organizada pelos líderes nazistas até o martírio (para ele), os operários alemães pareciam divertir-se. E a preços relativamente baratos! Uma viagem à Ilha da Madeira, por exemplo, custava somente US\$ 25, incluindo transporte ferroviário de ida e volta ao porto alemão. Outras excursões eram igualmente gratuitas. Estâncias balneárias de mar e de lagos foram ocupadas por milhares de veranistas. (Uma, em Rügen, nas margens do Báltico, que não ficou terminada quando a guerra começou, destinava-se a ser um hotel com acomodações para vinte mil pessoas). E no inverno foram organizadas excursões especiais de esquiadores aos “Alpes Bávaros, ao preço de US\$ 11 por semana, incluindo a passagem de trem, quarto e pensão, aluguel de esquis e lições do instrutor”.

Os esportes, em todos os ramos controlados pela Força pela Alegria, foram organizados em grande escala. Mais de sete milhões de pessoas, de acordo com as cifras das estatísticas oficiais, participavam deles anualmente. A organização fornecia bilhetes a preços reduzidos para o teatro, óperas e concertos, tornando assim mais acessível o entretenimento intelectual do homem do trabalho, como os nazistas frequentemente alardeavam. A Força pela Alegria contava também com sua própria orquestra sinfônica de noventa figuras, que constantemente fazia turnês pelo país, tocando muitas vezes em lugares menos importantes, onde geralmente a boa música era inacessível. Finalmente, a organização dominava as duzentas instituições restantes de educação de adultos que floresceram durante a república — movimento que se originara na Escandinávia — e deu-lhes continuidade, embora misturando uma forte dose de ideologia nazista à sua orientação.

No fim, naturalmente, os trabalhadores pagavam suas diversões. A renda anual das contribuições para a Frente do Trabalho chegou a US\$ 160 milhões em 1937 e passou a US\$ 200 milhões no momento de a guerra irromper, de acordo com o dr. Ley — contabilidade excessivamente vaga, sendo administrada pelo departamento de finanças do partido, que nunca publicou seus balanços. Das contribuições, 10% se destinavam à Kraft durch Freud. Mais quotas individuais pagas para viagens de recreio e diversão, baratas como eram, somavam no ano anterior à guerra US\$ 1,25 bilhão. Havia mais outra despesa pesada para o assalariado. Como a maior organização individual partidária do país, com 25 milhões de membros, a Frente do Trabalho converteu-se numa burocracia monstruosa, com dezenas de milhares de empregados de tempo integral. De fato, calculou-se que 20% a 25% de suas rendas foram absorvidas com gastos de administração.

Uma trapaça especial praticada por Hitler contra os trabalhadores alemães não pode ficar sem menção. Tratava-se de uma confusão enorme do próprio Führer com a Volkswagen (o Carro do Povo). Todo alemão, ou pelo menos todo trabalhador alemão, disse ele, deve possuir seu automóvel, exatamente como nos Estados Unidos. Até essa data, num país onde havia apenas um carro para cada cinquenta pessoas (comparado a um para cada cinco nos Estados Unidos), o trabalhador usava uma bicicleta ou transporte coletivo para viajar. Agora Hitler decretou que um carro seria construído para ele e vendido somente por 990 marcos — US\$ 396 ao câmbio oficial. Ele mesmo, foi dito, orientou o desenho do carro, que foi feito sob a supervisão do engenheiro de automóveis austríaco, dr. Ferdinand Porsche.

Já que a indústria privada não podia produzir um automóvel de US\$ 396, Hitler determinou que o Estado o construísse e encarregou a Frente do Trabalho do projeto. A organização do dr. Ley pôs-se a edificar prontamente em Fallersleben, próximo de Braunschweig, a “maior fábrica de automóveis do mundo”, com capacidade para produzir 1,5 milhão de carros por ano — “mais do que a Ford”, disseram os propagandistas nazistas. A Frente de Trabalho adiantou cinquenta milhões de marcos como capital. Mas esse não foi o principal financiamento. O plano engenhoso do dr. Ley consistiu em que os próprios operários fornecessem o capital por meio do que veio a ser conhecido como plano de prestações “pague antes de receber” — cinco marcos por semana, ou se o trabalhador considerasse possível, dez ou 15 marcos por semana. Ao serem pagos 750 marcos, o comprador recebia um número de ordem, dando-lhe direito a um carro assim que estivesse pronto. Pobre do trabalhador, nem um carro sequer foi produzido para qualquer freguês no período do Terceiro Reich. Dezenas de milhões de marcos foram pagos pelos assalariados alemães, e nem um centavo deles foi jamais devolvido. Ao começar a guerra, a fábrica Volkswagen voltou-se para a produção de artigos mais usados pelo exército.

Logrado, como nesse exemplo e em muitos outros, reduzido, como vimos, a uma espécie de servo da indústria com salários de subsistência, e menos inclinado que qualquer outro setor da sociedade alemã a aceitar o nazismo ou a ser arrastado por incessante propaganda, o operário alemão, diga-se com franqueza, parece não ter sentido muito duramente sua condição inferior no Terceiro Reich. A grande máquina de guerra alemã que se arremessou contra as fronteiras da Polônia na madrugada de 1º de setembro de 1939, jamais teria sido montada sem a enorme contribuição que o trabalhador alemão lhe deu. Disciplinado como era e algumas vezes aterrorizado — como todos, aliás — e séculos de obediência à autoridade o acostumaram, como a todos os alemães, a fazer o que lhe era dito. Embora não seja justo tentar generalizar a respeito

dessas questões, a impressão pessoal desse autor, em Berlim e no Ruhr, foi de que, conquanto estivesse um tanto cético acerca das promessas do regime, ele não ansiava mais de qualquer outro, no Terceiro Reich, por uma revolução. Desorganizado como se encontrava e sem liderança, que poderia fazer? Frequentemente levantavam a questão.

Mas o que mais contribuiu para a aceitação de seu papel na Alemanha nazista foi, sem dúvida alguma, o fato de que possuía novamente um emprego e a segurança de que o conservaria. Um observador que houvesse reconhecido algo a respeito de sua situação precária durante a república, compreenderia por que ele parecia não estar desesperado ante a perda da liberdade política e mesmo de seus sindicatos, visto que possuía emprego de tempo integral. No passado, para tantos, para seis milhões de trabalhadores e suas famílias, os direitos dos homens livres tinham sido na Alemanha obscurecidos, como ele disse, pela liberdade de morrer de fome. Libertando-o dela, Hitler assegurou o apoio da classe operária, provavelmente a mais hábil, industriosa e disciplinada do mundo ocidental. Ela apoiou, não sua confusa ideologia ou suas criminosas intenções, como tais, mas algo de mais valor: a produção de artigos para a guerra.

A justiça no Terceiro Reich

Desde as primeiras semanas de 1933, quando começaram as prisões arbitrárias e em massa, espancamentos e assassinatos pelos que estavam no poder, a Alemanha, sob domínio do nacional-socialismo, deixou de ser uma sociedade regida pela lei. “Hitler é a lei!”, proclamavam orgulhosamente os luminosos juristas da Alemanha nazista, e Göring sublinhou a frase ao dizer aos promotores prussianos, a 12 de julho de 1934, que “a lei e a vontade do Führer são a mesma coisa”. Era verdade. A lei representava o que o ditador dizia. E nos momentos de crise, como sucedeu no Expurgo Sangrento, a lei era ele mesmo. Como vimos em seu discurso no Reichstag, imediatamente após o banho de sangue, proclamou que era o “juiz supremo” do povo alemão, com poder de morte sobre quem quer que lhe aprouvesse.

Nos tempos da república, a maioria dos juizes, como a maioria do clero protestante e dos professores universitários, sentia cordial aversão pelo regime de Weimar e em suas decisões, como muitos entenderam, haviam escrito a página mais negra da vida republicana da Alemanha, contribuindo dessa forma para sua queda. Mas, pelo menos sob a Constituição de Weimar os juizes eram independentes, apenas sujeitos à lei, protegidos contra as remoções arbitrárias e obrigados, ao menos em teoria pelo artigo 109, a salvaguardar a igualdade perante a lei. A maioria deles simpatizara com o nacional-socialismo, mas estava

mal preparada para o tratamento que logo recebeu sob seu governo. A lei do Serviço Civil, de 7 de abril de 1933, tinha de ser aplicada a todos os magistrados. Afastou rapidamente do judiciário não somente os judeus, mais os que o nazismo considerava suspeitos ou, como formulava a lei, “que demonstrassem não mais estarem aptos a intervir todas as vezes em favor do Estado nacional-socialista”. É certo, não foram muitos os juizes eliminados por essa lei, mas ficaram cientes de qual era o seu dever. Precisamente para comprovar que compreenderam, o dr. Hans Frank, comissário de justiça e líder jurídico do Reich, disse aos juristas em 1936: “A ideologia nacional-socialista é o fundamento de todas as leis básicas, principalmente como se encontra explicado no programa do partido e nos discursos do Führer”. O dr. Frank continuou a explicar sua significação:

Em face do nacional-socialismo não há lei independente. Ante qualquer decisão que tomardes, perguntai a vós mesmos: “Como decidiria o Führer em meu lugar?” Em toda decisão, perguntai: “Será esta decisão compatível com a consciência nacional-socialista do povo alemão?” Tereis então um firme e férreo fundamento, com o qual, aliado à unidade do Estado nacional-socialista do povo e com o reconhecimento da natureza eterna e da vontade de Adolf Hitler, dotareis vossa própria esfera de decisão com a autoridade do Terceiro Reich, e definitivamente.17

Parecia tudo muito claro, do mesmo modo que uma nova lei do Serviço Civil do ano seguinte (26 de janeiro de 1937) estabeleceu a demissão de todos os funcionários, incluindo juizes, que não merecessem “confiança política”. Além disso, os juizes eram obrigados a associar-se à Liga Nacional-Socialista de Juristas Alemães, na qual receberam muitas vezes preleções sobre as diretrizes de Frank.

Alguns juizes, apesar de anti-republicanos, não se entregaram pressurosamente à linha do partido. Na realidade, alguns deles pelo menos procuraram basear seus julgamentos na lei. Um dos piores exemplos disto, do ponto de vista nazista, foi a decisão de Reichsgericht, a Suprema Corte da Alemanha, que absolveu, com base nos fatos, três dos quatro réus comunistas no julgamento do incêndio do Reichstag, em março de 1934. (Somente van der Lubbe, o holandês idiota que confessou, foi considerado culpado). A decisão de tal modo irritou Hitler e Göring que dentro de um mês, a 24 de abril de 1934, o direito de julgar casos de traição, até então da jurisdição exclusiva da Suprema Corte, lhe foi retirado e transferido para outra, nova, a Volksgerichtshof, a Corte Popular, que logo se tornou o tribunal mais temido da terra. Compunha-se de dois juizes profissionais e de cinco outros escolhidos entre os funcionários do partido, das S.S. e das forças armadas, constituindo estes últimos a maioria. Não havia apelação de suas decisões ou sentenças e comumente suas sessões eram

realizadas em gabinete privado. Ocasionalmente, entretanto, com fins de propaganda, quando sentenças mais ou menos públicas deviam ser proferidas, os correspondentes estrangeiros eram convidados a assistir a elas.

Certa vez este autor assistiu a uma sessão da Corte Popular, em 1935. Pareceu-lhe mais um sumário conselho de guerra que um julgamento de tribunal civil. Os processos terminavam em um dia, não havia praticamente oportunidade de apresentar testemunhas de defesa (se alguém ousasse aparecer em defesa de um acusado de traição), e os argumentos dos advogados de defesa, nazistas qualificados, se afiguravam tremendamente ridículos e fracos. Tinha-se a impressão, pela leitura de jornais, que simplesmente anunciavam os veredictos, que a maioria dos infortunados réus (embora não no dia em que lá estive) recebia a sentença de morte. O número jamais foi divulgado, apesar de, em dezembro de 1940, Rolando Freisler, o temível presidente da Corte Popular (que morreu durante a guerra, quando uma bomba norte-americana demoliu a sala do tribunal por ocasião de um julgamento), ter afirmado que “apenas 4% dos acusados foram condenados à morte”.

Instalada ainda mais cedo que a sinistra Corte Popular, a Sondergericht, a Corte Especial, tirou dos tribunais ordinários os casos de crime político ou, como determinava a lei de 21 de março de 1933, que estabelecia o novo tribunal, os casos de “ataques insidiosos contra o governo”. Os tribunais especiais compunham-se de três juizes, que invariavelmente deviam ser membros de confiança do partido, e não havia júri. Um promotor nazista tinha a alternativa, em tais casos, de apresentar a denúncia ou a um tribunal ordinário ou ao Tribunal Especial, e infalivelmente escolhia o último, por motivos óbvios. Os advogados de defesa neste tribunal, como na Volksgerichtshof, tinham de ser aprovados pelos funcionários nazistas. Algumas vezes, ainda que aprovados, eles passavam mal. Assim, os advogados que tentaram representar a viúva do dr. Klausener, o líder da Ação Católica assassinado no Expurgo Sangrento, em sua demanda contra o Estado por danos, foram jogados no campo de concentração de Sachsenhausen, onde tiveram de permanecer até que retirassem formalmente a ação.

Hitler — e, por algum tempo, Göring — tinha o direito de revogar os processos criminais. Nos documentos de Nuremberg,18 veio à luz um caso em que o ministro da Justiça recomendava com insistência a denúncia de um alto funcionário da Gestapo e de um grupo de elementos das S.A., cujo processo provava à evidência a culpa deles pelas mais chocantes torturas de internados num campo de concentração. Enviou as provas a Hitler. O Führer ordenou que o processo não prosseguisse. Também Göring, a princípio, tinha tal poder. Certa ocasião, em abril de 1934, mandou suspender um processo criminal contra um

homem de negócios bastante conhecido. Soube-se logo que o réu pagou a Göring três milhões de marcos. Como comentou mais tarde Gerhard Kramer, eminente advogado de Berlim, na época: “Foi impossível verificar se Göring extorquiu o dinheiro do industrial ou se ele corrompeu o primeiro-ministro da Prússia.”¹⁹ O que foi comprovado é que Göring arquivou o processo.

Por outro lado, Rudolf Hess, deputado do Führer, estava autorizado a adotar “atitudes implacáveis” contra réus que em sua opinião tivessem saído com penas leves. Um registro de todas as decisões dos tribunais, dos julgados culpados de atacarem o partido, o Führer ou o Estado, era remetido a Hess, que, se reputasse a punição bastante branda, tomaria a “decisão implacável”. Consistia geralmente em arrastar a vítima a um campo de concentração ou matá-la.

Verdade seja dita que em certas ocasiões os juízes da Sondergericht manifestavam algum espírito de independência e mesmo devoção à lei. Mas em tais casos Hess ou a Gestapo apareciam. Assim, como vimos, quando o pastor Niemöller foi absolvido pelo Tribunal Especial dos principais delitos de que fora acusado e sentenciado apenas a uma pena curta, que já cumprira enquanto aguardava o julgamento, a Gestapo agarrou-o logo que deixou a sala do tribunal e mandou-o para um campo de concentração.

Pois a Gestapo, como Hitler, também era a lei. Ela foi instalada primeiramente para a Prússia, por Göring, a 26 de abril de 1933, para substituir o Departamento LA, da polícia política da velha Prússia. Tentara a princípio designá-la meramente como Departamento da Polícia Secreta (Geheines Polizei Amt), mas as iniciais alemães GPA soavam bastante como a GPU russa. Um obscuro empregado dos correios a quem se pedira fornecer um selo de isenção para o novo birô, sugeriu que fosse chamado de Geheime Staatspolizei, simplesmente Polícia Secreta do Estado — abreviadamente a Gestapo —, e assim, involuntariamente, criou um nome cuja menção inspirou terror, no início dentro da Alemanha, e depois fora dela.

No início, a Gestapo foi pouco mais que um instrumento de terror pessoal empregado por Göring para prender e assassinar os adversários do regime. Só em abril de 1934, quando Göring indicou Himmler para principal responsável da polícia secreta da Prússia, a Gestapo começou a expandir-se como um dos ramos das S.S. e, sob a direção genial de seu novo chefe, o maneiroso mas sádico criador de galinhas, e de Reinhard Heydrich, um jovem de aparência diabólica,²⁰ que foi dirigente do Serviço de Segurança das S.S., tornou-se assim como um flagelo, com poder de vida ou morte sobre todo alemão.

No começo de 1935, a Suprema Corte Prussiana de Administração, sob pressão dos nazistas, decidira que as ordens e ações da Gestapo não estavam sujeitas à fiscalização judicial. A lei que criou a Gestapo, promulgada pelo governo a 10 de fevereiro de 1936, colocou a organização da polícia secreta acima da lei. Não era permitido aos tribunais interferir de qualquer forma em suas atividades. Como explicou o dr. Werner Best, um dos braços direitos de Himmler na Gestapo, “desde que a polícia fizesse a vontade da direção, estava agindo legalmente”.²¹ Um disfarce de legalidade foi dado para as prisões arbitrárias e para o encarceramento das vítimas em campos de concentração. O termo foi Schutzhaft, ou “custódia protetora”, e sua prática se fundamentou na Lei de 28 de fevereiro de 1933, que, como vimos, suspendia as cláusulas da Constituição que garantiam as liberdades civis. Mas a custódia protetora não resguardava um cidadão de possíveis danos, como acontecia nos países mais civilizados. Punia-o, colocando-o atrás de arame farpado.

Os primitivos campos de concentração espalharam-se como cogumelos durante o primeiro ano de poder de Hitler. No fim de 1933, chegaram a cerca de cinquenta, instalados principalmente pelas S.A. para surrar suas vítimas e depois resgatá-las para seus parentes ou amigos por quanto pudessem pagar. Era uma pura e simples forma de extorsão. Algumas vezes, entretanto, os prisioneiros foram mortos, em geral por puro sadismo e brutalidade. No julgamento de Nuremberg, para tais casos, veio à luz um que ocorreu na primavera de 1933, no campo de concentração de Dachau, perto de Munique. Em cada exemplo o prisioneiro foi morto a sangue-frio, um por surra, outro por estrangulamento. Até mesmo o promotor público em Munique protestou.

Já que depois do Expurgo Sangrento, em junho de 1934, não havia mais resistência ao regime nazista, muitos alemães pensaram que cessariam as prisões em massa para a “custódia protetora” e o confinamento de milhares nos campos de concentração. Na véspera do Natal de 1933, Hitler anunciou uma anistia para 27 mil internados nos campos, mas Göring e Himmler escamotearam sua ordem e apenas uns poucos foram, na realidade, soltos. Depois, Frick, o burocrata do carimbo, que fora ministro do Interior, procurou, em abril de 1934, remediar os abusos dos assassinos nazistas, promulgando decretos sigilosos a fim de opor restrições ao uso indiscriminado de prisões Schutzhaft, e reduzindo o recolhimento aos campos de concentração. Mas Himmler persuadiu-o a abandonar o assunto. O Führer das S.S. sabia melhor do que o ministro que a finalidade dos campos de concentração não era somente a de punir os inimigos do regime, mas, por sua existência mesma, aterrorizar o povo e frustrar qualquer ideia de resistência ao governo nazista.

Imediatamente após o expurgo de Rohm, Hitler entregou os campos ao controle das S.S., que passaram a organizá-los com a eficiência e a desumanidade proverbiais dessa tropa de elite. A responsabilidade da guarda foi dada exclusivamente às unidades da Caveira (Totenkopfverbände), cujos membros eram recrutados entre os mais robustos elementos nazistas, e serviam por 12 anos, usando a conhecida insígnia do crânio e do osso em suas túnicas negras. O comandante do primeiro destacamento da Caveira e o primeiro comandante do campo de Dachau, Theodor Eicke, tornou-se responsável por todos os campos de concentração. Os provisórios foram abaixo e outros maiores foram construídos, os mais importantes dos quais (até vir a guerra, quando se expandiram pelos territórios ocupados) foram os de Dachau, perto de Munique, o de Buchenwald, perto de Weimar, o de Sachsenhausen, que substituiu o campo de Oranienburg, famoso no início, perto de Berlim, o de Ravens-Brück, em Mecklenburg (para mulheres) e, depois da ocupação da Áustria em 1938, o de Mauthausen, perto de Linz, nomes que, com os de Auschwitz, Belzec e Treblinka, mais tarde instalados na Polônia, vieram a ser tão familiares a quase todo o mundo.

Neles, antes que o fim misericordioso chegasse, milhões de infelizes eram espancados até a morte, sujeitos às mais incríveis formas de tortura e degradação. Mas a princípio, na década de 1930, a população dos campos de concentração nazistas, na Alemanha, talvez não ultrapassasse a vinte mil ou trinta mil, e muitos dos horrores posteriormente inventados e perpetrados pelos homens de Himmler eram então desconhecidos. Os campos de extermínio, os de trabalho escravo, aqueles em que os internados foram utilizados como cobaias para as “pesquisas médicas” nazistas, tiveram de aguardar a guerra.

Mas os primeiros campos não foram propriamente humanos. Tenho diante de mim um exemplar dos regulamentos baixados para Dachau, em 1º de novembro de 1933, por seu primeiro comandante, Theodor Eicke, que, quando se converteu em chefe de todos os campos, os aplicou integralmente.

Artigo 11 — Os infratores considerados agitadores serão enforcados (...) Todo aquele que (...) discutir política, fizer discursos de incitação e meetings, formar painelinhas e demorar-se em volta de outros; que com o objetivo de suprir a propaganda da oposição, contar histórias de atrocidade, coletar verdadeiras ou falsas informações a respeito dos campos de concentração; receber tal informação, escondê-la, conversar a propósito com os demais, fazê-las sair clandestinamente do campo para as mãos de visitantes estrangeiros, etc.

Artigo 12 — Os infratores considerados sediciosos serão fuzilados no local ou

enforcados posteriormente: quem quer que ataque fisicamente um guarda ou homem das S.S. recusando-se a obedecer ou a trabalhar por ocasião do serviço (...) ou berrando, gritando, incitando ou fazendo discursos por ocasião da marcha ou do trabalho.

Penas mais suaves, de duas semanas de solitária e 25 chicotadas, eram destinadas “a quem quer que fizesse observações depreciativas em carta ou outros documentos sobre os dirigentes nacional-socialistas e o governo (...) [ou] glorificando os líderes marxistas ou liberais dos antigos partidos democráticos”.

Conjugado com a Gestapo encontrava-se o Serviço de Segurança, o Sicherheitsdienst, ou S.D., outras iniciais que infundiam o temor no coração de todos os alemães, e mais tarde dos povos ocupados. Originariamente formado por Himmler, em 1932, como ramo de informações das S.S., e por ele colocado sob a direção de Reinhard Heydrich, posteriormente conhecido como “Heydrich, o Enforcador”, sua função original tinha sido a de observar os próprios membros do partido e comunicar toda atividade suspeita. Em 1934, ele se transformou, igualmente, na unidade de informações da polícia secreta. E em 1938, uma nova lei estendeu-lhe essas funções a todo o Reich.

Sob a hábil direção de Heydrich, antigo oficial de inteligência da Marinha, que fora demitido pelo almirante Räder, em 1931, com 26 anos de idade, por se recusar a se casar com a filha de um armador de navios que ele havia comprometido, o S.D. espalhou logo sua rede pelo país, empregando parcialmente uns cem mil informantes que deviam espionar todo cidadão da terra e comunicar o mais rapidamente a observação ou atividade que julgasse prejudicial ao governo nazista. Ninguém — se não fosse idiota — dizia ou fazia qualquer coisa que pudesse ser interpretada como anti-nazismo, sem primeiro tomar precauções para não ser registrada pelos microfones ocultos do S.D. ou ouvida por um de seus agentes. O filho, ou o pai, ou a esposa, ou o primo, ou o melhor amigo, ou o patrão ou o secretário, podia ser um informante da organização de Heydrich; nunca se sabia, e se se fosse prudente, nada servia como garantia.

Os detetives do S.D., de tempo integral, possivelmente nunca chegaram a mais de três mil na década de 1930 e a maioria deles foi recrutada nas fileiras dos jovens intelectuais desajustados — graduados universitários incapazes de encontrar empregos adequados ou qualquer lugar seguro na sociedade normal. Dessa forma, entre tais espíões profissionais havia sempre um ambiente de presunção. Manifestavam interesse ridículo em assuntos como os do estudo da arqueologia teutônica, dos cérebros das raças inferiores e da eugenia da raça

superior. Um observador estrangeiro, contudo, encontrava dificuldade em manter relações com esses homens singulares, embora o próprio Heydrich, caráter arrogante, frio e cruel, pudesse ocasionalmente ser visto num clube noturno de Berlim, rodeado por alguns de seus jovens assassinos louros. Além de fugir da publicidade, em virtude da natureza de seu trabalho, em 1934 e 1935 pelo menos, em vista de alguns deles terem espionado Rohm e seus companheiros nas S.A., foram mortos por um grupo secreto que se intitulava Os Vingadores de Rohm, e que tinham o sadismo de espetar o dístico nos cadáveres.

Uma das interessantes tarefas do S.D., embora secundária, era averiguar quem votava “Não” nos plebiscitos de Hitler. Em meio aos numerosos documentos de Nuremberg há um relatório secreto das S.S. em Kochem, sobre o plebiscito de 10 de abril de 1938:

Em anexo, há uma lista enumerando as pessoas que depositaram votos “Não” ou invalidados para Kappel. O controle foi realizado da seguinte forma: alguns membros do comitê eleitoral marcavam todas as cédulas com números. Durante a votação, uma lista de eleitores era levantada. As cédulas eram entregues em ordem numérica, dando assim possibilidade para posteriormente (...) encontrar as pessoas que depositaram votos “Não” ou nulos. A marcação era feita nas costas da cédula com leite desnatado.

A cédula colocada pelo pastor protestante Alfred Wolfers está também incluída.²²

A 16 de junho de 1936, pela primeira vez na história da Alemanha, foi constituída uma polícia unificada para todo o Reich — anteriormente a polícia havia sido organizada separadamente, por Estado — e Himmler colocado no cargo de chefe da polícia alemã. Isto equivalia a depositar a polícia nas mãos das S.S. que, desde o esmagamento da “revolta” de Rohm, em 1934, aumentaram cada vez mais rapidamente seu poder. Tornaram-se não apenas a guarda pretoriana, ou o simples braço armado do partido, ou a elite de cujas fileiras deviam ser escolhidos os futuros dirigentes da nova Alemanha, mas elas agora possuíam o poder policial. Como inevitavelmente acontece com a evolução de toda ditadura totalitária, o Terceiro Reich se transformou num Estado policial.

O governo no Terceiro Reich

Apesar de a República de Weimar ter sido destruída, a Constituição de Weimar jamais foi derogada formalmente por Hitler. Por ironia, Hitler fundamentava a “legalidade” de seu governo na menosprezada Constituição. Assim, milhares de decretos-lei — não existiam outros no Terceiro Reich — foram explicitamente

baseados no decreto presidencial de emergência, de 28 de fevereiro de 1933, para a Proteção do Povo e do Estado, que Hindenburg, fundado no artigo 48 da Carta Magna, havia assinado. Lembraremos que o idoso presidente foi levado a assinar o decreto um dia após o incêndio do Reichstag, quando Hitler lhe assegurou que havia o grave perigo de uma revolução comunista. O decreto, que suspendia todos os direitos civis, permaneceu em vigor durante o Terceiro Reich, possibilitando ao Führer governar por meio de uma série contínua de leis marciais.

O Ato de Autorização, que o Reichstag votara a 24 de março de 1933 e por meio do qual transmitira suas funções legislativas ao governo nazista, também representou o segundo pilar da “constitucionalidade” do poder de Hitler. A cada quatro anos, daí por diante, ele era devidamente prorrogado por mais um período de quatro anos, por um arremedo do Reichstag, pois jamais ocorreu ao ditador abolir essa instituição um dia democrática, mas somente fazê-la não democrática. Ele reuniu-se apenas uma dúzia de vezes até a guerra, “decretou unicamente quatro leis”,* nunca sustentou debates ou votações e nem ouviu quaisquer discursos, salvo os pronunciados por Hitler.

** A Lei de Reconstrução, de 30 de janeiro de 1934, e as três leis anti-semitas de Nuremberg, de 15 de setembro de 1935*

Após os primeiros meses de 1933, as discussões sérias cessaram no gabinete ministerial, e suas reuniões tornaram-se cada vez mais raras depois da morte de Hindenburg, em agosto de 1934. E depois de fevereiro de 1938, o gabinete ministerial não foi mais convocado. Entretanto, os membros do ministério mantinham o enorme poder de promulgar decretos que, com a aprovação do Führer, automaticamente se convertiam em leis. O Conselho Secreto do Gabinete (Geheimer Kabinettsrat) lançado com grande estrondo em 1938, talvez para impressionar o primeiro-ministro Chamberlain, existia só no papel. Jamais se reuniu. O Conselho de Defesa do Reich (Reichsverteidigungsrat), estabelecido no princípio do regime como um departamento de planejamento da guerra, sob a presidência de Hitler, reuniu-se formalmente apenas duas vezes, embora algumas de suas comissões de trabalho estivessem excessivamente ativas.

Muitas funções ministeriais foram delegadas a agências especiais, como a Secretaria do Representante do Führer (Hess e depois Martin Bormann), dos Plenos Poderes para a Economia de Guerra (Schacht) e da Administração (Frick) e a do Delegado para o Plano de Quatro Anos (Göring). Em suma, havia o que ficou conhecido como os “departamentos supremos do governo” e os “departamentos administrativos nacionais”, muitos deles remanescentes da

república. Ao todo, havia umas 42 exigências executivas do governo nacional, sob a jurisdição direta do Führer.

As dietas e governos dos Estados da Alemanha foram, como vimos, abolidos no primeiro ano de regime nazista, quando o país se unificou, e os governadores dos Estados, reduzidos a províncias, passaram a ser nomeados por Hitler. A autonomia local, o único terreno em que os alemães pareciam ter feito verdadeiro progresso em direção à democracia, foi igualmente aniquilada. Uma série de decretos-lei privou as municipalidades de sua autonomia e submeteu-as ao controle direto do ministro do Interior do Reich, que nomeava seus prefeitos, se tivessem uma população de mais de cem mil habitantes, e reorganizava-os sob o princípio da liderança. Nas cidades de menos de cem mil habitantes, os prefeitos eram nomeados pelos governadores provinciais. Para Berlim, Hamburgo e Viena (depois de 1938, ao ser ocupada a Áustria), Hitler reservou-se o direito de indicar os prefeitos.

Os cargos com os quais Hitler exercia seus poderes ditatoriais se compunham de quatro chancelarias: a de presidente (embora o título tivesse cessado de existir depois de 1934), a de chanceler (título abandonado em 1939), a do partido, e a quarta, conhecida como a chancelaria do Führer, encarregada depois de seus negócios pessoais e de missões especiais.

Na verdade, Hitler esteve absorvido pelos pormenores do dia-a-dia do governo. Mas depois que consolidou sua posição em seguida à morte de Hindenburg, deixou-as em grande parte para seus auxiliares. Deu rédeas soltas aos velhos camaradas de partido, como Göring, Goebbels, Himmler, Ley e Schirach, a fim de conquistarem seu próprio império de poder e, comumente, lucros. Schacht teve carta branca, primeiramente para levantar o dinheiro destinado à expansão das despesas governamentais por qualquer prestidigitação que pudesse conceber. Onde quer que eles se chocassem pela divisão do poder ou de espólios, Hitler intervinha. Não se incomodava com tais disputas, na verdade, muitas vezes as encorajava, pois conferiam categoria à sua posição de árbitro supremo e impediam qualquer união das fileiras contra ele. Parecia, por isso, dedicar-se com o espetáculo de três homens competirem entre si na política exterior: Neurath, o ministro do Exterior, Rosenberg, o dirigente do Departamento dos Assuntos Estrangeiros do partido, e Ribbentrop, que possuía seu próprio Bureau Ribbentrop, e que se dedicava à política externa. Os três viviam em disputa e Hitler manteve-os assim até que, por fim, escolheu o bastante obtuso Ribbentrop para ser o seu ministro do Exterior e para cumprir suas ordens nas questões internacionais.

Eis o que foi o governo do Terceiro Reich, inteiramente administrado, segundo o chamado princípio de liderança, por uma vasta e difusa burocracia, tendo pouco da eficiência usualmente atribuída aos alemães, envenenado pelo suborno, acossado por confusão constante e rivalidades encarniçadas, acrescidas pela atabalhoada intervenção dos potentados do partido frequentemente submetido à impotência pelo terror da Gestapo e das S.S.

No alto do montão formigante achava-se o antigo vagabundo austríaco, que se tornara, com a exceção de Stalin, o mais poderoso ditador da terra. Como recordou o dr. Hans Frank, numa convenção de advogados, na primavera de 1936: “Na Alemanha, hoje, só existe uma autoridade, que é a do Führer”²³

Com ela, Hitler havia prontamente destruído os que se lhe opunham, unificado e nazificado o Estado, arregimentado as instituições e a cultura do país, suprimido a liberdade individual, abolido o desemprego, movimentado as engrenagens da indústria e de um ativo comércio, conquistas não pequenas depois de somente três ou quatro anos de função. Agora ele se voltava — na verdade já se havia voltado — para as duas grandes paixões de sua vida: o ajustamento da política exterior da Alemanha para a guerra e a criação de uma poderosa máquina militar que lhe desse condição de atingir seu objetivo.

Já é tempo de voltarmos a atenção para o relato, mais plenamente documentado do que qualquer outro da história moderna, de como esse homem extraordinário, à frente de uma nação tão grande e poderosa, se dispôs a alcançar seus fins.

III - O caminho para a guerra

Os primeiros passos: 1934-1937

Falar de paz, preparar-se sigilosamente para a guerra e agir com bastante cautela tanto na política externa como no rearmamento clandestino, para evitar qualquer medida militar preventiva contra a Alemanha por parte das potências de Versalhes, eis a tática de Hitler nos dois primeiros anos.

Trouxe-lhes dificuldades o assassinato, pelos nazistas, do chanceler austríaco Dollfuss, ocorrido em Viena, a 25 de julho de 1934. Nessa data, ao meio-dia, 154 membros das S.S. Standarte 89, vestidos com uniformes do exército austríaco, invadiram a chancelaria e atiraram na garganta de Dollfuss, à queima-roupa. Pouco mais adiante, outros nazistas assaltaram a estação de rádio e difundiram a notícia de que Dollfuss se demitira. Hitler recebeu-a quando ouvia a apresentação de Das Rheingold, no Festival Anual de Wagner, em Bayreuth. Ficou bastante agitado com as ocorrências. Friedelind Wagner, neta do grande compositor, sentada no camarote contíguo, foi testemunha do que se passou com o Führer. Contou ela, mais tarde, que dois auxiliares, Schaub e Brükener, recebiam as notícias de Viena pelo telefone da sala de espera do camarote de Hitler e as transmitiam em voz baixa.

Depois do espetáculo, o Führer estava eufórico e seu entusiasmo aumentava à medida que nos transmitia as horríveis notícias. Mal podendo esconder o prazer em seu rosto, Hitler ordenou que o jantar no restaurante fosse, como sempre, cuidadosamente preparado. “Devo aparecer em público dentro de uma hora”, disse ele, senão “o povo julgará que tive algo a ver com isso”.1

O povo não estaria longe da verdade. No primeiro parágrafo de Minha Luta recordemos, Hitler escreveu que a união da Áustria com a Alemanha era “uma tarefa a ser apoiada com todos os recursos a nosso alcance”. Logo que se tornou chanceler, indicou Theodor Habicht, deputado do Reichstag, para inspetor do Partido Nazista austríaco, e pouco mais tarde ali instalou Alfred Frauenfeld, o auto-exilado líder do partido austríaco, em Munique, de onde, todas as noites, pelo rádio, concitava seus camaradas vienenses a matar Dollfuss. Quatro meses antes de julho de 1934, os nazistas austríacos, com armas e dinamite fornecidas pela Alemanha, instauraram um reinado de terror, destruindo ferrovias, usinas e edifícios governamentais e assassinando os defensores do regime clerical-fascista de Dollfuss. Finalmente, Hitler aprovou a formação de uma Legião Austríaca, de alguns milhares de homens, que acamparam ao longo da fronteira da Áustria com a Baviera, prontos para atravessá-la e ocupar o país no momento oportuno.

Em consequência dos seus ferimentos, Dollfuss morreu às 18h, mas o Putsch

nazista fracassou, devido em grande parte aos erros dos conspiradores que se apoderaram da chancelaria. As forças do governo, dirigidas pelo dr. Kurt von Schuschnigg, controlaram rapidamente a situação, e os rebeldes, apesar de lhes ter sido assegurado salvo-conduto para a Alemanha, devido à intervenção do embaixador alemão, foram presos e 13 deles enforcados. Nesse meio tempo, Mussolini, a quem Hitler, no encontro em Viena um mês antes apenas, prometera deixar a Áustria em paz, causou ansiedade em Berlim ao mobilizar precipitadamente quatro divisões para o Passo Brenner.

Hitler imediatamente recuou. O relato do acontecimento preparado para a imprensa pela nova agência alemã oficial de notícias, a D.N.B., regozijando-se com a queda de Dollfuss e anunciando ser inevitável o surgimento da Grande Alemanha, foi apressadamente retirado à meia-noite, e uma nova versão o substituiu. Nela se expressava o pesar dos alemães pelo “assassinato cruel” e declarava-se que o atentado era um assunto puramente austríaco. Habicht foi removido e o embaixador alemão em Viena demitido. Von Papen, que por pouco não tivera o mesmo destino de Dollfuss, precisamente um mês antes, por ocasião do expurgo de Rohm, foi imediatamente despachado para Viena, a fim de restaurar, como Hitler lhe determinou, “as relações normais e de amizade”.

As primeiras manifestações de alegria de Hitler foram substituídas pelo temor. “Estivemos diante de um novo Sarajevo!”, contou Papen que ele assim exclamara, quando os dois conferenciaram sobre a maneira de superar a crise.² Mas o Führer aprendera uma lição. O Putsch nazista de Viena, da mesma forma que o da cervejaria, em Munique, em 1923, fora prematuro. A Alemanha ainda não contava com suficiente poderio militar para apoiar semelhante aventura pela força, e ainda se achava bastante isolada no terreno diplomático. A Itália fascista se juntara à Inglaterra e à França visando a preservação da independência da Áustria, e a União Soviética demonstrava, pela primeira vez, interesse em reunir-se ao Ocidente por meio de um Locarno Oriental, a fim de desencorajar qualquer movimento da Alemanha para leste. No outono, ela entrou na Liga das Nações. A perspectiva de dividir as grandes potências parecia mais remota do que nunca naquele crucial ano de 1934. O máximo que Hitler poderia fazer era pregar a paz, continuar com o seu rearmamento secreto e esperar a sua oportunidade.

Além do Reichstag, Hitler possuía outros meios de comunicação para sua propaganda de paz dirigida ao mundo externo: a imprensa estrangeira, cujos correspondentes, diretores e publicistas continuamente pediam entrevistas com ele. Ward Price, o inglês de monóculo, com seu jornal, o Daily Mail, londrino, estava sempre pronto para uma dose de insinuação a fim de satisfazer o ditador

germânico. Assim, em agosto de 1934, em mais uma da série de entrevistas mantidas até às vésperas da guerra, Hitler disse a Price — e a seus leitores — que a “guerra não tornará a vir”, que a Alemanha “ainda se recordava, mais que qualquer outra nação, dos males causados pela guerra”, e que “os problemas da Alemanha não podem ser resolvidos pela guerra”.³ No outono, repetiu os mesmos ardentes sentimentos a Jean Goy, um dirigente dos veteranos de guerra franceses e membro da Câmara dos Deputados, que os publicou no diário parisiense *Le Matin*.⁴

O rompimento com Versalhes

Entretentes, Hitler prosseguia com redobrada energia em seu programa de reerguimento das forças armadas alemãs. Ordenou que o exército triplicasse o seu efetivo de cem mil para trezentos mil homens até 1º de outubro de 1934. E em abril desse ano, foi dado a entender ao general Ludwig Beck, chefe do Estado-maior geral, que, em 1º de abril do ano seguinte, o Führer decretaria abertamente a conscrição e repudiaria publicamente as restrições militares impostas pelo Tratado de Versalhes.⁵ Até lá, o máximo segredo devia ser observado. Recomendou-se a Goebbels jamais admitir que a expressão “Estado-maior geral” aparecesse na imprensa, já que Versalhes proibira a existência desse órgão. A relação anual dos postos do exército alemão deixou de ser publicada desde 1932, de modo que as volumosas listas de oficiais não servissem à espionagem estrangeira. O general Keitel, presidente do Comitê de Trabalho do Conselho da Defesa Alemão, advertiu seus auxiliares, logo a 22 de maio de 1933: “Nenhum documento deve perder-se, do contrário a propaganda inimiga o utilizará. As ordens orais não podem ser provadas; devem ser negadas.”⁶

A marinha também foi aconselhada a manter-se calada. Em junho de 1934, Räder teve uma longa conferência com Hitler e a seguir anotou:

*Instruções do Führer: Nenhuma referência deve ser feita a deslocamentos de navios de 25-26 mil toneladas, mas apenas a dos aperfeiçoados navios de 10 mil toneladas (...). O Führer exige o máximo sigilo a respeito da construção de submarinos.*⁷

A marinha efetivamente iniciara a construção de dois cruzadores de batalha de 26 mil toneladas (16 mil acima do fixado por Versalhes), que posteriormente viriam a ser conhecidos como o *Scharnhorst* e o *Gneisenau*. A construção de submarinos, que Versalhes proibira, esteve sendo levada a cabo secretamente na Finlândia, na Holanda e na Espanha durante o período da república. E agora Räder acumulara as estruturas e as partes de uma dúzia deles, em Kiel. Quando

esteve com Hitler, em novembro de 1934, pediu permissão para montar seis deles “por ocasião da situação crítica do primeiro trimestre de 1935” (é claro que também sabia o que Hitler planejava fazer na ocasião), mas o Führer respondeu simplesmente que “ele me diria quando a situação exigisse que a montagem fosse começada”.⁸

Nesse encontro, Räder também declarou que a nova programação da construção de barcos (sem mencionar a triplicação do pessoal naval) precisaria de mais dinheiro do que havia previsto, mas Hitler lhe disse que não se preocupasse. “Em caso de necessidade, conseguirei do dr. Ley que coloque 120 ou 150 milhões da Frente do Trabalho à disposição da marinha, pois ainda assim o dinheiro beneficiaria os trabalhadores.”⁹ Dessa maneira, as contribuições dos operários alemães serviram para financiar o programa naval.

Göring também esteve ocupado naqueles dois primeiros anos, organizando a força aérea. Como ministro da Aviação — supostamente aviação civil —, incumbiu as fábricas de trabalhar em aviões de guerra. A preparação de pilotos militares começou imediatamente sob o conveniente disfarce de Liga dos Esportes Aéreos.

Os que visitassem o Ruhr e a Renânia naquela época poderiam ter-se surpreendido com a intensa atividade das fábricas de armamento, especialmente das de Krupp, principal fabricante alemão de armas durante três quartos de século, e da I. G. Farben, o grande truste químico. Não obstante os aliados terem proibido Krupp de continuar nos negócios de armas depois de 1919, a fábrica na realidade não permanecera parada. Por isso, Krupp pôde alardear em 1942, quando os exércitos alemães ocuparam a maior parte da Europa, que “os princípios básicos do armamento e o desenho das torres para os tanques já haviam sido elaborados desde 1926 (...) Das peças de artilharia usadas em 1939-41, as mais importantes já se encontravam inteiramente prontas desde 1933”. Os cientistas da Farben já tinham salvo a Alemanha de um desastre, por ocasião da Primeira Guerra Mundial, com a invenção de um processo para fabricar nitratos sintéticos do ar, depois que o abastecimento normal de nitratos do Chile fora cortado pelo bloqueio britânico. Agora, sob o regime de Hitler, o truste resolvera tornar a Alemanha auto-suficiente em dois materiais, sem os quais a guerra moderna não poderia ser travada: gasolina e borracha, que tinham de ser importados. O problema da produção de gasolina sintética feita de carvão já fora resolvido pelos cientistas da fábrica, em meados da década de 1920. Depois de 1933, o governo deu a I. G. Farben ordens de prosseguir, a fim de elevar a produção de gasolina sintética para 300 mil toneladas por ano, a partir de 1937. Nessa ocasião, a fábrica também já descobrira como produzir borracha sintética

a partir do carvão de pedra e de outros produtos abundantes na Alemanha. E a primeira de quatro fábricas foi instalada em Schkopau, para a produção em grande escala de *buna*, como se tornou conhecida a borracha artificial. No princípio de 1934 foram aprovados planos pelo Comitê de Trabalho do Conselho de Defesa do Reich, para a mobilização de cerca de 240 mil fábricas destinadas ao reforço de guerra. No fim desse ano, o rearmamento em todas as suas fases se tornara tão intenso que, evidentemente, já não poderia mais ser ocultado das inquietas e desconfiadas potências de Versalhes.

Lideradas pela Inglaterra, as potências vinham reconhecendo o fato consumado, isto é, vinham tomando conhecimento do rearmamento alemão, que era muito menos secreto do que Hitler supunha. Elas concederiam a Hitler completa igualdade de armamentos em troca da aceitação, pela Alemanha, de um ajuste geral que incluísse um Locarno Oriental e, dessa forma, favorecesse os países do leste, sobretudo a Rússia, a Polônia e a Tchecoslováquia, com a mesma segurança de que gozavam as nações ocidentais em função do Tratado de Locarno — isto é, desse a Alemanha as mesmas garantias de segurança. Em maio de 1934, sir John Simon, secretário do Exterior da Inglaterra, que foi um bom precursor de Neville Chamberlain na incapacidade de compreender as intenções de Adolf Hitler, propôs efetivamente a igualdade de armamentos para a Alemanha. A França rejeitou energicamente semelhante ideia.

Mas as propostas para um acordo geral, incluindo a igualdade de armamentos e um Locarno Oriental, foram renovadas em conjunto pelos governos da Inglaterra e da França no princípio de fevereiro de 1933. No mês anterior, em 13 de janeiro, os habitantes do Sarre votaram esmagadoramente (477 mil contra 48 mil) a favor do retorno de seu pequeno e rico território carbonífero para o Reich. Hitler aproveitou a oportunidade para anunciar publicamente que a Alemanha não tinha mais reivindicações territoriais contra a França, o que significava o abandono das pretensões alemãs sobre a Alsácia e a Lorena. Na atmosfera de otimismo e boa vontade engendrada pelo retorno pacífico do Sarre e pelas declarações de Hitler, as proposições anglo-francesas foram formalmente apresentadas a Hitler no início de fevereiro de 1935.

A resposta de Hitler, de 14 de fevereiro, foi algo vaga — e, de seu ponto de vista, era compreensível que assim fosse. Acolheu de modo favorável um plano que deixaria a Alemanha livre para rearmar-se abertamente. Mas foi evasivo a respeito da disposição de a Alemanha assinar um Locarno Oriental. Isto ataria suas mãos na principal zona onde, como sempre pregara, encontrava-se o Lebensraum. Nesse assunto, não podia a Inglaterra ser afastada da França que, com seus pactos de assistência mútua com a Polônia, a Tchecoslováquia e a

Romênia, estava mais interessada na segurança oriental? Hitler deve ter pensado assim, pois, em sua cautelosa resposta, sugeriu que discussões bilaterais tivessem lugar antes das conversações gerais e convidou a Inglaterra para ir a Berlim iniciar as entrevistas preliminares. Sir John Simon prontamente aquiesceu, e uma reunião foi marcada para 6 de março, em Berlim. Dois dias antes, a publicação de um Livro branco britânico causou um aparente furor na Wilhelmstrasse. Na verdade, o Livro branco surpreendeu a maioria dos observadores em Berlim, porque nele se observava que o rearmamento clandestino da Alemanha fora feito de forma tão acelerada que levava a Inglaterra a aumentar modestamente o seu próprio. Informou-se que Hitler ficara furioso com o Livro branco. Neurath comunicou a Simon, na véspera de sua partida para Berlim, que o Führer se resfriara e as conversações deveriam ser adiadas.

Resfriado ou não, o certo é que Hitler ficou confuso. Seria embaraçoso ter Simon e Eden a seu lado, se transformasse o acontecido numa ação audaciosa. Esperou o pretexto para desferir no Diktat de Versalhes um golpe mortal e ele veio quando o governo francês baixou um decreto estendendo o serviço militar de 18 meses para dois anos, em virtude da escassez de jovens nascidos durante a Primeira Guerra Mundial. A 10 de março, Hitler lançou um balão de ensaio para pôr à prova a têmpera dos Aliados. O obsequioso Ward Price foi chamado e lhe concederam uma entrevista com Göring, que disse oficialmente o que todo mundo já sabia, isto é, que a Alemanha tinha uma força aérea militar. Hitler aguardou, confiantemente, a reação de Londres a este desrespeito unilateral ao Tratado de Versalhes. E aconteceu justamente o que esperava: sir John Simon disse na Câmara dos Comuns que ele ainda pensava ir a Berlim.

Uma surpresa de sábado

No sábado, dia 16 de março — a maioria das surpresas de Hitler foi reservada para os sábados —, o chanceler promulgou uma lei estabelecendo o serviço militar universal e criando um exército de tempo de paz composto de 12 corpos e 36 divisões — aproximadamente meio milhão de homens. Era o fim das restrições militares de Versalhes — salvo se a Inglaterra e a França resolvessem agir. Como Hitler esperava, protestaram, mas nada fizeram. Na realidade, o governo inglês apressou-se a perguntar se Hitler ainda receberia seu secretário do Exterior, dúvida que o ditador alegremente resolveu pela afirmativa.

Domingo, 17 de março, foi um dia de festas e regozijo na Alemanha. Os grilhões de Versalhes, símbolo da derrota e da humilhação da Alemanha, haviam sido quebrados. Não importava o quanto o alemão pudesse ter ojeriza a Hitler e a seu governo de banditismo; tinha de admitir que o Führer cumprira aquilo que

nenhum governo republicano jamais ousara tentar. Para a maioria dos alemães, a honra nacional fora restaurada. Naquele domingo se celebrava também o Dia dos Heróis Mortos na Guerra. Fui à cerimônia, ao meio-dia, na Ópera do Estado e lá testemunhei uma cena que a Alemanha não via desde 1914. Todo o andar inferior era um mar de uniformes militares, os desaparecidos uniformes cinzentos com os capacetes pontiagudos do antigo exército imperial, juntos das vestimentas do novo exército, incluindo o uniforme azul-celeste da Luftwaffe, que poucos tinham visto antes. Ao lado de Hitler estava o marechal-de-campo von Mackensen, o último marechal-de-campo sobrevivente do exército do Kaiser, coloridamente ataviado com o uniforme dos Hussardos da Caveira. Intensas luzes iluminavam o palco, onde jovens oficiais permaneciam como estátuas de mármore, montando guarda às bandeiras de guerra nacionais. Atrás deles, sobre uma enorme cortina, pendia uma imensa Cruz de Ferro, prata e negro. A cerimônia era oficialmente dedicada a honrar os mortos de guerra da Alemanha, mas transformou-se numa celebração jubilosa pela morte do Tratado de Versalhes e o ressurgimento de conscrição do exército alemão.

Os generais, era visível em suas faces, estavam imensamente contentes. Eles haviam sido tomados de surpresa, como todos aliás, pois Hitler, que passara os dias precedentes no seu retiro escarpado de Berchtesgaden, não se incomodara em participar-lhes os seus pensamentos. Segundo o testemunho feito mais tarde em Nuremberg pelo general von Manstein, ele e seu comandante do III Distrito Militar de Berlim, general von Witzleben, ouviram, pela primeira vez, a decisão de Hitler pelo rádio, a 16 de março. O Estado-maior geral teria preferido um exército menor, para começar.

Se a opinião do Estado-maior geral fosse pedida [testemunhou Manstein], teria proposto 21 divisões (...) O número de 36 divisões deveu-se à decisão espontânea de Hitler.10

Agora sucediam-se gestos vazios de advertência a Hitler por parte das demais potências. Os ingleses, os franceses e os italianos reuniram-se em Stresa, a 11 de abril, condenaram a atitude da Alemanha e reiteraram seu apoio à independência da Áustria e ao Tratado de Locarno. O conselho da Liga das Nações, em Genebra, também expressou seu desgosto pela ação precipitada de Hitler e indicou, adequadamente, um comitê para sugerir os passos que poderiam impedi-la da próxima vez. A França, reconhecendo que a Alemanha jamais se uniria a um Locarno Oriental, imediatamente assinou um pacto de ajuda mútua com a Rússia, e Moscou fez um tratado semelhante com a Tchecoslováquia.

Nos cabeçalhos, essa união cerrada contra a Alemanha pressagiava algo de

funesto e impressionou inclusive a certo número de elementos no Ministério do Exterior alemão e no exército, mas não a Hitler. No final das contas, ele conseguira realizar seu objetivo. Mas não podia deitar sobre os louros. Estava na hora, julgou, de acentuar novamente seu tom de amor à paz e verificar se a atual unidade das potências, que se alinhavam contra ele, não podia ser minada e rompida, no fim de contas.

No dia 21 de maio, à noite,* Hitler pronunciou outro discurso de “paz” diante do Reichstag, talvez a mais eloquente e possivelmente a mais hábil e enganadora de todas as declarações que este autor, que assistiu à maior parte delas, jamais ouvira de sua parte. Hitler apresentou-se num estado de ânimo brando e transpirava um sentimento não apenas de confiança mas, para surpresa de seus ouvintes, de tolerância e conciliação. Não manifestou qualquer ressentimento ou desafio em relação às nações que condenaram o abandono que vinha de fazer das cláusulas militares do Tratado de Versalhes. Ao contrário, dava a garantia de que tudo que pretendia era a paz e a compreensão baseadas na justiça para todos. Rejeitava a própria ideia da guerra, porque ela não teria sentido, seria inútil e, mesmo, um horror.

O sangue derramado no continente europeu no curso dos últimos três séculos de nenhum modo tinha sido proporcional ao que as nações haviam obtido. No fim, a França continuava sendo a França, a Alemanha, a Alemanha, a Polônia, a Polônia, e a Itália, a Itália. O que o egoísmo dinástico, a paixão política e a cegueira patriótica alcançaram nesse caminho de aparentes mudanças políticas importantes, pela efusão de rios de sangue, foi, no que tange aos sentimentos nacionais, apenas tocar na superfície das nações. O caráter delas não foi alterado fundamentalmente. Se esses Estados tivessem aplicado uma fração de seus sacrifícios em objetivos mais sérios, o êxito certamente teria sido maior e mais duradouro.

** Nesse mesmo dia Hitler já promulgara a secreta Lei de Defesa do Reich, tornando, como vimos, o dr. Schacht responsável pela economia de guerra e reorganizando completamente as forças armadas. A Reichswehr de Weimar transformou-se na Wehrmacht. Hitler, Führer e chanceler, era o supremo comandante das forças armadas (Wermacht) e Blomberg, ministro da Defesa, foi designado ministro da Guerra com o título adicional de chefe das forças armadas — o único general na Alemanha que no exército atingiu esse posto. Cada uma das três armas tinha seu próprio comandante-em-chefe e seu Estado-maior geral. O nome camuflado de Truppenamt foi abandonado e seu chefe, o general Beck, obteve o título de chefe do Estado-maior geral. Mas tal denominação não tinha o mesmo significado que na época do Kaiser, quando o chefe do Estado-maior geral era na realidade o comandante supremo do exército alemão, sob a designação de grande general.*

A Alemanha, declarou Hitler, não pensava nem de longe em conquistar outros povos.

Nossa teoria racial considera toda guerra de subjugação e de dominação de outro povo procedimento que cedo ou tarde modifica e enfraquece o vencedor internamente e, em consequência, provoca sua derrota (...) Em virtude de não mais haver espaço vazio na Europa, toda vitória (...) pode, no melhor dos casos, resultar no aumento quantitativo da população de um país. Mas se as nações prestarem mais atenção, podem atingir o que desejam sem lágrimas, por meio de um caminho mais simples e mais natural — [por] uma política social sólida, pelo incremento da natalidade infantil.

Não! A Alemanha nacional-socialista deseja a paz em virtude de suas profundas convicções. E também quer a paz pelo simples e primordial motivo de que nenhuma guerra seria essencialmente adequada para alterar as angústias da Europa (...) A consequência principal de toda guerra é destruir o escol de uma nação (...)

A Alemanha necessita da paz e deseja a paz!

Martelou longamente sobre a questão. Por fim, fez 13 propostas específicas para a manutenção da paz, aparentemente tão admiráveis que criaram uma profunda e favorável impressão tanto na Alemanha como em toda a Europa. Prefaciou-as com um memento:

A Alemanha reconheceu solenemente e garantiu à França suas fronteiras, como ficaram determinadas após o plebiscito do Sarre (...) Renunciamos definitivamente, portanto, a todas as pretensões à Alsácia-Lorena, território pelo qual lutamos em duas grandes guerras (...) Sem levar em consideração o passado, a Alemanha concluiu um pacto de não-agressão com a Polônia (...) Seremos incondicionalmente fiéis a ele (...) Reconhecemos a Polônia como a pátria de um povo nacionalmente consciente e grande.

Quanto à Áustria:

A Alemanha não pretende nem deseja interferir nos assuntos internos da Áustria, anexar a Áustria, ou promover um Anschluss.

Os 13 pontos de Hitler eram bastante amplos. A Alemanha não retornaria à Genebra até que a Liga das Nações se desfizesse por si mesma do Tratado de Versalhes. Quando isto fosse realizado e a igualdade de todas as nações reconhecida, estava implícito, a Alemanha se reuniria à Liga. Entretanto, ela “respeitaria incondicionalmente” as cláusulas não-militares do Tratado,

“inclusive as disposições territoriais. Em particular defenderia e cumpriria todas as obrigações impostas pelo Tratado de Locarno”. Hitler também preconizou que a Alemanha se conformaria com a desmilitarização da Renânia. Embora disposto “a qualquer momento” a participar de um sistema de segurança coletivo, a Alemanha preferia acordos bilaterais e estava pronta para concluir pactos de não-agressão com os países vizinhos. Igualmente, achava-se preparada para chegar a um acordo com a Inglaterra e a França, propondo a complementação do Tratado de Locarno com um convênio aéreo.

Em relação ao desarmamento, Hitler dispunha-se ao máximo:

O governo alemão está pronto a concordar com qualquer limitação que conduza à abolição das armas pesadas, especialmente as destinadas à agressão, tais [como] a artilharia pesada e os tanques pesados (...) A Alemanha se dispõe a aceitar qualquer limitação relativa ao calibre da artilharia, aos encouraçados, cruzadores e torpedeiros. De igual modo, o governo alemão acha-se disposto a concordar com a limitação da tonelage dos submarinos, ou com sua completa abolição (...)

Neste sentido, Hitler apresentou uma oferta tentadora à Inglaterra. Estava disposto a limitar a nova marinha alemã a 35% das forças navais britânicas, o que, acrescentou, ainda deixaria a Alemanha 15% abaixo da tonelage naval francesa. Em face das objeções levantadas no exterior de que isso seria apenas o início das exigências alemãs, Hitler respondeu: “Para a Alemanha esta exigência é irrevogável e definitiva.”

Pouco depois 22h, Hitler chegou à sua peroração:

Aquele que acender a chama da guerra na Europa não querará outra coisa senão o caos. Entretanto, mantemos a firme convicção de que a nossa época está marcada não pelo declínio, mas pelo renascimento do Ocidente. Que a Alemanha possa prestar uma contribuição imperecível a esta grande obra, é nossa esperança esplêndida e nossa crença inabalável.11

Doces palavras de paz, razoáveis e conciliadoras. Nas democracias ocidentais da Europa, onde o povo e seus governantes ansiavam pela manutenção da paz sobre bases aceitáveis, ou mesmo em quaisquer bases, essas palavras foram aplaudidas. O mais influente jornal inglês, o Times, de Londres, acolheu-as com a mais frenética alegria.

(...) O discurso mostrou-se razoável, justo e amplo. Ninguém que o tenha lido com espírito de imparcialidade duvidará de que os pontos da política expostos

pelo Herr Hitler devem constituir as bases para um ajuste completo com a Alemanha — uma livre, igual e forte Alemanha em lugar da prostrada Alemanha a quem impusemos a paz 16 anos atrás (...)

Deve-se esperar que o discurso seja visto em toda parte como uma afirmação sincera e ponderada, que significa exatamente o que diz.12

Esse grande jornal, uma das principais glórias do jornalismo inglês, representaria, como o governo de Chamberlain, um papel dúbio no desastroso apaziguamento britânico de Hitler. Mas pelo menos para este autor o jornal tinha menos razão do que o governo para proceder assim, porque, até ser expulso em 16 de agosto de 1937, o seu correspondente em Berlim, Norman Ebbutt, constituía uma fonte de informações acerca dos atos e propósitos de Hitler muito mais reveladora que a dos outros correspondentes ou diplomatas estrangeiros, incluindo o britânico. Apesar do muito que de Berlim escreveu para o Times, naqueles dias, não ter sido publicado* como frequentemente ele se queixava a este autor e como depois foi confirmado, os diretores do jornal devem ter lido todos os seus despachos e, conseqüentemente, achavam-se em posição de conhecer o que realmente acontecia na Alemanha nazista e como eram falsas as grandiosas promessas de Hitler.

** "Faço o máximo, noite após noite, para não escrever nada que possa ferir as suas susceptibilidades [dos alemães]", escreveu o diretor do Times, Geoffrey Dawson, a 23 de maio de 1937, a seu correspondente em Genebra, H. G. Daniels, que antecederá Ebbutt em Berlim. "Na verdade, acredito que nada do que tem sido impresso desde muitos meses passados até agora pode ser tomado por eles como crítica ou comentário injusto" (John Evelyn Wrench, *Geoffrey and our Times*).*

O governo inglês, não menos que o Times, estava pronto e ansioso para aceitar as propostas de Hitler como sinceras e ponderadas, sobretudo a de que a Alemanha concordaria em possuir apenas 35% da tonelagem da marinha inglesa.

Hitler lançara manhosamente uma insinuação a sir John Simon, quando, em fins de março, o secretário do Ministério do Exterior britânico e Eden empreenderam sua adiada visita a ele, de que um convênio naval podia facilmente ser alcançado entre as duas potências, o que garantiria a superioridade inglesa. Agora, a 21 de maio, Hitler fez uma oferta pública e específica (uma armada alemã de somente 35% de tonelagem da britânica) e incluiu em seu discurso algumas palavras de particular amizade à Inglaterra. "A Alemanha", dissera, "não tem intenção, nem necessidade, nem os recursos para

participar de qualquer nova competição naval”, alusão, que não escapou aos ingleses, aos dias que antecederam 1914, quando Tirpitz, apoiado entusiasticamente por Guilherme II, construiu uma frota de alto-mar para desafiar a da Inglaterra. “O governo alemão”, continuou, “reconhece a importância vital tremenda e, assim, a justificação, de uma proteção marítima dominadora para o império britânico (...) O governo alemão tem a preocupação constante de encontrar e manter relações com o povo britânico e seu Estado, que prevenirão para sempre uma repetição da única luta que tem havido entre as duas nações”. Hitler expressara sentimentos semelhantes em *Minha Luta*, onde acentuou que um dos grandes erros do Kaiser fora a inimizade para com a Inglaterra e sua tentativa absurda de rivalizar com o poder naval britânico.

Com incrível ingenuidade e rapidez, o governo britânico caiu na armadilha de Hitler. Ribbentrop, que agora se transformara em moço de recados de Hitler para assuntos exteriores, foi convidado a ir a Londres, em junho, a fim de manter conversações a respeito dos problemas navais. Enfatado e sem tato, disse aos ingleses que o oferecimento de Hitler não podia ser objeto de negociações: deviam aceitá-lo ou rejeitá-lo. Os ingleses aceitaram-no. Sem consulta a seus aliados de Stresa (a França e a Itália), que eram também potências navais e estavam preocupados com o rearmamento alemão e o escarnecimento da Alemanha às cláusulas militares de Versalhes, e sem mesmo comunicação à Liga das Nações, que se supunha defender os tratados de paz, os ingleses começaram a empreender a eliminação das restrições navais de 1919, julgando que isso lhes daria uma vantagem particular.

Mas ficava claro para os mais singelos espíritos em Berlim que, ao concordar em que a Alemanha construísse uma esquadra um terço do tamanho da inglesa, o governo de Londres entregava a Hitler a liberdade de construir uma esquadra tão rapidamente quanto fosse materialmente possível (a que a capacidade de seus estaleiros e de suas usinas de aço comportava pelo menos por dez anos). Não se tratava, assim, de uma limitação ao rearmamento alemão, mas um encorajamento à expansão, no terreno naval, que a Alemanha tinha condições de executar em pouco tempo.

Acrescentando um insulto ao dano já feito à França e cumprindo uma promessa feita a Hitler, o governo inglês negou-se a dizer a seu aliado mais próximo que tipos de navios e em que quantidade a Inglaterra concordara que a Alemanha construísse, salvo a tonelagem dos submarinos germânicos (a construção deles era expressamente proibida pelo Tratado de Versalhes), que seria de 60% da Inglaterra, e, se circunstâncias extraordinárias surgissem, podia ser de 100%.¹³ Na verdade, o acordo anglo-germânico autorizava os alemães a

construir cinco encouraçados, cuja tonelagem e armamento seriam maiores que qualquer outro jamais lançado pela Inglaterra (embora os algarismos oficiais estivessem falsificados para enganar Londres), 21 cruzadores e 64 destróieres. Nem todos estavam construídos ou completados ao irromper a guerra, mas vários deles, como os submarinos, estavam em condições de causar tremendas perdas à Inglaterra nos primeiros anos da Segunda Guerra.

Mussolini anotou devidamente a “perfídia de Albion” Os dois poderiam fazer o jogo de apaziguamento de Hitler. Além disto, a cínica atitude da Inglaterra, de desprezar o Tratado de Versalhes, estimulou-o na convicção de que Londres não levava muito a sério o desprezado pacto da Liga das Nações. No dia 3 de outubro de 1935, desafiando o compromisso, seus exércitos invadiram o antigo reino montanhoso da Abissínia. A Liga, conduzida pela Inglaterra e apoiada de modo frouxo pela França, que sentia ser a Alemanha o maior perigo a longo prazo, votou rapidamente sanções. Mas estas eram apenas parciais e foram aplicadas timidamente. Não impediram que Mussolini conquistasse a Etiópia, mas destruíram a amizade da Itália fascista com a Inglaterra e a França e liquidaram com a frente de Stresa contra a Alemanha nazista.

Quem, senão Adolf Hitler, poderia ganhar o máximo com essa série de acontecimentos? A 4 de outubro, um dia após o início da invasão da Itália, passei o dia na Wilhelmstrasse, conversando com alguns funcionários do partido e do governo. Uma nota de diário daquela noite registrou, de modo sucinto e bem-feito, quão bem os alemães avaliaram a situação.

A Wilhelmstrasse está encantada. Se Mussolini encontrar dificuldades e conseguir envolver-se profundamente na África de modo a vir se enfraquecer grandemente na Europa, então Hitler poderá tomar a Áustria, até o momento protegida pelo Duce. Ou se vencer, desafiando a França e a Inglaterra, estará, conseqüentemente, em condições de aliar-se com Hitler contra as democracias ocidentais. Em ambos os casos, a vitória será de Hitler.14

Cedo isto seria visto.

Um golpe na Renânia

No seu discurso de paz do Reichstag, de 21 de maio de 1935, que, como vimos, tanto impressionara o mundo, sobretudo a Inglaterra, Hitler mencionara que “um elemento de insegurança legal” fora introduzido no pacto de Locarno, como resultado do acordo de assistência mútua assinado entre a Rússia e a França, a 2 de março, em Paris, e a 14 de março, em Moscou, e que até o fim do ano não

havia sido ratificado pelo parlamento francês. O Ministério do Exterior alemão chamou a atenção de Paris sobre esse “elemento”, numa nota formal ao governo francês.

A 21 de novembro, François-Poncet, o embaixador francês, teve uma conferência com Hitler, na qual o Führer lançou “uma longa invectiva” contra o pacto franco-soviético. François-Poncet informou a Paris estar convencido de que Hitler pretendia utilizar o pacto como desculpa para ocupar a desmilitarizada zona da Renânia. “A única hesitação de Hitler relaciona-se, agora, com o momento apropriado para a ação”, aduziu.¹⁵

François-Poncet, possivelmente o mais bem informado embaixador em Berlim, sabia o que estava comunicando, embora indiscutivelmente ignorasse que já na primavera antecedente, a 2 de maio, 19 dias antes de Hitler ter assegurado que respeitaria o pacto de Locarno e as cláusulas territoriais de Versalhes, o general von Blomberg dera sua primeira ordem para os três ramos das forças armadas no sentido de preparar planos para a reocupação da desmilitarizada Renânia. O nome, em código, da operação foi de Schulung (Instrução), e devia ser “executada de surpresa e com a velocidade do relâmpago”. Sua planificação devia ser tão secreta que “apenas o menor número possível de oficiais podia ser informado”. Efetivamente, no interesse do sigilo, Blomberg escreveu pessoalmente a ordem.¹⁶

A 16 de junho teve lugar uma nova discussão a respeito da ocupação da Renânia, na décima reunião do Comitê de Trabalho do Conselho de Defesa do Reich, durante a qual o coronel Alfred Jodl, que acabara de ser nomeado chefe do Departamento de Defesa Interior, referiu-se aos planos e salientou a necessidade do mais estrito segredo. Ninguém deveria escrever senão o absolutamente necessário, advertiu, e acrescentou que “tal material deve ser colocado em caixa-forte, sem exceção”.¹⁷

Por todo o inverno de 1935-36, Hitler aguardou a ocasião. A França e a Inglaterra, não podia deixar de verificar, estavam preocupadas em deter a agressão da Itália à Abissínia, mas Mussolini parecia obter êxito. Apesar de suas tão apregoadas sanções, a Liga das Nações revelava-se impotente para conter o agressor. Em Paris, o parlamento demonstrava não ter pressa em ratificar o pacto com a União Soviética; o crescente sentimento da Direita opunha-se completamente a ele. Hitler julgava, pelo visto, que havia boa oportunidade para a Câmara ou o Senado da França rejeitar a aliança com Moscou. Neste caso, ele deveria arranjar outra desculpa para a Schulung. Mas o pacto foi apresentado à Câmara no dia 11 de fevereiro e aprovado a 27, por 353 votos contra 164. Dois

dias depois, a 1º de março, tomou sua decisão, com certa consternação dos generais. A maioria destes estava convencida de que a França demolira as pequenas forças alemãs que haviam sido reunidas para entrar na Renânia. No entanto, no dia seguinte, 2 de março de 1936, em obediência a instruções superiores, Blomberg transmitiu ordem formal para a ocupação da Renânia. Devia ser um “movimento de surpresa”, disse aos oficiais superiores das forças armadas. Blomberg esperava que fosse “uma operação pacífica”. Caso não fosse, isto é, caso a França lutasse, o supremo comandante se reservava o “direito de adotar todas as contramedidas militares”.¹⁸ Na realidade, como verifiquei seis dias mais tarde, e como seria confirmado pelo testemunho dos generais em Nuremberg, já Blomberg tinha em mente que as contramedidas deviam significar a urgente retirada para o Reno!

Mas a França, nação paralisada pelas discórdias internas e com seu povo mergulhado no derrotismo, não tinha conhecimento do que se passava quando uma pequena força simbólica de tropas alemãs, em parada, cruzou as pontes do Reno a 7 de março e entrou na zona desmilitarizada.* Às 10h, Neurath, o submisso ministro do Exterior, convocou os embaixadores da França, da Inglaterra e da Itália, notificou-os das novidades a respeito da Renânia e entregou-lhes uma nota formal denunciando o Tratado de Locarno, que Hitler acabava de romper, e propondo novos planos de paz! “Hitler golpeou seus adversários na face”, observou ironicamente François-Poncet, “e ao golpear, declarou: Apresento-lhes propostas de paz”²⁰

** Conforme o testemunho de Jodl em Nuremberg, apenas três batalhões cruzaram a fronteira do Reno, vindos de Aachen, Trier e Saarbrücken, e apenas uma divisão foi utilizada para a ocupação de todo o território. O serviço de informações aliado fez uma avaliação consideravelmente maior: 35 mil homens, ou aproximadamente três divisões. Hitler comentou mais tarde: "A verdade é que eu contava somente com quatro brigadas."*¹⁹

Realmente, duas horas mais tarde o Führer encontrava-se na tribuna do Reichstag, diante de uma assistência delirante, expondo seu afã de paz e suas últimas ideias de como mantê-la. Fui à Ópera Kroll para ver o espetáculo, que jamais esquecerei, pois era tão fascinante quanto hediondo. Depois de uma prolongada arenga a respeito dos males do Tratado de Versalhes e da ameaça bolchevista, Hitler anunciou, calmamente, que o pacto da França com a Rússia invalidava o Tratado de Locarno, que, diferentemente do de Versalhes, a Alemanha subscrevera livremente. A cena ocorrida foi por mim anotada no meu diário naquela noite:

"A Alemanha não se sente mais presa ao Tratado de Locarno [disse Hitler].

No interesse dos direitos primordiais de seu povo à segurança de sua fronteira e à salvaguarda de sua defesa, o governo germânico restabeleceu, a partir de hoje, a soberania absoluta e irrestrita do Reich na zona desmilitarizada!”

Agora, os seiscentos deputados, todos escolhidos por Hitler, homens pequenos de corpos enormes e pescoços grossos, de cabelos cortados rente e ventres abaulados, vestindo uniformes pardos e pesadas botas (...), saltavam como autómatos, com os braços direitos erguidos e tesos, em saudação nazista, e gritavam Heils (...) Hitler pedia silêncio com a mão (...) Disse, numa voz profunda e reboante: “Senhores do Reichstag alemão!” Silêncio absoluto.

“Nesta hora histórica, em que, nas províncias ocidentais do Reich, as tropas alemãs se dirigem para suas futuras guarnições do tempo de paz, nós todos nos unimos por dois votos sagrados.”

Não pôde prosseguir. É novidade para a horda parlamentar que os soldados alemães estejam penetrando na Renânia. Todo sentimento de militarismo do sangue alemão aflui às suas cabeças. Saltam, berram e gritam, todos de pé (...) Suas mãos levantadas na saudação servil, suas faces já contorcidas pela histeria, suas bocas imensamente abertas, bradando, bradando, seus olhos, brilhantes de fanatismo, não se despregavam do novo deus, o Messias. O Messias representou seu papel magnificamente. De cabeça baixa, todo humildade, esperava pacientemente pelo silêncio. Então sua voz, ainda cava, mas denotando emoção, proferiu os dois votos:

“Primeiro, juramos não recorrer à força, de nenhum modo, na restauração da honra de nosso povo (...) Segundo, prometemos que agora, mais que nunca, nós nos empenharemos em prol do entendimento entre os povos da Europa, especialmente entre as nações vizinhas do Ocidente (...) A Alemanha não tem reivindicações territoriais na Europa! (...) A Alemanha jamais romperá a paz!”

Decorreu longo tempo até que as aclamações cessassem (...) Alguns generais se retiraram. Por seus sorrisos, entretanto, não se poderia deixar de descobrir nervosismo (...) Corri ao general von Blomberg (...) Seu rosto estava branco, as faces crispadas.²¹

E com razão. O ministro da Defesa, que cinco dias antes ordenara o avanço, com seu próprio punho, estava com os nervos descontrolados. No dia seguinte, soube que ele ordenara que suas tropas se retirassem do Reno se a França opusesse resistência. Mas a França não fez o mais leve gesto. François-Poncet contou que depois de seu aviso anterior, de novembro, o Alto-Comando francês perguntara ao governo o que deveria fazer no caso de o embaixador estar certo. A resposta foi, disse ele, que o governo trataria do assunto por intermédio da Liga

das Nações.²² Na realidade, ao se dar o golpe,* o governo francês quis agir, mas o Estado-maior geral recuou. “O general Gamelin”, afirma François-Poncet, “advertiu que uma operação de guerra, embora limitada, pressupunha riscos incalculáveis e não poderia ser empreendida sem uma mobilização geral”.²³ O máximo que o general Gamelin, chefe do Estado-maior geral, poderia fazer — e fez — foi concentrar 13 divisões próximas à fronteira germânica, mas simplesmente para reforçar a Linha Maginot. Mesmo isso foi o suficiente para alarmar o Alto-Comando alemão. Blomberg, apoiado por Jodl e pela maioria dos oficiais de alta patente, quis recuar os três batalhões que tinham atravessado o Reno. Segundo o testemunho de Jodl em Nuremberg, “considerando a situação em que nos encontrávamos, o exército de cobertura francês poderia ter-nos liquidado”.²⁴

** Apesar do aviso do outono anterior, de François-Poncet, a ação da Alemanha aparentemente tomou os governos e os Estados-maiores da França e da Inglaterra de surpresa.*

Poderia — e se o tivesse feito, isso significara o fim de Hitler, em virtude de que a história podia tomar um curso completamente diferente e mais brilhante do que tomou, pois o ditador jamais sobreviveria a semelhante fracasso. O próprio Hitler admitiu a possibilidade. “Uma retirada de nossa parte”, concordou mais tarde, “teria ocasionado o colapso.”²⁵ Apenas os nervos de aço de Hitler naquele momento, como durante muitas crises que enfrentara, salvaram a situação e, confundindo os relutantes generais, permitiram o êxito. Mas aquele não foi um momento fácil para ele.

“As 48 horas que se seguiram à marcha para a Renânia”, Paul Schmidt, seu intérprete, ouviu-o posteriormente dizer, “foram as mais torturantes de minha vida. Se os franceses tivessem se dirigido para a Renânia, teríamos de nos retirar com o rabo entre as pernas, pois os recursos militares à nossa disposição eram completamente inadequados, mesmo para uma resistência moderada”.²⁶

Certo de que os franceses não marchariam, ele grosseiramente rejeitou todas as sugestões do vacilante Alto-Comando para retroceder. O general Beck, chefe do Estado-maior geral, desejava que o Führer suavizasse o golpe, proclamando que ele não fortificaria a zona ocidental do Reno, sugestão essa que, conforme certificou mais tarde Jodl, “o Führer recusou asperamente”, por motivos claros, como veremos.²⁷ A proposta de Blomberg, para a retirada, disse depois Hitler ao general von Rundstedt, representava nada menos que um ato de covardia.²⁸

“Que teria acontecido”, declarou Hitler numa enorme assembléia com seus

companheiros no quartel-general, na noite de 27 de março de 1942, evocando o golpe da Renânia, “se qualquer outro que não eu mesmo estivesse à frente do Reich! Quem quer que mencionarem, teria se descontrolado. Fui obrigado a mentir, e o que nos salvou foi minha inquebrantável obstinação e minha assombrosa firmeza”.²⁹

É verdade. Mas também deve-se recordar que ele foi ajudado, tanto pelas hesitações dos franceses quanto pela passividade dos seus aliados britânicos. O ministro do Exterior francês, Pierre Étienne Flandin, voou a Londres no dia 11 de março e pediu ao governo britânico para apoiar a França numa contra-ação militar na Renânia. Seus rogos foram baldados. A Inglaterra não queria se arriscar a uma guerra, ainda que a superioridade militar sobre os alemães fosse esmagadora. Como observou lorde Lothian, “os alemães, apesar de tudo, estavam apenas voltando ao seu próprio jardim dos fundos”. Já antes do ministro francês chegar a Londres, Anthony Eden, que se tornara secretário do Exterior em dezembro, dissera na Câmara dos Comuns, a 9 de março: “A ocupação da Renânia pela Reichswehr desferiu um pesado golpe sobre o princípio da santidade dos tratados.” E acrescentou: “Felizmente não temos motivos para supor que a atual ação da Alemanha constitua uma ameaça de hostilidades.”³⁰

Apesar de tudo, a França estava autorizada, pelos termos do Tratado de Locarno, a tomar medidas militares contra a presença de tropas alemãs na zona militarizada, e a Inglaterra era obrigada pelo tratado a apoiá-la com suas próprias forças armadas. As malogradas conversações de Londres confirmaram a Hitler que ele ganhara o seu último jogo.

Os ingleses não apenas se esquivaram do risco da guerra, mas novamente tomaram a sério o mais recente fascículo das propostas de “paz” de Hitler. Nas notas entregues aos três embaixadores, no dia 7 de março, e em seu discurso ao Reichstag, Hitler oferecia-se para assinar um pacto de não-agressão de 25 anos com a Bélgica e a França, a ser garantido pela Inglaterra e a Itália; para concluir pactos semelhantes com os vizinhos da Alemanha no leste; para concluir um acordo de desmilitarização de ambos os lados da fronteira franco-alemã; e, finalmente, para fazer retornar a Alemanha à Liga das Nações. A sinceridade de Hitler podia ser julgada por sua proposta de desmilitarizar ambos os lados da fronteira franco-alemã, já que isso forçaria a França a abandonar a Linha Maginot, sua última proteção contra um ataque de surpresa da Alemanha.

Em Londres, o respeitável Times, conquanto deplorasse a atitude precipitada de Hitler ao invadir a Renânia, intitulou seu principal editorial “Uma oportunidade para reconstruir”.

Retrospectivamente, é fácil verificar que o golpe bem-sucedido de Hitler na Renânia deu-lhe uma vitória mais estonteante e mais funesta em suas terríveis consequências do que seria percebido na época. Internamente, ele fortaleceu a popularidade* e o poder, elevando-se a uma altura que nenhum outro governante, no passado, jamais alcançara. Assegurou sua ascendência sobre os generais, que vacilaram e fraquejaram no clímax da crise, enquanto ele permanecera firme. Mostrou que, em política exterior, e mesmo em relação às questões militares, seu raciocínio era superior ao deles. Temeram os generais que os franceses lutassem, ao passo que ele os conhecia melhor. Finalmente, e sobretudo, a ocupação da Renânia, apesar de ser insignificante como operação militar, abria uma perspectiva que unicamente Hitler parecia perceber (e apenas Churchill, na Inglaterra), de novas e imensas possibilidades na Europa, que estava não somente abalada, mas cuja situação estratégica ficava irremediavelmente modificada pelo desfile dos três batalhões alemães pelas pontes do Reno.

** A 7 de março Hitler dissolveu o Reichstag e convocou nova "eleição" e um referendo sobre sua entrada na Renânia. De acordo com os números oficiais da votação de 29 de março, 99% dos 45.453.691 eleitores compareceram ao pleito, e 98,8% aprovaram a atitude de Hitler. Os correspondentes estrangeiros que visitaram os locais de votação encontraram algumas irregularidades — principalmente, que a votação foi aberta e não secreta — e que não havia dúvida de que alguns alemães temiam (justificadamente, como vimos) que um Não pudesse ser descoberto pela Gestapo. O dr. Hugo Eckener disse a este autor que em seu novo Zeppelin Hindenburg, que Goebbels mandou cruzar as cidades da Alemanha como recurso de publicidade, o número de Sim anunciado pelo ministro de Propaganda como sendo de 42, superou em duas unidades o número total de pessoas. Não obstante, esse observador, que deu cobertura à "eleição" de um extremo a outro do Reich, não tem dúvida de que a votação pela aprovação do golpe de Hitler foi esmagadora. E por que não? O ato de atirar no lixo o Tratado de Versalhes e o aparecimento de soldados alemães em marcha novamente para aquilo que, depois de tudo, era território germânico, era o que quase todos os alemães naturalmente aprovavam. Os votos Não somaram 540.211.*

Inversamente, é igualmente fácil verificar, em retrospectiva, que o fracasso da França em repelir os batalhões da Wehrmacht, e o da Inglaterra em apoiá-la, naquilo que não teria sido nada mais do que uma ação policial, constituiu um desastre para o Ocidente, que iria dar causa, mais tarde, a acontecimentos de maior relevância. Em março de 1936, as duas democracias ocidentais tiveram sua última chance de conter, sem o risco de uma guerra séria, a ascensão de uma Alemanha totalitária, militarizada e agressiva e, como vimos Hitler admitir, de pôr abaixo o ditador e seu regime. Elas deixaram escapar a oportunidade.

Para a França, foi o princípio do fim. Seus aliados no leste, a Rússia, a Polônia, a Tchecoslováquia, a Romênia e a Iugoslávia, de repente encontraram-se diante do fato de que a França não lutaria contra a agressão alemã para preservar o sistema de segurança que o próprio governo francês tão laboriosamente se dedicara a edificar. Mais do que isso, ainda. Os aliados orientais da França começaram a perceber que, mesmo que não fosse tão passiva, breve ela não estaria em condições de prestar-lhes tanta ajuda, em face da febril construção de uma muralha ocidental, pela Alemanha, atrás da fronteira franco-alemã. A ereção dessa linha fortificada, eles viam, modificaria rapidamente o mapa estratégico da Europa, em detrimento deles próprios. Pouco podiam esperar de uma França que não ousava, com suas cem divisões, repelir três batalhões alemães, e que não sacrificaria sua juventude contra as inexpugnáveis fortificações da Alemanha, enquanto ela atacasse no leste. Mas, mesmo que o inesperado ocorresse, seria inútil. Para o futuro, os franceses não poderiam reter, no Ocidente, mais do que uma pequena parte do crescente exército alemão. O restante estaria livre para as operações contra os vizinhos alemães do Oriente.

O valor das fortificações da Renânia para a estratégia de Hitler foi ressaltado a William C. Bullit, embaixador americano na França, quando chamado a Ministério do Exterior germânico, em Berlim, a 18 de maio de 1936.

Disse von Neurath [informou Bullit ao Departamento de Estado] que a política do governo alemão consistia em nada empreender ativamente nos assuntos exteriores, enquanto “a Renânia não fosse digerida”. Explicou que isso significa que até que as fortificações alemãs tivessem sido construídas nas fronteiras da Bélgica e da França, o governo alemão faria todo o possível, antes para evitar do que para encorajar, um forte distúrbio nazista na Áustria e tentaria uma orientação tranquila em relação à Tchecoslováquia. “Logo que nossas defesas estiverem construídas e os países da Europa Central perceberem que a França não pode entrar no território alemão facilmente, todos os países começarão a sentir de modo diferente suas políticas externas, e uma nova constelação se desenvolverá”, disse ele.³¹

Este desenvolvimento começava agora.

“Ao permanecer diante do túmulo de meu predecessor [o assassinado Dollfuss]”, o dr. Schuschnigg relatou em suas memórias, “compreendi que para salvar a independência da Áustria tinha de adotar uma conduta de apaziguamento (...) Tudo que pudesse ser um pretexto para a Alemanha intervir tinha de ser evitado e tudo devia ser feito para assegurar, de alguma forma, a tolerância de Hitler em relação ao status quo.”³²

O recente e ainda jovem chanceler austríaco fora estimulado pela declaração pública de Hitler ante o Reichstag, a 21 de maio de 1935, “de que a Alemanha não tenciona nem deseja interferir nos assuntos internos da Áustria, anexar a Áustria, ou proceder a um Anschluss”. E pela reiteração em Stresa por parte da Itália, França e Inglaterra, que lhe reasseguravam a determinação de ajudar a salvaguarda da independência da Áustria. Depois, Mussolini, principal protetor da Áustria desde 1933, resolvera atacar a Abissínia e rompera com a França e Inglaterra. Quando os alemães avançaram para a Renânia e começaram a fortificá-la, o dr. Schuschnigg entendeu que devia empreender certo apaziguamento de Hitler. Passou a negociar um novo tratado com o matreiro ministro alemão em Viena, Papen, que embora os nazistas por pouco não o tivessem assassinado durante o expurgo de junho, havia, entretanto, se posto a trabalhar, desde a sua chegada à Áustria no fim do verão de 1934, depois do assassinato nazista de Dollfuss, para minar a independência e conquistar a terra natal de Hitler, para o Führer. “O nacional-socialismo deve sobrepujar a nova ideologia austríaca”, escreveu ele a Hitler a 27 de julho de 1935, prestando contas de seu primeiro ano de serviço em Viena.³³

O texto, tornado público, do acordo austro-alemão, assinado a 11 de julho de 1936, parecia revelar uma dose extraordinária de generosidade e tolerância por parte de Hitler. A Alemanha reafirmava o reconhecimento da soberania da Áustria e a promessa de não interferir nos assuntos internos de sua vizinha. Em troca, a Áustria prometia que sua política externa sempre agiria na base do princípio de que ela se reconhecia como “um estado alemão”. Mas, havia cláusulas secretas no tratado³⁴ e, nelas, Schuschnigg fazia concessões que o levariam — e a seu pequeno país — à perdição. Anuiu em anistiar os prisioneiros políticos nazistas na Áustria e indicar representantes da “chamada Oposição Nacional” — eufemismo para os nazistas ou seus simpatizantes — para ocupar postos de “responsabilidade política”. Equivalia admitir que Hitler introduzisse um cavalo de Tróia na Áustria. De dentro dele sairia brevemente o advogado vienense Seyss-Inquart, que vai desempenhar papel de certo modo saliente nas páginas seguintes.

Se bem que Papen tivesse obtido a aprovação de Hitler para o texto do tratado, realizando uma visita pessoal a Berlim com essa finalidade no início de julho, o Führer ficou furioso com seu enviado quando ele lhe telefonou a 16 de julho, notificando-o de que o acordo fora assinado.

A reação de Hitler surpreendeu-me [Papen escreveu mais tarde]. Em vez de expressar sua gratidão, atirou-me uma torrente de impropérios. Eu o tinha enganado, disse, ao fazer concessões exageradas (...) Tudo era uma

Como se verificou mais tarde, significava uma armadilha para Schuschnigg, não para Hitler.

A assinatura do tratado austro-alemão era um sinal de que Mussolini perdera seu domínio sobre a Áustria. Esperava-se que houvesse um agravamento das relações entre os dois ditadores fascistas, mas ocorreu justamente o contrário, devido a acontecimentos que então, em 1936, favoreciam os planos de Hitler.

A 2 de maio de 1936, as forças italianas entraram na capital da Abissínia, Adis Abeba, e a 4 de julho a Liga das Nações capitulou formalmente e abandonou suas sanções contra a Itália. Duas semanas depois, a 16 de julho, Franco promoveu uma revolta militar na Espanha e irrompeu a guerra civil.

Hitler, como era seu costume nessa época do ano, estava assistindo a uma ópera no Festival Wagner, em Bayreuth. Na noite de 22 de julho, após seu regresso do teatro, um negociante alemão de Marrocos, acompanhado pelo líder nazista local, chegou a Bayreuth com uma carta urgente de Franco. O líder rebelde necessitava de aviões e de toda ajuda. Hitler imediatamente convocou Göring e o general von Blomberg, que se encontravam casualmente em Bayreuth, e naquela mesma noite foi tomada a decisão de oferecer apoio à rebelião espanhola.³⁶

Apesar de a ajuda alemã a Franco não se comparar à fornecida pela Itália, que enviou de sessenta mil a setenta mil homens, e imensos suprimentos de armas e aviões, ela foi considerável. Os alemães avaliaram mais tarde que gastaram meio bilhão de marcos na aventura,³⁷ além de fornecer aviões, tanques, técnicos e a Legião Condor, uma unidade da força aérea que se distinguiu pelo fato de ter feito desaparecer a cidade espanhola de Guernica e seus habitantes civis. Em comparação com o próprio rearmamento maciço da Alemanha, não foi muito, mas produziu fartos dividendos a Hitler.

A revolta espanhola deu à França uma terceira potência fascista inimiga em suas fronteiras. Ao mesmo tempo, isso exacerbou a luta interna na França entre a direita e a esquerda e enfraqueceu, desse modo, o principal adversário da Alemanha no Ocidente. Sobretudo tornou impossível uma reaproximação da Inglaterra e da França com a Itália, pelo que esperavam os governos de Londres e Paris depois do término da guerra contra a Abissínia, levando assim Mussolini para os braços de Hitler.

Desde seu início a política espanhola do Führer foi astuta, calculada e perspicaz. Uma leitura atenta dos documentos alemães apreendidos deixa claro que um dos propósitos de Hitler era prolongar a Guerra Civil Espanhola a fim de manter as democracias ocidentais e a Itália em disputa e arrastar Mussolini para seu lado.* Já em dezembro de 1936, Ulrich von Hassell, embaixador alemão em Roma, que ainda não compreendia os objetivos e a conduta nazista, o que só conseguiu mais tarde e lhe custou a vida, informava à Wilhelmstrasse:

*O papel desempenhado pelo conflito espanhol em face das relações da Itália com a França e a Inglaterra seria semelhante ao do conflito abissínio, ressaltando os reais e opostos interesses das potências e impedindo, dessa forma, a Itália de ser arrastada para a rede das potências ocidentais e utilizada para suas maquinacões. A luta pelo domínio político na Espanha desnuda o antagonismo natural entre a Itália e a França; ao mesmo tempo, a posição da Itália como potência do Mediterrâneo Ocidental entra em choque com a da Inglaterra. Muito mais claramente a Itália reconhecerá as vantagens de enfrentar as potências ocidentais ombro a ombro com a Alemanha.*³⁹

** Passado mais de um ano, a 5 de novembro de 1937, Hitler reafirmou sua política espanhola numa conversaçãõ confidencial com seus generais e seu ministro do Exterior. "Cem por cento de vitória para Franco", disse-lhes, "nãõ é desejável sob o ponto de vista alemão. Estamos mais interessados na continuaçãõ da guerra e em conservar a tensãõ no Mediterrâneo".*³⁸

Foram essas circunstâncias que levaram ao aparecimento do eixo Roma-Berlim. A 24 de outubro, depois das conferências com von Neurath, em Berlim, o conde Galeazzo Ciano, genro de Mussolini e ministro do Exterior, realizou a primeira de suas inúmeras peregrinações a Berchtesgaden. Encontrou o ditador alemão expansivo e amigável. Mussolini, Hitler declarou, era "o mais importante estadista do mundo, a quem ninguém, mesmo remotamente, pode comparar-se". Juntas, a Itália e a Alemanha dominariam não somente o bolchevismo, mas também o Ocidente. Incluindo a Inglaterra! Os ingleses, pensava Hitler, podiam eventualmente procurar acomodar-se à Itália, unida à Alemanha. Do contrário, as duas potências, agindo em comum, dominaram-nos facilmente. "O rearmamento alemão e italiano" lembrou Hitler a Ciano, "está avançando muito mais rapidamente do que o da Inglaterra (...) Em três anos a Alemanha estará preparada (...)"⁴⁰

A data é interessante. Três anos depois seria o outono de 1939.

Em Berlim, a 21 de outubro, Ciano e Neurath assinaram um protocolo secreto

que estabelecia uma política comum para a Alemanha e a Itália em assuntos estrangeiros. Num discurso em Milão, poucos dias mais tarde (1º de novembro), Mussolini referiu-se publicamente a ele, sem divulgar seu conteúdo, como um acordo que constituía um “Eixo”, em torno do qual as demais potências européias “podiam trabalhar em harmonia”. Essa palavra se tornaria famosa e, para o Duce, fatal.

Com Mussolini seguro, Hitler voltou as atenções para outro lugar. Em agosto de 1936 nomeara Ribbentrop embaixador alemão em Londres, numa tentativa de explorar a possibilidade de um acordo com a Inglaterra, dentro de suas próprias condições. Incompetente e lerdo, presunçoso como um pavão, arrogante e sem humor, Ribbentrop foi a pior de todas as escolhas para tal posto, como Göring advertiu. “Quando critiquei as qualidades de Ribbentrop para tratar dos problemas britânicos”, afirmou mais tarde, “o Führer salientou que Ribbentrop conhecia o lorde Fulano de tal e o ministro Sicrano. Ao que lhe repliquei: Sim, mas a dificuldade está em que eles conheçam Ribbentrop”.⁴¹

É certo que Ribbentrop, embora personagem descolorida, não deixava de contar com influentes amigos em Londres. Sra. Simpson, a amiga do rei, supunha-se em Berlim, era um deles. Mas os esforços iniciais de Ribbentrop em seu novo posto foram desencorajadores e em novembro ele voou de volta a Berlim para concluir negócios não britânicos aos quais se havia dedicado. A 25 de novembro, assinou o pacto anti-Comintern com o Japão, em que disse aos correspondentes (entre os quais encontrava-se este autor), sem pestanejar, que a Alemanha e o Japão se uniram para defender a civilização ocidental. À primeira vista o pacto parecia não ser mais que um artifício de propaganda pelo qual o Japão e a Alemanha obteriam o apoio mundial, explorando a aversão geral pelo comunismo e a desconfiança generalizada pela Internacional Comunista. Mas no tratado também havia um protocolo secreto especialmente dirigido contra a Rússia. No caso de um ataque não provocado da União Soviética contra a Alemanha ou o Japão, as duas nações concordavam em consultar-se a respeito das medidas a tomar “para salvaguardar os seus interesses comuns” e, ao mesmo tempo, concordavam em “não adotar medidas que pudessem facilitar a situação da União Soviética”. Estipulava-se, igualmente, que nenhuma das duas nações faria quaisquer tratados com a Rússia contrários ao espírito do acordo, sem consentimento mútuo.⁴²

A Alemanha não tardaria muito a romper o acordo e acusar o Japão — injustificadamente — de não observá-lo. Mas o pacto servia a certos objetivos de propaganda entre o mundo crédulo e juntava pela primeira vez as três nações agressoras e falsas. A Itália assinou-o no ano seguinte.

A 30 de janeiro de 1937, Hitler dirigiu-se ao Reichstag, anunciando a “retirada da assinatura alemã” do Tratado de Versalhes — gesto vazio mas típico, já que o tratado se achava bem morto — e fazendo um balanço orgulhoso de seus quatro anos de governo. O seu orgulho poderia ser perdoado, pois conseguira coisas impressionantes, tanto nos assuntos domésticos, como nos externos. Tinha, como vimos, abolido o desemprego, estimulado ao auge os negócios, erguido um poderoso exército, uma forte marinha e uma grande força aérea, fornecera-lhes copiosos armamentos e mais lhes prometera, em escala maciça. Sozinho, rompera os grilhões de Versalhes e enveredara pela ocupação da Renânia. A princípio, completamente isolado, encontrara um fiel aliado em Mussolini e outro em Franco, e separara a Polônia da França. E, talvez o mais importante de tudo, liberara a energia dinâmica do povo alemão, fazendo ressurgir sua confiança na nação e o sentido de sua missão como grande e expansionista potência mundial.

Todos podiam ver o contraste entre a nova Alemanha, dirigida de modo audaz, marcial e florescente, e as decadentes democracias do Ocidente, cujas vacilações e confusões pareciam aumentar a cada mês que passava. Apesar de alarmadas, a Inglaterra e a França não levantaram uma palha para impedir que Hitler violasse o tratado de paz, recorrendo ao rearmamento da Alemanha e reocupando a Renânia. Elas foram incapazes de conter Mussolini na Abissínia. E agora, ao iniciar-se 1937, faziam um triste papel com seus gestos inúteis para evitar que a Alemanha e a Itália intervissem na Guerra Civil Espanhola. Todos sabiam o que a Alemanha e a Itália estavam fazendo para assegurar a vitória de Franco. Não obstante, os governos de Londres e Paris continuaram durante anos a realizar inócuas negociações diplomáticas com Berlim e Roma para garantir a “não intervenção” na Espanha, esporte que parece ter divertido o ditador alemão e que com certeza aumentou seu desprezo pela política vacilante dos dirigentes da França e da Inglaterra — “pequenos vermes”, os classificaria em poucas palavras numa ocasião histórica, em que novamente humilhou as duas democracias ocidentais com a maior das facilidades.

Nem a Inglaterra, nem a França, nem seus governantes e povos, nem tampouco a maioria do povo alemão, parece terem percebido, ao começar o ano de 1937, que tudo quanto Hitler realizou, nos seus primeiros quatro anos de governo, fora uma preparação para a guerra. Este autor pôde testemunhar, por observação pessoal, que, justamente a 1º de setembro de 1939, o povo alemão estava convencido de que Hitler seria capaz de conseguir o que queria — e o que ele, povo, queria — sem recorrer à guerra. Mas entre a elite que dirigia a Alemanha, ou que procurava posições importantes, não havia dúvida sobre quais eram os objetivos de Hitler. Ao chegar ao fim o período de provas de quatro anos de governo nazista, como Hitler o chamava, Göring, que em setembro de 1936

assumira a responsabilidade do Plano de Quatro Anos, apresentou bruscamente o que estava para acontecer num discurso secreto aos industriais e aos altos funcionários, em Berlim.

*A batalha da qual agora estamos nos aproximando [disse] exige uma enorme capacidade de produção. Nenhum limite ao rearmamento pode ser imaginado. As únicas alternativas são ou a vitória ou a destruição (...) Vivemos o momento em que a batalha decisiva está à vista. Já atingimos o limiar da mobilização e nos achamos em guerra. Na verdade, tudo que falta é disparar.*⁴³

A advertência de Göring foi feita a 17 de dezembro de 1939. Em 11 meses, como veremos brevemente, Hitler tomou sua inalterável e funesta decisão de ir à guerra.

Em sua fala aos robôs do Reichstag, a 30 de janeiro de 1937, Hitler anunciou que o “tempo das chamadas surpresas terminara”.

Realmente, não ocorreram mais surpresas de fim de semana em 1937.* O ano, para a Alemanha, foi de consolidação e ulterior preparação, tendo em vista os objetivos que em novembro o Führer exporia, finalmente, para um pequeno grupo de seus oficiais superiores. O ano fora dedicado a forjar armas,** treinar tropas, experimentar a nova força aérea na Espanha, aperfeiçoar a gasolina e a borracha artificiais, consolidar o Eixo Roma-Berlim e ficar atento aos futuros pontos fracos de Paris, Londres e Viena.

** Os funcionários da Wilhelmstrasse costumavam dizer, gracejando, que Hitler consumava suas surpresas aos sábados porque lhe disseram que os funcionários britânicos passavam o fim de semana no campo.*

*** Em seu depoimento de 14 de março de 1946, em Nuremberg, Göring falou orgulhosamente das oportunidades que a Guerra Civil Espanhola lhe dera para experimentar "minha jovem Luftwaffe. Com o consentimento do Führer, enviei grande parte de minha frota de transporte e certo número de unidades experimentais de caça, bombardeiros e metralhadoras antiaéreas; tive oportunidade de verificar, em condições de combate, se todos os materiais estavam à altura da missão. A fim de que o pessoal também pudesse ganhar certa experiência, comprovei que para isto havia necessidade de contínuo afluxo, de forma que novos elementos fossem enviados constantemente e outros voltassem".*⁴⁴

Nos primeiros meses de 1937, Hitler enviou emissários importantes a Roma, para cativar Mussolini. Os alemães estavam um pouco inquietos com o namoro

da Itália com a Inglaterra (no dia 2 de janeiro Ciano assinou um acordo de honra com o governo britânico, pelo qual os dois países reconheciam os interesses vitais de cada um no Mediterrâneo) e compreenderam que a questão da Áustria ainda era assunto melindroso em Roma. Quando Göring encontrou-se com o Duce a 15 de janeiro e falou abertamente da inevitabilidade do Anschluss com a Áustria, o excitável ditador italiano balançou a cabeça violentamente, segundo o intérprete alemão Paul Schmidt. E o embaixador von Hassell informou a Berlim que a afirmativa de Göring “fora recebida com frieza”. Em junho, Neurath se apressou a garantir ao Duce que a Alemanha se conformaria com seu tratado de 11 de julho com a Áustria. Apenas no caso de uma tentativa de restauração dos Habsburgo os alemães empreenderiam uma ação enérgica.

Mussolini, apaziguado a respeito da Áustria e ainda ofendido pela oposição da França e da Inglaterra a quase todas suas ambições — na Etiópia, na Espanha, no Mediterrâneo — aceitou um convite de Hitler para visitar a Alemanha. A 25 de setembro, metido num novo uniforme criado especialmente para a ocasião, ele cruzou os Alpes em direção ao Terceiro Reich. Festejado e adulado como um herói conquistador por Hitler e seus auxiliares, não poderia entender quanto foi fatal o primeiro dia dos vários em que caminhou ao lado de Hitler para o enfraquecimento de sua própria posição e, em suma, para o final desastroso. O propósito de Hitler era de não empenhar-se mais em conversações diplomáticas com seu hóspede, mas impressioná-lo com o poderio da Alemanha e, dessa forma, estimular a ambição de Mussolini para unir sua sorte ao lado vitorioso. O Duce foi jogado de um lado para outro da Alemanha; para os desfiles das S.S. e das tropas, para as manobras do exército em Mecklenburg, para as usinas de armamento triplicantes do Ruhr.

Sua visita atingiu ao clímax numa manifestação em Berlim, a 28 de setembro, que o impressionou visivelmente. Uma multidão gigantesca de um milhão de pessoas reuniu-se em Maifeld para ouvir dois ditadores fascistas. Falando em alemão, Mussolini foi arrebatado por aplausos ensurdecedores e pelas palavras elogiosas de Hitler. O Duce, disse o Führer, era “um dos raríssimos homens do mundo em quem a história não é provada, mas que fazem eles próprios a história”. Recordo que uma tremenda trovoadá caiu sobre o campo antes de Mussolini terminar de falar e que, na confusão da massa dispersada, o serviço de segurança das S.S. veio abaixo e o orgulhoso Duce, arrastado e severamente machucado, foi obrigado a retirar-se sozinho para o quartel-general, da melhor maneira possível. Entretanto, a desagradável experiência não arrefeceu o entusiasmo de Mussolini de vir a ser um parceiro da nova e poderosa Alemanha. E, no dia seguinte, após passar em revista destacamentos do exército, da marinha e da força aérea, regressou a Roma convencido de que seu futuro estava em

permanecer ao lado de Hitler.

Consequentemente, não foi de causar surpresa que, um mês depois, quando Ribbentrop viajou a Roma para obter a assinatura de Mussolini no pacto anti-Comintern, o que teve lugar a 6 de novembro, o Duce lhe tivesse falado do interesse cada vez menor da Itália pela independência da Áustria. “Deixemos que os acontecimentos (na Áustria) sigam seu curso normal”, disse Mussolini. Era o que Hitler esperava para tomar a iniciativa.

Outro governante ficou impressionado com o crescente poderio da Alemanha nazista. Quando Hitler rompeu o Tratado de Locarno e, ocupando a Renânia, colocou as tropas alemãs na fronteira belga, o rei Leopoldo retirou seu país do pacto de Locarno e da aliança com a Inglaterra e a França, proclamando que daquele momento em diante a Bélgica seguiria uma rigorosa política de neutralidade. Isto significou um rude golpe para a defesa coletiva do Ocidente. Mas, em abril de 1937, a Inglaterra e a França aceitaram a decisão, atitude pela qual elas, bem como a Bélgica, logo haveriam de pagar caro.

Em fins de maio, a Wilhelmstrasse observara com interesse a saída do primeiro-ministro da Inglaterra, Stanley Baldwin, e a ascensão de Neville Chamberlain. Os alemães ficaram contentes ao saber que o novo primeiro-ministro inglês teria participação mais ativa nos assuntos externos do que seu predecessor, e que estava decidido a alcançar, se possível, um entendimento com a Alemanha nazista. A espécie de entendimento que seria aceitável para Hitler ficou patente num memorando secreto de 10 de novembro, escrito pelo barão von Weizsäcker, então chefe do departamento político do Ministério do Exterior alemão.

Da Inglaterra, queremos colônias e liberdade de ação no Oriente (...) A necessidade inglesa de tranquilidade é grande. Seria útil saber que a Inglaterra gostaria de pagar por essa tranquilidade.45

A oportunidade para descobrir o que pagaria a Inglaterra surgiu em novembro, quando lorde Halifax, com a aprovação entusiástica de Chamberlain, fez uma peregrinação a Berchtesgaden, a fim de avistar-se com Hitler. A 19 de novembro, mantiveram uma prolongada conversação e, no extenso memorando secreto alemão, redigido pelo Ministério do Exterior,⁴⁶ três questões ficaram evidentes: Chamberlain estava ansioso para concluir um acordo com a Alemanha e propunha conversações entre os dois países por intermédio dos respectivos gabinetes; a Inglaterra desejava um ajuste geral europeu, em troca do qual ela estava em condições de fazer concessões a Hitler em relação às

colônias e à Europa Oriental; Hitler não estava no momento grandemente interessado num acordo anglo-alemão.

Em face do resultado negativo da entrevista, os alemães se surpreenderam de os ingleses parecerem ter sido estimulados pelo fato.* E teria sido ainda mais surpreendente para o governo britânico tomar conhecimento de uma reunião altamente sigilosa que Hitler realizou em Berlim com seus chefes militares e seu ministro do Exterior, exatamente 14 dias antes de sua conversação com lorde Halifax.

** Chamberlain escreveu em seu diário: "A visita alemã [de Halifax] foi, na minha opinião, um completo êxito, porque alcançou seu objetivo: a criação de uma atmosfera em que é possível discutir as questões práticas compreendidas num ajuste europeu." (Keith Feiling, The life of Neville Chamberlain, p. 332).*

O próprio Halifax parece ter sido enganado por Hitler. Num relatório escrito para o Ministério do Exterior dizia ele: "O chanceler alemão e outros deram a impressão de que provavelmente não estavam dispostos a empreender aventuras que significassem o uso de força ou pelo menos a guerra." Para Chamberlain, Halifax comunicou oralmente, contou Charles C. Tansill, que Hitler "não estava inclinado a próximas aventuras, em parte porque elas podiam ser inúteis e em parte porque ele se achava ocupado em edificar internamente a Alemanha (...) Göring lhe assegurara que nenhuma gota de sangue alemão seria derramado na Europa, a menos que a Alemanha se visse forçada a fazê-lo. Os alemães lhe deram a impressão [a Halifax] (...) de pretenderem alcançar seus fins de modo ordeiro" (Tansill, Back Door to War, p. 365-6).

A fatídica decisão de 5 de novembro de 1937

Um prenúncio das coisas que viriam a suceder e das preparações que deviam ser feitas para enfrentá-las fora dado aos comandantes principais das três forças armadas no dia 24 de junho de 1937 pelo marechal-de-campo von Blomberg, numa ordem marcada "Altamente Secreto", e da qual apenas quatro cópias foram tiradas.⁴⁷ "A situação política geral", informava aos comandantes o ministro da Guerra e o comandante supremo das forças armadas, "justifica a suposição de que a Alemanha não tem necessidade de considerar um ataque de nenhum lado". Nem as potências ocidentais, nem a Rússia, dizia, tinham qualquer desejo de guerra nem estavam preparadas para ela.

"No entanto", continuava a ordem, "a situação politicamente fluida do mundo,

que não exclui incidentes de surpresa, exige constante estado de preparação para a guerra por parte das forças armadas alemãs (...) para tornar possível a exploração militar de oportunidades políticas favoráveis que possam ocorrer. Os preparativos das forças armadas para uma possível guerra no período de mobilização de 1937-38 devem ser efetuados com essa perspectiva”.

Que possível guerra, uma vez que a Alemanha não necessitava temer ataque “de nenhum lado”? Blomberg foi inteiramente explícito. Havia duas eventualidades de guerra (Kriegsfälle) “e nesse sentido é que se traçavam os planos”:

I. A guerra em duas frentes, com a principal no oeste. (Concentração estratégica “Rot”).

II. A guerra em duas frentes, com a luta principal no sudoeste. (Concentração estratégica “Grün”).

A suposição do primeiro caso era que a França podia efetuar um ataque de surpresa contra a Alemanha. Neste caso, os alemães deveriam empregar suas principais forças no Ocidente. A operação recebeu o nome em código de “Vermelho” (Rot).*

** Este é o primeiro dos numerosos nomes em código para os planos militares alemães que encontraremos no prosseguimento da narrativa. Os alemães usaram a palavra Fali, literalmente Caso (Fali Rot, Fali Grün — Caso Vermelho, Caso Verde —, nomes em código para as operações no oeste e contra a Tchecoslováquia, respectivamente) e no início, segundo as afirmações dos generais alemães em Nuremberg, foi meramente uma designação empregada comumente por todos os comandos militares para os planos de cobertura de situações hipotéticas. O termo, entretanto, como se tornará claro no transcurso destas páginas, e como foi utilizado pelos alemães, logo se transformou numa designação para um plano de agressão armada. A palavra Operação seria provavelmente uma tradução mais exata de Fali do que a palavra Caso. Entretanto, por conveniência, o autor continuará com a palavra Caso.*

Para a segunda eventualidade:

A guerra no leste pode começar com uma operação de surpresa contra a Tchecoslováquia, a fim de conter um ataque iminente de uma coalizão inimiga superior. As condições necessárias para justificar politicamente — em face do direito internacional — semelhante ação devem ser criadas de antemão.

A Tchecoslováquia, salientava a ordem, deve ser “eliminada desde o início” e ocupada.

Havia também três casos em que “preparativos especiais” deviam ser feitos.

I. Intervenção armada contra a Áustria (Caso especial “Otto”).

II. Complicações bélicas com a Espanha Vermelha (Caso especial “Richard”).

III. A Inglaterra, a Polônia, a Lituânia tomam parte numa guerra contra nós (Extensão do “Vermelho/Verde”).

O Caso Otto é um código que aparecerá com certa frequência nestas páginas, “Otto” simbolizava Otto de Habsburgo, o jovem pretendente ao trono da Áustria, que, então, vivia na Bélgica. Na ordem de junho, de Blomberg, o Caso Otto foi sintetizado da seguinte maneira:

O objetivo desta operação — intervenção armada na Áustria, na eventualidade de ser restaurada a monarquia — será obrigar a Áustria, pela força armada, a desistir da restauração.

Utilizando as dissensões políticas internas do povo austríaco, haverá uma marcha com esse objetivo na direção geral de Viena, e toda resistência será quebrada.

Uma nota de cautela, quase de desespero, insinua-se no fim desse documento revelador. Não há ilusões acerca da Inglaterra. “A Inglaterra”, ele adverte, “empregará toda a sua capacidade econômica e seus recursos militares contra nós”. Ela se alia à Polônia e à Lituânia, reconhece a diretiva, e “nossa posição militar seria agravada numa proporção insuportável e mesmo desesperada. Os dirigentes políticos farão tudo, porém, para conservá-los neutros, principalmente a Inglaterra”.

Apesar de ter sido assinada por Blomberg, é claro que a ordem veio do seu chefe na chancelaria do Reich. Ao centro nervoso do Terceiro Reich, que era a Wilhelmstrasse, em Berlim, vieram ter na tarde de 5 de novembro de 1937, para receber novos esclarecimentos do Führer, seis indivíduos. O marechal-de-campo von Blomberg, ministro da Guerra e comandante supremo das forças armadas; o coronel-general barão von Fritsch, comandante-em-chefe do exército; o almirante dr. Räder, comandante-em-chefe da marinha; o coronel-general Göring, comandante-em-chefe da força aérea; o barão von Neurath, ministro do

Exterior; e o coronel Hossbach, ajudante militar do Führer. O nome Hossbach não é familiar nestas páginas, nem será. Mas, nas horas sombrias daquele dia de novembro, o jovem coronel representou um importante papel. Ele anotou o que Hitler disse e cinco dias depois desenvolveu o assunto num memorando altamente confidencial, registrando, dessa forma, para a história — seu relato apareceu em Nuremberg entre os documentos capturados⁴⁸ — a reviravolta decisiva na vida do Terceiro Reich.

A reunião começou às 16:15h e durou até as 20:30h, sendo que Hitler foi quem mais falou. O que tinha para dizer, iniciou, era fruto de “exaustiva deliberação e das experiências de quatro anos e meio de poder”. Explicou que considerava as observações que estava prestes a fazer como sendo de tal importância que, no caso de sua morte, eles poderiam acatá-las como sua última vontade e testamento.

“O objetivo da política alemã”, disse, “é tornar firme e preservar a comunidade racial e engrandecê-la. Trata-se, por conseguinte, de uma questão de espaço (Lebensraum)”. Os alemães, expôs, tinham “o direito de um maior espaço vital que os demais povos (...) O futuro da Alemanha achava-se, portanto, inteiramente condicionado à solução do problema da necessidade de espaço”.*

** De ora em diante, o leitor observará que o que está inserto claramente de modo indireto tem sido colocado com os sinais de citações ou em citações em forma de extratos. Quase todos os registros alemães das observações de Hitler e de outros, em conversas particulares, foram confiados na terceira pessoa como dissertação indireta, embora, frequentemente, saltassem de repente para a direta, a primeira pessoa, sem qualquer modificação de pontuação. Isto criou um problema para o inglês americano. Por que quis preservar a exatidão do documento original e do fraseado usado ou registrado, decidi que seria melhor abster-me de alterar os relatos, quer traduzindo-os na dissertação direta para a primeira pessoa, quer eliminando deles os sinais de citação. No último caso, dir-se-ia que eu fora indulgente na divisão em parágrafos livres, quando não fui. É em grande parte coisa dos registros alemães de os tempos de verbos serem modificados, pelos arquivistas atuais, do presente para o passado e da primeira pessoa do pronome para a terceira. Se isto for levado em conta não haverá, creio, nenhuma confusão.*

Onde? Não em algumas remotas colônias da África ou da Ásia, mas no coração da Europa, “nas proximidades imediatas do Reich”. A questão para a Alemanha era: onde ela poderia alcançar o máximo proveito com o menor custo?

A história de todos os tempos — o império romano e o império britânico — tinha provado que a expansão só poderia ser realizada esmagando resistências e correndo riscos: reveses eram inevitáveis. (...) Nunca houve espaços sem donos e hoje não há nenhum. O atacante sempre surge contra um possuidor.

Dois países “insufladores de ódio”, afirmou Hitler, se colocavam no caminho da Alemanha: a Inglaterra e a França. Esses países se opunham a qualquer fortalecimento futuro da posição da Alemanha. O Führer não acreditava que o império britânico fosse inabalável. Efetivamente, ele via muitas fraquezas nele, e passou a mencioná-las: as complicações com a Irlanda e a Índia, a rivalidade com o Japão, no Extremo Oriente, e com a Itália, no Mediterrâneo. A posição da França, julgava, ‘era mais favorável que a da Inglaterra (...) mas a França tinha de enfrentar cada vez mais dificuldades políticas internas’. No entanto, a Inglaterra, a França e a Rússia devem ser consideradas “fatores poderosos em nossos cálculos”.

Por conseguinte:

O problema da Alemanha só podia ser resolvido por meio da força, e isto nunca ocorria sem perigos (...) Se se aceita como base da exposição a seguir o recurso à força, com seus esperados riscos, resta então, para serem respondidas, as questões “quando” e “onde”. Havia três casos a cogitar:

Caso I: Período 1943-1945

Após esta data, apenas uma mudança para pior de nosso ponto de vista seria esperada. O equipamento do exército, da marinha e da força aérea (...) estava quase completo. O equipamento e o armamento eram modernos; na demora reside o perigo de se tornarem obsoletos. Principalmente o segredo das “armas especiais” podia não ser preservado eternamente (...) Nossa força relativa poderia diminuir em relação ao rearmamento (...) pelo resto do mundo (...) Além disso, o mundo estava aguardando nosso ataque e aumentava suas contramedidas, de ano a ano. Assim, enquanto o resto do mundo reforçava suas defesas é que estávamos obrigados a tomar a ofensiva.

Ninguém sabia hoje que situação sobreviria nos anos de 1943-1945. Uma coisa, porém, era certa, a de que não poderíamos continuar esperando por muito mais tempo. Se o Führer ainda estivesse vivo, sua inquebrantável resolução era de solucionar o problema do espaço da Alemanha, o mais tardar, por 1943-1945. A necessidade para a ação antes de 1943-1945 se levantaria nos Casos II e III.

Caso II

Se a discórdia interna na França pudesse evoluir até uma crise nacional capaz de absorver completamente o exército francês e torná-lo inapto para a guerra contra a Alemanha, então a época para a ação contra os tchecos havia chegado.

Caso III

Se a França estivesse tão envolvida em uma guerra contra outro Estado que a dificultasse de agir contra a Alemanha (...) Nosso primeiro objetivo (...) deve ser abater a Tchecoslováquia e a Áustria simultaneamente, a fim de afastar a ameaça ao nosso flanco numa possível operação contra o Ocidente (...) Se os tchecos forem liquidados e se for alcançada uma fronteira alemã-húngara, poder-se-ia contar, na certa, com a neutralidade da Polônia, no caso de um conflito franco-germânico.

Mas que poderiam fazer a França, a Inglaterra, a Itália e a Rússia? Hitler respondeu a esta questão minuciosamente. Ele acreditava “que a Inglaterra, quase com certeza e, provavelmente, a França já haviam eliminado os tchecos. As dificuldades relacionadas com o Império e a perspectiva de ser uma vez mais envolvida numa guerra prolongada na Europa eram considerações de ordem decisiva contrárias à participação da Inglaterra numa guerra contra a Alemanha. A atitude da Inglaterra não poderia deixar de ter influência sobre a da França. Um ataque da França sem o apoio da Inglaterra, e com a perspectiva da ofensiva ser obrigada a parar em nossas fortificações ocidentais, seria pouco provável. Nem seria de esperar um avanço francês pela Bélgica e a Holanda, sem o apoio da Inglaterra (...) Naturalmente seria necessário manter uma defesa poderosa em nossa fronteira ocidental durante a continuação de nosso ataque aos tchecos e à Áustria”.

Hitler então delineou algumas vantagens da “anexação da Tchecoslováquia e da Áustria”: melhores fronteiras estratégicas para a Alemanha, a libertação de forças militares “para outros fins”, a adjudicação de uns 12 milhões de alemães, mais produtos alimentícios para cinco ou seis milhões de alemães no Reich e maior potencial humano para 12 novas divisões.

Ele esquecera de mencionar o que a Itália e a Rússia poderiam fazer e sobre isso voltava agora a cogitar. Duvidava que a União Soviética interviesse, “em face da atitude do Japão”. A Itália nada objetaria “pela eliminação dos tchecos”, mas era ainda de ver-se que atitude teria, no caso de a Áustria vir também a ser tomada. Dependia “essencialmente de o Duce ainda estar vivo na ocasião”.

A suposição de Hitler era de que a França se veria envolvida numa guerra com a Itália — conflito que esperava. Essa é a razão, explicou, de sua política de procurar prolongar a Guerra Civil Espanhola, que mantinha a Itália às voltas com a França e a Inglaterra. Via uma guerra entre elas “aproximando-se cada vez mais”. Na verdade, disse, estava disposto a tirar partido dela, assim que ocorresse, mesmo no princípio de 1938 — daí justamente a dois meses. Tinha certeza de que a Itália, com um pouco de auxílio alemão em matérias-primas, poderia manter a distância a Inglaterra e a França.

Se a Alemanha utilizar essa guerra para solucionar as questões tcheca e austríaca, é de se supor que a Inglaterra — ela mesma em guerra com a Itália — decidiria não agir contra a Alemanha. Sem o apoio da Inglaterra, uma ação bélica da França contra a Alemanha não é de se esperar. A época para nosso ataque aos tchecos e à Áustria deve depender do curso da guerra anglo-franco-italiana (...) Essa situação favorável (...) não ocorreria novamente (...) A incursão contra os tchecos teria de ser realizada com “velocidade de relâmpago”.

Portanto, em Berlim, na escura noite daquele dia de outono, 5 de novembro de 1937 — a reunião terminou às 20:15h —, a sorte foi lançada. Hitler comunicara sua decisão irrevogável de ir à guerra. Para o reduzido grupo de homens que teriam de dirigi-la nenhuma dúvida mais poderia existir. O ditador dissera tudo dez anos antes, em Minha Luta. Dissera que a Alemanha devia ter Lebensraum no leste e devia se preparar para empregar a força para consegui-lo. Mas, nessa ocasião, ele fora apenas um obscuro agitador, e seu livro, como disse mais tarde o marechal-de-campo von Blomberg, fora considerado pelos soldados — assim como por tantos outros — “um instrumento de propaganda”, cuja “grande circulação se devia às vendas forçadas”.

Nesse instante, porém, os chefes da Wehrmacht e o ministro do Exterior se encontravam diante de datas concretas para a agressão real contra dois países vizinhos — atitude que, estavam seguros, traria uma guerra européia. Deviam estar preparados para o ano seguinte, 1938, e o mais tardar para 1943-45.

O fato aturdiu-os. Não tanto, segundo os registros de Hossbach, por terem de expor a imoralidade das propostas de seu líder, mas por motivos mais práticos, pois a Alemanha não se achava preparada para uma grande guerra. Provocá-la agora seria arriscar-se ao desastre.

Baseados nisso, Blomberg, Fritsch e Neurath ousaram falar e discutir o pronunciamento do Führer. Dentro de três meses todos eles foram afastados dos cargos e Hitler, liberto de sua oposição — e esta seria a última que sofreria

durante o Terceiro Reich —, lançou-se no caminho da conquista, para cumprir seu destino. No início, o caminho foi mais fácil do que ele, ou qualquer outro, havia previsto.

██████████ O estranho e fatídico interlúdio: a queda de
Blomberg, Fritsch, Neurath e Schacht

A decisão tomada por Hitler de usar a força armada contra a Áustria e a Tchecoslováquia, mesmo que isso envolvesse a Alemanha numa guerra com a Inglaterra e a França, repercutiu como um choque no ministro do Exterior, o pachorronto, complacente e moralmente débil barão von Neurath, que sofreu diversos ataques do coração.¹

“Fiquei extremamente abalado com o discurso de Hitler”, disse mais tarde no Tribunal de Nuremberg, “porque eliminou a base de toda a política externa que eu havia persistentemente perseguido”.² Assim pensando, e apesar de seus ataques cardíacos, procurou o general von Fritsch e o general Beck, chefe do Estado-maior geral, dois dias depois, e discutiu com eles o que se deveria fazer “para conseguir que Hitler mudasse suas ideias”. A repercussão sobre Beck da arenga de Hitler foi “aterradora”, segundo o coronel Hossbach, que lhe havia informado da reunião. Ficou combinado que Fritsch faria nova objeção a Hitler no próximo encontro, tecendo-lhe as considerações militares que tornavam seu plano desaconselhável, enquanto Neurath prosseguiria acentuando a Hitler os perigos políticos. Quanto a Beck, imediatamente escreveu uma crítica arrasadora dos planos de Hitler, que, pelo visto, não mostrou a ninguém; primeiro sinal de uma falha funesta no sentimento e no caráter desse respeitável general, que a princípio recebera bem o advento do nazismo e, no final, daria sua vida num esforço malgrado para destruí-lo.

O general von Fritsch encontrou-se com Hitler a 9 de novembro. Sua conversa não ficou registrada, mas presume-se que o comandante-em-chefe do exército renovou seus argumentos militares contra os planos de Hitler, sem nada conseguir. O Führer não estava disposto a tolerar oposição, quer dos generais, quer do seu ministro do Exterior. Negou-se a receber Neurath e partiu para um longo repouso em sua montanha, em Berchtesgaden. Só em meados de janeiro o abatido Neurath foi capaz de conseguir um encontro com o líder.

Nessa ocasião procurei mostrar-lhe [Neurath testemunhou mais tarde em Nuremberg] que sua política conduziria o mundo à guerra, e que eu não tomaria parte nela (...) Chamei sua atenção para o perigo de guerra e para as graves advertências dos generais (...) E quando, apesar de todos meus argumentos, ele continuava a manter suas opiniões, disse-lhe que teria de encontrar outro ministro do Exterior (...).³

Embora Neurath não soubesse na ocasião, foi o que precisamente Hitler decidira fazer. Dentro de 15 dias ele comemoraria o quinto aniversário de sua

ascensão ao poder e pretendia marcá-lo com limpeza interna, não apenas no Ministério do Exterior, mas no exército, as duas cidadelas da “reação” das classes superiores das quais ele intimamente desconfiava, sentindo que jamais o haviam aceito nem realmente compreendido seus objetivos e até se antepunham, como Blomberg, Fritsch e Neurath revelaram na noite de 5 de novembro, à realização de suas ambições. Especialmente Fritsch e Neurath e talvez mesmo o acomodaticio Blomberg, a quem ele devia tanto, teriam de seguir o inimitável dr. Schacht, afastando-se.

Pois o mago financeiro, um dos primeiros entusiastas do nazismo e defensor de Hitler, já caíra.

Schacht, como vimos, devotara suas energias e sua magia para financiar rapidamente o rearmamento de Hitler. Como plenipotenciário da Economia de Guerra e ministro da Economia, imaginara toda uma quantidade de esquemas engenhosos, incluindo o uso de papel impresso, para conseguir dinheiro destinado ao novo exército, à marinha e à força aérea e ao pagamento das despesas de armamento. Mas havia um limite além do qual o país não poderia ir sem que sobreviesse a bancarrota. E em 1936 ele acreditava que a Alemanha estava atingindo aquele limite. Avisou Hitler, Göring e Blomberg, mas com pouco resultado, embora o ministro da Guerra por algum tempo estivesse a seu lado. Com a designação de Göring, em setembro de 1936, para plenipotenciário do Plano de Quatro Anos, esquema artificial destinado a tornar a Alemanha auto-suficiente em quatro anos — meta que Schacht considerava impossível —, o chefe da Luftwaffe veio a ser, de fato, o ditador econômico da Alemanha. A posição de Schacht, homem tão presumido e ambicioso* e tão desdenhoso da ignorância de Göring em economia, tornou-se insustentável com a designação que acabava de ser feita, e, após meses de violenta disputa entre os dois decididos homens, Schacht pediu a Hitler para colocar a futura direção dos planos econômicos exclusivamente nas mãos de seu rival e aceitar a renúncia de seu posto no Ministério. Servira para desencorajá-lo a atitude de muitos dos dirigentes nacionais da indústria e dos negócios, que, como relatou mais tarde, “se amontoavam na ante-sala de Göring na esperança de obter encomendas, no momento em que eu ainda tentava fazer a voz da razão ser ouvida”.⁴

** O astuto embaixador francês, François-Poncet, que o conhecia bem, disse em seu livro *The Fateful Years* (p. 221) que certa vez Schacht esperou suceder Hindenburg como presidente, e também Hitler; “se as coisas fossem mal com o Führer”.*

Fazer com que fosse ouvida a voz da razão, na frenética atmosfera da

Alemanha nazista de 1937, era tarefa impossível, como Schacht percebeu. E após uma nova troca de golpes com Göring durante o verão, em que denunciou como sem fundamento “sua política de câmbio exterior, sua política relativa à produção e sua política financeira”, viajou a Obersalzberg em agosto e submeteu seu pedido formal de demissão a Hitler. O Führer relutou em aceitá-lo, em vista da reação desfavorável que com certeza a saída de Schacht provocaria, tanto internamente como no exterior, mas o maltratado ministro estava inflexível, e Hitler, finalmente, concordou em demiti-lo, ao fim de dois meses. A 5 de setembro, Schacht entrou em gozo de licença, e sua renúncia foi formalmente aceita a 8 de dezembro.

Em face da insistência de Hitler, Schacht permaneceu no Ministério como ministro sem pasta e ficou com a presidência do Reichsbank, mantendo, assim, as aparências e amortecendo o choque com a opinião alemã e mundial. Sua influência como freio ao febril rearmamento de Hitler para a guerra, contudo, tinha chegado ao fim, embora continuasse no Ministério e no Reichsbank, emprestando a aura de seu nome e de sua reputação aos propósitos de Hitler. Na verdade, dentro em pouco devia endossar, pública e entusiasticamente, o primeiro ato de banditismo de Hitler, de aberta agressão, pois, da mesma forma que os generais e outros conservadores haviam desempenhado papel tão importante na entrega da Alemanha aos nazistas, ele despertava vagarosamente para os ensinamentos da vida.

Göring tomou conta temporariamente do Ministério da Economia. Mas certa noite, em meados de janeiro de 1938, Hitler encontrou-se com Walther Funk na ópera de Berlim, e de passagem comunicou-lhe que seria o sucessor de Schacht. A designação oficial desse sebo, nanico e servil João-ninguém que, como recordaremos, representara certo papel entre os líderes de negócios interessados em Hitler no início da década de 1930, foi entretanto detida. Isso porque se apresentara inopinadamente no Terceiro Reich uma dupla crise no exército, precipitada, entre outras coisas, por certas questões pertinentes ao sexo, tanto normais como aberrantes, e que foram ter diretamente às mãos de Hitler, possibilitando-lhe desfechar um golpe na hierarquia militar da velha aristocracia, do qual ela jamais se recuperou, com terríveis consequências para o exército, que em virtude disso perdeu os últimos vestígios de independência que tão ciosamente conservara durante o império dos Hohenzollern e a república, e eventualmente para a Alemanha e o mundo.

A queda do marechal-de-campo von Blomberg

“Que influência pode exercer uma mulher, mesmo sem saber, sobre a história

de um país e, desse modo, do mundo!”, exclamou o coronel Alfred Jodl, em seu diário de 26 de janeiro de 1938. “Sente-se que o povo alemão vive uma hora fatídica.”⁵

A mulher a quem se referia o jovem e brilhante oficial de Estado-maior era Fräulein Erna Gruhn. E quando o ano de 1937 findava, ela devia se considerar, segundo declarou Jodl, a última pessoa na Alemanha que possivelmente pudesse impelir o povo alemão para uma crise funesta e exercer uma profunda influência em sua história. Apenas no mundo lúgubre e psicopático, em torno do qual girava o círculo íntimo do Terceiro Reich, teria sido possível tal delírio.

Fräulein Gruhn era a secretária de Blomberg e ele, lá para o fim de 1937, sentiu-se bastante enamorado dela e lhe propôs casamento. Sua primeira mulher, a filha de um oficial reformado do exército com quem se casara em 1904, morrera em 1932. Seus cinco filhos cresceram (sua filha mais nova se casara com o filho mais velho do general Keitel, seu protegido, em 1937), e, cansado de sua solitária viuvez, julgara ter chegado a época de casar-se de novo. Entendendo que não ficaria bem ao altivo e aristocrático corpo de oficiais ver um oficial superior do exército contrair matrimônio com uma pessoa sem títulos, procurou o conselho de Göring. Este não podia ver nenhuma objeção ao casamento (ele próprio se casara, depois da morte de sua primeira esposa, com uma atriz divorciada). No Terceiro Reich não tinha cabimento esse aborrecido preconceito social do corpo de oficiais. Göring não apenas aprovou o que Blomberg tinha em mente, mas declarou-se disposto a aplinar o assunto junto a Hitler, se fosse necessário, e ajudá-lo de todas as formas. Por casualidade, havia outra forma em que ele seria útil. O marechal confiou-lhe que existia um amante rival no meio. Para Göring isso não era problema. Tais inconvenientes, em outros casos, foram resolvidos com o campo de concentração. Considerando, porém, a moral antiga do marechal-de-campo, Göring propôs fazer viajar o incômodo rival para a América do Sul, o que conseguiu.

Ainda assim, Blomberg sentia-se perturbado. A 15 de dezembro de 1937, Jodl fez uma curiosa anotação em seu diário: “O general marechal-de-campo (Blomberg), em alto estado de excitação. Causa desconhecida. Pelo visto, questão pessoal. Retirou-se por oito dias para lugar ignorado.”⁶

A 22 de dezembro Blomberg reapareceu para realizar o elogio fúnebre do general Ludendorff, na Feldherrnhalle, em Munique. Hitler compareceu, mas recusou-se a falar. O herói da Primeira Guerra Mundial negara-se a ter qualquer relação com ele desde quando fugira da frente de Feldherrnhalle ante a saraivada de balas, por ocasião do Putsch da cervejaria. Após o funeral,

Blomberg entabulou o assunto de seu proposto casamento com Hitler, que, para seu sossego, deu-lhe aprovação.

O matrimônio teve lugar no dia 12 de janeiro de 1938. Hitler e Göring estiveram presentes, como testemunhas principais. Mal o casal partira para a Itália em lua-de-mel, surgiu a tempestade. O inflexível corpo de oficiais podia ter suportado o choque de seu marechal-de-campo casar-se com sua estenógrafa, mas não se achava preparado para aceitar seu casamento com uma mulher de um passado semelhante ao que agora começava a ser conhecido em todas suas horrorosas minúcias.

A princípio, houve apenas rumores. Telefonemas anônimos começaram a ser recebidos pelos cabeçudos generais, de moças que davam risadinhas, pelo visto oriundas de cafés e clubes noturnos de má fama, congratulando-se com o exército por ter incorporado um de seus membros. Na chefatura de polícia de Berlim, um investigador policial, seguindo os boatos, encontrou uma pasta com o nome de “Erna Gruhn”. Horrorizado, levou-a ao chefe de polícia, o conde von Helldorf. O veterano casca-grossa do Freikorps e dos dias turbulentos das S.A., também ficou escandalizado, pois o dossiê revelava que a noiva do marechal-de-campo e comandante-em-chefe tinha um registro policial como prostituta e fora condenada por ter posado para fotografias obscenas. A jovem esposa do marechal-de-campo, soube-se, crescera num salão de massagem dirigido por sua mãe, que, como frequentemente ocorria em Berlim, era simplesmente disfarce para bordel.

Evidentemente, o dever de Helldorf era passar adiante o tremendo dossiê a seu superior, o chefe da polícia alemã, Himmler. Mas, embora fosse um nazista fervoroso, fora antes membro do corpo de oficiais do exército e se impregnara de algumas de suas tradições. Sabia que Himmler, que estivera em contenda com o Alto-Comando do exército por mais de um ano e era considerado uma ameaça mais sinistra do que fora Rohm, usaria a documentação para fazer chantagem com o marechal-de-campo e transformá-lo em seu instrumento contra os generais conservadores. Em vez disso, porém, levou corajosamente a pasta policial ao general Keitel. Aparentemente estava convencido de que Keitel, que devia sua recente promoção a Blomberg, a quem estava unido por laços de família, arranjaria ser o assunto tratado pelo próprio corpo de oficiais e também avisaria seu chefe do perigo em que se encontrava. Mas Keitel, homem arrogante e ambicioso, de espírito e características morais débeis, não pretendia arriscar sua carreira mantendo-se em confusão com o partido e as S.S. Em lugar de passar os documentos para o chefe do exército, o general von Fritsch, entregou-os de volta a Helldorf, sugerindo que fossem mostrados a Göring.

Ninguém teria mais prazer de possuí-los que Göring, pois estava claro que Blomberg agora devia ser afastado e, logicamente, pensava que quem o sucederia seria ele, como comandante-em-chefe da Wehrmacht — objetivo que almejava há muito tempo. Blomberg interrompeu sua lua-de-mel na Itália, para regressar à Alemanha em virtude dos funerais de sua mãe. E a 20 de janeiro, ignorando o que estava sendo tramado, apareceu em seu gabinete, no Ministério da Guerra, para assumir suas funções.

Mas não por muito tempo. A 25 de janeiro, Göring trouxe os explosivos documentos a Hitler, que acabava de retornar de Berchtesgaden. O Führer encolerizou-se. Seu marechal-de-campo o enganara, fazendo-o testemunha oficial do casamento e visto como bobo. Göring logo concordou com ele e, ao meio-dia, saiu para ver Blomberg pessoalmente e levar-lhe a notícia. O marechal-de-campo parece ter ficado esmagado pelas revelações acerca de sua mulher e propôs divorciar-se dela imediatamente. Göring explicou, delicadamente, que isso não seria suficiente. O próprio comando do exército exigia sua renúncia. Como o diário de Jodl revelou, dois dias mais tarde, o chefe do Estado-maior geral, general Beck, comunicara a Keitel que “não se pode tolerar que o soldado de mais alto posto se case com uma prostituta”. A 25 de janeiro, Jodl soube, por intermédio de Keitel, que Hitler demitira seu marechal-de-campo. Dois dias depois, o oficial demitido, de 60 anos de idade, deixou a Berlim para reencetar sua lua-de-mel, em Capri.

A esta ilha idílica foi seguido pelo seu ajudante naval, que proporcionou um toque final ridículo a essa tragicomédia singular. O almirante Räder despachara seu ajudante, o tenente von Wangenheim, para reclamar de Blomberg que se divorciasse de sua esposa em respeito à honra do corpo de oficiais. O oficial de marinha era um jovem arrogante e extremamente dedicado, e quando chegou à presença do marechal-de-campo em lua-de-mel, excedeu-se nos objetivos. Em lugar de solicitar um divórcio, sugeriu que seu antigo comandante tivesse um gesto nobre, e então tentou entregar um revólver a Blomberg. Apesar de sua queda, o marechal parecia ter mantido seu entusiasmo pela vida e evidentemente ainda estava enamorado da mulher apesar de tudo o acontecera. Recusou aceitar a arma oferecida, observando, como escreveu em seguida a Keitel, que ele e o jovem oficial de marinha tinham pontos de vista e padrões de vida completamente distintos”.⁷

Apesar de tudo, o Führer apresentara-lhe a perspectiva de utilizá-lo novamente na mais alta investidura assim que a tempestade passasse. Segundo o diário de Jodl, Hitler disse a Blomberg durante a entrevista em que o demitiu, que, “logo que soar a hora da Alemanha, o senhor estará novamente a meu lado, e tudo que

aconteceu no passado será esquecido”.⁸ De fato, Blomberg escreveu em suas memórias não publicadas que Hitler, em seu encontro final, prometeu-lhe “com a maior ênfase”, que lhe seria dado o supremo comando das forças armadas na eventualidade da guerra.⁹

Como tantas outras promessas de Hitler, esta não foi mantida. O nome do marechal-de-campo von Blomberg foi riscado para sempre das listas do exército, e nem mesmo quando veio a guerra e ofereceu seus serviços ele recuperou as funções em qualquer especialidade. Ao regressar à Alemanha, Blomberg, junto com a mulher, instalou-se na pequena vila bávara de Wiessee, onde viveu em completa obscuridade até o fim da guerra. Exatamente como um ex-rei inglês da mesma época, permaneceu leal à mulher que tinha ocasionado sua derrocada. O final chegou com sua morte a 13 de março de 1946, na prisão de Nuremberg, onde aguardava, macilento e compassivo, para prestar depoimento no tribunal.

A queda do general Freiherr Werner von Fritsch

O general Freiherr Werner von Fritsch, comandante-em-chefe do exército e oficial bem-dotado e firme da velha escola (“um representante típico do Estado-maior geral” como o classificava o almirante Räder), era o candidato natural para suceder Blomberg como ministro da Guerra e comandante-em-chefe das forças armadas. Mas o próprio Göring tinha em mira o alto posto e houve os que acreditaram que ele empurrara Blomberg para o casamento com uma mulher cujo passado infeliz podia ter conhecido com antecedência, a fim de limpar o caminho para si mesmo. Se era verdade, Blomberg não sabia, pois durante sua entrevista de despedida com Hitler, a 27 de janeiro, foi ele o primeiro a sugerir Göring para seu sucessor. O Führer, entretanto, conhecia melhor do que ninguém seu velho companheiro nazista. Göring, disse, é muito comodista e falta-lhe tanto a paciência como a perseverança. Nem preferia o general von Fritsch, cuja oposição a seus grandiosos planos de 5 de novembro não o agradara, e nem esquecera. Além disto, a hostilidade de Fritsch ao Partido Nazista e especialmente às S.S. jamais se arrefecera, circunstância que não só atraía a atenção do Führer, mas provocara em Heinrich Himmler, o dirigente das S.S. e chefe de polícia, uma determinação crescente de liquidar o antagonista formidável que dirigia o exército.*

** A 1º de março de 1935, dia em que a Alemanha tomou conta do Sarre, estive perto de Fritsch na tribuna de revista, em Saarbrücken, por algum tempo antes do desfile começar. Embora mal me conhecesse, salvo como um dos muitos correspondentes americanos em Berlim, lançou uma viva torrente*

de observações sarcásticas a respeito das S.S., do partido e de vários líderes nazistas, de Hitler para baixo. Não disfarçava seu desprezo por todos eles. Ver Berlin Diary, p. 27.

A oportunidade de Himmler chegara, ou melhor, ele criou-a, pondo em funcionamento uma conspiração de tal forma abominável, que é difícil acreditar tivesse acontecido — pelo menos em 1938 —, mesmo no atormentado mundo de bandidos das S.S. e do Partido Nacional-Socialista, ou fosse apoiada pelo exército alemão que, apesar de tudo, tinha suas tradições. Vindo em seguida ao escândalo de Blomberg, estourou como uma segunda e muito mais explosiva bomba que abalou a oficialidade até seus alicerces e determinou seu destino.

A 25 de janeiro, dia em que Göring mostrava a Hitler o registro policial da noiva de Blomberg, apresentou igualmente diante do Führer outro documento terrível, diligentemente fornecido por Himmler e seu mais importante auxiliar, Heydrich, chefe da S.D., o Serviço de Segurança das S.S., e pretendia provar que o general von Fritsch fora culpado de delitos homossexuais, de acordo com a Seção 175 do Código Criminal Alemão, e que estivera dando dinheiro, sob chantagem, a um ex-sentenciado, desde 1935, para silenciar a respeito do assunto. Os papéis da Gestapo pareciam tão convincentes que Hitler esteve a ponto de acreditar na acusação. E Blomberg, talvez por vingança do ressentimento em relação a Fritsch, pela severa atitude que o exército tomara contra ele em virtude de seu casamento, nada fez para dissuadi-lo. Confiava que Fritsch não fosse “um homem afeminado” e acrescentou que o general, toda a vida solteiro, podia bem ter “sucumbido à fraqueza”.

O coronel Hossbach, assistente militar do Führer, que estava presente quando a pasta da Gestapo foi mostrada, ficou escandalizado e, desafiando a ordem de Hitler para nada dizer a Fritsch, foi imediatamente ao apartamento do comandante-de-exército informá-lo da acusação e avisá-lo da tremenda confusão em que se encontrava.* O nobre e taciturno prussiano ficou estupefato. “Uma porção de mentiras infames!” desabafou ele. Ao acalmar-se, assegurou a seu companheiro oficial, sob palavra de honra, que as acusações não tinham fundamento. Logo na manhã seguinte, temeroso das consequências, Hossbach disse a Hitler do seu encontro com Fritsch, comunicando o desmentido categórico do general às acusações e concitando o Führer a dar-lhe uma audiência e a oportunidade de pessoalmente desmentir a acusação.

** Isto custou a Hossbach sua função dois dias depois, mas não, como alguns temeram, sua vida. Foi devolvido ao Estado-maior geral do exército, subiu durante a guerra ao posto de general de infantaria e comandou o 4º Exército na frente russa até ser sumariamente demitido, por telefone, por Hitler, a 28*

de janeiro de 1945, por retirar suas tropas, desafiando a ordem do Führer.

Para surpresa de Hossbach, Hitler assentiu, e o comandante-em-chefe do exército alemão foi chamado à chancelaria tarde da noite daquele mesmo dia. Achava-se ali para arrostar uma experiência para a qual sua longa preparação como aristocrata oficial e cavalheiro dificilmente lhe serviu. O encontro ocorreu na biblioteca da chancelaria e, desta vez, tanto Himmler como Göring estavam presentes. Após Hitler ter sumariado as imputações, Fritsch deu sua palavra de honra de oficial que tudo não passava de completa mentira. Mas semelhantes afirmações não tinham mais valor no Terceiro Reich e Himmler, que estivera aguardando durante três anos por esse momento, introduziu um personagem desajeitado, de aspecto degenerado, por uma porta lateral. Deve ter sido a figura mais estranha, se não a mais mal afamada, jamais levada aos gabinetes do chanceler da Alemanha. Seu nome era Hans Schmidt, e possuía um longo registro de prisões, a começar da data de sua primeira condenação a um reformatório de rapazes. Sua principal fraqueza, confessou, era a de descobrir homossexuais e depois extorquir-lhes dinheiro. Afirmava agora reconhecer no general von Fritsch o oficial do exército que ele pegara num delito homossexual numa avenida escura perto da estação ferroviária de Potsdam, em Berlim, com um tipo de ralé, conhecido pelo nome de “Joe Bávaro”.^{*} Durante anos, Schmidt insistiu, junto às três figuras mais poderosas da Alemanha, em que esse oficial havia comprado seu silêncio. Os pagamentos só cessaram quando a Lei novamente o levou para uma penitenciária.

** O nome é fornecido por Gisevius no *To the Bitter End*, p. 229.*

O general Freiherr von Fritsch estava demasiado ofendido para responder. O espetáculo do chefe do Estado-maior alemão, sucessor de Hindenburg e dos Hohenzollern, introduzindo um tipo tão escuso em semelhante lugar e para aquele fim, era muito pesado para ele. Sua mudez apenas ajudou a convencer Hitler de que ele era culpado, e o Führer pediu sua renúncia. Fritsch recusou-se a apresentá-la, exigindo, por sua vez, um julgamento num tribunal militar de honra. Mas Hitler não tencionava admitir que a casta militar se ocupasse do caso, pelo menos por enquanto. Esta era uma oportunidade caída do céu, que não devia deixar passar, para esmagar a oposição dos generais que não se submeteram à sua vontade e a seu gênio. Ordenou então, e ali mesmo, que Fritsch pedisse uma licença indefinida, o que equivalia à sua suspensão como comandante-em-chefe do exército. No dia seguinte, Hitler conferenciou com Keitel a respeito não somente de um sucessor para Blomberg, mas para Fritsch. Jodl cuja principal fonte de informação era Keitel, começou a escrever em seu diário anotações que indicavam que uma reorganização drástica estava sendo realizada, não

somente no comando do exército, mas também em toda a estrutura das forças armadas, que poria finalmente os militares sob controle.

Abdicariam os generais de seu poder que, embora não sendo absoluto, era ainda o que permanecia fora do domínio de Hitler? Quando Fritsch voltou a seu apartamento em Bendlerstrasse, depois do transe na biblioteca da chancelaria, conferenciou com o general Beck, chefe do Estado-maior geral do exército. Alguns historiadores ingleses¹⁰ relataram que Beck insistiu com ele para realizar imediatamente um golpe militar contra o governo de Hitler, mas Fritsch recusou. Wolfgang Förster, o biógrafo alemão de Beck, porém, que tinha os documentos pessoais do general à sua disposição, conta simplesmente que na noite funesta Beck viu primeiramente Hitler, que lhe participou as graves acusações, e depois Fritsch, que as negou, e que, finalmente, bem avançada a noite, apressou-se a voltar a Hitler para pedir-lhe somente que fosse dada ao comandante do exército uma oportunidade de esclarecer-se diante de um tribunal militar de honra. O biógrafo de Beck deixa claro que ele ainda não sabia compreender os dirigentes do Terceiro Reich, o que só conseguiu depois, quando era demasiado tarde. Alguns dias após, quando igualmente já era bem tarde, Fritsch e seus associados mais próximos, Beck sendo um deles, pensaram seriamente em contramedidas militares, ao serem reformados Blomberg e Fritsch e mais 16 antigos generais e 44 outros transferidos para comandos secundários. Mas abandonaram logo tão perigosas ideias. “Estava claro para aqueles homens”, disse Förster, “que um golpe militar significaria a guerra civil e não tinham absolutamente certeza de vitória”. Então, como sempre, os generais alemães quiseram assegurar-se da vitória antes de assumir quaisquer grandes riscos. Temiam, como revelou esse alemão, que tanto a força aérea de Göring como a marinha do almirante Räder, pudessem resistir-lhes, pois os dois comandantes estavam completamente sob a influência de Hitler, e também que o próprio exército podia não apoiar inteiramente a seu destituído comandante-em-chefe.¹¹

Entretanto, uma última oportunidade foi dada à oficialidade do exército para desfechar um golpe contra Hitler. Uma investigação preliminar dirigida pelo exército em colaboração com o Ministério da Justiça estabeleceu, rapidamente, que o general von Fritsch fora vítima inocente de uma conspiração da Gestapo, de iniciativa de Himmler e Heydrich. Constatou-se que o ex-sentenciado Schmidt havia, na verdade, apanhado um oficial do exército numa ação contra a natureza, nas sombras da estação de Potsdam, e lhe havia constantemente extorquido dinheiro durante anos. Mas seu nome era Frisch e não Fritsch. Era um oficial de cavalaria reformado por invalidez e classificado na relação do exército como Rittmeister von Frisch. Disto sabia a Gestapo. Prendera, porém, Schmidt e ameaçara-o de morte, a menos que acusasse o comandante-em-chefe do

exército. O enfermo Rittmeister também foi detido pela polícia secreta, tanto para impedi-lo de falar quanto para que ele e Schmidt não fossem arrancados eventualmente das garras da Gestapo pelo exército e postos em segurança até que pudessem prestar testemunho ante a corte marcial de Fritsch.

Os velhos líderes do exército ficaram jubilosos, pois não apenas seu comandante-em-chefe seria vingado como também restituído à sua liderança no exército. As maquinações das S.S. e da Gestapo, cujos dois homens inescrupulosos, Himmler e Heydrich, mantinham poder tão desenfreado sobre o país, seriam expostas, e eles e as S.S. seguiriam o caminho de Rohm e das S.A., quatro anos mais tarde. Também seria um golpe para o partido e para o próprio Hitler, abalaria as bases do Terceiro Reich tão fortemente que o próprio Führer podia vir abaixo. Se ele procurasse encobrir o crime, o próprio exército, com consciência clara, agora que a verdade era conhecida, tomaria a questão em suas mãos. Mas ainda outra vez, como em muitas outras nos cinco anos passados, os generais foram logrados pelo antigo cabo austríaco e depois completamente derrotados pelo destino, do qual o líder, e não eles, sabia como tirar vantagens para seus próprios fins.

Por toda a última semana de janeiro de 1938 uma tensão, lembrando a de junho de 1934, tomou conta de Berlim. Novamente a capital fervilhava de boatos. Hitler havia demitido os dois principais homens do exército por motivos desconhecidos. O embaixador François-Poncet ouvira falar que Fritsch, que o convidara para jantar a 2 de fevereiro e depois cancelara o convite, fora preso. Havia informações de que o exército planejava cercar o Reichstag quando se reunisse para ouvir o discurso do quinto aniversário da ascensão de Hitler, a 30 de janeiro, e prenderia todo o governo nazista e seus deputados marionetes. A veracidade de tais informações aumentou ao ser anunciado que a reunião do Reichstag fora adiada indefinidamente. O ditador alemão estava evidentemente em dificuldades. Finalmente defrontava-se com seu competidor na inflexibilidade dos mais antigos generais do exército alemão. Ou assim deve ter pensado, mas incorria num erro.

A 4 de fevereiro de 1938, o Ministério alemão reuniu-se com o propósito de fazer o balanço do último período. Fossem quais fossem as dificuldades que Hitler tivesse experimentado, agora resolveu-as de tal forma que eliminou o que se antepunham a ele, tanto no exército como no Ministério do Exterior. Um decreto, que apresentou precipitadamente ao Ministério naquele dia e foi divulgado para a nação e para o mundo pelo rádio, pouco antes da meia-noite, assim começava:

“De ora em diante assumo, pessoalmente, o comando do conjunto das forças armadas.”

Como chefe do Estado, Hitler naturalmente ocupava o supremo comando das forças armadas, mas agora tomava conta da função de Blomberg como comandante-em-chefe e abolia o Ministério da Guerra, o qual também presidira o recém-casado lunático. Em seu lugar, criou a organização que se tornou familiar ao mundo durante a Segunda Guerra Mundial, o Alto-Comando das forças armadas (Oberkommando der Wehrmacht, ou OKW), ao qual as três armas, o exército, a marinha e a força aérea, estavam subordinadas. Hitler era seu comandante supremo e, abaixo dele, achava-se um chefe de Estado-maior, com o pomposo título de chefe do Alto-Comando das forças armadas, posto que coube ao adulator Keitel, que conseguiu conservá-lo até o fim.

Para suavizar os sentimentos feridos de Göring, que confiava suceder Blomberg, Hitler nomeou-o marechal-de-campo, transformando-o no oficial de maior graduação do Reich. Mas, pelo visto, não o agradou muito. Para acalmar a inquietação do povo, Hitler divulgou que Blomberg e Fritsch haviam renunciado “por motivos de saúde”. Assim, Fritsch foi afastado de uma vez e para sempre, antes de seu julgamento por um tribunal militar de honra que, Hitler sabia, o isentaria de culpa. Isto afigurou-se particularmente ultrajante para os antigos generais, mas nada poderiam fazer a respeito, pois foram remetidos para o refúgio pelo mesmo decreto. Dezesseis deles, incluindo os generais von Rundstedt, von Leeb, von Witzleben, von Kluge e von Kleist, foram destituídos de seus comandos, e 44 outros, considerados menos entusiastas em sua devoção ao nazismo, foram transferidos.

Como sucessor de Fritsch no comando do exército, Hitler, após certa hesitação, escolheu o general Walther von Brauchitsch, que gozava de boa reputação entre os generais, mas que se revelou tão fraco e submisso como Blomberg ao ter de enfrentar o temperamento caprichoso de Hitler. Por uns dias durante a crise, parecia que um problema de família impediria a nomeação de Brauchitsch, da mesma forma que provocara a queda de Blomberg e Fritsch, pois aquele oficial estava prestes a obter o divórcio, numa ação que não era vista com bons olhos pela aristocracia militar. O sempre curioso Jodl anotava a complicação em seu diário. No domingo, 30 de janeiro, recordou que Keitel mandara chamar o filho de Brauchitsch “a fim de enviá-lo à sua mãe (ele está para conseguir seu assentimento ao divórcio)” e dias depois marcou um encontro de Brauchitsch com Keitel e Göring, “para uma discussão da situação familiar”. Göring, que parecia se haver erigido em árbitro das dificuldades de família dos generais, prometeu examinar o assunto. No mesmo dia, Jodl novamente anotou, “o filho de

Brauchitsch retornou com uma carta muito digna de sua mãe”. A conclusão é que ela não permaneceria no caminho de seu marido. Göring e Hitler tampouco poderiam desaprovar o divórcio, que o novo comandante do exército realmente obteve uns poucos meses depois de assumir sua função. Pois os dois sabiam que Frau Charlotte Schmidt, a mulher com quem ele queria se casar, era, como disse Ulrich von Hassell, “200% nazista fanática”. O casamento se deu no outono seguinte e veio provar, como Jodl podia novamente ter anotado, outro exemplo da influência de uma mulher na história.*

** Segundo Milton Shulman (Defeat in the West, p. 10), o próprio Hitler interveio junto à primeira Frau von Frauchtsch a fim de obter seu consentimento para o divórcio e providenciou o pagamento de um auxílio financeiro para ela, colocando dessa forma o comandante-em-chefe do exército em dívida pessoal para com ele. Shulman dá como fonte disso um relatório do Serviço de Inteligência do exército canadense.*

A limpeza interna de Hitler, de 4 de fevereiro, não se limitou aos generais. Também varreu Neurath do Ministério do Exterior, substituindo-o pelo frívolo e obsequioso Ribbentrop.** Dois veteranos diplomatas de carreira, Ulrich von Hassell, embaixador em Roma, e Herbert von Dirksen, embaixador em Tóquio, foram destituídos, como Papen em Viena. O fraco de espírito Funk foi formalmente nomeado sucessor de Schacht no Ministério da Economia.

*** Para desviar a atenção da crise militar e salvar algo do prestígio de Neurath, tanto internamente como no estrangeiro, Hitler, por sugestão de Göring, criou o chamado Conselho Ministerial Secreto (Geheimer Kabinettsrat), cujo propósito, disse o decreto de 4 de fevereiro do Führer, consistia em "fornecer-lhe orientação na condução da política externa" Neurath foi designado seu presidente, e entre os membros se incluíam Keitel e os chefes dos três serviços armados, e os mais importantes membros do gabinete comum e do partido. A máquina de propaganda de Goebbels deu-lhe muita posição, fazendo com que fosse visto como um superministério e que Neurath realmente fora promovido. Na verdade, o Conselho Ministerial Secreto era pura ficção. Jamais existiu, como depôs Göring em Nuremberg, "não havia, por certo, tal Ministério mas a expressão soaria completamente distinta e todos imaginariam que ele significasse algo (...) Declaro sob juramento que esse Conselho Ministerial Secreto nunca se reuniu, nem sequer por um minuto".¹²*

No dia seguinte, 5 de fevereiro, houve gritante manchete no Völkischer Beobachter: Maior concentração de todos os poderes nas mãos do Führer! Pela primeira vez, o principal diário nazista não exagerava.

O 4 de fevereiro de 1938 assinala a mais importante reviravolta na história do Terceiro Reich, um marco no caminho para a guerra. Naquela data, a revolução nazista, pode-se dizer, foi completada. Os últimos conservadores que estavam no caminho de Hitler, atrapalhando o curso que ele há muito determinara, uma vez que a Alemanha estivesse suficientemente armada, foram destituídos. Blomberg, Fritsch e Neurath foram colocados nos postos por Hindenburg e pela velha escola dos conservadores, para agir como freio dos excessos nazistas, e Schacht se ligara a eles. Mas na luta pelo controle da política externa e econômica, e do poder militar da Alemanha, eles demonstraram não ser competidores para Hitler. Não tinham nem a força moral nem a astúcia política para resistir-lhe, para isolá-lo e triunfar sobre ele. Schacht desistiu. Neurath afastou-se. Blomberg, sob a pressão dos próprios generais seus companheiros, renunciou. Fritsch, apesar de envolvido numa trama à moda dos bandidos, aceitou sua demissão sem um gesto de desafio. Dezesseis generais graduados aceitaram as deles e a de Fritsch. Falou-se entre a oficialidade em um golpe militar, mas não passou disso. O desprezo de Hitler pela casta militar prussiana, que manteve até o fim da vida, foi inteiramente justificado. Ela aceitara, apenas com murmúrios de protestos, o assassinato oficialmente perdoado dos generais von Schleicher e von Bredow. Tolerava agora, com indiferença, a destituição de seus mais antigos oficiais. Não estava Berlim repleta de generais mais jovens, sequiosos para substituí-los, para servi-lo? Onde se achava a alardeada solidariedade dos oficiais do exército? Era um mito?

Por cinco anos, até o dia de inverno de 4 de fevereiro de 1938, o exército possuía o poder material de liquidar Hitler e o Terceiro Reich. Quando verificou, a 5 de novembro de 1937, para onde ele o estava conduzindo, e à nação, por que não tentou fazê-lo? O próprio Fritsch deu a resposta após a sua queda. Num domingo, a 18 de dezembro de 1938, hospedou o deposto embaixador von Hassell em seu solar em Achterberg, perto de Soltau, que o exército pusera à sua disposição depois de sua retirada. Hassell anotou no diário “a essência de suas ideias”:

“Esse homem — Hitler — é o destino da Alemanha para o bem e para o mal. Se for para o inferno [para o qual Fritsch acreditava que ia], nos arrastará a todos com ele. Não há nada que possamos fazer.”¹³

Com a direção da economia, da política externa e da militar concentrada nas mãos, e as forças armadas diretamente sob seu comando, Hitler prosseguia agora em seu caminho. Tendo se livrado de Fritsch sem dar-lhe a possibilidade de limpar o nome, ele demorou em conceder-lhe a oportunidade de estabelecer um tribunal militar de honra para resolver o caso. O marechal-de-campo Göring

presidia e a seu lado estavam os comandantes-em-chefe do exército, general von Brauchitsch e o almirante Räder, e dois juizes profissionais do Supremo Tribunal de Guerra.

O julgamento, do qual a imprensa e o público foram excluídos, começou em Berlim a 10 de março de 1938 e foi rapidamente suspenso antes do dia terminar. Em hora avançada da noite anterior, notícias vindas da Áustria mergulharam o Führer num dos seus maiores acessos de cólera.* O marechal-de-campo Göring e o general von Brauchitsch estavam sendo urgentemente reclamados em outro lugar.

** Quando Papen chegou à chancelaria em Berlim, 36 horas depois, ainda encontrou Hitler "num estado que beirava à histeria" (Papen, Memórias, p. 428).*

■■■■■ Anschluss: a violação da Áustria

Pelos fins de 1937, devido à mudança de função do jornal para a reportagem de rádio, minha sede foi transferida de Berlim para Viena, que eu conhecera como jovem correspondente um decênio atrás. Apesar de ter passado na Alemanha a maior parte do período dos três primeiros anos cruciais, meu novo posto, destinado a fazer cobertura da Europa continental, dava-me certa perspectiva do Terceiro Reich e me colocava, como aconteceu, nos mesmos países vizinhos que deveriam ser vítimas da agressão de Hitler, exatamente antes e durante a época em que a agressão teve lugar. Errei de um lado para outro nesses dias, entre a Alemanha e o país que no momento era alvo da fúria de Hitler. Assim, reuni uma experiência direta dos acontecimentos que agora serão descritos e que determinaram a maior e mais sangrenta guerra da história. Embora observássemos os acontecimentos em primeira mão, é assombroso como tão pouco nós realmente os compreendíamos, à medida que se sucediam. As conspirações e as manobras, as perfídias, as decisões fatais e os momentos de indecisão, e os dramáticos encontros dos participantes principais que modelavam o curso dos eventos, ocorreram clandestinamente, por baixo da superfície, escondidos dos olhos inquiridores dos diplomatas estrangeiros, dos jornalistas e dos espões. Daí terem permanecido durante anos grandemente desconhecidos para todos, salvo para uns poucos que tomaram parte neles.

Para relatá-los, tivemos de aguardar que se aclarasse a confusão dos documentos e o testemunho dos principais atores sobreviventes do drama, a maioria dos quais não estava livre na época — muitos tinham ido parar nos campos de concentração nazista. O que vai exposto, entretanto, nas páginas a seguir, está em sua maior parte baseado na massa de fatos reais, que se acumularam desde 1945. Mas foi útil, talvez, para um narrador de semelhante história, como este autor, ter estado presente pessoalmente às suas principais crises e reviravoltas. Desse modo, aconteceu que eu estava em Viena na noite memorável de 11 para 12 de março de 1938, quando a Áustria deixou de existir.

Durante mais de um mês a capital barroca do Danúbio, cujos habitantes eram mais atraentes, mais amáveis e mais talentosos em desfrutar a vida que qualquer outro povo que eu conheci, fora presa de profundas preocupações. O dr. Kurt von Schuschnigg, o chanceler austríaco, classificaria depois o período de 12 de fevereiro a 11 de março como “as quatro semanas de agonia”. Desde o acordo austro-alemão de 11 de julho de 1936, em que Schuschnigg, num anexo secreto ao tratado, fizera concessões de largo alcance aos nazistas austríacos, Franz von Papen, embaixador alemão especial em Viena, continuava seu trabalho de sapa contra a independência da Áustria, e para uni-la à Alemanha nazista. Num longo relatório ao Führer no fim de 1936, ele falava de seus progressos. E um ano

depois fez a mesma coisa, desta vez acentuando “que somente submetendo o chanceler (Schuschnigg) à mais intensa pressão novos avanços podem ser realizados”.¹ Seu conselho, apesar de pouco necessário, logo seria tomado de modo mais literal do que se poderia supor.

Do princípio ao fim de 1937, os nazistas austríacos, financiados e instigados por Berlim, empreenderam sua campanha de terror. Explosões ocorriam quase diariamente em alguma parte do país, e nas províncias montanhosas as demonstrações de massa, frequentemente violentas, enfraqueciam a posição do governo. Foram descobertos planos reveladores de que os assassinos nazistas se preparavam para matar Schuschnigg, como fizeram ao seu predecessor. Finalmente, a 25 de janeiro de 1938, a polícia austríaca varejou a sede de um grupo chamado Comitê dos Sete, que fora organizado para promover a paz entre os nazistas e o governo austríaco, mas que na realidade servia como ilegal agência central subterrânea nazista. Lá os policiais encontraram documentos rubricados por Rudolf Hess, o delegado do Führer, que deixavam claro estarem os nazistas austríacos preparando uma revolta geral para a primavera de 1938 e que, quando Schuschnigg tentasse reprimi-la, o exército alemão entraria na Áustria para impedir que o “sangue alemão fosse derramado por alemães”. Segundo Papen, um dos documentos falava de sua própria morte ou da do seu adido militar, general Muff, pelos nazistas locais, como pretexto para a intervenção alemã.²

Se o afável Papen não achasse muito divertido saber que estava marcado — pela segunda vez — para ser assassinado pelos truculentos nazistas, por ordem dos dirigentes do partido em Berlim, encontrava-se, contudo, em dificuldades por causa de uma chamada telefônica que lhe fizeram para a legação alemã em Viena, na noite de 4 de fevereiro. Hans Lammers, secretário de Estado, ocupava a linha para comunicar-lhe da chancelaria em Berlim que sua missão especial na Áustria terminara. Fora atingido, juntamente com Neurath, Fritsch e diversos outros.

“Fiquei quase sem fala de surpresa”, recordou mais tarde Papen.³ Mas recuperou o suficiente para perceber que Hitler evidentemente decidira agir mais drasticamente na Áustria, agora que se vira livre de Neurath, Fritsch e Blomberg. Realmente, Papen decidiu fazer “algo extraordinário para um diplomata”, como contou. Resolveu guardar cópias de toda a sua correspondência com Hitler “em lugar seguro”, que passou a ser a Suíça. “As campanhas difamatórias do Terceiro Reich”, ele disse,⁴ eram demasiado bem conhecidas por mim”. Como vimos, elas quase lhe haviam custado a vida em junho de 1934.

A demissão de Papan constituiu também um aviso para Schuschnigg. Não confiara completamente no amável antigo oficial de cavalaria, mas viu rapidamente que Hitler devia ter algo pior na mente do que impor-lhe o astuto embaixador, que pelo menos era um católico devoto, como ele, e um cavalheiro. Nos últimos meses, o curso da diplomacia européia não favorecera a Áustria. Mussolini se aproximara mais ainda de Hitler desde o estabelecimento do Eixo Roma-Berlim e não estava tão preocupado com a manutenção da independência da Áustria, como estivera na época do assassinato de Dollfuss, quando remeteu quatro divisões para o Passo Brenner, a fim de atemorizar o Führer. Tanto a Inglaterra, há pouco comprometida com Chamberlain numa política de apaziguamento de Hitler, como a França, acossada por grave discórdia política interna, haviam recentemente demonstrado pouco interesse em defender a independência da Áustria, no caso de um ataque de Hitler. E agora, com Papan, extinguíram-se os líderes conservadores do exército e do Ministério do Exterior alemães, que vinham exercendo alguma influência limitadora às desmedidas ambições de Hitler. Schuschnigg, homem de mentalidade estreita, mas em certo sentido inteligente, e que se achava bem informado, teve poucas ilusões acerca do agravamento da situação. Chegara a época da grande crise, sentia exatamente como sentira quando teve de promover o apaziguamento do ditador alemão, depois que os nazistas mataram Dollfuss.

Papan, embora destituído do cargo, tentou uma chance. Nem um só homem, ressentido por uma bofetada, mesmo que desferida do alto, se precipitaria para Hitler no mesmo dia de sua demissão, “a fim de formar alguma ideia do que se passava”. A 5 de fevereiro, em Berchtesgaden, ele encontrou o Führer ‘exausto e desatento’ de sua luta com os generais. Mas as energias de Hitler eram enormes, e logo o embaixador demitido começou a interessá-lo com uma proposta, que ele já lhe apresentara uma quinzena antes, quando se encontravam em Berlim: por que não tratar do assunto diretamente com Schuschnigg? Por que não convidá-lo a vir a Berchtesgaden para uma conversa particular? Hitler achou a ideia interessante. Esquecido de que acabara de afastar Papan, ordenou-lhe retornar a Viena, a fim de organizar o encontro.

Schuschnigg prontamente aquiesceu. Mas, em virtude da fraqueza de sua posição, estabeleceu certas condições. Devia ser informado, com antecedência, dos pontos precisos que Hitler desejava discutir e devia estar seguro, de antemão, de que o acordo de 11 de julho de 1936, no qual a Alemanha prometia respeitar a independência da Áustria e não interferir em seus assuntos internos, seria mantido. Além disto, o comunicado do fim da reunião devia reafirmar que ambos os países continuariam a aceitar as consequências do tratado de 1936. Schuschnigg não queria dar oportunidade de o leão entrar em sua casa. Papan

saiu apressadamente para Obersalzberg a fim de conferenciar com Hitler e regressou com a afirmativa do Führer de que o acordo de 1936 continuaria inalterado, e que ele simplesmente pretendia discutir “certas falsas interpretações e pontos de conflito que ainda persistiam” desde que foi assinado. Isto não era tão preciso como o chanceler austríaco havia solicitado, mas disse que estava satisfeito com a resposta. O encontro foi marcado para a manhã de 12 de fevereiro, * e na noite anterior Schuschnigg, acompanhado de seu subsecretário para os negócios estrangeiros, Guido Schmidt, partiu num trem especial, sob o mais rigoroso sigilo, para Salzburgo, de onde tomaria um automóvel na fronteira, na manhã seguinte, para a retirada de Hitler para a montanha. A viagem veio a ser fatal.

** Acertado em virtude de ser o quarto aniversário da chacina dos social-democratas austríacos pelo governo de Dollfuss, do qual participava Schuschnigg. A 12 de fevereiro de 1934, 17 mil homens das tropas do governo e da milícia fascista dirigiram o fogo da artilharia sobre os apartamentos dos trabalhadores, em Viena, matando um milhar de homens, mulheres e crianças, e ferindo uns três mil a quatro mil. As liberdades democráticas foram suprimidas e daí em diante a Áustria foi governada, primeiro por Dollfuss, e depois por Schuschnigg, como uma ditadura clerical-fascista. Certamente mais branda que a variedade nazista, como aqueles que trabalhavam em Berlim e em Viena nesse tempo podem testemunhar. Apesar disto, privou o povo austríaco de suas liberdades políticas e submeteu-o à maior repressão de que havia conhecido sob os Habsburgo nas últimas décadas da monarquia. O autor examinou o assunto mais detidamente em Mid Century Journey.*

O encontro de Berchtesgaden: 12 de fevereiro de 1938

Papen apresentou-se na fronteira para saudar seu visitante austríaco e, na manhã de inverno muito fria, encontrava Schuschnigg “no melhor estado de espírito”. Assegurou a seu hóspede que Hitler estava em excelente disposição nesse dia. E, em seguida, a primeira observação a anotar. O Führer, disse Papen, jovialmente esperava que o dr. Schuschnigg não desse importância à presença em Berchtesgaden de três generais que haviam chegado completamente por acaso: Keitel, o novo chefe do OKW; Reichenau, que comandava as forças do exército na fronteira bávaro-austríaca; e Sperrle, encarregado da força aérea nessa área.

Papen recordou mais tarde que, para seu hóspede, “o fragmento da informação tinha parecido pequeno para sua curiosidade”. Schuschnigg, disse ele, respondeu ao embaixador que não se importaria, já que de especial não tinha

“muito que escolher na questão”. Intelectual jesuiticamente treinado, mantinha-se em guarda.

Mesmo assim, ele não estava preparado para o que sucedia agora. Hitler, envergando uma túnica parda das tropas de assalto, com calças negras, e ladeado pelos três generais, deu as boas-vindas ao chanceler austriaco na entrada da vila. Schuschnigg sentiu que era uma saudação amigável, mas formal. Dentro em pouco, viu-se a sós com o ditador alemão no espaçoso gabinete do segundo andar, cujas grandes janelas descortinavam os imponentes picos nevados dos Alpes e, além, a Áustria, terra natal de ambos.

Kurt von Schuschnigg, de 41 anos de idade, era, como todos que o conheceram haviam de concordar, um homem de maneiras impecáveis, no velho estilo austriaco, e para ele não era artificial começar uma conversação com graciosas referências a respeito da paisagem magnífica, do belo tempo que fazia e de palavras agradáveis acerca da sala que, por certo, havia sido palco de muitas conferências importantes. Adolf Hitler atalhou-o bruscamente: “Não nos reunimos aqui para falar da bonita vista ou do tempo.” A seguir, começou a tempestade. Como relatou mais tarde o chanceler austriaco, as duas horas seguidas de “conversações foram um tanto unilaterais”.*

Vocês fazem tudo para impedir uma política amigável [desabafou Hitler] (...) A história inteira da Austria é justamente um ato ininterrupto de alta traição. Assim foi no passado e hoje não é diferente. Semelhante paradoxo histórico deve agora ter seu fim, com bastante atraso. E neste momento posso dizer-lhe diretamente, Herr Schuschnigg, que estou inteiramente decidido a pôr um fim a tudo isso. O Reich alemão é uma das grandes potências e ninguém levantará a voz se ele resolver seus problemas fronteiriços.

** Mais tarde escreveu o dr. Schuschnigg, de memória, um relatório daquilo que chamou "passagens significativas" das conversações unilaterais; embora não constitua, esse relato, um registro textual do ocorrido, parece ser verdadeiro a todos que ouviram e estudaram os incontáveis discursos e conversas de Hitler, e sua essência está patente não apenas no que ocorreu subsequentemente, como também no testemunho de outras pessoas presentes em Berghof naquele dia, particularmente Papen, Jodl e Guido Schmidt. Tomei por base o relato de Schuschnigg em seu livro *Austrian Requiem e suas declarações em Nuremberg*.⁴*

Chocado pela explosão de Hitler, o maneiroso e tranquilo chanceler austriaco tentou mostrar-se conciliatório e ainda permanecer em seu terreno. Respondeu que discordava de seu hospedeiro sobre a questão do papel da Áustria na história

alemã. “A contribuição da Áustria nesse aspecto é enorme”, insistiu.

*Hitler: Absolutamente nenhuma. Repito, absolutamente nenhuma. Toda a ideia nacional foi sabotada pela Áustria durante a história; e, na verdade, toda esta sabotagem constituiu a principal atividade dos Habsburgo e da Igreja Católica.**

Schuschnigg: Ainda assim, Herr Reichskanzler, muito da contribuição austríaca não pode por certo ser separada do quadro geral da cultura alemã. Veja, por exemplo, um homem como Beethoven...

Hitler: Oh! Beethoven? Deixe-me dizer-lhe que Beethoven veio da Baixa Renânia.

Schuschnigg: A Áustria, porém, foi o país de sua preferência, da mesma forma que para muitos outros...

Hitler: Seja como for, digo-lhe mais uma vez que as coisas não podem prosseguir dessa forma. Tenho uma missão histórica a cumprir e a cumprirei, pois a providência me destinou para isso (...); quem não estiver comigo será esmagado (...) Escolhi o caminho mais difícil jamais trilhado por qualquer alemão. Realizei a maior façanha da história da Alemanha, maior que a de qualquer outro alemão. E não pela força, tenha em conta. Tenho sido acompanhado pelo amor de meu povo (...) Schuschnigg Herr Reichskanzler, estou inteiramente disposto a acreditar nisso.

** É evidente que a deformada versão da história austro-germânica, dada por Hitler, a qual, como vimos em capítulos anteriores, remonta à sua juventude em Linz e Viena, permaneceu inalterada.*

Após uma hora de conversação, Schuschnigg pediu a seu interlocutor para enumerar suas queixas. “Faremos tudo”, disse ele, “para remover os obstáculos a uma melhor compreensão, tanto quanto seja possível”.

Hitler: Isto é o que diz, Herr Schuschnigg. Afirmo, porém, que resolverei o chamado problema austríaco de uma forma ou de outra.

Lançou em seguida uma diatribe contra a Áustria por fortificar a fronteira contra a Alemanha, acusação que Schuschnigg refutou.

Hitler: Ouça, vocês pensam realmente que podem mover uma simples pedra na Áustria sem que eu venha a saber no dia seguinte? (...) Não é preciso mais que uma simples ordem minha para que numa única noite seus ridículos

dispositivos de defesa sejam pulverizados. Vocês acreditam seriamente que podem conter-me por meia hora? (...) Gostaria de salvar a Áustria desse destino, pois tal ação significaria sangue. Depois do exército, marcharão minhas S.A. e a Legião Austríaca, e ninguém poderá deter ou impedir sua justa vingança — nem mesmo eu.

Depois dessas ameaças, Hitler lembrou a Schuschnigg (dirigindo-se a ele rudemente, sempre por seu nome e não por seu título, como exigia a cortesia diplomática), o isolamento da Áustria e a consequente falta de ajuda.

Hitler: Não pense em nenhum momento que há alguém na face da terra que vá frustrar minhas decisões. A Itália? Estou de completo acordo com Mussolini (...) A Inglaterra? Esta não moverá um dedo pela Áustria (...) E a França?

A França, disse ele, poderia ter detido a Alemanha na Renânia “e então teríamos que nos retirar. Mas agora é muito tarde para a França”.

Finalmente:

Hitler: Dou-lhe novamente, pela última vez, a oportunidade de chegar a um acordo, Herr Schuschnigg. Ou encontramos uma solução agora ou então os acontecimentos seguirão seu curso (...) Pense a respeito, Herr Schuschnigg, pense bem. Posso apenas esperar até esta tarde (...)

Que condições exatamente propunha o chanceler alemão?, perguntou Schuschnigg. “Nós podemos discuti-las hoje à tarde”, Hitler respondeu.

Durante o almoço Hitler aparentava estar “num excelente estado de espírito”, observou um tanto surpreendido Schuschnigg. Seu monólogo alongou-se a respeito de cavalos e de casas. Estava para construir o maior arranha-céu que o mundo jamais vira. “Os americanos verão”, comentou para Schuschnigg, “que a Alemanha está construindo maiores e melhores edifícios que os Estados Unidos”. Quanto ao oprimido chanceler austríaco, Papen notou que ele se mostrava “aborrecido e preocupado”. Fumante inveterado, não lhe haviam permitido fumar na presença de Hitler, mas depois do café, no salão contíguo, Hitler desculpou-se e Schuschnigg pôde pela primeira vez apanhar um cigarro. Conseguiu também contar a seu subsecretário do Exterior, Guido Schmidt, as más notícias, que logo seriam piores.

Depois de obrigados a esperar durante duas horas numa pequena ante-sala, os dois austríacos foram levados à presença de Ribbentrop, o novo ministro do

Exterior alemão, e de Papen. Ribbentrop apresentou-lhes duas páginas datilografadas com o esboço de um “acordo” e a observação que eram as exigências definitivas de Hitler, e que o Führer não aceitaria discussão sobre elas. Devia ser assinado imediatamente. Schuschnigg disse que se sentiu aliviado por ter ao menos algo definitivo de Hitler. Mas assim que leu atentamente o documento, seu alívio evaporou-se, pois diante dele encontrava-se um ultimato alemão determinando-lhe, na realidade entregar o governo austríaco aos nazistas dentro de uma semana.

A proibição contra o Partido Nazista Austríaco devia ser suspensa, todos os nazistas presos deviam ser anistiados, e o advogado vienense pró-nazista tinha de ser feito ministro do Interior, com autoridade sobre a política e a segurança. Um outro pró-nazista, Glaise-Horstenau, devia ser indicado ministro da Guerra, e os exércitos alemão e austríaco deviam estabelecer relações íntimas com certo número de medidas, incluindo a mudança sistemática de uma centena de oficiais. “Devem ser realizados preparativos”, rezava a exigência final, “para a assimilação da economia austríaca num sistema econômico alemão. Com este objetivo, o dr. Fischböck (um pró-nazista) seria indicado ministro das Finanças”.⁵ Schuschnigg, como escreveu posteriormente, percebeu imediatamente que a aceitação do ultimato significaria o fim da independência da Áustria.

*Ribbentrop aconselhou-me a aceitar logo as exigências. Protestei e fiz referência ao acordo prévio com Papen, antes de vir a Berchtesgaden, e deixei claro a Ribbentrop que não me encontrava preparado para enfrentar pretensões tão descabidas (...)*⁶

Mas achava-se Schuschnigg preparado para aceitá-las? Que ele não estava em condições de enfrentá-las era evidente, inclusive para um atoleimado como Ribbentrop. A questão consistia em saber: ele as assinaria? Nesse momento difícil e decisivo o chanceler austríaco começou a fraquejar. Perguntou, de modo claudicante, segundo seu próprio relato, “se poderíamos contar com a boa vontade da Alemanha, se o governo do Reich tinha pelo menos a intenção de conservar o seu aspecto de negociação”.⁷ Disse que recebeu uma resposta “afirmativa”.

Então Papen passou a convencê-lo. O matreiro embaixador admitiu seu assombro ao ler o ultimato. Era uma “interferência injustificável na soberania da Áustria”. Schuschnigg contou que Papen desculpou-se e expressou sua “completa surpresa” diante do acordo. Não obstante, aconselhou o chanceler austríaco a assiná-lo.

*Ele comunicou-me, além disso, que poderia estar certo de que Hitler teria cuidado, se eu assinasse e concordasse com as exigências, de que daí por diante a Alemanha permaneceria leal ao acordo e que não mais se produziriam dificuldades para a Áustria.*⁸

Schuschnigg — poderia parecer pelas suas declarações, as últimas dadas num depoimento em Nuremberg — estava não apenas fraquejando, mas levando sua ingenuidade ao extremo. Tinha uma última oportunidade para resistir. Foi novamente chamado por Hitler. Encontrou o Führer, andando com entusiasmo de um lado para outro em seu gabinete.

*Hitler: Herr Schuschnigg (...) Aqui está o esboço do documento. Não há nada para ser discutido. Não modificarei sequer uma vírgula. Ou o subscreve assim como se apresenta, e cumprirá minhas exigências dentro de três dias, ou ordenarei a marcha sobre a Áustria.*⁹

Schuschnigg capitulou, dizendo a Hitler que estava disposto a assinar. Mas recordou que, de acordo com a constituição austríaca, somente o presidente da república tinha o poder legal de aceitar semelhante acordo e cumpri-lo. Portanto, conquanto estivesse disposto a apelar para o presidente no sentido de aceitá-lo, não podia oferecer nenhuma garantia.

“É indispensável a garantia”, gritou Hitler.

“Não poderia, absolutamente, Herr Reichskanzler”, Schuschnigg diz ter respondido.¹⁰

*Ante a resposta [Schuschnigg contou mais tarde] Hitler perdeu o controle. Correu para a porta, abriu-a e berrou: “General Keitel!” Então, voltando-se para mim, ele disse: “Chamá-lo-ei depois.”*¹¹

Puro blefe, mas o atormentado chanceler austríaco, que soubera durante todo o dia da presença dos generais talvez não o imaginasse. Papen conta que Keitel lhe disse depois que, ao entrar e perguntar a Hitler pelas suas ordens, ele veio ao seu encontro com um amplo sorriso: “Não há ordens.” Hitler falou entre dentes. “Apenas queria tê-lo aqui.”

Mas Schuschnigg e o dr. Schmidt, aguardando do lado de fora do gabinete do Führer, ficaram impressionados. Schmidt murmurou que não ficaria surpreso se ambos fossem presos dentro de cinco minutos. Trinta minutos depois Schuschnigg foi novamente levado à presença de Hitler.

*Decidi mudar de ideia, pela primeira vez na minha vida [disse Hitler]. Mas advirto que esta é mesmo a última oportunidade. Dou-lhe mais três dias para realizar o acordo.*¹²

Isso foi o máximo de concessões do ditador germânico, e embora o fraseado na parte final se abrandasse um pouco, as modificações eram sem importância, como Schuschnigg mais tarde verificou. O chanceler austríaco assinou o que significou o atestado de óbito da Áustria.

A conduta dos homens sob diferentes formas de coação, de acordo com seu caráter, é também frequentemente complicada. Poucos duvidariam que Schuschnigg fosse um homem bravo — um veterano, apesar de sua relativa juventude, na tempestade e na confusão da política, que vira seu predecessor assassinado pelos nazistas. Entretanto, sua capitulação diante de Hitler a 11 de fevereiro de 1938, sob a terrível ameaça de ataque armado, deixou um resquício de dúvidas não resolvidas entre seus compatriotas e os observadores e os historiadores desse período fatídico. A rendição foi necessária? Não havia alternativa? Seria um homem precipitado quem afirmasse que a Inglaterra e a França, em vista de sua conduta subsequente ante as agressões de Hitler, podiam ter vindo em ajuda da Áustria se a Alemanha marchasse sobre ela. Mas até esse momento Hitler ainda não havia cruzado a fronteira alemã nem tampouco preparara seu próprio povo e o mundo para qualquer espécie de agressão brutal. O próprio exército alemão estava mal preparado para uma guerra em que intervissem a Inglaterra e a França. Em poucas semanas, como resultado do “acordo” de Berchtesgaden, a Áustria seria amolecida pelos nazistas locais e pelas maquinções alemães, a tal ponto que Hitler poderia apossar-se dela com muito menos risco de intervenção estrangeira do que a 11 de fevereiro. O próprio Schuschnigg, como escreveu depois, reconheceu que a aceitação das condições de Hitler significava “nada mais nada menos que o fim completo da independência do governo austríaco”.

Talvez ele estivesse aturdido com o transe. Após assinar, sob a ameaça das armas, a perda da independência de seu país, ainda entregou-se a uma estranha conversação com Hitler, a qual mais tarde recordou em seu livro. “Acredita Herr Reichskanzler que as múltiplas crises do mundo atual podem ser resolvidas pacificamente?”, perguntou ele. O Führer respondeu, nesciamente, que poderiam — “se minhas advertências forem seguidas”. Ao que Schuschnigg asseverou, sem sinal de sarcasmo: “No momento a situação mundial é até certo ponto promissora, não acha?”¹³

Tal afirmativa nesse instante parece incrível, mas aquilo que o derrotado

chanceler austríaco disse está escrito. Hitler tinha mais uma humilhação para aplicar-lhe. Quando Schuschnigg sugeriu que a imprensa divulgasse seu encontro, mencionando que a discussão reafirmara o acordo de julho de 1936, Hitler exclamou: “Oh! Não! Primeiro vocês devem cumprir as condições de nosso acordo. Isto é o que vai para a imprensa: Hoje, o Führer e Reichskanzler conferenciou com o Bundeskanzler austríaco em Berghof. É tudo”.

Recusando o convite do Führer para jantar, Schuschnigg e Schmidt dirigiram-se para as montanhas de Salzburgo. A noite de inverno estava nublada e escura. O onipresente Papen acompanhou-os até a fronteira: sentia-se pouco à vontade naquele “silêncio opressivo”, como o definiu. Mas não podia deixar de confortar seus amigos austríacos.

“Bem, agora viram o que o Führer pode ser, às vezes”, exclamou. “Mas da próxima vez estou certo que ele será diferente. Saibam que o Führer pode ser absolutamente encantador”.*

** A versão de Papen (ver suas Memórias, p. 420) é diferente, mas a de Schuschnigg parece mais verdadeira.*

As quatro semanas de agonia: 12 de fevereiro a 11 de março de 1938

Hitler dera quatro dias a Schuschnigg — até terça-feira, 15 de fevereiro — para mandar-lhe “uma resposta obrigatória” de que cumpriria o ultimato, e mais três dias para cumprir seus termos específicos. Schuschnigg retornou a Viena na manhã de 12 de fevereiro e imediatamente procurou o presidente Mikas. Wilhelm Mikas era um homem laborioso e medíocre, de quem os vienenses diziam que sua principal obra na vida fora ser pai de uma prole numerosa. Mas havia nele uma certa solidez camponesa e, nessa crise, ao fim de seus 52 anos de funcionário estatal, iria revelar mais coragem do que qualquer outro austríaco. Sentia-se disposto a fazer certas concessões a Hitler, tais como a anistia aos nazistas austríacos, mas recusava-se a colocar Seyss-Inquart como responsável pela polícia e o exército. Papen comunicou devidamente o fato a Berlim, na noite de 14 de fevereiro, dizendo que Schuschnigg esperava “vencer a resistência do presidente até amanhã”.

Às 19:30h, Hitler aprovou ordens dirigidas ao general Keitel para fazer pressão militar sobre a Áustria.

Difusão falsa, mas notícia perfeitamente verossímil, que podia levar à conclusão de preparativos militares contra a Áustria. 14

Na realidade, mal Schuschnigg partira de Berchtesgaden, o Führer começou a simular a ação militar a fim de verificar se o chanceler cumpria o que tinha prometido. Jodl anotou apressadamente tudo em seu diário.

13 de fevereiro: Pela tarde, o general [Keitel] pede ao almirante [Canaris] e a mim para irmos a seu apartamento. Diz-nos que a ordem do Führer para a ação simulada contra a Áustria deveria ser mantida até o dia 15. As propostas para as medidas foram esboçadas e submetidas ao Führer por telefone, a fim de obterem aprovação.*

14 de fevereiro: O efeito é rápido e forte. A impressão na Áustria é de que a Alemanha está empreendendo sérios preparativos militares.15

** Wilhelm Canaris era o chefe do Departamento de Informações (Abwehr) do OKW.*

O general Jodl não exagerava. Ante a ameaça de invasão armada o presidente Miklas cedeu e, no último dia do prazo, 15 de fevereiro, Schuschnigg avisou formalmente ao embaixador von Papan que o acordo de Berchtesgaden seria efetivado antes de 18 de fevereiro. A 16 de fevereiro, o governo austríaco promulgou uma anistia geral para os nazistas, incluindo os condenados pela morte de Dollfuss, e deu a conhecer a reorganização do gabinete, no qual Seyss-Inquart era nomeado ministro da Segurança. No dia seguinte este ministro nazista dirigiu-se apressadamente a Berlim para avistar-se com Hitler e receber suas ordens.

Seyss-Inquart, o primeiro dos traidores, era um jovem e inteligente advogado vienense, de maneiras agradáveis, que desde 1918 possuía um desejo ardente de ver a Áustria unida à Alemanha, ideia popular nos primeiros anos que se seguiram à guerra. Realmente, a 12 de novembro de 1918, no dia seguinte ao armistício, a Assembléia Nacional Provisória, em Viena, que acabara de derrubar a monarquia dos Habsburgo, proclamara a república austríaca e tentara efetuar um Anschluss, afirmando que a “Áustria alemã é parte integrante da república germânica”. Os Aliados vitoriosos não tinham permitido a consumação da ideia e, na época em que Hitler chegou ao poder, em 1933, não havia dúvidas de que a maioria dos austríacos se manifestava contrária a juntar seu país à Alemanha nazista. Mas para Seyss-Inquart, conforme declarou no seu julgamento em Nuremberg, os nazistas permaneciam firmes em favor do Anschluss, e por isso deu lhes seu apoio. Não se filiou ao partido nem interviu em suas arruaças e violências. Representou o papel, bem melhor, numa frente importante para os nazistas austríacos, e após o acordo de julho de 1936, quando foi indicado conselheiro de Estado, concentrou esforços, ajudado por Papan e outros funcionários e agentes alemães, em trabalhar por dentro. Tanto

Schuschnigg quanto Miklas, de modo inexplicável, parecem ter confiado nele até o fim. Posteriormente, Miklas, católico devoto como Schuschnigg, confessou que estava bem impressionado pelo fato de que Seyss era “um assíduo frequentador da Igreja”. O catolicismo de Seyss e também a circunstância de que, como Schuschnigg, servira num regimento tirolês Kaiserjager durante a Primeira Guerra Mundial, sendo ferido gravemente, parece que constituíram a base de confiança que o chanceler austríaco depositou nele. Schuschnigg, infelizmente, tinha uma incapacidade calamitosa para julgar as pessoas em suas características mais essenciais. Pensava talvez que por meio de simples suborno pudesse manter seu novo ministro nazista na linha. Contou em seu livro do efeito mágico de 500 dólares sobre Seyss-Inquart, um ano antes, quando ameaçou demitir-se do cargo de conselheiro de Estado e depois voltou atrás ao receber a quantia insignificante. Mas Hitler tinha maiores vantagens para ofuscar o jovem advogado ambicioso, como Schuschnigg logo veio a compreender.

A 20 de fevereiro, Hitler pronunciou no Reichstag seu esperado discurso, já adiado de 30 de janeiro em virtude da crise Blomberg-Fritsch e de suas próprias maquinações contra a Áustria. Embora falasse calorosamente da compreensão de Schuschnigg e de sua “generosa boa vontade” para melhorar ainda mais o entendimento entre a Áustria e a Alemanha — exemplo de mistificação que impressionou o primeiro-ministro Chamberlain —, o Führer fez uma advertência que, conquanto não fosse levada em conta por Londres, tinha sido bem ouvida em Viena e em Praga.

Mais de dez milhões de alemães vivem em dois Estados vizinhos de nossas fronteiras (...) Não é possível duvidar. A separação política do Reich não pode levar à privação dos direitos — isto é, dos direitos gerais da autodeterminação. É intolerável para uma potência mundial saber que existem irmãos de raça junto dela, que vivem continuamente afligidos pelos mais terríveis sofrimentos, por sua simpatia ou desejo de unidade de toda a nação, de seu destino e de seu Weltanschauung. Consideramos ser do interesse do Reich alemão proteger aqueles alemães que não se encontram em condições de manter, fora de nossas fronteiras, sua liberdade política e espiritual, por meio de seus próprios esforços.16

Foi chocante a revelação de que doravante Hitler considerava o futuro de sete milhões de austríacos e três milhões de alemães sudetos da Tchecoslováquia como assunto do Terceiro Reich.

Schuschnigg respondeu a Hitler quatro dias depois, a 24 de fevereiro, num discurso perante o Bundestag austríaco, cujos membros, à semelhança dos do Reichstag alemão, eram escolhidos a dedo pelo regime ditatorial de um só

partido. Embora conciliador diante da Alemanha, Schuschnigg salientou que a Áustria fizera o máximo de concessões, “até o ponto em que devíamos proclamar um basta e dizer: ‘Daqui em diante, nada mais’”. A Áustria — disse — jamais abriria mão voluntariamente de sua independência e terminou com um apelo comovente: “Pelo Vermelho-Branco-Vermelho [as cores nacionais da Áustria] até a morte!*

** No original: "Red-White-Red until we're dead!" para cuja rima, também existente em alemão, o autor chama atenção. (N. do T.)*

“Vinte e quatro de fevereiro foi para mim um dia crucial”, escreveu Schuschnigg após a guerra. Esperou ansiosamente a reação do Führer a seu discurso. Papen telegrafou a Berlim, no dia seguinte, para advertir o Ministério do Exterior de que a oração não deveria ser tomada a sério. Disse Papen que Schuschnigg expressara seus mais fortes sentimentos nacionalistas a fim de restaurar sua posição interna. Havia complôs em Viena para derrubá-lo por causa de suas concessões em Berchtesgaden. Entrementes, Papen informou Berlim de “que o trabalho de Seyss-Inquart (...) prosseguia de acordo com o plano”.¹⁷ No outro dia, o embaixador alemão, aproximando-se da consecução de seus longos anos de trabalho sinuoso, pediu uma licença formal ao chanceler austríaco e partiu para Kitzbühel a fim de esquiar um pouco.

O discurso de Hitler de 20 de fevereiro, que fora transmitido pela cadeia de radiodifusão austríaca, provocara uma série de demonstrações populares nazistas por toda a Áustria. A 24 de fevereiro, durante a transmissão da resposta de Schuschnigg, uma multidão alucinada de vinte mil nazistas invadiu, em Graz, a praça da cidade, arrancou os alto-falantes, arriou a bandeira austríaca e ergueu a bandeira suástica da Alemanha. Tendo Seyss-Inquart no comando pessoal da polícia, nenhuma medida foi tomada para frear as explosões nazistas. O governo de Schuschnigg estava para vir abaixo. Manifestava-se o caos, tanto econômico como político. Cancelamentos de ordens de empresas do estrangeiro caíam aos montes em Viena. Os turistas estrangeiros afastavam-se atemorizados. Toscanini telegrafou de Nova York cancelando seu aparecimento no Festival de Salzburgo, para onde afluíam dezenas de milhares de turistas cada verão, “em virtude dos acontecimentos políticos na Áustria”. A situação se tornava tão desesperada que Otto de Habsburgo, o jovem pretendente ao trono, mandou uma carta de seu exílio, na Bélgica — como posteriormente revelou Schuschnigg —, implorando-lhe, sob o juramento de fidelidade de antigo oficial do exército imperial, para designá-lo chanceler, se julgasse que tal passo pudesse salvar a Áustria.

Em seu desespero, Schuschnigg voltou-se para os trabalhadores austríacos,

cujos sindicatos livres e partido político, o Social-Democrata, conservava sob repressão desde que Dollfuss os esmagara tão impiedosamente em 1934. Os trabalhadores representavam 42% do eleitorado austríaco e se, em qualquer momento, durante os passados quatro anos, o chanceler tivesse sido capaz de lançar a vista além dos estreitos horizontes de sua própria ditadura clerical-fascista e tivesse angariado seu apoio para uma coalizão democrática antinazista moderada, os nazistas, relativamente uma insignificante minoria, teriam sido facilmente contidos. Mas Schuschnigg não tinha envergadura para dar semelhante passo. Homem rígido e decente como era, se deixara dominar, à semelhança de alguns outros na Europa, pelo desprezo à democracia ocidental e pela paixão ao governo autoritário de um só partido.

Fora das fábricas e das prisões, das quais muitos deles se haviam livrado juntamente com os nazistas, os social-democratas se apresentaram coesos, em resposta ao apelo do chanceler. Apesar de tudo que lhes sucedera, disseram que estavam prontos a defender a independência nacional. Tudo o que pediam era aquilo que o chanceler já concedera aos nazistas: o direito de ter seu próprio partido político e pregar as próprias doutrinas. Schuschnigg concordou, mas demasiado tarde.

A 3 de março, o sempre bem informado general Jodl anotou em seu diário: “A questão austríaca torna-se crítica. Cem oficiais serão enviados para lá. O Führer quer vê-los pessoalmente. Eles não podiam compreender que as forças armadas austríacas tivessem de lutar melhor contra nós, mas seria preferível que não lutassem de todo.”

Nesse momento crítico, Schuschnigg decidiu empreender mais uma manobra final desesperada, que estivera ruminando em seu espírito desde os últimos dias em que os nazistas começaram a dominar as províncias. Perguntaria ao povo austríaco se ele estava a favor de uma “Áustria livre, independente, social cristã e unida — ja oder Nein?”*

*Senti que o momento para uma decisão clara chegara [escreveu depois]. Parecia irresponsável tolher as mãos até que no curso de poucas semanas tivéssemos bem amordaçados. A parada agora exigia riscos e um último e desesperado esforço.*¹⁹

** De acordo com o testemunho do presidente Miklas no julgamento de um nazista austríaco em Viena, depois da guerra o plebiscito foi sugerido a Schuschnigg pela França. Papen aventa que o embaixador francês em Viena, Pauax, amigo íntimo do chanceler, foi o "pai da ideia do plebiscito". Admite, porém, que Schuschnigg adotou-o por sua própria conta.*¹⁸

Assim que retornou de Berchtesgaden, Schuschnigg notificara Mussolini, protetor da Áustria, das ameaças de Hitler e recebera uma resposta imediata do Duce de que a posição da Itália em face da Áustria permanecia inalterada. Agora, a 7 de março, enviou seu adido militar em Roma a Mussolini para informá-lo de que em vista dos acontecimentos ele “provavelmente teria de recorrer a um plebiscito”. O ditador italiano respondeu que isso era um erro — “*C’è un errore!*” Pediu a Schuschnigg para manter-se na linha anterior. As coisas estavam melhorando. O iminente abrandamento de relações entre Roma e Londres contribuiria bastante para aliviar a pressão. Era a última vez que Schuschnigg ouvia algo de Mussolini.

Na noite de 9 de março, Schuschnigg anunciou, em discurso em Innsbruck, que um plebiscito seria efetuado dentro de quatro dias: no domingo, 13 de março. A notícia inesperada encolerizou Hitler. A anotação diária de Jodl, de 10 de março, descreve a reação inicial em Berlim:

De surpresa, e sem consulta a seus ministros, Schuschnigg determinou a realização de um plebiscito para domingo, 13 de março (...)

O Führer decidiu que não o toleraria. Na mesma noite, 9 para 10 de março, convocou Göring. O general von Rathenau foi chamado de volta do Comitê Olímpico do Cairo. O general von Scrobert [comandante do Distrito Militar de Munique, na fronteira da Áustria] recebeu ordem de se apresentar, e também o (austriaco) embaixador Glaise-Horstenau, que está (...) no Palatinado (...). Ribbentrop está sendo retido em Londres. Neurath tomou a direção do Ministério do Exterior:20

No dia seguinte, quinta-feira, 10 de março, havia grande azáfama em Berlim. Hitler decidira ocupar militarmente a Áustria e é indiscutível que seus generais foram surpreendidos. Se o plebiscito de domingo tinha de ser evitado pela força, o exército deveria marchar sobre a Áustria no sábado. Mas não existiam planos para uma ação tão precipitada. Hitler convocou Keitel para as 10h, mas o general, antes de dirigir-se às pressas ao Führer, conferenciou com Jodl e o general Max von Viebahn, chefe do Führungsstab (Estado-maior de operações) do OKW. O engenhoso Jodl recordou o Caso Especial Otto elaborado para conter uma tentativa de colocar Otto de Habsburgo no trono austríaco. Já que era o único plano existente para empreender a ação militar contra a Áustria, Hitler determinou que fosse executado. “Preparar o Caso Otto”, ordenou.

Keitel voltou correndo ao quartel-general da OKW, em Bendlerstrasse, para conferenciar com o general Beck, chefe do Estado-maior. Quando indagou dos pormenores do Caso Otto, Beck respondeu: “Não preparamos nada, não fizemos

nada, absolutamente.” Beck, por sua vez, foi chamado à chancelaria do Reich. Apanhando o general von Manstein, que estava prestes a deixar Berlim para assumir um comando de divisão, dirigiu-se com ele para se encontrar com Hitler, que lhes disse que o exército devia estar pronto para manchar sobre a Áustria no sábado. Nenhum dos generais apresentou qualquer objeção a essa proposta de agressão armada. Apenas cogitavam das dificuldades de preparar a ação militar em tão curto prazo. Manstein, regressando a Bendlerstrasse, pôs-se a trabalhar para traçar as ordens necessárias, terminando sua tarefa às 18h. Às 18:30h, segundo o diário de Jodl, as diretivas de mobilização foram expedidas para três corpos do exército e para a força aérea. No dia seguinte, 11 de março, às 2h, Hitler emitiu a Ordem Número Um para a Operação Otto. Tal era seu açodamento, que se esqueceu de assiná-la. Sua assinatura só foi conseguida à 13h.

ALTAMENTE CONFIDENCIAL

1. Se outras medidas forem insuficientes, tenciono invadir a Áustria com força armada para estabelecer condições constitucionais e para impedir futuras violências contra a população pró-Alemanha.

2. Toda a operação será dirigida por mim, pessoalmente.

3. As tropas do exército e da força aérea destacadas para a operação devem estar prontas para a invasão no dia 12 de março de 1938, no mais tardar até 12h (...)

*4. A conduta das tropas deve dar a entender que não queremos fazer a guerra contra nossos irmãos austríacos (...) Por conseguinte, qualquer provocação deve ser evitada. Se, entretanto, for oferecida resistência, ela deve ser impiedosamente esmagada pela força das armas (...)*21

Poucas horas mais tarde Jodl emitiu ordens suplementares “altamente confidenciais”, em nome do chefe do comando supremo das forças armadas.

1. Se tropas tchecoslovacas ou unidades de milícias forem encontradas na Áustria, deverão ser consideradas hostis.

*2. Os italianos, onde quer que se encontrem, devem ser tratados como amigos, especialmente quando Mussolini declarou-se desinteressado da solução da questão austríaca.*22

Hitler achava-se preocupado com Mussolini. No dia 10 de março, à tarde,

assim que decidiu empreender a invasão militar, mandou em avião especial o príncipe de Hesse com uma carta para o Duce (datada de 11 de março), informando-o da ação projetada e inquirindo da compreensão do ditador italiano. A carta, um amontoado de mentiras em relação ao acordo com Schuschnigg e das condições da Áustria que — assegurava ao Duce — estavam se aproximando do estado de anarquia”, principiava com o argumento fraudulento, a ponto de Hitler omiti-lo quando a carta foi depois publicada na Alemanha.* Afirmava que a Áustria e a Tchecoslováquia conspiravam para restaurar os Habsburgo e se preparavam para lançar o peso de uma massa de pelo menos vinte milhões de homens contra a Alemanha”. Passou então a enumerar suas exigências a Schuschnigg, que, garantiu a Mussolini, “eram mais que moderadas”. Disse do fracasso de Schuschnigg no seu cumprimento e falou do arremedo do “chamado plebiscito”.

Com a minha responsabilidade de Führer e chanceler do Reich alemão e, ademais, como filho dessa terra, não posso mais permanecer passivo diante de tais acontecimentos.

Estou decidido agora a implantar a lei e a ordem em minha terra natal e dar condições ao povo para determinar por si mesmo seu destino, de acordo com seu julgamento, de uma maneira justa, clara e aberta (...) Qualquer que seja a forma em que este plebiscito venha a ser realizado, desejo neste instante garantir solenemente a Vossa Excelência, o Duce da Itália fascista:

1. Considero este passo apenas uma medida de autodefesa nacional que qualquer homem de caráter tomaria nas mesmas condições, se estivesse em minha posição. Vós, igualmente, Excelência, não agiríeis diferentemente se o destino dos italianos estivesse em perigo (...)

2. Numa hora crítica para a Itália vos demonstrarei minha firme simpatia. Não duvideis de que no futuro não haverá modificações nessa atitude.

*3. Quaisquer que sejam as consequências que possam sobrevir, estabeleci um limite definitivo entre a Alemanha e a França e agora traço um justo e definitivo entre a Itália e nós. É o Brenner (...)***

*Com toda afeição, o Vosso Adolf Hitler*¹³

** As passagens omitidas foram encontradas depois da guerra, nos arquivos do Ministério do Exterior italiano.*

*** Determinando que a fronteira ficasse no Brenner, fazia uma concessão a Mussolini. Significava que Hitler não estaria solicitando a volta do Tirol do*

Sul, tomado da Áustria e confiado à Itália pelo Tratado de Versalhes.

O colapso de Schuschnigg

Indiferente às atividades febris que se passavam na fronteira do Terceiro Reich, o dr. Schuschnigg foi deitar-se na noite de 10 de março firmemente convencido, como depois confirmou, de que o plebiscito seria um êxito para a Áustria e que os nazistas “não constituiriam um grande obstáculo”.* Realmente, naquela noite, o dr. Seyss-Inquart lhe assegurara que apoiaria o plebiscito e até faria um discurso pelo rádio em seu favor.

** Com toda justiça se poderia afirmar que o plebiscito de Schuschnigg dificilmente seria mais livre ou democrático que os preparados por Hitler na Alemanha. Desde que deixaram de existir eleições livres na Áustria, a partir de 1933, não se renovaram as listas eleitorais. Apenas os que tinham mais de 24 anos podiam votar. A notícia do plebiscito foi conhecida somente com quatro dias de antecedência, de forma que não haveria tempo para a campanha, mesmo que os grupos da oposição, os nazistas e social-democratas, tivessem liberdade de fazê-la. Os social-democratas teriam sem dúvida votado Sim, já que consideravam Schuschnigg um mal menor que Hitler. Além disso, a liberdade política fora prometida. Não resta dúvida de que seu voto teria dado uma vitória a Schuschnigg.*

Às 5:30h de sexta-feira, 11 de março, o chanceler austríaco foi despertado pela campanha do telefone a seu lado. O dr. Skubl, chefe de polícia da Áustria, falava. Os alemães fecharam a fronteira em Salzburgo, disse. O tráfego ferroviário entre os dois países fora suspenso. Tropas germânicas, estava informado, se concentravam na fronteira austríaca.

Às 6:15h Schuschnigg caminhava para seu gabinete em Ballhausplatz. Decidiu, porém, parar primeiro na catedral de Santo Estêvão. Ali, na confusa claridade da manhã, enquanto a primeira missa era rezada, sentou-se inquieto em seu banco, pensando na ameaçadora mensagem do chefe de polícia. “Não estava bem certo do que significava”, recordou mais tarde. Contemplava fixamente as velas queimando em frente da imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e olhava furtivamente em volta. Depois fez o sinal-da-cruz, como vienenses sem conta fizeram diante da santa, nos períodos passados de tensão.

Na chancelaria tudo estava tranquilo. Nem sequer um despacho de desassossego chegara, durante a noite, dos diplomatas da Áustria no exterior. Chamou a chefatura de polícia e pediu que, como medida de precaução, fosse colocado um cordão policial em torno do centro da cidade e dos edifícios

governamentais. Convocou também seus colegas de gabinete. Apenas Seyss-Inquart deixou de comparecer. Schuschnigg não o localizou em nenhuma parte. Na realidade, o ministro nazista estava no aeroporto de Viena. Papen, convocado urgentemente na noite anterior para ir a Berlim, partiu num avião especial às 6h, e Seyss-Inquart fora se despedir dele... Agora o Traidor Número Um aguardava o Número 2 — Glaise-Horstenau, como Seyss, ministro do gabinete de Schuschnigg, e, como ele, já profundamente atolado na traição. Glaise devia chegar de Berlim com ordens de Hitler acerca do que devia fazer em face do plebiscito.

As ordens foram para impedi-lo, sendo apresentadas convenientemente a Schuschnigg, pelos dois cavalheiros, às 10h, acompanhadas da informação de que Hitler estava furioso. Após várias horas de consultas com o presidente Miklas, com seus colegas de gabinete e com o dr. Skubl, Schuschnigg concordou em desistir do plebiscito. O chefe de polícia lhe disse a contragosto que a polícia, liberalmente entremeadada de nazistas que haviam retornado a suas posições de conformidade com o ultimato de Berchtesgaden, não seria mais contida pelo governo. Por outro lado, Schuschnigg tinha certeza de que o exército e a milícia da Frente Patriótica — o partido autoritário oficial da Áustria — lutariam. Mas nesse momento crucial Schuschnigg decidiu — disse efetivamente que sua ideia amadurecera sobre o assunto — que não ofereceria resistência, se significasse derramamento de sangue alemão. Hitler estava inteiramente disposto a fazê-lo, mas Schuschnigg afastou-se dessa perspectiva.

Às 14h chamou Seyss-Inquart para dizer-lhe que desistira do plebiscito. O suave Judas usou o telefone para informar Göring em Berlim. Mas, na concepção nazista amável, uma concessão realizada por um adversário devia levar imediatamente a outra. Daí por diante Göring e Hitler começaram a subir o preço. O relato, minuto a minuto, de como isso foi feito, das ameaças e trapaças realizadas, foi lembrado — bastante ironicamente — pelo próprio Forschungsamt de Göring, o Instituto de Pesquisas, que apanhou e descreveu 27 conversações telefônicas do gabinete do marechal-de-campo, desde às 14:45h de 11 de março. Os documentos foram achados no Ministério do Ar alemão depois da guerra e constituíram um registro elucidativo de como o destino da Áustria foi jogado pelo telefone de Berlim, durante as poucas horas críticas que se seguiram.²⁴

Durante o primeiro telefonema de Seyss a Göring, às 14:45h, o marechal-de-campo disse-lhe que o cancelamento do plebiscito não era suficiente e que depois de conversar com Hitler o chamaria novamente. Isto ocorreu às 15:05h. Ele ordenou que Schuschnigg se demitisse e que Seyss-Inquart fosse nomeado

chanceler dentro de duas horas. Göring disse também a Seyss que ‘enviasse um telegrama ao Führer, como fora combinado’. Esta foi a primeira menção a um telegrama que devia aparecer em meio aos frenéticos acontecimentos das poucas horas seguintes e que seria utilizado para justificar a agressão de Hitler perante o povo alemão e os ministérios do exterior do mundo.

Wilhelm Keppler, agente especial de Hitler na Áustria, chegando à tarde em Berlim, para tomar posse do cargo na ausência de Papen, mostrara a Seyss-Inquart o texto de um telegrama que devia enviar ao Führer. Nele se solicitava a remessa de tropas alemãs para a Áustria, a fim de acabar com a desordem. Em seu depoimento em Nuremberg, Seyss declarou que se recusara a enviar tal despacho, visto que não havia desordens. Keppler insistiu para que o telegrama fosse expedido e dirigiu-se apressadamente à chancelaria austríaca, onde teve bastante audácia para instalar um gabinete de emergência junto com Seyss e Glaise-Horstenau. Por que Schuschnigg admitiu semelhantes intrusos e traidores instalados fisicamente no governo austríaco nessa hora crítica é incompreensível, mas aconteceu. Mais tarde recordou-se da chancelaria “como uma colmeia inquieta”, com Seyss-Inquart e Glaise-Horstenau instalados em um canto e “em torno deles um ir e vir de tipos estranhos”; pelo visto, jamais passou pela cabeça do polido mas atordoado chanceler enxotá-los.

Havia amadurecido em sua ideia render-se à pressão de Hitler e renunciar. Enquanto esteve no mesmo gabinete com Seyss, mandara fazer um chamado telefônico a Mussolini, mas como o Duce não foi encontrado imediatamente, Schuschnigg cancelou a chamada poucos minutos depois. Pedir a ajuda de Mussolini “seria perder tempo”, pensou. De resto, o arrogante protetor da Áustria a abandonava na hora da necessidade. Poucos minutos mais tarde, no momento em que procurava falar ao presidente Miklas para que aceitasse sua demissão, chegou uma mensagem do Ministério do Exterior: “O governo italiano anuncia que não daria, nas circunstâncias atuais, nenhum conselho no caso de que tal conselho fosse solicitado.”²⁵

O presidente Miklas não era um grande homem, mas era obstinado e íntegro. Relatou em aceitar a renúncia de Schuschnigg e recusou-se a fazer Seyss-Inquart seu sucessor. “Isto é inteiramente impossível”, disse. “Não seremos coagidos.” Deu instruções a Schuschnigg para comunicar aos alemães que seu ultimato fora recusado.²⁶

Seyss-Inquart notificou rapidamente Göring da recusa, às 5:30h.

Seyss-Inquart: O presidente aceitou a renúncia [de Schuschnigg] (...) Sugerir

que me confiasse a chancelaria (...), mas ele gostaria de confiar num homem como Ender (...)

Göring: Bem, isto não acontecerá! Sob nenhuma circunstância! Deve ser dito ao presidente que ele tem de entregar o poder de chanceler a você e de aceitar o gabinete como está organizado.

Houve uma interrupção neste ponto. Seyss-Inquart pôs na linha um tal dr. Mühlmann, um sombrio nazista austríaco que Schuschnigg sabia ter-se ocultado em Berchtesgaden e ser amigo pessoal de Göring.

Mühlmann: O presidente se recusa teimosamente a dar seu consentimento. Nós, os três nacional-socialistas, fomos falar-lhe pessoalmente (...) Nem mesmo permitiu que o vissemos. Até o momento procede como se não estivesse disposto a entregar.

Göring. Chame Seyss. [sic]. Agora lembre-se do seguinte: vá imediatamente, em companhia do general Muff [o adido militar alemão], e diga ao presidente que se as condições não forem aceitas logo, as tropas que já se dirigem para a fronteira prosseguirão na marcha, esta noite, ao longo de toda a linha, e a Áustria deixará de existir (...) Diga-lhe que a hora não é para graça. A situação neste momento é que a invasão terá início por todos os cantos da Áustria. A invasão cessará, e as tropas permanecerão nas fronteiras somente se formos informados até às 19:30h que Miklas lhe confiou a chancelaria (...) Depois convoque os nacional-socialistas de todo o país. Eles agora devem estar nas ruas. Lembre-se, pois, que deve ser dada uma informação até às 19:30h. Se dentro de quatro horas Miklas não entender assim, nós o faremos compreender em quatro minutos.

O resolutivo presidente ainda continuava firme.

Às 18:30h Göring voltou a telefonar para Keppler e Seyss-Inquart. Ambos comunicaram que o presidente Miklas recusava-se a acompanhá-los.

Göring: Bem, nesse caso Seyss-Inquart tem de demiti-lo! Suba de novo e diga-lhe abertamente que Seyss chamará os guardas nacional-socialistas e em cinco minutos as tropas marcharão sob as minhas ordens.

Após esta instrução, o general Muff e Keppler apresentaram ao presidente um segundo ultimato militar, ameaçando que, se ele não se rendesse dentro de uma hora, até às 19:30h, as tropas alemãs marchariam sobre a Áustria. “Respondi aos dois senhores”, Miklas declarou mais tarde, “que rejeitava o ultimato (...) e que a Áustria somente é que decide quem deve ficar à frente do governo”.

Nesse momento os nazistas austríacos tinham ganho o controle das ruas e da chancelaria. Perto das 18h, regressando do hospital onde minha esposa lutava pela vida depois de um parto difícil, que terminara com uma operação cesariana, emergi do metrô, na Karlsplatz, para encontrar-me no meio de uma multidão histérica e ululante de nazistas que se dirigia para o centro da cidade. Essas faces contorcidas, eu as vi antes nas assembleias do partido em Nuremberg. Berravam “Sieg Heil! Sieg Heil! Heil Hitler! Heil Hitler! Hang Schuschnigg! Hang Schuschnigg! Hang Schuschniggf.* A polícia, que chegara poucas horas antes para dispersar um pequeno grupo nazista sem qualquer incidente, achava-se presente, rindo. Schuschnigg ouviu os passos e gritos da turba, e o ruído o impressionou. Dirigiu-se apressadamente ao gabinete do presidente para fazer-lhe um último apelo. Mas, disse:

O presidente Miklas estava inflexível. Não designaria um nazista para o cargo de chanceler da Áustria. Ao insistir para que nomeasse Seyss-Inquart, voltou a dizer: “Todos me abandonam neste instante, todos.” Mas não via outra possibilidade senão Seyss-Inquart. Com a esperança que me restava, apeguei-me a todas as promessas que me fizera, confiante em sua reputação pessoal de católico praticante e homem honesto.²⁷

** Viva Hitler! Morra Schuschnigg! (N. do T)*

Schuschnigg ficou preso às suas ilusões até o fim.

O chanceler demissionário então propôs fazer a despedida pelo rádio e explicar as razões de sua renúncia. Afirmou que Miklas a aceitara, embora o presidente tivesse mais tarde contestado. Foi a mais comovente alocação que jamais ouvi. O microfone estava instalado a uns cinco passos do lugar em que Dollfuss fora ferido de morte pelos nazistas.

(...) O governo alemão [disse Schuschnigg] enviou hoje um ultimato ao presidente Miklas, com prazo limitado, ordenando-lhe indicar como chanceler um elemento designado pelo governo alemão (...), do contrário as tropas alemãs invadiriam a Austria.

*Afirmo diante do mundo que as informações difundidas na Alemanha de que há desordens operárias, de que rios de sangue correm e de que se criou uma situação sobre a qual o governo austríaco não tem controle são mentiras deslavadas. O presidente Miklas pediu-me para declarar ao povo austríaco que nos rendemos diante da força, pois não estamos preparados nesta hora trágica para derramar sangue. Decidimos instruir as tropas para que não ofereçam resistência.**

Por isso, tomo a liberdade de despedir-me do povo austríaco com uma palavra de adeus do fundo do coração: Deus proteja a Áustria!

** Em seu depoimento do pós-guerra, já mencionado, Miklas nega que tenha solicitado a Schuschnigg dizer semelhante coisa ou mesmo que tenha concordado naquilo que a radiodifusão divulgara. Ao contrário do que disse o chanceler demissionário, o presidente ainda não se achava disposto a entregar-se pela força. "As coisas não tinham ido ao ponto em que eu devesse capitular", afirmou ter dito a Schuschnigg. Acabara de devolver o segundo ultimato alemão. Mantinha-se firme. Mas a alocação radiofônica de Schuschnigg contribuiu para minar sua posição e a forçá-lo. Como veremos, o obstinado e velho presidente sustentou sua atitude por muitas horas antes de ceder. A 13 de março, recusou-se a assinar a lei do Anschluss suprimindo a independência da Áustria, que Seyss-Inquart, por exigência de Hitler, promulgou. Embora entregasse as funções de seu cargo ao chanceler nazista, já que estava impedido de exercê-las, declarou que jamais resignou formalmente ao cargo de presidente. "Teria sido muita covardia", esclareceu posteriormente ao tribunal de Viena. Isto não evitou que Seyss-Inquart, no dia 13 de março, anunciasse oficialmente que "o presidente, a pedido do chanceler", tinha renunciado ao cargo" e que suas "funções eram transferidas ao chanceler".²⁸*

O chanceler podia ceder, mas o teimoso presidente ainda continuava firme. Göring percebeu isto ao telefonar ao general Muff pouco depois da alocação de Schuschnigg pelo rádio. "O melhor será que Miklas renuncie", disse-lhe Göring.

— Sim, mas ele não quer — aduziu Muff. — Foi muito dramático. Falei-lhe durante quase 15 minutos. Afirmou que em nenhuma hipótese se renderá pela força.

— Como? Não se entregará pela força? — Göring não podia acreditar no que ouvia.

— Não se renderá pela força — repetiu o general.

— Então, o que ele quer é ser expulso?

— Exatamente — disse Muff. — Continua no lugar.

— Bem, com 14 filhos — Göring riu — um homem tem de continuar em seu posto. De qualquer modo, diga a Seyss para substituí-lo.

Existia ainda a questão do telegrama que Hitler queria que fosse expedido a

fim de justificar a invasão. Segundo Papan, que se reunira ao Führer na chancelaria, em Berlim, ele se achava nesse momento “num estado que beirava a histeria”. O pertinaz presidente austríaco estava obstruindo seus planos. E da mesma forma Seyss-Inquart, ao deixar de remeter o telegrama apelando a Hitler que enviasse tropas para a Áustria a fim de debelar a desordem. Exasperado ao extremo limite, Hitler emitiu a ordem de invasão para as 20:45h de 11 de março.* Três minutos depois, às 20:48h, Göring telefonou a Keppler, em Viena.

Ouçã com atenção. Deve ser passado daí, por Seyss Inquart, o seguinte telegrama. Tome nota:

“O governo provisório da Áustria, que depois da renúncia do governo de Schuschnigg considera sua tarefa estabelecer a paz e a ordem no país, envia ao governo alemão pedido urgente no sentido de apoiá-lo nessa missão e ajudá-lo a impedir derramamento de sangue. Com essa finalidade, solicita ao governo alemão remeter as tropas tão rapidamente quanto possível.”

** Com a marca de "altamente confidencial" e identificada como Ordem Número 2 da Operação Otto, assim dizia, em parte: “As exigências do ultimato alemão ao governo austríaco não foram cumpridas (...) Para evitar futuro derramamento de sangue nas cidades austríacas, a entrada das forças armadas alemãs na Austria começará, de acordo com a Ordem Número 1, pela madrugada do dia 12 de março. Espero que o conjunto de objetivos a serem alcançados pelo emprego de todas as forças seja realizado tão rapidamente quanto possível. (Assinado) Adolf Hitler.”29*

Keppler assegurou ao marechal-de-campo que mostraria a Seyss-Inquart imediatamente o texto do telegrama.

“Bem”, disse Göring, “ele não deve mesmo mandar o telegrama. Tudo que precisa fazer é dizer ‘Concordo’”.

Uma hora mais tarde Keppler chamou novamente Berlim. “Diga ao marechal-de-campo que Seyss-Inquart concorda.”*

** Na realidade, Seyss-Inquart procurou até muito tempo depois da meia-noite conseguir de Hitler que desistisse da invasão alemã. Um memorando do Ministério do Exterior alemão revela que às 2:10h do dia 12 de março, o general Muff telefonou a Berlim e informou que, obedecendo a instruções de Seyss-Inquart, solicitava que "as tropas alemãs em estado de alerta podiam seguir para a fronteira, mas não cruzá-la". Keppler também veio ao telefone para apoiar a solicitação. O general Muff, homem decente e oficial da velha*

escola, parece ter ficado embaraçado com seu papel em Viena. Quando lhe foi informado que Hitler recusava mandar deter suas tropas, respondeu que lamentava a mensagem".30

As coisas eram tais que, ao passar por Berlim no dia seguinte, deparei-me com uma manchete berrante no *Völkischer Beobachter*: Áustria alemã salva do caos. Fazia relatos incríveis de Göring, descrevendo as desordens vermelhas — combates, fuzilamentos, pilhagens — nas principais ruas de Viena. E havia o texto do telegrama, emitido pela D.N.B., a agência oficial alemã de notícias, que dizia ter sido enviado na noite anterior por Seyss-Inquart a Hitler. Efetivamente, duas cópias do telegrama, exatamente como Göring o ditou, foram encontradas nos arquivos do Ministério Exterior alemão no fim da guerra. Papen mais tarde explicou como foram parar ali. Foram preparadas, disse, logo depois pelo Ministério dos Correios e Telégrafos da Alemanha e colocadas nas pastas do governo.

Hitler esperava ansiosamente, durante a tarde e a noite, não somente pela capitulação do presidente Miklas mas por alguma palavra de Mussolini. O silêncio do protetor da Áustria estava se tornando terrível. Às 22:25h, o príncipe Philip de Hesse chamou a chancelaria de Roma. O próprio Hitler agarrou o telefone. Os técnicos de Göring registraram a conversa que se seguiu:

Príncipe: Acabo de regressar do Palácio Veneza. O Duce aceitou tudo de maneira muito amistosa. Envia-lhe saudações (...) Schuschnigg transmitiu-lhe a notícia (...) Mussolini disse que a Áustria lhe seria indiferente.

Hitler ficou fora de si de alívio e alegria.

Hitler: Então, rogo-lhe dizer a Mussolini que por causa disso jamais o esquecerei.

Príncipe: Sim, senhor.

Hitler: Nunca, nunca, nunca, não importa o que aconteça! Estou disposto a fazer um acordo completamente diferente com ele.

Príncipe: Sim, senhor. Dir-lhe-ei isso também.

Hitler: Assim que a questão austríaca for resolvida estarei pronto a acompanhá-lo lealmente — em qualquer coisa!

Príncipe: Sim, meu Führer.

Hitler: Ouça! Farei qualquer acordo. Não temo mais a terrível posição que existiria militarmente no caso de nos metermos num conflito.

Pode dizer-lhe que agradeço do fundo de meu coração. Jamais esquecerei disto.

Príncipe: Sim, meu Führer.

Hitler: Jamais o esquecerei por isto, suceda o que suceder. Sempre que necessitar de qualquer ajuda ou estiver em perigo, pode estar convencido de que o sustentarei, quaisquer que sejam as consequências, mesmo se todos os bandidos do mundo caírem sobre mim.

Príncipe: Sim, meu Führer.

E o que faziam a Inglaterra, a França e a Liga das Nações nesse momento crucial para deter a agressão da Alemanha contra um país pacífico vizinho? Nada. Nesse momento a França estava novamente sem governo. Na quinta-feira, 10 de março, o primeiro-ministro Chautemps e seu Ministério renunciaram. Durante todo o dia crítico de sexta-feira, 11 de março, quando Göring enviava seu ultimato pelo telefone a Viena, não havia ninguém em Paris para tomar medidas. Não foi senão depois que o Anschluss estivesse proclamado, no dia 13, que o governo francês se constituiu sob a direção de Léon Blum.

E a Inglaterra? A 20 de fevereiro, uma semana depois de Schuschnigg capitular em Berchtesgaden, o secretário do Exterior, Anthony Eden, renunciara em virtude, principalmente, de se ter oposto a novo apaziguamento de Mussolini pelo primeiro-ministro Chamberlain, sendo substituído por lorde Halifax. A mudança foi bem recebida em Berlim, conforme a declaração de Chamberlain na Câmara dos Comuns depois do ultimato de Berchtesgaden. A embaixada alemã em Londres de tudo informou Berlim no dia 4 de março.³¹ Chamberlain foi citado como tendo dito que “o sucedido [em Berchtesgaden] era que dois estadistas haviam simplesmente concordado sobre certas medidas para a melhoria das relações entre seus dois países (...) Era difícil insistir em que, exatamente por causa de dois estadistas terem entrado em acordo sobre algumas medidas internas em um dos dois países — mudanças desejadas no interesse das relações entre eles —, esse país tenha abdicado de sua independência em favor do outro. Ao contrário, o discurso do chanceler, de 24 de fevereiro, nada continha que pudesse admitir a impressão de que o próprio Schuschnigg acreditasse na renúncia da independência de seu país”.

Tendo em vista o fato de a legação inglesa em Viena, como eu próprio

verifiquei na época, haver fornecido a Chamberlain todos os pormenores do ultimato a Schuschnigg em Berchtesgaden, o discurso feito perante a Câmara dos Comuns, no dia 2 de março, é estarrecedor.* Mas agradou a Hitler, que sabia poder marchar para a Áustria sem entrar em complicações com a Inglaterra. No dia 9 de março, Ribbentrop, o novo ministro das Relações Exteriores da Alemanha, chegou a Londres para liquidar seus negócios na embaixada, onde tinha sido embaixador. Manteve longas entrevistas com Chamberlain, Halifax, com o rei e o arcebispo de Cantuária. Suas impressões do primeiro-ministro e do secretário do Exterior eram “muito boas”, relatou ao voltar a Berlim. Após uma prolongada conferência com lorde Halifax, Ribbentrop comunicou diretamente a Hitler, no dia 10 de março, o que faria a Inglaterra “se a questão austríaca não fosse resolvida pacificamente”. Estava profundamente convencido, por suas conversações em Londres, “de que a Inglaterra nada fará em relação à Áustria”.³³

** No seu testemunho em Nuremberg, Guido Schmidt declarou que tanto ele como Schuschnigg informaram aos enviados as Cinco Potências sobre o ultimato de Hitler, "pormenorizadamente".³² Além disso, os correspondentes vienenses do Times e do Daily Telegraph de Londres, com meu conhecimento, telefonaram a seus respectivos jornais dando-lhes uma completa e exata reportagem.*

Na sexta-feira, 11 de março, Ribbentrop almoçava em Downing Street com o primeiro-ministro e seus companheiros quando um mensageiro do Ministério do Exterior irrompeu com despachos urgentes para Chamberlain, relatando as surpreendentes notícias de Viena. Há apenas poucos minutos pedira a Ribbentrop para informar ao Führer “de seu desejo sincero e de sua firme determinação de melhorar as relações teuto-britânicas”. Em seguida, à recepção das notícias desagradáveis da Áustria, Chamberlain leu ao constrangido ministro do Exterior alemão os dois telegramas da legação britânica em Viena, dando conta do ultimato de Hitler. “A discussão”, Ribbentrop contou a Hitler, “decorreu num ambiente de tensão, e o habitualmente calmo lorde Halifax estava mais entusiasmado do que Chamberlain, que exteriormente pelo menos parecia calmo e de cabeça fria”. Ribbentrop manifestou dúvidas sobre “a verdade das informações”, o que, pelo visto, acalmou seus anfitriões britânicos, pois “nossa despedida”, relatou, “foi inteiramente amigável, e mesmo Halifax estava novamente calmo”.³⁴

** Churchill fez uma divertida descrição do almoço no *The Gathering Storm* (p. 271-2).*

A reação de Chamberlain aos despachos de Viena foi dar instruções ao

embaixador Henderson, em Berlim, para redigir uma nota ao ministro interino do Exterior da Alemanha, von Neurath, dizendo que se a informação do ultimato alemão à Áustria era verdadeira, “o governo de Sua Majestade sentia-se no dever de formular um protesto nos termos mais enérgicos”.³⁵ Mas um protesto diplomático formal era o que menos preocupava Hitler. No dia seguinte, 12 de março, enquanto as tropas alemãs afluíam para a Áustria, Neurath deu uma resposta desdenhosa,³⁶ declarando que as relações austro-alemãs eram assunto particular do povo alemão e não do governo britânico, e repisando as mentiras de que não existia ultimato alemão à Áustria e de que as tropas foram enviadas apenas em resposta aos apelos urgentes do recém-formado governo austríaco. Ele mencionou ao embaixador inglês o telegrama, “já publicado na imprensa germânica”.*

** As mentiras foram repetidas num telegrama-circular despachado a 12 de março, pelo barão von Weizsäcker, do Ministério do Exterior, aos representantes alemães no exterior "para informação e orientação de suas conversações". Weizsäcker afirmou que a declaração de Schuschnigg em relação a um ultimato alemão "é pura invenção" e se destinava a informar seus diplomatas no estrangeiro: "A verdade é que a questão do envio de tropas (...) foi primeiramente levantada num telegrama bem conhecido do recém-formado governo austríaco. Em face do perigo iminente de guerra civil, o governo do Reich decidiu anuir a esse apelo".³⁷ Desse modo, o Ministério do Exterior alemão mentia não somente aos diplomatas estrangeiros, mas também aos seus próprios. Num longo e fracassado livro escrito depois da guerra, Weizsäcker, como tantos outros alemães que serviram a Hitler, dizia que sempre foi antinazista.*

A única preocupação séria de Hitler na noite de 11 de março foi quanto à reação de Mussolini à sua agressão.** Houve também alguma ansiedade em Berlim quanto ao que podia fazer a Tchecoslováquia. Entretanto, o infatigável Göring prontamente esclareceu o assunto. Embora estivesse diretamente ocupado a dirigir pelo telefone o golpe de Viena, conseguiu escapar durante a noite para a Haus der Fligger, onde recepcionava, oficialmente, um milhar de altos funcionários e diplomatas numa festa de gala, com orquestra, cantores e balé da Ópera do Estado. Quando o dr. Mastny, ministro tcheco em Berlim, chegou à festa, foi imediatamente levado a um canto pelo marechal-de-campo coberto de medalhas, que lhe disse, sob palavra de honra, que a Tchecoslováquia nada tinha a temer da Alemanha, pois a entrada de tropas alemãs na Áustria “não significava nada mais que um assunto de família” e Hitler queria melhorar as relações com Praga. Por sua vez, pediu garantias de que os tchecos não mobilizariam suas tropas. O dr. Mastny deixou a recepção, telefonou para o Ministério do Exterior em Praga e retornou ao salão a fim de dizer a Göring que

seu país não mobilizaria e não tinha a intenção de tentar interferir nos acontecimentos da Áustria. Göring ficou aliviado e renovou suas garantias, dizendo ainda que estava autorizado a sustentá-las também com a palavra do Führer.

*** Em seu depoimento em Nuremberg, a 9 de agosto de 1946, o marechal-de-campo von Manstein frisou que "no momento em que Hitler nos deu ordens sobre a Áustria, sua principal preocupação não era a de que pudesse haver intervenção de parte das potências ocidentais, mas a de saber como a Itália se comportaria, pois sempre pareceu que ela estava do lado da Áustria e dos Habsburgo".38*

Pode ter acontecido que mesmo o astuto presidente tcheco, Eduardo Benes, não tivesse tempo para perceber nessa noite que o fim da Áustria significava igualmente o da Tchecoslováquia. Houve quem pensasse, nesse fim de semana, que o governo tcheco era imprevidente, argumentando que em face da desastrosa posição estratégica em que seria deixada a Tchecoslováquia pela ocupação nazista da Áustria — com as tropas alemãs cercanda-a pelos três lados — e considerando que sua intervenção para ajudar a salvar a Áustria podia arrastar a Rússia, a França, a Inglaterra e até a Liga das Nações num conflito com o Terceiro Reich que os alemães não estavam em condições de suportar, os tchecos podiam ter agido na noite de 11 de março. Mas os acontecimentos posteriores, que logo serão aqui relatados, demoliram seguramente tais argumentos. Um pouco mais tarde, quando as duas democracias ocidentais e a Liga tiveram a melhor oportunidade de conter Hitler, recusaram-se a utilizá-la. De qualquer forma, Schuschnigg não chegou a fazer, no dia memorável, um apelo formal para Londres, Paris ou Genebra. Talvez, como indicam suas memórias, pensasse que fosse tempo perdido. Por outro lado, o presidente Miklas, como declarou mais tarde, tinha a impressão de que o governo austríaco, que informara imediatamente Paris e Londres do ultimato alemão, continuava com “as conversações” com os governos francês e inglês até o fim da tarde, para verificar sua “disposição de espírito”.

Quando se tornou claro que essa “disposição de espírito” servia apenas para fazer protestos inteiramente vazios, o presidente Miklas, pouco antes da meia-noite, entregou-se. Apontou Seyss-Inquart como chanceler e aceitou a composição do Ministério indicada por Seyss. “Fui completamente abandonado tanto interna como externamente”, comentou com amargura depois.

Tendo divulgado uma proclamação grandiosa ao povo alemão, na qual justificava sua agressão com o desprezo habitual pela verdade e tendo prometido

que o povo austríaco escolheria seu futuro “num plebiscito real” (Goebbels leu-a através das rádios alemã e austríaca ao meio-dia de 12 de março), Hitler partiu em visita à sua terra natal. Em cada povoado, precipitadamente decorado em sua honra, havia multidões aplaudindo. Durante a tarde, alcançou seu primeiro objetivo, Linz, onde passara os dias de escola. A recepção foi delirante e Hitler estava profundamente comovido. No dia seguinte, após expedir um telegrama a Mussolini — “Jamais o esquecerei por causa disto” — depositou uma coroa nos túmulos de seus pais em Leonding e em seguida regressou a Linz para fazer um discurso:

Quando anos atrás parti para longe desta cidade, apossou-se de mim precisamente a mesma fé que enche meu coração. Julguem a profundidade de minha emoção quando, depois de tantos anos, tornei-me capaz de tomar essa fé para cumpri-la. Se a providência certa vez tirou-me desta cidade para ser o líder do Reich, assim fazendo, encarregou-me de uma missão. E esta missão consistia unicamente em restituir minha querida pátria ao Reich alemão. Acreditei nessa missão, vivi e lutei por ela, e agora acredito que a tenha cumprido.

Na tarde do dia 12, Seyss-Inquart, acompanhado por Himmler, voara a Linz para encontrar-se com Hitler e proclamar, orgulhosamente, que o artigo 88 do Tratado de Saint-Germain, que determinava ser a independência da Áustria inalienável e fazia da Liga das Nações sua fiadora, fora anulado. Para Hitler, arrebatado pelo entusiasmo das multidões austríacas, isso não era suficiente. Ordenou ao dr. Wilhelm Stuckart, subsecretário do Ministério do Interior, enviado por seu ministro Frick a Viena para elaborar uma lei tornando Hitler presidente da Áustria, que viesse imediatamente a Linz. Para surpresa de seu perito legal, o Führer deu-lhe instruções, como declarou mais tarde em Nuremberg, para “elaborar uma lei que permitisse um Anschluss total”.³⁹

O projeto foi apresentado por Stuckart ao recém-formado governo austríaco em Viena, no domingo, 13 de março, dia em que o plebiscito de Schuschnig devia ter lugar. O presidente Mikas, como vimos, recusou-se a assiná-lo, mas Seyss-Inquart, que assumira os poderes presidenciais, assinou-o. E no fim dessa noite voou de volta a Linz para apresentá-lo ao Führer. O fim da Áustria estava selado. “A Áustria”, começava, “é uma província do Reich Alemão”. Hitler derramou lágrimas de alegria, recordou posteriormente Seyss-Inquart.⁴⁰ A chamada lei do Anschluss foi também promulgada naquele mesmo dia em Linz pelo governo alemão e assinada por Hitler, Göring, Ribbentrop, Frick e Hess. Convocava “um plebiscito livre e secreto” para 10 de abril, quando os austríacos decidiriam “a questão da unidade com o Reich alemão”. Os alemães do Reich, anunciou Hitler a 18 de março, também deviam ter um plebiscito sobre o Anschluss, juntamente

com nova eleição para o Reichstag.

Hitler fez sua entrada em Viena, onde vivera tanto tempo como vagabundo, só na tarde de segunda-feira, 14 de março. Demorou-se em virtude de dois acontecimentos imprevistos. A despeito do delírio dos austríacos ante a perspectiva de verem Hitler na capital, Himmler solicitou mais um dia para a perfeita organização da segurança. Já prendera milhares de suspeitos — e em poucas semanas a quantidade atingiria 79 mil, só em Viena. Também as gabadas unidades Panzer alemãs haviam enguiçado muito antes de alcançar a vista das montanhas de Viena. Segundo Jodl, cerca de 70% dos veículos blindados encalharam na estrada de Salzburgo e Passau a Viena, embora o general Guderian, que comandava as tropas Panzer, contestasse mais tarde que apenas 30% de suas forças tivessem ficado retidas. De qualquer modo, Hitler enfureceu-se com a demora. Permaneceu em Viena somente durante a noite, instalando-se no hotel Imperial.

Contudo, esse retorno triunfante à antiga capital imperial, que sabia tê-lo rejeitado e condenado em sua juventude a uma vida faminta e miserável e que agora o aclamava com tão jubiloso entusiasmo, não teria conseguido reanimar seu espírito. O onipresente Papen, viajando de avião de Berlim para Viena, a fim de participar das festividades, encontrou o Führer examinando detidamente o lado fronteiro do Hofburg, o antigo palácio dos Habsburgo. “Apenas posso descrevê-lo como se estivesse em estado de êxtase”, escreveu Papen depois.*

** Embora em êxtase, e mesmo que o superficial Papen não notasse, deve ter-se acendido em Hitler um sentimento de vingança contra uma cidade e um povo que não o apreciaram quando jovem, e pelos quais ele sentia desprezo. É possível que, pelo menos em parte, isto tenha contribuído para a sua curta permanência em Viena. Embora algumas semanas depois ele dissesse publicamente ao prefeito da cidade que “podia estar certo de que Viena era uma pérola aos seus olhos — a ela darei o engaste que merece”, isto provavelmente constituía mais propaganda eleitoral do que uma expressão de seus sentimentos, revelados a Baldur von Schirach, governador e Gauleiter nazista de Viena, durante a Guerra, num inflamado encontro em Berghof, em 1943. Isto foi descrito no testemunho de Schirach em Nuremberg:*

Então o Führer começou, com um ódio que eu diria inacreditável e ilimitado, a falar contra o povo de Viena (...) Às 4h, Hitler repentinamente disse uma coisa que eu gostaria de repetir aqui, por motivos históricos: “Viena jamais devia ter sido admitida na União da Grande Alemanha.” Hitler nunca amou Viena. Odiava a seu povo.⁴¹

O próprio ar festivo de Papen, em 14 de março, foi abaixo quando nesse mesmo dia soube que Wilhelm von Ketteler, seu amigo íntimo e adido à legação alemã, desaparecera em circunstâncias misteriosas, que indicavam trabalho da Gestapo. Três anos antes, outro amigo e colaborador da legação, o barão Tschirschky, correria para a Inglaterra para escapar da morte certa das S.S. No fim de abril o corpo de Ketteler foi retirado do Danúbio, onde os bandos da Gestapo em Viena o atiraram depois de assassiná-lo.

Continuou nesse estado durante a maior parte das quatro semanas que se seguiram, quando atravessou a Áustria e a Alemanha de um extremo a outro, incitando o fervor público por um grande voto Sim em favor do Anschluss. Mas em seus exuberantes discursos não perdia oportunidade de caluniar Schuschnigg ou de propagar as já conhecidas mentiras de como o Anschluss foi alcançado. Em sua oração ao Reichstag, a 18 de março, asseverou que Schuschnigg havia “faltado à sua palavra” por sua “falsa eleição”, dizendo ainda que “só um homem cego e maluco” se comportaria de tal maneira. A 25 de março, em Königsberg, a “falsa eleição” se transformara na mente de Hitler em “comédia ridícula”. Hitler afirmava que havia cartas provando que Schuschnigg o traía deliberadamente ao tentar prolongar demasiadamente o acordo de Berchtesgaden até “o momento mais propício para instigar os países estrangeiros contra a Alemanha”.

Em Königsberg, Hitler respondeu também às censuras da imprensa estrangeira pelo emprego da força bruta e da fraude ao proclamar o Anschluss sem mesmo esperar pela decisão do plebiscito.

Alguns jornais estrangeiros disseram que abatemos a Áustria usando métodos brutais. Apenas tenho a dizer: mesmo à morte não podem deixar de mentir. No decurso de Minha Luta política granjeei grande amor de meu povo. Quando, porém, transpus a antiga fronteira [da Áustria], ali se me deparou uma torrente de simpatia como jamais experimentei. Não chegamos como tiranos, mas como libertadores (...) Sob o estímulo dessa impressão decidi não aguardar até o 10 de abril, mas efetuar imediatamente a unificação (...).

Se isso parecia menos que lógico — ou honesto — aos ouvidos estrangeiros, não há dúvida que causava grande repercussão entre os alemães. No momento em que concluiu sua oração ao Reichstag, implorando, numa voz embargada de emoção, “Povo alemão, dai-me quatro anos para que eu possa de fato tirar proveito da união consumada em benefício de todos!”, ele recebeu uma ovação tão consagrada, que abafou todos os seus triunfos anteriores dessa tribuna.

O Führer concluiu sua campanha eleitoral a 9 de abril em Viena, às vésperas

do pleito. Aquele que uma vez palmilhara as ruas dessa cidade como vagabundo, andrajoso, de estômago vazio, que há quatro anos havia assumido os poderes dos reis Hohenzollern na Alemanha e agora se apossava dos poderes dos imperadores Habsburgo, estava plenamente convencido de sua predestinação divina.

Creio que foi a vontade de Deus que enviou um jovem daqui para o Reich, fê-lo crescer e torná-lo líder da nação, assim como fê-lo capaz de trazer sua pátria de volta para o Reich.

Há uma determinação mais alta e nós nada mais somos que seus agentes. Quando a 9 de março Herr Schuschnigg rompeu o acordo, logo senti, naquele instante, que o chamado da providência agora chegava para mim. E o que então ocorreu em três dias somente pode ser concebido com o cumprimento do desejo e da vontade dessa providência.

Em três dias Deus feriu-os! (...) Quanto a mim, recebi a graça no dia da traição para ficar em condições de unificar minha pátria com o Reich! (...) Agora lhe daria graças por me ter feito voltar à pátria, a fim de que pudesse conduzi-la para meu Reich alemão! Amanhã todo alemão pode reconhecer a honra e a medida de sua importância e reverenciar humildemente o Todo-Poderoso, que em poucas semanas praticou o milagre para nós!

A firmar que a maioria dos austríacos, que indiscutivelmente teria dito Sim a Schuschnigg a 13 de março, diria o mesmo a Hitler no dia 10 de abril, era precipitado. Muitos deles acreditavam que, em última instância, a união com qualquer espécie de Alemanha, mesmo nazista, era um fim desejável e inevitável. Que a Áustria, separada do seu vasto território eslavo e húngaro, em 1918, não poderia viver decentemente por si mesma durante muito tempo, e somente sobreviveria como parte do Reich Alemão. Além desses, havia os fanáticos nazistas, cujas fileiras engrossavam rapidamente com empregados e desempregados atraídos pelos êxitos e ansiosos por melhorar sua situação. Muitos católicos, nesse país de esmagadora maioria católica, indiscutivelmente vacilavam em face de uma declaração amplamente difundida do cardeal Innitzer acolhendo favoravelmente o nazismo para a Áustria e insistindo pelo voto Sim.*

** Poucos meses mais tarde, a 8 de outubro, o palácio do cardeal em frente à catedral de Santo Estêvão foi saqueado por rufiões nazistas. Innitzer compreendeu tarde o que significava o nacional-socialismo, e falou num sermão contra a perseguição nazista à sua igreja.*

Numa eleição imparcial e honesta, em que os social-democratas e os cristãos

sociais de Schuschnigg tivessem liberdade de fazer abertamente campanha, o plebiscito, em minha opinião, podia ser encerrado. Como se processava, só um austríaco bastante corajoso votaria Não. Como na Alemanha, e não sem motivo, os votantes temiam que a recusa em depositar um voto afirmativo pudesse ser descoberta. Na seção eleitoral que visitei em Viena, na tarde daquele domingo, amplas fendas nos cantos das cabines eleitorais davam ao comitê eleitoral nazista, situado a poucos passos adiante, uma boa visão de como se votava. Nos distritos do país poucos se incomodavam em — ou ousavam — depositar seus votos nas cabines indevassáveis; votavam abertamente, para todos verem. Ouvi, por casualidade, o rádio às 19:30h, meia hora depois da votação encerrada quando poucos votos ainda tinham sido apurados. Um funcionário austríaco assegurou-me antes do anúncio pelo rádio que os austríacos votaram 99% Sim. Essa cifra foi a oficialmente fornecida mais tarde: 99,08% na Grande Alemanha e 99,75% na Áustria.

Dessa forma, a Áustria, como tal, passou, por um instante, para a margem da história, tendo seu próprio nome suprimido pelo vingativo austríaco que agora a unira à Alemanha. A antiga palavra alemã designativa de Áustria — Österreich — foi abolida. A Áustria tornou-se a Ostmark, mas esse nome logo caiu. Berlim administrava o país para Gaue (distrito), que correspondia grosseiramente aos históricos Länder, tais como o Tirol, Salzburgo, Styria e Carinthia. Viena veio a ser justamente outra cidade do Reich, centro administrativo do distrito provincial, em vias de desaparecimento. O antigo andarilho austríaco convertido em ditador riscara sua terra natal do mapa e despojara imediatamente a brilhante capital de sua última auréola de glória e de importância. A desilusão entre os austríacos era inevitável.

Durante as primeiras semanas, a conduta dos nazistas em Viena foi pior que qualquer outra vista na Alemanha. Havia uma orgia de sadismo. Dia após dia, grande número de judeus, homens e mulheres, eram vistos esfregando os signos de Schuschnigg dos passeios e limpando as sarjetas. Enquanto trabalhavam com suas mãos e de joelhos, com as tropas de assalto escarnecendo deles, turbas se juntavam para insultá-los. Homens e mulheres judeus eram apanhados, às centenas, nas ruas e postos para trabalhar na limpeza de latrinas públicas e toaletes dos quartéis em que as S.A. e S.S. estavam alojadas. Dezenas de milhares deles foram presos. Seus bens foram confiscados ou roubados. Eu mesmo, do apartamento, no Plossglasse, observei esquadras de S.S. carregando prataria, tapetes, pinturas e outros espólios do palácio de Rothschild, ao lado. O próprio barão Louis de Rothschild só teve condições de comprar sua saída de Viena pela transferência de suas fábricas de aço para as Usinas Herman Göring. Talvez a metade dos 180 mil judeus da cidade, na época em que a guerra

começou, conseguira comprar sua liberdade para emigrar, entregando o que possuíam aos nazistas.

Esse lucrativo comércio da liberdade humana era manipulado por Heydrich por intermédio de uma organização especial estabelecida sob a direção das S.S. — o Departamento Judeu de Emigração, que veio a ser a única agência autorizada a conceder permissão aos judeus para deixar o país. Administrada do princípio ao fim por um nazista austríaco, conterrâneo de Hitler da cidade de Linz, chamado Karl Adolf Eichmann, ela transformou-se inteiramente numa agência, não de imigração, mas de extermínio, e para promover a chacina de mais de quatro milhões de pessoas, em sua maioria judeus. Himmler e Heydrich também tiravam vantagem de sua permanência na Áustria, durante as primeiras semanas do Anschluss, promovendo a instalação de um imenso campo de concentração em Mauthausen, na margem norte do Danúbio, perto de Enns. Era bastante incômodo continuar a transportar milhares de austríacos para os campos de concentração da Alemanha. Himmler decidiu que a Áustria teria o seu campo de concentração. Antes que o Terceiro Reich estivesse na iminência de cair, os prisioneiros não-austríacos ultrapassaram, em quantidade, os internados locais, e Mauthausen devia atingir o duvidoso recorde de campo de concentração alemão (os campos de extermínio no leste eram, aliás, a mesma coisa) de maior número de execuções oficialmente registradas — 35.318 em seis anos e meio de sua existência.

Apesar do terror desencadeado por Himmler e Heydrich depois do Anschluss, os alemães afluíam às centenas de milhares para a Áustria, onde poderiam pagar com seus marcos alimentos caros e inacessíveis na Alemanha durante anos, e passar férias, por preços baixos, entre as montanhas e lagos incomparáveis da Áustria. Os negociantes e banqueiros alemães compravam as firmas dos judeus despojados e dos antinazistas por uma bagatela. Entre os visitantes favorecidos encontrava-se o inimitável dr. Schacht que, a despeito de suas brigas com Hitler, ainda era um ministro (sem pasta) no gabinete do Reich, e presidente do Reichsbank, e se mostrava contentíssimo com o Anschluss. Chegando para tomar conta do Banco Nacional Austríaco em nome do Reichsbank, mesmo antes do plebiscito, ele dirigiu a palavra ao pessoal responsável do banco austríaco. Ridicularizando a imprensa estrangeira que criticou os métodos pelos quais Hitler efetuava a união, o dr. Schacht defendeu-os resolutamente argumentando que o Anschluss era “a consequência das incontáveis perfídias e atos brutais de violências que os países estrangeiros haviam praticado contra os alemães”.

Graças a Deus (...) Adolf Hitler criou uma comunhão de vontade alemã e de pensamento alemão. Ele os sustentou com a novamente fortalecida

Wehrmacht e depois deu, definitivamente, a forma exterior da união íntima entre a Alemanha e a Áustria (...)

Quem não for partidário sem reservas de Adolf Hitler não achará futuro ao nosso lado (...) O Reichsbank não será nada senão nacional-socialista, ou deixarei de ser diretor.

Depois disso, o dr. Schacht exigiu do pessoal austríaco um juramento de “obediência e fidelidade ao Führer”.

“Ai do miserável que violá-lo!” — o dr. Schacht gritou e depois conduziu o auditório a berrar três vezes o “SiegHeil!” (Salve a Vitória).⁴²

Entrementes, o dr. Schuschnigg fora preso e submetido a tratamento tão degradante que dificilmente se pode acreditar não tivesse sido prescrito pelo próprio Hitler. Conservado preso em sua residência, de 12 de março até 28 de maio, período em que a Gestapo imaginou impedi-lo de dormir pelos mais infames procedimentos, foi levado depois para a sede da Gestapo, no hotel Metrópole, em Viena, onde ficou encarcerado num quarto diminuto do quinto andar pelos sete meses seguintes. Ali, com a toalha que forneceram para uso pessoal, era obrigado a limpar os quartos, banheiras, os baldes de água suja e as latrinas dos guardas das S.S. e a exercer outras diversas tarefas mesquinhas inventadas pela Gestapo. No primeiro aniversário de sua queda, a 11 de março, havia perdido 26 quilos, mas o médico das S.S. informou que sua saúde era excelente. Os anos de confinamento solitário e, depois, de vida “entre os mortos vivos” em algum dos piores campos de concentração alemães, tais como Dachau e Sachsenhausen, a que foi submetido, estão descritos pelo dr. Schuschnigg em seu livro.*

** Austrian Requiem.*

Pouco depois de sua prisão teve autorização para se casar por procuração com a ex-condessa Vera Czernin, cujo casamento fora anulado por um tribunal eclesiástico.** E nos últimos anos da guerra lhe permitiram compartilhar sua existência num campo de concentração junto com seu filho, nascido em 1941. Como sobreviveram ao pesadelo da prisão é um milagre. Para o fim, a eles se juntaram muitas de outras destacadas vítimas da fúria de Hitler, tais como o dr. Schmachl, Léon Blum, antigo premier francês, e madame Blum, o pastor Niemöller, um grupo de oficiais generais e o príncipe Philip de Hesse, cuja esposa, a princesa Mafalda, irmã do rei da Itália, fora morta pelas S.S., em Buchenwald, em 1944, como parte da vingança do Führer pela deserção de Vítor

Manuel para o lado Aliado.

*** Até então Schuschnigg era viúvo.*

A 1º de maio de 1945, o eminente grupo de prisioneiros, que fora evacuado precipitadamente de Dachau e conduzido para o sul, com o que se procurava impedir que fosse libertado pelos americanos que avançavam do Ocidente, chegou a um elevado povoado nas montanhas do sul do Tirol. Os oficiais da Gestapo mostraram a Schuschnigg a relação dos que, por ordens de Himmler, deviam desaparecer antes que caíssem nas mãos dos Aliados. Schuschnigg verificou seu nome e o de sua esposa “nitidamente impressos”. Seu espírito ficou abatido. Ter sobrevivido por tanto tempo — e depois ser morto no último minuto!

A 4 de maio, entretanto, Schuschnigg pôde escrever em seu diário:

Às 14h, alarme! Os americanos!

Um destacamento americano toma o hotel.

Estamos livres!

Sem disparar um tiro e sem a intervenção da Inglaterra, da França e da Rússia, cujas forças militares podiam esmagá-lo, Hitler anexara sete milhões de indivíduos ao Reich e conquistara uma posição estratégica de valor imenso para seus futuros planos. Não só seus exércitos flanqueavam a Tchecoslováquia pelos três lados como agora possuía em Viena o portão de entrada para a Europa Sul-Oriental. Como capital do velho império austro-húngaro, Viena permanecera por muito tempo o centro das comunicações e do sistema de comércio da Europa Central e Sul-Oriental. Esse centro nervoso agora encontrava-se nas mãos da Alemanha.

Talvez o mais importante para Hitler fosse a demonstração de que novamente a Inglaterra e a França não moveriam nem um dedo para contê-lo. A 14 de março, Chamberlain falara à Câmara dos Comuns sobre a fato consumado de Hitler na Áustria, e a embaixada alemã em Londres expediu para Berlim uma sucessão de telegramas urgentes a respeito do curso dos debates. Hitler não tinha muito o que temer. “É duro constatar”, afirmava Chamberlain, “que não se poderá deter o que realmente está acontecendo [na Áustria] — a menos que este país e os demais estivessem preparados para empregar a força.”

O primeiro-ministro inglês, tornou-se claro para Hitler, não estava disposto a

recorrer à força nem a combinar com as outras grandes potências o meio para conter os futuros movimentos da Alemanha. A 17 de março, o governo soviético propusera uma conferência de potências, dentro ou fora da Liga das Nações, para buscar os meios que evitassem uma nova agressão alemã. Chamberlain recebeu friamente a ideia de qualquer encontro, e a 24 de março, na Câmara dos Comuns, rejeitou-a publicamente. “A consequência inevitável de qualquer ação”, disse, “seria agravar a tendência para o estabelecimento de grupos exclusivos de nações que devem (...) ser hostis à perspectiva de paz européia”. Pelo visto, ele dissimulava, ou não levava a sério o Eixo Roma-Berlim ou o pacto tripartite anti-Comintern, da Alemanha, Itália e Japão.

No mesmo discurso Chamberlain anunciou a decisão de seu governo, que deve ter sido muito mais agradável a Hitler. Recusou sem cerimônia a sugestão, não apenas de que a Inglaterra daria uma garantia para ir em ajuda da Tchecoslováquia caso ela viesse a ser atacada, mas também de que a Inglaterra apoiaria a França se ela se dispusesse a cumprir suas obrigações com o pacto franco-tcheco. Essa declaração facilitou imediatamente, e de modo considerável, os problemas de Hitler. Agora ele saberia também qual a posição da Inglaterra quando escolhesse sua próxima vítima. Se a Inglaterra se contivesse, a França igualmente não o faria? Como os papéis secretos dos próximos meses tornaram claros, ele ficou seguro do fato. E sabia que, segundo os termos dos pactos da Rússia com a França e a Tchecoslováquia, a União Soviética não se achava obrigada a socorrer a Tchecoslováquia antes que a França tomasse a iniciativa. Esse era o conhecimento de que precisava para ficar em condições de avançar na realização de seus planos.

Os recalcitrantes generais alemães, depois do êxito do Anschluss — Hitler estava certo —, não mais se oporiam ao seu caminho. Se tivesse quaisquer dúvidas a respeito, elas foram sanadas pelo desenlace do assunto Fritsch.

Como vimos, o julgamento do general von Fritsch, acusado de homossexualismo perante um tribunal militar de honra, fora repentinamente suspenso no dia de sua abertura, 10 de março, quando o marechal-de-campo Göring e os comandantes do exército e da marinha foram convocados por Hitler para tomar em suas mãos, o mais urgentemente possível, os assuntos relacionados com a Áustria. O julgamento reiniciou-se a 17 de março, mas em virtude do que ocorrera no intervalo, estava destinado a perder o interesse. Poucas semanas antes, os generais superiores estiveram confiantes de que quando ao tribunal militar fossem expostas as inacreditáveis maquinações de Himmler e Heydrich contra Fritsch, tanto seu deposto comandante seria restituído ao cargo de comandante do exército como as S.S., e talvez mesmo o

terceiro Reich, até o próprio Hitler, seriam obrigados a cair. Inútil e vã esperança! A 4 de fevereiro, como relatamos, Hitler esmagara os sonhos do velho corpo de oficiais assenhoreando-se, ele mesmo, do comando das forças armadas e demitindo Fritsch e a maioria dos altos generais que o rodeavam. Agora conquistava a Áustria sem um tiro. Após o assombroso triunfo, ninguém na Alemanha, nem mesmo os antigos generais, tinha muito que pensar no general von Fritsch.

É certo, ele ficou logo isento de culpa. Depois de certa humilhação por parte de Göring, que agora posaria como o mais imparcial dos juizes, o ex-sentenciado chantagista Schmidt sucumbiu diante do tribunal e confessou que a Gestapo ameaçara sua vida caso não implicasse o general von Fritsch — ameaça que foi cumprida de qualquer maneira poucos dias mais tarde — e que a similitude de nomes entre Fritsch e Rittmeister von Fritsch, de quem efetivamente extorquia dinheiro por causa do homossexualismo, facilitara a trama. Nenhuma tentativa foi feita por Fritsch ou pelo exército para denunciar o papel real da Gestapo, nem a responsabilidade pessoal de Himmler e Heydrich na formulação de falsas 472 acusações. No segundo dia, 18 de março, o julgamento foi encerrado com o veredito inevitável: “Está provado que não tem culpa da imputação e está absolvido.”

Era uma satisfação pessoal para o general von Fritsch, mas não o restituiu a seu comando, nem o exército à sua antiga posição de certa independência no Terceiro Reich. Já que o julgamento foi realizado em segredo, o público não conhecia coisa alguma dele ou das questões que envolvia. A 25 de março, Hitler passou um telegrama a Fritsch, congratulando-se com ele por ter “recobrado a saúde”. Foi tudo.

O general deposto, que se recusara a levantar o dedo acusador para Himmler no tribunal, agora adotava um gesto final inócuo. Desafiou o chefe da Gestapo para um duelo. O desafio, formulado de perfeito acordo com o velho código de honra militar pelo próprio general Beck, foi entregue ao general von Rundstedt, como o oficial do exército mais antigo, para transmiti-lo ao chefe das S.S. Mas faltou coragem a Rundstedt, que o deixou no bolso durante semanas e terminou esquecendo-o.

O general von Fritsch e todos os que estavam com ele logo desapareceram da vida da Alemanha. Mas o quê, no final das contas, ele representava? Em dezembro, escrevia uma carta à sua amiga baronesa von Schutzbar, e revelava a tremenda confusão em que ele, como tantos outros generais, se encontrava.

É realmente estranho que tanta gente possa considerar o futuro com crescente apreensão, apesar dos êxitos indiscutíveis do Führer nos últimos anos (...)

Logo depois da guerra cheguei à conclusão de que teríamos de vencer três batalhas, se a Alemanha devesse tornar-se novamente poderosa:

1. A batalha contra a classe operária — Hitler a ganhou.

2. Contra a Igreja Católica, dizendo melhor, talvez, contra o ultramontanismo, e;

3. Contra os judeus.

Encontramo-nos no centro desta batalha e a travada contra os judeus é a mais difícil. Espero que todos compreendam a complexidade desta campanha.⁴³

A 7 de agosto de 1939, quando se acumulavam as sombras da guerra, escreveu à baronesa: “Não existe para mim nem paz nem guerra, mas em toda parte a Alemanha de Herr Hitler. Acompanharei meu regimento apenas como objetivo, porque não posso permanecer em casa.”

Foi tudo quanto disse. A 11 de agosto de 1938, fora nomeado comandante de seu antigo regimento, o 12º Regimento de Artilharia, título puramente honorário. A 22 de setembro de 1939, tornou-se alvo de uma metralhadora polonesa diante da sitiada Varsóvia (e quatro dias depois foi enterrado com todas as honras militares em Berlim, numa escura, fria e chuvosa manhã, num dos dias mais tristes, segundo meu diário, que vivi na capital da Alemanha).

Com a destituição de Fritsch do comando do exército alemão vinte meses antes, Hitler tivera, como vimos, uma vitória completa sobre a última cidadela de uma possível oposição na Alemanha, a antiga e tradicional casta da oficialidade do exército. Agora, na primavera de 1938, por seu hábil golpe na Áustria, estabelecera seu ponto de apoio no exército, demonstrando sua audaz liderança e salientando que só ele tomaria as decisões na política externa, e que o papel do exército destinava-se simplesmente a auxiliá-la com a força ou com a ameaça de força. Além disso, dera ao exército, sem o sacrifício de um único homem, a posição estratégica que tornaria a Tchecoslováquia militarmente indefensável. Não havia tempo a perder em tirar partido dessa posição.

A 21 de abril, 11 dias depois do plebiscito nazista na Áustria, Hitler convocou o

general Keitel, chefe do Alto-Comando das forças armadas, para examinar o Caso Verde.

██████████ A estrada para Munique

Caso Verde era o nome em código do plano para um ataque de surpresa à Tchecoslováquia. Fora primeiramente esboçado, como vimos, a 24 de junho de 1937, pelo marechal-de-campo von Blomberg; e Hitler o desenvolvera em sua conferência com os generais a 5 de novembro, a quem preveniu que “a investida sobre os tchecos” teria de ser “realizada com velocidade relâmpago” e que poderia ocorrer “já em 1938”.

Evidentemente, a fácil conquista da Áustria transformara o Caso Verde em assunto de certa urgência; o plano devia ser atualizado e os preparativos para executá-lo começaram. Para esse fim Hitler convocou Keitel a 21 de abril de 1938. No dia seguinte, o major Rudolf Schmundt, novo ajudante militar do Führer, preparou uma súmula da discussão, dividida em três partes: “aspectos políticos”, “conclusões militares” e “propaganda”.¹

Hitler rejeitou a “ideia de ataque estratégico independente do plano, causa ou possibilidade de justificação”, em virtude da “opinião pública hostil, que talvez levasse a uma situação crítica”. Uma segunda opção, que seria “a ação depois de um período de discussões diplomáticas que gradualmente levassem à crise, à guerra”, ele julgava “indesejável, porque medidas de segurança dos tchecos (Verdes) teriam sido então adotadas”. O Führer preferia, pelo menos naquele momento, uma terceira opção: “Ação fulminante baseada num incidente (por exemplo, o assassinato do embaixador alemão no transcurso de uma demonstração anti-alemã)”. Tal incidente, deve ser lembrado, certa ocasião foi planejado para justificar uma invasão alemã da Áustria, quando Papen seria a vítima. No mundo de bandidos de Hitler, os enviados alemães para o exterior certamente eram dispensáveis.

O grande comandante alemão, em que Hitler agora se transformara — desde que assumira pessoalmente o comando das forças armadas — insistia com o general Keitel na necessidade de rapidez nas operações.

Os primeiros quatro dias de ação militar são, politicamente falando, decisivos. Na falta de êxitos militares surpreendentes, uma crise europeia certamente sobrevirá. Faits accomplis têm de convencer as potências estrangeiras de que a intervenção militar é inútil.

Quanto ao aspecto da propaganda de guerra, ainda não era o momento de apelar para o dr. Goebbels. Hitler apenas discutiu as instruções “sobre a conduta dos alemães na Tchecoslováquia” e as que deviam conter “ameaças para intimidar os tchecos”.

A república da Tchecoslováquia, que agora Hitler se propunha a destruir, era resultado dos tratados de paz, tão odiados pelos alemães depois da Primeira Guerra Mundial. Era igualmente obra de dois notáveis intelectuais tchecos: Tomás Garrigue Masaryk, autodidata filho de cocheiro, que se projetara como homem culto e ilustre, tendo sido o primeiro presidente do país, e Eduard Benes, filho de camponês que conseguira vencer na vida estudando na Universidade de Praga e em três institutos franceses de estudos superiores, e que depois serviu quase ininterruptamente como ministro do Exterior, vindo a ser o segundo presidente ao retirar-se Masaryk em 1935. Nascida de parte do império dos Habsburgo que no século XVI haviam conquistado o antigo reino da Boêmia, a Tchecoslováquia transformou-se, durante os anos que se seguiram à sua fundação, em 1918, no Estado mais democrático, progressista, culto e próspero da Europa Central.

Em consequência, porém, de ter sido formada por diversas nacionalidades, foi presa desde o início de um problema interno, que em vinte anos ainda não fora capaz de resolver: a questão de suas minorias. No país viviam um milhão de húngaros, meio milhão de rutenos e mais de três milhões de sudetos alemães, os quais não afastavam de sua lembrança os seus países de origem, Hungria, Rússia e Alemanha, embora os Sudetos jamais houvessem pertencido ao Reich alemão (salvo como parte do indefinido Sacro Império Romano), mas à Áustria. No mínimo, essas minorias desejavam pelo menos mais autonomia do que até então gozavam.

Mesmo os eslovacos, que compunham um quarto dos dez milhões de tchecoslovacos, desejavam certa autonomia. Embora racial e linguisticamente estivessem muito ligados aos tchecos, os eslovacos evoluíram de modo bem diverso — histórica, cultural e economicamente —, em grande parte em consequência dos séculos de dominação da Hungria. Um acordo entre os tchecos e os eslovacos emigrados na América, assinado em Pittsburgh a 30 de maio de 1918, permitira aos eslovacos possuírem executivo, parlamento e tribunais próprios. Mas o governo de Praga não se sentia preso ao compromisso e não o mantivera.

Na verdade, comparadas às minorias de inúmeros outros países, mesmo do Ocidente, e até nos Estados Unidos, as da Tchecoslováquia não estavam mal. Gozavam não apenas de direitos civis e democráticos — incluído o direito de voto — como também, e até certo ponto, lhes foram concedidas suas próprias escolas e admitidas as instituições culturais. Líderes dos partidos políticos da minoria frequentemente serviam como ministros no governo central. Apesar disso, os tchecos, não totalmente recuperados dos efeitos de centenas de anos de opressão

austriaca, deixaram de resolver muitos dos problemas das minorias. Muitas vezes se revelaram chauvinistas e quase sempre sem tato. Lembro-me, quando das minhas primeiras visitas ao país, do profundo ressentimento na Eslováquia pela prisão do dr. Vojtech Tuka, na época um professor respeitável, condenado a 15 anos de reclusão “por traição”, embora fosse discutível a acusação de que ele lutara por algo mais que a autonomia da Eslováquia. Sobretudo, as minorias sentiram que o governo tchecoslovaco não tinha honrado a promessa feita por Masaryk e Benes, na Conferência de Paz de Paris, em 1919, no sentido de instituir um sistema cantonal semelhante ao da Suíça.

De modo bastante irônico, em face do que iremos expor, os sudetos alemães viviam, de modo tolerável, no Estado tcheco — seguramente melhor que qualquer outra minoria no país e melhor que as minorias alemães na Polônia e na Itália fascista. Sofriam as pequenas tiranias dos funcionários locais tchecos e a discriminação que contra eles algumas vezes ocorria em Praga. Tinham dificuldade de ajustar-se à perda de seu antigo domínio na Boêmia e na Morávia sob o regime dos Habsburgo. Mas, estabelecidos em grupos compactos a noroeste e a sudoeste da nova república, onde se concentrava a maior parte da indústria do país, prosperaram, e à medida que os anos passavam foram adquirindo situação de relativa harmonia com os tchecos, sempre continuando a pressionar por maior autonomia e maior respeito a seus direitos culturais e linguísticos. Até a ascensão de Hitler, não havia outro movimento político sério que fizesse maiores reivindicações. Os social-democratas e outros partidos democráticos recebiam a maior parte da votação dos sudetos.

Depois, em 1933, ao tornar-se Hitler chanceler, o vírus do nacional-socialismo contaminou os sudetos alemães. Nesse ano foi fundado o Partido Sudeto Alemão (S.D.P.) sob a direção de um professor de ginástica chamado Konrad Henlein. Por volta de 1935 o partido era secretamente subvencionado pelo Ministério do Exterior alemão, com 15 mil marcos mensais.² Em dois anos o partido conquistou a maioria dos sudetos alemães. Apenas os social-democratas e os comunistas não aderiram. Na época do Anschluss, o partido de Henlein, que durante três anos recebera ordens de Berlim, achava-se preparado para fazer o jogo de Hitler.

Para certá-lo, Henlein partiu velozmente para Berlim, uma quinzena depois da anexação da Áustria e, a 28 de março, conferenciara a portas fechadas com Hitler, por três horas, estando presentes também Ribbentrop e Hess. As instruções de Hitler, como revela um memorando do Ministério do Exterior, diziam que “o Partido Sudeto devia fazer exigências inaceitáveis ao governo tcheco”. Eis como o próprio Henlein resumiu os pontos de vista do Führer: “Devemos continuar

exigindo tanto, de modo a que jamais possamos ser atendidos”.³

Dessa forma, a situação da minoria alemã na Tchecoslováquia era simplesmente um pretexto, como Dantzig seria um ano mais tarde em relação à Polônia, para Hitler semear a discórdia na terra cobiçada, miná-la, confundindo e desorientando seus amigos e encobrimdo os verdadeiros propósitos. Estes propósitos ele deixara claro em seu discurso de 5 de novembro aos líderes militares nas primeiras discussões do Caso Verde: destruir o Estado tchecoslovaco e anexar seu território e habitantes ao Terceiro Reich. Apesar do que acontecera na Áustria, os dirigentes da França e da Inglaterra não compreenderam. Por toda a primavera e o verão, na verdade quase até o fim, o primeiro-ministro Chamberlain e o premier Daladier pareciam acreditar sinceramente, como a maioria da opinião mundial, que tudo que Hitler desejava era justiça para seus conterrâneos na Tchecoslováquia.

Com efeito, à medida que os dias de primavera se tornavam quentes, os governos francês e inglês dedicaram-se a pressionar o governo tcheco para que fizesse concessões de largo alcance aos sudetos alemães. A 3 de maio, o novo embaixador alemão em Londres, Herbert von Dirksen, informou Berlim de que lorde Halifax lhe falara de uma *démarche* que o governo inglês realizaria proximamente em Praga, “visando induzir Benes a fazer todo o possível para acomodar os sudetos alemães”.⁴ Quatro dias mais tarde, a 7 de maio, os embaixadores inglês e francês em Praga realizaram sua *démarche*, insistindo com o governo tcheco “para ir ao extremo limite”, como o embaixador alemão informou a Berlim, no atendimento das reivindicações sudetas. Hitler e Ribbentrop pareciam imensamente satisfeitos ao verificar que os governos francês e inglês estavam tão interessados em ajudá-los.

A dissimulação dos objetivos alemães, contudo, era mais do que nunca necessária. A 12 de maio, Henlein esteve secretamente na Wilhelmstrasse em Berlim e recebeu instrução de Ribbentrop sobre como confundir os ingleses quando chegasse a Londres, naquela noite, para uma entrevista com sir Robert Vansittart, principal conselheiro diplomático do Ministério do Exterior, e com outros funcionários britânicos. Um memorando de Weizsäcker estabelecia a linha a ser seguida: “Henlein negará em Londres que esteja agindo por ordem de Berlim (...) Finalmente, Henlein falará da contínua desintegração da estrutura política tcheca, a fim de dissuadir os círculos que ainda consideravam útil e eficiente uma intervenção a favor dessa estrutura.”⁵ No mesmo dia, o embaixador alemão em Praga telegrafava a Ribbentrop acerca da necessidade da tomada de precauções que acobertassem sua embaixada no trabalho de fornecimento de dinheiro e instruções ao Partido Sudeto Alemão.

Hugh R. Wilson, embaixador americano em Berlim, foi chamado por Weizsäcker a 14 de maio para discutir a crise sudeta e para ser informado dos temores alemães de que as autoridades tchecas deliberadamente provocassem uma crise européia, a fim de impedir a “desintegração da Tchecoslováquia”. Dois dias depois, a 1º de maio, o major Schmundt expediu um urgente e “ultra-secreto” telegrama ao quartel-general do OKW, em nome de Hitler, que repousava em Obersalzberg, perguntando quantas divisões se encontravam na fronteira tcheca “prontas para marchar no prazo de 12 horas, no caso de mobilização”. O tenente-coronel Zeitler, do Estado-maior do OKW, respondeu imediatamente, “Doze”, o que não satisfiz Hitler. “Mande, por favor, os efetivos das divisões”, pediu. E a resposta voltou, relacionando dez divisões de infantaria com seus efetivos e mais uma blindada e uma divisão de montanha.⁶

Hitler estava ficando impaciente: queria ação. No dia seguinte, 17, pediu ao OKW informações exatas sobre as fortificações que os tchecos haviam construído nas montanhas sudetas das fronteiras, conhecidas como a Linha Maginot tcheca. Zeitler respondeu de Berlim, no mesmo dia, com um longo e “ultra-secreto” telegrama, informando ao Führer, minuciosamente, das obras de defesa tchecas. Deixou claro que eram formidáveis.⁷

A primeira crise: maio de 1938

O fim de semana que começou no sábado, 20 de maio, veio a ser crítico e mais tarde seria recordado como a “crise de maio”. Durante as 48 horas seguintes, os governos de Londres, Paris, Praga e Moscou foram tomados de pânico pela crença de que a Europa estava à beira da guerra, mais que em qualquer outra época desde o verão de 1914. Isto se deve em grande parte à possibilidade de que os novos planos para um ataque alemão à Tchecoslováquia, traçados para Hitler pelo OKW e a ele apresentados nesse sábado, tenham transpirado. De qualquer forma, acreditava-se, pelo menos em Praga e Londres, que Hitler estava prestes a se lançar numa agressão contra a Tchecoslováquia. E nessa crença os tchecos começaram a mobilização e a Inglaterra, a França e a Rússia demonstraram firmeza e unidade, em face do que seus governos temiam ser uma iminente ameaça alemã, que não voltariam a demonstrar até que uma nova guerra mundial quase os destruísse.

Na sexta-feira, dia 20, o general Keitel enviou a Hitler em Obersalzberg um novo projeto para o Caso Verde, que ele e seu Estado-maior elaboravam desde que o Führer o fixara em suas linhas gerais no encontro de 21 de abril. Numa carta submetia ao líder, acompanhando o novo plano, Keitel explicava que levava em conta “a situação criada pela incorporação da Áustria ao Reich alemão” e

que ele não seria discutido com os comandantes supremos das três armas até que “vós, meu Führer” o tenhais aprovado e assinado. A nova diretiva para o Verde, datada de Berlim, a 20 de maio de 1938, é um documento interessante e significativo. É um modelo do tipo de plano nazista de agressão com o qual o mundo mais tarde veio a ter contato.

*Não é minha intenção [começa] esmagar a Tchecoslováquia pela ação militar; num futuro imediato, sem provocação, a menos que um inevitável acontecimento (...) dentro da Tchecoslováquia force a questão, ou acontecimentos políticos na Europa criem uma oportunidade particularmente favorável que jamais possa talvez apresentar-se.*⁸

Foram consideradas três “possibilidades políticas para dar início à operação”. A primeira, “um ataque de surpresa, sem justificativa externa adequada”, foi recusada.

As operações deverão, de preferência, ser começadas:

a) ou depois de um período de intensas controvérsias diplomáticas e de tensão, relacionadas com preparativos militares, que serão utilizadas para transferir a responsabilidade da guerra ao inimigo;

b) ou pela ação-relâmpago como resultado de um sério incidente que submetesse a Alemanha a uma provocação intolerável e que, pelo menos aos olhos de uma parte da opinião mundial, fornecesse a justificação moral para medidas militares.

O caso (b) é mais favorável, tanto do ponto de vista militar quanto do político.

Quanto à operação militar em si, tinha de alcançar tal êxito dentro de quatro dias, a ponto de “demonstrar aos Estados inimigos, que queiram intervir, a irremediável inferioridade da posição militar tcheca e, também, permitir e estimular os Estados que tivessem reivindicações territoriais na Tchecoslováquia a unir-se imediatamente contra ela”. Esses Estados eram a Hungria e a Polônia, e o plano contava com sua intervenção. Considerou-se duvidoso que a França honrasse suas obrigações com os tchecos, mas “tentativas da Rússia no sentido de dar apoio militar à Tchecoslováquia são esperadas”.

O Alto-Comando alemão, ou pelo menos Keitel e Hitler, estavam tão confiantes em que a França não lutaria, que apenas “uma força mínima seria mantida como cobertura da retaguarda no Ocidente”, salientando-se que “todo peso de todas as forças deve ser empregado na invasão da Tchecoslováquia”. A

“tarefa do grosso do exército”, ajudado pela Luftwaffe, era “esmagar o exército tchecoslovaco e ocupar a Boêmia e a Morávia tão rapidamente quanto possível”.

Seria a guerra total, e pela primeira vez nos planos dos soldados alemães o valor daquilo que a diretiva chama de “campanha de propaganda” e “campanha econômica” seria destacado e seu emprego combinado no plano de ataque militar global.

A campanha da propaganda deve, por um lado, intimidar os tchecos por meio de ameaças e corroer seu poder de resistência; por outro, deve dar às minorias nacionais indicações de como apoiar nossas operações militares e influenciar os neutros a nosso favor.

A campanha econômica tem a missão de utilizar todos os recursos econômicos possíveis para acelerar o colapso final dos tchecos (...) No curso da operação militar é importante contribuir para intensificar o esforço bélico econômico total, coligindo rapidamente informações a respeito das principais fábricas e montando-as novamente logo que possível. Devido a isso, a economia — tanto quanto permitirem as operações militares — da indústria tcheca e dos estabelecimentos técnicos pode ser de importância decisiva para nós.

Esse modelo de agressão nazista permaneceu inalterado e foi utilizado com desconcertante êxito até que o mundo, despertado muito depois, saísse da inércia.

Pouco depois do meio-dia de 20 de maio, o embaixador alemão em Praga enviou um telegrama “urgente e ultra-secreto” a Berlim comunicando que o ministro do Exterior tcheco o informara, pelo telefone, que seu governo estava “inquieto com as notícias de concentração de tropas [alemãs] na Saxônia”. Respondera, disse, “que não havia absolutamente fundamento para inquietação”, mas pedia a Berlim que o informasse imediatamente se havia alguma coisa.

Essa foi a primeira de uma série de febris negociações diplomáticas, naquele fim de semana, que abalaram a Europa com o temor de que Hitler estivesse prestes a marchar novamente, e de que dessa vez uma guerra geral sobreviria. A fonte da informação recebida pelos serviços secretos britânico e tcheco de que as tropas alemãs se concentravam na fronteira tcheca, jamais, a que eu saiba, veio à luz. Para uma Europa ainda sob o impacto da ocupação militar da Áustria pela Alemanha, muitas dúvidas pairavam no ar. A 19 de maio, um jornal de Leipzig publicara uma reportagem sobre os movimentos de tropas alemãs. Henlein, o Führer sudeto, anunciara a ruptura das negociações do seu partido com o governo tcheco a 9 de maio, e soube-se que em seu regresso de Londres, no dia 14, fora a

Berchtesgaden, para encontrar-se com Hitler, e que ainda permanecia lá. Tiroteios ocorreram nos Sudetos. E durante todo o mês de maio a guerra de propaganda do dr. Goebbels — fabricando relatos incríveis do “terror tcheco” contra os sudetos alemães — tinha se intensificado. A tensão parecia ter atingido o clímax.

Embora houvesse certo movimento de tropas alemãs, em decorrência das manobras de primavera, especialmente nas regiões orientais, jamais encontrou-se nos documentos alemães apreendidos qualquer prova da repentina concentração de forças armadas na fronteira tcheca, nesse momento. Ao contrário, duas notas do Ministério do Exterior alemão, datadas de 21 de maio, continham garantias confidenciais à Wilhelmstrasse, do coronel Jodl, do OKW, de que não houve tais concentrações nem na Silésia nem na Baixa Áustria. Nada houvera, assegura Jodl em mensagens não destinadas à divulgação, “além de manobras de tempo de paz”.⁹ Não que a fronteira tcheca estivesse desguarnecida de tropas alemãs. Como vimos, a 16 de maio Hitler fora informado pelo OKW, em resposta a seu urgente pedido de informações, de que 12 divisões alemãs se encontravam na frente da Tchecoslováquia “prontas para marchar dentro de 12 horas”.

Teriam os serviços secretos tcheco ou britânico ouvido falar dos telegramas que veicularam esta informação? Ou tido conhecimento da orientação para o Caso Verde, que Keitel remeteu para a aprovação de Hitler, a 20 de maio? Porque no dia seguinte o chefe do Estado-maior tcheco, general Krejci, disse ao adido militar alemão em Praga, coronel Toussaint, que possuía “provas irrefutáveis de que tivera lugar uma concentração de oito a dez divisões [alemãs] na Saxônia”.¹⁰ A indicação do número de divisões não estava longe do correto, embora a informação sobre o seu desdobramento não fosse bem exata. De qualquer modo, na tarde de 20 de maio, depois de uma sessão de emergência do gabinete do Palácio Hradshin, em Praga, presidida pelo presidente Benes, os tchecos tomaram a decisão de promover uma mobilização parcial imediata. Foram convocados para as fileiras uma classe e certo número de reservistas técnicos. O governo tcheco, ao contrário do austríaco, dois meses antes, não tentava entregar-se sem luta.

A mobilização tcheca, embora parcial, deixou Hitler furioso; e sua fúria não foi aplacada pelos despachos do Ministério do Exterior em Berlim, a ele chegados em Obersalzberg, informando das constantes notas dos embaixadores britânico e francês, prevenindo que a agressão alemã contra a Tchecoslováquia significaria a guerra européia.

Os alemães jamais haviam sido submetidos a tão tenaz e persistente pressão diplomática como a empreendida pelos ingleses nesse fim de semana. Sir Neville Henderson, embaixador inglês, enviado a Berlim pelo primeiro-ministro Chamberlain para empregar toda a sua perícia de diplomata profissional no apaziguamento de Hitler, o que fez na máxima extensão, esteve inúmeras vezes no Ministério do Exterior alemão para indagar sobre o movimento de tropas alemãs e para aconselhar cautela. Não há dúvida de que era estimulado por lord Halifax e pelo Ministério do Exterior inglês, pois Henderson, um diplomata cortês e delicado, nutria pouca simpatia pelos tchecos, como o sabiam todos que o conheceram em Berlim. Por duas vezes avistou-se com Ribbentrop, a 21 de maio, e, no dia seguinte, embora fosse domingo, esteve com o secretário de Estado von Weizsäcker (Ribbentrop fora convocado apressadamente à presença de Hitler, em Obersalzberg), para entregar uma mensagem pessoal de Halifax acentuando a gravidade da situação. Em Londres, no sábado (dia de descanso e recolhimento), o ministro do Exterior inglês também encontrou-se com embaixador alemão e salientou a gravidade do momento.

Em todas as gestões inglesas os alemães não deixaram de notar, como frisou o embaixador von Dirksen num despacho após avistar-se com Halifax, que o governo britânico, certo de que a França interviria em favor da Tchecoslováquia, não afirmava que a Inglaterra também o faria. A Inglaterra não iria além de advertir — o que fez Halifax, segundo Dirksen — que “no caso de um conflito europeu era impossível prever se a Inglaterra não seria arrastada a ele”.¹¹ Na verdade, o governo de Chamberlain não fez mesmo mais que isso — até que fosse demasiado tarde para deter Hitler. A impressão deste autor, a partir daquele momento, e até o fim, foi a de que se Chamberlain houvesse dito francamente a Hitler o que a Inglaterra faria (e que, posteriormente, acabou por fazer) no caso de uma agressão nazista, o Führer jamais teria se lançado nas aventuras que levaram à Segunda Guerra Mundial — impressão imensamente fortalecida com o exame de documentos secretos alemães. Este foi o erro fatal do bem-intencionado primeiro-ministro.

Adolf Hitler, remoendo doentamente os acontecimentos em Berchtesgaden, seu retiro nas montanhas, sentia-se profundamente humilhado diante dos tchecos e com o apoio que lhes davam Londres, Paris e mesmo Moscou; nada levado o ditador alemão a humor mais negro e desagradável. Sua raiva era intensa, sobretudo porque era acusado prematuramente de se encontrar prestes a cometer uma agressão que na realidade pretendia praticar. Naquele mesmo fim de semana terminara o estudo do novo plano para o Verde, sugerido por Keitel. Mas ele não podia ser posto em prática imediatamente. Reprimindo seu orgulho, ordenou ao Ministério do Exterior em Berlim que informasse o embaixador

tcheco na segunda-feira, 23 de maio, de que a Alemanha não nutria intenções agressivas para com a Tchecoslováquia e de que as notícias de concentração de tropas alemãs na fronteira não tinham fundamento. Em Praga, Londres, Paris e Moscou, os dirigentes governamentais suspiraram aliviados. A crise fora superada. Hitler recebera uma lição. Agora devia saber que não levaria a melhor na agressão, tão facilmente como sucedera na Áustria.

Esses estadistas conheciam pouco o ditador alemão.

Depois de mais alguns dias de mau humor em Obersalzberg, durante os quais sentiu crescer o seu ódio pela Tchecoslováquia e particularmente pelo presidente Benes, que, acreditava, deliberadamente o humilhara, Hitler apareceu repentinamente em Berlim, a 28 de maio, e convocou as altas patentes da Wehrmacht para uma reunião na chancelaria, onde teriam conhecimento de decisão importante. Ele próprio falou sobre essa reunião num discurso ao Reichstag, oito meses depois:

Resolvi solucionar, de uma vez para sempre, e radicalmente, a questão dos Sudetos. A 28 de maio, ordenei:

1. Que preparativos seriam feitos para a ação militar contra esse Estado a 2 de outubro.

2. Que a construção de nossas defesas ocidentais seria rápida e grandemente aumentada (...).

A mobilização imediata, inicial, de 96 divisões, foi planejada. (...)12

Bradou aos cúmplices reunidos, Göring, Keitel, Brauchitsch, Beck, almirante Räder, Ribbentrop e Neurath: “É minha vontade inquebrantável que a Tchecoslováquia seja varrida do mapa!”¹³ O Caso Verde foi novamente examinado e novamente revisto.

O diário de Jodl narra o que estava se passando no espírito vingativo e febril de Hitler.

A intenção do Führer de não resolver o problema tcheco alterou-se com a concentração estratégica de tropas tchecas em 21 de maio, que ocorre sem qualquer ameaça alemã e sem qualquer causa. A retratação da Alemanha acarreta uma perda de prestígio do Führer, em que ele não deseja incorrer novamente. Por isso, os novos planos para o Verde são divulgados a 30 de maio.¹⁴

Os pormenores das novas diretivas do Caso Verde, aprovadas por Hitler a 30 de maio, não diferiam essencialmente da versão a ele submetida nove dias antes. Mas há duas modificações importantes. Em lugar da afirmação expressa de 21 de maio, que dizia: “Não é minha intenção liquidar a Tchecoslováquia num futuro próximo”, a nova versão começava: “É minha inabalável decisão esmagar a Tchecoslováquia pela força militar, num futuro próximo.”

A significação de “futuro próximo” foi explicada por Keitel numa carta reservada. “A execução do Verde”, ordenava, “deve ser assegurada para 12 de outubro de 1938, o mais tardar”.¹⁵

Nessa data Hitler se manteve firme, crise após crise, e até a beira da guerra, sem recuar.

Vacilação dos generais

Depois de anotar em seu diário, a 30 de maio, que Hitler aprovara as novas diretivas para o Verde e que em virtude de sua exigência de “uma arrancada imediata em direção à Tchecoslováquia no dia X (...) os objetivos anteriores do exército deviam ser modificados consideravelmente”, Jodl aduziu a seguinte frase:

*Mais uma vez torna-se agudo o completo contraste entre a intuição do Führer de que devemos fazê-lo neste ano e a opinião do exército de que não podemos por enquanto, porque certamente as potências ocidentais interferirão e, até o momento, ainda não nos igualamos a elas.*¹⁶

O esclarecido Estado-maior da Wehrmacht colocara seu dedo numa nova fenda entre Hitler e algumas altas patentes do exército. A oposição aos grandiosos planos de agressão do Führer foi encabeçada pelo general Ludwig von Beck, chefe do Estado-maior geral, que daí por diante assumiria a liderança de tal resistência, enquanto subsistisse no Terceiro Reich. Mais tarde esse sensível, inteligente e decente, mas indeciso general, basearia sua luta contra o ditador nazista em sólidos fundamentos. Entretanto, até a primavera de 1939, após mais de quatro anos de nacional-socialismo, Beck opusera-se a Hitler apenas no terreno profissional, insistindo em que a Alemanha ainda não estava bastante forte para enfrentar as potências ocidentais, e talvez a Rússia.

Beck, como vimos, tinha saudado a ascensão de Hitler ao poder e aclamara publicamente o Führer pelo restabelecimento da conscrição para o exército alemão, num desafio a Versalhes. Em 1930, como vimos em páginas anteriores,

Beck, então um obscuro comandante de regimento, inutilmente lançara-se à defesa de três de seus subordinados, acusados da traição de fomentar o nazismo no seio das forças armadas; na verdade, prestou depoimento a favor deles perante o Supremo Tribunal, depois de Hitler ter aparecido na audiência e advertido de que quando chegasse ao poder “cabeças rolariam”. Não foi a agressão do Führer contra a Áustria — que Beck apoiou —, mas o assassinato do general von Fritsch, depois da maquinação da Gestapo, que parece ter aberto seus olhos. Livre de suas confusões, começou a perceber que a política de Hitler de deliberadamente arriscar a guerra com a Inglaterra, a França e a Rússia, contra o conselho dos mais responsáveis generais, se levada adiante, poderia arruinar a Alemanha.

Beck soubera da reunião de Hitler com Keitel, a 21 de abril, na qual a Wehrmacht recebera instruções para acelerar os planos de ataque à Tchecoslováquia, e a 5 de maio escreveu o primeiro de uma série de memorandos para o general von Brauchitsch, o novo comandante supremo do exército, opondo-se vigorosamente a tal ação, qualquer que fosse a sua forma.¹⁷ São documentos brilhantes, rudes por tratarem de fatos desagradáveis e cheios de argumentação sólida e lógica. Apesar de Beck haver superestimado a força de vontade da Inglaterra e da França, a astúcia de seus líderes e o poder do exército francês, sua suposição não provou ser correta ao sobrevir o problema tcheco, mas sua antecipada previsão, no que dizia respeito à Alemanha, foi inteiramente exata.

Beck estava convencido, segundo escreveu em seu memorando de 5 de maio, de que o ataque alemão contra a Tchecoslováquia provocaria uma guerra européia na qual a Inglaterra, a França e a Rússia se oporiam à Alemanha e em que os Estados Unidos seriam o arsenal das democracias ocidentais. A Alemanha simplesmente não poderia vencer tal guerra. Sua absoluta carência de matérias-primas tornava a vitória impossível. Na verdade, argumentava, “a situação econômica e militar da Alemanha é pior do que em 1917-18”, quando começou o colapso dos exércitos do Kaiser.

A 28 de maio encontrava-se Beck entre os generais convocados para a chancelaria do Reich depois da “crise de maio”, a fim de ouvir Hitler vociferar que pretendia riscar do mapa a Tchecoslováquia no princípio do outono. Anotou cuidadosamente o palavrório do Führer e, dois dias depois, no mesmo momento em que Hitler aprovava as diretivas para o Verde, fixando a data do ataque para 1º de outubro, redigiu outro e mais violento memorando a Brauchitsch, criticando ponto por ponto o programa do ditador. Para ter certeza de que seu cauteloso comandante supremo o compreenderia plenamente, Beck leu, ele mesmo, o

documento para von Brauchitsch. Ao terminar, sublinhou ao infeliz e algo estupefato general que havia uma crise na “alta hierarquia militar”, que já produzira a anarquia e que, se não fosse vencida, o destino do exército e, em consequência o da Alemanha, seria negro. Poucos dias mais tarde, Beck enviou outro memorando a Brauchitsch no qual declarava que o novo plano para o Verde era “militarmente incorreto” e que o Estado-maior geral do exército o rejeitava.

Hitler, entretanto, continuava avançando. A pasta capturada, que continha o dossiê do Verde, revela como crescia o seu frenesi à medida que o verão prosseguia. As costumeiras manobras de outono, ordenou, deviam começar imediatamente, a fim de que o exército estivesse preparado para o ataque. Exércitos especiais “para a tomada de fortificações com ataques de surpresa” deviam ser realizados. O general Keitel foi informado de que “o Führer salientava repetidamente a necessidade de prosseguir com maior rapidez o trabalho de fortificações no oeste”. A 9 de junho Hitler pediu mais informações sobre o armamento tcheco e imediatamente obteve uma comunicação pormenorizada acerca de todas as armas imagináveis, grandes e pequenas, usadas pelos tchecos. No mesmo dia perguntou: “As fortificações tchecas ainda estão ocupadas com força reduzida?” — em seu retiro montanhoso, onde passava o verão rodeado de bajuladores. Seu espírito se elevava e decaía enquanto brincava com a guerra. A 18 de junho expediu uma nova Diretiva Geral de Orientação para o Caso Verde.

Não há perigo de uma guerra preventiva contra a Alemanha (...) Decidirei empreender a ação contra a Tchecoslováquia apenas se estiver firmemente convencido (...) de que a França não marchará e, em consequência, a Inglaterra não intervirá.

Entretanto, a 7 de julho, Hitler fez considerações sobre o que fazer se a França e a Inglaterra intervierem. “A primeira consideração”, disse, “é manter as fortificações ocidentais” até a Tchecoslováquia ser esmagada e as tropas poderem ser enviadas para a frente ocidental. O fato de não haver tropas disponíveis para sustentar as fortificações ocidentais não perturbou seu pensamento febril. Advertiu que a “Rússia provavelmente poderá intervir” e que, no momento, não estava certo se a Polônia também não o faria. Essas eventualidades deviam ser enfrentadas, mas não diz como.

De certo modo isolado em Obersalzberg, Hitler aparentemente ainda não ouvira os rumores de dissensão nos altos escalões do Estado-maior geral do exército. Apesar de Brauchitsch ter sido importunado pelos memorandos de

Beck, o chefe do Estado-maior geral começou a perceber, em meados do verão, que seu instável comandante supremo não levava suas opiniões ao conhecimento de Hitler. Em meados de julho Beck decidiu, portanto, fazer um último e desesperado esforço para esclarecer a situação de qualquer maneira. A 16 de julho redigiu seu último memorando a Brauchitsch, exigindo que o exército dissesse a Hitler para deter seus preparativos de guerra.

Tendo completa consciência da magnitude de tal passo, como também de minhas responsabilidades, sinto-me no dever de pedir, urgentemente, que o supremo comandante das forças armadas [Hitler] desista de seus preparativos de guerra e abandone a intenção de resolver o problema tcheco pela força até que a situação militar esteja substancialmente modificada. Presentemente considero irrealizável essa solução, e este ponto de vista é compartilhado por todos os principais oficiais do Estado-maior.

Beck levou seu memorando pessoalmente a Brauchitsch, argumentando, verbalmente, com novas propostas para unificar a ação de parte dos generais do exército, caso Hitler se mostrasse recalcitrante. Especificamente, propôs que, nessa hipótese, todos os generais resignassem imediatamente. E pela primeira vez no Terceiro Reich levantou-se uma questão que mais tarde voltaria assiduamente aos julgamentos de Nuremberg: deveria um oficial obediência a alguém mais que ao Führer? Em Nuremberg dezenas de oficiais desculpavam-se de seus crimes de guerra, respondendo negativamente. Tinham obedecido ordens, diziam. Mas Beck, a 16 de julho, defendeu uma opinião diferente, que ele devia perseguir, inutilmente, em grande parte, até o fim. Havia limites, afirmou, no juramento de fidelidade de alguém ao supremo comandante, quando a consciência, o conhecimento e a responsabilidade proibiam de cumprir uma ordem. Os generais, sentia ele, tinham chegado a esses limites. Se Hitler insistisse pela guerra, todos se demitiriam. Nesse caso, argumentava, uma guerra era impossível, desde que não haveria ninguém para dirigir os exércitos. O chefe do Estado-maior geral do exército alemão estava agora alerta como jamais estivera em sua vida. As vendas caíam de seus olhos. O que estava em jogo para a nação alemã, ele via finalmente, era mais do que a simples frustração de um chefe de Estado histórico, decidido, sem propósito, a atacar um pequeno país vizinho, com risco de uma grande guerra. Toda a loucura do Terceiro Reich, sua tirania, corrupção, terror, desprezo pelas antigas virtudes cristãs despontaram repentinamente nesse general outrora pró-nazista. Três dias mais tarde, a 19 de julho, foi novamente falar a Brauchitsch sobre essa revelação.

Não somente, insistia, deviam os generais ir à greve para evitar que Hitler iniciasse uma guerra, mas também ajudar a liquidar o Terceiro Reich. O povo alemão e o próprio Führer devem ser libertados do terror das S.S. e dos chefes do

partido nazista. Um Estado e sua sociedade dirigidos pela lei deviam ser restaurados. Beck resumiu seu programa de reformas:

Pelo Führer, contra a guerra, contra a direção dos chefes, paz com a Igreja, liberdade de expressar a opinião, e fim ao terror da Tchecoslováquia; restabelecimento da justiça, redução das contribuições ao partido à metade, nada de construção de palácios, mas de casas para o povo, e mais proibidade e simplicidade prussianas.

Beck era demasiado ingênuo politicamente para compreender que Hitler, mais que ninguém, se tornara responsável pelas condições da Alemanha, que agora o revoltavam. Entretanto, a tarefa imediata era continuar a martelar o hesitante Brauchitsch a fim de que apresentasse um ultimato a Hitler, em nome do exército, dizendo-lhe para cessar seus preparativos de guerra. Para alcançar essa finalidade, organizou para 4 de agosto uma reunião secreta dos generais em comando. Preparou um discurso vibrante que o comandante do exército devia ler, reunindo em torno de si os generais mais antigos, numa posição comum contrária às aventuras nazistas que conduzissem à guerra. Infelizmente para Beck, faltou coragem a Brauchitsch para lê-lo. Beck teve de contentar-se em ler seu próprio memorando de 16 de julho, que deixou uma profunda impressão na maioria dos generais. Mas nenhuma medida decisiva foi adotada e a reunião dos oficiais generais do exército alemão foi suspensa sem que tivessem a coragem de chamar Hitler às contas, como seus predecessores haviam certa vez feito com os imperadores Hohenzollern e os chanceleres do Reich.

Brauchitsch soube armar-se de coragem suficiente para mostrar a Hitler o memorando de Beck de 16 de julho. A resposta de Hitler foi convocar não os generais de maior graduação que resistiam e o atrasavam, mas os oficiais logo abaixo deles, os chefes de Estado-maior do exército e da força aérea de vários comandos que constituíam um grupo mais jovem e no qual acreditava poder confiar depois que lhes dirigisse sua palavra persuasiva. Chamados a Berghof a 10 de agosto — Hitler mal havia se afastado de sua villa montanhosa durante todo o verão —, foram acolhidos depois do jantar com um discurso que, segundo Jodl, que se achava presente e o descreveu em seu fiel diário, durou cerca de três horas. Mas nessa ocasião a eloquência do Führer não foi tão persuasiva como ele esperava. Tanto Jodl e Manstein, que também se encontrava presente, referiram-se mais tarde “a um choque muito grave e desagradável” entre o general von Wietersheim e Hitler. Wietersheim era o oficial de maior graduação na reunião e, como chefe do Estado-maior do exército do Ocidente, sob as ordens do general Wilhelm Adam, ousou falar a respeito do problema central que Hitler e o OKW evitavam: com quase todas as forças empenhadas no golpe contra a

Tchecoslováquia, a Alemanha ficava sem defesa no oeste e seria invadida pela França. Na verdade, asseverou, a muralha ocidental não se aguentaria por mais de três semanas.

O Führer [Jodl contou em seu diário] ficou furioso e inflamou-se com a observação de que em tal caso todo o exército não serviria para nada.

“Digo-vos, Herr general [Hitler gritava em resposta], que a posição será mantida não apenas por três semanas, mas por três anos!”¹⁸

De que forma, não disse. A 4 de agosto, o general Adam comunicara, na reunião dos generais mais antigos, que no Ocidente ele teria somente cinco divisões efetivas e elas seriam esmagadas pelos franceses. Wietersheim provavelmente deu o mesmo algarismo a Hitler, mas ele não ouvira. Jodl, embora fosse um perspicaz oficial de Estado-maior, achava-se no momento de tal modo cativado pelo líder que deixou o encontro profundamente deprimido pelo fato de que os generais pareciam não compreender o gênio de Hitler.

A causa dessa opinião desanimada [a de Wittersheim], que infelizmente é sustentada amplamente dentro do Estado-maior geral, tem vários motivos.

O primeiro de todos, ele [o Estado-maior geral] está tolhido por velhas tradições e sentimentos de sua própria responsabilidade pelas decisões políticas, em lugar de obedecer e cumprir suas funções militares. Reconhecidamente vai ao extremo com a devoção tradicional, mas lhe falta o vigor de espírito, porque em última instância não acredita no gênio do Führer. E alguém pode compará-lo a Carlos XII.

E tão certo como a água rola da montanha, resulta de seu derrotismo (Miesmacherei) não apenas um imenso prejuízo político — pois todos falam da oposição entre as opiniões dos generais e a do Führer —, mas um perigo para o moral das tropas. Mas não duvido de que o Führer será capaz de elevar o moral do povo quando chegar o justo momento.¹⁹

Jodl podia ter acrescentado que Hitler também estava em condições de desafiar a revolta dos generais. Como disse Manstein perante o tribunal de Nuremberg em 1946, essa foi a última reunião em que Hitler permitiu qualquer dúvida ou discussão da parte dos militares.²⁰ Na parada militar de Jüterbog, a 15 de agosto, Hitler reiterou aos generais que estava decidido a ‘resolver a questão tcheca pela força’ e nem um oficial ousou — ou teve permissão para — dizer uma palavra de oposição.

Beck verificou que estava derrotado, em grande parte pela falta de firmeza de seus companheiros oficiais, e a 18 de agosto demitiu-se do posto de chefe do Estado-maior geral do exército. Procurou induzir Brauchitsch a segui-lo, mas o comandante do exército ainda se encontrava sob a influência do poder hipnótico de Hitler, sem dúvida ajudado pelo entusiasmo nazista da mulher que estava prestes a ser sua segunda esposa.* Como Hassell disse dele, “Brauchitsch prende seu colarinho um furo mais alto e afirma: Eu sou um soldado; meu dever é obedecer”.²¹

** O general von Brauchitsch obteve seu divórcio no verão e casou-se com Frau Charlotte Schmidt a 24 de setembro.*

Em geral, a demissão de um chefe do Estado-maior geral do exército durante uma crise, especialmente de alguém tão grandemente respeitado como o general Beck, teria provocado uma comoção nos círculos militares e até repercutido no exterior. Mas nesse caso Hitler demonstrou novamente sua matreirice. Apesar de aceitar imediatamente, e com enorme alívio, a renúncia de Beck, proibiu qualquer menção do fato na imprensa e mesmo nas gazetas oficiais do governo e dos militares, e determinou que o general demissionário e os oficiais seus partidários se conservassem nos postos. Não permitira que os governos britânico e francês tomassem conhecimento de dissensões no Alto-Comando do exército alemão nessa conjuntura grave, e é muito possível que Paris e Londres não tenham ouvido falar do assunto até o fim de outubro, quando foi anunciado, oficialmente, em Berlim. Tivessem eles ouvido, é lícito supor, a história podia ter tomado um rumo diferente. O apaziguamento de Hitler não teria sido levado tão longe.

O próprio Beck, além do senso de patriotismo e de lealdade ao exército, não fez esforços para levar a notícia de seu afastamento à opinião pública. Porém, achava-se desiludido, pois nem um único oficial entre os que haviam concordado com ele e o apoiado em sua oposição à guerra sentiu-se obrigado a imitar seu exemplo e renunciar. Nem procurou persuadi-los. Era, como disse dele mais tarde Hassell, “um Clausewitz puro, sem uma fagulha de Blücher ou Yorck”²² — homem de princípios e de ideias, mas não de ação. Compreendeu que Brauchitsch, como comandante do exército, o pusera abaixo num momento decisivo da história da Alemanha, e isso o amargurou. O biógrafo e amigo de Beck notou, anos depois, a “profunda amargura” do general, assim que falou de seu antigo comandante. Em certas ocasiões estremeceu de emoção e murmurava: “Brauchitsch abandonou-me.”²³

O sucessor de Beck como chefe do Estado-maior geral do exército — embora

sua designação fosse mantida em segredo por Hitler por várias semanas, até o término da crise — foi Franz Halder, de 54 anos, que descendia de antiga família militar bávara cujo pai fora general. Preparado como homem de artilharia, servira como jovem oficial no Estado-maior do príncipe herdeiro Rupprecht, na Primeira Guerra Mundial. Embora amigo de Rohm nos primeiros dias do pós-guerra, em Munique, o que lhe teria valido alguma suspeição em Berlim, ascendeu rapidamente no exército, e no ano anterior servira como substituto de Beck. Na verdade, Beck recomendou-o a Brauchitsch como seu sucessor, pois estava convencido de que Halder compartilhava de suas opiniões.

Franz Halder veio a ser o primeiro bávaro e o primeiro católico a ocupar o posto de chefe do Estado-maior geral alemão — uma ruptura severa da velha tradição prussiana protestante do corpo de oficiais. Homem de ampla curiosidade intelectual, com inclinação especial para a matemática e a botânica (minha primeira impressão dele foi a de que se assemelhava a um professor universitário de matemática ou de ciência) e cristão devoto, não resta dúvida de que possuía o senso e o espírito para ser um verdadeiro substituto de Beck. O problema era saber se, como o chefe que partira, ele carecia de aptidão para tomar medidas decisivas no momento apropriado. E caso ela não lhe faltasse, se no momento ele possuía firmeza para menosprezar seu juramento de obediência ao Führer e colocar-se resolutamente contra ele. Pois Halder, como Beck, sem que a princípio participasse da crescente conspiração contra Hitler, estava disposto a apoiá-la. Como novo chefe do Estado-maior geral, veio a ser figura central no primeiro sério conluio para derrubar o ditador do Terceiro Reich.

Origem de uma conspiração contra Hitler

Depois de cinco anos e meio de nacional-socialismo ficou evidente, para os raros alemães que se opunham a Hitler, que somente o exército possuía o poder material para destruí-lo. Os operários, as classes média e alta, mesmo que tivessem desejo, não tinham meios. Não tinham organizações fora dos grupos do partido nazista e naturalmente estavam desarmados. Embora muito tivesse sido escrito a respeito do movimento de resistência, ele continuou do princípio até o fim pequeno e fraco, dirigido, é certo, por um punhado de homens corajosos e decentes, mas carentes de partidários.

A própria manutenção de sua simples existência era reconhecidamente difícil num estado policial dominado pelo terror e pela espionagem. Ademais, como poderia um reduzido grupo — ou mesmo um grande grupo, se tivesse existido — revoltar-se contra as metralhadoras, os tanques, os lança-chamas das S.S.?

No princípio, encontrava-se oposição a Hitler nos meios civis. Os generais, como vimos, ficaram apenas muito contentes com um sistema que havia quebrado as restrições do Tratado de Versalhes e lhes dera a tarefa tradicional e inebriante de construir um grande exército, uma vez mais. Por ironia, os principais civis que surgiram para dirigir a oposição serviram o Führer em postos importantes, a maioria dos quais com um grande entusiasmo inicial pelo nazismo, que só arrefeceu quando começou a ficar claro, em 1937, que Hitler conduzia a Alemanha para uma guerra que quase com certeza perderia.

Desses, um dos primeiros a ver a coisa claramente foi Carl Goerdeler, o prefeito de Leipzig, que, a princípio indicado como Controlador de Preços por Brüning, com Hitler havia continuado por três anos no posto. Conservador e monarquista de coração, protestante devoto, capaz, enérgico e inteligente, mas também discreto e teimoso, rompeu com os nazistas em 1936 por causa do anti-semitismo e do rearmamento febril; demitindo-se de ambos os cargos, dedicou-se de corpo e alma à luta de oposição a Hitler. Um de seus primeiros passos foi viajar para a França, Inglaterra e Estados Unidos em 1937, para, prudentemente, preveni-los do perigo da Alemanha nazista.

Um pouco mais tarde também se esclareceram dois outros eventuais conspiradores, Johannes Popitz, ministro prussiano das Finanças, e o dr. Schacht. Ambos receberam do partido a mais alta condecoração, a Medalha de Ouro de Honra, por serviços na adaptação da economia da Alemanha para fins de guerra. Ambos começaram a perceber os verdadeiros objetivos de Hitler em 1938. Nenhum deles parece ter merecido inteira confiança do círculo interno da oposição em virtude de seu passado e de seu caráter. Schacht era demasiado oportunista e Hassell observou em seu diário que o presidente do Reichsbank tinha vocação “para dizer uma coisa e fazer outra”, opinião, segundo ele, compartilhada pelos generais Beck e von Fritsch. Popitz era muito inteligente mas instável. Professor de grego e brilhante economista, ele, juntamente com o general Beck e Hassell, membro do Clube da Quarta-feira, grupo de 16 intelectuais que se reuniam semanalmente para discutir filosofia, história, arte, ciência e literatura e que, à medida que o tempo passava — ou se esgotava —, se constituiu num dos centros da oposição.

Ulrich von Hassell veio a ser uma espécie de conselheiro em assuntos exteriores dos líderes da resistência. Seus comunicados como embaixador de Roma durante a Guerra da Abissínia e a Guerra Civil Espanhola, como vimos, estavam repletos de advertências a Berlim sobre como manter a Itália envolvida com a França e a Inglaterra e, conseqüentemente, ao lado da Alemanha. Depois ficou temeroso de que a guerra com a França e a Inglaterra fosse fatal para a

Alemanha e que até uma aliança da Alemanha com a Itália também o seria. Extremamente culto, não mantinha senão o desprezo pela vulgaridade do nacional-socialismo. Portanto, não se colocou voluntariamente a serviço do regime. Foi expulso do serviço diplomático na grande reorganização promovida por Hitler, a 4 de fevereiro, no exército, na política e no Ministério do Exterior. Membro de uma antiga família da nobreza de Hannover, casado com a filha do grande almirante von Tirpitz, o fundador da marinha alemã, e cavalheiro da velha escola até a ponta dos dedos, Hassell, como tantos outros de sua classe, parece que teve necessidade de ser expulso pelo nazismo antes que se tornasse demasiado interessado em fazer algo para pô-lo abaixo. E quando isso aconteceu, esse homem sensível, inteligente e inquieto devotou-se a essa missão até, como vimos, sacrificar sua vida por ela, encontrando um fim bárbaro.

Havia outros, menos conhecidos e mais jovens, que se haviam oposto ao nazismo desde o início e que gradualmente vieram a formar, juntos, vários círculos de resistência. Um dos dirigentes intelectuais de um grupo foi Ewald von Kleist, agricultor bem-educado e descendente do grande poeta. Trabalhavam em íntimo contato com Ernst Niekisch, antigo Social-democrata e diretor da Widerstand (Resistência), e com Rabian von Schlabrendorff, jovem advogado, bisneto do médico particular e conselheiro de confiança da rainha Vitória, barão von Stockmar. Havia antigos líderes dos sindicatos como Julius Leber, Jakob Kaiser e Wilhelm Leuschner. Dois funcionários da Gestapo, Arthur Nebe, chefe da polícia criminal, e Bernd Gisevius, jovem oficial de carreira da polícia, tornaram-se auxiliares valiosos à medida que as conspirações se desenvolviam. Bernd Gisevius se tornou indispensável ao libelo americano em Nuremberg e escreveu um livro que lança muita luz sobre as conspirações contra Hitler, embora a maioria dos historiadores recebesse o livro e o autor com bastante reserva.

Havia numerosos filhos de famílias respeitáveis da Alemanha: o conde Helmuth von Moltke, sobrinho-bisneto do famoso marechal-de-campo, que mais tarde organizou um grupo de resistência, de jovens idealistas, conhecido como Círculo Kreisau; o conde Albrecht Bernstorff, sobrinho do embaixador alemão em Washington durante a Primeira Guerra Mundial; Freiherr Karl Ludwig von Guttenberg, destemido editor de um mensário católico; o pastor Dietrich Bonhöffer, descendente de notáveis pastores protestantes de ambos os lados de sua família, que considerava Hitler o anticristo e acreditava ser um dever cristão eliminá-lo.

Quase todos esses homens corajosos perseverariam até que, uma vez apanhados e torturados, foram executados na forca ou a machado ou meramente

assassinados pelas S.S.

Durante um longo período o pequeno núcleo de resistência civil teve pouco êxito em interessar o exército em seu trabalho. Como o marechal-de-campo von Blomberg disse em Nuremberg, “antes de 1938-1939 os generais alemães não se opunham a Hitler. Não havia razão para isto, desde que realizava o que pretendiam”. Houve certa ligação entre Goerdeler e o general von Hammerstein, mas o antigo comandante do exército alemão fora afastado desde 1934 e tinha pouca influência entre os oficiais da ativa. No começo do regime, Schlabrendorff tivera um contato com o coronel Hans Oster, ajudante principal do almirante Canaris no Abwehr, o escritório de informações da OKW, e verificou que ele não somente era um resoluto antinazista, mas estava disposto também a estabelecer a ligação entre os militares e os civis. Entretanto, não foi senão no inverno de 1937-1938, quando os generais estiveram submetidos a sucessivos choques originados pela decisão de Hitler de ir à guerra, pela reorganização do comando militar, que ele próprio assumiu, e pelo tratamento indigno dado ao general von Fritsch, que alguns deles vieram a se convencer do perigo que era a ditadura nazista para a Alemanha. A renúncia do general Beck no fim de agosto de 1938, no momento em que a crise tcheca se tornava mais ameaçadora, despertou, igualmente, maior alerta, e apesar de nenhum de seus colegas tê-lo acompanhado na demissão, como havia esperado, ficou logo evidente que o derrubado chefe do Estado-maior geral era a única pessoa em torno da qual os generais recalcitrantes e os líderes da resistência civil poderiam reunir-se. Ambos os grupos respeitavam-no e confiavam nele.

Ficou evidente para eles outra consideração. Para conter Hitler, agora seria necessário a força, que somente o exército possuía. Mas quem, no exército, a constituiria? Nem Hammerstein e nem mesmo Beck, dado que estavam reformados. Do que se necessitava, sabia-se, era ganhar os generais que estivessem, no momento, com o comando efetivo das tropas em Berlim e nas suas cercanias, em condições de agir rápida e eficazmente. O general Halder, o novo chefe do Estado-maior geral do exército, não tinha, na verdade, forças sob seu comando. O general von Brauchitsch comandava todo o exército, mas não merecia inteira confiança. Sua autoridade seria útil, mas ele poderia ser empregado apenas, julgavam os conspiradores, no último instante.

Entretanto, certos generais que estavam dispostos a auxiliar foram logo descobertos e introduzidos na conspiração nascente. Três deles mantinham comandos que eram vitais para o êxito da aventura: o general Erwin von Witzleben, comandante do III Wehrkreis, da máxima importância, abrangendo Berlim e as áreas adjacentes; o general conde Erich von Brockdorff-Ahlefeld,

comandante da guarnição de Potsdam, que incluía a 23ª Divisão Blindada na Turingia e apta a repelir, se necessário, quaisquer tropas S.S. de Munique que tentassem libertar Berlim.

O plano dos conspiradores, que continuava evoluindo no fim de agosto, era prender Hitler assim que consumasse a ordem de ataque à Tchecoslováquia e arrastá-lo perante um de seus próprios Tribunais do Povo, sob a acusação de que procurara temerariamente atirar a Alemanha numa guerra européia e que, por conseguinte, não estava mais em condição de governar. Entrementes, num prazo curto haveria uma ditadura militar, a que se seguiria um governo provisório presidido por algum eminente civil. E no devido tempo seria formado um governo democrático conservador.

Havia dois fatores dos quais dependia o êxito do golpe e que envolviam os dois principais conspiradores, o general Halder e o general Beck. Halder estava acertado: conseguira com o OKW que ele tivesse conhecimento, pessoalmente, com 48 horas de antecedência, da ordem final de Hitler para atacar a Tchecoslováquia. Isto daria tempo para pôr a conspiração em execução antes que as tropas cruzassem a fronteira tcheca. Desse modo, não apenas ele teria possibilidade de prender Hitler, mas de evitar o passo fatal que conduziria à guerra.

O segundo fator seria o de convencer primeiro os generais e em seguida o povo alemão (durante o julgamento previsto de Hitler) de que um ataque à Tchecoslováquia comprometeria a Inglaterra e a França, e dessa forma precipitaria uma guerra européia, para a qual a Alemanha não estava preparada e com certeza seria perdida. Tal a ideia central de seu memorando do verão e a base de tudo quanto se dispunha fazer: derrubar Hitler para preservar a Alemanha de um conflito europeu, que, acreditava, destruiria o país.

Desgraçadamente para Beck e para o futuro da maior parte do mundo, foi Hitler, e não o recém demitido chefe do Estado-maior geral, quem demonstrou possuir mais sagacidade sobre as possibilidades de uma grande guerra. Beck, um europeu culto, com o sentido da história, não concebia que a França e a Inglaterra pudessem sacrificar voluntariamente seus próprios interesses, não intervindo no caso de um ataque alemão à Tchecoslováquia. Possuía senso histórico, mas não da política contemporânea. Hitler, ao contrário. Agora sentia-se fortalecido em seu raciocínio de que o primeiro-ministro Chamberlain sacrificaria os tchecos em vez de ir à guerra e que, nesse caso, a França não cumpriria as obrigações impostas pelo acordo com Praga.

A Wilhelmstrasse não deixara de prestar atenção aos despachos publicados nos jornais de Nova York, de 14 de maio, nos quais seus correspondentes em Londres se referiam a uma conversa de Chamberlain, no almoço não oficial na residência de lady Astor. O primeiro-ministro inglês, informavam os jornalistas, dissera que nem a Inglaterra, nem a França, nem provavelmente a Rússia, ajudariam a Tchecoslováquia em caso de ataque da Alemanha; que o Estado tcheco não poderia existir em sua forma atual; e que a Inglaterra era favorável, no interesse da paz, à devolução dos Sudetos à Alemanha. Apesar das iradas interpelações na Câmara dos Comuns — perceberam os alemães —, Chamberlain não negara a veracidade dos despachos americanos.

A 1º de junho, o primeiro-ministro falou, até certo ponto não oficialmente, aos correspondentes ingleses, e dois dias mais tarde o Times dedicou o principal de seus editoriais a enfraquecer a posição tcheca. Nele insistia que o governo tcheco garantisse a autodeterminação às minorias do país, “mesmo que isso significasse sua separação da Tchecoslováquia”, e pela primeira vez foi sugerida a realização de plebiscitos para determinar o que os sudetos e os demais desejavam. Poucos dias depois o embaixador alemão em Londres informava a Berlim que o editorial do Times estava baseado nas observações extra-oficiais de Chamberlain e refletia as opiniões do primeiro-ministro. A 8 de junho, o embaixador von Dirksen dizia à Wilhelmstrasse que o governo Chamberlain se dispunha a admitir a separação das zonas sudetas da Tchecoslováquia, desde que isso fosse feito após um plebiscito e “não por medidas violentas de parte da Alemanha”.²⁴

Hitler teve muito prazer em ouvir tudo isso. As notícias de Moscou também não eram más. No fim de junho, Friedrich Werner Count von der Schulenburg, embaixador alemão na Rússia, avisava Berlim de que a União Soviética “difícilmente viria em socorro de um estado burguês”, isto é, a Tchecoslováquia.²⁵ A 3 de agosto, Ribbentrop informava às mais importantes missões diplomáticas alemãs no estrangeiro que existia pouco receio de intervenção na Tchecoslováquia por parte da Inglaterra, da França ou da Rússia.²⁶

Foi nesse dia 3 de agosto que Chamberlain enviou lord Runciman à Tchecoslováquia com a curiosa missão de agir como mediador na crise sudeta. Por casualidade encontrava-me em Praga no dia de sua chegada, e depois de assistir sua entrevista à imprensa e conversar com os membros de sua delegação, anotei em meu diário que “toda a missão de Runciman cheira mal”. Desde quando foi anunciada na Câmara dos Comuns, no dia 26 de julho, esteve acompanhada por uma espécie de impostura do próprio Chamberlain, o que tinha significação excepcional na vida do parlamento inglês. O primeiro-ministro

afirmava que enviou Runciman “atendendo a um pedido do governo da Tchecoslováquia”. A verdade é que Runciman fora imposto à força ao governo tcheco por Chamberlain. Mas existia uma impostura maior e oculta. Todos, inclusive Chamberlain, sabiam que a missão de Runciman para mediar entre o governo tcheco e os sudetos era impossível e absurda. Sabiam que Henlein, o líder sudeto, não era livre nem podia negociar, e que a disputa agora se colocava entre Praga e Berlim. Minhas notas diárias para a primeira noite e os dias subsequentes deixaram claro que os tchecos sabiam muito bem que Runciman fora mandado por Chamberlain para preparar o caminho no sentido de entregar os sudetos a Hitler. Era uma indigna manobra diplomática.

Nesse momento chegava ao fim o verão de 1938. Runciman perdia tempo nos sudetos e em Praga, fazendo cada vez mais gestos de amizade para com os sudetos alemães e aumentando as exigências sobre o governo tcheco, para que concedesse aos sudetos o que pretendiam. Hitler, seus generais e seu Ministério do Exterior estavam febrilmente atarefados. A 23 de agosto, o Führer recepcionou a bordo do navio de carreira Pátria, na baía de Kiel, por ocasião das manobras navais, o almirante Horthy, regente da Hungria, e os membros do governo húngaro. Se quisessem participar do festim tcheco, disse-lhes Hitler, deviam apressar-se: “Quem quiser sentar-se à mesa, deve pelo menos ajudar na cozinha”.²⁷ O embaixador italiano Bernardo Attolico também foi hóspede do barco. Mas quando pretendeu saber de Ribbentrop a data “da ação alemã na Tchecoslováquia”, a fim de que dessa forma Mussolini estivesse preparado, o ministro do Exterior alemão deu-lhe uma resposta evasiva. Os alemães, evidentemente, não confiavam inteiramente na discricção de seu aliado fascista. Da Polônia agora estavam seguros. Por todo o verão, o embaixador von Moltke, em Varsóvia, esteve informando a Berlim que não só a Polônia se recusava a ajudar a Tchecoslováquia, para impedir que a Rússia enviasse tropas e aviões através ou sobre seu território, como também o coronel Józef Beck, ministro do Exterior polonês, lançava os olhos cobiçosos sobre um pedaço do território tcheco, a zona de Teschen. Beck já exibia a funesta insensatez, tão amplamente difundida na Europa nesse verão, que finalmente revelou-se mais desastrosa do que se poderia imaginar.

No OKW (Alto-Comando das forças armadas) e no OKN (Alto-Comando do exército) trabalhava-se intensamente. Os planos finais estavam sendo elaborados para que as forças armadas estivessem preparadas, a fim de se lançarem sobre a Tchecoslováquia no dia 1º de outubro. A 24 de agosto, o coronel Jodl, da OKW, escreveu um memorando urgente para Hitler insistindo em que “a fixação da data exata para o incidente que dará à Alemanha o pretexto para a intervenção militar, é de máxima importância”. O ajustamento do Dia X, explicou, depende

disso.

Nenhuma medida relativa a avanço [adiantou] pode ser tomada antes de X menos 1, para que não haja explicação inocente, pois nesse caso pareceríamos nós os responsáveis pelo incidente (...) Se, por motivos técnicos, a noite for considerada conveniente para o incidente, nesse caso o dia seguinte não poderá ser o Dia X, mas o outro que se seguir (...)

Estas notas têm o objetivo de destacar como é grande o interesse da Wehrmacht no incidente e como ela precisa ser informada, em tempo oportuno, da intenção do Führer — desde que a Seção Abwehr não seja também encarregada de preparar o incidente.28

Os preparativos dos técnicos para a investida sobre a Tchecoslováquia estavam obviamente concluídos ao terminar o verão. Mas e a defesa do Ocidente, caso a França honrasse sua palavra com os tchecos e atacasse? A 26 de agosto, Hitler partiu para uma inspeção às fortificações ocidentais, acompanhado por Jodl, pelo dr. Todt, o engenheiro encarregado da construção da muralha ocidental, por Himmler e vários funcionários do partido. A 27 de agosto, o general Wilhelm Adam, um bávaro rude e talentoso que se encontrava no comando do oeste, juntou-se à delegação e nos dois dias seguintes testemunhou como o Führer ficara intoxicado pela recepção triunfal a ele tributada pelos renanos. Na verdade, Adam não estava impressionado, mas alarmado, e no dia 29, numa cena surpreendente no carro privativo de Hitler, exigiu abruptamente falar com o Führer a sós. Com expressão de escárnio, segundo relato posterior do general, Hitler despediu Himmler e seus companheiros. Adam não desperdiçou palavras, declarando que apesar de todas as fanfarrônicas acerca da muralha ocidental, ele possivelmente não a sustentaria com as tropas a seu dispor. Hitler ficou histérico e tagarelou longamente a respeito da forma pela qual ele fizera a Alemanha mais forte que a Inglaterra e a França juntas.

*“O homem que não manteve estas fortificações”, gritou Hitler, “é um miserável”.**

** Hitler, de acordo com o diário de Jodl, usou a palavra Hundsfott, bem mais pesada.29 Telford Taylor, em Sword and Swastika, faz um relato mais completo baseado nas memórias não publicadas do general Adam.*

Não obstante, dúvidas desse tipo surgiam nos espíritos de outros generais, além de Adam. A 3 de setembro, Hitler convocou os chefes do OKW e do OKN, Keitel e Brauchitsch, a Berghof. Unidades de campanha, combinou-se, deviam tomar posição ao longo da fronteira tcheca a 28 de setembro. Mas o OKW devia

saber até o meio-dia de 27 de setembro quando seria o Dia X. Hitler não estava satisfeito com o plano de operações para o Verde e determinou que fosse modificado em diversos aspectos. Tornou-se claro das notas desse encontro, conservadas pelo major Schmundt, que pelo menos Brauchitsch — já que Keitel era demasiado subserviente para erguer a voz — novamente levantou a questão de como eles iriam manter-se no oeste. Hitler contornou o problema mentindo que ordenara a aceleração das fortificações ocidentais.³⁰

A 8 de setembro, o general Heinrich von Stülpnagel confessou a Jodl — que anotou em seu diário — o seu pessimismo em face da posição militar no oeste. Ficava claro para ambos que Hitler, com o espírito estimulado pelo fanatismo da assembléia do partido em Nuremberg, que acabava de se inaugurar, continuava com a ideia da invasão da Tchecoslováquia, quer a França interviesse ou não. “Devo admitir que me acho bastante preocupado”, escreveu o habitualmente otimista Jodl.

No dia seguinte, 9 de setembro, Hitler chamou Keitel, Brauchitsch e Halder a Nuremberg para uma conferência que começou às 22h e demorou até às 4h da manhã seguinte, conferência que — como Keitel confiou a Jodl, registrou em seu diário — foi extremamente agitada. Halder viu-se numa posição delicada, por ser o homem-chave do conluio para derrubar Hitler no momento de dar a ordem de ataque, ao ter de explicar, com riqueza de pormenores, o plano do Estado-maior geral para a campanha na Tchecoslováquia, e numa situação incômoda, como sucedeu, ao ver Hitler estraçalhá-lo e repreendê-lo, como também a Brauchitsch, pela timidez e incapacidade militares.³¹ Keitel, registrou Jodl no dia 13, ficou “terrivelmente abalado” com sua experiência em Nuremberg e pelo derrotismo evidente nas altas esferas do exército alemão.

Foram feitas acusações ao Führer a respeito do derrotismo no Alto-Comando do exército (...) Keitel afirma que não tolerará no OKW qualquer oficial indulgente com a crítica, com ideias vacilantes e derrotistas (...) O Führer sabe que o comandante do exército (Brauchitsch) tem pedido a seus generais para apoiá-lo, a fim de abrir os olhos do Führer a respeito da aventura na qual está decidido a arriscar-se. Ele mesmo (Brauchitsch) não tem mais influência junto ao Führer.

Assim, prevaleceu uma atmosfera muito fria em Nuremberg e é uma enorme desgraça que o Führer conte com toda a nação atrás de si, salvo os principais generais do exército.

Tudo isso entristecia grandemente a aspiração juvenil de Jodl, que se guiava pela estrela de Hitler.

*Só por meio de ações poderão (esses generais) sanar com honra o dano que causaram por sua falta de firmeza de ideias e de obediência. É o mesmo problema de 1914. Há somente um exemplo de desobediência no exército, que é a dos generais. Ela decorre de sua arrogância. Não mais se acham em condições de acreditar e de obedecer, porque não reconhecem o gênio do Führer. Muitos deles ainda o vêem como o cabo da Primeira Guerra Mundial, mas não como o maior estadista desde a época de Bismark.*³²

Em sua conversa com Jodl a 8 de setembro, o general von Stülpnagel, que mantinha o posto de I Oberquartiermeister no Alto-Comando do exército e participava da conspiração de Halder, solicitara garantias, por escrito, do OKW de que o Alto-Comando do exército receberia aviso da ordem de Hitler para o ataque à Tchecoslováquia com cinco dias de antecedência. Jodl respondera que, em virtude das incertezas do tempo, o aviso antecipado de dois dias era tudo que seria garantido. Isto, entretanto, era suficiente para os conspiradores.

Mas precisavam de garantias de outro gênero: depois de tudo, precisavam ter confirmada a presunção de que a Inglaterra e a França iriam à guerra contra a Alemanha, caso Hitler cumprisse sua resolução de atacar a Tchecoslováquia. Com esta finalidade decidiram enviar elementos dignos de confiança a Londres, não apenas para saber o que o governo inglês pretendia fazer, mas, se necessário, para tentar influir em sua decisão, informando-o de que Hitler resolvera agredir os tchecos numa determinada data do outono e que o Estado-maior geral, tomando conhecimento da data, iria resistir, pois se achava preparado para adotar as medidas mais decisivas para evitar a guerra, caso a Inglaterra permanecesse firme contra Hitler até o fim.

O primeiro desses emissários, escolhido pelo coronel Oster, da Abwehr, foi Ewald von Kleist, que chegou a Londres a 18 de agosto. O embaixador Henderson, em Berlim, que já estava ansioso para dar a Hitler o quanto ele quisesse na Tchecoslováquia, avisou o Ministério do Exterior inglês que “seria imprudente que ele (Kleist) fosse oficialmente recebido”.* Não obstante, sir Robert Vansittart, principal conselheiro diplomático do secretário do Exterior e um dos mais importantes adversários, em Londres, do apaziguamento de Hitler, encontrou-se com Kleist na tarde da sua chegada. E Winston Churchill, ainda no ostracismo político da Inglaterra, recebeu-o no dia seguinte. Aos dois homens, que ficaram impressionados pela sobriedade e sinceridade de seu visitante, Kleist repetiu o que lhe mandaram dizer, acentuando que Hitler marcara uma data para a agressão contra os tchecos e que os generais, a maioria dos quais se lhe opunha, agiriam, mas que um novo apaziguamento britânico com Hitler lhes tiraria a base em que assentavam sua ação. Se a Inglaterra e a França declarassem publicamente que não permaneceriam passivas no momento em que Hitler

lançasse seus exércitos contra a Tchecoslováquia, e se alguns eminentes estadistas ingleses pronunciassem solenes advertências à Alemanha sobre as consequências da agressão nazista, então, por seu turno, os generais alemães providenciariam para deter Hitler.³⁴

** De acordo com um memorando do Ministério do Exterior alemão, de 6 de agosto, Henderson, numa recepção não oficial, tinha observado aos alemães presentes "que a Inglaterra não pensaria em arriscar, sequer, um marinheiro ou aviador pela Tchecoslováquia, e que qualquer solução razoável seria alcançada, contanto que não fosse tentada pela força".³³*

Churchill entregou a Kleist uma vibrante carta para levar de volta à Alemanha, de apoio a seus colegas:

*Estou certo de que o cruzamento da fronteira da Tchecoslováquia pelos exércitos alemães ou pela aviação, em grande número, trará novamente a guerra mundial. Estou tão certo, como no fim de julho de 1914, que a Inglaterra marchará com a França (...) Rogo-vos que não se iludam a respeito (...)**

** Kleist retornou a Berlim a 23 de agosto e mostrou a carta de Churchill a Beck, Halder, Hammerstein, Canaris, Oster e outros participantes da conspiração. Em Nemesi of Power (p. 413), Wheeler-Bennett escreve que, segundo uma informação particular que lhe foi dada depois da guerra por Fabian von Schlabrendorff, Canaris tirou duas cópias da carta, uma para ele mesmo e outra para Beck, e Kleist escondeu o original em sua casa de campo em Schmenzin, na Pomerânia. Foi descoberta ali pela Gestapo depois de 20 de julho de 1944, quando do atentado à vida de Hitler, e contribuiu para a sentença de morte de Kleist ante um Tribunal do Povo, aprovada e executada a 16 de abril de 1945. Na realidade, o conteúdo da carta de Churchill tornou-se conhecido das autoridades alemãs muito mais cedo do que os conspiradores julgavam. Verifiquei isto num memorando do Ministério do Exterior alemão que, embora sem data, sabe-se ter sido apresentado a 6 de setembro de 1938, nele estando a nota: "Extrato de uma carta de Winston Churchill a um confidente alemão."³⁵*

Vansittart recebeu seriamente a advertência de Kleist, a ponto de submetê-la imediatamente tanto ao primeiro-ministro inglês como ao secretário do Exterior, e embora Chamberlain, escrevendo a Halifax, dissesse que se inclinava “a descontar uma boa parte do que ele (Kleist) afirma”, aduziu: “Não tenho certeza de que não devam fazer alguma coisa.”³⁶ O que fez foi convocar o embaixador Henderson, depois de certa publicidade, a Londres, no dia 28 de agosto, “para consultas”.

Instruiu seu embaixador em Berlim para fazer duas coisas: transmitir uma advertência sóbria a Hitler e, em segundo lugar, preparar secretamente “um contato pessoal” entre ele e o Führer. Segundo seu próprio relato, Henderson persuadiu o primeiro-ministro a desistir da primeira proposição.³⁷ Quanto à segunda, Henderson somente podia estar contente em procurar cumpri-la.**

*** "Acredito, honestamente", escreveu o embaixador a lorde Halifax, de Berlim, a 18 de julho, ter "chegado o momento de Praga apertar realmente o parafuso (...) Se Benes não pode satisfazer Henlein, pode não contentar o líder sudeto (...) Temos conseguido ser desagradáveis aos tchecos".³⁸ Parece incrível que até Henderson não soubesse, nessa época, que Henlein era um mero instrumento de Hitler e que recebera instruções dele para ir aumentando suas exigências, de modo a que Beneš não pudesse satisfazê-las. Ver p. 475.*

Foi esse o primeiro passo para Munique e a maior vitória incruenta de Hitler.

Ignorantes da reviravolta de Chamberlain, os conspiradores em Berlim fizeram novas tentativas para advertir o governo inglês. A 21 de agosto, o coronel Oster enviou um agente para informar ao adido militar inglês, em Berlim, da intenção de Hitler de invadir a Tchecoslováquia no fim de setembro. “Se pela atitude firme do exterior Hitler puder ser forçado, na última hora, a renunciar a suas atuais pretensões, não será capaz de sobreviver ao golpe”, disse ao britânico. “De igual modo, se a guerra trouxer a intervenção imediata da França e da Inglaterra, logo sobrevirá a queda do regime.” Henderson dirigiu o aviso devidamente a Londres, mas observou que “evidentemente era faccioso e em grande parte propaganda”. Os óculos do afável embaixador inglês pareciam ter se tornado maiores e mais grossos, à medida que a crise aumentava.

O general Halder sentia que os conspiradores não conseguiam, com suas mensagens, fazer-se entender bem pela Inglaterra, e a 2 de setembro enviou seu próprio emissário, um oficial reformado do exército, o tenente-coronel Hans Böhm-Tettelbach, a Londres, a fim de ligar-se com o Ministério da Guerra inglês e o serviço secreto militar. Embora, de acordo com seu próprio relato, o coronel encontrasse diversos personagens importantes em Londres, parece não ter conseguido impressioná-los.

Finalmente, os conspiradores fizeram uso do Ministério do Exterior alemão e da embaixada, em Londres, num último e desesperado esforço no sentido de induzir a Inglaterra a ficar firme. Theodor Kordt conselheiro da embaixada e *chargé d'affaires*, e Erich, seu irmão mais moço, era chefe da secretaria de Ribbentrop no Ministério do Exterior alemão. Os irmãos eram protegidos do

barão von Weizsäcker, o principal secretário de Estado e indiscutivelmente o cérebro do Ministério do Exterior, homem que depois da guerra fez grande alarde de seu alegado anti-nazismo, mas que serviu a Hitler e Ribbentrop muito bem, quase até o fim. É evidente, contudo, segundo os documentos do Ministério do Exterior apreendidos, que, na época, ele se opunha à agressão contra a Tchecoslováquia, fundamentado nas mesmas razões dos generais: que ela levaria a uma guerra perdida. Com a conivência de Weizsäcker, e após consultas com Beck, Halder e Goerdeler, ficou acertado que Theodor Kordt daria um último aviso a Downing Street. Como conselheiro da embaixada, sua visita às autoridades britânicas não provocaria suspeita.

A informação trazida na tarde de 5 de setembro a sir Horace Wilson, conselheiro confidencial de Chamberlain, afigurou-se tão importante e urgente que ele convidou-o a voltar a Downing Street e ao gabinete do secretário do embaixador britânico. Lá, informou inopinadamente a lorde Halifax que Hitler planejava ordenar a mobilização geral para 16 de setembro, que o ataque à Tchecoslováquia fora fixado o mais tardar para 1º de outubro, e que o exército alemão se achava preparado para golpear Hitler no momento em que a ordem final de ataque fosse dada, o que aconteceria se a Inglaterra e a França se mantivessem firmes. Halifax foi igualmente advertido de que o discurso de Hitler a ser proferido no encerramento do congresso do partido em Nuremberg seria explosivo e poderia precipitar a solução do caso da Tchecoslováquia. Esse seria o momento para a Inglaterra levantar-se contra o ditador.³⁹

Kordt, também, apesar de seu constante contato pessoal com Downing Street e de sua franqueza, nessa ocasião, com o secretário do Exterior, não sabia o que se passava em Londres. Mas teve uma boa ideia, com o aliás todo o mundo, dois dias depois, a 7 de setembro, quando o Times de Londres publicou um famoso editorial:

Talvez valesse a pena o governo tchecoslovaco considerar se convinha rejeitar inteiramente o projeto, que tem sido bem recebido por alguns setores, de fazer da Tchecoslováquia um Estado mais homogêneo, pela separação daquela franja de populações estrangeiras contígua à nação com a qual elas estão unidas pela raça (...). As vantagens para a Tchecoslováquia de tornar-se um Estado homogêneo poderiam compensar consideravelmente as evidentes desvantagens da perda do distrito sudeto alemão da fronteira.

Não se mencionava, no editorial, o óbvio fato de que, cedendo os Sudetos para a Alemanha, os tchecos não só perderiam as defesas montanhosas naturais da Boêmia e sua “linha Maginot” de fortificações, como daí em diante ficariam sem defesa contra a Alemanha nazista.

Embora o Ministério do Exterior britânico se apressasse a negar que o editorial representasse as opiniões do governo, Kordt telegrafou a Berlim, no dia seguinte, julgando possível que “ele proviesse de uma sugestão levada à redação do Times pelo pessoal da entourage do primeiro-ministro”. Bem possível, na verdade!

Nestes anos de crise crescente que antecederiam a Segunda Guerra Mundial, é difícil recordar a terrível e quase insuportável tensão que se apoderou das capitais da Europa à medida que a assembléia do partido, em Nuremberg, que se iniciara a 6 de setembro, se aproximava do seu clímax, a 12 de setembro, quando Hitler faria o discurso de encerramento para proclamar ao mundo sua decisão final de paz ou de guerra com a Tchecoslováquia. Naquela semana encontrava-me em Praga, o centro da crise, e parecia estranho que a capital tcheca, apesar da violência desencadeada pelos alemães nos Sudetos, das ameaças de Berlim, da pressão dos governos britânico e francês para que se rendesse, do temor de que pudesse ficar abandonada, estava mais calma do que nunca, pelo menos exteriormente.

A 5 de setembro, o presidente Benes, percebendo que era necessário um passo decisivo de sua parte para salvar a paz, convocou os líderes sudetos Kundt e Sebekovsky ao Palácio Hradschin e lhes disse que pusessem no papel todas as suas exigências. Tudo que quisessem lhes daria. “Meu Deus”, exclamou o líder dos sudetos, Karl Hermann Frank, no dia seguinte, “eles nos concederam tudo”. Mas aquilo era a última coisa que os políticos sudetos e seus patrões em Berlim queriam. A 7 de setembro, Henlein, por instruções da Alemanha, rompeu todas as negociações com o governo tcheco. Dera a desculpa esfarrapada de uma alegada violência da polícia tcheca em Moravská Ostrava.

A 10 de setembro, Göring fez um discurso belicoso na reunião do partido em Nuremberg. “Um trecho insignificante da Europa está hostilizando a raça humana (...) Essa raça de pigmeus miseráveis [os tchecos] está oprimindo um povo culto, e atrás se encontra Moscou e a eterna máscara do demônio judeu.” Mas uma alocução de Benes radiodifundida no mesmo dia não tomou conhecimento da diátribe de Göring. Foi um apelo digno à calma, à boa vontade e à confiança mútua.

Sob a superfície, contudo, havia tensão entre os tchecos. Corri para o dr. Benes no estúdio da Rádio Tcheca, após seu discurso. Notei que sua face estava séria e que parecia ter plena consciência da terrível posição em que se encontrava. A estação ferroviária Wilson e o aeroporto achavam-se repletos de judeus, buscando desesperadamente condução para lugares mais seguros. Nesse fim de semana máscaras contra gás foram distribuídas à população. Noticiava-se de

Paris que o governo francês começava a ficar em pânico ante a perspectiva de guerra, e despachos de Londres indicavam que Chamberlain pensava em medidas desesperadas para atender às reivindicações de Hitler — naturalmente à custa dos tchecos.

E, assim, toda a Europa aguardava, a 12 de setembro, a palavra de Hitler, de Nuremberg. Não obstante brutal e bombástico, e destilando peçonha contra o Estado tcheco, e especialmente contra o presidente Benes, o discurso do Führer, feito para uma massa delirante de fanáticos nazistas reunidos num estádio imenso, na última noite do congresso do partido, não significou uma declaração de guerra. Adiou sua decisão, publicamente pelo menos, pois como sabemos pelos documentos alemães capturados, ele já havia preparado para 1º de outubro o cruzamento da fronteira tcheca. Simplesmente exigiu que o governo tcheco concedesse justiça aos alemães sudetos. Do contrário, a Alemanha teria de obrigá-lo a fazê-la.

As repercussões da explosão de Hitler foram consideráveis. Inspirou nos Sudetos uma revolta, que após dois dias de luta selvagem o governo tcheco sufocou, enviando tropas e declarando a lei marcial. Henlein fugiu pela fronteira alemã e proclamou que a única solução agora consistia em ceder as zonas sudetas à Alemanha.

Essa foi a solução, que ganhava o beneplácito de Londres, como vimos, mas que antes devia conseguir a concordância da França. No dia seguinte ao discurso de Hitler, 13 de setembro, o gabinete francês reuniu-se todo o dia, ficando inutilmente dividido na discussão sobre se devia honrar seus compromissos com a Tchecoslováquia no caso de um ataque alemão, que se acreditava iminente. Nessa noite, o embaixador britânico em Paris, sir Eric Philips, saiu apressadamente da Opéra Comique para uma conferência urgente com o primeiro-ministro Daladier, que apelara para Chamberlain tentar imediatamente a melhor barganha possível com o ditador alemão.

Chamberlain, pode-se supor, necessitava de pouca incitação. Às 23h dessa mesma noite o primeiro-ministro inglês expediu uma mensagem urgente para Hitler:

Em face da crescente situação crítica, proponho uma entrevista com Vossa Excelência, com o objetivo de procurar encontrar uma solução pacífica. Proponho partir por via aérea; estou pronto para seguir amanhã.

É favor indicar o momento, o mais cedo possível, que poderei ser recebido e

sugerir o local do encontro. Agradecerei uma pronta resposta.40

Duas horas antes, o *chargé d'affaires* alemão em Londres, Theodor Kordt, telegrafara para Berlim que o secretário de imprensa de Chamberlain lhe informara que o primeiro-ministro “achava-se preparado para examinar as propostas alemãs de largo alcance, incluindo o plebiscito, para tomar parte em sua realização e advogá-las publicamente.41

A rendição, que iria culminar em Munique, começara.

Chamberlain em Berchtesgaden: 15 de setembro de 1938

“Graças a Deus!” (Ich bin von Himmel gefallen), Hitler exclamou quando leu a mensagem de Chamberlain.42 Ficou aturrido, mas bastante contente e lisonjeado, com o fato de o homem que presidia os destinos do poderoso império britânico vir fazer-lhe súplicas: um homem que contava 69 anos de idade e jamais viajara de avião se dispunha a fazer um longo vôo de sete horas a Berchtesgaden, na mais distante extremidade da Alemanha. Hitler não se dignou nem mesmo a sugerir um lugar de encontro no Reno, que teria encurtado a viagem pela metade.

Qualquer que fosse o entusiasmo do povo inglês,* que parecia acreditar que o primeiro-ministro se dispunha a fazer a longa viagem para conseguir aquilo que Mr. Asquith e Sir Edward Grey não tinham alcançado em 1914 — advertir a Alemanha de que qualquer agressão contra uma pequena potência lançaria contra ela não somente a França, mas também a Inglaterra —, Hitler percebeu, como os documentos confidenciais alemães e os acontecimentos subsequentes deixaram claro, que a atitude de Chamberlain era providencial para ele. Já avisado pelo embaixador alemão, em Londres, de que o governante britânico estava disposto a defender “propostas da mais alta importância”, o Führer ficou mais convencido de que a visita de Chamberlain representava uma nova confirmação de que, como acreditara durante muito tempo, a Inglaterra e a França não interviriam em favor da Tchecoslováquia. O primeiro-ministro não permanecera com ele mais que uma hora, mais ou menos, antes que essa avaliação da situação se tornasse uma certeza.

** Até os críticos mais severos da política exterior de Chamberlain, na imprensa e no parlamento britânicos, aplaudiram calorosamente a ida do primeiro-ministro a Berchtesgaden. O laureado poeta John Masefield compôs um poema, verdadeiro hino de louvor, intitulado "Neville Chamberlain", publicado no Times de 16 de setembro.*

A princípio houve uma escaramuça diplomática, embora Hitler, como de costume, não fizesse mais que falar.⁴³ Chamberlain chegara ao aeroporto de Munique ao meio-dia de 15 de setembro, dirigindo-se em carro aberto para a estação ferroviária e aí embarcando num trem especial para uma viagem de três horas até Berchtesgaden. Teve oportunidade de ver trens e mais trens de tropas e artilharia alemães passando em sentido oposto. Hitler não foi ao encontro de seu trem em Berchtesgaden, mas esperou no alto de Berghof para saudar seu distinto hóspede. Começara a chover, o céu escureceu e as nuvens ocultavam as montanhas, lembrou mais tarde dr. Schmidt, o intérprete alemão. Eram 16h, e Chamberlain se pusera a caminho desde a madrugada.

Depois do chá, Hitler e Chamberlain subiram ao gabinete do Führer no segundo andar, o mesmo aposento em que o ditador recebera Schuschnigg há sete meses. Por insistência do embaixador Henderson, Ribbentrop ficara afastado da conversação; essa exclusão irritou o pretensioso ministro do Exterior a tal ponto que se recusou a fornecer ao primeiro-ministro as notas de Schmidt sobre a conferência — singular mas típica descortesia —, e Chamberlain, em consequência, foi forçado a recorrer à memória sobre o que ele e Hitler disseram.

Hitler iniciou a conversação, como fazia em seus discursos, com uma longa tirada a respeito de tudo quanto havia realizado em favor do povo alemão, pela paz e a reaproximação anglo-alemã. Havia no momento um problema que estava decidido a resolver de “uma forma ou de outra”. Os três milhões de alemães na Tchecoslováquia deviam retornar ao Reich.*

Ele não desejava [de acordo com o relato oficial de Schmidt] que houvesse qualquer dívida quanto à sua determinação absoluta de não tolerar, por mais tempo, que um país de segunda categoria pudesse tratar o poderoso e milenar Reich alemão como algo inferior (...). Contava 49 anos e se a Alemanha viesse a ser envolvida numa guerra mundial por causa da questão tchecoslovaca, ele pretendia dirigir seu país através da crise com toda a energia (...) Lamentaria, naturalmente, se uma guerra mundial resultasse dessa questão. Esse perigo, entretanto, não o demoveria de sua determinação (...) Faria face a qualquer guerra, inclusive a mundial, por ela. O restante do mundo poderia fazer o que lhe aprouvesse. Não modificaria um passo.

** Tanto em sua conversação com Hitler como em sua comunicação à Câmara dos Comuns, Chamberlain, cujo conhecimento da história alemã parece não ter sido muito grande, aceitou o falso emprego da palavra retornar: Os sudetos alemães tinham pertencido à Áustria, e nunca à Alemanha.*

Chamberlain, que mal conseguira articular uma palavra — homem de infinita paciência —, nesse momento viu que era demais, e interrompeu-o para dizer: “Se o Führer está disposto a resolver esse assunto pela força, sem esperar nem mesmo uma discussão entre nós, qual a razão de minha vinda? Perdi meu tempo.”

O ditador alemão não estava habituado a tais interrupções — até então nenhum alemão ousara fazer tal coisa —, e o aparte de Chamberlain parece ter produzido efeito. Hitler acalmou-se. Achava que poderiam “abordar a questão, e que talvez um ajuste pacífico fosse possível, apesar de tudo”. Lançou então sua proposta.

Concordaria a Inglaterra com a secessão da região sudeta, ou não? (...)

Uma secessão na base do direito de autodeterminação?

A proposta não chocou Chamberlain. Na verdade, ele exprimiu satisfação por “irem ao âmago do assunto”. Segundo o próprio relato de Chamberlain, de memória, ele replicou que não poderia comprometer-se enquanto não consultasse os gabinetes inglês e francês. De acordo com a versão de Schmidt, baseada em suas próprias notas taquigráficas, as quais foram tomadas enquanto trabalhava como intérprete, Chamberlain disse realmente isso, mas também que “ele podia afirmar pessoalmente que reconhecia o princípio de separação das áreas sudetas (...) Desejava regressar à Inglaterra para informar ao governo e assegurar a aprovação à sua posição pessoal”.

Dessa rendição em Berchtesgaden, tudo o mais foi consequência.

É evidente que não veio a ser surpresa para os alemães. Nesse mesmo momento do encontro de Berchtesgaden, Henlein redigia em Eger uma carta secreta a Hitler, datada de 15 de setembro, exatamente antes de fugir através da fronteira para a Alemanha:

Meu Führer:

Comuniquei ontem à delegação britânica [Runciman] que a base para futuras negociações (...) tinha de ser o estabelecimento de uma união com o Reich.

É provável que Chamberlain proponha tal união.⁴⁴

No dia seguinte, 16 de setembro, o Ministério do Exterior alemão enviou telegramas confidenciais a suas embaixadas em Washington e outras capitais:

*O Führer disse ontem a Chamberlain estar finalmente resolvido a pôr termo, de uma forma ou de outra, dentro de breve prazo, às condições intoleráveis nos sudetos. A autonomia para alemães sudetos já não é considerada, mas apenas a cessão da região à Alemanha. Chamberlain demonstrou aprovação pessoal. Nesse instante, consulta o gabinete britânico e se comunica com Paris. Encontro posterior entre Führer e Chamberlain está projetado para futuro muito próximo.*⁴⁵

No final de sua conferência, Chamberlain conseguiu uma promessa de Hitler de que não tomaria qualquer iniciativa militar até que conferenciassem novamente. Nesse período, o primeiro-ministro manifestava grande confiança na palavra do Führer, observando, privadamente, um dia ou dois depois: “Apesar da dureza e implacabilidade que penso ter visto em sua face, tive a impressão de que ali estava um homem em quem se podia confiar quando desse a palavra.”⁴⁶

Enquanto o líder britânico acalentava tão confortadoras ilusões, Hitler prosseguia em seus planos militares e políticos para a invasão da Tchecoslováquia. O coronel Jodl, em nome do OKW, elaborou com o Ministério da Propaganda aquilo que descrevia em seu diário como “preparativos conjuntos para a refutação de nossas próprias violações da lei internacional”. Devia ser uma guerra implacável, pelo menos por parte dos alemães, e a missão do dr. Goebbels consistia em justificar os excessos nazistas. O plano de mentiras foi elaborado com grande minúcia.⁴⁷ A 17 de setembro, Hitler designou um oficial do Estado-maior do OKW para auxiliar Henlein, que agora atuava em nova sede, num castelo de Dondorf, nos arredores de Bayreuth, para organizar o Exército Livre dos Sudetos, equipado com armas austríacas. A ordem de Hitler era para que “os distúrbios e choques” com os tchecos fossem mantidos.

18 de setembro, dia que Chamberlain passou reunido com seu gabinete e o gabinete francês para tratar de sua política de capitulação, foi um dia muito atarefado para Hitler e seus generais. Foi expedida a liberação prevista para cinco exércitos, o 2º, o 8º, o 10º, o 12º e o 14º, compreendendo 36 divisões, incluindo três blindadas. Hitler confirmou igualmente a escolha dos comandantes de dez exércitos. O general Adam, a despeito de sua rebeldia, foi mantido no Alto-Comando do oeste. Para surpresa geral, dois dos conspiradores foram convocados da reserva e nomeados para dirigir exércitos: o general Beck, o 1º Exército, e o general Hammerstein, o 4º Exército.

Também prosseguiram os preparos políticos para o golpe final contra a Tchecoslováquia. Os documentos capturados do Ministério do Exterior alemão estão repletos de informações relativas à crescente pressão sobre a Hungria e a Polônia para participarem dos despojos. Até os eslovacos foram estimulados a

entrar na maquinação. A 20 de setembro, Hitler insistiu com eles para formularem “mais intensamente” suas exigências pela autonomia. No mesmo dia, recebeu o primeiro-ministro Imredy e o ministro do Exterior Kanya da Hungria, e censurou-os pela hesitação revelada em Budapeste. Um memorando dava extensa informação sobre o encontro.

Antes de tudo, o Führer repreendeu os húngaros pela atitude indecisa da Hungria. Ele, o Führer, estava disposto a resolver a questão tcheca mesmo com o risco de guerra mundial (...) Estava convencido [entretanto] de que nem a Inglaterra nem a França interviriam. Era a última oportunidade da Hungria de unir-se a ele. Do contrário, não ficaria em posição de propor uma palavra a favor dos interesses húngaros. Em sua opinião, a melhor coisa seria destruir a Tchecoslováquia (...) Apresentou dois pedidos aos húngaros: (1) que a Hungria reclamasse imediatamente um plebiscito nos territórios reivindicados, e (2) que ela não garantisse qualquer proposta de novas fronteiras para a Tchecoslováquia.⁴⁸

Chegando até onde podia com Chamberlain, Hitler, como deixou claro aos húngaros, não pretendia admitir sequer um traço da Tchecoslováquia para existir por muito tempo. Quanto ao primeiro-ministro inglês:

O Führer declarou que apresentaria as exigências alemãs a Chamberlain com brutal franqueza. Em sua opinião, a ação do exército seria a única forma de solução satisfatória. Havia, porém, o perigo de os tchecos se submeterem a todas as exigências.

Esse perigo acompanhava o ditador em todos os encontros subsequentes com o confiante primeiro-ministro inglês.

Incitado por Berlim, o governo polonês, a 21 de setembro, reclamou dos tchecos um plebiscito no distrito de Teschen, onde havia numerosa minoria polonesa, e enviou tropas para a fronteira da zona. No dia seguinte, o governo húngaro fez o mesmo. Nesse dia, apoiado por destacamentos das S.S. alemãs, ocupou as cidades tchecas fronteiriças de Asch e Eger, que se projetavam pelo território alemão. Efetivamente, o 22 de setembro fora um dia tenso em toda a Europa, pois nessa manhã Chamberlain embarcou novamente para a Alemanha a fim de conferenciar com Hitler. É necessário agora examinar brevemente o que o primeiro-ministro fizera em Londres no intervalo de suas visitas ao Führer.

No seu regresso a Londres na noite de 16 de setembro, Chamberlain convocou uma reunião do gabinete para dar a conhecer a seus ministros as reivindicações de Hitler. Lorde Runciman foi chamado de Praga para fazer suas sugestões.

Ficaram assombrados. Runciman, em seu afã de apaziguar os alemães, foi mais longe que Hitler. Advogava a transferência para a Alemanha dos territórios de predominância sudeta, sem se incomodar com um plebiscito. Recomendava firmemente abafar toda a crítica à Alemanha na Tchecoslováquia, “de partidos ou pessoas”, por meio de medidas legais. Insistiu em que a Tchecoslováquia, se bem que despojada de suas barreiras montanhosas e fortificações — e desse modo deixada ao abandono —, podia, no entanto, “tanto remodelar suas relações exteriores como dar garantias aos vizinhos de que em nenhuma circunstância os atacaria ou se meteria em qualquer ação agressiva contra eles, como decorrência de suas obrigações com outros Estados”. Runciman até concordava nesse momento com o perigo de agressão de um Estado tcheco remanescente contra a Alemanha nazista, o que parece incrível. Mas suas fantásticas recomendações aparentemente causaram profunda impressão ao gabinete britânico e serviram à intenção de Chamberlain de ir ao encontro das exigências de Hitler.*

** Embora os pontos principais das recomendações de Runciman fossem apresentados na noite de 16 de setembro, o relatório propriamente não foi feito senão no dia 21, e publicado somente a 28, quando os acontecimentos o tinham tornado de interesse apenas acadêmico. Wheeler-Bennett afirma que certas partes do relatório dão a impressão de terem sido escritas depois de 21 de setembro. Quando Runciman deixou Praga na manhã de 16 de setembro, ninguém, nem mesmo Hitler ou os líderes sudetos, tinham ido ao extremo de sugerir que os Sudetos deviam ser entregues à Alemanha sem plebiscito. (Wheeler-Bennett, Munique, p. 111-12. O texto do relatório de Runciman está no Livro Branco britânico, cmd. 5847, Nº 1).*

O premier Daladier e seu ministro do Exterior, Georges Bonnet, chegaram a Londres no dia 18 de setembro, para consultas com o gabinete inglês. Nada se pensou quanto à participação dos tchecos nas conversações. O inglês e o francês, ansiosos por evitar a guerra a qualquer preço, desperdiçaram pouco tempo no acordo sobre as propostas conjuntas que os tchecos teriam de aceitar. Todos os territórios ocupados com mais de 50% de sudetos alemães deviam ser devolvidos à Alemanha, para assegurar “a manutenção da paz e a salvaguarda dos interesses vitais da Tchecoslováquia”. De sua parte, a Inglaterra e a França concordavam em unir-se, ‘como garantia internacional das novas fronteiras (...), contra a agressão não provocada’. Essa garantia substituiria os tratados de assistência mútua que o Estado tcheco mantinha com a França e a Rússia. Tal foi a fácil saída encontrada para a França que, como revelaria o curso dos acontecimentos, estava disposta a superar Chamberlain no trabalho de apaziguamento de Hitler. E sob a direção de Bonnet, eles o agarraram. Passaram então à linguagem hipócrita.

Tanto o governo francês como o britânico [disseram aos tchecos numa nota formal] reconhecem o quanto é enorme o sacrifício requerido desse modo do governo tcheco em favor da causa da paz. Em virtude, porém, de ser essa causa comum tanto para a Europa em geral quanto para a própria Tchecoslováquia em particular, sentem de seu dever unir-se para estabelecer francamente as condições essenciais para assegurá-la.

Eles estavam, também, com pressa. O ditador alemão não podia esperar.

O primeiro-ministro deve reiniciar as conversações nunca depois de quarta-feira [21 de setembro], e mais cedo se possível. Achamos que devemos pedir a resposta o quanto antes.⁴⁹

Dessa forma, ao meio-dia de 19 de setembro, os embaixadores britânico e francês em Praga apresentaram conjuntamente as propostas anglo-francesas ao governo tcheco, as quais foram rejeitadas no dia seguinte, por intermédio de uma nota digna, explicando profeticamente que sua aceitação significava colocar, “mais cedo ou mais tarde, a Tchecoslováquia sob a dominação da Alemanha”. Após lembrar à França suas obrigações e também as consequências que da posição francesa na Europa podiam advir para os tchecos, a resposta propunha submeter toda a questão sudeta à arbitragem, de acordo com os termos do tratado germânico-tcheco de 16 de outubro de 1925.*

** É digno de menção que nem o governo britânico nem o francês publicaram o texto dessa nota tcheca, quando mais tarde deram a conhecer os documentos justificativos da orientação que levaram a Munique.*

Mas os franceses e os ingleses não se achavam dispostos a admitir isso que se chama santidade dos tratados, para interferir no curso do que haviam estabelecido. Mal a nota de rejeição fora recebida pelos enviados inglês e francês em Praga, às 17h do dia 12, já o ministro britânico, sir Basil Newton, avisou o ministro do Exterior tcheco, dr. Kamil Krofta, de que se o governo tcheco a ela se apegasse a Inglaterra se desinteressaria do destino do país. Monsieur De Lacroix, o embaixador francês, associou-se a essa declaração, em nome da França.

Nesse ínterim, em Londres e em Paris a nota tcheca era recebida com má vontade. Chamberlain convocou uma reunião secreta de seu gabinete e fez uma ligação telefônica com Paris para conversar com Daladier e Bonnet durante a noite. Combinaram que ambos os governos submeteriam Praga à nova pressão, dizendo aos tchecos que se eles não transigissem não poderiam esperar ajuda da França ou da Inglaterra.

Nessa ocasião o presidente Benes compreendeu que estava sendo abandonado por seus supostos amigos, e empreendeu um esforço final para ligar-se pelo menos à França. Pouco depois das 20h do dia 12, por intermédio do dr. Krofta, ele submeteu a questão vital a Lacroix: honraria ou não a França sua palavra com a Tchecoslováquia no caso de um ataque alemão? E quando, às 2:15h de 21 de setembro, Newton e Lacroix despertaram Benes para que retirasse sua nota de rejeição e lhe declararam que se isso não fosse feito e as propostas anglo-francesas não fossem aceitas a Tchecoslováquia teria que lutar só, o presidente solicitou ao embaixador francês que o fizesse por escrito. Possivelmente já se havia considerado perdido, mas tinha o olhar na história.*

** A impostura de Bonnet nessa conjuntura está para ser considerada numa história da Alemanha. Entre outras coisas, conseguiu convencer os gabinetes ministeriais britânico e francês da mentira de que o governo tcheco queria que o francês dissesse que não poderia lutar, a fim de que a Tchecoslováquia tivesse uma boa desculpa para capitular. Sobre isto ver Munique, de Wheeler-Bennett; Herbert Ripka, Munique, Before and After; Pertinax, The Grave Diggers of France.*

Durante todo o dia seguinte, 21 de setembro, Benes, sofrendo de fadiga, sem dormir e tendo de enfrentar a mistificação e o desastre, promoveu consultas com seu gabinete, com os líderes do partido e o Alto-Comando do exército. Haviám demonstrado coragem em face das ameaças do inimigo, mas começavam a sucumbir ante a deserção dos amigos e aliados. E a respeito da Rússia? Por casualidade o comissário do Exterior soviético, Litvinov, naquele mesmo dia fazia um discurso em Genebra reiterando que a União Soviética chamou o embaixador russo em Praga, que sustentou o que seu ministro do Exterior dissera. Infelizmente para os tchecos, verificaram que o pacto com a Rússia permitia a vinda dos soviets em sua ajuda sob a condição de que a França fizesse o mesmo. E a França renegara.

No fim da tarde de 21 de setembro, o governo tcheco capitulou e aceitou o plano anglo-francês. “Não temos outra escolha, pois fomos abandonados”, explicou um amargo comunicado do governo. Benes, particularmente, disse-o em termos mais sucintos: “Fomos vilmente traídos.” No dia seguinte, o gabinete renunciou e o general Jan Sirovy, inspetor geral do exército, tornou-se o chefe de um novo “governo de concentração nacional”.

Chamberlain em Godesberg: 22-23 de setembro

Embora Chamberlain tivesse cedido a Hitler em tudo o que ele pedira em seu

encontro de Berchtesgaden, ambos estavam intranquilos ao se defrontarem na pequena cidade do Reno, Godesberg, na tarde de 22 de setembro. O encarregado de negócios alemão, depois de assistir à partida do primeiro-ministro no aeroporto de Londres, correu para telegrafar a Berlim: “Chamberlain e sua delegação saíram cheios de ansiedade (...) Inquestionavelmente está crescendo a oposição à política de Chamberlain.”

Hitler se mostrava profundamente nervoso. Na manhã do dia 20 eu almoçava no terraço do hotel Dreesen, onde teriam lugar as conversações, quando Hitler desceu pela encosta do rio para inspecionar seu iate. Parecia ter um tique característico. A cada poucos passos ele levantava o ombro direito nervosamente, sua perna esquerda estancava assim que ele o fazia. Tinha mau aspecto, manchas negras debaixo dos olhos. Parecia estar, como anotei em meu diário, nessa noite, no limiar de um colapso nervoso. “Teppichfresser! (comedor de tapete) murmurou meu companheiro alemão, um editor que verdadeiramente desprezava secretamente os nazistas. E explicou que Hitler estava com verdadeira mania contra os tchecos nos últimos dias, que por mais de uma vez perdera completamente o controle de si mesmo e se atirara ao solo, mastigando a borda do tapete. Daí o termo “comedor de tapete”. Na noite anterior, enquanto conversava com alguns mercenários do partido em Dreesen, ouvi a expressão aplicada ao Führer. Em murmúrio, naturalmente.⁵⁰

Apesar de suas dúvidas acerca do crescimento da oposição à sua política na própria Inglaterra, Chamberlain aparentava magnífico espírito ao chegar em Godesberg, e dirigiu-se pelas ruas decoradas tanto com a suástica como com a bandeira inglesa ao centro de suas atividades em Petershof, um hotel em forma de castelo no alto de Petersberg, muito acima do lado oposto [direito] do Reno. Viera para cumprir tudo o que Hitler tinha exigido em Berchtesgaden, e ainda mais. Restavam apenas os pormenores a elaborar e, para esse fim, trouxera em sua companhia juntamente com sir Horace William Strang (perito do Ministério do Exterior para a Europa Oriental), o chefe do departamento de redação e jurídico do Ministério do Exterior, sir William Malkin.

Ao entardecer, o primeiro-ministro cruzou o Reno num barco até o hotel Dreesen,* onde Hitler o aguardava. Desta feita, a princípio pelo menos, Chamberlain falou tudo. Isto durou mais de uma hora, a julgar pelas extensas notas da reunião, tomadas pelo dr. Schmidt.⁵¹ O primeiro-ministro, depois de explicar que por intermédio de sucessivas e “laboriosas negociações” conseguira ganhar não somente os gabinetes britânico e francês, mas também convencer o governo tcheco a aceitar as exigências do Führer, prosseguiu descrevendo em grandes minúcias os meios pelos quais tinham conseguido isso. Aceitando o

conselho de Runciman, achava-se neste instante preparado para ver os sudetos voltarem à Alemanha sem plebiscito. Quanto às áreas misturadas, seu futuro seria determinado por uma comissão de três membros, um alemão, um tcheco e um neutro. Além disso, os tratados de assistência mútua da Tchecoslováquia com a França e a Rússia, tão detestados pelo Führer, seriam substituídos por uma garantia internacional contra um ataque provocado à Tchecoslováquia, que no futuro “teria de ser completamente neutra”.

** Foi deste hotel, construído por Herr Dreesen, velho nazista companheiro de Hitler, que ele planejara, na noite de 29 para 30 de junho de 1934, matar Rohm e efetuar o Expurgo Sangrento. O Führer buscava frequentemente o hotel como lugar de refúgio, onde ordenaria seus pensamentos e superaria as hesitações.*

Tudo parecia simples, razoável e lógico ao negociante inglês amigo da paz em que se convertera o primeiro-ministro Chamberlain. Aguardou com evidente satisfação, como afirmou uma das testemunhas oculares, pela reação de Hitler.

— Devo entender que os governos britânico, francês e tcheco concordaram em transferir os Sudetos da Tchecoslováquia para a Alemanha? — indagou Hitler.* Estava estarelecido, como disse mais tarde Chamberlain, com concessões tão extensas e tão rápidas.

— Sim — respondeu sorrindo o primeiro-ministro.

— Estou terrivelmente triste — asseverou Hitler —, porque depois dos acontecimentos destes dias, esse plano já não serve para mais nada.

** Hitler sabia que os tchecos aceitaram as propostas anglo-francesas. Jodl anotou em seu diário que às 11:30h de 21 de setembro, um dia antes da chegada de Chamberlain a Godesberg, recebera um chamado telefônico do ajudante do Führer: "O Führer recebeu há cinco minutos notícias de que Praga afirma concordar incondicionalmente." Às 12:45h, anotou Jodl, "os chefes de departamento são instruídos a prosseguir a preparação do Verde, não obstante tudo estar pronto para uma penetração pacífica".⁵² Entretanto, é possível que Hitler não conhecesse os termos do plano anglo-americano, até que o primeiro-ministro lhe tivesse explicado.*

Chamberlain, lembrou depois o dr. Schmidt, levantou-se de repente. Sua face de coruja inflamou-se de surpresa e cólera. Mas, aparentemente, não ressentido pelo fato de ter sido enganado por Hitler, pois ele, como um vulgar chantagista, aumentava suas exigências no momento preciso em que elas eram aceitas. O

primeiro-ministro relatou os sentimentos que teve nesse momento, numa comunicação feita à Câmara dos Comuns poucos dias mais tarde:

Não desejo que esta Casa pense que Hitler estava me enganando deliberadamente. Não julgo assim neste instante. Mas esperava que quando voltasse a Godesberg, apenas tinha de discutir tranquilamente com ele as propostas que levaria. De forma que foi um profundo choque para mim quando me foi dito (...) que essas propostas eram inaceitáveis (...).

Chamberlain viu o edifício de paz, que havia tão “laboriosamente” construído à custa dos tchecos, ruir como um castelo de cartas. Achava-se, disse a Hitler, “tanto desapontado como confundido. Podia afirmar que o Führer conseguira dele aquilo que exigira”.

A fim de alcançar isso, ele [Chamberlain] arriscara toda a carreira política (...) Estava sendo acusado por certos círculos na Inglaterra de ter vendido e traído a Tchecoslováquia, de se ter rendido aos ditadores, e ao deixar a Inglaterra nessa manhã ele realmente fora vaiado.

Mas o Führer não se comoveu com os apuros pessoais do primeiro-ministro inglês. Os Sudetos, reclamava, deviam ser ocupados pela Alemanha imediatamente. O problema “precisa ser completa e definitivamente resolvido até 1º de outubro, o mais tardar”. Tinha um mapa à mão para indicar quais os territórios a serem cedidos imediatamente.

E assim, com o espírito “cheio de pressentimentos”, como mais tarde afirmou à Câmara dos Comuns, Chamberlain cruzou o Reno de volta, para “considerar sobre o que fazer”. Parecia haver tão pouca esperança naquela noite! Depois de ter consultado, por telefone, seus colegas de gabinete e os membros do governo francês, ficou combinado que Londres e Paris informariam ao governo tcheco, no dia seguinte, de que eles não continuariam com a responsabilidade de aconselhá-lo a não se mobilizar.*

** A mobilização tcheca começou às 22:30h de 23 de setembro.*

Às 19:20h dessa noite, o general Keitel telefonou de Godesberg ao quartel-general do exército: “A data [do Dia X] ainda não pode ser confirmada. Continuem os preparativos de acordo com o plano. Se vier a ocorrer o Caso Verde, não será antes de 30 de setembro. Caso seja possível mais cedo, provavelmente será improvisado.”⁵³

O próprio Adolf Hitler encontrava-se diante de um dilema. Embora

Chamberlain não soubesse, o propósito real do Führer, como fixara em diretiva ao OKW, era “destruir a Tchecoslováquia pela ação militar”. Aceitar o plano anglo-francês, com o qual os tchecos já haviam concordado, embora com relutância, não somente entregaria a Hitler seus Sudetos alemães, como também destruiria de fato o Estado tcheco, desde que o deixasse sem defesa. Mas isso se daria sem ação militar, e o Führer se decidira não só a humilhar o presidente Benes e o governo tcheco, que tanto o haviam ofendido em maio, mas igualmente revelar a fraqueza das fortificações das potências ocidentais. Para isso, pelo menos uma ocupação militar era necessária. Seria sem sangue, mas devia ser feita, e serviria para vangloriar-se da arrogância dos tchecos.

Não houve nenhum contato posterior entre os dois homens na noite de 22 de setembro. Mas depois de consultar o travesseiro e passar as primeiras horas da manhã em seu terraço sobre o Reno, Chamberlain a seguir almoçou e escreveu uma carta a Hitler. Ele submeteria as novas exigências alemãs aos tchecos, mas não julgava que pudessem aceitá-las. Com efeito, ele não tinha dúvida de que os tchecos resistiriam violentamente a uma ocupação imediata pelas tropas alemãs. Mas estava disposto a sugerir a Praga, desde que todos os partidos haviam concordado em transferir os Sudetos para a Alemanha, que os sudetos alemães por si mesmos mantivessem a lei e a ordem em sua região até que o Reich se apoderasse dela.

Hitler nem se dignou a ouvir tal compromisso. Depois de manter o primeiro-ministro esperando durante a maior parte do dia, finalmente respondeu com uma nota contendo uma diatribe, recitando novamente todos os erros dos tchecos contra os alemães, e se recusando novamente a modificar sua posição. Concluiu que a guerra “parece ser agora a solução”. A réplica de Chamberlain foi breve. Solicitava que Hitler escrevesse suas novas exigências “acompanhadas de um mapa” e o encarregasse “como mediador”, para enviá-las a Praga. “Não vejo que outro serviço mais posso fazer aqui”, concluiu. “Proponho, assim, regressar à Inglaterra.”

Antes, veio novamente a Dreesen para uma reunião final com Hitler, que começou às 22:30h de 23 de setembro. Hitler apresentou suas exigências sob a forma de memorando, com um mapa anexo. Chamberlain defrontou-se com um novo prazo. Os tchecos deviam iniciar a evacuação do território cedido às 8h de 26 de setembro — dentro de dois dias — e completá-la a 28 de setembro.

— Mas isto não é nada mais que um ultimato! — exclamou Chamberlain.

— De nenhuma forma — Hitler replicou. Quando Chamberlain retrucou que a

palavra alemã *Diktat* era aplicada ao caso, Hitler respondeu: — Não é, absolutamente, um *Diktat* Veja: os documentos estão encabeçados pela palavra Memorando.

Nesse momento um ajudante trouxe uma mensagem urgente para o Führer. Passou os olhos sobre ela e transferiu-a a Schmidt, que servia de intérprete: “Leia isto para o sr. Chamberlain.”

Schmidt leu: “Benes acaba de anunciar pelo rádio a mobilização geral na Tchecoslováquia.”

A sala, lembrou tempos depois Schmidt, ficou num silêncio mortal. Então Hitler falou: “Agora, naturalmente, todo o assunto está resolvido. Os tchecos não pensam ceder nenhum território à Alemanha.”

Chamberlain, segundo as anotações de Schmidt, não concordou. Na realidade, houve uma discussão furiosa.

Os tchecos haviam-se mobilizado primeiro [disse Hitler]. Chamberlain contestou-o: a Alemanha havia sido a primeira a mobilizar-se (...) O Führer negou que a Alemanha estivesse mobilizada.

E assim continuaram as conversações até as primeiras horas da manhã. Finalmente, depois que Chamberlain indagara se o memorando alemão “significava realmente sua última palavra”, e Hitler respondera afirmativamente, o primeiro-ministro

replicou que não havia razão para prosseguir nas conversações. Havia feito o máximo. Seus esforços fracassaram. Saía com o coração constrangido, pois as esperanças com que tinha vindo à Alemanha foram destruídas.

O ditador alemão não queria que Chamberlain se livrasse do engodo. Respondeu com uma concessão.

“Vossa excelência é um dos raros homens a quem jamais fiz isto”, disse jovialmente. “Estou disposto a estabelecer uma única data para a evacuação tcheca: 1º de outubro, se ela facilitar sua tarefa.” E assim dizendo, pegou um lápis e mudou ele mesmo as datas. Isto, naturalmente, não era de todo uma concessão. Primeiro de outubro de há muito fora estabelecido como o Dia X.*

* *O memorando reclamava a retirada, a 1º de outubro, de todas as forças*

armadas tchecas, incluindo a polícia, etc., de vastas áreas indicadas num mapa com marcas vermelhas. Um plebiscito devia determinar o futuro das áreas marcadas de verde. Todas as instalações militares nos territórios evacuados deviam ser deixadas intactas. Todo material de transporte e comercial, “especialmente o material rodante do sistema ferroviário”, devia ser entregue aos alemães sem dano.”Finalmente, os gêneros alimentícios, as mercadorias, gado, matérias-primas, etc., não deviam ser transferidos.”⁵⁴ As centenas de milhares de tchecos dos Sudetos não podiam levar seus objetos domésticos nem seu gado.

Mas isso parece ter impressionado o primeiro-ministro. “Apreciei imensamente”, Schmidt recordou haver ele dito, “a consideração do Führer nesse ponto”. Não obstante, acrescentou, não se encontrava em condições de aceitar ou recusar as propostas. Poderia apenas transmiti-las.

O gelo, contudo, fora quebrado. E ao terminar a reunião, à 1:30h, os dois homens pareciam, a despeito de tudo que acontecera, estar mais próximos um do outro do que em qualquer momento desde que se encontraram. Eu mesmo, de um ponto estratégico a 10 metros de distância da barraca do porteiro, onde instalara provisoriamente meu estúdio de rádio, observei quando se despediam perto da porta do hotel. Fiquei chocado com a mútua cordialidade. Schmidt escreveu as palavras que eu não podia ouvir.

Chamberlain ofereceu suas cordiais despedidas ao Führer. Disse que tinha o sentimento de que a confiança mútua crescera entre ele e o Führer como resultado das conversações dos últimos dias (...) Não deixava de esperar que as dificuldades da crise atual seriam superadas e, assim, ficaria contente de discutir outros problemas com o Führer, com o mesmo espírito.

O Führer agradeceu as palavras de Chamberlain e afirmou que mantinha as mesmas esperanças. Como já expressara diversas vezes, o problema tcheco era a última reivindicação territorial que tinha a fazer na Europa.

A renúncia a futuras conquistas territoriais parece ter impressionado o primeiro-ministro que partia, pois em sua comunicação subsequente à Câmara dos Comuns acentuou que Hitler a tinha feito “com grande seriedade”.

Quando Chamberlain chegou a seu hotel, às 2h da madrugada, um jornalista perguntou: “A situação é desesperadora, sir?”

“Não gostaria de dizer isso”, respondeu o primeiro-ministro. “Agora depende dos tchecos.”⁵⁵

Não lhe ocorreu, é evidente, que também dependia dos alemães, com suas exigências absurdas.

De fato, antes que o primeiro-ministro retornasse a Londres, a 24 de setembro, procurou fazer aquilo que informara a Hitler não estar em condições de cumprir: persuadir o gabinete britânico a aceitar as novas exigências nazistas. Mas agora tinha pela frente uma oposição inesperada. Duff Cooper, o primeiro-lorde do Almirantado, objetou-o com firmeza. Surpreendentemente, também lorde Halifax, embora com relutância. Chamberlain não poderia vencer seu gabinete. Nem poderia convencer o governo francês, que no dia 24 rejeitou o memorando de Godesberg e no mesmo dia ordenou uma mobilização parcial.

Quando os ministros franceses, encabeçados pelo premier Daladier, chegaram a Londres no domingo, 25 de setembro, os dois governos receberam um pedido do governo tcheco para rejeitarem formalmente as propostas de Godesberg.* Para o francês só restava afirmar que honraria sua palavra e iria em ajuda da Tchecoslováquia se ela fosse atacada. Mas tinha de saber se a Inglaterra faria o mesmo. Finalmente encurralado, pelo menos assim parecia, Chamberlain concordou em comunicar a Hitler que se a França se empenhasse numa guerra com a Alemanha, em consequência de obrigações contraídas com os tchecos, a Inglaterra se sentiria obrigada a apoiá-la.

** A resposta tcheca é um documento profético e comovedor. As propostas de Godesberg, diz, "despojam-nos de toda garantia de nossa existência nacional".⁵⁶*

Mas primeiro faria um último apelo ao ditador alemão. Hitler deveria proferir um discurso no Palácio dos Esportes, em Berlim, a 26 de setembro. A fim de induzi-lo a não romper suas ligações, Chamberlain rabiscou novamente uma carta a Hitler e na tarde do dia 26 mandou a Berlim seu fiel auxiliar, sir Horace Wilson, que saiu velozmente para a capital alemã em avião especial.

Na partida de Chamberlain de Dreesen, nas primeiras horas de 24 de setembro, os alemães estiveram mergulhados na escuridão. Agora que a guerra parecia estar diante deles, alguns pelo menos não gostaram. Demorei-me na sala de espera do hotel até que terminasse a última ceia. Göring, Goebbels, Ribbentrop, o general Keitel e outros personagens secundários, conversavam animadamente. Pareciam aturdidos com a perspectiva da guerra.

Em Berlim, depois daquele dia, encontrei esperanças revividas. Na Wilhelmstrasse, o sentimento era de que desde que Chamberlain, com toda sua

autoridade de primeiro-ministro da Inglaterra, concordara em apresentar as novas exigências de Hitler a Praga, devia-se presumir que o líder britânico apoiava as propostas de Hitler. Como vimos, a suposição era inteiramente correta, como ficou demonstrado mais tarde.

Domingo, 25 de setembro, fazia um encantador dia de verão indiano em Berlim, quente e ensolarado, e já que seria indiscutivelmente o último desse fim de semana do outono, metade da população correu para os lagos e bosques que rodeavam a capital. Apesar das informações sobre a raiva de Hitler, ao ouvir que o ultimato de Godesberg fora recusado por Paris, Londres e Praga, não havia sensação de crise crescente nem de histeria beligerante em Berlim. “Difícilmente se acreditaria que haveria guerra”, anotei em meu diário nessa noite.*

** Ao fim das entrevistas de Godesberg, os correspondentes ingleses e franceses e o principal correspondente europeu do New York Times, que era um cidadão inglês, escapuliram para as fronteiras belga, francesa e holandesa, pois nenhum deles desejava ser internado em caso de guerra.*

Na segunda-feira seguinte houve uma súbita mudança para pior. Às 17h, sir Horace Wilson, acompanhado do embaixador Henderson e Ivone Kirkpatrick, primeira secretária da embaixada inglesa, chegou à chancelaria conduzindo a carta de Chamberlain.⁵⁷ Encontrou o Führer num horrível estado de espírito. Possivelmente se preparava para proferir um discurso apropriado no Palácio dos Esportes, dentro de três horas.

Quando o dr. Schmidt começou a traduzir a carta, que dizia que o governo tcheco informara ao primeiro-ministro que o memorando de Godesberg era “completamente inaceitável”, exatamente como advertira em Godesberg, Hitler, segundo Schmidt, de repente levantou-se, gritando: “Não tem nenhum sentido qualquer futura negociação!” e saiu precipitadamente pela porta.⁵⁸

Foi uma cena penosa, disse o intérprete alemão. “Pela primeira e única vez em minha presença, Hitler perdeu inteiramente a cabeça.” E de acordo com os ingleses presentes, o Führer, que logo voltou à sua cadeira, continuou a interromper a leitura da carta aos gritos, “os alemães estão sendo tratados como negros (...) A 12 de outubro terei a Tchecoslováquia onde eu quiser. Se a França e a Inglaterra estiverem decididas a lutar, lutaremos (...). Não lhes dou a menor importância”.

Uma vez que os tchecos estavam dispostos a conceder a Hitler o que ele

queria, as áreas sudetas, Chamberlain propusera a imediata convocação dos representantes tchecos e alemães para estabelecer, “por meio de acordo, a forma como o território tinha de ser entregue”. Acrescentava que se dispunha a enviar representantes ingleses à reunião. A resposta de Hitler foi de que ele negociaria os pormenores com os tchecos se eles aceitassem, de antemão, o memorando de ocupação alemã dos Sudetos até 1º de outubro. Devia obter uma resposta afirmativa, disse, dentro de 24 horas — até as 14h do dia 28 de setembro.

Nessa noite, Hitler rompeu as amarras, ou assim nos pareceu, ao ouvirmos, com espanto, sua explosão alucinada no apinhado Palácio dos Esportes em Berlim. Berrando e com voz estridente, numa crise de paroxismo como jamais se tinha visto, atirou insultos rancorosos e pessoais a “Herr Benes”, declarou que a guerra e a paz dependiam do presidente tcheco e que, em qualquer caso, ele possuiria os Sudetos a 1º de outubro. Fora de si como se encontrava, com sua furiosa torrente de palavras e com as ensurdecedoras saudações da multidão, foi bastante astuto para lançar uma isca ao primeiro-ministro inglês. Agradeceu os esforços de Chamberlain pela paz e reiterou que essa era a sua última reivindicação territorial na Europa. “Não queremos tchecos!”, murmurou desdenhosamente.

Durante a arenga eu estava sentado num balcão exatamente acima de Hitler, tentando, sem grande êxito, transmitir pela rádio a tradução de suas palavras.

Anotei em meu diário nessa noite:

(...) Pela primeira vez nesses anos, observei que ele esta noite parecia ter perdido completamente o controle de si mesmo. Quando se sentou, Goebbels levantou-se de um salto e gritou ao microfone: “Uma coisa é certa: 1918 jamais se repetirá!” Hitler olhou para ele, com expressão ansiosa e violenta nos olhos, como se aquelas fossem as palavras que ele estivesse procurando durante toda a tarde e não as encontrasse completamente. Saltou e, com um lampejo fanático nos olhos que jamais esquecerei, ergueu sua mão direita e com um grande gesto golpeou a mesa, gritando com toda a força de seus pulmões: “Sim!” Depois afundou na poltrona, exausto.

Estava completamente recuperado quando recebeu sir Horace Wilson, pela segunda vez, no dia seguinte, 27 de setembro, ao meio-dia. O enviado especial, um homem sem preparo diplomático, mas que estava ansioso como o primeiro-ministro, se não mais, de entregar os Sudetos ao ditador se este os aceitasse pacificamente, chamou a atenção de Hitler para uma declaração especial feita por Chamberlain em Londres pouco depois da meia-noite, em resposta ao

discurso do Führer no Palácio dos Esportes. Em virtude da falta de confiança do chanceler nas promessas tchecas, o governo britânico, dizia Chamberlain, se consideraria “moralmente responsável” no sentido de as promessas tchecas serem cumpridas “total e firmemente, e com toda a rapidez razoável”. Acreditava que o chanceler não recusaria sua proposta.

Mas Hitler não revelou interesse nela. Disse que não tinha nenhuma nova mensagem para sr. Chamberlain. Agora dependia dos tchecos. Aceitariam ou recusariam suas exigências. Se rejeitassem, gritou furiosamente: “Eu destruirei a Tchecoslováquia!” Continuava a repetir a ameaça com evidente prazer.

Aparentemente isso foi demais, incluindo para o acomodaticio Wilson, que se levantou e disse: “Neste caso, estou certo de que o primeiro-ministro fará a seguinte declaração: ‘Se a França, em cumprimento de suas obrigações, vier a empenhar-se ativamente em hostilidades contra a Alemanha, a Inglaterra se sentirá obrigada a apoiá-la.’”

“Apenas posso tomar nota dessa posição”, Hitler respondeu com alguma veemência. “Isto significa que se a França decidir atacar a Alemanha, a Inglaterra se sentirá obrigada a atacá-la também.”

Quando sir Horace replicou que não tinha dito isso, que dependia de Hitler, sobretudo, haver paz ou guerra, o Führer, entusiasmado nesse instante por tão pouca coisa, gritou: “Se a França e a Inglaterra lutarem, deixam-nas! É assunto completamente indiferente para mim. Hoje é quarta-feira. Na próxima segunda-feira estaremos em guerra.”

Segundo as notas oficiais de Schmidt, da reunião, Wilson aparentemente desejava prosseguir na conversação, mas foi advertido pelo embaixador Henderson para desistir. Isto não impediu o inexperiente enviado especial de trocar a sós uma palavra como o Führer assim que o encontro terminou. “Tentarei fazer com que os tchecos sejam sensíveis”,* assegurou a Hitler, ao que ele respondeu que “acolheria bem isso”. Talvez, Hitler deve ter pensado, Chamberlain ainda pudesse ser persuadido a tornar novamente os tchecos sensíveis. Nessa noite, efetivamente, sentou-se e ditou ao primeiro-ministro uma carta astuciosamente bem-feita.

** A afirmação de Wilson foi feita, em inglês, no original das notas alemãs de Schmidt.*

Havia razões de sobra para escrevê-la. Muito havia ocorrido em Berlim e em

outros lugares durante o dia 27 de setembro.

Às 13h, pouco depois da partida de Wilson, Hitler emitiu uma ordem “extremamente secreta” dirigida às unidades de assalto, abrangendo 21 regimentos reforçados, ou sete divisões, para tomarem o rumo de suas áreas determinadas, a fim de se lançarem nos pontos da fronteira tcheca. “Devem estar prontos”, dizia a ordem, “para iniciar a ação contra o Verde a 30 de setembro, sendo que a decisão será tomada com um dia de antecedência, ao meio-dia.” Poucas horas mais tarde uma nova mobilização disfarçada foi ordenada pelo Führer. Entre outras medidas, cinco novas divisões foram mobilizadas para o Ocidente.⁵⁹

Mas, mesmo com Hitler prosseguindo com seus movimentos militares, houve acontecimentos durante o dia que o fizeram vacilar. A fim de agitar certa histeria de guerra entre a população, Hitler deu instruções para o desfile de uma divisão motorizada pela capital, ao escurecer — hora em que centenas de milhares de berlinenses se derramariam de seus escritórios para as ruas. O desfile representou um terrível fracasso — pelo menos para o comandante supremo. O bom povo de Berlim simplesmente não queria ser lembrado da guerra. Em seu diário anotei a cena surpreendente.

Fui para a esquina da Linden onde a coluna [de tropas] estava contornando a Wilhelmstrasse e esperava ver uma tremenda demonstração. Pensava nas cenas que lera, de 1914, quando multidões entusiásticas nessa mesma rua atiravam flores nos soldados em desfile, e as moças corriam para eles e os beijavam (...) Mas hoje elas mergulhavam nos metrô, recusavam-se a olhá-los, e o punhado que permanecia nas calçadas estava inteiramente silencioso (...). Foi a mais chocante demonstração contra a guerra que vi.

Ante a incitação de um policial, caminhei da Wilhelmstrasse para a Reichskanzlerplatz, onde Hitler se encontrava num balcão da chancelaria, passando em revista as tropas.

(...) Ali não se achavam duas centenas de pessoas. Hitler olhou sombrio, depois furioso, e logo saiu, deixando suas tropas em parada sem revista. O que vi nessa noite quase reacendeu um pouco de fê no povo alemão. Estava inteiramente contra a guerra.

Na chancelaria havia novas más notícias vindas do exterior. Um despacho de Budapeste dizia que a Iugoslávia e a Romênia comunicaram ao governo húngaro que se mobilizariam militarmente contra a Hungria se ela atacasse a Tchecoslováquia. Isto espalharia a guerra nos Bálcãs, coisa que Hitler não

desejava.

As notícias de Paris eram mais graves. Do adido militar alemão veio um telegrama com a marca de “muito urgente”, dirigido não somente ao Ministério do Exterior, mas ao OKW e ao Estado-maior geral. Avisava que a mobilização parcial da França chegava a um total “que eu calculo, no fim de seu desenvolvimento, em cerca de 65 divisões sobre a fronteira alemã no sexto dia de mobilização”. Contra tal força os alemães contavam, como Hitler sabia, com apenas uma dúzia de divisões, sendo metade delas unidades de reserva de valor duvidoso. Além disso, telegrafou o adido militar alemão, “parece provável que no caso de medidas beligerantes por parte da Alemanha (...) um ataque imediato terá lugar, com toda probabilidade, da Baixa Alsácia e da Lorena em direção ao Maine”.

Finalmente, informava o oficial alemão, os italianos não faziam absolutamente nada para reter as tropas francesas na fronteira franco-italiana.⁶⁰ Mussolini, o valoroso aliado, parecia estar abandonando Hitler numa hora crucial.

Ademais, o presidente dos Estados Unidos e o rei da Suécia estavam se intrometendo. No dia anterior, a 26 de setembro, Roosevelt endereçou um apelo para Hitler ajudar a manter a paz. Embora Hitler tivesse respondido dentro de 24 horas, afirmando que a paz dependia unicamente dos tchecos, chegou outra mensagem do presidente americano no curso desse dia, quarta-feira, 27, sugerindo uma conferência imediata de todas as nações diretamente interessadas e insinuando que se a guerra irrompesse o mundo atribuiria a responsabilidade a Hitler.⁶¹

O rei da Suécia, fiel amigo da Alemanha, como tinha provado durante a guerra de 1914-18, era mais franco. No período da tarde, um despacho chegado a Berlim do embaixador alemão em Estocolmo, dizia que o rei o convocara apressadamente para dizer que, a menos que Hitler prorrogasse seu prazo de 12 de outubro por dez dias, a guerra mundial irromperia, a Alemanha seria a única culpada disso e, além do mais, inevitavelmente a perderia, “em face da atual combinação de potências”. No ar frio e neutro de Estocolmo, o arguto rei foi capaz de avaliar a situação militar pelo menos mais objetivamente do que os dirigentes do governo em Berlim, Londres e Paris.

O presidente Roosevelt, talvez por necessidade, em vista do sentimento americano, debilitara seus dois apelos para a paz ao acentuar que os Estados Unidos não interviriam numa guerra nem sequer assumiriam obrigações “no desenvolvimento das atuais negociações”. O embaixador alemão em

Washington, Hans Dieckhoff, julgou, contudo, indispensável enviar um telegrama “muito urgente” a Berlim durante o dia. Avisava que se Hitler recorresse à força e encontrasse resistência da Inglaterra, tinha razão de supor “que todo o peso dos Estados Unidos seria jogado em larga escala ao lado da Inglaterra”. E o embaixador, habitualmente um homem tímido quando em face do Führer, acrescentava: “Considero meu dever destacar isto muito fortemente.” Não desejava que o governo alemão caísse no mesmo erro de apreciação que fizera acerca dos Estados Unidos em 1914.

E Praga? Havia qualquer sinal de enfraquecimento ali? Pela noite chegou um telegrama do coronel Toussaint, adido militar alemão, para o OKW: “Calma em Praga. As últimas medidas de mobilização cumpridas (...) O total dos convocados estimado em um milhão; exército de oitocentos mil (...)”⁶² Eram tantos homens preparados quantos possuía a Alemanha para as duas frentes. Os tchecos e os franceses juntos ultrapassavam os alemães em mais de dois para um.

Tendo de fazer face a esses fatos e acontecimentos e não tendo dúvidas quanto às palavras de despedida de Wilson, ao caráter de Chamberlain e ao extremo temor da guerra do primeiro-ministro inglês, Hitler decidiu, nessa noite de 27 de setembro, ditar uma carta ao chefe do governo inglês. O dr. Schmidt, chamado para traduzi-la para o inglês, teve a sensação de que o ditador retrocedia “de um passo extremo”. Talvez Hitler tivesse conhecimento de que a ordem, se emitida nessa noite, provocaria a mobilização da esquadra britânica. O almirante Räder conseguiu avistar-se com o Führer às 22h, e é possível que a marinha alemã soubesse do movimento inglês, feito às 20h e publicamente anunciado às 23:38h, do que Räder informou Hitler pelo telefone. De qualquer forma, quando o almirante chegou, fez um apelo ao Führer para não ir à guerra.

O que Hitler sabia nesse instante é que Praga estava desafiadora, Paris se mobilizava rapidamente, Londres enrijecia, seu próprio povo estava apático, seus generais mais eminentes completamente contra ele, e que seu ultimato com as propostas de Godesberg expirava às 14h do dia seguinte.

Sua carta estava magnificamente calculada ao apelar para Chamberlain. De tom moderado, negava que suas propostas “esbulhariam a Tchecoslováquia da garantia de sua existência” ou que suas tropas não se limitariam a parar nas linhas de demarcação. Ele estava pronto a negociar os pormenores com os tchecos; estava disposto a “dar uma garantia formal para o restante da Tchecoslováquia”. Os tchecos resistiram simplesmente porque esperavam, com a ajuda da Inglaterra e da França, dar início a uma guerra europeia. Não obstante, ele não fecharia as portas às últimas esperanças de paz.

*Devo deixar ao vosso julgamento [concluiu] se, em face desses fatos, considerais que deveis continuar vossos esforços (...) para aniquilar tais manobras e trazer o governo de Praga à razão no último momento.*⁶³

A 11ª hora

A carta de Hitler, telegrafada com urgência a Londres, chegou a Chamberlain às 22:30h de 27 de setembro, no fim de um dia atarefado para o primeiro-ministro.

As inquietadoras notícias que sir Horace Wilson, chegado a Londres no princípio da tarde, trouxera do seu segundo encontro com Hitler, impeliram Chamberlain e seu gabinete secreto à ação. Ficou decidido mobilizar a esquadra, convocar a força aérea auxiliar e declarar estado de emergência. Trincheiras já estavam sendo cavadas nos parques e praças para proteção contra bombardeios, e a remoção das crianças das escolas de Londres começava.

Igualmente, o primeiro-ministro prontamente enviou uma mensagem ao presidente Benes, em Praga, avisando que sabia de Berlim, “claramente, que o exército alemão receberá ordens de cruzar a fronteira tchecoslovaca imediatamente, se até amanhã [28 de setembro], às 14h, o governo tcheco não tiver aceitado as condições alemãs”. Mas tendo honradamente avisado os tchecos, Chamberlain não podia abster-se de preveni-los, na última parte de sua mensagem, de “que a Boêmia seria invadida pelo exército alemão e nenhuma potência ou potências seriam capazes de salvar seu país e seu povo desse destino. Isto continua verdadeiro qualquer que seja o resultado de uma guerra mundial”.

Chamberlain dessa forma colocava a responsabilidade da paz ou da guerra não nas mãos de Hitler, mas nas de Benes. E emitia uma opinião militar que, como vimos, julgava igualmente irresponsáveis os generais alemães. Entretanto, adicionava no fim de sua mensagem, não assumiria a responsabilidade de dizer aos tchecos o que deviam fazer. Isto dependia deles.

Dependeria mesmo? Benes não tivera tempo de responder ao telegrama quando um segundo chegou, no qual Chamberlain se esforçava para dizer aos tchecos o que fazer. Propunha que aceitassem uma limitada ocupação militar alemã a 12 de outubro, e que uma comissão de fronteiras alemã-tcheca-inglesa depois estabelecesse, rapidamente, o resto das áreas a serem entregues aos alemães.* E o primeiro-ministro acrescentava um outro aviso:

A alternativa deste plano seria a invasão e o desmembramento do país pela

*força, e a Tchecoslováquia, embora pudesse surgir um conflito que provocaria incalculável perda de vidas, não seria reconstituída em suas fronteiras qualquer que fosse o resultado da guerra.*⁶⁴

** Essas propostas foram também transmitidas pelo embaixador Henderson ao Ministério do Exterior alemão às 23h, com o pedido de que fossem imediatamente submetidas a Hitler.*

Os tchecos foram dessa forma avisados por seus amigos (a França associou-se às últimas propostas) de que, mesmo se eles e seus aliados derrotassem os alemães numa guerra, a Tchecoslováquia teria de entregar os Sudetos à Alemanha. A dedução era clara: “Por que mergulhar a Europa numa guerra, já que os Sudetos estão perdidos de qualquer forma para vocês?”

Às 20:30h o primeiro-ministro expôs à nação, pelo rádio, a extraordinária situação.

Como é horrível, fantástico, incrível, que possamos estar cavando trincheiras (...) aqui, por causa de uma disputa num país distante, entre povos de quem nada sabemos! (...)

Hitler conseguira “a essência do que pretendia”. A Inglaterra se ofereceu para garantir que os tchecos aceitariam a coisa como se apresentava.

Não hesitaria nem mesmo em fazer uma terceira visita à Alemanha se julgasse possível conseguir algo (...).

Por mais que possamos simpatizar com uma pequena nação posta à frente de uma grande e poderosa vizinha, não podemos em nenhuma hipótese comprometer-nos em envolver todo o império britânico numa guerra simplesmente por causa dela. Se tivermos de lutar, será por assunto mais importante que esse (...).

Sou um homem de paz até o mais profundo de minha alma. Um conflito armado entre nações é um pesadelo para mim; mas se eu estivesse convencido de que qualquer nação mantém a ideia de dominar o mundo pelo medo da força, penso que se deveria resistir a ela. Sob tal jugo, a vida para o povo que acredita na liberdade não valeria a pena ser vivida; mas que a guerra é uma coisa medonha e devemos ver bastante claro, antes de nos empenharmos nela, quais as grandes soluções que estão em jogo.

Wheeler-Bennett recordou que nessa noite, depois de ouvir esse discurso pelo rádio, a maioria do povo inglês foi dormir acreditando que a Inglaterra e a

Alemanha estariam em guerra dentro de 24 horas.⁶⁵ Mas o povo honrado não sabia o que acontecia em Downing Street até alta noite.

Às 22:30h chegou a carta de Hitler. Foi a salvação, à qual o primeiro-ministro avidamente se agarrou. Respondeu ao Führer:

Após a leitura de sua carta, tenho a certeza de que podeis conseguir o essencial sem guerra e sem demora. Estou disposto a ir imediatamente a Berlim para discutir convosco e os representantes do governo tcheco, juntamente com os representantes da França e da Itália, se for de vosso desejo, os ajustes sobre a transferência. Sinto-me convencido de que podemos alcançar o acordo dentro de uma semana. Não posso acreditar que tomareis a responsabilidade de iniciar uma guerra mundial, que pode significar o fim da civilização, por causa de alguns dias de demora na solução desse problema de longa duração.⁶⁶

Um telegrama foi também remetido a Mussolini pedindo-lhe para insistir junto ao Führer na aceitação desse plano e concordar em se fazer representar na reunião sugerida.

A ideia de uma conferência fora acalentada no espírito do primeiro-ministro por certo tempo. Já em julho, sir Nevile Henderson a tinha sugerido por sua iniciativa, num despacho para Londres. Sugerira que as quatro potências, Alemanha, Itália, Inglaterra e França, resolvessem o problema sudeto. Mas tanto o embaixador como o primeiro-ministro foram advertidos pelo Ministério do Exterior inglês de que seria difícil excluir outras potências da participação nessa conferência.⁶⁷ As “outras potências” eram a Rússia, que tinha um pacto de assistência mútua com Praga, e a Tchecoslováquia. Chamberlain regressou de Godesberg convencido — de modo completamente correto — de que Hitler jamais consentiria em qualquer reunião que incluísse a União Soviética. Nem o próprio primeiro-ministro desejava a presença dos russos. Mas estava claro, mesmo para os mais mesquinhos espíritos na Inglaterra, que, em caso de guerra com a Alemanha, a participação da União Soviética ao lado do Ocidente seria de imenso valor, como Churchill repetidamente procurou demonstrar ao chefe do governo inglês, opinião que escapara, parece, ao primeiro-ministro. Tinha, como vimos, recusado uma proposta soviética para uma conferência depois do Anschluss, a fim de discutir os meios que pudessem impedir nova agressão alemã. Apesar da garantia de Moscou à Tchecoslováquia e do fato de que naquele momento preciso Litvinov proclamava que a Rússia a honraria, Chamberlain não tinha a intenção de permitir que os soviets interferissem na sua solução de manter a paz pela entrega dos Sudetos a Hitler.

Mas até quarta-feira, 28 de setembro, ainda não chegara ao ponto de pensar na exclusão dos tchecos de uma conferência. Na realidade, no dia 25, depois de Praga rejeitar as exigências de Godesberg, o primeiro-ministro chamou Jan Masaryk, embaixador tcheco em Londres, e propôs que a Tchecoslováquia concordasse com as negociações “para uma conferência internacional de que a Alemanha, a Tchecoslováquia e outras potências participariam. No dia seguinte o governo tcheco aceitou a ideia. E, como acabamos justamente de ver, em sua mensagem a Hitler no fim da noite do dia 27, Chamberlain especificara que “os representantes da Tchecoslováquia” seriam incluídos na conferência, que propusera, com a Alemanha, Itália, França e Inglaterra.

A Quarta-feira Negra e a conspiração de Halder contra Hitler

Uma profunda sombra pairava sobre Berlim, Praga, Londres e Paris, ao amanhecer a Quarta-feira Negra, de 28 de setembro. A guerra parecia inevitável.

“Uma Grande Guerra dificilmente poderá ser evitada por muito tempo”, Jodl citou isto como tendo sido dito por Göring nessa manhã. “Pode durar sete anos e nós a venceremos.”⁶⁸ Continuava em Londres a escavação de trincheiras, a remoção das crianças das escolas, o esvaziamento dos hospitais. Em Paris havia disputa por lugares nos trens congestionados que deixavam a cidade, e o tráfego de veículos para fora da capital achava-se obstruído. Cenas semelhantes ocorriam na Alemanha Ocidental. Jodl escreveu em seu diário, nessa manhã, informações de refugiados alemães das regiões fronteiriças. Às 14h, o prazo limite de Hitler para a aceitação, pela Tchecoslováquia, das propostas de Godesberg chegou ao fim. Não havia sinal de que Praga as aceitara. Entretanto, outros sinais existiam: grande atividade na Wilhelmstrasse; frenéticas idas e vindas dos embaixadores francês, inglês e italiano. Mas disso, na verdade, a opinião pública e os generais alemães continuavam ignorantes.

Para alguns dos generais, e sobretudo para o general Halder, chefe do Estado-maior geral, chegara o momento de efetivar seu conluio para afastar Hitler e salvar a Pátria de ser atirada numa guerra européia que, eles sabiam, seria perdida. Durante o mês de setembro, os conspiradores, de acordo com os últimos relatos dos sobreviventes,* ocuparam-se em elaborar seus planos.

** São os relatos de primeira mão de Halder, Gisevius e Schacht.⁶⁹ Cada um deles contém muito de confuso e contraditório, e em alguns pontos se contradizem. Recorde-se que esses três homens, que tinham começado a servir o regime nazista, estavam ansiosos, depois da guerra, para provar sua*

oposição a Hitler e seu amor à pátria.

Erich Kordt, chefe da secretaria de Ribbentrop no Ministério do Exterior, foi também um importante conspirador que sobreviveu à guerra. Em Nuremberg redigiu um extenso relatório acerca dos acontecimentos de setembro de 1938, que se tornou precioso para este autor.

O general Halder estava em íntima ligação com o coronel Oster e o seu chefe no Abwehr, o almirante Canaris, que procurou acompanhar os movimentos políticos de Hitler e do serviço secreto. Os conspiradores, como vimos, avisaram Londres da decisão tomada por Hitler de atacar a Tchecoslováquia no fim de setembro e pediram ao governo britânico para deixar claro que a Inglaterra, junto com a França, responderia à agressão alemã com a força armada. Por alguns meses, o general von Witzleben, que comandava o distrito militar de Berlim e forneceria a maior parte das tropas executoras do golpe, hesitara, por suspeitar que Paris e Londres secretamente deram a Hitler liberdade de ação no leste e, conseqüentemente, não iriam à guerra por causa da Tchecoslováquia, ponto de vista compartilhado por diversos outros generais e que Hitler e Ribbentrop haviam estimulado. Se isto fosse verdade, a trama para depor Hitler, na opinião de generais como Witzleben e Halder, não tinha sentido. Pois, nessa fase do Terceiro Reich, empenhavam-se apenas em afastar Hitler para evitar uma guerra européia que a Alemanha não tinha possibilidade de vencer. Se não houvesse efetivamente o risco de uma grande guerra, se Chamberlain fosse entregar a Hitler o que ele queria na Tchecoslováquia sem guerra, então não tinham por que tentar fazer uma revolta.

Para assegurar aos generais do que pretendiam a França e a Inglaterra, o coronel Oster e Gisevius organizaram para o general Halder e o general von Witzleben um encontro com Schacht, que, além de gozar de prestígio na hierarquia militar, como o homem que financiou o rearmamento alemão e ainda estava no Ministério, era considerado um perito nos assuntos britânicos. Schacht garantiu-lhes que os ingleses lutariam no caso de Hitler recorrer às armas contra os tchecos.

As notícias que chegaram a Erich Kordt, um dos conspiradores, tarde da noite de 13 de setembro no Ministério do Exterior alemão, eram de que Chamberlain se propunha urgentemente “a vir logo por via aérea”, a fim de encontrar uma solução pacífica para a crise tcheca. Isto causara consternação no campo dos conspiradores. Contavam com o retorno de Hitler, do congresso do partido em Nuremberg, no dia 14 e, segundo Kordt, planejavam realizar o Putsch nesse dia ou no seguinte. Mas o Führer não regressou à capital.* Em vez disso, foi para

Munique e no dia 14 prosseguiu para Berchtesgaden, onde esperava a visita do primeiro-ministro inglês no dia posterior.

** Há enorme confusão entre os historiadores e mesmo entre os conspiradores a respeito do paradeiro de Hitler, de 13 a 14 de setembro. Churchill, baseado num memorando do general Halder, afirma que Hitler chegou a Berlim, vindo de Berchtesgaden, "na manhã de 14 de setembro", e que Halder e Witzleben, ao saberem disso, "decidiram dar o golpe às 20h dessa mesma noite". Desistiram da operação, segundo seu relato, quando verificaram, às 16h, que Chamberlain voava para Berchtesgaden, (Churchill, *The Gathering Storm*, p. 312). Mas a versão de Halder — e daí a de Churchill — é positivamente errada. A agenda diária de Hitler, agora na Biblioteca do Congresso, contém diversas anotações mostrando que ele passou os dias 13 e 14 em Munique, onde, entre outras atividades, conferenciou com Ribbentrop na casa de Borman e visitou Sonnenwinkel, um cabaré, partindo para Obersalzberg no fim do dia 14.*

Havia sólidos fundamentos para o sentimento de completa frustração entre os conspiradores. Seus planos seriam cumpridos somente se Hitler estivesse em Berlim e estavam confiantes que, desde que a reunião de Nuremberg só fizera aguçar a crise tcheca, Hitler retornaria imediatamente à capital. Em segundo lugar, embora alguns dos membros da conspiração julgassem complacentemente, como o povo britânico, que Chamberlain voava a Berchtesgaden para advertir Hitler de que não cometesse o erro que Guilherme II cometera em 1914, em relação ao que faria a Inglaterra no caso de uma agressão alemã, Kordt sabia melhor. Tinha visto o texto da mensagem urgente de Chamberlain dizendo a Hitler que queria vê-lo “com o objetivo de procurar encontrar uma solução pacífica”. Além disto, lera, nesse dia, o telegrama de seu irmão, Theodor Kordt, conselheiro da embaixada alemã em Londres, comunicando que o primeiro-ministro estava disposto a ir longe na satisfação das exigências de Hitler nos Sudetos.

“O efeito sobre nossos planos chegou a ser desastroso”, disse Kordt. “Teria sido um absurdo dar um Putsch para derrubar Hitler no momento em que o primeiro-ministro inglês vinha à Alemanha para discutir com ele a paz no mundo.”

Contudo, de acordo com Erich Kordt, na noite de 15 de setembro, o dr. Paul Schmidt, que estava na conspiração e que, como vimos, agia como único intérprete — e única testemunha — das entrevistas Hitler-Chamberlain, comunicou-lhe “por um código preestabelecido” que o Führer ainda se achava decidido a conquistar toda a Tchecoslováquia e que submetera a Chamberlain exigências impossíveis, “na esperança de que fossem recusadas”. Sua

informação faz renascer o espírito dos conspiradores. Kordt informou isso ao coronel Oster nessa mesma noite e ficou resolvido prosseguir com os planos assim que Hitler regressasse a Berlim. “Mas, antes de tudo”, disse Oster, “devemos ter o pássaro em sua gaiola, de volta a Berlim”.

O pássaro retornou à sua gaiola, das entrevistas de Godesberg, na tarde de 24 de setembro. Na manhã da Quarta-feira Negra, 28, Hitler estivera em Berlim aproximadamente por quatro dias. A 26 romperá, pelo visto, as amarras em sua explosão no Palácio dos Esportes. A 27 enviara sir Horace Wilson de volta a Londres, de mãos vazias, e a reação do governo britânico tinha sido a de mobilizar a esquadra e avisar Praga para aguardar imediato ataque alemão. Durante o dia, como vimos, tinham também ordenado que as “unidades de assalto” tomassem posições de combate na fronteira tcheca e estivessem prontas para a ação a 30 de setembro — três dias depois.

O que estavam esperando os conspiradores? Todas as condições que eles próprios estabeleceram foram preenchidas. Hitler estava em Berlim. Decidido a ir à guerra. Marcara a data de 30 de setembro para o ataque à Tchecoslováquia, daí a dois dias, então. Ou o Putsch teria lugar imediatamente ou seria demasiado tarde para derrubar o ditador e deter a guerra.

Kordt afirma que durante o dia 27 de setembro os conspiradores fixaram a data definitiva para a ação: 29 de setembro. Gisevius, em seu testemunho em Nuremberg, e também em seu livro, declara que os generais — Halder e Witzleben — decidiram agir imediatamente a 28 de setembro, depois que conseguissem uma cópia da “carta desafiadora” de Hitler, com suas “exigências insultuosas” a Chamberlain, da noite anterior.

Oster recebeu uma cópia dessa carta de desafio [disse Gisevius] tarde da noite [27 de setembro], e na manhã de 28 enviou a cópia a Witzleben, que a levou a Halder. Agora, finalmente, o chefe do Estado-maior possuía a prova desejada, inequívoca, de que Hitler não blefava, que queria a guerra.

Lágrimas de indignação rolaram pelas faces de Halder (...) Witzleben insistiu em que agora era o momento para a ação. Persuadiu Halder a procurar Brauchitsch. Passado um instante, Halder voltou para dizer que tinha boas-novas. Brauchitsch também estava ofendido e provavelmente tomaria parte no Putsch. 70

Mas, ou o texto da carta fora alterado ao ser copiado ou os generais a compreenderam mal, pois, como vimos, ela era tão moderada no tom, tão cheia de promessas de “negociar os pormenores com os tchecos” e de “dar uma

garantia formal às pessoas restantes da Tchecoslováquia”, tão conciliatória ao sugerir a Chamberlain que poderia continuar seus esforços, que o primeiro-ministro, depois de lê-la, imediatamente telegrafara a Hitler propondo uma conferência das grandes potências para estabelecer os pormenores e ao mesmo tempo telegrafara a Mussolini pedindo seu apoio para a proposta.

Os generais aparentemente não tiveram conhecimento desse esforço de apaziguamento de última hora, mas o general von Brauchitsch, comandante do exército, podia ter feito alguma alusão. Segundo Gisevius, Witzleben telefonou a Brauchitsch do gabinete de Halder dizendo-lhe que tudo estava preparado e pedindo que dirigisse a revolta. Mas o comandante estava cauteloso. Comunicou a Halder e Witzleben que, primeiro, teria de ir à chancelaria de Hitler para verificar, por si mesmo, se os generais tinham avaliado a situação corretamente. Gisevius disse que Witzleben voltou correndo para a sede do seu comando militar.

“Gisevius”, afirmou excitado, “chegou a hora!”

Às 11h de 28 de setembro o telefone tocou na secretaria de Kordt, no Ministério do Exterior. Ciano estava na linha querendo falar de Roma urgentemente com o ministro do Exterior. Ribbentrop não se encontrava lá — estava na chancelaria do Reich. Assim, o ministro do Exterior italiano perguntou se era possível colocá-lo em comunicação com seu embaixador, Bernardo Attolico. Os alemães ouviram e registraram a chamada. A gravação revelou que Mussolini, e não o genro, é quem desejava falar.

Mussolini: É o Duce quem fala. Pode ouvir-me?

Attolico: Sim, ouço-o.

Mussolini: Peça imediatamente uma entrevista com o chanceler. Diga-lhe com urgência que o governo inglês solicitou-me, por intermédio de lord Perth, para ser mediador na questão sudeta. A diferença de opiniões é pequena. Diga ao chanceler que eu e a Itália fascista estamos com ele. Que ele decida. Mas diga-lhe que, por favor, aceite a sugestão.*

Ouviu-me?

Attolico: Sim, ouvi.

Mussolini: Apresse-se!71

* O embaixador inglês em Roma.

Sem fôlego, a face vermelha de excitação (como notou o dr. Schmidt, o intérprete), o embaixador Attolico chegou à chancelaria para tratar do que o embaixador francês já estava tratando com Hitler. François-Poncet passara maus bocados ao chegar ali. Muito tarde, na noite anterior, Bonnet, o ministro do Exterior francês, que agora estava ainda mais empenhado que o próprio Chamberlain, telefonara a seu embaixador em Berlim e instruiu-o a encontrar-se com Hitler o mais breve possível, e apresentar-lhe uma proposta francesa para a rendição dos Sudetos, que ia muito mais longe que a do plano britânico. Enquanto a proposta do primeiro-ministro, entregue a Hitler às 23h do dia 27 de setembro, oferecia a Hitler a ocupação da Zona I dos sudetos até 1º de outubro — mera ocupação simbólica de um minúsculo território —, o francês agora propunha entregar três grandes zonas, abrangendo a maioria do território disputado, a 1º de outubro.

Era uma oferta tentadora, mas o embaixador francês tinha imensa dificuldade em efetivá-la. Telefonou às 8h de 28 de setembro pedindo uma entrevista com o chanceler, e quando não recebeu qualquer resposta até as 10h, enviou seu adido militar ao Estado-maior geral do exército para informar os generais alemães de que ainda não tinha sido capaz de apresentar a oferta. Pediu a ajuda do embaixador inglês. Sir Nevile Henderson, que também estava pronto para auxiliar a quem quer que pudesse contribuir para evitar uma guerra — a qualquer preço —, telefonou a Göring, e o marechal-de-campo lhe disse que procuraria estabelecer o encontro. Na verdade, Henderson tentava promover um para si mesmo, pois recebera ordem para apresentar a Hitler “uma derradeira mensagem pessoal do primeiro-ministro”, que Chamberlain redigira no fim da noite anterior, garantindo a Hitler que ele conseguiria tudo que quisesse “sem guerra e sem demora”, e propondo uma conferência das potências para elaborar os pormenores.⁷²

Hitler recebeu François-Poncet às 11:15h. O embaixador encontrou-o nervoso e tenso. Agitando um mapa que apanhara apressadamente e mostrava os grandes trechos do território tcheco, que o principal aliado da Tchecoslováquia estava agora disposto a entregar a Hitler numa bandeja, o embaixador francês insistia para Hitler aceitar a proposta francesa e poupar a Europa da guerra. Apesar dos comentários negativos de Ribbentrop, François-Poncet disse que negociava “sem rodeios” Hitler estava impressionado — especialmente, como notou o dr. Schmidt, pelo mapa do embaixador, com suas demarcações generosas.

Às 11:40h a entrevista foi bruscamente interrompida por um mensageiro, anunciando que Attolico acabava de chegar com uma mensagem urgente de Mussolini para o Führer. Hitler deixou a sala, com Schmidt, para encontrar-se

com o ofegante embaixador italiano.

“Tenho uma mensagem urgente do Duce para vós.” Attolico, de voz naturalmente rouca, gritou a certa distância.⁷³ Depois de transmiti-la, acrescentou que Mussolini pedia ao Führer para abster-se da mobilização.

Nesse instante, disse Schmidt, única testemunha sobrevivente da cena, é que foi tomada a decisão para a paz. Foi exatamente ao meio-dia, duas horas antes de expirar o prazo limite do ultimato de Hitler aos tchecos.

“Diga ao Duce”, falou Hitler, com evidente alívio, a Attolico, “que aceito sua proposta.”⁷⁴

No resto do dia o ambiente se desanuviou. O embaixador Henderson chegou depois de Attolico e François-Poncet à presença do Führer.

“Por solicitação de meu grande amigo e aliado, Mussolini”, disse Hitler a Henderson, “adiei a mobilização de minhas tropas por 24 horas”. * Transmitiria sua decisão sobre outras questões, tais como a proposta conferência das potências, depois de novamente consultar Mussolini.⁷⁵

** Como vimos, Hitler já mobilizara todas as tropas disponíveis.*

Seguiu-se grande número de telefonemas entre Berlim e Roma. Schmidt disse que os dois ditadores fascistas conversaram de uma feita diretamente. Poucos minutos antes das 14h de 28 de setembro, exatamente quando o ultimato estava prestes a expirar, Hitler deu sua opinião e os convites foram imediatamente endereçados aos chefes dos governos da Inglaterra, França e Itália para encontrarem-se com o Führer em Munique, ao meio-dia de 29, a fim de resolver a questão tcheca. Nenhum convite foi dirigido a Praga ou Moscou. A Rússia, co-garantidora da integridade da Tchecoslováquia em caso de ataque alemão, foi impedida de intervir. Os tchecos nem sequer foram solicitados a estar presentes em sua própria sentença de morte.

Em suas memórias, sir Neville Henderson atribuiu a maior parte do crédito da salvaguarda da paz, nesse momento, a Mussolini, e nisto foi apoiado pela maioria dos historiadores que trataram deste assunto da história européia.** Mas isto é generosidade demais, sem dúvida. A Itália era a mais fraca das grandes potências da Europa e sua força militar tão desprezível que os generais alemães, como os documentos deixaram evidente, a tratavam como um gracejo. A Inglaterra e a França eram as únicas potências que entravam nos cálculos

alemães. E foi o primeiro-ministro inglês, de início, quem procurara convencer Hitler de que podia conseguir os Sudetos sem guerra. Chamberlain, e não Mussolini, foi quem tornou possível Munique, preservando desse modo a paz exatamente durante 12 meses. O custo de tal façanha para seu próprio país e para seus aliados e amigos será considerado depois. Mas isto, de qualquer forma, como ficou claro, era quase inevitável.

*** Alan Bullock (Hitler— A Study in Tyranny, p. 428) diz: “É quase certo que a intervenção de Mussolini foi responsável pela mudança da situação.”*

Faltando cinco minutos para as 15h da Quarta-feira Negra, que agora aparecia menos sombria do que nas horas frias da manhã, o primeiro-ministro inglês começou a falar na Câmara dos Comuns, fazendo um relato minucioso da crise tcheca e do papel que ele e seu governo desempenharam na tentativa de resolvê-la. A situação que ele pintava ainda era incerta, mas melhorara. Mussolini, disse ele, obtivera êxito em conseguir de Hitler o adiamento por 24 horas da mobilização. Eram 16:15h e Chamberlain estivera falando durante uma hora e vinte minutos. Chegava ao fim de seu discurso. Nesse momento foi interrompido. Sir John Simon, o chanceler do Erário, entregou-lhe um papel que havia sido passado ao banco fronteiro por lorde Halifax, que se sentara na galeria dos pares do reino.

Qualquer que seja o ponto de vista dos nobres membros a respeito do sr. Mussolini [Chamberlain estava dizendo], acredito que todos acolherão favoravelmente seu gesto (...) pela paz.

O primeiro-ministro fez uma pausa, olhou de relance o papel e sorriu.

Isto não é tudo. Tenho algo mais ainda a dizer a esta Casa. Acabo de ser convidado por Hitler para com ele me encontrar amanhã de manhã, em Munique. Convidou igualmente o sr. Mussolini e sr. Daladier. O sr. Mussolini aceitou e não tenho dúvidas de que o sr. Daladier aceitará. Não tenho necessidade de dizer qual será minha resposta (...)

Não havia necessidade. A antiga câmara, a Mãe dos Paramentos, reagiu com uma histeria geral, sem precedente em sua longa história. Houve gritos violentos e um furioso lançamento de pedaços de papel ao ar. Muitos choravam e foi ouvida uma voz por cima do tumulto, que parecia exprimir o profundo sentimento de todos: “Deus salve o primeiro-ministro!”

Jan Masaryk, o embaixador tcheco, filho do principal fundador da república tchecoslovaca, a tudo acompanhava da tribuna diplomática, incapaz de acreditar

no que viam seus olhos. Mais tarde procurou o primeiro-ministro e o secretário do Exterior, em Downing Street, a fim de saber se seu país, que teria de fazer todos os sacrifícios, seria convidado a Munique. Chamberlain e Halifax responderam que não, que Hitler não era favorável a isso. Masaryk olhou atentamente para os dois ingleses, temerosos de Deus e esforçou-se para não perder a calma.

“Se tiverdes sacrificado meu país para preservar a paz no mundo”, disse finalmente, “eu serei o primeiro a aplaudir-vos. Do contrário, Deus guarde vossas almas!”⁷⁶

E que faziam os conspiradores, generais e civis, o general Halder e o general von Witzleben, Schacht, Gisevius, Kordt, e os restantes, que pouco antes do meio-dia da data fatal acreditaram, como disse Witzleben, que sua hora soara? A resposta será dada, resumidamente, por suas próprias palavras — ditas muito depois de tudo ter terminado e quando estavam ansiosos para provar ao mundo que se haviam oposto a Hitler e as suas loucuras catastróficas, que levaram a Alemanha à extrema ruína, após uma longa e mortífera guerra.

Neville Chamberlain, disseram todos, fora o vilão! Ao concordar em ir a Munique, obrigara-os a desistir, no último instante, de seus planos de derrubar Hitler e o regime nazista!

A 25 de fevereiro de 1946, quando o prolongado julgamento de Nuremberg se aproximava do fim, o general Halder foi interrogado pelo capitão Sam Harris, um jovem promotor de Nova York da equipe da acusação americana.

Fora planejada [disse Halder] a ocupação, pela força militar, da chancelaria do Reich e dos edifícios governamentais, particularmente os ministérios administrados por membros do partido e adeptos chegados a Hitler, com a expressa intenção de evitar derramamento de sangue, e depois julgar o grupo diante de toda a nação alemã (...) No dia 28 de setembro, Witzleben veio verme no meu gabinete, ao meio-dia. Discutimos o assunto. Solicitou que lhe desse ordem de agir. Discutimos outros pormenores — o tempo necessário, etc. Durante a discussão, chegaram notícias de que o primeiro-ministro inglês e o premier francês concordaram em encontrar-se com Hitler para novas entrevistas. Isto ocorreu na presença de Witzleben. Em consequência, recuei da ordem de execução, porque, devido a esse fato, todas as bases para a ação foram removidas (...).

Estamos firmemente convencidos de que obteríamos êxito. Mas apareceu o sr. Chamberlain e com um golpe afastou o perigo de guerra (...). A hora

crítica para a ação foi evitada (...). Não se podia fazer nada, a não ser esperar nova oportunidade (...).

— Devo depreender de suas palavras que, se Chamberlain não tivesse ido a Munique, o plano teria sido executado, e Hitler deposto? — perguntou o capitão Harris.

— Apenas posso afirmar que o plano teria sido executado — respondeu o general Halder. Não sei se teria tido êxito.⁷⁷

O dr. Schacht, que em Nuremberg e em seus livros do pós-guerra exagerou claramente a importância de seu papel nas diversas conspirações contra Hitler, também culpou Chamberlain pelo fracasso dos alemães em executar a trama de 28 de setembro:

O curso da história deixou bem evidente que essa primeira tentativa de um golpe de Estado dirigido por Witzleben e por mim foi a única que poderia alterar o destino da Alemanha. Foi a única tentativa planejada e preparada com oportunidade (...) No outono de 1938 ainda era possível trazer Hitler para ser julgado perante a Suprema Corte, mas todos os esforços subsequentes de desfazer-se dele envolviam, necessariamente, atentados à sua vida (...) Fiz os preparativos para um golpe de Estado oportuno e estive a ponto de obter êxito. A história decidiu-se contra mim. A intervenção dos estadistas estrangeiros foi algo que não podia provavelmente ter levado em conta.⁷⁸

E Gisevius, que foi um intrépido defensor de Schacht no testemunho prestado em Nuremberg, acrescentou:

O impossível aconteceu. Chamberlain e Daladier voavam para Munique. Nossa revolta fracassaria. Por uns momentos imaginei que nos revoltaríamos de qualquer forma. Mas Witzleben logo demonstrou que as tropas jamais se voltariam contra o vitorioso Führer (...) Chamberlain salvou Hitler.⁷⁹

Teria mesmo salvado? Ou seria isso mera desculpa dos civis e generais alemães por terem fracassado?

No interrogatório de Nuremberg, Halder explicou ao capitão Harris que havia três condições para o êxito da “ação revolucionária”:

A primeira condição é uma liderança nítida e resoluta. A segunda é a disposição do povo de apoiar a ideia da revolução. A terceira condição é a

justa escolha do momento. De acordo com nossas opiniões, existia a primeira condição, de uma liderança nítida e resoluto. A segunda condição também pensávamos ter preenchido, porque (...) o povo alemão não queria a guerra. Portanto, a nação estava disposta a aprovar uma ação revolucionária pelo temor da guerra. A terceira condição — a justa escolha do momento — era oportuna, porque tínhamos de esperar dentro de 48 horas a ordem de execução da ação militar. Por conseguinte, estávamos firmemente convencidos de que teríamos êxito.

Mas chegou nesse momento o sr. Chamberlain e, de um golpe, o perigo de guerra foi evitado.

Pode-se duvidar de que a primeira condição do general Halder estivesse preenchida, como afirmou. Pois, se houvesse “uma liderança nítida e resoluto”, por que teriam os generais hesitado durante quatro dias? Tinham em mãos a força militar para varrer facilmente Hitler e seu regime. Witzleben comandava todo um corpo de exército — o III — que rodeava Berlim; Brockdorff-Ahlefeld tinha uma excelente divisão de infantaria nas cercanias de Potsdam; Höfner tinha uma divisão panzer ao sul; e as duas altas autoridades da polícia, na capital, o conde von Helldorf e o conde von der Schulemburg, possuíam uma força de polícia bem armada para apoiá-los. Todos esses oficiais, segundo os próprios conspiradores, não aguardavam mais que a palavra de Halder para entrar em ação com a esmagadora força armada. E a população de Berlim, alarmada de morte pelo fato de Hitler pretender levá-la à guerra, teria — tanto quanto podia este autor julgar — apoiado espontaneamente o golpe.

Saber se Halder e Witzleben teriam finalmente agido, se Chamberlain não houvesse concordado em ir a Munique, é uma questão que jamais poderá ser respondida. Dada a peculiar posição desses generais na época, que consideravam necessário derrubar Hitler, não para liquidar a tirania e o terror de seu regime, mas simplesmente para obstar uma guerra perdida, é possível que tivessem agido se a Conferência de Munique não fosse realizada. Até hoje, contudo, não dispomos de elementos para saber com exatidão o grau de precisão com que o conluio foi tramado, em que medida as forças armadas foram preparadas para marchar e até onde Halder e Witzleben estiveram prestes a dar a ordem de agir. Possuímos apenas as declarações de um punhado de participantes, que depois da guerra ansiosamente procuravam provar sua oposição ao nacional-socialismo. E o que eles disseram e escreveram em sua própria defesa foi muitas vezes contraditório e confuso.*

** Por exemplo, a explicação pelo malogro da revolta, dada pelo general Georg Thomas, o brilhante chefe da seção de Economia e Armamentos do*

OKW, e um dos conspiradores: "A execução desse empreendimento foi, infelizmente, frustrada porque, segundo a opinião do comandante geral indicado para a missão [Witzleben], os oficiais mais jovens pareciam não merecer confiança para uma ação política desse gênero." Veja-se seu documento "Gedanken und Ereignisse", publicado em dezembro de 1945, no Schweizerische Monatshefte.

Se, como os conspiradores afirmam, seus planos estavam a ponto de ser executados, o anúncio da viagem de Chamberlain com certeza tirou o terreno de sob seus pés. Os generais dificilmente teriam prendido Hitler e o julgado como criminoso de guerra, quando era evidente que estava prestes a obter uma importante vitória sem guerra.

O certo, entre todas as dúvidas — e neste ponto deve-se concordar com o dr. Schacht —, é que tão magnífica oportunidade jamais voltou a apresentar-se para a oposição alemã depor Hitler, dando um fim suave ao Terceiro Reich e salvando a Alemanha e o mundo da guerra. Os alemães, se se pode arriscar uma generalização, têm a fraqueza de atribuir aos estrangeiros suas faltas. A responsabilidade de Chamberlain e Halifax, de Daladier e Bonnet por Munique e, dessa forma, por todas as desastrosas consequências que advieram, é esmagadora. Mas podem ser perdoados, até certo ponto, por não terem levado muito a sério as advertências de “revolta” de um grupo de generais e civis alemães, a maioria dos quais havia servido a Hitler com grande dedicação até aquele momento. Eles, ou pelo menos alguns de seus conselheiros em Londres e Paris, podiam ter recordado os fatos desoladores da recente história da Alemanha: que o exército tinha ajudado a colocar o antigo austríaco no poder, tinha ficado satisfeito com as oportunidades que lhe deram de rearmar-se, nada tinha aparentemente objetado contra a destruição das liberdades individuais pelo nacional-socialismo ou feito qualquer coisa quando do assassinato de seus próprios generais, como Schleicher, ou o afastamento, por uma trama perversa, de seu comandante, o general von Fritsch. E recentemente havia concordado com a anexação da Áustria, na realidade fornecendo a força militar para realizá-la. Qualquer que seja a culpa que possamos atribuir aos arquitetos da queda de Londres e Paris, e grande ela é, sem dúvida, permanece o fato de que os próprios generais alemães, e seus civis conspiradores, malograram no momento oportuno de agir por sua conta.

A rendição em Munique: 29-30 de setembro de 1938

Nessa barroca cidade bávara — Munique — onde nos escuros salões de fundo dos pequenos cafés em ruínas dera seus primeiros e modestos passos como

político, e em cujas ruas sofrerá o fiasco do Putsch da cervejaria, Adolf Hitler saudou, como um conquistador, os chefes dos governos da Inglaterra, da França e da Itália, às 12:30h do dia 29 de setembro.

Naquela manhã, bem cedo, dirigira-se a Kufstein, na antiga fronteira austro-alemã, para encontrar Mussolini e estabelecer uma base de ação comum na conferência. No trem, subindo para Munique, Hitler manifestava um espírito belicoso, explicando nos mapas ao Duce como pretendia liquidar a Tchecoslováquia. Ou as conversações que se iniciavam naquele dia seriam imediatamente bem-sucedidas, disse, ou recorreria às armas. “Além disso”, Ciano, que estava presente, afirmou que o Führer acrescentou: “tempo virá em que teremos de lutar lado a lado contra a França e a Inglaterra.” Mussolini concordou.⁸⁰

Chamberlain não fez esforço semelhante no sentido de avistar-se com Daladier de antemão, para elaborar uma estratégia comum das duas democracias ocidentais com a qual enfrentariam a dos dois ditadores fascistas. Na realidade, à medida que o dia avançava, tornou-se evidente para a maioria dos que se achavam em contato com as delegações britânica e francesa em Munique que Chamberlain fora a Munique absolutamente decidido a evitar que ninguém, seguramente os tchecos e mesmo os franceses, se pusesse em seu caminho e dificultasse um rápido acordo com Hitler.* No que diz respeito a Daladier, que andara às voltas o dia todo como num aturdimento, nenhuma precaução era necessária, mas o determinado primeiro-ministro não se arriscou.

** Às 18:45h da tarde anterior, Chamberlain enviou uma mensagem ao presidente Benes comunicando-lhe, oficialmente, o encontro de Munique. "Defenderei os interesses da Tchecoslováquia. (...) Vou a Munique com a intenção de tentar acomodar as posições dos governos tcheco e alemão." Benes respondera imediatamente: "Peço que nada seja feito em Munique sem que a Tchecoslováquia seja ouvida."81*

As conversações, iniciadas às 12:45h, na chamada Führerhaus, em Königsplatz, não tiveram ambiente propício e representaram pouco mais do que mera formalidade do ato de ceder a Hitler exatamente o que ele quis e quando quis. O dr. Schmidt, o perseverante intérprete, chamado a trabalhar com três línguas, alemão, francês e inglês, verificou, de início, “uma atmosfera de boa vontade”.

O embaixador Henderson recordou, mais tarde, que “em nenhuma fase das conversações elas se tornaram acaloradas” Ninguém presidia. Os trabalhos

transcorriam sem formalidade e, a julgar pelas anotações alemãs da reunião,⁸² que apareceram depois da guerra, o primeiro-ministro inglês e o premier francês estavam firmemente dispostos a concordar com Hitler. Até quando fez a seguinte declaração franca:

Tinha ele declarado em seu discurso no Spotpalast que marcharia, em qualquer caso, a 1º de outubro. Recebera a resposta de que essa atitude poderia ter caráter de um ato de violência. Daí a tarefa de isentar essa atitude de semelhante caráter. A ação deve, não obstante, ser empreendida imediatamente.

Os integrantes da conferência chegaram ao assunto quando Mussolini, falando em terceiro lugar (Daladier foi deixado para o fim), disse que, “a fim de apresentar uma solução prática para o problema”, trazia consigo uma proposta escrita e definitiva. Suas origens são interessantes e creio que permaneceram desconhecidas para Chamberlain, até a sua morte. Das memórias de François-Poncet e Henderson também fica claro que ambos as ignoraram. Com efeito, o relato só se tornou conhecido muito tempo depois da morte violenta dos dois ditadores.

Aquilo que o Duce impingiu como seu próprio plano de compromisso fora precipitadamente delineado no dia anterior, no Ministério do Exterior alemão, em Berlim, por Göring, Neurath e Weizsäcker, à revelia do ministro do Exterior von Ribbentrop, em cujo julgamento os três homens não confiavam. Göring entregou-o a Hitler, que o aprovou e, depois, foi traduzido apressadamente para o francês pelo dr. Schmidt, e passado adiante ao embaixador italiano Attolico, que transmitiu por telefone seu texto ao ditador italiano em Roma, exatamente antes de empreender sua viagem para Munique. Desta forma, as “propostas italianas” que prepararam a conferência informal não só com uma agenda única, mas com os termos fundamentais que se converteriam no Acordo de Munique, de fato eram propostas alemãs elaboradas em Berlim.*

** Erich Kordt relatou a origem alemã das propostas de Mussolini no seu depoimento diante do Tribunal Militar dos Estados Unidos, em Nuremberg, no dia 4 de junho de 1948, no caso U.S.A. versus Ernst Weizsäcker. Documents on German Foreign Policy, I p. 1005, dá um resumo da transcrição oficial do julgamento. Kordt também conta a história em seu livro *Wahn und Wirklichkeit*, p. 129-31. O dr. Schmidt (*Hilfs Interpreter*, p. 111) fortalece o relato de Kordt e observa que a tradução das propostas do Duce “era fácil”, porque já no dia anterior a havia traduzido em Berlim. Ciano, o ministro do Exterior italiano, na anotação no diário de 29-30 de setembro, de Munique, fala da origem do documento de Mussolini, “que na realidade fora transmitido*

pelo telefone por nosso embaixador na tarde precedente, como expressão dos desejos do governo alemão" (Ciano's Hidden Diary, 1937-8, p. 167).

Isto deve ter parecido perfeitamente claro no texto, quase igual ao das exigências a Hitler, rejeitadas em Godesberg. Mas isso não ficou claro para Chamberlain e Daladier, ou para seus embaixadores em Berlim, que agora os acompanhavam. O premier, de acordo com os registros alemães, “acolheu favoravelmente as propostas do Duce, feitas com espírito realista e objetivo”. E o primeiro-ministro “também recebeu favoravelmente as propostas do Duce e declarou que ele próprio concebera uma solução dentro das linhas dessa proposta”. Quanto ao embaixador Henderson, como ele escreveu mais tarde, pensou que Mussolini “apresentara, habilmente, como sua, uma combinação das propostas de Hitler e anglo-francesa”. Ao passo que o embaixador François-Poncet teve a impressão de que os conferencistas estavam trabalhando com base num memorando britânico “redigido por Horace Wilson”.⁸³ Como tão facilmente foram enganados os estadistas e diplomatas britânicos e franceses, inclinados ao apaziguamento a todo preço!

Como as propostas “italianas” foram tão calorosamente acolhidas por todos os presentes, restavam apenas poucos pormenores para completá-las. Chamberlain, talvez como era de esperar de um ex-negociante e antigo chanceler do Erário, queria saber quem compensaria o governo tcheco pela propriedade pública nos Sudetos que passaria para a Alemanha. Hitler que, segundo François-Poncet, estava um pouco pálido e inquieto, e enfadado porque não podia acompanhar, como Mussolini, a conversa em francês e inglês, replicou excitadamente que não haveria compensação. Quando o primeiro-ministro contrariou a proposta de que os tchecos que saíssem dos Sudetos não poderiam levar nem mesmo seu gado (esta tinha sido uma das exigências de Godesberg), exclamando: “Isto significa que os agricultores serão expulsos mas seu gado será retido?” Hitler explodiu.

— Nosso tempo é muito precioso para ser gasto em trivialidades! — gritou para Chamberlain.⁸⁴ O primeiro-ministro abandonou a questão.

Ele insistiu primeiramente em que um representante tcheco devia estar presente ou, pelo menos, ficasse “à disposição”. Seu país, disse ele, “não prometia, naturalmente, garantir que o território [Sudetos] fosse evacuado até 10 de outubro [como Mussolini propusera], se não houvesse segurança disso de parte do governo tcheco”. Daladier o apoiou sem entusiasmo. O governo francês, afirmou, “podia nesse caso tolerar procrastinação do assunto pelo governo tcheco”, mas julgava que “a presença de um representante tcheco, que seria consultado, se necessário, era vantajosa”.

Mas Hitler estava inflexível. Não admitiria os tchecos em sua presença. Daladier submeteu-se cordatamente, mas Chamberlain acabou por obter uma pequena concessão. Foi combinado que um representante tcheco podia ser valioso “na sala contígua”, como o primeiro-ministro propôs.

E efetivamente, durante a sessão vespertina, dois representantes tchecos, o dr. Vojtech Mastny, ministro tcheco em Berlim, e o dr. Hubert Masaryk, do Ministério do Exterior em Praga, chegaram e foram introduzidos, friamente, num compartimento ao lado. Lá ficaram esperando de 14h às 19h, com o teto como que os esmagando. À última hora, Frank Ashton-Gwatkin, que fora membro da missão Runciman e agora tomava parte na comitiva de Chamberlain, veio dar-lhes más notícias. Um acordo geral fora alcançado, cujos pormenores ainda não lhes podia transmitir; mas eram mais desagradáveis que as propostas anglo-francesas. Quando Masaryk perguntou se os tchecos seriam ouvidos, o inglês respondeu, como o representante tcheco mais tarde comunicou ao seu governo, “que eu parecia ignorar quão difícil estava a situação das grandes potências e que nem podia imaginar o quanto difícil fora negociar com Hitler”.

Às 22h, os dois infelizes tchecos foram levados a sir Horace Wilson, o leal conselheiro do primeiro-ministro. Em nome de Chamberlain, Wilson informou-lhes dos principais pontos do acordo entre as potências e entregou-lhes um mapa das zonas sudetas as quais teriam de ser evacuadas pelos tchecos imediatamente. Quando os dois enviados tentaram protestar, o funcionário inglês interrompeu-os prontamente. Afirmou que nada mais tinha a dizer, e deixou imediatamente o quarto. Os tchecos continuaram a protestar junto a Ashton-Gwatkin, que permanecera com eles, mas sem nenhum resultado.

“Se não aceitarem”, admoestou-os, assim que se preparava para sair, “terão que se arranjar com os alemães absolutamente sozinhos. Talvez os franceses possam lhes dizer isto mais delicadamente, mas acreditem que eles compartilham de nossas opiniões. Acham-se desinteressados”.

Era a verdade, embora odiosa, como deve ter soado aos dois emissários tchecos. Pouco depois da lh de 30 de setembro,* Hitler, Chamberlain, Mussolini e Daladier, nessa ordem apuseram suas assinaturas ao Acordo de Munique permitindo ao exército alemão iniciar sua marcha para a Tchecoslováquia a 1º de outubro, como o Führer sempre disse que faria, e completar a ocupação dos Sudetos até o dia 10 de outubro. Hitler conseguiu aquilo que lhe fora recusado em Godesberg.

** O acordo estava datado de 29 de setembro, embora verdadeiramente só fosse assinado nas primeiras horas da manhã de 30 de setembro. Estipulava que a ocupação alemã "de território predominantemente alemão" seria efetuada por tropas alemãs, em quatro fases, de 1º de outubro até 7 de outubro. O território remanescente, após ser delimitado pela Comissão Internacional, seria ocupado "até 10 de outubro". A comissão consistiria de representantes das quatro grandes potências e da Tchecoslováquia. A Inglaterra, a França e a Itália concordavam em que "a evacuação do território será completada até 10 de outubro, sem que quaisquer das instalações existentes sejam destruídas, e que o governo tcheco deverá ser responsável pela execução da evacuação sem dano para as instalações".*

Posteriormente, a Comissão Internacional organizaria os plebiscitos, "nunca depois do fim de novembro", nas regiões onde o caráter etnográfico estiver em dúvida e faria a determinação definitiva de novas fronteiras. Num anexo ao acordo, a Inglaterra e a França declaram que "mantinham seu oferecimento (...) relativo a uma garantia internacional das novas fronteiras do Estado tchecoslovaco contra uma agressão não provocada. Quando a questão das minorias polonesa e húngara (...) estiver resolvida, a Alemanha e a Itália, de sua parte, darão uma garantia à Tchecoslováquia".⁸⁵

A promessa de plebiscito jamais foi cumprida. Nem a Alemanha nem a Itália jamais deram garantias à Tchecoslováquia contra a agressão, mesmo depois que o assunto das minorias polonesa e húngara foi resolvido, e como veremos, a Inglaterra e a França não honraram sua garantia.

Restava a dolorosa questão — pelo menos para as vítimas — de informar aos tchecos que eles deviam render-se, e o mais depressa possível. Hitler e Mussolini não estavam interessados nessa parte da cerimônia e se retiraram, deixando a missão para os aliados da Tchecoslováquia: França e Inglaterra. A cena foi descrita vividamente por Masaryk, em sua comunicação oficial ao Ministério do Exterior tcheco.

À 1:30h fomos levados à sala onde a conferência se realizara. Estavam presentes Chamberlain, Daladier, Horace Wilson, Léger [secretário-geral do Ministério do Exterior francês], Ashton-Gwatkin, Mastny e eu. A atmosfera era opressiva. A sentença estava prestes a ser dada. O francês, evidentemente nervoso, parecia ansioso por preservar o prestígio da França diante do tribunal. Chamberlain, num longo discurso introdutório, referiu-se ao acordo e entregou o texto ao dr. Mastny (...)

Os tchecos começaram a formular diversas perguntas,

mas Chamberlain bocejava continuamente, sem fazer qualquer esforço para

esconder seus bocejos. Indaguei aos senhores Daladier e Léger se eles esperavam uma declaração ou resposta de nosso governo para o acordo. Daladier encontrava-se visivelmente nervoso. Léger respondeu que os quatro estadistas não tiveram muito tempo. Acrescentou apressadamente e com ligeira negligência que nenhuma resposta se requeria de nossa parte, que consideravam o plano como aceite, que nosso governo tinha de, nesse mesmo dia, o mais tardar até às 15h, enviar seus representantes a Berlim para o restabelecimento da comissão e finalmente que o oficial tchecoslovaco a ser enviado devia estar em Berlim no sábado, a fim de fixar os pormenores para a evacuação da primeira zona. A atmosfera, ele disse, começava a ficar perigosa para o mundo inteiro. Falava-nos de modo bastante desagradável. Era um francês (...) Chamberlain não escondia seu aborrecimento. Entregaram-nos um segundo mapa ligeiramente corrigido. Depois terminaram e pudemos sair.⁸⁶

Recordo dessa noite funesta o brilho de vitória nos olhos de Hitler, quando pomposamente deixou, em amplas passadas, a Führerhaus depois da reunião, a petulância de Mussolini, enfeitado com seu uniforme especial da milícia, os bocejos de Chamberlain e seu ar de agradável sonolência logo que retornou ao hotel Regina Palace.

Daladier [escrevi em meu diário nessa noite], por outro lado, parecia um homem completamente batido e alquebrado. Foi ao Regina dizer adeus a Chamberlain (...) Alguém perguntou, ou começou a perguntar: “Monsieur le président, está satisfeito com o acordo?” Voltou-se para dizer alguma coisa, mas se achava muito cansado e derrotado e as palavras não saíram; tropeçou em direção à porta, em silêncio.⁸⁷

Chamberlain não conferenciou a fundo com Hitler a respeito da paz no mundo. Na manhã seguinte, bem cedo, 30 de setembro, refeito por poucas horas de sono e satisfeito com seus trabalhos do dia anterior, procurou o Führer em seu apartamento reservado em Munique, para novo exame da situação da Europa e para assegurar uma pequena concessão, pois pensava poder melhorar sua posição política internamente.

Segundo o dr. Schmidt, que atuava como intérprete e única testemunha dessa reunião inesperada, Hitler estava pálido e mal-humorado. Ouviu, absortamente, como o exuberante chefe do governo britânico expressava sua confiança de que a Alemanha “adotaria uma atitude generosa na execução do Acordo de Munique” e renovou sua esperança de que os tchecos não seriam “tão insensatos para criar obstáculos” mas se o fizessem, que Hitler não bombardearia Praga “por causa das pavorosas perdas que isso acarretaria entre a população civil”. Foi apenas o começo de um longo e vago discurso, que parecia inacreditável da

parte de um primeiro-ministro inglês, mesmo de quem tão abjetamente se rendera ao ditador alemão na noite anterior. Mas estava registrado pelo dr. Schmidt num memorando oficial ao Ministério do Exterior. Mesmo hoje, quando se lê o documento apreendido, afigura-se difícil de acreditar.

Mas as observações francas do líder britânico foram apenas o prelúdio do que se seguiria. Depois do que pareceu ao taciturno ditador alemão uma exposição interminável de Chamberlain, propondo uma futura colaboração para pôr termo à Guerra Civil Espanhola (que os “voluntários” alemães e italianos estavam ganhando para Franco), no patrocínio do desarmamento, na prosperidade econômica mundial, na paz política na Europa, até na solução do problema russo, o primeiro-ministro tirou do bolso uma folha de papel na qual escrevera algo que, julgava, ambos assinariam e mandariam publicar imediatamente.

Nós, o Führer e chanceler alemão, e o primeiro-ministro inglês [dizia], tivemos hoje uma reunião posterior e concordamos em reconhecer que a questão das relações anglo-alemãs é de primordial importância para os dois países e para a Europa.

Consideramos o acordo assinado na noite passada e o Acordo Naval anglo-alemão como símbolos do desejo de nossos dois povos de jamais ir à guerra um contra o outro.

Resolvemos que o método de consulta será o método adotado para tratar de todas as demais questões que venham a relacionar-se com os nossos dois países, e estamos determinados a prosseguir em nossos esforços para remover possíveis fontes de desacordo, e dessa forma contribuir para assegurar a paz na Europa.

Hitler leu a declaração e assinou-a imediatamente, enchendo de satisfação Chamberlain, como notou o dr. Schmidt em seu relato oficial. A impressão do intérprete foi de que o Führer concordou “com certa relutância (...), apenas para agradar Chamberlain”, como ele contou mais tarde, e que agradeceu ao Führer calorosamente (...) e salientou o grande efeito psicológico que esperava desse documento.

O iludido primeiro-ministro inglês naturalmente não sabia, como revelaram mais tarde os documentos secretos alemães e italianos, que Hitler e Mussolini já haviam concordado, nessa mesma reunião de Munique, que um dia teriam de lutar “lado a lado” contra a Inglaterra. Nem, como veremos daqui a pouco, adivinhava o muito que já fermentava no lúgubre espírito de Hitler.⁸⁸

Chamberlain retornou a Londres — como Daladier a Paris — triunfante. Brandindo a declaração que assinara com Hitler, o jubiloso primeiro-ministro postou-se diante da grande multidão que se manifestava defronte de Downing Street. Depois de ouvir os gritos de “Salve o velho Neville!” e a canção “For He’s a Jolly Good Fellow”, Chamberlain, sorridente, disse algumas palavras de uma janela do segundo andar do número 10.

“Meus bons amigos, é a segunda vez em nossa história que trago da Alemanha a paz com honra.* Acredito ser ela a paz de nossa época.”

** Refere-se à volta de Disraeli do Congresso de Berlim, em 1878.*

O Times afirmou que “nenhum conquistador ao regressar de uma vitória no campo de batalha veio adornado de mais nobres lauréis”. Houve um movimento espontâneo para criar um Fundo Nacional de Gratidão em honra de Chamberlain, que ele recusou cortesmente. Somente Duff Cooper, o primeiro-lorde do Almirantado, demitiu-se do gabinete. E quando na Câmara dos Comuns seguiu-se o debate, Winston Churchill, ainda uma voz no deserto, começou a dizer suas memoráveis palavras — “Nós sofremos uma derrota total e consumada”, — foi obrigado a parar, como depois lembrou, até que a tempestade de protesto contra a observação amainasse.

O estado de ânimo em Praga era completamente diverso. Às 6:30h do dia 30 de setembro, o encarregado de negócios alemão arrancara da cama o ministro do Exterior tcheco, dr. Krofta, e lhe entregara o texto do Acordo de Munique junto com a solicitação de que a Tchecoslováquia enviasse dois representantes à primeira reunião da Comissão Internacional — que supervisionaria a execução do acordo — às 17h, em Berlim.

Para o presidente Benes, que conferenciou toda a manhã no Palácio Hradschim com os líderes políticos e militares, não havia alternativa senão se submeter. A Inglaterra e a França não somente abandonaram seu país, mas agora apoiavam Hitler no emprego da força armada para aplicar os dispositivos de Munique. Faltando dez minutos para lh, a Tchecoslováquia rendeu-se, “protestando diante do mundo”, como afirmava a declaração oficial. “Fomos abandonados. Ficamos sós”, o general Sirovy afirmou amargamente pelo rádio ao povo tcheco, às 17h.

Até o último instante a Inglaterra e a França mantiveram pressão sobre o país que seduziram e traíram. Durante o dia os embaixadores inglês, francês e italiano se encontraram com o dr. Krofta para certificar-se de que, no último momento,

não haveria revolta dos tchecos contra a capitulação. O encarregado alemão, dr. Hencke, num despacho para Berlim, descreveu a cena:

A tentativa do embaixador francês de dirigir palavras de condolências a Krofta foi interrompida bruscamente pela observação do ministro do Exterior: "Fomos forçados a esta situação; agora tudo está no fim; hoje é a nossa vez, amanhã será a de outros." O embaixador inglês disse com dificuldade que Chamberlain fizera o máximo. Recebeu a mesma resposta que o encarregado francês. O ministro do Exterior estava completamente esgotado e, intimamente, só tinha um desejo: que os três ministros deixassem rapidamente a sala.89

O presidente Benes renunciou, por insistência de Berlim, no dia 5 de outubro. E quando ficou evidente que sua vida corria perigo, voou para a Inglaterra e exilou-se. Foi substituído provisoriamente pelo general Sirovy. A 30 de novembro, o dr. Emil Hácha, juiz presidente da Suprema Corte, um bem-intencionado mas fraco e senil homem de 66 anos de idade, foi escolhido pela Assembléia Nacional para presidente do que restava da Tcheco-Eslóvaquia, cujo nome era agora oficialmente grafado com um hífen.

Aquilo que Chamberlain e Daladier se negaram a dar à Alemanha na Tchecoslováquia, a chamada Comissão Internacional passou a ceder. Este organismo, formando de maneira açodada, era composto dos embaixadores italiano, inglês e francês, do ministro tcheco em Berlim, e do barão von Weizsäcker, secretário de Estado dos Negócios Exteriores alemão. Todas as disputas sobre novos territórios para os alemães foram resolvidas a favor deles, a maioria sob a ameaça de Hitler e do OKW recorrerem à força armada. Finalmente, a 13 de outubro, a comissão decidiu, por votação, dispensar os plebiscitos que o Acordo de Munique convocara para as regiões disputadas. Não havia necessidade deles.

Os poloneses e húngaros, depois de ameaçar com ações militares a desprotegida nação, voejavam agora como abutres, para conseguir uma fatia do território tchecoslovaco. A Polônia, a instâncias de Józef Beck, ministro do Exterior, que nos seguintes 12 meses será o personagem principal desta narrativa, tomou cerca de 1.040 quilômetros quadrados do território em torno de Teschen, abrangendo uma população de 228 mil habitantes, dos quais 133 mil tchecos. A Hungria obteve um pedaço maior por decisão tomada a 2 de novembro por Ribbentrop e Ciano: 12.090 quilômetros quadrados, com uma população de quinhentos mil magiares e 272 mil eslovacos.

Além disso, o mutilado e agora indefeso país foi obrigado por Berlim a instalar

um governo pró-alemão, de aberta tendência fascista. Estava claro que de ora em diante a nação tchecoslovaca existia graças ao líder do Terceiro Reich.

As consequências de Munique

De conformidade com os termos do Acordo de Munique, Hitler conseguira essencialmente o que exigira em Godesberg, e a Comissão Internacional, cedendo às suas ameaças, deu-lhe consideravelmente mais. O ajuste definitivo de 20 de novembro de 1938 forçou a Tchecoslováquia a entregar à Alemanha 17.600 quilômetros quadrados de território, onde viviam 2,8 milhões de sudetos alemães e oitocentos mil tchecos. Nessa área estavam todas as imensas fortificações tchecas que constituíam até então a mais formidável linha defensiva na Europa, com a possível exceção da Linha Maginot, na França.

Mas não era tudo. Todo o sistema ferroviário, rodoviário, telegráfico e telefônico de comunicações foi destruído. Segundo os números alemães, o país desmembrado perdeu 66% de seu carvão, 80% de sua linha, 86% de suas substâncias químicas, 80% de seu cimento, 80% de seus têxteis, 70% de seu ferro e aço, 70% de seu potencial elétrico e 40% de suas florestas. Uma próspera nação industrial foi fracionada e arruinada numa noite. Não admira que Jodl escrevesse jubilosamente em seu diário, na noite de Munique:

O pacto de Munique está assinado. A Tchecoslováquia como potência está liquidada (...) O gênio do Führer e sua determinação de não se esquivar mesmo a uma guerra mundial obteve novamente uma vitória, sem a utilização da força. Resta a esperança de que as pessoas incrédulas, fracas e duvidosas se tenham convertido, e de que ficarão nesse caminho.⁹⁰

Muitos dos que duvidavam se converteram e os poucos que não o fizeram caíram no desespero. Os generais como Beck, Halder e Witzleben, e seus conselheiros civis, demonstravam novamente que estavam errados. Hitler conseguira o que queria, alcançara outra grande vitória, sem disparar um tiro. Seu prestígio pairava nas alturas. Ninguém que esteve na Alemanha nesses dias depois de Munique, como este autor, esquecerá o entusiasmo do povo alemão. Viu, com alívio, que a guerra fora evitada. Exaltou-se e encheu-se de orgulho com a vitória incruenta de Hitler, não somente sobre a Tchecoslováquia, como sobre a Inglaterra e a França. No curto período de seis meses, ele recordava, Hitler conquistara a Áustria e os Sudetos, adicionando dez milhões de habitantes ao Terceiro Reich e um vasto território estratégico que abria para a Alemanha o caminho da dominação da Europa Sul-Oriental. E sem a perda de uma única vida alemã! Com o instinto de um gênio invulgar na história da Alemanha, tinha

descoberto a fraqueza, quer dos menores Estados da Europa Central, quer das principais democracias ocidentais, a Inglaterra e a França, obrigando-as a se curvarem à sua vontade. Imaginou e empregou com desconcertante êxito uma nova estratégia e técnica de guerra política, que tornava desnecessária a guerra verdadeira.

Esse homem, de origem humilde, em pouco mais de quatro anos e meio lançara uma desarmada, caótica e quase falida Alemanha, a mais débil das grandes potências da Europa, a uma posição em que foi considerada a mais poderosa nação do Velho Mundo, diante da qual todas as outras, inclusive a Inglaterra e a França, tremiam. Em nenhum momento dessa vertiginosa ascensão as vitoriosas potências de Versalhes tinham ousado detê-la, mesmo quando possuíam os meios. Em Munique, na verdade, que registrou a maior conquista de todas, a Inglaterra e a França se decidiram a apoiá-la. E o que deve ter assombrado a Hitler, sobretudo — e por certo surpreendido o general Beck, Hassell e outros em seu pequeno círculo de oposição —, é que nenhum dos homens que dominavam os governos da Inglaterra e da França (“pequenos vermes”, como Hitler os classificava desprezivelmente, em particular, depois de Munique) compreendia as consequências de sua incapacidade, a fim de reagir com toda energia às ações agressivas do líder nazista, uma após outras.

Winston Churchill, na Inglaterra, parecia ser o único a compreender. Ninguém expressou as consequências de Munique mais sucintamente que ele, em seu discurso de 5 de outubro, na Câmara nos Comuns:

Sofremos uma derrota total e consumada (...) encontramos no meio de um desastre de enorme magnitude. A estrada para o Mar Negro foi aberta (...) Todos os países da Europa Central e do vale do Danúbio, um após outro, serão arrastados no vasto sistema da política nazista (...) irradiando de Berlim (...) E não se pense que isto é o fim. É somente o princípio (...) Mas Churchill não estava no poder e suas palavras não foram levadas em consideração.

Teria sido necessária a rendição franco-britânica em Munique? Adolf Hitler não estaria blefando?

Paradoxalmente, a resposta a ambas as perguntas, agora sabemos, é Não. Todos os generais próximos a Hitler, que sobreviveram à guerra, concordaram em que se não fosse Munique Hitler teria atacado à Tchecoslováquia a 1º de outubro de 1938. E presumem que, quaisquer que pudessem ter sido as hesitações momentâneas em Londres, Paris e Moscou, no fim a Inglaterra, a França e a Rússia teriam sido arrastadas à guerra.

E — o que é importantíssimo neste ponto para esta história — os generais alemães concordaram unanimemente em que a Alemanha perderia a guerra, em pouco tempo. O argumento dos defensores de Chamberlain e Daladier — em grande maioria na época — foi de que Munique salvou o Ocidente não apenas de uma guerra, mas também de uma derrota na guerra e, incidentalmente, preservou Londres e Paris de serem varridas pelas bombas mortíferas da Luftwaffe. Tal argumento foi admiravelmente refutado, no que se relaciona aos dois últimos pontos, por aqueles que tinham melhor conhecimento da questão: os generais alemães, e especialmente por aqueles generais que se encontravam mais próximos a Hitler e que o apoiaram do princípio ao fim, de modo mais fanático.

O mais brilhante entre os últimos foi o general Keitel, chefe do OKW, bajulador de Hitler e constantemente a seu lado. Quando perguntaram, no julgamento de Nuremberg, qual a reação dos generais alemães ao Acordo de Munique, ele respondeu:

Ficamos extremamente felizes que não tivesse ocorrido uma ação militar, porque (...) sempre sustentamos a opinião de que nossos meios de ataque contra as fronteiras fortificadas da Tchecoslováquia eram insuficientes. De um ponto de vista estritamente militar, carecíamos de meios para um ataque que envolvesse a penetração pelas fortificações fronteiriças.91

Os técnicos militares Aliados sempre admitiram que o exército alemão teria irrompido pela Tchecoslováquia. Mas ao testemunho de Keitel, de que isso não ocorreria, devemos somar o do marechal-de-campo von Manstein, que tornou-se um dos mais brilhantes comandantes das unidades alemãs. Quando ele, por sua vez, testemunhou em Nuremberg (diferentemente de Keitel e Jodl, não participou do julgamento em defesa de sua vida) sobre a posição alemã na época de Munique, explicou:

Se a guerra irrompesse, nem nossa fronteira oriental nem nossa fronteira polonesa seriam realmente defendidas com eficiência por nós, e não há dúvida de que se a Tchecoslováquia houvesse sido defendido, teríamos sido contidos por suas fortificações, visto que não possuíamos os meios de atravessá-la. 92*

** Até se convenceu disto depois de ter inspecionado a linha fortificada tcheca. Ele disse depois ao dr. Carl Burckhardt, alto comissário de Dantzig na Liga das Nações: "Quando, depois de Munique, estivemos em condições de examinar internamente a força militar da Tchecoslováquia, o que vimos nos perturbou grandemente; corremos sério perigo. O plano preparado pelos*

generais tchecos era formidável. Agora compreendo porque meus generais insistiam no comedimento.” (Pertinax, The Grave Diggers of France, p. 5).

Jodl, o “cérebro” do OKW, adotou a mesma posição quando sustentou a sua própria defesa em Nuremberg:

Estava fora de cogitação defendermo-nos de cem divisões francesas com cinco divisões de combate e sete de reserva, nas fortificações ocidentais, que não eram nada mais que uma grande obra em construção. Isto era militarmente impossível.⁹³

Se, como esses generais alemães admitiram, o exército de Hitler carecia de meios de penetração nas fortificações tchecas, e a Alemanha, em face da força esmagadora da França no Ocidente, se encontrava numa “situação militarmente insustentável”, e, mais ainda, desde que, como vimos, existia tão grave divergência entre os generais quanto à disposição do chefe do Estado-maior geral de derrubar o Führer para evitar uma guerra sem esperança — por que então os Estados-maiores gerais inglês e francês não conheciam isso? Ou conheciam? E se conheciam, como é que os chefes dos governos da Inglaterra e da França se viram forçados, em Munique, a sacrificar tanto dos interesses vitais de suas nações? Na busca de respostas para tais questões deparamo-nos com um dos mistérios de Munique que ainda não ficou esclarecido. Até Churchill, ligado como está nos assuntos militares, passa por alto sobre isto em suas volumosas memórias.

É inconcebível que os Estados-maiores gerais inglês e francês e os dois governos não soubessem da resistência do Estado-maior geral do exército alemão a uma guerra européia. Pois, como já indicamos aqui, os conspiradores em Berlim preveniram os ingleses do fato em pelo menos quatro canais, em agosto e setembro e, como sabemos, a questão chamou a atenção do próprio Chamberlain. No início de setembro, Paris e Londres devem ter sabido da demissão do general Beck e das claras consequências para o exército alemão da revolta do seu mais eminente e talentoso líder.

Em Berlim, nessa época, os serviços de informações militares francês e inglês eram tidos como muito bons. É extremamente difícil acreditar que os chefes militares em Londres e Paris não soubessem da evidente debilidade do exército e da força aérea alemã e de sua incapacidade de lutar numa guerra de duas frentes. Que dúvidas teria o chefe do Estado-maior do exército francês, general Gamelin — apesar de sua precaução inata, que era monumental —, de que com quase uma centena de divisões ele podia esmagar as cinco divisões regulares e as

sete de reserva alemãs no oeste e entrar fácil e rapidamente Alemanha adentro?

De modo geral, como ele mais tarde contou,⁹⁴ Gamelin tinha poucas dúvidas. A 12 de setembro, dia em que Hitler proferiu suas ameaças contra a Tchecoslováquia na sessão de encerramento do congresso de Nuremberg, o generalíssimo francês havia assegurado ao premier Daladier que se a guerra viesse “as nações democráticas ditariam a paz”. Disse que sustentou a opinião com uma carta, expressando as razões de seu otimismo. A 26 de setembro, no clímax da crise tcheca que se seguiu à reunião de Godesberg, Gamelin, que acompanhara os dirigentes do governo francês a Londres, repetiu suas convicções a Chamberlain e procurou consubstanciá-las através de uma análise da situação militar destinada a animar não somente o primeiro-ministro inglês, mas seu próprio vacilante premier. Fracassou, tudo leva a crer, na tentativa. Por fim, exatamente antes de Daladier voar para Munique, Gamelin esboçou-lhe os limites das concessões territoriais nos Sudetos que podiam ser feitas sem causar danos à segurança francesa. As mais importantes fortificações tchecas, e os entroncamentos ferroviários, certas linhas de ramificação estratégica e as indústrias principais de defesa não deviam ser dadas à Alemanha. Sobretudo, acrescentou, não se devia permitir que os alemães interceptassem o desfiladeiro da Morávia. Bom conselho, já que a Tchecoslováquia seria útil para a França no caso de uma guerra com a Alemanha. Mas, como vimos, Daladier não era homem de agir nesse sentido.

Muita coisa foi dita na época de Munique sobre a razão para a capitulação de Chamberlain, que teria sido seu medo de que Londres fosse obliterada pelas bombas alemãs. E não há dúvida de que os franceses ficaram agitados diante da terrível perspectiva de sua capital ser destruída do ar. Mas pelo que agora se conhece da força da Luftwaffe nessa ocasião, os londrinos e parisienses, e o primeiro-ministro e o premier, estavam alarmados sem razão. A força aérea alemã, como o exército, estava concentrada contra a Tchecoslováquia e, por conseguinte, da mesma forma que o exército, era incapaz de uma atividade séria no Ocidente. Mesmo se alguns bombardeiros germânicos tivessem sido poupados para atacar Londres e Paris, é bastante duvidoso que pudessem atingir seus alvos. Fracas como estavam as defesas de aviões de combate britânicos e franceses, os alemães não teriam dado proteção de caças a seus bombardeiros, se tivessem os aviões. Suas bases de caças eram demasiado distantes.

Igualmente se afirmou — mais positivamente pelos embaixadores François-Poncet e Henderson — que Munique forneceu às duas democracias ocidentais perto de um ano de prazo para alcançar os alemães no rearmamento. Os fatos desmentem tais argumentos. Como Churchill escreveu, apoiado por todos os

historiadores militares aliados, “o tempo de um ano tido como ganho com Munique, deixou a Inglaterra e a França numa situação muito pior, comparada com a Alemanha de Hitler, do que durante a crise de Munique”.⁹⁵ Como veremos, todos os cálculos militares alemães se confirmaram um ano depois, e os acontecimentos subseqüentes naturalmente removeram todas e quaisquer dúvidas.

Olhando retrospectivamente, e com o conhecimento que possuímos dos documentos secretos alemães e do testemunho do pós-guerra dos próprios alemães, o seguinte resumo, impossível nos dias de Munique, pode ser feito: A Alemanha não estava em condições de ir à guerra a 1º de outubro de 1938 contra a Tchecoslováquia, a França e a Inglaterra, para não mencionar a Rússia. Se fosse, teria sido rápida e facilmente derrotada, o que significaria o fim de Hitler e do Terceiro Reich. Se uma guerra européia tivesse sido declarada, no último momento, pela intercessão do exército alemão, Hitler podia ter sido derrubado por Halder e Witzleben e seus companheiros, pela execução do plano de prendê-lo logo que tivesse dado a ordem final para o ataque à Tchecoslováquia.

Gabando-se publicamente de que ele podia marchar sobre os Sudetos a 12 de outubro “em qualquer caso”, Hitler colocava-se bastante afastado da realidade, numa “posição insustentável”, que o general Beck previra. Tivesse ele, após todas as ameaças e declarações categóricas, tentado retroceder daquele passo em falso, dificilmente teria sobrevivido por tanto tempo, sendo as ditaduras o que são e sua ditadura, particularmente, o que era. Teria sido extremamente difícil para ele, se não impossível, voltar atrás. E se tivesse tentado, a perda de seu prestígio na Europa, entre seu próprio povo e, sobretudo, entre seus generais, teria provavelmente sido fatal.

A perseverança fanática e a teimosia de Chamberlain em ceder a Hitler o que ele pretendia, as viagens a Berchtesgaden e a Godesberg, e finalmente a jornada fatídica a Munique salvaram Hitler do precipício e reforçaram sua posição na Europa, na Alemanha, no exército, muito além de tudo quanto se podia ter imaginado poucas semanas antes. Isso também aumentou enormemente o poder do Terceiro Reich ante as democracias ocidentais e a União Soviética.

Munique foi um desastre para a França, e a compreensão deste fato não foi inteiramente percebida em Paris. Sua posição militar na Europa foi destruída. Seu exército, desde que o Reich estivesse totalmente mobilizado, jamais poderia chegar a mais da metade do da Alemanha, que tinha quase duas vezes sua população, e em virtude de sua capacidade de produção de armas ser também menor, a França edificara laboriosamente suas alianças com as pequenas

potências do leste, do outro lado da Alemanha — e da Itália: a Tchecoslováquia, a Polônia, a Iugoslávia e a Romênia, que juntas possuíam a força militar de uma grande potência. Agora, a perda de 35 divisões tchecas bem preparadas e bem armadas, distribuídas atrás de suas poderosas fortificações montanhosas, e contendo forças alemãs ainda maiores, representava algo catastrófico para o exército francês. Mas não era tudo. Depois de Munique, como poderiam os aliados restantes da França, na Europa Oriental, ter qualquer confiança em sua palavra escrita? Que valor teriam agora tais alianças? A resposta em Varsóvia, Bucareste e Belgrado foi: quase nenhum. E nessas capitais houve uma corrida para efetuar o melhor negócio possível, enquanto ainda era tempo, com o conquistador nazista.

Em Moscou, se bem que tal não ocorreu, houve comoção. Embora a União Soviética fosse militarmente aliada, tanto da Tchecoslováquia como da França, o governo francês, em companhia da Inglaterra e da Alemanha, sem protesto, excluiu a Rússia de Munique. Stalin não esqueceu tal descortesia, que custaria caríssimo às duas democracias ocidentais nos próximos meses. A 3 de outubro, quatro dias depois de Munique, o conselheiro da embaixada alemã em Moscou, Werner von Tippleskirch, comunicou a Berlim as consequências de Munique para a política soviética. Julgava que Stalin “tiraria conclusões”; estava certo de que a União Soviética “reveria sua política exterior”, tornando-se menos amigável com sua aliada, a França, e “mais positiva” para com a Alemanha. Na verdade, o diplomata alemão julgou que “as atuais circunstâncias ofereciam oportunidades favoráveis para um novo e mais amplo acordo econômico com a União Soviética”.⁹⁶ Este é o primeiro indício nos arquivos secretos alemães de uma mudança nos ventos que agora começavam a soprar, embora debilmente, sobre Berlim e Moscou, e que, dentro de um ano, trariam sérias consequências.

Apesar da sua desconcertante vitória e da humilhação que infligiu não só à Tchecoslováquia, mas às democracias ocidentais, Hitler ficou desapontado com os resultados de Munique. “Esse sujeito [Chamberlain]”, Schacht ouviu-o exclamar à sua comitiva das S.S., ao retornar a Berlim, “estragou minha entrada em Praga!”⁹⁷ Isto era tudo que ele queria desde o princípio, como repetidamente confiara a seus generais desde a conferência que com eles mantivera a 5 de novembro do ano anterior. A conquista da Áustria e da Tchecoslováquia, explicou então, não seria senão a preliminar para uma campanha maior pelo Lebensraum no leste e para um ajuste militar com a França, no oeste. Como dissera ao primeiro-ministro húngaro a 20 de setembro, o melhor era “destruir a Tchecoslováquia”. Isso, afirmara, “permitiria a única solução satisfatória”. Apenas estava temeroso do perigo de que os tchecos pudessem se submeter a todas as suas exigências.*

E Chamberlain, empunhando seu famoso guarda-chuva, fora a Munique e obrigara os tchecos a submeterem-se a todas as suas exigências e, conseqüentemente, o privara de sua conquista militar. Assim, os fatos deixam evidente, foram os tortuosos pensamentos do Führer depois de Munique. “Estava claro para mim desde o primeiro instante”, confiou a seus generais, “que eu não me satisfaria com o território sudeto alemão, que era apenas uma solução parcial.”⁹⁸

Poucos dias depois de Munique o ditador germânico pôs em ação planos para alcançar a solução total.

██████████ A Tchecoslováquia deixa de existir

Dez dias após sua assinatura no Acordo de Munique, antes mesmo da ocupação militar pacífica dos Sudetos ter sido completada, Adolf Hitler expediu uma mensagem altamente confidencial e urgente ao general Keitel, chefe do OKW.

- 1. Que reforços são indispensáveis na atual situação para quebrar toda resistência tcheca na Boêmia e na Morávia?*
- 2. Quanto tempo se requer para o reagrupamento ou para a movimentação de novas forças?*
- 3. Quanto tempo será necessário para o mesmo objetivo, no caso disto ser executado depois da desmobilização projetada e das medidas de retorno?*
- 4. Quanto tempo será preciso para atingir o estado de prontidão de 1º de outubro?1*

Keitel mandou de volta um telegrama a 11 de outubro ao Führer, dando resposta pormenorizada. Nem muito tempo nem muitos reforços seriam necessários. Vinte e quatro divisões já se encontravam preparadas, incluindo três blindadas e quatro motorizadas, na área sudeta. “O OKW acredita”, afirmou Keitel,4 que seria possível começar as operações sem reforços em face dos sinais evidentes do enfraquecimento da resistência tcheca”.2

Assim garantido, Hitler transmitiu suas ideias aos chefes militares, dez dias depois.

ALTAMENTE CONFIDENCIAL

Berlim, 21 de outubro de 1938

As futuras tarefas para as forças armadas e os preparativos para a guerra, como resultado dessas tarefas, serão expostos por mim numa ordem posterior.

Até que essa ordem seja aplicada, as forças armadas devem estar preparadas a todo o momento para as seguintes eventualidades:

- 1. A segurança das fronteiras da Alemanha.*
- 2. A liquidação das pessoas restantes da Tchecoslováquia.*

3. A ocupação do distrito de Memel.

A cidade de Memel, porto báltico de uns quarenta mil habitantes, fora perdida para a Lituânia em virtude de Versalhes. Já que a Lituânia era menor e mais fraca que a Áustria e a Tchecoslováquia, a tomada da cidade não constituía problema para a Wehrmacht e nessa ordem Hitler simplesmente indicava que ela seria anexada. Quanto à Tchecoslováquia:

Deve ser possível esmagar a qualquer momento as pessoas restantes da Tchecoslováquia se sua política vier a ser hostil à Alemanha.

Os preparativos que devem ser feitos pelas forças armadas, tendo em vista essa contingência, serão consideravelmente menores em extensão do que os do Verde. Devem, porém, garantir um elevadíssimo estado de preparação, já que foram canceladas as medidas de mobilização. A organização, a disposição de combate e o estado de prontidão para aquele objetivo devem, no período de paz, estar prontos para um ataque de surpresa, de modo que a Tchecoslováquia seja privada de toda possibilidade de resistência organizada. A finalidade é a rápida ocupação da Boêmia e Morávia e a liquidação da Eslováquia.³

Naturalmente, a Eslováquia poderia ser liquidada por meios políticos, o que tornaria desnecessário o emprego das tropas alemãs. Com este propósito o Ministério do Exterior alemão se pôs a trabalhar. Nos primeiros dias de outubro, Ribbentrop e seus auxiliares insistiram junto aos húngaros para que pressionassem em favor de sua participação nos despojos da Eslováquia. Mas quando a Hungria, que não tinha necessidade de estímulo para aguçar seu voraz apetite, falou de tomar definitivamente a Eslováquia, a Wilhelmstrasse fez pé firme. Possuía outros planos para o futuro desse território. O governo de Praga já havia, logo após Munique, garantido à Eslováquia vasta autonomia. O Ministério do Exterior alemão advertiu que tolerava essa solução no momento. Mas para o futuro, o pensamento alemão foi resumido pelo dr. Ernst Wörmann, diretor do departamento político do Ministério do Exterior, num memorando de 7 de outubro: “Uma Eslováquia independente”, escreveu, “seria constitucionalmente fraca e, conseqüentemente, agravaria a necessidade de a Alemanha penetrar e se estabelecer no leste.”⁴

Aí está um novo ponto decisivo para o Terceiro Reich. Pela primeira vez Hitler se encontra a um passo da conquista de terras não-germânicas. Há seis semanas assegurara a Chamberlain, em público e privadamente, que os Sudetos eram sua última reivindicação territorial na Europa. E apesar de o primeiro-ministro ter sido mais ingênuo do que era admissível ao aceitar a palavra de Hitler, havia

algum fundamento para se acreditar que o ditador alemão se deteria quando tivesse absorvido os alemães que viviam anteriormente fora das fronteiras do Reich e que, agora, estavam dentro. Não tinha dito, repetidamente, o Führer que não queria tchecos no Terceiro Reich? Não tinha ele, em Minha Luta e em numerosos discursos públicos, reiterado a teoria nazista de que a Alemanha, para ser forte, precisava tornar-se racialmente pura, e não devia receber povos estrangeiros, sobretudo eslavos? Sim, tinha. Mas igualmente — e talvez isto tenha sido esquecido em Londres — ele preconizara em muitas das indigestas páginas de Minha Luta que o futuro da Alemanha residia na conquista do Lebensraum no leste. Por mais de um milênio esse espaço fora ocupado pelos eslavos.

A semana dos vidros partidos

No outono de 1938 outro ponto crítico foi alcançado pela Alemanha nazista. Deu-se durante a Semana dos Vidros Partidos, como foi posteriormente chamada nos círculos nazistas.

A 7 de novembro, um judeu refugiado, de 17 anos de idade, Herschel Grynszpan, atirou e feriu mortalmente o terceiro secretário da embaixada alemã em Paris, Ernst von Rath. O pai do jovem estivera entre os dez mil judeus deportados para a Polônia pouco antes, em vagões fechados, e o gesto se destinava a vingar isto e a perseguição geral aos judeus na Alemanha nazista. Foi à embaixada alemã para matar o embaixador, conde Johannes von Welczeck. O jovem terceiro secretário foi saber o que ele queria e morreu. Havia ironia na morte de Rath, porque tinha sido vigiado pela Gestapo como consequência de sua atitude antinazista. Na verdade, jamais compartilhara das aberrações anti-semitas dos governantes de seu país.

Na noite de 9 para 10 de novembro, logo após os maiores do partido terem terminado de celebrar o aniversário do Putsch da cervejaria de Munique, teve lugar o pior movimento de violências contra os judeus ocorrido no Terceiro Reich.

Segundo o dr. Goebbels e a imprensa alemã, que ele controlava, era uma espontânea demonstração da população germânica, reagindo às notícias do assassinato de Paris. Mas vieram à luz documentos, depois da guerra, que revelam “a espontaneidade”.⁵ Estão entre os documentos secretos mais ilustrativos e horrendos da era nazista anterior à guerra. Na noite de 9 de novembro, de acordo com uma comunicação secreta feita pelo principal juiz do partido, o major Walther Buch, o dr. Goebbels baixou instruções para que as “demonstrações espontâneas” fossem “organizadas e realizadas durante a noite”.

Mas o verdadeiro organizador foi Reinhard Heydrich, o sinistro homem Número 2, nas S.S., depois de Himmler, de 34 anos de idade, que dirigia o Serviço de Segurança (S.D.) e a Gestapo. Suas ordens pelo teletipo durante a noite estão entre os documentos alemães capturados.

À 1:20h da manhã de 10 de novembro lançou uma urgente mensagem pelo teletipo para todas as chefaturas e agências de polícia estatal e da S.D., dando instruções para que os líderes das S.S. e do partido se reunissem “a fim de discutir a organização das demonstrações”.

*a. Apenas seriam tomadas medidas que não envolvessem perigo para a vida e a propriedade alemãs. (Por exemplo, as sinagogas só devem ser queimadas quando não houver perigo de incêndio nas redondezas).**

b. As lojas e apartamentos dos judeus podem ser destruídos, mas não saqueados (...)

d. (...)

2. As demonstrações não devem ser embaraçadas pela polícia (...)

5. Serão presos tantos judeus, especialmente ricos, quantos puderem ser alojados nas prisões existentes (...) Ao ser efetuada sua prisão, os campos de concentração apropriados devem ser imediatamente informados, a fim de confiná-los logo que possível.

** Parênteses no original.*

Foi uma noite de horror por toda a Alemanha. Sinagogas, lares e lojas judias foram incendiados, e numerosos judeus, homens, mulheres e crianças, mortos ou chacinados quando tentavam escapar da morte pelo fogo. Uma informação confidencial preliminar foi feita por Heydrich a Göring no dia seguinte, 11 de novembro.

A extensão da destruição das lojas e casas judias ainda não pode ser calculada em números (...) 815 lojas destruídas, 171 residências incendiadas ou destruídas indicam somente uma fração do dano real quanto aos incêndios previstos. (...) 119 sinagogas foram incendiadas, e mais 76 completamente destruídas (...) 20 mil judeus presos. 36 mortes comunicadas, e o número de feridos graves atingiu também 36. Os mortos e feridos são judeus (...)

Acredita-se que o número total de judeus assassinados nessa noite foi muito

superior à cifra preliminar. O próprio Heydrich, um dia depois de ter fornecido sua informação, apresentou como sendo de 7.500 o número de lojas judias saqueadas. Houve casos de estupro que o tribunal do partido do Major Buch, a julgar por sua própria informação, considerou pior que assassinato, pois foram violadas as leis raciais de Nuremberg que proibiam as relações sexuais entre os nacionais e os judeus. Esses criminosos foram expulsos do partido e entregues aos tribunais civis. Os membros do partido que haviam simplesmente assassinado judeus “não podem ser punidos”, afirmou o major Buch, desde que meramente cumpriram ordens. Neste ponto foi completamente insensível. “O povo, incluindo o homem mais humilde”, escreveu, “compreende que campanhas políticas como as de 9 de novembro foram organizadas e dirigidas pelo partido, quer isto seja ou não admitido”.*

** A informação do major Buch revela um quadro autêntico do Terceiro Reich. Nos casos seguintes de mortes de judeus”, lê-se numa parte, “os processos foram suspensos ou pequenas punições aplicadas.” Cita então um grande número desses casos, dando os nomes dos assassinados e dos assassinos. “O membro do partido, Augusto Frühling, em virtude de ter atirado no casal judeu Geldberg e em virtude de ter atirado no judeu Sinasohn (...) Os membros do partido, Willi Behring e José Heike, em virtude de terem atirado no judeu Rosenbaum e na judia Zwiernicki (...) Os membros do partido, Heinrich Schmidt e Ernst Meckler, por terem afogado o judeu Issoffer (...)”, etc.*

Assassinatos, incêndios premeditados e pilhagem não foram as únicas atribuições sofridas pelos inocentes judeus alemães como resultado da morte de Rath em Paris. Os judeus tinham de pagar pela destruição de suas próprias propriedades. O dinheiro devido pelo seguro foi confiscado pelo Estado. Além disto, foram sujeitados, coletivamente, a uma multa de um bilhão de marcos, como punição, imposta por Göring, “em virtude de seus crimes abomináveis, etc.”. Tais penalidades foram fixadas numa grotesca reunião de uma dúzia de ministros alemães e de altos funcionários, presidida pelo corpulento marechal-de-campo, a 12 de novembro, da qual restou um registro parcial taquigrafado.

Certo número de firmas alemãs de seguros iria à bancarrota se tivesse de pagar os estragos dos prédios destruídos (a maioria dos quais, embora abrigassem lojas judias, eram de propriedade de alemães) e das mercadorias danificadas. A destruição só dos vidros das janelas chegou a ser de cinco milhões de marcos, como um certo Herr Hilgard, que fora convocado para falar pelas companhias de seguro, lembrou a Göring; e a maioria dos vidros tinham de ser substituídos pela importação do exterior, em moeda estrangeira, da qual a Alemanha tinha escassez.

“Isto não pode continuar”, exclamou Göring, que, ademais, era o czar da economia alemã. “Não seremos capazes de resistir a tudo isto. Impossível!” E voltando-se para Heydrich, gritou: “Preferiria que vocês tivessem matado duas centenas de judeus em vez de destruírem tantos valores!”*

** Quando Justice Jackson, em Nuremberg, durante a reinquirição, perguntou se realmente Göring havia dito isso, ele respondeu: "Sim, disse isso num momento de mau humor e excitação (...) Mas não falava seriamente."6*

“Trinta e cinco foram mortos”, respondeu Heydrich, defendendo-se.

Nem toda a conversação, da qual o registro parcial estenografado fixa dez mil palavras, foi tão extremamente grave. Göring e Goebbels divertiram-se um bocado discutindo a respeito de novas indignidades às quais deviam submeter novamente os judeus. O ministro da Propaganda disse que os judeus seriam postos a limpar os entulhos das sinagogas: os locais seriam depois transformados em pontos de estacionamento de automóveis. Insistia em que os judeus fossem excluídos de tudo que fosse alemão: escolas, teatros, cinemas, das casas de diversões, das praias públicas, dos parques, até das florestas. Propunha que houvesse carros especiais nas ferrovias e compartimentos para os judeus, mas que fossem utilizados apenas depois que todos os arianos estivessem sentados. “Bem, se o trem estiver superlotado”, Göring riu, “nós os expulsaremos e os sentaremos todos, durante o percurso, na *toilette*”.

Quando Goebbels reclamou com toda a seriedade que os judeus fossem proibidos de entrar nas florestas, Göring respondeu: “Daremos aos judeus uma certa parte do bosque e faremos com que vários animais que parecem bravios e gostam muito deles também cheguem até lá (o alce tem um nariz curvo como o deles) e aí se aclimatem.”

Conversas desse tipo e muitas outras idênticas entretinham os líderes do Terceiro Reich à medida que se passava o ano crucial de 1938.

Mas o problema sobre quem devia pagar o valor de 25 milhões de marcos de prejuízos causados por um ato de violência instigado e organizado pelo Estado se constituiu num assunto bastante sério, especialmente para Göring, que se tornara então responsável pelo bem-estar econômico da Alemanha nazista. Hilgard, em nome das companhias de seguro, declarou que se suas apólices não fossem honradas em relação aos judeus, a confiança do povo, tanto interna como externamente, no seguro alemão, não teria razão de ser. Por outro lado, não via como muitas das companhias menores pudessem pagar sem ir à falência.

O problema foi rapidamente resolvido por Göring. As companhias de seguros pagariam aos judeus tudo, mas as somas seriam confiscadas pelo Estado e os seguradores reembolsados de uma parte de suas perdas. Isto não contentou Herr Hilgard, que, a julgar pelo registro da reunião, deve ter sentido que caíra no meio de alucinados.

Göring: O judeu será reembolsado pela companhia de seguro, mas terá o reembolso confiscado. Ficará certo lucro para as companhias de seguros, desde que não tenham que pagar todo o prejuízo. Herr Hilgard, o senhor pode considerar-se um felizardo.

Hilgard: Não tenho motivos para isso. O fato de não termos de pagar por todo o prejuízo, os senhores chamam de lucro!

O marechal-de-campo não estava acostumado a esse gênero de conversa e logo reprimiu o confuso negociante.

Göring. Um momento! Se legalmente o senhor tem obrigação de pagar cinco milhões, e tudo de uma vez, e um anjo de forma um tanto corpulenta como eu lhe aparece e diz que pode guardar um milhão, pelo amor de Deus, não será isto um lucro? Gostaria de repartir com o senhor o lucro, ou o que quer que chame a isto. Tenho somente de resolver esta questão. Toda a sua corporação ferve de satisfação. Está fazendo um grande negócio!

O diretor de seguros tinha dificuldade de compreender isso.

Hilgard: Todas as companhias de seguros são as perdedoras. É isto e só isto. Ninguém pode convencer-me do contrário.

Göring. Então, por que não se importa com o fato de outras janelas estarem sendo arrebentadas?

O marechal-de-campo provara o suficiente a esse homem de espírito comercial. Herr Hilgard despediu-se, desaparecendo no esquecimento da história.

Um representante do Ministério do Exterior ousou sugerir que a opinião pública americana fosse considerada quando da adoção de novas medidas contra os judeus.* Isto determinou uma explosão de Göring: “País de canalhas! (...) Essa terra de bandidos!”

* O embaixador americano em Berlim, Hugh Wilson, foi chamado pelo

*presidente Roosevelt a 14 de novembro, dois dias depois da reunião de Göring, "para consultas" e nunca retornou a seu posto. O embaixador alemão em Washington, Hans Dieckhoff, que nesse dia comunicou a Berlim que "um furacão está rugindo aqui", como resultado do programa alemão, foi chamado a 18 de novembro e da mesma forma não regressou. A 30 de novembro, Hans Thomsen, encarregado dos negócios alemães em Washington, avisou por código a Berlim que "em face das relações tensas e da falta de segurança para assuntos secretos" na embaixada, "os arquivos políticos secretos tinham de ser removidos para Berlim". "Os arquivos" disse, "são tão volumosos que não poderão ser destruídos bastante rapidamente quando surgir a necessidade"*⁷

Após interminável discussão ficou combinado resolver a questão judaica da seguinte maneira: eliminar os judeus da economia germânica; transferir todas as propriedades e empresas comerciais judias, incluindo jóias e objetos de arte, para as mãos dos arianos, dando-lhes certa compensação em bônus, dos quais os judeus utilizariam o lucro, mas não o capital. A questão da exclusão dos judeus das escolas, diversões públicas, parques, florestas, etc. e de expulsá-los depois que fossem privados de todas as suas propriedades, ou confiná-los em guetos alemães onde seriam lançados ao trabalho forçado, foi deixada para posterior consideração de um comitê.

Heydrich afirmou no final da reunião: “Apesar da eliminação dos judeus da vida econômica, o problema principal continua, isto é, a expulsão dos judeus da Alemanha.” O conde Schwerin von Krosigk, ministro das Finanças, o antigo erudito de Rhodes que se orgulhava de representar a “tradicional e decente Alemanha” no governo nazista, concordou que “teremos de fazer tudo para passar os judeus aos países estrangeiros”. Quanto aos guetos, o nobre alemão disse suavemente: “Não penso que a perspectiva do gueto seja muito bonita. A ideia do gueto não é muito agradável.”

Às 14:30h — depois de quase quatro horas — Göring encerrou a reunião.

Encerrarei a reunião com estas palavras: o judaísmo alemão terá, como punição de seus abomináveis crimes, etc., de dar uma contribuição de um bilhão de marcos. Isto dará trabalho. A canalha não praticará outra vez assassinato. A propósito, quero dizer que não gostaria de ser judeu na Alemanha.

Muito pior, no decorrer do tempo, estava para ser infligido aos judeus por esse homem, esse Estado e seu Führer. E brevemente isto iria ocorrer. Na chamejante e tumultuosa noite de 9 de novembro de 1938, o Terceiro Reich tomara

deliberadamente um caminho do qual não retrocederia. Boa quantidade de judeus tinha sido assassinada e torturada, e roubada, mas tais crimes, excetuando os que se passaram nos campos de concentração, foram cometidos, em sua maioria, por bandos de camisas pardas, que agiam por sadismo ou ambição, enquanto as autoridades estatais ficavam inertes, olhando para o lado. Agora, o próprio governo alemão organizara e executara um vasto programa. Os assassinatos, o roubo e o incêndio de sinagogas, de lares e de lojas na noite de 9 de novembro foram obra sua. Igualmente foram os decretos oficiais, devidamente publicados na imprensa governamental, a Reichsgesetzblatt — três deles no dia da reunião de Göring —, multando a comunidade judia em um bilhão de marcos, eliminando-a da economia, saqueando-a do que restava de suas propriedades e enviando-a para o gueto. E pior.

A opinião mundial estava abalada e revoltada por semelhante barbárie, numa nação que se jactava de uma cultura humanista e cristã de centenas de anos. Por sua vez, Hitler achava-se enfurecido diante da reação mundial e se convenceu de que isso provava a força e o objetivo da “conspiração mundial do judaísmo”.

Retrospectivamente, é fácil constatar que os horrores praticados contra os judeus da Alemanha, a 9 de novembro, e as medidas cruéis e brutais adotadas contra eles logo depois, foram o augúrio de uma fraqueza que finalmente levaria o ditador, seu regime e a nação à mais completa ruína. Vimos as claras manifestações da megalomania de Hitler em centenas de páginas desta narrativa. Mas até agora fomos capazes, geralmente, de mantê-la nas fases críticas de sua ascensão e na de seu país. Nestes momentos, seu gênio atuando não somente com audácia e sangue-frio, mas também depois de cuidadosa apreciação das consequências, fizeram-no conquistar êxitos esmagadores, um após outro. Agora, porém, como o 9 de novembro e seus frutos mostram com clareza, Hitler estava perdendo o autocontrole. Sua megalomania atingia o extremo. A ata taquigráfica da reunião de Göring de 12 de novembro revela que Hitler, em última análise, era o responsável pelo holocausto da noite de novembro. Ele deu a aprovação indispensável para lançá-la; ele pressionou Göring para levar adiante a eliminação dos judeus da vida alemã. Doravante o senhor absoluto do Terceiro Reich demonstraria pouco daquele comedimento que o salvara tantas vezes antes. E embora seu gênio e o de seu país levassem a posteriores conquistas surpreendentes, as sementes envenenadas de uma eventual autodestruição pelo ditador e sua terra já haviam sido semeadas.

A enfermidade de Hitler era contagiosa. A nação pegou-a como se fosse um vírus. Individualmente, como pude testemunhar por experiência pessoal, muitos alemães estavam horrorizados pelo inferno de 9 de novembro, da mesma

maneira que os americanos, os ingleses e outros estrangeiros. Mas nem os dirigentes das igrejas cristãs, nem os generais, nem outros representantes da digna Alemanha formularam um protesto aberto de imediato. Submeteram-se ao que o general von Fritsch chamava “o inevitável” ou o “destino da Alemanha”.

A atmosfera de Munique cedo dissipou-se. Em Saarbrücken, em Weimar, em Munique, Hitler proferiu discursos petulantes de aviso ao mundo exterior e principalmente aos ingleses, para cuidarem de seus próprios assuntos e não se imiscuírem “com o destino dos alemães dentro das fronteiras do Reich”. Tal destino, trombeteava, pertencia exclusivamente à Alemanha. Não estaria longe o dia em que mesmo Neville Chamberlain seria despertado pelo caráter do governo alemão que ele tanto fizera por apaziguar. Gradualmente, à medida que o memorável ano de 1938 dava lugar ao sinistro 1939, o primeiro-ministro tomava conhecimento de que o Führer, a quem e com dificuldade tentara pessoalmente acomodar em benefício da paz européia, estava ultrapassando as medidas.*

** A 28 de janeiro de 1939, lorde Halifax avisou secretamente o presidente Roosevelt de que "já em novembro de 1938 havia indicações, que gradualmente se tornavam mais precisas, de que Hitler planejava uma nova aventura exterior na primavera de 1939". O secretário do Exterior inglês disse que "as informações indicavam que Hitler, encorajado por Ribbentrop, Himmler e outros, está imaginando um ataque contra as potências ocidentais como preliminar a uma ação subsequente no leste".8*

Pouco depois de Munique, Ribbentrop viajou a Roma. Sua ideia fixa era a guerra, anotou Ciano, em seu diário em 28 de outubro.9

O Führer [disse o ministro do Exterior alemão a Mussolini e Ciano] está convencido de que devemos inevitavelmente ter em conta uma guerra com as democracias ocidentais no transcurso de poucos anos, de três ou quatro, talvez (...) A crise tcheca demonstrou nossa força!

*Temos a vantagem da iniciativa e estamos senhores da situação. Não podemos ser atacados. A situação militar é excelente. Até setembro [1939] enfrentaríamos uma guerra com as grandes democracias.***

*** Uma versão alemã da entrevista de Ribbentrop com Ciano em Roma, a 28 de outubro, descrita pelo dr. Schmidt, confirma a atitude belicosa de Ribbentrop e cita-o como tendo dito que a Alemanha e a Itália deveriam preparar-se "para conflitos armados com as democracias ocidentais (...) para já". Nesse encontro Ribbentrop assegurou igualmente a Ciano que Munique revelara a força dos isolacionistas nos Estados Unidos. "Assim, não há nada a*

Para o jovem ministro do Exterior italiano, Ribbentrop era “presunçoso, frívolo e loquaz”. E ao assim descrevê-lo em seu diário, acrescentou: “Disse o Duce que basta apenas olhar para sua cabeça para ver-se que possui um cérebro pequeno.” O ministro do Exterior alemão viera a Roma para persuadir Mussolini a assinar uma aliança militar entre Alemanha, Japão e Itália, de acordo com um esboço já dado aos italianos em Munique; mas Mussolini procurou ganhar tempo. Não se achava ainda preparado, observou Ciano, para fechar as portas à Inglaterra e à França.

O próprio Hitler acalentou a ideia, nesse outono, de tentar separar a França de sua aliada de além Canal. Quando a 18 de outubro ele recebeu o embaixador francês, François-Poncet, para uma visita de despedida na lúgubre fortaleza do Ninho de Águia, muito acima de Berchtesgaden, no alto de uma montanha,* irrompeu num rancoroso ataque contra a Inglaterra. O embaixador achou o Führer pálido, com aspecto de fadiga, mas não tão cansado para deixar de invectivar a Albion, que retumbava com “ameaças e apelos às armas”. Era egoísta e tomava ares de superioridade. Os ingleses é que estavam destruindo o espírito de Munique. E assim por diante. A França era diferente. Hitler afirmou que desejava maior amizade e relações íntimas com ela. Para demonstrá-lo, achava-se disposto a assinar imediatamente um pacto de amizade, garantindo suas atuais fronteiras (e renunciando de novo, dessa forma, às reclamações alemãs em relação à Alsácia-Lorena) e propondo regulamentar quaisquer futuras divergências com consultas.

** Este fantástico refúgio, construído penosamente durante três anos, era difícil de alcançar. Dezesseis quilômetros de uma estrada cheia de curvas, ladeando a montanha, levava a uma extensa passagem subterrânea, perfurada na rocha, e que conduzia a uma cabana a 230 metros, encarpitada numa elevação de mais de 1.830 metros, no cume de uma montanha. Dali se descortinava uma paisagem maravilhosa dos Alpes. Salzburgo podia ser vista à distância. Descrevendo-a mais tarde, François-Poncet admirava-se: "Este edifício foi obra de uma mente normal ou de um espírito atormentado pela megalomania obcecada por visões de domínio e solidão?"*

O pacto foi assinado devidamente em Paris a 6 de dezembro de 1938, pelos ministros do Exterior alemão e francês. A França nessa época se repusera um pouco do pânico derrotista dos dias de Munique. Por acaso, o autor estava em Paris no dia em que o documento foi assinado e notou a atmosfera gelada. Quando Ribbentrop saía, as ruas ficavam completamente desertas, e diversos ministros e outras personalidades do mundo político e literário, incluindo os

eminentes presidentes do Senado e da Câmara, Jeanneney e Herriot, recusaram-se a comparecer às recepções sociais programadas para o visitante nazista.

Desse encontro de Bonnet e Ribbentrop decorreu um equívoco que desempenhou certo papel nos acontecimentos futuros. O ministro do Exterior alemão afirmou que Bonnet lhe assegurara que depois de Munique a França não estava mais interessada na Europa Oriental, o que ele interpretou, conseqüentemente, como significando que os franceses dariam à Alemanha liberdade de ação nessa região, especialmente tendo em vista o resto da Tchecoslováquia e da Polônia. Bonnet negou isto. Segundo os registros da reunião do dr. Schmidt, Bonnet declarou, em resposta a uma pergunta de Ribbentrop, que a esfera de influência da Alemanha no leste devia ser reconhecida, que “as condições desde Munique se haviam modificado substancialmente”.¹¹ A observação ambígua foi imediatamente estendida pelo pérfido ministro do Exterior alemão numa declaração aberta, que levou a Hitler, de que “em Paris Bonnet lhe asseverara que ele não estava mais interessado nos problemas relacionados com o leste”. A rápida capitulação da França em Munique já havia convencido o Führer disto. Mas não era inteiramente verdade.

A Eslováquia “conquista” sua “independência”⁵

Que acontecera à segurança dos alemães na Tchecoslováquia que Hitler prometeu solenemente em Munique? Quando o novo embaixador francês em Berlim, Robert Coulondre, fez a indagação a Weizsäcker, no dia 21 de dezembro de 1938, o secretário de Estado respondeu que o destino da Tchecoslováquia estava nas mãos da Alemanha e que rejeitava a ideia da garantia franco-britânica. Lá para 14 de outubro, quando o novo ministro do Exterior tcheco, Frantisek Chvalkovsky, viera humildemente pedir as migalhas das mãos de Hitler, em Munique, e perguntara se a Alemanha se uniria à Inglaterra e à França para garantir as remanescentes fronteiras de seu país, o Führer respondeu, sorrindo com escárnio, que “as garantias francesas e inglesas não tinham valor (...) e que a única segurança seria a da Alemanha”.¹²

Até o começo de 1939 não acontecera, e a razão era simples. O Führer não tencionava dá-la, pois a garantia teria interferido nos planos organizados por ele logo depois de Munique. Portanto, não haveria garantia para a Tchecoslováquia. Para principiar, a Eslováquia seria induzida a separar-se.

Poucos dias depois de Munique, Göring recebera dois líderes eslovacos, Ferdinand Durcansky e Mach, e o líder da minoria alemã na Eslováquia, Franz Karmasin. Durcansky, que era delegado do primeiro-ministro da recém-indicada

Eslováquia autônoma, assegurou ao marechal-de-campo que os eslovacos queriam realmente “completa independência, com estreitos laços econômicos, políticos e militares com a Alemanha”. Num memorando secreto do Ministério do Exterior da mesma data se afirmava que Göring decidira que a independência eslovaca devia ser apoiada. “Um Estado tcheco sem a Eslováquia está completamente à nossa mercê. A base aérea na Eslováquia para operações contra o leste é muito importante.”¹³ Tais os pensamentos de Göring sobre a questão em meados de outubro.

Devemos nos esforçar aqui por seguir uma dupla direção no plano germânico: separar a Eslováquia de Praga e preparar-nos para a liquidação do que restar do Estado, por meio de ocupação militar das terras tchecas, a Boêmia e a Morávia. A 21 de outubro de 1938, como vimos, Hitler declarara que a Wehrmacht estava preparada para realizar a liquidação.* A 17 de dezembro, o general Keitel transmitiu o que chamou de “suplemento à ordem de 21 de outubro”:

ALTAMENTE CONFIDENCIAL

Com referência à “liquidação do remanescente Estado tcheco”, o Führer emitiu as seguintes diretivas:

A operação deve ser preparada na suposição de que nenhuma resistência digna de nota seja esperada.

Ela deve aparecer claramente ao mundo exterior como medida meramente pacífica, e não como ação de guerra.

*O empreendimento deve ser executado somente pelas forças armadas do tempo de paz, sem o esforço da mobilização (...)*¹⁴

** A 24 de novembro, Hitler baixou outra ordem secreta determinando que a Wehrmacht fizesse preparativos para a ocupação militar de Dantzig, que será efetuada posteriormente. O Führer já olhava além da conquista final da Tchecoslováquia.*

Tentando agradar Hitler como podia, o novo governo pró-alemão da Tchecoslováquia começou a realizar, assim que se iniciou o novo ano, a entrega do país. Precisamente antes do Natal, em 1938, o Ministério tcheco, a fim de apaziguar novamente o Führer, dissolvera o Partido Comunista e suspendera todos os professores judeus das escolas alemãs. A 12 de janeiro de 1939, o ministro do Exterior, Chvalkovsky, numa mensagem ao Ministério do Exterior alemão, salientou que seu governo “fará todo o possível para provar sua lealdade

e sua boa vontade para a mais completa satisfação de todos os desejos da Alemanha”. No mesmo dia chamou a atenção do encarregado alemão em Praga para os rumores difundidos “de que a incorporação da Tchecoslováquia ao Reich estava iminente”.¹⁵

A fim de verificar o que poderia ser salvo, Chvalkovsky persuadiu finalmente Hitler a recebê-lo em Berlim, no dia 21 de janeiro. A cena veio a ser penosa, embora não tanto para os tchecos, como a que rapidamente se seguiria. O ministro do Exterior tcheco arrastou-se diante do poderoso ditador alemão, cujo estado de espírito inclinava-se para a bravata. A Tchecoslováquia, disse Hitler, fora salva da catástrofe pela “moderação da Alemanha”. Entretanto, a não ser que revelasse uma disposição diferente, ele a aniquilaria. Os tchecos deviam esquecer sua história, de “colegiais tolos”, e fazer como os alemães. Só assim podiam salvar-se. Em suma, a Tchecoslováquia devia deixar a Liga das Nações, reduzir drasticamente o tamanho de seu exército — “pois não servia para nada” —, unir-se ao pacto anti-Comintern, aceitar a orientação alemã em sua política externa, estabelecer um acordo comercial preferencial com a Alemanha, sob a condição de que nenhuma nova indústria tcheca fosse instalada sem a permissão alemã,* demitir todos os oficiais e editores não amigos do Reich e, finalmente, colocar fora da lei os judeus, como a Alemanha procedera por intermédio das leis de Nuremberg. (“Com o tempo, os judeus serão destruídos”, disse Hitler a seu visitante). Nesse mesmo dia, Chvalkovsky recebeu novas exigências de Ribbentrop, que ameaçou os tchecos com desastrosas consequências, a menos que eles emendassem seu caminho e fizessem o que lhe diziam. O ministro do Exterior alemão, tão laçao na presença de Hitler, mas grosseirão e intratável para os que estavam sob seus pés, ordenou a Chvalkovsky que não mencionasse as novas exigências alemães aos ingleses e aos franceses, mas que precisamente fosse avante em sua execução.¹⁷

** Hitler também exigiu que o Banco Nacional tchecoslovaco entregasse parte de sua reserva-ouro ao Reichsbank. A soma requerida era de 391,2 milhões de coroas tchecas. A 18 de fevereiro, Göring escreveu ao Ministério do Exterior alemão: "Em face da dificuldade crescente da situação monetária, encareço fortemente que de 30 milhões a 40 milhões de marcos-ouro [do Banco Nacional tcheco] nos sejam destinados rapidamente. Eles devem ser empregados na execução de importantes ordens do Führer; "16*

E realizá-las sem preocupar-se de qualquer garantia alemã sobre as fronteiras tchecas! Aparentemente havia pouco cuidado com isto em Paris e Londres. Quatro meses se passaram desde Munique, e Hitler ainda não honrara sua palavra de juntar a garantia da Alemanha à que fora dada pela Inglaterra e França. Finalmente, a 8 de fevereiro, uma nota verbal anglo-francesa foi

apresentada em Berlim, afirmando que os dois governos “agora ficariam satisfeitos de saber as opiniões do governo alemão em relação à melhor forma de pôr em vigor o entendimento alcançado em Munique para a garantia da Tchecoslováquia”.¹⁸

O próprio Hitler, conforme revelaram os documentos capturados do Ministério do Exterior alemão, redigiu a resposta, que só foi dada a 28 de fevereiro. Disse que não era ainda tempo de dar uma garantia alemã. A Alemanha teria “primeiro de esperar por um esclarecimento da situação interna da Tchecoslováquia”.¹⁹

O Führer já estava moldando essa “situação interna” para um objetivo determinado. A 12 de fevereiro, recebeu na chancelaria, em Berlim, o dr. Vojtech Tuka, um dos líderes eslovacos, cuja longa prisão o deixara amargurado contra os tchecos.* Dirigindo-se a Hitler como “meu Führer”, é o que salienta o memorando secreto alemão da entrevista, o dr. Tuka pediu ao ditador para dar a independência e a liberdade à Eslováquia. “Deposito o destino do meu povo em vossas mãos, meu Führer”, declarou. “Meu povo espera de vós sua completa libertação.”

** Ver as primeiras páginas do capítulo "A estrada para Munique" neste livro.*

A resposta de Hitler foi um pouco evasiva. Disse que, infelizmente, não havia compreendido o problema eslovaco. Se soubesse que os eslovacos queriam se tornar independentes, te-lo-ia conseguido em Munique. “Saber que a Eslováquia era independente, teria sido uma satisfação para ele (...) Garantiria uma Eslováquia independente a qualquer momento, mesmo hoje (...)” Foram palavras confortadoras também para o dr. Tuka.²⁰ Disse mais tarde: “Esse foi o grande dia de minha vida.”

A cortina do próximo ato da tragédia da Tchecoslováquia iria se levantar agora. Por uma dessas ironias de que está repleta a história que relatamos, foram os tchecos, em Praga, que fizeram com que a cortina fosse suspensa um tanto prematuramente. No início de março de 1938 foram apanhados num terrível dilema. Os movimentos separatistas na Eslováquia e na Rutênia, fomentados pelo governo alemão, como vimos (e na Rutênia também pela Hungria, sequiosa de anexar esse pequeno território), alcançaram tal intensidade que, a menos que fosse esmagados, a Tchecoslováquia se desmembraria. Neste caso, Hitler ocuparia com certeza Praga. Se os separatistas fossem derrotados pelo governo central, então o Führer, quase seguramente, tiraria partido das consequências do distúrbio a fim de marchar também para Praga.

O governo tcheco, depois de vacilar muito e somente depois que a provocação tornou-se intolerável, escolheu a segunda alternativa. A 6 de março, o dr. Hácha, presidente da Tchecoslováquia, demitiu do cargo o governo autônomo da Rutênia, fazendo o mesmo, na noite de 9 para 10 de março, com o governo eslovaco. No dia seguinte, ordenou a prisão de monsenhor Tiso, o premier eslovaco, do dr. Tuka e de Durcansky, e proclamou a lei marcial na Eslováquia. A própria atitude corajosa desse governo, que se mostrara tão servil a Berlim, veio a se constituir rapidamente num desastre que o destruiu.

A ação enérgica do cambaleante governo de Praga apanhou Berlim de surpresa. Göring partira para férias em San Remo. Hitler estava às vésperas de sair de Viena, a fim de celebrar o primeiro aniversário do Anschluss. Mas nesse momento o improvisador máximo se pôs a trabalhar febrilmente. A 11 de março, ele decidiu tomar, por ultimato, a Boêmia e a Morávia. O texto foi redigido nesse dia, por ordem de Hitler, pelo general Keitel e enviado ao Ministério do Exterior alemão. Conclamava os tchecos a se submeterem à ocupação militar sem resistência.²¹ Entretanto, ficaria no momento como “alto segredo militar”.

Chegara a época de Hitler “libertar” a Eslováquia. Karol Sidor, que representara o governo autônomo eslovaco em Praga, foi nomeado pelo presidente Hácha para ser o novo premier em substituição a monsenhor Tiso. Retornando a Bratislava, sede do governo eslovaco, no sábado, 11 de março, Sidor convocou uma reunião de seu novo gabinete. Às 22h a sessão foi interrompida por estranhos e inesperados visitantes. Seyss-Inquart, o quisling nazista da Áustria, e Josef Bürckel, o Gauleiter nazista da Áustria, acompanhados por cinco generais, entraram pela reunião e disseram aos ministros que proclamassem imediatamente a independência da Eslováquia. Se não o fizessem, Hitler, que decidira resolver o problema da Eslováquia agora, e de modo definitivo, se desinteressaria do destino dos eslovacos.²²

Sidor, que se opunha à ruptura de todos os laços com os tchecos, ganhou tempo, mas na manhã seguinte monsenhor Tiso, que escapara de um mosteiro onde supostamente se encontrava preso, pediu uma reunião do gabinete, embora de há muito não pertencesse a ele. Para frustrar novas interrupções dos altos funcionários e dos generais alemães, Sidor fez a reunião em seu próprio apartamento, e quando deixou de oferecer segurança — pois as tropas de assalto alemães estavam ocupando a cidade — ele a transferiu para os escritórios de um jornal local, onde Tiso o informou de que acabara de receber um telegrama de Bürckel convidando-o para ir avistar-se imediatamente com o Führer, em Berlim. Caso recusasse o convite, ameaçava Bürckel, duas divisões alemães cruzariam o Danúbio e marchariam de Bratislava, e a Eslováquia seria dividida

em duas, entre a Alemanha e a Hungria. Chegando a Viena na manhã seguinte, 13 de março, com a intenção de continuar de trem para Berlim, o rechonchudinho prelado* foi posto dentro de um avião pelos alemães e voou à presença de Hitler, pois este não tinha tempo a perder.

** Monsenhor Tiso, como se recorda este autor, era quase tão largo quanto sua altura. Comia desmedidamente. "Quando me ponho a trabalhar", disse uma vez ao dr. Paul Schmidt, "como um quarto de quilo de presunto, e assim fico calmo". Foi condenado a morrer na forca. Preso pelas autoridades do exército americano a 8 de junho de 1945 e entregue à recém-restaurada Tchecoslováquia, foi condenado à morte a 15 de abril de 1947, após um julgamento que durou meses, e executado a 18 de abril.*

Quando Tiso e Ducansky chegaram à chancelaria em Berlim, às 19:40h de 13 de março, encontraram Hitler ladeado tanto de Ribbentrop como pelos generais de maior posto: Brauchitsch, comandante do exército alemão e Keitel, chefe do OKW. Embora pudessem não ter percebido, defrontaram-se com o Führer num estado de espírito característico. Também neste caso, graças aos capturados registros secretos sobre a reunião, podemos entrever o espírito estrambótico do ditador alemão caminhando rapidamente para a megalomania e observá-lo pregando suas fantásticas mentiras e proferindo suas terríveis ameaças, de tal forma e em tais proporções, que estava seguro que jamais poderiam vir a ser conhecidas pela opinião pública.²³

“A Tchecoslováquia”, disse ele, “deve somente à Alemanha não ter sido novamente mutilada.” O Reich demonstrou o “maior autocontrole”. Mas os tchecos não o haviam valorizado. “Nas últimas semanas”, prosseguiu, trabalhando ele mesmo para uma melhor solução, “sobrevieram condições que a tornaram impossível. O espírito do velho Benes revivera novamente”.

Os eslovacos também o desapontaram. Depois de Munique ele se afastara dos seus amigos, os húngaros, para não permitir que tomassem a Eslováquia. Pensou que a Eslováquia quisesse a independência.

Convocara Tiso, agora, a fim de esclarecer esta questão num prazo muito breve. (...) A questão consistia: desejava a Eslováquia chegar à independência ou não? (...) Era uma pergunta não de dias, mas de horas. No caso afirmativo, ele a apoiaria e lhe daria inclusive garantias (...) Se hesitasse ou se recusasse a separar-se de Praga, deixaria o destino da Eslováquia sujeito aos acontecimentos pelos quais não seria mais responsável.

Nesse ponto, revelam os registros alemães, Ribbentrop “entregou ao Führer

uma comunicação, que acabava de receber, anunciando que tropas húngaras se movimentavam para a fronteira eslovaca. O Führer leu-a, informou a Tiso de seu conteúdo e expressou a esperança de que a Eslováquia chegaria a uma rápida decisão.

Tiso não tomou decisão nesse momento. Solicitou “perdão ao Führer se, sob o impacto das palavras do chanceler, não pudesse decidir-se imediatamente”. Mas os eslovacos, agregou rapidamente, “se mostrariam dignos da benevolência do Führer”. Isto foi feito numa conferência que entrou pela noite no Ministério do Exterior. De acordo com o testemunho de Keppler em Nuremberg, que fora agente secreto de Hitler em Bratislava, como fora um ano antes em Viena, nas vésperas do Anschluss, os alemães ajudaram Tiso a redigir um telegrama, que devia ser remetido pelo premier assim que voltasse a Bratislava, proclamando a independência da Eslováquia e pedindo urgentemente ao Führer que tomasse sob sua proteção o novo Estado.²⁴ Este telegrama lembra o ditado por Göring precisamente um ano antes, pelo qual Seyss-Inquart pedia ao Führer para enviar tropas alemãs à Áustria. Já agora a técnica do “telegrama” nazista estava aperfeiçoada. Consideravelmente abreviado, foi devidamente despachado por Tiso a 16 de março e Hitler imediatamente respondeu que ficaria contente de “tomar sob sua proteção o Estado eslovaco”.

Nessa noite, no Ministério do Exterior, Ribbentrop igualmente redigiu a proclamação da independência e a traduzira em eslovaco a tempo de Tiso levá-la de volta a Bratislava, onde o premier a leu, numa forma ligeiramente alterada (como informou um agente alemão), ao parlamento, no dia seguinte, terça-feira, 14 de março. As tentativas de diversos deputados para ao menos discutir-las foram frustradas por Karmasin, o líder da minoria alemã, que advertiu que as tropas alemãs ocupariam o país se houvesse qualquer dilação em proclamar a independência. Diante da ameaça, os deputados vacilantes cederam.

Dessa forma nasceu, a 14 de março de 1939, a Eslováquia “independente”. Embora os representantes diplomáticos da Inglaterra se apressassem a comunicar a Londres a forma pela qual se processou o nascimento, Chamberlain, como veremos, acabou por utilizar rapidamente a secessão da Eslováquia como desculpa para a Inglaterra não honrar sua garantia à Tchecoslováquia, segundo o acordo com Hitler. Nessa mesma noite, 14 de março, terminou de praticar o que havia sido deixado por fazer em Munique.

A vida da república tchecoslovaca de Masaryk e Benes estava agora no fim. E ainda uma vez os aborrecidos líderes em Praga jogavam nas mãos de Hitler o ato final de consumação da tragédia de seu país. O idoso e confuso presidente

Hácha pediu para ser recebido pelo Führer.* Hitler concordou afavelmente. Isto lhe dava uma oportunidade para representar a cena de um dos atos mais descarados de toda sua carreira.

** Há divergência de opinião neste ponto. Alguns historiadores afirmaram que os alemães forçaram Hácha a ir a Berlim. Possivelmente baseiam sua afirmativa num despacho do embaixador francês em Berlim, que disse tê-lo sabido "de uma fonte de confiança". Mas os documentos do Ministério do Exterior alemão, descobertos posteriormente, esclarecem que a iniciativa partiu de Hácha. Primeiro pediu uma entrevista com Hitler a 13 de março, por intermédio da legação alemã em Praga, e repetiu a solicitação na manhã de 14. Hitler concordou com ela, à tarde.25*

Considerem como o ditador tão bem preparara o cenário ao aguardar a chegada do presidente da Tchecoslováquia nessa tarde de 14 de março. As proclamações da independência da Eslováquia e da Rutênia, que ele tão engenhosamente arquitetara, deixaram Praga apenas com uma nesga da Boêmia e da Morávia. Na realidade, não tinha a Tchecoslováquia deixado de existir — nação cujas fronteiras a Inglaterra e a França haviam garantido contra a agressão? Chamberlain e Daladier, seus parceiros em Munique, onde a garantia fora solenemente concedida, já se encontravam de fora. O que fariam, ele não tinha dúvida, e estava certo. Isto fazia desaparecer qualquer perigo de intervenção exterior. Mas, para tornar duplamente seguro — e verificar que seu próximo passo era olhado de modo completamente legal e legítimo pelos vagos padrões da lei internacional, pelo menos no papel —, ele forçaria o senil e fraco Hácha, que tinha solicitado para vê-lo, a aceitar a mesma solução que tentara alcançar pela força militar. E dessa maneira ele daria a aparência — ele que, como ninguém na Europa, havia dominado a nova técnica da conquista incruenta, como o Anschluss e Munique provaram — de que o presidente da Tchecoslováquia o havia efetiva e formalmente solicitado. Os escrúpulos da legalidade, que tinha aperfeiçoado tanto ao assumir o poder na Alemanha, seriam preservados na conquista de uma terra não-germânica.

Hitler tinha também armado o cenário para fraudar o povo alemão e outros povos ingênuos da Europa. Durante vários dias, por essa ocasião, provocadores alemães estiveram tentando promover distúrbios em diversas cidades tchecas, como Praga, Brunn e Iglau. Não tiveram êxito porque, como informou a legação alemã em Praga, “a polícia tcheca fora instruída para não tomar atitude contra os alemães, mesmo em casos de provocações”.26 Mas o fracasso não impediu o dr. Goebbels de lançar na imprensa alemã um frenesi sobre atos inventados de terror dos tchecos contra os pobres alemães. Como comunicou a Paris o embaixador francês, Coulondre, eram os mesmos relatos, com os mesmos

cabecalhos, que o dr. Goebbels confeccionara durante a crise sudeta: a mulher alemã grávida golpeada pelas feras tchecas e o Blutbad (banho de sangue) geral ao qual estavam sendo submetidos os alemães indefesos pelos bárbaros tchecos. O Führer podia assegurar ao altivo povo alemão que seus irmãos não permaneceriam sem proteção por muito tempo.

Tal a situação e os planos de Hitler, agora conhecidos pelos arquivos alemães, assim que o trem conduzindo o presidente Hácha e seu ministro do Exterior, Chvalkovsky, se dirigia para a Estação Anhalt, em Berlim, às 22:40h de 14 de março. Em virtude das condições do coração do presidente, ele não podia voar.

O transe do dr. Hácha

O protocolo alemão era perfeito. Ficou assentado prestar todas as honras formais devidas ao presidente tcheco, como chefe de Estado. Havia uma guarda militar de honra na estação, onde o próprio ministro do Exterior saudou o distinto visitante e entregou à sua filha um buquê de flores. No luxuoso hotel Adlon, onde a comitiva foi alojada convenientemente, havia chocolates para a senhora Hácha — um presente pessoal de Adolf Hitler —, que acreditava, aliás, que todos compartilhavam de seu gosto pelos doces. E quando o velho presidente e seu ministro do Exterior chegaram à chancelaria foram saudados por uma guarda de honra das S.S.

Não foram chamados à presença de Hitler senão à 1:15 da manhã. Hácha deve ter sabido o que estava reservado para ele. Antes que seu trem tivesse deixado o território teve informações de Praga que as tropas alemãs já haviam ocupado Moravská-Ostrava, importante cidade industrial tcheca, e foram dispostas em toda a linha da Boêmia e Morávia para atacar. E viu imediatamente, assim que entrou no gabinete do Führer na primeira hora da manhã, que, além de Ribbentrop e Weizsäcker, encontravam-se ao lado de Hitler o marechal-de-campo Göring, que havia sido chamado urgentemente de suas férias em San Remo, e o general Keitel. É bastante provável, assim que entrou na cova do leão, que não se tenha dado conta de que o médico de Hitler, o charlatão dr. Theodor Morell, estava à disposição. Mas estava, e com razões de sobra.

Os registros secretos alemães da reunião revelam um episódio lamentável desde o início. O infeliz dr. Hácha, apesar de sua experiência como juiz respeitável da Suprema Corte, perdeu toda a dignidade humana, posternando-se diante do arrogante Führer germânico. Talvez o presidente julgasse que somente dessa forma ele poderia apelar para a generosidade de Hitler e salvar alguma coisa para seu povo. Mas indiferente a isto, suas palavras, como os arquivos

alemães guardaram, causariam náuseas ao leitor ainda hoje. Ele próprio, Hácha, afirmou a Hitler, jamais se intrometera em política, vira raramente os fundadores da república tchecoslovaca, Masaryk e Benes. E o que vira deles, não gostara. Seu regime, disse, era alheio a ele, “tão alheio que logo depois da mudança de regime [em seguida a Munique], perguntara a si mesmo se seria uma boa coisa para a Tchecoslováquia continuar como um Estado de todo independente”.

Achava-se convencido de que o destino da Tchecoslováquia estava depositado nas mãos do Führer; e acreditava que se encontrava salvaguardado nelas (...) Então foi compelido àquilo que mais atingia o futuro de seu povo. Verificava ser precisamente o Führer quem entenderia sua defesa do ponto de vista de que a Tchecoslováquia tinha direito à vida nacional (...) A Tchecoslováquia era acusada ainda porque lá existiam muitos defensores do sistema de Benes (...). O governo estava procurando silenciá-los por todos os meios. Era quase tudo o que tinha a dizer.

Adolf Hitler disse, então, tudo que devia dizer. Após recapitular todas as propaladas injustiças que a Tchecoslováquia de Masaryk e Benes praticaram contra os alemães e a Alemanha, e de reiterar que infelizmente os tchecos não se modificaram desde Munique, foi ao fundo da questão.

Chegara à conclusão de que essa viagem do presidente, a despeito de sua avançada idade, podia ser de grande proveito para seu país, pois se dava apenas poucas horas antes da intervenção da Alemanha (...) Ele não nutria inimizade a nenhuma nação (...). O fato do Estado da Tchecoslováquia continuar existindo era devido somente à sua leal atitude (...). No outono não desejava chegar a conclusões finais, em virtude de ter julgado uma coexistência possível, mas não restava dúvidas de que, se as tendências de Benes não desaparecessem inteiramente, ele destruiria esse Estado por completo.

Não haviam desaparecido as tendências, e deu exemplos.

E finalmente domingo, 12 de março, a sorte foi lançada (...) Ele dera a ordem para a invasão pelas tropas alemãs e para a incorporação da Tchecoslováquia ao Reich alemão.

“Hácha e Chvalkovsky”, registrou o dr. Schmidt, “ficaram como se houvessem se transformado em pedra”. Apenas seus olhos denotavam vivacidade. Mas Hitler não terminara de todo. Devia humilhar seus hóspedes com ameaças do terror teutônico.

O exército alemão [continuou Hitler] já havia marchado hoje, e nos lugares onde fosse oferecida resistência, ela seria esmagada impiedosamente.

Amanhã pela manhã, às 6h, o exército alemão deve entrar na Tchecoslováquia de todos os lados e a força aérea alemã ocuparia os aeródromos tchecos. Havia duas possibilidades. A primeira era a de que a entrada das tropas alemãs podia ocorrer com luta. Neste caso a resistência seria quebrada pela violência. A outra possibilidade era de que a entrada das tropas alemãs tivesse lugar de modo pacífico. Neste caso seria fácil ao Führer conceder à Tchecoslováquia um generoso estilo de vida próprio, autonomia, e um certo grau de liberdade nacional. Não fazia isso por ódio, mas para proteger a Alemanha. Se no último outono a Tchecoslováquia não se houvesse rendido, o povo tcheco teria sido exterminado. Ninguém teria evitado que isso acontecesse. Se viesse a ocorrer a luta (...), em dois dias o exército tcheco deixaria de existir. Naturalmente, alguns alemães seriam mortos também e isto produziria um ódio que o compeliria, como autopreservação, a não conceder a autonomia. O mundo não mexeria uma palha a respeito. Ele simpatizava com o povo tcheco quando lia a imprensa estrangeira, a qual lhe dava a impressão de poder ser resumida no provérbio alemão: “O mouro cumpriu o seu dever; o mouro pode partir (...)”

Essa a razão pela qual pedira a Hácha que viesse aqui. Era a última prova de amizade que renderia ao povo tcheco (...). Talvez a visita de Hácha pudesse evitar o pior (...)

As horas passavam. Às 6h as tropas marchariam. Estava a ponto de envergonhar-se ao dizer que para cada batalhão tcheco havia uma divisão germânica. Gostaria agora de aconselhá-lo [a Hácha] a retirar-se com Chvalkovsky e discutir o que devia ser feito.

O que devia ser feito? O alquebrado e velho presidente não necessitou retirar-se para decidir. Disse imediatamente a Hitler: “A atitude é perfeitamente clara. A resistência seria loucura.” Mas, de que forma, perguntou — desde que agora, logo após as 2h — podia ele, no lapso de quatro horas, conseguir deter que todo o povo tcheco oferecesse resistência? O Führer respondeu que seria melhor que consultasse seus companheiros. A máquina militar alemã já estava em movimento e não podia ser detida. Hácha podia logo pôr-se em contato com Praga. “Era uma decisão grave”, informam as notas alemães que Hitler teria dito, “mas via despontar a possibilidade de um longo período de paz entre os dois povos. Qualquer que tivesse sido a decisão, a Tchecoslováquia defrontava o aniquilamento”.

Dizendo isto, despediu-se de seus hóspedes no momento. Eram 2:15h da

manhã. Na sala contígua Göring e Ribbentrop intensificaram a pressão sobre suas vítimas. Segundo o embaixador francês, que num comunicado oficial a Paris descreveu a cena, como soubera de uma fonte que considerava autêntica, Hácha e Chvalkovsky protestaram contra o ultraje à sua nação. Declararam que não assinariam o documento de rendição. Se fizessem, seriam para sempre amaldiçoados por seu povo.

*Os ministros alemães [Göring e Ribbentrop] foram impiedosos [escreveu Coulondre em seu despacho]. Perseguiram literalmente o dr. Hácha e Chvalkovsky ao redor da mesa onde se achavam os documentos, empurrando-os constantemente para diante deles, metendo as canetas em suas mãos, repetindo incessantemente que, se eles prosseguissem em sua recusa, metade de Praga ficaria em ruína pelos bombardeios que ocorreriam dentro de duas horas, o que somente seria o início. Centenas de bombardeiros aguardavam a ordem de decolagem, e eles receberiam essa ordem às 6h, caso as assinaturas não fossem feitas.**

** Perante o tribunal de Nuremberg, Göring admitiu ter dito a Hácha que "sentiria se tivesse de bombardear a bela Praga". Na realidade, ele não tencionava concretizar a ameaça — "que não seria necessária", explicou. "Mas uma ameaça como aquela, penso, pode servir de argumento e acelerar toda a questão."27*

A essa altura, o dr. Schmidt, que parece ter arranjado para estar presente em toda parte e onde quer que o drama do Terceiro Reich alcançasse o auge, ouviu Göring gritando para o dr. Morell.

“Hácha está desmaiando!”, berrou Göring.

Por um instante os arrogantes nazistas temeram que o decaído presidente tcheco pudesse morrer em suas mãos e, como disse Schmidt, “que todo o mundo dissesse amanhã que ele morrera na chancelaria”. A especialidade do dr. Morell eram as injeções — mais tarde ele quase mataria Hitler com elas —, e agora aplicava a agulha no dr. Hácha, trazendo-o de volta à consciência. O presidente reviveu o suficiente para pegar o telefone que os alemães lhe meteram nas mãos e falar ao seu governo em Praga por uma linha especial que Ribbentrop mandara instalar. Ele participou ao gabinete tcheco do que havia acontecido e aconselhou-o a render-se. Então, algo reanimado por uma segunda injeção da agulha do dr. Morell, o presidente da expirante república voltou cambaleante à presença de Adolf Hitler para assinar a sentença de morte de seu país. Eram agora 3:55h de 15 de março de 1939.

O texto havia sido preparado “de antemão por Hitler”, conta Schmidt. E durante o desmaio de Hácha, escreve o intérprete alemão, estivera ocupado copiando o comunicado oficial, que também havia sido preparado, e que Hácha e Chvalkovsky foram igualmente forçados a assinar. Ele reza o seguinte:

Berlim, 15 de março de 1939

A seu pedido, o Führer recebeu hoje em Berlim o presidente tchecoslovaco, Hácha, e o ministro do Exterior tchecoslovaco, dr. Chvalkovsky, na presença do ministro do Exterior von Ribbentrop. Durante o encontro, foi examinada com toda franqueza a grave situação criada pelos acontecimentos das últimas semanas no atual território tchecoslovaco.

Expressou-se a convicção unânime de ambas as partes de que o centro de todos os esforços deve ser a salvaguarda da calma, da ordem e da paz nessa parte da Europa central. O presidente tchecoslovaco declarou que, a fim de servir a esse objetivo e alcançar a pacificação definitiva, colocou confiantemente o destino do povo tcheco e do país nas mãos do Führer do Reich alemão. O Führer aceitou esta declaração e expressou sua intenção de tomar o povo tcheco sob a proteção do Reich alemão e de garantir o desenvolvimento autônomo de sua vida étnica como convém ao seu caráter.

A chicanice de Hitler alcançara, talvez, o auge.

De acordo com uma das suas secretárias, Hitler correu depois da assinatura para seu gabinete, abraçou todas as mulheres presentes e exclamou: “Filhas! Este é o grande dia de minha vida! Entrarei na história como o maior dos alemães!”

Não lhe ocorreu — como podia? — que o fim da Tchecoslováquia seria o princípio do fim da Alemanha. Desde essa madrugada de 15 de março de 1939 — os idos de março —, a estrada para a guerra, para a derrota, para o desastre, como agora sabemos, estendia-se exatamente para frente. Seria uma estrada curta e tão estreita como podia ser uma linha. E uma vez penetrado e arremessado através dela, Hitler, como Alexandre e Napoleão antes dele, não podia parar.²⁸

Às 6h do dia 15 de março as tropas alemãs espalharam-se pela Boêmia e a Morávia e não encontraram resistência. E pela noite Hitler ficou em condições de entrar triunfantemente em Praga, o que Chamberlain impedira de fazer em Munique. Antes de deixar Berlim, lançara uma grandiosa proclamação ao povo alemão, repetindo as enfadonhas mentiras acerca dos “violentos excessos” e do “terror” dos tchecos, que ele havia sido forçado a pôr um fim, proclamando

orgulhosamente: “A Tchecoslováquia deixou de existir.”

Nessa noite dormiu no castelo Hradshin, antiga pousada dos reis da Boêmia, a montante do rio Moldau, onde mais recentemente os desprezados Masaryk e Benes viveram e trabalharam pela primeira democracia que a Europa Central jamais conhecera. A vingança do Führer foi completa e fácil, como disse, na série de proclamações que emitiu. Despira-se de todos os ressentimentos contra os tchecos, ressentimentos que, trinta anos antes, o haviam atormentado como austríaco em seus dias de vagabundagem em Viena, e que tornaram a se inflamar quando Benes ousou se opor a ele, o todo-poderoso ditador alemão, no final do ano que terminara.

No dia seguinte, do Castelo Hradshin, ele anunciou o Protetorado da Boêmia e da Morávia. Embora declarando garantir “autonomia e autogoverno” para os tchecos, colocava-os, por sua própria linguagem, completamente sob o tacão germânico. Todo o poder foi concedido ao “protetor do Reich”, a seu secretário de Estado e a seu chefe da administração civil, que deviam ser indicados pelo Führer. Para acalmar a indignação da opinião pública na Inglaterra e na França, Hitler tirou o moderado Neurath do congelamento e nomeou-o Protetor.* Os dois mais importantes líderes sudetos, Konrad Henlein e o bandido Karl Hermann Frank tiveram a oportunidade de vingar-se dos tchecos. Foram designados chefe da administração civil e secretário de Estado. Não muito antes, Himmler, como chefe da polícia alemã, exerceu atividade repressora no protetorado. Para realizar seu trabalho, nomeou o famigerado Frank chefe de polícia do protetorado e oficial superior das S.S.**

Por mil anos [disse Hitler em sua proclamação ao protetorado] as províncias da Boêmia e da Morávia fizeram parte do Lebensraum do povo alemão (...) A Tchecoslováquia demonstrou sua incapacidade inerente para sobreviver, e caiu, portanto, vítima, agora, de verdadeira dissolução. O Reich alemão não pode tolerar contínuos distúrbios nessas regiões (...). Por conseguinte, o Reich alemão, mantendo a lei da autopreservação, está agora decidido a intervir firmemente para reconstruir as bases de uma ordem razoável na Europa Central. Por milhares de anos de sua história, já provou que, graças à grandeza e às qualidades do povo alemão, é o único destinado a empreender essa tarefa.

** Perante Nuremberg, Neurath declarou que fora tomado de "completa surpresa" quando Hitler nomeou-o protetor, e que teve receios ao ocupar a função. Entretanto, aceitou-a quando Hitler explicou que, por sua indicação, pretendia assegurar à Inglaterra e à França "que ele não desejava realizar uma política hostil à Tchecoslováquia".²⁹*

*** Pode ser de interesse ressaltar aqui e observar o que sucedeu a alguns dos personagens do drama que acabamos de relatar: Frank foi sentenciado à morte por um dos tribunais tchecos do pós-guerra e publicamente enforcado perto de Praga, a 22 de maio de 1946. Henlein suicidou-se depois de sua prisão pelas forças de resistência tcheca em 1945. Chvalkovsky, que se tornou o representante do protetorado em Berlim, foi morto por um bombardeio aliado, ainda em 1944. Hácha foi preso pelos tchecos a 14 de maio de 1945, mas morreu antes de ser julgado.*

Uma interminável noite de selvageria alemã instalava-se agora sobre Praga e as terras tchecas.

A 16 de março, Hitler tomou também a Eslováquia sob sua benevolente proteção, em resposta a um telegrama, na verdade redigido em Berlim, como vimos, do premier Tiso. As tropas alemãs entraram rapidamente na Eslováquia para efetivar a proteção. A 18 de março, Hitler encontrava-se em Viena para aprovar o Tratado de Proteção, que, assinado a 23 de março em Berlim por Ribbentrop e o dr. Tuka, continha um protocolo secreto dando à Alemanha direitos exclusivos para explorar a economia eslovaca.³⁰

Quanto à Rutênia, que formava a extremidade oriental da Tchecoslováquia, sua independência como Ucrânia Subcarpática, proclamada a 14 de março, durou exatamente 24 horas. Seu apelo a Hitler por proteção foi inútil. Hitler já cedera seu território à Hungria. Nos arquivos capturados do Ministério do Exterior há uma interessante carta escrita à mão, de Miklós Horthy, regente da Hungria, dirigida a Hitler a 13 de março.

Excelência: Profundos agradecimentos! Não posso expressar o quanto me sinto feliz, pois essa região nascente [Rutênia] é para a Hungria — repugna-me o uso de palavras grandiloquentes — uma questão vital (...). Pusemos mãos à obra com entusiasmo. Os planos estão prontos. Sexta-feira, dia 16, haverá um incidente fronteiriço, seguido, sábado, pelo grande assalto.³¹

Como as coisas se apresentaram, não houve necessidade de incidente. As tropas húngaras simplesmente marcharam para o território ruteno às 6h de 15 de março, combinando sua entrada com a das tropas alemãs do oeste, e no dia seguinte o território foi formalmente anexado pela Hungria.

Assim, ao terminar o dia 15 de março, que começara em Berlim à 1:15h, ao chegar Hácha à chancelaria, a Tchecoslováquia, como disse Hitler, cessara de existir.

Nem a Inglaterra nem a França fizeram o menor gesto para salvá-la, embora em Munique tivessem solenemente garantido a Tchecoslováquia contra a agressão.

Desde Munique, tanto Hitler como Mussolini chegaram à conclusão de que os ingleses estavam tão fracos e seu primeiro-ministro, como consequência, tão acomodaticio, que não precisariam prestar muita atenção, no futuro, a Londres. A 11 de janeiro de 1939, Chamberlain, acompanhado por lorde Halifax, viajara a Roma para melhorar as relações anglo-italianas. Este autor encontrava-se, então, na estação de Roma quando da chegada dos dois ingleses e anotou em seu diário o “sorriso superior” na face de Mussolini, ao saudar seus hóspedes. “Quando Mussolini passou por mim”, notei, assim que a delegação deixou a estação, “ele gracejava com seu genro [Ciano], soltando piadas”.³² Naturalmente não consegui ouvir o que dizia, mas depois Ciano, em seu diário, revelou o essencial.

A chegada de Chamberlain [escreveu Ciano de 11 para 12 de janeiro] (...) Como estamos afastados desse povo! É outro mundo. Conversamos a respeito, depois do jantar, com o Duce. “Esses homens não são feitos do mesmo estofa”, ele dizia, “que os Francis Drakes e outros magníficos aventureiros que criaram o império. Os de agora, afinal de contas, são os filhos cansados de uma longa linhagem de homens ricos, e perderão seu império.”

Os ingleses não querem lutar. Procuram recuar tão vagarosamente quanto possível, mas não lutam (...). Nossas conversações com os ingleses terminaram. Nada foi concluído. Telefonei a Ribbentrop relatando que a visita foi uma “grande limonada” [uma farsa] (...).

*Acompanhei o Duce até a estação na partida de Chamberlain [escreveu Ciano a 14 de janeiro] (...). Os olhos de Chamberlain encheram-se de lágrimas quando o trem partiu e seus compatriotas começaram a cantar “For He's a Jolly Good Fellow”. * “Que cançãozinha é essa?”, perguntou o Duce?*

3

** “Ele é um bom e alegre camarada” canção inglesa para homenagear amigos.*

Embora por ocasião da crise sudeta Hitler solicitasse a opinião de Chamberlain, nenhuma palavra nos documentos capturados alemães indicam que com isso se preocupou quando da destruição dos restos da Tchecoslováquia, apesar da garantia inglesa e, o que é pior, apesar do Acordo de Munique. A 14 de março, enquanto Hitler esperava em Berlim para humilhar Hácha, as perguntas coléricas levantadas na Câmara dos Comuns, em Londres, sobre a maquiinação

da Alemanha de seccionar a Eslováquia e sobre os resultados da garantia inglesa para Praga contra a agressão, Chamberlain replicava excitadamente: “Não ocorreu semelhante agressão.”

Mas no dia posterior, depois que ela teve lugar, o primeiro-ministro utilizou a proclamação da independência da Eslováquia como desculpa para não honrar a palavra de seu país. “A consequência desta declaração”, explicou, “põe termo, pela dilaceração interna, ao Estado cuja fronteira nos propusemos garantir. O governo de Sua Majestade não pode, assim, manter as garantias além do limite imposto por esta obrigação”

A estratégia de Hitler, dessa forma, atingira a perfeição. Pusera Chamberlain de fora e o primeiro-ministro aceitara. E interessante é que o próprio primeiro-ministro não desejava acusar Hitler de quebrar sua palavra. “Tenho ouvido frequentemente acusações de quebra de promessa, fundadas, no meu parecer, sobre premissas insuficientes”, dizia, de modo “que hoje não desejo associar-me a quaisquer acusações desse tipo”. Não teve uma palavra de censura para o Führer, nem mesmo pelo tratamento dado a Hácha, nem pela fraude vil que obviamente — mesmo se os pormenores ainda fossem desconhecidos — fora levada a cabo na chancelaria do Reich nas primeiras horas da manhã desse dia 15 de março.

Não admira que o protesto britânico desse dia, se assim pode ser chamado,* fosse tão morno, e que os alemães o tratassem — e posteriormente às queixas anglo-francesas — com tanta arrogância e desprezo.

O governo de Sua Majestade não deseja interferir desnecessariamente numa questão que pode dizer respeito muito mais diretamente a outros governos (...) Está, porém, como certamente apreciará o governo alemão, profundamente interessado no êxito de todos os esforços para restaurar a confiança e o relaxamento da tensão na Europa. Ele deploraria qualquer ação na Europa Central que pudesse causar um malogro ao desenvolvimento dessa confiança geral (...).34

** A 16 de março Chamberlain disse na Câmara dos Comuns que “até então” nenhum protesto fora apresentado ao governo alemão.*

Nessa nota, entregue a 15 de março pelo embaixador Henderson a Ribbentrop, como mensagem oficial de lorde Halifax, não havia uma palavra sobre os acontecimentos específicos do dia.

Pelo menos o francês foi específico. Robert Coulondre, o novo embaixador da

França em Berlim, nem partilhou das ilusões de seus colegas ingleses a respeito do nazismo, nem do desdém de Henderson pelos tchecos. Na manhã do dia 15 pediu uma entrevista com Ribbentrop, mas o pretensioso e vindicativo ministro do Exterior alemão já estava de viagem para Praga, onde tencionava participar com Hitler da humilhação ao povo batido. O secretário de Estado von Weizsäcker recebeu Coulondre em seu lugar, ao meio-dia. O embaixador não perdeu tempo em dizer o que Chamberlain e Henderson ainda não estavam dispostos a afirmar: que por sua intervenção militar na Boêmia e na Morávia a Alemanha violara tanto o Acordo de Munique como a declaração franco-alemã de 6 de dezembro. O barão von Weizsäcker, que mais tarde insistiu ter sido todo o tempo um intransigente antinazista, achava-se de tal modo arrogante que teria excedido Ribbentrop. Segundo seu próprio relato do encontro:

*Falei ainda mais firmemente ao embaixador e lhe disse para não mencionar o Acordo de Munique, que alegava ter sido violado, e não nos dar lições de qualquer espécie (...). Disse-lhe que, em face do acordo alcançado na última noite com o governo tcheco, não podia ver razão para qualquer démarche por parte do embaixador francês (...) e que estava certo de que ele encontraria novas instruções ao retornar à sua embaixada, que fariam descansar seu espírito.*³⁵

Três dias depois, a 18 de março, quando os governos inglês e francês, em acatamento à ofendida opinião pública de seus países, voltaram, afinal, a formular protestos formais ao Reich, Weizsäcker excedeu brilhantemente seu mestre Ribbentrop em insolência — novamente tornada evidente por ele mesmo. Num memorando encontrado nos arquivos do Ministério do Exterior alemão, relata, com prazer manifesto, como chegou a rejeitar a nota formal francesa de protesto.

*Imediatamente repus a nota em seu envelope e a remeti de volta ao embaixador, com a observação de que categoricamente me recusava a aceitar dele qualquer protesto em relação ao assunto tchecoslovaco. Nem tomaria nota da comunicação, e aconselharia monsieur Coulondre a insistir com seu governo para rever a representação (...).*³⁶

Coulondre, diversamente de Henderson nesse período, não era um enviado que pudesse ser intimidado pelos alemães. Retrucou que a nota de seu governo fora redigida após acurada consideração e que ele não tinha intenção de pedir sua revisão. Insistindo o secretário de Estado na recusa em aceitar o documento, o embaixador lembrou-lhe a prática diplomática comum e insistiu que a França tinha perfeito direito de tornar conhecida sua opinião ao governo alemão. Finalmente, Weizsäcker, segundo seu próprio relato, deixou a nota em sua

carteira, explicando que ele “a consideraria como se nos tivesse sido transmitida pelo correio”. Mas antes de concluir esse gesto imprudente, arrancou o seguinte de seu bestunto:

*Do ponto de vista legal, existia ali uma declaração que fora concertada entre o Führer e o presidente do Estado tchecoslovaco. O presidente tcheco, a seu próprio pedido, viera a Berlim e prontamente declarara que desejava colocar o destino de seu país nas mãos do Führer. Não podia imaginar que o governo francês fosse mais católico que o Papa e pretendesse intrometer-se em coisas que haviam sido devidamente estabelecidas entre Berlim e Praga.**

** A versão de Coulondre sobre a entrevista é dada no Livro amarelo francês (Na 78. p. 102-3, edição francesa). Ele confirma o relato de Weizsäcker. Depois, em seu julgamento em Nuremberg, o secretário de Estado afirma que em seu memorando de cada encontro propositalmente exagerara seus sentimentos nazistas a fim de encobrir as reais atividades antinazistas. Mas o relato de Coulondre acerca do encontro é somente uma parte da verdade, de que Weizsäcker não exagerava de todo.*

Weizsäcker comportou-se de modo bem diferente com o acomodaticio embaixador britânico, que transmitiu a última nota de protesto de seu governo na tarde de 18 de março. A Inglaterra sustentava, agora, não poderia “deixar de considerar os acontecimentos dos dias que acabavam de passar como um completo repúdio ao Acordo de Munique” e “as ações militares alemãs” estavam “desprovidas de base legal”. Weizsäcker, ao recordá-lo, observou que a nota inglesa não ia tão longe, nesse ponto, como o protesto francês, que dizia que a França “não reconheceria a legalidade da ocupação alemã”.

Henderson fora procurar Weizsäcker para comunicar-lhe de sua chamada a Londres, a 17 de março, para “consultas” e, segundo o secretário de Estado, fizera sondagens junto a ele “em busca de argumentos que daria a Chamberlain, a fim de usá-los contra a mais recente oposição política (...). Henderson explicou que não havia interesse direto da Inglaterra no território tchecoslovaco. As preocupações de Henderson se dirigiam mais para o futuro”.³⁷

Mesmo a destruição da Tchecoslováquia por Hitler, pelo visto, não despertara o embaixador britânico sobre a natureza do governo junto ao qual estava acreditado, nem o fez consciente, parece, do que acontecera nesse dia para o governo que representava.

Pois, rápida e inesperadamente, Neville Chamberlain, no dia 17 de março, dois dias após Hitler ter extinguido a Tchecoslováquia, experimentara um grande

despertar. Não tinha sobrevivendo sem algum entusiasmo. Para sua grande surpresa, a maioria da imprensa britânica (inclusive o Times, mas não o Daily Mail) e a Câmara dos Comuns reagiram violentamente à última agressão de Hitler. O mais grave: muitos de seus antigos defensores no Parlamento e a metade do gabinete se revoltaram contra qualquer futuro apaziguamento de Hitler. Lorde Halifax, especialmente, como informou o embaixador alemão a Berlim, insistira em que o primeiro-ministro reconhecesse o que havia acontecido e mudasse de rumo abruptamente.³⁸ Isso demonstrava a Chamberlain que sua própria posição como chefe do governo e líder do Partido Conservador estava comprometida.

A mudança radical de seu espírito verificou-se rapidamente. Lá para o fim da noite de 16 de março, sir John Simon, em nome do governo, fizera um discurso na Câmara dos Comuns que foi tão cínico em relação aos tchecos e muito mais ao “espírito de Munique” que, segundo depoimento da imprensa, despertou a Casa “para um estado de cólera raramente visto”. No dia seguinte, véspera de seu 70º aniversário, Chamberlain preparou-se para fazer um discurso em sua cidade natal de Birmingham. Esboçara uma peça oratória sobre os assuntos internos, dando ênfase especial aos serviços sociais. No trem da tarde que se dirigia a Birmingham, conforme relato prestado a este autor por fontes diplomáticas francesas, Chamberlain finalmente tomou sua decisão. Livrou-se do discurso preparado e rapidamente redigiu algumas notas para outro, de natureza completamente distinta.

Para todos, na Inglaterra, e na verdade para grande parte do mundo, pois o discurso fora irradiado, Chamberlain pediu desculpas “pela muito comedida e cautelosa (...) algo fria e objetiva declaração” que se vira obrigado a fazer na Câmara dos Comuns dois dias antes. “Espero corrigir essa declaração hoje à noite”, dizia.

O primeiro-ministro verificou, finalmente, que Adolf Hitler o enganara. Recapitulou as diversas garantias do Führer de que os Sudetos foram a última reivindicação territorial na Europa e que ele “não queria tchecos”. Agora voltara atrás. “Tomara a lei em suas próprias mãos.”

Agora nos dizem que a ocupação do território foi necessária por causa dos distúrbios na Tchecoslováquia (...). Se houve desordens, não foram fomentadas de fora. Isto é o fim de uma velha aventura ou o início de uma nova? (...) É este o último ataque a um pequeno Estado ou vai ser seguido por outros? É isto, na verdade, um passo na direção de uma tentativa de dominar o mundo pela força? (...) Enquanto eu não estiver preparado para engajar este país por novos e não especificados compromissos, atuando sob condições

que agora não podem ser previstas, erro não maior ainda seria praticado do que supor que, em virtude da crença de que a guerra seja uma coisa insensata e cruel, esta nação perdeu a tal ponto sua fibra que não empregará o máximo de sua força para resistir a tal desafio, se vier a ser feito.

Isto constituía uma situação crítica para Chamberlain e para a Inglaterra. E Hitler foi assim avisado no mesmo dia pelo astuto embaixador alemão em Londres. “Seria errado”, notificou Herbert von Dirksen, numa longa comunicação ao Ministério do Exterior alemão, de 18 de março, “acalentar quaisquer ilusões de que uma mudança fundamental não se tenha operado na atitude da Inglaterra para com a Alemanha”.³⁹

Era claro, para quem quer que tivesse lido Minha Luta e olhasse de relance um mapa e visse as novas posições do exército alemão na Eslováquia, que tirasse conclusões de certos movimentos diplomáticos alemães desde Munique, ou que refletisse sobre a dinâmica das conquistas incruentas de Hitler da Áustria e da Tchecoslováquia nos passados 12 meses, verificar qual dos “pequenos Estados” seria o próximo da lista do Führer. Chamberlain, como quase todo mundo aliás, sabia perfeitamente bem.

A 31 de março, 16 dias após a entrada de Hitler em Praga, o primeiro-ministro disse à Câmara dos Comuns:

Na eventualidade de qualquer ação que ameace claramente a independência da Polónia e, em consequência, o governo polonês considere vital resistir com suas forças nacionais, o governo de Sua Majestade se sentirá obrigado a conceder imediatamente ao governo polonês todo o apoio ao seu alcance. Ele deu ao governo polonês a garantia para isto. Posso acrescentar que o governo francês autorizou-me a tornar claro que ele se manterá na mesma posição nesse assunto.

Chegara a vez da Polónia.

■ A vez da Polônia

A 24 de outubro de 1938, menos de um mês após Munique, Ribbentrop foi anfitrião de Józef Lipski, embaixador polonês em Berlim, num almoço de três horas, no Grande Hotel de Berchtesgaden. A Polônia, como a Alemanha, e na realidade em convivência com ela, acabara de tomar uma fatia do território tcheco. A conversa do almoço decorreu, como acentua o memorando do Ministério do Exterior alemão, “numa atmosfera de muita cordialidade”.¹

Entretanto, o ministro do Exterior alemão quase não perdeu tempo em ir ao assunto. Chegara a época, disse ele, para um ajuste geral entre a Polônia e a Alemanha. Era necessário, antes de tudo, continuou, “tratar com a Polônia acerca de Dantzig”, que devia reverter à Alemanha. Igualmente, disse Ribbentrop, o Reich desejava construir uma grande estrada para carros pesados e uma ferrovia de mão dupla pelo Corredor Polonês para ligar a Alemanha a Dantzig e à Prússia Oriental. Ambos gozariam de direitos extraterritoriais. Finalmente, Hitler desejava que a Polônia integrasse o pacto anti-Comintern contra a Rússia. Em troca dessas concessões, a Alemanha estaria disposta a estender o tratado germano-polonês de dez para vinte anos e garantir as fronteiras da Polônia.

Ribbentrop destacou que discutia tais problemas “em estrita confiança”. Sugeriu que o embaixador fizesse sua comunicação ao ministro do Exterior, Beck, “oralmente, pois de outro modo haveria grande perigo de vazar, especialmente para a imprensa”. Lipski prometeu comunicar a Varsóvia, mas advertiu Ribbentrop de que pessoalmente não via “possibilidade” de devolução de Dantzig para a Alemanha. Recordou ainda ao ministro do Exterior alemão dois momentos recentes — 5 de novembro de 1937 e 14 de janeiro de 1938 — quando Hitler havia pessoalmente assegurado aos poloneses de que ele não apoiaria qualquer modificação do Estatuto de Dantzig.² Ribbentrop replicou que não desejava resposta agora, mas aconselhou os poloneses “a meditar sobre ela”.

O governo em Varsóvia não teve necessidade de arrumar suas ideias. Uma semana mais tarde, a 31 de outubro, o ministro do Exterior, Beck, deu instruções pormenorizadas a seu embaixador em Berlim sobre como responder aos alemães. Mas somente a 19 de novembro o embaixador conseguiu assegurar uma entrevista com Ribbentrop (os nazistas queriam, evidentemente, que os poloneses considerassem detidamente sua resposta). Foi negativa. Num gesto de compreensão, a Polónia se dispunha a substituir a garantia da Liga das Nações sobre Dantzig por um acordo germano-polonês acerca do status da Cidade Livre.

“Qualquer outra solução”, escreveu Beck num memorando lido por Lipski para Ribbentrop, “e, particularmente, qualquer tentativa para incorporar a Cidade Livre ao Reich, inevitavelmente, conduzirá a um conflito.” E acrescentava que o marechal Pilsudski, o falecido ditador da Polônia, prevenira os alemães em 1934, durante as negociações para o pacto de não-agressão, de que a “questão de Dantzig era um critério seguro para avaliar as intenções da Alemanha em relação à Polônia”.

A resposta não foi do gosto de Ribbentrop. “Ele lamentou a posição adotada por Beck” e lembrou aos poloneses de que “valia a pena preocuparem-se com uma séria consideração das propostas alemães”.³

A réplica de Hitler à recusa polonesa sobre Dantzig foi ainda mais drástica. A 24 de novembro, cinco dias depois do encontro Ribbentrop-Lipski, emitiu outra diretiva para os comandantes das forças armadas.

ALTAMENTE CONFIDENCIAL

O Führer ordenou: Além das três contingências mencionadas nas instruções de 21/10/1938, também devem ser feitos preparativos que possibilitem a ocupação, de surpresa, pelas tropas alemãs, da Cidade Livre de Dantzig.*

Os preparativos serão realizados na seguinte base: a condição é uma ocupação quase-revolucionária de Dantzig, explorando uma situação politicamente favorável, e não uma guerra contra a Polónia (...)

As tropas a serem empregadas para este fim não devem ser as mesmas destinadas à ocupação de Memel, pois ambas as operações podem, se necessário, ter lugar simultaneamente. A marinha apoiará a operação do exército com um ataque pelo mar (...). Os planos das forças armadas serão apresentados até 10 de janeiro de 1939.

** As três contingências eram a liquidação do resto da Tchecoslováquia, a ocupação de Memel e a proteção das fronteiras do Reich.*

Embora Beck houvesse precisamente advertido que qualquer tentativa da Alemanha de tomar Dantzig conduziria “inevitavelmente” à guerra, Hitler agora se convencera de que isso podia ser feito sem uma guerra. Os nazistas locais controlavam Dantzig e recebiam suas ordens de Berlim, como os líderes sudetos. Não seria difícil criar uma situação “quase-revolucionária” ali.

Assim, à medida que se aproximava o fim de 1938, ano em que ocorrera a

ocupação sem sangue da Áustria e dos Sudetos, Hitler estava preocupado com futuras conquistas: o remanescente da Tchecoslováquia, Memel e Dantzig. Fora fácil humilhar Schuschnigg e Benes. Era chegada a vez de Józef Beck

Apesar disso, quando o Führer recebeu o ministro do Exterior polonês em Berchtesgaden, pouco depois do Ano-Novo — a 5 de janeiro de 1939 —, ainda não estava preparado para dar-lhe o tratamento que dispensara a Schuschnigg e, depois, ao presidente Hácha. Era necessário, antes, liquidar o resto da Tchecoslováquia. Hitler, como as atas secretas polonesas e alemãs da reunião deixaram claro, encontrava-se num estado de espírito dos mais conciliatórios. Estava “perfeitamente preparado”, ele começou, “para colocar-se a serviço de Beck”. Havia algo de especial, perguntou, no espírito do ministro do Exterior polonês? Beck respondeu que Dantzig estava em seu pensamento. Tornou-se claro que também estava no de Hitler.

“Dantzig é alemão”, lembrou o Führer a seu hóspede, “será sempre alemão, e mais cedo ou mais tarde voltará a fazer parte da Alemanha”. Podia assegurar, contudo, que “nenhum *fait accompli* seria maquinado em Dantzig”.

Pretendia Dantzig, e pretendia também uma auto-estrada e uma ferrovia alemã através do Corredor. Se ele e Beck pudessem “deixar de lado velhos padrões e procurar soluções inteiramente novas”, estava certo de que alcançariam um acordo que faria justiça a ambos os países.

Beck não estava tão certo. Embora, como confiou a Ribbentrop no dia seguinte, não quisesse ser muito indelicado com Hitler, respondera que “o problema de Dantzig era muito difícil”. Não via na sugestão do chanceler nenhuma “justiça” para a Polônia. Hitler, então, apontou “a grande vantagem” para a Polônia “de ter sua fronteira com a Alemanha, inclusive o Corredor, assegurada por tratado”. Isto aparentemente não impressionou Beck, mas finalmente ele concordou em pensar novamente sobre o problema.⁴

Depois de meditar toda a noite, o ministro do Exterior da Polônia teve uma conversa com Ribbentrop no dia seguinte, em Munique. Solicitou que Ribbentrop informasse ao Führer que, embora todas as conversações com os alemães o houvessem enchido de otimismo, encontrava-se naquele dia, após sua entrevista com Hitler, “pela primeira vez num estado de espírito pessimista”. Especialmente em relação a Dantzig, como a questão fora posta pelo chanceler, ele “não via qualquer possibilidade de acordo”.⁵

O coronel Beck levava, como tantos outros que figuram nestas páginas, algum

tempo para despertar e chegar a opinião tão pessimista. Como a maioria dos poloneses, ele era violentamente anti-russo. Além disso, não simpatizava com os franceses, pelos quais nutria má vontade desde 1923, quando, como adido militar em Paris, fora expulso pela venda, segundo se alegara, de documentos relacionados com o exército francês. Talvez fosse natural para esse homem, que se tornara ministro do Exterior da Polônia em novembro de 1932, voltar-se para a Alemanha. Sentira cálida simpatia pela ditadura nazista desde o início. E nos seis anos que se passaram ele se empenhara em aproximar cada vez mais seu país do Terceiro Reich e em debilitar seus tradicionais laços de amizade com a França.

De todos os países que tinham fronteiras com a Alemanha, a Polônia era o que, em última análise, mais devia temer. De todos os países, fora o mais cego ao perigo alemão. Nenhum outro dispositivo do Tratado de Versalhes fora tão sentido pelos alemães como o que estabelecera o Corredor, dando à Polônia acesso ao mar, e separando a Prússia Oriental do Reich. A separação do velho porto hanseático de Dantzig da Alemanha, e sua transformação em Cidade Livre sob a supervisão da Liga das Nações, mas dominada economicamente pela Polônia, igualmente chocara a opinião pública alemã. Mesmo a fraca e pacífica República de Weimar jamais aceitara aquilo que considerava mutilação polonesa do Reich alemão. Por volta de 1922, o general von Seeckt, como vimos,* tinha definido a atitude do exército alemão.

A existência da Polónia é intolerável e incompatível com as condições essenciais de vida da Alemanha. A Polónia deve acabar e acabará — como resultado de sua própria debilidade e da ação da Rússia — com nossa ajuda (...) A eliminação da Polónia deve constituir uma das preocupações fundamentais da política alemã (...) [e] é realizável por meio da Rússia e com a sua ajuda.

** Ver capítulo "A nazificação da Alemanha" (As origens da política externa nazista), neste livro.*

Palavras proféticas!

Os alemães esqueceram — ou talvez não quiseram lembrar — que quase toda a terra alemã adjudicada à Polónia em Versalhes, incluindo as províncias de Posen e a Pomerânia polonesa, que formavam o Corredor, foram arrancadas pela Prússia na época das partilhas, quando a Prússia, a Rússia e a Áustria destruíram a nação polonesa. Por mais de um milênio haviam sido habitadas pelos poloneses, e em grande extensão ainda eram.

Nenhuma das nações recriadas por Versalhes passara por tão maus bocados quanto a Polônia. Nos primeiros anos turbulentos de seu renascimento sustentara uma guerra agressiva contra a Rússia, a Lituânia, a Alemanha e mesmo a Tchecoslováquia — em última análise por causa da área rica em carvão de Teschen. Privada de sua liberdade política por um século e meio e, desse modo, sem experiência moderna de autogoverno, os poloneses foram incapazes de instalar um governo estável ou de começar a resolver seus problemas econômicos e agrários. Em 1926, o marechal Pilsudski, o herói da revolução de 1918, marchara sobre Varsóvia, apoderara-se do governo e, apesar de antigo socialista, substituíra gradualmente o caótico regime democrático por sua própria ditadura. Um dos seus últimos atos, antes de morrer em 1935, foi assinar um tratado de não-agressão com Hitler. Isto ocorreu a 26 de janeiro de 1934, e, como já dissemos,* foi um dos primeiros passos para minar o sistema de alianças da França com os vizinhos orientais da Alemanha e enfraquecer a Liga das Nações e seu conceito de segurança coletiva. Após a morte de Pilsudski, a Polônia foi governada em larga escala por um pequeno grupo de coronéis, líderes da velha Legião Polonesa de Pilsudski, que lutaram contra a Rússia durante a Primeira Guerra Mundial. À frente dos coronéis encontrava-se o marechal Smigly-Rydz, soldado capaz, mas de maneira alguma um estadista. A política externa era conduzida pelo coronel Beck. De 1934 em diante, transformou-se progressivamente em germanófila.

** Ver capítulo "A nazificação da Alemanha" (As origens...).*

Isto estava destinado a ser uma política suicida. Realmente, quando se considera a posição da Polônia na Europa após Versalhes, é difícil fugir à conclusão de que os poloneses, nos anos 1930, como em algumas ocasiões, nos séculos anteriores, foram levados, por alguma fatídica falha em sua nacionalidade, à autodestruição, e de que nesse período, como certas vezes no passado, eles mesmos foram seus piores inimigos. Enquanto Dantzig e o Corredor existissem, não haveria paz duradoura entre a Polónia e a Alemanha nazista. Nem a Polónia era suficientemente forte para dar-se ao luxo de rivalizar com seus gigantescos vizinhos, a Rússia e a Alemanha. Suas relações com a União Soviética continuavam inalteradamente más desde 1920, quando a Polónia atacara a Rússia, já enfraquecida pela Primeira Guerra Mundial e pela guerra civil, e um conflito selvagem teve lugar.*

** Como consequência dessa guerra, a Polónia empurrou sua fronteira para 240 quilómetros a leste da Linha Curzon, à custa da União Soviética — fronteira que transferiu 4,5 milhões de ucranianos e 1,5 milhão de russos brancos para o domínio da Polónia. Desse modo, as fronteiras orientais e ocidentais da Polónia não foram aceitas pela Alemanha e pela União*

Soviética, fato que parece ter sido perdido de vista pelas democracias ocidentais quando Berlim e Moscou começaram a se aproximar no verão de 1939.

Agarrando a oportunidade de conquistar a amizade de um país tão abertamente anti-russo e ao mesmo tempo desligá-lo de Genebra e de Paris, minando assim o sistema de Versalhes, Hitler tomara a iniciativa de levar a efeito o pacto germano-polonês de 1934. Não era uma iniciativa popular na Alemanha. O exército alemão, que fora pró-russo e antipolonês desde os dias de Seeckt, ficou ressentido. Mas isto serviu admiravelmente a Hitler para o futuro. A simpática amizade da Polônia ajudou-o a conseguir as coisas essenciais em primeiro lugar: a reocupação da Renânia, a destruição da Áustria independente e da Tchecoslováquia. A todos esses passos, que fortaleciam a Alemanha, enfraqueciam o Ocidente e ameaçavam o Oriente, Beck e seus companheiros coronéis em Varsóvia olhavam com benevolência e com a maior e inexplicável cegueira.

Se o ministro do Exterior da Polônia, ao iniciar-se o novo ano, mergulhara num estado de espírito pessimista pelas exigências de Hitler, sua disposição decaiu ainda mais com a chegada da primavera. Embora em seu discurso de aniversário no Reichstag, a 30 de janeiro de 1939, Hitler falasse em termos calorosos da “amizade entre a Alemanha e a Polônia” e declarasse que ela era “um dos fatores da tranquilidade da vida política européia”, Ribbentrop falara com mais franqueza ao retribuir a visita a Varsóvia quatro dias antes. Ele novamente levantou com Beck a questão das reivindicações de Hitler em relação a Dantzig e às comunicações pelo Corredor, acentuando que elas eram “extremamente moderadas”. Mas nem nessas questões, nem em sua insistência para que a Polônia se unisse ao pacto anti-Comintern contra a União Soviética, conseguiram do ministro do Exterior polonês uma resposta satisfatória.⁶ O coronel Beck tornava-se cauteloso com seus amigos. Na verdade, começava a manobrar. A 26 de fevereiro, o embaixador alemão em Varsóvia informou Berlim de que Beck tomara a iniciativa de conseguir um convite para visitar Londres no fim de março e poderia ir a Paris posteriormente. Embora já tarde do dia, a Polônia, como disse Moltke em seu despacho, “deseja obter um contato com as democracias ocidentais (...) [por] temer que possa surgir um conflito com a Alemanha por causa de Dantzig”.⁷ Como tantos outros que tinham experimentado acalmar o voraz apetite de Adolf Hitler, as vendas de Beck também foram caindo dos olhos. Caíram completamente, e para sempre, a 15 de março, quando Hitler ocupou a Boêmia e a Morávia e enviou suas tropas para proteger a Eslováquia “independente”. A Polônia acordou nessa manhã para encontrar-se rodeada no sul, ao longo da fronteira eslovaca, como já se achava

no norte, pelas fronteiras da Pomerânia e da Prússia Oriental, pelo exército alemão. Numa noite sua posição militar se tornara insustentável.

Vinte e um de março de 1939 é um dia para ser recordado na história da marcha da Europa para a guerra.

Havia intensa atividade diplomática nesse dia em Berlim, Varsóvia e Londres. O presidente da república francesa, Albert Lebrun, acompanhado pelo ministro do Exterior, Bonnet, chegou à capital inglesa para uma visita oficial. Chamberlain lhes sugeriu que seus dois países se juntassem à Polônia e à União Soviética numa declaração formal estabelecendo que as quatro nações se consultariam imediatamente acerca dos passos que deteriam futuras agressões na Europa. Três dias antes, Litvinov propusera — como fizera há exatamente um ano, depois do Anschluss — uma conferência européia, desta vez com a França, a Inglaterra, a Polônia, a Rússia, a Romênia e a Turquia, que se uniriam para deter Hitler. Mas o primeiro-ministro achara a ideia prematura. Estava bastante desconfiado de Moscou e julgava que uma declaração das quatro potências, incluindo a União Soviética, era o máximo que podia fazer.*

** "Devo confessar" escreveu Chamberlain numa carta particular a 26 de março, "a mais profunda desconfiança da Rússia. Não tenho qualquer confiança em sua capacidade de manter uma ofensiva real, mesmo que ela quisesse. E desconfio de seus motivos (...). Além disto, ela é tanto odiada como suspeita por muitos dos menores Estados, especialmente pela Polônia, a Romênia e a Finlândia". (Feilin, vida de Neville Chamberlain, p. 603).*

Sua proposta foi apresentada a Beck, em Varsóvia, pelo embaixador britânico no mesmo dia 21 de março, e foi recebida algo friamente quanto à inclusão da Rússia. O ministro do Exterior polonês estava mais desconfiado da União Soviética que Chamberlain e, além disso, partilhava da opinião do primeiro-ministro a respeito da desvalia da ajuda militar russa. Sustentaria tais opiniões inflexivelmente até o momento do desastre.

Mas o acontecimento mais funesto para a Polônia, nesse dia, ocorreu em Berlim. Ribbentrop pediu ao embaixador polonês para chamá-lo ao meio-dia. Pela primeira vez, como Lipski observou numa comunicação subsequente, o ministro do Exterior estava não somente frio para com ele, mas agressivo. O Führer, avisou, "estava se tornando cada vez mais atônito com a atitude da Polônia". A Alemanha queria uma resposta satisfatória para suas reivindicações a respeito de Dantzig, de uma auto-estrada e de uma ferrovia pelo Corredor. Essa era uma condição para a continuação das relações de amizade germano-

polonesas. “A Polônia deve entender”, afirmou Ribbentrop,⁴ que não podia adotar uma posição intermediária entre a Rússia e a Alemanha”. Sua única salvação residia “numa razoável amizade com a Alemanha e seu Führer”, o que exigia “uma política anti-soviética conjunta”. Ademais, o Führer desejava que Beck “fizesse uma visita imediata a Berlim”. Nesse meio-tempo, Ribbentrop advertia energicamente o embaixador polonês para ir depressa a Varsóvia e explicar a seu ministro do Exterior, em pessoa, como estava a situação. “Ele advertiu”, Lipski informou a Beck, “que a conversação [com Hitler] não seria demorada, a menos que o chanceler viesse a concluir que a Polônia rejeitava todas as suas ofertas”.⁸

Como passatempo, uma pequena agressão

Antes de deixar a Wilhelmstrasse, Lipski perguntou a Ribbentrop se podia dizer-lhe alguma coisa acerca de sua conversação com o ministro do Exterior da Lituânia. O alemão replicou que eles haviam discutido a questão de Memel, “que reclamava solução”.

Na verdade, Ribbentrop recebera o ministro do Exterior da Lituânia, Juozas Urbays, que passava por Berlim depois de uma viagem a Roma no dia anterior, e pedira que a Lituânia devolvesse o distrito de Memel imediatamente à Alemanha. De outra forma, “o Führer agiria com a rapidez do raio”. Os lituanos, preveniu, não deviam iludir-se esperando “qualquer espécie de ajuda do exterior”.⁹

Na realidade, alguns meses antes, a 13 de dezembro de 1938, o embaixador francês e o *chargé d'affaires* inglês chamaram a atenção do governo alemão para a informação de que a população alemã de Memel planejava uma revolta e solicitara o uso de sua influência a fim de fazer com que o acordo de Memel, garantido tanto pela Inglaterra como pela França, fosse respeitado. O Ministério do Exterior, em sua resposta, expressava “surpresa e admiração” em face da démarche anglo-francesa, e Ribbentrop ordenara que se houvesse quaisquer novos passos, diria às duas embaixadas “que nós realmente esperávamos que a França e a Inglaterra se cansassem definitivamente de intrometer-se nos assuntos da Alemanha”.¹⁰

Por algum tempo o governo alemão e, principalmente, os líderes do partido e das S.S. estiveram organizando os alemães de Memel na mesma linha a que já nos familiarizamos com os exemplos da Áustria e dos Sudetos. As forças armadas alemãs também foram chamadas a cooperar e, como vimos,* três semanas após Munique, Hitler ordenara a seus chefes militares que preparassem,

simultaneamente com a liquidação do remanescente da Tchecoslováquia, a ocupação de Memel. Já que a marinha não tivera oportunidade de cobrir-se de glórias na invasão da Áustria e dos Sudetos, Hitler decidiu que Memel seria tomada por mar. Em novembro, os planos para a aventura foram traçados sob o nome em código de “exército de Transporte Stettin”, e Hitler e o almirante Räder estavam tão ansiosos por essa pequena exibição de poder naval que se puseram ao mar em Swinemuende, a bordo do encouraçado de bolso Deutschland, a caminho de Memel, a 22 de março, exatamente uma semana depois da triunfal entrada do Führer em Praga, antes que a desprotegida Lituânia tivesse tempo de capitular ante um ultimato alemão.

** Ver primeiras páginas do capítulo "A Tchecoslováquia deixa de existir" neste livro.*

A 21 de março, Weizsäcker, que muito depois proclamaria sua desaprovação à brutalidade dos métodos nazistas, notificou ao governo da Lituânia que “não havia tempo a perder” e que seus plenipotenciários deviam vir a Berlim, “por avião especial, amanhã, a fim de transferir para a Alemanha o distrito de Memel. Os lituanos obedientemente chegaram ao fim da tarde de 22 de março, mas apesar da pressão realizada pessoalmente por Ribbentrop, estimulado pelo enjôo de Hitler no mar, a bordo de seu encouraçado, eles discutiram sem nenhuma pressa a capitulação. Duas vezes durante a noite, revelam os documentos alemães capturados, o Führer expediu radiogramas urgentes do Deutschland para Ribbentrop, indagando se os lituanos haviam-se rendido, como era requerido. O ditador e seu almirante tinham de saber se deviam prosseguir o caminho para o porto de Memel. Finalmente, à 1:30h da manhã de 23 de março, Ribbentrop pôde transmitir pelo rádio a seu chefe a notícia de que os lituanos cederam.¹¹

Às 14:30h do dia 23, Hitler fez outra de suas entradas triunfais na recém-ocupada cidade e no Stadttheater, em Memel, e novamente dirigiu-se a uma multidão alemã libertada e em delírio. Outro dispositivo do Tratado de Versalhes fora pisoteado. Outra conquista incruenta fora efetuada. Embora o Führer não pudesse saber, seria a última.

A pressão sobre a Polônia

A anexação alemã de Memel foi “uma surpresa muito desagradável” para o governo polonês, como informou no dia seguinte a Berlim, de Varsóvia, o embaixador alemão na Polônia, Hans-Adolf von Moltke. “A principal razão desse fato”, acrescentou, “é que se teme que agora chegará a vez de Dantzig e do Corredor”.¹² Ele também comunicou ao Ministério do Exterior alemão que

reservistas poloneses estavam sendo convocados. No dia seguinte, 25 de março, o almirante Canaris, chefe do Abwehr, informou que a Polônia mobilizara três classes e concentrava tropas em torno de Dantzig. O general Keitel não acreditava que isso demonstrasse “qualquer intenção agressiva por parte dos poloneses”, mas o Estado-maior geral do exército, observou, “encarou mais seriamente a questão”.¹³

Hitler regressou de Memel a 24 de março e no dia seguinte teve uma longa conversa com o general von Brauchitsch, comandante do exército. Do memorando confidencial de Brauchitsch sobre a entrevista transparece que o líder ainda não tinha formado uma ideia precisa de como proceder contra a Polônia.¹⁴ Com efeito, seu cérebro turbulento parecia estar cheio de contradições. O embaixador Lipski teve de voltar no dia seguinte, 26 de março, e o Führer não quis vê-lo.

Lipski retornará de Varsóvia domingo, 26 de março [observou Brauchitsch]. Estava encarregado de perguntar se a Polônia estaria preparada para negociar em relação a Dantzig. O Führer afastou-se durante a noite de 25 de março; ele não deseja estar aqui quando Lipski retornar. Ribbentrop, a princípio, negociará. Contudo, o Führer não pretende resolver o problema de Dantzig pela força. Ele não gostaria de lançar a Polônia nos braços da Inglaterra com essa medida.

Uma ocupação militar de Dantzig teria de ser tomada em consideração somente se Lipski desse um sinal de que o governo polonês aceitaria a responsabilidade, perante seu próprio povo, de ceder voluntariamente Dantzig e a solução seria mais fácil para eles por um fato consumado.

Esta é uma interessante compreensão do pensamento de Hitler e do seu caráter, nesse instante. Três meses antes, ele garantira a Beck pessoalmente que não haveria nenhum fato consumado em Dantzig. Recordou ainda que o ministro polonês acentuara que o povo polonês jamais estaria a favor da entrega de Dantzig à Alemanha. Se os alemães simplesmente a tomassem, não se faria mais fácil para o governo polonês aceitar o fato consumado? Até então Hitler fora um gênio ao avaliar a debilidade de seus adversários estrangeiros e aproveitar-se dela, mas, nesse caso, quase pela primeira vez, seu julgamento começou a claudicar. Os coronéis que governavam a Polônia formavam um bando medíocre e confuso, mas a última coisa que queriam, ou aceitariam, era um fato consumado em Dantzig.

A Cidade Livre dominava o pensamento de Hitler, mas ele estava igualmente pensando muito além, exatamente como tinha feito em relação à

Tchecoslováquia depois de Munique, o que lhe dera os Sudetos.

O Führer não deseja, por enquanto [observou Brauchitsch], resolver a questão polonesa. Ela precisa, contudo, ser considerada. Uma solução em futuro próximo teria que se basear em condições políticas especialmente favoráveis; e nesse caso a Polônia seria derrubada tão inapelavelmente que não seria necessário, durante as próximas décadas, tomá-la como fator político. O Führer pretende, para conseguir isso, uma fronteira avançada desde os limites orientais da Prússia Oriental até os da Alta Silésia.

Brauchitsch sabia perfeitamente o que significava aquela fronteira. Era a fronteira oriental da Alemanha de antes da guerra, que Versalhes destruiu, e que prevalecera enquanto não existia a Polônia.

Se Hitler ainda tinha qualquer dúvida sobre qual seria a resposta da Polônia, ela foi dissipada quando o embaixador Lipski voltou a Berlim, no domingo, 26 de março, e apresentou a resposta de seu país na forma de um memorando escrito.¹⁵ Ribbentrop leu-o imediatamente, rejeitou-o, vociferou a respeito das medidas de mobilização polonesas e advertiu o enviado “das consequências possíveis”. Declarou também que qualquer violação do território de Dantzig pelas tropas polonesas seria considerada uma agressão contra o Reich.

A resposta escrita da Polônia, conquanto vazada em linguagem conciliatória, representava firme recusa às exigências alemãs. Expressava boa vontade para discutir posteriores meios para facilitar o tráfego rodoviário e ferroviário pelo Corredor, mas se negava a considerar tais comunicações extraterritoriais. Quanto a Dantzig, a Polônia manifestava disposição de substituir o estatuto da Liga das Nações por uma garantia germano-polonesa, mas não ver a Cidade Livre tornar-se uma parte da Alemanha.

A Alemanha nazista nessa época não estava habituada a ver uma nação inferior rejeitar suas exigências, e Ribbentrop observou a Lipski que “a resposta lembrava certos passos arriscados dados por outro Estado” — clara referência à Tchecoslováquia, que a Polônia ajudara Hitler a desmembrar. Isto deve ter ficado igualmente evidente para Lipski, quando foi novamente convocado ao Ministério do Exterior no dia seguinte por Ribbentrop, que o Terceiro Reich não recorreria, contra a Polônia, a certas táticas usadas com tanto êxito contra a Áustria e a Tchecoslováquia. O ministro do Exterior nazista encolerizou-se com a alegada perseguição da minoria alemã na Polónia, que, disse, “causara uma desastrosa impressão na Alemanha”.

Em conclusão, o ministro do Exterior [alemão] observou que já não podia

*compreender o governo polonês (...). As propostas ontem transmitidas pelo embaixador polonês não podiam ser consideradas base para um acordo. As relações entre os dois países foram, por conseguinte, se deteriorando rapidamente.*¹⁶

Varsóvia não foi tão facilmente intimidada como Viena e Praga. No dia seguinte, 28 de março, Beck mandou chamar o embaixador alemão e lhe disse, em resposta à declaração de Ribbentrop, que um golpe polonês contra Dantzig significaria *casus belli* que também ele se via forçado a expressar que qualquer tentativa da Alemanha ou do Senado nazista de Dantzig para alterar o estatuto da Cidade Livre seria considerado pela Polônia *casus belli*.

— Vocês querem negociar na ponta de uma baioneta! — exclamou o embaixador.

— Que é o seu próprio método — Beck respondeu.¹⁷

O despertado ministro do Exterior polonês foi capaz de levantar-se em face de Berlim mais firmemente do que Benes, pois sabia que o governo britânico, que no ano anterior estivera ansioso por ajudar Hitler a obter suas reivindicações contra a Tchecoslováquia, agora tomava exatamente o caminho oposto em relação à Polônia. O próprio Beck torpedeara uma proposta britânica para uma declaração das quatro potências, afirmando que a Polônia recusava associar-se à Rússia de qualquer forma. Em vez disso, a 22 de março, sugeria a sir Howard Kennard, embaixador inglês em Varsóvia, a imediata conclusão de um acordo secreto anglo-polonês para consulta, em caso de ameaça de ataque por uma terceira potência. Mas, alarmado pelos movimentos de tropas alemãs nas adjacências de Dantzig e do Corredor e pelas informações inglesas em relação às exigências alemãs sobre a Polônia (que o ardiloso Beck negara aos ingleses), Chamberlain e Halifax queriam ir além de meras consultas.

Na noite de 30 de março, Kennard apresentou a Beck uma proposta anglo-francesa para pactos de assistência-mútua no caso de agressão alemã.* Mas até este passo foi superado pelos acontecimentos. Novas notícias de possibilidade de um iminente ataque alemão contra a Polónia dispuseram o governo inglês, na mesma noite, a perguntar a Beck se ele fazia qualquer objeção a uma garantia unilateral provisória inglesa da independência da Polónia. Chamberlain devia saber até a manhã, pois desejava responder a uma questão parlamentar acerca do assunto. Beck não tinha objeção (seu sentido de desafogo pode ser imaginado). Com efeito, disse a Kennard, “concordava sem hesitação”.¹⁹

** No telegrama de instruções a Kennard ficou claro que a Rússia seria deixada à margem. "Torna-se evidente" dizia, "que nossas tentativas de consolidar a situação serão frustradas se a União Soviética associar-se abertamente ao início do esquema. Telegramas recentes de diversas missões de Sua Majestade no exterior nos avisam de que a inclusão da Rússia não só prejudicaria o êxito de nossos esforços construtivos, mas também tenderia a consolidar as relações entre as partes do pacto anti-Comintern, tanto quanto excitar a ansiedade entre numerosos governos amigos".*

No dia seguinte, 31 de março, como vimos, Chamberlain fez sua histórica declaração na Câmara dos Comuns, de que a Inglaterra e a França “emprestariam ao governo polonês todo o apoio de força que pudessem”, caso a Polônia fosse atacada e resistisse.

Para quem quer que estivesse em Berlim nessa semana do fim de março de 1939, como sucedeu a este autor, a imprevista garantia unilateral inglesa à Polônia parecia incompreensível. Entretanto, parece ter sido bem acolhida nos territórios ao oeste e a leste da Alemanha. Repetidas vezes, como vimos, em 1936, quando os alemães marcharam para a Renânia desmilitarizada, em 1938, quando ocuparam a Áustria e puseram em risco uma guerra européia para tomar os Sudetos, e mesmo duas semanas antes quando se apossaram da Tchecoslováquia, a Inglaterra e a França, apoiadas pela Rússia, poderiam ter agido para deter Hitler com o menor sacrifício para elas. Mas a fome de paz, a qualquer preço, de Chamberlain, desprezara tais ações. Não apenas isto: como ele mesmo disse, trabalhara inutilmente e arriscou sua carreira política em ajudar Adolf Hitler a obter o que queria nos países vizinhos. Nada tinha feito para salvar a independência da Áustria. Associara-se ao ditador alemão para destruir a independência da Tchecoslováquia, a única verdadeira nação democrática a leste das fronteiras orientais da Alemanha, a única amiga do Ocidente e que apoiava na Liga das Nações o princípio da segurança coletiva. Nem sequer considerara o valor militar para o Ocidente das 35 divisões bem treinadas e bem armadas da Tchecoslováquia, entrincheiradas em suas poderosas fortificações montanhosas, no momento em que a Inglaterra poderia apenas colocar duas divisões na França e quando o exército alemão era incapaz de lutar em duas frentes e atravessar as defesas tchecas, segundo entendiam os generais alemães.

E agora, inesperadamente, em sua amargurada e compreensível reação à ocupação, por Hitler, do remanescente da Tchecoslováquia, Chamberlain, depois de ter deliberada e perigosamente se lançado tão longe, comprometera-se unilateralmente a garantir um país do Oriente governado por uma junta de coronéis politicamente incapazes, que até então colaboravam intimamente com Hitler e que, como hienas, se uniram aos alemães na divisão da Tchecoslováquia,

país que se tornou militarmente indefensável em virtude das conquistas alemãs, que o Reich obteve com a ajuda da Inglaterra e da Polônia.* E o primeiro-ministro tomara tal risco de última hora sem se importar em obter o auxílio da Rússia, cujas propostas para a ação conjunta contra novas agressões nazistas foram apresentadas duas vezes no período de um ano.

** Chamberlain não podia jamais ignorar a fraqueza militar da Polônia. O coronel Sword, adido militar inglês em Varsóvia, enviara uma semana antes a Londres, no dia 22 de março, uma longa informação sobre a desastrosa posição estratégica da Polônia, "limitada pelos três lados pela Alemanha", e sobre as deficiências das forças armadas polonesas, especialmente em armas e equipamentos modernos.²⁰*

A 6 de abril, enquanto o coronel Beck discutia em Londres o pacto de assistência mútua, o coronel Sword e o adido da aeronáutica britânico, capitão Vachell, enviaram novos relatórios contendo ainda menores esperanças. Vachell destacava que no período dos próximos 12 meses a força aérea polonesa teria "não mais de seiscentos aparelhos, muitos dos quais não competiam com a aviação alemã". Sword informava que o exército polonês e a força aérea estavam tão carentes de equipamento que somente podiam oferecer resistência limitada a um ataque total alemão. O embaixador Kennard, resumindo os relatórios de seus adidos, informava a Londres que os poloneses seriam incapazes de defender o Corredor ou a fronteira ocidental contra a Alemanha e teriam de recuar para o Vístula, no coração da Polônia. "Uma Rússia amiga", ele aduziu, "seria, assim, de crucial importância" para a Polônia.²¹

Por fim, ele fizera exatamente aquilo que por mais de um ano obstinadamente asseverara que a Inglaterra jamais faria: deixar à outra nação a decisão de seu país entrar na guerra.

Não obstante, o passo precipitado de Chamberlain, embora retardado, apresentou a Adolf Hitler uma situação inteiramente nova. Doravante, pelo visto, a Inglaterra se poria no caminho de qualquer ulterior agressão. Não mais poderia utilizar a técnica de ocupar uma nação enquanto as democracias ocidentais permanecessem de lado, debatendo o que fazer. Mais ainda, a ação de Chamberlain parecia ser o primeiro passo sério para a constituição de uma coalizão de potências contra a Alemanha, que, a menos que fosse contra-atacada com êxito, podia levar, novamente, ao mesmo cerco que fora o pesadelo do Reich desde o tempo de Bismarck.

A notícia da garantia de Chamberlain à Polônia lançou o ditador alemão num de seus característicos acessos de cólera. De acordo com o depoimento do almirante Canaris, que aconteceu estar presente, Hitler agitou-se furiosamente no quarto, martelando com os punhos sobre a mesa de mármore, com a face contorcida pela raiva e gritando contra a Inglaterra: “Eles se danarão comigo! Pagarão caro por isso!” 22

No dia seguinte, 1º de abril, ele falou em Wilhelmshaven, no almoço do encouraçado Tirpitz, e estava com tal espírito belicoso que aparentemente não tinha confiança em si mesmo, pois no último instante mandou que a transmissão direta de seu discurso fosse cancelada; ordenou que fossem retransmitidos, depois, trechos selecionados.* Mesmo a versão retransmitida estava marcada de advertências à Inglaterra e à Polônia.

Se eles [os aliados ocidentais] esperam que a Alemanha atual fique sentada pacientemente até o último momento, enquanto formam Estados-satélites e os organizam contra a Alemanha, estão confundindo a Alemanha de hoje com a Alemanha de antes da guerra.

Quem se declara pronto para tirar do jogo as castanhas dessas potências, deve compreender que poderá queimar os dedos (...).

Quando dizem em outros países que se armarão e se manterão ainda mais armados, posso dizer a esses estadistas apenas isto: “A mim não importunarão!” Estou decidido a prosseguir nesse caminho.

** Na verdade, a retransmissão do discurso para as estações de rádio americanas foi cortada depois que Hitler havia começado a falar. Isto fez com que corresse em Nova York a notícia de que ele fora assassinado. Encontrava-me na sala de controle da seção de ondas curtas da Radiodifusão Alemã, em Berlim, observando a retransmissão para a Columbia Broadcasting System, de Nova York, quando a irradiação foi suspensa. Ante meus protestos, os funcionários alemães responderam que a ordem partira do próprio Hitler. Em 15 minutos a CBS telefonava de Nova York pedindo confirmação para a informação do assassinato. Pude negar isso facilmente, porque num circuito telefônico livre para Wilhelmshaven podia escutar Hitler gritando seu discurso. Teria sido difícil matar Hitler nesse dia, porque ele falava atrás de um vidro à prova de bala.*

Hitler, ao cancelar a transmissão direta, revelou que era bastante cauteloso para não provocar em demasia a opinião estrangeira. Informou-se em Berlim, nesse dia, que denunciaria o tratado naval anglo-alemão, como sua primeira réplica a Chamberlain. Mas em seu discurso simplesmente declarou que se a

Inglaterra não desejasse mais manter-se fiel a ele, a Alemanha “aceitaria o fato bem calmamente”.

Como tantas vezes anteriormente, Hitler terminou com uma velha e sedida nota de paz: “A Alemanha não tem a intenção de atacar outro povo (...). Com esta convicção decidi há três semanas denominar a próxima assembléia nacional do partido Convenção de Paz do Partido — palavra de ordem que, à medida que se aproximava o verão de 1939, tornava-se mais e mais irônica.

Isso destinava-se ao consumo público. No maior dos segredos, Hitler deu sua verdadeira resposta a Chamberlain e ao coronel Beck dois dias mais tarde, a 3 de abril. Ela se achava contida numa altamente confidencial diretiva às forças armadas, das quais apenas foram tiradas cinco cópias, inaugurando o Caso Branco. Tal era o nome em código que avultou grandemente na história subsequente do mundo.

ALTAMENTE SECRETO — CASO BRANCO

A atual atitude da Polônia exige (...) o início de preparativos militares para remover para sempre, se necessário, qualquer ameaça desse lado.

1 — Requisitos e objetivos políticos

(...) O objetivo será destruir a força militar da Polônia e criar no leste uma situação que satisfaça às necessidades da defesa nacional. A Cidade Livre de Dantzig será proclamado como parte do território do Reich ao irromperem as hostilidades.

Os dirigentes políticos consideram sua tarefa, nesse caso, isolar a Polônia, se possível, o que significa limitar a guerra apenas à Polônia.

O desenvolvimento da crescente crise interna na França e o resultado da precaução britânica podem produzir a mencionada situação em futuro não distante.

Não esperamos que a intervenção da Rússia (...) possa ser de qualquer utilidade para a Polônia (...) A atitude da Itália está determinada pelo eixo Roma-Berlim.

2 — Conclusões militares

Os grandes objetivos na constituição das forças armadas alemãs continuarão

a ser determinados pelo antagonismo das democracias ocidentais. O Caso Branco representa apenas um complemento de precaução para seus objetivos.

O isolamento da Polônia será tanto mais facilmente mantido, mesmo depois da irrupção das hostilidades, se tivermos êxito em iniciar a guerra com rapidez, com golpes demolidores e na conquista de vantagens imediatas (...).

3 — Tarefas das forças armadas

A tarefa da Wehrmacht é aniquilar as forças armadas da Polônia. Com este propósito, um ataque de surpresa deve ser colimado e preparado.

Em relação a Dantzig:

A ocupação repentina de Dantzig pode vir a ser possível independentemente do Caso Branco, por meio da exploração de uma situação política favorável (...). A ocupação pelo exército será realizada da Prússia Oriental. A marinha apoiará a ação do exército, intervindo por mar.

O Caso Branco é um extenso documento com diversos inclusos, anexos e ordens especiais, a maioria dos quais foi reeditada a 11 de abril e naturalmente adicionada mais tarde, à medida que a hora das hostilidades se aproximava.

Mas já a 3 de abril Hitler anexava as seguintes diretivas para o Caso Branco:

1. Os preparativos devem ser feitos de tal forma que a operação possa ser realizada a qualquer momento, a partir de 1º de setembro de 1939.

Como no caso da data Hitler fixou uma bem avançada para conseguir os Sudetos (12 de outubro de 1938). Essa muito importante data de 12 de setembro de 1939 também seria mantida.

2. O Alto-Comando das forças armadas (OKW) é responsável por estabelecer um horário para o Caso Branco e por organizar um ajustamento sincronizado entre os três ramos da Wehrmacht.

3. Os planos dos ramos da Wehrmacht e os pormenores sobre os prazos devem ser submetidos ao OKW até 12 de maio de 1939.23

A questão agora consistia em saber se Hitler poderia levar os poloneses a aceitar suas exigências, como fizera com os austríacos e (com a ajuda de

Chamberlain) com os tchecos, ou se a Polônia ficaria firme e resistiria à agressão nazista, caso ela sobreviesse e, nessa hipótese, de que forma. Este autor passou a primeira semana de abril na Polônia à procura de respostas. Elas revelaram, tanto quanto era possível verificar, que os poloneses não cederiam às ameaças de Hitler, que lutariam se sua terra fosse invadida, mas que militar e politicamente se encontravam numa posição desastrosa. Sua força aérea era obsoleta, seu exército muito pesado, sua posição estratégica cercada por três lados alemães, quase sem saída. Além disso, a poderosa muralha ocidental da Alemanha tornava a ofensiva anglo-francesa contra a Alemanha, no caso de a Polônia ser atacada, extremamente difícil. E finalmente se tornava claro que os teimosos coronéis poloneses jamais consentiriam na ajuda russa, mesmo se os alemães chegassem às portas de Varsóvia.

Os acontecimentos agora se processavam rapidamente. A 6 de abril o coronel Beck assinou um acordo com a Inglaterra, em Londres, transformando a garantia unilateral britânica num pacto temporário de assistência mútua. Um tratado permanente, conforme se anunciava, seria assinado tão logo fossem elaborados os pormenores.

No dia seguinte, 7 de abril, Mussolini enviou tropas para a Albânia e adicionou a conquista desse pequeno país montanhoso ao da Etiópia, conquista que lhe serviria de trampolim contra a Grécia e a Iugoslávia e, na tensa atmosfera da Europa, para fazer mais assustados os pequenos países que ousavam desafiar o Eixo. Como deixam claro os documentos do Ministério do Exterior alemão, a conquista da Albânia foi efetuada com a aprovação completa da Alemanha, informada desse passo com antecedência. A 13 de abril, a Inglaterra e a França contra-atacaram com uma garantia à Grécia e à Romênia. Os dois blocos começavam a definir-se. Em meados de abril, Göring chegou a Roma e, com grande contrariedade de Ribbentrop, teve duas longas entrevistas com Mussolini, nos dias 15 e 16.24 Concordaram em que “necessitavam de dois ou três anos” a fim de preparar-se para “um conflito geral”, mas Göring declarou que se a guerra viesse mais cedo, “o Eixo estava numa posição muito forte” e “derrotaria quaisquer possíveis adversários”.

Foi mencionado um apelo do presidente Roosevelt, que chegara a Roma e a Berlim, a 15 de abril. O Duce, de acordo com Ciano, a princípio se recusara a lê-lo, e Göring afirmou que ele não merecia resposta. Mussolini considerou-o “resultado de paralisia infantil”, mas a impressão de Göring era de que “Roosevelt sofria de uma pequena deficiência mental”. Em seu telegrama a Hitler e Mussolini o presidente dos Estados Unidos levantara uma questão séria:

Estão dispostos a dar garantias de que suas forças armadas não atacarão ou invadirão o território das seguintes nações independentes?

Seguia-se uma lista de 31 países, incluindo a Polônia, Estados bálticos, Rússia, Dinamarca, Holanda, Bélgica, França e Inglaterra. O presidente esperava que a referida garantia de não-agressão seria dada “por dez anos pelo menos” ou “um quarto de século, se ousarmos olhar tão longe”. Se fossem dadas, prometeu a participação americana em discussões de âmbito internacional para aliviar o mundo “do peso esmagador de armamentos” e para abrir amplas perspectivas de comércio internacional.

“Vossa Excelência tem repetidamente asseverado”, lembrou a Hitler, “que não deseja a guerra, como não a deseja o povo alemão. Se isto for verdadeiro, não há necessidade de guerra”.

À luz do que agora é conhecido, tal apelo parecia ingênuo. Mas o Führer achou embaraçoso encontrar o que responder — não diretamente, mas num discurso em sessão especialmente convocada do Reichstag, a 28 de abril.

Entrementes, como revelam os documentos capturados do Ministério do Exterior alemão, a Wilhelmstrasse, num telegrama-circular de 17 de abril, fez duas perguntas, de sua própria iniciativa, aos Estados mencionados por Roosevelt, com exceção da Polônia, Rússia, Inglaterra e França: sentiam-se de qualquer forma ameaçados pela Alemanha? Haviam autorizado Roosevelt a formular sua proposta?

“Não temos dúvida”, telegrafou Ribbentrop a seus diversos enviados nos países em questão, “de que ambas as questões serão respondidas de forma negativa; não obstante, por motivos especiais, gostaríamos de obter uma confirmação autêntica, imediatamente.” Os “motivos especiais” se tornaram evidentes quando Hitler falou a 28 de abril.

A 22 de abril, o Ministério do Exterior alemão estava em condições de informar ao Führer que a maioria dos países, incluindo Iugoslávia, Bélgica, Dinamarca, Noruega, Holanda e Luxemburgo “responderam ambas as perguntas negativamente” — resposta que logo revelaria quão inocentemente seus governos viam o Terceiro Reich. Da Romênia, entretanto, veio uma resposta mordaz, dizendo que o “governo do Reich é que estava em condições de saber de onde a ameaça poderia vir”. A pequena Letônia, ao norte do Báltico, a princípio não compreendeu que resposta esperavam dela, mas o Ministério do Exterior logo esclareceu. A 18 de abril, Weiszsäcker chamou seu ministro em Riga

*para dizer-lhe que não fomos capazes de compreender a resposta do ministro do Exterior da Letônia à nossa indagação sobre o telegrama de Roosevelt. Enquanto praticamente todos os outros governos já responderam, e naturalmente de forma negativa, o sr. Munters viu nessa ridícula propaganda americana um motivo para consultar seu gabinete. Se o sr. Munters não responder “não” prontamente à nossa pergunta, seremos obrigados a colocar a Letônia ao lado daquelas nações que espontaneamente se acumpliciam com Sr. Roosevelt. Disse que supunha ser suficiente uma palavra de Herr von Kotze [o ministro alemão] nesse sentido para obter da Letônia a resposta óbvia.*²⁵

A resposta de Hitler a Roosevelt

As respostas eram munição inestimável para Hitler, e dela ele fez uso com maestria quando discursou ao Reichstag no agradável dia de primavera de 28 de abril de 1939. Foi, creio eu, o mais longo discurso público que jamais proferiu. Levou mais de duas horas. Em muitos aspectos, especialmente na força de seu apelo aos alemães e aos amigos da Alemanha nazista no estrangeiro, provavelmente tenha sido a mais brilhante oração que jamais fez, com certeza a melhor que este autor ouviu. Pela eloquência pura, habilidade, ironia, sarcasmo e hipocrisia, alcançou um novo nível do qual jamais se aproximaria novamente. E apesar de destinado aos ouvidos alemães, não só foi transmitido por todas as estações de rádio da Alemanha, mas igualmente por centenas de outras no mundo. Nos Estados Unidos foi difundido pelas emissoras mais importantes. Nunca, antes ou depois, houve tão ampla audiência como a desse dia.*

** No dia do discurso, Weizsäcker telegrafou a Hans Thomsen, encarregado dos negócios alemães em Washington, instruindo-o para que desse ao discurso do Führer a mais ampla publicidade possível nos Estados Unidos e assegurando que fundos extras seriam providenciados para esse objetivo. Thomsen respondeu a 1º de maio: “O interesse pelo discurso ultrapassa tudo quanto conhecíamos. Portanto, dei ordens para que o texto inglês aqui impresso seja enviado (...) para dezenas de milhares de endereços de todas as classes e profissões, de acordo com o plano combinado. Compensará as despesas.”²⁶*

O discurso começou, depois da costumeira dissertação introdutória sobre as iniquidades de Versalhes e as imensas injustiças e longos sofrimentos acumulados pelo povo alemão por esse tratado, com uma resposta à Inglaterra e à Polônia que abalavam uma Europa inquieta.

Depois de afirmar seu sentimento de admiração e amizade pela Inglaterra e, a seguir, atacá-la pela desconfiança e pela sua nova “política de cerco” da

Alemanha, denunciou o tratado naval anglo-alemão de 1935. “Os seus motivos”, disse, “foram removidos”.

Da mesma maneira com a Polónia. Deu a conhecer sua proposta à Polónia em relação a Dantzig e ao Corredor (que fora conservada em segredo), classificou-a de “a maior concessão imaginável no interesse da paz européia”, e informou o Reichstag que o governo polonês recusara essa “oferta única”.

Lamentei essa incompreensível atitude do governo polonês (...). O pior é que agora a Polónia, como a Tchecoslováquia um ano atrás, acredita, pressionada por uma campanha internacional de mentiras, que deva mobilizar tropas, embora a Alemanha não tenha convocado um simples soldado e não tenha pensado em qualquer forma de agir contra a Polónia. Isto é em si mesmo lamentável, e a posteridade decidirá um dia se foi realmente justo recusar tais sugestões, feitas uma vez por mim (...), um verdadeiro e único compromisso (...).

As informações de que a Alemanha queria atacar a Polónia, prosseguiu Hitler, foram “meras invencionices da imprensa internacional”. (Nenhum dos dez milhões de ouvintes podia saber que há três semanas ele dera ordens escritas a suas forças armadas para preparar-se a fim de aniquilar a Polónia até le de setembro, “o mais tardar”). As invencionices da imprensa, continuou, levaram a Polónia a realizar um acordo com a Inglaterra que, “sob certas circunstâncias, compeliaria a Polónia a empreender a ação militar contra a Alemanha”. Em consequência, a Polónia rompera o pacto de não-agressão germano-polonês! “Portanto, considero o acordo (...) como tendo sido unilateralmente infringido pela Polónia e, desse modo, não mais existente.”

Tendo ele mesmo rasgado dois tratados formais, Hitler então disse ao Reichstag estar disposto a negociar substitutos para eles! “Não posso senão receber com simpatia tal ideia”, exclamou. “Ninguém seria mais feliz do que eu ante essa perspectiva.” Este era um velho artifício de que frequentemente se utilizava antes de romper um tratado, como vimos, mas embora ele possivelmente não soubesse, isso não funcionaria mais.

Hitler em seguida referiu-se ao presidente Roosevelt. Neste ponto o ditador alemão atingiu o clímax de sua oratória. Para um ouvido normal, certamente, isso exalava hipocrisia e impostura. Mas para os fantoches do Reichstag e para milhões de alemães, seu magistral sarcasmo e sua ironia foram uma delícia. Os pançudos deputados sacudiam-se em estridentes gargalhadas enquanto o Führer ridicularizava interminavelmente, e com vigor crescente, o presidente americano. Leu, um a um, os pontos do telegrama de Roosevelt, fez uma pausa,

quase sorriu, e depois, como um mestre-escola, disse em voz baixa uma palavra, “Resposta” — e deu-a. (Este autor ainda pode ver Hitler, em sua mente, pausadamente, minuto a minuto, dizer completamente, Antwort, enquanto mais acima, na cadeira do presidente, Göring procurava inutilmente sufocar uma risadinha, e os membros do Reichstag preparados, assim que a Antwort fosse proferida, para rugir e gargalhar).

O sr. Roosevelt declara que é evidente para ele que todos os problemas internacionais podem ser resolvidos em torno de uma mesa.

Resposta: (...) Seria muito feliz se esses problemas pudessem encontrar realmente solução em torno de uma mesa. Meu ceticismo, contudo, está baseado no fato de que foram os próprios Estados Unidos que deram a mais aguda expressão de sua desconfiança na eficácia das conferências. Pois a maior conferência de todos os tempos foi a Liga das Nações (...), representando todos os povos do mundo, criada de conformidade com a vontade de um presidente americano. O primeiro Estado, entretanto, que fugiu desse esforço, foram os Estados Unidos (...). Só senão depois de anos de participação infrutífera resolvei seguir o exemplo americano (...).

A liberdade da América do Norte não foi alcançada na mesa de conferência, nem tampouco o conflito entre o Norte e o Sul foi assim decidido. Nada direi sobre as numerosas lutas que conduziram, finalmente, à subjugação do continente norte-americano como um todo.

Menciono tudo isso apenas para mostrar que sua opinião, sr. Roosevelt, embora merecedora de todo acatamento, não encontra confirmação na história de seu próprio país ou na do resto do mundo.

A Alemanha, Hitler lembrou ao presidente, tinha certa feita ido a uma conferência — em Versalhes — não para discutir, mas para ouvir o que devia fazer: seus representantes “foram mesmo submetidos à maior degradação do que a que pôde ser infligida aos chefes das tribos Sioux”.

Hitler finalmente chegou ao âmago de sua resposta ao pedido do presidente, de que desse garantias de não atacar qualquer das 31 nações.

Resposta: Como soube o sr. Roosevelt quais as nações se consideram ameaçadas pela política alemã e quais as que não são? Ou está o sr. Roosevelt numa posição, a despeito da imensa quantidade de trabalho que deve ter em seu próprio país, de reconhecer espontaneamente todas essas manifestações mentais e espirituais de outros povos e de seus governos?

Finalmente, o sr. Roosevelt pergunta que segurança podemos dar de que as forças armadas alemãs não atacarão e, sobretudo, não invadirão o território ou possessões dos seguintes países independentes (...).

Hitler passou a ler em voz alta o nome de cada país e, à medida que enunciava os nomes, recorde, o riso no Reichstag crescia. Nem um só membro, nem ninguém em Berlim, acreditado, nem mesmo este autor, notou que ele astutamente deixou de lado a Polônia.

Hitler agora tirava o ás do baralho, ou assim deve ter pensado.

Resposta: Tive a preocupação de indagar dos Estados mencionados, primeiramente, se eles se sentiam ameaçados, e em segundo lugar, e acima de tudo, se esta indagação do presidente americano nos era dirigida por sua sugestão ou, de qualquer forma, com seu consentimento. A resposta foi, em todos os casos, negativa (...). É certo que eu não podia provocar inquéritos a serem feitos em certas nações mencionados em virtude de elas mesmas — como por exemplo, a Síria — estarem até hoje privadas de sua liberdade, ocupados que estão e, conseqüentemente, sem seus direitos, pelos agentes militares dos Estados democráticos. Além deste fato, entretanto, todos os Estados limítrofes da Alemanha receberam mais garantias (...) do que o sr. Roosevelt me perguntou em seu curioso telegrama (...).

Devo chamar a atenção do sr. Roosevelt para um ou dois erros históricos. Ele se referiu à Irlanda, por exemplo, e solicita uma declaração de que a Alemanha não atacará a Irlanda. Acabo de ler neste momento um discurso de De Valera, o taoiseach irlandês, no qual, de modo bastante estranho, e contrariando a opinião do sr. Roosevelt, ele não responsabiliza a Alemanha de oprimir a Irlanda, mas recrimina a Inglaterra por sujeitá-la a contínuas agressões (...).*

Da mesma forma, escapou à observação do sr. Roosevelt o fato de que a Palestina até o presente está ocupada, não por tropas alemãs, mas pelas inglesas; e que o país está com sua liberdade restringida pelo mais brutal recurso à força (...).

** Hitler teve a preocupação de usar a palavra gaélica para primeiro-ministro.*

Não obstante, disse Hitler, ele estava disposto a “dar a cada um dos Estados mencionados uma garantia do gênero desejado pelo sr. Roosevelt”. E mais do que isto! Seus olhos se iluminaram.

Não gostaria de deixar passar esta oportunidade sem dar, sobretudo ao presidente dos Estados Unidos, a garantia solicitada, não apenas para aqueles países a que ele se referiu, e que constituem a principal causa de sua apreensão, mas também aos próprios Estados Unidos e às demais nações do continente americano.

Declaro aqui, solenemente, que todos os rumores de qualquer modo relacionados com uma pretensa invasão ou ataque a território americano não são mais que rematado embuste, grosseira mentira, além do que tais afirmações, se levarmos em conta as possibilidades militares, podiam ter origem apenas numa imaginação muito estúpida.

O Reichstag estremecia de riso. Hitler sequer sorria, mantendo com grande apurmo seu semblante solene.

A seguir, veio a peroração, a mais eloquente, acredito, que ele jamais fez para uma audiência alemã.

Sr. Roosevelt! Compreendo perfeitamente, dada a vastidão de seu país e sua imensa riqueza, que se sinta responsável pela história de todo o mundo e pela história de todas as nações. Eu, sr., estou situado numa esfera bem mais modesta e menor (...).

Pus-me, certa vez, a governar um Estado que se encontrava diante da ruína completa, graças à confiança nas promessas do resto do mundo e ao mau regime dos governos democráticos (...). Venci o caos na Alemanha, restabeleci a ordem e aumentei enormemente a produção (...), desenvolvi o comércio, projetei poderosas estradas para serem construídas e canais para serem cavados, mobilizei gigantescas fábricas novas e ao mesmo tempo esforcei-me para dar educação e cultura ao nosso povo. Tive êxito em encontrar trabalho útil mais uma vez para todos os sete milhões de desempregados (...). Não somente uni o povo alemão politicamente, mas até o rearmeí. Esforcei-me igualmente por destruir, folha a folha, o tratado que em seus 448 artigos contém a mais vil opressão que os povos e os seres humanos têm querido exterminar para sempre (...) Recuperei para o Reich as províncias que nos foram roubadas em 1919. Trouxe de volta ao país natal milhões de alemães que foram separados de nós e se encontravam na miséria (...) e, sr. Roosevelt, sem derramar sangue e sem ocasionar a meu povo, e conseqüentemente aos outros, a miséria da guerra (...).

Sua tarefa, sr. Roosevelt, é comparativamente mais fácil. Assumi a presidência dos Estados Unidos, em 1933, quando fui designado chanceler do Reich. Desde o início teve em suas mãos o governo de um dos maiores e mais ricos países do mundo (...), cuja situação lhe enseja tempo e lazer para

preocupar-se com problemas universais (...). Seus interesses e sua influência cobrem uma área infinitamente maior do que a minha, porque meu mundo, sr. Roosevelt, no qual fui posto pela providência e pelo qual tenho a obrigação de trabalhar, é infelizmente bem menor, embora para mim seja mais precioso do que qualquer outro, pois se limita ao meu povo!

Creio, entretanto, que esta é a forma pela qual eu posso ser de mais valia para aquilo em que estamos todos empenhados, isto é, a justiça, o bem-estar, o progresso e a paz de toda a comunidade.

Para o iludido povo alemão, esse discurso foi a maior obra-prima de Hitler. Mas quem viajasse pela Europa nos dias que se seguiram facilmente verificaria que, diferentemente de certo número de orações anteriores de Hitler, essa não mais ludibriaria os povos ou os governos estrangeiros. Em contraste com os alemães, eles foram capazes de ver toda a trama de mistificações. E compreenderam que o Führer alemão, com toda a sua mestria oratória, e embora corrigindo Roosevelt, não tinha realmente respondido às proposições fundamentais do presidente: terminara ele com a agressão? Atacaria a Polônia?

Os acontecimentos demonstraram que aquele seria o último grande discurso de Hitler, de tempos de paz. O antigo vagabundo austríaco fora o mais longe possível neste mundo graças ao gênio de sua oratória. Daí em diante ele tentaria inscrever seu nome na história como um guerreiro.

Retirando-se, no verão, para sua afastada montanha em Berchtesgaden, Hitler não se mostrou sensível publicamente à resposta polonesa que lhe foi dada a 5 de maio, num discurso do coronel Beck ao parlamento e num memorando oficial apresentado à Alemanha nessa data. A declaração polonesa e o discurso de Beck constituíram uma resposta digna, conciliatória, mas igualmente firme.

É claro [dizia] que negociações, nas quais um Estado formula reivindicações e um outro é obrigado a aceitá-las sem alterações, deixam de ser negociações.

A intervenção da Rússia: I

Em seu discurso ao Reichstag a 28 de abril, Hitler omitira seu contumaz ataque à União Soviética. Não havia uma palavra acerca da Rússia. O coronel Beck, em sua réplica, mencionara “várias outras insinuações” feitas pela Alemanha, “que foram além dos objetivos da discussão” e reservou-se o direito “de retornar ao assunto, se necessário” — uma velada mas clara referência aos esforços anteriores da Alemanha para induzir a Polônia a unir-se ao pacto anti-Comintern.

Embora Beck não soubesse, nem mesmo Chamberlain, esses esforços anti-russos estavam agora sendo abandonados. Novas ideias começavam a germinar em Berlim e em Moscou.

É difícil asseverar exatamente quando os primeiros passos foram dados nas duas capitais para um entendimento entre a Alemanha nazista e a União Soviética, o qual traria tão enormes consequências para o mundo. Uma das primeiras e leves mudanças, como o já notamos, ocorreu por volta de 3 de outubro de 1938, quatro dias depois de Munique, quando o conselheiro da embaixada alemã em Moscou informou Berlim de que Stalin tiraria certas conclusões do ajuste sudeto, do qual fora excluído, e bem podia tornar-se “mais positivo” para a Alemanha. O diplomata advogava firmemente “mais ampla” colaboração econômica entre os dois países e renovava seu apelo num segundo despacho, uma semana depois.²⁷ No fim de outubro, o embaixador alemão em Moscou, Friedrich Werner von der Schulenburg, notificava o Ministério do Exterior alemão de que era sua “intenção num futuro imediato aproximar-se de Molotov, chefe do Conselho dos Comissários do Povo, numa tentativa de alcançar um ajuste das questões que perturbavam as relações germano-soviéticas”.²⁸ O embaixador dificilmente teria concebido tal intenção por sua própria iniciativa, em vista das atitudes anteriores extremamente hostis de Hitler para com Moscou. A ideia deve ter vindo de Berlim.

Isso tornou-se claro do exame dos arquivos capturados do Ministério do Exterior. O primeiro passo, na opinião alemã, foi melhorar o comércio entre os dois países. Um memorando do Ministério do Exterior, de 4 de novembro de 1938, revela “uma enfática exigência do gabinete do marechal-de-campo Göring, pelo menos para tentar reativar nosso comércio russo, especialmente no que se refere às matérias-primas russas”. O acordo econômico germano-russo expirara no fim do ano e as pastas da Wilhelmstrasse estão cheias de documentos mostrando os altos e baixos experimentados na negociação de sua renovação. Os dois lados estavam bastante suspicazes um do outro, mas foram se aproximando, confusamente, cada vez mais. A 22 de dezembro, houve prolongadas conversações em Moscou entre os funcionários comerciais russos e o excelente consertador da economia da Alemanha, Julius Schnurre.

Logo depois do Ano-Novo, o embaixador soviético em Berlim, Alexei Merejalov, fez uma de suas raras viagens à Wilhelmstrasse para comunicar o “desejo da União Soviética de iniciar uma nova era nas relações econômicas soviético-alemãs. E por umas poucas semanas houve conversações promissoras; mas em fevereiro de 1939 elas foram mais ou menos suspensas, ostensivamente, em decorrência da questão de saberem se as principais negociações seriam

efetuadas em Berlim ou Moscou. A razão real, porém, foi revelada num memorando do diretor do Departamento de Política Econômica do Ministério do Exterior alemão, em 11 de março de 1939: embora a Alemanha estivesse necessitada de matérias-primas da Rússia e Göring reclamasse constantemente a sua obtenção, o Reich simplesmente não podia suprir a União Soviética de mercadorias que teriam de ser trocadas. O diretor julgava que a “ruptura de negociações” era “profundamente lamentável em vista da posição da Alemanha quanto a matérias-primas”.³⁰

Mas se a primeira tentativa de se aproximarem em suas relações econômicas havia momentaneamente fracassado, ainda restava esperança. A 10 de março de 1939, Stalin pronunciou um longo discurso na primeira sessão do XVIII Congresso do Partido em Moscou. Três dias depois, o atento Schulenburg mandou um extenso relatório sobre o fato a Berlim. Considerava “digno de nota que a ironia de Stalin e suas críticas fossem dirigidas mais contra a Inglaterra do que contra os chamados Estados agressores, e, em particular, a Alemanha”. O embaixador sublinhava as observações de Stalin de que “a fraqueza das potências democráticas (...) tornava-se evidente pelo fato de que elas abandonaram o princípio da segurança coletiva, voltando-se para uma política de não-intervenção e neutralidade. Esta política ocultava o desejo de orientar os Estados agressores para outras vítimas”. E citava depois as acusações do ditador soviético de que os Aliados ocidentais estavam

empurrando os alemães ainda mais para leste, prometendo-lhes uma fácil presa e dizendo: “Comecem uma guerra contra os bolchevistas, e tudo se arrumará por si mesmo. Isto parece ser, e muito, encorajamento (...) Leva a crer que o propósito seja (...) suscitar a ira da União Soviética contra a Alemanha (...) e provocar um conflito com a Alemanha sem motivos aparentes (...).

Em conclusão, Stalin formulou os seguintes princípios orientadores:

- 1. Continuar a seguir uma política de paz e de fortalecimento das relações econômicas em todos os países.*
- 2. (...) Não permitir que nosso país seja arrastado a conflitos pelos provocadores de guerra, acostumados a que os outros lhes tirem as castanhas do fogo.³¹*

Era uma clara advertência do homem que tomava as últimas decisões na Rússia de que a União Soviética não pretendia ser manobrada para uma guerra com a Alemanha nazista, a fim de poupar a Inglaterra e a França. E se isto foi

ignorado em Londres, pelo menos foi notado em Berlim.*

** Embora um despacho da Associated Press, de Moscou (publicado no New York Times, de 12 de março), informasse que a condenação de Stalin às tentativas para envolver a Rússia numa guerra com a Alemanha haviam conduzido as conversas, nos círculos diplomáticos de Moscou, sobre a possibilidade de um rapprochement (reaproximação) entre a União Soviética e a Alemanha, sir William Seeds, embaixador inglês, aparentemente não participou de nenhuma das conversas. Em seu despacho relatando o discurso de Stalin, Seeds não mencionou tal possibilidade. Um diplomata ocidental, Josef E. Davies, antigo embaixador americano em Moscou, que então estava em Bruxelas, tirou conclusões próprias do discurso de Stalin. "É uma declaração significativa", anotou em seu diário a 11 de março. "Leva as marcas de um aviso definitivo aos governos inglês e francês de que os soviéticos estão cansados de oposição não realista aos agressores. Isto (...) é realmente nefasto para as negociações (...) entre o Ministério do Exterior inglês britânico e a União Soviética. E, por certo, é o mais impressionante sinal de perigo que fui capaz de ver". A 21 de março ele escreveu ao senador Key Pittman: "(...) Hitler está fazendo um esforço desesperado para afastar Stalin da França e da Inglaterra. A menos que os ingleses e franceses despertem, temo que obterá êxito".³²*

Contudo, depreende-se claramente do discurso de Stalin e dos vários contatos diplomáticos que imediatamente tiveram lugar, que a política exterior da União Soviética, conquanto cautelosa, era no entanto muito aberta. Três dias depois da ocupação nazista da Tchecoslováquia, a 15 de março, o governo russo propôs, como vimos,** uma conferência de seis potências para discutir os meios de prevenir futuras agressões. Mas Chamberlain considerou-as prematuras.*** Isso a 18 de março. Dois dias mais tarde, um comunicado oficial de Moscou, que o embaixador alemão apressou-se a comunicar pelo telégrafo a Berlim, negava que a União Soviética oferecera assistência à Romênia e à Polônia "na eventualidade de virem a ser vítimas de agressão". A razão: "Nem a Polônia nem a Romênia se aproximaram do governo soviético para pedir assistência ou para informar de qualquer perigo que as ameaçasse"³⁴

*** Ver a primeira parte do capítulo "A vez da Polônia", neste livro.*

**** Ao explicar ao embaixador soviético em Londres, Ivan Maisky, a 19 de março, por que a proposta russa para uma conferência, de preferência em Bucareste, "não era aceitável", lorde Halifax disse que nenhum ministro da Coroa estaria no momento disponível para ir a Bucareste. É claro que essa recusa irritou os russos para as negociações subsequentes com os ingleses e franceses. Maisky disse posteriormente a Robert Boothby, membro conservador do parlamento, que a rejeição da proposta russa fora outro*

*"golpe esmagador na política de efetiva segurança coletiva" e que ela decidira o destino de Litvinov.*³³

A garantia unilateral do governo inglês à Polônia, de 31 de março, pode ter ajudado a convencer Stalin de que a Inglaterra preferia uma aliança com os poloneses a uma aliança com os russos, e de que Chamberlain tinha o desígnio, como na época de Munique, de manter a União Soviética fora do concerto europeu de potências.³⁵

Nessa situação, os alemães e italianos começaram a vislumbrar certas oportunidades. Göring, que agora exercia importante influência sobre Hitler nos assuntos externos, encontrou-se em Roma, a 16 de abril, com o Duce e chamou sua atenção para o último discurso de Stalin no congresso no Partido Comunista. Ficara impressionado com a declaração do ditador soviético de que “os russos não se deixarão utilizar como bucha de canhão para as potências capitalistas”. Ele disse que “perguntaria ao Führer se não seria possível dirigir, cautelosamente, sondagens na Rússia (...) com vistas ao rapprochement”. E lembrou Mussolini de que não havia ‘absolutamente menção à Rússia nos últimos discursos do Führer. O Duce, segundo o memorando secreto alemão do encontro, acolheu calorosamente a ideia de um rapprochement das potências do Eixo com a União Soviética. O ditador italiano igualmente sentira uma mudança em Moscou; julgava que um rapprochement seria “efetivado com facilidade relativa”.

*A finalidade [disse Mussolini] seria induzir a Rússia a reagir fria e desfavoravelmente aos esforços da Inglaterra em relação ao cerco, de acordo com o discurso de Stalin (...) Além disso, em sua luta ideológica contra a plutocracia e o capitalismo, as potências do Eixo tinham, em certo sentido, os mesmos objetivos do regime russo.*³⁶

Era uma virada radical na política do Eixo e, sem dúvida, teria surpreendido Chamberlain, se ele a tivesse compreendido. Talvez teria surpreendido Litvinov também.

No mesmo dia dessa discussão entre Göring e Mussolini, 16 de abril, o comissário do Exterior soviético recebeu o embaixador inglês em Moscou e propôs formalmente um pacto triplice de assistência mútua entre Inglaterra, França e União Soviética. Clamou por uma convenção militar entre as três potências para reforçar o pacto e uma garantia pelos signatários, aos quais se uniria a Polônia, se desejasse, e todas as nações da Europa Central e Oriental que se sentissem ameaçadas pela Alemanha nazista. Foi a última oferta de Litvinov para uma aliança contra o Terceiro Reich. E o ministro do Exterior russo, que

pusera em jogo sua carreira com a política de deter Hitler pela ação coletiva, deve ter pensado que finalmente obteria êxito na unificação das democracias ocidentais com a Rússia para esse fim. Como disse Churchill num discurso a 4 de maio, queixando-se de que o oferecimento russo ainda não fora aceito em Londres, “não há meios de manter uma frente oriental contra a agressão nazista sem a ativa ajuda da Rússia”. Nenhuma outra potência na Europa Oriental, por certo nem a Polônia, possuía força militar para sustentar uma frente nessa região. Não obstante, a proposta russa causou consternação em Londres e Paris.

Mesmo antes de ser rejeitada, entretanto, Stalin fez seu primeiro sério movimento para encaminhar-se em outra direção.

No dia posterior àquele em que Litvinov promoveu sua oferta de longo alcance ao embaixador britânico em Moscou, a 17 de abril, o embaixador soviético em Berlim visitou Weizsäcker no Ministério do Exterior alemão. A primeira, anotou o secretário de Estado num memorando, que Merekalov lhe fizera desde que assumiu seu posto há quase um ano. Após algumas observações preliminares acerca das relações econômicas russo-alemãs, o embaixador voltou-se para a política e

me perguntou diretamente [escreveu Weizsäcker] o que eu pensava das relações germano-russas (...). O embaixador falou algo como o seguinte: A política russa sempre seguiu uma linha justa. As diferenças ideológicas tiveram pouco resultado adverso sobre as relações entre a Rússia e a Itália, nem tampouco perturbaram, necessariamente, as relações com a Alemanha. A Rússia não explorou a atual fricção entre a Alemanha e as democracias ocidentais contra nós, nem desejava fazê-lo. No que respeita à Rússia, não havia razão por que ela não estivesse normalmente ao nosso lado, e as relações normais, além de poderem aumentar incessantemente, também podiam melhorar.

Com esta observação, para a qual havia dirigido a conversação, Merekalov terminou a entrevista. Pretendia visitar Moscou dentro de um ou dois dias.³⁷

Na capital russa, para onde retornou o embaixador soviético, havia algo parecido. Deu-se a 3 de maio. Nesta data, na última página dos jornais soviéticos, numa coluna intitulada “Notícias breves”, apareceu um pequeno item: “Litvinov foi dispensado, a seu próprio pedido, do cargo de comissário do exterior.” Foi substituído por Vyacheslav Molotov, presidente do Conselho de Comissários do Povo.

O encarregado de negócios alemão informou a modificação a Berlim no dia

seguinte:

A rápida mudança causou a maior surpresa aqui, pois Litvinov encontrava-se muito ligado às negociações com a delegação inglesa e aparecera bem próximo a Stalin na parada de 1º de maio (...).

Já que Litvinov recebera o embaixador britânico ainda a 2 de maio, e fora mencionado na imprensa, ontem, como participante de honra da parada, parece que sua demissão deve ter sido fruto de uma decisão espontânea de Stalin (...). No último congresso do partido, Stalin insistiu na cautela para que a União Soviética não fosse arrastada a conflitos. Molotov, que não é judeu, é reputado como o "mais íntimo amigo e o maior colaborador" de Stalin. Sua designação é uma clara tentativa para permitir a garantia de que a política exterior será conduzida estritamente segundo as linhas traçadas por Stalin.³⁸

A significação da abrupta demissão de Litvinov era evidente para todos. Representava uma brusca e violenta virada na política exterior soviética. Litvinov fora o supremo apóstolo da segurança coletiva, do fortalecimento do poder da Liga das Nações, da busca de segurança russa contra a Alemanha nazista por uma aliança militar com a Inglaterra e a França. As vacilações de Chamberlain a respeito de tal aliança foram fatais para o comissário do exterior russo. No julgamento de Stalin — e era o único que valia em Moscou —, tal política malograra. Além disto, ela ameaçava lançar a União Soviética numa guerra com a Alemanha, que as democracias ocidentais bem podiam arquitetar para ficar de fora. Era tempo, concluiu Stalin, de experimentar uma nova linha de ação.* Se Chamberlain podia apaziguar Hitler, não o podia o ditador russo? O fato de Litvinov, um judeu, ter sido substituído por Molotov, que não era, como a embaixada alemã acentuara em seu despacho a Berlim, tinha de resultar em certo impacto nos altos círculos nazistas.

** Se algum crédito pode ser dado cautelosamente ao diário publicado de Litvinov (Notas para um diário), Stalin esteve na expectativa de uma mudança desde Munique, de que a União Soviética fora excluída. Para o final de 1938, segundo uma nota desse diário, Stalin disse a Litvinov que "nós estamos preparados para chegar a um acordo com os alemães (...) e também para entregar a inofensiva Polônia". Em janeiro de 1939, anotou o comissário do exterior: "Parecia que eles decidiram remover-me". Na mesma anotação ele revela que todas as comunicações com a embaixada soviética em Berlim são feitas, agora, por intermédio de Stalin e que o embaixador Merekalov, por instruções de Stalin, está prestes a começar negociações com Weizsäcker; a fim de levar Hitler a saber praticamente: "Não podíamos, até agora, chegar a um acordo, mas neste momento podemos" O Diário é um livro um tanto duvidoso. O professor Edward Hallet Carr, autoridade inglesa sobre a União*

Soviética, investigou-o e achou que, embora indiscutivelmente fosse retocado em pontos onde parecia "pura ficção", grande parte dele representa positivamente a opinião de Litvinov.

Para verificar que a significação da mudança não se perdera para os alemães, Georgi Astakhov, encarregado de negócios soviéticos, levantou a questão a 5 de maio, quando conferenciou com o dr. Julius Schnurre, o especialista do Ministério do Exterior alemão para assuntos econômicos da Europa Oriental.

Astakhov referiu-se à demissão de Litvinov [informou Schnurre] e procurou (...) saber se esse acontecimento produziria modificação em nossa atitude para com a União Soviética. Ele acentuou a grande influência da personalidade de Molotov, que não era de forma alguma um especialista em política exterior, mas que teria a maior importância para o futuro da política externa soviética.³⁹

O encarregado também convidou os alemães a reiniciarem as negociações comerciais interrompidas em fevereiro.

O governo inglês não respondeu até 8 de maio às propostas soviéticas de 16 de abril para uma aliança militar. A resposta representou uma recusa virtual. Ela fortaleceu as suspeitas, em Moscou, de que Chamberlain não estava disposto a assinar um pacto militar com a Rússia para impedir que Hitler tomasse a Polônia.

Não é de surpreender, portanto, que os russos intensificassem sua aproximação com os alemães. A 17 de maio, Astakhov novamente avistou-se com Schnurre no Ministério do Exterior, e depois de examinarem os problemas do comércio, voltaram-se para assuntos mais amplos.

Astakhov afirmou [relatou Schnurre] que não havia conflitos entre a política exterior da Alemanha e a da União Soviética e que, por conseguinte, não havia razão para qualquer inimizade entre os dois países.

Era certo que na União Soviética existia um sentimento diverso, por estar ameaçada pela Alemanha. Seria possível, sem dúvida, eliminar esse sentimento de ameaça e de desconfiança em Moscou (...) Em resposta à minha pergunta casual, comentou as negociações anglo-soviéticas em curso, no ponto em que se encontravam dificilmente o resultado desejado pela Inglaterra se materializaria.⁴⁰

Três dias depois, a 20 de maio, o embaixador von Schulenburg manteve uma longa entrevista com Molotov em Moscou. O recém-nomeado comissário para

os Negócios Exteriores estava numa disposição “muito amistosa” e informou ao enviado alemão que as negociações econômicas entre os dois países seriam reiniciadas se as bases políticas necessárias fossem criadas para elas. Era uma nova aproximação do Kremlin, mas foi realizada cautelosamente pelo prudente Molotov. Quando Schulenburg perguntou-lhe o que queria dizer com “bases políticas”, o russo respondeu que isso constituía alguma coisa em que ambos os governos teriam de pensar a respeito. Todos os esforços do embaixador para provocar o ladino comissário do exterior foram inúteis. “Ele é conhecido”, Schulenburg lembrou a Berlim, “por sua maneira um tanto obstinada”. Fora do Ministério do Exterior russo, o embaixador procurou Vladimir Potemkin, comissário do soviete de deputados para os Negócios Exteriores, e lhe disse que não fora capaz de descobrir o que Molotov queria no terreno político. “Pedi a Herr Potemkin”, comunicou Schulenburg, “para descobrir”.⁴¹

Os constantes contatos entre Berlim e Moscou não escaparam aos olhos atentos do embaixador francês na capital alemã. Logo a 7 de maio, quatro dias após o afastamento de Litvinov, monsieur Coulondre informava ao ministro do Exterior francês que, segundo uma comunicação que lhe fora dada por um confidente íntimo do Führer, a Alemanha buscava um entendimento com a Rússia que resultaria, entre outras coisas, numa quarta partilha da Polônia. Dois dias depois o embaixador francês expediu outro telegrama a Paris falando de novos rumores em Berlim, “de que a Alemanha fizera, ou estava para fazer, propostas à Rússia objetivando a partilha da Polônia”.⁴²

O Pacto de Aço

Embora os altos chefes da Wehrmacht tivessem em pouca conta o poder militar da Itália, Hitler agora pressionava por uma aliança militar com a Itália, que o Duce não se apressara a concluir. Conversações de Estado-maior entre os Altos-Comandos dos dois países se iniciaram em abril, e Keitel relatou ao OKW sua impressão de que nem os serviços de combate nem o rearmamento italiano estavam em boas condições. Uma guerra, pensava ele, teria de se decidir rapidamente, ou os italianos ficariam fora dela.⁴³

Em meados de abril, como revela seu diário,⁴⁴ Ciano alarmou-se ante os sinais crescentes de que a Alemanha podia atacar a Polônia a qualquer momento e precipitar uma guerra européia, para a qual a Itália não se achava preparada. Quando, a 20 de abril, o embaixador Atolico, em Berlim, telegrafou a Roma dizendo que a ação alemã contra a Polônia era iminente, Ciano insistiu para que ele apressasse seu encontro com Ribbentrop a fim de que a Itália não fosse apanhada desprevenida.

Os dois ministros do Exterior encontraram-se em Milão, a 6 de maio. Ciano chegara com instruções escritas de Mussolini para acentuar aos alemães que a Itália queria evitar a guerra, pelo menos por três anos. Para surpresa do italiano, Ribbentrop concordou que a Alemanha também desejava a paz por esse tempo também. Com efeito, Ciano achou o ministro do Exterior alemão, “pela primeira vez”, num “admiravelmente calmo estado de espírito”. Passaram em revista a situação na Europa, concordaram em melhorar as relações do Eixo com a União Soviética e foram para um jantar de gala.

Quando, após o jantar, Mussolini telefonou para saber como tinham decorrido as conversações, e Ciano replicou que haviam ido bem, o Duce teve um transtorno mental súbito. Pediu ao seu genro que enviasse para a imprensa um comunicado dizendo que a Alemanha e a Itália decidiram concluir uma aliança militar. Ribbentrop a princípio hesitou, concordando, por fim, em propor o assunto a Hitler. E o Führer, ao ser consultado pelo telefone, prontamente aquiesceu à sugestão de Mussolini.⁴⁵

Desse modo, num impulso repentino, e depois de mais de um ano de hesitação, Mussolini comprometeu-se irrevogavelmente com o destino de Hitler. Esse foi um dos primeiros sintomas de que o ditador italiano, como o alemão, começava a perder aquele autocontrole férreo que até o ano de 1939 tinha capacitado a ambos defender seus próprios interesses nacionais, clara e lucidamente. As consequências para Mussolini logo se revelariam funestas.

O Pacto de Aço, como veio a ser conhecido, foi devidamente assinado com grande pompa na chancelaria do Reich, em Berlim, a 22 de maio. Ciano outorgara a Ribbentrop o Colar da Annunziata, que não somente deixou Göring furioso, como notou o ministro do Exterior italiano, mas também arrancou-lhe lágrimas dos olhos. Com efeito, o nédio marechal-de-campo quase provocou uma cena, ao queixar-se de que o colar, na verdade, teria de ser-lhe conferido, já que fora ele realmente quem promovera a aliança.

“Prometi a Mackensen [o embaixador alemão em Roma]”, Ciano informou, “que procuraria obter um colar para Göring”.

Ciano achou Hitler de aspecto “muito bom, perfeitamente sereno, menos agressivo”, embora parecesse um pouco mais velho e com os olhos mais profundamente enrugados, possivelmente pela falta de sono.* O Führer estava no melhor dos ânimos ao observar os dois ministros do Exterior assinarem o documento.

** O diário de Ciano, no dia 22 de maio, estava repleto de referências a Hitler e sua estrambótica comitiva. Frau Goebbels queixava-se de que o Führer conservava seus amigos acordados toda a noite e exclamava: "Sempre é Hitler quem fala! Ele se repete e enfada seus hóspedes". Ciano também ouviu insinuações "dos ternos sentimentos do Führer por uma bela moça. Ela tem 20 anos de idade, com lindos olhos tranquilos, feições regulares e um corpo magnífico. Seu nome é Sigrid von Lappus. Eles se vêem frequentemente e intimamente". (Os diários de Ciano, p. 85). Ciano, ele próprio um grande homem com as mulheres, estava naturalmente intrigado. Pelo visto, ele ainda não ouvira falar de Eva Braun, a companheira de Hitler, que raramente obtinha permissão de vir, nessa época, a Berlim.*

Era uma aliança militar redigida rombudamente e sua natureza agressiva estava acentuada por uma frase, no preâmbulo, que Hitler insistira em colocar, declarando que as duas nações, “unidas pela afinidade íntima de suas ideologias (...), estão decididas a agir, ombro a ombro e com forças conjugadas, para assegurar seu espaço vital” O principal do tratado era o artigo III.

Se, ao contrário dos desejos e esperanças das altas partes contratantes, acontecer que uma delas venha a envolver-se em complicações bélicas com outra potência ou potências, a outra alta parte contratante virá imediatamente em seu auxílio como um aliado, e apoia-la-á com todas as suas forças militares em terra, mar e ar.

O artigo V estipulava que, em caso de guerra, nenhuma nação concluiria um armistício separado ou a paz.⁴⁶

A princípio, conforme se verificou, Mussolini não honrou o artigo III, nem, finalmente, a Itália se aterria ao artigo V.

Hitler toma uma decisão irreversível: 23 de maio de 1939

No dia seguinte à assinatura do Pacto de Aço, a 23 de maio, Hitler convocou seus chefes militares ao gabinete, na chancelaria em Berlim, e lhes disse bruscamente que novos êxitos não seriam conquistados sem derramamento de sangue e que a guerra, portanto, era inevitável.

Foi uma reunião algo maior do que uma semelhante de 5 de novembro de 1937, quando o Führer revelou, pela primeira vez, aos comandantes das três forças armadas sua decisão de ir à guerra.* Em conjunto, estavam presentes 14 oficiais, incluindo o marechal-de-campo Göring, o grande almirante Räder (como era no momento), o general von Brauchitsch, o general Halder, o general

Keitel, o general Erhard Milch, inspetor-geral da Luftwaffe, e o contra-almirante Otto Schniewind, chefe do Estado-maior naval. O ajudante do Führer, tenente-coronel Rudolf Schmundt, estava também presente. Felizmente para a história, fez anotações. Suas notas da reunião se acham entre os documentos alemães capturados. Aparentemente, as palavras de Hitler nessa reunião foram consideradas altamente sigilosas, a ponto de nenhuma cópia da ata ter sido feita. A única que temos é a manuscrita pelo próprio Schmundt.⁴⁷

** Ver capítulo "Os primeiros passos: 1934-1937" (A fatídica decisão de 5 de novembro de 1937), neste livro.*

É um dos mais reveladores e importantes documentos secretos que descrevem o caminho de Hitler para a guerra. Aí, diante do punhado de homens que teriam de dirigir as forças militares no conflito armado, Hitler se afasta de sua própria propaganda e da astúcia diplomática e expressa a verdadeira razão pela qual deve atacar a Polônia e, se necessário, enfrentar a Inglaterra e a França. Ele vaticina com misteriosa exatidão o curso que a guerra assumirá pelo menos no primeiro ano. E apesar de toda a rudeza, seu discurso — pois o ditador foi o único a falar — revela mais incerteza e confusão de espírito do que até então mostrara. A Inglaterra e os ingleses, principalmente, continuavam a frustrar os seus esforços, como faziam até o fim de sua vida.

Mas a respeito da vinda da guerra e de seus objetivos ao lançá-la, ele é claro e preciso, e nenhum general ou almirante teria deixado a chancelaria, a 23 de maio, sem o conhecimento exato do que estava para vir no fim do verão. Os problemas econômicos da Alemanha, ele começou, “somente podiam ser resolvidos pela obtenção de maior Lebensraum na Europa, e isto é impossível sem invadir outros países ou atacar as possessões de outros povos”.

Novos êxitos não podem ser mais obtidos sem derramamento de sangue (...).

Dantzig não é, absolutamente, o objeto da disputa. É uma questão de expansão do nosso espaço vital no leste, de assegurar nossos suprimentos alimentares e também de resolver o problema dos Estados bálticos (...). Não há outra possibilidade na Europa (...). Se o destino forçar-nos a uma decisão com o Ocidente, será incalculável o valor da posse de uma grande área no leste. Em tempo de guerra seremos ainda menos capazes de confiar em colheitas recordes do que em tempos de paz.

Ademais, acrescenta Hitler, a população dos territórios não alemães no leste será útil como fonte de trabalho — uma primeira insinuação do programa de trabalho escravo, que ele mais tarde poria em prática.

A escolha da próxima vítima estava clara.

Não há como poupar a Polônia e nós já tomamos a decisão: Atacar a Polônia na primeira oportunidade favorável. Não podemos permitir uma repetição da questão tcheca. Haverá guerra. Nossa tarefa é isolar a Polônia. O êxito no seu isolamento será decisivo.

Portanto, haverá guerra. Com uma Polônia isolada apenas? Aqui o Führer não é claro. De fato, ele se torna confuso e contraditório. Deve conservar para si, diz, a ordem final para a luta.

Não deve sobrevir uma decisão simultânea com o Ocidente — a França e a Inglaterra.

Se não for certo que um conflito germano-polonês conduzirá à guerra com o Ocidente, então a luta deve ser primordialmente contra a Inglaterra e a França.

Por conseguinte, de modo fundamental: o conflito com a Polônia — a princípio com um ataque contra a Polônia — somente terá êxito se o Ocidente se conservar fora dele.

Se isto não for possível, é melhor atacar o Ocidente e exterminar a Polônia ao mesmo tempo.

Diante de contradições tão vivas os generais devem ter estremecido, talvez movimentado boquiabertos seus monóculos, embora nada indique nas notas de Schmundt que isto tivesse acontecido ou que alguém na seleta audiência ousasse fazer perguntas francas sobre o assunto.

Hitler, em seguida, voltou-se para a Rússia. “Não é impossível”, disse ele, “que a Rússia se desinteresse pela destruição da Polônia”. Por outro lado, se a União Soviética aliar-se à Inglaterra e à França, isto “me levará a atacar a Inglaterra e a França com alguns golpes devastadores”. Isto seria cometer o mesmo erro de Guilherme II em 1914. Mas apesar de Hitler, em sua conferência, ter tirado diversas lições da Primeira Guerra Mundial, ele não tirou essa. Seus pensamentos, agora, voltavam-se para a Inglaterra.

O Führer duvida da possibilidade de um acordo pacífico com a Inglaterra. É necessário estar preparado para a decisão. A Inglaterra vê em nosso desenvolvimento o estabelecimento de uma hegemonia que a enfraqueceria. Portanto, a Inglaterra é nossa inimiga, e o conflito com a Inglaterra é de vida

ou morte.

De que forma será esse conflito?

A Inglaterra não pode desfechar contra a Alemanha golpes poderosos e derrotar-nos. É de decisiva importância para a Inglaterra realizar a guerra tão próximo quanto possível do Ruhr. O sangue francês não será poupado. (Muralha ocidental!). A duração de nossa existência depende da posse do Ruhr.

Tendo decidido seguir o Kaiser no mesmo erro — atacando a França e a Inglaterra se elas se aliassem à Rússia —, Hitler agora anunciava que seguiria o imperador em outra questão que provava ser desastrosa para a Alemanha.

As bases aéreas da Holanda e da Bélgica precisam ser ocupadas militarmente. Podem ser ignoradas as declarações de neutralidade. Se a Inglaterra pretende intervir na guerra polonesa, devemos atacar fulminantemente a Holanda. Devemos objetivar uma nova linha de defesa no território holandês até o Zuiderzee. A guerra com a Inglaterra e a França será de vida ou morte.

A ideia de que podemos sair facilmente é perigosa. Não há tal possibilidade. Devemos, portanto, queimar nossos barcos e não haverá mais a questão do certo ou errado, mas de ser ou não ser para oitenta milhões de pessoas.

Embora tivesse anunciado que a Alemanha atacaria a Polônia “na primeira oportunidade favorável” e embora seus ouvintes soubessem que quase todo o poderio militar da Alemanha estivesse sendo concentrado nesse objetivo, Hitler, à medida que devaneava, não podia conservar suas ideias fora da Inglaterra.

“A Inglaterra”, insistia, “é a força violenta contra a Alemanha”. Em consequência do que discutia suas forças e fraquezas.

O inglês é orgulhoso, bravo, rijo, obstinado e talentoso organizador. Ele sabe como aproveitar cada nova situação. Tem o amor da aventura e a coragem da raça nórdica (...).

A Inglaterra é, pois, uma potência mundial, com a constância de trezentos anos. Cresceu em virtude de alianças. Esse poder não só é alguma coisa de concreto, como deve também ser considerado como força psicológica, abarcando o mundo inteiro.

Acrescente-se sua imensurável riqueza e a solvência que a acompanham. Segurança geopolítica e proteção por uma forte potência naval e corajosa força aérea.

Mas a Inglaterra, lembrou Hitler a seus ouvintes, também tinha suas fraquezas. E passou a enumerá-las.

Se na última guerra tivéssemos mais dois encouraçados e mais dois cruzadores e tivéssemos começado a batalha da Jutlândia pela manhã, a frota inglesa teria sido derrotada e a Inglaterra dobraria os joelhos. Isto significaria o fim da Grande Guerra. Antigamente (...) para conquistar a Inglaterra era necessário invadi-la. A Inglaterra podia alimentar-se. Hoje ela não pode mais.*

No momento em que a Inglaterra for separada de suas fontes de abastecimento, será obrigada a capitular. A importação de alimentos e óleo combustível depende de proteção naval.

Os ataques da Luftwaffe não a obrigarão a capitular. Mas se sua frota for aniquilada, logo sobrevirá a capitulação. Não há dúvida de que um ataque de surpresa pode levar a uma decisão rápida.

** A compreensão de Hitler da batalha da Jutlândia era evidentemente defeituosa.*

Um ataque de surpresa com quê? Certamente o almirante Räder deve ter pensado que Hitler estivesse exagerando. Com o chamado plano Z, promulgado em fins de 1938, o poderio naval alemão começaria a aproximar-se do britânico apenas em 1945. Nesse momento, primavera de 1939, a Alemanha não possuía os navios necessários para afundar a marinha britânica, mesmo com um ataque de surpresa.

Talvez a Inglaterra pudesse vir a ser derrotada por outros meios. Aqui, Hitler baixou novamente à terra e delineou um plano estratégico que um ano mais tarde, com efeito, seria aplicado com assombroso êxito.

O objetivo deve ser o de desfechar no inimigo, desde o início, um golpe esmagador que venha a ser decisivo. Considerações a respeito de certo ou errado, ou de tratados, não entram neste assunto. Isto será possível somente se não deslizarmos numa guerra com a Inglaterra por causa da Polônia.

Preparativos devem ser feitos tanto para uma guerra prolongada quanto para um ataque de surpresa, e toda possível intervenção da Inglaterra no

continente deve ser esmagada.

O exército deve ocupar posições importantes para a esquadra e para a Luftwaffe. Se tivermos êxito em ocupar e manter a Holanda e a Bélgica, bem como derrotar a França, as bases para o sucesso da guerra contra a Inglaterra terão sido criadas.

A Luftwaffe pode, então, bloquear a Inglaterra da França Ocidental e a frota empreender o mais amplo bloqueio com os submarinos.

Precisamente isto é o que seria feito pouco mais de um ano depois. Outro plano estratégico decisivo, que o Führer destacou a 23 de maio, também foi cumprido. No início da última guerra, tivesse o exército alemão executado um movimento convergente para os portos do Canal em lugar de dirigir-se para Paris, o fim, disse ele, teria sido diferente. Talvez tivesse sido. De qualquer forma, ele tentaria isso em 1940.

“O objetivo”, concluiu Hitler, aparentemente esquecendo tudo acerca da Polônia no momento, “será sempre forçar a Inglaterra a dobrar os joelhos”.

Houve uma consideração final.

O segredo é o pre-requisito decisivo para o êxito. Nossos objetivos devem ser mantidos em segredo tanto para a Itália quanto para o Japão.

O próprio Estado-maior geral do exército de Hitler, cujo chefe, o general Halder, estava sentado entre os ouvintes, não merecia inteira confiança. “Nossos estudos”, encareceu o Führer, “não devem ser levados ao Estado-maior geral. O segredo não mais seria assegurado”. Ordenou que um pequeno grupo de planificação do OKW se pusesse a trabalhar nos projetos militares.

A 23 de maio de 1939, portanto, Hitler, como ele próprio disse, tomou a decisão irreversível. Haveria guerra. A Alemanha necessitava do Lebensraum no leste. Para obtê-lo, a Polônia seria atacada na primeira oportunidade. Dantzig nada tinha a ver com isso, era simplesmente um pretexto. A Inglaterra se erguia em seu caminho: ela era a real força contra a Alemanha. Muito bem, também ela seria enfrentada, e a França. Seria uma luta de vida e morte.

Quando o Führer pela primeira vez traçou, aos chefes militares, seus planos de agressão a 5 de novembro de 1937, o marechal-de-campo von Blomberg e o general von Fritsch haviam protestado — pelo menos com o argumento de que a

Alemanha estava muito débil para sustentar uma guerra européia. No verão seguinte, o general von Beck renunciara como chefe do Estado-maior geral do exército pelo mesmo motivo. Mas a 23 de maio de 1939 nem um simples general ou almirante, tanto quanto revelam os arquivos, ergueu a voz para debater o acerto da orientação de Hitler.

Sua missão, como verificaram, não era perguntar, mas obedecer cegamente. Já aplicavam seus consideráveis talentos na elaboração de planos de agressão militar. A 7 de maio, o coronel Günther Blumentritt, do Estado-maior geral do exército, que com o general von Rundstedt e o general von Manstein formou um pequeno Grupo de Trabalho, apresentou uma estimativa da situação do Caso Branco. Na verdade, era um plano para a conquista da Polônia. Plano imaginoso e ousado, seria cumprido com poucas modificações.⁴⁸

O almirante Räder apresentou os planos navais para o Caso Branco numa ordem altamente confidencial, datada de 16 de maio.⁴⁹ Como a Polônia possuía poucas milhas de costa no Báltico, a oeste de Dantzig, e apenas uma pequena esquadra, não se esperavam dificuldades. A França e a Inglaterra foram a preocupação principal do almirante. A entrada do Báltico seria protegida por submarinos, enquanto dois encouraçados de bolso e dois encouraçados, com os submarinos restantes, seriam preparados para a guerra no Atlântico. De acordo com as instruções do Führer, a marinha tinha de ser preparada para cumprir sua parte no Branco até le de setembro, mas Räder insistia com seus comandados para acelerarem os planos, porque, “devido aos últimos acontecimentos políticos”, a ação podia vir mais cedo.⁵⁰

Quando o mês de maio de 1939 chegou ao fim, os preparativos alemães para a guerra, no fim do verão, estavam bem adiantados. As indústrias de armamentos estavam ativas, entregando canhões, tanques, aviões e navios de guerra. Os grupos de especialistas do exército, da marinha e da força aérea atingiram a fase final da planificação. As fileiras eram preenchidas por novos homens chamados para “treinamento de verão”. Hitler podia ficar satisfeito com o que conseguira.

No dia seguinte à conferência do Führer com os chefes militares, a 24 de maio, o general Georg Thomas, chefe da Seção de Economia e Armamentos do OKW, resumiu esse feito numa conferência confidencial com o grupo do Ministério do Exterior. Enquanto o exército imperial, lembrou Thomas a seus ouvintes, levava 16 anos — de 1898 a 1914 — para aumentar sua força de 43 para 50 divisões, o exército do Terceiro Reich saltara de 7 para 51 divisões em apenas quatro anos. Havia entre elas nove divisões blindadas, cinco pesadas e quatro leves, “uma moderna cavalaria de batalha”, como nenhuma outra nação

possuía. A marinha construíra, partindo de praticamente nada, uma frota de dois encouraçados de 26 mil toneladas,* dois cruzadores pesados, 17 destróieres e 47 submarinos. Já havia lançado dois encouraçados de 35 mil toneladas, um porta-aviões, quatro cruzadores pesados, cinco destróieres e sete submarinos, e planejava lançar mais um grande número de navios. De absolutamente nada, a Luftwaffe construíra uma força de 21 esquadrilhas com um efetivo de 260 mil homens. A indústria de armamento, disse o general Thomas, já produzia mais que o máximo atingido durante a última guerra e sua produção, na maioria dos campos, excedia de muito a de qualquer outro país. De fato, o rearmamento total alemão, declarou o general, era “provavelmente único no mundo”.

** Ao dar tal tonelagem para os encouraçados alemães, o general Thomas enganava até o Ministério do Exterior. Um interessante documento naval alemão, 51 datado de mais de um ano antes — 18 de fevereiro de 1938 —, observa que algarismos falsos sobre a tonelagem dos encouraçados foram fornecidos ao governo britânico na base do acordo naval anglo-germânico. Afirma que a verdadeira tonelagem dos navios de 26 mil toneladas era de 31.300 toneladas; que a dos encouraçados de 35 mil toneladas [o nível máximo dos navios ingleses e americanos] era realmente de 41.700 toneladas. Este é um curioso exemplo da mistificação nazista.*

Formidável como se convertera o poder militar alemão no início do verão de 1939, a perspectiva de êxito no princípio do outono dependia do tipo de guerra que Hitler realizaria. A Alemanha ainda não se encontrava suficientemente forte, e possivelmente jamais estaria, para enfrentar a França, a Inglaterra e a Rússia, mais a Polônia. À medida que começava o verão fatal, tudo dependia da capacidade do Führer em limitar a guerra, sobretudo conservar a Rússia longe da constituição de aliança militar com o Ocidente, que Litvinov, exatamente antes de sua queda, propusera e que Chamberlain, embora a princípio a tivesse rejeitado, novamente cogitava aceitar no fim de maio.

A intervenção da Rússia: II

Num debate na Câmara dos Comuns, a 19 de maio, o primeiro-ministro inglês novamente havia tido uma fria e desdenhosa impressão, como considerava Churchill, das propostas russas. Um tanto exaustivamente ele explicara à Câmara que “há uma espécie de véu, uma espécie de muralha entre os dois governos, extremamente difícil de penetrar”. Churchill, por outro lado, apoiado por Lloyd George, argumentou que Moscou fizera “uma justa oferta (...) mais simples, mais direta, mais efetiva” do que as próprias propostas de Chamberlain. Implorou ao governo de Sua Majestade “que pusesse algumas rudes verdades em suas cabeças. Sem uma eficiente frente oriental, não pode haver defesa

satisfatória no oeste, e sem a Rússia não pode haver uma efetiva frente oriental”.

Cedendo à tempestade de críticas de todos os lados, Chamberlain, a 27 de maio, instruiu finalmente o embaixador inglês em Moscou para concordar em iniciar discussões de um pacto de assistência mútua, uma convenção militar e garantias para os países ameaçados por Hitler.* O embaixador von Dirksen, em Londres, avisou o Ministério do Exterior alemão de que o governo britânico empreendera o passo “com grande relutância”. Além disso, Dirksen divulgou o que talvez fosse a principal razão para o movimento de Chamberlain. O Ministério do Exterior britânico, comunicou urgentemente a Berlim, tomara conhecimento “das sondagens alemãs em Moscou” e estava “temeroso de que a Alemanha pudesse obter sucesso em manter a Rússia neutra ou mesmo induzi-la a adotar neutralidade benevolente. Isto teria significado o completo malogro da ação de cerco”.53

** A 27 de maio, o embaixador inglês e o encarregado de negócios em Moscou apresentaram-se a Molotov com um esboço anglo-francês do pacto proposto. Para surpresa dos enviados ocidentais, Molotov recebeu-o muito friamente.52*

No último dia de maio, Molotov fez seu primeiro discurso público como comissário dos Negócios Estrangeiros, dirigindo-se ao Supremo Conselho da URSS. Censurou severamente as democracias ocidentais por sua vacilação e declarou que, se elas estivessem seriamente dispostas a unir-se à Rússia para deter a agressão, deviam passar aos fatos e chegar a um acordo em três pontos fundamentais:

1. Concluir um pacto tripartite de assistência mútua de caráter puramente defensivo.
2. Garantir aos Estados da Europa Central e Oriental, incluindo todos os Estados europeus limítrofes da União Soviética.
3. Concluir um acordo definitivo na forma e com objetivo da ajuda efetiva e imediata a ser prestada uns aos outros e aos Estados menores ameaçados de agressão.

Molotov também declarou que as conversações com o Ocidente não significavam que a Rússia se absteria “de relações comerciais, em bases práticas”, com a Alemanha e a Itália. Na verdade, disse que “não estava fora de cogitações” o reatamento das relações comerciais com a Alemanha. O

embaixador von Schulenburg, informando Berlim do discurso, afirmava que Molotov indicara que a Rússia ainda assim estava pronta a concluir um tratado com a Inglaterra e a França, “sob a condição de que todas as suas reivindicações fossem aceitas”, mas que se tornava evidente do discurso que levaria muito tempo para que qualquer acordo verdadeiro fosse alcançado. Dizia que Molotov “evitara saídas contra a Alemanha e demonstrara boa vontade em continuar as conversações iniciadas em Berlim e Moscou”.⁵⁴

Essa boa vontade, era, agora, repentinamente compartilhada por Hitler em Berlim.

Durante os últimos dez dias de maio, Hitler e seus conselheiros buscaram de todas as formas contornar a espinhosa questão e fazer progressos em Moscou a fim de frustrar as negociações anglo-russas. Verificou-se em Berlim que Molotov, em suas entrevistas com o embaixador von Schulenburg, a 20 de maio, jogara água fria nos contatos com a Alemanha. E no dia seguinte, 21 de maio, Weizsäcker telegrafou ao embaixador dizendo que, em face do que o comissário do exterior havia dito, “devemos ficar firmes e esperar para ver se os russos falarão mais abertamente”.⁵⁵

Mas Hitler, tendo fixado 1º de setembro para seu ataque à Polônia, não podia dar-se ao luxo de permanecer sentado. Aproximadamente a 25 de maio, Weizsäcker e Friedrich Graus, diretor do departamento jurídico do Ministério do Exterior alemão, foram chamados à casa de campo de Ribbentrop, em Sonnenburg, e, segundo o depoimento de Graus prestado em Nuremberg,* informados de que o Führer desejava “estabelecer relações mais toleráveis entre a Alemanha e a União Soviética”. Instruções escritas foram dadas por Ribbentrop a Schulenburg, delineando com grandes pormenores a nova orientação a ser tomada com Molotov, com quem devia procurar encontrar-se “logo que possível”. Esse plano está entre os documentos capturados no Ministério do Exterior alemão.⁵⁶

** A declaração foi recusada como testemunho pelo tribunal e não está publicada na Nazi Conspiracy And Aggression ou Triai of the Major War Criminais, nos volumes dos testemunhos de Nuremberg. Isto não diminui sua autenticidade. Todos os materiais referentes à colaboração nazi-soviética durante esse período foram manuseados cautelosamente pelo tribunal, sendo um dos quatro juizes russo.*

Ele foi mostrado a Hitler, segundo uma anotação feita no documento, a 26 de maio. É bastante revelador. Demonstra que nessa data o Ministério do Exterior

alemão achava-se convencido de que as negociações anglo-russas seriam concluídas com êxito, a menos que a Alemanha intervisse decisivamente. Ribbentrop, entretanto, propunha que Schulenburg dissesse a Molotov o seguinte:

Não há uma real oposição de interesses entre a Alemanha e a União Soviética (...). Chegou o momento de tratarmos da pacificação e da normalização das relações exteriores russo-alemãs (...). A aliança italo-alemã não está dirigida contra a União Soviética. Está exclusivamente dirigida contra a combinação anglo-francesa (...).

Se, contra nossos desejos, vierem as hostilidades com a Polônia, estamos firmemente convencidos de que mesmo isso não levará de nenhuma forma a um choque de interesses com a Rússia soviética. Podemos mesmo ir mais longe e dizer que quando for resolvida a questão germano-polonesa — seja de que forma for —, levaríamos em conta os interesses russos até onde for possível.

Em seguida, o perigo para a Rússia de uma aliança com a Inglaterra devia ser apontado.

Não podemos saber o que realmente induziria a União Soviética a tomar parte ativa no jogo de cerco da política britânica (...) Isto significaria que a Rússia assumiria uma responsabilidade unilateral sem nenhuma compensação inglesa de real valor (...) A Inglaterra não está, absolutamente, em condições de oferecer à Rússia uma compensação de real valor, não importando como os tratados possam ser formulados. Toda assistência na Europa se faz impossível com a muralha ocidental (...). Por conseguinte, estamos convencidos de que a Inglaterra permanecerá mais uma vez fiel à sua tradicional política de deixar que as outras potências tirem suas castanhas do fogo.

Schulenburg devia também acentuar que a Alemanha “não tinha intenções agressivas contra a Rússia”. Finalmente, foi instruído para dizer a Molotov que a Alemanha estava pronta a discutir com a União Soviética não apenas as questões econômicas, mas “um retorno às relações políticas normais”.

Hitler julgou que o esquema ia muito longe e mandou sustá-lo. O Führer, segundo Gaus, ficara impressionado com o otimismo da declaração de Chamberlain dois dias antes, 24 de maio, quando o primeiro-ministro dissera na Câmara dos Comuns que, como resultado das novas propostas inglesas, um acordo completo com a Rússia seria alcançado “em breve data”. Hitler temia um revés. Não abandonava a ideia de um rapprochement com Moscou, mas decidiu que, por enquanto, uma aproximação cautelosa seria melhor.

Os vaivéns no espírito do Führer, na última semana de maio, encontram-se documentados nos papéis capturados do Ministério do Exterior alemão. Mais ou menos a 25 de maio — o dia exato não pôde ser estabelecido com certeza —, ele repentinamente se manifestara a favor de conversações ativas com a União Soviética a fim de frustrar as negociações anglo-russas. Schulenburg devia encontrar-se imediatamente com Molotov com esse propósito. Mas as instruções de Ribbentrop, que foram mostradas a Hitler a 26 de maio, jamais foram enviadas a Schulenburg. O Führer as cancelou. Nessa noite, Weizsäcker telegrafou a Schulenburg aconselhando-o a manter uma “atitude de reserva completa. Não deve, pessoalmente, dar qualquer passo até nova comunicação”.⁵⁷

Esse telegrama e uma carta que o secretário de Estado escreveu ao embaixador em Moscou a 27, mas que só enviou a 30 de maio, quando um *post scriptum* significativo foi acrescentado, demonstravam bem as hesitações em Berlim.⁵⁸ Weizsäcker, escrevendo a 27 de maio, informava a Schulenburg que a opinião, em Berlim, era de que um acordo anglo-russo “não seria fácil de evitar” e que a Alemanha hesitava em intervir decisivamente contra ele, pelo temor de provocar “uma gargalhada de tártaro” em Moscou. O secretário de Estado revelava, igualmente, que tanto o Japão como a Itália haviam esfriado ante o movimento iniciado pela Alemanha em Moscou, e a reserva de seus aliados ajudara a influenciar a decisão de Berlim para esperar. “Assim”, concluiu, “queremos aguardar e ver até que ponto Moscou e Paris-Londres se entendem mutuamente”.

Por algum motivo, Weizsäcker não enviou sua carta imediatamente; talvez sentisse que Hitler ainda não se decidira, definitivamente. Quando a enviou, a 30 de maio, adicionou um *post scriptum*:

P.S. Às linhas acima devo acrescentar que, com aprovação do Führer, uma aproximação, agora, deve ser feita com os russos, embora de modo muito modificado, e por meio de uma conversação que devo manter, hoje, com o encarregado de negócios russo.

Essa entrevista com Georgi Astakhov não resultou em grande coisa, mas representou para os alemães um novo ponto de partida. O pretexto de Weizsäcker para receber o encarregado russo foi o de discutir o futuro da delegação comercial soviética em Praga, que os russos estavam ansiosos por conservar. Em torno desse assunto os dois diplomatas esgrimiam para procurar descobrir quais eram os pensamentos do interlocutor. Weizsäcker disse que concordava com Molotov em que os problemas econômicos e políticos não podiam ser

inteiramente separados e manifestou interesse na “normalização das relações entre a Rússia soviética e a Alemanha”. Astakhov asseverou que Molotov “não tencionava dificultar futuras discussões germano-russas”.

Apesar de todas as reservas, a entrevista encorajou os alemães. Às 22:40h dessa noite de 30 de maio, Weizsäcker expediu um urgentíssimo telegrama⁵⁹ a Schulenburg, em Moscou:

*Contrariamente às táticas até aqui postas em prática, decidimo-nos finalmente manter, até certo ponto, contato com a União Soviética.**

** Em Nazi-Soviet Relations, volume de documentos do Ministério alemão sobre o assunto publicado pelo Departamento de Estado americano em 1949, a tradução inglesa do telegrama saiu mais forte. A frase principal foi dada como: "Decidimos agora empreender negociações definitivas com a União Soviética" Isto levou muitos historiadores, inclusive Churchill, a concluir que esse telegrama marcou um momento decisivo nos esforços de Hitler para realizar um acordo com Moscou. Esse momento sobreveio mais tarde. Como Weizsäcker indicou a 30 de maio, no post scriptum de sua carta a Schulenburg, a aproximação alemã, que Hitler aprovava, seria outra, "muito modificada".*

Um extenso memorando secreto, redigido por Mussolini ao Führer em 30 de maio, possivelmente fortalecera a resolução do ditador alemão de voltar-se para a União Soviética, embora com prudência. Com o início do verão, as dúvidas do Duce cresceram quanto à oportunidade de um próximo conflito. Estava convencido, escreveu a Hitler, de que “a guerra entre as nações plutocráticas, conservadoras e egoístas, de um lado” e as do Eixo, de outro, era “inevitável”. Mas “a Itália necessita de um período de preparação, que pode estender-se até o fim de 1942 (...). Somente de 1943 em diante terá o esforço de guerra grande possibilidade de êxito”. Após enumerar diversas razões pelas quais a “Itália precisa de um período de paz”, o Duce concluiu: “Por todos estes motivos, a Itália não deseja apressar uma guerra européia, embora esteja convencida da sua inevitabilidade”.⁶⁰

Hitler, que não tivera confiança em seu bom amigo e aliado para dar-lhe a conhecer a data de 1º de setembro, que estabelecera para atacar a Polônia, respondeu que lera o memorando secreto “com o maior interesse”, sugerindo que os líderes se encontrassem para conversações, mais tarde. Entrementes, o Führer decidiu verificar se uma brecha podia ser aberta nas muralhas do Kremlin. Por todo o mês de junho, conversações preliminares, com respeito a um novo acordo comercial, foram mantidas em Moscou entre a embaixada

alemã e Anastas Mikoyan, o comissário russo para o comércio exterior.

O governo soviético ainda estava profundamente desconfiado de Berlim. Conforme comunicou Schulenburg no fim do mês (27 de junho), o Kremlin acreditava que os alemães, tentando assinar um acordo comercial, desejavam torpedear as negociações russas com a Inglaterra e à França. “Eles temem”, telegrafou a Berlim, “que tão logo ganhem essa vantagem, deixemos as negociações dar em nada”.⁶¹

A 28 de junho, Schulenburg teve uma longa conversação com Molotov, que se conduziu “de maneira amistosa”, segundo informou a Berlim num telegrama “secreto e urgente”. Não obstante, quando o embaixador alemão fez referência aos tratados de não-agressão que a Alemanha acabava de concluir com os Estados bálticos,* o comissário do exterior soviético replicou-lhe, acremente, que “devia duvidar da estabilidade de tais tratados depois da experiência que a Polônia tivera”. Resumindo a conversação, Schulenburg concluiu:

Minha impressão é a de que o governo soviético está grandemente interessado em conhecer nosso ponto de vista político e em manter contato conosco. Conquanto houvesse, sem dúvida, uma manifesta e forte desconfiança em tudo que Molotov disse, ele, contudo, assinalou a normalização das relações com a Alemanha como sendo desejável e possível.⁶²

** Para tentar evitar o apoio anglo-franco-russa à Letônia e à Estônia, que tinham limites com a União Soviética, a Alemanha se apressara a assinar um pacto de não-agressão com esses dois Estados bálticos, a 7 de junho. Mesmo antes disso, a 31 de maio, a Alemanha levava a cabo um pacto similar com a Dinamarca que, considerando os acontecimentos recentes, parece ter dado aos dinamarqueses um assombroso sentido de segurança.*

O embaixador pediu instruções telegráficas para sua próxima ação. Schulenburg era um dos últimos sobreviventes da escola de Seeckt, Maltzan e Brockdorff-Rantzau, que insistira num rapprochement com a Rússia soviética desde 1919 e o levava a efeito em Rapallo. Como todos os seus despachos de 1939 deixam claro, ele buscava sinceramente restabelecer as relações íntimas que existiram durante a República de Weimar. Mas, como tantos outros diplomatas de carreira da velha escola, ele pouco entendia Hitler.

Repentinamente, a 29 de junho, Hitler, de seu retiro montanhoso em Berchtesgaden, ordenou que as conversações com os russos fossem cortadas.

Berchtesgaden, 29 de junho de 1939.

(...) O Führer decidiu o seguinte:

Os russos devem ser informados de que estamos depreendendo de sua atitude que eles condicionam a continuação de ulteriores conversações à aceitação das bases, fixadas em janeiro, para nossas discussões econômicas. Já que tais bases são inaceitáveis para nós, não estamos, no momento, interessados no reinício das discussões econômicas com a Rússia.

O Führer concordou em que esta resposta seja retardada por alguns dias.⁶³

Na verdade, no dia seguinte a essência desse documento foi comunicada por telegrama à embaixada alemã em Moscou.

O ministro do Exterior [telegrafou Weizsäcker] (...) é de opinião que no terreno político já foi dito o suficiente até ulteriores instruções e que, por enquanto, não devemos retomar as conversações.

Quanto às possíveis negociações econômicas com o governo russo, as deliberações aqui ainda não foram concluídas. Neste terreno também convido-o a não promover, por enquanto, nenhuma nova ação, mas a aguardar instruções.⁶⁴

Não há indícios nos documentos secretos alemães que expliquem a súbita mudança de Hitler. Os russos já haviam começado a comprometer-se com suas propostas de janeiro e fevereiro. E Schnurre advertira, a 15 de junho, que uma ruptura das negociações econômicas seria um malogro para a Alemanha, tanto econômica quanto politicamente.

Nem podia o difícil encaminhamento das negociações anglo-franco-soviéticas ter desencorajado de tal modo Hitler, a ponto de conduzi-lo a essa decisão, pois sabia, pelas informações da embaixada alemã em Moscou, que a Rússia e as potências ocidentais continuavam num impasse quanto à questão das garantias à Polônia, à Romênia e aos Estados bálticos. A Polônia e a Romênia sentiam-se felizes com as garantias da Inglaterra e da França, embora dificilmente pudessem ajudá-las em caso de agressão alemã, a não ser por meios indiretos, pela organização de uma frente ocidental. Mas elas se recusavam a aceitar uma garantia russa ou mesmo a admitir que tropas soviéticas atravessassem seus territórios para enfrentar um ataque alemão. A Letônia, a Estônia e a Finlândia também se negavam sistematicamente a aceitar qualquer garantia russa, atitude que, conforme os documentos do Ministério do Exterior da Alemanha revelaram

mais tarde, foi encorajada pela Alemanha, na forma de terríveis ameaças, para que elas não fraquejassem em sua decisão.

Nesse impasse, Molotov sugeriu, no início de junho, que a Inglaterra enviasse seu secretário do Exterior a Moscou para participar das negociações. Aparentemente, do ponto de vista russo, isto não somente ajudaria a romper o obstáculo como mostraria que a Inglaterra se dispunha a chegar a um acordo com a Rússia. Lorde Halifax recusou-se a ir.* Anthony Eden, que era pelo menos um antigo secretário do Exterior, ofereceu-se para viajar em seu lugar, mas Chamberlain não aceitou a sugestão. Decidiu enviar, em vez dele, William Strang, competente funcionário de carreira do Ministério do Exterior, que anteriormente servira na embaixada em Moscou e falava russo, mas era pouco conhecido, tanto em seu país como fora dele. A indicação de um funcionário secundário para chefiar tão importante missão e negociar diretamente com Molotov e Stalin, para os russos, era sintoma, disseram mais tarde, de que Chamberlain ainda não decidira seriamente a questão de formar uma aliança para deter Hitler.

** De acordo com os documentos do Ministério do Exterior Britânico, Halifax disse a Maisky, a 8 de junho, que ele havia pensado sugerir ao primeiro-ministro que fosse a Moscou, "mas ele efetivamente estava impossibilitado de partir". Maisky, a 12 de junho, depois de Strang tê-lo deixado, sugeriu a Halifax que seria uma boa ideia o secretário do Exterior ir a Moscou "quando as coisas estivessem mais tranquilas", mas Halifax acentuou a impossibilidade de ausentar-se de Londres "no momento".⁶⁵*

Strang chegou a Moscou a 14 de junho, mas embora participasse de 11 reuniões anglo-francesas com Molotov, sua presença exerceu pouca influência no curso das negociações anglo-soviéticas. Uma quinzena mais tarde, a 29 de junho, a desconfiança e a irritação russas foram publicamente expostas num artigo de Andrei Zhdanov, no Pravda, intitulado: "Os governos inglês e francês não querem um tratado em base de igualdade com a União Soviética." Embora frisasse escrever "como indivíduo particular, e não por incumbência do governo soviético", Zhdanov era não apenas membro do Escritório Político e presidente do Comitê de Negócios Exteriores do Parlamento Soviético, mas, como Schulenburg observou a Berlim num despacho sobre o assunto, um dos confidentes de Stalin, [cujo] artigo fora sem dúvida escrito por ordens superiores.

A mim me parece [Zhdanov escreveu] que os governos inglês e francês não estão dispostos a um verdadeiro acordo aceitável para a URSS, mas somente conversar a respeito de um acordo a fim de demonstrar, diante da opinião pública de seus próprios países, a alegada atitude inflexível da URSS e, assim,

*facilitar a conclusão de um acordo com os agressores. Os próximos dias demonstrarão se isto é certo ou não.*⁶⁶

A desconfiança de Stalin pela Inglaterra e França, e sua suspeita de que os Aliados ocidentais podiam, no fim, fazer um acordo com Hitler, como no ano anterior em Munique, foi, assim, divulgada para a reflexão de todo o mundo. O embaixador von Schulenburg, analisando-as, sugeriu a Berlim que um dos propósitos do artigo foi “deixar a culpa sobre a Inglaterra e a França pela possível ruptura das negociações”.⁶⁷

Planos para a guerra total

Adolf Hitler ainda não se aventurou à tentação russa. Talvez porque durante todo o mês de junho ele estivesse ocupado, em Berchtesgaden, na supervisão do acabamento dos planos militares para a invasão da Polônia no fim do verão.

A 15 de junho, ele possuía o plano ultra-secreto do general von Brauchitsch para as operações do exército contra a Polônia.⁶⁸ “A finalidade da operação”, declarava o comandante do exército, fazendo eco a seu mestre, “é aniquilar as forças armadas polonesas. A liderança política exige que a guerra seja iniciada com pesados golpes de surpresa e rápido sucesso. A intenção do Alto-Comando alemão é impedir uma mobilização regular e a concentração do exército polonês, por meio de uma invasão de surpresa da Polônia; e destruir-lhes o grosso do exército que deve encontrar-se a oeste da linha Vístula-Narew, por meio de um ataque concêntrico da Silésia, por um lado, e da Pomerânia-Prússia Oriental, por outro.”

Para cumprir seu plano, Brauchitsch organizou duas forças de combate. O grupo do exército do sul, composto do 8º, do 10º e do 14º Exércitos, e o grupo do exército do norte, abrangendo o 3º e o 4º Exércitos. O primeiro grupo, sob o comando do general von Rundstedt, devia atacar a Sibéria,⁴ na direção de Varsóvia, dispersar a oposição das forças polonesas e ocupar rapidamente, com as forças mais poderosas possíveis, o Vístula, em ambos os lados de Varsóvia, com o objetivo de destruir as forças polonesas, daí estendendo-se para a Polônia Ocidental em cooperação com o grupo de exército do norte”. A principal missão do último grupo era a de “estabelecer a conexão entre o Reich e a Prússia Oriental”, dirigindo-se pelo Corredor. Traçaram-se objetivos pormenorizados dos vários exércitos, tanto quanto da força aérea e da marinha. O Corredor de Dantzig, disse Brauchitsch, devia ser considerado território alemão desde o primeiro dia das hostilidades e seria mantido por forças locais sob o comando alemão. Uma diretiva suplementar, promulgada no mesmo dia, estipulava que a

ordem de desdobramento para o Caso Branco seria posta em vigor a 20 agosto. “Todos os preparativos deverão estar concluídos naquela data.”⁶⁹

Uma semana depois, a 22 de junho, o general Keitel submeteu a Hitler “um horário preliminar para o Caso Branco”.⁷⁰ Depois de estudá-lo, o Führer concordou com ele “no fundamental”, mas ordenou que “não se intranquilizasse a população pela convocação de reservas em maior escala que a usual (...) e que às entidades civis, empregadoras ou particulares que fizessem indagações, seria dito que os homens estão sendo convocados para as manobras de outono”. Hitler estipulou, igualmente, “por motivos de segurança, que a reserva de vagas nos hospitais da zona da fronteira, que o Alto-Comando do exército propunha efetivar até meados de junho, não seria feita”.

A guerra que Hitler planejava lançar seria total e exigiria não apenas a mobilização militar, mas também a mobilização total de todos os recursos do país. Foi convocada no dia seguinte, 23 de junho, sob a direção de Göring, uma reunião do Conselho de Defesa do Reich para coordenar esse imenso esforço. Estavam presentes uns 35 altos funcionários, civis e militares das forças armadas, e os ministros do Interior, da Economia, das Finanças e dos Transportes, e Himmler. Como esclareceu Göring, era somente a segunda reunião do Conselho, mas fora convocada especialmente para tomar as decisões mais graves e para não deixar dúvidas no espírito dos participantes, conforme revelam as apreendidas atas secretas da sessão, de que a guerra estava próxima e muito ainda precisava ser feito quanto ao potencial humano para a indústria e para a agricultura, e as muitas outras questões relacionadas com a mobilização total.⁷¹

Göring informou ao Conselho que Hitler resolvera recrutar uns sete milhões de homens. A fim de aumentar a mão-de-obra, o dr. Funk, ministro da Economia, devia providenciar para “que fosse dado trabalho aos prisioneiros de guerra e aos internados nas prisões e campos de concentração”. Himmler fez coro ao dizer que “seria feito grande uso dos campos de concentração em tempo de guerra”. E Göring acrescentou que “centenas de milhares de trabalhadores no protetorado tcheco seriam empregados na Alemanha, sob supervisão, especialmente na agricultura, e alojados em cabanas”. Estava claro que o programa nazista para o trabalho escravo já adquiria forma.

O dr. Frick, ministro do Interior, animou a reunião, prometendo “reduzir o número de funcionários na administração pública”, pois admitiu que sob o regime nazista o número de burocratas aumentara “de vinte a quarenta vezes — um estado de coisas intolerável”. Organizou-se um comitê para corrigir tão lamentável situação.

Uma informação ainda mais pessimista foi fornecida pelo coronel Rudolf Gercke, chefe do departamento de transportes do Estado-maior geral do exército. “Na esfera do transporte”, declarou rudemente, “a Alemanha não está preparada para a guerra”.

A possibilidade do transporte alemão atender à demanda dependia, naturalmente, de a guerra ficar ou não confinada à Polônia. Caso fosse preciso lutar no oeste contra a França e a Inglaterra, temia-se que o sistema de transportes não fosse suficiente. Em julho foram convocadas duas reuniões de emergência do Conselho de Defesa, “a fim de deixar a muralha ocidental, até 25 de agosto, o mais tardar, em condições ótimas, com o material que será obtido até essa data por um esforço extremo”. Altos funcionários da Krupp e do cartel do aço foram arregimentados para conseguir o metal necessário, a fim de completar o armamento das fortificações ocidentais. De sua inexpugnabilidade, sabiam os alemães, dependia a disposição dos exércitos anglo-franceses de efetuar um sério ataque à Alemanha Ocidental, enquanto a Wehrmacht estivesse ocupada na Polônia.

Embora Hitler, com franqueza incomum, tivesse dito a seus generais, a 23 de maio, que Dantzig não era fundamentalmente a causa da disputa com a Polônia, em meados do verão teve-se a impressão, durante algumas semanas, que a Cidade Livre podia ser o barril de pólvora que de uma hora para outra determinaria a explosão da guerra. Por certo período os alemães estiveram introduzindo armas e oficiais do exército regular em Dantzig, para adestrar-se na defesa do local.* As armas e os oficiais cruzaram a fronteira da Prússia Oriental e, a fim de manter maior vigilância, os poloneses reforçaram o número de seus fiscais aduaneiros e a polícia da fronteira. As autoridades locais de Dantzig, agora agindo exclusivamente sob ordens de Berlim, faziam tudo para impedir que os funcionários poloneses cumprissem seus deveres.

** A 19 de junho, o Alto-Comando do exército informou ao Ministério do Exterior que 168 oficiais do exército alemão "tinham obtido permissão para viajar pela Cidade Livre de Dantzig em trajes civis, com fins de estudo". No começo de julho o general Keitel perguntou ao Ministério do Exterior "se é politicamente aconselhável mostrar em público os 12 canhões leves e os quatro pesados que estão em Dantzig e permitir que se façam exercícios com eles, ou se é melhor ocultar a presença dessas armas".⁷² Como os alemães conseguiram passar a artilharia pesada pelos inspetores poloneses, os documentos alemães não revelam.*

O conflito se transformou em crise a 4 de agosto, quando o representante diplomático polonês em Dantzig informou às autoridades locais que os fiscais

aduanheiros poloneses receberam ordens de cumprir suas obrigações “com armas” e que qualquer tentativa de impedi-los, por parte dos habitantes de Dantzig, seria considerada “ato de violência” contra os funcionários poloneses, caso em que o governo polonês “tomaria imediatas represálias contra a Cidade Livre”.

Era uma nova advertência a Hitler de que os poloneses não se deixariam intimidar, reforçada pela opinião do embaixador alemão em Varsóvia que, a 16 de julho, telegrafou a Berlim dizendo que dificilmente se poderia duvidar da disposição de luta da Polônia, “no caso de haver uma evidente violação” de seus direitos em Dantzig. Sabemos, por uma nota aposta no telegrama, escrita por Ribbentrop, que foi mostrado ao Führer.⁷³

Hitler ficou furioso. No dia seguinte, 7 de agosto, solicitou a presença de Albert Foster, o Gauleiter nazista de Dantzig, em Berchtesgaden para dizer que sua paciência com os poloneses atingira o limite. Foram trocadas violentas notas entre Berlim e Varsóvia — tão violentas que nenhuma das partes ousava torná-las públicas. No dia 9, o governo do Reich avisou o da Polônia que a renovação de seu ultimato a Dantzig “conduziria a um agravamento das relações germanopolonesas (...), pelo que o governo alemão deve eximir-se de toda responsabilidade”. No dia seguinte, o governo polonês respondeu rispidamente

*que continuariam a reagir, como até aqui, a qualquer tentativa das autoridades da Cidade Livre no sentido de prejudicar os direitos e os interesses que a Polônia goza em Dantzig, e agiriam pelos meios e medidas que apenas eles podiam julgar apropriadas ou não, e assim considerarão qualquer intervenção do governo do Reich (...) como ato de agressão.*⁷⁴

Nenhuma nação pequena que se viu no caminho de Hitler jamais ousou usar tal linguagem. Ao receber, no dia seguinte, 11 de agosto, Carl Burckhardt, um suíço que era alto comissário da Liga das Nações em Dantzig, e que não medira esforços para ir ao encontro das exigências alemães, Hitler estava terrivelmente mal-humorado. Disse a seu visitante que “se o mais leve gesto fosse tentado pelos poloneses, cairia como um relâmpago sobre eles, com todo o poderio das armas à sua disposição e das quais os poloneses não tinham a menor ideia”.

*Burckhardt disse [conforme relatou mais tarde o alto comissário] que isso levaria a um conflito geral. Herr Hitler respondeu que se tivesse de fazer a guerra, seria melhor fazê-la hoje que amanhã, que ele não a conduziria como a Alemanha de Guilherme II — que sempre tivera escrúpulos quanto ao emprego total de todas as armas — e que lutaria sem piedade até o extremo limite.*⁷⁵

Contra quem? Contra a Polônia, certamente. Contra a Inglaterra e a França, se necessário. Contra a Rússia também? Com relação à União Soviética, Hitler tinha finalmente chegado a uma decisão.

A intervenção da Rússia: III

Uma nova iniciativa partiu dos russos.

A 18 de julho, E. Babarin, o representante comercial soviético em Berlim, acompanhado de dois auxiliares, visitou Julius Schnurre no Ministério do Exterior alemão e informou-o de que a Rússia gostaria de estender e intensificar as relações econômicas russo-germânicas. Trouxe com ele um minucioso memorando para um acordo comercial, prevendo uma troca de mercadorias bastante elevada entre os dois países. Declarou que, se algumas diferenças entre as duas partes fossem removidas, ele tinha poderes para assinar um tratado comercial em Berlim. Como revela o memorando confidencial do dr. Schnurre sobre a reunião, os alemães ficaram satisfeitos. Tal tratado, observou Schnurre, “não deixará de ter repercussão pelo menos sobre a Polônia e a Inglaterra”.⁷⁶ Quatro dias depois, a 22 de julho, a imprensa russa divulgou em Moscou que as negociações comerciais haviam sido reencetadas em Berlim.

No mesmo dia, Weizsäcker telegrafou de modo efusivo ao embaixador von Schulenburg, em Moscou, para transmitir-lhe algumas novas e interessantes instruções. Quanto às negociações comerciais, comunicou ao embaixador, “temos de agir de forma bem acessível, já que sua conclusão, e isto deve dar-se o mais cedo possível, é aqui desejada por vários motivos. No que toca ao aspecto puramente político de nossas conversações com os russos”, acrescentou, “consideramos expirado o período de expectativa estipulado em nosso telegrama [de 30 de junho]. Nós o autorizamos, portanto, a retomar aí o fio da meada, sem de qualquer forma pressionar o assunto”.⁷⁷

Os contatos foram realmente retomados quatro dias mais tarde, em Berlim. O dr. Schnurre foi instruído por Ribbentrop a jantar num restaurante de luxo com Astakhov, o encarregado soviético, e Babarin, e sondá-los. Os dois russos “se demoraram até cerca de meia-noite e meia” e conversaram “de modo bastante vivo e interessante a respeito de problemas econômicos e políticos de nosso interesse”.

Astakhov, com a calorosa aprovação de Babarin, declarou que a política de reaproximação germano-soviética correspondia aos interesses vitais dos dois países. Em Moscou, disse, jamais haviam compreendido inteiramente por que a

Alemanha nazista se opusera tanto à União Soviética. O diplomata alemão, em resposta, explicou que “a política alemã no leste tinha tomado agora um curso inteiramente diverso”.

Não podia haver, de nossa parte, qualquer ameaça à União Soviética. Nossos objetivos eram completamente diferentes (...) A política alemã visava a Inglaterra (...) Eu poderia elaborar um acordo de longo alcance baseado em nossos mútuos interesses e no qual levaria em conta os problemas vitais russos.

Contudo, tal possibilidade seria vedada no momento em que a União Soviética se aliasse à Inglaterra, contra a Alemanha. Era, então, oportuno um entendimento entre a Alemanha e a União Soviética, mas deixaria de ser depois da conclusão de um pacto com Londres.

O que a Inglaterra poderia oferecer à Rússia? Na melhor das hipóteses, a participação numa guerra européia e a hostilidade da Alemanha. Em contrapartida, o que nós poderíamos oferecer? A neutralidade e o afastamento de um eventual conflito europeu e, se Moscou desejasse, um acordo visando mútuos interesses que, como em tempos passados, só traria vantagens para ambos os países (...) Questões controversas [entre a Alemanha e a Rússia] não existiam, na minha opinião, em nenhuma parte da fronteira, do mar Báltico ao mar Negro e ao Extremo Oriente. Ademais, apesar de todas as divergências em suas maneiras de compreender a vida, havia algo comum à ideologia da Alemanha, Itália e União Soviética: a oposição às democracias capitalistas ocidentais.⁷⁸

Assim, nas últimas horas da noite de 26 de julho, num pequeno restaurante de Berlim e diante de farta mesa e bom vinho, partilhados por diplomatas de segunda categoria, foi feita a primeira oferta séria da Alemanha para um acordo com a Rússia soviética. A nova orientação adotada por Schnurre lhe fora dada pelo próprio Ribbentrop. Astakhov estava satisfeito de ouvi-la. Prometeu a Schnurre que informaria imediatamente a Moscou.

Na Wilhelmstrasse os alemães esperavam impacientemente para ver qual seria a reação na capital soviética. Três dias depois, a 29 de julho, Weizsäcker enviou, por mensageiro especial, um despacho secreto a Schulenburg, em Moscou.

Seria importante saber se as observações feitas por Astakhov e Babarin provocaram alguma reação em Moscou. Se for possível conseguir nova entrevista com Molotov, queria sondá-lo a respeito dessa questão. E se isto resultar no abandono, por parte de Molotov, da reserva até agora mantida, dê

*um passo adiante (...) Isto se aplica particularmente ao problema da Polônia. Estaremos preparados, qualquer que seja a evolução do problema polonês (...), a salvaguardar todos os interesses soviéticos e a chegar a um acordo com o governo de Moscou. Também na questão do Báltico, se as conversações tiverem um desenvolvimento positivo, poderemos adiantar que propomos uma revisão de nossa atitude com relação aos Estados bálticos, quanto a respeitar os interesses vitais soviéticos no Mar Báltico.*⁷⁹

Dois dias depois, a 31 de julho, o secretário de Estado mandou a Schulenburg um telegrama “urgente e secreto”:

Com referência ao nosso despacho de 29 de julho, chegado hoje a Moscou pelo mensageiro especial: É favor comunicar por telegrama a data e a hora de sua próxima entrevista com Molotov, assim que for fixada.

*Estamos ansiosos por uma entrevista imediata.*⁸⁰

Pela primeira vez entrou nos despachos de Berlim a Moscou uma nota de urgência.

Havia um bom motivo para a urgência de Berlim. A 23 de julho, a França e a Inglaterra finalmente concordaram com a proposta russa para que conversações militares tivessem lugar imediatamente para o estabelecimento de um convênio militar que especificaria como os exércitos de Hitler seriam enfrentados pelas três nações. Embora Chamberlain não anunciasse esse acordo até 31 de julho perante a Câmara dos Comuns, os alemães tiveram conhecimento dele mais cedo. A 28 de julho, o embaixador von Welczek, em Paris, telegrafou a Berlim para informar que ele tivera conhecimento, por “uma fonte muitíssimo digna de crédito”, de que a França e a Inglaterra estavam enviando missões militares a Moscou e que o grupo francês era encabeçado pelo general Doumenc, que ele descreveu como “oficial bastante capaz e antigo delegado chefe do Estado-maior, sob a direção do general Maxime Weygand.”⁸¹ Era impressão do embaixador alemão, como afirmava um despacho suplementar dois dias depois, que Paris e Londres haviam concordado em realizar conversações militares como um dos últimos meios de evitar o adiamento das negociações de Moscou.⁸²

Impressão bem fundamentada. Como os documentos confidenciais do Ministério do Exterior inglês deixam claro, as entrevistas políticas em Moscou chegaram a um impasse, na última semana de julho, em grande parte pela impossibilidade de alcançar uma definição de “agressão indireta”. Para os franceses e ingleses, a interpretação russa desse termo era tão ampla que podia ser usada para justificar a intervenção soviética na Finlândia e nos Estados

bálticos, mesmo que não houvesse grave ameaça nazista e, com isto, Londres pelo menos (os franceses estavam preparados para ser mais acomodatícios) não podia concordar.

A 2 de junho os russos insistiram também no sentido de que um acordo militar estabelecesse com minúcias os “métodos, formas e extensão” da ajuda militar que os três países deviam dar um ao outro, e que devia ser acompanhado simultaneamente pelo devido pacto de assistência mútua. As potências ocidentais, que não tinham em alta conta a perícia militar russa,* procuraram dissuadir Molotov. Elas somente concordariam em principiar conversações militares depois que o acordo político fosse assinado. Mas os russos eram obstinados. Quando os ingleses tentaram fazer uma barganha, propondo, a 17 de julho, o início de conversações militares imediatamente, desde que a União Soviética abandonasse a sua insistência de assinar, simultaneamente, os acordos políticos e militares e também aceitasse a definição britânica de “agressão indireta”, Molotov respondeu com uma abrupta recusa. A menos que os franceses e ingleses concordassem com os tratados políticos e militares em conjunto, disse ele, não havia razão para continuar com as negociações. Esta ameaça russa de pôr termo às negociações causou consternação em Paris, que parece ter sido mais agudamente despertada do que Londres para o curso dos flertes nazi-soviéticos. E foi em grande parte devido à pressão francesa que o governo inglês, a 23 de agosto, ao mesmo tempo que recusava aceitar as propostas russas de “agressão indireta”, concordou, com relutância, em negociar uma convenção militar.⁸⁴

** O Alto-Comando inglês e, depois, o alemão, subestimaram grosseiramente a força potencial do Exército Vermelho. Isto pode ter decorrido, em grande parte, das informações de seus adidos militares em Moscou. A 6 de março, o coronel Firebrace, adido militar, e o comandante Hallawell, adido aéreo, mandaram longos relatórios a Londres para afirmar que, conquanto a capacidade defensiva do Exército Vermelho e da força aérea fosse considerável, eles eram incapazes de sustentar uma ofensiva séria. Hallawell julgava que a força aérea russa, "como o exército, provavelmente seria contida tanto por um colapso dos serviços essenciais quanto pela ação inimiga". Firebrace considerava que o expurgo dos altos oficiais enfraquecera severamente o Exército Vermelho. Mas indicava a Londres que "o Exército Vermelho considera a guerra inevitável e está sem dúvida se preparando infatigavelmente para ela"⁸³*

Chamberlain se mostrava mais que indiferente à questão das conversações militares.* O embaixador von Dirksen, em Londres, informou a Berlim, a 1º de agosto, que as negociações militares com os russos eram “consideradas com

ceticismo” nos círculos governamentais de Londres.

*Isto é confirmado [ele escreveu] pela composição da missão militar inglesa.** O almirante (...) praticamente está reformado e nunca foi do Estado-maior naval. O general também é um simples soldado. O marechal-do-ar é surpreendente como piloto e instrutor, mas não como estrategista. Isto parece indicar que a tarefa da missão militar é mais de avaliar a capacidade de luta das forças soviéticas do que concluir um acordo sobre operações (...) Os adidos da Wehrmacht concordam na observação de um surpreendente ceticismo nos círculos militares britânicos acerca das próximas conversações com as forças armadas soviéticas.86*

** Strang, negociando com Molotov em Moscou, foi mesmo mais frio. "É na verdade extraordinário", escreveu ao Ministério do Exterior a 20 de julho, "que sejamos levados a discutir segredos militares com o governo soviético antes de estarmos seguros de que eles serão nossos aliados".*

O ponto de vista russo era exatamente o oposto e foi definido por Molotov aos negociadores anglo-franceses a 27 de julho: "O importante era verificar com quantas divisões cada parte contribuiria para a causa comum e onde elas seriam localizadas"85 Antes de os russos se comprometerem politicamente, eles queriam saber qual ajuda militar podiam esperar do Ocidente.

*** A missão britânica compunha-se do almirante sir Reginald Plunket-Erle-Drax (que tinha sido comandante-em-chefe, em Plymouth, 1935-1938), do marechal-do-ar sir Charles Burnett e do major-general Heywood.*

Na verdade, tão cético estava o governo britânico que negligenciou fornecer ao almirante Drax uma autorização escrita para negociar. Lapso (se é que foi mesmo um lapso) que o marechal Voroshilov lamentou quando pela primeira vez se reuniram os oficiais. As credenciais do almirante só chegaram a 21 de agosto, quando não eram mais necessárias.

Mas se o almirante Drax não possuía credenciais escritas, por certo tinha instruções secretas quanto à orientação que devia tomar nas conversações militares em Moscou. Como revelaram mais tarde os documentos do Ministério do Exterior britânico, o almirante foi aconselhado a “ir vagarosamente nas conversações políticas”, até que um ajuste político fosse concluído.87 Explicaram-lhe que as informações militares sigilosas não podiam ser compartilhadas pelos russos até que o pacto político fosse assinado.

Desde que as conversações políticas foram suspensas a 2 de agosto e Molotov esclarecera que não consentiria em sua renovação até que as conversações

militares tivessem feito algum progresso, dificilmente se poderia escapar à conclusão de que o governo de Chamberlain estava perfeitamente preparado para ganhar tempo, invocando as obrigações militares de cada país no proposto pacto de assistência mútua.* De fato, os documentos confidenciais do Ministério do Exterior deixam pouca dúvida de que, no início de agosto, Chamberlain e Halifax quase perderam a esperança de conseguir um acordo com a União Soviética para deter Hitler, mas consideravam que, se fossem prolongadas as negociações militares em Moscou, isto poderia de alguma forma tolher o ditador alemão de empreender, durante as quatro semanas seguintes, o passo fatal para a guerra.**

** Arnold Toynbee e seus colaboradores chegaram a essa conclusão em seu livro *The Eve of War, 1939*, baseados em grande parte nos documentos do Ministério do Exterior inglês. Ver p. 633.*

*** A 16 de agosto, o marechal-do-ar sir Charles Burnett, escreveu a Londres de Moscou: "Compreendo ser a política do governo prolongar as negociações tanto quanto possível, se não pudermos conseguir a aceitação de um tratado". Seeds, o embaixador britânico em Moscou, telegrafara a Londres a 24 de julho, um dia depois de seu governo concordar com as conversações militares: "Não estou otimista quanto ao sucesso dessas conversações, nem penso que elas possam ser rapidamente concluídas, mas iniciá-las agora seria dar um choque saudável nas potências do Eixo e significaria um incentivo para os nossos amigos, ao mesmo tempo em que elas poderiam ser prolongadas o suficiente para superar os perigos dos próximos meses".⁸⁸ Em virtude de o serviço de informações anglo-francês conhecer os encontros de Molotov com o embaixador alemão, dos esforços para fazer a Rússia se interessar pela partilha da Polônia — de que Coulondre advertira Paris já a 7 de maio (ver p. 631) —, da maciça concentração de tropas alemãs na fronteira polonesa, e das intenções de Hitler, a confiança britânica de permanecer em Moscou é algo surpreendente.*

Em contraste com os britânicos e franceses, os russos incluíram em sua missão militar os mais altos oficiais de suas forças armadas: o marechal Voroshilov, que era comissário da Defesa, o general Shaposhnikov, chefe do Estado-maior geral do Exército Vermelho, e os comandantes-em-chefes da marinha e da força aérea. Os russos não podiam deixar de notar que, enquanto os ingleses mandaram o chefe do Estado-maior imperial, general sir Edmund Ironside, a Varsóvia, em julho, para conversações militares com o Estado-maior geral polonês, acharam que não deviam enviar essa alta patente britânica a Moscou.

Não se pode afirmar que as missões militares inglesa e francesa tenham corrido para Moscou. Um avião os teria levado ali num dia. Entretanto, elas

foram enviadas num barco vagaroso — um navio misto de passageiros e carga — que levou tempo para alcançar a Rússia quanto o Queen Mary levaria para conduzi-los aos Estados Unidos. Eles zarparam para Leningrado a 5 de agosto e só chegaram a Moscou a 11 de agosto.

Mas então era demasiado tarde. Hitler os havia superado.

Enquanto os oficiais militares ingleses e franceses aguardavam seu vagoroso barco em Leningrado, os alemães estavam agindo sofregamente. Três de agosto foi um dia crucial em Berlim e Moscou. Às 12:58h, o ministro do Exterior von Ribbentrop, que invariavelmente deixava a expedição dos telegramas ao secretário de Estado, von Weizsäcker, enviou ele mesmo um telegrama com a observação de Secreto-Urgentíssimo a Schulenburg, em Moscou.

Ontem mantive uma longa conversa com Astakhov, sobre a qual segue um telegrama.

Manifestei que os alemães desejam refazer as relações germano-russas e afirmi que do Báltico ao mar Negro não há problema que não possa ser resolvido para nossa mútua satisfação. Em resposta ao desejo de Astakhov de conversações mais concretas sobre as questões em debate (...), declarei-me pronto para tais conversações se o governo soviético informar-me, por intermédio de Astakhov, que também ele está desejoso de colocar as relações germano-russas sobre novas e definitivas bases.⁸⁹

Soube-se no Ministério do Exterior que Schulenburg avistou-se mais tarde, nesse dia, com Molotov. Uma hora depois do telegrama de Ribbentrop ter sido despachado, Weizsäcker também expediu um dos seus, igualmente rotulado Secreto-Urgentíssimo.

Em vista da situação política e no interesse da rapidez, estamos ansiosos, sem prejuízo de nossa conversação com Molotov, hoje, por continuar em Berlim, em termos mais concretos, as conversações sobre a harmonização das intenções germano-russas. Para isto Schnurre receberá hoje Astakhov e dirá que estamos prontos para o prosseguimento, tendo por base termos mais positivos.⁹⁰

Embora o desejo repentino de Ribbentrop de conversações secretas “a respeito de tudo, do Báltico ao mar Negro”, deva ter surpreendido os russos — num determinado momento, como informou a Schulenburg em seu telegrama seguinte, enviado às 15:47h, ele “deixou transparecer uma leve insinuação [a Astakhov] de nosso próximo entendimento com a Rússia quanto ao destino da

Polônia” —, o ministro do Exterior acentuou a seu embaixador em Moscou que ele dissera ao encarregado russo que “não estávamos com pressa”.⁹¹

Era um blefe, e o espírito atilado do encarregado de negócios soviéticos compreendeu-o quando viu Schnurre no Ministério do Exterior, às 12:45h. Ele observou que, enquanto Schnurre parecia estar com pressa, o ministro do Exterior alemão, no dia anterior, “não demonstrara tanta urgência”. Schnurre saiu-se bem.

Disse a Astakhov [conforme anotou um memorando secreto]⁹² que embora o ministro do Exterior, na última noite, não tivesse demonstrado qualquer urgência ao governo soviético, nós, entretanto, julgávamos conveniente utilizar os próximos poucos dias para continuar as conversações, a fim de estabelecer uma base tão rapidamente quanto possível.

Para os alemães, então, a coisa se reduzira a assunto dos próximos dias. Astakhov disse a Schnurre que recebera “uma resposta provisória” de Molotov às sugestões alemãs. Resposta em grande parte negativa. Embora Moscou também desejasse melhoria nas relações, “Molotov disse que até então nada se conhecia de concreto sobre a atitude da Alemanha”.

O comissário do Exterior soviético levou nessa noite suas ideias diretamente a Schulenburg, em Moscou. O embaixador comunicou, num longo despacho, completado pouco depois da meia-noite,⁹³ que, numa entrevista que durara uma hora e quinze, Molotov “abandonou sua reserva habitual, manifestando-se de modo extraordinariamente franco”. Parece não haver dúvidas disso, porque depois de Schulenburg reiterar o ponto de vista da Alemanha de que nenhuma divergência existia entre os dois países, “do Báltico ao mar Negro”, e de reafirmar que o desejo da Alemanha era “chegar ao entendimento”, o inflexível ministro russo enumerou alguns atos hostis que o Reich praticara contra a União Soviética: o pacto anti-Comintern, o apoio ao Japão contra a Rússia e a exclusão dos soviéticos de Munique.

“Como”, indagou Molotov, “poderiam as novas declarações alemãs se conciliar com esses três pontos? Até o momento ainda faltavam provas de mudança de atitude do governo alemão”

Schulenburg parece ter ficado um tanto desencorajado.

Minha impressão geral [telegrafou a Berlim] é de que o governo soviético está até agora determinado a concluir um acordo com a Inglaterra e a

França, se elas preencherem todos os requisitos soviéticos (...). Creio que minhas afirmações impressionaram Molotov; de qualquer modo, será necessário considerável esforço de nossa parte para provocar uma reviravolta na orientação do governo soviético.

Embora conhecendo bem o caso russo, o veterano diplomata alemão evidentemente subestimou o progresso das negociações franco-britânicas em Moscou. Tampouco calculou o quão longe a Alemanha agora estava disposta a ir para empreender “o esforço considerável” que ele julgava necessário para provocar uma reviravolta no curso da diplomacia soviética.

Na Wilhelmstrasse aumentava a confiança de que isso seria alcançado. Com a Rússia neutralizada, a Inglaterra e a França não lutariam pela Polônia, mas, se lutassem, seriam facilmente contidas pelas fortificações ocidentais até que os poloneses fossem rapidamente liquidados e o exército alemão se voltasse com toda sua força para o Ocidente.

O astuto encarregado de negócios francês em Berlim, Jaques Tarbé de St.-Hardouin, notou a modificação da atmosfera na capital alemã. No mesmo dia 3 de agosto, quando havia muita atividade diplomática germano-soviética em Berlim e Moscou, ele informava a Paris: “No curso da última semana tem sido observada em Berlim uma mudança muito significativa na atmosfera política. (...) O período de embaraços, hesitações, inclinações para ganhar tempo ou mesmo para apaziguamento está sendo substituído entre os nazistas por uma nova fase.”⁹⁴

A hesitação dos aliados da Alemanha

A situação era diversa com os aliados da Alemanha: a Itália e a Hungria. À medida que avançava o verão, os governantes de Budapeste e de Roma se tornavam cada vez mais temerosos de que seus países seriam arrastados a uma guerra hitlerista ao lado da Alemanha.

A 24 de julho, o conde Teleki, premier húngaro, dirigiu cartas idênticas a Hitler e a Mussolini, informando-os de que “no caso de uma conflagração generalizada, a Hungria fará sua política de conformidade com a política do Eixo”. Tendo ido tão longe, logo depois recuou. No mesmo dia escreveu aos dois ditadores uma segunda carta afirmando que, “a fim de evitar qualquer má interpretação de minha carta de 24 de julho, eu (...) repito que a Hungria não poderia, por motivos de ordem moral, estar numa posição de empreender uma ação armada contra a Polônia”.⁹⁵

A segunda carta de Budapeste provocou em Hitler mais um dos seus costumeiros acessos de raiva. Ao receber o conde Csáky, ministro do Exterior húngaro, em Obersalzberg, a 8 de agosto, na presença de Ribbentrop, ele começou a conversa afirmando que ficara chocado com a carta do primeiro-ministro húngaro, e destacou, de acordo com o memorando confidencial redigido pelo Ministério do Exterior, que jamais esperara ajuda da Hungria — ou de qualquer outro Estado — “na eventualidade de um conflito germano-polonês”. Acrescentou que a carta do conde Teleki “era inacreditável”. Lembrou em seguida ao hóspede húngaro que foi devido à generosidade da Alemanha que a Hungria obtivera tanto território à custa da Tchecoslováquia. Disse que, se a Alemanha fosse derrotada na guerra, “a Hungria seria também automaticamente esmagada”.

O memorando alemão dessa conversação, que se acha entre os documentos alemães apreendidos no Ministério do Exterior, revela o estado de espírito de Hitler quando o fatídico mês de agosto caminhava para o fim. A Polónia, disse ele, não representava de modo algum um problema militar para a Alemanha. Não obstante, tinha de contar logo de início com uma guerra em duas frentes. “Nenhum poder no mundo”, vangloriou-se, “poderia penetrar nas fortificações ocidentais da Alemanha. Ninguém, em toda minha vida, foi capaz de assustar-me, e isto se refere à Inglaterra. Nem sucumbirei ao colapso nervoso muitas vezes predito”. Quanto à Rússia:

O governo soviético não lutaria contra nós (...) Os soviéticos não repetiriam o erro do czar nem sangrariam até a morte pela Inglaterra. Poderiam, contudo, tentar enriquecer-se, possivelmente à custa dos Estados bálticos ou da Polónia, sem se envolverem eles próprios numa ação militar.

Tão eficiente foi a arenga de Hitler que, no fim da segunda conversa mantida nesse mesmo dia, o conde Csáky solicitou-lhe “que considerasse as duas cartas de Teleki como se não tivessem sido escritas”. Disse ele também que faria o mesmo pedido a Mussolini.

Por algumas semanas o Duce estivera preocupado e irritado acerca do perigo de o Führer arrastar a Itália para uma guerra. Attolico, seu embaixador em Berlim, enviava continuamente informações alarmantes sobre a determinação de Hitler de atacar a Polónia.* Desde o princípio de junho, Mussolini insistia em outro encontro com Hitler que em julho fora fixado para 4 de agosto, em Brenner. A 24 de julho ele apresentava a Hitler, por intermédio de Attolico, ‘certos princípios básicos’ para discussão. Se o Führer considerasse a guerra “inevitável”, então a Itália permaneceria ao seu lado. Mas o Duce lembrava-lhe

que uma guerra com a Polônia não podia ser circunscrita; pois tornar-se-ia um conflito europeu. Mussolini pensava que esse não era o momento de o Eixo partir para uma tal guerra. Propunha, em substituição, “uma política pacífica e construtiva por diversos anos”, com a Alemanha ajustando suas divergências com a Polônia, e a Itália as suas com a França, com negociações diplomáticas. 1º mais longe. Sugeria outra conferência internacional das grandes potências.⁹⁷

** Uma informação viva que Attolico enviou de uma conversa que teve com Ribbentrop, a 6 de julho, foi típica. Se a Polônia ousasse atacar Dantzig, disse-lhe o ministro do Exterior nazista, a Alemanha resolveria a questão de Dantzig em 48 horas em Varsóvia! Se a França viesse a intervir em Dantzig e assim precipitar uma guerra geral, bem; a Alemanha não podia desejar nada melhor. A França seria aniquilada. A Inglaterra, caso se movesse, provocaria a destruição do império britânico. E a Rússia? Caminhava-se para um tratado russo-alemão. E a Rússia não estava disposta a avançar. Os Estados Unidos? Um único discurso do Führer fora o suficiente para confundir Roosevelt, e os americanos não se mexeriam em nenhuma parte. O temor ao Japão manteria os Estados Unidos quietos.*

Ouvia em completo silêncio [informou Attolico], enquanto Ribbentrop bosquejava esse quadro da guerra ad usum Germaniae que sua imaginação agora estabeleceu indelevelmente em sua cabeça (...) Ele pode perceber apenas a sua versão — que é realmente assombrosa — de uma segura vitória alemã em todos os terrenos e contra todos os que se apresentarem (...) Por fim, observei que, de acordo com minha compreensão, havia completa concordância entre o Duce e o Führer de que a Itália e a Alemanha se preparavam para uma guerra que não devia ser imediatamente.⁹⁶

Mas o astuto Attolico não acreditou nisso absolutamente. Por todo o mês de julho seus despachos advertiam da iminente ação alemã na Polônia.

A reação do Führer, como anotou Ciano em seu diário no dia 26 de julho, foi desfavorável, e Mussolini decidiu que o melhor seria adiar seu encontro com Hitler.⁹⁸ Em vez disto, propunha, a 7 de agosto, que os ministros do Exterior dos dois países se reunissem imediatamente. O diário de Ciano registra durante esses dias o índice da crescente inquietação em Roma. A 6 de agosto ele escreveu:

Devemos encontrar alguma saída. Acompanhando os alemães, iremos à guerra e entraremos nela sob as condições menos favoráveis para o Eixo, especialmente para a Itália. Nossas reservas de ouro estão reduzidas a quase nada, tanto quanto nossas reservas de metais (...) Devemos evitar a guerra. Propus ao Duce a ideia de me encontrar com Ribbentrop (...), então tentaria continuar a discussão do projeto de Mussolini para uma conferência mundial.

9 de agosto — Ribbentrop concordou com a entrevista. Decidi partir amanhã à noite, a fim de encontrá-lo em Salzburgo. O Duce está ansioso para que eu prove aos alemães, por testemunho documental, que a irrupção de uma guerra neste momento seria uma loucura.

10 de agosto. — O Duce está mais do que nunca convencido da necessidade de adiar o conflito. Ele próprio elaborou o esquema de um memorando relacionado com o encontro de Salzburgo, terminando com uma alusão às negociações internacionais para resolver os problemas que tão perigosamente perturbam a vida européia.

Antes de minha partida, ele recomenda que eu informe francamente aos alemães que devemos evitar um conflito com a Polônia, já que será impossível circunscrevê-lo. E uma guerra geral seria desastrosa para todos.⁹⁹

Armado com tão louváveis mas, nas circunstâncias, ingênuos pensamentos e recomendações, o jovem ministro do Exterior fascista partiu para a Alemanha, onde, nos três dias que se seguiram — 11, 12 e 13 de agosto —, recebeu de Ribbentrop, e principalmente de Hitler, o maior golpe de sua vida.

Ciano em Salzburgo e Obersalzberg: 11, 12 e 13 de agosto

No dia 11 de agosto, durante quase dez horas, Ciano conferenciou com Ribbentrop na fazenda dele, em Fuschl, nos arredores de Salzburgo, que o ministro do Exterior nazista tomara de um monarquista austríaco convenientemente internado num campo de concentração. O italiano de sangue quente encontrou o ambiente frio e pouco receptivo, como contou mais tarde. Durante o jantar na Estalagem do Cavalo Branco, em St. Wolfgang, nenhuma palavra foi trocada entre os dois. Havia pouca necessidade: Ribbentrop informara a seu visitante, logo de manhã, que a decisão de atacar a Polônia era irrevogável.

— Bem, Ribbentrop — diz Ciano haver-lhe perguntado —, que querem vocês? O Corredor ou Dantzig?

— Nada disso — replicou Ribbentrop, mirando-o com seus olhos frios e metálicos. — Queremos a guerra!

Foram rudemente rejeitados os argumentos de Ciano de que um conflito polonês não podia ser circunscrito; e de que, se a Polônia fosse atacada, as democracias ocidentais lutariam. No dia anterior ao da véspera de Natal, quatro anos depois — 1943 — quando Ciano se achava na cela 27 da prisão de Verona,

aguardando execução por instigação dos alemães, ele ainda se recordava desse friorento dia 11 de agosto em Fuschl e Salzburg. Ribbentrop, escreveu ele, em seu último diário de 23 de dezembro de 1943, apostara com ele, “durante uma daquelas sombrias refeições no österreichischer Hof em Salzburg”, uma coleção de velhas armaduras alemãs contra uma pintura italiana, que a França e a Inglaterra ficariam neutras — aposta, observa tristemente, que jamais seria paga.100

Ciano dirigiu-se a Obersalzberg, onde Hitler, durante os dois encontros de 12 e 13 de agosto, reiterou que a França e a Inglaterra não lutariam. Em contraste com o ministro do Exterior nazista, o Führer mostrava-se cordial, mas igualmente implacável em sua determinação de ir à guerra. Isto é evidente, não apenas pelas informações de Ciano, mas também pelas atas confidenciais alemãs do encontro, que se acham entre os documentos capturados.101 O ministro italiano deparou-se com Hitler diante de uma grande mesa coberta de mapas militares do Estado-maior. Começou por explicar-lhe o poderio da muralha ocidental da Alemanha, que era, segundo as suas palavras, impenetrável. Ademais, acrescentou desdenhosamente, a Inglaterra não poderia colocar sequer três divisões na França. Esta teria consideravelmente mais, porém, desde que a Polônia fosse derrotada “em prazo curto”. A Alemanha poderia então concentrar cem divisões no oeste “para a luta de vida ou morte que depois começaria”.

Mas poderia? Poucos instantes depois, enfadado pela pergunta inicial de Ciano, o Führer se contradisse. O ministro italiano, como prometeu a si próprio, interpelou Hitler. Segundo as atas alemãs, “ele expressou a grande surpresa da Itália pela inesperada gravidade da situação”. Queixou-se de que a Alemanha não mantivera a sua aliada informada. “Ao contrário”, disse, “o ministro do Exterior do Reich afirmara [em Milão e Berlim, em maio] que a questão de Dantzig seria resolvida no devido tempo”. Quando Ciano continuou afirmando que um conflito com a Polónia se converteria numa guerra européia, seu anfitrião interrompeu-o para dizer que discordava.

“Pessoalmente”, disse Hitler, “estou convencido de que as democracias ocidentais, em último recurso, recuarão de uma guerra geral”. Ao que Ciano respondeu (acrescentam os registros alemães), “que ele esperava que o Führer tivesse razão, mas que não acreditava nisso”. O ministro do Exterior italiano descreveu então, com pormenores, a enorme debilidade da Itália, e pelo seu relato desanimador Hitler deve ter-se convencido finalmente de que a Itália seria de pouco valor para ele na guerra que se avizinhava.* Uma das razões de Mussolini, disse Ciano, para que se deseje o adiamento da guerra, era que ele “atribuía grande importância à manutenção, de acordo com o plano, da

Exposição Mundial de 1942” — observação que deve ter estarrecido o Führer, perdido com estava em seus mapas e cálculos militares. Igualmente admirado deve ter ficado, ao apresentar-lhe Ciano, ingenuamente, o texto de um comunicado, que insistia para ser publicado, declarando que a reunião dos ministros do Eixo tinha “reafirmado as intenções pacíficas de seus governos” e a crença de que a paz seria mantida “por meio de negociações diplomáticas normais”. Ciano explicou que o Duce tinha em mente uma conferência de paz das principais nações européias, mas que, dentro da consideração “pelos receios do Führer\ ele se ateria a negociações diplomáticas comuns.

** Neste ponto, Ribbentrop, visivelmente exaltado, disse a Ciano: "Não necessitamos de vocês!" Ao que Ciano respondeu: "O futuro mostrará" (Do diário não publicado do general Halder, anotado a 14 de agosto.102 Halder disse que soube do fato por Weizsäcker).*

Hitler não repeliu completamente, no primeiro dia, a ideia de uma conferência, mas lembrou a Ciano que “a Rússia não mais poderia ser excluída de futuras reuniões das potências”. Era a primeira menção à União Soviética, mas não a última.

Finalmente, quando Ciano tentou forçar seu anfitrião a definir-se quanto à data do ataque à Polônia, Hitler respondeu que, em virtude das chuvas de outono, que tornariam inúteis suas divisões blindadas e motorizadas num país de poucas estradas pavimentadas, o “ajuste com a Polônia teria de ser feito de uma forma ou de outra no fim de agosto”. Enfim Ciano possuía a data. Ou a última data possível, pois logo depois Hitler vociferava que, se os poloneses fizessem qualquer nova provocação, ele estava decidido “a atacar a Polônia dentro de 48 horas”. Por conseguinte, acrescentou, “uma ação contra a Polônia deve ser aguardada a qualquer momento”. Essa explosão terminou com as conversações do primeiro dia, ressalvada a promessa de Hitler de pensar sobre as propostas italianas.

Deixou-os em suspense por 24 horas, para no dia seguinte declarar que seria melhor se nenhum comunicado, de qualquer espécie, fosse emitido acerca de suas conversações.* Em virtude do esperado mau tempo no outono, era de decisiva importância primeiramente [disse ele] que, dentro do mais curto prazo possível, a Polônia tornasse suas intenções evidentes. E em segundo lugar, que nenhum novo ato de provocação, de qualquer espécie, seria tolerado pela Alemanha.

** Embora os registros alemães consignem explicitamente que Ciano*

concordou com Hitler "que nenhum comunicado fosse emitido ao final da conversação" os alemães imediatamente traíram seu aliado italiano. A D.N.B., agência alemã oficial de notícias, emitiu um comunicado, duas horas depois da partida de Ciano, sem consulta de qualquer natureza aos italianos, dizendo que a entrevista examinara todos os problemas da atualidade — com especial atenção o de Dantzig — e resultara num acordo completo. A tal ponto, acrescentava o comunicado, que nenhum problema fora deixado em suspenso e, portanto, não haveria novos encontros, pois não havia ocasião para eles. Atolico estava furioso. Protestou perante os alemães, acusando-os de má-fé. Ele avisou Henderson de que a guerra era iminente. E, num despacho raivoso a Roma, descreveu o comunicado como maquiavélico e apontou que isso era deliberadamente feito para amarrar a Itália à Alemanha depois do ataque à Polônia, e pedia que Mussolini fosse firme com Hitler na exigência do cumprimento alemão dos dispositivos de consulta do Pacto de Aço e, nessa base, insistir sobre um mês de prazo para resolver a questão de Dantzig pelos canais diplomáticos.103

Quando Ciano perguntou o que significava “no mais curto prazo possível”, Hitler respondeu: “No mais tardar até o fim de agosto”. Conquanto levasse somente uma quinzena para derrotar a Polônia, explicou ele, “a liquidação final exigiria mais duas ou quatro semanas”, previsão de tempo notável, como se mostrou depois.

Finalizando, Hitler formulou sua costumeira lisonja a Mussolini, embora Ciano deva tê-lo convencido de que não poderia contar com o Duce. Ele pessoalmente sentia-se feliz, declarou, “de viver numa época que, além dele, havia outro estadista vivo que permaneceria na história como uma grande e ímpar figura” Era uma grande felicidade pessoal ser amigo desse homem.

Quando soasse a hora da luta comum, ele sempre se encontraria “ao lado do Duce, acontecesse o que acontecesse”.

Por mais que o empertigado Mussolini pudesse ficar impressionado por tais palavras, o mesmo não ocorria com o seu genro. “Retorno a Roma”, escreveu em seu diário a 13 de agosto, após o segundo encontro com Hitler, “completamente desgostoso com os alemães, com seu líder, com seu modo de fazer as coisas. Eles nos traem e nos mentem. Agora nos arrastam a uma aventura que não desejamos e que pode comprometer não só o regime, mas também a integridade do país”.

Mas a Itália nesse momento era o que menos preocupava Hitler. Seus pensamentos se concentravam na Rússia. No final do encontro com Ciano, a 12

de agosto, um “telegrama de Moscou”, como os registros alemães anotaram, foi entregue ao Führer. A conversação foi interrompida por alguns instantes, enquanto Hitler e Ribbentrop o liam atentamente. Informaram depois a Ciano de seu conteúdo.

“Os russos”, disse Hitler, “concordaram em que um negociador político alemão seja enviado a Moscou”.

██████████ O pacto nazi-soviético

O “telegrama de Moscou”, cujo conteúdo Hitler revelou a Ciano em Obersalzberg na tarde de 12 de agosto, parece ter sido, como certos telegramas anteriores que figuram nesta narrativa, de origem duvidosa. Tal telegrama da capital russa nunca foi encontrado nos arquivos alemães. De fato, exatamente no dia 12, Schulenburg, que estava em Moscou, enviou um telegrama a Berlim, porém se referia apenas à chegada das missões militares franco-britânicas e às saudações amistosas trocadas entre os russos e seus hóspedes.

Mesmo assim, havia algum fundamento no “caso do telegrama” com o qual Hitler e Ribbentrop tentaram impressionar Ciano. A 12 de agosto foi enviada pelo teletipo uma mensagem de Wilhelmstrasse a Obersalzberg, comunicando os resultados de uma chamada que o encarregado soviético fizera a Schnurre em Berlim, nesse dia. Astakhov informou ao funcionário do Ministério do Exterior que Molotov estava pronto para discutir as questões levantadas pelos alemães sobre a Polônia e outras questões políticas. O governo soviético propunha Moscou como sede dessas negociações. Mas, esclareceu Astakhov, elas não deviam ser apressadas. Ele acentuava, observou Schnurre para Obersalzberg, “que a nota predominante nas instruções de Molotov residia na frase ‘pouco a pouco’ (...) As discussões somente deveriam ser empreendidas gradualmente”.¹

Mas Adolf Hitler não podia aguardar pelas negociações com a Rússia “pouco a pouco”. Como acabara de revelar ao abatido Ciano, ele fixara em 1º de setembro a última data possível para o assalto à Polônia. E já estava quase na metade de agosto. Se pretendesse sabotar, com êxito, os entendimentos anglo-franceses com os russos e lançar vitoriosamente seu próprio acordo com Stalin, isto deveria ser feito rapidamente — não por etapas, mas num grande salto.

Segunda-feira, 14 de agosto, foi outro dia crucial. O embaixador von Schulenburg, que evidentemente ainda não conquistara inteiramente a confiança de Hitler e de Ribbentrop, escreveu a Weizsäcker de Moscou, advertindo-o de que Molotov era “um homem estranho e um caráter difícil” e que “ainda sou de opinião que quaisquer medidas apressadas em nossas relações com a União Soviética deviam ser evitadas” No mesmo dia lhe era enviado um telegrama urgentíssimo de Berlim.² Expedido por Ribbentrop, foi despachado da Wilhelmstrasse (o ministro do Exterior ainda se achava em Fuschl) às 22:53h de 14 de agosto. Instruía o embaixador alemão para que procurasse Molotov e lhe lesse uma longa comunicação verbatim.

Era, enfim, a grande oferta de Hitler. As relações germano-soviéticas, disse Ribbentrop, haviam “chegado a um ponto decisivo (...). Não há reais conflitos de

interesses entre a Alemanha e a Rússia (...). Como amigos, os dois países conheceram a prosperidade, como inimigos, porém, só dificuldades”.

A crise que se produziu nas relações germano-polonesas pela política inglesa [Ribbentrop continuou] e as tentativas de uma aliança estreitamente ligada a essa política tornou necessária uma rápida clarificação das relações germano-russas. Em outras circunstâncias, as questões (...) poderiam tomar um rumo que privaria ambos os países da possibilidade de restaurar a amizade germano-russa e, no tempo oportuno, resolver-se, de comum acordo, os problemas territoriais da Europa Oriental. Os governantes dos dois países, portanto, não deveriam permitir que a situação prosseguisse à deriva, mas, ao contrário, deveriam agir no momento oportuno. Seria fatal se a incompreensão ou um mal-entendido os separasse definitivamente.

O ministro do Exterior alemão, “em nome do Führer estava, portanto, preparado para agir no momento adequado.

Como estamos informados, o governo soviético também deseja um esclarecimento das relações germano-russas. Desde que, segundo a experiência anterior, o esclarecimento será alcançado somente pouco a pouco por meio dos canais diplomáticos usuais, acho-me preparado para fazer uma rápida visita a Moscou, a fim de, em nome do Führer, expor ao sr. Stalin os pontos de vista do Führer. Em minha opinião, apenas com essa discussão direta pode ser levada a cabo uma mudança, e não seria impossível por esse meio estabelecer os fundamentos para um ajuste final das relações germano-russas.

O secretário do Exterior inglês nunca tivera vontade de ir a Moscou, e agora o ministro do Exterior alemão estava não só disposto, como também ansioso para ir — contraste que, conforme os nazistas calcularam muito bem, impressionaria o desconfiado Stalin. Os alemães ponderaram que era da maior significação levar sua mensagem até o próprio ditador russo. Ribbentrop, por conseguinte, adicionou um anexo a seu telegrama urgente.

Peço-vos [Ribbentrop aconselhava a Schulenburg] que não entreguem ao sr. Molotov, por escrito, estas instruções, mas que elas alcancem o sr. Stalin da forma mais clara possível e vos autorizo, se a oportunidade se apresentar, a requerer ao sr. Molotov, em meu nome, uma audiência com o sr. Stalin, de modo que possais fazer esta importante comunicação diretamente a ele também. Em aditamento a uma conferência com Molotov, uma discussão pormenorizada com o sr. Stalin seria uma condição para a efetivação de minha viagem.³

A proposta do ministro do Exterior era uma isca tão mal disfarçada que seria percebida pelos russos, segundo calculavam os alemães. Ao reiterar que “não havia questão entre o mar Báltico e o mar Negro que não pudesse ser resolvida com ampla satisfação para ambos os países”, Ribbentrop especificou “os Estados bálticos, a Polônia, as questões do sul, etc.” e falou da necessidade “de estudar em conjunto as questões territoriais da Europa Oriental”.

A Alemanha estava disposta a dividir com a União Soviética a Europa Oriental, incluindo a Polônia. Era uma oferta com a qual a Inglaterra e a França não podiam — e evidentemente, se pudessem, não deviam — competir. E tendo-a formulado, Hitler, aparentemente confiando em que ela não seria recusada, convocou outra vez — no mesmo dia, 14 de agosto — os comandantes de suas forças armadas para ouvir a leitura de seus planos e perspectivas para a guerra.

A conferência militar em Obersalzberg: 14 de agosto.*

** O diário não-publicado do general Halder, chefe do comando geral do exército, é a única fonte encontrada para o sucedido nessa reunião. A primeira anotação é de 14 de agosto de 1939. Halder guardou seu diário em taquígrafia Gabelsberger, sendo um imensamente valioso registro dos mais sigilosos atos militares e políticos da Alemanha nazista de 14 de agosto de 1939 a 24 de setembro de 1942, quando foi demitido de seu posto. Os apontamentos de Obersalzberg consistem em notas taquígráficas de Halder rabiscadas enquanto Hitler falava e um sumário que acrescentara no fim. É estranho que nenhum editor americano ou britânico tenha publicado o diário de Halder. Tivemos acesso à versão escrita por extenso, transcrita pelo próprio Halder, durante a feitura deste livro. A agenda de Hitler confirma a data dessa reunião e acrescenta que, além dos comandantes Brauchitsch, Göring e Räder, o dr. Todt, engenheiro que construiu a muralha ocidental, também se achava presente.*

“O grande drama”, disse Hitler a seus ouvintes selecionados, “está agora atingindo o ápice” Embora êxitos políticos e militares não pudessem ser alcançados sem riscos, ele estava certo de que a Inglaterra e a França não lutariam. Por uma razão: a Inglaterra “não tem líderes de real valor. Os homens que conheci em Munique não são do tipo dos que se empenhem numa nova guerra”. Como nas reuniões anteriores com seus chefes militares, o Führer não afastava seus pensamentos da Inglaterra e falava com grandes pormenores de suas forças e suas debilidades, principalmente das debilidades.

A Inglaterra [Halder anotou suas palavras], ao contrário do que aconteceu em 1914, não cometerá o erro de entrar numa guerra que dure anos (...).

Esta é a sina dos países ricos (...). No momento, a Inglaterra sequer tem dinheiro suficiente para envolver-se numa guerra mundial. Pelo que combateria a Inglaterra? Ninguém caminha para a destruição apenas para auxiliar um aliado.

Que medidas militares, indagou Hitler, poderiam adotar a Inglaterra e a França?

Dirigir-se provavelmente contra a muralha ocidental [respondeu]. Uma ação para o norte, pela Bélgica e a Holanda, não trará rapidamente a vitória. Nada disto ajudaria os poloneses.

Todos estes fatores são contra a entrada da Inglaterra e da França na guerra (...). Não há nada que as obrigue a entrar nela. Os homens de Munique não correriam o risco (...). Os Estados-maiores inglês e francês adotarão um ponto de vista muito sóbrio das perspectivas de um conflito armado e advertirão contra ele (...).

Tudo isso apóia a convicção de que, embora a Inglaterra possa ser arrogante, quer chamando de volta seu embaixador, quer promovendo um completo embargo ao comércio, ela certamente não recorrerá à intervenção armada no conflito.

Assim, provavelmente a Polônia seria abandonada ao seu próprio destino. Mas teria de ser derrotada “dentro de uma semana ou duas”, explicou Hitler, de modo a que o mundo ficasse convencido do colapso e não tentasse salvá-la.

Hitler ainda não estava preparado, nesse dia, para dizer aos generais até que ponto efetuaria um acordo com a Rússia, embora isto os tivesse agradado imensamente, convencidos como estavam de que a Alemanha não poderia lutar numa grande guerra em duas frentes. Disse-lhes, porém, o suficiente para excitar um pouco mais seu apetite.

“A Rússia”, afirmou, “não está nem um pouco disposta a tirar as castanhas do fogo”. Revelou os “contatos esporádicos” com Moscou, os quais tiveram início com as negociações comerciais. Ele agora estava considerando se “um negociador iria a Moscou e se seria uma personalidade importante”. A União Soviética, declarou, não se sentia comprometida, de nenhuma forma, com o Ocidente. Os russos compreendiam a destruição da Polônia, achando-se interessados “numa delimitação das esferas de influência”. O Führer estava “inclinado a encontrá-los no meio do caminho”.

Em toda a volumosa anotação taquigráfica de Halder sobre a reunião, não havia uma única menção de que ele, o chefe do Estado-maior geral do exército, ou o general von Brauchitsch, seu comandante, ou Göring, indagassem da orientação do Führer ao conduzir a Alemanha para um conflito europeu, pois, apesar da certeza do Führer, não era absolutamente certo que a França e a Inglaterra não lutassem, nem que a Rússia ficasse quieta. Na verdade, exatamente uma semana antes, Göring recebera uma advertência direta de que os ingleses combateriam, sem dúvida, se a Alemanha atacasse a Polônia.

No começo de julho, um de seus amigos suecos, Birger Dahlerus, procurara convencê-lo de que a opinião pública inglesa não suportaria nova agressão nazista. E quando o chefe da Luftwaffe expressou suas dúvidas, Birger organizou para ele um encontro privado com um grupo de sete homens de negócios ingleses, a 7 de agosto, em Schleswig-Holstein, perto da fronteira dinamarquesa, onde Birger possuía uma casa. Os ingleses, tanto oralmente como num memorando escrito, fizeram tudo para convencer Göring de que a Inglaterra cumpriria seus compromissos com a Polônia, caso a Alemanha a atacasse. É duvidoso que tenham obtido êxito, embora Dahlerus, mesmo sendo negociante, assim pensasse.* Esse curioso sueco, que iria desempenhar certo papel como pacificador entre a Alemanha e a Inglaterra nas emocionantes semanas seguintes, seguramente possuía altas ligações em Berlim e Londres. Tinha acesso a Downing Street, onde a 20 de julho fora recebido por lorde Halifax com quem discutiu a futura reunião dos negociantes ingleses com Göring; e logo seria convidado para conversar pessoalmente não só com Chamberlain, mas também com Hitler. Embora bem-intencionado em seu empenho de salvar a paz, era ingênuo e, como diplomata, tremendamente inexperiente. Anos depois em Nuremberg, sir David Maxwell-Fyfe, em arrasadoras contra-perguntas levou o intrometido diplomata sueco a admitir, pesarosamente, que fora terrivelmente iludido por Göring e Hitler.⁴

** Dahlerus disse no tribunal de Nuremberg, a 19 de março de 1946, quando se colocou como testemunha de Göring, que o marechal-de-campo assegurara aos negociantes britânicos, "sob palavra de honra", que faria tudo que estivesse a seu alcance para evitar a guerra. Mas o estado de espírito de Göring, nessa época, pode ser mais exatamente analisado numa declaração feita dois dias depois de ter visto os visitantes ingleses. Gabando-se das defesas aéreas da Luftwaffe, ele disse: "O Ruhr não será submetido a uma única bomba. Se um bombardeiro inimigo alcançar o Ruhr, meu nome não será Herman Göring: podem me chamar Meier!"— vangloria de que logo devia arrepender-se.*

E por que o general Halder, que tinha sido o líder mais graduado no complô de

11 meses antes para afastar Hitler não se levantou a 14 de agosto para resistir à determinação do Führer de ir à guerra? Ou, se julgava que era inútil, por que não renovou seus planos de dissuadir o ditador pelos mesmos fundamentos, exatamente como pensara antes da reunião de Munique: de que uma guerra agora seria desastrosa para a Alemanha? Mais tarde, ao ser interrogado em Nuremberg, Halder explicou que, mesmo em meados de agosto de 1939, ele simplesmente não acreditava que Hitler se arriscasse à guerra, apesar de todas as proclamações neste sentido.⁵ Uma anotação no diário, a 15 de agosto, mostra também que Halder, um dia após a reunião com Hitler em Berghof, não acreditava que a França e a Inglaterra tampouco se arriscassem à guerra.

Quanto a Brauchitsch, não era homem que indagasse o que o Führer projetava fazer. Hassell, que a 15 de agosto soube por Gisevius da conferência militar de Obersalzberg, confidenciou ao chefe do exército que estava “absolutamente convencido” de que a Inglaterra e a França interviriam se a Alemanha invadisse a Polônia. “Não pode ser feito com ele”, anotou Hassell, tristemente em seu diário. “Ou ele está temeroso, ou não compreende o que isto tudo significa (...). Nada se deve esperar dos generais (...). Apenas alguns conservam as cabeças lúcidas: Halder, Canaris, Thomas.”⁶

Somente o general Thomas, o brilhante chefe da seção de Economia e Armamentos do OKW, ousava desafiar abertamente Hitler. Alguns dias depois da conferência militar de 14 de agosto, depois de um discussão com os agora grandemente inativos conspiradores Goerdeler, Beck e Schacht, o general Thomas redigiu um memorando e leu-o pessoalmente ao general Keitel, chefe do OKW. Uma guerra-relâmpago e uma paz do mesmo gênero constituíam pura ilusão, afirmou. Um ataque à Polônia carecia de matérias-primas e de reservas alimentares para travá-la. Mas Keitel, cujas únicas ideias eram as que absorvera de Hitler, zombou da própria ideia de uma grande guerra. Disse que a Inglaterra estava demasiado decadente; a França, muito degenerada; e os Estados Unidos por demais desinteressados para lutarem pela Polônia.⁷

E assim que começou a segunda metade de agosto de 1939, os chefes militares alemães levaram adiante seus planos para aniquilar a Polônia e proteger o Reich Ocidental, no caso, aliás, contrário a toda evidência, de as democracias intervirem. Foi secretamente cancelada a 15 de agosto a assembléia anual do partido em Nuremberg, que Hitler a 1º de abril proclamara como a Assembléia de Paz do Partido e que devia ter início na primeira semana de setembro. Duzentos e cinquenta mil homens foram convocados para os exércitos do Ocidente. Ordens de mobilização foram dadas às ferrovias. Planos foram feitos para deslocar o quartel-general do exército para Zossen, a leste de Berlim. E

nesse mesmo dia, 15 de agosto, a marinha informava que os encouraçados de bolso Graf Spee e o Deutschland, e 21 submarinos, estavam prontos para zarpar rumo às suas posições no Atlântico.

A 17 de agosto, o general Halder fez um curioso registro em seu diário: “Canaris combinou com a Seção I [Operações]. Himmler, Heydrich, Obersalzberg: 150 uniformes poloneses com acessórios para a alta Silésia.”

Que significava isso? Somente depois da guerra tornou-se claro. Relacionava-se a um dos mais bizarros incidentes jamais organizados pelos nazistas. Do mesmo modo que Hitler e seus generais, deve-se recordar, tinham pensado em provocar um incidente, tal como o assassinato do ministro alemão, a fim de justificar a invasão da Áustria e da Tchecoslováquia, agora também disso tratavam. À medida que passava o tempo, tramavam um incidente que justificaria perante o mundo, pelo menos em sua opinião, a planejada agressão contra a Polônia.

“Operação Himmler” era o nome do código, e a ideia era extremamente simples e grosseira. Os S.S. simulariam um ataque à estação de rádio alemã em Gleiwitz, perto da fronteira polonesa, utilizando internados condenados do campo de concentração, metidos em uniformes do exército polonês. Dessa forma, a Polônia seria acusada de atacar a Alemanha. No princípio de agosto, o almirante Canaris, chefe do serviço secreto da OKW, recebera uma ordem do próprio Hitler para entregar a Himmler e Heydrich 150 uniformes poloneses e algumas armas leves polonesas. Isto pareceu-lhe um estranho negócio, e a 17 de agosto interpelou o general Keitel sobre o assunto. Embora o chefe de pouca fibra do OKW declarasse que não aprovava “ações dessa natureza”, disse, entretanto, ao almirante, que “nada podia ser feito”, já que a ordem viera do Führer.⁸ Embora contrariado, Canaris obedeceu às instruções e entregou os uniformes a Heydrich.

O chefe do S.D. escolheu para realizar a operação um jovem S.S. veterano do serviço secreto chamado Alfred Helmut Naujocks. Não foi a primeira de tais incumbências dadas a esse misterioso indivíduo, nem seria a última. No início de março de 1939, pouco antes da ocupação da Tchecoslováquia, Naujocks, por instigação de Heydrich, pusera-se a espalhar explosivos na Eslováquia, onde eram empregados, como ele mais tarde atestou, para “criar incidentes”.

Alfred Naujocks era um produto típico da S.S. Gestapo, uma espécie de bandido intelectual. Estudara engenharia na Universidade de Kiel, onde prestara sua primeira prova de desordem com os antinazistas. Certa vez teve o nariz amarrutado pelos comunistas. Unira-se às S.S. em 1931, e foi agregado ao S.D.

desde sua graduação em 1934. Da mesma forma que muitos outros jovens em torno de Heydrich, ele se dedicava ao que era apresentado como atividades intelectuais das S.S. — “história” e “filosofia”, especialmente — enquanto rapidamente se sobressaía como jovem resoluto (Skorzeny era outro) a quem seriam confiados, para realização, os projetos menos saborosos elaborados por Himmler e Heydrich.* A 19 de outubro de 1944, Naujocks desertou para os americanos e, em Nuremberg, um ano mais tarde, fez numerosos depoimentos sob juramento, num dos quais revelou à História a verdade sobre o incidente que Hitler utilizou para justificar seu ataque à Polônia.

Mais ou menos a 10 de agosto de 1939, o chefe do S.D., Heydrich, pessoalmente, deu-me ordem para simular um ataque à estação de rádio perto de Gleiwitz, próximo à fronteira polonesa [Naujocks contou num depoimento assinado em Nuremberg a 20 de novembro de 1945], fazendo parecer que a força atacante era composta de poloneses. Heydrich disse: “São necessárias provas concretas para os ataques dos poloneses, tanto para a imprensa estrangeira quanto para a propaganda alemã” (...). As instruções que recebi eram para tomar a estação de rádio e mantê-la por tempo suficiente para permitir que um alemão conhecedor da língua polonesa fizesse, pelo rádio, um discurso em polonês. Heydrich disse-me que esse discurso afirmaria que chegara o momento para o conflito entre alemães e poloneses (...). Heydrich disse-me também que esperava um ataque da Alemanha à Polônia dentro de alguns dias.

*Dirigi-me para Gleiwitz e lá esperei 14 dias (...). Entre 24 e 31 de agosto fui ver Heinrich Müller, chefe da Gestapo, que estava então perto de Oppeln. Em minha presença, Müller discutiu com um homem chamado Mehlhorn** planos para outro incidente fronteiro, destinado a aparentar que os soldados poloneses atacavam as tropas alemãs (...). Müller declarou que tinha 12 a 13 criminosos condenados que deviam ser vestidos com uniformes poloneses e deixados mortos no local da cena para demonstrar que o foram em combate. Com esta finalidade, deviam receber injeções mortais por um médico aliciado por Heydrich. Também deviam receber ferimentos de metralhadora. Após o incidente, os membros da imprensa e outras pessoas deviam ser conduzidos ao local (...).*

Müller disse-me que tinha ordem de Heydrich para colocar um desses criminosos à minha disposição para o ato de Gleiwitz. O nome em código pelo qual se referia a esses criminosos era Artigos Enlatados.⁹

** Naujocks participara do Incidente de Venlo, que será contado mais adiante. Achava-se envolvido na empresa de introduzir soldados alemães na Holanda e na Bélgica com uniformes de guardas fronteiros, na época da invasão do oeste, em maio de 1940. No princípio da guerra, dirigia uma seção da S.D.*

que forjava passaportes, e desse modo propôs a Operação Bernhard, um plano fantástico para derramar notas falsas na Inglaterra. Heydrich possivelmente cansou-se dele e obrigou-o a servir nas fileiras de um regimento das S.S. na Rússia, onde foi ferido. Em 1944, Naujocks ressurgiu na Bélgica como administrador econômico, mas sua principal tarefa nesse período parece ter sido levar a cabo, na Dinamarca, o assassinato de certo número de membros do movimento de resistência dinamarquês. Provavelmente ele desertou para o exército americano, na Bélgica, a fim de salvar sua cabeça. Teve realmente uma vida fascinante. Preso como criminoso de guerra, escapou dramaticamente de um campo especial, para criminosos de guerra, na Alemanha, em 1946, fugindo dessa forma do julgamento. Até o momento de escrever este trabalho, jamais fora preso ou ouvido. Um relato de sua fuga é feito em Zwischen Krone und Kerker, de Schaumburg-Lippe.

*** O dr. Mehlhorn, o S.S. Oberführer, dirigia a S.D. sob a chefia de Heydrich. Schellenburg, em suas memórias (O labirinto, p. 48-50), conta que Mehlhorn lhe disse a 26 de agosto que fora encarregado de realizar o ataque simulado em Gleiwitz, mas que Mehlhorn escapara dele inventando uma doença. O estômago do dr. Mehlhorn melhorara consideravelmente anos mais tarde. Durante a guerra foi um terrível instigador do terror da Gestapo na Polônia.*

Enquanto Himmler, Heydrich e Müller, sob ordens de Hitler, procuravam com o uso dos Artigos Enlatados criar uma desculpa para a agressão da Alemanha contra a Polônia, o Führer dava seu primeiro passo decisivo no sentido de deslocar suas forças armadas para uma possível grande guerra. A 19 de agosto — outro dia fatídico — foi emitida ordem de partida para a marinha alemã. Vinte e um submarinos receberam ordem para zarpar rumo às posições norte e noroeste das Ilhas Britânicas; o encouraçado de bolso Graf Spee, rumo às águas da costa brasileira e seu irmão, o Deutschland, a tomar uma posição sobre os caminhos das rotas marítimas inglesas no Atlântico Norte.*

** Os submarinos zarparam de 19 a 23 de agosto, o Graf Spee no dia 21 e o Deutschland no dia 24.*

A data da ordem de envio dos navios de guerra para uma possível ação contra a Inglaterra é significativa. Depois de uma cruciante semana de frenéticos apelos de Berlim, a 19 de agosto, o governo soviético deu, finalmente, a Hitler a resposta que ele queria.

As conversações nazi-soviéticas: 15-21 de agosto de 1939

O embaixador von Schulenburg encontrou-se com Molotov às 20h de 15 de

agosto e, como fora instruído, leu-lhe o telegrama urgente de Ribbentrop, declarando que o ministro do Exterior do Reich estava preparado para ir a Moscou a fim de regularizar as relações germano-soviéticas. De acordo com um telegrama “urgentíssimo e secreto” que o enviado alemão expediu para Berlim no fim dessa noite, o comissário do Exterior soviético recebeu a informação “com o maior interesse” e “acolheu calorosamente as intenções alemãs de melhorar as relações com a União Soviética”. Entretanto, hábil diplomata que era, Molotov não deu mostras de estar com pressa. A viagem, como propunha Ribbentrop, ele sugeriu, “requeria preparação adequada, a fim de que a troca de opiniões pudesse conduzir a resultados”.

Que resultados? O esperto russo fez algumas insinuações. Estaria o governo alemão, perguntou, interessado num pacto de não-agressão entre os dois países? Estaria preparado para empregar sua influência com o Japão para melhorar as relações soviético-japonesas e “eliminar os conflitos fronteiriços”? — referência a uma guerra não declarada que tinha reinado todo o verão na fronteira mongol-manchu. — Como se sentiria a Alemanha — Molotov perguntou finalmente — a respeito de uma garantia conjunta dos Estados bálticos?

Todas estas questões, concluiu, “devem ser discutidas em termos concretos, de modo que, ao vir aqui o ministro do Exterior alemão, isso não seja objeto de uma troca de opiniões, mas de tomada de decisões concretas”. E insistiu novamente em que “a preparação adequada dos problemas é indispensável”.¹⁰

Veio dos russos, portanto, a primeira sugestão para um pacto nazi-soviético de não-agressão, no mesmo momento em que negociavam com a França e a Inglaterra para ir à guerra, se necessário, para opor-se a uma eventual agressão alemã.* Hitler achava-se mais que disposto a discutir o pacto “em termos concretos”, desde que sua conclusão mantivesse a Rússia fora da guerra e o capacitasse a atacar a Polónia sem temer a intervenção russa. E, com a Rússia fora do conflito, ele estava convencido de que a Inglaterra e a França esfriariam.

** O governo inglês logo soube disso. A 17 de agosto, Sumner Welles, o subsecretário de Estado dos Estados Unidos, informou ao embaixador inglês em Washington sobre as sugestões de Molotov a Schulenburg. O embaixador americano em Moscou lhe telegrafara no dia anterior, para Washington, e estava profundamente certo. 11 O embaixador Steinhardt vira Molotov a 16 de agosto.*

As sugestões de Molotov eram justamente o que Hitler sonhara. Foram mais específicas e ultrapassaram tudo o que tivesse ousado propor. Havia apenas uma

dificuldade. Com o mês de agosto terminando, ele não podia aguardar o lento ritmo soviético, indicado por insistência do Molotov, sobre “a preparação adequada” para a visita do ministro do Exterior a Moscou. O relatório de Schulenburg a respeito de sua conversação com Molotov foi dado por telefone pela Wilhelmstrasse a Ribbentrop, em Fuschl, às 6:40h do dia 6 de agosto e ele se apressou em cruzar a montanha para procurar uma nova instrução do Führer em Obersalzberg. No início da tarde eles redigiram uma resposta a Molotov, remetida apressadamente, pelo teletipo, a Weizsäcker em Berlim, com ordem para telegrafar urgentíssimo a Moscou.¹²

O ditador nazista aceitava as sugestões soviéticas incondicionalmente. Ribbentrop mandou Schulenburg avistar-se novamente com Molotov e informá-lo

que a Alemanha está preparada para concluir um pacto de não-agressão com a União Soviética e, se o governo soviético assim desejar, um que não seria denunciável por um prazo de 25 anos. Além disto, a Alemanha está pronta a garantir os Estados bálticos em aliança com a União Soviética. Finalmente, acha-se disposta a exercer influência para uma melhoria e consolidação das relações russo-japonesas.

Caía agora toda a simulação de que o governo do Reich não estava apressado em concluir um acordo com Moscou.

O Führer [continuava o telegrama de Ribbentrop] é de opinião que em face da atual situação e da possibilidade da ocorrência, a qualquer dia, de graves acontecimentos (neste ponto disse, por favor, ao sr. Molotov que a Alemanha está decidida a não mais tolerar a provocação polonesa, indefinidamente), um rápido e básico esclarecimento das relações germano-russas e da atitude de cada país diante das questões do momento é desejável.

Estou, por essas razões, preparado para ir de avião a Moscou a qualquer momento depois de sexta-feira, 18 de agosto, a fim de negociar, com plenos poderes delegados pelo Führer, todo o complexo das relações germano-russas e, se a ocasião se apresentar, de assinar os tratados apropriados.

Novamente Ribbentrop acrescentou um anexo com instruções pessoais para seu embaixador.

Peço-vos ler novamente estas instruções, palavra por palavra a Molotov, solicitando opiniões do governo russo e do sr. Stalin imediatamente. De modo inteiramente confidencial, para sua orientação, acrescento que seria de especial interesse para nós se minha viagem a Moscou pudesse acontecer até

o fim desta semana, ou no princípio da próxima.

No alto de sua montanha, no dia seguinte, Hitler e Ribbentrop esperavam impacientemente a resposta de Moscou. Não eram de modo algum instantâneas as comunicações telegráficas entre Berlim e Moscou — estado de coisas que parece não ter sido compreendido na atmosfera rarefeita dos Alpes bávaros. Ao meio-dia de 17 de agosto, Ribbentrop mandava a Schulenburg um telegrama “muito urgente”, pedindo “informação telegráfica, relativa à data marcada para a conferência”.¹³ À hora do jantar o atormentado embaixador respondia, também “urgentíssimo”, que ele somente recebera o telegrama do ministro do Exterior às 23h da noite anterior, sendo, portanto, demasiado tarde para realizar qualquer negócio diplomático e que a primeira coisa que fizera na manhã daquele dia, 17 de agosto, fora marcar um encontro com Molotov para as 20h.¹⁴

Para os frenéticos líderes nazistas o encontro foi uma decepção. Consciente da ansiedade de Hitler e sem dúvida inteiramente conhecedor das razões dela, o comissário do Exterior russo brincava com os alemães, irritando-os e vituperando-os. Molotov, depois que Schulenburg leu-lhe o telegrama de Ribbentrop, não deu muita atenção a ele e apresentou a resposta escrita do governo soviético à primeira comunicação do ministro do Exterior do Reich, de 15 de agosto. A nota explicava, principiando acicamente com uma “recordação da hostilidade anterior” para com a Rússia soviética por parte do governo nazista, “que até muito recentemente o governo soviético se mantinha na presunção de que o governo alemão buscava choques com a União Soviética (...). Basta lembrar o fato de que o governo alemão, por meio do chamado Pacto Anti-Comintern, esforçou-se por criar, como na verdade criou, a frente única de vários Estados contra a União Soviética”. Por esta razão, esclarecia a nota, é que a Rússia “participava da organização de uma frente defensiva contra a agressão [alemã]”.

Se, entretanto, [continuava a nota] o governo alemão se empenha agora numa modificação da política anterior, no sentido de uma verdadeira melhoria nas relações políticas com a União Soviética, o governo soviético somente pode acolher favoravelmente tal modificação, e está, por sua vez, preparado para rever sua política no sentido de uma melhoria nas relações com a Alemanha.

Isto, porém, somente poderá ser alcançado com “passos sérios e práticos” — insistia a nota russa — e não num grande salto, como Ribbentrop propunha.

Que passos?

O primeiro: conclusão de um acordo de comércio e crédito.

O segundo, “para ser adotado pouco depois”: conclusão de um pacto de não-agressão.

Simultaneamente com o segundo passo, os soviéticos reclamavam a “conclusão de um protocolo especial definindo os interesses das partes contratantes nesta ou naquela questão de política exterior”. Em relação à divisão da Europa Oriental pelo menos, isto era mais que uma sugestão, pois Moscou acolhia o ponto de vista alemão quanto à possibilidade de um acordo.

Molotov declarou, com relação à visita de Ribbentrop, que o governo soviético estava “altamente agradecido” com a ideia, “já que a vinda de um político e estadista tão eminente acentuava a seriedade das intenções do governo alemão”. Isto, acrescentou ele, oferecia “um contraste digno de nota com a Inglaterra, que, na pessoa de Strang, enviara somente um funcionário de segunda categoria a Moscou. Entretanto, a viagem do ministro do Exterior alemão exigia minuciosa preparação. O governo soviético não gostaria da publicidade que tal viagem pudesse provocar. Preferia fazer um trabalho prático sem muito espalhafato”.¹⁵

Molotov não mencionou a proposta específica e urgente de Ribbentrop de ir a Moscou até o fim da semana. E Schulenburg, talvez algo desapontado pelo curso da entrevista, não insistiu no assunto.

Ribbentrop insistiu, depois de ter recebido, no dia seguinte, o relatório do embaixador. Hitler, é claro, estava agora em crescente desespero. De seu quartel-general de verão em Obersalzberg foi remetido, na noite de 18 de agosto, um novo telegrama urgentíssimo a Schulenburg, assinado por Ribbentrop. Este telegrama chegou à embaixada alemã em Moscou, às 5:45h do dia 19 e mandava o embaixador “combinar imediatamente outra conversação com Molotov e fazer tudo o que for possível para que se realize sem qualquer demora”. Não havia tempo a perder.

“Peço”, telegrafou Ribbentrop, “que ao sr. Molotov seja dito o seguinte”:

(...) Nós, também, sob circunstâncias normais, estaríamos naturalmente prontos a buscar um realinhamento das relações germano-russas pelos canais diplomáticos e a executá-lo pelos caminhos habituais. Mas a atual e extraordinária situação torna necessário, na opinião do Führer, empregar métodos diferentes, que conduziram a resultados rápidos.

As relações germano-polonesas estão ficando dia a dia mais agudas. Temos de levar em conta que incidentes podem ocorrer a qualquer dia, o que tornaria inevitável a irrupção de um conflito aberto (...). O Führer considera necessário que não sejam tomados de surpresa pelo desencadeamento do conflito germano-polonês, enquanto nos esforçamos por esclarecer as relações germano-russas. Entretanto, ele julga indispensável um esclarecimento prévio, somente para ser capaz de considerar os interesses russos na eventualidade desse conflito, o que seria difícil, naturalmente, sem a clarificação.

O embaixador devia dizer que a “primeira fase” das consultas mencionadas por Molotov, a conclusão do acordo comercial, fora feita em Berlim nesse mesmo dia (18 de agosto) e que agora era tempo de atacar a segunda fase. O ministro do Exterior alemão, para fazer isso, propunha sua “imediata partida para Moscou”, para onde iria “com plenos poderes, autorizado a resolver definitivamente todos os problemas”. Em Moscou, acrescentava Ribbentrop, ele “estaria em posição (...) de levar em boa conta os desejos russos”.

Que desejos? Os alemães já não usavam mais rodeios.

Estaria também em posição [continuava Ribbentrop] de assinar um protocolo especial, regulamentando os interesses de ambas as partes nas questões da política exterior de qualquer gênero. Por exemplo, o ajuste das esferas de influência na zona do Báltico. Tal ajuste, entretanto, só será possível numa entrevista pessoal.

Desta vez o embaixador não deve receber um Não russo.

Por favor, destaque [concluía Ribbentrop] que a política exterior alemã atingiu hoje um ponto histórico (...). Pressione, por favor, pela realização rápida de minha viagem e oponha-se de modo adequado a quaisquer novas objeções russas. Tenha sempre em mente, em conexão com isto, o fato decisivo de que o próximo desencadeamento de um conflito aberto germano-polonês é possível e que nós, portanto, temos o maior interesse em que minha visita a Moscou ocorra imediatamente.16

Dezenove de agosto foi o dia decisivo. A ordem de zarpar para águas inglesas, que seria dada aos submarinos e encouraçados de bolso, estava retirada até que uma palavra viesse de Moscou. Os vasos de guerra teriam de partir logo se quisessem alcançar as posições indicadas de acordo com a data fixada por Hitler para o início da guerra, 1º de setembro — somente 13 dias de prazo. Os dois grandes grupos militares designados para o assalto à Polônia teriam de ser mobilizados imediatamente.

A tensão em Berlim, e especialmente em Obersalzberg, onde Hitler e Ribbentrop esperavam nervosamente a decisão de Moscou, tornava-se quase intolerável. Os despachos e memorandos do Ministério do Exterior, nesse dia, revelavam os sentimentos agitados na Wilhelmstrasse. O dr. Schnurre comunicou que as discussões com os russos sobre o tratado comercial terminaram na noite anterior “com completo acordo”, mas que os soviéticos retardavam a assiná-lo. A assinatura, ele disse, devia acontecer ao meio-dia de 19 de agosto, mas a essa hora os russos telefonaram dizendo que tinham de aguardar instruções de Moscou. “É evidente”, informou Schnurre, “que haviam recebido instruções de Moscou para dilatar a conclusão do tratado por motivos políticos”¹⁷ Ribbentrop telegrafou de Obersalzberg, “urgentíssimo”, a Schulenburg para estar atento, a fim de relatar, por telegrama, qualquer coisa que Molotov diga ou qualquer sinal das “intenções russas”, mas o único despacho recebido do embaixador durante o dia foi o texto de um desmentido da Tass, a agência soviética de notícias, em Moscou, de que as negociações entre a Rússia e as delegações militares anglo-francesas tivessem se tornado complicadas a respeito do Extremo Oriente. Todavia, o desmentido da Tass acrescentava que havia diferenças entre as delegações, mas sobre “matérias completamente diversas”. Era um sinal para Hitler de que ainda havia tempo e esperança.

E em seguida, às 19:10h, chegou o ansiosamente esperado telegrama:

SECRETO

URGENTÍSSIMO

O governo soviético concorda que o ministro do Exterior do Reich venha a Moscou uma semana após a assinatura do acordo econômico. Molotov afirmou que, se a conclusão do acordo econômico se tornar pública amanhã, o ministro do Exterior do Reich poderia vir a Moscou a 26 ou 27 de agosto.

Molotov entregou-me um esboço do pacto de não-agressão.

Um relato pormenorizado das duas conversações que tive hoje com Molotov, o texto do esboço soviético, seguem por telegrama imediatamente.

*Schulenburg*¹⁸

As primeiras conversações no Kremlin, que começaram às 14h do dia 19, e se prolongaram por uma hora, não decorreram muito bem, conforme informou o embaixador. Parecia que os russos não podiam ser forçados a receber o ministro

do Exterior de Hitler. “Molotov persistiu em sua opinião”, telegrafou Schulenburg, “de que no momento era impossível, mesmo aproximadamente, fixar a data da viagem, já que preparativos completos são exigidos (...). A estas razões eu, repetida e vigorosamente, apresentava a necessidade de pressa”. Molotov retrucava que, até o presente, nem sequer o primeiro passo — a conclusão do acordo econômico — fora dado. Primeiramente, o acordo econômico tinha de ser assinado e publicado, para produzir efeitos no exterior. Em seguida, viria a vez do pacto de não-agressão e do protocolo.

“Molotov permaneceu impassível diante dos meus protestos, de modo que a primeira conversação terminou com uma declaração de Molotov de que ele compartilhara comigo os pontos de vista do governo soviético e nada tinha a acrescentar.”

Mas, logo depois, algo seria acrescentado.

“Meia hora após o término da entrevista”, comunicou Schulenburg, “Molotov enviou-me um recado pedindo que o procurasse novamente no Kremlin às 4:30h da tarde. Desculpou-se por causar este incômodo e explicou que fizera um relatório ao governo soviético”. Naquela tarde, o comissário do Exterior entregou ao surpreendido mas feliz embaixador um esboço do pacto de não-agressão e lhe disse que Ribbentrop poderia ir a Moscou em 26 ou 27 de agosto, se o tratado comercial fosse assinado e publicado amanhã.

“Molotov não explicou o motivo”, acrescentou Schulenburg em seu telegrama, “da sua súbita mudança de ideia. Presumo que Stalin interveio”.¹⁹

A pressuposição era indiscutivelmente correta. De acordo com Churchill, a intenção soviética de assinar um pacto com a Alemanha foi anunciada ao Politburo por Stalin, na noite de 19 de agosto.²⁰ Um pouco mais cedo, nesse dia — entre 15h e 16:30h —, fica evidente do despacho de Schulenburg, ele comunicara sua decisão fatal a Molotov.

Exatamente três anos depois, em agosto de 1942, “nas primeiras horas da manhã”, como relatou mais tarde Churchill, o ditador soviético deu ao primeiro-ministro inglês, então numa missão em Moscou, algumas das razões para sua imprudente ação.²¹

Tivemos a impressão [disse Stalin], de que os governos inglês e francês não estavam resolvidos a ir à guerra se a Polônia fosse atacada, mas que esperavam que o alinhamento diplomático da Inglaterra, França e Rússia

deteria Hitler. Estávamos certos de que tal não aconteceria. “Quantas divisões”, Stalin perguntara, “enviará a França contra a Alemanha mobilizada?” A resposta seria: “Perto de cem.” Então indagou: “Quantas enviará a Inglaterra?” A resposta foi: “Duas, e duas mais tarde.” “Ah, duas, e duas mais tarde”, Stalin repetira. “Sabeis”, perguntou ele, “quantas divisões teremos de colocar na frente russa se formos à guerra com a Alemanha?” Houve uma pausa. “Mais de trezentas.”

Em seu despacho, informando o resultado da conversação com Molotov a 19 de agosto, Schulenburg acrescentara que sua tentativa de induzir o comissário do exterior a aceitar uma data mais próxima para a viagem de Ribbentrop a Moscou, “foi infelizmente infrutífera”.

Mas os alemães tinham de torná-la frutífera a todo custo. O programa de invasão da Polônia dependia disto, principalmente a questão referente à possibilidade de atacar antes das chuvas de outono, que já estavam próximas. Se Ribbentrop não fosse recebido em Moscou antes de 26 ou 27 de agosto e, ainda, se os russos criassem obstáculos, como os alemães temiam, a data fixada de 12 de setembro não poderia ser mantida.

Nessa fase crucial, o próprio Adolf Hitler interveio junto a Stalin. Afogando seu orgulho, ele pessoalmente pediu ao ditador soviético, que por tantas vezes e por tanto tempo havia difamado, para receber seu ministro do Exterior em Moscou, imediatamente. Seu telegrama foi remetido precipitadamente a Moscou às 18:45h de domingo, 20 de agosto, exatamente 12 horas depois de receber o de Schulenburg. O Führer instruía o embaixador a entregá-lo imediatamente a Molotov.

Sr. Stalin, Moscou,

*como primeiro passo para a transformação das relações germano-soviéticas acolhi, favorável e sinceramente, a assinatura do novo acordo comercial germano-soviético.**

A conclusão de um pacto de não-agressão com a União Soviética significa para mim o estabelecimento da política alemã por um longo prazo. A Alemanha, desse modo, reenceta um curso político que foi benéfico para ambos os países durante séculos (...).

Aceito o esboço do pacto de não-agressão que seu ministro do Exterior, sr. Molotov, transmitiu, mas considero urgentemente necessário esclarecer as questões ligadas a ele o mais breve possível.

A substância do protocolo suplementar desejado pela União Soviética pode, estou convencido, ser rapidamente acertado se um estadista alemão responsável puder ir a Moscou negociar. De outro modo, o governo do Reich não tem certeza quanto à maneira de ser esclarecido e regulamentado, num curto prazo, o protocolo suplementar.

A tensão entre a Alemanha e a Polônia tornou-se intolerável (...). Qualquer dia pode surgir uma crise. A Alemanha está decidida, doravante, a cuidar dos interesses do Reich por todos os meios à sua disposição. Em minha opinião, é desejável não perder tempo, em face das intenções dos dois Estados de entrar em novas relações um com o outro. Em consequência, proponho novamente que recebais meu ministro do Exterior na terça-feira, 22 de agosto, ou o mais tardar quarta-feira, 23 de agosto. O ministro do Exterior do Reich tem os mais completos poderes para redigir e assinar o pacto de não-agressão tanto como o protocolo. Uma demora maior de um ou dois dias do ministro do Exterior em Moscou é impossível, em vista da situação internacional. Ficaria contente de receber sua breve resposta.

*Adolf Hitler*²²

** Foi assinado em Berlim, às 2h da manhã de 20 de agosto.*

Durante as 24 horas que se seguiram à noite de domingo, 20 de agosto, quando o apelo de Hitler a Stalin saiu pelos fios telegráficos para Moscou, até a noite seguinte, o Führer encontrava-se num estado beirando o colapso, sem poder dormir. No meio da noite ele telefonou a Göring para falar de suas preocupações a respeito da reação de Stalin à sua mensagem e para impacientar-se com as delongas em Moscou. Às 3 horas da manhã do dia 21, o Ministério do Exterior recebeu um telegrama urgentíssimo de Schulenburg dizendo que o de Hitler, do qual Weizsäcker o avisara cedo, ainda não tinha chegado. O embaixador recordou ao ministro do Exterior que “os telegramas oficiais de Berlim a Moscou gastam de quatro a cinco horas, incluindo a diferença de duas horas no fuso horário. Deve-se acrescentar a isto o tempo de decifração”.²³ O ansioso Ribbentrop expediu um telegrama urgente a Schulenburg às 10:15h de segunda-feira, 21 de agosto: “Por favor, faça o máximo para garantir que a viagem se materialize na data prevista.”²⁴ Logo depois do meio-dia, o embaixador avisou Berlim: “Devo avistar-me com Molotov hoje às 15h”.²⁵

Finalmente, às 21:35h, de 21 de agosto, chegou, pelo telégrafo, a Berlim, a resposta de Stalin.

Ao chanceler do Reich Alemão,

A. Hitler:

agradeço vossa carta. Espero que o pacto de não-agressão germano-soviético traga uma melhoria sensível nas relações políticas entre nossos países.

Os povos de nossos países necessitam de relações pacíficas. O assentimento do governo alemão para a conclusão de um pacto de não-agressão fornece a base para a eliminação da tensão política e para o estabelecimento da paz e da colaboração entre nossos países.

O governo soviético deu-me ordem para vos informar que ele concorda com a chegada do sr. von Ribbentrop a Moscou no dia 23.

*J. Stalin*²⁶

Pelo cinismo completo, o ditador nazista encontrara um rival no déspota soviético. Estava agora aberto o caminho para que juntos pusessem os pingos nos is, num dos mais grosseiros ajustes dessa época desprezível.

A resposta de Stalin foi transmitida ao Führer, em Berghof, às 22:30h. Ao contínuo — o autor recorda —, pouco depois das 23h um programa musical do rádio alemão foi subitamente interrompido e uma voz surgiu para anunciar: “O governo do Reich e o governo soviético concordaram em concluir um pacto de não-agressão. O ministro do Reich para os negócios exteriores chegará a Moscou quarta-feira, 23 de agosto, para a conclusão das negociações.”

Assegurando-se por intermédio do próprio Stalin de que a Rússia permaneceria em neutralidade amistosa, Hitler, no dia seguinte, 22 de agosto, convocou mais uma vez seus altos comandantes militares a Obersalzberg, doutrinando-os sobre sua própria grandeza e sobre a necessidade de efetuar a guerra brutalmente e sem piedade. Avisou-os de que provavelmente ordenaria o ataque à Polônia dentro de quatro dias, até sábado, 26 de agosto, seis dias antes da data prevista. Stalin, o inimigo mortal do Führer, tornara isso possível.

A conferência militar de 22 de agosto de 1939

Os generais encontraram Hitler num dos seus dias mais arrogantes e intratáveis.* “Eu os chamei”, disse-lhes, “para dar um quadro da situação política, a fim de que possam ter alguma compreensão dos fatores individuais sobre os quais baseei minha irrevogável decisão de agir, e também para fortalecer sua confiança. Depois disso, discutiremos os pormenores militares”.

“Antes de tudo”, disse ele, “existem duas considerações pessoais”:

Minha própria personalidade e a de Mussolini.

Essencialmente tudo depende de mim, de minha existência, em virtude de meus talentos políticos. Além disto, o fato de que provavelmente ninguém terá jamais, novamente, a confiança de todo o povo alemão, como eu tenho. Possivelmente nunca haverá um homem com mais autoridade que eu. Minha existência é, portanto, um fator de grande valor. Mas posso ser eliminado a qualquer momento por um criminoso ou um lunático.

O segundo fator pessoal é o Duce. Sua existência é também decisiva. Se algo lhe acontecer, não será mais segura a lealdade da Itália à aliança. A Corte italiana é fundamentalmente oposta ao Duce.

** Nenhuma ata oficial foi tomada da arenga de Hitler, mas diversos registros, dois deles feitos por oficiais de alta patente com notas traçadas rapidamente na reunião, vieram à luz. Um pelo almirante Hermann Böhm, chefe da Esquadra de Alto-Mar, foi apresentado em Nuremberg na defesa do almirante Räder e foi publicado no original alemão no TMWC, XLI, p. 16-25. O general Halder tomou volumosas notas em sua singular taquigrafia Gabelsberger, e uma tradução inglesa de assentamento de seu diário de 23 de agosto acha-se publicada no DGFP, VII, p. 557-9. O principal documento da sessão, usado pela promotoria como prova no tribunal de Nuremberg, foi um memorando não assinado em dois capítulos, dos arquivos do OKW, que foram capturados pelas tropas americanas em Saalfelden, no Tirol austriaco. Acha-se impresso em tradução inglesa, no VGA, III, p. 581-6 (Documento de Nuremberg, 798-PS), 665-6 (D.N. 1014-PS.) e também no DGFP, VII, p. 200-6. O texto original em alemão do memorando em duas partes está, naturalmente, nos volumes TMWC Apresenta a linguagem de Hitler de forma um tanto mais viva que a do almirante Böhm e do general Halder. Mas todas as três versões são semelhantes no conteúdo e não deixam dúvida de sua autenticidade. Houve dúvida em Nuremberg acerca de um quarto relato do discurso de Hitler, arquivado com D.N.C-3 (NCA, VII, p. 752-4). E embora fosse feita referência a ele no processo, a promotoria não lhe deu crédito. Ainda que indiscutivelmente pareça verdadeiro, pode ter sido um pouco enfeitado por pessoas que não estiveram presentes à reunião de Berghof. Cooperando na reconstituição das observações de Hitler, utilizei os registros de Böhm e Halder e o memorando não assinado e apresentado como prova em Nuremberg.*

Franco também era uma ajuda, assegurando a “neutralidade benevolente” da Espanha. Quanto “ao outro lado”, asseverou a seus ouvintes, “não há nenhuma personalidade notável na Inglaterra ou na França”.

O demoníaco ditador devaneou, por um período calculado em várias horas, quebrado somente pelo almoço tardio, não havendo nenhuma evidência, nos registros, de que um único general, almirante, ou comandante da força aérea ousasse interrompê-lo para duvidar da sua opinião ou mesmo para contestar suas mentiras. Disse que, na primavera, tomara sua decisão de que um conflito com a Polônia seria inevitável, mas pensara, a princípio, voltar-se contra o Ocidente. Neste caso, entretanto, tornou-se claro para ele que a Polônia atacaria a Alemanha. Por conseguinte, ela deveria ser liquidada logo.

O momento para fazer a guerra, de qualquer forma, chegara.

Para nós é fácil tomar a decisão. Nada temos a perder, só a ganhar. Nossa situação econômica é tal que não poderemos nos manter mais do que alguns anos. Göring pode confirmar isto. Não temos outra saída, devemos agir (...).

Além do fator pessoal, a situação política nos é favorável. No Mediterrâneo, rivalidade entre a Itália, a França e a Inglaterra; no Oriente, tensão (...). A Inglaterra está em grande perigo. A posição da França se deteriorou igualmente. Declina a taxa de natalidade (...). A Iugoslávia carrega o germe do colapso (...). A Romênia está cada vez mais fraca (...). Desde a morte de Kemal, a Turquia tem sido governada por espíritos insignificantes, homens fracos e instáveis.

Todas estas circunstâncias afortunadas não prevalecerão daqui a dois ou três anos. Ninguém sabe por quanto tempo viverei. Portanto, o embate deve dar-se agora, e não daqui a quatro ou cinco anos, época em que talvez não fosse prudente travá-lo.

Tal a ardente argumentação do líder nazista.

Julgava “altamente provável” que o Ocidente não lutaria, mas o risco, entretanto, tinha de ser aceito. Ocupando o Reno, quando os generais queriam recuar, tomando a Áustria, os Sudetos e o restante da Tchecoslováquia — não havia ele se arriscado? “Aníbal em Canas; Frederico, o Grande, em Leuthen; e Hindenburg e Ludendorff em Tannenberg”, disse ele, “pegaram as oportunidades. Agora, portanto, devemos correr os riscos que só podem ser superados por determinação férrea”. Não deve haver fraquezas.

Tem sido prejudicial que alemães recalcitrantes, em altos postos, falem e escrevam aos ingleses, depois da solução da questão tcheca. O Führer conseguiu seu objetivo quando vocês perderam o controle dos nervos e se renderam bastante cedo.

Halder, Witzleben e Thomas, e talvez outros generais que participaram da conspiração de Munique, em face disso, devem ter estremecido. Hitler evidentemente conhecia mais do que eles supunham.

De qualquer forma, chegara a hora para que todos revelassem suas qualidades de luta. Recordou-lhes que criara a Grande Alemanha, “por meio do blefe político”. Tornava-se necessário agora “experimentar a máquina militar”. O exército deve provar uma verdadeira batalha antes do “grande e definitivo combate no oeste”. A Polônia oferecia tal oportunidade.

Retornando à Inglaterra e à França:

O Ocidente tem apenas duas possibilidades de lutar contra nós:

1. O bloqueio: não será eficaz por causa de nossa auto-suficiência e de nossas fontes de ajuda no leste.

2. O ataque do Ocidente da Linha Maginot. Considero isto impossível. Outra possibilidade é a violação da neutralidade holandesa, belga e suíça. A Inglaterra e a França não violarão a neutralidade desses países. Na realidade, eles não podem ajudar a Polônia.

A guerra poderia ser longa?

Ninguém espera uma guerra prolongada. Se Herr von Brauchitsch me dissesse que eu necessitaria de quatro anos para conquistar a Polônia, teria replicado: neste caso, sequer devemos iniciar o combate. Não tem sentido dizer que a Inglaterra deseja uma guerra longa.

Tendo disposto, a seu bel-prazer, pelo menos, da Polônia, da Inglaterra e da França, Hitler apresentou seu grande trunfo. Voltou à Rússia.

O inimigo tinha outra esperança: que a Rússia se voltasse contra nós depois da conquista da Polônia. Não contava com a minha grande força de vontade. Nossos inimigos são vermes insignificantes. Eu os vi em Munique.

Estava convencido de que Stalin não aceitaria a oferta inglesa. Só um otimismo cego podia acreditar que Stalin seria tão idiota a ponto de não ver as intenções britânicas. A Rússia não tem interesse em sustentar a Polônia (...). A demissão de Litvinov foi decisiva. Soou-me como um tiro de canhão, como sinal da mudança de Moscou em face das potências ocidentais.

Gradualmente levei a cabo a mudança em relação à Rússia. Em conexão com o tratado comercial conseguimos conversações políticas. Finalmente veio dos russos uma proposta para um tratado de não-agressão.

Há quatro dias tomei uma medida especial, que levou a Rússia a anunciar, ontem, que estava pronta para assinar. Estabelecemos contato pessoal com Stalin. Depois de amanhã Ribbentrop concluirá o tratado. A Polónia agora se encontra na posição em que eu a queria (...). Demos início à destruição da hegemonia da Inglaterra. Disse que fiz os preparativos políticos, o caminho está franqueado ao soldado.

O caminho estaria franqueado aos soldados, isto é, se Chamberlain não se apresentasse com outro Munique. “Temo somente”, disse Hitler a seus guerreiros, “que algum Schweinehund (cão sarnento) venha propor a mediação”.

A essa altura, a reunião interrompeu-se para o almoço, não antes que Göring expressasse agradecimentos ao Führer pela indicação do caminho e assegurasse que as forças armadas cumpririam o seu dever.*

** De acordo com o relato do D.N.C.-3 (ver nota de rodapé da p. 694-5), Göring pulou sobre a mesa e fez "juramentos sangüinários e promessas sangrentas. Dançava como um selvagem. Os poucos que duvidavam ficaram em silêncio". Tal descrição irritou enormemente Göring num interrogatório em Nuremberg, de 28 para 29 de agosto de 1945. "Contesto o fato de que eu estivesse sobre a mesa", disse Göring.*

"Quero que saibam que o discurso foi proferido numa grande sala da casa particular de Hitler Não tinha o costume de pular sobre as mesas em residências particulares. Teria sido uma atitude completamente incompatível com a de um oficial alemão."

"Bem, o fato é que aplaudistes depois do discurso, não foi?"— disse neste ponto, o inquiridor americano, coronel John H. Amen.

Göring retrucou: "Sim, mas não sobre a mesa."27

Hitler dedicou a preleção da tarde principalmente para animar seus chefes militares e procurar fortalecê-los para a tarefa que tinham à frente. As anotações rudimentares dos três registros da palestra indicam sua natureza.

Determinação férrea de nossa parte. Não recuar de nenhuma forma. Todos devem sustentar a opinião de que estamos decididos a lutar contra as potências ocidentais, firmemente, desde o início. Luta de vida ou morte (...).

Um longo período de paz não nos faria nenhum bem (...). Uma conduta valorosa (...). Temos os melhores homens (...). São mais fracos do lado de lá (...). A nação entrou em colapso em 1918 porque os requisitos espirituais foram insuficientes. Frederico, o Grande, resistiu por causa de sua força moral.

Tem prioridade a destruição da Polônia. O objetivo é eliminar as forças ativas e não alcançar uma linha definitiva. Mesmo se a guerra irromper no Ocidente a destruição da Polônia continua o objetivo primacial. Em virtude do clima, uma rápida decisão.

Darei um argumento propagandístico para o começo da guerra — não se preocupem se é plausível ou não. Além do mais, ao vencedor não se perguntará se disse a verdade. Na guerra não são os direitos que contam, mas a vitória.

Não se apiedem. Atuem brutalmente! Oitenta milhões de pessoas devem obter aquilo que é de seu direito (...). O mais forte tem razão (...). Sejam duros e implacáveis! Revigorem-se contra todo sinal de compaixão! (...) Quem quer que tenha refletido sobre a ordem das coisas sabe que a essência do mundo reside no domínio dos melhores por meio da força (...).

O Führer, que tinha chegado gradualmente a um admirável impulso de fúria teutônica, depois de proferir tais exortações nietzscheanas, acalmou-se e transmitiu algumas diretivas para a campanha que se avizinhava. A rapidez era essencial. Ele tinha “fé inabalável” no soldado alemão. Se sobreviesse alguma crise, seria somente devido à perda do controle pelos comandantes. A primeira tarefa era introduzir cunhas a sudeste do Vístula, e ao norte do Narew e do Vístula. As operações militares, insistia, não devem ser influenciadas pelo que se possa fazer com a Polônia depois de sua derrota. Quanto a isto ele era vago. A nova fronteira alemã, disse, seria baseada em “princípios sólidos”. Possivelmente constituiria um pequeno Estado-tampão polonês entre a Alemanha e a Rússia.

A ordem para o começo das hostilidades, concluiu Hitler, seria dada mais tarde, provavelmente pelo sábado de manhã, 26 de agosto.

No dia seguinte (dia 23), o general Halder, depois de uma reunião com os chefes de seção do OKW, anotou em seu diário: “Dia Y fixado definitivamente para 26 (sábado).”

O impasse em Moscou

As conversações militares em Moscou entre as democracias ocidentais e a União Soviética, em meados de agosto, chegaram a uma virtual paralisação. A intransigência dos poloneses foi grandemente responsável por isto. Recordaremos que as missões militares anglo-francesas, depois de tomarem um navio vagaroso para Leningrado, chegaram a Moscou a 11 de agosto, uma semana depois, exatamente, de o frustrado sr. Strang ter deixado a capital russa, evidentemente aliviado por ter de entregar aos generais e almirantes a difícil e ingrata tarefa de procurar negociar com os russos.*

** "Uma experiência humilhante" classificou-a Strang num despacho para o Ministério do Exterior, a 20 de julho.28*

Um convênio militar tinha de ser agora elaborado precipitadamente. Tal convênio devia apresentar de forma pormenorizada e exatamente como, onde e com que se poderia enfrentar a força armada nazista. Mas, como revelam²⁹ as atas confidenciais inglesas das frequentes conversações militares e os relatórios dos negociadores ingleses, a equipe militar anglo-francesa fora enviada a Moscou para discutir não minúcias, mas de preferência "princípios gerais". Entretanto, os russos insistiam em tratar imediatamente de questões concretas, específicas e — na opinião dos Aliados — espinhosas. E a resposta de Voroshilov à declaração Aliada de princípios feita na primeira reunião pelo general Doumenc foi de que ela era "por demais abstrata e imaterial e não obrigava ninguém a fazer nada (...). Não nos reunimos aqui", afirmou friamente, "para fazer declarações abstratas, mas para elaborar uma convenção militar completa".

O marechal soviético colocou algumas questões concretas: havia algum tratado que definisse qual seria a ação da Polónia? Qual o número de tropas inglesas que poderiam reforçar o exército francês na irrupção da guerra? Que faria a Bélgica? As respostas não foram tranquilizadoras. Doumenc disse que não tinha conhecimento dos planos poloneses. O general Heywood respondeu que os ingleses pensavam num "primeiro contingente de 16 divisões, prontas para o serviço nos períodos iniciais da guerra, logo seguidas por um segundo contingente de 16 divisões". Pressionado por Voroshilov a revelar que quantidade de tropas inglesas ali estariam imediatamente logo depois da irrupção da guerra, Heywood replicou: "No momento há cinco divisões regulares e uma divisão mecanizada na Inglaterra."

Para os russos esses algarismos insignificantes foram uma surpresa desagradável, pois estavam preparados, disseram, para despejar 120 divisões de infantaria contra um agressor no Ocidente no instante em que irrompessem as

hostilidades.

Quanto à Bélgica, o general Doumenc respondeu à pergunta russa dizendo que “as tropas francesas não podiam entrar, a menos e até que fossem solicitadas, mas a França está disposta a atender a qualquer apelo”.

Esta resposta levou à questão crucial que os ingleses e franceses estiveram ansiosos por evitar. O marechal Voroshilov insistiu, durante a mesma reunião e novamente na sessão crítica de 14 de agosto, que a questão fundamental era saber se a Polônia estava disposta a permitir que as tropas soviéticas entrassem em seu território para enfrentar os alemães. Do contrário, como poderiam os Aliados impedir que o exército alemão invadisse rapidamente a Polônia? No dia 14, ele perguntou especificamente: “Os Estados-maiores gerais francês e inglês julgam que o Exército Vermelho pode cruzar a Polônia, particularmente pelo passo do Vilna e da Galícia, a fim de entrar em contato com o inimigo?”

Era a questão de fundo. Os russos, como Seeds telegrafou a Londres, tinham agora

levantado o problema fundamental. Disso dependeria o êxito ou o fracasso das conversações militares. E constituía, na verdade, o centro de todas as nossas dificuldades desde o início das conversações políticas, notadamente como alcançar qualquer acordo frutífero com a União Soviética enquanto seus vizinhos mantivessem uma espécie de boicote, que será rompido (...) quando for demasiado tarde.

Se a questão fosse levantada — e como se poderia evitar que o fosse? — o almirante Drax fora instruído pelo governo inglês sobre a maneira de tratá-la. As instruções, reveladas nos documentos confidenciais ingleses, parecem de inacreditável ingenuidade quando lidas hoje. “A linha da argumentação” que devia adotar em face da recusa da Polônia e Romênia, “inclusive de considerarem planos para uma cooperação possível”, foi:

Uma invasão da Polónia e da Roménia alteraria grandemente seu ponto de vista. Além disso, seria muitíssimo desvantajoso para a Rússia que a Alemanha pudesse ocupar uma posição diretamente na fronteira russa (...). É no próprio interesse da Rússia, portanto, que ela devia ter planos para auxiliar tanto a Polónia como a Roménia no caso de serem invadidas.

Se os russos propusessem que os governos inglês e francês formulassem propostas envolvendo a cooperação dos poloneses, romenos e países bálticos com o governo soviético ou o Estado-maior geral, a delegação não se

incumbiria delas, mas as submeteriam a seus países.

E assim fizeram.

Voroshilov, na sessão de 14 de agosto, reclamou “respostas diretas” às suas perguntas. Disse que “sem uma resposta exata e inequívoca, a continuação das conversações militares seria inútil (...). A missão militar soviética”, acrescentou, “não pode recomendar a seu governo participar de uma empresa tão claramente condenada ao fracasso”.

O general Gamelin aconselhou ao general Doumenc, de Paris, a procurar afastar os russos do assunto. Mas não podiam esquivar-se.³⁰

A reunião de 14 de agosto, como relatou mais tarde o general Doumenc, foi dramática. Os delegados ingleses e franceses estavam encurralados e sabiam. Tentaram a saída da melhor forma possível. Drax e Doumenc asseveraram que os poloneses e os romenos pediriam ajuda aos russos assim que fossem atacados. Doumenc confiava que eles “implorariam ao marechal para apoiá-los”. Drax julgava que era inconcebível que eles não pedissem auxílio soviético. E acrescentou, não muito diplomaticamente, parece, que “se eles não solicitassem ajuda quando necessária e permitissem a invasão, devia-se esperar que se transformassem em províncias alemãs”. Isto era o que os russos menos desejavam, pois significava a presença dos exércitos nazistas nas fronteiras soviéticas, fazendo Voroshilov uma referência especial à observação infeliz do almirante.

Os constringidos representantes anglo-franceses argumentaram, finalmente, que Voroshilov levantara questões políticas que não eram da competência deles. Drax declarou que, uma vez que a Polônia era um Estado soberano, seu governo teria primeiramente de sancionar a entrada das tropas russas. Mas, já que isto era um assunto político, devia ser regulado pelos governos. E sugeriu que o governo soviético formulasse suas perguntas ao governo polonês. A delegação russa concordou que esta era uma questão política, mas insistiu que os governos francês e inglês deviam fazer as perguntas para os poloneses e pressioná-los para que compreendessem.

Estavam os russos, em face dos entendimentos com os alemães nesse momento, negociando de boa-fé com os representantes militares anglo-franceses? Ou como os Ministérios do Exterior inglês e francês, para não mencionar o almirante Drax, mais tarde concluíram, insistiam no direito de movimentar suas tropas pela Polônia simplesmente para paralisar as

conversações até que verificassem se podiam fazer uma barganha com Hitler?*

** A ordem cronológica é importante. Molotov não recebeu a proposta nazista de que Ribbentrop fosse a Moscou até a noite de 15 de agosto. (Ver p. 683-4). E embora não a aceitasse definitivamente, insinuou que a Rússia estaria interessada num pacto de não-agressão com a Alemanha, o que naturalmente tornaria a negociação de uma aliança militar com a França e a Inglaterra supérflua. A melhor conclusão a que este autor pode chegar é que, a 14 de agosto, quando Voroshilov reclamava "uma resposta categórica" para a questão da permissão para as tropas soviéticas enfrentarem as tropas alemãs na Polónia, o Kremlin ainda estava em dúvida sobre o partido a tomar. Infelizmente não foram publicados os documentos russos que esclareceriam esta questão decisiva. Seja como for, Stalin parece ter tomado sua decisão final só na tarde de 19 de agosto. (Ver p. 693-4).*

Revelam fontes confidenciais francesas e inglesas que a princípio os Aliados ocidentais pensavam que a delegação militar soviética estivesse não só negociando de boa-fé, mas também desempenhando de modo bastante sério sua função. Depois de dois dias de conversações do Estado-maior, o embaixador Seeds, a 13 de agosto, telegrafou a Londres que os chefes militares russos pareciam realmente “dispostos a negociar”. Em consequência, as instruções do almirante Drax para “ir muito devagar” foram modificadas, e a 15 de agosto lhe foi dito pelo governo inglês para apoiar Doumenc na condução das conversações militares para uma conclusão rápida. Foram parcialmente levantadas as restrições de não confiar informações militares sigilosas aos russos.

Diferentemente das instruções originais do almirante inglês para demorar-se, as fornecidas pessoalmente pelo premier Daladier ao general Doumenc foram para tentar concluir um convênio militar com a Rússia o mais breve possível. A despeito dos temores de indiscrições, Doumenc, no segundo dia das reuniões, confiara aos russos “cifras tão altamente secretas”, conforme as classificou, sobre o poderio do exército francês, que os delegados soviéticos prometeram esquecer assim que a reunião terminasse.

Em 17 de agosto, depois que ele e Drax esperaram inutilmente, durante três dias, pelas instruções de seus governos, quanto à forma de responder à questão polonesa, o general Doumenc telegrafou a Paris: “A URSS quer um pacto militar (...). Não pretende aceitar nenhum pedaço de papel sem garantias substanciais. O marechal Voroshilov afirmou que todos os problemas (...) seriam atacados sem dificuldades assim que a chamada questão crucial fosse ajustada”. Doumenc insistiu com veemência que Paris pressionasse Varsóvia a aceitar o auxílio soviético.

Ao contrário da crença amplamente difundida nessa época, tanto em Moscou como nas capitais ocidentais, de que os governos francês e inglês nada fizeram para induzir os poloneses a concordar em que as tropas soviéticas enfrentassem as alemães em solo polonês, fica claro dos documentos recentemente tornados públicos que Londres e Paris foram bem longe — mas não o suficiente. Fica igualmente claro que os poloneses reagiram com inacreditável estupidez.³¹

A 18 de agosto, depois que a primeira tentativa anglo-francesa foi realizada em Varsóvia para abrir os olhos dos poloneses, o ministro do Exterior, Beck, disse ao embaixador francês Léon Noël que os russos “não tinham qualquer valor militar”. E o general Stachiewicz, chefe do Estado-maior geral polonês apoiou-o, declarando que ele verificara “não ver benefício em ser conquistado pelas tropas do Exército Vermelho, operando na Polônia”.

No dia seguinte, tanto o embaixador francês como o inglês viram Beck novamente e instaram com ele para concordar com a proposta russa. O ministro do Exterior polonês criou obstáculos, mas prometeu dar-lhes uma resposta formal no dia seguinte. A démarche anglo-francesa em Varsóvia foi feita como resultado de uma conversa, no começo do dia 19 em Paris, entre Bonnet, ministro do Exterior francês, e o encarregado de negócios inglês. O arquiapaziguador de Hitler, para certa surpresa dos ingleses, estava agora completamente excitado ante a perspectiva de perder a Rússia como aliada por causa da teimosia dos poloneses.

Seria desastroso [disse-lhe Bonnet] se, em consequência de uma recusa polonesa, as negociações russas fossem rompidas (...). Era uma atitude injustificável dos poloneses recusar a única ajuda imediata e eficaz que lhes podia ser levada na eventualidade de um ataque alemão. Os governos francês e britânico ficariam em posição delicada se tivessem de pedir a seus respectivos povos para ir à guerra em defesa da Polónia, que tinha recusado tal ajuda.

Se assim ocorreu — e não há dúvida que foi — por que então os governos francês e inglês não fizeram nesse momento crucial uma pressão suprema sobre Varsóvia, dizendo-lhe simplesmente que, a menos que o governo polonês concordasse em aceitar o auxílio russo, a Inglaterra e a França podiam não ver utilidade alguma em ir à guerra para ajudar a Polónia? Ainda não havia sido assinado o tratado formal de segurança mútua anglo-polonês. Não podia ser estabelecida condição da conclusão desse pacto a aceitação, por Varsóvia, do apoio militar russo?*

* *Oyod George, a 3 de abril, num discurso na Câmara dos Comuns — quatro*

dias depois da garantia unilateral de Chamberlain à Polónia ter sido anunciada — , insistira com o governo inglês para que tal condição fosse preenchida. "Se marcharmos sem a ajuda da Rússia, caminhamos para uma armadilha. É o único país cujo exército pode chegar lá [à Polónia] (...). Não compreendo por que, antes de nos comprometermos nessa empresa tremenda, não asseguramos, de antemão, a adesão da Rússia (...). Se os russos não forem admitidos nessa questão por causa de certos sentimentos dos poloneses de não os quererem nela, então devemos ditar as nossas condições. E se os poloneses não estiverem dispostos a aceitar as únicas condições pelas quais temos possibilidades de ajudá-los, a responsabilidade deve ser deles."

Bonnet sugeriu isto na conversa com o encarregado britânico em Paris, a 19 de agosto. Mas o governo inglês não viu com bons olhos tal manobra, como foi classificada por Downing Street. A tal extremo Chamberlain e Halifax não iriam.

Na manhã de 20 de agosto o chefe do Estado-maior polonês informou ao adido militar inglês em Varsóvia “que em nenhum caso concordariam com a admissão de tropas soviéticas na Polónia”. E nessa noite Beck rejeitou formalmente a solicitação anglo-francesa. Na mesma noite, Halifax, pelo seu embaixador em Varsóvia, porfiou com o ministro do Exterior polonês para reconsiderar, solicitando, em termos enérgicos, que os poloneses estavam arruinando as conversações militares em Moscovo. Mas Beck estava empedernido. “Não admito que possa haver qualquer espécie de discussão com quem quer que seja relacionada com o uso de parte de nosso território por tropas estrangeiras”, disse ele ao embaixador francês. “Nós não fizemos um acordo militar com a URSS. Não o queremos”, acrescentou.

O premier Daladier, desesperado ante tal exibição de cega obstinação por parte do governo polonês, de acordo com um relato que deu à Assembléia Constituinte francesa a 18 de julho de 1946, tomou o assunto em suas próprias mãos.

Depois de mais um apelo para que os poloneses fossem realistas, ele telegrafou ao general Doumenc na manhã do dia 21 de agosto, autorizando-o a assinar um convênio militar com a Rússia nos melhores termos que pudesse alcançar, com a ressalva, entretanto, de que devia ser aprovado pelo governo francês. O embaixador francês, Paul-Émile Naggiar, ao mesmo tempo recebeu instruções de Bonnet, de acordo com posterior relato dele, para dizer a Molotov que a França concordava, “em princípio”, com a passagem das tropas soviéticas pela Polónia, se os alemães atacassem.

Apenas um gesto ocioso, visto que os poloneses não concordavam — e, como

vimos, um gesto fútil em face do estado dos entendimentos russo-alemães. Doumenc só recebeu o telegrama de Daladier no fim da noite de 21 de agosto. Quando levou-o ao exame de Voroshilov na noite do dia seguinte — véspera da partida de Ribbentrop para Moscou —, o marechal soviético estava profundamente cético. Pediu para ver a autorização do general francês dizendo — como Doumenc dissera — que o governo francês lhe dera poderes para assinar um pacto militar, permitindo a passagem de tropas russas pela Polônia. Doumenc evidentemente recusou. Voroshilov logo quis saber qual era a resposta do governo inglês e se havia sido obtido o consentimento da Polônia. Houve perguntas embaraçosas e Doumenc simplesmente respondeu que não possuía informações.

Mas nem as perguntas nem as respostas tinham então qualquer fundamento. Foram postas tarde demais. Ribbentrop já estava a caminho de Moscou. A viagem fora anunciada publicamente na véspera, à noite, bem como sua finalidade: concluir um pacto de não-agressão entre a Alemanha nazista e a União Soviética.

Voroshilov, que parece ter sentido uma genuína simpatia pelo general francês, procurou gentilmente fazê-lo saber que seus contatos estavam prestes a terminar.

Receio uma coisa [disse Voroshilov]. Os franceses e ingleses permitiram que as discussões políticas e militares se arrastassem por muito tempo. Daí porque não devemos excluir a possibilidade, durante este período, de certos acontecimentos políticos.*

** Voroshilov, sob a desculpa de que ele e seus colegas estariam atarefados com as manobras de outono, na sessão dos delegados militares da manhã anterior, 21 de agosto, pedira o adiamento indefinido das conversações. O marechal respondeu aos protestos anglo-franceses pela delonga: "As intenções da delegação soviética eram, e ainda são, de chegar a um acordo sobre a organização da cooperação militar das forças armadas das três partes (...). Não tendo uma fronteira comum com a Alemanha, a URSS pode prestar auxílio à França, à Inglaterra, à Polônia e à Romênia somente sob a condição de que sejam dados direitos às suas tropas de passagem pelos territórios polonês e romeno (...). As forças soviéticas não podem cooperar com as forças armadas da Inglaterra e da França se elas não forem admitidas nos territórios (...). A delegação militar soviética não pode imaginar como os governos e os Estados-maiores gerais da Inglaterra e da França, enviando suas missões à URSS (...), não lhes houvessem dado quaisquer diretivas sobre matéria tão elementar (...). Isto somente serve para provar que há razões para duvidar de seu desejo de chegar a uma cooperação séria e efetiva com a URSS."*

Era fundada a lógica da argumentação militar do general e o malogro do governo francês e, especialmente, do inglês para respondê-la, revelou-se desastroso. Mas repetir isto — com todo o resto da declaração — nesta data tardia, 21 de agosto, quando Voroshilov não podia ignorar a decisão de Stalin de 19 de agosto, era capcioso.

Ribbentrop em Moscou: 23 de agosto de 1939

Esses ‘certos acontecimentos políticos’ agora aconteciam.

Ribbentrop partiu de avião para Moscou a 22 de agosto, armado, por escrito, de todos os poderes de Hitler para concluir um tratado de não-agressão “e outros acordos” com a União Soviética, que se tornariam efetivos tão logo fossem assinados. A enorme delegação alemã passou a noite em Königsberg, na Prússia Oriental, onde o ministro do Exterior nazista, segundo o sr. Schmidt, trabalhou toda a noite, telefonando constantemente para Berlim e Berchtesgaden e fazendo copiosas notas para suas conversações com Stalin e Molotov.

Os dois grandes aviões-transporte Condor conduzindo a delegação alemã chegaram a Moscou ao meio-dia de 23 de agosto e, depois de rápida refeição na embaixada, Ribbentrop saiu apressadamente para o Kremlin a fim de encontrar-se com o ditador soviético e seu comissário do Exterior. O primeiro encontro demorou três horas e, como Ribbentrop avisou a Hitler por telegrama urgentíssimo, foi bom para os alemães.³² A julgar pelo despacho do ministro do Exterior, não havia obstáculos para alcançar um acordo sobre os termos de um pacto de não-agressão, que conservaria a União Soviética fora da guerra. Informou que a única dificuldade era perfeitamente insignificante, a relacionada com a divisão dos espólios. Os russos, disse, estavam exigindo que a Alemanha reconhecesse os pequenos portos de Libau e Windau, na Letônia, “como estando em sua esfera de interesse”. Já que toda a Letônia devia ser colocada no lado soviético da linha divisória de interesses das duas potências, essas reivindicações não apresentavam problema, e Hitler concordou rapidamente. Depois da primeira conferência Ribbentrop também avisou o Führer de que “é prevista a assinatura de um protocolo secreto sobre a delimitação das mútuas esferas de interesse em toda a Zona Central”.

O conjunto dos trabalhos — o tratado de não-agressão e o protocolo secreto — foi assinado no Kremlin, numa segunda reunião mais tarde, na mesma noite.

Tão facilmente haviam os russos e alemães chegado a um acordo, que essa festiva sessão, que se prolongou até as primeiras horas da manhã seguinte, foi em

sua maior parte tomada, não por qualquer barganha difícil, mas com uma calorosa e amistosa discussão da situação mundial, país por país, e com os inevitáveis e efusivos brindes costumeiros nas reuniões de gala no Kremlin. Um memorando secreto alemão de um membro da delegação germânica recordou a cena incrível.³³

Ribbentrop deu respostas vivas e tranquilizadoras às perguntas de Stalin sobre as ambições dos parceiros da Alemanha, a Itália e o Japão. O ditador soviético e o ministro do Exterior nazista, que agora estava em sua melhor forma, puseram-se imediatamente de acordo em relação à Inglaterra. Stalin confiou a seu hóspede que a missão militar inglesa em Moscou “nunca dissera ao governo soviético o que realmente queria”. Ribbentrop respondeu salientando que a Inglaterra sempre tentara romper as boas relações entre a Alemanha e a União Soviética. Vangloriou-se: “A Inglaterra está fraca e deseja que os outros lutem por seu direito presunçoso de dominar o mundo.”

Disse o memorando alemão que “Stalin concordou vivamente” e observou: “Se a Inglaterra dominou o mundo, isto se deve à estupidez dos demais países que se deixaram enganar.”

A essa altura, o governante soviético e o ministro do Exterior de Hitler davam-se tão esplendidamente bem que a menção do Pacto Anti-Comintern não mais os embaraçava. Ribbentrop explicou-lhe que o pacto tinha sido dirigido não contra a Rússia, mas contra as democracias ocidentais. Stalin interpôs-se para observar que “o anti-Comintern tinha com efeito assustado principalmente a Cidade de Londres [isto é, os financistas britânicos] e os lojistas ingleses”.

Ribbentrop sentia-se em tão boa disposição ante a maneira acolhedora de Stalin que nessa situação, inclusive, tentou dizer um gracejo ou dois — coisa notável nesse homem tão desprovido de humor.

O ministro do Exterior do Reich [continua o memorando] observou jocosamente que o sr. Stalin estava por certo menos assustado pelo Pacto Anti-Comintern que a Cidade de Londres e os lojistas ingleses. De como o povo alemão julgava essa questão, estava evidenciado num gracejo, surgido entre os berlinenses, bem conhecidos por seu espírito e humor, de que Stalin ainda se uniria ao Pacto Anti-Comintern.

Finalmente, o ministro do Exterior nazista frisou a maneira calorosa com que o povo alemão acolheu o entendimento com a Rússia. “O sr. Stalin respondeu”, diz o registro alemão, “que ele realmente acreditava nisso. Os alemães desejavam a

paz”.

A charlatanice piorava à medida que se sucediam os brindes.

O sr. Stalin espontaneamente propôs um brinde ao Führer.

“Sei quanto a nação alemã ama o seu Führer. Por conseguinte, gostaria de beber à sua saúde.”

O sr. Molotov bebeu à saúde do ministro do Exterior do Reich (...). Os srs. Molotov e Stalin beberam repetidamente em honra do pacto de não-agressão, da nova era das relações germano-russas e da nação germânica.

Por sua vez o ministro do Exterior do Reich propôs um brinde ao sr. Stalin, brindes ao governo soviético e ao desenvolvimento favorável das relações entre a Alemanha e a União Soviética.

E não obstante tão calorosas manifestações entre aqueles que até recentemente haviam sido inimigos mortais, Stalin parece ter tido algumas reservas mentais acerca da manutenção do pacto pelos nazistas. Assim que Ribbentrop saiu, afastou-o para o lado e disse: “O governo soviético adota muito seriamente o novo pacto e pode garantir sob palavra de honra que a União Soviética não trairá seu parceiro.”

Que haviam assinado os novos parceiros?

O tratado publicado continha a promessa de que nenhuma potência atacaria a outra. Caso uma delas viesse a ser “alvo de ação beligerante” de uma terceira potência, a outra parte não podia “de nenhuma forma emprestar seu apoio a essa terceira potência”. Tanto a Alemanha como a Rússia não podiam “unir-se a qualquer grupo de potências que visasse direta ou indiretamente a outra parte”.*

** A redação dos artigos essenciais é quase idêntica à de um esboço soviético que Molotov entregou a Schulenburg a 19 de agosto e que Hitler, em seu telegrama a Stalin, disse que aceitava. O esboço russo especificara que o tratado de não-agressão podia ser válido apenas se um "protocolo especial" fosse assinado simultaneamente e ficasse como parte integrante do pacto.³⁴*

Um preâmbulo bombástico que Ribbentrop queria inserir acentuando a constituição das relações de amizade soviético-alemãs, segundo Friedrich Gaus, que participou da reunião noturna, foi retirado por insistência de Stalin. O ditador soviético lamentava que "o governo soviético não pudesse de

repente apresentar garantias públicas de amizade, depois que fora coberto durante seis anos com baldes de estrume pelo governo nazista".35

Dessa forma, Hitler conseguiu especificamente o que queria: um acordo imediato pelo qual a União Soviética não se juntaria à Inglaterra e à França no caso de elas honrarem suas obrigações contratuais e irem em ajuda à Polônia se ela fosse atacada.*

** O artigo VII permitia que o tratado entrasse em vigor imediatamente depois de assinado. A ratificação pelos dois Estados totalitários era certamente uma formalidade. Mas levaria alguns dias. Hitler insistira nesta cláusula.*

O preço pago estava registrado no Protocolo Adicional Secreto ao tratado:

Os plenipotenciários abaixo-assinados, por ocasião da assinatura do tratado de não-agressão entre a Alemanha e a União Soviética, discutiram em conversações estritamente confidenciais a questão da delimitação de suas esferas de interesse na Europa Ocidental.

1. No caso de uma transformação territorial e política nos territórios pertencentes aos Estados bálticos (Finlândia, Letônia e Lituânia), a fronteira ao norte da Lituânia representará a fronteira das esferas de interesse tanto da Alemanha como da URSS.

2. No caso de uma transformação política e territorial dos territórios pertencentes ao Estado polonês, as esferas de interesse quer da Alemanha como da URSS serão limitadas aproximadamente pela linha dos rios Narew, Vístula e San.

Quanto ao interesse de manter um Estado polonês independente e de como as fronteiras deste Estado seriam traçadas, podem ser definitivamente determinadas somente no curso dos futuros acontecimentos políticos.

Em qualquer caso, ambos os governos resolverão esta questão por meio de um entendimento amistoso.

Como no tempo dos reis alemães e dos imperadores russos, mais uma vez a Alemanha e a Rússia acertaram a partilha da Polônia. E Hitler deixou livres as mãos de Stalin no Báltico Oriental.

Na Europa Sul-Oriental, finalmente, os russos salientaram seu interesse na Bessarábia, que a União Soviética perdera para a Romênia em 1919. E os alemães manifestaram desinteresse por esse território — concessão que mais

tarde foi lamentada por Ribbentrop.

“Este protocolo”, concluía o documento, “será considerado por ambas as partes estritamente secreto”.³⁶

De fato, seu conteúdo tornou-se conhecido somente depois da guerra, devido à captura dos arquivos secretos alemães.

No dia seguinte, 24 de agosto, enquanto o jubiloso Ribbentrop voava de volta a Berlim, as missões militares Aliadas em Moscou pediam para ver Voroshilov. Na verdade, o almirante Drax enviara uma carta urgente ao marechal, requerendo sua opinião sobre a continuação das conversações.

A uma hora da tarde do dia seguinte, Voroshilov deu-a aos especialistas militares franceses e ingleses. “Em virtude da mudança da situação política”, dizia, “não se oferece nenhuma finalidade útil à continuação das conversações”.

Dois anos mais tarde, quando as tropas alemãs se espalhavam pela Rússia, violando o pacto, Stalin ainda justificaria seu odioso acordo com Hitler, feito pelas costas das delegações militares anglo-francesas que foram negociar em Moscou. “Asseguramos a paz para nosso país por um ano e meio”, vangloriou-se ao dirigir-se pelo rádio ao povo russo a 3 de julho de 1941, “bem como a oportunidade de preparar nossas forças para a defesa, se a Alemanha se arriscasse a atacar nosso país em desafio ao pacto. Esta foi uma vantagem real para nosso país e uma perda para a Alemanha fascista”.

Mas era? A questão tem sido debatida desde então. É claro que o tratado secreto e sórdido deu a Stalin o mesmo alento para respirar — *peredyshka* — que o czar Alexandre I conseguira de Napoleão em Tilsit, em 1807, e Lenin dos alemães em Brest Litovskí, em 1917. Por um breve lapso de tempo este acordo também deu à União Soviética uma posição defensiva avançada contra a Alemanha para além das fronteiras russas de então, incluindo bases nos Estados bálticos e na Finlândia, à custa dos poloneses, dos letões, dos estonianos e dos finlandeses. E o mais importante de tudo, como a História da diplomacia (oficial) soviética mais tarde salientou, ele assegurou ao Kremlin que, se a Rússia fosse atacada pela Alemanha, as democracias ocidentais estar iam já irremediavelmente comprometidas contra o Terceiro Reich e a União Soviética não ficaria só contra a poderosa Alemanha, como Stalin temia por todo o verão de 1939.

Indiscutivelmente tudo isso é verdade. Mas há o outro lado do argumento. Na

época em que Hitler voltou-se para atacar a Rússia, os exércitos da Polônia, da França e da força expedicionária britânica no continente tinham sido destruídos, e a Alemanha possuía os recursos de toda a Europa para utilizar e nenhuma frente ocidental para atar suas mãos. Durante 1941, 1942 e 1943 Stalin queixava-se amargamente de que não havia uma segunda frente na Europa contra a Alemanha, e a Rússia foi forçada a suportar o impacto e conter quase todo o exército alemão. Em 1939-40 havia uma frente ocidental para desviar as forças alemãs. E a Polônia não teria sido varrida numa quinzena se os russos a tivessem apoiado ao invés de apunhalá-la pelas costas. Além disto, podia não ter havido nenhuma guerra se Hitler soubesse que devia enfrentar tanto a Rússia quanto a Polônia, a Inglaterra e a França. A julgar pelos depoimentos em Nuremberg, até mesmo os politicamente tímidos generais alemães podiam ter feito finca-pé contra a entrada numa guerra para combater tão formidável coalizão. No fim de maio, segundo o embaixador francês em Berlim, tanto Keitel quanto Brauchitsch advertiram Hitler de que a Alemanha possuía pouca chance de ganhar uma guerra em que a Rússia participasse do lado inimigo.

Nenhum estadista, nem mesmo os ditadores, podem predizer o curso dos acontecimentos a longo prazo. Stalin foi extremamente calculista ao fazer o acordo, mas, na opinião de Churchill, tais cálculos não conseguiram captar plenamente a realidade.³⁷ A primeira e primordial consideração de Stalin, como a de qualquer outro chefe de governo, era a segurança de seu país. No verão de 1939, ele estava convencido, como disse a Churchill mais tarde, de que Hitler iria à guerra. Decidiu que a Rússia não devia ser posta na perigosa situação de ter de enfrentar sozinha o exército alemão. Se uma forte aliança com o Ocidente se afigurava impossível, então por que não voltar-se para Hitler, que repentinamente estava batendo à sua porta?

No fim de julho de 1939, Stalin se tornara convencido, é claro, não somente de que a França e a Inglaterra não queriam uma aliança firme, mas também que o objetivo do governo de Chamberlain na Inglaterra era induzir Hitler a fazer suas guerras na Europa Oriental. Stalin duvidava que a Inglaterra honrasse sua garantia à Polônia de uma forma melhor do que a França mantivera suas obrigações com a Tchecoslováquia. E tudo o que ocorrera no Ocidente nos últimos dois anos tendia a aumentar sua desconfiança: a rejeição por Chamberlain das propostas soviéticas, depois do Anschluss e depois da ocupação nazista da Tchecoslováquia, no sentido de traçar planos para deter a nova agressão nazista; o apaziguamento de Hitler em Munique, por Chamberlain, assunto do qual a Rússia fora excluída; as delongas e hesitações de Chamberlain em negociar uma aliança defensiva contra a Alemanha, como registraram os dias funestos do verão de 1939.

Uma coisa era certa para todos, menos para Chamberlain: a bancarrota da diplomacia anglo-francesa, que cedera e vacilara onde quer que Hitler fizesse um movimento, era agora completa.* As duas democracias ocidentais haviam retrocedido passo a passo: quando Hitler desafiou-as ao declarar a conscrição em 1935, quando ocupou a Romênia em 1936, quando tomou a Áustria em 1938 e no mesmo ano exigiu e conseguiu os Sudetos; e tinham permanecido passivas quando ele ocupou o resto da Tchecoslováquia em março de 1939. Com a União Soviética ao seu lado, as democracias ocidentais ainda podiam ter dissuadido o ditador alemão de lançar a guerra, ou se isto falhasse, derrotá-lo firme e rapidamente num conflito armado. Mas elas haviam permitido que esta última oportunidade lhes escapasse das mãos.** Agora, no tempo pior e nas piores circunstâncias, comprometeram-se a ir em socorro da Polônia quando ela fosse atacada.

** E da diplomacia polonesa também. O embaixador Noël comunicou a reação do ministro do Exterior Beck ante a assinatura do pacto nazi-soviético, num despacho para Paris: "Beck está completamente sereno e não parece ter a menor preocupação. Acredita que, em essência, pouco mudou."*

*** Apesar de muitos avisos, de como vimos, que Hitler cortejava o Kremlin. A 1º de junho, Coulondre, embaixador francês em Berlim, informara a Bonnet que a Rússia aparecia mais e mais nos pensamentos de Hitler. Coulondre escreveu: "Hitler se arriscará à guerra se não tiver de lutar com a Rússia. Por outro lado, se souber que tem de lutar contra ela, recuará antes de expor seu país, seu partido e a si mesmo à ruína." O embaixador insistia pela rápida conclusão das negociações anglo-francesas em Moscou e advertia Paris que o embaixador inglês em Berlim fizera apelo similar para seu governo em Londres. (Livro amarelo francês, ed. francesa, p. 180-1).*

Tanto Coulondre como Henderson viram Weizsäcker no Ministério do Exterior a 15 de agosto. O embaixador inglês avisou a Londres de que o secretário de Estado confiava que a União Soviética "juntar-se-ia finalmente à partilha dos despojos poloneses". (Livro azul britânico, p. 91.) E Coulondre, depois de sua conversa com Weizsäcker, telegrafou a Paris: "É necessário a todo custo chegar a alguma solução das conversações com a Rússia, tão cedo quanto possível." (Livro amarelo francês, p. 282).

Laurence Steinhardt, embaixador americano em Moscou, por todos os meses de junho e julho tinha também enviado avisos sobre um próximo acordo soviético-nazista, que o presidente Roosevelt passou às embaixadas britânica, francesa e polonesa. Já a 5 de julho, quando o embaixador soviético Constantine Oumansky saiu em licença para a Rússia, levou consigo uma mensagem de Roosevelt a Stalin, "de que, se seu governo se unisse a Hitler, era tão certo como a noite segue o dia que, assim que Hitler conquistasse a

França, ele se voltaria contra a Rússia". (Mission to Moscou, p. 450, de Joseph E. Davies). A advertência do presidente foi mandada por telegrama a Steinhardt, com instruções para repeti-la a Molotov, o que o embaixador fez a 16 de agosto. (Documentos diplomáticos dos EUA., 1939, 1, p. 296-9.)

As recriminações em Paris e Londres contra a duplicidade de Stalin foram clamorosas e amargas. O déspota soviético gritara durante anos contra "as feras fascistas" e conclamara todas as nações amantes da paz a se unirem para deter a agressão nazista. Agora se transformara num cúmplice dela. O Kremlin podia argumentar, como fez, que a União Soviética apenas tinha realizado o que a Inglaterra e a França fizeram um ano antes em Munique: comprar a paz e o tempo para armar-se contra a Alemanha à custa de um pequeno Estado. Se Chamberlain era justo e honrado ao apaziguar Hitler em setembro de 1938, sacrificando a Tchecoslováquia, Stalin era injusto e desonrado ao apaziguar o Führer um ano depois à custa da Polônia, que se esquivara de qualquer forma de ajuda soviética?

Não foi conhecido além de Berlim e Moscou o acordo secreto e cínico de Stalin com Hitler para dividir a Polônia e obter mãos livres para tragar a Letônia, a Estônia, a Finlândia e a Bessarábia. Mas logo ficaria evidente pelos atos soviéticos, e chocaria a maior parte do mundo. Os russos podem afirmar, como fazem, que eles somente se reapossaram de territórios que foram tomados deles ao fim da Grande Guerra. Mas os povos dessas terras não eram russos e não tinham manifestado desejo de retornar à Rússia. Somente a força, que os soviéticos se abstiveram de usar durante o apogeu de Litvinov, podia fazê-los regressar.

Desde a formação da Liga das Nações a União Soviética construíra uma certa força moral como campeã da paz e líder da resistência à agressão fascista. Agora essa moral de primeira ordem fora totalmente dissipada.

Sobretudo pela anuência de uma tratativa falsa com a Alemanha nazista, Stalin dera o sinal para o começo de uma guerra que quase com certeza se desdobraria num conflito mundial. Isso, naturalmente, ele sabia.* Em vista das consequências, foi o maior erro de sua vida.

** Anos antes, Hitler escrevera profeticamente em Minha Luta: "O próprio fato da conclusão de uma aliança com a Rússia concretiza um plano para a futura guerra. Seu resultado será o fim da Alemanha." (Ver p. 660 da edição Houghton Mifflin, 1943.)*

Os últimos dias de paz

O governo inglês não ficara aguardando passivamente pela assinatura do pacto nazi-soviético em Moscou. Ao ser anunciado em Berlim, tarde da noite do dia 21 de agosto, que Ribbentrop voava para Moscou a fim de concluir um acordo germano-russo, o gabinete inglês passou à ação. Reuniu-se às 15h de 22 de agosto e emitiu um comunicado declarando categoricamente que o pacto de não-agressão nazi-soviético “em nada afetaria sua obrigação para com a Polônia, repetidamente afirmada em público e que estava disposto a cumprir”. Concomitantemente, o parlamento foi convocado para reunir-se a 24 de agosto a fim de aprovar a Lei dos Poderes de Emergência (Defesa). E foram tomadas certas medidas acauteladoras.

Embora a declaração do gabinete fosse a mais clara possível, Chamberlain quis que Hitler não ficasse em dúvida, e logo depois da reunião do gabinete escreveu uma carta pessoal ao Führer.

(...) Aparentemente o anúncio do acordo germano-soviético é tomado em algumas fontes, em Berlim, para indicar que a intervenção da Inglaterra, em nome da Polônia, não significa mais que uma contingência a ser levada em conta. Maior erro não poderia haver. Qualquer que seja a natureza do acordo germano-soviético, ele não alterará o compromisso da Inglaterra para com a Polônia (...).

Alega-se que, se o governo de Sua Majestade tornasse clara sua posição em 1914, a grande catástrofe teria sido evitada. Existisse ou não qualquer verdade nessa alegação, o governo de Sua Majestade está decidido, desta vez, a que não haja tal equívoco.

Está resolvido e preparado, se o caso apresentar-se, a empregar sem demora todas as forças sob seu comando. E é impossível prever o fim das hostilidades uma vez iniciadas (...)

Tendo, como acrescentou, “tornado perfeitamente clara sua posição”, o primeiro-ministro novamente apelou para Hitler a fim de encontrar uma solução pacífica de suas divergências com a Polônia e mais uma vez ofereceu a colaboração do governo britânico para ajudar a obtê-la.

A carta, que o embaixador Henderson, vindo de Berlim, entregou a Hitler, em Berchtesgaden, logo depois de 13h de 23 de agosto, encolerizou profundamente o ditador nazista. Henderson telegrafou a Halifax que “Hitler estava excitado e intratável. Sua linguagem era violenta e exagerada, tanto em relação à Inglaterra como à Polônia”.² O relatório de Henderson e o memorando do Ministério do

Exterior alemão (este encontrado entre os documentos nazistas capturados) confirmam a diatribe de Hitler. A Inglaterra, explodiu, era responsável pela intransigência da Polônia, exatamente como fora pela atitude incompreensível da Tchecoslováquia um ano antes. Dezenas de milhares de Volksdeutsche na Polônia estavam sendo perseguidos, tendo havido até, clamava ele, seis casos de castração, assunto que o obcecava. Não mais o admitiria. A qualquer nova perseguição dos alemães pelos poloneses ele agiria imediatamente.

Contestei ponto por ponto [telegrafou Henderson a Halifax] e afirmei que suas declarações eram inexatas; mas o único resultado foi lançá-lo em nova diatribe.

Hitler, afinal, concordou em responder, por escrito, à carta do primeiro-ministro dentro de duas horas e Henderson retirou-se para uma pausa em Salzburgo.* No fim da tarde chamou-o para entregar-lhe sua resposta. Contrariamente à primeira reunião, o Führer, segundo Henderson, “estava completamente calmo e jamais ergueu a voz”.

Disse ele que tinha [informou Henderson] 50 anos de idade e preferia a guerra agora do que quando tivesse 55 ou 60.

** "Mal fechara a porta ao embaixador" anotou mais tarde Weizsäcker, que estava presente, "Hitler dava palmadas em sua coxa, ria e dizia: 'Chamberlain não conseguirá sobreviver a esta conversação; seu gabinete cairá esta noite.'" (Memórias, Weizsäcker, p. 203).*

A megalomania do ditador alemão, declamando do alto de sua montanha, revelou-se muito mais nos registros alemães da reunião. Depois de citá-lo como tendo preferido fazer a guerra aos 50 anos do que mais tarde, aditam os registros:

A Inglaterra [disse Hitler] faria bem em compreender que ele, como soldado da linha de frente, sabia o que era a guerra e utilizaria todos os meios possíveis. Estava completamente claro para todos que a Grande Guerra (isto é, a de 1914-18) não seria perdida se ele fosse chanceler na época.

A resposta de Hitler a Chamberlain foi uma mistura de todas as velhas mentiras e dos exageros que estivera gritando aos estrangeiros e a seu próprio povo desde que os poloneses ousaram enfrentá-lo. Disse que a Alemanha não procurava um conflito com a Inglaterra e sempre estivera preparado para discutir as questões de Dantzig e do Corredor com os poloneses, “na base de uma proposta de magnanimidade verdadeiramente sem paralelo”. Mas a garantia incondicional à Polônia por parte da Inglaterra somente estimulara os poloneses

“a desatar uma onda de terrorismo estarrecedor contra 1,5 milhão de habitantes alemães que viviam na Polônia”. Declarou que “tais atrocidades são terríveis para as vítimas como também intoleráveis para uma grande potência como o Reich alemão”. A Alemanha não devia mais tolerá-las.

Finalmente ele anotou a afirmação do primeiro-ministro de que a Inglaterra honraria seus compromissos para com a Polônia e assegurou-lhe “que ele não pode modificar a determinação do governo do Reich de salvaguardar os interesses do Reich (...). Se a Alemanha for atacada pela Inglaterra, ela a encontrará preparada e determinada”.³

A que tinha levado essa troca de correspondência? Agora Hitler tinha uma garantia solene de Chamberlain de que a Inglaterra iria à guerra se a Alemanha agredisse a Polônia. O primeiro-ministro obteve a palavra do Führer de que isso não faria diferença. Mas, como os acontecimentos dos próximos e emocionantes oito dias revelariam, em 23 de agosto nenhum homem acreditava que o adversário se ateriasse às suas últimas declarações.

Isso foi particularmente verdadeiro para Hitler. Estimulado pelas boas-novas de Moscou e confiante que, a despeito do que Chamberlain acabava de escrever-lhe, a Inglaterra e, em sua vigília, a França, teriam segundas intenções acerca do cumprimento de seus compromissos com a Polônia após a defecção da Rússia, o Führer, nessa noite de 23 de agosto, assim que Henderson voava de volta a Berlim, assentou a data para o assalto à Polônia: sábado, 26 de agosto, às 4:30h.

“Não haverá mais ordens relacionadas com o Dia Y e a Hora X”, indicou em seu diário o general Halder. “*Tudo correrá automaticamente.*”

Mas o chefe do Estado-maior geral do exército estava errado. Dois acontecimentos ocorridos a 25 de agosto fizeram Adolf Hitler recuar do abismo, menos de 24 horas antes do momento marcado para irromper pela fronteira polonesa. Um, acontecido em Londres, e o outro, em Roma.

Na manhã de 25 de agosto, Hitler, que no dia anterior retornara a Berlim para dar as boas-vindas a Ribbentrop já de volta de Moscou e receber uma informação de primeira mão sobre os russos, expediu uma carta a Mussolini. Continha uma longa explanação quanto às razões de não ter sido capaz de manter seu sócio do Eixo informado de suas negociações com a União Soviética. (Disse que não tinha ideia de que fossem tão longe e tão rapidamente). E declarou que o pacto russo-alemão “deve ser considerado como o maior benefício possível para o Eixo”

Mas o propósito real da carta, cujo texto está entre os documentos capturados, foi avisar o Duce de que o ataque alemão à Polônia podia ocorrer a qualquer momento, embora Hitler se abstivesse de dar ao amigo e aliado a data exata que fixara. “Caso ocorram acontecimentos intoleráveis na Polônia”, disse, “agirei imediatamente (...) Nestas circunstâncias, ninguém pode saber o que trarão as próximas horas.” Hitler não pediu especificamente ajuda à Itália. Devia ser, pelos termos da aliança italo-alemã, automática. Contentou-se em expressar a esperança pela compreensão da Itália.⁴ Não obstante, ficou ansioso por uma resposta imediata. Ribbentrop telefonou o texto da carta ao embaixador alemão em Roma, que alcançou o Duce às 15:20h.

Entremetidos (às 13:30h), o Führer recebera o embaixador Henderson na chancelaria. Sua resolução de aniquilar a Polônia não diminuiria de nenhuma forma, mas estava mais sequioso do que há dois dias, quando em Berchtesgaden conversara com Henderson, para fazer uma última tentativa de conservar a Inglaterra fora da guerra.* O embaixador encontrou o Führer, como relatou a Londres absolutamente calmo e normal, falando com grande convicção e sinceridade”. A despeito de toda sua experiência do ano passado, Henderson não podia, mesmo neste último momento, ver toda a “sinceridade” do líder alemão, porquanto tudo que Hitler tinha a dizer era completamente disparatado. “Aceitava” o império britânico, disse ao embaixador, e estava pronto a “garantir-lhe, pessoalmente, a continuação de sua existência e a empenhar nesse sentido o poder do Reich alemão”.

Ele desejava [explicou Hitler] fazer uma proposta à Inglaterra, que podia ser tão decisiva quanto a que fora feita à Rússia (...) O Führer se dispunha a concluir um acordo com a Inglaterra, que garantiria não somente a existência do império britânico em todas as circunstâncias que se relacionassem com a Alemanha, mas também asseguraria, se necessário, ao império britânico, a assistência alemã, onde quer que fosse necessária.

** De conformidade com Erich Kordt (Wahn und Wirklichkeit, p. 192), Hitler estava tão animado por seu triunfo em Moscou que na manhã de 25 de agosto perguntou ao seu serviço de imprensa por notícias de crises de gabinete em Paris e Londres. Pensava que ambos os governos deviam cair. Ficou derreado ao lhe dizerem dos discursos firmes de Chamberlain e Halifax, no parlamento, no dia anterior.*

Estaria igualmente preparado, acrescentou, “a aceitar uma limitação razoável dos armamentos” e considerar as fronteiras ocidentais do Reich como definitivas. Nessa altura, segundo Henderson, Hitler caiu numa típica exibição de sentimentalismo barato, embora o embaixador não a descrevesse como tal ao

relatar o fato em seu despacho para Londres. O Führer afirmou

que era por natureza um artista, não um político, e, desde que a questão polonesa fosse regulada, terminaria sua vida como artista e não como fomentador de guerras.

Mas o ditador terminou com outra nota.

O Führer repetiu [conforme depoimento verbal, registrado pelos alemães para Henderson] que é um homem de grandes decisões (...) e que essa é sua última oferta. Se o governo inglês rejeitar essas ideias, haverá guerra.

Hitler insistentemente indicava, no curso da entrevista, que sua “oferta grandemente compreensiva” para a Inglaterra, como a descrevia, estava sujeita a uma condição: que se tornasse efetiva apenas “depois da solução do problema germano-polonês”. Quando Henderson continuou repisando que a Inglaterra não consideraria sua oferta, a menos que significasse ao mesmo tempo um ajuste pacífico com a Polônia, Hitler replicou: “Se julga minha oferta inútil, então não a envie absolutamente.”

Entretanto, mal o embaixador retornara à embaixada, a poucos passos da chancelaria, na Wilhelmstrasse, já o dr. Schmidt batia à porta com a cópia escrita das observações de Hitler — com enormes corrigendas — acompanhada de uma mensagem do Führer, pedindo a Henderson para solicitar ao governo britânico “que levasse muito a sério o oferecimento” e sugerindo que ele próprio voasse a Londres com ela, para o que poria um avião alemão à sua disposição.⁵

Raras vezes foi tão fácil, como os leitores que conhecem este livro estão conscientes, penetrar no estranho e fantástico funcionamento do cérebro febril de Hitler. Sua ridícula oferta, de 25 de agosto, para garantir o império britânico, era uma confusão de espírito momentânea, pois ele não a havia mencionado dois dias antes ao discutir a carta de Chamberlain com Henderson e de redigir a resposta. Mesmo tolerando as observações do ditador, é difícil acreditar que ele próprio a tomasse tão seriamente ao apresentá-la ao embaixador britânico. Além disso, como podia o governo inglês, na forma que requeria, ser solicitado a aceitá-la “muito seriamente”, quando Chamberlain mal teria tempo de lê-la, já que os exércitos nazistas se arremessariam pela Polônia ao alvorecer dessa manhã — o Dia X que ainda mantinha?

Mas, por trás da oferta, sem dúvida, havia uma proposta importante. Hitler, pelo visto, acreditava que Chamberlain, como Stalin, queria uma saída pela qual

pudesse conservar seu país fora da guerra.* Obtivera a neutralidade benevolente de Stalin dois dias antes, ao oferecer à Rússia mãos livres na Europa Oriental, “do Báltico ao mar Negro”. Não poderia comprar a não intervenção britânica, assegurando ao primeiro-ministro que o Terceiro Reich jamais se converteria, como a Alemanha dos Hohenzollern, numa ameaça ao império britânico? O que Hitler não compreendeu, nem Stalin — para terrível prejuízo de Stalin —, foi ter Chamberlain, com os olhos finalmente abertos, entendido que a dominação do continente europeu pela Alemanha seria a maior de todas as ameaças ao império britânico — como seria, na realidade, também para o império russo soviético. Durante séculos, como Hitler observara em Minha Luta, o principal imperativo da política externa inglesa fora evitar que uma nação sozinha dominasse o continente.

** Se não fora da guerra, pelo menos fora de qualquer séria participação nela. O general Halder incluiu isto numa recapitulação da "sequência dos acontecimentos" de 25 de agosto, num registro feito mais tarde em seu diário (a 28 de agosto). Indicando que à 1:30h do dia 25 Hitler viu Henderson, Halder acrescentou: "O Führer não levaria a mal se a Inglaterra se empenhasse numa guerra simulada."*

Às 17:30h, Hitler recebeu o embaixador francês, mas o que tinha a dizer-lhe era de pouca significação, além de repetir que “a provocação polonesa ao Reich” não mais seria tolerada, que não atacaria a França, mas se a França entrasse no conflito ele a combateria até o fim. Depois disso, começou a despedir o enviado francês, levantando-se de sua cadeira. Mas Coulondre tinha alguma coisa a dizer ao Führer do Terceiro Reich e perseverou em dizê-lo. E afirmou-lhe, sob palavra de honra de soldado, que não tinha a menor dúvida de que “se a Polônia fosse atacada, a França estaria ao lado da Polônia com todas as suas forças”.

“É doloroso para mim”, respondeu Hitler, “pensar em ter de lutar contra o seu país, mas isto não depende de mim. Peço dizer isto a monsieur Daladier”.⁶

Eram agora 18h de 25 de agosto, em Berlim. A tensão na capital aumentara todo o dia. Desde o início da tarde todas as comunicações pelo rádio, pelo telégrafo e por telefone com o mundo externo foram cortadas por ordem de Wilhelmstrasse. Na noite anterior, os últimos dos correspondentes ingleses e franceses e civis não funcionários escaparam apressadamente para a fronteira mais próxima. Durante a sexta-feira, 25, o Ministério do Exterior alemão telegrafou às embaixadas na Polônia, França e Inglaterra solicitando que os cidadãos alemães deviam pedir para deixar o país pelo caminho mais rápido.

Meu próprio diário de notas relembra a atmosfera de Berlim. A temperatura estava quente e abafada, e todos pareciam nervosos. Por toda a esparramada cidade eram colocados canhões antiaéreos, e bombardeiros voavam continuamente pelo céu em direção à Polônia. “Parece a guerra”, rabisquei nessa noite de 24; “a guerra está iminente”, repeti no dia seguinte, e em ambas as noites, recorde, os alemães que vimos na Wilhelmstrasse cochichavam que Hitler ordenara aos soldados que marchassem de madrugada para a Polônia.

Sabemos agora, mandara atacar às 4:30h de sábado, 26 de agosto.* E até antes das 18h do dia 25, nada do que havia ocorrido durante o dia, nem com certeza as garantias pessoais dos embaixadores Henderson e Coulondre de que a Inglaterra e a França honrariam firmemente seus compromissos com a Polônia, demoveram Adolf Hitler de sua resolução de prosseguir a planejada agressão. Mas quase às 18h, ou pouco depois, chegaram notícias de Londres e de Roma que fizeram hesitar esse homem de vontade aparentemente inabalável.

** Se bem que as ordens permanentes de Hitler, que não foram canceladas, determinassem o ataque nesse dia e hora e, como disse Halder, eram automáticas, certo número de autores germânicos têm referido que o Führer deu ordens específicas alguns minutos depois das 15h para lançar o Fali Weiss na manhã seguinte. (Ver Weizsäcker, Memórias; Kordt, Wahn und Wirklichkeit; e Walther Hofer, War premeditated, 1939). Hofer afirma que a ordem foi dada às 15:02h, e cita como sua fonte o general von Vormann, que se achava na chancelaria quando ela foi emitida. Não foi encontrado nenhum documento oficial do fato nos registros alemães.*

Não fica bem claro nos documentos confidenciais alemães e no testemunho do pós-guerra dos funcionários da Wilhelmstrasse em que momento preciso Hitler soube da assinatura, em Londres, do tratado formal anglo-polonês, que transformava a garantia unilateral da Inglaterra à Polônia num pacto de assistência mútua.* Há alguma prova no diário de Halder e no registro naval alemão que a Wilhelmstrasse conhecia, ao meio-dia de 25 de agosto, que o pacto seria assinado durante o dia. O chefe do Estado-maior geral anota que ao meio-dia ele recebera um chamado do OKW perguntando qual era a última hora limite para o adiamento da decisão de atacar e que ele respondeu: 15h. O registro naval menciona que notícias do pacto anglo-polonês e “informações do Duce” foram recebidas ao meio-dia.⁷ Mas isto é impossível. A palavra de Mussolini só chegou, de acordo com uma anotação alemã no documento, “cerca de 18h”. E Hitler não podia ter sabido da assinatura do tratado anglo-polonês em Londres até perto dessa hora, já que o acontecimento somente teve lugar às 17:35h — e, por isso mesmo, simplesmente 15 minutos depois que o embaixador polonês em Londres, conde Edward Raczyński, obtivera permissão de seu ministro do

Exterior em Varsóvia, pelo telefone, de afixar sua assinatura.**

** Havia um protocolo secreto nesse tratado que estatuiu que a potência européia mencionada no artigo I, cuja agressão provocaria a assistência militar mútua, era a Alemanha. Isto salvou o governo britânico do desastroso passo de ter de declarar guerra à União Soviética quando o Exército Vermelho, em conluio com os alemães, invadiu a Polônia Oriental.*

*** A Alemanha não observava o horário de verão, como a Inglaterra. Portanto, a hora de diferença entre Berlim e Londres foi anulada.*

Qualquer que fosse a hora em que a tenha recebido — e por volta das 18h é uma suposição exata —, Hitler estava abalado pelas notícias de Londres. Bem podia ser essa a resposta britânica à sua oferta, cujos termos devem ter alcançado Londres por esse momento. O que significava que ele fracassara em afastar os ingleses, embora tivesse tido êxito com os russos. O dr. Schmidt, que estava no salão de Hitler quando chegou o relatório, lembrou mais tarde que o Führer, depois de lê-lo, sentou-se para meditar em sua escrivaninha.⁸

Mussolini foge do acordo

Sua meditação foi interrompida logo em seguida por más notícias de Roma.

Durante toda a tarde o ditador alemão esperara, com “impaciência indisfarçável”, como o descreve o dr. Schmidt, pela resposta do Duce à sua carta. O embaixador italiano Attolico foi convocado à chancelaria às 15h, pouco depois de Henderson ter partido, mas ele apenas podia informar ao Führer que não recebera nenhuma resposta até o momento. Os nervos de Hitler na ocasião achavam-se em tal tensão que ele mandou Ribbentrop procurar Ciano pelo telefone de longa distância, mas o ministro do Exterior não conseguiu. Attolico foi despedido, diz Schmidt, “com pouca cortesia”.⁹

Hitler recebera, durante alguns dias, avisos de Roma de que seu parceiro do Eixo podia recuar nesse momento crítico do ataque à Polônia, e as notícias não eram sem fundamento. Logo que Ciano regressou de seus encontros desalentadores com Hitler e Ribbentrop, de 11 a 13 de agosto, pôs-se a trabalhar para voltar Mussolini contra os alemães — atitude que não escapou aos olhos avisados da embaixada alemã em Roma. O diário do ministro do Exterior fascista descreve os altos e baixos de seus esforços para fazer o ditador italiano esclarecer-se e dissociar-se, a tempo, da guerra de Hitler.¹⁰ Na noite de seu retorno de Berchtesgaden, a 13 de agosto, Ciano viu o Duce e, depois de relatar-

lhe suas conversações com Hitler e Ribbentropp, tentou convencer seu chefe de que os alemães “nos têm traído e nos mentem” e “nos arrastam a uma aventura”.

As reações do Duce são diversas [apontou Ciano nessa noite em seu diário]. A princípio concorda comigo, depois afirma que a honra o compele a marchar com a Alemanha. Finalmente declara que quer sua parte nos despojos da Croácia e da Dalmácia.

14 de agosto. — Encontro Mussolini aborrecido. Não hesito em despertar-lhe, por todos os meios ao meu alcance, toda possível reação anti-alemã. Falo-lhe da diminuição de seu prestígio e de seu papel secundário. Finalmente entrego-lhe documentos que provam a má-fé dos alemães na questão polonesa. A aliança estava baseada em premissas agora negadas por eles. São traidores e não devemos ter quaisquer escrúpulos em separar-nos deles. Mussolini, porém, ainda possui muitos escrúpulos.

No dia seguinte, Ciano conversou francamente com Mussolini durante horas.

15 de agosto. — O Duce (...) está convencido de que não devemos marchar cegamente com os alemães (...) Entretanto (...) precisa de prazo para preparar a ruptura com a Alemanha (...). Está cada vez mais convencido de que as democracias lutarão (...). Desta vez isto significa guerra. E não podemos empenhar-nos na guerra porque nossa situação não permite.

18 de agosto. — Pela manhã, conversa com o Duce; seus sentimentos inconstantes, como de costume. Ainda pensa que as democracias não marcharão e que a Alemanha pode realizar um negócio bom e barato, do qual não quer ficar excluído. Depois, também, teme a cólera de Hitler. Acredita que uma denúncia do pacto, ou algo semelhante, pode induzir Hitler a abandonar a questão polonesa a fim de ajustar contas com a Itália. Isto tudo deixa-o nervoso e perturbado.

20 de agosto. — O Duce muda de opinião. Quer apoiar a Alemanha a qualquer custo no conflito que se aproxima (...) Conferência entre Mussolini, eu e Attolico. [O embaixador regressara de Berlim a Roma para consultas]. O caso é este: já é demasiado tarde para desdizer-se sobre os alemães (...). A imprensa de todo o mundo diria que a Itália é covarde (...). Procuo discutir o assunto, mas agora é inútil. Mussolini defende de modo obstinado sua ideia (...).

21 de agosto. — Hoje falei bem claramente (...). Quando entrei na sala, Mussolini confirmou sua decisão de acompanhar os alemães. “Duce, não podeis nem deveis fazê-lo (...). Fui a Salzburgo a fim de adotar uma linha de

ação comum. Deparei-me com um Diktat Os alemães, e não nós, traíram a aliança (...). Rompa o pacto. Lance-o na face de Hitler (...).”

O desfecho dessa conferência foi que Ciano buscava um encontro com Ribbentrop para o dia seguinte, em Brenner, e lhe informaria que a Itália deveria ficar afastada de um conflito provocado por um ataque alemão à Polônia. Ribbentrop não foi acessível por diversas horas, ao ser chamado por Ciano desde o meio-dia, mas finalmente veio à linha às 17:30h. O ministro do Exterior nazista não podia dar a Ciano uma resposta imediata acerca do encontro em Brenner em prazo tão rápido, pois estava “aguardando uma importante mensagem de Moscou e tornaria a chamar mais tarde”. O que fez às 22:30h.

22 de agosto. — Na noite passada, às 22:30h, um novo capítulo abriu-se [Ciano registrou em seu diário]. Ribbentrop telefonou que preferiria ver-me em Innsbruck, de preferência na fronteira, porque devia embarcar mais tarde para Moscou, a fim de assinar um pacto político com o governo soviético.

Para Ciano e Mussolini, foi uma notícia do gênero mais surpreendente. Decidiram que um encontro dos dois ministros do Exterior não seria mais oportuno”. Mais uma vez seu aliado alemão demonstrara desprezo por eles, pois não permitira que conhecessem o trato com Moscou.

As hesitações do Duce, os sentimentos anti-alemães de Ciano e a possibilidade de que a Itália pudesse abandonar seus compromissos estipulados no artigo III do Pacto de Aço, que exigiam a automática participação na guerra de uma parte, se a outra parte “viesse a ser envolvida nas hostilidades com outra potência”, tornaram-se conhecidos em Berlim antes que Ribbentrop partisse para Moscou a 22 de agosto.

A 20 de agosto, o conde Massimo Magistrati, encarregado de negócios italiano em Berlim, chamado por Weizsäcker ao Ministério do Exterior, revelou “um estado de espírito italiano que, apesar de não constituir surpresa para mim”, informou o secretário de Estado a Ribbentrop num memorando confidencial,¹¹ “deve em minha opinião ser decididamente considerado”. Magistrati chamou a atenção de Weizsäcker para o fato de que, desde que a Alemanha não cumprira os termos da aliança, que determinava estreito contato e consultas sobre as questões mais importantes, e tratara seu conflito com a Polônia como problema exclusivamente alemão, “a Alemanha estava assim renunciando à assistência militar da Itália”. E se, contrariando o ponto de vista alemão, o conflito polonês se transformasse numa grande guerra, a Itália deixava de considerar como existentes os requisitos da aliança. Em resumo, a Itália buscava uma saída.

Dois dias depois, a 23 de agosto, foi recebido em Berlim um novo aviso do embaixador Hans Georg von Mackensen, em Roma. Escreveu a Weizsäcker acerca do que estava ocorrendo “por detrás dos bastidores”. A carta, segundo uma nota marginal manuscrita por Weizsäcker no documento capturado, foi “submetida ao Führer”, o que deve ter aberto seus olhos. A posição italiana, em seguida a uma série de encontros entre Mussolini, Ciano e Attolico, era, relatou Mackensen, a de que, se a Alemanha invadissem a Polônia, violaria o Pacto de Aço, baseado no acordo de abster-se da guerra até 1942. Além disto, ao contrário da opinião alemã, Mussolini estava certo que se a Alemanha atacasse a Polônia, tanto a Inglaterra como a França interviriam — “e também os Estados Unidos, após alguns meses”. Enquanto a Alemanha permanecesse na defensiva no oeste, os franceses e os ingleses,

*na opinião do Duce, invadiriam a Itália com todas as forças de que dispusessem. Nesta situação, a Itália teria de suportar todo o embate da guerra a fim de dar ao Reich a oportunidade de liquidar o assunto no leste (...)*¹²

Na manhã de 25 de agosto, tendo tais advertências em mente, é que Hitler remeteu sua carta a Mussolini, e esperou todo o dia, com impaciência crescente, por uma resposta. Logo depois da meia-noite do dia anterior, Ribbentrop, após passar uma noite contando ao Führer os pormenores de seu triunfo em Moscou, telefonou a Ciano, “por instigação do Führer”, a fim de adverti-lo da “extrema gravidade da situação em virtude das provocações polonesas”.* Um comentário de Weizsäcker revela que a chamada foi feita para “evitar que os italianos viessem a falar de acontecimentos inesperados”.

** Deve-se ter em vista que as "provocações polonesas" que Hitler e Ribbentrop repisavam em seus encontros e permutas diplomáticas com os ingleses, franceses, russos e italianos, durante esses dias, e as notícias publicadas em berrantes manchetes na imprensa nazista, controlada, eram quase todas inventadas pelos alemães. A maioria das provocações na Polônia foram feitas, por ordem de Berlim, pelos alemães. Os documentos alemães capturados estão repletos de provas sobre isso.*

Nesse momento o embaixador Mackensen entregou a Mussolini a carta de Hitler, no Palácio Veneza, em Roma, às 15:20h de 25 de agosto. Soube então o Duce que o ataque alemão à Polônia estava prestes a ocorrer. Ele tinha certeza, diferentemente de Hitler, de que a Inglaterra e a França entrariam imediatamente na guerra, com catastróficas consequências para a Itália, cuja marinha não podia rivalizar com a frota inglesa do Mediterrâneo e cujo exército seria sobrepujado pelo francês.* Conforme um despacho que Mackensen enviou

para Berlim, às 22:25h, descrevendo a reunião, Mussolini, depois de ler atentamente a carta duas vezes em sua presença, declarou que “estava de completo acordo” com o pacto nazi-soviético e compreendia que um “conflito armado com a Polônia não podia mais ser evitado”. Finalmente — “e salientou isto expressamente”, informou Mackensen — “ele ficava ao nosso lado incondicionalmente e com todos os seus recursos”.¹³

** Um dia antes, a 24 de agosto, Ciano visitara o rei em sua residência de verão no Piemonte, e o velho governante, posto de lado por Mussolini, falou desdenhosamente das forças armadas do país. "O exército está numa situação lastimável", citou Ciano que ele dissera. "Até a defesa de nossa fronteira é insuficiente. Fez 32 inspeções e convenceu-se de que os franceses podem atravessá-la com grande facilidade. Os oficiais do exército italiano não estão capacitados para a função, e nosso equipamento é velho e obsoleto." (Diários de Ciano, p. 127).*

Mas não foi isto que o Duce escreveu ao Führer, sem o conhecimento do embaixador germânico, em um texto rapidamente telefonado por Ciano a Attolico, que retornara a seu posto em Berlim e que “por volta das 18h” chegou à chancelaria para entregá-lo pessoalmente a Adolf Hitler. A carta abalou o Führer, como uma bomba, segundo Schmidt, que estava presente. Depois de expressar sua aprovação completa ao pacto nazi-soviético e sua “compreensão relativa à Polônia”, Mussolini foi ao fundo da questão.

Quanto à atitude prática da Itália no caso de luta armada [Mussolini escreveu], meu ponto de vista é o seguinte:

Se a Alemanha atacar a Polônia e o conflito permanecer circunscrito, a Itália propiciará à Alemanha todo tipo de assistência política e econômica que dela for requerida.

Se a Alemanha atacar a Polônia e os seus aliados contra-atacarem, informo-vos com antecedência que não será oportuno para mim tomar a iniciativa nas operações militares, em face do atual estado dos preparativos de guerra italianos, dos quais repetidamente e em tempo demos notícia, a vós, Führer, e a Herr von Ribbentrop.*

Não obstante, nossa intervenção pode ocorrer imediatamente caso a Alemanha nos forneça já os suprimentos militares e as matérias-primas para resistir ao ataque que os franceses e os ingleses devem dirigir de preferência contra nós.

Nos nossos encontros, a guerra estava prevista para 1942 e por esta época eu

estaria preparado em terra, no mar e no ar, segundo os planos que haviam sido combinados.

Sou, além disso, de opinião que as medidas puramente militares que já foram, e outras que vierem a ser tomadas, imobilizarão na Europa e na África consideráveis forças francesas e inglesas.

Considero de meu estrito dever, como amigo leal, dizer-vos toda a verdade e informar-vos de antemão da situação real. Caso assim não fizesse, poderiam sobrevir consequências desagradáveis para todos nós. Tal é o meu ponto de vista. E já que dentro de pouco tempo devo convocar os mais altos organismos governamentais, peço-vos que me deixeis conhecer o vosso.

*Mussolini. **15*

** Na tradução alemã da carta de Mussolini, encontrada nos arquivos do Ministério do Exterior depois da guerra, e que tenho usado aqui, a palavra "Alemanha" fora riscada e a palavra "Polônia" datilografada em cima, para ser lida: "Se a Polônia atacar No original italiano, publicado pelo governo italiano depois da guerra, reza a passagem: "Se 1º Germania ataca 1º Polonia." É estranho que os nazistas falsificassem até os documentos depositados em seus arquivos governamentais oficiais.14*

*** Caso a carta de Mussolini não fosse remédio bastante forte para Hitler, certo número de autores alemães, em sua maior parte observadores de primeira mão dos dramáticos acontecimentos dos últimos dias de paz, publicaram um texto imaginário dessa carta do Duce ao Führer. Erich Kordt, um dos conspiradores antinazistas, que foi chefe de secretaria do Ministério do Exterior, tornou-se o primeiro a cometer a falsificação da tradução para imprimi-la em seu livro *Wahn und Wirklichkeit*, publicado em Stuttgart, em 1947. Kordt corrigiu isso em sua segunda edição. Isto se revela em *Zwischen Hitler und Stalin*, de Peter Kleist, publicado em 1950, e até na tradução inglesa das memórias de Paul Schmidt publicada em Nova York e Londres, em 1951. O texto autêntico foi publicado na Itália em 1946 e numa tradução inglesa nas *Relações nazi-soviéticas* do Departamento de Estado, em 1948. O dr. Schmidt, que se encontrava com Hitler quando ele recebeu a carta de Atolico, cita a carta, que dizia: "Num dos mais penosos momentos de minha vida, devo informar-vos que a Itália não está preparada para a guerra. De conformidade com o que me afirmam os principais responsáveis dos serviços, as reservas de gasolina da força aérea italiana acham-se tão reduzidas que durariam somente três semanas de luta. A posição é a mesma com relação aos suprimentos para o exército, e às reservas de matérias-primas (...) Queira por favor compreender a minha situação." Para uma nota divertida de falsificação dessa carta, veja-se *Namier In the Nazi Era*, p. 678-9.*

Embora a Rússia estivesse manietada como neutro amistoso em vez de beligerante, o aliado da Alemanha no Pacto de Aço ficava de fora — e isto no mesmo dia que a Inglaterra parecia comprometer-se inabalavelmente com a assinatura de um pacto de assistência mútua com a Polônia contra a agressão alemã. Hitler leu a carta do Duce, disse a Attolico que a responderia em seguida e despediu friamente o enviado italiano.

O dr. Schmidt ouviu Hitler observar amargamente, depois que Attolico saiu: “Os italianos estão se comportando exatamente como em 1914.” E nessa noite a chancelaria era eco de palavras duras acerca do “parceiro desleal do Eixo”. Mas palavras não eram o bastante. O exército alemão estava para avançar sobre a Polônia dentro de nove horas, pois eram agora 18:30h de 25 de agosto, e a invasão tinha seu início marcado para as 16:30h de 26 de agosto. O ditador nazista devia decidir imediatamente se, em face das notícias de Londres e Roma, prosseguia, adia ou cancelava a invasão.

Schmidt, depois de acompanhar Attolico para fora do gabinete de Hitler, convocou precipitadamente o general Keitel à presença de Hitler. Alguns minutos depois, o general voltou correndo e gritando, entusiasmado, a seu ajudante: “A ordem de avanço deve ser novamente retardada!”

Hitler, encurralado por Mussolini e Chamberlain, tomara rápidas decisões. Halder anotou que o “Führer estava consideravelmente abalado”, e depois continuou.

19:30h: — Tratado entre a Polônia e a Inglaterra ratificado. Nenhuma abertura de hostilidades. Todos os movimentos de tropas devem ser contidos, inclusive próximos à fronteira, de qualquer forma possível.

20:35h: — Keitel confirma. Canaris: suspensas as restrições telefônicas para a Inglaterra e França. Confirma-se o desenrolar dos acontecimentos.

O regimento naval alemão fornece um relato mais conciso do adiamento, acompanhado dos motivos.

25 de agosto: — O Caso Branco já iniciado será detido às 20:30h por causa das condições políticas que se modificaram. (Pacto de assistência mútua anglo-polonês de 25 de agosto, ao meio-dia, e informações do Duce, que cumpriria sua palavra, mas solicitava um substancial suprimento de matérias-primas).¹⁶

Três dos principais réus de Nuremberg, interrogados, deram sua versão do

adiamento do ataque.¹⁷ Ribbentrop afirmou que ao ter notícia do pacto anglo-polonês e “ouvir” que “medidas militares estavam sendo adotadas contra a Polônia” (como se ele de há muito não tivesse conhecimento do ataque), dirigiu-se, “ato contínuo”, ao Führer e insistiu com ele para desistir da invasão da Polônia, ao que o “Führer imediatamente concordou”.

Parecem mais honestos, pelo menos, os testemunhos de Keitel e Göring. “Fui repentinamente chamado à chancelaria por Hitler”, contou Keitel perante Nuremberg, “e ele me disse: ‘Pare tudo imediatamente. Veja Brauchitsch urgentemente. Preciso de tempo para negociações.’”

Que Hitler ainda acreditava, nesse último momento, que poderia negociar uma forma de sair do impasse, foi confirmado por Göring durante um interrogatório preliminar em Nuremberg.

No dia em que a Inglaterra deu sua garantia oficial à Polônia, o Führer chamou-me por telefone e me disse que detivera a planejada invasão da Polônia. Perguntei-lhe se isso era por pouco tempo ou não. Disse: “Terei de ver se podemos eliminar a intervenção britânica.”

Embora a desistência de Mussolini na última hora fosse um rude golpe para Hitler, é claro no testemunho acima que a atitude da Inglaterra, assinando um tratado de assistência mútua com a Polônia, teve a maior influência na resolução do líder alemão de adiar o ataque. É estranho, ademais, que depois do embaixador Henderson, nesse mesmo dia, tê-lo avisado novamente que a Inglaterra lutaria se a Polônia fosse atacada, e após o governo inglês empenhar solenemente sua palavra com aquela finalidade, num tratado formal, ele ainda acreditasse poder, como disse Göring, “eliminar a intervenção britânica”. Provavelmente sua experiência com Chamberlain em Munique o levasse a supor que o primeiro-ministro novamente capitularia se uma saída pudesse ser inventada. Mas de novo é estranho que um homem que mostrara anteriormente tal perspicácia na política estrangeira não tivesse tomado conhecimento das mudanças de Chamberlain e da posição inglesa. E, sobretudo, Hitler as tinha provocado.

Deu trabalho deter o exército alemão na noite de 25 de agosto, pois muitas unidades já se achavam em movimento. Na Prússia Oriental, a ordem de cancelamento do ataque alcançou o I Corpo, general Petzel, às 21:37h. E somente graças aos tremendos esforços de alguns oficiais que correram para os destacamentos avançados é que houve êxito na contenção das tropas. As colunas motorizadas do Corpo do general von Kleist, ao sul, começaram a movimentar-

se ao escurecer para a fronteira polonesa, sendo detidas na fronteira por um oficial de Estado-maior, que lá fizera uma rápida aterrissagem num pequeno avião explorador. Em alguns setores, as ordens só chegaram depois de os tiros terem começado. Em virtude, porém, de os alemães terem estado a provocar incidentes em toda a linha fronteiriça por vários dias, o Estado-maior geral polonês, pelo visto, não suspeitou do que realmente acontecera. A 26 de agosto informou-se que numerosos “bandos alemães” cruzaram a fronteira e atacaram fortins e postos aduaneiros com metralhadoras e granadas de mão e que “apenas num caso se tratava de um destacamento do exército regular”.

Alegria e confusão dos conspiradores

A notícia da noite de 25 de agosto, de que Hitler desistira de atacar a Polónia, causou grande júbilo entre os membros conspiradores da Abwehr. O coronel Oster deu a notícia a Schacht e Gisevius, exclamando: “O Führer está perdido!” E na manhã seguinte o almirante Canaris ainda foi mais longe, declarando: “Hitler jamais sobreviverá a esse golpe. A paz foi salva para os próximos vinte anos.” Ambos pensavam que não havia mais necessidade de inquietar-se para derrubar o ditador nazista. Ele estava liquidado.

Durante algumas semanas, à medida que o verão fatal chegava a seu fim, os conspiradores, como se imaginava, estiveram novamente ocupados, embora seja difícil de compreender com que propósito exatamente. Goerdeler, Adam von Trott, Helmuth von Moltke, Fabian von Schlabrendorff e Rudolf Pechel, todos fizeram peregrinação a Londres e aí informaram, não somente a Chamberlain e Halifax, mas a Churchill e a outros líderes britânicos, que Hitler projetava atacar a Polónia nos fins de agosto. Esses adversários alemães do Führer podiam verificar por si mesmos que a Inglaterra, orientada pelo homem do guarda-chuva, Chamberlain, mudara desde os dias de Munique, e que a condição que eles mesmos estabeleceram um ano antes para adotar a resolução de apelar Hitler do poder, a saber, que a Inglaterra e a França declarassem que se oporiam a qualquer nova agressão nazista pela força armada, fora agora preenchida. Que mais queriam? Dos registros deixados não fica explícito, e tem-se a impressão que eles próprios não sabiam bem. Apesar de inteligentes, estavam engolfados em extrema confusão e num sentido paralisante de inutilidade. O controle de Hitler sobre a Alemanha — sobre o exército, a polícia, o governo, o povo — era bastante completo para ser libertado ou minado por algo que eles pudessem realizar.

Hassell visitou Schacht a 15 de agosto, em seu novo apartamento de solteiro, em Berlim. O ministro da Economia resignatário acabava de retornar de uma

viagem de seis meses pela Índia e a Birmânia. Hassell escreveu em seu diário: “A opinião de Schacht é que nada podemos fazer senão manter os olhos abertos e aguardar, pois as coisas seguirão seu curso inevitável.” O próprio Hassell disse a Gisevius nesse mesmo dia, de conformidade com seu apontamento diário, que ele “também estava a favor do adiamento da ação direta, no momento”.

Mas que “ação direta” devia ser desencadeada? O general Halder, ansioso como Hitler para esmagar a Polônia, no momento não se achava interessado em destituir o ditador. O general von Witzleben, que estivera a pique de comandar as tropas na derrubada do Führer um ano antes, encontrava-se agora no comando de um grupo de exército no oeste e não estava, portanto, em condições de agir em Berlim, mesmo que desejasse. Mas teria ele tal desejo? Gisevius visitou-o em seu quartel-general, encontrou-o ouvindo as notícias da BBC de Londres e logo percebeu que o general estava interessado meramente em saber o que acontecia.

Quanto ao general Halder, preocupado com os planos de última hora para o assalto à Polônia, não alimentava qualquer pensamento traiçoeiro a respeito da derrubada de Hitler. Depois da guerra, a 26 de fevereiro de 1946, ao ser interrogado em Nuremberg, foi extremamente vago acerca do porquê ele e outros supostos inimigos do regime nazista nada tinham feito nos últimos dias de agosto para depor o Führer e salvar dessa forma a Alemanha de complicar-se na guerra. “Não havia possibilidade”, disse. Por quê? Porque o general Witzleben fora transferido para o oeste. Sem o general o exército não atuaria.

E o povo alemão? Quando o capitão Sam Harris, o inquiridor americano, lembrou a Halder que ele dissera que o povo alemão opunha-se à guerra, e perguntou: “Se Hitler estava decididamente comprometido com a guerra, por que não contactastes com o apoio do povo antes da invasão da Polônia?” Halder respondeu: “Desculpai-se sorriu. Se ouvisse a palavra ‘decididamente associada a Hitler, devo dizer que ninguém estava decidido.” E o chefe do Estado-maior geral começou a explicar que lá para o dia 22 de agosto, depois de Hitler ter revelado aos generais, na reunião de Obersalzberg, sua resolução irrevogável de atacar a Polônia e enfrentar o Ocidente, se necessário, ele próprio não acreditava que o Führer faria o que disse que ia fazer.¹⁸ À luz dos próprios apontamentos diários de Halder nesse período, na verdade essa é uma afirmação surpreendente. Mas isto é típico não apenas de Halder, mas igualmente da maioria dos demais conspiradores.

Onde se encontrava o general Beck, o antecessor de Halder como chefe do Estado-maior geral do exército e reconhecido líder dos conspiradores? Segundo Gisevius, Beck escreveu uma carta ao general von Brauchitsch, mas o

comandante do exército nem sequer tomou conhecimento dela. Em seguida, disse Gisevius, Beck manteve uma longa conversa com Halder, que concordou com ele que uma grande guerra seria a ruína da Alemanha, mas não obstante “Hitler jamais permitiria uma guerra mundial” e que, portanto, não havia necessidade no momento de tentar derrubá-lo.¹⁹

Hassell jantou com Beck, a 14 de agosto, e recordou sem sentimentos de frustração em seu diário:

*Beck [é] um homem muito culto, atraente e inteligente. Infelizmente ele tem uma opinião muito ruim do pessoal dirigente do exército. Por isto não pode ver nenhum lugar ali onde possamos obter um ponto de apoio. Está firmemente convencido do sentido corrupto da política do Terceiro Reich.*²⁰

As convicções de Beck — e de outros em torno dele — eram elevadas e nobres, mas à medida que Adolf Hitler preparava-se para arremessar a Alemanha na guerra, nenhum desses respeitáveis alemães fez algo para detê-lo. Evidentemente a missão era difícil e talvez, na última hora, impossível de executar. Mas eles nem sequer a tentaram.

O general Thomas talvez tenha tentado. Em seguida a seu memorando a Keitel, que pessoalmente tinha lido ao chefe do OKW em meados de agosto, ele o visitou novamente no domingo, 27 de agosto, e, segundo seu próprio relato, “entregou-lhe prova estatística, ilustrada graficamente (...) [que] demonstrava claramente a tremenda superioridade econômico-militar das potências ocidentais e as dificuldades que enfrentaríamos”. Keitel, com coragem fora do comum, mostrou o documento a Hitler, que respondeu não compartilhar da “ansiedade do general Thomas sobre o perigo de uma guerra mundial”, “especialmente desde que conseguira agora a União Soviética para seu lado”²¹

Terminaram dessa forma as tentativas dos conspiradores de impedir Hitler de desencadear a Segunda Guerra Mundial, exceto pelos tímidos esforços de última hora do dr. Schacht, dos quais o astuto financista fez a maior parte de sua defesa no julgamento de Nuremberg. Ao regressar da Índia, em agosto, escreveu cartas a Hitler, Göring e Ribbentrop — no momento crítico nenhum dos líderes da oposição parece ter ido além das cartas e memorandos —, mas para sua “grande surpresa”, como disse posteriormente, não recebeu respostas. Logo decidi ir a Zossen, alguns quilômetros a sudeste de Berlim, onde o Alto-Comando do exército estabelecera seu quartel-general para a campanha polonesa, a fim de encontrar-se pessoalmente com o general von Brauchitsch. Para dizer-lhe o quê? Prestando testemunho ante o tribunal de Nuremberg, Schacht esclareceu que

procurara dizer ao chefe do exército que seria ilegal para a Alemanha ir à guerra sem a aprovação do Reichstag! Portanto, era dever do chefe do exército respeitar seu juramento à Constituição!

Coitado do dr. Schacht! Jamais conseguiu avistar-se com Brauchitsch. Foi avisado por Canaris de que se fosse a Zossen o comandante do exército “provavelmente nos teria prendido imediatamente” — destino que parecia não ser atraente para esse antigo defensor de Hitler.²² Mas o motivo real de Schacht não ter ido a Zossen em sua ridícula intenção (teria sido brincadeira de criança para Hitler conseguir o carimbo de aprovação do Reichstag para sua guerra, quisesse ele incomodar-se com tal formalidade) foi apresentado por Gisevius, quando prestou testemunho em defesa de Schacht, em Nuremberg. Parece que Schacht planejava ir a Zossen a 25 de agosto e desistiu da viagem quando Hitler, nessa noite, absteve-se do ataque à Polônia, marcado para o dia seguinte. Três dias depois, segundo o testemunho de Gisevius, Schacht novamente decidiu realizar sua missão em Zossen, mas Canaris informou-lhe que era demasiado tarde.²³ Não que os “conspiradores” tivessem perdido o ônibus; eles nunca se dirigiram ao ponto para tentar pegá-lo.

Tão ineficazes quanto o punhado de alemães antinazistas que tentaram impedir as ações de Hitler foram os vários líderes mundiais neutralistas que agora apelavam para o Führer abster-se da guerra. O presidente Roosevelt, a 24 de agosto, enviou mensagens urgentes a Hitler e ao presidente da Polônia, pressionando-os para ajustarem suas divergências sem recorrer às armas. O presidente Moscick, numa resposta digna, no dia seguinte, lembrou a Roosevelt não ser a Polônia que “formulava exigências e reclamava concessões”, mas que, não obstante, ela estava disposta a regularizar suas disputas com a Alemanha em negociações diretas ou por conciliação, como o presidente americano tinha exortado. Hitler não respondeu (Roosevelt recordara-lhe que ele não havia respondido o apelo que lhe fizera em abril último). E no dia seguinte, 25 de agosto, Roosevelt enviou uma segunda mensagem, informando a Hitler da resposta conciliatória de Moscick e suplicando-lhe “concordar com os meios pacíficos de entendimento aceitos pelo governo da Polônia”.

Também não houve resposta para a segunda carta, apesar de na noite de 26 de agosto Weizsäcker ter convocado o encarregado de negócios americanos, Alexander C. Kirk, para que dissesse ao presidente que o Führer recebera os dois telegramas e os colocara “nas mãos do ministro do Exterior para consideração do governo”.

O papa, a 24 de agosto, fez um apelo radiofônico pela paz, implorando “pelo

sangue de Cristo (...) o forte [a] ouvir-nos, pois podem vir a ser fracos pela injustiça (...) [e] se desejarem que sua força não seja uma destruição”. O papa, na tarde de 31 de agosto, enviou notas idênticas aos governos da Alemanha, Polônia e Itália e das duas potências ocidentais “suplicando em nome de Deus que os governos alemão e polonês (...) evitem qualquer incidente”, rogando aos governos britânico, francês e italiano para apoiarem seu apelo, e acrescentando:

O papa reluta em abandonar a esperança de que as negociações pendentes possam conduzir a uma justa solução pacífica.

Sua Santidade, como quase todos, aliás, no mundo, não percebeu que as “negociações pendentes” foram mero artifício de propaganda de Hitler para justificar sua agressão. Na verdade, como a seguir será demonstrado, não havia negociações de boa-fé, pendentes ou de qualquer tipo, nessa última tarde de paz.

Alguns dias antes, a 23 de agosto, o rei belga, em nome dos governantes das potências de Oslo (Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Finlândia e os três Estados escandinavos) também havia irradiado um comovente apelo pela paz, conclamando “todos os homens que são responsáveis pelo curso dos acontecimentos a submeterem suas querelas e suas reivindicações a negociações francas”. O rei belga e a rainha da Holanda, a 28 de agosto, uniram-se para oferecer seus bons ofícios “na esperança de evitar a guerra”.²⁴

Nobres na forma e nas intenções, como eram todos esses apelos, neles há algo de patético e irreal, quando hoje os relemos, como se o presidente dos Estados Unidos, o papa e os governantes dos pequenos países democráticos do norte da Europa vivessem num planeta diferente do do Terceiro Reich, sem maior compreensão do que se passava em Berlim do que podia conhecer-se de Marte. Essa ignorância do espírito e do caráter e propósitos de Adolf Hitler e, na realidade dos alemães, que, com algumas exceções, estavam dispostos a segui-lo cegamente, não importa para onde nem como, indiferentes à moral, à ética, à honra ou ao conceito cristão de humanidade, devia custar bastante caro, nos meses a vir, aos povos dirigidos por Roosevelt e pelos monarcas da Bélgica, da Holanda, de Luxemburgo, da Noruega e da Dinamarca.

Aqueles de nós que estávamos em Berlim durante esses últimos poucos dias tensos de paz, atentos para relatar as notícias do início da guerra, sabíamos pouco não só do que acontecia na Wilhelmstrasse, onde se situavam a chancelaria e o Ministério do Exterior, como na Bendlerstrasse, onde os militares tinham seus gabinetes. Seguimos o melhor possível os vaivéns na Wilhelmstrasse, analisando diariamente uma avalanche de boatos, de informações confidenciais e de

embustes. Procurávamos apreender o sentimento do povo nas ruas e dos funcionários do governo, dos líderes do partido, dos diplomatas e dos soldados de nossas relações. Mas do que foi dito nas frequentes e quase sempre tempestuosas entrevistas do embaixador Henderson com Hitler e Mussolini, entre Hitler e Stalin, o que foi tratado entre Ribbentrop e Molotov, entre Ribbentrop e Ciano, o que continha em todos os despachos secretos e em códigos telegrafados entre os confusos e inquietos diplomatas e funcionários dos Ministérios do Exterior, e todas as medidas que os chefes militares planejavam ou executavam — de tudo isso nós e o público em geral permanecemos quase completamente ignorantes na época.

Algumas coisas, naturalmente, nós e o público, conhecíamos. O pacto nazi-soviético foi trombeteado aos quatro ventos pelos alemães, embora o protocolo dividindo a Polônia e o resto da Europa Oriental ficasse desconhecido até depois da guerra. Sabíamos que mesmo antes de ter sido assinado, Henderson voou a Berchtesgaden a fim de reafirmar a Hitler que o pacto não impediria a Inglaterra de honrar seus compromissos para com a Polônia. Assim que começou a última semana de agosto, sentimos em Berlim que a guerra era inevitável — a menos que houvesse outro Munique — e que ela viria dentro de alguns dias. No dia seguinte, a grande assembléia nazista em Tannenberg, fixada para 27 de agosto, na qual Hitler devia falar, foi publicamente suspensa, e também a conversação anual do partido em Nuremberg (a “Assembléia de Paz do Partido”, como a chamara oficialmente Hitler), que reuniria-se na primeira semana de setembro. O governo anunciou, a 27 de agosto, que o racionamento de alimentos, sabão, sapatos, tecidos e carvão começaria no dia posterior. Este anúncio, recorde, mais que os outros, despertou o povo alemão para a iminência da guerra, e seus murmúrios a respeito foram bastante audíveis. Na segunda-feira, 28 de agosto, os berlinenses observaram as tropas invadindo a cidade em direção a leste, transportando-se em furgões, caminhões de comércio e todos os tipos de veículos que puderam arranjar.

Isto também deve ter alertado o homem de rua quanto ao que estava acontecendo. O fim de semana, recorde, fora quente e calmo e a maioria dos berlinenses, despreocupada de quanto a guerra estava próxima, dirigira-se para os lagos e bosques que rodeavam a capital. Ao retornarem para a cidade domingo à tarde, souberam pelo rádio que houvera uma reunião secreta, não oficial, do Reichstag na chancelaria. Um comunicado da D.N.B. declarava que o “Führer examinara a gravidade da situação” — a primeira vez que fora dito ao povo alemão por Hitler que a hora era grave. Nenhum pormenor da reunião foi fornecido e ninguém, fora dos membros do Reichstag e da camarilha de Hitler, podia saber do estado de espírito do ditador nazista nesse dia. O diário de Halder

de 28 de agosto fornece muito depois um relato que lhe deu o coronel Oster, da Abwehr.

Conferência na chancelaria do Reich às 17:30h. O Reichstag e diversos homens pró-partido (...) Situação muito grave. Determinação de resolver de uma forma ou de outra a questão oriental. Reivindicações mínimas: retorno de Dantzig, regularização da questão do Corredor. Reivindicações máximas: "Dependentes da situação militar." Se as reivindicações mínimas não forem satisfeitas, então a guerra. Brutal! Ele próprio estará na linha de frente. A atitude do Duce serviu aos nossos melhores interesses.

Guerra muito difícil, talvez sem esperança: "Enquanto eu viver não haverá conversações sobre capitulação." O pacto soviético bastante mal interpretado pelo partido. Um pacto com Satã para perder o Diabo (...) "Aplausos nos momentos certos, mas poucos."

Impressão pessoal do Führer. exausto, pálido, voz lúgubre, preocupado. "Conserva-se agora inteiramente rodeado por seus conselheiros das S.S."

Em Berlim também um observador estrangeiro veria que a orientação da imprensa, sob a hábil direção de Goebbels, foi a de enganar o simplório povo alemão. Durante seis anos, desde a coordenação nazista dos jornais diários, que significaria a destruição da imprensa livre, os cidadãos tinham sido afastados da verdade do que se passava no mundo. Por certo tempo, os jornais suíços de língua alemã, de Zurique e Basileia, podiam ser comprados nas principais bancas na Alemanha. Eles apresentavam notícias objetivas. Mas nos últimos anos suas vendas no Reich ou foram proibidas ou limitadas a alguns exemplares. Para os alemães que podiam ler francês ou inglês, havia eventualmente alguns exemplares dos jornais à mão, de Londres e de Paris, embora não o bastante para atingir mais que um punhado de pessoas.

"Como vive completamente isolado do mundo o povo alemão!", anotei em meu diário a 10 de agosto de 1939. "Um olhar nos jornais de ontem e hoje recorda isto." Retornara à Alemanha de uma breve licença em Washington, Nova York e Paris, e vindo de trem de minha casa na Suíça dois dias antes, comprara um monte de jornais de Berlim e da Renânia. Rapidamente eles me impeliram de volta ao mundo vesgo do nazismo, tão diferente do mundo que acabara de deixar, como se eu tivesse estado em outro planeta. Anotei, ademais, a 10 de agosto, depois que chegara a Berlim:

Ao passo que todo o resto do mundo considera que a paz está para ser rompida pela Alemanha, que é a Alemanha que ameaça de atacar a Polônia

(...), aqui na Alemanha, no mundo fantástico que os jornais locais criaram, o reverso é mantido (...). O que os jornais nazistas proclamam é o seguinte: que é a Polônia a perturbadora da paz na Europa e está ameaçando a Alemanha com a invasão armada (...).

“Cuidado, Polônia!” adverte a manchete de B.Z., acrescentando: “Resposta à Polônia, o mensageiro-amok [amoklauffer], contra a Paz e a Justiça na Europa!”

Ou as manchetes no Der Führer, o diário de Karlsruhe, que comprei no trem: “Varsóvia ameaça de bombardeio Dantzig — Inacreditável agitação dos tresloucados poloneses [polnischen grössenwahn]!”

Poder-se-ia indagar: mas o povo alemão acreditava nessas mentiras? Sim, muitos acreditavam!

No sábado, 26 de agosto, data inicialmente fixada por Hitler para o ataque à Polônia, a campanha de imprensa de Goebbels alcançara seu clímax. Anotei em meu diário alguns títulos.

O B.Z.: “Caos completo na Polônia — Fogem as famílias alemães — Soldados poloneses arremetem para os confins da fronteira alemã!” O Zwölf-Uhr Blatt: “A brincadeira com o fogo está indo longe — Três aviões de passageiros alemães alvejados pelos poloneses — Muitas granjas alemãs em chamas no Corredor!”

A caminho da Estação de Rádio, à meia-noite, apanhei a edição dominical (27 de agosto) do Völkischer Beobachter. Por toda o alto da primeira página havia manchetes garrafais: Toda a Polônia em febre guerreira!... 1,5 milhão de homens mobilizados! Transporte ininterrupto de tropas para a fronteira! Caos na Alta Silésia!

Naturalmente não havia menção a qualquer mobilização alemã, embora, como vimos, a Alemanha estivesse mobilizada já há uma quinzena.

Os últimos seis dias de paz

Após recobrar-se da ducha fria da carta de Mussolini, que chegara antes da noite de 25 de agosto e que, juntamente com a notícia da assinatura da aliança anglo-polonesa, provocara o adiamento do ataque à Polônia marcado para o dia seguinte, Hitler remetera uma nota curta ao Duce indagando-lhe “que implementos de guerra e matérias-primas solicitais e em que prazo”, a fim de que a Itália pudesse “entrar num conflito europeu de maior importância”.

Ribbentrop pessoalmente telefonou a carta ao embaixador alemão em Roma, às 19:40h, e foi entregue ao ditador italiano às 21:30h.25

Na manhã seguinte, em Roma, Mussolini teve uma reunião com os chefes das forças armadas italianas para compor a lista do mínimo requerido para uma guerra de 12 meses de duração. De acordo com as palavras de Ciano, que ajudou a preenchê-la, era “suficiente para matar um touro — se um touro pudesse lê-la”.26 Incluía sete milhões de toneladas de petróleo, seis milhões de toneladas de carvão, dois milhões de toneladas de aço, um milhão de toneladas de madeira e uma longa lista de outros itens, como seiscentas toneladas de molibdênio, quatrocentas toneladas de titânio e vinte toneladas de zircônio. Em aditamento, Mussolini reivindicava 150 baterias antiaéreas para proteger a área industrial italiana no norte, que não estava senão há poucos minutos de vôo das bases aéreas francesas, circunstância da qual lembrava a Hitler numa carta que agora redigia. Essa mensagem foi telefonada por Ciano a Attolico em Berlim pouco depois do meio-dia de 26 de agosto e imediatamente entregue a Hitler.27

Incluía uma relação exagerada dos materiais necessitados, pois no momento o vazio ditador fascista estava evidentemente decidido a fugir sinuosamente de seus compromissos com o Terceiro Reich. E o Führer, depois de ler essa segunda carta, não podia ter mais a menor dúvida disso.

Führer [Mussolini escreveu a seu camarada].

Eu não vos teria enviado esta lista ou então nela teria incluído um número menor de itens e cifras mais baixas se tivesse tido o prazo de antemão combinado, para acumular estoques e acelerar o movimento burocrático.

É meu dever informar-vos que, a menos que eu esteja certo de receber tais suprimentos, os sacrifícios que chamaria o povo italiano a fazer (...) seriam inúteis e comprometeriam vossa causa e a mim próprio.

Por sua própria conta, o embaixador Attolico, que se opunha à guerra, e especialmente a que a Itália se unisse à Alemanha, salientou a Hitler, ao entregar a mensagem, “que todo o material deve estar na Itália antes do começo das hostilidades” e que esta condição era “decisiva”.*

** Isto provocou um ressentimento adicional em Berlim e certa confusão em Roma, tendo Ciano de pôr-se em campo para acomodar tudo outra vez. Attolico disse a Ciano, mais tarde, que ele deliberadamente insistira sobre as entregas completas antes das hostilidades, "a fim de desencorajar os alemães de atender nossos pedidos". A entrega de 13 milhões de toneladas de*

suprimentos em alguns dias era, naturalmente, de todo impossível, e Mussolini pediu desculpas ao embaixador von Mackensen pela "má interpretação", observando que "mesmo o Todo-Poderoso não podia transportar tais quantidades para cá em poucos dias. Jamais lhe ocorreria fazer tão absurdo requerimento".28

Mussolini continuava a esperar outro Munique. Agregou um parágrafo à sua nota, declarando que, se o Führer pensasse haver ainda “qualquer possibilidade de solução num terreno político”, ele se achava preparado, como antes, a dar ao colega alemão, todo seu apoio. Apesar de suas estreitas relações pessoais e do seu Pacto de Aço, e de todas as ruidosas manifestações de solidariedade que haviam demonstrado nos anos passados, o fato é que, mesmo na undécima hora, Hitler não tinha confiado a Mussolini seu real objetivo, a destruição da Polônia, e que o parceiro italiano permanecia completamente ignorante dele. Apenas ao terminar esse dia, o 26, o abismo entre eles foi finalmente ligado.

Passadas três horas da tarde de 26 de agosto, Hitler enviou uma longa resposta à mensagem do Duce. Ribbentrop novamente telefonou-a, às 15:08h, ao embaixador von Mackensen em Roma, que precipitou-se ao encontro de Mussolini logo depois das 17h. Quanto a alguns dos pedidos italianos, tais como carvão e aço, disse Hitler, podiam ser inteiramente satisfeitos, muitos outros não podiam. Em todo caso, a insistência de Attolico de que os materiais fossem fornecidos antes da ruptura das hostilidades era impossível.

E então, finalmente, Hitler disse em confiança a seu amigo e aliado quais seus verdadeiros e imediatos objetivos.

Tanto a França como a Inglaterra não podem alcançar sucessos decisivos no Ocidente. Como resultado do acordo com a Rússia, todas as forças da Alemanha estarão livres no leste depois da derrota da Polônia (...) Não me esquivo de resolver a questão oriental, mesmo ante o risco de complicações no Ocidente.

Duce, compreendo vossa posição, e somente vos pediria para tentar entreter as forças anglo-francesas com ativa propaganda e convenientes demonstrações militares, tais como as que já me tendes proposto.29

Esta é a primeira prova nos documentos alemães de que, 24 horas depois de ter cancelado o assalto à Polônia, Hitler recuperara sua confiança e prosseguia em seus planos, “mesmo ante o risco” de guerra com o Ocidente.

Na mesma noite de 26 de agosto, Mussolini ainda fez certo esforço para

dissuadi-lo. Escreveu novamente ao Führer, Ciano novamente telefonou a Attolico e a carta alcançou a chancelaria do Reich pouco antes das 19h.

Führer:

Acredito que o engano em que caiu Attolico involuntariamente foi logo esclarecido (...) O que vos pedi, com exceção das baterias antiaéreas, deveria ser entregue no curso de 12 meses. Mas embora o engano tenha sido esclarecido, é evidente que vos é impossível auxiliar-me, reparando os enormes estragos que as guerras na Etiópia e na Espanha fizeram nos armamentos italianos.

Adotarei, por conseguinte, a atitude que me aconselhais, pelo menos durante a fase inicial do conflito, imobilizando por esse meio, ao máximo, as forças anglo-francesas, como já está acontecendo, enquanto apressarei os preparativos militares com a maior intensidade possível.

Mas o atormentado Duce — atormentado por fazer tão triste figura nesse momento crucial — ainda julgava que as possibilidades de outro Munique podiam ser examinadas.

(...) Permito-me a liberdade de insistir novamente [continuava ele] e sem considerações de caráter pacifista, estranhos à minha natureza, no interesse de nossos dois povos e nossos dois regimes, sobre a oportunidade de uma solução política, que ainda considero possível, e que dê completa satisfação moral e material à Alemanha.³⁰

Como os documentos agora deixam claro, o ditador italiano empenhava-se pela paz porque não estava preparado para a guerra. Mas seu papel embaraçava-o grandemente. Declarou a Hitler nessa última troca de mensagem, a 26 de agosto: “Espero que imagineis meu estado de espírito ao ver-me obrigado, por forças que escapam ao meu controle, a não prestar-vos solidariedade efetiva neste momento de ação.” Ciano anotou em seu diário, após esse dia atarefado, que “o Duce está realmente fora de si. Seu instinto guerreiro e seu sentido de honra o levavam à guerra. A razão agora o deteve. Mas isto aflige-o demasiado (...). Agora precisa enfrentar a dura verdade. E isto, para o Duce, é um grande golpe”.

Depois de tão profunda troca de cartas, Hitler estava agora resignado a não contar mais com Mussolini. Tarde da noite, a 26 de agosto, expediu mais uma nota ao seu sócio do Eixo. Foi remetida de Berlim por telegrama à 0:10h de 27 de agosto e alcançou Mussolini às 9h.

Duce:

Recebi vossa comunicação sobre vossa atitude final. Respeito as razões e os motivos que vos levam a tomar tal decisão. Em certas circunstâncias ela pode, não obstante, resultar favoravelmente.

Em minha opinião, entretanto, o importante é que, pelo menos até a irrupção da luta, o mundo não tenha ideia da atitude que a Itália pretende adotar. Por conseguinte, solicito-vos cordialmente apoiar Minha Luta psicologicamente, com vossa imprensa ou por medidas de demonstração militar, pelo menos para compelir a Inglaterra e a França a reter parte de suas forças e, quaisquer que sejam os acontecimentos, deixá-las na incerteza.

Mas, Duce, o mais importante é o seguinte: se, como dissestes, sobrevier uma grande guerra, a solução no leste será decidida antes que as duas potências ocidentais possam alcançar êxito. Depois, neste inverno, ou o mais tardar na primavera, atacarei no oeste com forças que serão pelo menos iguais às da Inglaterra e França (...).

Devo agora pedir-vos um grande favor, Duce. Nessa luta difícil, vós e vosso povo podereis melhor nos ajudar enviando operários italianos, tanto para finalidades industriais como agrícolas (...). Recomendando especialmente este meu pedido à vossa generosidade, agradeço-vos por todos os esforços que tendes realizado pela nossa causa comum.

*Adolf Hitler*³¹

O Duce respondeu humildemente, no fim da tarde, que o mundo “não saberia antes da irrupção das hostilidades qual seria a atitude da Itália” — ele conservaria bem o segredo. Também obstaria, tanto quanto possível, as forças militares e navais anglo-francesas, e enviaria a Hitler os trabalhadores italianos que solicitava.³² No princípio do dia ele repetira ao embaixador von Mackensen, “em termos convincentes”, como o embaixador referiu mais tarde em Berlim, “que ele ainda acreditava possível atingir todos os nossos objetivos sem recorrer à guerra”, e aditou que levantaria de novo esse aspecto em sua carta ao Führer.³³ Mas não o fez, pois no momento parecia por demais desencorajado para mencioná-lo outra vez.

Embora a França devesse fornecer quase todo o exército Aliado na fronteira ocidental da Alemanha se a guerra fosse repentinamente desencadeada e, não obstante, nas semanas iniciais, ela superasse de muito as forças alemãs ali, Hitler, no começo de agosto, parecia indiferente ao que fariam os franceses. A 26 de agosto, o premier Daladier endereçou-lhe uma emocionante e eloquente carta,

recordando-lhe que a França, se a Polônia fosse atacada, lutaria.

A não ser que computeis ao povo francês [escreveu Daladier] uma concepção de honra nacional menos digna do que a que eu próprio reconheço no povo alemão, não podeis duvidar que a França cumprirá suas solenes promessas para com outras nações, tais como a Polônia (...).

Depois de apelar para Hitler em busca de uma solução pacífica de sua disputa com a Polônia, acrescentou Daladier:

Se o sangue da França e o da Alemanha fluírem de novo, como há 25 anos, numa guerra mais longa e mesmo mais mortífera, cada um dos dois povos lutará com confiança em sua própria vitória, mas os vencedores serão certamente a destruição e o barbarismo.³⁴

O embaixador Coulondre, ao apresentar a carta do premier, aditou por sua conta um apaixonado apelo verbal e pessoal, conclamando Hitler, “em nome da humanidade e para tranquilidade de sua própria consciência, a não deixar passar essa última oportunidade de uma solução pacífica”. Mas o embaixador teve a tristeza de informar a Paris que a carta de Daladier não abalou o Führer — “ele ficou firme”.

A resposta de Hitler ao premier francês no dia seguinte foi habilmente calculada para explorar a relutância dos franceses em “morrer por Dantzig”, embora ele não empregasse a frase — que foi deixada para os apaziguadores franceses. A Alemanha renunciara a todas as reivindicações territoriais sobre a França depois do retorno do Sarre, declarou Hitler. Não havia, portanto, razão para ir à guerra. Se isto ocorresse, não era por sua culpa e seria “muito penoso” para ele.

Esse foi o mais longo contato diplomático entre a Alemanha e a França na última semana de paz. Coulondre não viu Hitler desde o encontro de 26 de agosto até a data em que tudo terminou. A Inglaterra foi quem mais preocupou Hitler nesta conjuntura. Como disse a Göring na noite de 25 de agosto, quando adiou o movimento em direção à Polônia, ele queria ver se podia “eliminar a intervenção inglesa”.

A Alemanha e a Inglaterra na 11ª hora

O general Halder anotara em seu diário de 25 de agosto, depois das notícias de Roma e Londres que induziram Hitler a recuar do precipício da guerra: “Führer

consideravelmente abalado.” Mas na tarde seguinte o chefe do Estado-maior geral notou uma brusca mudança no líder: “Führer muito calmo e sereno”, rabisçou em seu diário às 15:22h. Havia uma razão para isto e o diário do general registrou-a. “Faça com que tudo esteja pronto na manhã do sétimo dia de mobilização. O ataque começa a 1º de setembro.” Hitler telefonou a ordem para o Alto-Comando do exército.

Hitler, portanto, teria sua guerra com a Polônia. Isto era definitivo. Entrementes, faria tudo a seu alcance para conservar de fora a Inglaterra. As notas diárias de Halder transmitem o pensamento do Führer e de seu Estado-maior durante o dia decisivo de 26 de agosto.

Há boatos de que a Inglaterra está disposta a considerar propostas razoáveis. Pormenores quando Henderson regressar. Segundo outro boato, a Inglaterra salienta que ela mesma deve declarar que os interesses vitais da Polônia estão ameaçados. Na França, mais e mais representações ao governo contra a guerra (...)*

Plano: reclamando Dantzig, um corredor através do Corredor, e plebiscito nas mesmas bases como no Sarre. A Inglaterra talvez venha a aceitar. A Polônia provavelmente não. Cunha entre eles.35

** Isto é, a oferta de Hitler, de 25 de agosto, para garantir o império britânico.*

O grifo é de Halder e sem dúvida reflete precisamente aquilo que estava no espírito de Hitler. Imaginava introduzir uma cunha entre a Inglaterra e a Polônia e dar a Chamberlain uma desculpa para fugir de seus compromissos com a Polônia. Ordenando ao exército que estivesse preparado para marchar a 1º de setembro, esperava ouvir de Londres algo sobre sua grandiosa oferta para “garantir” o império britânico.

Tinha ele agora dois contatos com o governo inglês fora da embaixada alemã em Londres, cujo embaixador (Dirksen) estava de licença, e não participava das frenéticas negociações de última hora. Um dos contatos era oficial, com o embaixador Henderson, que voara a Londres num avião especial alemão, na manhã de sábado, 26 de agosto, com as propostas do Führer. O outro era não-oficial, sub-reptício com o amigo sueco de Göring, o peripatético diplomata amador Birger Dahlerus, que voara de Berlim a Londres no dia anterior com uma mensagem do chefe da Luftwaffe para o governo inglês.

“Nessa época estava em contato com Halifax por meio de um mensageiro especial estranho aos canais diplomáticos normais”,* 36 contou Göring mais

tarde, durante um interrogatório em Nuremberg. Foi para o secretário do Exterior britânico, em Londres, que o mensageiro sueco dirigiu-se às 18:30h de sexta-feira, 25 de agosto. Dahlerus fora chamado a Berlim, de Estocolmo, no dia anterior, por Göring, para informar-lhe que apesar do pacto nazi-soviético, que havia sido assinado na noite precedente, a Alemanha desejava um entendimento com a Inglaterra. Ele colocou um dos seus próprios aviões à disposição do sueco para que pudesse dirigir-se imediatamente a Londres, a fim de dar conhecimento a lorde Halifax desse fato notável.

** "Ribbentrop não sabia absolutamente nada acerca do envio de Dahlerus" Göring testemunhou em Nuremberg. "Jamais discuti o assunto Dahlerus com Ribbentrop. De nada sabia sobre as continuas andanças de Dahlerus entre a minha pessoa e o governo inglês."37 Mas Göring manteve Hitler informado.*

O secretário do Exterior, que uma hora antes assinara o pacto de assistência mútua anglo-polonês, agradeceu a Dahlerus por seus esforços e comunicou-lhe que Henderson acabara de conferenciar com Hitler em Berlim e voava para Londres com as últimas propostas do Führer e que em vista dos canais oficiais de intercâmbio terem sido agora reabertos julgava não serem mais necessários os serviços do intermediário sueco. Mas logo se verificou que ainda eram. Telefonando mais tarde, nessa noite, a Göring para relatar sua conferência com Halifax, Dahlerus foi informado pelo marechal-de-campo que a situação se deteriora em consequência da assinatura do tratado anglo-polonês, e que possivelmente só uma conferência entre os representantes da Inglaterra e da Alemanha podia salvaguardar a paz. Göring, da mesma forma que Mussolini, tinha em vista outro Munique, como mais tarde testemunhou em Nuremberg.

No fim dessa mesma noite, o incansável sueco deu conhecimento ao Ministério do Exterior inglês de sua conversa com Göring, e na manhã seguinte foi convidado novamente para conferenciar com Halifax. Desta vez ele persuadiu o secretário do Exterior inglês a escrever uma carta a Göring, que apontou como o único alemão capaz de impedir a guerra. Redigida em termos gerais, a carta era breve e cautelosa. Simplesmente reiterava o desejo inglês de alcançar um ajuste pacífico e acentuava a necessidade "de ter alguns dias" para consegui-lo.*

** O texto está publicado em Documentos sobre a política externa inglesa, série terceira, vol. VII, p. 283. Foi omitido de todos os registros ingleses publicados até que o volume surgiu em 1954, omissão muito comentada pelos historiadores ingleses. Dahlerus não é citado no Livro azul britânico de documentos relacionados com a irrupção da guerra, nem no Relatório final de Henderson, nem mesmo no livro de Henderson, Fracasso de uma missão,*

embora no livro o intermediário sueco seja referido como "uma fonte em contato com Göring". Nos despachos de Henderson e nos de outros membros da embaixada inglesa que agora foram publicados, Dahlerus e suas atividades jogaram uma parte bastante positiva, como constam de vários memorandos do Ministério do Exterior inglês.

O papel desse singular negociante sueco na tentativa de salvar a paz era um segredo bem guardado, e tanto a Wilhelmstrasse como Downing Street fizeram todo o possível para conservar seus movimentos ocultos dos correspondentes e dos diplomatas neutros que, ao menos em meu conhecimento, não sabiam absolutamente nada deles até que Dahlerus prestou depoimento em Nuremberg, a 19 de março de 1946. Seu livro, A última tentativa, foi publicado, em sueco, em 1945, no fim da guerra, mas a edição inglesa não saiu senão em 1948 e restou um novo intervalo de seis anos antes que seu papel fosse oficialmente confirmado, segundo os documentos no vol. VII das séries DBRFP. Os documentos de agosto do Ministério do Exterior alemão não mencionam Dahlerus, salvo num memorando de rotina, comunicando a recepção de uma mensagem da linha aérea Lufthansa de que "Dahlerus, um cavalheiro do Ministério do Exterior, chegava a Berlim a 26 de agosto num dos seus aviões". Em alguns documentos posteriores, entretanto, ele aparece.

No entanto, ela pareceu ao gordo marechal-de-campo como sendo da "maior importância". Dahlerus entregou-lhe a carta nessa noite (26 de agosto), quando viajava em seu trem especial para o quartel-general da Luftwaffe em Oranienburg, nos arredores de Berlim. O trem foi detido na primeira estação, um automóvel foi requisitado e os dois homens correram para a chancelaria, onde chegaram à meia-noite. A chancelaria estava às escuras. Hitler fora dormir. Mas Göring insistiu em despertá-lo. Até esse instante, Dahlerus, como muitos outros, acreditava que Hitler não era um homem insensato e que poderia aceitar um ajuste pacífico, como fizera um ano antes em Munique. O sueco iria agora conhecer pela primeira vez o temperamento do carismático ditador.³⁸ Foi uma experiência arrasadora.

Hitler não prestou atenção à carta que Dahlerus trouxera de Halifax e que parecera bastante importante a Göring, a ponto de despertar o Führer em plena noite. Em vez disso, durante vinte minutos ele fez uma preleção ao sueco sobre suas primeiras lutas, suas grandes conquistas e todas suas tentativas para chegar a um entendimento com a Inglaterra. Ato contínuo, ao ter Dahlerus proferido algo a propósito do período que passou certa vez na Inglaterra, onde viveu como operário, o chanceler perguntou-lhe acerca da estranha ilha e de seu estranho povo, que procura tão inutilmente compreender. Seguiu-se então uma longa conferência técnica sobre o poder militar da Alemanha. Desta vez, disse

Dahlerus, pensava que sua visita “não seria de utilidade”. Por fim, entretanto, o sueco encontrou uma oportunidade para dizer ao hospedeiro alguma coisa a respeito dos ingleses e como chegara a conhecê-los.

Hitler ouviu sem interromper-me (...), mas depois levantou-se de repente, e, tornando-se muito excitado e nervoso, andou de um lado para o outro dizendo, como se pensando consigo mesmo, que a Alemanha era imbatível (...). Parou bruscamente no meio da sala e aí permaneceu olhando fixamente. Sua voz era confusa e sua conduta de uma pessoa completamente anormal. Dizia frases soltas: “Se houver guerra, então construirei submarinos, construirei submarinos, submarinos, submarinos, submarinos.” Sua voz tornava-se cada vez mais confusa, e, finalmente, não se podia mais segui-la de todo. Depois recuperou-se, e erguendo a voz como se estivesse se dirigindo a um grande auditório, gritou: “Construirei aviões, construirei aviões, aviões, aviões, e aniquilarei meus inimigos.” Mais parecia um fantasma extraído de uma obra de ficção do que uma pessoa real. Estarrecido, eu contemplava a cena. Ao olhar para Göring, surpreendi-me ao vê-lo completamente impassível diante do que acontecia.

Finalmente o excitado chanceler caminhou, empertigado, para seu hóspede e lhe disse: “Herr Dahlerus, já que conheceis a Inglaterra tão bem, podeis dar-me ao menos uma só razão para meus constantes fracassos na tentativa de chegar a um acordo com ela?” Dahlerus confessa que “a princípio hesitou” para responder, mas, a seguir, replicou que, em sua opinião pessoal, “a razão estava na falta de confiança dos ingleses nele e em seu governo”.

“Idiotas!” Dahlerus disse que Hitler voltou a se enfurecer, erguendo violentamente seu braço direito e golpeando o peito com a mão esquerda. “Alguma vez alguém ouviu uma única mentira que eu tivesse dito?”

O ditador nazista depois disso acalmou-se, houve uma discussão das propostas de Hitler, feitas por intermédio de Henderson, e finalmente ficou acertado que Dahlerus voaria de volta a Londres com uma nova oferta ao governo inglês. Göring não quis que ela fosse levada por escrito, e assim o obsequioso sueco se viu obrigado a registrá-la na memória. Continha seis pontos:

- 1. A Alemanha queria um pacto ou aliança com a Inglaterra.*
- 2. A Inglaterra deveria ajudar a Alemanha a obter Dantzig e o Corredor, e a Polónia teria um porto livre em Dantzig e reteria o porto báltico de Gdynia, e uma passagem até ele.*
- 3. A Alemanha garantiria as novas fronteiras polonesas.*

4. As colônias da Alemanha seriam restituídas, ou o equivalente a elas.

5. Deviam ser dadas garantias à minoria alemã na Polônia.

6. A Alemanha devia comprometer-se a defender o império britânico.

Com tais propostas gravadas na memória, Dahlerus voou para Londres na manhã de domingo, 27 de agosto, e logo depois do meio-dia percorreu um trajeto sinuoso, a fim de evitar os curiosos repórteres, e ser introduzido na presença de Chamberlain, lorde Halifax, sir Horace Wilson e sir Alexander Cadogan. Era evidente que o governo inglês agora aceitava o mensageiro sueco seriamente.

Trouxera com ele algumas notas escritas apressadamente e feitas no avião, descrevendo o encontro com Hitler e Göring na noite anterior. Nessas notas ele assegurava aos dois grandes dirigentes do gabinete inglês, que agora examinavam atentamente seu memorando, que durante a entrevista Hitler estivera “sereno e tranquilo”. Se bem que nenhum registro desse extraordinário encontro de sábado fosse achado nos arquivos do Ministério do Exterior, ele foi reconstruído no volume de documentos do Ministério do Exterior (vol. VII, série terceira) com os dados fornecidos por lorde Halifax e Cadogan e pelo memorando do emissário. A versão britânica difere algo da que foi dada por Dahlerus em seu livro e em Nuremberg; mas tomados os vários relatos em conjunto, parece que continua a ser uma informação tão precisa como jamais conseguiremos.

Chamberlain e Halifax viram imediatamente que estavam diante de dois tipos de propostas de Hitler, uma feita a Henderson e outra agora trazido por Dahlerus, e que diferiam. Enquanto a primeira propunha garantir o Império Britânico depois de Hitler ter ajustado contas com a Polônia, a segunda parecia sugerir que o Führer estava disposto a negociar, por intermédio da Inglaterra, o retorno de Dantzig e do Corredor, após o que ele garantiria as novas fronteiras da Polônia. Era uma velha cantilena para Chamberlain, depois de suas experiências amargas com Hitler a respeito da Tchecoslováquia, e ele estava cético quanto às ofertas do Führer como Dahlerus as apresentava. Disse ao sueco que não via ‘qualquer perspectiva de acordo nesses termos. Os poloneses podiam ceder Dantzig, mas não entregariam o Corredor sem luta’.

Combinou-se, finalmente, que Dahlerus retornasse a Berlim, em seguida, com uma resposta inicial e não-oficial para Hitler e informasse Londres a respeito da reação de Hitler a essa resposta, antes que a oficial fosse redigida e enviada a Berlim com Henderson, na noite seguinte. Como explicou Halifax (de acordo

com a versão britânica), “para evitar más interpretações, deve-se realçar que não desenvolvemos esta questão apenas pelas vias secretas e não oficiais, proporcionadas pelo sr. Dahlerus. É [portanto] desejável esclarecer que Dahlerus, ao retornar a Berlim naquela noite, não levava a resposta do governo de Sua Majestade, mas somente a incumbência de preparar o terreno para a comunicação propriamente dita”, que seria trazida por Henderson.³⁹

Esse sueco desconhecido tornara-se tão importante como intermediário nas negociações entre os governos das duas mais poderosas potências da Europa que, conforme seu próprio relatório, ele disse ao primeiro-ministro e ao secretário do Exterior, nessa conjuntura crítica, que “eles deviam manter Henderson em Londres até segunda-feira [o dia seguinte], de forma a que a resposta pudesse ser dada depois que estivessem informados de como Hitler considerava o ponto de vista inglês”.⁴⁰

E que ponto de vista era esse que Dahlerus devia apresentar a Hitler? Há certa confusão a respeito. Segundo as próprias e apressadas notas de Halifax sobre suas instruções verbais a Dahlerus, o ponto de vista inglês era simplesmente o seguinte:

*I. Garantia solene do desejo de bom entendimento entre a A. e I. [as iniciais são de Halifax]. Nenhum simples membro do governo que pense diferente, II. I. obriga-se a honrar seus compromissos com a Polónia. III. As divergências germano-polonesas devem ser resolvidas pacificamente.*⁴¹

Segundo Dahlerus, a resposta não oficial britânica que lhe foi confiada era mais compreensível.

*Naturalmente, o ponto 6, oferta para defender o império britânico, foi recusado. De modo idêntico não queriam ter qualquer discussão sobre colônias enquanto a Alemanha estivesse mobilizada. Relativamente às fronteiras polonesas, desejavam que fossem garantidas pelas cinco grandes potências. Em relação ao Corredor, propunha que as negociações com a Polónia fossem empreendidas imediatamente. Quanto ao primeiro ponto [das propostas de Hitler], a Inglaterra estava disposta, em principio, a chegar a um acordo com a Alemanha.*⁴²

Dahlerus voou de volta a Berlim, domingo à noite, e viu Göring pouco antes da meia-noite. O marechal-de-campo não considerava a resposta inglesa “muito favorável”. Mas depois que viu Hitler à meia-noite, Göring telefonou a Dahlerus em seu hotel, à lh, e disse que o chanceler “aceitaria o ponto de vista inglês caso a versão oficial a ser trazida por Henderson, segunda-feira à noite, estivesse de

acordo com ele.

Göring estava satisfeito e Dahlerus ainda mais. O sueco despertou sir George Ogilvie Forbes, conselheiro da embaixada britânica, às 2h, para dar-lhe as alegres novas. Não somente para isto, mas — a tal ponto chegara a sua posição, pelo menos no seu modo de ver as coisas — para aconselhar o governo britânico do que deveria dizer em sua resposta oficial. A nota, que Henderson traria mais tarde nessa segunda-feira, 28 de agosto, devia conter uma promessa, sublinhou Dahlerus, de que a Inglaterra persuadiria a Polônia a negociar com a Alemanha direta e prontamente.

Dahlerus acaba de telefonar [diz um despacho posterior de Forbes, de 28 de agosto] do gabinete de Göring com as seguintes sugestões que ele considera extremamente importantes.

*1. A resposta britânica a Hitler não deve conter qualquer referência ao plano de Roosevelt.**

*2. Hitler suspeita que os poloneses tentarão evitar as negociações. A resposta, por conseguinte, devia conter a declaração clara de que os poloneses foram energicamente advertidos para estabelecer, imediatamente, contato com a Alemanha e negociar.** 43*

** Presumivelmente a mensagem do presidente Roosevelt a Hitler, de 24 e 25 de agosto, insistindo em negociações diretas entre a Alemanha e a Polônia.*

*** Deve ser dito com toda justiça que Dahlerus não era tão pró-alemão como algumas de suas mensagens parecem indicar. Na noite dessa mesma segunda-feira, depois de duas horas com Göring em seu quartel-general da Luftwaffe em Oranienburg, ele telefonou a Forbes para dizer-lhe: "O exército alemão estará em posição final de ataque à Polônia durante a noite de quarta-feira para quinta-feira, 30-31 de agosto." Forbes enviou essa informação a Londres o mais rapidamente possível.*

Por todo o dia, o agora confidente sueco não apenas cumulava Forbes de avisos, que eram diligentemente telegrafados a Londres, mas ele próprio telefonava ao Ministério do Exterior britânico uma mensagem contendo novas sugestões.

Nesse momento crítico da história do mundo, o diplomata amador sueco se convertera, na realidade, no principal pivô entre Berlim e Londres. Halifax, às 14h de 28 de agosto, depois de notificado do aviso urgente do sueco, tanto por sua

embaixada em Berlim como pelo chamado telefônico de Dahlerus ao Ministério do Exterior, telegrafou ao embaixador inglês em Varsóvia, sir Howard Kennard, para que procurasse o ministro do Exterior, Beck, imediatamente e conseguisse dele autorização do governo britânico para informar Hitler “que a Polônia estava disposta a empreender imediata discussão diretamente com a Alemanha”. O secretário do Exterior estava com pressa, pois pretendia incluir a autorização na resposta oficial a Hitler, que Henderson aguardava para levar a Berlim nesse mesmo dia. Ele pediu ao embaixador em Varsóvia que telefonasse a resposta de Beck logo que fosse dada. No fim da tarde, Beck deu a autorização requerida e ela foi precipitadamente inserida na nota britânica.⁴⁴

Henderson chegou com ela de volta a Berlim na noite de 28 de agosto, e depois de ser recebido na chancelaria por uma guarda de honra da S.S., que apresentara armas e rufara seus tambores (as formalidades diplomáticas foram preservadas até o fim), foi conduzido à presença de Hitler, a quem entregou uma tradução alemã da nota, às 22:30h. O chanceler leu-a imediatamente.

O governo inglês “concordava inteiramente” com ele, dizia a comunicação, de que deve primeiramente haver um ajuste das divergências entre a Alemanha e a Polônia. E aditava: “Tudo, entretanto, depende da natureza do ajuste e do método pelo qual venha a ser alcançado”. A esse respeito, dizia a nota, o chanceler tem silenciado. A oferta de Hitler para garantir o império britânico foi gentilmente recusada. O governo inglês “não poderia, ante qualquer proveito oferecido à Inglaterra, aquiescer num acordo que pusesse em jogo a independência de um Estado ao qual dera sua garantia”.

Esta garantia seria honrada, mas porque o governo britânico era escrupuloso em relação a seus compromissos com a Polônia, o chanceler não devia pensar que não estivesse ansioso por um ajuste equitativo.

Portanto, o próximo passo seria o início de discussões diretas entre os governos alemão e polonês sobre a base (...) da salvaguarda dos interesses essenciais da Polônia e da proteção do acordo por uma garantia internacional.

O governo inglês obteve uma declaração definitiva do governo polonês de que está preparado para entabular discussões nessa base, e o governo de Sua Majestade espera que também o governo alemão esteja disposto a concordar com essa orientação.

(...) Um acordo justo (...) entre a Alemanha e a Polônia pode franquear o caminho da paz mundial. O malogro destroçaria as esperanças de

*entendimento entre a Alemanha e a Inglaterra, levaria os dois países a um conflito e mesmo poderia mergulhar o mundo numa guerra. Tal resultado seria uma calamidade sem igual na história.*⁴⁵

Logo que Hitler terminou de ler a comunicação, Henderson discorreu sobre ela, completando-a com informações que anotara durante suas conversações com Chamberlain e Halifax. E foi o único encontro com Hitler, contou mais tarde, em que mais falou. A essência de suas observações era de que a Inglaterra desejava a amizade da Alemanha, queria a paz, mas que lutaria se Hitler atacasse a Polônia. O Führer, que se conservara absolutamente silencioso, respondeu discorrendo sobre os crimes da Polônia e sobre suas próprias ofertas generosas para um acordo pacífico com ela, que não seriam renovadas. Hoje, com efeito, “nada menos que o retorno de Dantzig e de todo o Corredor lhe satisfariam, acompanhados de um ajustamento na Silésia, onde 90% da população votaram pela Alemanha no plebiscito do pós-guerra”. Isto não era verdade, nem tampouco a réplica de Hitler de que um milhão de alemães haviam sido expulsos do Corredor após 1918. Lá só existiam 385 mil alemães, segundo o censo germânico de 1910, mas nesse momento, naturalmente, o ditador nazista esperava que todos engolissem suas mentiras. Pela última vez em sua esboçada missão a Berlim, engoliu uma boa quantidade delas, pois, como declarou em seu Final Report, “Herr Hitler nessa ocasião estava novamente amigoso e sensato e parecia não ter ficado desgostoso com a resposta que eu lhe trouxera”.

“No fim formulei-lhe duas questões diretas”, telegrafou Henderson a Londres, às 2:35h, num longo despacho descrevendo a entrevista.⁴⁶

Estaria ele disposto a negociar diretamente com os poloneses e preparado para discutir a questão da permuta de populações? Ele respondeu afirmativamente em relação à última pergunta (embora não tenha dúvida de que ele estava pensando ao mesmo tempo em retificação de fronteiras).

Quanto ao primeiro ponto, ele teria, de início, de “considerar cuidadosamente” toda a nota britânica. Nessa altura, relatou Henderson em seu despacho, o chanceler voltou-se para Ribbentrop e disse: “Devemos chamar Göring para discutir o assunto com ele.” Hitler prometeu uma resposta escrita à comunicação inglesa no dia seguinte, terça-feira, 29 de agosto.

Henderson salientou a Halifax: “A conversação foi conduzida numa atmosfera perfeitamente amistosa, a despeito da firmeza absoluta de ambas as partes.” Henderson, provavelmente, apesar de toda a experiência pessoal com seu

anfitrião, não compreendia inteiramente por que Hitler tornara o ambiente tão cordial. O Führer continuava decidido a ir à guerra nessa mesma semana contra a Polônia, e estava esperançoso, não obstante tudo o que o governo britânico e Henderson disseram, de conservar a Inglaterra fora dela.

Pelo visto, encorajado pelo submisso e ignorante Ribbentrop, Hitler simplesmente não podia acreditar que a atitude final dos ingleses seria equivalente às suas palavras no momento.

No dia seguinte Henderson acrescentou um post scriptum ao seu longo despacho.

Hitler insistiu que não estava blefando e que o povo cometeria um grande erro se acreditasse que blefava. Respondi que me achava perfeitamente cômico do fato e que também não blefávamos. Herr Hitler declarou que ele percebia isto inteiramente.⁴⁷

Falava assim, mas cumpriria mesmo? Em sua resposta de 29 de agosto ele tentou deliberadamente enganar o governo britânico de tal modo que, em sua opinião, ficaria com a faca e o queijo na mão.

A resposta britânica e a primeira reação de Hitler geraram uma onda de otimismo em Berlim, especialmente no acampamento de Göring, onde o inimitável Dahlerus passava a maior parte de seu tempo. À 1:30h da manhã de 20 de agosto, o sueco recebeu um chamado telefônico de um dos ajudantes do marechal-de-campo, que se achava na chancelaria, onde Hitler, Ribbentrop e Göring examinavam a nota inglesa em seguida à partida de Henderson. O recado para Dahlerus de seu amigo alemão foi de que a resposta britânica “era extremamente satisfatória e que havia muita esperança de que o perigo de guerra passasse”.

Dahlerus transmitiu as boas notícias, pelo telefone de longa distância, ao Ministério do Exterior inglês no fim dessa manhã, informando a Halifax que “Hitler e Göring consideravam que havia, agora, possibilidade concreta de solução pacífica”. Às 10:50h, Dahlerus viu Göring, que saudou-o efusivamente, pegando sua mão calorosamente e exclamando: “Haverá paz! A paz está assegurada!” Robustecido com afirmativas tão felizes, o mensageiro sueco correu imediatamente à embaixada inglesa para levar a Henderson, que ainda não recebera pessoalmente, as notícias alvissareiras. Segundo o despacho do embaixador que relatou esse encontro, Dahlerus informou que os alemães estavam grandemente otimistas. “Concordaram” com o “ponto principal” da

resposta britânica. Disse Dahlerus que Hitler pedia “somente Dantzig e o Corredor — não o Corredor inteiro, mas apenas um trecho ao longo da linha férrea para Dantzig. De fato, informou Dahlerus, o Führer estava preparado para ser “muito razoável. Iria longe para satisfazer os poloneses”.48

Sir Nevile Henderson, em quem despontara finalmente certa luz, não estava tão certo. Disse a seu visitante, de conformidade com ele, que ninguém podia acreditar numa palavra de Hitler e o mesmo acontecia em relação ao amigo de Dahlerus, Hermann Göring, que mentira ao embaixador “um montão de vezes”. Em sua opinião, Hitler estava fazendo um jogo desonesto e implacável.

Mas o sueco, agora no próprio centro dos acontecimentos, não podia persuadir-se — seu despertar veio depois do de Henderson. Justamente para mostrar que o pessimismo do embaixador não anulava seus próprios esforços, ele telefonou de novo ao Ministério do Exterior britânico, às 19:1 Oh, a fim de deixar uma mensagem para Halifax, de que não “haveria dificuldades na resposta alemã” Mas o governo britânico devia dizer aos poloneses para “se comportarem convenientemente”, aconselhou o sueco.49

Cinco minutos mais tarde, às 19:15h de 29 de agosto, Henderson chegou à chancelaria para receber do Führer a verdadeira resposta da Alemanha. Logo tornou-se evidente como tinha sido vazio o otimismo de Göring e de seu amigo sueco. O encontro, como avisou em seguida o embaixador a Halifax, “teve caráter tempestuoso e Herr Hitler estava bem menos sensato que ontem”.

A nota escrita alemã reiterava o desejo do Reich de amizade com a Inglaterra, mas salientava que “não poderia ser obtida ao preço de uma renúncia dos interesses vitais da Alemanha”. Após um longo e familiar recitativo dos crimes, provocações e “ações bárbaras de ultraje que clamavam aos céus”, por parte dos poloneses, a nota apresentava oficialmente as exigências de Hitler, pela primeira vez formuladas por escrito: retorno de Dantzig e do Corredor, e salvaguarda dos alemães na Polônia. Para eliminar as “condições atuais”, ela acrescentava, “não restam mais que dias, menos ainda que semanas, e talvez somente horas”.

A Alemanha, continuava a nota, não podia mais compartilhar do ponto de vista inglês de que a solução deve ser alcançada por negociações diretas com a Polônia. Entretanto, só para satisfazer o governo inglês e no interesse da amizade anglo-alemã, a Alemanha se dispunha a “aceitar a proposta inglesa e entrar em negociações diretas” com a Polônia. “Na eventualidade de um reajustamento territorial na Polônia”, o governo alemão não daria garantias sem a concordância

da União Soviética. (O governo britânico naturalmente não sabia do protocolo secreto do pacto nazi-soviético, dividindo a Polônia). “De resto, ao fazer essas propostas”, afirmava a nota, “o governo alemão não tinha qualquer intenção de ferir os interesses vitais da Polônia ou questionar a existência de um Estado polonês independente”.

E depois, no final, veio a cilada.

Nessa conformidade, o governo alemão concorda em aceitar os bons ofícios oferecidos pelo governo britânico em assegurar o envio a Berlim de um emissário polonês com plenos poderes. O governo alemão aguarda a chegada desse emissário na quarta-feira, 30 de agosto de 1939.

O governo alemão redigirá imediatamente as propostas para uma solução aceitável e as colocará, se possível, à disposição do governo britânico antes da chegada do negociador polonês.⁵⁰

Henderson leu toda a nota, enquanto Hitler e Ribbentrop o observavam, e nada disse até que chegou à passagem em que afirmava que os alemães esperavam a vinda de um emissário polonês com plenos poderes, no dia seguinte.

— Isto soa como um ultimato — ele comentou. Mas Hitler e Ribbentrop negaram energicamente. Simplesmente desejavam expressar, afirmaram eles, “que o tempo urgia, porque dois exércitos inteiramente mobilizados estavam face a face”.

O embaixador, sem dúvida recordando-se da recepção dispensada por Hitler a Schuschnigg e Hácha, diz ter perguntado se, no caso de o plenipotenciário vir, seria ele “bem recebido” e as discussões “conduzidas numa base de completa igualdade”.

— Naturalmente — Hitler respondeu.

Seguiu-se uma azeda discussão provocada, no momento, por uma observação gratuita de Hitler, como Henderson a compreendeu, de que o embaixador “não se importava” com a quantidade de alemães que estavam sendo chacinados na Polônia. A isto, Henderson diz que deu uma “réplica à altura”.*

** "Comecei a gritar para Hitler" telegrafou Henderson a Halifax no dia seguinte."(...) Fiquei gritando um bom tempo com toda minha voz."⁵¹ O espetáculo temperamental não foi mencionado nos recentes documentos britânicos.*

“Abandonei a chancelaria do Reich nessa noite cheio de terríveis pressentimentos”, contou mais tarde Henderson em suas memórias, embora não o mencionasse em seus despachos para Londres à noite. “Meus soldados”, dissera-lhe Hitler, “perguntam-me: sim ou não?” Já haviam perdido uma semana e não podiam dar-se ao luxo de perder outra, “temendo que a estação chuvosa na Polônia favorecesse seus inimigos”.

Não obstante, é evidente dos relatórios oficiais do embaixador e de seu livro que só no dia seguinte, quando outra armadilha foi lançada e a mistificação do Führer ficou clara, foi que compreendeu inteiramente o sentido da cilada de Hitler. O jogo do ditador parece perfeitamente óbvio no texto de sua nota formal. Pedia na noite de 29 de agosto que um emissário, com plenos poderes, se apresentasse em Berlim, no dia seguinte, para negociar. Não resta dúvida de que pensava infligir-lhe o tratamento que dispensara ao chanceler austríaco e ao presidente tchecoslovaco, em circunstâncias que considerava semelhantes. Se os poloneses, como estava bem certo, não enviassem o emissário a Berlim, ou, se o fizessem, o negociador se negasse a aceitar as condições de Hitler, então a Polônia podia ser acusada de recusar “um ajuste pacífico” e a Inglaterra e a França podiam ser induzidas a não vir em sua ajuda, quando atacada. Primitivo, mas simples e claro.*

** O general Halder denunciou sucintamente o jogo de Hitler numa anotação de 29 de agosto: "O Führer espera introduzir uma cunha entre os franceses e os ingleses de um lado, e os poloneses de outro. Estratégia: erguer uma barreira de reivindicações democráticas e demográficas (...) Os poloneses virão a Berlim no dia 30 de agosto. As negociações estourarão a 31 de agosto. A 1 de setembro, começo do uso da força".*

Mas, na noite de 29 de agosto, Henderson não viu tão claramente. Enquanto ainda se encontrava redigindo seus despachos para Londres, descrevendo o encontro com Hitler, ele convidou o embaixador polonês a dar um pulo até a embaixada. Deu-lhe a conhecer a nota alemã e sua conversação com Hitler e, por sua própria conta, “incutiu-lhe a necessidade de uma ação imediata. Implorei-lhe, em nome dos próprios interesses da Polônia, que insistisse junto a seu governo para nomear sem demora alguém para representá-lo nas negociações propostas”.⁵²

No Ministério do Exterior, em Londres, as cabeças estavam mais frias. Às 2h de 29 de agosto, Halifax, depois de refletir sobre a resposta alemã e o relato de Henderson do encontro com Hitler, telegrafou ao embaixador que, embora devesse ser dada cuidadosa consideração à nota alemã, era “naturalmente

insensato esperar que pudéssemos levar um representante polonês a Berlim hoje, e o governo alemão não deve contar com isto”.⁵³ Os diplomatas e funcionários do Ministério do Exterior trabalhavam, agora, febrilmente, em função do relógio, e Henderson transmitiu sua mensagem a Wilhelmstrasse às 4:30h.

Transmitiu quatro novas mensagens de Londres durante o dia 30 de agosto. Uma representava nota pessoal de Chamberlain a Hitler, avisando-o de que a resposta alemã estava sendo estudada, “com toda urgência”, e que seria respondida no fim da tarde. Nesse ínterim, o primeiro-ministro insistiu junto ao governo alemão, como disse que fez ao governo polonês, no intuito de evitar incidentes fronteiriços. De resto, ele “acolhia favoravelmente”, como prova do desejo de um entendimento anglo-alemão, as trocas de pontos de vistas que se sucediam.⁵⁴ A segunda mensagem era de Halifax, em termos semelhantes. Uma terceira, do secretário do Exterior, falava de informações de sabotagem alemã na Polônia e pedia aos alemães que se abstivessem de tais atividades. A quarta mensagem de Halifax, enviada às 18:50h, refletiu um endurecimento, tanto do Ministério do Exterior como do embaixador britânico em Berlim.

Sobre a nova situação, Henderson expedira um telegrama a Londres no começo do dia:

Enquanto eu ainda recomendava que o governo polonês dispendesse esse esforço de última hora para estabelecer contato com Hitler, mesmo que fosse somente para convencer o mundo de que ele se achava preparado para fazer seu próprio sacrifício pela preservação da paz, apenas se pode concluir da resposta alemã que Hitler está determinado a alcançar seus objetivos, por assim dizer, por meios pacíficos, se puder, ou pela força, se não puder.⁵⁵

Nesse momento até Henderson não suportaria outro Munique. Os poloneses nunca cogitaram em aceitar tal solução. Às 10h de 30 de agosto, o embaixador inglês em Varsóvia telegrafara a Halifax que estava certo de “que seria impossível induzir o governo polonês a enviar Beck ou qualquer outro representante imediatamente a Berlim para discutir um acordo na base proposta por Hitler. Combateriam e morreriam, mas nunca se submeteriam a tal humilhação, especialmente depois dos exemplos da Tchecoslováquia, da Lituânia e da Áustria”. Ele sugeriu que se as negociações devessem ser feitas “entre iguais” deveriam ter lugar em algum país neutro.⁵⁶

Com o enrijecimento de sua própria atitude, reforçada pelos seus embaixadores em Berlim e Varsóvia, Halifax telegrafou a Henderson que o governo inglês não podia aconselhar os poloneses a condescender com a

exigência de Hitler de que um emissário com plenos poderes fosse a Berlim. Era “inteiramente descabida”, disse o secretário do Exterior.

Não podeis sugerir [Halifax acrescentou] ao governo alemão que adote um procedimento normal, quando suas propostas estiverem prontas, de convidar o embaixador polonês e entregar-lhe propostas a fim de transmiti-las a Varsóvia e fazer sugestões quanto à conduta das negociações?57

A prometida resposta inglesa à última nota de Hitler foi entregue por Henderson a Ribbentrop à meia-noite de 30 para 31 de agosto.* Seguiu-se então um encontro profundamente dramático, que o dr. Schmidt, o único observador presente, descreveu mais tarde “como o mais agitado que jamais assisti durante meus 23 anos como intérprete”.58

** Embora redigida em termos conciliatórios, a nota inglesa era firme. O governo de Sua Majestade, dizia, “vinha ao encontro” do desejo alemão de melhoria de relações, mas “não sacrificaria os interesses de outros amigos para obter essa melhoria”. Ele compreende perfeitamente, continuava, que o governo alemão não possa “sacrificar os interesses vitais da Alemanha, mas o governo polonês está na mesma posição”. O governo britânico deve fazer “uma ressalva expressa” relativamente aos termos de Hitler e, se bem que insistindo em negociações diretas entre Berlim e Varsóvia, considerou que “seria impraticável estabelecer contato desde logo”. (Texto no Livro azul britânico, p. 142-3).*

“Devo comunicar-vos”, o embaixador telegrafou em seguida a Halifax, “que o comportamento de Ribbentrop, durante uma entrevista desagradável, imitou Hitler no que este tem de pior”. E em seu Final Report três semanas depois, Henderson recordou a “extrema hostilidade do ministro do Exterior alemão, que crescia de violência à medida que eu apresentava as nossas razões. Continuamente agitado em sua cadeira, sentava-se e levantava-se, num estado de grande excitação, e perguntava a todo instante se eu tinha algo mais a dizer. Eu replicava, dizendo que tinha”. Segundo Schmidt, Henderson levantou-se também de sua cadeira. Nesse ponto, diz a única testemunha, ambos saltaram de seus assentos e dardejavam os olhos um para o outro tão ferozmente que o intérprete germânico julgou que fossem às vias de fato.

Mas o importante para a história não é o grotesco desse encontro entre o ministro alemão dos Negócios Estrangeiros e o embaixador de Sua Majestade em Berlim, à meia-noite de 30 para 31 de agosto, mas um acontecimento, durante a violenta entrevista, que determinou o ato final da impostura de Hitler e completou, quando já era muito tarde, a educação de sir Neville Henderson

quanto ao que se relacionava com o Terceiro Reich.

Ribbentrop mal olhou a resposta britânica e nem sequer deu atenção à explicação tentada por Henderson. Quando Henderson aventurou-se a indagar pelas propostas alemãs para um ajuste polonês, prometidas à Inglaterra na última nota de Hitler, Ribbentrop replicou, incisiva e desdenhosamente, que já era demasiado tarde, posto que o emissário polonês não chegara até a meia-noite. Contudo, os alemães a tinham redigido e Ribbentrop passava agora a lê-las.

Leu-as em alemão, “a toda velocidade, ou melhor, papagueou-as tão rapidamente quanto possível, num tom de extremo enfado”, informou Henderson.

*De 16 artigos, fui capaz de apreender a essência de seis ou sete, mas teria sido completamente impossível garantir sua exata significação sem um cuidadoso estudo de seu texto. Quando ele terminou, pedi-lhe para vê-las. Ribbentrop recusou-se categoricamente, lançou o documento com um gesto de desprezo sobre a mesa e disse que já estava fora da hora, pois nenhum emissário polonês chegara até a meia-noite.**

** Ribbentrop que, no entender deste autor, parece ter sido a mais triste figura de todos os principais réus do julgamento de Nuremberg — e fez a mais fraca defesa — declarou que Hitler “ditou pessoalmente” os 16 pontos e tinha “me proibido expressamente de abandonar essas propostas”. Por que, não disse nem lhe foi perguntado na reinquirição. “Hitler disse-me”, Ribbentrop admitiu, “que eu podia comunicar ao embaixador britânico apenas a essência, se eu julgasse aconselhável. Fiz um pouco mais que isso: li todas as propostas do princípio ao fim”.⁵⁹ O dr. Schmidt nega que Ribbentrop lesse o texto das propostas em alemão tão rapidamente que teria sido impossível para Henderson entendê-las. Ele disse que o ministro do Exterior “não se apressava particularmente”. Henderson, disse Schmidt, “não era exatamente um mestre de alemão” e poderia ter sido mais eficiente nessas conversações cruciais se tivesse utilizado sua língua natal. O inglês de Ribbentrop era excelente, mas recusava-se a falá-lo nessas entrevistas.⁶⁰*

Pode ser que a oportunidade tivesse passado, já que assim os alemães decidiam, mas o importante é que essas propostas nunca se destinaram a ser levadas a sério, ou mesmo consideradas de todo. Na verdade, foram um embuste. Significaram uma simulação para lograr o povo alemão e, se possível, a opinião mundial, na crença de que Hitler tentara até o último instante alcançar um acordo razoável sobre suas reivindicações em relação à Polônia. O Führer assim admitiu. O dr. Schmidt mais tarde ouviu-o dizer: “Tinha necessidade de um álibi, especialmente para o povo alemão, para demonstrar-lhe que eu fiz tudo

para manter a paz. Isto explica minha generosa oferta a respeito de um acordo nas questões de Dantzig e do Corredor”.**

*** O texto das 16 propostas foi telegrafado ao encarregado de negócios alemão em Londres, às 21:15h de 30 de agosto, quatro horas antes de Ribbentrop tagarelar sobre elas a Henderson. Mas o enviado germânico em Londres recebeu instruções de que "elas fossem conservadas em estrito segredo e não fossem comunicadas a ninguém, a não ser com novas instruções".⁶¹ Hitler, em sua nota do dia anterior, deve ser recordado, havia prometido colocá-las à disposição do governo britânico antes da chegada do negociador polonês.*

Comparadas às exigências anteriores, as atuais eram generosas, assombrosamente generosas. Hitler apenas reclamava que Dantzig retornasse à Alemanha. O futuro do Corredor seria decidido por um plebiscito, e só depois de um período de 12 meses, quando os espíritos se tivessem acalmado. A Polônia conservaria o porto de Gdynia. Aquela que recebesse o Corredor pelo plebiscito garantiria à outra parte as rotas extraterritoriais rodoferroviárias por ele — esta foi uma reversão de sua oferta da primavera passada. Devia haver uma permuta de populações e concessão de direitos completos aos nacionais de um país no outro.

Poder-se-ia especular que se estas propostas tivessem sido oferecidas seriamente, teriam indiscutivelmente servido de base pelo menos às negociações entre a Alemanha e a Polônia, e bem poderiam ter poupado o mundo de sua segunda grande guerra em apenas uma geração. Estas propostas foram difundidas pelo rádio para o povo alemão, às 21h do dia 31 de agosto, oito horas e meia depois de Hitler ter emitido a ordem final para o ataque à Polônia e, tanto quanto eu podia julgar, em Berlim, elas conseguiram engazopar o povo alemão. E na verdade enganaram este autor, que ficou profundamente impressionado com a sua razoabilidade quando as escutou pelo rádio, impressão esta que manifestou em sua transmissão radiodifundida para os Estados Unidos nessa última noite de paz.

Henderson regressou à embaixada de Sua Majestade nessa noite de 30 para 31 de agosto convencido de que, como afirmou mais tarde, “a última esperança de paz se havia desvanecido”. Mas continuava tentando. Tirou o embaixador polonês da cama às 2h, convidou-o a vir a toda pressa à embaixada, fez-lhe “um relato objetivo e meticulosamente moderado” de sua conversação com Ribbentrop, mencionou a cessão de Dantzig e o plebiscito no Corredor como os dois principais pontos nas propostas alemãs, afirmou que tanto quanto pôde entender “elas não eram muito insensatas” e sugeriu que Lipski recomendasse a seu governo que

propusesse imediatamente um encontro entre os marechais-de-campo Smigly-Rydz e Göring. “Sinto-me obrigado a acrescentar”, disse Henderson, “que não conceberia o êxito de quaisquer negociações se vierem a ser conduzidas por Herr von Ribbentrop”.* 62

** Num despacho a Halifax, completado às 5:15h (31 de agosto), Henderson informou que também advertira Lipski, "em termos insistentes", para telefonar a Ribbentrop e pedir-lhe as propostas alemãs, a fim de que pudesse comunicá-las ao governo polonês. Lipski disse que primeiramente teria de falar com Varsóvia. "O embaixador polonês", aditou Henderson, "prometeu telefonar, em seguida, a seu governo, mas ele é tão inerte ou manietado pelas instruções de seu governo que não posso confiar que sua ação seja eficaz".63*

Entrementes, o incansável Dahlerus não estivera inativo. Às 22h de 29 de agosto, Göring chamou-o à sua casa e informou-lhe do “curso insatisfatório” do encontro, que terminara há pouco, entre Hitler, Ribbentrop e Henderson. O corpulento marechal-de-campo estava histérico e tratou seu amigo sueco com uma violenta explosão contra os poloneses e ingleses. Depois serenou, garantiu a seu visitante que o Führer se dispunha a trabalhar na redação de uma oferta magnânima (Grosszügig) à Polônia, em que a única reclamação definida seria o retorno de Dantzig, deixando generosamente o futuro do Corredor para ser decidido por plebiscito “sob controle internacional”. Dahlerus perguntou brandamente pela extensão da área do plebiscito, ao que Göring arrancou uma página de um velho atlas e com lápis colorido sombreou as partes polonesa e alemã, incluindo na alemã não somente a Polônia prussiana de antes da guerra, como também a cidade industrial de Lodz, que se situava a 96 quilômetros a leste da fronteira de 1914. O intermediário sueco não podia deixar de notar a “rapidez e a despreocupação” com que tão importantes decisões eram tomadas no Terceiro Reich. Não obstante, concordou com o pedido de Göring de voar imediatamente de volta a Londres, para garantir ao governo britânico que Hitler ainda queria a paz. E apontou como prova disto que o Führer estava preparando uma oferta muito generosa à Polônia.

Dahlerus, que parece jamais ter se fatigado, partiu de Londres às 4h de 30 de agosto. No caminho de Heston para a cidade mudou de carro diversas vezes, a fim de despistar os repórteres dos jornais (pelo visto nenhum jornalista jamais soube de sua existência), e chegou a Downing Street às 10:30h, sendo imediatamente recebido por Chamberlain, Halifax, Wilson e Cadogan.

Mas nesse momento os três arquitetos britânicos de Munique (Cadogan, um funcionário permanente do Ministério do Exterior, sempre foi impermeável aos encantos nazistas) não poderiam mais ser enganados por Hitler e Göring, nem

estavam impressionados com os esforços de Dahlerus. O bem-intencionado sueco encontrou-os “extremamente desconfiados” com respeito a ambos os líderes nazistas e “inclinados a admitir que nada agora impediria Hitler de declarar guerra à Polônia”. Além disto, o governo inglês, conforme foi esclarecido ao mediador sueco, não caíra na impostura de Hitler, solicitando que o plenipotenciário polonês se apresentasse em Berlim dentro de 24 horas.

Mas Dahlerus, como Henderson em Berlim, continuava tentando. Telefonou a Göring em Berlim, sugerindo que o encontro dos delegados germano-poloneses se efetuasse “fora da Alemanha” e recebeu a resposta sumária de que “Hitler estava em Berlim” e o encontro teria de se realizar ali.

Assim, o mediador sueco nada conseguiu nesse vôo. Estava de volta a Berlim à meia-noite. Lá, pelo menos, deve-se dizer, teve outra oportunidade de ser útil. Chegou ao quartel-general de Göring meia-noite passada, para encontrar o chefe da Luftwaffe mais uma vez num estado de ânimo expansivo. O Führer, disse Göring, acabara de entregar a Henderson, por intermédio de Ribbentrop, destinada à Polônia, “uma oferta democrática, justa e exequível”. Dahlerus, que se moderara em razão do seu encontro em Downing Street, telefonou a Forbes, na embaixada inglesa, para conversar, e então soube que Ribbentrop havia “papagueado” tão rapidamente as condições que Henderson não fora capaz de entendê-las inteiramente, além de lhe ter sido recusado um exemplar do texto. Dahlerus disse ter expressado a Göring que essa não era, de modo nenhum, a forma de “tratar o embaixador de um império como a Inglaterra”, e sugeriu que o marechal-de-campo, que possuía uma cópia dos 16 pontos, lhe permitisse ler pelo telefone o texto à embaixada inglesa. Após alguma hesitação, Göring concordou.*

** Em Nuremberg, Göring declarou que ao entregar o texto da oferta de Hitler à embaixada inglesa, estava aceitando "um risco enorme já que o Führer proibira que a informação fosse conhecida do público" "Só eu", disse Göring no tribunal, "podia aceitar tal risco".64*

Por instigação de um negociante sueco desconhecido, em conivência com o chefe da força aérea, foram, pois, enganados Hitler e Ribbentrop, e a Inglaterra informada das propostas alemãs à Polônia. Talvez nesse momento o marechal-de-campo, que não era absolutamente ignorante ou inexperiente no manejo dos assuntos exteriores, percebesse, mais rapidamente que o Führer e seu servil ministro do Exterior, certas vantagens que podiam ser alcançadas se se deixasse que os ingleses descobrissem o segredo.

Para assegurar-se, duplamente, que Henderson o obtivera corretamente, Göring enviou Dahlerus à embaixada inglesa às 10h de quinta-feira, 31 de agosto, com uma cópia datilografada dos 16 pontos. Henderson ainda continuava procurando persuadir o embaixador polonês a estabelecer o “desejado contato” com os alemães. Às 8h, ele mais uma vez insistira sobre isto com Lipski, agora pelo telefone, advertindo-o que, a menos que a Polônia agisse até o meio-dia, devia haver guerra.* Logo depois que Dahlerus chegou com o texto das propostas alemãs, Henderson despachou-o, juntamente com Forbes, à embaixada polonesa. Lipski, que jamais ouvira falar de Dahlerus, apresentava-se algo confuso no encontro com o sueco — estava então, como a maioria dos principais diplomatas em Berlim, extremamente cansado — e ficou irritado quando Dahlerus instou com ele para ir imediatamente a Göring e aceitar a oferta do Führer. Solicitando ao sueco para ditar os 16 pontos a um secretário na sala contígua, manifestou sua contrariedade a Forbes por admitir “um estranho”, nesse último momento, num assunto tão sério. O mortificado embaixador polonês devia também estar deprimido pela pressão que Henderson exercia sobre ele e seu governo para negociar prontamente uma oferta que acabava de receber de forma não oficial e sub-reptícia, mas que o enviado britânico, como tinha dito a Lipski na noite anterior, pensava não ser “no todo, demasiado desarrazoada”.** Ele não sabia que o ponto de vista de Henderson não era endossado por Downing Street. Sabia, porém, que não tencionava seguir o conselho de um sueco desconhecido, embora enviado pelo embaixador inglês, de ir a Göring para aceitar a oferta de Hitler, mesmo que estivesse autorizado, o que não era o caso.***

** Mesmo o sensato embaixador francês apoiou nisto seu colega britânico. Henderson lhe telefonara às 9h para dizer que se os poloneses não concordassem em enviar, até ao meio-dia, um plenipotenciário a Berlim, o exército alemão começaria seu ataque. Coulondre dirigiu-se imediatamente à Embaixada da Polónia e insistiu com Lipski para telefonar a seu governo, solicitando autorização para iniciar contato imediato com os alemães, "na qualidade de plenipotenciário".*

*** No momento, quer dizer, antes do meio-dia de 31 de agosto, Henderson, esforçando-se desesperadamente pela paz quase a qualquer preço, convencera-se de que as condições alemãs eram perfeitamente razoáveis e mesmo moderadas. E apesar de Ribbentrop lhe haver dito que as propostas alemãs "perderam a oportunidade, desde que nenhum emissário polonês chegara", e apesar de o governo polonês ainda não as ter examinado, e apesar ainda de que elas, em uma palavra, eram um embuste, Henderson continuou batendo-se junto a Halifax, durante todo o dia, para fazer pressão sobre os poloneses, a fim de que enviassem um plenipotenciário como Hitler reclamara, e continuou defendendo a razoabilidade dos 16 pontos de Hitler.*

**** Houve outro episódio diplomático um tanto extraordinário nesse último dia de paz, que merece uma nota ao pé da página. Dahlerus voltou com Lipski da visita à embaixada britânica, de onde, ao meio-dia, do gabinete de Henderson, fez um chamado telefônico para sir Horace Wilson, no Ministério do Exterior em Londres. Ele disse a Wilson que as propostas alemãs eram "extremamente liberais", mas que o embaixador polonês acabava de rejeitá-las. "É evidente que os poloneses", disse, "estão obstruindo as possibilidades de negociações"*

Nesse momento, Wilson ouviu certos ruídos na linha de longa distância, parecendo-lhe que os alemães estivessem ouvindo. Procurou terminar a conversação, mas Dahlerus persistia em divagar acerca da insensatez dos poloneses. "Disse novamente a Dahlerus", sir Horace escreveu num memorando ao Ministério do Exterior, "para calar-se, mas como não o fizesse, desliguei o receptor".

Wilson comunicou essa indiscrição, praticada no próprio gabinete do embaixador de Sua Majestade em Berlim, a seus superiores. Às 13h, menos de uma hora depois, Halifax telegrafou a Henderson em código: "Deveis tomar cuidado efetivo com o uso do telefone. A conversação de D (Dahlerus era sempre mencionado nas mensagens entre o Ministério de Exterior e a embaixada em Berlim como "D") ao meio-dia, da embaixada, foi bastante indiscreta e certamente foi ouvida pelos alemães".66

O último dia de paz

Os governos francês e inglês, embora bastante céticos a respeito de Hitler, e tendo conseguido que os alemães e poloneses concordassem em negociar diretamente, concentraram seus esforços em levar a cabo tais conversações. Neste sentido, a Inglaterra tomou a direção, apoiada diplomaticamente em Berlim, e especialmente em Varsóvia, pela França. Não obstante os ingleses não aconselhassem os poloneses a aceitar o ultimato de Hitler, para remeter um emissário com plenos poderes a Berlim,

Às 12:30h (31 de agosto), Henderson telegrafou a Halifax no sentido de insistir junto à Polônia para que Lipski pedisse ao governo alemão as suas propostas a fim de transmiti-las urgentemente ao governo polonês, 4 com a sugestão de enviar um plenipotenciário". Henderson argumentava: "As condições me pareceram moderadas. Isto não é Munique (...), a Polônia jamais conseguirá tão boas condições novamente (...)."

Ao mesmo tempo, Henderson escreveu uma longa carta a Halifax: "(...) As propostas alemãs não põem em perigo a independência da Polônia (...) Provavelmente ela obterá um negócio pior mais tarde (...)."

Proseguindo ainda, Henderson telegrafou a Halifax à 0:30h de 1º de setembro, quatro horas antes do programado ataque germânico ter início (embora não soubesse disto): “As propostas alemãs (...) não são insensatas (...) Admito que ante a oferta alemã a guerra seria inteiramente injustificável.” Insistia de novo para que o governo inglês pressionasse os poloneses, “numa linguagem inequívoca”, para indicar “sua intenção de enviar um plenipotenciário a Berlim”.

O embaixador inglês em Varsóvia adotou uma posição diferente. Telegrafou a Halifax no dia 31 de agosto: “O embaixador de Sua Majestade em Berlim parece considerar razoáveis as condições alemãs. Temo não poder concordar com ele, tendo em mira o ponto de vista de Varsóvia.”65

a 30 de agosto, sustentando que tal exigência era, como Halifax telegrafou a Henderson, “completamente insensata”, eles instaram com o coronel Beck para declarar que ele se achava pronto a negociar com Berlim “sem demora”. Tal a essência de uma mensagem que Halifax enviou a seu embaixador em Varsóvia, no fim da noite de 30 de agosto. Kennard devia informar a Beck o conteúdo da nota inglesa para a Alemanha, que Henderson estava apresentando a Ribbentrop, assegurando-lhe que a Inglaterra cumpriria seus compromissos com a Polônia, mas acentuava a importância da anuência da Polônia em favor de discussões diretas e imediatas com a Alemanha.

Consideramos isto como da máxima importância [telegrafou Halifax], tanto do ponto de vista da situação interna da Alemanha como da opinião mundial, pois, enquanto o governo alemão se confessa pronto a negociar, nenhuma oportunidade deve ser dada a ele de acusar a Polónia por um conflito.67

Kennard viu Beck à meia-noite e o ministro do Exterior polonês prometeu consultar seu governo e dar-lhe “uma resposta refletida” ao meio-dia de 31 de agosto. O despacho de Kennard relatando a entrevista chegou ao Ministério do Exterior inglês às 8h e Halifax ficou inteiramente satisfeito. Ao meio-dia — estava-se no último dia de agosto — telegrafou a Kennard que se pusesse em combinação com o seu colega francês, em Varsóvia (Léon Noël, o embaixador francês), e sugerisse ao governo polonês

que tornasse conhecido ao governo alemão de preferência diretamente, se não por nosso intermédio, que estava ciente de nossa última resposta ao governo alemão e que confirmava a aceitação do princípio das discussões diretas.

O governo francês temia que o governo alemão pudesse tirar proveito do silêncio por parte do governo polonês.68

Lorde Halifax continuava ainda apreensivo em relação a seus aliados poloneses, e antes de se passarem duas horas, à 13:45h, novamente telegrafou a Kennard:

Peço informar imediatamente ao governo polonês e aconselhá-lo, uma vez que aceitaram iniciar discussões diretas, a dar imediatas instruções ao embaixador polonês em Berlim, no sentido de dizer ao governo alemão que, caso tenha quaisquer propostas, está pronto a transmiti-las a seu governo, de modo a que possa imediatamente considerá-las e fazer sugestões para as primeiras discussões.69

Mas, pouco antes de esse telegrama ser remetido, Beck, em resposta à démarche da meia-noite passada, já informara ao embaixador inglês, numa nota escrita, que o governo polonês ‘confirma sua disposição (...) para a troca direta de opiniões’, e garantira-lhe, oralmente, que instruíra Lipski a procurar uma entrevista com Ribbentrop e dizer que “a Polônia aceitava as propostas inglesas”. Quando Kennard perguntou a Beck o que Lipski faria se Ribbentrop lhe apresentasse as propostas alemãs, o ministro do Exterior replicou que seu embaixador em Berlim não estava autorizado a aceitá-las, pois, “em face da experiência passada, isso podia ser acompanhado por alguma espécie de ultimato”. O importante, disse Beck, era reencetar o contato, “e os pormenores seriam discutidos logo mais, para se saber onde, com quem e em que base as negociações deviam ser começadas”. À luz da “experiência anterior”, relembra agora pelo ministro do Exterior polonês, que outrora fora um pró-nazista, não era um ponto de vista absurdo. Kennard mandou dizer a Londres, por telegrama, ter Beck acrescentado, que, “se convidado para ir a Berlim, naturalmente não o faria, pois não tencionava ser tratado como o presidente Hácha”.70

Na verdade, Beck não mandou a Lipski todas essas instruções. Em lugar de dizer que a Polônia aceitava as propostas inglesas, Lipski foi orientado a dizer aos alemães que a Polônia “considerava favoravelmente” as sugestões inglesas e apresentaria uma resposta formal “nas próximas horas, o mais tardar”.

Havia mais que isso nas instruções de Beck para Lipski e os alemães sabiam, por terem descoberto a escrita cifrada polonesa.

Por uma razão simples e cabal, que se tornou logo manifesta, os alemães não estavam ansiosos por receber o embaixador polonês em Berlim. Era demasiado tarde. Às 13h, alguns minutos depois de ter acolhido suas instruções telegráficas de Varsóvia, Lipski solicitou uma entrevista a Ribbentrop a fim de apresentar-lhe

uma comunicação de seu governo. Depois de aguardar um par de horas, ele recebeu um chamado telefônico de Weizsäcker perguntando, em nome do ministro do Exterior alemão, se ele vinha como emissário com plenos poderes “ou em qualquer outra qualidade”.

“Respondi”, informou mais tarde Lipski, em seu relatório final,⁷¹ “que solicitava uma entrevista como embaixador, para apresentar uma comunicação de meu governo”.

Seguiu-se outra longa espera. Às 17h, Attolico chamou Ribbentrop e comunicou-lhe o “desejo urgente do Duce” de que o Führer recebesse Lipski “para estabelecer, dessa forma pelo menos, o mínimo contato necessário no sentido de evitar uma ruptura final”. O ministro do Exterior alemão prometeu transmitir o desejo do Duce ao Führer.⁷²

Não era o primeiro apelo do embaixador italiano para a Wilhelmstrasse nesse último dia de agosto, a fim de tentar salvar a paz. Às 9h, Attolico tinha avisado Roma de que a situação era desesperada e que, a menos que “algo de novo surgisse, devia haver guerra dentro de algumas horas”. Em Roma, Mussolini e Ciano puseram-se a pensar em busca de alguma coisa nova. O primeiro resultado foi que Ciano telefonou a Halifax para dizer que Mussolini não interviria, a menos que fosse capaz de conseguir para Hitler “um bom prêmio: Dantzig”. O secretário do Exterior britânico não aceitou a parada, dizendo a Ciano que a primeira coisa a ser feita era estabelecer contato direto entre os alemães e os poloneses por intermédio de Lipski.

Assim, Attolico viu Weizsäcker às 11:30h, no Ministério do Exterior alemão, e comunicou-lhe que Mussolini estava em contato com Londres e sugerira o retorno de Dantzig como primeiro passo para um ajuste germano-polonês, e que o Duce necessitava uma certa “margem de tempo” para levar a cabo seu plano de paz. Nesse meio-tempo, não poderia o governo alemão receber Lipski?

Lipski foi recebido por Ribbentrop às 18:15h, cinco horas depois que solicitou a entrevista. Não se demorou muito. O embaixador, a despeito de sua fadiga e dos nervos exaustos, conduzia-se com grande dignidade. Leu para o ministro do Exterior nazista uma comunicação escrita.

Na última noite o governo polonês foi informado, pelo governo britânico, de uma troca de opiniões com o governo do Reich quanto à possibilidade de negociações diretas entre os governos polonês e alemão. O governo polonês considera favoravelmente a sugestão do governo inglês e lhe dará uma

resposta formal sobre o assunto nas próximas horas.

“Acrescentei”, disse Lipski mais tarde, “que estivera tentando apresentar essa declaração desde as 13h”. Quando Ribbentrop perguntou-lhe se tinha vindo como emissário autorizado a negociar, o embaixador respondeu que, no momento, ele apenas recebera instruções para transmitir a comunicação que acabara de ler, e ato contínuo entregou-a ao ministro do Exterior. Ribbentrop disse que esperava que Lipski viesse como “delegado plenipotenciário”, e quando o embaixador novamente declarou que não desempenhava tal papel, foi sumariamente despachado. Ribbentrop disse que informaria o Führer.⁷³

“Ao retornar à embaixada”, contou depois Lipski, “fui incapaz de pôr-me em comunicação com Varsóvia, pois os alemães haviam cortado meu telefone”.

As perguntas de Weizsäcker e Ribbentrop quanto à qualidade do embaixador como negociador foram pura formalidade. Tinham um olho, sem dúvida, nos anais, pois já desde o meio-dia, quando a comunicação de Lipski fora recebida por telegrama de Varsóvia, os alemães sabiam que ele não vinha como plenipotenciário, como exigiam. Haviam decifrado logo o telegrama. Uma cópia fora remetida a Göring, que a mostrou a Dahlerus e orientou-o para levá-la prontamente a Henderson, de modo que o governo inglês, como mais tarde explicou o marechal-de-campo perante Nuremberg, “pudesse verificar o mais rapidamente possível quanto era intransigente a atitude polonesa”. Göring leu para o tribunal as instruções secretas destinadas a Lipski, de que o embaixador se abstinisse de realizar negociações oficiais, “sob qualquer circunstância”, e insistindo que não tinha “poderes plenipotenciários”, mas apenas autorização de entregar a comunicação oficial de seu governo. Em seu depoimento, o marechal-de-campo fez uso disto, em seu inútil esforço para convencer os juizes de Nuremberg de que a Polônia havia sabotado a última oferta de Hitler pela paz e que, como disse, ele, Göring, não queria a guerra e fizera tudo para evitá-la. Mas a sinceridade de Göring estava apenas um pouco acima da de Ribbentrop, e um exemplo disto foi sua posterior assertiva ante o tribunal de que somente depois da visita de Lipski a Wilhelmstrasse, às 18:15h de 31 de agosto, Hitler decidiu sobre “a invasão no dia seguinte”.

A verdade foi inteiramente diversa. De fato, todos aqueles movimentos apressados de última hora dos cansados e extenuados diplomatas e dos superesgotados homens que os orientavam nessas tarde e noite daquele último dia de agosto de 1939 não foram mais do que um bater no ar, inteiramente fútil, e, no caso dos alemães, proposital e completamente enganador.

Meia hora depois do meio-dia de 31 de agosto, antes que lorde Halifax tivesse instado os poloneses a serem mais condescendentes, antes que Lipski pedisse para ver Ribbentrop, antes que os alemães tivessem feito conhecidas, publicamente, suas propostas generosas à Polônia e antes ainda que Mussolini tivesse tentado intervir, Adolf Hitler tomara sua decisão definitiva e emitira a ordem final, que devia lançar o planeta em sua guerra mais sangrenta.

Comandante Supremo das Forças Armadas

EXTREMAMENTE SECRETO

Berlim, 31 de agosto de 1939

Diretiva nº 1 para a condução da guerra

1. Agora que estão esgotadas todas as possibilidades políticas de disposição, por meios pacíficos, de uma situação que é intolerável para a Alemanha na fronteira oriental, decidi por uma solução pela força.

2. O ataque à Polônia deve ser realizado de acordo com os preparativos feitos para o Caso Branco, com as alterações consequentes, no tocante ao exército, do fato de que ele quase concluiu nesse meio-tempo seus planos.

A distribuição de tarefas e o objetivo operacional permanecem inalterados.

Data do ataque: 1º de setembro de 1939.

Hora do ataque: 4:45h. [Intercalado em lápis vermelho].

Esse horário também se aplica à operação em Gdynia, baía de Dantzig e Ponte de Dirschau.

3. No Ocidente, é importante que a responsabilidade pela abertura das hostilidades fique circunscrita à Inglaterra e à França. No momento, insignificantes violações de fronteiras devem ser enfrentadas por ações puramente locais.

A neutralidade da Holanda, da Bélgica, de Luxemburgo e da Suíça, de que somos fiadores, deve ser escrupulosamente observada.

Em terra, a fronteira ocidental alemã não pode ser cruzada sem minha permissão expressa.

*No mar, o mesmo se aplica para todas as ações bélicas, ou outras que possam ser consideradas como tais.**

Se a Inglaterra e a França abrirem as hostilidades contra a Alemanha, a tarefa das formações da Wehrmacht em operação no Ocidente é de conservar suas forças tanto quanto possível, e assim manter as condições para uma vitória nas operações contra a Polônia. As forças inimigas e seus recursos econômico-militares dentro desses limites devem ser os mais prejudicados possíveis. Em qualquer caso, reservo para mim mesmo as ordens de passar ao ataque.

O exército defenderá a muralha ocidental e fará preparativos para impedir que seja atingida no norte, pela violação do território belga e do holandês pelas potências ocidentais (...).

A marinha realizará a campanha contra a navegação mercante, visando principalmente a Inglaterra (...). A força aérea deve, em primeiro lugar, impedir que as forças aéreas francesa e inglesa ataquem o exército alemão e o Lebensraum alemão.

Ao conduzir-se a guerra contra a Inglaterra, devem ser feitos preparativos para a utilização da Luftwaffe no despedaçamento dos suprimentos ingleses pelo mar, as indústrias de armamentos e o transporte de tropas para a França. Deve ser aproveitada uma oportunidade favorável a um ataque maciço, eficaz, contra as unidades navais britânicas, especialmente contra os encouraçados e porta-aviões. Serão de minha decisão os ataques contra Londres.

Devem ser feitos preparativos para ataques contra o território britânico, tendo em conta que êxitos parciais com forças insuficientes têm em todos os casos de ser evitados.

*Adolf Hitler*74

** Uma nota marginal na diretiva esclarece esse ponto ambíguo: "Assim, as forças do Atlântico ficarão no momento em posição de expectativa".*

Logo depois do meio-dia de 31 de agosto, Hitler, então, formalmente e por escrito, ordenou que o ataque à Polônia começasse na madrugada do dia seguinte. Como indicam suas primeiras diretivas de guerra, ele ainda não estava completamente certo do que fariam a Inglaterra e a França. Ele se absteria de atacá-las primeiro. Caso adotassem posição hostil, estava preparado para enfrentá-las. Talvez, como Halder indicara em seu apontamento diário de 28 de

agosto, efetuariam manobras para honrar seus compromissos com a Polônia e “fariam uma guerra simulada”. Se assim fosse, o Führer não levaria “a mal”.

Provavelmente o ditador nazista tomou sua decisão fatal um pouco mais cedo que 12:30h do último dia de agosto. Às 18:40h do dia anterior, Halder rabiscou em seu diário uma comunicação do tenente-coronel Curt Siewert, ajudante do general von Brauchitsch: “Faça todos os preparativos de modo que o ataque possa começar às 4:30h de 1º de setembro. As negociações em Londres podem exigir adiamento para 2 de setembro. Neste caso, seremos notificados antes das 15h de amanhã (...) Führer: ou 1º ou 2 de setembro. Tudo abandonado depois de 2 de setembro.” Em virtude das chuvas de outono, o ataque tinha de começar imediatamente ou devia desistir-se dele completamente.

Na manhã de 31 de agosto, bem cedo, embora ainda Hitler afirmasse que continuava esperando o emissário polonês, o exército alemão recebeu suas ordens. Às 6:30h, Halder escreveu: “A palavra da chancelaria do Reich é de que a ordem de assalto foi dada para 1º de setembro”. Às 11:30h: “o general Stülpnagel informa da fixação do horário de ataque para 0445 (4:45h). Intervenção do Ocidente inevitável. Apesar disto o Führer decidiu atacar”. Uma hora depois a Diretiva Formal nº 1 foi baixada.

Recordo que havia uma atmosfera lúgubre, nesse dia, em Berlim. Tudo parecia girar num aturdimento. Às 7:25h Weizsäcker telefonara a Ulrich von Hassell, um dos conspiradores, e lhe pedira para vir vê-lo urgentemente. O secretário de Estado vislumbrava apenas uma única esperança: que Henderson pudesse persuadir Lipski e seu governo a enviar um plenipotenciário polonês imediatamente, ou pelo menos para anunciar sua disposição de enviá-lo. Poderia o desempregado Hassell ver seu amigo Henderson em seguida, e também Göring, para esse fim? Hassell tentou. Avistou-se com Henderson duas vezes e com Göring uma vez. Mas, diplomata veterano e agora antinazista que era, ele não parecia compreender que os acontecimentos tinham sobrepulado tão insignificantes esforços. Nem ele entendeu a extensão de suas próprias confusões e das de Weizsäcker e de todos os bons alemães que, naturalmente, queriam a paz — em termos germânicos. Pois deve ter ficado evidente para eles, a 31 de agosto, que haveria guerra, a menos que Hitler ou os poloneses recuassem, e não havia a menor possibilidade de um ou outro capitular. Ademais, como o apontamento diário de Hassell nesse dia deixa claro, ele esperava que os poloneses recuassem e seguissem o mesmo caminho desastroso tomado pelos austríacos e pelos tchecos.

Quando Henderson tentou indicar a Hassell que a “dificuldade principal”

residia nos métodos alemães, na forma em que mandavam os poloneses dar voltas “como garotos patetas”, Hassell retrucou, incisivamente, “que o silêncio persistente dos poloneses também era digno de objeções”. Acrescentou que “tudo dependia de que Lipski se apresentasse — não para formular perguntas, mas para declarar sua disposição de negociar”. Os poloneses, que estavam ameaçados de um ataque iminente em virtude das apregoadas acusações nazistas, mesmo para Hassell não tinham o direito de levantar questões. E quando o antigo embaixador resumiu suas “conclusões finais” acerca da irrupção da guerra, embora culpasse Hitler e Ribbentrop por “assumirem intencionalmente o risco de guerra com as potências ocidentais”, ele também jogou muita responsabilidade sobre os poloneses e mesmo sobre os ingleses e franceses. “Os poloneses, de sua parte”, escreveu, “com seu orgulho polonês e seu fatalismo eslávico, confiantes do apoio inglês e francês, tinham perdido a oportunidade de evitar a guerra”. Pode-se apenas indagar que oportunidade eles perderam, salvo a de capitular a todas as exigências de Hitler. “O governo em Londres”, acrescentou Hassell, “(...) entregou-se à corrente justamente nos últimos dias e adotou uma espécie de atitude de ‘diabos me levem’. A França atravessou as mesmas fases, apenas com muito maior hesitação. Mussolini fez tudo que estava ao seu alcance para impedir a guerra.”⁷⁵ Se um diplomata tão educado, culto e experiente como Hassell podia ser assim confuso em seu pensamento, é de admirar que tenha sido fácil para Hitler enganar a massa do povo alemão?

Durante o declínio da tarde do último dia de paz, agora ocorria ali um interlúdio algo grotesco. Em face do que já é conhecido acerca das decisões do dia, podia pensar-se que o comandante da Luftwaffe, que devia aplicar operações aéreas em vasta escala contra a Polônia na madrugada seguinte, seria um marechal-de-campo muito ocupado. Ao contrário. Dahlerus levou-o a almoçar no hotel Esplanada e ofereceu-lhe boa comida e boa bebida. O conhaque era de tão fina qualidade que Göring insistiu em levar à força duas garrafas quando saiu. Tendo conseguido que o marechal-de-campo ficasse num estado de ânimo apropriado, Dahlerus propôs que ele convidasse Henderson para uma conversa. Depois de obter permissão de Hitler, ele assim o fez, convidando Henderson e Forbes à sua casa para o chá das 17h. Dahlerus (cuja presença não é mencionada por Henderson no seu Final Report ou em seu livro) disse que ele sugeriu que Göring, em nome da Alemanha, tivesse um encontro com um emissário polonês na Holanda e que Henderson promettesse submeter a proposta a Londres. A versão do embaixador britânico sobre este “chá das 17h”, dada em seu Final Report, foi de que Göring “falou durante duas horas sobre as iniquidades dos poloneses e a respeito do desejo de Hitler, e seu próprio, de amizade com a Inglaterra. Foi uma conversação que não levou a parte alguma (...). Minha impressão era de que isso constituía um esforço final de sua parte, mas baldado,

para separar a Inglaterra dos poloneses (...) Tive o pressentimento do pior pelo fato de que, numa situação como aquela, ele me dava tanto de seu tempo (...) Dificilmente poderia ter-se dado ao luxo, nesse momento, de desperdiçar tempo em conversação se isto não significasse que tudo, até o último pormenor, já estava pronto para a ação”.

A terceira e mais mordente descrição desse bizarro chá das 17h foi apresentada por Forbes numa resposta a um questionário do advogado de Göring, em Nuremberg.

*O ambiente era negativo e desesperado, embora amistoso (...). A declaração de Göring ao embaixador inglês foi: se os poloneses não se dessem por vencidos, a Alemanha os esmagaria como piolhos; e se a Inglaterra se decidisse a declarar guerra, ele lamentaria grandemente, mas isto seria a maior imprudência da Inglaterra.*⁷⁶

Mais tarde, à noite, segundo seu próprio relato, Henderson redigiu uma mensagem para Londres dizendo “que seria para mim completamente inútil fazer quaisquer novas sugestões, já que elas mais uma vez seriam superadas pelos acontecimentos e que o único recurso que nos restava era demonstrar nossa inflexível determinação de resistir à força com a força.*

** Ele pode tê-la redigido nessa noite, mas não a enviou a Londres até às 15:45h do dia seguinte, quase 12 horas depois que o ataque alemão tinha começado. Seguiram-se diversos telegramas que, como a mensagem, foram telefonados a Londres — de modo que as transmissões eram simultâneas — informando a irrupção das hostilidades. Dizia: a desconfiança mútua de alemães e poloneses é tão completa que seria inteiramente inútil para mim (sic) fazer quaisquer novas sugestões daqui, já que mais uma vez seriam superadas pelos acontecimentos ou a nada conduziriam, como resultado dos métodos seguidos ou de considerações de honra e prestígio. "A última esperança reside na determinação de nossa parte de resistir à força com a força."*⁷⁷

A desilusão de sir Nevile Henderson parecia ser total. A despeito de todos os seus tremendos esforços nesses anos para apaziguar o insaciável ditador nazista, sua missão na Alemanha, como a classificava, falhara. Nas horas finais do último dia de agosto, esse inglês afável e superficial, cuja diplomacia pessoal fora tão desastrosamente cega, procurava conformar-se com o colapso esmagador de seus planos malogrados e de suas vãs esperanças. E embora ele viesse a sofrer um golpe mais característico e incrível no dia seguinte, ou seja, o primeiro dia da guerra, uma antiga verdade despontava para ele: houve épocas e

circunstâncias em que, como finalmente disse, a força deve ser enfrentada pela força.**

*** Desde que amigos que leram esta seção expressaram dúvidas acerca da objetividade deste autor na apreciação de Henderson, talvez outra opinião sobre o embaixador inglês em Berlim deva ser dada. Sir L. B. Namier, historiador britânico, caracterizara Henderson da seguinte forma: "Vaidoso, frívolo, presunçoso, rigidamente apegado às suas ideias preconcebidas, derramava telegramas, mensagens e cartas em quantidade inacreditável e de extensão formidável, repetindo centenas de vezes as mesmas opiniões e ideias infundadas. Bastante obtuso para representar uma ameaça e não bastante estúpido para ser inócuo, ele revelou-se un homme néfaste" (Namier, In the Nazi Era, p. 162).*

Ao cair da noite na Europa, a 31 de agosto de 1939, e quando um milhão e meio de soldados alemães começaram a movimentar-se em direção a suas posições finais sobre a fronteira polonesa para o assalto da madrugada, tudo que restava para Hitler fazer era perpetrar alguma mistificação propagandística, a fim de preparar o povo alemão para o choque da guerra agressiva.

O povo necessitava do tratamento que Hitler, auxiliado por Goebbels e Himmler, se tornara tão hábil em aplicar. Andei pelas ruas de Berlim conversando com a gente comum, e nessa manhã anotei em meu diário: "Todos contra a guerra. O povo conversava francamente. Como pode um país entrar numa grande guerra com uma população tão profundamente contra ela?" Apesar de toda a minha experiência no Terceiro Reich, eu fazia tão ingênua pergunta! Hitler sabia a resposta muito bem. Não tinha ele na semana anterior, no alto de sua montanha bávara, prometido aos generais que "forneceria um motivo propagandístico para o início da guerra" e os advertido de não "pensar se eram ou não plausíveis?" "Ao vencedor", dissera-lhes, "não se perguntará se disse a verdade ou não. Ao iniciar e realizar uma guerra não é a razão o principal, mas a vitória".

Às 21h, como vimos, todas as estações de rádio alemãs difundiram as propostas de paz polonesas do Führer que, assim que foram irradiadas, pareceram tão razoáveis a este desorientado correspondente. O fato é que Hitler jamais as apresentou aos poloneses, nem mesmo, salvo de maneira vaga e não-oficial, aos ingleses, e em menos de 24 horas as pôs de lado. Com efeito, numa longa declaração explicando ao povo alemão como seu governo esgotara todos os meios diplomáticos para preservar a paz, o chanceler, sem dúvida ajudado por Goebbels, mostrava que ele de nenhum modo perdera sua habilidade magistral de falsificação. Depois que o governo britânico, a 28 de agosto, disse, oferecera

sua mediação entre a Alemanha e a Polônia, o governo alemão no dia seguinte replicara que

apesar de estar cético do desejo do governo polonês para chegar a um entendimento, ele declarou-se pronto a aceitar, no interesse da paz, a sugestão ou mediação inglesa (...). Considerou necessário (...), se o perigo de uma catástrofe devia ser evitado, que a ação tinha de ser adotada prontamente e sem demora. Declarou-se pronto a receber um personagem indicado pelo governo polonês até a noite de 30 de agosto, com a condição de que estivesse autorizado não somente a discutir, mas a conduzir e concluir negociações.

Em vez de uma declaração relativa à chegada de um personagem autorizado, a primeira resposta que o governo do Reich recebeu para sua boa vontade a favor de um entendimento foi a notícia da mobilização polonesa (...).

Não se pode esperar continuamente que o governo do Reich, não apenas dê mostras de sua boa vontade de indicar negociações, mas na verdade esteja preparado para assim proceder, enquanto do lado polonês se apresentavam meramente subterfúgios vazios e declarações sem significação.

Ficou mais uma vez esclarecido, como consequência de uma démarche feita nesse meio-tempo pelo embaixador polonês, que ele próprio não tinha plenos poderes nem para entabular qualquer discussão nem mesmo para negociar.

O Führer e o governo alemão, dessa forma, esperaram dois dias inutilmente pela chegada de um negociador polonês.

Nestas circunstâncias, o governo alemão considera suas propostas como se tivessem sido também desta vez (...) rejeitadas, embora julgasse que tais propostas, na forma em que se tornaram conhecidas também do governo inglês, eram mais que leais, justas e exequíveis.

A boa propaganda, para ser eficaz, como Hitler e Goebbels aprenderam por experiência, necessita mais palavras. Necessita fatos, não obstante muitos deles tenham de ser fabricados. Tendo convencido o povo alemão (e disto o autor pode testemunhar de observação pessoal) de que os poloneses rejeitaram a oferta generosa de paz do Führer, restava somente a maquinação de um ato que provaria que a Polônia, e não a Alemanha, atacara primeiro.

Para esse último negócio sombrio, deve ser lembrado, os alemães, sob a direção de Hitler, fizeram uma cuidadosa preparação. Durante seis dias, Alfred Naujocks, o rufião intelectual da S.S., aguardara em Gleiwitz, na fronteira

polonesa, para realizar um ataque simulado à estação de rádio alemã lá situada. O plano fora bem ensaiado. Metidos em uniformes do exército polonês, os homens das S.S. atirariam e os internados dos campos de concentração, envenenados, deviam ser deixados moribundos “na ação” — esta última parte deleitável da operação tinha, como vimos, o nome expressivo em código de Artigos Enlatados. Haveria diversos falsos “ataques poloneses”, mas o principal seria o da estação de rádio de Gleiwitz.

Ao meio-dia de 31 de agosto [Naujocks relatou em seu depoimento de Nuremberg] recebi de Heydrich a palavra em código para o ataque, que deveria ter lugar às 20h. Heydrich disse: “A fim de realizar esse ataque, refira-se a Müller aos Artigos Enlatados.” Assim fiz e dei a Müller instruções para entregar o homem perto da estação de rádio. Apanhei o homem e o deixei à entrada da estação. Estava vivo mas completamente inconsciente. Tentei abrir seus olhos. Não podia comprovar pelos olhos que vivia, somente por sua respiração. Não via os ferimentos dos tiros, mas uma pasta de sangue se espalhava por sua face. Estava em trajes civis.

Tomamos a estação de rádio, como fora ordenado, irradiamos um discurso de três a quatro minutos num transmissor de emergência, disparei alguns tiros de pistola e me afastei.** 79*

** O discurso em polonês tinha sido redigido por Heydrich para Naujocks. Continha expressões inflamadas contra a Alemanha e declarava que os poloneses estavam atacando. Ver p. 682.*

*** “O ataque polonês” a Gleiwitz foi utilizado por Hitler em seu discurso ao Reichstag no dia seguinte e citado, como justificção para a agressão nazista, por Ribbentrop, Weizsäcker e outros membros do Ministério do Exterior, em sua propaganda. O New York Times e outros jornais o informaram, e incidentes similares, em suas edições de 1 a de setembro de 1939. Resta apenas ser agregado, de acordo com o testemunho do general Lahusen, da Abwehr, em Nuremberg, que todos os homens da S.S. que vestiram uniformes poloneses nos ataques simulados dessa noite, foram, como afirmou o general, liquidados. 78*

Nessa noite Berlim estava em grande parte isolada do mundo exterior, salvo pela saída dos comunicados da imprensa e pelas transmissões de rádio que se referiam à oferta do Führer à Polônia e às alegações germânicas de “ataques” poloneses ao território alemão. Tentei ligar para Varsóvia, Londres e Paris, mas diziam que as comunicações com essas capitais estavam cortadas. Na aparência, Berlim mesma estava completamente normal. Não houve evacuação de mulheres e crianças, como em Paris e Londres, nem proteção de sacos de areia

diante das janelas dos armazéns, como se informava de outras capitais. Lá pelas 4h de 12 de setembro, depois de minha última irradiação dirigi-me de volta da Casa do Rádio para o hotel Adlon. Não havia tráfego. As casas estavam às escuras. O povo dormia e talvez — por tudo que eu sabia — tinha ido para a cama esperando pelo melhor, pela paz.

O próprio Hitler estivera em ótimo estado todo o dia. Às 18h do dia 31 de agosto, o general Halder anotou em seu diário: “O Führer calmo, dormiu bem (...). A decisão contra a evacuação [no Ocidente] revela que ele espera que a França e a Inglaterra não agirão.”***

**** Durante o dia Hitler teve tempo de enviar um telegrama ao duque de Windsor, em Antibes, França.*

Berlim, 31 de agosto de 1939

Agradeço vosso telegrama de 27 de agosto. Podeis estar certo de que minha atitude para com a Inglaterra e meu desejo de evitar outra guerra entre nossos povos permanecem inalterados. Depende da Inglaterra, porém, que meus desejos em favor do futuro desenvolvimento das relações anglo-alemãs sejam realizados.

Adolf Hitler⁸⁰

Esta é a primeira referência nos documentos alemães capturados do antigo rei da Inglaterra, mas de forma alguma a última. Posteriormente, por uma vez, como recordaremos mais adiante, o duque de Windsor tomou grande vulto em certos cálculos de Hitler e Ribbentrop.

O almirante Canaris, chefe da Ahwehr no OKW e um dos principais conspiradores antinazistas, estava de ânimo diferente. Apesar de Hitler estar conduzindo a Alemanha para a guerra, ação que o círculo de Canaris jurava supostamente evitar pela destituição do ditador, não existia conspiração em curso, agora que o momento para isso havia chegado.

No fim da tarde, Gisevius fora convocado ao quartel-general do OKW pelo coronel Oster. O centro nervoso do poder militar da Alemanha se achava numa atividade febril. Canaris puxou Gisevius para um corredor vagamente iluminado.

Com voz trêmula de emoção ele disse:

“Isto significa o fim da Alemanha.”⁸¹

██████████ O início da Segunda Guerra Mundial

Ao raiar do sol, no dia 12 de setembro de 1939, exatamente na data que Hitler fixara em 3 de abril, ao dar as suas primeiras ordens referentes ao Caso Branco, os soldados alemães transpuseram a fronteira polonesa e convergiram sobre Varsóvia pelo norte, sul e oeste.

No céu, aviões de guerra rugiam em busca de seus objetivos. Visavam colunas do exército polonês, depósitos de munições, pontes, estradas de ferro e até cidades desprotegidas. Dentro de poucos minutos, os soldados e os civis poloneses sentiram na carne a primeira demonstração do que seria esta guerra, em que a força aérea distribuía a morte e a destruição em escala nunca antes vista no mundo. Iniciou-se assim um terror que se tornaria habitual para centenas de milhares de homens, mulheres e crianças na Europa e na Ásia durante os seis próximos anos, e cujo espectro, após o advento da bomba atômica, iria assombrar a humanidade inteira com a ameaça de extermínio total.

Em Berlim, logo de manhã, o dia se mostrava cinzento e abafado. Nuvens pairavam sobre a cidade, oferecendo proteção contra bombardeios, que eram esperados, mas não vieram.

Observei que o povo nas ruas mantinha-se calmo, apesar das notícias que o assaltavam pelo rádio e pelas edições extras.* Do hotel Adlon via-se passar uma massa de operários que se dirigia para o trabalho no novo edifício da I.G. Farben como se nada tivesse acontecido. Ninguém abandonou as ferramentas para comprar as edições extras dos jornaleiros que às vezes passavam correndo e gritando as notícias. Talvez, como pensei, o povo alemão estivesse simplesmente atônito, ao levantar-se nesta primeira manhã de setembro, por achar-se envolvido numa guerra que eles estavam convencidos que o Führer evitaria. Não podiam acreditar que isto tivesse acontecido.

** A proclamação de Hitler ao exército anunciando o início das hostilidades foi transmitida pela rádio alemã às 5:40h, e as edições extras estavam nas ruas pouco depois. Ver p. 782-3.*

Que contraste, não se podia deixar de notar, entre esta indiferença e a maneira pela qual os alemães foram à guerra em 1914. Naquela época houve um entusiasmo quase selvagem. A multidão nas ruas realizava manifestações delirantes, atirava flores sobre as tropas em marcha e ovacionava freneticamente o Kaiser Guilherme II, comandante supremo da guerra.

Desta vez as tropas não eram alvo de tais manifestações, e as ruas estavam

desertas quando o chefe nazista saiu da chancelaria, pouco antes das 10h, para dirigir-se ao Reichstag de onde falaria à nação sob os graves acontecimentos, que ele mesmo provocara deliberada e insensivelmente. Até mesmo os membros do Reichstag, que na maioria eram meros autômatos, vendidos ao partido nazista, não encontraram forças para demonstrar entusiasmo, quando o ditador apresentou as suas explicações sobre os motivos pelos quais a Alemanha estava em guerra, a partir desta madrugada. Os aplausos foram moderados. O salão festivo do Teatro Kroll conheceu dias animadíssimos, quando em ocasiões anteriores e menos importantes o líder declamara da sua tribuna.

Ao ouvir o discurso de hoje, embora em certos trechos falasse com virulência, tinha-se a curiosa impressão de que ele estava na defensiva. O tom de todo o discurso era o de que até ele estava pasmado com a situação em que ele próprio se colocara, e se sentia angustiado com isto. A explicação sobre as razões alegadas pelo aliado italiano para eximir-se da obrigação automática de vir em seu auxílio não convenceu sequer aquele auditório fantoche.

Eu gostaria [disse ele] acima de tudo de expressar aqui os meus agradecimentos à Itália, que tem nos apoiado em todos os sentidos, mas deveis compreender que não pretendemos apelar ao auxílio estrangeiro para travar esta batalha. Nós a travaremos sozinhos.

Tendo mentido tantas vezes no seu caminho para o poder, e também durante sua consolidação, Hitler não poderia deixar de tropejar algumas mentiras mais, neste grave momento histórico, para justificar o seu gesto tresloucado perante o ingênuo povo alemão.

Conheceis as inúmeras tentativas que fiz em busca de uma solução pacífica não só para o problema da Áustria, mas também para os dos Sudetos, da Boêmia e da Morávia. Tudo foi em vão (...).

Nas minhas conferências com políticos poloneses (...) formulei, enfim, as propostas germânicas (...) e não há nada mais modesto ou mais leal do que estas propostas. Gostaria de dizer isto ao mundo. Somente eu estava em condições para fazer tais propostas, pois sei muito bem que ao fazê-las contrariei a vontade de milhões de alemães. Estas propostas foram repelidas (...).

Não fiz outra coisa durante dois longos dias senão esperar, em companhia dos meus ministros, que o governo polonês se dignasse a enviar um plenipotenciário (...). Julgam-me mal aqueles que confundem o meu amor à paz com fraqueza ou covardia (...). Vejo que o governo polonês não tem o mínimo desejo de travar negociações sérias conosco (...). Resolvi, portanto,

falar com a Polônia na mesma linguagem que a Polônia há meses emprega contra nós (...).

Nesta noite, pela primeira vez, tropas regulares polonesas dispararam contra o nosso território.

Desde às 5:45h estamos respondendo ao fogo, e de agora em diante responderemos com bombas.

Como se vê, a tal ponto se desenvolveu o simulado ataque germânico à estação de rádio alemã em Gleiwitz, executado pelos homens da S.S. em uniformes poloneses sob o comando de Naujocks, que esse fato era agora usado pelo chanceler do Reich para justificar a sua cínica agressão contra a Polônia. Na verdade, logo nos primeiros comunicados o Alto-Comando alemão empregava o termo “contra-ataque” ao referir-se às operações militares. Até Weizsäcker esforçou-se para cooperar nesta simulação. Neste dia, do Ministério do Exterior expediu uma circular a todas as missões diplomáticas alemães no exterior, instruindo-as sobre o modo de proceder.

Defendendo-se de ataques poloneses, tropas alemãs entraram em ação nesta madrugada. Esta ação não deve ser descrita como guerra, mas apenas como manobras necessárias em virtude dos ataques poloneses. I

Hitler bombardeou também a sua mentira sobre os soldados alemães, que sabiam muito bem quem fizera o ataque na fronteira polonesa. Numa grandiosa proclamação ao exército alemão, no dia 1º de setembro, o Führer disse:

O Estado polonês repeliu o acordo pacífico que era tão do meu desejo e apelou para as armas (...). Esta série de violações da fronteira, intolerável para uma grande potência, prova que a Polônia não quer mais respeitar as fronteiras do Reich.

Para que tal loucura tenha fim, só nos resta o caminho de enfrentá-los pela força de agora em diante.

Mas, ao menos por uma vez, naquele dia, Hitler disse a verdade:

Não estou pedindo a nenhum alemão [disse ao Reichstag] que faça mais do que eu mesmo sempre estive pronto a fazer durante estes quatro anos (...). Desde este momento, eu sou o primeiro soldado do Reich. Vesti outra vez a farda que sempre foi sagrada para mim. Não a deixarei até o dia da vitória ou sucumbirei com a Alemanha.

Nesta última afirmação, ele cumpriria a sua palavra. Nenhum dos alemães, porém, que encontrei naquele dia em Berlim, percebeu que as palavras do líder significavam claramente que ele não teria coragem de encarar de frente a derrota, caso ela sobreviesse.

Num trecho do discurso, Hitler apontou Göring como seu sucessor se algo lhe acontecesse. Hess, acrescentou, seria o segundo na escala. “Se algo acontecer a Hess” aconselhou Hitler, “então pela lei o Senado será consultado e escolherá em seu seio o mais digno — isto é, o mais valoroso — sucessor”. Que lei? Que Senado? Nenhum dos dois existia!

A atitude um tanto abatida de Hitler, no Reichstag, daria lugar a uma disposição ainda mais acobalhada quando ele voltasse à chancelaria. O ubíquo Dahlerus, acompanhado de Göring, encontrou-o ali num estado “excessivamente nervoso e agitado”.

Contou-me [segundo o mediador sueco relatou mais tarde] que sempre suspeitara que a Inglaterra queria a guerra. Disse-me ainda que destruiria a Polônia e anexaria todo seu território (...).

Tornava-se cada vez mais agitado, e começou a gesticular quando me disse gritando: “Se a Inglaterra quiser combater durante um ano, eu combaterei um ano; se a Inglaterra quiser combater dois anos, combaterei dois anos (...).” Fez uma pausa e depois gritou, gesticulando violentamente, num berro agudíssimo: “Se a Inglaterra quiser combater por três anos, então combaterei três anos.

Depois o seu corpo começou a acompanhar o movimento dos braços. Inclinando-se quase até o chão brandiu o punho cerrado e urrou:2 “Und wenn es esforderlich ist, will ich zehn Jahre kämpfen” [E se for necessário combaterei por dez anos].

Apesar de toda a histeria, Hitler não estava de modo algum convencido de que teria de combater a Inglaterra. Já passava agora do meio-dia, as colunas alemães haviam penetrado vários quilômetros no território polonês e avançavam rapidamente. A maioria das cidades polonesas, incluindo Varsóvia, tinha sido bombardeada, com a morte de grande número de civis. Mas não havia ainda uma só palavra de Londres e Paris renunciando que a Inglaterra e a França honrariam, prontamente, a palavra empenhada com a Polônia.

O rumo que estes dois países tomariam parecia claro, mas Dahlerus e Henderson aparentavam fazer o máximo para desviá-lo.

Às 10:30h, o embaixador inglês telefonou para transmitir uma mensagem de Halifax.

Soube [disse ele] que os poloneses dinamitaram a ponte de Dirschau durante a noite. E que houve combates com os habitantes de Dantzig. Ao receber esta notícia, Hitler ordenou que os poloneses fossem afastados da fronteira e que Göring destruísse a força aérea polonesa ao longo da fronteira.*

** As operações alemãs para alcançar a ponte de Dirschau sobre o Vístula antes que os poloneses pudessem dinamitá-la, e que tinham sido planejadas no início do verão, são mencionadas constantemente nos documentos do Caso Branco. Esta ação tinha sido especificamente ordenada pela Diretiva nº 1 de Hitler, no dia 31 de agosto. Mas a operação falhou, em parte por causa de um nevoeiro que nesta madrugada impediu as tropas pára-quadistas de alcançar a ponte. Os poloneses conseguiram dinamitá-la ainda em tempo.*

Somente no fim de seu despacho Henderson acrescentou:

Esta informação vem do próprio Göring. Talvez Hitler peça para verme após o Reichstag, como última tentativa de salvar a paz.³

Que paz? Paz com a Inglaterra? Já por seis horas a Alemanha conduzia a guerra — com todo o seu poderio militar — contra um aliado da Inglaterra.

O embaixador transmitira docilmente a Londres as mentiras de Göring dizendo que os poloneses começaram o ataque. Hitler, porém, não chamou Henderson depois de sair do Reichstag, e por esse motivo o embaixador sentia-se um tanto desanimado. Mas não completamente. Às 10:45h transmitiu por telefone outra mensagem para Halifax. Uma nova ideia nascia no seu cérebro fértil e confuso.

É meu dever informar [telefonou ele], embora julgue pouco provável a sua realização, que no meu entender, agora, a única esperança de paz reside na possibilidade de o marechal Smigly-Rydz anunciar a sua decisão de ir imediatamente à Alemanha, como soldado e plenipotenciário, para discutir com o marechal-de-campo Göring toda a questão.⁴

Parece que a este singular embaixador inglês não ocorreu a hipótese de que o marechal Smigly-Rydz poderia estar agora ocupadíssimo na tarefa de repelir o maciço e injusto ataque alemão. Também não lhe ocorreu que uma viagem do marechal polonês a Berlim como plenipotenciário, caso pudesse abandonar os seus afazeres nesta altura dos acontecimentos, seria o equivalente a uma rendição.

Dahlerus mostrava-se bem mais ativo que Henderson neste primeiro dia do ataque dos alemães à Polônia. Às 8h fora encontrar-se com Göring, que lhe disse que “a guerra irrompeu porque os poloneses atacaram a estação de rádio em Gleiwitz e dinamitaram a ponte perto de Dirschau”. O sueco imediatamente telefonou ao Ministério do Exterior, em Londres, para transmitir estas notícias:

“Informei a alguém ali”, conforme declarou em Nuremberg, “que de acordo com informações recebidas, os poloneses tinham atacado. E ao ouvir minhas palavras, naturalmente duvidaram da minha sanidade mental”.⁵ Mas, enfim, idêntica informação seria dada pelo embaixador de Sua Majestade em Berlim, por telefone, duas horas depois. Um memorando secreto do Ministério britânico de Relações Exteriores registra o telefonema do sueco às 9:05h. Imitando Göring, Dahlerus persistia em dizer a Londres que “os poloneses estão sabotando tudo”, e que tinha “provas de que eles jamais pensaram em negociar”.⁶

Às 12:30h, Dahlerus estava novamente diante do telefone de longa distância, em comunicação com o Ministério do Exterior. Desta vez conseguiu falar com Cadogan. Acusou novamente de sabotarem a paz ao dinamitar a ponte de Dirschau, e sugeriu voar mais uma vez a Londres em companhia de Forbes. Mas o inflexível e implacável Cadogan estava farto de Dahlerus, principalmente agora que a guerra irrompera, e limitou-se a dizer ao sueco que “agora nada mais poderia ser feito”.

Mas Cadogan era apenas o subsecretário dos Negócios Exteriores, e nem sequer pertencia ao gabinete. Dahlerus insistiu em que a sua sugestão fosse submetida à consideração do gabinete, e com arrogância disse a Cadogan que voltaria a telefonar dentro de uma hora. Assim o fez, e obteve a sua resposta.

*Qualquer ideia de mediação [disse Cadogan] enquanto as tropas alemãs invadem a Polônia está completamente fora de cogitação. O único meio de frear a guerra é: (primeiro) que as hostilidades sejam suspensas, e (segundo) que as tropas germânicas sejam imediatamente retiradas do território polonês.*⁷

Às 10h, o embaixador polonês em Londres, conde Raczyński, procurou lorde Halifax e comunicou oficialmente a agressão alemã, acrescentando que “era um caso tipicamente previsto pelo tratado”. O secretário do Exterior respondeu que não duvidava destes fatos. Às 10:50h solicitou a presença, no Ministério do Exterior, de Theodor Kordt, o encarregado de negócios alemão, e indagou se tinha alguma informação a dar, tendo Kordt retrucado que não só carecia de informações sobre um ataque alemão à Polônia, mas também que não tinha

instruções de espécie alguma. Em seguida, Halifax declarou que os relatórios que recebera “criavam uma situação muito séria”. A mais do que isto não se abalçou. Kordt transmitiu, por telefone, esta informação para Berlim às 11:45h.

Ao meio-dia, Hitler tinha razão em esperar que, enfim, a Inglaterra não iria à guerra mesmo, embora considerasse a situação “muito séria”. Mas esta esperança em breve se mostraria vã.

Mais tarde, às 19:15h um funcionário da embaixada inglesa, em Berlim, telefonava ao Ministério do Exterior alemão solicitando que Ribbentrop marcasse uma audiência para Henderson e Coulondre a fim de que fosse tratado “um assunto de máxima urgência”. A embaixada francesa fazia um pedido semelhante após poucos minutos. Ribbentrop preferiu não tratar com os dois embaixadores ao mesmo tempo, e assim recebeu Henderson às 21h, deixando a audiência com Coulondre para uma hora mais tarde. O embaixador inglês apresentou-lhe uma nota oficial do governo.

*(...) A não ser que o governo alemão esteja pronto [dizia a nota] para dar ao governo de Sua Majestade garantias satisfatórias de que suspendeu toda e qualquer ação agressiva contra a Polônia, e esteja disposto a retirar prontamente as suas tropas do território polonês, o governo de Sua Majestade honrará, sem hesitação, as suas obrigações para com a Polônia.*⁸

O texto da comunicação francesa era idêntico.

Ribbentrop respondeu a ambos que transmitiria suas notas a Hitler e aproveitou a ocasião para uma longa dissertação, repetindo a já sovida história de que não “existia uma agressão alemã”, e sim uma agressão polonesa, pois as tropas polonesas atacaram o solo alemão no dia anterior. Mas, apesar de tudo, as finessas diplomáticas foram observadas. Sir Nevile Henderson, ao descrever a entrevista, não deixou de salientar, no seu despacho daquela noite, que Ribbentrop se mostrara “cortês e polido”. Quando o embaixador fez os preparativos para retirar-se, surgiu uma questão; a de se saber se o ministro do Exterior alemão, na tempestuosa entrevista de duas noites atrás, tinha ou não apresentado o texto das propostas alemãs à Polônia na forma de uma confusão ininteligível. Henderson garantia que assim fora. Ribbentrop, contra-argumentando, disse que leu o texto “vagarosa e claramente, e até dera explicações verbais sobre os pontos mais importantes, de tal modo que ele supunha ter Henderson compreendido tudo”. Era uma questão em que nunca chegariam a um acordo — mas que importava isto agora?⁹

Naquela noite de 1º de setembro, em que as tropas alemãs penetravam cada vez mais na Polônia e a Luftwaffe bombardeava e bombardeava, Hitler ficou sabendo pelos comunicados anglo-franceses que teria de encarar a realidade de uma guerra mundial, salvo se interrompesse a marcha do seu exército e o fizesse voltar sobre seus próprios passos imediatamente. Esta última solução era inconcebível. Esperaria ele, naquela noite, que a sua sorte — a sorte de Munique — ainda perdurasse?

Pois o seu amigo Mussolini, assustado com o advento da guerra, e temendo que uma avassaladora força anglo-francesa naval e terrestre caísse sobre a Itália, estava tentando arranjar desesperadamente um outro Munique.

Mussolini intervém à última hora

Ainda em 26 de agosto, o Duce, ao procurar esquivar-se das obrigações do Pacto de Aço, insistiu junto ao Führer que restava ainda uma “solução política” tendente a dar “inteira satisfação moral e material à Alemanha”. Hitler nem se dera ao trabalho de estudar o assunto com seu amigo e aliado, e isto desanimou o sócio minoritário do Eixo. Mas, deve ser recordado também que, apesar disto, Mussolini e Ciano, depois de serem informados pelo seu embaixador em Berlim de que a situação se tornara desesperadora, pediram a Hitler, no dia 31 de agosto, que ele ao menos se dignasse a receber Lipski, o embaixador polonês. Na ocasião, afirmaram-lhe que estavam procurando fazer com que o governo inglês concordasse com a devolução de Dantzig, “como primeiro passo” nas negociações de paz.

Era tarde demais, porém, para que Hitler fosse tentado por uma presa de tão pequeno porte. Dantzig era um mero pretexto, segundo o Führer contou aos seus generais. O que ele queria, na verdade, era destruir a Polônia. Mas o Duce não sabia disto. A manhã do dia 1º de setembro trouxe-lhe o sério drama de proclamar imediatamente a neutralidade da Itália ou arriscar-se a um ataque por parte da Inglaterra e da França. O diário de Ciano registra como foi penosa para seu sogro esta decisão.*

** Na noite anterior a decisão de Mussolini foi transmitida à Inglaterra. Às 23:15h, no dia 31 de agosto, o Ministério do Exterior recebia de Roma uma mensagem de sir Percy Loraine: "O governo italiano decidiu-se. A Itália não lutará nem contra a Inglaterra nem contra a França (...) Isto me foi secretamente comunicado por Ciano às 21:15h". 10 Naquele dia, ao anoitecer, os italianos ficaram sobressaltados quando os ingleses cortaram todas as ligações telefônicas com Roma depois das 20h. Ciano temia que isto fosse o prelúdio de um ataque anglo-francês.*

No dia 1º de setembro, logo de manhã, o infeliz ditador italiano telefonou pessoalmente ao embaixador Attolico em Berlim, e, nas palavras de Ciano, “mandou-o procurar Hitler imediatamente e rogar-lhe que enviasse um telegrama liberando-o das obrigações da aliança”¹¹ O Führer, rápido e até cavalheirescamente, respondeu. Antes de ir ao Reichstag, às 9:40h, despachou para o seu amigo um telegrama que, para se economizar tempo, foi transmitido por telefone para a embaixada alemã em Roma.*

Duce:

Agradeço calorosamente o apoio diplomático e político que tendes dado recentemente à Alemanha e à sua causa justa. Estou certo de que poderemos realizar a tarefa que nos foi imposta com as forças militares da Alemanha. Nestas circunstâncias, portanto, espero não precisar do auxílio militar da Itália. E antecipadamente agradeço-vos, Duce, por tudo que fareis no futuro pela causa comum do fascismo e do nacional-socialismo.

*Adolf Hitler*¹²

** Às 16:30h, após uma reunião do conselho de ministros em Roma, as emissoras italianas irradiaram uma notícia do Conselho declarando "ao povo italiano que a Itália não tomará iniciativas militares". Imediatamente depois foi irradiada a mensagem de Hitler, liberando a Itália de suas obrigações.*

Às 0:45h, depois de ter feito o seu discurso no Reichstag e de ter se recuperado aparentemente de seu desabafo com Dahlerus, Hitler sentiu-se inclinado a enviar mais uma mensagem ao Duce, declarando que esperara resolver o problema polonês “por intermédio de negociações”, “mas aguardara inutilmente dois dias inteiros por um negociador polonês”, e que “houve mais 14 casos de violação de fronteira durante a última noite”, motivo pelo qual “decidiu agora enfrentar a força com a força”. Ao terminar, exprimiu novamente a sua gratidão para com o seu parceiro velhaco.

Agradeço-lhe, Duce, por todos os seus esforços. Agradeço especialmente as suas ofertas de mediação. Mas desde o começo duvidei do resultado desta tentativa porque, se o governo polonês tivesse a mínima disposição para resolver o assunto amigavelmente, poderia tê-lo feito a qualquer tempo. Mas recusou (...).

Por esta razão, Duce, não quis expô-lo ao perigo de assumir o papel de mediador, o que, tendo em vista a intransigência do governo polonês, teria sido inútil (...).

Mussolini, porém, secundado por Ciano, fez um último e desesperado esforço no sentido de expor-se ao perigo de ser mediador. Já no dia anterior, pouco depois do meio-dia, Ciano fizera a seguinte proposta aos embaixadores inglês e francês em Roma: se os seus governos concordassem, Mussolini convidaria a Alemanha para uma conferência a realizar-se no dia 5 de setembro, com a finalidade de “examinar as cláusulas do Tratado de Versalhes, que eram as causas das atuais dificuldades”.

Seria de esperar que a notícia da invasão da Polônia pela Alemanha, na manhã seguinte, tornasse nula a proposta de Mussolini. Mas, para surpresa dos italianos, Georges Bonnet, ministro do Exterior da França, que era um grande apaziguador, telefonou no dia 1º de setembro, às 11:45h, para François-Poncet, naquele tempo embaixador da França em Roma, e pediu-lhe para informar Ciano que o governo francês aprovava tal conferência, desde que não versasse sobre problemas de países que não estivessem nela representados e que não se restringisse somente à procura de “soluções parciais e provisórias para problemas limitados e imediatos”. Bonnet não fazia referência a qualquer eventual recuo das tropas alemãs, ou mesmo à sua paralisação, como condição para tal conferência.^{14*}

** Por duas vezes na tarde de 12 de setembro Bonnet instruiu Noël, embaixador francês em Varsóvia, a perguntar a Beck se aceitava a proposta italiana para uma conferência. Mais tarde, naquela noite, recebeu a resposta: "Estamos em plena guerra resultante de uma agressão que não provocamos. Não se trata mais de conferências, mas de ação comum que os aliados deveriam tomar para resistir." As mensagens de Bonnet e a resposta de Beck são encontradas no Livro Amarelo francês.*

O governo inglês não se associou aos esforços de Bonnet. Um memorando do Ministério do Exterior, assinado por R. M. Makins, observa que o governo inglês "não foi informado nem consultado sobre esta démarche". IS

Os ingleses, porém, fizeram questão de que esta condição fosse observada e conseguiram que o dividido gabinete francês também a adotasse, e assim as notas oficiais despachadas na noite de 1º de setembro contiveram a mesma advertência. O texto destas notas, nas quais a Inglaterra e a França advertiam que iriam à guerra se as tropas alemãs não fossem retiradas da Polônia, foi divulgado na mesma noite. É interessante notar que Mussolini, agarrando-se agora desesperadamente a qualquer esperança — mesmo as esperanças que nem sequer existiam — fez na manhã seguinte um novo apelo a Hitler, mas de um modo tal que parecia que ele, o Duce, não dava importância à advertência anglo-

francesa.

Segundo Henderson anotou no seu Final Report, o dia 2 de setembro foi um dia de incerteza.* Ele e Coulondre esperaram ansiosamente pela resposta de Hitler às suas notas, mas ela não veio. Pouco depois do meio-dia, Attolico chegou ofegante à embaixada inglesa e disse a Henderson que precisaria saber algo imediatamente: seria a nota britânica, da noite anterior, um ultimato ou não?

** Na noite anterior, sob instruções de Halifax, Henderson queimou seus códigos e documentos secretos, e oficialmente pediu ao encarregado de negócios dos Estados Unidos "que fizesse a gentileza de cuidar dos interesses da Inglaterra, no caso de uma guerra". (Livro azul britânico, p. 21).*

“Respondi”, escreveria Henderson depois, “que fui autorizado a dizer ao ministro do Exterior, caso ele indagasse — o que não fez —, que não se tratava de ultimato, mas de advertência”.¹⁶

Tendo recebido a sua resposta, o embaixador italiano precipitou-se para a Wilhelmstrasse em direção ao Ministério do Exterior. Attolico tinha ido às 10h à Wilhelmstrasse, levando uma comunicação de Mussolini, e, tendo sido informado de que Ribbentrop não se sentia bem, entregou a Weizsäcker.

2 de setembro de 1939.

No intuito de prestar informações, a Itália quer que se saiba, deixando naturalmente que todas as decisões sejam tomadas pelo Führer, que ela ainda tem possibilidades de levar a França, a Inglaterra e a Polônia a concordarem com uma conferência nas seguintes bases:

1 — Um armistício, que deixaria as tropas onde estão agora.

2 — Convocação da conferência dentro de dois a três dias.

3 — Regularizar a disputa teuto-polonesa, o que, no pé em que estão as coisas, seria certamente favorável à Alemanha.

*A ideia, que originalmente partiu do Duce, é agora esposada principalmente pela França.**

Dantzig já é germânica e a Alemanha já tem em mãos triunfos suficientes para garantir a realização da maior parte de suas reivindicações. Além do mais, a Alemanha já teve as suas “satisfações morais”. Se ela aceitasse a proposta de

*uma conferência, alcançaria todas as suas pretensões e ao mesmo tempo evitaria a guerra, que já agora parece que se tornará total e de duração extremamente longa. O Duce não quer insistir, mas julga extremamente necessário que o texto acima seja imediatamente levado à consideração de Herr von Ribbentrop e do Führer.*¹⁷

** Ciano realça que a nota foi expedida em resultado "de pressões francesas". (Diários de Ciano, p. 136). Mas isto não é exato. Embora seja verdade que Bonnet fazia o possível para a realização da conferência, Mussolini é que forçava, com desespero, a aceitação da proposta.*

Não é de admirar, pois, que Ribbentrop, que se recuperara rapidamente de sua indisposição, ao ver Attolico à 0:30h, observara que a proposta do Duce não poderia se conciliar com as notas anglo-francesas, porque tinham “o caráter de ultimato”.

O embaixador italiano, que à semelhança de seu chefe ansiava por evitar a guerra e era ainda mais sincero, interrompeu Ribbentrop para dizer que as declarações inglesas e francesas “foram substituídas pela última comunicação do Duce”. Attolico, na verdade, não tinha autoridade para fazer tal declaração, a qual, aliás, não era verdadeira, mas a esta altura dos acontecimentos provavelmente imaginou que nada havia a perder com a temeridade. Quando o ministro do Exterior alemão mostrou as suas dúvidas, Attolico aferrou-se à sua tese.

As declarações francesas e inglesas, [disse ele] não devem mais ser consideradas. O conde Ciano telefonou somente às 8:30h nesta manhã, isto é, numa hora em que as declarações já tinham sido irradiadas na Itália.

*Por conseguinte, deve-se considerar que as duas declarações estão superadas. Além disso, o conde Ciano afirmou especialmente que a França é grandemente favorável à proposta do Duce. A pressão vem no momento da França, mas a Inglaterra também virá.*¹⁸

Ribbentrop permaneceu com as suas dúvidas. Há poucos momentos discutira a proposta de Mussolini com Hitler. As notas anglo-francesas significavam um ultimato? Isto era o que o Führer queria saber. Finalmente, o ministro do Exterior concordou com uma sugestão de Attolico no sentido de que o embaixador italiano consultasse imediatamente Henderson e Coulondre para esclarecer o assunto.

Por esse motivo Attolico procurou a embaixada britânica. Schmidt, que atuara como intérprete, escreveu, mais tarde: “Ainda posso ver Attolico, já entrado em

anos, correndo para fora da sala, escadas abaixo, para consultar Henderson e Coulondre (...). Meia hora depois, Attolico voltava ainda correndo e tão sem fôlego como na saída.”¹⁹

Recuperando o fôlego, o embaixador italiano relatou que Henderson lhe dissera que a nota inglesa não era um ultimato. Ribbentrop respondeu que, embora “a resposta germânica à declaração anglo-francesa somente pudesse ser negativa, o Führer estava examinando a proposta do Duce, e, se Roma confirmasse que nas declarações anglo-francesas não havia intuito de formular um ultimato, ele prepararia uma resposta dentro de um ou dois dias”. Quando Attolico insistiu em obter resposta com maior antecedência, Ribbentrop concordou finalmente em responder ao meio-dia do dia seguinte, ou seja, domingo, 3 de setembro.

Entretanto, em Roma, as esperanças de Mussolini estavam caindo por terra. Às 14h Ciano recebeu os embaixadores francês e inglês, e na presença deles telefonou não só a Halifax, mas também a Bonnet, dando-lhes notícias sobre os entendimentos de Attolico com o ministro do Exterior alemão. Bonnet mostrou-se efusivo como de costume, e segundo seu próprio relato (no Livro Amarelo francês), agradeceu calorosamente a Ciano os esforços em favor da paz. Halifax foi áspero. Confirmou que a nota britânica não era um ultimato — observe-se como os estadistas arrancavam os cabelos por uma simples palavra, pois a declaração anglo-francesa era inequívoca e falava por si mesmo —, acrescentou, porém, que na sua opinião os ingleses não poderiam aceitar a proposta de Mussolini para uma conferência se as tropas alemãs não se retirassem da Polônia. Sobre esta questão Bonnet silenciara novamente. Halifax prometeu telefonar a Ciano transmitindo a decisão do gabinete inglês sobre o assunto.

A decisão veio pouco depois das 19h. A Inglaterra aceitava a oferta do Duce, mas sob a condição de que as tropas alemãs voltassem às suas fronteiras. O ministro do Exterior italiano compreendeu que Hitler nunca aceitaria isto, e que “nada mais se poderia fazer”, conforme registro em seu diário.

*Não me compete [acrescentou ele] aconselhar Hitler que rejeite peremptoriamente e até com desprezo. Eu disse isto a Halifax, aos dois embaixadores e ao Duce, e depois telefonei a Berlim avisando que, a não ser que os alemães nos peçam o contrário, nós deixaremos cair os entendimentos. O último sinal de esperança se desvanecera.*²⁰

E assim, no dia 2 de setembro, às 20:50h, o cansado e abatido Attolico dirigiu-

se mais uma vez a Wilhelmstrasse, em Berlim. Desta vez Ribbentrop recebeu-o na chancelaria, onde estava em conferência com Hitler. Um memorando do Ministério do Exterior, depois apreendido, relembra a cena.

O embaixador italiano trouxe ao Ministério do Exterior a informação de que os ingleses se recusavam a entabular negociações na base da proposta de mediação italiana. Os ingleses exigiam, antes de iniciar as negociações, a imediata retirada de todas as tropas alemãs não só do território polonês ocupado, mas também de Dantzig (...).

Concluindo, o embaixador italiano frisou que o Duce considerava a sua proposta de mediação não mais existente. O ministro do Exterior aceitou sem comentários a comunicação do embaixador italiano.²¹

Nem uma palavra de agradecimento ao incansável Attolico, por todos os seus esforços! Apenas um silêncio recriminador para com este aliado que tentava afastar a Alemanha da sua presa polonesa.

A mais leve possibilidade de evitar a Segunda Guerra Mundial estava agora definitivamente extinta. Isto aparentemente era óbvio para todos, exceto para um ator no drama. Ainda às 21 h, o pusilânime Bonnet telefonou a Ciano e confirmou, mais uma vez, que a nota francesa à Alemanha não tinha “caráter de um ultimato”, e reiterou que o governo francês estava disposto a esperar até ao meio-dia de 3 de setembro — o dia seguinte — por uma resposta germânica. Todavia, Bonnet disse a Ciano, para que a conferência obtenha “resultados favoráveis”, o governo francês concorda com o inglês na afirmação de que as tropas alemãs devem “ser evacuadas” da Polónia. Pela primeira vez Bonnet se referia a isto, e somente porque os ingleses se mostraram irredutíveis neste ponto. Ciano respondeu acreditar que o Reich não aceitaria tal condição. Mas Bonnet não desistia.

Procurou durante a noite uma saída final para eximir a França de cumprir suas obrigações para com a Polónia já batida e sitiada. Ciano logo no primeiro parágrafo relembra esta bizarra tentativa, quando a anotou em seu diário, no dia 3 de setembro.

Nesta noite fui acordado pelo ministro porque Bonnet perguntou a Guariglia [embaixador italiano em Paris] se ao menos poderíamos obter uma retirada simbólica das forças alemãs da Polónia (...). Joguei a proposta na cesta de lixo, sem informar o Duce. Mas isto mostra que a França está caminhando para a grande provação sem entusiasmo e cheia de incertezas.²²

A guerra polonesa transforma-se na Segunda Guerra Mundial

O domingo, 3 de setembro de 1939, em Berlim, foi um dia agradável, como costumam ser os últimos dias de verão. O Sol resplandecia, o ar estava calmo — 4 era um dia típico” —, anotei no meu diário, “em que os berlinenses gostam de ir aos bosques ou aos lagos das proximidades”.

Ao anoitecer, um telegrama chegou à embaixada inglesa, expedido por lord Halifax e endereçado a sir Neville Henderson. Instruía-o a solicitar uma entrevista ao ministro do Exterior alemão às 9h e transmitir uma comunicação, cujo texto seguia anexo.

O governo de Chamberlain chegara ao fim da linha. Há 32 horas admoestara Hitler de que a Inglaterra iria à guerra na hipótese de a Alemanha não retirar as suas tropas da Polônia. Não houvera resposta. Agora o governo britânico estava decidido a honrar a sua palavra. E agora temia, segundo informou Charles Corbin, embaixador francês em Londres, ao hesitante Bonnet, às 14:30h, que Hitler retardava deliberadamente a resposta a fim de conseguir penetrar o mais possível o território polonês, depois do que, tendo assegurado Dantzig, o Corredor e outras áreas, poderia fazer uma magnânima proposta de paz baseada nos 16 pontos firmados em 31 de agosto.²³

Para evitar esta armadilha, Halifax propôs aos franceses que as duas nações se declarassem em guerra contra a Alemanha se o governo alemão não desse dentro de poucas horas uma resposta favorável ao comunicado anglo-francês de 1º setembro. Depois de uma reunião do gabinete inglês na tarde do dia 2 de setembro, ocasião em que se tomou uma decisão definitiva, Halifax sugeriu especificamente que os dois aliados apresentassem um ultimato a Berlim, exatamente à meia-noite, e que expiraria às 6h de 3 de setembro.²⁴ Bonnet, no entanto, não queria saber de medidas tão precipitadas.

Desde o princípio, no transcurso da última semana, o fragmentado gabinete francês tivera dificuldade para alcançar a decisão que honraria as obrigações da França para com a Polônia — e para com a Inglaterra. No dia sombrio de 23 de agosto, alvoroçado pelas notícias de que Ribbentrop chegara a Moscou para concluir um pacto de não-agressão nazi-soviético, Bonnet persuadiu Daladier a convocar uma reunião do Conselho de Defesa Nacional para considerar sobre o que faria a França.* Além do premier Daladier e Bonnet, a reunião teve o concurso dos ministros das três armas, do general Gamelin, dos comandantes da marinha e da força aérea e, ainda, de quatro generais — 12 ao todo.

** O resumo da reunião, feito pelo general Decamp, chefe do gabinete militar do premier Daladier, veio à luz no julgamento de Riom. O documento nunca foi submetido aos outros membros da reunião para correção, e o general Gamelin no seu livro, Servir, queixa-se que estava tão abreviado que causava confusão. Mesmo assim, o tímido generalíssimo confirma os seus pontos principais.*

A ata da reunião consigna que Daladier propôs três questões:

1 — *Pode a França permanecer inativa enquanto a Polónia e a Romênia (ou uma delas) estão sendo riscadas do mapa da Europa?*

2 — *Que meios tem ela de impedi-lo?*

3 — *Que medidas deverão ser tomadas?*

O próprio Bonnet, após explicar a gravidade da situação, propôs também uma questão, que ficaria no seu pensamento por muito tempo:

Avaliando a situação, será melhor permanecermos fiéis aos nossos compromissos entrando na guerra, ou deveríamos reconsiderar a nossa atitude e fortalecer-nos com a folga assim obtida? (...) A resposta a esta questão tem carácter essencialmente militar.

Tendo sido a questão proposta nestes termos, Gamelin e o almirante Darlan responderam

que o exército e a marinha estavam prontos. Nas primeiras fases do conflito não seria possível fazer muito contra a Alemanha. Não obstante, a simples mobilização francesa traria algum alívio aos poloneses, por amarrar algumas consideráveis unidades alemães junto a nossas fronteiras.

*(...) o general Gamelin perguntou por quanto tempo a Polónia e a Romênia poderiam resistir; acreditava que a Polónia resistiria honrosamente, o que evitaria o grosso das forças alemãs voltar-se contra a França antes da próxima primavera; época em que a Inglaterra estaria ao seu lado.**

** No seu livro, Servir, Gamelin admite que hesitou em chamar a atenção para certas fraquezas militares da França porque não confiava em Bonnet. Reporta que Daladier lhe disse mais tarde: "Fez muito bem. Se as tivesse exposto, os alemães saberiam sobre elas no dia seguinte."*

Gamelin também nega (em seu livro) que tivesse realçado a fraqueza da

situação militar francesa. Diz ter explicado que se a Alemanha "aniquilasse a Polônia" e depois lançasse todo o seu peso contra a França, ela ficaria em situação difícil. "Neste caso", disse, "não seria possível à França enfrentar o combate (...) Na primavera, com a ajuda de tropas britânicas e equipamento americano, eu esperava que estaríamos em condições de travar uma batalha defensiva (se necessário, naturalmente). Acrescentei que não poderíamos aguardar a vitória a não ser numa guerra longa. Sempre tive a opinião de que não deveríamos tomar a ofensiva antes de dois anos (...) isto é, em 1941-42." As tímidas ideias do generalíssimo explicam boa parte dos subseqüentes acontecimentos.

Após longas conversações, os franceses resolveram finalmente tomar uma decisão, devidamente transcrita nas minutas da sessão.

No decorrer dos debates ficou esclarecido que, embora estejamos mais fortes dentro de alguns meses, a Alemanha estará mais forte ainda, pois terá à sua disposição os recursos da Polônia e da Romênia.

Portanto, a França não tem escolha.

A única solução (...) é apegar-se ao nosso tratado com a Polônia, realizado antes que ceçassem as negociações com a URSS.

Tendo tomado uma decisão, o governo francês começou a agir. Após esta reunião de 23 de agosto, foi dado o alerta, e as tropas tomaram as suas posições na fronteira. No dia seguinte 360 mil reservistas foram convocados. A 31 de agosto o gabinete expediu um comunicado afirmando que a França “cumpriria firmemente” as suas obrigações. E no dia seguinte, o primeiro do ataque alemão à Polônia, Halifax persuadiu Bonnet a associar a França e Inglaterra na advertência a Berlim de que ambos os países honrariam seus compromissos com o aliado.

Mas a 2 de setembro, quando os ingleses exigiam que um ultimato fosse apresentado a Hitler, o general Gamelin e o Estado-maior francês recuaram. Sobretudo porque seriam os franceses que, sozinhos, teriam de travar a batalha se os alemães atacassem imediatamente no Ocidente. Não haveria uma única tropa inglesa para auxiliá-los. O Estado-maior insistia em obter o prazo de mais 48 horas para concretizar a mobilização geral sem embaraços.

Às 18h, Halifax telefonou para sir Eric Philips, embaixador britânico em Paris: “Quarenta e oito horas é prazo impossível para o governo britânico. A atitude francesa é muito embaraçosa para o governo de Sua Majestade.”

Quando algumas horas mais tarde Chamberlain se levantou na Câmara dos Comuns para dirigir a palavra à assembléia, a situação tornou-se realmente embaraçosa, pois a maioria dos membros da Câmara, sem distinção de partido, mostrava-se impaciente com as delongas da Inglaterra em honrar as suas obrigações. A paciência dos parlamentares chegara quase ao seu limite, após o discurso do primeiro-ministro. Ele informou à Casa que ainda não viera resposta de Berlim. Se não houver resposta, ou se ela não contiver uma garantia formal de que os alemães se retirarão da Polônia, o governo “seria obrigado a agir”. Se os alemães, porém, concordassem em retirar-se, o governo britânico estaria “pronto a considerar a situação como igual à anterior, em que as tropas alemãs ainda não tinham atravessado a fronteira polonesa”. Entrementes, disse ele, o governo estava em comunicação com a França para acrescentarem um término à sua advertência.

Depois de 39 horas de guerra na Polônia, a Câmara dos Comuns não estava disposta a ouvir tais manobras dilatórias. Um cheiro de Munique parecia emanar da bancada governamental. “Fale pela Inglaterra!”, gritou Leopold Amery, da bancada conservadora, quando o líder da oposição trabalhista, Arthur Greenwood, levantou-se para falar.

“Eu me pergunto por quanto tempo ainda vacilaremos”, disse Greenwood, “num momento em que a Inglaterra e tudo o que ela representa, e a civilização humana, estão em perigo (...). Devemos marchar com os franceses (...)”.

Este era o problema. No momento era difícil fazer os franceses marcharem. Chamberlain estava tão perturbado com o ambiente carregado da Casa que interveio no violento debate para argumentar que era necessário tempo para sincronizar “ideias e ações” pelo telefone com Paris. “Eu ficaria horrorizado se a Casa por um só momento julgasse”, disse ele, “que as afirmações aqui feitas por mim traissem o menor enfraquecimento deste governo ou do da França”. Disse que julgava estar o governo francês “em assembléia neste momento” e que uma comunicação seria recebida “nas próximas horas”. Perante a assembléia, toda de pé, procurava afirmar: “Eu declaro antecipadamente que só há uma resposta possível para dar a esta Casa amanhã (...) e espero que a Casa (...) acredite que falo com absoluta boa-fé (...)”.

A aproximação inexorável da maior prova do império britânico foi anunciada, como Namier escreveu mais tarde, “de uma maneira singularmente comedida”.

Chamberlain compreendia, como os documentos secretos britânicos esclareceram, que estava em graves dificuldades com o seu povo, e que neste

momento crítico para a sua pátria o seu próprio governo corria o risco de ser derrubado.

Logo que saiu da Câmara, telefonou para Daladier. Os registros apontam a hora como sendo 21:50h, e Cadogan, ouvindo numa extensão, fez apontamentos para os anais.

Chamberlain: A situação é grave (...). Houve uma cena colérica na Câmara (...) se a França insistir em 48 horas a partir do meio-dia de amanhã, seria impossível para o governo manter a situação aqui.

O primeiro-ministro disse que compreendia bem ser a França aquela que suportaria o peso de um ataque alemão.

Ele propôs um compromisso (...). Um ultimato às 8h, amanhã (...) expirando ao meio-dia (...).

A não ser que bombardeiros ingleses estivessem prontos para agir imediatamente, respondeu Daladier, seria melhor a França protelar por algumas horas qualquer ataque contra o exército alemão.

Menos de uma hora depois, às 22:30h, Halifax telefonou a Bonnet. Fazia questão de que os franceses aderissem ao plano britânico prevendo um ultimato a ser apresentado em Berlim, às 8h do dia seguinte (3 de setembro), cujo prazo expiraria ao meio-dia. O ministro das Relações Exteriores francês não só recusou-se a concordar, mas também declarou que a insistência britânica em querer tanta pressa iria criar “uma impressão deplorável”. Exigiu que Londres esperasse ao menos até ao meio-dia, antes de apresentar um ultimato a Hitler.

Halifax: É impossível ao governo de Sua Majestade esperar até esta hora (...). É muito duvidoso que o governo [britânico] possa manter a situação aqui.

A Câmara dos Comuns deveria reunir-se domingo, ao meio-dia, 3 de setembro. De conformidade com o estado de espírito reinante na sessão da tarde de sábado, Chamberlain e Halifax sabiam que, para sobreviver, teriam de dar ao parlamento a resposta que ele exigia. Às 2h, Corbin, o embaixador francês em Londres, preveniu Bonnet de que o gabinete de Chamberlain arriscara-se a cair, caso não pudesse dar ao parlamento uma decisão definitiva. Halifax, pouco antes de terminar o seu telefonema para Bonnet, informou-o de que a Inglaterra estava decidida “a agir por sua própria conta”.

O telegrama de Halifax a Henderson chegou a Berlim cerca das 4h.* A comunicação que deveria fazer ao governo alemão às 9h, no domingo, 3 de setembro, referia-se à nota britânica de 1º de setembro, na qual a Inglaterra exprimia a sua decisão de cumprir suas obrigações para com a Polônia se as tropas não fossem prontamente retiradas.

*Apesar desta comunicação [continuava o comunicado] ter sido feita há mais de 24 horas, nenhuma resposta foi recebida, mas os ataques alemães contra a Polônia continuaram e cada vez mais intensos. Tenho, portanto, a honra de informar-vos que se até às 11h, horário de verão da Inglaterra, de hoje, dia 3 de setembro, não chegarem ao governo de Sua Majestade, em Londres, garantias satisfatórias sobre o assunto por parte do governo alemão, um estado de guerra existirá entre os dois países a partir desta hora.26***

** A secretaria do Exterior enviara a Henderson dois telegramas durante a noite, prevenindo-o. O primeiro, despachado às 23:50h, dizia: "Precisarei enviar-lhe instruções nesta noite, para fazer uma comunicação imediata ao governo alemão. Esteja pronto para agir. Seria melhor prevenir o ministro das Relações Exteriores de que talvez precise pedir para vê-lo a qualquer momento."*

Poderia parecer, por este telegrama, que o governo britânico ainda não se decidira em definitivo a marchar; mesmo sem os franceses. Mas 35 minutos depois, à 0:25h de 3 de setembro, Halifax telegrafou para Henderson: "Deveis marcar uma entrevista com o M.R.E. [Ministro das Relações Exteriores] às 9h, domingo de manhã. Seguem instruções".25

O telegrama decisivo de Halifax consigna 5h, hora de Londres. Henderson em seu Final Report diz tê-lo recebido às 4h.

*** Halifax despachou um telegrama adicional também datado de 5h, informando o embaixador de que Coulondre "não fará uma comunicação similar ao governo alemão até o meio-dia de hoje (domingo)". Não sabia qual seria o prazo dos franceses, mas calculou-o "aproximadamente" como algo entre 6h e 9h.27*

Naquele domingo, pouco antes da alvorada, Henderson teve dificuldade de entrar em contato com a Wilhelmstrasse, devido à inconveniência da hora. Disseram-lhe que Ribbentrop não estaria disponível às 9h no domingo, mas poderia deixar o seu comunicado com o intérprete oficial, o dr. Schmidt.

Neste dia histórico o dr. Schmidt dormiu demais, perdendo a hora. Tomando um táxi, dirigiu-se rapidamente ao Ministério das Relações Exteriores, a tempo

de ver o embaixador subindo a escadaria. Embarafustando-se por uma porta lateral, Schmidt conseguiu entrar no escritório de Ribbentrop quando o relógio dava nove badaladas, exatamente a tempo de receber Henderson na hora marcada. “Ele entrou com aspecto grave”, contaria mais tarde Schmidt, “trocou um aperto de mão, mas declinou do meu convite para sentar-se, permanecendo solenemente de pé no meio da sala”²⁸ Leu o ultimato britânico, deu a Schmidt uma cópia e despediu-se.

O intérprete oficial desceu apressadamente à Wilhelmstrasse, dirigindo-se para a chancelaria, com o documento. À porta do escritório do Führer avistou vários oficiais graduados do partido, todos reunidos “esperando ansiosamente” as suas notícias.

Quando entrei na sala [Schmidt contou mais tarde], Hitler estava sentado à sua mesa e Ribbentrop estava de pé diante da janela. Ambos voltaram seus olhos para mim, na expectativa. Parei a certa distância da mesa de Hitler, e traduzi lentamente o ultimato britânico. Quando terminei fez-se silêncio absoluto.

Hitler permaneceu imóvel, olhando fixamente um ponto no infinito (...). Depois de um intervalo, que pareceu um século, voltou-se para Ribbentrop, que ficara junto à janela. “E agora?”, perguntou Hitler com um olhar selvagem, como que acusando o seu ministro do Exterior de tê-lo enganado sobre a provável reação da Inglaterra.

*Ribbentrop respondeu tranquilamente: “Penso que os franceses apresentarão um ultimato similar dentro de uma hora.”*²⁹

Tendo cumprido seu dever, Schmidt retirou-se, demorando-se no saguão para inteirar os outros do ocorrido. Também eles ficaram em silêncio por um momento. Depois,

Göring voltou-se para mim e disse: “Se perdermos esta guerra, Deus se apiede de nós!”

*Goebbels estava num canto, sozinho, abatido e mergulhado nos seus próprios pensamentos. Todos naquela sala pareciam gravemente preocupados.*³⁰

Neste meio tempo, o impagável Dahlerus trabalhara no seu último e ingênuo esforço de evitar o inevitável. Às 8h, sabendo por intermédio de Forbes do ultimato britânico, que seria apresentado uma hora depois, dirigiu-se rapidamente à sede da Luftwaffe para falar com Göring, e, de acordo com o seu relato

perante o Tribunal de Nuremberg, fez um apelo ao marechal pedindo que, com sua influência, conseguisse que a resposta alemã ao ultimato fosse razoável. Sugeriu também que o próprio marechal-de-campo, antes das 1 lh, se declarasse pronto a ir a Londres “para negociar”. No seu livro, o negociante sueco afirma que Göring aceitou a sugestão, tendo até telefonado a Hitler, que também concordou. Não há referência a este fato nos documentos alemães, e o dr. Schmidt esclarece que Göring, poucos minutos após às 9h, não estava no seu quartel-general, mas na chancelaria, no saguão que antecede o escritório do Führer. De qualquer modo, não resta dúvida sobre o fato de que o mediador sueco telefonou ao Ministério do Exterior da Inglaterra — não só uma vez, mas duas vezes. Na primeira vez, às 10:15h, resolveu-se a informar o governo britânico de que a resposta germânica ao ultimato estava “a caminho”, e que os alemães continuavam “ansiosos em dar satisfações ao governo britânico e a oferecer plenas garantias de que não violariam a independência da Polônia”. (!) Dahlerus aguardava, ainda, que Londres estudasse a resposta de Hitler “com toda a boa vontade”.³¹

Meia hora depois, às 10:50h — dez minutos antes que o prazo do ultimato expirasse —, Dahlerus estava outra vez ao lado do telefone de longa distância comunicando-se com o Ministério do Exterior em Londres. Desta vez para expor a sua ideia que previa o embarque imediato de Göring para Londres, com o consentimento do Führer. Não percebeu que já era tarde demais para tais antiguidades diplomáticas, mas os fatos logo iriam despertá-lo. Foi-lhe dada uma resposta não-oficial por Halifax. A sua proposta não poderia ser levada em consideração. Pedira-se ao governo alemão uma resposta categórica “e provavelmente eles estavam para enviar uma resposta definitiva”. O governo de Sua Majestade não poderia entreter-se agora discutindo com Göring.³²

Depois disto, Dahlerus desligou e desapareceu no limbo da história, para ressurgir apenas por um momento em Nuremberg depois da guerra, e também em seu livro — para relembrar as suas bizarras tentativas de salvar a paz mundial.* Mas, à semelhança do que acontecera com quase todos, não pôde enxergar claramente em meio a tanta confusão; e, como iria admitir em Nuremberg, em nenhum momento percebeu o quanto fora enganado pelos alemães.

** Ele reapareceu por um momento, em 24 de setembro, quando encontrou-se com Forbes em Oslo "para certificar-se", como contou no Tribunal de Nuremberg antes de retirar-se, "se havia ainda alguma possibilidade de evitar uma guerra mundial".³³*

Pouco depois das 11h, quando expirou o prazo do ultimato britânico, Ribbentrop, que se recusara a receber o embaixador britânico duas horas antes, enviou a ele um emissário para entregar-lhe a resposta da Alemanha. Segundo este documento, o governo alemão “não recebe, não aceita, nem cogita cumprir” o ultimato britânico. Seguiu-se uma longa propaganda barata, certamente redigida por Hitler e Ribbentrop neste intervalo de duas horas. Destinada a enganar o facilmente enganável povo alemão, relacionara todas as mentiras que agora conhecemos, incluindo aquela referente aos ataques poloneses contra o território alemão, culpava a Inglaterra por tudo que tinha acontecido e rejeitava as tentativas de “forçar a Alemanha a retirar as suas tropas, que estavam mobilizadas para defender o Reich” Declarava, falsamente, que a Alemanha aceitara a última proposta de paz apresentada por Mussolini na undécima hora, e salientava que a Inglaterra a recusara. E depois de todos os esforços de Chamberlain em apaziguar Hitler, acusava o governo britânico de “pregar a destruição e a exterminação do povo alemão”.**

*** Tão falsa era esta nota preparada às pressas, que terminava com esta frase: “A intenção, a nós transmitida por sr. King-Hall, por ordem do governo inglês, de levar a destruição do povo alemão ainda mais longe do que o fizera o Tratado de Versalhes, foi por nós registrada e por isso nós responderemos a toda e qualquer agressão por parte da Inglaterra com as mesmas armas e na mesma forma.” O governo britânico nunca endossara, naturalmente, as intenções de Stephen King-Hall, um oficial da marinha aposentado, cujas publicações eram apenas o seu próprio passatempo. Na verdade, Henderson protestou junto ao Ministério do Exterior contra as publicações de King-Hall distribuídas na Alemanha, e o governo britânico pediu que o editor encerrasse as suas atividades.*

Henderson leu o documento (“uma exposição completamente falsa sobre os acontecimentos”, como diria mais tarde) e observou: “Será tarefa da história julgar com quem estava realmente a mentira.” Ribbentrop acrescentou que a “história já apurou os fatos”.

Encontrava-me diante da chancelaria na Wilhelmstrasse, quando, perto do meio-dia, os alto-falantes repentinamente anunciaram que a Inglaterra declarava-se em guerra com a Alemanha.* Cerca de 250 pessoas — não mais — estavam ali paradas ao sol. Ouviram atentamente o comunicado. Quando terminou, não houve um só murmúrio. Apenas ficaram ali, parados. Atordoados. Era-lhes difícil compreender que Hitler lançara-os numa guerra mundial.

** Em Londres, às 11:15h, Halifax entregou ao encarregado de negócios alemão uma nota formal declarando que desde que não vieram garantias*

alemães até as 11 h, “tenho a honra de informar-vos que um estado de guerra existe entre os dois países, desde às 11 h de hoje, 3 de setembro”.

Logo, apesar de ser domingo, os jornalistas apregoavam suas edições extras. A procura foi enorme e eu também comprei um exemplar. Era o Deutsche Allgemeine Zeitung, que anunciava em letras garrafais:

DERRUBADO O ULTIMATO BRITÂNICO

A INGLATERRA DECLARA-SE EM GUERRA COM A ALEMANHA

NOTA BRITÂNICA ORDENA A RETIRADA DAS NOSSAS TROPAS NO ORIENTE

O FÜHRER PARTE HOJE PARA O FRONT

O cabeçalho do relato oficial soava como se tivesse sido ditado por Ribbentrop: O MEMORANDO ALEMÃO PROVA A CULPA DA INGLATERRA.

Por mais provado que o fato pudesse parecer a um povo fácil de ser ludibriado, como o alemão, as notícias não levantaram o ânimo contra os ingleses durante o dia. Quando passei pela embaixada inglesa, cujas dependências estavam sendo abandonadas por Henderson e seus auxiliares, para se transportarem ao hotel Adlon, que ficava nas proximidades, um único *Schupo* (guarda) guardava o edifício. Nada tinha a fazer, exceto andar de um lado para outro.

Os franceses demoraram-se um pouco mais. Bonnet jogou com o tempo até o último instante, agarrando-se cegamente à esperança de que Mussolini ainda poderia manobrar Hitler, de tal modo que a França pudesse ficar fora do problema. Chegou até a esforçar-se junto ao embaixador belga para que sugerisse ao rei Leopoldo influenciar Mussolini, para que influenciasse Hitler. Durante todo o sábado, dia 2 de setembro, ele argumentava com o seu próprio gabinete, como o fizera com o britânico, que “prometera” a Ciano esperar até o meio-dia de 3 de setembro pela resposta germânica à nota anglo-francesa de 1º de setembro, e que não poderia faltar com a sua palavra. Ele se comprometera, na verdade, com o ministro do Exterior italiano pelo telefone — mas somente até às 21h do dia 2 de setembro. A proposta do Duce no sentido de que se realizasse uma conferência, a esta hora estava morta, definitivamente superada, conforme Ciano tentou dizer-lhe. E naquele instante, também os ingleses estavam

pleiteando a apresentação de um ultimato conjunto a Berlim, à meia-noite.

Pouco antes da meia-noite, em 2 de setembro, o governo francês decidiu-se finalmente. Exatamente à meia-noite, Bonnet telegrafou a Berlim avisando Coulondre de que pela manhã seguiria o texto para uma “nova démarche” a ser feita “ao meio-dia, junto a Wilhelmstrasse”.*

** Porém, mesmo após isto, recorda-se (ver p. 797), Bonnet fez um último esforço para manter a França fora da guerra, ao propor, durante a noite, aos italianos, que induzissem Hitler a fazer uma retirada “simbólica” da Polônia.*

Foi feita às 10:20h, no domingo, 3 de setembro — quarenta minutos antes do término do ultimato inglês. O ultimato francês dizia, à semelhança do britânico, que, no caso de uma resposta negativa, a França declarava que cumpriria as suas obrigações para com a Polônia, “as quais eram do conhecimento do governo alemão”. Mesmo neste instante final Bonnet evitava uma declaração de guerra formal.

Segundo o Livro amarelo francês, que é oficial, o texto do ultimato francês telegrafado a Coulondre consignava que o término do ultimato seria às 17h. Mas não era, porém, a hora consignada no telegrama original. Às 8:45h, o embaixador Phipps, em Paris, notificou Halifax que: “Bonnet diz que o prazo dado pela França expirará às 5h da manhã de segunda-feira [4 de setembro].” Esta era exatamente a hora marcada no telegrama de Bonnet.

Isto representava uma concessão do Estado-maior, conseguida a muito custo por Daladier, na manhã de domingo, pois os generais insistiam no prazo de 48 horas. Mesmo assim a delonga irritou o governo inglês, cuja inconformidade foi transmitida a Paris em termos candentes, pela manhã. O premier Daladier, em consequência, fez um último apelo aos militares. Chamou o general Colston, do Estado-maior, às 11:30h, e exigiu um prazo menor. O general relutantemente concordou em diminuí-lo para 12 horas.

Este é o motivo pelo qual Coulondre foi detido, exatamente no instante em que deixava a embaixada para dirigir-se a Wilhelmstrasse, por um telefonema de Bonnet instruindo-o a fazer a necessária retificação no prazo a ser dado.³⁴

Ribbentrop não pôde ser encontrado pelo embaixador francês àquela hora. Participava de uma singela cerimônia, na qual o novo embaixador soviético, Alexander Shkvarzev, estava sendo recebido pelo Führer — fato que deu uma nota bizarra a este histórico domingo em Berlim. Coulondre, insistindo em

cumprir à risca as instruções de apresentar-se exatamente ao meio-dia, terminou sendo recebido por Weizsäcker. Como o embaixador indagasse se o secretário de Estado estava autorizado a dar uma resposta satisfatória aos franceses, Weizsäcker respondeu que não estava em condições de dar “resposta de espécie alguma”.

Seguiu-se, então, neste momento solene, uma pequena comédia diplomática. Quando Coulondre tentou considerar a resposta de Weizsäcker como sendo uma negativa, coisa que aliás ele já previra, e tentou entregar o formal ultimato francês ao secretário de Estado alemão, ele recusou-se a aceitá-lo, sugerindo ao embaixador “que tivesse a bondade de ter um pouco mais de paciência e procurasse o ministro do Exterior em pessoa”. Tendo sido assim repellido — e não pela primeira vez — Coulondre teve de resignar-se a esperar por meia hora. Às 12:30h foi conduzido à chancelaria para ver Ribbentrop.³⁵

O ministro do Exterior nazista sabia exatamente qual a missão do embaixador. Mas não poderia deixar escapar, nesta última ocasião, a oportunidade de impingir ao enviado francês uma das suas costumeiras mentiras sobre a história. Após salientar que Mussolini, ao apresentar a sua proposta de última hora, realçara que a França estava de acordo, Ribbentrop declarou que “a Alemanha informou ontem ao Duce que também estava pronta a concordar com a proposta”. Pouco depois, acrescentou Ribbentrop, “o Duce dizia que a sua proposta caíra devido à intransigência do governo inglês”.

Mas Coulondre, no decorrer dos últimos meses, ouvira o bastante sobre as perfídias de Ribbentrop. Escutou por algum tempo o ministro do Exterior nazista, que agora discorria sobre os seus sentimentos, dizendo que ficaria penalizado se a França seguisse a Inglaterra, e que a Alemanha não tinha intenção alguma de atacar a França. Finalmente o embaixador levantou a questão que motivara a sua visita e perguntou: “As palavras de V. Exa. significam que a resposta do governo alemão ao comunicado francês de 1º de setembro é negativa?”

“Sim”, respondeu Ribbentrop.

Ato contínuo, o embaixador apresentou o ultimato francês ao ministro do Exterior, declarando na ocasião que “pela última vez” sublinhava a “grave responsabilidade do Reich” por atacar a Polónia, “sem uma declaração de guerra”, e por repelir o pedido anglo-francês de recolher as tropas alemãs.

— Neste caso a França será a agressora — disse Ribbentrop.

— A história julgará — respondeu Coulondre.

Naquele domingo, em Berlim, todos os que participavam do ato final do drama pareciam pedir o julgamento da história.

Conquanto a França estivesse mobilizando um exército que teria avassaladora superioridade quando os alemães se voltassem contra o Ocidente, e a Inglaterra tivesse no momento apenas forças modestas, era a Inglaterra que assombrava o cérebro febril de Hitler, como sendo não só o principal inimigo, mas também o antagonista responsável pela situação atual. Isto foi esclarecido nas duas grandiosas proclamações que fez durante a tarde, ao povo alemão e ao exército ocidental. Na ocasião, desabafou o amargo ressentimento e o ódio histórico que sentia pelos britânicos.

A Inglaterra [disse ele num "Apelo ao povo alemão"] tem imposto, por séculos, sua ambição de sujeitar os povos europeus desarmados perante a política britânica de conquista do mundo (...), [e] reclama o direito de atacar sob os mais falsos pretextos, destruindo o Estado europeu que no momento parece mais perigoso (...).

Nós mesmos temos testemunhado esta política de envolvimento (...). Os fomentadores de guerra ingleses (...) oprimiram o povo alemão com o Diktat de Versalhes (...).

Soldados do exército ocidental! [disse Hitler dirigindo-se às tropas que por muitas semanas iriam enfrentar o exército francês] (...). A Inglaterra segue a política de estrangular a Alemanha (...). O governo britânico, dirigido por aqueles sanguinários que conhecemos da última guerra, resolveu deixar cair a máscara e declarar a guerra sob um falso pretexto (...).

Não havia uma única palavra com referência à França.

Em Londres, seis minutos após o meio-dia, Chamberlain dirigiu-se à Câmara dos Comuns e proclamou que a Inglaterra estava agora em guerra com a Alemanha. No dia 1º de setembro, Hitler proibiu, sob pena de morte, que se ouvissem radiotransmissões estrangeiras. Apesar disto, ouvimos em Berlim as palavras do primeiro-ministro transmitidas pela BBC. Para aqueles que o viram arriscando seu destino político em Godesberg e Munique no apaziguamento de Hitler, as suas palavras foram pungentes.

Este é um dia grave para todos nós, e para ninguém tanto como para mim. Tudo por quanto trabalhei, tudo em que acreditei durante a minha vida

pública desmoronou em ruínas. Só me resta uma coisa a fazer, ou seja, dedicar todas as forças e poderes que encontro em mim para apressar a vitória da causa pela qual tanto temos de sacrificar (...) Tenho esperanças de viver o bastante para ver o dia em que o hitlerismo será destruído e uma Europa livre seja reconstruída.

O destino não quis que Chamberlain vivesse até esse dia. Ele morreu alquebrado — embora ainda membro do gabinete — no dia 9 de novembro de 1940. Tendo-se em vista tudo o que se escreveu sobre ele nestas páginas, pareceria adequado fazermos apenas referência ao que foi dito sobre ele por Churchill, a quem excluíra dos negócios da nação britânica por tanto tempo, e que foi quem o sucedeu como primeiro-ministro em 10 de maio de 1940:

(...) Numa das supremas crises do mundo, quis o destino que Neville Chamberlain fosse contrariado pelos acontecimentos, frustrado nas suas esperanças e enganado e ludibriado por um homem demoníaco. Mas quais foram estas esperanças em que foi desapontado? Quais foram aqueles desejos em que foi frustrado? Qual a fê que foi conspirada?

Foram certamente aqueles entre os quais se contam os melhores sentimentos do coração humano — o amor à paz, o trabalho pela paz, a luta pela paz, mesmo à custa de grandes perigos, e certamente com desdém pela popularidade ou pelo aplauso.

Tendo a sua diplomacia falhado no intento de manter a França e a Inglaterra fora da guerra, Hitler voltou a atenção para assuntos militares durante a tarde de 3 de setembro. Escolheu a Diretiva secreta nº 2 para orientar a guerra. Apesar das declarações de guerra anglo-francesas, dizia ela: “O objetivo primordial da guerra alemã continua sendo rapidez na ação e conclusão vitoriosa das operações contra a Polónia (...) No Ocidente a iniciativa das hostilidades deve ser deixada ao inimigo (...). Contra a Inglaterra, ofensivas navais são permitidas.” A Luftwaffe não atacaria, nem mesmo forças navais britânicas, exceto se iniciassem ataques a objetivos alemães — e neste caso somente “se as perspectivas de sucesso forem particularmente favoráveis”. Ordenava que toda a indústria alemã convergisse para a “economia de guerra”.³⁶

Às 21h, Hitler e Ribbentrop deixaram Berlim, e em separado seguiram por trens especiais para quartéis-generais no oeste. Não, porém, sem terem realizado antes mais duas manobras diplomáticas. A Inglaterra e a França estavam agora em guerra com a Alemanha. Mas havia ainda duas outras grandes potências europeias a serem consideradas e cujo apoio tornou possível a aventura de Hitler: a Itália, a aliada, que se esquivara no último instante, e a Rússia soviética, que,

embora não inspirasse confiança ao ditador nazista, ajudara-o a tornar a ideia de guerra tão interessante e lucrativa.

Quando deixava a capital, Hitler enviou outra carta a Mussolini, telegrafada às 20:51h, nove minutos antes que o trem especial do Führer partisse da estação. Embora a carta não fosse inteiramente franca, nem isenta de falsidades, ela nos oferece a melhor imagem que talvez jamais possamos ter sobre os pensamentos de Adolf Hitler, quando deixava pela primeira vez a sombria capital do Terceiro Reich para assumir o seu papel de supremo comandante da guerra. Esta carta encontra-se entre os papéis nazistas apreendidos.

Duce:

Primeiramente devo agradecer pela vossa última tentativa de mediação. Eu estaria pronto a aceitar, desde que me fossem dadas certas garantias de que a conferência seria bem-sucedida. Pois as tropas alemãs já estavam empenhadas há dois dias num avanço extraordinariamente rápido para dentro da Polônia. Seria impossível permitir que o sangue ali derramado fosse malbaratado por intrigas diplomáticas.

Apesar disso, acredito que um caminho seria encontrado, se a Inglaterra não estivesse determinada, desde o princípio, a resvalar para a guerra de qualquer modo. Não cedi às ameaças britânicas porque, Duce, estava certo de que a paz não poderia ser mantida por mais de seis meses, ou talvez um ano. Nestas circunstâncias, o momento presente é, apesar de tudo, o mais adequado para tomar uma iniciativa.

(...) O exército polonês entrará em colapso dentro de pouco tempo. Devo dizer que, na minha opinião, seria duvidosa a possibilidade de alcançar um sucesso rápido como este, daqui a um ou dois anos. A Inglaterra e a França teriam continuado a fornecer armamentos aos seus aliados em tal escala que a decisiva superioridade técnica da Wehrmacht não ficaria em evidência desta maneira. Tenho consciência, Duce, de que a batalha em que agora me empenho é uma batalha de vida e morte (...). Mas também estou certo de que a batalha não poderia ser evitada e que o momento certo para a resistência tem de ser escolhido com deliberação férrea, de tal modo que as probabilidades de sucesso sejam asseguradas; e neste sucesso, Duce, minha fé é tão firme como uma rocha.

Em seguida vinham palavras de advertência a Mussolini.

Há alguns dias, bondosamente me assegurastes de que seria possível ajudar-me em determinados setores. Aceito, antecipadamente, com sinceros

agradecimentos. Mas também acredito que embora no momento sigamos trilhas diferentes, o destino ainda nos unirá um ao outro. Se a Alemanha nacional-socialista for destruída pelas democracias ocidentais, a Itália fascista também enfrentará um futuro adverso. Pessoalmente sempre estive certo de que o destino dos nossos dois regimes estão ligados, e eu sei que vós, Duce sois de opinião exatamente igual.

Depois de lembrar as vitórias iniciais alemãs na Polônia, Hitler concluiu:

(...) No Ocidente permanecerei na defensiva. Ali a França tem precedência para derramar o seu sangue. Chegará o momento de podermos enfrentar o inimigo com todas as forças da nação.

Querei aceitar mais uma vez os meus agradecimentos, Duce, por todo o apoio oferecido no passado, e que espero que não me faltará no futuro.

*Adolf Hitler*³⁷

O desapontamento de Hitler com a Itália, por não ter honrado a sua palavra, mesmo depois que a Inglaterra e a França haviam honrado as suas ao declarar guerra naquele dia, foi conservado sob estrito controle. Uma Itália amistosa, embora não beligerante, poderia assim mesmo ser de alguma utilidade para ele.

Mas a Rússia poderia ser de utilidade bem maior.

Já no primeiro dia do ataque alemão à Polônia, o governo soviético, como os documentos secretos nazistas iriam revelar mais tarde, deu à Luftwaffe um serviço de sinalização. Nesta manhã, o chefe do Estado-maior da força aérea, general Hans Jeschonnek, telefonou à embaixada alemã em Moscou, para dizer que apreciaria se a emissora de rádio russa, em Minsk, se identificasse constantemente, a fim de proporcionar auxílio aos pilotos alemães, orientando-os no bombardeio da Polônia; dava a isto o nome de “urgentes testes de navegação aérea”. Ao anoitecer, o embaixador von Schulenburg estava apto a informar Berlim que o governo soviético estava pronto para “satisfazer seus desejos”. Os russos concordaram em intercalar o maior número possível de prefixos identificadores dos programas desta estação, e em prolongar as transmissões da rádio de Minsk por mais duas horas, para auxiliar os aviadores alemães tarde da noite.³⁸

Mas quando se preparavam para deixar Berlim, na noite de 3 de setembro, Hitler e Ribbentrop tinham em mente auxílios militares mais substanciais por parte da Rússia, para a sua conquista da Polônia. Às 18:50h, Ribbentrop

despachou um telegrama urgentíssimo para a embaixada em Moscou. Levava o carimbo “ultra-secreto”, e advertia: “Exclusivamente para o embaixador. Para o chefe da legação ou seu representante, pessoalmente. Agir com extrema cautela. Para ser decifrado por ele mesmo. Muito secreto”.

No maior segredo, os alemães convidaram a União Soviética a unir-se a eles no ataque à Polônia!

Estamos certos de que derrotaremos o exército polonês definitivamente dentro de poucas semanas. Conservaremos depois o território previsto em Moscou como esfera de influência alemã, sob ocupação militar. Deveremos, naturalmente, por motivos militares, continuar o avanço pelo território polonês a fim de destruir forças polonesas que se acham localizadas dentro da zona prevista como esfera de interesse russo.

Deve-se tratar disso imediatamente com Molotov, e ver se não seria desejável para a União Soviética que dirigisse, no momento adequado, as suas forças contra as tropas polonesas localizadas dentro daquela zona, ocupando assim, automaticamente, a sua esfera de interesse. Na nossa opinião isto seria não só um alívio para nós, mas também estaria dentro dos intuítos dos acordos de Moscou, e ainda viria ao encontro dos interesses russos.³⁹

É evidente que essa cínica manobra por parte da União Soviética seria de fato um alívio para Hitler e Ribbentrop. Tal manobra não só evitaria problemas e atritos entre alemães e russos na divisão do espólio, mas também diminuiria a responsabilidade da Alemanha na agressão nazista à Polônia, atribuindo parte dela à União Soviética. Se compartilhavam o saque, por que não haveriam de compartilhar a culpa?

O almirante Erich Räder, comandante da marinha alemã, era a personalidade de menor evidência em Berlim, naquele domingo em que se soube que a Inglaterra estava em guerra. Na opinião dele, a guerra chegara cedo demais, com uma antecedência de quatro ou cinco anos. Em 1944-45 o plano Z da marinha estaria completo, dando à Alemanha uma frota considerável para opor-se à da Inglaterra. Mas, estava-se em 3 de setembro de 1939, e Räder sabia, embora Hitler não lhe desse ouvidos, que não dispunha de navios em número suficiente, nem de submarinos para ousar uma guerra efetiva contra a Inglaterra.

No seu diário, o almirante escreveu:

Hoje estourou a guerra contra a França e a Inglaterra, uma guerra que, de

acordo com declarações anteriores do Führer, não precisaríamos travar antes de 1944. O Führer acreditou até o último instante em que poderia evitá-la, mesmo que isto significasse um adiamento da solução final da questão polonesa (...).

No que concerne à marinha, é óbvio que não está adequadamente preparada para a grande batalha com a Inglaterra (...), a força submarina ainda é insignificante para ter atuação decisiva na guerra. As forças de superfície, além disso, são tão inferiores à frota inglesa, em número e poderio, que mesmo empregando a sua capacidade máxima não poderiam fazer mais do que mostrar que sabem morrer com valentia (...).40

Não obstante, às 21h, no dia 3 de setembro de 1939, no momento em que Hitler deixava Berlim, a marinha alemã golpeou. Sem advertência prévia, o submarino (7-30) torpedeou e afundou o vapor de carreira Athenia, a cerca de duzentas milhas marítimas das ilhas Hébridas, quando estava em rota de Liverpool para Montreal, levando 1.400 passageiros, dos quais 112, inclusive 28 americanos, perderam a vida.

A Segunda Guerra Mundial começara.

Notas

Abreviaturas usadas nestas notas

DBRFP — Documentos sobre a Política Exterior da Inglaterra. Arquivos do Ministério das Relações Exteriores da Inglaterra.

DDI — Documentos Diplomáticos Italianos. Arquivos do governo italiano.

DGFP — Documentos sobre a Política Exterior da Alemanha. Arquivos do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha.

FCNA — Conferências do Führer sobre Questões Navais. Registros sumários das conferências de Hitler com o comandante-em-chefe da marinha alemã.

NCA — Conspiração e Agressão dos Nazistas. Parte dos documentos de Nuremberg.

N.D.— Documentos de Nuremberg.

NSR — Relações Soviéticas. Arquivos do Ministério das Relações Exteriores do Reich.

TMWC — Julgamento dos Grandes Criminosos de Guerra. Documentos e depoimentos constantes do julgamento em Nuremberg.

TWC — Julgamento dos Criminosos de Guerra perante os Tribunais Militares de Nuremberg.

Bibliografia

O presente livro fundamenta-se principalmente em documentos alemães apreendidos nos interrogatórios e depoimentos de oficiais alemães civis e militares, nos diários e memórias deixados por alguns deles e em minha experiência pessoal no Terceiro Reich.

Milhões de textos dos arquivos alemães foram publicados e outros tantos milhões foram reunidos ou microfilmados e recolhidos em bibliotecas — nos Estados Unidos principalmente na Biblioteca do Congresso e na Biblioteca Hoover, na Universidade de Stanford — e nos Arquivos Nacionais em Washington. Além disso, encontra-se em poder do Escritório do Chefe de História Militar, no Departamento do Exército, em Washington, uma vasta coleção de registros militares alemães.

Dentre os volumes de documentos publicados, três séries foram de maior utilidade aos meus propósitos. A primeira delas, Documents on German Foreign Policy [Documentos sobre a política externa alemã], Série D, consiste numa vasta coletânea de documentos do Departamento de Relações Exteriores alemão traduzidos para o inglês, de 1937 até o verão de 1940. Mediante gentil concessão do Departamento do Estado, tive acesso a vários outros documentos do Departamento de Relações Exteriores alemão, ainda por traduzir ou publicar, que tratam principalmente da declaração de guerra da Alemanha aos Estados Unidos.

Dois séries de documentos publicados referentes ao principal julgamento em Nuremberg mostraram-se de valor inestimável para o posicionamento do leitor no cenário do Terceiro Reich. A primeira é o conjunto de 42 volumes, Trial of the Major War Criminals [Julgamento dos principais criminosos de guerra], cujos primeiros 23 volumes contêm o texto dos depoimentos durante o julgamento e os demais, o texto dos documentos aceitos como provas, que aparecem publicados no idioma original, principalmente em alemão. Outros documentos, inquiridos e testemunhos sob juramento, reunidos para aquele julgamento e traduzidos de forma apressada para o inglês, foram publicados na série de três volumes intitulada Nazi Conspiracy and Agression [Agressão e conspiração nazistas]. Infelizmente, o testemunho de valor inestimável apresentado perante os magistrados do Tribunal Militar Internacional foi omitido em sua maior parte na última série e acha-se disponível apenas sob a forma mimeografada e está catalogado em algumas poucas bibliotecas de destaque.

Foram 12 os sucessivos julgamentos verificados em Nuremberg conduzidos por tribunais militares norte-americanos. No entanto, os 15 imensos volumes

publicados contendo os testemunhos e os documentos apresentados nesses julgamentos, intitulados *Trials of War Criminals before Nuremberg Military Tribunal* [Julgamentos dos criminosos de guerra perante os tribunais militares em Nuremberg], representam menos de um décimo do material. O restante, porém, pode ser encontrado sob a forma de fotocópia ou cópia mimeografada em algumas bibliotecas. Sínteses de outros julgamentos que esclareceram bastante acerca do Terceiro Reich podem ser encontradas nos *Law Reports of Trials of War Criminals* [Relatórios jurídicos dos julgamentos dos criminosos de guerra], publicados pela Imprensa Oficial de Sua Majestade, em Londres, 1947-1949.

Dos documentos alemães não publicados, afora as ricas coleções encontradas na Biblioteca Hoover, na Biblioteca do Congresso e nos Arquivos Nacionais — que contêm, entre outras coisas, os arquivos de Himmler e vários documentos particulares de Hitler —, um dos achados mais valiosos foram os chamados “Papéis de Alexandria”, boa parte dos quais hoje se encontra microfilmada e guardada nos Arquivos Nacionais. Informações adicionais sobre vários outros documentos apreendidos serão encontradas nas notas. Dentre o material alemão não traduzido, encontra-se o diário do general Halder — sete volumes datilografados, com anotações à margem acrescentadas pelo próprio general após a guerra, de modo a esclarecer certas passagens —, o qual julgo ser um dos registros mais valiosos do Terceiro Reich.

Alguns dos livros que me foram especialmente úteis aparecem listados abaixo.

São de três tipos: o primeiro são memórias e diários de alguns dos principais personagens presentes nesta narrativa; o segundo tipo são livros baseados em material documental recente, tais como os de John W. Wheeler-Bennett, Alan Bullock, H. R. Trevor-Roper e Gerald Reitlinger na Inglaterra, os de Telford Taylor na América e de Eberhard Seller, Gerhard Ritter, Rudolf Pechel e Walter Görlitz na Alemanha; e o terceiro, livros que fornecem informações básicas contextuais.

Foi publicada em Munique uma bibliografia abrangente sobre trabalhos referentes ao Terceiro Reich sob a forma de uma edição especial do *Vierteljahrshefte für Zeitgeschichte* patrocinada pelo Institut für Zeitgeschichte. Os catálogos da Biblioteca Wiener em Londres apresentam igualmente bibliografias excelentes.

Agradecimentos

Embora eu mesmo tenha realizado as pesquisas e o planejamento para este livro, e para todos os outros que escrevi, muito devo a inúmeras pessoas e instituições pelo seu generoso auxílio durante os cinco anos em que este trabalho foi elaborado.

O falecido Jack Goodman, de Simon and Schuster, e Joseph Barnes, meu orientador nessa casa editora, animaram-me a escrever este livro. Barnes, um velho amigo de todas as horas, desde o tempo em que éramos correspondentes na Europa, brindou-me sempre com uma crítica construtiva. O dr. Fritz T. Epstein, da Biblioteca do Congresso, uma bela inteligência e autoridade na documentação apreendida aos alemães, orientou-me no exame do acervo de documentos germânicos. Muitas outras pessoas vieram também em meu auxílio nessa tarefa. Entre elas, Telford Taylor, consultor-chefe da promotoria nos julgamentos dos crimes de guerra, em Nuremberg, que já publicou dois volumes sobre a história militar do Terceiro Reich. Empréstou-me documentos e livros de sua coleção particular e forneceu-me dados excelentes.

O professor Oron J. Rale, da Universidade de Virgínia, presidente da Comissão Americana para o Estudo dos Documentos de Guerra, da American Historical Association, proporcionou-me muito material útil, incluindo os resultados de algumas pesquisas suas; e, num dia do verão de 1956, restou-me relevante serviço tirando-me da sala de manuscritos da Biblioteca do Congresso e aconselhando-me seriamente a voltar a escrever este livro, receoso de que eu passasse o resto da vida examinando os documentos alemães, coisa que qualquer um podia fazer. O dr. G. Bernard Noble, chefe da Divisão de História do Departamento de Estado, e Paul R. Sweet, funcionário do Serviço Estrangeiro no mesmo Departamento — um dos revisores americanos dos Documentos sobre a Política Exterior da Alemanha — auxiliaram-me também naquele labirinto de papéis dos nazistas. Na Biblioteca Hoover, na Universidade de Stanford, a sra. Hildegard R. Boeninger e a sra. Agnes F. Peterson foram muito generosas em auxiliar-me, a primeira por correspondência e a segunda pessoalmente. No Departamento do Exército, o coronel W. Hoover, chefe em exercício da Divisão de História Militar, e Detmar Finke, da mesma Divisão, orientaram-me no tocante aos registros militares dos alemães, dos quais essa Divisão possui extraordinária coleção.

Hamilton Fish Armstrong, orientador editorial de Foreign Affairs, interessou-se pessoalmente pela elaboração deste livro, o mesmo se dando com Walter H. Mallory, nessa ocasião diretor executivo do Conselho das Relações Exteriores. A

este Conselho, a Frank Altschul e à Fundação Overbrook, minha gratidão pela generosa concessão que me fizeram, permitindo-me dedicar todo o meu tempo a este livro durante o último ano de sua preparação. Devo também agradecer aos funcionários da excelente biblioteca do Conselho pela atenção aos inúmeros pedidos com que os importunei. Os funcionários da Biblioteca da Sociedade de Nova York também passaram por essa experiência e, a despeito disso, demonstraram grande paciência e compreensão.

Lewis Galantière e Herbert Kriedman dignaram-se a ler a maior parte do manuscrito, apresentando valiosa crítica. O coronel Truman Smith, que foi adido militar dos Estados Unidos em Berlim, primeiro quando Adolf Hitler começou sua carreira política, em mil novecentos e vinte e tantos, e depois quando ele assumiu o poder, colocou à minha disposição alguns de seus livros de anotações e relatórios, os quais lançaram muita luz sobre os primórdios do nacional-socialismo e sobre certos aspectos dele tempos depois. Sam Harris, membro da promotoria norte-americana em Nuremberg, e, atualmente, advogado em Nova York, pôs à minha disposição os volumes do TMWC de Nuremberg e inúmeros outros materiais não publicados.

O general Franz Halder, chefe do Estado-maior geral alemão durante os três primeiros anos da guerra, foi muito generoso em responder a meus pedidos de informações e em indicar-me também outras fontes alemãs. Mencionei em outro lugar a importância que teve para mim seu diário que não foi publicado e do qual conservei uma cópia durante o tempo em que escrevi grande parte deste livro.

George Kennan, que estava servindo na embaixada dos Estados Unidos em Berlim, no começo da guerra, refrescou-me a memória sobre certos pontos de interesse histórico. Velhos amigos e colegas de meus dias na Europa, John Gunther, M. W. Fodor, Kay Boyle, Sigrid Schultz, Dorothy Thompson, Whit Burnett e Newell Rogers, discutiram vários trechos deste trabalho comigo — para benefício meu. E Paul R. Reynolds, meu agente literário, encorajou-me bastante quando disso mais necessitava.

Finalmente, muito devo à minha mulher, cujo conhecimento de línguas estrangeiras e do cenário europeu, e experiência na Alemanha e na Áustria, foram de grande auxílio em minhas pesquisas e na elaboração deste livro. Nossas duas filhas, Inga e Linda, durante suas férias colegiais, auxiliaram-me em uma dezena de tarefas necessárias.

A todos esses e a outros que me ajudaram de um modo ou outro, expresso

minha gratidão. A responsabilidade pelas falhas e enganos deste livro é, naturalmente, exclusivamente minha.

Índice

Prefácio

I - A ascensão de Adolf Hitler

Capítulo 1. O Nascimento do Terceiro Reich

Capítulo 2. O nascimento do Partido Nazista

Capítulo 3. Versalhes, Weimar e o Putsch da cervejaria

Capítulo 4. As teorias de Hitler e as raízes do Terceiro Reich

II - Triunfo e consolidação

Capítulo 1. O caminho para o poder: 1925-1931

Capítulo 2. Os últimos dias da república: 1931 -1933

Capítulo 3. A nazificação da Alemanha: 1933-1934

Capítulo 4. A vida no Terceiro Reich: 1933-1937

III - O caminho para a guerra

Capítulo 1. Os primeiros passos: 1934-1937

Capítulo 2. O estranho e fatídico interlúdio: a queda de Blomberg, Fritsch, Neurath e Schacht

Capítulo 3. Anschluss: a violação da Áustria

Capítulo 4. A estrada para Munique

Capítulo 5. A Tchecoslováquia deixa de existir

Capítulo 6. A vez da Polônia

Capítulo 7. O pacto nazi-soviético

Capítulo 8. Os últimos dias de paz

Capítulo 9. O início da Segunda Guerra Mundial